MEMÓRIAS DO 18º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE

"Contabilidade: ciência a serviço do desenvolvimento"

18º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE

Gramado-RS, 24 a 28 de agosto de 2008.

Recepção dos Congressitas.
Serra Park Centro de Convenções

GRAMADO-RS
18º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE
Patrocínio
SEBRAE
FENACON
CAIXA
BRASIL
Patrocinadores

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
Telefone: (61) 3314-9600
Fax: (61) 3322-2033
SAS - Quadra 5 - Bloco J
70070-920 - Brasília-DF
www.cfc.org.br

Revisão
Maria do Carmo Nóbrega e Patrício Noronha

Projeto gráfico e editoração eletrônica
Igor Outeiral

Fotos
Luiz Nery

SUMÁRIO

Mensagem da Presidente do CFC 11

Mensagem do Presidente do CRCRS 13

Comissão Organizadora 15

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

24 DE AGOSTO

Abertura 23

25 DE AGOSTO

I Fórum Nacional de Responsabilidade Socioambiental do Sistema Contábil Brasileiro 57

Fórum Nacional de Contabilidade Pública 83

Transparência e Evidenciação no Setor Público. 91

VII Fórum Nacional de Professores de Ciências Contábeis

Os requisitos do bom professor 115

Um momento com Rubem Alves 125

Painel n.º 1 - Empreendedorismo no Setor Contábil – Um Novo Tempo para os Negócios e Para o Brasil 133

Painel n.º 2 - Demonstrações Contábeis Eletrônicas e o XBRL 153

Painel n.º 3 - Implementação Dds IFRS no Brasil 171

Painel n.º 4 - Abordagens de Fair Value (Valor Justo) No Brasil 193

Painel Magno - Os Desafios da Convergência 211

Lançamento das Candidaturas dos Estados para Sediar o 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade 229

26 DE AGOSTO

I Fórum de Gestão e Controle do Terceiro Setor 243

3º Fórum Nacional de Entidades Sindicais da Área Contábil

O Novo Sindicalismo na Profissão Contábil 267

VII Fórum Nacional de Professores de Ciências Contábeis Pesquisa a Serviço do Ensino 287

O Papel do Professor na Formação do Espírito Investigativo do Estudante de Ciências Contábeis 297

Painel n.º 05 - Créditos de Carbono: Emissão, Comercialização e Tratamento Contábil 307

Debate 323

Painel n.º 06 - A Carga Tributária Brasileira na Ótica da Empresa e do Governo 329

Painel n.º 07 - Controle e Transparência na Gestão de Entidades do Terceiro Setor 345

Painel n.º 08 - Ética e Responsabilidade Social 361

Visita do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade . 377

Palestra Magna - Inovar e Ousar na Busca do Sucesso 399

27 DE AGOSTO

2º Fórum Nacional da Mulher Contabilista

Talk Show entre a Atriz Júlia Lemmertz e a Escritora Lya Luft, Conduzido pela Jornalista Leila Ferreira 423

Painel n.º 09 - Auditoria e Controles Internos das Empresas Brasileiras após a Lei Sarbanes-Oxley 459

Painel n.º 10 - A Contabilidade nos Processos de Arbitragem 479

Painel n.º 11 - Evidenciação Contábil: Reflexos no Mercado de Capitais . 497

Painel nº. 12 - Alterações da Lei das Sociedades por Ações – Lei 11.638/07 515

Palestra Magna - Aspectos da História Contábil Brasileira 539

28 DE AGOSTO

2.º Fórum Nacional dos Empresários da Área Contábil 555

Certificação Digital: uso e Benefícios, Sped Contábil e Fiscal – Praticidade 561

VII Fórum Brasil dos Estudantes de Ciências Contábeis. 581

3.º Encontro Nacional de Coordenadores do Curso de Ciências Contábeis . .605

Desafios Acadêmicos para um Programa de Mestrado em Ciências Contábeis no Brasil. 611

O Papel do Ensino Superior 629

Painel n.º 13 - Contabilidade Pública: Desafios e Perspectivas da Convergência aos Padrões Internacionais 637

Painel n.º 14 - Governança Corporativa: Impactos no Crescimento e Desenvolvimento Econômico 665

Painel n.º 15 - Custos no Setor Público. 681

Painel n.º 16 - Mudanças no Cenário das Profissões: Educação e Empregabilidade 705

Painel n.º 17 - A Contribuição da Pesquisa Contábil e sua Difusão no Desenvolvimento da Contabilidade 725

Solenidade de Encerramento

Divulgação do Resultado dos Trabalhos Apresentados no Congresso 743

Anúncio do Estado-Sede do 19.º Congresso Brasileiro de Contabilidade. . . .757

Maria Clara Cavalcante Bugarim
Presidente do CFC

Apresentação - Presidente do CFC

Ao concluir os "Memórias do 18° Congresso Brasileiro de Contabilidade", que ora é entregue ao público institucional do Sistema CFC/CRCs, neste alentado volume de quase oitocentas páginas, distinguimos duas sensações: uma de alívio pela baixa de tão pesada responsabilidade; outra de justificado orgulho por ter contribuído, diretamente, para uma obra de real importância histórica.

Aquela fugaz permanência de cinco dias na cidade de Gramado, na aprazível Serra Gaúcha – resumida na programação oficial do Evento a sessenta horas de trabalho efetivo – bem poderia se comparada à ponta visível de um imenso "iceberg". Com efeito, já a partir de agosto-2004, toda a experiência registrada no bem sucedido CBC de Santos-SP vinha sendo trabalhada, por equipes do CFC e do CRC-RG, para assegurar um maior sucesso, ainda, ao Congresso cuja história vai aqui registrada.

Por outro lado, o clima mágico vivenciado pelos 6.000 profissionais participantes, no topo do 18º CBC – quando se comprovou o elevado prestígio político da Classe Contábil Brasileira – decorreu de uma bem sucedida escalada de vários degraus, ao longo desta primeira e profícua década do século XXI.

Pontuamos a seguir algumas das muitas conquistas que, revelando o amadurecimento contínuo, justificam o entusiasmo colhido pela Classe no Evento:

- Tivemos a aprovação da Lei nº 11.160/05, que deu direito de voto à totalidade dos Conselhos Regionais de Contabilidade, democratizando, assim, o poder decisório do nosso Sistema.

- Tivemos a eleição da primeira mulher para ocupar a Presidência do Conselho Federal de Contabilidade, corroborada já com o segundo mandato.

- Comemoramos, em alto estilo, o jubileu de prata do Conselho Federal de Contabilidade.

- O 18° CBC, em si, cujo lema: "Contabilidade: Ciência a Serviço do Desenvolvimento" ensejou a aprovação de 99 trabalhos científicos, mediante rigoroso critério, foi considerado, unanimemente, o maior e melhor de todos os Eventos da Contabilidade Nacional.

- Tivemos, pela primeira vez, a presença de um Presidente da República, prestigiando parceria dos contabilistas com o Governo Federal e anunciando, pessoalmente, medidas no maior interesse da Classe Contábil, a exemplo da Portaria do Ministério da Fazenda, fortalecendo a Contabilidade Pública Brasileira; e, ainda, congratulando-se com os participantes pela inclusão da empresa contábil no Anexo III da Lei do SIMPLES Nacional.

- A CAPES, reconhecendo o valor das contribuições inscritas, premiou com o estágio "B" o conceito dos trabalhos do nosso Congresso; cujo Comitê Científico, mediante inteligentes e arrojadas inovações, ensejou, de fato, um salto de excelência no estado da arte das Ciências Contábeis desenvolvidas no Brasil.

Esperamos que o leitor faça bom uso deste precioso manancial de conhecimentos, fruto do esforço ingente de admiráveis estudiosos e incensáveis trabalhadores, que tanto honram quanto engrandecem a Contabilidade.

MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM
Presidente do CFC
Presidente do 18º CBC

Rogério Rokembach
Presidente do CRCRS

Apresentação - Presidente CRCRS

Caros(as) Colegas:

Nesta publicação, encontraremos o registro do maior evento da Classe Contábil já realizado em nosso País, afinal, onde encontrar 6000 (seis mil) pessoas reunidas em um só lugar? Esta é fácil, mas não é num estádio de futebol não; mas num Congresso de Contabilidade. Aliás, o maior Congresso de todos os tempos, promovido por Profissionais da Contabilidade.

Depois de 53 anos voltou ao Rio Grande do Sul e de 24 a 28 de agosto de 2008, aconteceu em Gramado o "18º Congresso Brasileiro de Contabilidade". E já na pré-abertura, mostrava-se a magnitude do evento, pois nos esperava ninguém menos do que Renato Borghetti e sua gaita mágica no Auditório Érico Veríssimo (um dos seis auditórios) os outros eram, Elis Regina, Iberê Camargo, Lupicínio Rodrigues, José Lutzemberger e Mário Quintana. As Bandeiras de cada estado do Brasil entrando, o Hino Nacional na Voz de Agnaldo Rayol e as boas-vindas de Werner Schünemann, fizeram muitos olhos marejarem.

E assim, durante cinco produtivos dias, 9 (nove) Fóruns Nacionais de Debates, 17 (dezessete) Painéis de Temas Técnicos, 3 (três) Palestras Magnas aconteceram, além dos trabalhos apresentados e de muita cultura em todos os estandes dos Conselhos Regionais de Contabilidade e das empresas expositoras de todo o País.

Nomes nacionais não ligados especificamente à contabilidade, como Carlinhos de Jesus e sua aula de dança, Lya Luft, Julia Lemmertz, Serginho Groisman, Família Schürmann e Margareth Menezes.

Doutores em Contabilidade como Antônio Lopes de Sá e Eliseu Martins e mais uma constelação de Mestres da Profissão Contábil, todos ali, ao alcance, no Serra Park de Gramado. Não foi por acaso que marcaram presença, o Presidente da República e a Governadora do Rio Grande do Sul.

Muita informação técnica, muita troca de experiência, definições importantíssimas para a classe contábil como: enquadramento dos escritórios de contabilidade no Simples Nacional, nivelamento da contabilidade brasileira com normas internacionais de contabilidade e sistema público de escrituração digital.

Expresso assim em poucas linhas, parece ter sido um Magnífico Evento. Na verdade não parece; foi um Mega Evento, planejado com muita antecedência, cautela e organização. Tudo foi detalhadamente calculado. Uma enorme equipe trabalhou duro suando a camiseta, sob o comando da presidente do Conselho Federal de Contabilidade Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim e do Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Contador Rogério Rokembach.

Tudo conspirou positivamente para o evento: a belíssima Gramado, o clima e, principalmente, as pessoas. Belém do Pará sediará o próximo CBC em 2012 e sabemos que eles farão bonito. E se não bastasse, antes do encerramento oficial, Neto Fagundes, só na voz, cantando e fazendo-nos cantar arrepiados, o nosso Hino Riograndense.

Enfim, foi um acontecimento histórico para o Rio Grande do Sul, o Brasil e o Mundo. Parafraseando o imortal Odorico Paraguassu de o Bem-Amado: ficamos com a alma lavada e enxaguada.

Muito obrigado pela confiança, pelo apoio e pela participação, fundamentais para o sucesso deste 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade.

Parabéns Classe Contábil, parabéns Rio Grande do Sul, parabéns Brasil.

Pronunciamento do Conselheiro do CRCRS, contador Luiz Fernandes da Rosa Pohlnann, em reunião plenaria realizada em 11/09/08, cuja manifestação foi endossada integralmente pelo signatário

Contador ROGÉRIO ROKEMBACH
Presidente do CRCRS
Vice-Presidente do 18º CBC

CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

Comissão Organizadora

Presidente
Maria Clara Cavalcante Bugarim

Vice-presidente
Rogério Costa Rokembach

Comitê Gestor
Enory Luiz Spinelli (coordenador)
José Martonio Alves Coelho

Comitê Operacional
Elys Tevania Alves de Souza Carvalho (coordenadora)
Célia Teresinha Schwindt
Lucila Fialho Goulart

Comitê de Divulgação e Recepção
Sílvia Mara Leite Cavalcante (coordenadora)
Ana Tércia Lopes Rodrigues
Nivaldo Cleto
Alcedino Gomes Barbosa
Sergio Faraco

Comitê de Eventos Sociais
Ana Amélia Martins Mendes (coordenadora)
Eulália das Neves Ferreira
Tânia Moura da Silva
Maria Constança Carneiro Galvão

Comitê Financeiro
Juarez Domingues Carneiro (coordenador)
Zulmir Ivânio Breda
Dorgival Benjoino da Silva
Luiz Mateus Grimm

Comitê de Transporte e Hospedagem
Ricardo da Silva Carvalho (coordenador)
Luciano Biehl
Pedro Gabril Kenne da Silva
Ricardo Vitória
Hildo Rocchi Martins
Neuza Paula de Sousa Ribeiro

18º
CONGRESSO BRAS
24 a 28 de agosto d
18º
LIXO

Serra Park Centro de Convenções - visão externa

Feira de Negócios 18º CBC.
Serra Park Centro de Convenções

Violeta
Rua
Hortência
Rua
Margarida
Rua
ALTERDATA
Serasa
CRCRS
Roraima, Áreas Amazônicas
Aud. Mário Quintana
Aud. José Lutzenberger
Estande CFC
Posto Médico
Comitê Científico

24 DE AGOSTO

18
CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

ABERTURA

Mestre de cerimônias: Desde já, em nome dos promotores deste evento, registramos os agradecimentos a todos os parceiros e patrocinadores que tornaram possível a realização e o êxito deste Congresso, em especial, ao Sebrae Nacional, Caixa Econômica Federal e Fenacon.

Na abertura deste grandioso evento, uma homenagem ao estado que deixa seus visitantes inebriados de tanta beleza e encanto, e que evoca uma linda e rica história feita de lutas, de sonhos, de conquistas e de liberdade: o Rio Grande do Sul.

É mister que se diga que há nesse estado o predomínio de imigrações originárias da Europa e isso diferencia os gaúchos, pois, dessa miscigenação surgiu um povo altaneiro, trabalhador e que sabe acolher carinhosamente todos os que aqui aportam. Com sua cordialidade, usa o chimarrão para estreitar laços entre o visitante e o hospedeiro. Como bem diz o Gaúcho Glaucus Saraiva, no seu poema "Chimarrão":

Amargo doce que eu sorvo
Num beijo em lábios de prata.
Tens o perfume da mata
Molhada pelo sereno.
E a cuia, seio moreno,
Que passa de mão em mão
Traduz, no meu chimarrão,
Em sua simplicidade,
A velha hospitalidade
Da gente do meu rincão.

Com o aumento demográfico, o estado cresceu e hoje é reconhecido como um dos de melhor qualidade de vida no Brasil. Nosso estado anfitrião, ainda, apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que não deixa a desejar aos das maiores nações do mundo. O Estado do Rio Grande do Sul orgulha-se de suas tradições. Quem nunca ouviu falar da Rádio Farroupilha? Formada por um público de todas as idades, está "bombando" desde os anos 30 e até hoje serve de referência para suas afiliadas. E dos cantores? De Teixeirinha e sua Mary Terezinha, aos inspirados irmãos Klaiton e Kledir Ramil.

Você sabe o que é ter um amor, meu senhor,
Ter loucura por uma mulher
E depois encontrar este amor, meu senhor
Nos braços de um outro qualquer.

É preciso "nervos de aço" para enfrentar uma situação assim. Pelo menos era o que dizia o gaúcho Lupicínio Rodrigues, o inventor do termo "dor-de-cotovelo". Ninguém soube, como ele, cantar a dor e a desilusão de forma tão genial, sem cair em clichês e lugares comuns. Todas as pessoas que um dia choraram um amor ergueram, sem dúvida, um brinde a Lupicínio. Paixão, força e verdade são sentimentos que não faltam na música gaúcha. Quem não se emocionou ouvindo Elis Regina, a nossa querida Pimentinha, que se imortalizou como a melhor cantora da Música Popular Brasileira? "Fascinação" é não apenas um clássico da MPB, mas o sentimento que circundava todos que a ouviam. A voz, a emoção, as interpretações apaixonadas e o temperamento explosivo fizeram de Elis um mito que inspirou muitos outros talentos, entre eles a também gaúcha e maravilhosa Adriana Calcanhoto. O Rio Grande do Sul é um estado encantado onde a magia do folclore tem raízes profundas em lendas imortalizadas como o "Negrinho do Pastoreio", que muito nos enternece

Solenidade de Abertura do 18º CBC

Auditório Érico Veríssimo

ao ouvi-la. São várias as canções folclóricas gaúchas. Porém, chama nossa atenção aquela cujo registro foi feito pelo folclorista local Carlos Von Koseritz, "Prenda Minha". Conhecida nacionalmente, a melodia foi recolhida por Teodoro Tostes, na interpretação de um velho gaiteiro.

Vou-me embora, vou-me embora,
Prenda minha,
Tenho muito que fazer.

Tenho de ir para o rodeio,
Prenda minha,
No campo do bem-querer.

Oh, Rio Grande do Sul! Teus verdes parreirais certamente inspiraram o teu poeta para que fizesse esta ode de amor à sua terra. Decerto, os deuses aportaram em ti, pois te deram nomes do porte de Érico Veríssimo, um dos escritores mais populares do século XX. Romancista, contista, excelente contador de histórias, escrevia de maneira simples, produzindo obras memoráveis como: "Olhai os Lírios do Campo", um clássico da nossa literatura e a trilogia "O Tempo e o Vento", considerada por muitos, a obra definitiva do Estado do Rio Grande do Sul e uma das mais importantes do Brasil.

Como não lembrar Iberê Camargo, o artista que deu uma nova dimensão à pintura brasileira? Como um dos mestres do abstracionismo brasileiro, Iberê fez um expressionismo que buscou conciliar ética e estética. Profundas e impactantes, sua obras encarnam a pintura moderna no Brasil.

Brasil! O país que traz no bojo de seu Hino Nacional uma mensagem de respeito e valorização ao meio ambiente, causa apaixonadamente defendida pelo ecologista e agrônomo José Antonio Lutzemberger, uma das mais brilhantes mentes do País, que desde a década de 70 lutava para mostrar ao Brasil e ao mundo que é possível desfrutar das bênçãos da Terra sem agredi-la. Este renomado protetor da natureza ganhou mais de quarenta prêmios, vinte e cinco distinções de dez homenagens, destacando-se o Prêmio Nobel Alternativo, no ano de 1988 em Estocolmo.

Que dizer então do aprendiz de feiticeiro, o Poeta Mário Quintana? Cronista, contista, exímio fabulador, foi na poesia que ele expressou veementemente sua arte. É de sua autoria o famoso Poeminha do Contra:
Todos esses que aí estão
Atravancando meu caminho
Eles passarão.
Eu passarinho!

Mário Quintana, nascido em Alegrete, é considerado um dos maiores poetas brasileiros e da América Latina. Através de seus poemas, foi agraciado mais de uma vez pela Academia Brasileira de Letras; o poeta Mário Quintana, o "piadista do cotidiano"; um apaixonado pela beleza feminina.

E, por falar em beleza feminina... Ah! As mulheres gaúchas! Belas, vibrantes e talentosas! No campo literário destacamos grandes escritoras. Bendita sois, Santa Cruz do Sul, por teres criado em suas tetas mulheres do porte de Lya Luft, uma das escritoras brasileiras com maior vendagem de livros. Nós te saudamos Martha Medeiros! – outra contemporânea, escritora gaúcha nascida em Porto Alegre. Martha Medeiros diz em seu poema "De cara lavada":

Hoje me desfiz dos meus bens.
Vendi o sofá cujo tecido desenhei

E a mesa de jantar onde fizemos planos.
O quadro que fica atrás do bar
Rifei junto com algumas quinquilharias
Da época em que nos juntamos.

A TV e o aparelho de som
Foram adquiridos pela vizinha,
Testemunha do quanto erramos.

Ave! Rio Grande do Sul! Benditas sejam tuas mulheres multifacetadas, positivas, iluminadas, críticas, renovadoras, conscientes e igualitárias.

Salve a pequenina e gigante Daiane dos Santos, a primeira ginasta brasileira a conquistar medalhas de ouro e mundiais e que encantou o planeta com a beleza artística de seus movimentos precisos ao som de Brasileirinho. Nossa saudação e reverência à beleza de Yolanda Pereira e Ieda Maria Vargas, duas das três brasileiras a terem concretizado a façanha de tornar-se Miss Universo. Abençoadas sejam as misses gaúchas de ontem e as modelos gaúchas de hoje. Salve Ana Hichmann e Gisele Bündchen, a Top Model n.º 1 do mundo.

E nessa viagem de história, personalidades e belezas naturais, aportemos, então, como os imigrantes italianos e alemães e os tropeiros de antigamente, a este lugar mágico que servia de repouso e revigorava as forças de totós que chegavam ao topo da serra gaúcha.

Com estradas emolduradas por belas hortênsias, esta é a terra do chocolate e do Lago Negro, a cidade da rua coberta e do Natal Luz, onde o espírito natalino ganha forma, cor e voz em espetáculos como o Nativitaten, considerado um dos maiores eventos natalinos do mundo.

Palco de inúmeros eventos e comemorações, Gramado é abençoada por Kikito, o deus do bom humor, que além de ser o símbolo da alegria, também se tornou o símbolo e o prêmio máximo dos Festivais de Cinema Brasileiro que aqui acontecem desde 1973 e que celebram a Sétima Arte em âmbito nacional.

Com um visual paradisíaco, formado por uma natureza exuberante e paisagem estonteante, rodeada de pinheiros e lagos, Gramado oferece aos seus visitantes, mesmo nos dias mais frios, um calor humano que aquece o coração de todos através do aconchego mágico da hospitalidade do seu povo.

Aqui os tons se concretizam e a luz a tudo penetra. Dizem até que o sol morre para se transmutar e explodir em muitos sóis, fragmentando-se em estrelas, como pequenas luzes levadas pelas asas suaves e coloridas das borboletas, neste imenso campo de grama macia. Como bem o disse Mário Quintana:

O segredo é não correr atrás das borboletas...
É cuidar do jardim
Para que elas venham até você.

Caros Congressistas do 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade,

Gramado. Esta é a terra encantada que os acolhe e que irá fortalecê-los para os calorosos debates que serão realizados nos próximos quatro dias deste evento.

A escolha do lema do 18.º CBC – "Contabilidade: ciência a serviço do desenvolvimento" – traduz com precisão o objetivo do Conselho Federal de Contabilidade e dos Conselhos Regionais de Contabilidade na realização deste Congresso, que é o de promover o aperfeiçoamento profis-

sional por meio do incentivo ao desenvolvimento científico da área contábil. Acreditam os organizadores deste evento que só pelo conhecimento é possível moldar profissionais da contabilidade a atuar com consciência, com liberdade e com responsabilidade.

Ao incentivar e promover eventos científicos, como vem fazendo ao longo dos anos, o CFC dá mostras de que acredita que toda a potencialidade da área contábil pode ser atingida com a melhoria da educação. Confirmamos a evolução dos nossos propósitos, apresentando para os senhores o vídeo "A Fabulosa História da Contabilidade".

Neste momento, convido a tomar assento à Mesa: Excelentíssimo Senhor prefeito da Cidade de Gramado, Pedro Henrique Bertolucci, acompanhado da senhora presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Maria Clara Cavalcante Bugarim; Excelentíssimo Senhor senador da República Sérgio Zambiaze; Excelentíssimo Senhor presidente da Frente Parlamentar de Apoio à Micro e Pequena Empresa, deputado federal Claudio Antonio Vignatti, neste ato representando oficialmente a Câmara dos Deputados; Excelentíssimo Senhor ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União; Excelentíssimo Senhor secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Machado; o senhor presidente da Federação Internacional de Contadores (Ifac), Fermín del Valle; o senhor presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis e presidente da Organização não Governamental Ação Fome Zero, Antoninho Marmo Trevisan; o senhor presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), Valdir Pietrobon; o senhor presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Rogério Rokembach; o senhor presidente da Associação Interamericana de Contabilidade, Agustín Lizardo; o senhor presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais, Francisco Antonio Feijó; o senhor presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade, José Antonio de França; o senhor presidente da Câmara de Técnicos Oficiais de Contas, Antonio Domingues Azevedo; o senhor presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Victor Farccioni; o senhor diretor superintendente do Sebrae do Rio Grande do Sul, Derly Cunha Fialho.

Convido à mesa os insignes agraciados com a Medalha do Mérito Contábil João Lyra: contador Antônio Lopes de Sá e o contador Antonio Carlos Nasi. Dentro de instantes, também estaremos recebendo neste palco os outros agraciados com a Medalha do Mérito Contábil; os contadores Ynel Alves de Camargo e José Maria Martins Reis nos honram com suas presenças. Convido também à Mesa o senhor presidente do Ibracon, Francisco Papellás Filho.

Senhoras e senhores, por gentileza, queiram sentar-se porque estaremos recebendo agora, seguindo o critério de ordem alfabética, as bandeiras de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal.

A entrada das bandeiras será reverenciada por versos do cearense, poeta e contador Mário Gurjão, em sua poesia "Ciranda da Pátria". As bandeiras serão ladeadas pelos respectivos presidentes dos Conselhos Regionais e ex-presidentes do Conselho Federal de Contabilidade, que estarão também participando deste cortejo. As bandeiras serão conduzidas por cadetes da Academia de Polícia Militar, da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Abrindo o desfile, teremos, excepcionalmente, sob os versos do poeta Paulo Veras, a Bandeira do Conselho Federal de Contabilidade, que aqui chegará ladeada pelos ex-presidentes do CFC contador Ynel Alves de Camargo, Medalha do Mérito Contábil João Lyra; contador João Verner Juenemann; contador José Maria Martins Mendes, também detentor da Medalha João Lyra; contador José Serafim Abrantes; contador Alcedino Gomes Barbosa; e o contador José Martonio Alves Coelho.

Vamos receber, portanto, a Bandeira do Conselho Federal de Contabilidade.

Unido aos Regionais
Pra enriquecer a Nação
Com bons profissionais...
Faço história onde se lê:
Serviço, fé e razão!
Simbolizo o CFC.

Sequenciando – já agora anunciadas pelos versos do poeta Contador Mário Gurjão – virão as bandeiras dos CRCs.

Vamos receber agora a Bandeira do Estado do Acre, presidente Francisco Brito do Nascimento.

Refulgindo como um astro
Na grande Federação,
Fui por Plácido de Castro
Conquistando em luta insana.
Entrei para a comunhão
Na epopéia acreana.

Estado de Alagoas, presidente Jeovanes de Oliveira Silva.

Sou o berço dos marechais
Dos folguedos populares.
Dos vastos canaviais,
Escrínio das coisas boas,
Que sorri entre cantares,
Eu represento Alagoas.

Estado do Amapá, presidente Marilene Cardoso do Nascimento.

Na castanha-do-Pará,
No minério, na madeira,
A grandeza do Amapá
Reside no extrativismo
Seu arnês, sua bandeira
Trabalho e patriotismo.

Estado do Amazonas, presidente Julio Ramon Machiore Teixeira.

Sou a terra das seringueiras
E das florestas gigantes,
Das belas tribos guerreiras,
Do rio fenomenal,
De enxurradas espumantes
O Amazonas colossal.

Estado da Bahia, presidente Maria Constança Carneiro Galvão.

Eu batizei o Brasil
Desde o seu descobrimento,
Sob o meu céu cor de anil
Há paz, feitiço, alegria,
Sou a terra do sentimento,
Da sedução – a Bahia.

Estado do Ceará, presidente Osório Cavalcante Araújo.

Quebrei grilhões dos escravos,
Meu gesto a todos seduz,
Com uma legião de bravos
Fiz o que ninguém fará,
Eu sou a Terra da Luz
Do amor, do sol – Ceará.

Distrito Federal, presidente Gerardo Antonio Monteiro de Paiva Gama.

Bem no planalto goiano
Como Dom Bosco sonhou,
Eu guardo no meu arcano,
Sob um pátio cor de anil,

A raça que edificou
A capital do Brasil.
Estado do Espírito Santo, presidente Paulo Vieira Pinto.

Sou a terra capixaba,
De praias maravilhosas,
Onde o dia sempre acaba
Entoando um acalanto
Com vozes misteriosas,
Eu sou o Espírito Santo.

Estado de Goiás, presidente em exercício Luis Antonio Oliveira.

Sou a terra do garimpeiro,
Que em busca de gemas raras,
Volve a ganga o dia inteiro
E na saga de todo o ano
Canta a Iara em noites claras,
Eu sou o Estado Goiano.

Estado do Maranhão, presidente Celso Antonio Lago Beckman.

Sou a Atenas brasileira,
O rincão de pensadores,
Fiz da luta uma bandeira,
Com facho aceso na mão
Expulsei os invasores,
Eu encarno o Maranhão.
Estado de Mato Grosso, presidente Jorge Assef Filho.

Sou a terra dos pantanais,
Da pecuária e do milho,
Do mate, dos arrozais,
Da Região Central – colosso,
Sou da Pátria nobre filho,
Meu Estado é o Mato Grosso.

Estado de Mato Grosso do Sul, presidente Alcyr Moreira Fernandes.

Fiz do trabalho meu lema,
Tenho borracha, minério
Meu rincão é um poema,
De paz, sob um céu azul,
No pantanal há mistério,
Sou Mato Grosso do Sul.
Estado de Minas Gerais, presidente Paulo Cezar Consentino dos Santos.
Sou a terra montanhesa,
Airosa, bela ridente,
Com ardor e com nobreza
Defendo meus ideais
Regaço do inconfidente,
Eu sou das Minas Gerais.

Estado do Pará, presidente Regina Célia Nascimento Vila Nova.

Sou a terra do açaí,
Repositária da Fé,
Da farinha e tucupi,
Das cuias de tacacá
Do Círio de Nazaré,
O Estado do Grão Pará.

Estado da Paraíba, presidente Edson Franco de Moraes.

Sou do Brasil nobre filha
Onde o civismo ressoa,
Do heroísmo sigo a trilha
Com altivez espartana,
Sou berço de João Pessoa,
A terra paraibana.

Estado do Paraná, presidente Paulo César Caetano de Souza.

Sou a terra dos pinheirais,
Das quedas de água famosas,
Dos virentes cafezais,
Como esta gleba não há,
De estradas maravilhosas,
Sou o grande Paraná.

Estado de Pernambuco, presidente Osni Garcia de Lima.

Eu sou o Leão do Nordeste
Das lutas da Insurreição,

De fronte erguida e alma forte,
Com decisão sobre-humana,
Extirpei a servidão,
Sou a terra pernambucana.

Estado do Piauí, presidente Antonio Gomes das Neves.

Sou do Brasil unidade,
Das plagas quentes do Norte,
Tenho um rio, "Verde Frade"
Tenho gado e buriti
Um povo de alma forte,
Eu represento o Piauí.

Estado do Rio de Janeiro, presidente Antonio Miguel Fernandes.

Aos fulvos beijos do sol,
Esplendendo de beleza,
Eu sou do amor o crisol,
Florindo no ano inteiro,
Sou prenda da natureza,
Sou o Rio de Janeiro.

Estado do Rio Grande do Norte, presidente Maria do Rosário de Oliveira.

Sou ninho da liberdade
De poetas geniais,
Pálio de luz e bondade
Onde habita um povo forte,
Tenho sal e algodoais,
Sou o Rio Grande do Norte.

Estado do Rio Grande do Sul, presidente Rogério Costa Rokembach.

Sou tradição, permanência,
Dos pampas peão valente,
Exalto a minha querência,
Que um quadro de luz debuxa,
Sou a alma de minha gente,
Eu sou a terra gaúcha.

Estado de Rondônia, presidente José Domingos Filho.

Porfiando com nobreza,
Planto fumo, arroz e milho
Luto com amor e grandeza
No coração da Amazônia
Do progresso sigo o trilho
Eu represento Rondônia.

Estado de Roraima, presidente José Alves Pereira.

Plantada no extremo Norte,
Guardando nossas fronteiras,
Roraima que é brava e forte,
Faz do labor a conquista,
Nas paragens brasileiras
Por capital Boa Vista.

Estado de Santa Catarina, presidente Sergio Faraco.

O trigal meus campos doura,
Tenho pesca, vales, carvão,
Na portentosa lavoura
Meu povo na luta vence
Sou a terra da promissão,
O Estado Catarinense.

Estado de São Paulo, presidente Sérgio Prado de Mello.

Eu sou a audaz bandeirante,
Que enfeita os fastos da História
Na luta sempre triunfante,
Denodado progressista,
O trabalho é minha glória,
Eu sou a terra paulista.

Estado de Sergipe, presidente Romualdo Batista de Melo.

Sou berço de pensadores,
Meu Estado é pequenino,
Por ele morro de amores,
Tenho coco, fumo e cana,
Faço festa do Divino
Sou a terra sergipana.

Estado de Tocantins, presidente Flávio Azevedo Pinto.

Palmas é a capital
Da unidade mais nova,
Onde o rio colossal
Batiza o chão e estimula
E a grandeza traz à prova,
Sou Tocantins – O Caçula.

Senhoras e senhores,

Receberemos, em seguida, no Pavilhão Nacional, a presidente do Conselho Federal de Contabilidade, contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim.

Por gentileza, permaneçam de pé para ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro na voz do cantor Agnaldo Rayol.

Nesse momento as Bandeiras deverão ocupar seus lugares nos dispositivos.

Convido o ex-presidente do Conselho Federal de Contabilidade, detentor da Medalha de Mérito Contábil João Lyra, contador José Maria Martins Mendes, para acompanhar ao palco o Excelentíssimo Senhor Ministro do Tribunal de Contas, Benjamin Zymler.

Senhoras e senhores, por gentileza, queiram tomar assento.

Entre as diversas representações presentes a este evento, registramos com grande alegria a participação neste Congresso das Delegações da Angola, Portugal, Venezuela, Paraguai, Uruguai, Panamá, México, Argentina e República Dominicana. Os calorosos aplausos de todos os congressistas a todas as delegações estrangeiras.

Honram-nos com suas presenças neste evento o Excelentíssimo Senhor deputado estadual e contador Alberto Oliveira e também o senhor gerente da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae Nacional, Bruno Quick.

Senhoras e senhores,

O Conselho Federal de Contabilidade, entidade fiscalizadora do exercício da profissão contábil, dotado de personalidade jurídica do direito público, criado pelo Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946, é o coordenador do Sistema CFC/CRCs, juntamente com os 27 Conselhos Regionais, distribuídos pelos 26 Estados da Federação e o Distrito Federal. Sua finalidade é orientar, normatizar, registrar e fiscalizar o exercício da profissão contábil. O CFC possui como missão institucional, além do registro e da fiscalização dos profissionais da área contábil, promover o desenvolvimento da profissão contábil, primando pela ética e pela qualidade na prestação dos serviços como forma de proteção da sociedade. Entre suas principais ações, atividades e conquistas estão projetos como Contabilizando o Sucesso; Integração Estudantil; Exame de Qualificação Técnica; Educação Profissional Continuada; Mulher Contabilista; Exame de Suficiência; Convergência Internacional das Normas Brasileiras de Contabilidade e Contabilidade Internacional.

Nesse momento, para saudar a todos que nos honram com suas presenças, convido a usar da palavra o senhor presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul, contador Rogério Rokembach.

Rogério Rokembach – Presidente do Conselho Regional do Rio Grande do Sul: Senhora contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim, eu lhe faço a sau-

dação e, em seu nome, cumprimento a todos os componentes da mesa.

Prezados congressistas,

É com imensa satisfação que chegamos ao momento da realização do 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade. Queremos dar as boas-vindas a todos os que chegam ao nosso querido Rio Grande do Sul e manifestar o nosso orgulho em podermos receber aqui representantes de todos os estados desse maravilhoso País e também colegas de países amigos. Fizemos o nosso melhor para honrar o compromisso assumido em 2004, na cidade de Santos, pelo nosso então presidente Enory Spinelli, quando recebemos um voto de confiança para sediar este Congresso. Empreendemos em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade todos os esforços para bem recebê-los e para realizarmos um evento de altíssimo nível técnico. A classe contábil brasileira está de parabéns. Estamos vivendo atualmente no Brasil uma grande fase para a contabilidade e para seus profissionais, provavelmente a melhor de nossa história, conforme previu na década de 80 o nosso hoje profeta e sempre grande líder contador Ivan Carlos Gatti. Somos mais de quatrocentos mil profissionais da Contabilidade em todo o Brasil, liderados pela nossa extraordinária e muito competente presidente do Conselho Federal de Contabilidade, contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim.

No período de 24 a 28 de agosto, professores, empresários contábeis, auditores, peritos, consultores, empregados e profissionais liberais da área contábil, além dos estudantes, viverão uma oportunidade única para aprender, ensinar, trocar experiências, conhecer pessoas e culturas, confraternizar e dialogar neste grandioso e democrático evento. Temos a certeza de que nesses cinco dias sentiremos ainda mais orgulho de fazermos parte desta maravilhosa profissão. Superamos todas as expectativas em número de participantes. Estamos vendo neste Congresso uma participação maciça de colegas que estão vindo discutir os temas mais atuais e relevantes da contabilidade, visando à modernização e ao desenvolvimento profissional. É muito bom estarmos vivendo e compartilhando tudo o que está acontecendo, pois sabemos dos esforços realizados por todos para poderem participar deste Congresso.

Desejamos que vocês aproveitem cada momento de todos que ocorrerão. Desejamos que vocês, ao voltarem para suas cidades, compartilhem as experiências e os conhecimentos adquiridos durante o Congresso, com todos aqueles que não puderam participar. Desejamos que vocês se transformem em multiplicadores do conhecimento, pois classe forte se faz com grande número de bons profissionais.

A classe contábil brasileira tem muito a contribuir na construção de um grande Brasil. Estamos prontos para dar esta contribuição, especialmente na Reforma Tributária; na desburocratização; no cumprimento das obrigações legais; no Sistema de Contabilidade Digital; na evolução da Lei do SuperSimples, inclusive, sim, para as empresas de contabilidade; na atualização do Decreto-Lei n.º 9.295; na convergência entre as Normas Contábeis e Fiscais Brasileiras; no desenvolvimento de normas para a contabilidade pública; no controle social do Estado, por meio da Contabilidade.

Queremos também contribuir com os nossos perfis, na forma de voluntaria-

do, para melhor controle dos recursos dos programas sociais dos municípios, aplicando de forma prática o nosso compromisso de pautar a nossa conduta profissional. Devemos observar sempre os deveres de cidadania, independentemente de crenças, raças ou ideologias, concorrendo para que o nosso trabalho possa ser um instrumento de controle e orientação útil e eficaz para o desenvolvimento da sociedade e o progresso do País.

Sintam-se acolhidos. Desfrutem da hospitalidade de nosso povo e das belezas de nossa terra. Sejam bem-vindos a Gramado e que tenhamos um magnífico 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade. Muito obrigado.

Mestre de cerimônia: Convido a usar da palavra o Excelentíssimo Senhor secretário executivo do Ministério da Fazenda, professor Doutor Nelson Machado.

Nelson Machado – Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda: Boa-noite a todos. Quero cumprimentar a contadora Maria Clara em nome de toda a mesa e de todos os presentes. Inicialmente, quero apresentar aqui a saudação do Presidente da República que, infelizmente, não pôde comparecer nesta Abertura, mas, segundo fui informado pelo Cerimonial do Palácio, ele estará aqui conosco na próxima terça-feira. Essa informação foi também avalizada pelo próprio Presidente.

Quero aproveitar para cumprimentar a todos os congressistas e dizer da minha alegria em participar de um Congresso como este, da classe de contadores, dos profissionais de Contabilidade, uma profissão que se atualiza todos os dias, como vimos no vídeo ainda há pouco. Atualiza-se não apenas no campo da tecnologia, com mais computadores, mais softwares, mais capacidade de processar informações, como atualmente no Brasil, com a implantação da nossa a Digital Eletrônica. A nossa tecnologia avança muito rapidamente e nós somos capazes de nos apropriar dessa tecnologia. Mais importante que isso é o avanço dos conceitos contábeis. É necessário percebermos o avanço muito recente com a aprovação da Lei n.º 8.638, atualizando os conceitos de Contabilidade, colocando a Contabilidade brasileira no mesmo patamar da Contabilidade internacional, utilizando conceitos comuns que tornam possíveis a comparação das demonstrações contábeis, fortalecendo desta maneira o nosso mercado de capitais interno, e possibilitando investimentos externos e internos no nosso País, que concorrerão obviamente para o desenvolvimento forte e sustentável.

É importante lembrar também que isso está ocorrendo não só no campo empresarial, mas também no campo da Contabilidade Pública. O Conselho Federal está capitaneando um processo forte de estabelecimento de diretrizes para que a Contabilidade Pública também se ligue à convergência com as normas internacionais. É importante termos isso presente e, para que ocorra esse avanço, é fundamental fortalecermos dia após dia o processo de capacitação dessa categoria tão valorosa. E, para se conseguir uma capacitação, é muito importante congressos como este. São congressos como este que trazem a capacidade de apresentação de novas idéias, a difusão de novos conhecimentos, o debate de novas idéias. Portanto, caros congressistas, aproveitem o Congresso. Boa-noite. Muito obrigado.

Mestre de cerimônias: Senhoras e senhores, a seguir daremos início à Ce-

rimônia de Entrega da Medalha Mérito Contábil João Lyra.

A Medalha Mérito Contábil João Lyra foi instituída pela Resolução CFC n.º 440, de 20 de agosto de 1976, no ano em que a classe contábil brasileira comemorou solenemente em todo o território nacional o cinqüentenário da instituição, no Dia do Contabilista, comemorado em 25 de abril. A maior Comenda do Conselho Federal de Contabilidade leva o nome do Senador João Lyra, a quem a classe contábil deve inúmeras e expressivas realizações que merecem ser sempre lembradas e levadas ao conhecimento das novas gerações que aportam ao campo do exercício profissional contábil. A Comenda edifica o reconhecimento de toda a classe aos que se dedicaram alcançando notoriedade, ao aprimoramento das atividades relacionadas com a Contabilidade no campo científico, educacional, cultural, administrativo e profissional, e que se destacam de forma notável ou relevante. Este ano, o agraciado é o contador professor Doutor Eliseu Martins, a quem convido ao palco.

Eliseu Martins é Bacharel em Contabilidade pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, em 1968. Construiu uma carreira acadêmica brilhante, doutorando-se em Contabilidade e conquistando a livre docência sempre pela sua querida USP. As publicações do professor Eliseu são inúmeras. Seus livros serviram de base, ou foram resultados de estudos e de participações em mais de cinqüenta congressos regionais, nacionais e internacionais de Contabilidade. No seu currículo, estão registrados os importantes serviços prestados à economia do País, uma vez que integrou importantes equipes do Banco Central, da Comissão de Valores Imobiliários, da Petrobras e da Agência Nacional de Petróleo, além de outras relevantes contribuições desempenhadas no âmbito governo do Estado de São Paulo. Destaca-se também sua significativa contribuição no desenvolvimento da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuárias e Financeiras (Fipecafi), onde atualmente é presidente do Conselho Curador.

Por fim, mas sem exaurir todas as ações e as atividades do homenageado, destacamos sua posição como membro do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e ressaltamos o entusiasmo e a grande contribuição do nosso ilustre agraciado em busca da convergência da Contabilidade aos padrões internacionais.

Senhoras e senhores,

Esta é apenas uma breve abordagem do *curriculum vitae* de nosso agraciado, que não deixou de receber tantos outros troféus que a vida lhe ofereceu. Esse homem valoroso profissionalmente também carrega uma história pessoal de grandes conquistas. Nascido no Sítio Mococa, em Albertina, Minas Gerais, fez opção por São Paulo e chegou a essa cidade quase criança, aos quinze anos de idade. Apesar de sua juventude, as dificuldades foram inúmeras e a caminhada foi bastante árdua. Mas, mineiramente, Eliseu soube afastar todas as tempestades. O tempo passou e o menino amadureceu, tornou-se homem e descobriu o amor. Cativo deste sentimento, desfrutou as alegrias do doar-se em uma sólida e profunda união com sua a amada Débora, com quem teve dois filhos: Vinicius e Erick. O professor Doutor Eliseu Martins é um profundo conhecedor dos Noturnos de Choppin e das Sinfonias de Bethoven, formas musicais que enriquecem o seu espírito mineiro romântico. Por

outro lado, há uma verdadeira antítese no apurado gosto musical do nosso agraciado, pois se distancia dos clássicos pelo menos uma vez por ano para ir ao Sambódromo assistir ao desfile das Escolas de Samba. Isso evidencia que, apesar do seu amor pelo erudito, ele conserva a sensibilidade em relação às manifestações populares. Outra paixão do ilustre homenageado desta noite é o futebol. Ele é corintiano roxo. Outras preferências desse ilustre professor são os bons vinhos e as maravilhosas viagens em família. Suas mais novas paixões, que têm roubado boa parte do valioso e precioso tempo de nosso agraciado, chamam-se Nina e Lucas, seus netos. Esses pequeninos elos de amor que vieram fortalecer a corrente familiar aconchegam-se mais e mais, quando juntos resolvem curtir o mais belo ninho de lazer da família, chamado Mocoquinha. Lá, onde prazerosamente despertaram embalados pelo mavioso canto dos pássaros e um belo anoitecer. É ali mesmo onde a lua gira e gira, e traça no céu o compasso ameno para a vida do homem Eliseu que é múltiplo, que é clássico, que é romântico e terno. Esse romantismo é a tradução de tantos sonhos realizados pelo nobre professor Eliseu Martins. Suas grandes realizações, seja na área acadêmica, seja na área pessoal, fazem jus ao que diz o grande poeta Fernando Pessoa: "Somos do tamanho dos nossos sonhos".

Senhoras e senhores, esse é o breve perfil desse homem que encanta o Brasil e a classe contábil, em especial, professor Doutor Eliseu Martins.

Mestre de cerimônias: Com sua música, Agnaldo Rayol, acompanhado do Maestro João Cristal, vai prestar nossa homenagem da classe contábil ao nobre professor Doutor Eliseu Martins.

Nesse momento, convido o contador professor Doutor Eliseu Martins a receber a maior comenda da classe contábil brasileira, a Medalha Mérito Contábil João Lyra, das mãos da senhora presidente do Conselho Federal de Contabilidade, contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim.

E agora a presidente Maria Clara fará a entrega do Certificado da Medalha do Mérito Contábil João Lyra.

Agora a palavra do homenageado dessa noite, professor Doutor Eliseu Martins.

Eliseu Martins: Cumprimentando nossa colega Maria Clara Cavalcante Bugarim, não só por ser a única mulher na Mesa, mas pela sua autoridade, cumprimento todas as autoridades da Mesa e da platéia.

Há alguns anos, no último Congresso Brasileiro de Contabilidade, passei por um dos momentos de maior dificuldade da minha vida. Ganhava esta Comenda Máxima do Conselho Federal o colega, amigo, pai de minha orientanda de Mestrado, orientanda de Doutorado e também afilhada de casamento. Portanto, imaginem o relacionamento! Recebia esta Medalha, com muito mais mérito do que eu, aliás, o José Maria Martins Mendes. Foi terrível meu constrangimento, por não ter podido ir à entrega da sua Medalha porque foi subitamente constatado em mim um câncer de próstata, o que impediu minha presença. Por isso, eu quero, nesse momento, fazer em público meu pedido de desculpas a você, colega José Maria, e, homenageando-o, homenageio todos os insígnes recebedores anteriores da Medalha João Lyra.

Colegas, senhoras e senhores, a notícia da eleição de meu nome neste ano,

Entrega da Medalha João Lyra.
Maria Clara e Eliseu Martins

Seis mil pessoas participaram do Congresso

PENTACOM

com o histórico telefonema da presidente Maria Clara, fez em poucos segundos repassar em minha cabeça o filme da minha vida. Atrás da resposta, a pergunta: por que eu? Eu comecei a ficar outra vez constrangido porque não conseguia localizar quais atividades teria eu desempenhado dentro da nossa categoria para merecer essa Medalha. Minhas participações nos órgãos de classe sempre foram pequenas, no que diz respeito aos órgãos de Contabilidade, às funções formais tão trabalhosas. Toda a participação que tive sempre foi de natureza técnica, discutindo sobre rumos técnicos da nossa profissão, normas contábeis, educação contábil, teoria contábil, prática contábil, ou seja, sempre centrada no campo técnico e fundamentada nos princípios que acredito que possam fazer da nossa ciência, cada vez mais, uma área de respeito, e para que possa ser capaz de participar ativa, eficaz, eficientemente (mais ainda) do processo de ajudar na produção e na distribuição da riqueza brasileira.

Minha vida acadêmica, ensinando, escrevendo, palestrando, sempre transpirou a ciência contábil. E, fora do mundo acadêmico, mesmo em algumas participações no Governo, sempre atuei nos segmentos técnicos, procurando fazer com que a nossa ciência fosse um instrumento útil, alertando as empresas para o mercado investidor, para o mercado credor, para os demais usuários da nossa informação, como os empregados, o Governo e a sociedade em geral. E no meu filme não conseguia localizar feitos meus realmente dignos de notas fora dessa linha técnica. Eu não conseguia na minha reflexão, talvez ingênua, entender a causa dessa premiação. Mas logo cai em mim. Estava havendo uma enorme ampliação do sentido da homenagem e não era a mim que realmente se procurava homenagear, mas, sim, a função, que também pode ser exercida pela elevação da classe que é: ensinar em salas de aula, ensinar a escrever livros, trabalhar incansavelmente nas Comissões Técnicas sobre Contabilidade, discutir e opinar pelo avanço da teoria e pela melhoria da prática contábil.

No meu caso, percebi que se estava homenageando a figura do professor dedicado à causa que ele diz ser sua, mas, na verdade, é daqueles a quem ele procura colocar no caminho sadio da produção das informações que ajudem nos processos de controle e decisão. Eu entendi que esse era o verdadeiro significado – o CFC atribuindo enorme importância àqueles que militam desta forma pela elevação da profissão. Por isso, divido penhoradamente esta homenagem com todos os colegas professores da USP e com todos os demais deste País que têm atuação expressiva, dentro dessa linha de ver no aluno, ou no profissional que quer continuar a aprender, uma continuação e uma versão melhorada de si mesmo.

Quero também aproveitar e dividir esta homenagem com meus familiares já citados. Há trinta anos, coloquei na dedicatória de uma tese que virou um livro, e agradeci à minha mulher Débora por dedicar sua vida a mim e aos nossos filhos. Quero agradecer também aos meus filhos, Vinicius e Erick, porque tão cedo foram forçados a tantas renúncias para que eu pudesse seguir a minha carreira, renúncias essas contra a minha vontade. Agradeço por se lembrarem do meu nome.

Agora, mudando um pouquinho, eu não gostaria de perder a oportunidade para falar sobre o momento que vivemos.

Para mim, pessoalmente, não deixa de ser também muito significativo receber essa Comenda em nome de tantos que a merecem, justamente quando estamos tendo a segunda grande revolução contábil neste País. Tivemos a primeira em 1976, quando da Lei da Sociedade por Ações nos tirou de uma fase já ultrapassada da Contabilidade e nos colocou ao lado do que de melhor havia no mundo à época. Contabilidade colocada em lei era um início sempre de enormes avanços, mas depois de enormes atrasos, porque a lei permanece estável, mas o mundo não. Novas transações são criadas, a ciência avança, mas a lei amarra tudo e todos. Agora, a partir da Lei n.º 11.638, recentemente sancionada pelo nosso Presidente da República, como já mencionou nosso Doutorando Sênior Nelson Machado, estamos na segunda grande revolução da Contabilidade, maior até do que a primeira, porque não nos coloca ainda, mas permite que nos coloquemos ao lado dos melhores países do mundo.

Esse processo de integração às normas internacionais de Contabilidade para a sociedade privada – não estou falando aqui da área pública, a que nos levarão as condições dadas por essa novíssima lei – está a nos dar enorme trabalho, a nos exaurir. Mas, ao mesmo tempo, nos possibilita ficar alinhados com o que de melhor hoje se faz. Tantos países desenvolvidos e tantos outros em desenvolvimento, quando seriamente se preocupam com a redução das barreiras que só aumentam o risco e o custo do País. Mas eu gostaria de alertar para o seguinte: a grande revolução de que falo não está nas normas propriamente ditas. Inclusive, a grande revolução não está no comportamento, mas, sim, na filosofia que essa nova legislação nos levará.

Toda essa normatização tem um único e radical fundamento: o da prevalência da instância econômica sobre a forma nas demonstrações contábeis. Não estamos acostumados com isso em nossa profissão aqui no Brasil ainda. As normas dos direitos econômicos sempre nos levaram a dar muito mais valor à forma com que está escrito qualquer documento do que ao conteúdo do que se pretendeu descrever. Muitas vezes, temos feito da Contabilidade um processo de mero segmento às regras ao se contratar e ao estipulado formalizado em um papel, e isso finalmente vai mudar. Vamos passar ao mundo da primazia da essência sob a forma. Se o papel não retratar a realidade econômica, não se poderá mais registrar contabilmente da maneira como estipula o papel, mas, sim, conforme a realidade, conforme o fato econômico. Se uma empresa vende seja lá o que for – um objeto, ou um móvel, ou uma máquina –, aluga de volta o que acaba de vender e se obriga a recomprá-lo após certo tempo. Na forma, está havendo venda, aluguel, compra. Mas, na essência econômica, está ocorrendo um empréstimo, em que a titularidade jurídica do objeto está sendo dada apenas como garantia. A representação contábil terá que seguir esta essência econômica para fazer realmente das nossas demonstrações uma conta de informações úteis. Temos que parar de seguir essa formalidade para partir para essa a essência, para que as nossas informações de forma alguma possam, como às vezes, ser chamadas de deformadas e enganadas. Só que essa posição de observância da essência dos fatos obriga o profissional a conhecer a essência de cada transação que irá registrar; obriga-o a sair do seu lugar à caça dos que cuidam dessa tran-

sação; a aprender tudo o que ocorre na entidade; a pensar sobre a melhor forma de seu registro e a melhor maneira de bem informar ao usuário da demonstração contábil, seja a própria administração da entidade ou qualquer terceiro. Isso exige muito mais conhecimento, muito mais capacidade de julgamento, coragem de decidir e de assumir responsabilidades, e afeta também os empresários, os diretores e os conselheiros que irão assinar as suas demonstrações, bem como os auditores. Até que enfim, deixaremos de ter nossa Contabilidade como "Ciência de Direito". Essa é uma infeliz expressão de juristas brasileiros há algumas décadas, para tê-la como instrumento genuíno de informação que sempre está à procura da melhor maneira de mostrar como está o patrimônio, qualquer parte dele, sua evolução, o que o coloca em risco como a entidade produz e distribui a sua riqueza.

Esta dificuldade de postura, de novo, nos trará dificuldades. Muito mais simples é procurar saber qual é a regrinha a cumprir, qual é a norma a aplicar de maneira cega e quadrada. Como fugir da responsabilidade só se preocupando com o que está formalizado, dizendo que a responsabilidade é de quem assinou o papel a ser registrado? Por outro lado, essa nova desafiante postura poderá nos trazer a redenção. Esse vício de se procurar saber qual a instrução a seguir, e segui-la sem pestanejar, precisa acabar. Agora teremos não só a oportunidade, mas a obrigação de assumir um papel extraordinário, de muito maior responsabilidade, a nos exigir muito mais em termos de julgamento e decisão. Voltamos a repetir: isso vai nos trazer dificuldades, muito trabalho e responsabilidade como nunca tivemos. Mas também será a forma de fazer com que nossa profissão possa vir a ter o *status* social, o respeito da comunidade e a imagem bem forte que existe nos países onde essa filosofia é praticada há séculos. Talvez seja por isso que tantos países estão a abandonar suas contabilidades exageradamente conservadoras e presas quase que exclusivamente a interesses fiscais, e começam a assumir essa postura de maneira generalizada. Esses princípios anglo-saxônicos hoje são a base que se alastra pelo mundo todo em substituição ao modelo já caído em desuso. O grande objetivo daquela Lei criada em 1976 era chegar a isso, mas sabemos que por diversos motivos não conseguiu.

Mas agora, com a nova legislação, e por meio do nosso Comitê Pronunciamento Contábil, criado por Resolução do Conselho Federal, com a ajuda dos diversos órgãos regulamentadores de Contabilidade no Brasil, nós estamos caminhando para tirar essa diferença e até para passar à frente de muitos dos outros países que estão tendo certas dificuldades. Dificuldades essas que parece estaremos conseguindo ultrapassar neste país, com a colaboração extraordinária da Receita Federal do Brasil, que está agora no processo de completar a separação da informação contábil de boa qualidade para o usuário daquela necessária para fins de tributação, admitindo dois conjuntos de informação, vinculados e conciliados, mas distintos porque distintas são as suas realidades.

Receber esta Medalha João Lyra, nesse momento histórico, pelo qual lutamos arduamente durante tantos anos, e quando se vê de fato a realidade começar a mudar, é algo que nos dá maior responsabilidade para seguirmos o nosso caminho. Acima de tudo, dá-nos mais energia para reforçar o compro-

misso de trabalhar ainda mais e também ajudar no processo de fazer com que nossa profissão seja cada vez mais reconhecida pela sociedade como um todo. E nós vamos conseguir.

Meus agradecimentos finais aos conselheiros e às conselheiras do Conselho Federal, representados aqui pela presidente Maria Clara, a quem devo um abraço todo especial, às senhoras e aos senhores conselheiros dos Conselhos Regionais. Faço aqui a menção, cumprimentando a todos eles, em nome do presidente do Conselho de São Paulo, Sergio Prado de Melo, a quem também agradeço muito. A todos vocês, colegas e participantes, o meu eterno muito obrigado. Contem com a promessa: continuarei, com certeza, como continuaremos todos nós, professores, e novamente peço que se sintam todos homenageados. Enfrentaremos nossa batalha por esse ideal com mais força e fé ainda.

Muito, muito obrigado mesmo. Viva a nossa profissão!

Mestre de cerimônias: Senhoras e senhores, nesse momento, convido a fazer uso da palavra o Excelentíssimo Senhor prefeito do Município de Gramado, Pedro Henrique Bertolucci.

Pedro Henrique Bertolucci - Prefeito do Município de Gramado: Nossa primeira saudação a esses congressistas que embelezam a nossa cidade com suas presenças e que têm sob a liderança essa grande presidente, a contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim. Muito obrigado, presidente, por ter escolhido a nossa cidade para sediar esse evento maravilhoso.

Nossa saudação ao senador Sérgio Zambiasi, esse grande senador que muito honra o nosso Congresso Nacional, juntamente com o deputado federal Claudio Antonio Vignatti, que representa muito bem nossa Santa Catarina; nosso ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União; ao nosso ex-ministro e hoje secretário executivo do Ministério da Fazenda Nelson Machado, obrigado pela sua presença, hoje representando o Presidente da República; Doutor contador Fermín del Valle; Antoninho Marmo Trevisan; Valdir Pietrobon; o presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Rogério Rokembach; contador Agustín Lizardo; Francisco Antonio Feijó; José Antonio Fraga; Antonio Domingues de Azevedo; nosso conselheiro do Tribunal de Contas do Estado Victor Faccioni; deputado Alberto Oliveira; nosso comandante do 1.º Batalhão de Policiamento na Área Turística; nossos contadores da Cidade de Gramado, a região das hortênsias.

Sentimo-nos muito honrados em receber esse grande número de contadores do Brasil inteiro. Desejamos que todos vocês encontrem em nossa cidade o carinho de nossa população, o calor de nossa gente, sobretudo, dessa cidade que é pequena, que tem trinta e um mil habitantes, mas que a cada ano recebe 2,5 milhões de turistas. É nessa cidade que nós aprontamos uma estrutura gastronômica com mais de cem restaurantes à espera dos senhores; uma estrutura de compras muito bem montada, com várias centenas de lojas em *shopping* a céu aberto na Avenida Borges de Medeiros; uma estrutura hoteleira com mais de dez mil leitos à disposição da comunidade turística que nos visitam; uma cidade que vive uma situação de pleno emprego, o que é muito raro no Brasil. Gramado é uma das poucas cidades do Brasil que vive o pleno emprego. É o principal pólo turístico do Sul do Brasil, e que está entre

os três principais pontos turísticos mais desejados do Brasil. Entre as dez cidades turísticas do Brasil, é a primeira em segurança. É por isso que produzimos aqui mais de duzentos congressos a cada ano (grandes, pequenos e importantes como este), além de eventos produzidos pela própria Prefeitura, como o Festival de Cinema, que terminamos agora na semana passada. É um dos eventos de maior representação da área de cinema da América Latina. A nossa Festa da Colônia, que é uma festa das origens dos alemães e italianos, os quais fizeram a nossa colonização, acontece nos meses de março e abril. Agora, sexta-feira, começa o 2º Festival de Gastronomia do nosso Município, com dez chefs internacionais, que estarão à disposição. Os senhores poderão degustar vinhos e champanhes na nossa rua coberta, com os chefs apresentando a sua culinária. Enfim, esta é a cidade que tem o Natal Luz, que é um evento muito importante, com duração de sessenta dias; começa na metade do mês de novembro e vai até a metade do mês de janeiro, fazendo assim um dos maiores Natais do mundo. A cidade se veste como uma cidade temática de Natal e são produzidos mais de oitenta eventos durante esse período, oportunizando assim um espetáculo maravilhoso, festejando a época do nascimento de Jesus.

Por isso, espero que os senhores encontrem em nossa cidade, o carinho de nossa população, mas, sobretudo, que aproveitem essa estrutura que montamos exatamente para essa população turística que nos visita. São 2,5 milhões de turistas e nós temos o compromisso de tratá-los com muito carinho. Esse é o nosso negócio. Nós fizemos turismo quando poucos acreditavam que o turismo era uma atividade econômica importante. Gramado apostou nisso e hoje vivemos o pleno emprego. Sejam todos de outros estados muito bem-vindos e sejam os nossos gaúchos, nossos colaboradores na recepção, no trato com aqueles que vêm de fora. Desejamos a todos vocês que tenham um Congresso maravilhoso e uma estada muito boa em nosso meio. Muito obrigado, um grande abraço e um feliz Congresso para todos vocês.

Eu quero aqui entregar para a nossa presidente, como reconhecimento por ter escolhido a nossa cidade, um livro que retrata as quatro estações de Gramado. Ela só está podendo ver agora o fim do inverno, mas por essas fotografias, que são maravilhosas, terá oportunidade de conhecer as quatro estações que são bem marcadas em nossa cidade. Este livro é acompanhado de uma caixa de chocolate, que é o símbolo da nossa cidade. Temos trinta fábricas de chocolates à disposição dos senhores. Muito obrigado.

Mestre de cerimônias: Com a palavra, o Excelentíssimo Senhor presidente da Frente Parlamentar de apoio a Micro e Pequena Empresa, deputado federal Cláudio Vignatti.

Deputado Federal Cláudio Vignatti - Presidente da Frente Parlamentar de Apoio à Micro e Pequena Empresa: Boa-noite a todos e a todas. Quero saudar a Maria Clara e o prefeito Pedro Henrique, e me permito estender a saudação a toda esta mesa de honra composta na noite de hoje.

Primeiro, quero dizer da alegria de nós podermos estar aqui representando o Congresso Nacional. O senador Zambiazi também está aqui presente como presidente desta Frente Parlamentar Mista do Congresso Nacional, que constituiu a Lei Geral junto com o Governo. Foi mais

uma iniciativa do Congresso Nacional que formalizou essa Lei Geral, e tem a oportunidade de agora reformular essa Lei da Micro e Pequena Empresa. Quero saudar todos os contadores do Brasil inteiro que estão aqui presentes, pelo papel importantíssimo que vocês desempenham neste País, e por esse Congresso maravilhoso que vocês estão fazendo aqui, discutindo temas importantíssimos de nossa atualidade. Sem dúvida nenhuma, vocês são portadores dos novos conhecimentos e estão "espraiados" por todos os cantos desse Brasil. Eu tenho condições fundamentais de contribuir muito no ajuste tributário nacional e no aperfeiçoamento do Sistema Tributário Nacional, como também sou um agente arrecadador privado, não público, nesse País, pois, com certeza, ajudo e muito o fisco estadual e federal.

Nós estamos concluindo nesse momento um grande entendimento, uma reformulação ainda maior da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, em que nós teremos um pacto de acordos com todas as empresas de contabilidade, com todos os profissionais do Brasil inteiro. Aprovamos, há alguns dias, na Câmara dos Deputados, e que agora está sendo encaminhado ao Senado Federal, o PL 127, que reformula a Lei Geral e cria a figura do microempreendedor individual. É aquele pedreiro, carpinteiro, costureira, o pessoal que, de fato, não tem registro e tem seu trabalho como única e exclusiva forma de arrecadação. Nós precisamos garantir todo o direito previdenciário dessa pessoa. O objetivo é a inclusão de dez milhões de pessoas que estão à margem de constituir o seu direito previdenciário neste País.

Além disso, a reformulação da Lei Geral incluiu uma questão, que os estados resistiram no primeiro momento e que agora, com certeza, nós vamos ter vocês como aliados neste processo de garantir entre os estados e entre o próprio governo. Além de incluir novas tabelas, foi negociado com o Nelson Machado, da Receita Federal, que a Tabela 5 revigora uma nova reformulação e garante a inclusão da Previdência. Essa é uma conquista importantíssima, além de renegociar também a porta de entrada para quem precisa ingressar no Simples, e que por vários problemas burocráticos acabou não conseguindo. Inclusive, tem um Refiz Especial novamente para quem vai aderir ao Simples. Nós queremos votar isso o mais rápido possível no Senado Federal. Também estamos trabalhando para convencer o Governo, a Receita Federal, porque, na Frente Parlamentar, e com a colaboração do Valdir da Fenacon, que é um colaborador que tem negociado junto com o Sebrae, nós decidimos pela inclusão também do contador na Tabela 3. Vamos trabalhar para que o contador possa, de fato, ter essa conquista importantíssima. Nesse sentido, nós queremos ter vocês como aliados nesse processo da aplicação da Lei Geral. Mas, mais do que isso, nós queremos ter vocês como aliados em uma campanha de cadastramento do meio nacional para que, de fato, juntos, nós possamos fazer uma grande justiça tributária neste País, e fazermos a inclusão dessas milhares de pessoas por esse Brasil afora, que está crescendo e formalizando empregos. Mais do que nunca, esse Brasil não pode parar e nós precisamos ajudar, precisamos contribuir para que esse Brasil melhore a sua inclusão social e construa oportunidades. Parabéns, presidente. Quero trazer aqui o nosso cumprimento do Congresso Nacional, dos senadores e dos deputados federais por esse 18.º Congresso e a todos os seus homenageados na noite de hoje. Muito obrigado.

Mestre de cerimônia: Ouviremos agora a palavra da presidente do Conselho Federal de Contabilidade, contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim.

Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim - Presidente do Conselho Federal de Contabilidade: Caras e distintas autoridades que compõem a Mesa, permitam-me saudá-las na pessoa do prefeito da Cidade de Gramado, senhor Pedro Henrique Bertolucci, meu amigo, e na pessoa do meu querido presidente Rogério Rokembach, e em seu nome, saúdo também a todos os profissionais do Estado do Rio Grande do Sul.

Caros congressistas, autoridades, convidados especiais, senhoras e senhores,

Não encontro palavras que possam traduzir a emoção que sinto na abertura dessa gratíssima Solenidade, a 18.ª edição do maior e mais importante evento da classe contábil brasileira. Para mim, especialmente, tem um significado todo especial. A honra de ser a primeira mulher contabilista a presidir o Conselho Federal de Contabilidade encontra um paralelo em dignidade na condição desse histórico momento. Qualquer profissional contábil que se dispuser a percorrer as históricas e bem pavimentadas avenidas das dezessete edições passadas do Congresso Brasileiro de Contabilidade, na certa, encontrará uma infinidade de motivos para valorizar ainda mais a sua profissão e sentir-se feliz, cada vez mais, por pertencer à classe contábil.

Momentos como este nos orgulham por entendermos que o ramo das Ciências Contábeis é um dos mais respeitáveis, entre as ciências sociais aplicadas. Esse rico memorial da Contabilidade brasileira teve início no Rio de Janeiro, então Capital Federal, em agosto de 1924, quando foi definido como objetivo daquele Congresso: "Estudar todos os assuntos relacionados com a Contabilidade e com o exercício da profissão contábil, visando ao aperfeiçoamento, ao preparo técnico e à evolução moral da classe, definindo a contabilidade e a escrituração". Na sua gênesis, conforme se vê o foco do nosso Congresso, já se contemplava a Contabilidade como profissão, classe e ciência, sem descuidar da questão ética, quando se trata igualmente da evolução moral da classe.

Aquele primeiro e fundamental Congresso, já na sua Sessão Inaugural Ordinária, cuidou de definir a Contabilidade como a ciência que estuda e pratica as funções de orientação do controle e do registro, relativa aos atos, ao *status* de administração econômica. Hoje, este ponto de partida, pela sua simplicidade, poderia até parecer de pouca importância, porém, para os congressistas daquela época definir a contabilidade como ciência foi uma decisão intelectual das mais arrojadas, estratégica por excelência. Podemos mesmo afirmar que é de vital importância para o futuro alinhamento do pensar e do fazer contábil, a corrente internacional mais propícia aos interesses da nossa Pátria.

Aquela revolucionária iniciativa fez, e vem fazendo até os dias atuais, toda a diferença no que concerne à evolução da Contabilidade no Brasil. Ser uma simples prática ou uma ciência, eis a questão basilar equacionada pelos nossos pioneiros. Não tivessem aqueles líderes, sabiamente, tomado o caminho real do conhecimento científico, nós estaríamos agora procurando atalhos. Estaríamos perdidos nesse processo tão necessário quanto irreversível, de fazer a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade ao mundo globalizado. Aliás, tivessem eles,

pelo caminho mais cômodo, definido a Contabilidade como arte ou deixando-a como simples prática, nem Normas haveria agora. Felizmente, hoje, grandes instituições nacionais, em parcerias com o CFC, afinadas em um mútuo entendimento da convergência interna, avançam confiantes na luta para harmonizar a Contabilidade praticada no Brasil aos padrões internacionais.

Para os congressistas, quem se dedicar com afinco, aproveitar as análises e os objetivos dos lemas e dos temários adotados em todos os Congressos Brasileiros de Contabilidade vai ter uma radiografia precisa da trajetória profissional e política dos contabilistas do nosso País nos últimos anos. A coletânea de trabalhos técnico-científicos oferece o perfil de cada época, registrado no inestimável patrimônio acadêmico produzido. Indica, por outro lado, o potencial de desenvolvimento que as Ciências Contábeis oferecem. A título de exemplo, há exatos 74 anos, os contabilistas brasileiros, reunidos no seu terceiro Congresso, levantavam, entre outras posições, a necessidade de fiscalização permanente nos serviços públicos; providência esta que nunca perdeu a sua atualidade e será sempre necessária para a defesa do bem comum e da cidadania.

Muito a propósito, na atualidade, estamos trabalhando fortemente para implementar as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público como instrumento necessário ao desenvolvimento do País. Esse esforço visa fortalecer o controle do patrimônio, enquanto racionaliza a gestão da coisa pública. Continuamente, foi ao longo de todos esses anos, enquanto colabora para o desenvolvimento econômico, mediante seus inestimáveis serviços prestados à iniciativa privada e ao setor público, o contabilista brasileiro vem acumulando um invejável banco de informações na riquíssima cultura contábil, que se consolida a cada Congresso. Isso possibilita aos interessados, fazendo a conexão do passado com o presente, projetarem com o menor grau de incerteza e maior probabilidade de acerto o seu futuro dentro da profissão abraçada.

Testemunhando a trajetória do êxito de nossa classe, brilha nesse ambiente um cientista respeitado mundialmente o professor Doutor Antônio Lopes de Sá. Ele é o único contador a presidir dois Congressos Brasileiros de Contabilidade: um no ano de 1961 e o outro no ano de 1969. Mestre Antonio de Sá, em sua extraordinária lucidez, é como uma enciclopédia viva ao nosso alcance. Feliz a geração de contabilistas que pode desfrutar da enriquecedora convivência de tantos e tão eruditos pensadores acadêmicos, para discutirem juntos a Contabilidade focada cientificamente, como ora fazemos. Aqui mesmo, do forte solo acadêmico rio-grandense, destaca-se outro grande luminar das Ciências Contábeis, na pessoa do renomado contador e grande cientista, nosso querido professor Olivio Koliver. E falando em pensadores renomados, eu não poderia deixar de, mais uma vez, saudar o nosso respeitável e grande homenageado da noite, Doutor Eliseu Martins. Querido professor Eliseu, nossas congratulações por conta do seu reconhecido domínio científico, da sua inestimável contribuição para a formação do contador e para a divulgação do pensamento contábil. O preclaro Mestre fez jus à comenda máxima da classe contábil brasileira, que lhe foi conferida neste ano de 2008. Em seu nome, sintam-se felicitados e que possam reviver nas suas memórias tão privilegiado momento todos os detentores da nossa comenda máxima, a Medalha João Lyra.

Estimados congressistas,

Temos plena consciência do quanto os contabilistas brasileiros, um verdadeiro exército, com organização e força produtiva, com sua imensa capilaridade e invejável poder de mobilização, sempre foram, são e serão indispensáveis ao desenvolvimento econômico nacional. Toda essa gloriosa história da classe contábil que ora vimos passar, em vez de alimentar um sentimento de orgulho pessoal, embora justificado, sirva antes como apoio e reforço à nossa permanente e forte união. Espero que seja um convite endereçado à consciência coletiva para participarmos, com mais freqüência e amplitude, da celebração da responsabilidade social, em uma afirmação cívica do nosso compromisso para com o progresso e a justiça social da pátria respeitável e próspera que idealizamos.

Como é sabido, o desenvolvimento nacional está intrinsecamente relacionado com a credibilidade internacional e passa tanto pela transparência das instituições governamentais quanto pela confiança nos operadores do mercado financeiro. Já o desejável investimento do capital estrangeiro demanda, cada vez mais, dados confiáveis, informações atualizadas, precisas e que permitam a comparabilidade. Enfim, exigem a Contabilidade integrada e em crescente harmonia com as Normas Internacionais de Contabilidade. Felizmente, hoje, grandes instituições nacionais dos setores público e privado, em parceria com o CFC, assinando um mútuo entendimento da convergência interna, avançam confiantes na luta para harmonizar a Contabilidade praticada no Brasil aos padrões internacionais. Sempre coube aos profissionais contábeis, como guardiões da riqueza, alargar as estradas da prosperidade. Na era da Revolução Industrial, a riqueza tinha trajetos mais previsíveis, com velocidade controlada. Bastava, portanto, o registro correto e um controle relativamente simples.

Já nos dias atuais, a revolução virtual e globalizada em curso tem seu foco no conhecimento. Sua matéria-prima agora é o saber veiculado na precisa informação digital. Nessa nova configuração, além de guardiões, cabe-lhes partir na frente como precursores da geração da riqueza nacional, sempre conectados na economia globalizada. Cabe ao profissional da Contabilidade, por ofício, ser o tradutor da linguagem universal dos negócios. Urge, portanto, que se atualize e se alargue a competência e a eficácia para ser um autêntico profissional do Brasil moderno, inserido no mercado mundial em expansão.

Esse Congresso é um providencial ensejo para que, em um processo de ganho de sinergia, possamos refletir sobre quem somos, para onde vamos e como o faremos. Que Deus nos dê coragem e inteligência à altura de nossa missão e que sejamos sempre dignos de construir tão elevado destino. Muito obrigada.

Werner Schünemann: Boa-noite a todos. Boa-noite à Mesa. É um prazer estar aqui com vocês todos nessa cidade linda, nesse estado que também é muito lindo!

Reverenciando a fabulosa história da Contabilidade, o Brasil hoje se encontra no Rio Grande do Sul. Brasil: "B" de beleza, "R" de riqueza, "A" de amor, "S" de solidariedade, "I" de imensidão e "L" de liberdade. Brasil, pátria amada da brava gente guerreira que luta e supera obstáculos, colecionando conquistas no esporte, na literatura, no cinema, na música. Brasil das cores, das raças, dos

amores e da fé. Brasil dos sabores, dos minérios e das artes. É essa mistura de talentos, de criatividade, de reverência e de sorrisos, que faz a diferença da nossa gente, de norte a sul e de leste a oeste.
Há 50 anos, Ari Barroso, um compositor brasileiro, soube, com maestria, retratar em sua música a essência de nosso País: sua diversidade cultural e social. Hoje, o Conselho Federal de Contabilidade presta homenagem ao povo brasileiro e à riqueza deste País isoneiro e a todos os congressistas, com a apresentação de um dos grandes ídolos da história musical do nosso Brasil.

Senhoras e senhores,

Mais uma vez com vocês Agnaldo Rayol.

(Apresentação do cantor Agnaldo Rayol)

Werner Schünemann: Muito obrigado, Agnaldo Rayol. Muitas palmas para Agnaldo Rayol e para o maestro João Cristal. São dois artistas que merecem o nosso aplauso. Eu quero também deixar um recado pessoal aqui. Vocês podem ter certeza de que esta é uma oportunidade muito especial para nós todos e acho que era disso que o Agnaldo falava. Certamente, vocês imaginam que na vida de vocês e, no meu caso, via televisão, fica uma coisa muito cotidiana, mas podem ter certeza de que um profissional igual a vocês faz parte de nós e agradecemos muito por isso. Eu tenho muito a agradecer à minha contadora, à Carmem. Certamente, aqui estão reunidos contadores e contabilistas do Brasil inteiro. Essa é uma profissão que é cada vez mais fundamental para tocar a vida da gente, para tocar o cotidiano das pessoas, não só das empresas. Eu falo das pessoas em geral. Eu quero agradecer a vocês por estar aqui; quero agradecer pelo convite; quero agradecer à Mesa; e quero agradecer aos contadores por fazerem parte da minha vida.

Mestre de cerimônias: Bem, senhoras e senhores. Na Solenidade de Abertura, tivemos Renato Borghetti acolhendo a todos. Ao longo do evento, a voz magistral de Agnaldo Rayol. Coroando toda essa noite, além das insignes autoridades à Mesa, das senhoras e dos senhores, o talento, a simplicidade e o carisma de Werner Schünemann.

Em nome do Conselho Federal de Contabilidade, os agradecimentos pela honrosa presença de todos, lembrando que, amanhã, neste auditório, a partir das 10 horas, teremos o Fórum Nacional de Responsabilidade Socioambiental do Sistema Contábil. Boa-noite a todos. Obrigado.

Cerimônia das Bandeiras

25 DE AGOSTO

CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

AUDITÓRIO ÉRICO VERÍSSIMO

I FÓRUM NACIONAL DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO SISTEMA CONTÁBIL BRASILEIRO

Mestre de cerimônias: Neste momento, damos início ao I Fórum Nacional de Responsabilidade Socioambiental do Sistema Contábil Brasileiro. Para conduzir o *talk show* que acontecerá neste palco, nosso convidado é um jornalista com vasta experiência e que vem desempenhando papéis expressivos em diversos veículos de comunicação. Trabalhou como repórter do jornal "Folha de S.Paulo" e do programa "Fantástico" da Rede Globo. Posteriormente, passou a apresentar e a dirigir o "TV Mix", da TV Gazeta/SP, além de produzir e dirigir o "Matéria-Prima", na Rádio e na TV Cultura de São Paulo. Durante oito anos, ele comandou as tardes do SBT, dirigindo e apresentando o "Programa Livre". Em outubro de 2000, o sucesso lhe trouxe a proposta para mais um programa, no qual falaria para uma platéia de quase 300 jovens. Assim, começou a ser gravado o programa "Altas Horas", que mescla entretenimento e entrevistas jornalísticas nas madrugadas de sábado para domingo, na TV Globo. A preocupação com a inovação e a qualidade da informação levou a atração a conquistar, dois anos após a estréia, o prêmio "Qualidade Brasil", como melhor programa de auditório. Desde dezembro de 1999, nosso convidado apresenta o programa "Ação", que mostra a iniciativa de pessoas que não ficam paradas à espera de soluções. Em sua maioria, são pessoas anônimas que arregaçam as mangas pelo bem do outro; gente que empresta sua experiência profissional e que doa seu tempo, na certeza de que esta pode ser a única oportunidade na vida de milhares de brasileiros. Arte, cidadania, educação, geração de renda, voluntariado – caminhos que levam a um futuro melhor.

Senhoras e senhores,

O coordenador deste Fórum, jornalista Serginho Groisman.

Serginho Groisman – Coordenador: Bom-dia! Ótimo, vocês acordaram com vigor mesmo. Está chegando gente ainda, não é? Eu quero conhecer vocês um pouquinho. Sei que são 400.000, entre técnicos e contadores, e todo mundo com uma máquina fotográfica na mão. É a tecnologia que está no celular, na máquina.

– Você é de onde?
– Sou de Porto Alegre.
– Veio de pertinho.
– E você, amigo?
– Bom dia. Eu me chamo Cristiano. Sou contador da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas que tem sede em Brasília.
– Brasília! E você?
– Meu nome é Roselaine. Eu sou paranaense, mas moro há dois anos no Pará e trabalho em um grupo de empresas do ramo de telefonia.
– Ótimo! Oi! Tudo bem?
– Meu nome é Andréa. Eu sou do Paraná e trabalho na Itaipu Binacional.
– Quem é que veio de mais longe?

Participantes do Fórum Nacional de Responsabilidade Socioambiental do Sistema Contábil. Gramado (RS), 25 de agosto.
Da esq. p/ dir.: Silvia Mara Leite Cavalcante, Maria Clara Cavalcante Bugarim, Sonia Maria da Silva, Serginho Groisman, Janice Helena de Oliveira Dias e Eduardo Araujo.

– Nossa! Tem um monte de gente que veio de longe. Você veio de onde?
– Natal, Rio Grande do Norte.
– Ótimo! Veio como?
– De avião.
– Ainda bem! E você?
– Eu sou de Cuiabá, Mato Grosso.
– Muito bem! E você?
– Meu nome é Elizabeth. Eu sou de Minas Gerais. Estou me especializando na área do terceiro setor e meio ambiente.
– Ótimo! Então, vamos conversar com você aqui.
– Eu vim do Amapá.
– Amapá é pertinho! Eu vi no mapa. Dá dois dedinhos no meu mapa! Maranhão, Piauí, nossa! Está todo mundo aqui! Vocês acordaram cedo mesmo!

Vamos começar nossa conversa, que é sobre responsabilidade social e ela aqui é ligada ao terceiro setor. Qual é a relação entre Contabilidade e o terceiro setor? Vamos falar sobre o meio ambiente, por exemplo.

Hoje, há poucos especialistas ainda na área de meio ambiente; na área contábil, só hoje essa questão está sendo mais divulgada e as pessoas têm mais consciência. Nós ainda estamos carentes de profissionais nessa área porque, inclusive, é uma área difícil de ser contabilizada mesmo, mensurada. Ela não é uma coisa muito exata, muito fácil, mas não é impossível. Todo esse povo que está aqui está sabendo disso e está buscando aprender mais mesmo porque é necessário.

Muito bem! Na verdade, vocês são profissionais da fotografia ou são turistas aqui? Deixe eu caminhar um pouquinho mais. Tem gente chegando agora. Você chegou agora por quê?

– Há muito atraso na organização.
– Ah! Vocês acordaram cedinho. Por favor, seu nome e de onde você veio.
– Meu nome é Sérgio e eu sou de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. Sou proprietário de um escritório de Contabilidade.
– Quantas empresas estão vinculadas ao seu escritório?
– Aproximadamente 48 empresas.
– Ótimo! A pergunta que eu faço é a seguinte: qual é a relação da responsabilidade social, ou socioambiental, dentro do trabalho que vocês fazem? Alguém pode me falar isso?

Ninguém! É muito difícil esse assunto para vocês? A gente saber qual é o nosso papel de responsabilidade e também ambiental e como é que isso entra nos trabalhos dos contadores? Ninguém me diz nada a respeito disso? Não? Então, nós vamos fazer o seguinte: eu vou chamar algumas pessoas aqui para conversar e para a gente saber um pouco mais sobre esse assunto. Você veio de onde?
– Santa Cruz do Sul, de Candelária.
– Candelária. Onde é Candelária?
– É pertinho de Santa Cruz.
– E onde é Santa Cruz?
– É aqui no Estado do Rio Grande do Sul.
– Ah, sim! É aqui! E você veio de onde?
– De Serro Largo.
– Onde é?
– No Rio Grande do Sul.
– Vocês são irmãs gêmeas, inclusive. E você veio de onde?
– De Santa Maria, Rio Grande do Sul.
– Parece que esse pedaço aqui é todo do Sul. E você?
– De Santa Maria, coração do Rio Grande.
– Falou assim forte! Devem ser assim todos os homens de lá! Você veio de onde?
– De Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
– Vocês se dividiram por regiões? E você?
– De Passo Fundo.
– Passo Fundo, Rio Grande do Sul. Tudo bem! Ainda está chegando gente! Muito

bem! Depois eu desço aqui para saber um pouco mais dessas pessoas.

Vou chamar então algumas pessoas que vão conversar conosco e nos darem uma idéia dessa responsabilidade socioambiental. Primeiro, vou chamar Eduardo Araújo. Ele é engenheiro agrônomo pela Universidade Estadual de Maringá; empresário da área têxtil de confecção; dirigente da empresa *Cowboy Forever*, de gestão de marcas; membro do Comitê Gestor do Observatório Social de Maringá, no Paraná; vice-presidente do Conselho de Administração da Associação Comercial e Empresarial de Maringá; presidente do Conselho de Administração da Federação das Associações Comerciais do Paraná; vice-presidente do Conselho de Administração do Programa de Orientação ao Estado; vice-presidente do Conselho Superior do Instituto para Desenvolvimento Regional; coordenador da Câmara Técnica de Atração de Investimentos e membro da Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá; vice-presidente do Conselho Superior do Instituto de Responsabilidade Social de Maringá; membro do Conselho de Administração da Agência de Fomento do Paraná. Chamo para conversar conosco, Eduardo Araújo. O Eduardo tem um currículo e tanto, vocês viram?

Vamos conversar também com a Sue Wolter Viana. Ela é gerente setorial de Orientações e Práticas de Responsabilidade Social da Petrobras; presidente do Comitê de Responsabilidade Social da Associação Regional de Empresas de Petróleo e Gás Natural da América Latina e Caribe; assistente social e pós-graduada em Educação e Desenvolvimento de Recursos Humanos.
E também a Janice Helena de Oliveira. Ela é relações públicas e atua desde 2000 na área de responsabilidade social da Gerência de Comunicação Institucional; tem mestrado em Gestão Social, Responsabilidade Social e Empresarial pela Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Petrobras; tem especialização em Metodologia de Ensino Superior pela FEF/Vale; é pós-graduada e Master em Marketing pela PUC/RJ.

Tem mais alguém? A Sônia Maria. Entre, Sônia. Desculpe. A Sônia é auxiliar de enfermagem; consultora do Sebrae em Resíduos Sólidos Recicláveis; presidente da Cooperativa "100 Dimensão", de catadores de lixo das cidades satélites do Distrito Federal. Muito bem! Como eu fui até um pouco indelicado porque não sabia da sua participação, vou dar a palavra inicial a você. Está bem?

Sônia Maria da Silva – Presidente da Cooperativa "100 Dimensão": Há 10 anos, nós estávamos com fome, sem fonte de renda, mudando para um assentamento novo chamado "Riacho Fundo II". Eu fui auxiliar de enfermagem, mas meu filho nasceu com Síndrome de Down e eu pedi demissão para cuidar dele. Enquanto cuidávamos, nós íamos perdendo o poder aquisitivo. Já no Riacho Fundo II, sem água e sem luz, procuramos uma fonte de renda. Fizemos reuniões e mais reuniões, até que chegamos à conclusão de que essa nossa fonte de renda seria o lixo. Procuramos o Sebrae, e lá recebemos toda a capacitação, e hoje somos 200 famílias que se alimentam e ajudam a nossa comunidade, que é em torno de 500.000 habitantes, desenvolvendo várias atividades sustentáveis. Jamais seríamos capazes de fazermos tudo isso sem os parceiros. Nós da Cooperativa "100 Dimensão" agradecemos ao CFC por estarmos aqui hoje, pois há 10 anos, éramos um bando de desempregados, sem pessoas

que confiassem em nós, de chegarmos onde estamos hoje. Foram pessoas que estavam atrás da mesa e que tiveram a responsabilidade de não apagar sonhos e transformar esses sonhos em projetos com metas definidas.

Serginho Groisman – Coordenador: Ótimo! Muito obrigado. Agora, o Eduardo, por favor.

Eduardo Araújo – Presidente do Instituto de Cidadania Fiscal (ICF): Bom-dia a todos. É uma alegria grande estar aqui neste evento. Eu gostaria de agradecer à presidente do CFC e à nossa amiga Sílvia pela oportunidade.

De 1990 a 2000, na nossa cidade de Maringá, Paraná, que tem uma arrecadação de 400 milhões de reais/ano, foram desviados dos cofres públicos 100 milhões de reais. Durante esse período, a nossa Câmara dos Vereadores aprovou integralmente as contas e o Tribunal de Contas do Estado também aprovou todas as contas. O que é que nós observamos em Maringá? Que nenhum novo mecanismo foi criado a partir dessa triste evidência, dessa constatação. Então, nós empresários, indignados, resolvemos criar o Movimento pela Cidadania Fiscal. É um trocadilho com as letras CPMF. O Movimento pela Cidadania Fiscal visava informar a sociedade sobre a importância socioeconômica dos tributos, distinguir o que é custo de um produto e o que é tributo – e isso geraria uma indignação – mas, mais ainda, instigava as pessoas a deixarem de ser omissas. Ele falava assim: "Vamos criar um mecanismo para acompanhar a qualidade da aplicação dos recursos públicos". Foi assim que nasceu o Observatório Social de Maringá. Nós, poucos empresários, sem metodologia, pegando algumas pessoas que não sabiam como trabalhar também, no ano passado, com uma equipe que cabe dentro de um fusca, conseguiu proporcionar para o nosso município uma economia de 9,6 milhões de reais. No primeiro momento, o prefeito achava que nós estávamos fazendo uma caçada às bruxas, que nós estávamos contra o Poder Público. Mas, com o passar do desdobramento dos trabalhos, o prefeito veio nos pedir ajuda para administrar aquela máquina sobre a qual ele não tinha controle.

A partir dessa feliz experiência de Maringá, nós passamos a ser demandados por diversas cidades, em diversos estados. Agora, estamos criando o Instituto da Cidadania Fiscal, que vai ter a missão de irradiar as metodologias necessárias para todo aquele município que pretende criar o seu próprio observatório. Essa é a nossa proposta.

Serginho Groisman – Coordenador: Ótimo! Sue, por favor.

Sue Wolter Viana – Gerente Setorial de Orientações e Práticas de Responsabilidade Social da Petrobras: Bom dia a todos e a todas. É um prazer estar aqui. Eu queria agradecer o convite do CFC. A Petrobras se sente muito orgulhosa de estar aqui dividindo a sua experiência. Eu sou assistente social de formação, então, carrego a questão social comigo há muitos anos. Mas, na área de responsabilidade social, o que a gente fala é de interdisciplinaridade. Não se constrói responsabilidade social se a gente não se constrói com os diversos saberes juntos. Então, é um pouquinho da experiência dessa construção na Petrobras que eu vou dividir com vocês aqui. Hoje, nas empresas, responsabilidade social não deve ser pensada como um novo mecanismo apenas, uma onda que passa,

mas como uma nova forma de pensar as empresas, uma nova forma de fazer um negócio; não uma ação pontual apenas, mas uma lógica de construção.

Essa mesa é muito interessante pela formação dela. Quando a gente fala em responsabilidade social, a gente fala em empresas, que formam o segundo setor; em organizações da sociedade civil, como o exemplo de Maringá; em organizações populares, em ONGs; em governo; órgãos regulamentadores de profissões; e imprensa. O Serginho pode representar a imprensa. Há todo um movimento de prestação de contas e de transparência já puxando para a área de Contabilidade, que os balanços sociais vêm fornecer, apresentando uma prestação de contas do que as empresas estão fazendo em prol da sociedade, do meio ambiente e na vertente econômica.

Serginho Groisman – Coordenador: Muito bem! Acho que vocês sabem que são 400.000 pelo Brasil. Vocês estão praticamente em milhares de empresas, sejam elas microempresas ou macroempresas, e eu acho que vocês também têm consciência da importância que vocês têm perante os empresários nas empresas em que trabalham. Quando a gente está falando aqui de responsabilidade social e da questão ambiental, é realmente ver que a transformação da sociedade também se dará na orientação que vocês darão aos empresários. É por isso que tem muito sentido hoje a gente conversar sobre essa questão.
Eu vou voltar a palavra para a Sue porque a Petrobras apresentou ali um número muito grande de contadores e técnicos em contabilidade e eu queria que você falasse um pouquinho sobre isso, por favor.

Sue Wolter Viana – Gerente Setorial de Orientações e Práticas de Responsabilidade Social da Petrobras: A Petrobras nasce a partir de um movimento social, a partir de "o petróleo é nosso". Essa é uma história muito conhecida. Ao longo do seu tempo, a Petrobras vem trabalhando com bandeiras nacionais de desenvolvimento do País. Então, ela é uma grande empresa do Brasil e está se caracterizando agora como uma grande empresa no cenário mundial. Nós temos uma área de contabilidade muito grande, com mais de 200 profissionais, incluindo contadores e técnicos. É muito importante a nossa interlocução com as áreas de comunicação, de responsabilidade social e de recursos humanos. Mas, por que a responsabilidade social chega para dentro das empresas? Ela chega baseada no conceito de desenvolvimento sustentável. O que é isso? Desenvolvimento sustentável é atender à geração presente sem esgotar os recursos das gerações futuras. Esse é um conceito de um Relatório da ONU chamado Relatório Brandler. Esse relatório traz para o mundo a nova questão de que forma as empresas estão fazendo o desenvolvimento. É desse jeito que a gente está desenvolvendo o mundo? Usando os recursos naturais, não fazendo a interlocução com a comunidade do entorno, não prestando contas? É muito questionado o modelo só de crescimento e não de desenvolvimento. Essa discussão de sustentabilidade veio para dentro das empresas e hoje as empresas são chamadas a pensar em crescimento e rentabilidade, mas pensar também em proteção ao meio ambiente e em justiça social. É o conceito que a gente chama de *triple bottom line* – o econômico, o social e o ambiental – no mesmo patamar.
O que é a responsabilidade social? É uma forma de gestão das empresas para alcançar o desenvolvimento sustentável.

É uma contribuição das empresas para alcançar o desenvolvimento sustentável. Como é que se faz isso? Faz-se isso trazendo isso para os valores das organizações. Então, na Petrobras, responsabilidade social está na missão dela. Ou seja, atuar no mercado de energia, de óleo e gás, mas com responsabilidade social e ambiental. E está também na sua visão de futuro, que é ser a preferida dos públicos de interesse. O que é isso? É atender a comunidades, investidores, imprensa, cadeia de fornecedores, empregados, enfim, é ter uma visão de que há diversos públicos que precisam ser ouvidos e que a empresa deve atender nesse movimento. O novo discurso tem que estar dentro da estratégia da empresa. A Petrobras trouxe isso porque, onde você estiver, em que país você estiver, você tem que pensar o seu negócio, a sua operação, a sua relação com os seus fornecedores, sob o ponto de vista da responsabilidade social e ambiental. É um desafio para as organizações, mas a lógica é que todos – os contadores, os profissionais de operação, os profissionais de manutenção, as pessoas que estão nas plataformas –, não importa onde estiverem, têm que pensar qual é a sua contribuição para esse movimento.

Serginho Groisman – Coordenador: Muito bem. Eduardo, eu gostaria que você nos desse um histórico da fiscalização, que é mais atuante, mais presente hoje, relacionando isso com o trabalho que essas pessoas desenvolvem. Eu queria saber se é possível fazer essa relação.

Eduardo Araújo – Presidente do Instituto de Cidadania Fiscal (ICF): Obrigado, Serginho. Bem, os mecanismos legais de fiscalização que existem hoje são conhecidos por uma grande parte das pessoas. O Tribunal de Contas da União promove os sorteios. Nesses sorteios, ele elege quais são as cidades que serão fiscalizadas. No Paraná, a cidade que tem o segundo pior IDH do estado já foi fiscalizada. Mas, Curitiba não foi fiscalizada, nem Londrina, por exemplo. Então, é bastante lamentável que o órgão que tem todas as competências para fiscalizar não consiga fazê-lo. Ele não consegue porque dispõe de apenas 29 profissionais no Estado do Paraná. Nós perguntamos para eles: "O que os senhores farão?". Eles só conseguem observar 5%. Na página da internet do Tribunal de Contas da União, fala-se que 91% dos municípios fiscalizados têm irregularidades. Há casos de municípios em que esse percentual chega a 100%. É o caso de Oleiras do Pará, por exemplo, em que 100% das 31 licitações realizadas, todas elas estão irregulares. Eles só conseguem fiscalizar 5% dos municípios. Qual é a alternativa que eles estão propondo? É dobrar o efetivo. Logo, eles passarão a fiscalizar 10% dos municípios.

Nós fizemos uma leitura histórica desde 1969, que foi quando a Revista Veja fez a primeira capa sobre corrupção. Em 1971, ela continuou com a segunda capa sobre corrupção. Mas, de lá até agora, nós temos 50 capas da Revista Veja falando sobre corrupção. Todo mundo fica muito indignado ao ver essas notícias de corrupção na capa de uma revista, sendo uma manchete nacional. A geração de 70 ficou, a de 80 ficou, a de 90 ficou, a de 2000 também. Nós estamos indignados, mas o que estamos fazendo de concreto? O que é que nós podemos ver na prática? Quando falamos para as pessoas sobre os tipos de problemas evidenciados nas licitações em Maringá, eles disseram: "Ah! Mas isso acontece aqui também. Essa cidade parece que é a minha!". Não existe tanta coisa para ser feita. Existe uma tarefa para ser feita. Nesse sentido, eu acredito que essa

classe de contadores é a classe que tem a maior competência para isso. Juntos aqui, nós podemos transformar esse Brasil para melhor. Eu penso assim.

Serginho Groisman – Coordenador: Ótimo! Agora, Sônia, eu queria que você explicasse um pouco melhor como é o trabalho de reciclagem dos materiais com que vocês trabalham. Uma das tarefas dos contadores e dos técnicos é orientar os empresários em relação ao melhor aproveitamento dos materiais para que não haja desperdício. Evidentemente, o empresário vai ter uma visão não só ambiental, mas também econômica, lucrativa, que eu acho que é totalmente de direito. Mas, nós iremos beneficiar o local onde a gente vive, que é o nosso planeta. Essa conversa sempre parece meio longe do que a gente vive na realidade, mas ela é muito mais próxima do que a gente imagina. Nós vimos aqui o exemplo da Sônia. Eu queria que você falasse um pouquinho mais sobre como vocês trabalham praticamente nessa reciclagem.

Sônia Maria da Silva – Presidente da Cooperativa "100 Dimensão": Primeiro, eu gostaria de falar que nós perdemos 4,6 bilhões de reais por ano pelo fato de não tratarmos nossos resíduos corretamente. Ou seja, nós não fazemos coleta seletiva no Brasil. Apenas uma minoria faz isso e essa minoria está centralizada aqui no Sul. Em Brasília, quando nós começamos a coleta seletiva, na verdade, foi pela necessidade de comer. Depois, percebemos que a nossa responsabilidade era muito maior; era de preservar as reservas naturais. No momento, estamos sendo muito realistas. O que é o lixo seco? É todo o tipo de plástico, de papel, de metal, de vidro, etc. Se nós convencermos as pessoas a separarem o lixo seco do lixo molhado, já teremos uma grande vitória. Se fizermos a entrega desse lixo nos locais certos, de forma correta, já estaremos tendo um grande ganho. Destinar isso às cooperativas de catadores de resíduos sólidos também é fundamental porque, só em Brasília, nós somos 3.500 famílias que sobrevivem das sobras de outras pessoas. Como fazemos isso? Do que é separado, do que é limpo, do que é coletado para ser transformado. A nossa renda média hoje é em torno de R$ 500,00 a R$ 700,00. Mas, se a população se organizar, se a gente realmente fizer a coleta seletiva em quantidade maior, nós poderemos chegar a um ganho de R$ 2.000,00 a R$ 3.500,00. Quanta gente estuda para poder chegar a ganhar isso? Se nos organizarmos e ajudarmos famílias miseráveis, com a capacitação e com a ajuda da comunidade, na responsabilidade de estarem fazendo essa separação de forma correta e com o apoio do empresariado local, vamos contribuir para a resolução de um problema social.

Serginho Groisman – Coordenador: Eduardo, quem vê o Brasil historicamente pode achar que a corrupção hoje é maior do que antes. Mas, eu acredito que é muito em função da fiscalização e da organização da sociedade civil; é muito em função da liberdade de imprensa que nós temos hoje uma vigilância muito maior do que antes. As pessoas podem achar, às vezes, de uma maneira errada, que hoje a corrupção é maior do que antes. Eu queria que você esclarecesse isso, por favor.

Eduardo Araújo – Presidente do Instituto de Cidadania Fiscal (ICF): Na verdade, hoje existe mais dinheiro circulando, então, os volumes são muito mais significativos. Mas, sem dúvida nenhuma, a contribuição da imprensa para tornar as coisas públicas pode também

Serginho Groisman - apresentador - Fórum Nacional de Responsabilidade Socioambiental

dar essa percepção. Nós não possuímos nenhum indicador claro e confiável. Na Inglaterra, há indicadores da qualidade de aplicação dos recursos públicos há mais de 30 anos. Isso é histórico. A pessoa que vem para fazer a gestão pública sabe exatamente qual percentual da sua receita está destinado para a saúde, especificamente para prevenção. E, se porventura, no seu exercício, houver um gasto muito elevado, ele tem que justificar qual foi o problema social. O que é que nós vemos aqui no Brasil? Ano a ano, em véspera de eleições, nós vemos estourar a verba da publicidade e não podemos falar nada. Hoje, eu abri a Folha de S.Paulo lá no hotel e me deparei com uma notícia publicada às 4 horas da manhã. Os estados aumentaram a sua arrecadação e também aumentaram muitíssimo o seu endividamento a partir deste ano. Daí, você começa a fazer a relação. O que é que tem este ano? Tem uma série de eleições em todos os municípios. Eu penso que, no passado, também havia corrupção; hoje, existe; e no futuro haverá. Qual é a solução? Nós, por intermédio do ICF, juntos com os profissionais de Contabilidade, criamos um Instituto de Indicadores da Qualidade de Aplicação dos Recursos Públicos.

Serginho Groisman – Coordenador: Sue, peço que você especifique mais, se você puder, o papel dos contadores perante as empresas que têm essa preocupação da interdisciplinaridade.

Sue Wolter Viana – Gerente Setorial de Orientações e Práticas de Responsabilidade Social da Petrobras: Eu vou pegar o exemplo do Balanço Social e Ambiental, que eu acho que vocês receberam. Que instrumento é esse? Em primeiro lugar, é um instrumento de prestação de contas do que a empresa fez na sua área social, ambiental e nos seus dados, no seu lucro, nos impostos e tudo mais. Mas, além de ser um relatório formal, pelo menos para a Petrobras, ele funciona – e deve funcionar para as outras empresas – como um mecanismo de gestão, ou seja, mostrando quais são as vulnerabilidades que se tem na área ambiental, na área de direitos humanos, que se tem na relação com os empregados, para que se possa melhorar a gestão. O primeiro Balanço Social Brasileiro foi de 1979, da Nitrofértil, que foi uma empresa do Grupo Petrobras. Desde os anos 90, a Petrobras vem fazendo isso. Essa é uma seara dos contadores. No Brasil, começou com Betinho. Tem o Balanço Social do Ibase, que eu acho que todos aqui devem conhecer. Esse é o primeiro passo para que a empresa possa ser transparente e mostrar seus números. A Petrobras começou com esse balanço e hoje faz o seu Balanço Social com base no *Global Report Initiative* (GRI). É uma iniciativa mundial, em que nós podemos comparar as empresas do Brasil com qualquer empresa do mundo, do setor de pequeno porte ao de grande porte. Essa é a grande referência e, hoje, a Petrobras presta contas assim. Nesse trabalho, na Petrobras, são 300 empregados para a gente conseguir levantar os nossos números, e a área de Contabilidade está perto o tempo inteiro, acompanhando esse fazer. Nós temos uma discussão muito grande. Nós consideramos o trabalho de responsabilidade social não como custo, mas como investimento. No ano passado, a Petrobras investiu 541 milhões em projetos ambientais, sociais, culturais e esportivos. Como não é custo, como é investimento, nós temos uma sistemática de acompanhamento com indicadores de resultados dessas áreas; temos um objetivo social. Com

a política de responsabilidade social, a Petrobras quer alcançar o desenvolvimento sustentável, contribuir para a redução da desigualdade social, para o fim do trabalho escravo e do trabalho infantil. Por exemplo, temos uma cadeia de fornecedores e, na indústria de etanol, então, temos uma responsabilidade com a erradicação do trabalho infantil, que é uma realidade muita dura no Brasil hoje. Uma empresa grande, que tem uma cadeia de fornecedores como essa, pode multiplicar esses valores e essa diferença. Tem um e-mail – balançosocial@petrobras.com.br – e poderemos responder a qualquer dúvida sobre esse processo. Há um momento em que nós discutimos junto com a área de Contabilidade e prestamos contas. Temos um grande programa, que é o "Petrobras, Desenvolvimento e Cidadania", em que trabalhamos todo o acompanhamento das ONGs, como na área de reciclagem, verificando os resultados e que transformação efetivamente elas fizeram naquela realidade. Não é só investimento, não é só repasse. Temos que ver que transformação fez um programa social, um programa cultural, um programa esportivo, como, por exemplo, as ações na área de educação ambiental.

Serginho Groisman – Coordenador: Muito bem. Agora, é hora de vocês fazerem algumas perguntas aqui para os nossos convidados. Tudo bem? Fala o seu nome e de onde você veio.

Representante de Manaus: Em primeiro lugar, eu estou feliz de conhecê-lo pessoalmente e fazer parte aqui deste 18º Congresso e do I Fórum Nacional de Responsabilidade Socioambiental. Estou acompanhando a minha esposa, que é contadora, e eu sou engenheiro. Como eu sou de Manaus, a minha pergunta vai ser mais sobre a questão do meio ambiente. A Petrobras é uma empresa enorme, uma das que mais cresceu no mundo. É uma empresa mista em que o governo é o maior. Lá em Manaus, temos extração de petróleo e gás, temos refinarias e tem extração de petróleo em águas profundas em todo o litoral. Hoje estão descobrindo as maiores bacias de petróleo do mundo. A questão é quem fiscaliza a extração de petróleo nessas águas profundas, com relação a esses vazamentos que existem e que estão prejudicando o meio ambiente e, sobretudo, o mar. Lá na Amazônia, a Petrobras tem a refinaria. Na minha infância, eu já cheguei a ver, quando tinha 16 ou 17 anos, próximo à refinaria, onde havia um igarapé com ligação com o Rio Negro, funcionários da Petrobras batendo aquela borra que sai do petróleo, para que ela afundasse e não ficasse aparecendo na superfície. Não sei se era algum vazamento. Isso já aconteceu há muitos anos. Que órgão fiscaliza o governo em relação a isso? Até hoje não sei. Eu estou com 50 anos de idade e fico prestando atenção a esses movimentos, essa questão da corrupção, etc. Isso tem em todo o lugar, mas tem que acabar. Só se miram pelo que o outro fez. Como o outro roubou, eu vou roubar também? Isso tem que parar. Daqui para frente, temos é que criar coragem para mudar. A oportunidade é essa, mas, infelizmente, a maioria da população brasileira, infelizmente, é mesmo ignorante politicamente e de conhecimento. Na hora em que esse povo for consciente, não vai eleger novamente esse pessoal que está por aí. Então, a minha questão é essa: como é que a Petrobras, que está hoje no topo, mesmo em nível mundial, fiscaliza o meio ambiente? Eu sei que socialmente ela faz tudo e tem propaganda na Rede Globo e em outras re-

des de televisão. Mas, eu queria saber sobre a fiscalização do que ocorre na extração desse petróleo.

Sue Wolter Viana – Gerente Setorial de Orientações e Práticas de Responsabilidade Social da Petrobras: Vou te responder. É lógico que, ao longo dos anos, a questão ambiental foi sendo prioritária e foi crescendo de importância. Isso para qualquer indústria e, na Petrobras, a gente tem um marco, que é o Projeto Pegaso, que revisitou toda a questão ambiental. Só no ano passado, foram investidos dois bilhões de reais só em meio ambiente. Esses dois bilhões de reais foram investidos na produção, para controle, reuso de água, diminuição de emissões, troca de equipamentos, entre outros. Então, a Petrobras tem um investimento pesado em meio ambiente. Foram investidos dois bilhões de reais só no ano passado.

A Petrobras ainda tem as ações voluntárias na área de responsabilidade social. Foram destinados 50 milhões de reais para projetos com foco em água, em todo o Brasil, para reuso de água, preservação de corpos hídricos, matas ciliares, fontes primárias de água. Esse trabalho foi reconhecido pela Agência Nacional de Águas (ANA) como sendo um grande trabalho. Então, a Petrobras tem um investimento massivo, tanto *offshore* quanto *onshore*. Lá em Manaus, por exemplo, temos o Projeto Urucu, que é uma exploração dentro da selva amazônica, que é reconhecida internacionalmente como sustentável. Nós estamos dentro de uma área de preservação ambiental. O que você viu lá em Manaus não é permitido e não é aceitável. Hoje, a Refinaria de Manaus reusa toda a sua água, por exemplo. No Balanço, vocês podem ver que as questões de derramamento acontecem na indústria. É uma indústria perigosa, mas já houve uma queda vertiginosa disso. É fundamental, cada vez mais, trabalhar com eco-eficiência e com diminuição de qualquer risco. Agora, a fiscalização é grande. Nós temos os órgãos do governo, temos o Ibama, as Secretarias de Meio Ambiente, municipais e estaduais, e o próprio Ministério do Meio Ambiente. Então, no Brasil, tem uma rede avançada de legislação ambiental para a qual a gente tem que prestar contas. Se vocês olharem no Balanço, tem tudo isso lá.

Serginho Groisman – Coordenador: Como é seu nome? De onde você veio?

José Marcelino – São Paulo: Meu nome é José Marcelino e eu vim de São Paulo. Diante da importância do tema do meio ambiente, lá no escritório que eu trabalho, eu já comecei a fazer a separação do lixo para a reciclagem. Eu acho isso muito importante porque nós jogávamos muito material fora, desperdiçávamos muito. Realmente, nos escritórios há muito desperdício de papel. Graças a Deus, isso está diminuindo e, diante disso, eu já estou fazendo essa separação para a reciclagem. Eu gostaria que a Sônia explicasse um pouco mais sobre o lixo seco e o lixo molhado. Por exemplo, lá na região na qual resido em São Paulo, há uma dúvida se o isopor é ou não reciclável.

Sônia Maria da Silva – Presidente da Cooperativa "100 Dimensão": O lixo seco, como eu já havia falado anteriormente, é o metal, em todas as suas variações, como o ferro, alumínio, cobre, etc.; todos os plásticos, de polietileno, de baixa densidade, de alta densidade; etc.; o papel, incluindo o papelão, papel misto; etc.; e o vidro. O lixo molhado é formado pelas sobras de cascas de verduras, restos de comida e, podemos

incluir também o papel higiênico. Ele serve muito bem para adubo. Há outros resíduos, como pilhas, baterias e papel carbono, que podem ser recolhidos pelos fabricantes em determinados pontos, em *shoppings*, por exemplo, para que as empresas possam dar o devido tratamento. Em relação ao isopor, já há dois locais no Brasil, inclusive aqui no Sul, em que é feito o aproveitamento do isopor. Agora, lá em Brasília, nós coletamos o isopor e ainda o destinamos à empresa pública local de limpeza, mas já estamos pesquisando na Universidade de Brasília (UnB) e outras organizações para que possamos ter o seu aproveitamento, assim como do pneu e de outros resíduos também. Não é que não exista a reciclagem desses produtos, mas o investimento ainda é pouco.

Serginho Groisman – Coordenador: Eu tenho um contador há 20 anos e vivo pedindo conselho para ele. Alguém tem alguma pergunta para o Eduardo?

Riviero Argento – Rio Grande do Sul: Eduardo, a grande preocupação de todos aqui é a respeito da parte do Poder Público, dos políticos, da grande roubalheira que acontece no Brasil. Você falou do Instituto que foi criado em Maringá. Seria interessante, em nível de Brasil, haver uma grande mobilização e, em todos os municípios, fazermos uma fiscalização do uso dos recursos públicos.

Eduardo Araújo – Presidente do Instituto de Cidadania Fiscal (ICF): Obrigado pela pergunta. Esse é o nosso propósito. No epitáfio de um cidadão estava escrito o seguinte: "Eu gastei a vida inteira tentando mudar o mundo e, no final, eu resolvi mudar o meu país e, quando estava quase morrendo, eu resolvi mudar a minha família. Depois, eu descobri que eu tinha que mudar primeiro a mim mesmo, para mudar a família, para mudar o país e para mudar o mundo". Dessa forma, nós começamos com Maringá. Nós somos de Maringá. Nós amamos Maringá. Nós queremos o melhor para Maringá. Nós estamos dispostos a ajudar todo e qualquer município a criar o seu próprio observatório. O ICF tem esse propósito, essa missão. Esse é o chamamento que estamos fazendo para o Conselho, para que o Conselho vá aos seus associados e os sensibilize. A partir da hora que tem em Maringá e em demais cidades, teremos musculatura suficiente para, quem sabe, juntos, olharmos o estado. E se for possível, no futuro, juntos, olharmos o País. Exatamente o que você perguntou é onde nós estamos caminhando. Obrigado, mais uma vez.

Sérgio – Santa Maria: Bom-dia. Hoje eu trabalho em uma hidrelétrica e a minha preocupação é a seguinte: este ano, eu tive que fazer o primeiro Balanço Socioambiental da empresa e foi uma dificuldade, até porque o pessoal quer respostas e, muitas vezes, não sabemos que tipo de resposta temos que fornecer. Eu moro em Santa Maria, que é uma cidade onde o lixo já é reciclado, assim como Caxias do Sul. Mas a questão é que não adianta só o contador fazer o trabalho. Como motivar o empresário a realizar este trabalho? Não adianta só eu fazer. É preciso que o empresário seja motivado. Então, a minha pergunta é para a representante da Petrobras: o que fazer para motivarmos o empresário a fazer parte do socioambiental?

Sue Wolter Viana – Gerente Setorial de Orientações e Práticas de Responsabilidade Social da Petrobras: Por que se faz responsabilidade social? Primeiro, a gente tem que pegar o empresário por aí. Por que se faz isso

hoje? Não tem um motivo só, tem uma lista de motivos. Primeiro, diminuir o risco social, ambiental e financeiro; melhorar a sua imagem e reputação, que eu acho que é o mais importante. Aliás, eu queria deixar isso de recado. A imagem é uma coisa que você constrói e, se acontece alguma coisa, ela é baseada muito mais em comunicação. Agora, reputação é um jeito de ser, é um valor. Então, o que a Petrobras quer construir é a reputação e o que eu acho que os empresários devem querer construir é a reputação das suas organizações. O que é que fazer responsabilidade social e ambiental também traz? Traz melhoria para o seu público interno, melhoria da gestão do seu público interno, melhoria na relação com seus fornecedores, entrada no mercado, nos Fundos de Investimentos Sustentáveis, na Bolsa de Nova Iorque, no Dow Jones, no ISE, no Brasil. Na verdade, é fazer transformação social na comunidade onde você está. Há uma série de benefícios associados à responsabilidade social. Como é que a Petrobras trabalha? Ela nunca trabalha sozinha. Ela sempre trabalha multi-institucionalmente.

Eu vou dar um exemplo do programa "Petrobras: Desenvolvimento e Cidadania", que é o grande programa de projetos sociais. O que é que a Petrobras faz? Ela escolheu três linhas: geração de trabalho e renda; educação para a qualificação profissional; e direitos das crianças e dos adolescentes. Eu vou pegar um exemplo, que é o de reciclagem. A Petrobras patrocina diversos projetos de reciclagem, como o de Brasília, usando a multi-institucionalidade. Ela pega todos os projetos que ela tem e forma uma rede de reciclagem. Aí, ela conversa com seus fornecedores e fala: "Temos essa rede porque estamos querendo dar escala, dar mercado, para que os projetos sejam sustentáveis". Então, a gente traz outros empresários, outros fornecedores para esse projeto conjunto. Nós também trazemos o poder público porque uma outra coisa na área social é você deixar o legado da cidadania, do acesso a direitos. Então, você tem que reforçar sempre as políticas públicas. O que é que Santa Maria tem? Qual é a política pública que a gente precisa ajudar a reforçar? Sempre fazemos esse mapeamento; trabalhamos para sabermos qual é a rede social que tem ali; aportamos recursos financeiros, e sempre com parceiros, nunca sozinhos. Por exemplo, temos um projeto com empresas de petróleo também. Responsabilidade social não significa que eu sou responsável e o outro não é. É comum. Tem que ser a Petrobras, outras empresas, as ONGs, enfim, é um movimento de convencimento. Precisamos entender que, neste momento, as empresas não estão só para ter rentabilidade, mas que elas têm um papel social a cumprir. Elas precisam de uma licença para operar, e quem dá licença para as empresas trabalharem é a sociedade, são vocês e é onde a gente está instalada.

Celina – Goiás: Eu sou de Anápolis, Goiás. Eu não sou contadora, mas sou esposa de contador. Eu sou uma pequena empresária na área hoteleira e a minha pergunta é para a Sônia porque eu tenho muita dificuldade em trabalhar junto com o governo para levar esse serviço de reciclagem a todas as prefeituras. Eu junto plásticos, metais, pilhas, lâmpadas, separando tudo. Agora, quando a Vigilância Sanitária chega lá não acha nada de errado e vai me criticar pelo lixo do meu quintal que é recolhido uma vez por semana. Só que é tudo organizado, tudo amarrado. Se há algum plástico sujo, por exemplo,

eu lavo antes de guardar. Só que eu tenho dificuldade porque, por exemplo, eu junto tantas lâmpadas que chega um momento que ninguém recebe. O mesmo acontece com as pilhas. Então, chega um momento em que eu tenho que jogá-las no lixo, o que é péssimo. Eu gostaria de saber se não há interesse de a Sônia levar esse projeto para todas as prefeituras, pois não tenho onde guardar o lixo que eu junto.

Sônia Maria da Silva – Presidente da Cooperativa "100 Dimensão": A cooperativa local tem que estar atenta a essa demanda. No Distrito Federal, estamos nos organizando para podermos chegar onde a senhora quer. Sabemos que tem uma empresa que restaura as lâmpadas e tira toda a possibilidade de contaminação do mercúrio no solo. Sabemos também que falar é fácil, mas praticar é complicado. As prefeituras, na sua responsabilidade, falam em coleta seletiva, mas exercitar isso com a comunidade é mais complicado. A cooperativa local é que tem que estar sensibilizada para isso e eu tenho certeza de que tem famílias que comem desse resíduo que a senhora junta, que vivem dele. Só que elas têm que estar conectadas com uma organização como o Sebrae, por exemplo, que dá toda a orientação e ainda outros parceiros, como a Petrobras, para orientarem onde procurar as pessoas certas que fazem esse tratamento de resíduos. Eu teria imenso orgulho de estar por todo o Brasil, mas, primeiro, você tem que fazer o dever de casa. Temos que ser exemplo dentro do Centro-Oeste. É por isso que estamos com o CFC, para nos organizarmos, para fazermos o nosso trabalho no Distrito Federal e no Centro-Oeste e aí, sim, servirmos de exemplo e passarmos nossa experiência como replicabilidade para outras localidades.

Deoclécio – Rio Grande do Sul: Sou de Santa Cruz do Sul. Quero dizer ao meu colega de Santa Maria, o Sérgio, que ao sairmos daqui nós devemos ter atitude. Se vocês saírem na avenida principal, vocês vão ficar escandalizados com a quantidade de papel jogado no chão. As colaboradoras da limpeza estão tendo dificuldade de limpar e, inclusive, uma delas teve o seu dedo amassado por um salto alto e teve que fazer curativo porque estava querendo fazer uma limpeza em uma Convenção dos Contabilistas. Então, o que nos falta é atitude. Se nós não pudermos juntar aquele lixo que está ali, pelo menos, não joguemos mais nenhum!

Serginho Groisman – Coordenador: Muito bem! Eu vou ficar fiscalizando, no show da Margareth Menezes, durante o almoço, não quero um papel no chão aqui agora! No ano passado, eu fui ao Japão e visitei uma escola pública japonesa. Não tinha uma única sujeira, nem um papel no chão. E não tinha nenhum varredor também. Eu soube que, nessa escola, os alunos se revezam nas diferentes atividades e, todos os dias, em revezamento, os próprios alunos é que limpam a sua escola. Eles têm consciência de que a escola pertence a eles e que eles têm esse dever. Eu acho que quando a gente tiver essa clareza, essa consciência, ninguém vai sair machucado e os papéis não ficarão tanto no chão.

José Lopes Castelo Branco – Piauí: Bom-dia a todos. Eu sou de Teresina, Piauí. Sou Conselheiro do CFC, representante do Piauí. Eu tive oportunidade de visitar o "100 Dimensão", da Sônia, e achei muito interessante porque o que ela pediu ao CFC foi apenas apoio para fiscalizar e ajudar os seus associados a gastarem os recursos que estão ganhando. Eu vi que também estão sendo

aplicados recursos lá, no "100 Dimensão", em um grande auditório para dar treinamento às crianças, fazer teatro e toda a parte social. Muito bem, Sônia! Parabéns para você! Obrigado.

Catila Machado – Angola: Eu venho de Angola e sou estudante de Contabilidade em Santa Catarina. A primeira pergunta vai para o Eduardo. Aliás, não é uma pergunta. É um pedido que, ao final, possa ficar um minutinho a mais para bater uma foto comigo. A pergunta é para o Eduardo, mas não sei se compete a ele. Vamos elaborar um trabalho sobre a responsabilidade social das empresas lá em Santa Catarina e uma das questões que surgiram foi sobre a obrigatoriedade da publicação do Balanço Social. Eu queria a sua opinião com relação a isso. Sei que, na época do mandato da Marta Suplicy, houve um projeto sobre isso. Eu queria saber qual a sua opinião, pois existe uma controvérsia se isso prejudicaria as empresas de menor porte, no caso da obrigatoriedade, porque isso implica custos para as empresas elaborarem seu Balanço Social.
A outra questão é para a Sônia, com relação à coleta do lixo. Em Angola, infelizmente, ainda estamos em uma fase em que a questão não é nem separar o lixo, mas é colocar o lixo no lugar do lixo. Eu tenho várias colegas que estudam Engenharia Ambiental e nós já estamos com um projeto de ir a Angola, pois já estamos sensibilizando o pessoal para fazer isso. Mas viemos ao Brasil para ter essa experiência fora do nosso país e levar essa parte do desenvolvimento para lá. Infelizmente, nós separamos o lixo porque temos essa conscientização, mas não há quem recolha esse lixo. Então, essa é uma questão que precisa ser divulgada. É uma benção vocês só precisarem separar o lixo, porque lá em Angola temos que começar a colocar o lixo no lugar do lixo. Eu queria parabenizá-la pelo trabalho. Era isso. Obrigada.

Sue Wolter Viana – Gerente Setorial de Orientações e Práticas de Responsabilidade Social da Petrobras: A primeira parte da sua pergunta é sobre a obrigatoriedade de se fazer o Balanço Social. Eu vou responder. Eu sou responsável pela área de Balanços Sociais na Petrobras, então, sou uma entusiasta disso e vou dizer a razão. Na França, desde 1970, isso já é obrigatório para todas as empresas, mas, no Brasil, esse projeto de lei ainda está tramitando no Congresso. Estou falando do ponto de vista pessoal e técnico de quem trabalha com isso. O Balanço Social pode gerar custos porque você vai ter que ter uma equipe dedicada para elaborar esse Balanço. Mas, ele traz uma educação da organização porque você vai ter que medir os seus indicadores e vai ter que trazer melhorias, porque de um ano para o outro você é comparado. Então, você vai ter que analisar o crescimento do número de mulheres na empresa, a questão da diversidade, os seus indicadores ambientais, as suas emissões, os seus resíduos, etc. Por que isso cresceu de um ano para o outro? Por que não cresceu? Então, o Balanço Social educa a organização a entender que isso é de todos. Aquele meu papo lá no início é uma forma nova de fazer o negócio. E o mais importante é que a organização se coloca no mundo, se coloca para as pessoas e pode ouvir as críticas porque, na hora em que a empresa se abre e mostra os seus números, ela pode ser criticada e ela tem que responder e se transformar internamente. Então, acho que esse é um grande processo educacional, uma grande aprendizagem e um

canal de diálogo entre todas as partes interessadas. Eu gostaria muito de que o Balanço Social fosse obrigatório nesse sentido. Além disso, é um grande campo de trabalho para a área de Contabilidade também.

Sônia Maria da Silva – Presidente da Cooperativa "100 Dimensão": Eu sonho, um dia, em não termos o resíduo lixo. Isso seria o correto. O correto seria nós termos destinação para tudo. O resíduo molhado viraria adubo, alimentando as hortas caseiras, por exemplo; todo o resíduo seco deveria ter uma destinação e voltar a ser matéria-prima; e o que não fosse reciclável, tanto da parte orgânica como do resíduo seco, acredito que poderia virar gás. Tudo tem uma função. Tudo pode ser utilizado. Temos que pensar muito no consumo consciente e então reduzir, reutilizar, reciclar e, principalmente, repensar. Se a gente fizer isso de forma disciplinada, de forma responsável, não haverá resíduos um dia e todo o universo vai ganhar. Esse é o meu sonho.

Serginho Groisman – Coordenador: Eduardo, nós sabemos que você está ficando craque em ver como é que a gente consegue dar uma arrumada nessa parte de fiscalização, que é fundamental. A gente sabe que os contadores são uma referência muito forte nessa averiguação, nessa investigação sempre que ela é feita. Então, eu gostaria que você dirigisse algumas palavras às pessoas que trabalham com Contabilidade, já que hoje o Brasil está muito mais transparente – pelo menos, se deseja isso. Eu fico pensando que as pessoas que estão sendo fiscalizadas hoje têm uma relação muito forte com os contadores. Isso, desde as pequenas coisas. Por exemplo, como é que eu faço para pagar menos Imposto de Renda, pagar menos do imóvel que eu acabei de adquirir, até as megatransações. Eu queria que você falasse um pouquinho sobre isso.

Eduardo Araújo – Presidente do Instituto de Cidadania Fiscal (ICF): Obrigado, Serginho. Esse trabalho é feito na base de um voluntariado. Em um primeiro momento, pensávamos reunir 32 profissionais aposentados, contadores, professores universitários, auditores da Receita Federal, munidos de uma equipe técnica que faria o trabalho do dia-a-dia. Esta era a idéia e assim está sendo feito. Esse trabalho, por mais complexo que possa parecer, tem umas rotinas facilmente aplicáveis. Eu disse, no início, que temos uma equipe técnica que cabe dentro de um fusca justamente para fazer essa provocação. É uma equipe pequena. Quando eu disse, lá atrás, que, em 2007, proporcionamos uma economia de 9,6 milhões de reais, faltou dizer que nós só observamos 1,5% das licitações do ano, com processos simples, na base de um voluntariado. São coisas importantes. O que é que nós estamos evidenciando este ano? Este ano, as margens nas irregularidades dos editais, nos preços que são colocados como preço máximo licitado, tudo isso já minimizou demais da conta. Então, a nossa expectativa é que possamos fazer um trabalho menos operacional e mais vigilante. Agora em 2008, em Maringá, estamos fazendo apenas a vigilância. O empresário já não fica mais tão confortável em fazer um superfaturamento descarado dos preços porque ele sabe que pode cair em um constrangimento. Então, respondendo à sua pergunta, todos nós juntos, o Conselho Federal de Contabilidade, o ICF, com sustentabilidade por meio da Receita Federal e Estadual, a Promotoria Pública e a sociedade organizada, estaríamos dando os passos

Serginho Groisman, Sônia Maria da Silva (100 Dimensão), Eduardo Araújo (Instituto Fiscal de Cidadania) e Janice Helena de Oliveira Dias (Petrobrás).

1º FÓRUM NACI
DE RESPONSABI
SOCIOAMBIENTAL D
CONTÁBIL BRA

iniciais para se criar uma nova ética que prima pela qualidade na aplicação dos recursos, de forma que os empresários comecem a ficar cada vez mais cercados. Com isso, vamos começar a observar um índice muito menor de erros, de desvios e de má intenção. Esse é o nosso propósito.

Serginho Groisman – Coordenador: Agora, vou chamar duas pessoas que vão conversar conosco, mas, antes disso, eu queria dar uma rápida palavra final de cada um de vocês, por favor.

Sue Wolter Viana – Gerente Setorial de Orientações e Práticas de Responsabilidade Social da Petrobras: Eu queria mais uma vez agradecer a oportunidade de estar aqui com vocês, mas queria fazer uma provocação. Eu costumo dizer que sou uma mulher de intenções. Existe um pacto, que se chama "Pacto Global". É um pacto da ONU e eu gostaria que todos vocês conhecessem. É um pacto das empresas para responsabilidade social e que tem quatro princípios: princípios de direitos humanos, com uma série de questões que as empresas têm que respeitar os direitos humanos internacionalmente; tem um eixo só sobre meio ambiente, sobre preservação, mudança da matriz e várias ações de meio ambiente; tem um eixo sobre trabalho, incluindo as relações com os empregados, as associações coletivas, as questões de trabalho degradante escravo e trabalho infantil; e um eixo sobre transparência que fala sobre anticorrupção. Antes de qualquer coisa, a matriz de qualquer ação de responsabilidade social é a ética e a transparência. Vocês contadores que estão nas empresas de vocês, mobilizem as suas empresas para que elas possam ser signatárias do Pacto Global, assumam esse compromisso e que possam fazer ações consistentes em relação a direitos humanos, meio ambiente, trabalho e transparência. É uma ação simples. Qualquer empresa pode aderir ao Pacto Global em qualquer lugar do mundo e isso traz um compromisso de mudança interna. Então, eu queria provocar vocês no sentido de conhecerem o Pacto Global da ONU. A Petrobras já é signatária e todas as suas subsidiárias, inclusive, em Angola também.

Eu queria pedir também que, se vocês tiverem interesse, conheçam os quatro grandes programas da Petrobras nessa área: (1) o Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania que, nos próximos quatro anos, vai investir 1,3 bilhões de reais em programas sociais, atingindo diretamente 17 milhões de pessoas. É a contribuição da Petrobras para o desenvolvimento local e para a transformação da vida dessas pessoas; (2) o Programa Petrobras Ambiental, que tem 500 milhões para investir em ações de água e mudança do clima, que é uma questão séria hoje no mundo. Devemos pensar no manejo das nossas florestas, nas florestas em pé e no uso da agricultura familiar e outras recursos para trazer a geração de renda; (3) o Programa Petrobras Cultural que, este ano, investiu 80 milhões de reais em ações culturais, mas não só em patrocínio. O que a gente quer é criar platéia, é criar interesse pela cultura e fazer da cultura um canal de transformação; (4) e, mais recentemente, o Programa Petrobras, Esporte e Cidadania, que vai patrocinar o esporte e o esporte escolar, entendendo também o esporte como um canal de transformação. Eu queria deixar esse recado e dizer que a Petrobras acredita em uma coisa que está na música do Almir Sater, que fala: "Cada um de nós carrega a sua história e cada um é capaz de transformar". Então, a Petrobras

quer fazer a sua parte e ser protagonista, junto com a sociedade civil e com os governos locais. Obrigada.

Eduardo Araújo – Presidente do Instituto de Cidadania Fiscal (ICF): Como considerações finais, quero me dirigir a esse Conselho para lembrá-los que os omissos dão lugar aos medíocres. Nós, o ICF, sem o Conselho de Contabilidade, a sensação que temos é que estamos tomando sopa com garfo. Estamos gastando muita energia e poderíamos ter maiores resultados. Eu vou acabar com uma pergunta. Todo mundo já sabe que, para se ter os mesmos resultados, basta se fazer as mesmas coisas. A pergunta é: vocês estão satisfeitos com o resultado social do Brasil? Obrigado.

Sônia Maria da Silva – Presidente da Cooperativa "100 Dimensão": Juntos nós podemos fazer a transformação. Começamos pequenininho, na nossa casa, com nosso vizinho, com os nossos parentes e, assim, vamos fazendo um trabalho em rede. Vamos tomar, de forma pequenininha, mas eficaz. Isto funciona. Preste atenção no trabalho de formiguinha. É assim que vamos conseguir transformar o nosso País; levar essa história como modelo para o resto da humanidade. Mas, se ficarmos esperando uns pelos outros, não vai dar certo. Agradeço ao CFC por ter aceitado ser o nosso auditor das nossas contas na campanha que vamos lançar, para dar transparência, porque quando você começa alguma coisa do terceiro setor, quando você não tem nada, nem uma árvore para ficar embaixo, como nós começamos, você é louco. Quando a gente consegue resultados junto a organizações internacionais, como a Fundação Interamericana, a Fundação Avena, o Banco do Brasil, a Petrobras, aí você é ladrão. Para fazer a diferença, precisamos abrir as contas, precisamos de órgãos fiscalizadores, como o CFC, para dar essa transparência, para não cairmos no descrédito. Eu agradeço do fundo da minha alma essa oportunidade e prometo para vocês que nós, da "100 Dimensão", não vamos decepcionar. Nós vamos fazer a nossa parte e te convidamos também a fazer a sua. Obrigada.

Serginho Groisman – Coordenador: Eu vou chamar aqui o vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do CFC, Juarez Domingues Carneiro, que fará o lançamento do Balanço Social. Vou chamar também a vice-presidente de Administração do Conselho para apresentar o Projeto de Responsabilidade Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade, Sílvia Mara Leite Cavalcante.

Sílvia Mara Leite Cavalcante – Vice-presidente de Administração do CFC: Bom-dia a todos e a todas. É um prazer estar com vocês, com o Serginho e com todos os nossos parceiros, a Sue da Petrobras, o Eduardo do ICF e também a Sônia da "100 Dimensão". Eles são nossos parceiros no Conselho Federal de Contabilidade.

Gostaria também de registrar que a presidente Clara é uma presidente de vanguarda. É uma presidente que nos incentiva e coloca o CFC no páreo de entidades e instituições que têm grande preocupação socioambiental. Com isso, desde abril de 2007, implantamos um projeto denominado "Projeto CFC Socioambiental". Então, Serginho, eu queria pedir sua permissão para apresentarmos um vídeo que retrata as atividades do Conselho Federal de Contabilidade, de abril de 2007 a maio de 2008. Esse vídeo mostra

todas as atividades que desenvolvemos com os nossos funcionários, colaboradores do CFC, com os nossos Conselheiros, sob a regência da nossa presidente Maria Clara. Esse vídeo é um exemplo, é um modelo de trabalho em que nós, da classe contábil, demonstramos a nossa responsabilidade como cidadãos e cidadãs brasileiras, antes de sermos contabilistas e técnicos de contabilidade; demonstra que nós temos um dever maior. É o dever de, além de sermos profissionais da área contábil, sermos pessoas que se comprometem todos os dias, individualmente e coletivamente, a colaborar com o meio ambiente e com a sociedade de um modo geral. Então, eu convido a todos para apreciarem esse vídeo. Estaremos também à disposição de todos para estender esse trabalho que o CFC está fazendo em Brasília para todos os estados, todos os Conselhos Regionais e as instituições parceiras que estão conosco nessa empreitada. Obrigada.

(Projeção de vídeo)

Juarez Domingues Carneiro – Vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do CFC: Bom-dia, Serginho, Sônia, Eduardo, Sue, Sílvia. O Conselho Federal de Contabilidade lança, neste evento, o seu terceiro Balanço Socioambiental. Essa iniciativa é a tradução desse Projeto de Responsabilidade Socioambiental que a Sílvia coordena, a partir do momento em que a nossa presidente Maria Clara encampou a idéia de se ter um Relatório de Gestão que expressasse o nível de comprometimento que a instituição CFC tem para com a sociedade e o meio ambiente. Esse trabalho partiu da instituição de uma comissão que procurasse ter, no seu pessoal interno, a responsabilidade de promover algumas práticas e ações sociais. Com isso, em 2005, publicamos o primeiro Balanço Social; em seguida, o outro em 2006; e hoje estamos lançando o terceiro Balanço Social de 2007, que passo às suas mãos, Serginho. É um balanço elaborado por uma equipe do Conselho Federal de Contabilidade o qual expressa esse comprometimento para com a sociedade e o meio ambiente. Eu ouvi atentamente as entrevistas e observava que, neste momento, tramita no Congresso Nacional um Projeto de Lei da Senadora Lúcia Vânia, que prevê a obrigatoriedade da publicação do Balanço Social a partir do ano que vem. O CFC está preocupado com isso, não exatamente com a publicação do Balanço Social, mas com a preparação do profissional da contabilidade para elaborar esse Balanço Social. Nesse sentido, de março a junho deste ano, percorremos as diversas regiões brasileiras e conseguimos repassar toda a metodologia do Balanço Socioambiental para os Conselhos Regionais de Contabilidade. Os Conselhos Regionais de Contabilidade do Brasil, hoje, estão preparados para a elaboração do Balanço Social por meio dessa metodologia que foi desenvolvida pelo Conselho Federal de Contabilidade. Então, nesse momento, eu gostaria de convidar a classe contábil brasileira a participar ativamente desse grande projeto social, não só com a sua contribuição em termos de conhecimento na elaboração desse importante instrumento de gestão, que é o Balanço Social, mas também a estimular a prática de ações e projetos sociais em todas as organizações.

Serginho Groisman – Coordenador: Muito bem. Bom, ainda temos uma parte musical a ser apresentada e eu queria dizer que eu estou assim incrivelmente bem impressionado com o fato de tanta gente se deslocar, de

locais perto ou de longe, para passar alguns dias aqui refletindo, conversando, ouvindo a respeito do aprimoramento da própria categoria. Eu faço muitas palestras, mas estou muito surpreso com o nível de clareza que vocês têm, com o nível de interrogações que vocês têm. Particularmente, pela primeira vez, graças ao CFC, eu fiquei mais inteirado da importância dos técnicos e dos contadores dentro do nosso Brasil. Não é por acaso essa reunião aqui de pessoas que podem sempre nos orientar e nos dar novos dados. Eu tenho certeza de que esse Brasil está em transformação e esta é uma categoria que, realmente, tem um papel fundamental nessa transformação. Então, muito obrigado a vocês pela presença. Eu estou muito bem impressionado. E muito obrigado ao convite também que foi feito aqui para mim. Eu vou chamar agora a nossa mestre de cerimônias. Obrigado.

Mestre de cerimônias: Neste momento, em virtude das ações e das iniciativas do Conselho Federal de Contabilidade, e com a presença destes parceiros do CFC no palco, a presidente do Conselho Federal de Contabilidade, contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim, assinará aqui dois Termos de Parceria: um com a Cooperativa "100 Dimensão" e o outro com o Instituto Cidadania Fiscal (ICF). Convido, portanto, ao palco, a contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim para a assinatura desses Termos de Parceria.

Inicialmente, a assinatura do Termo de Parceria com a Cooperativa "100 Dimensão". Para apor a assinatura no documento, a contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim, Presidente do CFC, e a Presidente da Cooperativa "100 Dimensão", Sônia Maria da Silva.
A seguir, a contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim também assinará o Termo de Parceria com o Instituto Cidadania Fiscal, que também receberá a assinatura do Presidente do ICF, Eduardo Araújo.
Coroando os trabalhos técnicos desta manhã aqui neste Auditório Érico Veríssimo, teremos agora a apresentação de um cantor que traz como nome artístico "Tijolo", evocando um dos instrumentos de trabalho que ele manuseia no dia-a-dia e que simboliza uma parte importante na construção de algo sólido e melhor para se viver. Ele é mestre-de-obras da Universidade de Maringá e participa do projeto "Poesia e Cidadania", que é desenvolvido pela própria universidade. Através de sua música, sintetiza a responsabilidade de todos os homens de bem a fazerem sua parte para promover a transformação que o Brasil precisa, com mais oportunidades, prosperidade, renda e cidadania. A música que irá apresentar aqui se intitula "Homens de Bem". A letra é de um cortador de cana e a melodia é de Tijolo. Esta música tornou-se o lema do Movimento Cidadania Fiscal. Hoje, esta interpretação ganha imagem e força pela voz e pelo violão de Tijolo.

(Apresentação Musical)

Mestre de cerimônias: Convido neste momento a usar da palavra a senhora presidente do Conselho Federal de Contabilidade, contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim.

Maria Clara Cavalcante Bugarim – Presidente do Conselho Federal de Contabilidade: Eu só poderia começar dizendo que são muitas emoções! Que maravilha! Que privilégio estarmos participando deste momento importante, deste momento que nos emociona muito. Eu acho que aqui nós

ouvimos muito a expressão "eficácia das nossas ações" e como mensagem que traduz todo esse momento, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a Deus o privilégio de estar à frente do Conselho Federal de Contabilidade nesse momento tão importante, em que nós estamos tomando consciência da nossa força. E nós, profissionais da Contabilidade do nosso País, que somos cerca de 400.000 profissionais, temos que nos lembrar disso a cada momento. Unidos, nós somos fortes e precisamos, sim, que toda essa união seja transformada em uma grande sinergia para o bem da nossa classe e, acima de tudo, sem qualquer corporativismo, para o bem do nosso País. Esse momento é mágico porque cada um de nós vai sair daqui se sentindo reoxigenado, tendo consciência plena de que nós podemos sim. Os homens e as mulheres de bem estão aqui, nesse auditório lotado, e nós podemos contribuir para o nosso País. Obrigado, meu Deus, por esse momento!

Mestre de cerimônias: Senhoras e senhores, estamos nos aproximando dos momentos finais deste Fórum. A presidente do Conselho Federal de Contabilidade fará a entrega de uma peça que simboliza toda a gratidão do CFC pela presença de nossos convidados, nesta manhã, aqui no Auditório Érico Veríssimo. Ao final desta entrega, teremos as palavras de despedida do jornalista Serginho Groisman, que brilhantemente coordenou este Fórum. A peça que será oferecida foi confeccionada por presidiários de Mato Grosso, com resíduos de madeira provenientes de áreas de manejo florestal da Amazônia, dentro dos conceitos de sustentabilidade. O uso da técnica de marchetaria sólida, que consiste na colagem de pedaços de madeira maciça, possibilitando o aproveitamento dos resíduos. Surge, dessa forma, uma nova vida e um novo formato na matéria-prima que seria descartada pelo homem.
Inicialmente, a presidente do CFC fará a entrega desta peça, homenagem que representa a gratidão por sua presença aqui ao coordenador dos trabalhos, jornalista Serginho Groisman. Juntamente com a peça será entregue um Certificado de Participação neste evento.

Maria Clara fará agora a entrega das peças e dos Certificados aos debatedores: Sue Wolter Viana, gerente social de Programas Sociais da Petrobras; Eduardo Araújo, presidente do Instituto de Cidadania Fiscal; e Sônia Maria da Silva, presidente da Cooperativa "100 Dimensão". Também receberá Certificado de Participação e gratidão neste evento o cantor Tijolo.

Apresentando, neste momento, as suas despedidas, o jornalista Serginho Groisman.

Serginho Groisman – Coordenador: Muito obrigado. Eu vou reiterar aqui ao CFC por ter me convidado, às pessoas que conversaram conosco aqui e vou redundar naquilo que me impressionou muito. Eu tenho clareza que um país que é curioso se transforma e quando as pessoas sabem ouvir, como está acontecendo aqui, e sabem se expressar, são essas pessoas que realmente vão transformar. Então, boa sorte a vocês, muito obrigado pela presença e sigam em paz sempre. Obrigado.

Mestre de cerimônias: Estão todos convidados a visitarem o Stand Ecológico, na área dos stands e, às 14h30min, retornaremos para a seqüência de nossas atividades técnicas. Obrigada.

AUDITÓRIO JOSÉ LUTZEMBERGER

FÓRUM NACIONAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Mestre de cerimônias: Este evento conta com o patrocínio do Sebrae Nacional, da Caixa Econômica Federal e da Federação Nacional das Empresas e Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon). Em nome dos promotores deste evento, registro os agradecimentos a todos os parceiros e patrocinadores que tornaram possível o êxito deste Congresso.

A Contabilidade Pública representa para a cidadania o principal instrumento de controle e acompanhamento das ações e políticas públicas, materializadas na correta aplicação dos recursos públicos, na condução ética da gestão e na obrigação dos gestores públicos de prestarem contas.

Convidamos, neste momento, para coordenar os trabalhos deste Fórum, o Dr. Victor José Faccioni. Nesse momento, abrimos um espaço deste Fórum para a realização de um momento solene. Convidamos para tomar assento à mesa a presidente do Conselho Federal de Contabilidade, contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim; o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Nelson Machado; o conselheiro Otávio Lessa, representando a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracon); e o Dr. Luis Mário Vieira, representando o Instituto Rui Barbosa.

O Conselho Federal de Contabilidade, ressaltando o trabalho realizado para a construção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, bem como a perspectiva de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, materializa esta etapa histórica em um ato, ao mesmo tempo, de responsabilidade e celebração. Celebramos os avanços conceituais construídos no âmbito do Grupo Assessor das NBCASP, em interação com os profissionais de contabilidade que atuam no setor público em audiências eletrônicas e, especialmente, nos seminários regionais realizados em Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ, Fortaleza/CE, Florianópolis/SC e São Paulo/SP. Além de outros encontros com o mesmo propósito, em Vitória/ES, Palmas/TO, Maceió/AL e Salvador/BA, bem como o II Fórum Nacional de Gestão e Contabilidade Públicas, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Outras iniciativas de debates em torno das NBCASPs estão ocorrendo por todo o País, o que reflete a dimensão desta conquista da classe contábil brasileira.

A responsabilidade é fruto, tanto da conquista, quanto o resultado de um trabalho realizado em permanente cooperação. Neste sentido, os gestos, desde que reflitam reconhecimento, gratidão e esperança, marcam os momentos de reforço e apoio mútuo em uma caminhada. Olhar para o horizonte com uma perspectiva estratégica é, sem dúvida, um gesto marcante.
Para tanto, faremos a assinatura de dois documentos: um Termo de Cooperação para o Mutirão de Fortalecimento do Controle Interno nos Municípios Brasileiros, entre o Conselho Federal de Contabilidade, a Atricon, a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom) e o Instituto Rui

EBRAE
Serviço de Apoio às
Micro e Pequenas Empresas
Distrito Federal

Dr. Luis Mário Vieira, Victor José Faccioni, Maria Clara Cavalcante Bugarim, Dr. Nelson Machado e Otávio Lessa.

Barbosa. E também, um Termo de Compromisso para as Orientações Estratégicas para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil, que cristaliza o ânimo do Conselho Federal de Contabilidade, representado pela presidente contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim; do Ministério da Fazenda, entidade responsável por estabelecer regras de contabilidade aplicadas ao setor público no âmbito do Governo Federal, representado pelo secretário-executivo, Doutor em Ciências Contábeis, Nelson Machado; e pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon, representada pelo Presidente Conselheiro Victor Faccioni; em firmarem um compromisso modernizador para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com reflexos muito positivos no controle e no aperfeiçoamento da gestão pública.

Convido agora para a assinatura desses dois Termos.

Victor José Faccioni – Coordenador: Se a presidente do Conselho Federal de Contabilidade nos permite, nós convidaríamos o Dr. Nelson Machado e o Ministro Benjamin Zymler para assinarem como testemunhas.

Mestre de cerimônias: Estão sendo assinados neste momento o Termo de Cooperação para o Mutirão de Fortalecimento do Controle Interno nos Municípios Brasileiros e o Termo de Compromisso para as Orientações Estratégicas para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil.

Maria Clara Cavalcante Bugarim – Presidente do CFC: Por gentileza, quebrando o protocolo, eu gostaria de partilhar com todos os presentes o termo da conclusão deste documento que nós estamos assinando. Aqui diz:

"Espera-se que estas orientações estratégicas sirvam de base referencial para a elaboração de planos operacionais por parte das entidades que atuam, de forma direta ou indireta, com a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, de forma a permitir a concretização de seus objetivos, especialmente, com relação à capacitação profissional, por se constituir razão fundamental para o sucesso de toda esta condução. Assim, parcerias institucionais devem ser ampliadas. Outras parcerias serão convidadas a contribuir".

Eu não poderia deixar de compartilhar com todos os presentes esse momento histórico. Talvez, como uma apaixonada pela Contabilidade Pública, eu ousaria dizer que é um sonho que eu nem ousei sonhar. Obrigada a todos os integrantes da mesa.

Victor José Faccioni – Coordenador: Permitam que eu também quebre o protocolo e leia rapidamente os termos do outro convênio, o convênio anterior. Até porque se trata de uma campanha de esclarecimento e, se cada um sair daqui disposto a plantar uma semente desta campanha, nesse fato já estará realizado o convênio. Diz aqui:

"Considerando o recíproco interesse,
Considerando a necessidade de orientar a opinião pública,
Considerando a finalidade das entidades,

Cláusula 1.ª É objeto deste ajuste a cooperação técnica entre os celebrantes com a finalidade de orientar agentes públicos, técnicos e servidores quanto às normas constitucionais, infraconstitucionais e regulamentares relativas ao controle interno no âmbito da administração pública".

Aí, seguem as cláusulas. Acontece que a grande maioria dos municípios não

tem controle interno. Dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, exige-se a assinatura do controlador interno, então, muitos prefeitos criaram o controle interno dando o nome apenas para alguém assinar. É só isso. O prefeito tem medo que o controle interno seja para controlá-lo. Não é isso. O controle interno é para controlar, para o prefeito e, não, para controlar o prefeito. Então, estamos fazendo uma campanha, um mutirão nacional de conscientização para o fortalecimento do controle interno a partir dos municípios. Então, não exclui a campanha de fortalecimento do controle interno dos estados, só que, todos os estados têm controle interno, mas a grande maioria tem um pequeno controle interno, muito diminuto. Temos tido grandes escândalos por falta de controle interno. A própria União, a CGU, tem uma estrutura qualificada, mas também muito pequena. Então, deve haver uma campanha de fortalecimento do controle interno a partir dos municípios.

Mestre de cerimônias: Mais uma vez, a nossa saudação a esse momento histórico pela assinatura dos dois Termos.

Maria Clara Cavalcante Bugarim – Presidente do CFC: Novamente quebrando o protocolo, eu queria responder ao Presidente da Atricon e dizer: "Tenha certeza, Senhor Presidente, que nós sabemos da sua paixão e dessa campanha que há muito o senhor levanta a bandeira, mas saia deste auditório com a consciência de que, agora, o senhor encontrou os parceiros certos. Somos nós, profissionais da Contabilidade, que temos a obrigação para com a nossa sociedade e para com a nossa Pátria, para cada vez mais primarmos e buscarmos o controle dos gastos públicos no nosso País. Não iremos decepcioná-lo".

Mestre de cerimônias: Outro gesto importante dentro deste Fórum é uma homenagem, uma justa homenagem que o Conselho Federal de Contabilidade faz ao Doutor em Ciências Contábeis, Nelson Machado, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, especialmente, por sua visão com o coração em abraçar e fomentar o avanço conceitual neste ramo especializado da ciência contábil que é a Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Convidamos a presidente do Conselho Federal de Contabilidade, contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim, para conduzir esta homenagem.

Maria Clara Cavalcante Bugarim – Presidente do CFC: Vamos ler a mensagem da nossa homenagem:
"Ao Doutor em Ciências Contábeis, Nelson Machado, esta homenagem do Conselho Federal de Contabilidade pelo seu trabalho profícuo, idéias harmonizadoras e, em especial, visão com o coração, neste importante projeto de modernização da Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil".

Nós não poderíamos deixar, Dr. Nelson, neste momento em que nessa homenagem colocamos charmosamente a sua foto, dizer que não temos dúvidas que o senhor é o grande responsável por esse processo. Nós temos um grupo de primeira linha, coordenado pela Verônica, e que todos vocês já conhecem porque são baluartes desse trabalho. Gostaria que todos ficassem de pé para receberem nossos agradecimentos. Entre esses técnicos, temos a elite da Contabilidade Pública, mas nada disso seria concretizado, seria realizado se não fosse o apoio incondicional do nosso Secretário Nelson Machado. Sempre primamos por ter pessoas qualificadas

e éticas no lugar certo. O senhor é um exemplo e, para nós, brasileiros, é muito importante vivermos isso. É claro que há pessoas sérias e comprometidas em lugares-chaves no nosso Brasil e o Dr. Nelson representa essas pessoas. Muito obrigada.

Mestre de cerimônias: Passamos agora a palavra ao nosso homenageado, Dr. Nelson Machado, para fazer as suas considerações.

Nelson Machado – Secretário Executivo do Ministério da Fazenda: Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Maria Clara, os participantes da Mesa, o Grupo Gestor, todos os colegas contabilistas e agradecer esta homenagem. Eu queria dizer que tomo essa homenagem não especificamente como algo para a minha pessoa, em particular, mas como uma homenagem ao funcionário público que sou. Sou concursado, trabalho na Secretaria da Fazenda há mais de 30 anos, sempre atuando na área de Contabilidade, na área de Finanças, e sempre contando com grandes companheiros, parceiros, que são estudiosos e militantes da boa informação, da boa governança. Foi isso que me atraiu na conversa com Maria Clara quando ela esteve no Ministério da Fazenda pedindo apoio para este Grupo Gestor e essa busca da convergência com as Normas de Contabilidade Internacional.

Eu tenho a convicção de que uma boa Contabilidade é capaz de ajudar o desenvolvimento econômico e social deste País. Quando eu estudei Contabilidade, quando fiz o curso Técnico em Contabilidade, eu tinha um professor que dizia o seguinte: "Boas contas, bons amigos". Isso é importante. À medida que nós tenhamos boas contas, transparência, comunicação, as coisas se tornam mais fáceis. Se todo mundo compreende o que está acontecendo, consegue saber se efetivamente aquela política pública está sendo eficiente, se está usando bem os recursos, se está alcançando seus objetivos. Isso só é possível se nós tivermos uma contabilidade bem feita, organizada. É importante que nós avancemos no ponto de vista conceitual da Contabilidade. Vocês todos são contadores, trabalham nessa área e sabem que nós estamos amarrados à Lei n.º 4.320, que é muito importante, mas ela é quase da minha idade. É uma Lei que organizou a Contabilidade neste País, uniformizou a Contabilidade Pública no nosso País, coisa que é rara. Quando viajamos aqui pela América Latina, ou mesmo pela Europa e Estados Unidos, vemos que eles não têm essa condição que nós temos no Brasil. É um país de dimensões continentais que tem uma única lei relativa à Contabilidade Pública e ao Direito Administrativo e Financeiro do Setor Público. Isso é muito importante porque permite um certo grau de padronização. Então, essa Lei é importante. Mas, é preciso avançarmos porque a Lei n.º 4.320 foi feita com base em uma visão de orçamento público da década de 40 e 50, das comissões que estudaram isso nos Estados Unidos a partir, obviamente, de grandes escândalos. Então, essa nossa Contabilidade tem alguns problemas e é preciso avançarmos nessa questão.

Eu vou mencionar apenas dois desses problemas. Quando nós temos as nossas estatísticas de Contabilidade Pública, baseadas nos modelos de prestação de contas, nos últimos 15 anos, nós focamos toda a nossa preocupação no superávit primário. O que é isso? É simplesmente uma forma de apresentar o resultado baseado no fluxo de caixa e não nas variações econômicas e patrimoniais, deixando de lado a prin-

cipal despesa deste País, que é a despesa dos juros e que representa 1/3 da despesa pública do Governo Federal. Isso não aparece nos relatórios. Então, precisamos avançar para um modelo de relatório no qual as despesas sejam colocadas integralmente, para que a gente olhe o patrimônio público, controle o patrimônio público, controle os gastos e tenha toda a visualização e convicção de todos os gastos, incorporando a despesa dos juros como despesa efetiva, como ela efetivamente é. Aí, sim, vamos olhar o resultado fiscal, que leva em conta todas as receitas, todas as despesas e todas as suas variações. Tenho certeza de que isso vai significar um avanço, não só na forma de controlar as contas gerais, mas também a governança, como quer o nosso colega Victor Faccioni.

Muito obrigada pela homenagem. Muito obrigado a todos vocês.

Mestre de cerimônias: Antes de darmos continuidade ao Fórum e, aproveitando a presença da presidente do Conselho Federal de Contabilidade, contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim, a pedido do coordenador, Dr. Victor Faccioni, convidamos para também receber a sua homenagem, o Ministro Benjamin Zymler.

Victor José Faccioni – Coordenador: A homenagem que queremos prestar ao ministro Benjamin Zymler, nos solidarizando com o Conselho Federal de Contabilidade na justa homenagem prestada ao Dr. Nelson Machado, eu pediria que a nossa presidente Maria Clara colocasse no peito do Ministro Benjamin Zymler o distintivo da Atricon. O ministro Benjamin Zymler presidiu o Grupo de Trabalho que elaborou o Anteprojeto de Lei Processual para os Tribunais de Contas, que está agora no Tribunal de Contas da União, entre outras tantas tarefas e missões que ele tem cumprido, como a de estar hoje aqui como um dos nossos palestrantes. Muito obrigado.

Mestre de cerimônias: Vamos dar continuidade agora à palestra Transparência e Evidenciação no Setor Público.

18
CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

AUDITÓRIO JOSÉ LUTZEMBERGER

TRANSPARÊNCIA E EVIDENCIAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

Mestre de cerimônias: Como coordenador dos trabalhos, convidamos o Dr. Victor José Faccioni. Ele é jornalista, Bacharel em Direito. Em sua atuação política no Rio Grande do Sul, Victor Faccioni foi vereador, deputado estadual e deputado federal por quatro mandatos. Exerceu os mais diversos cargos na administração pública no seu estado. Foi secretário de Estado Extraordinário, chefe da Casa Civil, secretário de Estado do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, presidente da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado, corregedor-geral do TCE e presidente do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul. Atualmente, é conselheiro do Tribunal de Contas por indicação da Assembléia Legislativa do seu estado e presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

É com muita satisfação que convidamos os palestrantes que irão proferir a palestra intitulada "Transparência e Evidenciação no Setor Público", o contador e professor Lino Martins da Silva, controlador-geral do Município do Rio de Janeiro; e a senhora Heloísa Garcia Pinto, diretora do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Passamos imediatamente a palavra ao coordenador Victor Faccioni, para as suas considerações e condução dos trabalhos.

Victor José Faccioni – Coordenador: Temos a satisfação agora de dar início ao Fórum Nacional de Contabilidade Pública, para debatermos com estes três ilustres palestrantes o tema "Transparência e Evidenciação no Setor Público". Creio que não há tema mais oportuno que este. Basta olharmos as manchetes dos jornais do dia-a-dia. Todos os dias têm notícias e denúncias de desvio de recursos públicos e tem uma cobrança sobre o nosso trabalho, conseqüentemente. Como fazer para evitar que tal aconteça? Qual a transparência? Por que faltam recursos no Brasil para a saúde pública, para a educação, a segurança pública e para outras questões.

O tema será abordado pelos nossos ilustres palestrantes. Cada um deles terá 35 minutos para fazer a sua apresentação. Vamos começar com o professor Lino Martins da Silva, controlador-geral do Município do Rio de Janeiro. Doutor Lino é Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior, em 1967. É Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1974, e Livre Docente da Universidade Gama Filho, em concurso realizado em julho de 1997, tendo apresentado a tese sobre "A Contribuição e Implantação de Sistemas do Custeamento da Administração Pública".

Depois, teremos a Doutora Heloísa Garcia Pinto, que é Bacharel em Ciências Contábeis, Atuariais e Ciências Econômicas. É pós-graduada em Planejamento e Gestão Ambiental e no Programa Avançado de Auditoria Governamental e em Contabilidade de Custos e Auditoria. É

Heloísa Garcia Pinto, Victor José Faccioni,
Ministro Benjamin Zymler e Lino Martins da Silva.

18º

diretora nacional do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Promoex). É um programa em convênio com todos os Tribunais de Contas e a Atricon, e que é financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). É o maior programa de modernização de controle externo hoje no mundo. Ela também é coordenadora administrativa e financeira da Unidade Executora Local do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Benjamin Zymler é ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Analista de Finanças e Controle Externo do Tribunal de Contas da União. É Graduado em Engenharia Elétrica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) e Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), com área de concentração em Direito do Estado.

Vamos começar dando a palavra ao primeiro debatedor, o professor Lino Martins da Silva.

Lino Martins da Silva – Controlador-Geral do Município do Rio de Janeiro: Muito obrigado pelo convite para estar aqui. Eu trouxe aqui umas reflexões que venho fazendo, a partir do momento que faço parte do Grupo das Normas Brasileiras de Contabilidade Pública. Essas reflexões envolvem exatamente a matéria de transparência e evidenciação. Vamos retratar qual é o papel do Conselho Federal de Contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Quando tratamos do assunto de Contabilidade Pública e Administração Pública, temos uma noção do próprio tema deste Fórum, que é "Transparência e Evidenciação". Eu vou exatamente fazer uma abordagem sobre o tema da transparência e evidenciação segundo as reflexões que tenho feito e que vou apresentar aqui aos senhores, esperando que este assunto seja bastante debatido durante este Congresso e outros seminários dos quais eventualmente os senhores participem.

Quando olhamos a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar 101, verificamos que ela tem quatro eixos que foram muito importantes para a administração pública, quando essa lei foi editada em 2000. Temos basicamente o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilização. O nosso foco aqui é exatamente a transparência. Diz na Lei de Responsabilidade Fiscal que a transparência corresponde à divulgação ampla, inclusive, pela internet, daqueles quatro relatórios de acompanhamento da gestão fiscal: o Anexo das Metas Fiscais, o Anexo de Riscos Fiscais, o Relatório da Gestão e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Então, esse foco da Lei de Responsabilidade Fiscal tem a ver com transparência e o foco da transparência é sempre um foco de curto prazo. Eu pretendo mostrar aqui que exatamente o foco da transparência tem a ver com ciclos políticos de curto prazo, enquanto a Contabilidade tem a ver com evidenciação. Ou seja, a Contabilidade tem a ver com algo mais permanente, com algo que diz respeito ao patrimônio da instituição, tem a ver com funções de Estado e não com funções de governo. Esse é o foco que eu pretendo apresentar aqui hoje.

Quando falamos de transparência, lembramo-nos de uma palavra que não tem tradução no português, que é *accountability*. O termo *accountability* tem exata-

mente essa noção da transparência. Na verdade, *accountability* é mais do que transparência, é a capacidade de resposta dos governos, ou seja, a obrigação de informar e explicar seus atos na gestão pública. Na verdade, *accountability* tem esses instrumentos: o controle interno, o controle parlamentar, que é o controle externo, o controle judicial e o controle social, que está muito em voga na atualidade. Hoje fala-se muito em controle social, em balanço social. Mas, na minha reflexão, isso tem a ver com transparência e, portanto, com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quando vamos detalhar a Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 48, encontraremos os instrumentos de transparência da gestão fiscal. Há uma série de assuntos que dizem respeito a essa transparência, como, por exemplo, os planos orçamentários, as prestações de contas, os relatórios resumidos, as versões simplificadas desses documentos e a lei determina que as contas ficarão disponíveis para que sejam examinadas pelas pessoas, pela sociedade de um modo geral. Então, esse artigo da Lei de Responsabilidade Fiscal está dentro do item "Transparência, Controle e Fiscalização".

Se formos olhar algumas experiências sobre transparência, eu trouxe aqui dois exemplos. No caso da União, temos o "Portal da Transparência" e, no caso do Rio de Janeiro, temos o "Rio Transparente". O "Rio Transparente" informa diariamente toda a receita que foi arrecadada e toda a despesa que foi realizada. Então, informa as receitas e as despesas. Se os senhores entrarem hoje no site "Rio Transparente", encontrarão toda a execução orçamentária de ontem; se entrarem no site amanhã, os senhores vão encontrar toda a execução orçamentária de hoje e assim por diante, sobre qualquer assunto ligado a receitas e a despesas. Então, essas são duas experiências voltadas para a transparência.

Na minha visão, o que é que a transparência tem de problema em relação à Contabilidade, nessa interligação com a Contabilidade? É que a transparência tem a ver com uma ênfase no orçamento. A ênfase que é dada é no orçamento e o Dr. Nelson Machado aqui, na sua fala, já colocou isso. Na verdade, de 1964 até hoje, as pessoas só lêem a Lei n.º 4.320 até o art. 82. Essa ênfase no orçamento, na verdade, tem a ver com transparência. Na realidade, a Contabilidade está em outros dispositivos.

Eu sempre gosto de buscar alguma reflexão bibliográfica, alguma reflexão teórica sobre esse problema. Eu encontrei um trabalho de dois professores da Escola de Direito da Universidade do Sul da Califórnia que tratam exatamente da transparência em processos orçamentários. Eles dão alguns exemplos, um dos quais é de que o processo de escolhas públicas opaco pode levar a boas deliberações. O professor Garrett cita o caso da imprensa. Na verdade, a imprensa trata a informação como uma *commodity* e, sendo uma *commodity*, o furo de reportagem é uma coisa que interessa. Então, a imprensa não gostaria que isso fosse distribuído para outras pessoas. Ele trabalha a idéia de uma campanha para a liberdade da informação. Aqui no Brasil, temos o caso das reuniões do Copom. São reuniões fechadas e a informação vem depois. Aquelas informações não podem vazar. Ele entra também, em outro capítulo, na chamada "Teoria das Informações Assimétricas". Isso é uma coisa importante do ponto de vista da transparência.

Existe um outro trabalho de um brasileiro, Jorge Vianna Monteiro, que foi publicado na Revista da Administração Pública, cujo título é "Intermediação Política, Transparência Decisória e Atendimentos Preferenciais". É um trabalho de 2006. Também é um trabalho importante que trata de transparência.

Mas, quando vamos para a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, vemos que ela tem uma coisa que dificulta o sistema de contabilidade, como, por exemplo, alguns artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal que foram alterados no Código Penal. O Código Penal diz que irá para a cadeia aquele que registrar todos os passivos. Na realidade, esse artigo tem a ver com transparência, mas, certamente, não tem a ver com evidenciação porque a evidenciação pressupõe que quem fizer o registro de todos os seus passivos deveria ter uma atenuante, assim como no Código Penal o indivíduo que mata alguém, ao matar sob forte emoção, tem uma atenuante. Na minha visão, aquele que fizer o registro disso na contabilidade deveria ter uma atenuante.

Agora, vamos para a evidenciação. Quando a gente lê a Lei n.º 4.320, o art. 83 diz: "A Contabilidade evidenciará". Então, a palavra evidenciar, no sentido permanente, já estava lá na Lei n.º 4.320. Ou seja, o patrimônio tem que revelar todos os ativos e todos os passivos. Depois, temos o art. 93, que trata do princípio da universalidade dos registros. Ou seja, nada deverá ficar fora da Contabilidade.

Na própria Lei de Responsabilidade Fiscal, encontramos alguns dispositivos que eu denominei de "Destaques da Evidenciação Proativa". Ou seja, são destaques que nos levam a refletir que o objetivo do legislador era o de permitir que a Contabilidade passasse a ser o foco da medição do patrimônio. O art. 4.º diz que haverá evolução do patrimônio líquido nos últimos 13 exercícios. São dados que precisam ser colocados, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal. O que é um dado proativo? É aquele que não é reativo, evidentemente. É aquele que pretende que algo de diferente aconteça no futuro. Então, a própria Lei de Responsabilidade Fiscal tem dispositivos que me levam a refletir que o objetivo é fortalecer o sistema de contabilidade porque eu não estou tratando de orçamento. Eu estou tratando de uma lei que vai dar diretrizes para o orçamento futuro. Então, eu tenho que falar sobre o patrimônio. Mas, como é que eu posso falar sobre o patrimônio, se o patrimônio do balanço patrimonial ainda é medido apenas pelo foco do orçamento. Então, é preciso que haja essa mudança de foco e essa é a visão do grupo das Normas de Contabilidade Pública. Ela fala também do destaque para origem e aplicação dos recursos obtidos na alienação de ativos, avaliação de situação financeira e atuarial, demonstrativo das estimativas e compensação da renúncia de receita. Vocês já imaginaram um balanço patrimonial refletir sobre renúncia de receitas?

Aqui me permito um parêntese. O ministro Zymler, em um Relatório das Contas da União de 2004, trata dessa questão em relação à renúncia de receitas. A renúncia de receitas não está no sistema de resultados, mas deveria estar porque, na realidade, é uma receita que eu deixei de auferir e transferi para a iniciativa privada, despesas que são denominadas no Direito Tributário como "gastos tributários". Então, isso já está na Lei de Responsabilidade Fiscal. Uma outra coisa é quando

se diz, nos Anexos Fiscais, "avaliar os passivos contingentes e outros riscos". Então, se dá essa ênfase proativa no sentido da Contabilidade Patrimonial.

Ainda temos alguns destaques da evidenciação contábil no art. 50. No art. 50, destaquei três coisas: (1) Obedecer às Normas de Contabilidade Pública. Esse é um dispositivo que está na Lei de Responsabilidade Fiscal; (2) Regime de Competência para despesas e compromissos; (3) Avaliação da eficiência dos programas com manutenção de Contabilidade de Custos. A Contabilidade de Custos rompe plenamente com o problema de que o orçamento estará em primeiro lugar porque Contabilidade de Custos não tem nada a ver com orçamento. Ela tem a ver com a medição dos custos efetivos da administração pública.

Se formos para a área internacional, temos o Estudo n.º 13 da Ifac, que trata de governança, de transparência, de integridade, de *accountability*, de responsabilidade em prestar contas. Então, eles estão sempre dentro desse enfoque.

Na realidade, a Lei de Responsabilidade Fiscal tem uma parte que diz respeito à transparência e tem outra parte que diz respeito à Contabilidade, no sentido proativo, no sentido da evidenciação, no sentido de transformar a Contabilidade em algo de permanente e que não esteja submetido a ciclos políticos de curto prazo. As Normas Brasileiras de Contabilidade Pública vêm exatamente dentro desse foco da evidenciação.

Quais são as ações do Conselho Federal de Contabilidade que estão voltadas para a área pública? Primeiro, um documento importante que foi editado em 2007 e que é um anexo à Resolução CFC n.º 750, que trata exatamente da interpretação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, sob a perspectiva do setor público. Esse é um documento importantíssimo porque, até então, os princípios da Resolução CFC n.º 750 eram somente da área das empresas privadas. O CFC, em boa hora, depois de muitas discussões, decidiu deixar claro que, na verdade, os princípios são uniformes para todas as áreas. Agora, existe uma visão do setor público sobre esses princípios. Outra ação foi a elaboração ampla, a discussão e a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Há algumas premissas:

Tratamento científico dos fenômenos e transações da área pública. Na verdade, a Contabilidade é ciência e, portanto, não pode estar submetida a questões de curto prazo, a ciclos de curto prazo. Temos que ter uma visão permanente da Contabilidade Pública.

Aplicação integral dos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Daí, a Resolução CFC n.º 1.111.

Diferenciação entre ciência social aplicada e legislação. Na verdade, tem que haver um rompimento entre a aplicação da legislação e a Contabilidade como ciência.

Harmonização e uniformização consensual dos princípios. São as boas práticas de governança.

Construção coletiva, democrática, participativa e regionalizada com a classe contábil e suas representações.

Valorização do profissional de Contabilidade na área pública.

Os aplicativos e os sistemas informatizados não devem ser considerados Contabilidade. Na verdade, a Contabilidade como ciência não tem nada a ver com aplicativos de informática. Essa confusão, às vezes, passa pela cabeça das pessoas.

A convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais.

Quais são os desafios do setor público para que a gente trate a transparência dentro da sua ótica e trate da evidenciação da Contabilidade?

A evidenciação integral do patrimônio. Na verdade, além de responsabilidade fiscal, ela vai em outra linha e não gera atenuantes para o indivíduo que registrar tudo na sua Contabilidade. É a Contabilidade Patrimonial, adotando o Princípio da Evidenciação e da Universalidade dos Registros.

Ter uma Contabilidade de Custos. Eliminar aquilo que vem sendo tratado como Contabilidade Criativa. O indivíduo olha e faz um malabarismo na Contabilidade para conseguir furar determinados limites, por exemplo. Isso é um absurdo! Dentro do Princípio da Evidenciação, a Contabilidade não pode conviver com essas questões de curto prazo.

Qual é o resultado? É a nova Contabilidade Pública. A nova Contabilidade Pública seria o casamento entre a transparência e a evidenciação. Na verdade, os gestores têm que adotar o Princípio da Transparência. A partir do momento em que a gente passa a fazer as demonstrações da nova Contabilidade Pública, estamos tratando da evidenciação. Para isso, o Conselho Federal já editou a Resolução n.º 1.111 e está discutindo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. São 10 normas que foram submetidas à audiência pública.

Eu agradeço a atenção e deixo aqui o meu e-mail para quem quiser discutir o assunto. Ficarei muito satisfeito. Obrigado.

Victor José Faccioni – Coordenador: Ouviremos agora a Dra. Heloísa Garcia Pinto, a quem passo a palavra.

Doutora Heloísa Garcia Pinto - Diretora Nacional do Promoex: É uma honra muito grande, para mim, estar aqui com vocês e também uma responsabilidade, porque vou colocar para vocês algumas atividades e ações que estão em andamento no âmbito do Promoex. Estou tocando a direção deste programa com muita vontade. É um sonho. Tenho 20 anos de Tribunal de Contas, então, vocês podem ter uma idéia do que é agora dirigir um programa de modernização de todos os Tribunais de Conta do País. É uma fonte de conhecimento grande que eu tive e, como dizem alguns cientistas, eu estou na fase do retorno. A gente aprende, aprende e depois tem que começar a retornar esse conhecimento, e mais contribuir do que sugar. Então, eu vou tentar passar para vocês o que estamos fazendo dentro do Promoex.

Por que a escolha do Promoex dentro do tema "Transparência e Evidenciação"? Porque uma das ferramentas que eu escolhi para mostrar a questão da transparência e da evidenciação é realmente este Programa que estou dirigindo. Além disso, vou falar um pouquinho sobre o Portal de Convênios.

O nome completo do Promoex é Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros. Ele tem como objetivo o fortalecimento do

sistema de controle externo como instrumento de cidadania, intensificando as relações intergovernamentais e interinstitucionais, com o objetivo de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, ou, pelo menos, de propiciar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal pelos senhores prefeitos e governadores dos estados e municípios brasileiros.

A meta é a melhoria, ao final da execução do projeto, da percepção das instituições e dos grupos sociais relevantes, sobre a contribuição dos Tribunais de Contas para a efetiva, transparente e regular gestão e aplicação dos recursos públicos. É fundamental para mim já estar podendo cumprir hoje aqui um pouco dessa meta, que é levar ao conhecimento dos senhores algumas informações sobre o Tribunal de Contas.

Eu fiquei um pouco assustada na semana passada porque um servidor público me disse: "Será que você não poderia falar um pouco para nós desta sessão que é o Tribunal de Contas? Você veio de lá". É que agora eu estou no Ministério do Planejamento. Então, percebi que o nosso diagnóstico lá no início do Promoex está bastante correto. O Tribunal de Contas não é uma instituição bastante conhecida. Talvez saibam até o nome, mas não sabem o que fazemos lá. Com esse Programa, vamos deixar isso mais claro, mais transparente para a sociedade porque, afinal de contas, são as contas que vocês devem controlar. Só que é bastante difícil cada cidadão controlar as contas do seu prefeito. O que acontece? Todos nós elegemos nossos representantes, seja na Câmara de Vereadores, na Câmara de Deputados e no Senado, e a eles foi atribuída a atividade de controle externo, que é justamente o controle das contas. Eles fazem isso com o auxílio dos Tribunais de Contas. Conseqüentemente, a demanda de trabalho dos Tribunais de Contas tem realmente que vir da sociedade. Então, se vocês não sabem o que faz o Tribunal de Contas e se, por outro lado, os Tribunais de Contas não dão o *feedback*, não apresentam à sociedade o trabalho que fazem, como é que os cidadãos vão apresentar suas demandas de controle?

O Promoex precisou de um empréstimo para ser desenvolvido. O empréstimo foi feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. É um empréstimo entre a União e o BID. O mutuário é a União, por meio do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. O valor total do empréstimo, na primeira fase, é de US$ 64.400.000, sendo: US$ 38.600.000 de financiamento do BID; US$ 3.860.000 de contrapartida da União; e US$ 21.940.000 de contrapartida dos Tribunais de Contas. Isso significa que cada um está dando um pedaço da contrapartida. A execução é descentralizada, com a transferência dos recursos do BID aos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais. É um pouco complicado porque temos 33 Tribunais de Contas em 27 estados, fora o TCU. Por que 33 Tribunais de Contas se são 27 estados? Porque temos o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, do Município de São Paulo e dos Municípios do Estado do Pará, Goiás, Bahia e Ceará. Todos esses Tribunais são alcançados pelo Promoex. Temos parcerias para executar o Programa com a Associação dos Presidentes de Tribunais de Contas (Atricon) e do Instituto Ruy Barbosa (IRB). O dinheiro é repassado mediante a transferência voluntária de convênio.

A estrutura do Promoex está dividida em dois pedaços. Um pedaço é o que nós chamamos de "Componente Nacional", que é igual para todos os Tribunais de Contas; o outro pedaço é o "Compo-

nente Local". No Componente Nacional, nós trabalhamos:

Desenvolvimento de vínculos interinstitucionais entre os TCs e destes com o Governo Federal.

Redefinição dos procedimentos de controle externo, sempre visando ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Desenvolvimento de políticas e gestão de soluções compartilhadas e de cooperação técnica.

Por que o componente local? Para a gente alcançar o objetivo do Promoex de harmonizar conceitualmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, com todos os Tribunais de Contas usando e validando todas as ferramentas de uma mesma forma. Não adianta nada a STN padronizar relatórios, simplificar e cada Tribunal julgar esses relatórios de uma forma diferente. Então, o trabalho do Promoex é tentar harmonizar. É um processo bastante complexo, mas estamos formando uma rede de pessoas e vamos tentar alcançar esse objetivo no final do projeto.

Para isso, cada Tribunal de Contas também precisou se modernizar. As pessoas costumam me perguntar qual é o melhor Tribunal de Contas do País. Isso não existe. Há Tribunais que são bons na área de informática, outro na área de gestão de pessoal, então, não dá para escolher o melhor. Foi por isso que falamos no compartilhamento, já que um tem uma coisa que o outro não tem. Então, está havendo essa troca de soluções, mas, internamente, cada Tribunal de Contas tem que trabalhar todos esses itens que mencionamos acima. Eles precisam trabalhar: Vínculos com outros poderes, Ministério Público, cidadãos e sociedade organizada. Daí a questão da transparência.

Integração no ciclo da gestão governamental. Para mim, isso é o mais bonito do Programa. É você poder oferecer um bom trabalho para os formuladores de políticas públicas, de maneira que, ele possa decidir que não vai continuar com um programa de governo, por exemplo, porque o Tribunal de Contas avaliou e disse que ele é ineficiente, ineficaz, etc. Mas, para conseguir isso, os Tribunais de Contas precisam se estruturar, capacitar seus servidores. Esse é um dos objetivos do Promoex, migrando para uma auditoria mais na área de gestão e não mais somente considerando a regularidade e a formatação legal dos atos administrativos.

Novos métodos, técnicas e procedimentos de controle externo. Precisamos trabalhar dentro dos próprios Tribunais de Contas os seus próprios processos de trabalho, tornando-os mais transparentes, mais claros. Todas as vezes que queremos nos apresentar, mudamos um pouco o nosso visual. O Promoex está fazendo que, internamente, os Tribunais de Contas dêem uma revisada em seus processos de trabalho, talvez acrescentando alguns ou eliminando outros.

Planejamento estratégico.

Política e gestão de TI.

Política e gestão de pessoas.

Quando o Promoex estiver no final, espero que possamos fazer um fórum grande como este para conseguirmos casar o controle interno, o controle externo, o planejamento, administração, fechando todo o ciclo da gestão governamental. Você planeja, executa e depois vem alguém que controla e te diz qual foi o

resultado. A partir daí, o formulador da política vai prestar a atenção como vai poder melhorar na próxima vez. Ele pode simplesmente não acatar nada, mas se o trabalho for bem feito, esse ciclo se fecha.

Nós estamos trabalhando praticamente desde 2007 e já conseguimos alguns avanços:

Criação da Rede e Portal dos Tribunais de Contas (TCs). Depende agora do pessoal da comunicação, do registro de dados e do lançamento oficial, e acredito que isso ainda ocorrerá este ano. Por esse portal, qualquer pessoa vai poder acessar decisões de todos os TCs do País e entre os próprios TCs. Essa relação entre os próprios TCs não era tão fácil, tão visível.
Realização de Encontros Técnicos entre servidores dos TCs – formação de rede de pessoas; harmonização de conceitos e compartilhamento de soluções. Isso é o mais bonito que está acontecendo. Com a formação dessa rede, podemos compartilhar soluções entre os TCs e compartilhar soluções dos TCs com o Governo Federal.

Participação de servidores dos TCs nas discussões sobre normas e procedimentos contábeis, manuais de receita e despesa, padronização de relatórios e conceitos definidos pela LRF (trabalhos conjuntos com STN, CGU, TCU, CFC). Eu diria que é inédita a participação dos TCs nesses Grupos de Trabalho. Vejo que a situação hoje é muito diferente de cinco anos atrás. Há cinco anos, não pensávamos em ter servidores dos Tribunais de Contas trabalhando junto com os servidores da STN. Isso nos respalda bastante porque as evidências vão acontecer por meio da Contabilidade, conforme esses conceitos e essas regras. Mas, e a validação disso tudo? E a confirmação disso tudo? Vai vir quando tudo isso for apresentado na forma de prestação de contas. Volto a reforçar que o Promoex está proporcionando a integração entre os servidores dos TCs e com o Governo e isso é bastante inédito.

Lei processual elaborada por grupo de trabalho integrado por Conselheiros dos TCs, inclusive do TCU (coordenação da Atricon). É uma lei que estabelece princípios únicos para todos os Tribunais de Contas.

Realização de curso de auditoria operacional com a participação de 145 servidores de TCs. Está em andamento a fase dois do treinamento – a realização de uma auditoria operacional por cada TC, mas com um mesmo escopo, sob a orientação de técnicos experientes do Tribunal de Contas da União e dos TCEs e TCMs que já realizavam este tipo de trabalho. É o compartilhamento de soluções que eu já mencionei. Isso é muito bom. Aliás, hoje, no mundo moderno das organizações, compartilhar é o que está acontecendo: compartilhar informações, compartilhar conhecimento, compartilhar soluções. Estamos em um mundo de economia de todos os tipos de recursos, então, o compartilhamento, além de dar transparência e facilitar o conhecimento para todo mundo ainda é importante para otimizar os custos.

Participação inédita dos Tribunais de Contas em várias frentes de trabalho do Governo Federal em busca da melhoria da gestão (capacitação de servidores estaduais e municipais, preparação para a transição de governo nos municípios, procedimentos contábeis, programas federais voltados para o combate à corrupção). A capilaridade dos TCs é

muito grande e é nos TCs que vocês vão encontrar informações sobre todos os municípios brasileiros. Então, é importante que os TCs se modernizem e que harmonizem seus julgamentos em prol da efetividade da LRF.

Acordos de cooperação firmados entre TCs e outras instituições, inclusive de outros países, no escopo de desenvolver vínculos e trocar informações.

Elaboração e impressão de cartilhas para divulgação simplificada sobre execução de despesas e sobre prestações de contas. Divulgação de manuais com linguagem simplificada sobre gestão pública. Se os senhores consultarem os sites dos TCs dos seus estados, vão encontrar cartilhas e manuais em uma linguagem bastante simplificada sobre despesas, ou sobre prestação de contas, ou sobre procedimentos de licitação, enfim. Muitos estados já têm esse tipo de documentação e isso facilita bastante o entendimento.

Quais são as ações que já estão andamento no âmbito do Promoex?

Criação e implantação de Ouvidorias nos TCs.

Criação e implantação de área de comunicação institucional nos TCs. Uma coisa é você ter uma área de comunicação e outra coisa é ter um Chefe de Cerimonial. Nós vamos procurando, cada vez mais, para conhecimento de todo mundo, o que é, o que faz e onde quer chegar o Tribunal de Contas.

Capacitação dos jurisdicionados efetuada de várias formas (*in loco*, a distância, escolas de contas, etc). Jurisdicionados são aqueles que prestam contas aos Tribunais. A capacitação deles também está sendo financiada pelo Promoex e está acontecendo de várias formas. Há TCs que capacitam indo lá; outros estão financiando ensino a distância para os seus jurisdicionados; há outros que têm Escolas de Contas, como a Escola de Governo.

Viabilização da Semana Orçamentária para Estados e Municípios.

Divulgação, em linguagem simplificada, dos resultados de trabalhos de auditoria operacional efetuados pelos TCs. A gente tem que fechar o ciclo da gestão governamental, mas, às vezes, o linguajar dos relatórios de auditoria é complicado. Então, surgiu a idéia de se disponibilizarem os resultados dos trabalhos de auditoria operacional em linguagem simplificada. O TCU já vem fazendo isso e está sendo feito agora para os Tribunais de Contas Estaduais e Municipais.

Redesenho dos processos de trabalho.

Aquisições de equipamentos e softwares de auditorias para facilitar e agilizar os trabalhos.

Há alguns controles importantes a serem harmonizados:

Controle dos gastos com ensino.

Controle dos gastos com ações e serviços de saúde.

Controle das despesas com pessoal.

Controle da dívida consolidada.

Controle dos gastos com publicidade.
Tudo isso visando que todos tenham uma harmonização de entendimento; para que todos sejam julgados de uma mesma forma; para que as contas de todos

vão para um mesmo lugar e possam ser somadas, para termos uma idéia real do quanto o nosso País gasta. O fechamento e a consolidação das contas nacionais dependem disso. Então, o objetivo do Promoex é dar à sociedade aquilo para o qual o controle externo foi criado. É um programa de modernização dos Tribunais de Contas, visando ao cumprimento uniforme da Lei de Responsabilidade Fiscal e a transparência das suas ações, além de levar o trabalho dos servidores dos TCs para os formuladores de políticas públicas, proporcionando-lhes alguma base para mudar essas políticas quando necessário. Um dia, vamos chegar ao momento em que, antes de um deputado fazer qualquer emenda no orçamento, ele vai perguntar ao Tribunal de Contas primeiro.

Além do Promoex, há também outra nova ferramenta de transparência pela qual eu também estou apaixonada. É o Portal de Convênios:

É um instrumento que está em implantação pelo Governo Federal.

Visa ao controle total das transferências de recursos da União para estados, municípios, entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos.

Foi concebido para permitir o registro de dados e informações desde a publicação das regras sobre a transferência até o acompanhamento da prestação de contas, dando essa transparência e visão para todos os que acessarem o portal.

Propicia a evidenciação de todas as aquisições e contratações efetuadas com recursos de transferências voluntárias da União, inclusive, com os nomes dos fornecedores e dos contratados. Acho que o Portal é o sonho dourado de toda a atividade de controle porque está mostrando tudo o que está acontecendo.

Os instrumentos para as transferências continuam sendo os convênios, contratos de repasse e termos de cooperação.

A legislação já publicada (com alterações posteriores) e Portarias Interministeriais (Planejamento, Fazenda e Controle e Transparência) n.º 24 e 127/2008.

A vedação a convênios com valor abaixo de 100.000 reais – desafios contábil e legal para facilitar os consórcios municipais. Isso talvez seja pouco para a realidade de Gramado, por exemplo, mas há várias outras prefeituras para as quais isso é muita coisa. Há convênios abaixo desse valor, mas daqui para frente não mais. Esse pessoal que conveniava pouco dinheiro não vai mais poder receber recursos da União? Não é bem assim. Eles podem se juntar, daí a idéia dos consórcios municipais e das parcerias. Isso é um desafio contábil e legal.

Identificação das boas práticas de gestão. Isso é importante no portal dos convênios e nos portais dos TCs. Se tudo vai estar registrado ali, vocês vão ter a idéia das boas práticas e das más também. Só que, no caso das más práticas, a gente mitiga, controla, corrige, para que, da próxima vez, elas possam ser transformadas em boas práticas de gestão.

Muito obrigada. Eu espero ter dado uma idéia do que são essas duas ferramentas de transparência que eu escolhi para mostrar para vocês. Eu trabalho na Direção Nacional do Promoex, dentro de um Departamento de Programas de Cooperação Internacional e Gestão do Ministério do Planejamento. Eu gosto muito de ouvir idéias, de estudá-las

sempre, então, vocês fiquem à vontade para perguntarem o que quiserem. Muito obrigado.

Victor José Faccioni – Coordenador: Com a palavra, a seguir, o ministro do TCU, Benjamin Zymler.

Benjamin Zymler – Ministro do TCU: Bom-dia a todos. É realmente uma honra participar de um evento dessa qualidade e desse porte. Realmente, eu nunca vi um evento com tantas pessoas e reunindo tantos fóruns interessantes, tantos temas importantes a serem debatidos, não só pelos profissionais da Contabilidade, mas por todos os que lidam ou têm algum interesse nessa área. Essa é uma área intermediária e que faz fronteira com múltiplos setores da Administração Pública, das Finanças Públicas, do Direito. Falar de Contabilidade seria impossível para mim, porque eu não sou contador, não sou formado em Contabilidade. Ela me foi apresentada há 17 anos, quando eu fiz concurso para o TCU e tive que estudar Contabilidade pela primeira vez. No Tribunal de Contas da União é realmente muito difícil você se tornar um *expert* em algo. Nós somos uns generalistas; trabalhamos com todos os tipos de assuntos. Às vezes, eu me sinto até desconfortável quando, ao receber pessoas no meu gabinete, de repente, estou falando sobre petróleo, depois estou falando sobre pensão de militares, questões bancárias, questões contábeis. Então, você se torna um generalista e passa a saber um pouquinho de tudo, só que, nem sempre isso é adequado. Então, eu não pretendo falar aqui de regras contábeis e, sim, de alguma coisa sobre o controle externo e o controle social, sob o prisma da transparência, trazendo algumas reflexões minhas a partir da minha experiência de 17 anos no TCU.

Antes de começar, eu não poderia deixar de homenagear os professores Lino e Heloísa que me precederam; o meu amigo Victor Faccioni, e registrar a presença do ministro Nelson Machado, que já esteve no TCU inúmeras vezes. Ele conhece bem o TCU e sabe da parceria que o TCU estabelece com os órgãos governamentais. Queria agradecer à Maria Clara Cavalcante Bugarim, do Conselho Federal de Contabilidade, pela capacidade de organizar este evento com todas as suas ações.

A Dra. Heloísa falou muito bem que, lamentavelmente, os Tribunais de Contas ainda são ilustres desconhecidos. Eram muito mais, mas ainda são hoje. Eu tenho certeza de que a população brasileira ainda desconhece a forma de atuar do TCU. Eventualmente, tem acesso ao que é o TCU por notícias de jornal, geralmente, vinculadas a escândalos e irregularidades que o TCU descobriu. A dificuldade de entender a nossa atuação é histórica. O TCU tem 117 anos. É uma das instituições mais antigas da República e, às vezes, essa sua antigüidade prejudica a possibilidade de acesso da população à forma de atuação do próprio Tribunal. Nós temos práticas ainda muito antigas. Temos uma vestimenta jurisdicional, ou seja, se vocês nos derem o prazer de presenciar uma sessão, provavelmente, vocês terão a impressão de estarem presentes em uma sessão do Poder Judiciário. Há uma formalidade que faz parte do rito procedimental dos Tribunais. Isso tem a sua necessidade, tem a sua conveniência, mas, ao mesmo tempo, impede que seja utilizada uma linguagem simples e direta para que possamos comunicar as nossas ações à população brasileira.

A idéia de controle está absolutamente vinculada à idéia de República Federativa

do Brasil. A forma de governo republicano pressupõe controles dentro do aparelho do Estado e controles da sociedade civil sobre o Estado. Toda a República é assim. Quem exerce um cargo público, exerce uma gestão pública sobre algo que não lhe pertence. O bem público e o dinheiro público pertencem ao povo, à sociedade, e o agente estatal exerce uma gestão sobre algo que não lhe pertence. Portanto, ele deve prestar contas de sua gestão ao povo, à sociedade. É claro que, com 180 milhões de brasileiros, com sociedades tão complexas, é impossível prestar contas em praças públicas. Essa é a razão pela qual a própria Constituição e as leis estabelecem inúmeros mecanismos para que essa prestação de contas da gestão pública seja feita.

Dentro do aparelho estatal, um dos controles mais interessantes e talvez o mais desenvolvido na Constituição seja o sistema de controle externo. É um sistema cuja titularidade pertence ao Parlamento. É o Congresso Nacional, a Assembléia Legislativa e a Câmara Municipal que detêm a competência para exercer esse controle externo. É um controle administrativo que incide sobre a atividade administrativa do Estado. Mas é um controle limitado. Ele é exercido, de acordo com a Constituição, sobre a atividade financeira, orçamentária, patrimonial e operacional do Estado. Esse controle é feito, segundo a Constituição, a partir de padrões de legalidade, legitimidade e economicidade. Isso significa que o TCU não verifica apenas se os atos praticados pelos gestores estão de acordo com as regras contábeis, com as leis, ou seja, se há uma conformidade dos atos às normas contábeis legais existentes. Nós vamos além. Nós verificamos se as ações públicas são legítimas e econômicas, se atendem à idéia de eficiência, eficácia e efetividade; se o gasto público é feito de forma adequada para atingir resultados adequados que beneficiem a população brasileira.

Então, as ações do TCU são multifacetadas. Por exemplo, vocês vão ler no jornal que o TCU condenou um gestor a devolver aos cofres públicos 100 milhões de reais; aplicamos multa a gestores que praticaram ilícitos administrativos. Isso chega aos jornais. Mas, nós também fazemos auditorias de cunho operacional, por exemplo, em que não estamos preocupados com legalidade, com adesão estrita a normas específicas e, sim, com a eficiência e a eficácia da gestão pública. Na quarta-feira passada, acabei de relatar uma auditoria operacional acerca do Sistema X-4000, que é um sistema de visualização de informações trazidas pelos radares nos consoles dos aeroportos brasileiros e que servem para o controle do tráfego aéreo. A nossa preocupação, nesse caso, foi verificar a legalidade ou a adesão a regras específicas. Nós estávamos preocupados com o funcionamento do Sistema de Controle do Tráfego Aéreo Brasileiro, se ele é seguro ou se não é seguro. O TCU pode recomendar ao Comando da Aeronáutica ações tendentes à melhoria desse sistema? Eu tive que estudar esse sistema por algum tempo e isso mostra como a ação do TCU é diversificada. Esse é um tipo de atuação do TCU que está muito vinculada à operacionalidade da ação pública, à verificação do atingimento das metas públicas, das metas fixadas pelo Governo.

O Brasil ainda não tem uma cultura para absorver esse tipo de auditoria de gestão, auditoria operacional, auditoria de desempenho. Isso é construído aos poucos; não é um trabalho de um ou dois anos, é um trabalho de uma geração. Mas, é importante verificar que

já temos reconhecido pelo Governo o impacto das nossas auditorias operacionais. No Governo Lula, todos os ministros que assumiram seus mandatos foram ao TCU buscar os resultados das auditorias operacionais já realizadas nas suas pastas, cada um verificando quais as ações do TCU que, de certa forma, tangenciaram cada uma das ações setoriais do Estado.

O Sistema do TCU atua também em contato com a sociedade. Pretendo falar um pouquinho da necessidade de controle social e da emergência dessa idéia de controle social. Quando nasceu o movimento constitucionalista, quando foram promulgadas as primeiras Constituições, todas elas traziam um catálogo de direitos individuais. O art. 5º da Constituição Brasileira é um exemplo disso porque confere ao cidadão inúmeros direitos de liberdade. Mas também está preocupado em municiar esse cidadão de instrumentos para fiscalizar a ação estatal, basicamente, para se proteger da ação estatal. Então, no art. 5º da Constituição, vocês vão encontrar o mandado de segurança, *habeas corpus*, habeas data, mandado de injunção, ação popular, direito de interdição, direito de obtenção de informações nos órgãos públicos, direito de obtenção de certidões nos órgãos públicos, tudo isso para controlar ilegalidades, abuso de poder do Estado, etc. Então, essa idéia de controle social não é nada moderno. O movimento constitucional já nasceu com a idéia de municiar o cidadão de instrumentos para que ele possa controlar o Estado. Mas, ainda dentro de uma visão liberal, saindo da idéia iluminista de que o homem é o centro do universo e, portanto, dotado de plenos poderes e autonomia, o homem pode agir para se proteger das invasões estatais.

A grande verdade é que hoje não dá para imaginar mais o cidadão se protegendo isoladamente das ações do Estado. Hoje, o Estado é gigantesco. As competências públicas aumentaram de uma forma extraordinária. Vejam quantos artigos tem a Constituição Brasileira e quantas competências deferidas ao Estado estão presentes no texto constitucional! Esse Estado gigantesco estende os seus tentáculos por toda a sociedade. Quando o Estado reconhece que não tem condições de exercer sozinho essas competências, claramente se vê a busca de parcerias entre o Estado e a sociedade civil para o exercício das competências do Estado. Temos concessionárias de serviços públicos em todo o Brasil, em todos os níveis do Estado, prestando serviço público na área de eletricidade, telecomunicações, rodovias, transporte de passageiros, etc.; temos parcerias com as Oscips; temos os Contratos de Gestão; temos as organizações sociais, entidades privadas que colaboram com o Estado; temos os velhos convênios que ainda estabelecem parcerias dentro do próprio Estado, entre os municípios, estados e a União, mas também entre o Estado e a sociedade civil. Há uma percepção clara de que nenhum Estado, na modernidade, tem condições de sozinho exercer suas competências. Ele precisa buscar uma parceria privada, uma parceria da sociedade civil. Essa sociedade civil, parceira, deve também exercer a sua função controladora do Estado. Mas agora, não mais isoladamente. Ou seja, não há como imaginar apenas o cidadão participando de uma audiência pública na Aneel para que ele possa entrar efetivamente na discussão da regulação das tarifas de distribuição de energia elétrica. Que cidadão brasileiro é esse, dotado de inteligência extraordinária, que pode ter alguma voz ativa em uma audiência patrocinada pela ANEEL e que busca es-

tabelecer mecanismos de comunicação com a sociedade? É claro que a sociedade precisa se organizar para controlar o próprio Estado. Agora, não há como imaginar um cidadão sozinho nessa tarefa. Portanto, é absolutamente desejável que nasçam desse terceiro setor não só as ONGs que colaborem com o Estado, mas as ONGS que exijam do Estado transparência, efetividade nas suas ações, eficácia nos resultados. Essas organizações da sociedade civil são aquelas que, em minha opinião, têm a tarefa mais importante de exigir do Estado a prestação de contas adequada, dentro de moldes que satisfaçam aos cidadãos brasileiros.

É óbvio que, entre desejo e realidade há um fosso enorme. A idéia de cidadania e de a sociedade civil se organizar de forma efetiva é uma idéia ainda a ser buscada. Estamos em um processo de transição e o Estado tem que aprender a conviver com essas cobranças, com o aparecimento dessas organizações do terceiro setor as quais exigem transparência. Então, os ministros do TCU têm que estar absolutamente tranqüilos a ouvir algum defendendo teses que podem levar até a transformações do Tribunal. Em uma sociedade democrática, tudo isso pode ser debatido, pode ser construído. Não há dogmas, não há axiomas absolutos que não possam ser debatidos e discutidos em fóruns democráticos.

Eu gostaria também de dizer que, entre das competências do TCU, talvez a que pareça mais importante para ser relatada neste fórum seja aquela que a Constituição outorgou ao TCU, no sentido de elaborar um parecer prévio sobre as contas do Presidente da República. Quem julga as contas do Presidente da República Federativa do Brasil é o Congresso Nacional. Esse é um julgamento político. É um julgamento em que o Presidente tem as suas ações avaliadas por um órgão legitimado democraticamente, formado pelos representantes do povo, que é o Parlamento do Congresso Nacional. Porém, a idéia de um julgamento político é uma idéia que está muito próxima à idéia de arbitrariedade. Os julgamentos políticos são muito amplos, com poucos padrões de referência, padrões de balizamento para que não possam ser, afinal, uma mera luta entre Governo e oposição. Daí, a razão pela qual a inteligência constitucional exige dos Tribunais de Contas a elaboração de um parecer prévio. Esse parecer prévio conclusivo é, na verdade, um trabalho extraordinário dos Tribunais de Contas. Eu tive o prazer de ser o Relator do Parecer Prévio das Contas do Presidente da República dos exercícios 2004 e 2007 e isso forneceu ao TCU um conjunto de dados importantíssimos sobre a gestão das contas públicas. Esses dados estão à disposição dos senhores. No site do TCU, temos um resumo do Parecer Prévio do TCU e também o Relatório Completo. Além da análise do Balanço Contábil da União, o TCU faz uma análise setorial das ações de Governo em educação, saúde, transporte, energia, infra-estrutura, Previdência Social, etc. O TCU busca parceria com o Governo para evoluir no sentido de poder mensurar as ações setoriais do Estado. No Relatório do Parecer Prévio, temos a execução orçamentária associada a todas as ações setoriais do Governo e tentamos, nos últimos anos, buscar uma medida da execução física dessas ações setoriais do Governo. Temos encontrado muitas dificuldades. Não é um problema do Governo x ou y, mas ainda é um problema brasileiro. Temos déficits no planejamento, temos déficits na obtenção de dados que possam subsidiar o planejamento. Só para vocês terem uma idéia, 100% das ações setoriais cuja execução física; buscamos medir – tantas linhas

de transmissão construídas, tantas horas de aula efetivadas, etc. – e apenas 25% passaram por um crivo mínimo em que se analisou a robustez desses dados. Os outros 75% eram imprestáveis para medir a execução física das ações setoriais do Governo por conta de metas mal dimensionadas, parâmetros mal escolhidos, etc. Já houve uma evolução tremenda, mas ninguém vai resolver isso de uma hora para outra. O planejamento do Estado não é algo simples, mas nós temos que evoluir necessariamente para melhor registrar a execução física das ações setoriais do Estado.

Quero dizer também que há uma lei que está sendo votada no Parlamento Brasileiro e que faz parte do PAC. O PAC não é só um conjunto de ações vinculadas a obras públicas. Há um PAC privado que fala de concessões, outorgas de serviços públicos e há um PAC que passa também por uma alteração legislativa importante. Talvez a ação legislativa mais importante seja aquela que busca alterar a Lei n.º 8.666, a Lei n.º 10.520, a Lei Orgânica do Tribunal de Contas. Essa lei cria alguns instrumentos de controle social que são extraordinários, se o substitutivo que saiu da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado for mantido. Ela obriga a existência de um Cadastro Nacional de Registro de Preços. Essa questão do registro de preços é uma pedra no sapato dos Tribunais de Contas. O registro de preços é uma idéia extraordinária, mas hoje há uma certa flexibilidade excessiva nas normas que regem os registros de preços. Há uma adesão indiscriminada à Ata de Registro de Preços, e muitos órgãos, em vez de licitar, buscam aderir a uma Ata de Registro de Preços. As empresas que têm seus preços registrados e que vendem seus produtos ao Estado fazem um comércio, uma publicidade espúria dos seus serviços e bens registrados, aumentando a probabilidade de ilicitudes de uma forma extraordinária. Essa lei cria um Cadastro Nacional de Registro de Preços que vai ser gerido pela União e vai servir a todos os entes da Federação. Isso vai ao encontro da idéia de transparência e vai permitir o uso de tecnologias eletrônicas em qualquer modalidade de licitação. Isso aumentará a transparência de uma forma extraordinária, com concorrências eletrônicas, tomadas de preço eletrônicas, com o site Comprasnet, registrando imediatamente os resultados de todas as licitações eletrônicas realizadas pelo Governo. O site Comprasnet é talvez o símbolo mais efetivo de transparência do Governo.

Essa nova lei cria um processo de consultas e audiências públicas, por meio do qual o Estado vai buscar a especificação de bens e produtos que deseja adquirir. Ou seja, em vez de o Estado definir o objeto que deseja a partir de uma visão interna da repartição, vai ao encontro da sociedade, lança o seu desejo de adquirir bens e produtos de uma determinada especificação, a sociedade interage com as empresas de maneira a se chegar à especificação do bem que melhor atenda às necessidades do Estado e da sociedade. Essa busca da transparência, da interação Estado/particular passa a ser, sem dúvida, o norte fundamental a ser almejado pelo legislador, pelo administrador e pela sociedade brasileira.

Era basicamente isso que eu tinha a dizer e convido a todos conhecerem o novo site do Tribunal de Contas da União, pois mudamos o nosso portal. Hoje, ele contempla inúmeras informações absolutamente relevantes sobre a atuação do TCU, sobre a atuação do Governo controlado para o TCU e, quem quiser ter

algum tipo de contato, no próprio site, vocês encontrarão o meu endereço eletrônico. Muito obrigado.

Victor José Faccioni – Coordenador: Quero dizer algumas palavras para complementar essa exposição. Em primeiro lugar, como presidente da Associação Nacional dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), desejo cumprimentar os nossos dignos palestrantes – ministro Benjamin Zymler, do TCU; a Dra. Heloísa Garcia Pinto, do Ministério do Planejamento e Diretora Geral do Promoex; e o Dr. Lino Martins da Silva, controlador-geral do Município do Rio de Janeiro – que falaram sobre a transparência e a evidenciação no setor público. Isso me enseja a breves considerações finais.

Em primeiro lugar, urge conseguirmos dar melhor satisfação à própria sociedade brasileira no combate à corrupção, até porque, por mais que nos empenhemos, falhas existem. Existem falhas no setor público, como existem no setor privado, inclusive, nas auditorias privadas. Vejam o que aconteceu com a multinacional ENRON, que foi à falência por falha de uma das maiores auditorias privadas do mundo.

Eu queria dizer da minha satisfação de ter sido convidado pelo Conselho Federal de Contabilidade para coordenar esta Mesa porque, além do brilhantismo dos palestrantes, a temática é muito instigante. Falar em transparência do setor público nos remete aos maiores questionamentos dos gastos públicos.

Quero reiterar nossos cumprimentos ao Conselho Federal de Contabilidade, na pessoa de sua presidente e ao Dr. Nelson Machado, secretário do Ministério da Fazenda, pela iniciativa da elaboração das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público no Brasil. As NBCASPs, no seu âmago, traduzem os melhores propósitos na promoção do desenvolvimento conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, rumo à convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e no fortalecimento institucional da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Nisso se inclui também a proposição que fizemos e que teve a acolhida da presidente do CFC, Maria Clara Bugarim, no sentido de fazer constar, dentro dessas orientações, a verificação da existência e o pleno funcionamento do controle interno em cada órgão público.

Muito nos tem animado a idéia de parcerias, assim como fizemos com a proposição do mutirão que hoje assinamos e convênios que assinamos também com o Senado Federal, com a Controladoria Geral da União, o Conselho Nacional de Controle Interno de Estados e Municípios, o Conselho Federal de Controle Interno, o Instituto de Obras Públicas e a Associação Brasileiras de Escolas do Legislativo.

Na administração pública brasileira, é sabido que o controle interno faz parte do Sistema de Controle dos Gastos Públicos, com assento constitucional nos art. 31 e 74 e que disciplina: "Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão de forma integrada o Sistema de Controle Interno e a ele se completam e se complementam os controles externos, exercidos pelo Poder Legislativo, Tribunais de Contas, Poder Judiciário e Ministério Público". E o Controle Social exercido pelo cidadão, pela sociedade civil organizada, assim estabelecido pela Carta Federal no parágrafo 1.º do art. 74, onde se diz: "Qualquer cidadão, partido político, associação ou

sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas". E também, com previsão na legislação infraconstitucional, como é o caso da Lei Complementar 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que assim estabelece no parágrafo único do seu art. 48: "A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e à realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos Planos de Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento", não bastasse ser o controle interno o referencial exercício das funções do controle externo e do próprio gestor para destacar a sua importância.

Também é de fundamental importância o combate à corrupção e à impunidade. Vejam neste gráfico a origem das fraudes. Como se observa no estudo realizado, 7% das fraudes decorrem de má conduta; 13% por supressão dos controles pelos dirigentes; 17% por particularidades da atividade estatal; e 63% das fraudes têm origem na insuficiência do controle interno.

Da mesma forma, a descoberta das fraudes é efetuada, em 51% dos casos, pelo controle interno do setor; auditoria externa, 2%; informação de funcionários, 2%; investigação especial, 2%; coincidência, 3%; denúncia anônima, 5%; informação de terceiros, 9%; auditoria interna, 26%; e controle interno por setor, 51%. Se somarmos o controle interno por setor e a auditoria interna, chegaremos a 76%. Verifica-se aqui a importância do controle interno como principal instrumento de combate às fraudes e qualificação do trabalho realizado na área pública. A despeito dessa importância do controle interno, poucos são os existentes, quase nada nos municípios. Contudo, é de se destacar o trabalho da Controladoria Geral da União (CGU), que cuida das contas e das verbas do Governo Federal. As nações com menor índice de corrupção são as que têm o maior número de auditores e fiscais formados e treinados. A Dinamarca e a Holanda possuem 100 auditores por 100.000 habitantes. Nos países efetivamente auditados, a corrupção é detectada no nascedouro, ou quando ainda é pequena. No Brasil, país com um dos mais elevados índices de corrupção, segundo o World Economy Forum, tem apenas oito auditores/100.000 habitantes. Ou seja, 12.800 auditores no total. Se quisermos os mesmos níveis de lisura da Dinamarca e da Holanda, precisaremos formar e treinar 160.000 auditores. Vejam que mercado de trabalho!
Dos estados, a sua maioria possui controle interno, mas, via de regra, com pequena estrutura de pessoal e auditores respectivos. Sobressai, pois, a necessidade de campanha de alerta e conscientização que propomos pela Atricon. Neste Congresso, firmamos o Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Federal de Contabilidade, o Instituto Rui Barbosa e a Abracom. Muitos administradores, especialmente prefeitos, alegam dificuldades de técnicos especializados ou de cursos para sua capacitação. Mas, a propósito de tais alegações, concebemos um modelo de controle interno, pelo menos, para iniciar a sua existência e a prática da administração sem custo adicional. No site da Atricon – www.atricon.org.br –, temos três modelos de projeto de lei para criação do controle interno no âmbito dos municípios. Eu resumiria um muito simples, sem custo adicional nenhum, que seria o seguinte: o prefeito envia à Câmara de Vereadores um Anteprojeto de Lei concebendo o controle interno nos seguintes termos:

"Fica criado o controle interno na administração pública municipal e será integrado pelo contador-geral, pelo Procurador e pelos Secretários de Administração, do Planejamento, Fazenda, Educação e Saúde".

Por que os Secretários da Educação, Saúde e Administração? Porque há percentuais de gastos nessas três áreas. Na administração, tem o percentual máximo que pode ser gasto e, no caso da educação e da saúde, está estabelecido o percentual mínimo que deve ser gasto. Então, os titulares dessa área devem fazer parte do controle interno.

§ 1.º A Coordenação do Controle Interno estará a cargo do contador-geral que será substituído, nos seus impedimentos, pelo Procurador Municipal.

§ 2.º O Controle Interno terá reuniões mensais e extraordinárias, quando for o caso, para análise do andamento das contas da administração municipal e elaboração de relatório síntese a ser entregue ao Prefeito Municipal. E, no caso das contas do Legislativo, ao Presidente da Câmara Municipal.

§ 3.º O Coordenador do Controle Interno poderá, em caráter excepcional, convocar até três servidores técnicos, integrantes do quadro do município, para atuação na coleta de dados.

Naturalmente, esse é apenas um modelo de caráter emergencial e, antes das primeiras dificuldades que eventualmente se tenha para a estruturação de um Controle Interno ideal.

Mas, além do Controle Interno, temos o Controle Externo, este mais estruturado e atuante, notadamente, por meio do Tribunal de Contas da União, que é o paradigma de todos os demais Tribunais de Contas dos Estados e Municípios. Cumpre destacar que o TCU é o referencial dos demais Tribunais de Contas do País e, inclusive, realizou anos atrás, com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um programa de modernização, e hoje os demais Tribunais de Contas também estão realizando dentro da mesma proposta de aperfeiçoamento do Controle Externo, como nós tivemos oportunidade de ouvir na exposição feita pela Dra. Heloísa Garcia Pinto sobre o Promoex.

Embora também sejam integrantes do Controle Externo os Poderes Legislativos, o Judiciário e o Ministério Público, estamos aqui apenas nos referindo às atividades de Controle Externo exercidas pelos Tribunais de Contas. É extremamente necessário o reaparelhamento e a capacitação dos Tribunais de Contas. Por isso, foi muito bem-vinda a assinatura do convênio com o Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex), que abrange os Tribunais de Contas Estaduais e Municipais, junto com o Ministério do Planejamento, aqui representado por sua coordenadora, a Dra. Heloísa Garcia Pinto, e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Instituto Rui Barbosa e a Associação Nacional dos Membros dos Tribunais de Contas – Atricon, que tenho a honra de presidir. Devo aqui destacar um aspecto para ressaltar que esse programa demonstra a sua importância para o Controle Externo. A Atricon, por meio de um Grupo de Trabalho presidido pelo ministro Benjamin Zymler do TCU, encaminhou já um anteprojeto de lei processual aos TCs, a ser aprovado, primeiro, pelo TCU e, posteriormente, a ser enviado ao Congresso Nacional. O objetivo é uniformizar os procedimentos e os pro-

cessos no âmbito dos TCs, aumentando a eficácia e a ação fiscalizadora dos Tribunais de Contas.

Por isso, cabe aos Tribunais de Contas, no exercício do Controle Externo, apoiar e prestigiar também o controle social, aproximando-se da sociedade, na medida em que a mesma deposita na instituição a esperança de punição dos maus gestores. Importante instrumento desta aproximação são as ouvidorias, já existentes em cada Tribunal, incluindo o Disque Denúncia, com ligação gratuita, em que o cidadão pode denunciar atos irregulares que estiverem ocorrendo na Administração Pública. O cidadão precisa ter canais de comunicação com o sistema de controle externo e uma das formas viáveis é a ouvidoria e o Disque Denúncia, com discagem gratuita e endereço eletrônico para encaminhamento de questões.

É muito importante que os Tribunais de Contas tenham a iniciativa de estreitarem seus laços com os demais controles, sejam eles o Judiciário, o Ministério Público e/ou a sociedade civil, estabelecendo parcerias que objetivem, essencialmente, a otimização e a aplicação dos recursos públicos e que se gerem saídas para o desenvolvimento econômico e social do País. No âmbito do controle social, tais parcerias acontecem com a instituição e o pleno funcionamento de ouvidorias e Disque Denúncia, como já tive a oportunidade de falar. Ao discutirmos aspectos tão importantes dos atos e dos fatos da Administração Pública, também estaremos contribuindo para o aperfeiçoamento de gestores, técnicos e servidores públicos e, conseqüentemente, contribuindo para o aperfeiçoamento daqueles que são responsáveis pelo emprego e pela fiscalização dos recursos públicos. Esse é o objetivo, inclusive, de nossa presente participação hoje aqui neste 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade, até porque temos na Contabilidade, nos contadores e contabilistas, importantes e indispensáveis parceiros no cumprimento de nossa função. Nosso maior prazer em nosso trabalho é quando encontramos contas boas. Como disse alguém hoje aqui, contas ruins criam inimigos; contas boas criam amigos. Esta é a grande verdade. As contas ruins atentam contra o interesse público, contra o cidadão.

Antes de encerrar, eu gostaria de prestar duas homenagens. Uma à presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Maria Clara Cavalcante Bugarim, que também integra o Tribunal de Contas de Alagoas. E outra à Dra. Heloísa Garcia Pinto, coordenadora do Promoex e que integra o Tribunal de Contas do Distrito Federal. Eu pediria aqui ao ministro Benjamin Zymler, em homenagem à Dra. Heloísa, que colocasse nela o botão distintivo da Atricon. E vou deixar outro distintivo para ser entregue à presidente do Conselho Federal de Contabilidade. Muito obrigado.

Mestre de cerimônias: Neste momento, solicitamos a atenção de todos porque temos mais uma rápida homenagem e alguns avisos importantes para serem repassados.

O senhor coordenador Victor Faccioni fará a entrega dos certificados e de uma lembrança aos palestrantes, em agradecimento a suas contribuições neste Fórum. Esta lembrança é uma peça confeccionada por presidiários de Mato Grosso com resíduos de madeira proveniente de áreas de manejo florestal, dentro dos conceitos de sustentabilidade. O uso de técnica de marchetaria sólida, que consiste na colagem de pequenos pedaços

de madeira maciça, possibilita o aproveitamento dos resíduos. Surge, dessa forma, uma nova vida e um novo formato da matéria-prima que seria descartada pelo homem. O Dr. Victor Faccioni faz a entrega ao Dr. Lino Martins da Silva, à Dra. Heloísa Garcia Pinto e ao ministro Benjamin Zymler.

Nós convidamos o Dr. Nelson Machado, secretário-executivo do Ministério da Fazenda a fazer a entrega do certificado e de uma lembrança ao coordenador, Dr. Victor Faccioni, em agradecimento à sua participação na coordenação deste Fórum.

Temos ainda alguns importantes avisos a serem dados. Em nome dos organizadores deste evento, agradecemos aos senhores palestrantes e ao coordenador dos trabalhos por sua participação neste fórum. Hoje, às 14 horas, daremos início à programação científica do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade. Às 19h30min, após o Painel Magno, será realizada a apresentação das candidaturas dos estados que almejam sediar o 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade, com o show do dançarino e coreógrafo Carlinhos de Jesus. Estão concorrendo o Estado de Minas Gerais e o Estado do Pará. Nos dias 26 e 27, das 10 horas às 18 horas, teremos a votação para eleger o estado que deseja sediar o 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade. As urnas estarão à disposição dos congressistas no estande de votação. A apuração dos votos será feita no dia 28 e a cidade eleita será anunciada na Solenidade de Encerramento do Congresso. Para os contabilistas que ainda não substituíram suas identidades profissionais, informamos, mais uma vez, que este serviço continua disponível no estande de emissão de carteiras. As novas carteiras serão entregues durante o evento. Portanto, substitua a sua. Na quarta-feira, teremos o jantar de confraternização com o show da cantora Margareth Menezes. Os convites estarão à venda na Secretaria do Congresso. Lembramos que os ônibus para o *transfer* – Hotel/ExpoGramado/Hotel – circularão a partir das 20h30min. Muito obrigado pela presença de todos e um bom almoço.

CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

AUDITÓRIO ELIS REGINA

VII FÓRUM NACIONAL DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

OS REQUISITOS DO BOM PROFESSOR

Mestre de cerimônias: Bom-dia a todos. Caros participantes do VII Fórum Nacional de Professores de Ciências Contábeis sejam todos bem-vindos.

Este evento conta com o patrocínio do Sebrae Nacional, da Caixa Econômica Federal, da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias e Informações e Pesquisas (Fenacon). Em nome dos promotores deste evento, registro os agradecimentos a todos os parceiros e patrocinadores que tornaram possível o êxito deste Congresso.

É com muita alegria que estamos iniciando as atividades deste Fórum, que será realizado em duas etapas: serão proferidas duas conferências hoje e outras duas amanhã, neste mesmo auditório.

O VII Fórum Nacional de Professores de Ciências Contábeis tem como objetivos: despertar, em todos os participantes, uma visão clara e crítica do processo de aprendizagem para que se possam criar novas maneiras de desenvolver, com competência, a docência dentro da sala de aula e fora dela, como professores e educadores; e gerenciar práticas educativas, metodológicas e tendências educacionais, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem.

O Conselho Federal de Contabilidade e a Fundação Brasileira de Contabilidade têm o prazer de promover este encontro para professores e profissionais da Contabilidade e de outras áreas do conhecimento. Os seis encontros que o antecederam tiveram o propósito de reunir os professores dos cursos de Contabilidade para promover o aprimoramento da categoria, em consonância com as diretrizes curriculares e as novas competências para ensinar.

Na formação inicial e continuada, o desafio de formar professores e profissionais reflexivos, capazes de organizar situações de aprendizagem, permanece como um ideal. Sabemos que ter um profissional com o domínio do conhecimento e com capacidade de percepção, análise, decisão, planejamento e avaliação no cotidiano da sala de aula é uma tarefa árdua. É preciso acrescentar a isso as posturas necessárias ao ofício, tais como: a convicção na educabilidade, o respeito ao outro, o conhecimento das próprias representações, o domínio das emoções, a abertura à colaboração e ao engajamento profissional.

O VII Fórum Nacional de Professores de Contabilidade é um espaço que buscará discutir os tipos de formas de aula, além das estratégias de ensino e aprendizagem, para despertar no profissional a possibilidade de tornar-se um bom professor. Irá estabelecer um comparativo entre os fundamentos para o ensino superior do primeiro e do terceiro mundo e irá retratar também a importância da

Dr.ª Olga Molina e Dr.ª Roberta Carvalho de Alencar

CHARRUA
Con
de

pesquisa no ensino e o espírito investigativo de pesquisador.

A seguir, será apresentada a primeira palestra, intitulada "Os Requisitos do Bom Professor". Essa conferência irá retratar os tipos de formas de aula e as estratégias de ensino e aprendizagem, para despertar no profissional a possibilidade de tornar-se um bom professor.

Convido à Mesa, a professora Roberta Carvalho de Alencar, para coordenar os trabalhos desta conferência.

A professora Roberta é Doutora em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo e Professora do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP. Foi professora da Universidade de Fortaleza e da Fucape Business School.

Para proferir a primeira conferência deste Fórum, intitulada "Os Requisitos do Bom Professor", convidamos a professora Doutora Olga Molina.

Com a palavra, a professora Roberta Alencar para a condução dos trabalhos.

Roberta Carvalho de Alencar – Coordenadora: Bom-dia a todos. Bem-vindos ao VII Fórum Nacional de Professores de Ciências Contábeis. A professora Olga Molina, nossa conferencista, tem Mestrado e Doutorado pelo Instituto de Psicologia da USP. É Livre Docente da Faculdade de Educação da USP, na área de Didática. É professora associada da Faculdade de Educação da USP e colaboradora eventual da Faculdade de Economia e Administração da USP, tendo ministrado a disciplina "Didática Aplicada à Administração" e "Metodologia do Ensino de Contabilidade". Com a palavra, a professora Olga Molina.

Olga Molina – Universidade do Estado de São Paulo: Bom-dia a todos. Antes de fazer agradecimentos, que eu acho que seriam bastante indevidos nessa altura dos acontecimentos, eu gostaria de explicar um pouco como é que eu vim parar aqui.

Na verdade, quando me telefonaram perguntando se eu queria fazer um trabalho aqui, eu comecei a rir no telefone e disse:

– Desculpa, mas eu sou pedagoga.
– Nós sabemos, professora. Nós temos o seu currículo.
– Então, assumam o risco!

Nos dois ou três meses que se seguiram, eu fui passando por todos os estados de espírito possíveis e imaginários. Isso me deixou mais sem sono ainda. Então, eu estou tentando explicar como é que eu vim parar aqui, nesse imenso auditório. Sempre é assim: quem está aqui no palco fica no papel de "professor" e os alunos sentados desse outro lado. Isso é igual em toda a parte. Podem ter certeza que tem gente lá na última fileira pensando: "Se não prestar, eu saio de fininho". Então, estou em casa!

Vamos começar pelo óbvio. Qualquer docência tem que se basear no tripé: conteúdo, professor e aluno. Eu coloquei aqui um triângulo eqüilátero entre os três elementos porque qualquer um deles que tenha um peso maior do que o outro, com certeza, desequilibra o conjunto. Se o conteúdo for a única coisa que importa no ensino superior, nós vamos ter um profissional mutilado. Muitas vezes, o peso é posto sobre a figura do professor, aquela pessoa muito conceituada no seu campo de conhecimento. Só que isso não garante que ele venha a ser um bom professor.

E o aluno, geralmente, carrega o peso de qualquer problema que aconteça. Se alguém leu na Folha de São Paulo de ontem uma matéria sobre universidades que estão dando cursos de reforço para os seus alunos calouros vai entender como o aluno é sempre penalizado. Ainda bem que alguém está pensando neles de um ponto de vista um pouco mais positivo.

Vamos falar um pouco do aluno. Até 1968, o que é que nós tínhamos no Brasil? Algumas poucas universidades públicas, algumas universidades confessionais e institutos isolados, em certa medida. A universidade, que era o conceito dominante, sempre se pautou pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Isso acontece até hoje. Mas, essa noção de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que é uma noção correta, uma noção imprescindível à idéia de universidade, na verdade, não é provavelmente a única. Primeiro, pela nossa própria realidade e, segundo, porque, no mundo inteiro, há uma nova perspectiva a respeito do ensino superior.

Em 1968, entre outras coisas, a chamada "Reforma Universitária" propiciou o surgimento, ou uma expansão desenfreada de escolas de ensino superior. As instituições de ensino superior proliferaram em todo o País. Eu sou da área da Pedagogia e sei muito bem como elas proliferaram. Não só a Pedagogia e a Contabilidade, mas todos os demais cursos que dispensavam a tecnologia maior e que eram os chamados "cursos de cuspe e giz", cresceram barbaramente. Só que, eles cresceram em atendimento a uma demanda da sociedade e também em razão de outras coisas que não vamos discutir aqui porque este não é o momento.

Chegamos à situação atual – pós LDB – e temos agora um novo conceito na praça, que são as chamadas "universidades mercantis". O que se pode chamar de "universidade mercantil"? São universidades particulares, com explícitos fins lucrativos, geridas enquanto empresas educacionais, oferecendo produtos e serviços de acordo com a demanda do mercado.

Eu comecei falando de aluno e agora estou falando de universidade porque, na verdade, cada uma dessas escolas atende a um determinado perfil de aluno. Essa é a questão. O que é que nós temos nas chamadas "universidades mercantis". Em primeiro lugar, a grande maioria só é universidade no nome, com alunos em busca de um sonho. São alunos que merecem todo o nosso respeito, pelo nível de dedicação e sacrifício que eles fazem em suas vidas, em busca de um diploma de ensino superior que, para eles, pode representar muito mais do que nós possamos imaginar, enquanto professores deles. Esses alunos merecem todo o nosso respeito, antes de mais nada, porque respeito é uma palavra muito importante para mim. São esses alunos que chegam à universidade, despreparados; aqueles alunos que nos fazem quase que arrancar os cabelos tentando fazer que eles aprendam alguma coisa. Isso, quando a gente se preocupa em saber se o aluno está aprendendo ou não. Infelizmente, essa preocupação não é tão comum assim quanto deveria. Quando a gente vê as estatísticas de evasão de alunos do primeiro ao último ano do curso de ensino superior, a gente fica pensando: "Meu Deus! Esse aluno só serviu para pagar a taxa de matrícula e as primeiras mensalidades e ninguém quis saber o que aconteceu com ele depois?". Como é que isso fica?

Então, eu não falei do aluno "indivíduo", mas aquele que está em um contexto em que ele não fez nada para que fosse assim ou assado. Mas, é o contexto que ele tem e compete a nós fazer com que seja o melhor possível para ele.

Situado o aluno com o qual eu me preocupo, particularmente, aquele aluno que tem dificuldade na escola, vamos passar à questão do conteúdo. É claro que eu não vou falar com vocês sobre o conteúdo com o qual vocês lidam. Eu estava acabando de dizer que eu não dou conta do canhoto do meu talão de cheque, que dirá de Contabilidade! Mas, conteúdo no sentido amplo, aquele conhecimento acumulado pela humanidade em um determinado campo, é uma coisa meio mística no ensino superior. Quando eu vejo um professor dizer: "Ah! Eu tenho que dar conta do meu programa". Eu tenho vontade de rir. Como dar conta do programa? Ele é professor de quê para este conteúdo caber no programa? Na verdade, temos que fazer uma seleção muito séria na hora em que vamos nos preparar porque, na escolarização, não se aprende tudo e nem todos aprendem o mesmo. Daí, o primeiro problema curricular tem um significado social e político. Quando eu seleciono aquilo que eu acho que é fundamental para os meus alunos, na minha área, esta seleção não é neutra. Esta seleção vai influir no tipo de profissional que eu quero que saia no final do curso. Essa seleção tem que ser criteriosa porque, primeiro, nunca ela vai ser exaustiva no sentido de dar conta de tudo. Ela tem que dar o primeiro rumo para o qual o aluno vai apontar a direção da sua formação. Esta seleção precisa ser fundamental, no sentido de dar os fundamentos daquilo que o aluno vai construir em cima. Então, esta seleção, esse planejamento, que é absolutamente necessário para qualquer professor, tem que ser coerente com as circunstâncias que delimitam o trabalho do professor.

Que circunstâncias são essas? Desde as ordenações administrativas, desde aquilo que Brasília dita como conteúdo mínimo e fundamental, e assim por diante, até as injunções do próprio local de trabalho que eu tenho. Não me adianta nada passar, por exemplo, tarefa de pesquisa para os alunos, se eles não tiverem uma bibliografia que eu tenha indicado, uma biblioteca onde eles possam achar as coisas, se depois eu tiver que ficar digitando parágrafos aleatórios no Google para descobrir onde foi que o aluno copiou. É um trabalho desgraçado que não compensa. É melhor eu mudar o meu tipo de trabalho com os alunos. E também não adianta brigar com o aluno. Eu tenho que trabalhar a favor dele, com as circunstâncias que temos. Eu não estou querendo dizer que não vou trabalhar com o aluno. Eu estou querendo dizer que cada realidade é uma coisa. Uma vez, em uma grande universidade particular de São Paulo, um aluno me perguntou se eu fazia diferença entre o meu aluno da USP e os alunos daquela escola. Eu respondi: "Quem está fazendo é você. Eu não faço". Agora, é evidente que havia coisas que para eles eram muito mais sacrificadas e eu sabia disso. Mas, eu não me permitia ser boazinha com eles. Eu não tenho esse direito porque ser boazinha com o aluno significa que eu estou sendo muito folgada comigo mesma. Até hoje eu não acabei de ver tudo o que eu perdi na época em que eu estava na pós-graduação porque sábado e domingo eu tinha que estudar feito uma besta quadrada porque eu não tinha tempo durante a semana. Mas, eu tinha um objetivo em mente. Então, eu tenho que respeitar o aluno, até para

dizer para ele: "Se você quer o diploma, esse diploma tem que valer alguma coisa". Mas, alguém tem que ter a coragem de dizer isso na cara dele, mesmo que isso, às vezes, possa nos custar até o emprego. Então, o nosso plano tem que ser coerente com as coisas que eu devo obedecer, as tarefas que eu passo para o aluno, as avaliações que eu faço dele e assim por diante.

Em relação ao conteúdo propriamente dito, eu considero que existe um problema no ensino superior. Pode parecer estranho o que eu vou dizer, mas, normalmente, no ensino superior, a única coisa que se quer saber é o conhecimento, a notoriedade do candidato a professor na sua área. Então, se ele conhece muito de contabilidade, ele vai ser professor, mesmo que não entenda nada de alunos e nem de dar aula. Por incrível por pareça, o único professor aqui no Brasil que não precisa de uma formação específica é o professor de ensino superior. Vocês vão perguntar: "E o Mestrado e o Doutorado?". Mestrado e Doutorado são em cima de conteúdo. Ensinar nunca foi tarefa relevante dentro de uma universidade. Na USP, que eu conheço bem, se você apresenta um memorial para a livre docência, o que eles vão pesquisar mesmo é se você deu aula e se seus alunos foram bem-sucedidos no ano. Eles vão lhe perguntar quantos artigos você já publicou, em quantas revistas estrangeiras você já publicou, quantos alunos você já orientou no Mestrado e Doutorado e assim por diante. Mas, se você dá aula ou deixa de dar aula, isso é uma outra história que não entra na conta em hipótese nenhuma. Eu sei que isso não é privilégio da minha universidade.

Voltando ao professor de ensino superior, aquele que domina muitíssimo bem o conteúdo, ou então, que é um profissional muito bem-sucedido, é bom que se saiba que isso não significa que ele vá ser um bom professor para os alunos que dele necessitam. A propósito, quando eu dava aula nessa universidade, eu era professora de Psicologia Aplicada à Administração. Eu tinha os requisitos necessários, embora não fosse administradora, mas, era fatal, em algum dia de aula, algum aluno me perguntar: "Olga, você trabalha ou só dá aula?". Eu aprendi muito com essa pergunta que me faziam. Os meus colegas todos estavam vinculados a alguma empresa e eu não trabalhava, eu só dava aula! Agora, eles também não acreditavam muito na necessidade de Psicologia Aplicada à Administração. Um dia, um aluno me disse:

– Eu passei em todas as matérias importantes e vou ficar para o exame final por meio ponto na sua matéria!
– O que é que você vai ser mesmo?
– Administrador.
– Você vai administrar o quê, colega? Você vai lidar com gente! Escreva para o Conselho Federal e peça para darem um jeito, porque, segundo eles, a minha disciplina é obrigatória. Você pode não considerá-la importante, mas ela é obrigatória. Você passou nas que não são obrigatórias, mas na minha você ficou.

Depois, ele estudou e passou no exame.

Eu convido vocês a se lembrarem da fala do professor Eliseu Martins ontem, e eu não vou ser capaz de reproduzi-la porque ele falou de coisas que só vocês conhecem e eu desconheço. Ele exemplificou exatamente o que eu queria falar sobre conteúdo para qualquer professor. Quando se pensa em conteúdo como conhecimento técnico na área de contabilidade, por exemplo, com todos aqueles palavrões que estão no programa,

como "intangibilidade". Esse é o chamado conteúdo conceitual. Ele é importante. É claro que eu não posso admitir, por exemplo, o que eu vi acontecer uma vez. Eu trabalhava em uma Fundação e, em uma licitação pública, um componente nosso foi desqualificado de cara, não conseguiu nem passar para a fase seguinte porque o balanço da Fundação à qual ele pertencia tinha sido publicado sem a apresentação da diretoria e, portanto, não cumpria os requisitos do balanço. Eu soube depois que o contador tinha perdido o emprego. Mas, enfim, isso era uma coisa que até eu que sou leiga sabia, porque todos os anos era eu que fazia a tal da apresentação da diretoria. Não adianta muito saber que alguma coisa tem que ser assim se eu não souber como fazer aquilo. A fala do professor Eliseu ontem ilustrou muito bem isso, quando ele falava em uma mudança de modelo de escrita e dizia que é preciso mudar o "saber como"; saber se eu estou fazendo uma síntese, uma anotação, ou se estou dando realmente pistas para quem estiver analisando aquele material; saber do que nós estamos falando de fato. Quando ele fez a diferenciação entre comprar e imediatamente alugar, e depois recomprar alguma coisa, ele estava dizendo exatamente que é preciso "saber como". Mas, muito mais do que "saber como" – e foi esse o ponto da fala dele que me deixou muito emocionada –, eu tenho que saber por que eu faço assim ou assado. É uma mudança de atitude. Na atitude, nos valores pelos quais nós pautamos as nossas escolhas, entram as nossas convicções, os nossos modelos de vida, aquilo que nós realmente pomos em aberto ao tomar determinadas atitudes. Não adianta ficarmos apenas no conteúdo conceitual se não trabalharmos sempre com o aluno, paralelamente, o como e, principalmente, o porquê. Desculpem a minha pobreza de exemplos do caso, mas o professor Eliseu realmente exemplificou melhor do que ninguém essa questão do conteúdo a ser trabalhado com os alunos. Quando eu pego o manual de qualquer área, eu tenho ali um conteúdo seco, desencarnado. Sou eu, o professor, que vou realmente trabalhá-lo em todos os aspectos que são fundamentais e importantes.

Quem estudou na FEA sabe que, no final de cada curso de pós-graduação, os alunos preenchem voluntariamente um levantamento de opinião sobre o curso. Eu selecionei as questões que dizem mais respeito à atuação do professor. É claro que dizer se a biblioteca é boa, ou não, naquele campo, é importante, mas não era o nosso escopo aqui. Os alunos opinam sobre:

Habilidade para criar interesse sobre os assuntos.

Clareza e objetividade na exposição de idéias.

Atualidade dos recursos didáticos.

Critério de avaliação de aprendizagem utilizado.

Se a bibliografia utilizada é recomendada.

Se houve integração com o conteúdo de outras disciplinas.

Conhecimento significativo sobre os assuntos tratados.

Adequação na preparação do programa e planejamento das aulas.

Metodologia e didática adequadas.

Capacidade de integração entre teoria e prática.

Sem a menor sobra de dúvida, a minha experiência de professora de Didática sempre me ajudou muito na questão da capacidade de integração entre teoria e prática. Na Universidade de São Paulo, os alunos que vão fazer Licenciatura vêm de todas as unidades, da física, da matemática, etc., e todas fazem as disciplinas da Licenciatura na Faculdade de Educação. Como professora de Didática, eu sempre tive classes muito heterogêneas e sempre foram uma maravilha porque qualquer coisa que eu não soubesse, sempre tinha um aluno que sabia mais do que eu. Se eu precisasse de um exemplo de química, tinha alguém ali; de física também, e assim por diante. As minhas aulas sempre transcorreram em um espírito de cooperação muito grande. Eu acho que o professor de ensino superior precisa se lembrar sempre que o aluno dele, ainda que seja novato, traz um *background*, traz uma experiência de vida importante. Muitas vezes, ele está trabalhando na área. Ele pode até ser aquele funcionário de último escalão da empresa, mas que, na verdade, é quem mantém toda a escrituração da empresa em dia. Pode ser que ele saiba até mais do que o professor sobre as últimas coisas que estão se passando. Nós temos que entender que o aluno é, sim, competente e capaz para essa aprendizagem.

Eu deixo até como uma referência bibliográfica aqui este livro, bastante antigo, publicado aqui no Brasil em 1972 sobre o ensino superior. O livro traz ensaios sobre todas as áreas.

No ginásio, eu aprendi 73 teoremas. Eu demonstrava todos e tirava nota 10 na prova. Até hoje, eu não sei nem o que é um teorema, quanto mais, para que serve!

Questão 06: Será que transmito ao estudante a necessidade de disciplina intelectual, no sentido da necessidade de um trabalho puro em tarefas intelectuais difíceis para poder resolver problemas práticos da nossa sociedade?
O aluno não precisa que ninguém passe a mão na cabeça dele. O aluno precisa de um professor que seja capaz de levá-lo a trabalhar e mostrar para ele o valor desse trabalho dele. Nós também, infelizmente, ajudamos muitas vezes a banalizar o trabalho do homem. Uma vez, um colega me disse: "Ah! Eu tenho dó dos meus alunos! Eles vêm para a aula tão cansados que dormem lá no fim da sala. Eu deixo". Eu falei: "Larga a mão de ser vagabundo, dá uma aula boa que o aluno não dorme".

Questão 7: Será que estou transmitindo ao estudante a importância da competência técnica e, ao mesmo tempo, orientando-o para problemas, em lugar de orientá-lo para a técnica?

Questão 8: Será que a minha relação com os outros professores é de cooperação?

Eu posso até parar a pergunta aqui e cada um que se faça essa pergunta. Nós sabemos que é um ambiente competitivo.

Questão 9: Será que eu tenho um sentimento certo da minha dignidade para um professor e pesquisador e que tenho outro, equivalente, da dignidade daqueles com quem tenho contato? Até do aluno, não se esqueçam.

Era isso. Obrigada.

Mestre de cerimônias: Nesse momento, a senhora coordenadora Roberta Carvalho de Alencar fará a entrega do certificado e de uma lembrança à conferencista em agradecimento às suas contribuições neste Fórum.

Prof.º Dr. Rubem Alves

Olga Molina – Universidade do Estado de São Paulo: Gente, eu nunca mais vou a um congresso de professores. Eu só vou a congressos de contabilidade!

Mestre de cerimônias: Esta lembrança é uma peça que foi confeccionada por presidiários de Mato Grosso, com resíduos de madeira provenientes de área de manejo florestal, dentro dos conceitos de sustentabilidade, com uso de técnica de marchetaria sólida, que consiste na colagem de pequenos pedaços de madeira maciça, o que possibilita o aproveitamento dos resíduos. Surge, dessa forma, uma nova vida, em um novo formato de matéria-prima, que seria descartada pelo homem.

A seguir, convidamos o senhor Oscar Lopes da Silva para fazer a entrega do certificado e uma homenagem também à coordenadora professora Roberta de Carvalho Alencar, em agradecimento à sua participação na coordenação desta conferência.

Convidamos as autoridades da Mesa a retornarem à platéia a fim de darmos início à segunda conferência do VII Fórum Nacional de Professores de Ciências Contábeis.

UM MOMENTO COM RUBEM ALVES

Mestre de cerimônias: Dando prosseguimento ao VII Fórum Nacional de Professores de Ciências Contábeis, teremos a segunda Conferência esta manhã, sobre o tema "Um Momento com Rubem Alves". Esta Conferência irá estabelecer um elo entre a fala de Rubem Alves e a prática dos professores, no intuito de se discutir a construção de novos hábitos e de se trabalhar o ensino.

Convido à Mesa o contador, administrador e professor Oscar Lopes da Silva, para coordenar os trabalhos desta Conferência. Oscar Lopes é Especialista em Auditoria e Contabilidade e também mestrando em Ciências Contábeis. Atualmente, é conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais.

Para proferir a segunda Conferência deste Fórum, intitulada "Um Momento com Rubem Alves", convidamos à Mesa o professor Doutor Rubem Alves.

Com a palavra, o professor Oscar Lopes da Silva.

Oscar Lopes da Silva – Coordenador: Bom-dia a todos. Vamos apresentar quem não deve ser apresentado, currículos e currículos. O melhor currículo é um histórico de felicidades. Assim apresento o professor Rubem Alves, com o tema "Um Momento com Rubem Alves".

Rubem Alves: Eu agradeço esta apresentação curtíssima porque eu detesto leituras de *curriculum vitae*. O meu site tem o formato de uma casa e o meu currículo está lá, mas em um lugar da casa que se chama "Cemitério". Aquilo que se chama *curriculum vitae*, na verdade, é um *curriculum mortis* porque são coisas que aconteceram e que não existem mais, então, não há razão absolutamente nenhuma para se ler um *curriculum vitae*. Se um pianista vai dar um recital e está lá no palco, eu não quero que ele comece a dizer que estudou com Artur Rubinstein, etc. Eu simplesmente digo:

"Pára de falar, senta e toca! É isso que eu quero que você faça".

Quando qualquer pessoa vai fazer uma palestra, a gente faz um esboço. Ou esse esboço está na cabeça da gente ou está na folha de papel. Eu fiz uma porção de anotações, mas, quando a professora Olga começou a falar, ela começou a me provocar e apareceram muitas idéias que não estavam no meu esboço e que nem sei se combinam com o meu tema. Se não combinarem, também não tem importância. Então, eu queria contar o que me apareceu na cabeça e que foi provocado pela Olga.

Sobre essa questão do bom professor, eu me lembrei de quatro casos. O primeiro foi o professor que me ensinou a amar literatura porque a literatura não se ensina. Você tem que amar. Se você amar literatura, você aprende. Ele se chamava Leônidas Sobrinho Porto. Eu me lembro que, na primeira aula do curso Científico, ele chegou lá na classe, jovem, com uma cara de bolacha, sorridente e disse:
– Antes de começarmos temos duas questões preliminares para resolver. A primeira é a questão da presença. Quero dizer que todos vocês têm presença 100%, de modo que, quem não quiser vir à aula não precisa vir e terá presença total. A segunda é a questão de passar de ano. Todos vocês já passaram de ano, de modo que, podem ficar tranqüilos quanto a isso. Resolvidas essas duas questões preliminares e irrelevantes, vamos cuidar agora da literatura.

Foi assim que eu tive a maior experiência de literatura da minha vida. Ele sabia que a gente não ia comprar livros, que nós não íamos ler literatura. Sabem por quê? Porque se a gente lesse literatura, a gente ia estragar a literatura porque, para gostar de literatura, precisa saber ler e a maioria das pessoas não sabe ler, elas só sabem juntar as sílabas e eu vou dar um exemplo para vocês do que é juntar sílabas e do que é saber ler:

Eu vou dizer para vocês um poema curto da Cecília Meireles, por duas vezes. Nas duas vezes, eu vou dizer exatamente as palavras que a Cecília disse:

Muitas velas muitos remos tempo que navegaremos não se pode calcular vimos as plêiades mas vemos agora a estrela polar muitas velas muitos remos curta vida longo mar.

Falei todas as palavras que a Cecília escreveu e arrasei com o poema. Falei rápido demais, sem nenhuma pausa, ficou tudo sem sentido.

Agora, se eu ler o poema assim:

Muitas velas, muitos remos,
Âncora e outro falar,
Tempo que navegaremos
Não se pode calcular
Vimos as plêiades,
Mas vemos agora a estrela polar,
Muitas velas, muitos remos,
Curta vida, longo mar!

Foram as mesmas palavras! O Professor Leônidas Sobrinho ia para a sala de aula e falava da literatura com tal paixão, que todos ficavam extasiados! Isso já aconteceu há 50 anos e eu me lembro dele descrevendo o amor de Cyraneau de Bergerac. Eu me lembro exatamente da cara do Leônidas! Então, ele não nos ensinou literatura, mas ele nos ensinou a amar a literatura. Para mim, esse é um caso paradigmático.

O segundo caso é de um homem chamado Inácio de Loyola Brandão, que é um

poeta e escritor. Ele me contou isso. Na escola, ele estava em vias de ser reprovado em química. Ele não sabia nada de química. Ele não queria aprender química e tinha o direito de não aprender química! Ninguém pode obrigar uma pessoa a aprender uma coisa que ela não quer aprender. E sabem por quê? Porque se você obrigá-la a aprender, ela vai esquecer. Quando a minha filha estava se preparando para o vestibular, ela tinha que aprender os logaritmos veterianos. São muito importantes e vocês os usam constantemente! O cruzamento pelo branco e pelo preto é muito importante, principalmente, porque ela ia ser paisagista e arquiteta. Ela tinha que saber as causas da Guerra dos 100 anos. Eu imaginava a minha filha sentada com as amigas delas discutindo a realeza na Inglaterra e na França e as causas da Guerra dos 100 Anos. Ela ficava desesperada e eu lhe dizia: "Minha filha! A regra do jogo determina que você tem que aprender essas besteiras, mas eu vou te consolar porque, um mês depois, você terá esquecido tudo!". Por que é que ela esquecia tudo? Porque ela tinha má memória? Não. Porque ela tinha uma memória inteligente. A memória não é besta, a memória não carrega coisas que não fazem sentido; ela esquece. É uma defesa. O esquecimento é uma defesa da memória. Eu gosto muito de trabalhar com metáforas para se entender as coisas e eu digo que a memória é exatamente igual a um escorredor de macarrão. O que é o escorredor de macarrão? É uma bacia cheia de furos. Para que serve o escorredor de macarrão? Você quer fazer uma macarronada, coloca o macarrão na água fervendo e depois quer se livrar da água para fazer a sua macarronada. Então, você joga o espaguete no escorredor de macarrão, ele esquece a água, a água sai e aí você faz o seu macarrão. Então, a gente vai esquecendo. Aliás, diga-se de passagem, se eu fizer vestibular, eu serei reprovado. A Olga será reprovada. Todos os reitores das universidades serão reprovados. Todos os professores das universidades serão reprovados. Todos os professores dos cursinhos serão reprovados. Professor que fica ensinando análise sintática não vai resolver problema de logaritmo veteriano. Não tem jeito! Ele vai ser reprovado! A pergunta que eu faço é? Se todo o mundo é reprovado, para que os adolescentes têm que aprender essa coisarada que vai ser esquecida? Isso vai ser esquecido. E os que preparam os exames sabem que aquilo vai ser esquecido, só que, eles continuam a impor esse estudo aos nossos estudantes.

Então, o Inácio Loyola Brandão não sabia química, não queria saber de química, e o professor de química dele chegou e disse:

– Você vai ser reprovado.
– Eu sei.
– Mas eu sei que você tem uma atividade muito intensa no jornal da escola.
– É. Eu gosto muito de escrever. Escrever é a coisa que eu gosto.
– Você nunca vai aprender química porque, lá dentro de você, não tem a vontade de aprender química. Eu vou ajudar você a fazer os seus trabalhos para que você possa passar. Mas, eu vou fazer isso por você com uma condição: que você se dedique intensamente à literatura porque é para isso que você nasceu.

Hoje, o Inácio Loyola é um grande escritor e foi isso que o professor fez. É maravilhoso o professor que reconhece que a sua disciplina não é tão importante assim, não é a coisa mais importante do mundo. Algumas horas, você tem que se afastar para que o aluno tome a decisão sobre aquilo que ele quer.

Esse próximo exemplo aconteceu comigo, com uma professora que eu tive, chamada D. Clotilde. Era uma mulher de uns 25 anos, bem dotada, e nós, meninos, embora não soubéssemos direito as coisas, percebíamos que havia, talvez, algum odor especial que a gente não conseguia identificar, mas que provocava certas reações. Bem, a gente não sabia com a cabeça, mas sabia com o corpo. O corpo reagia. O Roland Barthes tem uma obra que diz assim: "O meu corpo não tem as mesmas idéias que tem a minha cabeça". Isso é verdade! A D. Clotilde sentava lá na frente da sala e desabotoava o primeiro botão da blusa. Quando ela desabotoava o primeiro botão da blusa, havia um leve tremor entre os meninos. O corpo estava sabendo, embora a cabeça não soubesse. Depois, ela desabotoava o segundo botão da blusa. O tremor e as outras reações aumentavam! Aí, a D. Clotilde desabotoava o último botão da blusa, que ficava exatamente no lugar onde se faz o "nome do filho", ou seja, "Nome do pai, do Filho, Espírito Santo". A essa altura, a D. Clotilde enfiava a mão dentro da blusa e tirava de lá um seio lindo, com o bico cor-de-rosa. Eu me lembro da hidrografia azul das veias do seio da D. Clotilde. Mas, ela logo pegava o bebezinho dela e botava para mamar. Vocês estavam pensando em alguma indecência? Estavam pensando que ela era pedófila? Ela era uma mulher muito católica e jamais passou tal idéia pela cabeça da D. Clotilde. No final da aula, os meninos voavam para a mesa da D. Clotilde e todo mundo queria carregar a pasta da D. Clotilde. Era interessante porque a pasta do professor, geralmente, é muito pesada. Pelo menos, era assim. Mas, o menino que recebia a pasta da D. Clotilde se considerava um felizardo. Ele ia carregando aquela pasta pesada e toda aquela menina seguindo a D. Clotilde até à sua casa. Eu não entendia isso. Aliás, eu entendi só depois que eu estava na universidade, quando eu comecei a mexer com literatura. Eu entrei na literatura quando já estava velho. Eu descobri a literatura quando eu tinha 40 anos de idade. Eu só comecei a aprender umas coisinhas com essa idade. Vocês sabem que há duas figuras de linguagem clássicas. Uma é a metáfora. O que é a metáfora? É quando a gente usa uma imagem para simbolizar outra coisa. Por exemplo, quando eu digo "os seus olhos, mar profundo", eu estou dizendo que seus olhos são azuis como o mar. Mas, tem uma outra figura de linguagem, que não é por semelhança. Por exemplo, uma vez, o meu pai me deu um peso de papel. O peso de papel não tem nenhuma semelhança com o meu pai, mas, quando eu olho para esse peso de papel, eu me lembro do meu pai. É uma metonímia. É um tipo de associação. Então, eu compreendi que a pasta da D. Clotilde era uma metonímia de um outro objeto desejado. Ninguém queria carregar a pasta da D. Clotilde. Todo mundo queria era passar a mão no seio da D. Clotilde. Foi aí que eu criei essa máxima: "Quem não tem seio, carrega a pasta!".

Por que é que eu contei essa história? Eu contei essa história para chegar à conclusão que, por admiração e amor a um professor, o aluno é capaz de carregar as pastas mais pesadas. O ensino não depende da clareza, não depende da ordem, a grande coisa que tem a ver com o ensino é a relação aluno/ professor. É como se eu quisesse me apropriar canibalisticamente, antropofagicamente, daquele professor porque eu gosto dele. Como eu não posso devorá-lo, ou devorá-la, eu vou devorar aquilo que ele ensina. Então, há uma mediação afeti-

va, pelo respeito e pelo afeto que se dedica a um professor.

Agora, vou contar para vocês um caso acontecido na minha família. O meu filho estava estudando Biologia em Londrina e ele detestava Bioquímica, que realmente é uma disciplina muito difícil. Então, ele tirava nota ruim em Bioquímica. Aí, ele foi transferido para a Unicamp e lá ele caiu nas mãos de um professor, chamado Avelino. Há uma teórica da psicanálise, chamada Melanie Klein, que fala em "seio bom", a pessoa que é "um seio bom". E você quer estudar aquele seio! Esse Avelino era um "seio bom" e o meu filho ficou encantado pelo professor Avelino porque ele era um homem extraordinário, respeitoso. O que é que aconteceu? Hoje, o meu filho é Doutor em Biologia. Vocês sabem qual foi a disciplina em que ele fez o seu Doutorado? Bioquímica. Por que ele optou pela Bioquímica? Porque era a forma que ele tinha de ter uma relação de amizade e respeito para com o professor Avelino. Então, os mistérios do ensino não são só os mistérios cartesianos, a clareza de todas essas coisas. Mas há alguma coisa mágica nessa relação que você estabelece com os seus alunos.

Isso tudo foi uma introdução que não estava no meu programa. A culpada é a Olga, com os pensamentos que me vieram à cabeça na hora em que ela estava falando. Enquanto a palestra estava transcorrendo, eu me lembrei de uma coisa que não tinha nada a ver com a professora Olga. É que o Vinícius escreveu um poema sobre a confiabilidade, que eu sugeriria que vocês lessem. Se eu tivesse pensado que ia me lembrar disso, eu teria trazido o poema para ler para vocês, mas eu não pensei, não trouxe e não posso repetir. O poema se chama "O Haver" e todas as estrofes do poema começam com a palavra "Resta". Ele está fazendo um balanço da vida:

Resta essa vontade de me ver
Resta esse círio ardendo em uma catedral em ruínas

E ele vai dizendo as coisas que restavam nele. Na verdade, nós somos uma firma e, querendo ou não, ao longo da nossa vida, a gente vai jogando dinheiro fora, vai ganhando dinheiro, vai ganhando coisas, vai perdendo coisas e tem um deve, tem um haver, tem um ganho, tem uma perda. Então, a disciplina de vocês parece ordenada a ver com a dimensão humana, porque tem a ver com os negócios, mas nós também temos essa dimensão.

O primeiro filósofo que eu li foi **Kierkegaard**. Todo mundo acha que filosofia é uma coisa muito chata. E é. Perguntaram ao Guimarães Rosa o que ele achava dos filósofos, e ele disse: "São os destruidores da literatura, com duas exceções: **Kierkegaard,** que é um filósofo dinamarquês, e Miguel Danamuro, que é um católico espanhol". Mas, o primeiro filósofo que eu li, eu tinha uns dezesseis anos, e foi **Kierkegaard**. Ele diz uma coisa interessante: "A pessoa que fala sobre a vida humana tem a obrigação de declarar a sua idade porque os pensamentos que nós temos pela manhã não são os mesmos pensamentos que nos temos ao anoitecer. Todo o meu pensamento é marcado pela consciência dolorosa que eu tenho que a noite está próxima. Sou velho!".

O poeta Rainer Maria **Rilke** tem um verso monumental, que diz assim: "Quem foi que assim nos fascinou para que tivéssemos um olhar de despedida em tudo o que fazemos". Eu sinto esse olhar de despedida especialmen-

te nesta ocasião do ano, nas tardes. Elas vão ficando tão coloridas! O verde é mais forte, as cores são mais fortes e a gente sente que a vida vai passando no meio dos nossos dedos. Eu não tenho 74 anos. Eu digo que eu não tenho porque somente os tolos dizem que eles têm. Os anos que a gente pensa ter são precisamente os anos que a gente não tem mais; são os anos que a gente já viveu. São os anos para trás. Quantos anos eu ainda tenho? Não sei. Posso ter um, posso ter dois, posso ter três, eu não sei. A maneira certa seria perguntar:

– Quantos anos você não tem?
– Eu não tenho 17, não tenho 42.
– Quantos anos você está desfazendo hoje?
– Hoje eu estou desfazendo 53.

Há uma cerimônia que as pessoas fazem nas suas casas e que eu acho uma cerimônia mórbida, de um mau gosto insuportável. É um bolo com as velinhas. Eu acho aquilo de extrema morbidez porque a vela acesa é símbolo de vida. Bachelat, que é um monstro da literatura, tem um livro lindo intitulado "A chama de uma vela". A vela está vivendo e morrendo porque a vela tem que ir morrendo para dar a luz àquela chama. Então, a chama é símbolo da vida. Só que mandam o aniversariante apagar as velas e aí todo mundo bate palmas. Estão batendo palmas por quê? Se ele tivesse acendido as velas, estaria celebrando a vida. Agora, nós não percebemos essas coisas, somos muito estúpidos e fazemos essa cerimônia de mau gosto, fúnebre.

Eu vou contar para vocês como é que eu descobri que eu estava velho. Vocês podem pensar: o que é que isso tem a ver com a questão da educação? Para mim, o caminho mais curto entre dois pontos é a curva. Então, eu dou muitas voltas para chegar onde eu quero. Isso é hábito do mineiro, contador de casos. Há 25 anos, eu descobri que eu estava velho. E não foi por causa de espelho porque as mudanças no espelho são tão diminutas que você nem percebe direito. Eu pensava que eu tinha cabelo ralo, foi preciso que alguém me dissesse que eu estava careca. Foi aí que eu percebi. Eu estava em São Paulo, era de tarde, peguei o metrô e o vagão estava lotado. Eu segurei no balaústre e comecei a olhar para a cara das pessoas e fazer literatura em cima delas. É uma coisa que eu gosto muito de fazer. Uma vez, eu escrevi um conto só de olhar para a cara do garçom. Eu estava lá olhando as pessoas no metrô, até que olhei para o lado e vi que tinha uma moça fazendo comigo o que eu estava fazendo com os outros. Ela estava olhando para mim, com um olhar fixo. Ela era uma moça de uns 25 a 26 anos, muito simpática. Ela não desviou o olhar. Acho que ela estava me achando bonito. Eu fiquei olhando para ela e houve aquele momento de suspensão romântica e eu já comecei a fazer literatura. Mas, foi nesse momento que ela fez um gesto de uma grosseria insuportável: ela se levantou e me ofereceu o lugar dela! Miserável! Se ela tivesse me mostrado a língua, eu não teria ficado tão bravo. Na realidade, ela fez uma operação matemática. Vocês sabem a teoria dos conjuntos, aquele negócio de pertence e não pertence? O nome dela era Maria. Quando eu estava olhando para ela e ela olhando para mim, ela pensava: "Rubem Alves pertence ao conjunto da Maria!". Mas, quando ela me deu o lugar, ela pensou: "Não. Rubem Alves não pertence ao conjunto da Maria".

A gente faz humor para espantar o terror. Vou contar para vocês um outro

caso que aconteceu agora há três meses, no aniversário da minha nora. Estava todo mundo sentado lá no jardim da casa dela. Eu estava sentado entre os casais jovens. Para mim, os jovens são de 45 a 50 anos. A certa altura chegou um casal, um médico com a sua esposa. Ela gosta muito de mim e veio na minha direção para me abraçar. Eu fui fazer um movimento para abraçá-la e ela disse: "Fica sentadinho aí! Fica sentadinho aí!". Eu disse: "Deus do Céu! Você acaba de me apunhalar, porque não se fala 'sentadinho' para uma pessoa normal. 'Sentadinho' é para velho!" E ela dizia: "Fica sentadinho aí! Você não pode mais levantar! Tuas pernas estão bambas! Eu não quero que você faça esse esforço". Eu até pensei em escrever um artigo para a Folha de S.Paulo, dizendo que jamais se deve falar "Fica sentadinho aí" para um velho.

Quando percebi que eu estava velho, há 25 anos, eu fiquei preocupado, porque a velhice é feia. Eu posso falar porque eu sou velho. Agora, no aeroporto, tem tratamento preferencial para as crianças, para gestantes e os da "melhor idade". Quando eles falam em "melhor idade", eu chego lá para a moça, mostro a minha passagem e digo: "Eu sou gestante". Eu fiquei preocupado que essa visão da velhice me deprimisse. Eu tenho medo da depressão. Depressão é uma coisa terrível. Eu já tive experiência de depressão. É uma coisa terrível. Eu fiquei com medo. Então, eu comecei a procurar uma imagem que me salvasse da depressão. Procurei, procurei e achei. A imagem da velhice é o crepúsculo. O crepúsculo é belo e é efêmero. Quando o céu está azul e você olha para cima, você não tem a menor sensação de movimento. Está tudo parado. É como se o céu fosse um mar azul de pedra. Mas, quando vai chegando o fim da tarde, quando vai chegando o crepúsculo, começam a aparecer as transformações nas bandas do poente. O azul vira verde, o verde vira amarelo, o amarelo vira abóbora, o abóbora vira vermelho, o vermelho vira roxo, rapidamente. Então, a gente tem consciência da passagem rápida do tempo. Já dizia o poeta: a gente vai andando solidamente pela rua e, de repente, vem o sol poente e nós estamos perdidos. Aliás, o Bachelat fala no livro dele que uma vela que morre é um poente; é um dia que está morrendo. Então, a gente tem essa consciência da passagem, do efêmero do tempo. Entre as artes, eu acho que a música é a que mais representa a vida da gente. Nas artes plásticas, a pintura, a escultura, os artistas tentaram derrotar o tempo. Por exemplo, o Beijo de Rodin é aquela coisa maravilhosa e está parado lá há não sei há quantos anos. Ficou parado no tempo. Se você pega um quadro de Van Gogh, ele está parado no tempo, está sempre lá. Mas, a música não é assim. A música, para existir, precisa morrer. Para o pianista tocar o próximo acorde, o anterior tem que ter sido tocado, tem que estar morrendo. Aliás, às vezes, o compositor coloca uma observação na partitura: "morrendo". A 5ª Sinfonia de Tchaikovsky vai devagarzinho, morrendo, vai perdendo a respiração, até que pára.

Então, surge o problema do que fazer com o tempo que nos resta. É um problema de vocês, mas não como especialistas de contabilidade. É uma outra coisa. Eu fiz uma sugestão lá na Unicamp que eles patrocinassem uma série de conferências para serem dadas por professores que estão em fim de carreira. Eu acho que isso seria fantástico!

18
CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

AUDITÓRIO ÉRICO VERÍSSIMO

PAINEL N.º 1

EMPREENDEDORISMO NO SETOR CONTÁBIL – UM NOVO TEMPO PARA OS NEGÓCIOS E PARA O BRASIL

Mestre de cerimônias: Para coordenar este painel, convidamos o senhor João de Oliveira e Silva. Nosso convidado de hoje é contador, auditor independente e co-autor do livro "Manual Prático do Contador". Foi presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará e também vice-presidente de Controle Interno do Conselho Federal de Contabilidade. Atualmente, é conselheiro efetivo do CFC.

Convido a este palco, os senhores painelistas: Bruno Quick Lourenço de Lima, engenheiro civil e gerente da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae Nacional; Eduardo Lara e Silva, contador e diretor-presidente da Cooperativa de Crédito dos Contabilistas da Grande Belo Horizonte. Senhores, queiram tomar assento.

Para a sua saudação a todos os que nos honram com suas presenças e, em especial, aos palestrantes convidados desta tarde, com a palavra, o coordenador dos trabalhos, contador João de Oliveira e Silva.

João de Oliveira e Silva – Coordenador: Boa-tarde a todos e a todas. Em primeiro lugar, quero externar a minha satisfação de estar ladeado por duas figuras totalmente significantes e voltadas também para a nossa profissão. O palestrante Eduardo Lara e Silva terá cerca de 30 minutos para fazer sua apresentação e peço permissão para ler seu currículo.

Eduardo Lara e Silva é técnico em contabilidade, contador, com especialização em Consultoria de Micro e Pequenas Empresas, sócio da empresa contábil Lara Consultores Associados Ltda., perito judicial nas áreas civil e trabalhista, conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, membro do Conselho da Micro e Pequena Empresa da ACMINAS e participante da Rede Sebrae de Contabilistas e Consultores. Com a palavra, Eduardo e Silva.

Eduardo Lara e Silva – Conselheiro do CRCMG e Consultor de Micro e Pequenas Empresas: Boa-tarde a todos. Gostaria de agradecer o convite para estar compartilhando este evento com vocês. Creio que estão aqui vários colegas, empresários contábeis e é um prazer estar aqui com vocês. Como o tempo é curto e o assunto é vasto, vamos começar rapidinho.

O nosso objetivo, como já foi dito, é refletir sobre o empreendedorismo do contador, enquanto empresário e consultor de empresas. Hoje, nós contadores somos também empreendedores. Eu consegui um paralelo com o empreendedor, que eu achei interessante e gostaria de passar para vocês. Ser empreendedor

Bruno Quick (Sebrae Nacional), João de Oliveira e Silva (Conselheiro do CFC) e Eduardo Lara e Silva (Conselheiro do CRCMG).

é muito mais do que tentar chegar ao topo de uma montanha. É conhecer a montanha e o tamanho do desafio, planejar cada detalhe da subida, saber tudo o que precisa levar, estar comprometido com o resultado, ser persistente, calcular os riscos, acreditar na sua própria capacidade e começar a escalada. Eu creio que o contador se identifica muito com essa situação porque, muitas vezes, a gente vê a visão do empreendedor como aquela pessoa que toca muitos negócios, se arrisca muito, mas, na realidade, o empreendedor tem que estar comprometido com seus negócios e nós, contadores, que tocamos empresas contábeis há cinco, dez, quinze, vinte, trinta anos, temos que nos considerar empreendedores também.

Qual é o cenário do empresário contábil atualmente? O que está acontecendo com a nossa profissão? As constantes mudanças no cenário econômico mundial globalizado provocaram um grande impacto no desempenho do profissional da Contabilidade e nas empresas que prestam serviços contábeis. Então, nós todos sentimos na pele essas mudanças constantes hoje. Estamos envolvidos em um contexto globalizado e temos que nos adequar a essas mudanças.

Eu estava comentando com um colega que, como empresário da contabilidade, tenho que chegar aqui e contar a nossa realidade. Se eu chegasse aqui e criasse uma visão superficial da nossa situação, os colegas iam dizer que eu estava falando bobagem porque não é bem assim que acontece. Então, levantei alguns tópicos que gostaria de compartilhar com vocês.

No Brasil, há uma exigência legal para que toda a empresa tenha um responsável técnico profissional, sendo amplo o nosso campo de trabalho. Então, vejo isso como uma situação altamente positiva para a nossa profissão. São quase quatro milhões de empresas registradas no Brasil hoje e toda a empresa precisa de um contador. Então, o nosso mercado está totalmente aberto e a capacidade é que vai diferenciar cada prestador de serviço.

Os bons serviços prestados mantêm uma relação de confiança e fidelidade com os clientes. Essa é a nossa realidade hoje. Quando a gente presta bons serviços, o nosso cliente continua conosco; nós crescemos junto com ele durante vários anos. Eu considero isso como um fator altamente positivo também. São poucas as profissões hoje que conseguem manter essa fidelidade. Esse nível de confiança que a gente tem com o nosso cliente, o nosso parceiro, gera essa situação de termos relações com os clientes durante muitos anos.

Agora, há alguns pontos que eu considero de dificuldade na nossa profissão:

Conhecer todo o sistema tributário nacional é tarefa árdua e quase impossível. Se alguém não concordar com isso pode levantar a mão porque é cobra mesmo. As mudanças na legislação são um grande transtorno para os profissionais e requerem atualização e estudos constantes. Participar deste Congresso é só um pequeno acréscimo na nossa formação. Nós não termos muita alternativa hoje, senão nos aperfeiçoarmos cada vez mais.

As empresas contábeis têm dificuldade em cumprir todas as obrigações contratadas, como, por exemplo, manter a contabilidade regular e atender a todas as nossas obrigações. Quem aqui não fez plantão durante o fim de semana e à noi-

te para conseguir cumprir todas as obrigações que são impostas aos contadores? Os controles estão cada vez maiores e isso é uma série dificuldade para nós.

Os honorários contábeis são nivelados por baixo. O que acontece na nossa prática? É lógico que cada um tem bons clientes, mas, de um modo geral, os honorários da área contábil não refletem a nossa responsabilidade perante o cliente.

Nas últimas duas décadas, o Brasil teve um crescimento econômico prejudicado por crises internas e externas. Isso se reflete diretamente na nossa atividade porque quando a empresa está em crise o escritório também sente o reflexo disso.

A enorme burocracia e a elevada carga tributária aumentam o mercado informal da economia. Essa é uma realidade que nós vivemos hoje e que tentamos mudar de diversas formas, como, por exemplo, criando a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que foi promulgada no ano passado e está para ser aperfeiçoada agora. Isso mostra uma tendência de se melhorar. Está se criando agora o empresário individual, enfim, situações que visam trazer o mercado informal para dentro da economia. Isso vai se refletir diretamente na nossa situação de empresário porque a perspectiva, segundo o que está na mídia, é a geração de mais dois ou bilhões de empregos que podem ser alavancados com esse processo de simplificação. Na realidade, a Lei Geral e o Simples Nacional foram coisas muito difíceis. Tivemos que batalhar muito para analisar essa lei e nos adequarmos a todas as variáveis, como, por exemplo, a questão das tabelas de atividades, etc. A idéia geral é que ela começou de um jeito e terminou de outro e nós tivemos que nos adaptar a ela, não tivemos opção.

Em função desse cenário, temos desafios diários, que nos são colocados e que nós temos que suplantar. Aqui vocês têm algumas perguntas que nós nos fazemos, como empresas contábeis, sempre tentando nos adequar à realidade. Qual é a nossa realidade hoje? A empresa contábil tem inovado o suficiente? Temos conseguido acompanhar as mudanças que nos são impostas? O que temos feito para informar e convencer as pessoas a respeito da prestação de serviços contábeis? Este congresso, por exemplo, é fechado para a nossa classe, mas, de uma maneira ou de outra, isso vai repercutir de alguma forma, e também é importante essa presença maciça de todos vocês. São 5.500 participantes neste Congresso e isso é um fato altamente positivo porque é uma forma de a gente se mostrar para o mercado.

Como os nossos clientes tendem a encarar os serviços que oferecemos? Nós atendemos às suas demandas? Estamos informando os nossos clientes ou estamos simplesmente cumprindo aquelas obrigações legais? O cliente vai comprar o serviço porque é obrigado ou porque isso é uma necessidade para ele? Essas são questões diárias nossas. Nós simplesmente cumprimos aquelas obrigações legais ou temos algo mais a oferecer a nossos clientes? Você oferece produtos que favorecem a gestão da empresa? Temos notado que, hoje, o cliente está sempre querendo algo mais. Então, quando você passa informações para ele, passa relatórios que o ajudem na gestão, ele te valoriza mais. Então, esse é um ponto que a gente frisa bastante.

Quem são nossos concorrentes no mercado hoje? O contador sempre argumenta que tem outros colegas no mercado que estão cobrando mais barato. Eu não considero isso como empecilho. O

meu concorrente é o contador que está prestando o serviço melhor que o meu. Então, a minha preocupação é sempre estar na ponta e apresentar o melhor serviço possível.

Quais são nossas responsabilidades perante o cliente? Todos nós sabemos que, hoje, além do nosso Código de Ética da Profissão Contábil que a gente é obrigada a seguir, o novo Código Civil de 2002 considera o contador como solidário pelas informações do seu cliente que ele presta. Então, essa questão de postura da empresa e do contador tem que refletir isso. Você tem uma responsabilidade e pode ser cobrado por ela, do ponto de vista civil e penal. Então, esse é um cuidado extremo que nós temos que ter na situação do Brasil de hoje. A legislação tem que ser cumprida. Você não tem alternativa, não tem o meio termo.

Eu tenho aqui alguns dados de uma pesquisa do Sebrae. Eles levantaram no mercado a razão pela qual as empresas contratam os serviços dos contabilistas. Os resultados foram os seguintes: 26%, porque é exigência da lei; 20%, para cálculo dos tributos; e 48% porque é necessário para o gerenciamento da empresa. Então, o empresário hoje já vê o contador como uma pessoa que pode auxiliá-lo no gerenciamento da sua empresa. Essa mesma pesquisa apontou que, no caso do pequeno e médio empresário, a primeira pessoa que ele procura quando tem algum problema é o seu contador. Nós todos já fomos demandados dessas questões. Tem coisas que a gente consegue resolver e outras que temos que direcionar para pessoas mais especializadas.

Após essa introdução, eu gostaria de passar para vocês agora uma visão da nossa empresa de serviços contábeis – Lara Consultores Associados. Nós fundamos a empresa em 1988. Estamos fazendo agora 20 anos de atividade. Ter uma empresa durante 20 anos é uma coisa diferenciada; estamos localizados em Belo Horizonte e a sede do nosso escritório tem 300 m^2. Nós temos quatro sócios. Essa é uma característica bem pessoal. Somos quatro irmãos contadores que começaram há 20 anos. Temos aproximadamente 200 empresas como clientes e um total de 38 colaboradores. Esse é um perfil geral da nossa empresa. Tenho certeza de que várias pessoas aqui vão se identificar com a situação porque o perfil do escritório de contabilidade não muda muito. É a mesma situação que vários colegas enfrentam hoje. Aqui está a foto dos diretores. Eu disse a eles que ia trazer essa foto quase como uma homenagem ao escritório por estarmos juntos há tanto tempo. Quais são os tipos de serviço que prestamos? Assessoria contábil, consultoria, advocacia, perícia, auditoria e administração de condomínios. É lógico que nós não começamos a empresa prestando todos esses serviços. Mas, com o tempo, fomos atendendo às demandas dos nossos clientes. Hoje, o cliente é uma pessoa importante para o escritório e a demanda dele tem que ser atendida. Não podemos simplesmente dizer – "Isso eu não faço" – e passar para outra pessoa fazer. Você tem que, no mínimo, encaminhar para uma pessoa da sua confiança, como, por exemplo, no caso da administração de condomínios. Começamos atendendo à demanda de alguns clientes que viraram síndicos de seus prédios e nos procuraram para dar uma assessoria contábil ao condomínio. É coisa que nós entendemos e adaptamos o escritório a essa demanda. No caso da auditoria, por exemplo, é lógico que a gente faz pequenas auditorias e, no caso de auditorias complexas, temos que repas-

sar para parceiros, para empresas mais especializadas. Mas, uma auditoria em uma pequena empresa nós temos total capacidade de fazer.

Como é a divisão interna da nossa empresa? Temos departamentos integrados em rede e já sabemos que esse não é o perfil de todo escritório de contabilidade. Há escritórios que têm uma pessoa que faz todo o trabalho da empresa, mas optamos por dividir a empresa em departamentos: Departamento de Pessoal, Departamento Fiscal, Departamento Contábil, Departamento de Processos, Departamento de Condomínios e Departamento Administrativo e Financeiro. Consideramos que o Departamento Administrativo e Financeiro é muito importante porque, se você quer que o seu cliente seja bem organizado, que tenha informações úteis, no seu departamento financeiro e administrativo, internamente, você tem que atender a essa demanda também. Hoje, por exemplo, um dos nossos sócios é o responsável pelo Departamento Administrativo e Financeiro especificamente. Ele só fica por conta disso.

Qual é o perfil dos nossos clientes? Atendemos a segmentos diversos. Já houve épocas em que tentamos direcionar para alguns tipos de atividade, mas, na realidade, chegamos à conclusão de que a empresa segmentada tem algumas dificuldades. Por exemplo, eu já tive diversos clientes na área de construção civil e, quando tem uma crise, você é diretamente afetado por ela, como aconteceu nas décadas de 80 e 90. No caso dos postos de gasolina, eu já tive quase 30 postos de gasolina como clientes. É um segmento em que nós nos especializamos bastante. Lá em Belo Horizonte, houve uma crise séria na década de 90, princípios de 2000, em que houve uma massificação, enorme quantidade de postos de gasolina, mas hoje temos apenas nove postos de gasolina como clientes. Se a nossa empresa fosse especializada apenas em postos de gasolina, eu estaria com dificuldade. Como diversificamos nossas atividades, fomos nos direcionando para isso. Vamos controlando essa diferença com o ingresso de outras atividades, como as áreas médica, de informática, de turismo, etc.

Aqui temos o perfil dos nossos clientes. Eu achei interessante para dar uma idéia. Seriam 42 empresas de lucro real, 70 empresas de lucro presumido, 65 empresas do Simples, 18 condomínios e 35 pessoas físicas. No caso das empresas do Simples, por exemplo, você não pode desprezar uma pequena empresa hoje alegando que o escritório só pega empresas de certo nível. Por quê? Várias pequenas empresas hoje estão crescendo, como já cresceram as antigas que a gente tinha e viraram empresas de porte. Vários negócios prosperaram e nós crescemos junto. Quando eu digo que nós crescemos juntos é porque a atividade aumenta e os honorários melhoram também. Então, o nosso foco é não perder o cliente. Queremos manter o cliente fiel. As 35 pessoas físicas são aqueles profissionais liberais que conseguimos atender diariamente, como médicos, dentistas, etc.

Possuímos diversas formas de atender aos nossos clientes hoje. Temos o atendimento tradicional, terceirizado, em que a documentação vai para dentro do escritório; e o atendimento externo, que é feito na empresa do cliente, com funcionários exclusivos. Eu loco os meus funcionários para dentro do escritório do cliente para que ele tenha um atendimento exclusivo. Existe outro atendimento externo também, mas não com

funcionários exclusivos. Os funcionários trabalham para várias empresas. Também temos uma assessoria de responsabilidade técnica, que se insere naquele caso do cliente que quer executar o trabalho com os seus funcionários, mas ele quer que você continue sendo contador dele. Então, você continua dando assistência para ele e sendo responsável técnico pela empresa, supervisionando esse trabalho. Esse perfil de atendimento acontece porque, na prática, você tem que atender à demanda do cliente. O que é que ele precisa? Como é que você pode ajudá-lo? No ano passado, por exemplo, o meu maior cliente quis o contador exclusivo também. Ele queria que trabalhássemos exclusivamente para ele. Isso sai do nosso foco de empresa contábil e a gente não consegue se dividir. O máximo que eu consegui foi indicar um contador para ele. Então, eu considero que são situações hoje normais de mercado. As empresas crescem e chegam a um ponto em que o contador terceirizado já não consegue atendê-las mais. Diversos colegas já devem ter passado por isso também.

Em relação ao desenvolvimento profissional dos nossos colaboradores, o perfil dos nossos funcionários hoje é o seguinte: são dez contadores, seis técnicos em contabilidade, treze estudantes de Ciências Contábeis, três advogados e seis auxiliares. Qual é o diferencial que eu achei importante frisar aqui? No caso dos 13 estudantes, nós damos uma ajuda de custo de 50% da bolsa da faculdade para eles. Eu já comentei isso com vários colegas e eles acham que é arriscado, porque, às vezes, os estudantes se formam e não continuam no escritório. Isso já aconteceu, porque as pessoas podem dar outros vôos, mas esse é um diferencial que temos e, do nosso ponto de vista operacional, isso tem funcionado muito bem como incentivo, como crescimento, como valorização da pessoa como profissional da área contábil. Desses dez contadores, quatro já se formaram nesse sistema. Esse é um trabalho que estamos fazendo há cinco anos. Esse é um diferencial na admissão de novos funcionários porque você visualiza o seu perfil como estudante, então, essa é uma coisa que achamos que dá muito certo. Aqui temos um perfil do escritório, até como uma homenagem aos nossos funcionários. Trabalhamos em equipe; cada departamento tem um gerente, um subgerente, auxiliares, enfim, nós seguimos toda uma hierarquia de empresa mesmo. Fazemos reuniões semanais dos sócios, reuniões mensais com os gerentes dos diversos departamentos e temos também uma reunião mensal de toda a equipe quando comemoramos os aniversários do mês. Ou seja, é uma reunião quase festiva, mas, na prática, ela serve também para se passar algum aviso, alguma comunicação.

Eu também considerei relevante a gente colocar esses quatro pontos, que valorizamos na nossa empresa porque consideramos os principais fatores que determinam o sucesso do empreendimento contábil: (1) qualidade na prestação dos serviços contábeis; (2) marketing da empresa contábil; (3) desenvolvimento profissional; (4) ética e responsabilidade. No caso da ética e da responsabilidade, como eu já falei, nós não podemos fugir da legislação sob pena de sofrermos sanções depois. No caso do desenvolvimento profissional, temos essa situação de incentivo. E não é só incentivar o colaborador que está te acompanhando. Você também tem que correr atrás, se aperfeiçoar e procurar atender bem a essa demanda e dar o exemplo.

O marketing da empresa contábil não é aquele marketing tradicional de divulgação, de publicidade. A gente considera que é um marketing pessoal, por exemplo, com o seu tipo de apresentação. Aquela foto que tiramos dos sócios, por exemplo, é mostrando o nosso uniforme de trabalho. Nós trabalhamos daquela forma. Já chegamos à conclusão que usar paletó e gravata valoriza o profissional, valoriza a sua relação com o cliente e você está preparado para qualquer coisa. Se um cliente te chama, se um juiz te chama para ir lá, você já está pronto, já vai direto. Isso já faz parte da nossa rotina. No tocante à qualidade dos serviços contábeis, o importante é o foco no cliente. O cliente é o objetivo das empresas de serviços contábeis, sendo o centro de tudo. É o fator da existência e da permanência da empresa de contabilidade no mercado consumidor de serviços. Isso é o que a gente passa para a nossa equipe. É o que a gente segue no escritório hoje. Se você quer prestar um serviço de qualidade, o cliente tem que ser o seu foco principal. É lógico que você vai priorizando os bons clientes.

Aqui tem uma mensagem que queremos deixar. Eu estava comentando essa apresentação e disse que mantínhamos essa mensagem no nosso quadro de avisos do escritório:

O cliente	Nós
Tem uma necessidade.	Temos um trabalho a fazer.
Tem uma escolha.	Devemos ser a melhor escolha.
Tem sensibilidade.	Devemos ser atenciosos.
Tem uma urgência.	Devemos ser ágeis.
É único.	Devemos ser flexíveis.
Tem expectativas.	Devemos superá-las.
Tem influências.	Esperamos ter mais clientes.

Importante: Em razão do cliente é que nós existimos. A maioria dos nossos novos clientes é de indicações. O cliente nos indica para um amigo, para uma pessoa da família que está montando uma empresa. Esse é o nosso dia-a-dia e o de muitos colegas também.

Agora, quero comentar com vocês sobre a Rede Integrar. Essa rede foi criada com participantes do curso "Contabilizando o Sucesso". Esse curso começou em Minas Gerais, há nove anos. Eu fiz parte da turma piloto e fiz parte da implantação desse curso em nível nacional. Hoje, com o apoio do Sebrae, do CFC e dos CRCs, ele está disponível ainda. É um curso subsidiado para o profissional da empresa contábil. O profissional tem que ter o perfil de atender à empresa contábil para poder fazer parte desse curso. Alguns sócios já fizeram esse curso também e ele é um diferencial no mercado hoje porque ele direciona a sua empresa para o atendimento ao cliente e para você ser consultor do seu cliente e passar informações úteis para ele. Ele criou uma mudança de mentalidade.

No caso da Rede Integrar, somos 40 escritórios de contabilidade, todos participantes do "Contabilizando o Sucesso". Nós nos reunimos em Belo Horizonte quinzenalmente, com o apoio da associação comercial. Temos várias parce-

rias, como, por exemplo, com empresas de software, com sindicatos, etc., e temos um jornal informativo em conjunto. Temos também o Manual do Cliente que fizemos em conjunto e ele vale para todos os escritórios. Cada escritório põe a logomarca da sua empresa. Fazemos cursos e treinamentos não só para colaboradores internos, mas para os clientes também. Tudo isso é feito por meio dessa rede. Participamos de eventos sociais, eventos de divulgação da Contabilidade. Esse é um diferencial que temos hoje. São 40 escritórios com esse mesmo perfil. Trocamos informações, nos visitamos, aproveitamos boas idéias porque, hoje, as idéias vão surgindo e você vai se adaptando a elas. Temos também ações de responsabilidade social, com distribuição de cestas básicas, atendimento a creches, doação de sangue, etc., ou individualmente ou participando de uma campanha do CFC.

Para finalizar, eu quero deixar aqui uma reflexão: "O que você colhe durante essa vida não é fruto de sorte, mas, sim, produto de esforço e trabalho próprio, pois você é o dono do seu próprio destino". Essa é a nossa realidade, o nosso dia-a-dia. Aqui tem o nosso endereço em Belo Horizonte, a nossa página na internet e o meu e-mail pessoal. Quem quiser trocar alguma idéia, alguma informação, estamos à disposição.

Para concluir, lembro a todos, em primeira mão, que, em 2012, Belo Horizonte é o lugar para a gente se encontrar. Obrigado.

João de Oliveira e Silva – Coordenador: O nosso próximo painelista é Bruno Quick. Ele é engenheiro civil, formado pela Fundação Educacional de Minas Gerais, Escola Kennedy. Tem especialização em Engenharia de Tráfego, é engenheiro de Planejamento e Produção e atua na área de indústria, comércio e serviços. Bruno Quick é presidente da Associação de Lojistas do Shopping D'El Rey; diretor do Conselho de Lojistas de Belo Horizonte; presidente do Conselho de Desenvolvimento Regional da Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais; presidente do Conselho da Micro e Pequena Empresa da Associação Comercial de Minas Gerais; diretor-executivo da Associação Comercial de Minas Gerais; e diretor de Comercialização e Articulação Regional do Sebrae/Minas Gerais.

Com vocês, o nosso painelista Bruno Quick.

Bruno Quick – Diretor do Sebrae Nacional: Boa-tarde a todos. Primeiro, é realmente um prazer muito grande estar com vocês aqui hoje. Eu vou tentar traduzir nas minhas palavras o real sentimento que eu expresso, não só em meu nome, como em nome da instituição que hoje sirvo, que é uma instituição que serve à sociedade brasileira, o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae). O Sebrae é um companheiro de vocês, podem apostar nisso!

Eu queria agradecer ao Conselho Federal de Contabilidade e aos Conselhos Regionais porque, nos 10 últimos anos, gradativamente, desde que nasceu o "Contabilizando o Sucesso", temos conquistado confiança recíproca por meio do trabalho, da continuidade e dos propósitos comuns. Então, eu quero agradecer ao CFC e à Presidente Clara, que é uma líder espetacular e somos todos fãs do trabalho que ela vem realizando. Queria agradecer também a vocês, dirigentes, ou não, contabilistas do Brasil.

Eu vou passar alguns slides e espero que as informações sejam úteis, mas eu diria que o meu real interesse é outro. O meu interesse é, mais uma vez, fazer com que vocês todos percebam a grandeza que este País tem reservado para cada um de vocês. O objetivo da minha apresentação é um só. É que, ao final, vocês saiam daqui realmente acreditando na categoria de vocês e cada um acreditando em si, enquanto um agente de transformação do Brasil. Nós vimos o Painel da Responsabilidade Socioambiental hoje pela manhã e eu fiquei muito feliz em ver o atual conceito de responsabilidade social. Durante muito tempo no Brasil, responsabilidade social era um apêndice da empresa, era pintar o muro da creche, por exemplo. Hoje, esse conceito está dentro do negócio e vou mostrar para vocês – esse é o meu desafio – a extensão social e ambiental que está presente no dia-a-dia de vocês, naquilo que vocês já fazem, são bons e entregam todos os dias às instituições, não só privadas, mas também às instituições públicas e do terceiro setor no Brasil. Então, a idéia, basicamente, é essa. Eu fico muito feliz de ver o Eduardo aqui dando o seu testemunho. Somos conhecidos há muitos anos e também amigos há muitos anos. Eu fui empresário durante 15 anos e nos conhecemos em um Conselho de Empresários em que a gente se perguntava o que a gente tinha que fazer para mudar nossa cidade, nosso estado e nosso País. Foi ali que nos conhecemos e foi quando nasceu o "Contabilizando o Sucesso".

Queria agradecer ao Coordenador do Painel e, para fechar esta parte, não poderia deixar de agradecer à Fenacon. Nós somos uma rede poderosa de transformação deste País para melhor.

O Eduardo falou muito do profissional, do empresário, como empreendedor no seu negócio. Vocês são os empreendedores de um Brasil desenvolvido, um país que pulsa oportunidades, em que as pessoas sonham e realizam seus sonhos. Nunca tivemos uma hora tão boa para falar disso.

O Sebrae nasceu fazendo consultoria caso a caso, quando, ao final dos anos 70, o milagre brasileiro deu água e as empresas financiadas pelos bancos públicos começaram a ter problemas para honrar seus compromissos. Então, nasceu o Sebrae para ir dando consultoria empresa a empresa. Depois disso, o Sebrae percebeu que não dava para trabalhar uma empresa isoladamente. Ele percebeu que tinha que trabalhar as cadeias produtivas, os arranjos produtivos e, assim, o Sebrae deu mais um passo. E mais recentemente, como todos os aqui presentes se perguntam: "Mas basta eu ser competitivo, o meu setor ser competitivo, se o ambiente aí fora é hostil aos negócios?". Então, nós temos que enfrentar o ambiente; temos que aprimorar o ambiente; temos que mudar o mundo em que a gente vive e nele, o mundo dos negócios. Então, o Sebrae entrou muito fortemente, buscando seus parceiros e trabalhando para criar um ambiente favorável no País. Em 2003, juntamos forças, mudamos a Constituição Brasileira e buscamos incentivar os micros e pequenos negócios, por intermédio da desburocratização, da desoneração, objetivando reduzir a carga tributária e de trazer real estímulo por que ser formal no Brasil é uma coisa que vale a pena. Ser empresário vale a pena. Eu empresariei alguns anos na minha vida e peguei aqueles pacotes todos que muitos aqui pegaram. Eu sei o susto que passei com o confisco e eu tinha

40 funcionários para pagar. Eu me lembro da dor de barriga que eu senti, aquele apertar na boca do estômago porque eu tinha 40 funcionários para pagar, mães e pais de família que trabalhavam na minha empresa. Eu sabia a extensão do meu compromisso.

Então, o empresário passa seus momentos de amargura, mas os momentos de sonhar e os momentos de felicidade têm que ser muito maiores do que os momentos de amargura. Esse é o ambiente adequado ao mundo dos negócios. É isso que a gente quer construir: que o empresário seja uma pessoa que sonhe, corra atrás, realize e sonhe mais. É assim que as empresas crescem.

Nosso desafio é fazer da formalidade um bom negócio no Brasil. Por quê? Nós temos dois informais para cada formal e a tal da concorrência predatória é de matar! Iniciamos com muitos parceiros; ouvimos 100.000 pessoas em encontros presenciais como este no Brasil inteiro, e resolvemos que, primeiro, não adianta falar só de tributo. Se não pagar tributo e não fizer a empresa ser competitiva, o informal seria mais competitivo, mas não é. Ele tem que se abrigar na informalidade para ser competitivo. Então, a primeira coisa é ir além da tributação. Segundo, temos que alcançar União, estados e municípios, não ficando restritos apenas às questões federais, como era o Simples Federal.

Depois, entramos em um processo muito intenso de negociação, de construção técnica e elegemos algumas regras: não aumentar impostos para a MPE. Essa é uma premissa do Simples Nacional. Sabemos que ela é quebrada em alguns casos. Vamos mostrar alguns. Depois, não podemos prejudicar a Previdência porque a Previdência é o nosso futuro amanhã. A Previdência é uma garantia social para cada cidadão brasileiro. No Brasil, os estados vivem um quadro de endividamento muito alto e, como foi dito aqui hoje, estão fazendo um esforço brutal para atender às suas necessidades essenciais, de investir e, obviamente, amortizar sua dívida. E não podemos nos esquecer dos municípios. Afinal de contas, a gente mora onde? A gente existe onde? A gente é feliz ou triste onde? É na cidade onde a gente mora. Então, temos que aumentar esse interesse do município pelos pequenos negócios. Mas dá para fazer um regime que reduza impostos sem afetar as finanças públicas? Toda a experiência mostra que sim. No momento, ainda que a gente desonere a micro e a pequena empresa, quando a gente traz o micro e o pequeno para a formalidade, ele contrata com nota fiscal, ele assina carteira, ele paga os tributos indiretamente, até porque, a substituição tributária no Brasil está em uma escala muito avançada.

E aí nós construímos a Lei das MPE. Conseguimos mudar o art. 146 da Constituição Federal, que é o que tratava do sistema tributário, e a partir da experiência que tivemos, desde a Constituição de 88, em 1999, onze anos depois, saiu um Estatuto, que foi quase que inócuo, com poucos benefícios, e nós tomamos a decisão: "Esta luta tem que ter persistência". É um pouco disso que estamos fazendo aqui hoje. Temos que lutar até o resultado ser alcançado e, quando a gente chegar lá, vamos ter outros desafios. Então, mais uma vez, foi traçada uma estratégia.

E o que é essa Lei Geral das MPE? É um trabalho corporativista dos empresários que querem se dar bem? Ou é um trabalho do empresariado que entende o seu papel de gerar oportunidades, em-

prego e distribuir renda nesse País, para mudar um quadro vergonhoso de concentração de renda que está no Brasil há décadas e agora começa a mudar? Esse é o papel ampliado. Quem é empresário contábil já gera emprego e renda. Além disso, vocês são aqueles que podem levar o conhecimento às micros e pequenas empresas para que elas possam ampliar o seu papel de geração de emprego e renda.

E assim foi construído, como eu disse, um Estatuto Nacional da ME, uma política pública nacional. Temos que entender que nacional é a soma de federal, estadual e municipal. Só que surgiram uma série de problemas nessa lei. Ela trouxe o ICMS para cima disso e ninguém melhor que os senhores sabem o que é o ICMS no Brasil, que balaio de gato é o ICMS, se é que se pode dizer que tem uma política de ICMS. Foi construído, então, todo um conjunto de medidas. O que está aqui do lado esquerdo, em amarelo, são os tributos; em verde, a desburocratização; e tudo o que está em azul são incentivos, como acesso a crédito, compras governamentais, associativismo, acesso à Justiça, fortalecimento da representação empresarial e assim por diante.

Trabalhamos muito. A lei foi aprovada em 2006 e, ao final de 2007, nós nos perguntamos: como é que está essa política? Como é que está o Estatuto? Como é que está a Lei Geral? Chegamos lá? O sucesso foi total? Nós vimos que:

85% dos empresários brasileiros conheciam a Lei Geral antes da pesquisa. Isso é que faz uma política pública. Quem acha que política pública é uma coisa que vem de cima para baixo está enganado. Isso é programa de governo. Política pública é aquilo que é conquistado.

75% dos empresários eram favoráveis.
72% dos empresários optaram pelo Simples.
46% têm ressalvas por causa dos impostos e da questão de vedação e enquadramento.
27% reclamam do aumento da carga tributária.

Então, não chegamos lá ainda. Por quê? Hoje, no Brasil, mapeamos mensalmente alguns elementos da Lei Geral. Como é que estava o regime do Simples aqui no Rio Grande do Sul, em Minas, na Bahia? Vários desses regimes caíram. O cadastro sincronizado para desburocratizar está funcionando? O valor agregado na fronteira constitui um problema para os estados do Centro-Oeste, como Mato Grosso do Sul, e em alguns estados do Nordeste. A substituição tributária está aumentando. Esse é um problema porque anula os benefícios do Simples se não for bem aplicada. Além disso, tem a diferença de alíquota não onerada e o projeto de compras. O que está em verde já está bom e, no que está em vermelho, ainda temos que trabalhar muito. Ainda predomina o vermelho!

Ainda assim, como é que foi a adesão das empresas? Eu falei em 72%, mas vamos olhar em números absolutos. Temos três milhões de empresas brasileiras optantes; temos 570.000 que querem optar e, por conta dos indeferimentos, não conseguiram entrar. São empresas que carregam débitos de um passado hostil a elas. Então, essa questão do endividamento de empresas é uma questão que temos que encarar adiante. Se é Refis, eu não sei. Mas, não dá para ficar arrastando corrente igual a fantasma pelo resto da vida. Tem que ter um corte. Daqui para frente é diferente. Temos que dar é asas para as empresas se desenvolverem, gerar empregos e distribuir renda.

Vamos mostrar alguns resultados. Há coisas que nos animam muito e esses encontros aqui e o que vimos no Painel sobre Responsabilidade Social hoje pela manhã mostram a importância de encontros como este para a gente ver o que está dando certo. Temos ali o exemplo de São Paulo que, em um processo experimental, já abriu uma empresa em 15 minutos. Dá para levar essa experiência para o Brasil todo? Falta o quê? Arregaçar as mangas e trabalhar. Dá para fazer! E não é só em São Paulo. Em Alagoas, em Petrópolis e em algumas cidades aqui do Rio Grande do Sul isso já está acontecendo.

Como é que estão as compras governamentais? Já oito estados no Brasil implementaram. O que é compra governamental. Isso é um discurso? O Governo Federal em 2006, comparativamente a 2007, tinha uma participação de dois bilhões de reais/ano da micro e pequena empresa nas suas contratações. Em 2007, com o início dos trabalhos do ministro Benjamin Zymler, e com o apoio das instituições de controle, de dois bilhões de reais, a pequena empresa brasileira passa a fornecer 9,5 bilhões de reais, ou seja, 7,5 bilhões de reais a mais de negócios para a micro e a pequena empresa. E quando a gente fala em negócios para a micro e a pequena empresa, provavelmente, é um dinheiro que fica no município e isso ajuda a mudar a distribuição de renda não só entre os indivíduos, mas geopoliticamente, fortalecendo as pequenas cidades do Brasil e mantendo as populações lá, evitando que os filhos tenham que ir embora estudar na capital e não retornem porque não têm oportunidade. Esse é o desenvolvimento que está por trás do trabalho de cada um de vocês. A estimativa do Governo Federal é bater 15 bilhões este ano. Isso é uma revolução do desenvolvimento!

Aqui tem algumas manchetes: "Participação das micros em licitações é maior em 2007". "Com a nova lei, a pequena empresa ganha espaço no 'supermercado' do governo". É aquela idéia das gôndolas. A pequena empresa está vindo para a frente, está se mostrando.

Parou por aí? O TCU já tem dois acórdãos que referendam essa boa prática de prestigiar os pequenos empresários. O Ministério do Trabalho já tem uma Instrução Normativa que fixa a questão da dupla visita como pré-requisito. Não pode multar antes de orientar. Quantas histórias a gente conhece de empresários que não sabiam e tomaram uma multa pesada e tiram o dinheiro que ele já não tinha para tocar a empresa. Eu já tomei uma multa do Inmetro porque na etiqueta da roupa que eu fabriquei não tinha a especificação da proporção do algodão e do poliuretano. Eu tomei uma multa de R$ 1.500,00 há 12 anos. Que falta fez aquilo no meu negócio! Isso é justo? Não tinha nenhuma explicação! Com uma pequena explicação, isso nunca mais aconteceu. O Tribunal Superior do Trabalho também já tem uma Súmula que valida a figura do preposto. Quem é o maior preposto da pequena empresa nas questões trabalhistas? Alguém sabe? São vocês. Então, isso dá direito que a pequena empresa se faça representar pelo seu melhor representante, que é o seu contador. Isso são coisas que estão acontecendo. Nos Estados Unidos da América, que para algumas coisas são um bom exemplo, sim, já há uma lei dessas desde 1953. Tem 55 anos que eles estão em cima e não largam do osso.

E essas coisas trazem benefício para o país ou é a pequena empresa que está ganhando? Esta é uma notícia deste ano: "O déficit da Previdência cai 22%". Isso significa aumento do emprego e aumento da massa salarial. A micro e a pequena empresa são os maiores empregadores do Brasil. Na verdade, 55% das carteiras assinadas estão na micro e na pequena empresa. É uma relação direta.

Como é que está o País, então? Será que esse esforço todo realmente repercute no nosso País como um todo? Como é que está a arrecadação? Quem se lembra? Diziam que os municípios e os estados iam quebrar. Vamos dar uma olhada nos números. Fazendo a comparação entre a arrecadação do primeiro trimestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2007, no Estado da Bahia, por exemplo, houve 24% de aumento de arrecadação. Não quebrou o estado. Como é que ficou a abertura das empresas nos estados que fizeram um bom trabalho? No Acre, por exemplo, houve um aumento de 46%. No DF atingiu 56% de aumento de abertura de empresas. Imaginem o que é isso! É a formalização, principalmente. Vocês vêem que a geração de emprego, no geral, teve um crescimento acima de 5%. O que aconteceu com o Sistema "S"? Quando a empresa opta pelo Simples, ela não paga o Sistema "S". Mas a crença que isso iria dinamizar a economia foi tão grande que tivemos um crescimento de 20% na nossa receita. Isso é prosperidade. É uma coisa que parece mágica porque não faz sentido na lógica tradicional. E assim vão os outros estados.

A média nacional de aumento de crescimento de arrecadação foi de 10%; a abertura de empresas aumentou quase 14% na média nacional; a geração de empregos aumentou quase 6% na média nacional. Quem diria! Então, essa é uma oportunidade de ouro. Nós temos uma oportunidade de ouro.

Há um projeto de lei no Senado que é particularmente importante para as micros e as pequenas empresas porque existe uma série de aprimoramentos. Vou mencionar só alguns. Será possível uma empresa por três anos suspender a sua atividade sem ter que fazer declaração sem ser multada. Então, você tem a suspensão. Disciplina minimamente os conflitos de ICMS, a bitributação. Tem um novo anexo do SIM. Eu vou mostrar aqui que, na versão aprovada na Câmara, vocês passam para o Anexo 3, que é um sonho de 12 anos, desde que nasceu o Simples Federal. Esse é o Plano A. Qual é o Plano B? Foi construído em acordo com o Ministério da Fazenda. A Tabela 5 agora incorpora a contribuição previdenciária da empresa. Então, o negócio é o Plano A vir para a Tabela 3, mas a Tabela 5 mudou para melhor! E quem tem impedimento? Todo o impedimento deve ser parcelado.

Além disso, entram serviços de suporte à saúde e as empresas contábeis vão finalmente para a Tabela 3. Qual é o conceito que nós estamos defendendo? Por que é importante o Brasil investir mais no setor contábil? Porque é um setor estratégico, de suporte à gestão dos negócios brasileiros. Essa é a bandeira que todos empunharam na mesa de negociação com o Estado brasileiro, representado pela Receita Federal do Brasil, pelo Confaz e pela Associação dos Municípios. Vocês ganham *status* de um setor estratégico de suporte à gestão dos negócios brasileiros. Aqui tem a questão dos abatimentos. Os estados terão autonomia fora do Confaz com benefícios para a micro e a pequena empresa; regularão a questão

da retenção; autorizarão o crédito de ICMS entre microempresas.

Vou dar só uma visão rápida do PLC 128/08 que está tramitando no Senado: cria uma Sociedade de Propósito Específico. Essa é uma oportunidade para vocês. As compras governamentais constituem um mercado excepcional. Um empresário para participar de um pregão, de uma licitação, tem que ter a sua documentação, precisa de orientação, apoio. Esse mercado de compras governamentais é um mercado espetacular e muita gente pode não ter percebido isso ainda. A questão dos consórcios também é um mercado espetacular. São as antigas centrais de compras que ainda não serão bitributadas. Esse é um lucro real para a SPE.

Por fim, eu não poderia deixar de falar da menina dos olhos do novo ministro da Previdência, ex-deputado Pimentel, que foi presidente da Frente Parlamentar. Cria-se a figura do microempreendedor individual. Esta é uma política nacional. Nós estamos defendendo essa idéia de que o setor e as empresas contábeis compareçam nesse desafio nacional e que seja aquele lugar onde o informal possa se dirigir para ser sensibilizado e vocês possam fazer isso sem custo para eles na primeira vez. Não é a contabilidade, mas o lançamento dele no sistema e dar uma orientação para ele se formalizar. Esse é um desafio que o País enfrenta quando tem uma endemia. Vamos enfrentar a endemia da informalidade! Quem são os parceiros do Brasil nesse momento? São vocês que estão aqui.

A gente pergunta: Quem pode tocar essa coisa para frente? Eu pego a pesquisa que o Eduardo falou e não mostrou e vou mostrar. Quem é aquele que é mais procurado pela micro e pequena empresa na hora que o calo aperta? Deveria ser muito antes de o calo apertar! É o contador, o empresário contábil, o contabilista. São vocês! Vocês são o grande apoio da micro e da pequena empresa brasileira. Nós, como serviço de apoio à micro e à pequena empresa, não poderíamos deixar de estar junto com vocês.
Entretanto, nem todo mundo olha para o setor com um olhar diferenciado. Nós estamos olhando sim! Nós construímos uma lógica que foi objeto de negociação com o Governo. Nós falamos que o setor de vocês é um setor estratégico de suporte à gestão. Diferentemente do profissional liberal, que trabalha sozinho, vocês têm toda uma infra-estrutura. Começamos a mostrar os ganhos. Com o trabalho de vocês mais apoiado e validado por uma política nacional, ganha a empresa, ganha a sociedade, ganha o Governo, ganha o mercado, ganha todo mundo. Todo mundo ganha com a valorização, a modernização e a qualificação do trabalho de vocês.

O Eduardo já falou que o futuro já chegou para vocês. Para o futuro chegar nas empresas passa por vocês. Vocês hoje estão presentes em todos os movimentos de interesse empresarial e de interesse público deste País. Eu sou testemunha porque a unidade que eu cuido trata da Assessoria Legislativa do Sebrae. E vocês estão presentes em todos os municípios. Tudo o que a gente está falando tem o objetivo de promover a melhoria dos padrões gerenciais das MPE de modo a aumentar sua competitividade e sustentabilidade e, assim, mais emprego e renda.

Quem ganha com isso? A pequena empresa. Vocês levam soluções empresariais modernas e adequadas às pequenas empresas. Vocês conhecem a realidade delas. Vocês dão um destaque fantásti-

co. Vocês são as pessoas da vez. Vocês são os portadores da modernidade, do desenvolvimento. Juntos, nós fazemos muito mais. O País colhe prosperidade e sonhos são realizados.
Qual é a dimensão disso tudo? Aqui nós temos um quadro da Mackensie, que é uma das maiores firmas de consultoria internacional e ela associa, de forma direta, o fenômeno da pobreza ao fenômeno da informalidade. Essa é a maior barreira. E essa pobreza pode ser enfrentada como? Com o trabalho de cada um nas empresas que vocês servem. Com um trabalho aparentemente pequeno do dia-a-dia é que se muda a cara de um país. Só que, no nosso Brasil, só 8% dos municípios têm a Lei Geral implementada. Quem vai fazer isso? Nós vamos esperar o prefeito fazer ou nós, que somos voz da sociedade e conhecemos as empresas, que vamos conquistar isso? Eu prefiro acreditar que nós vamos conquistar isso. As campanhas estão aí.

Eu queria finalizar usando essa frase de Max Weber: "O homem/mulher não teria alcançado o possível se repetidas vezes não tivesse tentado o impossível". O que é que isso ensina para a gente? Que muita coisa que a gente acha impossível, consegue conquistar se nós acreditarmos e trabalharmos juntos. Para fechar, não por acaso eu trouxe uma foto do jornal "O Globo" de ontem. O ser humano nasceu para brilhar. O brilho do homem sai pelo sorriso. Para mim, o real papel de vocês aqui e dos que não estão aqui é que vocês portam o conhecimento. Hoje, esse é o bem mais precioso. Vocês são parceiros do sucesso. Todo mundo quer sucesso. Quem não quer sucesso na vida, nas suas mais diversas formas? Vocês são promotores da prosperidade e, do ponto de vista empresarial, eu diria que vocês são os maiores apoiadores da felicidade. Por isso, eu trouxe o retrato dessa empresária de Brasília que ilustra um artigo de ontem do jornal "O Globo". No ano passado, ela tinha apenas três empregados e agora tem cinco. Eu acho que esse sorriso do empresário é uma coisa que tem muito a ver com o trabalho de vocês. Parabéns! Contem com o Sebrae!

João de Oliveira e Silva – Coordenador: Queremos agradecer ao Eduardo e ao Bruno pela brilhante apresentação dos painéis. Como eu faço parte da academia também, eu queria só dizer que, muitas vezes, os alunos chegam até nós dizendo: "Professor, eu me preocupo muito em prestar serviço porque os empresários não querem pagar os devidos impostos por causa do Código Civil". Eu falo para eles: "Não tenha medo! Se o empresário não quer pagar imposto, não tem nenhum problema. Agora, faça a contabilidade dele. Deixe ele pagar quanto ele quiser, desde que você registre no passivo a dívida dele. Com coragem, você presta o teu serviço e ganha o teu cliente". Ambos painelistas falaram sobre marketing, principalmente, o Eduardo, e o Bruno falou sobre ousadia. Eu queria lembrar que há três profissões mais importantes no mundo: a teologia, para cuidar do teu espírito, da tua mente; a medicina, para cuidar da tua estrutura óssea corpórea, do teu corpo; e a contabilidade para cuidar do teu patrimônio. Essas são as três profissões mais importantes. Eu não quero menosprezar as outras, evidentemente. Se o contador for ético no seu extremo, ele nem precisará do advogado.

Eu queria aproveitar o ensejo e ficar de pé para reverenciar todos vocês e dizer que, desde 1924, a região Norte nunca sediou um Congresso Brasileiro de Contabilidade. Vários dirigentes do sistema

contábil estiveram em Belém do Pará e foram verificar a nossa estrutura e todos eles, sem exceção, falaram: "Quero estar em Belém no 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade". Eu garanto que estaremos de braços abertos esperando por vocês no 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade. Muito obrigado e passo a palavra a nossa mestre de cerimônias.

Mestre de cerimônias: Senhoras e senhores, peço-lhes que, por gentileza, permaneçam em seus lugares, pois teremos agora outro significativo momento que se insere aos instantes finais deste painel. Teremos uma homenagem especial a uma profissional da classe contábil que há 10 anos identificou a necessidade de empreender uma mudança em prol das micros e das pequenas empresas brasileiras. Tratava-se de promover a aproximação e a integração de duas importantes forças de apoio aos negócios do País: o setor contábil, composto de seus profissionais e suas empresas, organizados em torno do CFC, da Fenacon e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Muitos, quando ouviam falar desta visão, chegavam a duvidar da sua realização, acreditando ser uma utopia. Mas, para o empreendedor, obstáculos são apenas desafios que ainda não foram superados. O sonho deu lugar ao trabalho e esta profissional, munida de grande conhecimento técnico, de boas propostas, de determinação e de muita habilidade, pôs-se a construir o futuro. Nasceu, então, o programa "Contabilizando o Sucesso", que percorreu o País mostrando a todos que, mais do que possível, a união de forças era extremamente útil aos pequenos negócios e ao Brasil.

Através de uma rede qualificada de profissionais e empresas contábeis, e com o apoio do Sebrae, é possível levar conhecimento e orientação aos milhares de empreendimentos em todo o território nacional e, assim, contribuir para negócios mais competitivos, aumento e melhoria dos postos de trabalho e o incremento na distribuição de renda, questões-chave em qualquer economia moderna. Hoje, são 3.000 contabilistas que atendem a quase 200.000 pequenos negócios. Continua a crescer. A força da parceria já permitiu outros avanços, como a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que já alcança mais de três milhões de negócios e, no médio prazo, transformará, definitivamente, para melhor, o ambiente de negócios em nosso País.

Dessa forma é que convido neste momento o senhor diretor de Políticas Públicas do Sebrae Nacional, Bruno Quick, para fazer a entrega da homenagem e do certificado das Pequenas Empresas do Setor Contábil à senhora Marta Maria Ferreira Arakaki.

Com a palavra, a Dra. Marta Arakaki.

Marta Maria Ferreira Arakaki: Meus cumprimentos à Mesa, especialmente ao Bruno Quick e a vocês todos que estão aqui assistindo. Naturalmente, vocês devem estar pensando na emoção que eu estou sentindo nesse momento por ver o resultado desse trabalho todo que foi refletido na Lei Geral. Ainda hoje muita gente diz: "Mas, essa Lei Geral não vale nada! Essa Lei Geral não pegou!". Mas, muita gente não sabe o trabalho que se faz e a quantidade de pessoas envolvidas para concretizar essa idéia. Quando tudo começou, que eu pensava nessa integração do Sebrae com as entidades contábeis e, naturalmente, com toda a classe de contabilistas, muitas pessoas não entendiam

Dr.ª Marta Arakaki

isso. Graças a Deus, eu tive a oportunidade de, há 20 anos, passar a compor o Conselho do Sebrae e pude ver o quanto o Sebrae precisava da nossa categoria. Ele só conseguiria atingir todos os seus objetivos por intermédio da nossa classe. Dentro do Conselho do Sebrae Nacional, eu defendia isso. Encontrei algumas incompreensões também lá, mas, felizmente, prevaleceu a vontade. Eu gostaria de prestar homenagem ao Bruno Quick porque, desde que foi o gerente de Políticas Públicas do Sebrae/Minas Gerais, ele lutou para tornar tudo isso possível. Quando conhecemos o programa "Contabilizando o Sucesso", resolvemos apoiar essa idéia, na época em que eu era integrante do Conselho Federal de Contabilidade. Eu quero dizer que estou muito feliz e tenho certeza de que tudo isso que foi dito aqui, que nós somos a categoria profissional que pode fazer o desenvolvimento deste País, vai ser feito porque vocês vão acreditar nessa idéia e nós vamos vencer! Muito obrigada.

Mestre de cerimônias: Antes do encerramento dos trabalhos técnicos deste Painel, e já com a devida anuência do senhor coordenador dos trabalhos, em nome da organização deste Congresso, informo às senhoras e aos senhores que, hoje, às 19h30min, após o Painel Magno, será realizada a apresentação das candidaturas dos estados que almejam sediar o 19º CBC, aqui já apaixonadamente defendido pelo Dr. Eduardo Lara e pelo Dr. João de Oliveira. Essa apresentação será culminada com o show do dançarino e coreógrafo Carlinhos de Jesus. Estão concorrendo o Estado de Minas Gerais e o Estado do Pará.

Para os contabilistas que ainda não substituíram suas identidades profissionais, informamos que este serviço estará disponível no estande de emissão de carteiras. As novas carteiras serão entregues durante o evento. Então, substitua a sua! No dia 27, quarta-feira, nós teremos o Jantar de Confraternização com o show da cantora Margareth Menezes. Os convites estão à venda na Secretaria do Congresso.
Por fim, quero lembrar que os ônibus para o *transfer* – Hotel/Expo-Gramado/Hotel – estarão circulando a partir das 20h30min.

Lembramos que a peça que está sendo oferecida é confeccionada por presidiários de Mato Grosso, com resíduos de madeira proveniente de áreas de manejo florestal.

Convido agora o contador João de Oliveira e Silva para fazer a entrega do certificado e também desta singela lembrança ao senhor Bruno Quick.

Convido a senhora conselheira do CFC Eulália das Neves Ferreira para fazer a entrega do certificado e desta lembrança ao coordenador João de Oliveira e Silva, em agradecimento à sua participação na coordenação das atividades técnicas deste Painel.

Ratificando os agradecimentos pela atenção dispensada, teremos agora um intervalo de 30 minutos. Obrigada.

AUDITÓRIO JOSÉ LUTZEMBERGER

PAINEL N.º 2

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ELETRÔNICAS E O XBRL

Mestre de cerimônias: Dando continuidade ao 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, será apresentado agora o Painel n.º 2, que tem como tema "Demonstrações Contábeis Eletrônicas e o XBRL", objetivando mostrar o que é a tecnologia XBRL e suas aplicações.

Para coordenar os trabalhos desta mesa, convidamos o senhor Francisco Papellás Filho. O senhor Francisco Papellás Filho é Graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e em Ciências Contábeis, pelo Instituto de Educação Costa Braga; atua nas áreas de Contabilidade e Auditoria há 30 anos; é presidente do Ibracon Nacional; participa da Comissão Consultiva, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Convidamos também para compor a mesa o senhor Homero Rutkowski, contabilista e administrador de empresas, que será um dos nossos painelistas. Informamos que, por problemas de vôo, o painelista professor Edson Luiz Riccio não pôde chegar para o início das atividades desta programação, mas ele já se encontra em deslocamento para Gramado, devendo chegar durante a apresentação do painel.

Daremos início ao painel, passando a palavra ao coordenador Francisco Papellás Filho, para suas considerações e condução dos trabalhos.

Francisco Papellás Filho – Coordenador: Boa-tarde a todos. Eu fui surpreendido com essa missão de coordenar este painel porque eu nem sei o que significa XBRL. Mas, eu tenho aqui especialistas do meu lado que vão nos apresentar ao XBRL. O Homero Rutkowski é contabilista com especialização em TI e também é empresário da Contabilidade. Eu sei que ele anda se envolvendo com essas coisas eletrônicas. Ele tem trabalhado nessa atividade em cooperação com o Conselho Federal de Contabilidade e também participa da Associação das Empresas de Contabilidade de São Paulo.

Por favor, Homero, antes de começar a sua apresentação, explique-nos o que é esse tal de XBRL. Obrigado.

Homero Rutkowski – Contabilista e Especialista em Tecnologia da Informação: Boa-tarde a todos. Vamos conversar um pouco sobre o XBRL. Antes de mais nada, tentei colocar aqui o menor nível de linguagem técnica possível para a gente desmistificar um pouco o que é isso porque, talvez, nem todos aqui tenham formação na área de TI. Alguém aqui é especialista na área de Tecnologia da Informação? Só quatro pessoas. Quem já assistiu alguma palestra minha sobre SPED vai ver que eu vou tentar traçar a mesma linha na questão digital das peças contábeis. O professor Edson Riccio vai focar muito na questão do XBRL. Eu vou deixar o tema para ele

Edson Luiz Riccio, Francisco Papellás Filho,
Luiz Antonio Balaminut e Homero Rutkowski.

e vou falar um pouco também das demonstrações contábeis.

O que realmente muda o uso da certificação digital? O grande paradigma da contabilidade muda por meio da Medida Provisória 2.200, que dá validade jurídica aos documentos assinados digitalmente. E as demonstrações contábeis eletrônicas quando nasceram? Desde 2001, surgiu a primeira peça possível de ser feita utilizando o certificado digital. A Certificação Digital foi criada "para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras."

O que é que nós já podemos fazer com a Certificação Digital? Independente de qualquer coisa, do SPED, XBRL, etc., a Resolução n.º 1.020 e a Resolução n.º 1.063 do Conselho Federal de Contabilidade já permitem a assinatura das peças contábeis em meio digital com validade jurídica. Antes, se você quisesse fazer sua peça contábil em um Arquivo Word, ou dentro de um e-mail, e assinar digitalmente, a sua assinatura não ia ter valor. Se você tem uma imagem digitalizada de um balanço e assinar, pegando o Adobe, Arquivo PDF, etc., pela Resolução n.º 1.020/2005 do CFC isso é possível e as peças têm valor jurídico. Então, seja na contabilidade mundial ou na contabilidade local, da forma mais simples possível, na verdade, o que vai valer é a autoria de quem fez a peça contábil e as leis do país em que você está desenvolvendo o seu trabalho. Seja através do XBRL ou do SPED, você vai sempre usar o seu Certificado Digital para assinar a peça contábil. Esse paralelo é importante para a gente entender o funcionamento.

Hoje, nós podemos fazer contratos, relacionamentos B2B com Certificação Digital. Por exemplo, eu posso colocar no meu contrato de prestação de serviços de consultoria a validade jurídica de troca de e-mails, utilizando a Certificação Digital. Posso mandar no meu e-mail uma planilha assinada, um recibo de quitação de uma duplicata, um recibo de quitação de banco, qualquer contratação bilateral, desde que haja uma cláusula que preveja isso. Você pode utilizar isso com base na Resolução n.º 1.020/2005 do CFC.

Por que vamos ter que falar um pouco do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) também? Porque o SPED é um marco interno, no ambiente interno do Brasil, de várias coisas muito importantes no meio digital. Em um evento na semana passada, estávamos falando da abrangência do SPED: a escrituração contábil, a escrituração fiscal e a Nota Fiscal Eletrônica. Temos que entender que muitas empresas ainda utilizam a escrituração fiscal como livros auxiliares da Contabilidade. Muitas empresas ainda têm essa cultura de você fazer os lançamentos de forma resumida na sua contabilidade principal, utilizando a escrituração fiscal. Agora, isso vai ser digital, a partir de 2009.

Para a gente entender o que são esses padrões do XBRL e XBRB, vamos analisar este esquema. Em uma Nota Eletrônica, você remete a informação, gera um arquivo digital, registra esse arquivo digital e disponibiliza para o Fisco e para o comprador. O esquema dele é um Arquivo XML. Aqui tem o número da Nota, ou seja, o RG da Nota dentro do portal da Nota Fiscal Eletrônica, onde é esse portal dessa NF, e assim segue com todos os demais dados. O XBRL é uma derivação, é uma linguagem estendida

do XML. Quem quiser saber um pouco disso pode pesquisar no Google. É fácil.

E a Escrituração Fiscal? É da mesma forma. Você gera um arquivo no padrão TXT e vai precisar de um programa para transmitir esse arquivo, para visualizar esse arquivo e assinar. Enfim, para todos os validadores que você tem hoje, até para entregar o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica utilizando a Certificação Digital, vamos ter que desenvolver uma ferramenta dessas. Temos que transmitir as informações na base do XBRL para um ambiente. Tenho que mandar as informações para algum lugar para publicar essas informações. Esse é o mecanismo. No caso da Escrituração Fiscal, o arquivo vai para dentro de um módulo. No caso da Escrituração Fiscal, o Fisco fica com essa base de dados e, no caso das informações geradas pelo XBRL, vamos ter que criar esse ambiente. Vamos ter que colocar um servidor no Conselho Federal de Contabilidade, ou fazer uma parceria com o Serpro, enfim, alguma coisa eu vou ter que fazer porque essas peças contábeis vão ter que ficar num lugar aqui no Brasil. A regra é clara. Se quisermos fazer a jurisdição aqui, temos que assumir todas as responsabilidades, inclusive, de estrutura.

Na Escrituração Contábil, tínhamos todo aquele mundo do papel, carimbos, guarda-livros, etc. Essa é uma situação intermediária. Ontem, vimos, na Abertura, as peças contábeis escritas em paredes, no tempo da argila, do Rio Eufrates, etc., e depois veio o papel e do papel estamos passando para o mundo digital. É um marco da humanidade essa transição de se acabar com o papel e trabalhar com o mundo digital. Como é que ficou a Escrituração Contábil? De todos os processos, ela é o mais complicado. Por quê? Ela não tem só a importância de disponibilizar as informações para o Fisco, como é o caso da Nota Fiscal, ou mesmo para o lado da Escrituração Fiscal Digital. Ela se preocupa muito também em gerar informações para o público usuário dessas informações.

Para vermos o que é um Arquivo TXT por dentro, identifica-se nessas barras de um campo para o outro. Aqui eu tenho a Escrituração Contábil Digital do período de 1.º/1/2006 a 30/6/2006, nome da empresa, CNPJ, enfim, com boa vontade, a gente consegue ver o que está dentro dos arquivos. Consigo ver o meu plano de contas, o meu ativo, os lançamentos contábeis, etc. Então, por trás daquele SPED Contábil, o que a gente manda é isso aqui. É isso que a gente manda para o Governo e é isso que fica dentro do arquivo que a gente vai assinar digitalmente e mandar para o ambiente SPED.

No leiaute do próprio SPED, no Registro J800, de outras informações, há um campo que é flexível. Por exemplo, este "*" indica que não existe limite de tamanho. Este registro destina-se a receber informações que devam constar do livro, tais como: outras demonstrações contábeis, pareceres, relatórios, etc. Houve uma grita das empresas e até do próprio Conselho Federal de Contabilidade, porque faz parte do estatuto de muitas empresas a colocação dos relatórios da administração dentro do livro contábil. Então, já no próprio SPED é possível você colocar todas essas informações dentro do livro antes de assinar. Muita gente trata o SPED Contábil como sendo mais uma obrigação acessória, mas não é. Ele é o seu livro contábil, ou seja, aquele livro contábil que tem seus lançamentos e que vai servir de prova também juridicamente. Então, as informações contábeis não são

só de natureza fiscal e o SPED não tem essa natureza principalmente contábil. Aqui, eu coloco tudo o que eu quiser, até pareceres de auditores. Portanto, de alguma forma, os relatórios estão aqui no SPED e ele tem um ponto de convergência de 100% com o XBRL que é essa linguagem mundial da qual estamos falando aqui hoje. No caso do SPED Contábil e do XBRL, estamos falando da mesma coisa, porém, de forma diferente. Em relação a esses arquivos que eu mostrei para vocês aqui, já existe uma ferramenta no mercado que faz isso da mesma forma e coloca naquele padrão XML. Também é possível fazer transformar arquivo TXT em padrão XML.

Só para a gente ver a diferença, eu coloquei aqui os lançamentos contábeis do padrão TXT, no padrão XBRL. Eles vão ficar assim. Aqui tem uma conta de despesa, que não tem nenhuma casa decimal, é de 2006, com o valor tal. Se você editar um arquivo XBRL, é isso que você vai ver. Aqui você já consegue ver algumas informações que nos interessam. Eu coloquei o programa porque, quer queiramos ou não, vamos ter que investir nisso daqui, ou seja, em um programa em que você possa validar os arquivos gerados nas empresas, que você possa remeter tudo isso para esse banco de dados onde as informações contábeis vão ficar disponibilizadas para o público. Então, vamos ter que criar alguma coisa semelhante ao que já existe no programa validador de SPED. Se me perguntarem: É exatamente isso? Eu não sei. Esse trabalho começou a ser desenvolvido agora e nós vamos sentar para discutir, mas não vamos conseguir sair da infra-estrutura e de desenhar uma ferramenta, inclusive, com visualização dessas informações públicas. Por que isso? Porque se houver necessidade, por exemplo, de amanhã, em uma demanda judicial, você mostrar o seu Livro Diário ou as suas peças contábeis, vamos ter que discutir se essas informações disponíveis também vão servir de base para o Poder Judiciário, para a Lei de Falências, etc. Então, vamos ter que sempre ter um validador público. A grande diferença do SPED Contábil é justamente você poder visualizar o Livro Diário. Ficava ruim de ler aquelas barrinhas. Então, foi feito um visualizador para se ver o Livro Diário, e nós vamos ter que desenhar alguma coisa dentro disso.

Muita gente não sabe que já tem um Grupo de Trabalho do SPED, que foi formado há dois anos. Havia uma grita das empresas para acabar com o alto custo de se publicarem as informações contábeis em jornal. Houve um grande movimento lá na porta da Receita Federal porque os jornais iam perder grande parte do seu faturamento com essas publicações anuais e nós mudamos o nome para "Central de Balanços SPED" para termos uma ferramenta opcional para se colocar esses balanços. Ou seja, essa é mais ou menos a infra-estrutura que vamos precisar para XBRL. O que eles iam fazer? Publicar no Brasil as informações que constam dos relatórios que saem no jornal. É isso. Essa é a idéia da Central de Balanços. Esse Grupo de Trabalho está sendo retomado agora porque tanto o Banco Central como a CVM gostariam de ter isso no Brasil para poder fazer o controle dessas informações. Agora, com o CPC, isso mudou um pouco e foi criada uma nova linha, por meio do Conselho Federal de Contabilidade, que vai jurisdicionar o XBRL em termos de Brasil. Vamos ter que fazer um registro lá na XBRL Internacional para isso. O professor Edson Riccio daqui a pouco vai falar sobre isso. É importante saber quantos membros foram convidados para inte-

grar essa Central de Balanços do SPED. Foram convidados:

Banco Central, CVM, Susep, TCU, CGU, CFC, IBGE, DNRC.
Agências reguladoras.
Empresas-piloto.
Instituições financeiras.
Coordenação da Receita Federal do Brasil.
Coordenação da Infra-estrutura, que é feita pelo Serpro.

Não vamos fugir muito de ter essas empresas-piloto e instituições financeiras para podermos testar essa taxonomia e ver se isso funciona mesmo. Lá atrás, com a Resolução n.º 1.061 do CFC, já fizemos o *layout* brasileiro de contabilidade, mas na prática não funcionava e aquela Resolução teve que ser revogada. Hoje, vemos o que ela materializava na Resolução CFC n.º 787, que é a Resolução que tem os *layouts* contábeis, e isso foi testado pelas grandes empresas e está funcionando. Então, aqui a gente já tem uma tendência do que vai acontecer dentro do nosso ambiente de infra-estrutura de XBRL.

O XBRL é a sigla de *Extensible Business Reporting Language*. Qual é a tendência do Grupo de Trabalho? É fazer o registro provisório da taxonomia da Contabilidade brasileira durante dois anos. O Comitê de Pronunciamento Contábeis definiu o grupo inicial, formado pela USP, CFC e Bovespa, com o objetivo de padronizar a forma de apresentação da Contabilidade brasileira, o BRGAAP, para o mundo, ou seja, os padrões brasileiros que podem ser entendidos em nível mundial.

Quais são os pontos de intersecção do projeto? O SPED, o XBRL e o CPC têm pontos de intersecção juntos. Inclusive, o próprio SPED e o *layout* brasileiro de contabilidade vão sofrer alguma alteração, já visando às adaptações dos balanços para a Lei n.º 11.638. Nós também percebemos que, apesar de os relatórios que o XBRL se propõe a fazer, existe no mercado uma tendência de se criar uma taxonomia para as grandes peças contábeis, mas vai haver uma tendência das agências reguladoras de também se ter uma taxonomia de identificação dos lançamentos contábeis. Se vocês examinarem, todo o *layout* que temos do SPED vai acabar nesse ponto de intersecção, trabalhando em conjunto com tudo isso aqui. Logicamente, com a diferença de que o SPED é a nossa contabilidade local, dentro do nosso País. O objetivo do XBRL é utilizar essa informação em nível mundial, com todos os países, com um mesmo tipo de linguagem e numa padronização de *layout* mundial. Essa é a diferença.

Aí, surge a dúvida: a Contabilidade é Livro Digital, Relatório Digital ou é Arquivo Digital? Particularmente, eu acho que tudo é Arquivo Digital. Não existe Livro Diário Digital; existe Diário Digital. O Diário Digital e a Razão Digital são uma mesma coisa, porém, com uma forma de visualização diferente da mesma coisa. Os modelos TXT, XML e XBRL têm agilidade e ajudam na interface e na visualização dos arquivos. Uma coisa importante é que todos os dados históricos do País, seja da Marinha, do Exército, etc., são padronizados dentro do ITI através do XML. Muitos perguntam: "Isso é o certo?". Essa é uma tendência mundial. Está mais do que provado que esse é o único caminho a seguir.

Agora, eu não vou entrar muito nessa questão do IFRS, mas o que eu acho legal é que você parte de um Padrão Iasb, que é um padrão mundial, e você tem as adaptações dos países. Ou seja, em cada país, mesmo no Brasil, mesmo

a Lei n.º 11.638 não é exatamente, na sua essência, 100% daquilo que você tem no Iasb. Você tem um local e uma matriz. Você vai fazendo as adaptações, mas sempre respeitando a legislação local. O XBRL vai seguir essa mesma tendência. Ou seja, você também tem o XBRL do seu país, mas sempre com a tendência de convergência para o XBRL internacional. Devemos respeitar a legislação do país acima de tudo e o uso da Certificação Digital para assinar as peças contábeis. Enfim, tudo isso vai ser discutido no Grupo de Trabalho.

Como eu disse, temos que respeitar tudo. Por exemplo, as empresas, nos seus estatutos, têm como estender seus relatórios próprios dentro do XBRL; temos que respeitar o Código Civil, a Lei de Falências, enfim, este Grupo de Trabalho está no começo e vamos precisar muito da ajuda de vocês. Vocês têm que acompanhar isso. No nosso Portal do CFC, vai ter uma parte específica para o XBRL. Então, participem, perguntem, acompanhem porque vamos precisar de muita informação para podermos desenvolver toda essa infra-estrutura de que precisamos.

O que foi feito no Conselho Federal de Contabilidade? Nas primeiras reuniões, definimos alguns grupos: GT Educação (treinamento); GT Marketing e comunicação; GT Taxonomia; e o GT Estrutura e Tecnologia. Eu fiquei coordenando o GT de Estrutura e Tecnologia. Temos também o Portal XBRL Brasil – www.xbrl.org.br. Vamos também ter que criar um ambiente para desenvolvedores de softwares. Por exemplo, a Petrobras tem ações no mundo inteiro e vai ter que atender aos padrões de cada lugar para poder gerar essas informações. O professor Riccio vai explicar isso para vocês mais detalhadamente. Então, tem a taxonomia de cada país que tem que ser respeitada. E você tem que tentar fazer também as adaptações internas da empresa. Pelo que os técnicos estão falando, isso não é muito complicado. Eu estive no último evento da SAP, na terça-feira da semana passada, a convite do Paulo Roberto, da Gerdau, que também faz parte do grupo das empresas piloto, e vamos mostrar algumas lâminas em inglês sobre o SAP, mais para informação de vocês. Por exemplo, no SAP, a ferramenta para utilizar o XBRL já está pronta. Então, já dentro do próprio sistema, já existem as tabelas de taxonomia mundial, convergindo para a empresa, já tem um ambiente que, neste caso, está fazendo os relatórios dentro do Padrão USGAAP, então, usando a própria ferramenta do SAP; isso já funciona. Então, para quem trabalha com o SAP, o que está faltando é pegar a nossa taxonomia para poder gerar essas tabelas dentro do Sistema SAP e poder gerar as informações dentro do Padrão XBRL e aqui você tem o balanço consolidado. Essa é uma boa notícia para o pessoal que trabalha com auditoria de grandes empresas. De alguma forma, vamos ter que criar isso para vocês dentro do nosso portal para aquilo que for público. Então, esse modelo já tem no SAP e já funciona no USGAAP. O nosso desafio é construir alguma coisa. O Brasil vai ter que ter isso aqui; vamos ter que disponibilizar em um ambiente forte; vamos ter que ter uma preocupação muito grande com esse ambiente. Temos que ver se vai ser no Serpro; temos que conversar com muita gente, com o pessoal do SPED, da Central de Balanços. O Pedro Onofre é quem coordena a Central de Balanços e já estamos marcando uma reunião para trabalharmos todos no mesmo sentido.
Aqui temos o ambiente para as pequenas e as médias empresas. Isso não é só uma coisa para as grandes empresas. Pode ser obrigatório para as em-

presas que usam o Bacen, a CVM, porque esses órgãos reguladores vão exigir que elas façam isso. Mas, acho que é uma coisa que também vai começar a dar samba. Quando trabalhamos da Central de Balanços, verificamos que muitas empresas que querem promover a sua transparência contábil gostariam de deixar suas peças nesse mesmo ambiente. Então, ao desenhar esse ambiente, não estamos criando isso para as grandes empresas que estão na Bolsa de Valores, mas temos que pensar também na responsabilidade social disso. Já se acenou para as grandes empresas também a possibilidade de uma pseudo-obrigatoriedade. Não estou fazendo terrorismo não, mas precisamos ficar atentos porque talvez seja um ambiente para as grandes empresas pegarem as informações dos seus fornecedores. E talvez seja chique também ter seu balanço aí porque a sua empresa tem responsabilidade social e transparência. Então, da nossa parte, há uma vontade muito grande de que o dono da padaria também possa usar esse ambiente para colocar seu balanço.

Em resumo, hoje no Brasil, nós já temos o Conselho Federal de Contabilidade e o CPC; temos a USP com toda a taxonomia desse processo; temos a Receita Federal, que eu coloquei juntamente com o SERPRO, em função do Projeto SPED e mais esse Provedor XBRL que nós vamos precisar também. Esses são os três grandes pontos. No relacionamento CFC com os grandes provedores, eu vou ter o SPED em relação à Receita, como eu vou ter também com o provedor que vier fazer o XBRL. O XBRL entra bem no ponto de intersecção daquilo que o CFC tem dito em relação à necessidade de uma velocidade e transparência das informações e aqui é a nossa necessidade de infra-estrutura. A tendência é todos tentarem, cada vez mais, estarem juntos convergindo para as Normas Internacionais de Contabilidade. Muito obrigado a todos.

Francisco Papellás Filho – Coordenador: Eu estou preocupado porque olho para a audiência e vejo todo mundo com uma cara de espanto! Acho que o Homero confundiu todo mundo, inclusive a mim. Agora que o Homero já botou toda essa confusão no nosso painel, eu vou convidar o professor Edson Riccio para fazer sua apresentação. Ele é Doutor em Administração pela USP, onde é professor de Tecnologia e Sistemas de Informação, na graduação e na pós-graduação da USP. Ele também tem formação internacional na Universidade de Stanford e é Membro do Conselho do Departamento de Contabilidade e Atuária da USP. Também é *visiting* professor da OMEA, na Suécia. Então, para desembrulhar o imbróglio que o Homero fez, o professor Riccio, por favor.

Edson Luiz Riccio – USP: Boa-tarde a todos. Desculpem-me pelo atraso. Em primeiro lugar, quero agradecer o convite do CFC para estar aqui hoje e parabenizar os organizadores por este evento maravilhoso. Para minha surpresa, pude ver esse volume de pessoas aqui nesta sala. Para mim, é uma honra. Quero também cumprimentar o nosso coordenador, colega Papellás, e também o Homero, que já fez a parte mais importante, que foi explicar o que é o XBRL. Agora, nós só vamos tentar complementar alguma coisa.

O XBRL é uma linguagem padronizada para relatórios financeiros. Isso é para termos em mente que estamos falando de uma linguagem para comunicação de relatórios. Os relatórios são entidades, digamos assim, que têm formato especí-

18º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE
Patrocinadores
CRCRS
SEBRAE
CAIXA
dominio
IOB
nic br
atlas
FOLHAMATIC
GERDAU
IBRACON

Professor Edson Luiz Riccio

fico, têm aparência, têm conteúdo, têm uma lógica interna, têm uma hierarquia. Os relatórios financeiros são por demais conhecidos de todos. Mas, isso é só para vocês visualizarem que relatórios são esses. Inicialmente, estamos falando do XBRL para relatórios contábeis financeiros brasileiros. Mas, ele começou fora do Brasil, num padrão que usa o XML, que é um padrão já bastante utilizado no mundo inteiro, utilizado até por órgãos reguladores, não só no Brasil, mas no mundo inteiro também.

Esse padrão foi definido por um consórcio internacional sem fins lucrativos, que é o XBRL Internacional, ao qual se filiam hoje mais de 500 organizações do mundo inteiro, entidades reguladoras, agências governamentais, empresas de software e assim por diante. O XBRL Internacional é suportado por suas jurisdições. As jurisdições de cada país pagam uma contribuição que recebem de outras instituições. Essas jurisdições de cada país também são suportadas por recursos provenientes da própria sociedade. Geralmente, elas são organizadas sob uma base nacional, então, a jurisdição que controla esse padrão é nacional. Ou seja, cada país tem uma jurisdição que tem como objetivo promover a adoção do XBRL e o desenvolvimento de taxonomias, e definem as necessidades de troca de informações nos próprios domínios dentro do próprio país. O XBRL foi rapidamente adotado pelas entidades reguladoras de vários países para substituir os relatórios financeiros que são hoje comunicados em formatos diferentes: em papel, PDF, EXCEL e outros formatos.

O XBRL, assim como o XML, é uma linguagem de marcação. Ou seja, é uma linguagem onde se define cada elemento, se conta o que é esse elemento, de onde ele vem, para onde ele vai, qual é a forma como ele é obtido; se há cálculo ou se não há cálculo; se ele é definido por uma lei, se é definido por um procedimento e assim por diante. Esse movimento que o Homero citou já começou em 1960, com a primeira linguagem chama GML. Depois, em 1986, tivemos a segunda evolução e, em 1990, chegamos ao HTML, que eu acho que todos conhecem porque é aquela que a gente usa na internet. Depois, em 1998, veio o XML. Na realidade, o XML não tem nenhum atrativo, é apenas um arquivo que transforma o relatório financeiro em um arquivo específico dentro da linguagem. Olhando algo em XML e XBRL, nós simplesmente vemos a marcação dos campos, significado de cada um deles, valores e assim por diante. Por exemplo, contas a receber, suas definições e assim por diante. Aqui temos o período, a moeda, o valor, etc. Isso é para o relatório. Cada relatório tem um arquivo em XBRL. Agora, temos o item taxonomia estendida e taxonomia padrão. Quando eu mencionei que o XBRL é um padrão, isso significa que as definições dos campos que são tipicamente referentes aos relatórios contábeis são definições-padrão, mas o conteúdo é variável. O conteúdo é o que cada empresa faz; são os fatos da própria empresa com os números da própria empresa. A diferença entre uma taxonomia americana e uma brasileira é que a americana está em inglês e a brasileira está em português, respeitando, obviamente, o padrão da linguagem porque tem alguns sinais e palavras que são em inglês. Por exemplo, temos aqui um balanço feito na sua padronização para as empresas de capital aberto. Tem um padrão, mas a empresa poderá querer estender o seu processo de *disclosure*, de evidenciação, além do que é exigido. Isso é uma coisa que está ocorrendo. No mercado de ações, como a

Bovespa, algumas empresas se dispõem a evidenciar mais do que aquilo a que são obrigadas. Elas podem ir além e, se forem além, vão ter uma taxonomia estendida. Ou seja, a empresa vai divulgar mais coisas do que é obrigada. Não vou entrar aqui no mérito da discussão se ela deve ou não fazer isso, mas o padrão é aquilo que é obrigatório.

Então, a linguagem XBRL, propriamente dita, é um subconjunto do XML; foi criada por um contador dos Estados Unidos, Charles Hoffman, que era apaixonado por tecnologia. Ele se preocupou com esse assunto. Como sabem, nos Estados Unidos há diversos padrões para divulgação dos relatórios financeiros e ele ficou impressionado com a capacidade de poder criar uma linguagem específica para os relatórios financeiros. Isso evoluiu, passou por várias fases e, em abril de 2000, decidiram que o nome seria XBRL. Para quem está acompanhando esse processo, a partir do próximo ano, vai se tornar obrigatório o envio de dados das empresas de capital aberto americanas, ou aquelas que estão operando na Bolsa de Nova Iorque. Nesse caso, há várias empresas brasileiras na Bolsa de Nova Iorque. Então, foram quase 10 anos, de 1998 a 2008, até que o processo fosse definido. Isso aconteceu por quê? Pelos recentes escândalos, houve uma tentativa cada vez mais forte de melhorar o processo de divulgação dos dados, análise dos dados, manipulação dos dados, pelo mercado, pelos jornalistas, empresas de auditoria, reguladores, governo e assim por diante. Essa obrigação passou a ocorrer porque esse assunto chegou ao nível do Congresso americano e ao senador Cox, que é um apaixonado pelo tema, que provocou uma revolução muito grande e criou condições para que um volume muito grande de recursos fosse investido no XBRL para que isso se tornasse um processo irreversível. Então, o XBRL já é irreversível; vai passar a ser obrigatório, e quem aqui trabalha ou conhece essas empresas que estão fazendo seus relatórios pelo XBRL já pode identificar o que eles estão fazendo.

O XBRL é muito simples. É transformar os relatórios financeiros num arquivo no formato específico do XBRL. Só que, para se chegar a isso, temos que criar a taxonomia. A palavra taxonomia vem do grego e é utilizada em várias áreas do conhecimento. Taxonomia significa classificação. Então, quando classificamos um grupo de coisas – por exemplo, as cores estão classificadas segundo famílias, as espécies –, estabelecemos uma relação hierárquica que existe na própria natureza. Um relatório sempre tem essa característica. Os relatórios contábeis/financeiros têm essa característica de serem hierárquicos. Eles formam um conjunto de arquivos de primeiro nível, segundo nível, terceiro nível; primeiro grau, segundo grau, terceiro grau, e isso vai até onde quisermos. Então, a taxonomia é a definição; é a taxonomia para o balanço brasileiro segundo as normas brasileiras. Essa taxonomia foi criada por um software há alguns anos. No início de 2007, o nosso grupo começou a desenvolver a taxonomia brasileira. Qualquer outro grupo poderia fazer isso. Não temos nenhum outro conhecimento mágico, apenas somos um conjunto de pessoas que conhecem a realidade da lei brasileira hoje. Então, esse grupo se reuniu e começamos a trabalhar e a desenvolver essa taxonomia que vai ser agora passada para a Comissão que está implementando a jurisdição e que vai ser a responsável pela implementação do XBRL no Brasil. Então, a taxonomia é a classificação das coisas, segundo o princípio do que é que

se subordina a quê. Depois, os documentos reais os quais formam o banco de dados dos fatos que aquela empresa tem; e depois temos a formatação de saída, ou seja, a maneira como o balanço deve ser impresso, sempre seguindo aquilo que a lei determina.

Então, analisando o relacionamento dos componentes do XBRL, verificamos que ele se compõe dos dados de entrada, os dados contábeis, a taxonomia que define a hierarquia desses dados, os casos já específicos, ou seja, os fatos ocorridos dentro da empresa naquele período e que geraram aqueles números e aqui o formato de saída. É algo bastante simples. A idéia é que essas informações, convertidas num arquivo XBRL, irão para todos os interessados: acionistas, bancos, internet, Imposto de Renda, Câmaras de Comércio, enfim, todo o mercado. Como todos sabem, os relatórios financeiros, sem o uso do XBRL, normalmente, passam por alguma necessidade de manuseio: o sistema contábil, que define toda a lógica, os textos explicativos e as informações que vão para os usuários. Os relatórios financeiros, com o uso do XBRL, são todos incorporados na taxonomia. E se alguém perguntar: e os comentários, as notas explicativas? Essas também podem ser incorporadas. Hoje, as notas explicativas têm um formato variável, são textos. Mas a empresa pode criar a sua extensão e compor as notas explicativas da mesma forma. Aqui imaginando um Sistema RP, tipo Oracle ou qualquer outro, podemos ver o banco de dados do sistema e uma parte de software. Digamos que isso seria um conjunto de rotinas que vai transformar as transações em formatos normais e agregados de dados num arquivo XBRL. Esse arquivo pode circular pela internet e ser enviado a todos os interessados, tais como os reguladores, bolsa de valores, ou para uma central. Essa é a idéia da Central de Balanços, que seria similar a um sistema que tem lá nos Estados Unidos e que até cobra pelo acesso ao seu site para a pessoa obter a consulta desses dados. Cada país tem a sua maneira de tratar esse assunto. Então, através do XBRL, os arquivos das empresas de capital aberto poderão ficar num repositório que centraliza os balanços.

Quais são as vantagens do XBRL? Por que o XBRL surgiu no Brasil? Porque o mercado americano sempre foi muito mais exigente nesse sentido e os problemas que ocorreram lá deram margem à criação dessa proposta. Aliás, a proposta foi feita por um contador. Isso é um fato significativo. Então, o XBRL tem algumas vantagens, sendo que todas elas têm o mesmo grau de importância:

Padronização do formato dos dados. Ou seja, os analistas que vão obter informações têm várias fontes de vários formatos (papel, jornal, Excel, etc.) e isso dificulta até os processos de comparação porque gera custos bastante grandes de transformação de dados e retrabalho.

Facilidade de intercâmbio de informações porque ele circula tranqüilamente pela web. Aliás, essa linguagem foi construída exatamente para isso.

Eliminação da conversão de arquivos e maior transparência devido à divulgação pela internet e maior penetrabilidade do meio.

Facilidade de recuperação e utilização dos dados.

Maior confiabilidade proporcionada aos analistas de informação ou a todos os interessados.

Possibilitar integração na cadeia de suprimentos.

Eliminação da redundância no fornecimento de dados.

Redução de erros.

Redução do tempo de análise.

Possibilidade de adaptações por ser padrão aberto.

Aparente redução de custos gerais. Isso é uma coisa não comprovada, mas se entende que, principalmente, nas grandes empresas, esses custos gerais de manuseio de dados podem ser reduzidos.

Mas há alguns pontos críticos que, obviamente, o XBRL sugere que se analise e que sejam tomadas medidas a esse respeito. De fato, isso já está acontecendo em outros países e aqui também. A Comissão já está identificando alguns desses pontos críticos:

Custos de implementação inicial. Há um software a ser utilizado e que certamente logo estará sendo oferecido por inúmeras empresas do mercado. É um software de custos relativos. A estimativa é que o mercado vá oferecer isso por volta de R$ 3.000 a R$ 5.000 para grandes empresas, mas, depois, esse software poderá até ser um software livre para acesso das pequenas e médias empresas. É um software que transforma o arquivo normal para o formato XBRL e permite as diversas manipulações.

Custos de treinamento inicial. O processo de treinamento já está começando e a idéia é disseminar isso pelo Brasil inteiro. Custos de manutenção de websites, o que já é um fato normal nas empresas porque cada vez mais a internet é utilizada e a utilização do XBRL não vai aumentar de forma intensa o uso da internet o sentido de que isso tenha um custo. Mas é bom que se saiba que pode haver um custo aí.

Necessidade de certificação constante. Integridade da informação. Seria a Certificação Digital. Eu imagino que, depois de tudo isto estar funcionando, poderão estar circulando na internet balanços da Petrobras, por exemplo, que não sejam verdadeiros. Então, a idéia é se fazer a Certificação Digital. Essa discussão já começou na Comissão e é praticamente uma decisão perseguir já essa característica. Então, a Certificação Digital é importante, já que o Brasil avançou muito nesse processo e é um dos países líderes em Certificação Digital.

Possibilidade de se receber informações auditadas e não-auditadas. Isso já era possível com o XML, mas com o XBRL, além da certificação da assinatura do contador, podemos ter também a etiquetagem de dados. Há um outro Grupo de Trabalho sobre a chamada "auditoria contínua de sistemas". Isso nos levou a estabelecer que uma das principais missões da auditoria contínua de processos e de sistemas é a etiquetagem dos dados. Então, ao mesmo tempo em que o balanço viria com a assinatura digital do contador, ele viria também com etiquetas. Como o XBRL permite que se diga que a informação foi gerada num processo tal e foi considerada válida pela auditoria também, podemos adotar um processo de certificação de cada um dos dados. A idéia é que esse balanço e essas informações contábeis e financeiras venham em formato XBRL e venham também com esse pedido de etiquetagem de que os dados já passaram por um processo de verificação.

Possibilidade de ocorrer a publicação de informações parciais que podem prejudicar a imagem da entidade. De certa forma, isso pode até já estar sendo eliminado pelo fato de que cada país está cuidando da sua taxonomia de uma maneira nacional. Não é que existam vários grupos, cada um com uma taxonomia, concorrendo para ver qual é a melhor. A taxonomia é única porque os procedimentos legais são únicos. Então, de certa forma, isso atenua um pouco esta última preocupação.

Hoje, temos mais de 500 entidades. Nas jurisdições, estão já estabelecidas na Alemanha, Austrália, Canadá, Espanha, Estados Unidos, Inglaterra, Irlanda, Japão, Nova Zelândia, África, entre outros, e o Iasb, que seria considerado para esse efeito como se fosse um suprapaís, o país da perfeição. Temos ainda as jurisdições provisórias da Bélgica, Coréia, Dinamarca e Suécia. Primeiro, são jurisdições provisórias durante dois anos, e depois se tornam definitivas. E finalmente, estão em curso as jurisdições da Áustria, Brasil, China, Eslovênia e Finlândia. É muito importante que a jurisdição brasileira é a primeira da América Latina. Mais uma vez, graças ao CFC e graças à visão da presidente Maria Clara Bugarim e dos demais conselheiros e demais integrantes do CFC os quais apoiaram essa decisão. O Brasil será o primeiro país a ter a jurisdição na América Latina. Onde ficam essas jurisdições? Sempre são entidades ligadas, de uma forma ou de outra, à área contábil, variando um pouco. Nos Estados Unidos, por exemplo, é na Associação dos Contadores Americanos. Esse é o preferido. Aqui no Brasil aconteceu a mesma coisa e o CFC será a sede da jurisdição. Há outras instituições envolvidas, suportando o XBRL. Não é só aquela que sedia a jurisdição. Acho que a situação brasileira é a melhor de todas porque é o CFC que hospeda o CPC e o CPC é formado por todas as entidades envolvidas com a sociedade.

Como é a implantação em cada país? Haveria uma taxonomia única? Alguém podia dizer que sim, só que cada país tem a sua língua, tem as suas leis, tem as suas práticas. Então, não devemos confundir IFRS com Normas Brasileiras. O Brasil é um país independente e o IFRS é um processo de globalização. Quando todos conseguirem chegar àquilo que o IFRS prega, se houver esse acordo, será o ideal. Mas isso é para o futuro e pode ser uma situação que talvez nunca se concretize porque nós temos a língua, a prática e as leis. Portanto, cada país tem a sua taxonomia. O Paraguai vai ter uma taxonomia, a Argentina vai ter outra, a Bolívia outra, o México, a Colômbia, o Brasil e assim por diante. Então, cada país tem a sua taxonomia. A brasileira foi a que nós criamos e as empresas brasileiras estarão preenchendo seus relatórios no forma XBRL do Brasil. A Petrobras, por exemplo, que também divulga seus relatórios em Nova Iorque, vai fazê-lo na taxonomia USGAAP. Se ela operar na Bolsa de Tóquio, por exemplo, vai apresentar o relatório também na taxonomia japonesa e assim por diante. Então, como é que fazemos se temos várias taxonomias em vários países? Essa é a vantagem do XBRL. Se eu tenho relatórios de diversos países, todos em XBRL, eu consigo ler e entender todos os relatórios dos diversos países porque o XBRL é uma metalinguagem, é uma linguagem que explica o que está contido ali dentro. Então, um analista, com aquele software que eu citei, vai ler os relatórios nas diferentes taxonomias porque o padrão é único; o conteúdo é que é diferente.

Aqui estão alguns desenvolvedores de softwares. No Brasil, nós começamos a trabalhar com esse assunto em 2002. Já realizamos vários eventos durante todos esses anos. Temos um grupo no Yahoo que é aberto a todos os que desejarem obter dados, textos e acompanhar esse processo. Criamos a taxonomia; ela está agora em validação no instituto central lá nos Estados Unidos. Isso quer dizer que eles estão testando. A jurisdição está sendo criada aqui no Brasil e é a primeira na América Latina. A Comissão também foi criada e cada participante está com a responsabilidade de desenvolver a parte de educação, de divulgação, de infra-estrutura e tecnologia e a taxonomia. Ainda este ano, teremos o lançamento oficial da jurisdição brasileira pelo CFC. Vai ser um evento de caráter nacional e teremos também o V Workshop Internacional, que acontecerá no CRCSP. Muito obrigado pela atenção.

Francisco Papellás Filho – Coordenador: Eu queria agradecer aos nossos painelistas. Uma salva de palmas para eles porque eles merecem.

Mestre de cerimônias: Nós convidamos o coordenador Francisco Papellás Filho para proceder à entrega dos certificados e de uma lembrança aos painelistas em agradecimento às suas contribuições neste Congresso. Esta lembrança é uma peça confeccionada por presidiários de Mato Grosso com resíduos de madeira provenientes de áreas de manejo florestal, dentro dos conceitos de sustentabilidade. O uso de técnica de marchetaria sólida, que consiste na colagem de pequenos pedaços de madeira maciça, possibilita o aproveitamento dos resíduos. Surge, desta forma, uma nova vida e um novo formato da matéria-prima que seria descartada pelo homem.
Convidamos o conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade Luiz Antonio Balaminut para a entrega do certificado e de uma lembrança ao coordenador Francisco Papellás Filho, em agradecimento à sua participação na coordenação deste painel.

Antes de encerrarmos o painel, pedimos a atenção de todos para alguns rápidos avisos. Às 19h30min, após o Painel Magno, será realizada a apresentação das candidaturas dos estados que almejam sediar o 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade, com o show do dançarino e coreógrafo Carlinhos de Jesus. Estão concorrendo o Estado de Minas Gerais e o Estado do Pará. Nos dias 26 e 27, das 10 horas às 18 horas, teremos a votação para eleger o estado que almeja sediar o 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade. As urnas estarão à disposição dos congressistas no estande de votação. A apuração dos votos será feita no dia 28 e a cidade eleita será anunciada na Solenidade de Encerramento do Congresso. Para os contabilistas que ainda não substituíram suas identidades profissionais, informamos, mais uma vez, que este serviço continua disponível no estande de emissão de carteiras. As novas carteiras serão entregues durante o evento. Portanto, substitua a sua. Na quarta-feira, teremos o jantar de confraternização com o show da cantora Margareth Menezes. Os convites estarão à venda na Secretaria do Congresso. Lembramos que os ônibus para o *transfer* – Hotel/ExpoGramado/Hotel – circularão a partir das 20h30min. Muito obrigado pela presença de todos.

CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

AUDITÓRIO ÉRICO VERÍSSIMO

PAINEL N.º 3

IMPLEMENTAÇÃO DOS IFRS NO BRASIL

Mestre de cerimônias: Daremos início ao Painel "Implementação das IFRS no Brasil, cujo objetivo é discutir os desafios e as perspectivas da implementação dos *International Financial Reporting Standards* (IFRS), no Brasil. O Coordenador deste painel será o professor Jorge Katsumi Niyama. Nosso convidado é contador, formado pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, com Mestrado e Doutorado em Controladoria e Contabilidade pela USP e cursou Pós-Doutorado pela Universidade de Otago, na Nova Zelândia. Atualmente, é professor titular da Universidade de Brasília e integrante da Diretoria-Executiva da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Contabilidade. É ainda coordenador-geral do Programa Multi-Institucional e Interregional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, nível Mestrado e Doutorado, da Universidade de Brasília, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba e com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É ainda autor de diversos livros.

Convido neste momento ao palco os senhores painelistas Amaro Luiz de Oliveira Gomes, chefe do Departamento de Normas do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil. Estamos aguardando a chegada do contador Geraldo Toffanello, integrante do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que também terá participação neste painel.

Para a sua saudação à platéia e, em especial, ao painelista presente à Mesa, com a palavra, o senhor coordenador, professor Doutor Jorge Katsumi Niyama.

Jorge Katsumi Niyama – Coordenador: Boa-tarde a todos. É com muita honra que participo deste painel com os nossos colegas Amaro Luiz de Oliveira Gomes e Geraldo Toffanello. Inicialmente, vamos ter o painel com a presença do Amaro Luiz de Oliveira Gomes. Além de chefe do Departamento de Normas do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil, ele é representante do Banco Central do Brasil na Comissão do Sistema Financeiro do SGT-4 do Mercosul, no âmbito da Accounting Task Force e no Policy Developing Group. Foi também representante do Banco Central no Grupo do ISAR/ONU, no período de 1999 a 2003, e auditor da Pricewaterhouse-Coopers, com experiência significativa em auditoria de instituições financeiras e Fundos de Previdência Complementar. Amaro também é Mestre em Contabilidade e Finanças pela Lancaster University, na Inglaterra. Foi professor colaborador da Fundação Getúlio Vargas de Brasília, de 1993 a 2006, e também da Universidade de Brasília. É autor do livro "Contabilidade de Instituições Financeiras", editado em 1999, e que já está na sua terceira revisão. Passo imediatamente a palavra ao nosso palestrante para a sua apresentação.

Prof. Dr.º Jorge Katsumi Niyama

Amaro Luiz de Oliveira Gomes – Chefe do Departamento de Normas do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil: Boa-tarde a todos. É muita honra poder estar aqui compartilhando um pouco o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Banco Central no processo de convergência. Esse é um trabalho de equipe; é um trabalho que conta com a colaboração de vários técnicos do Banco Central. Eu agradeço ao Conselho Federal de Contabilidade pelo convite para compartilhar o que estamos desenvolvendo ao longo desse período.

A apresentação está estruturada em três grandes tópicos. Inicialmente, vou falar um pouco sobre a regulação do sistema financeiro e o papel primordial do departamento que atualmente eu chefio. Em seguida, vou abordar a situação atual no sistema financeiro no que diz respeito ao Projeto de Convergência e alguns desafios e oportunidades que nós vislumbramos.

Especificamente com relação à regulação, essa é a estrutura do Banco Central. É uma Diretoria Colegiada que conta com sete diretores e um presidente e, no que diz respeito à regulação, estamos diretamente ligados à Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro Nacional. Atualmente, como destaquei, chefio o Departamento de Normas do Sistema Financeiro Nacional, portanto, todas as normas associadas ao sistema financeiro, incluindo, normas de auditoria e contabilidade a serem observadas por entidades sujeitas à supervisão do Banco Central. Essas são objeto de estudo e elaboração no âmbito de Departamento de Normas.

Este slide é particularmente importante, quando nós falamos de convergência no caso brasileiro, porque em muitos sistemas financeiros a convergência que tem sido objeto de esforço dos órgãos reguladores é mais lenta, ou mais acelerada, a depender da estrutura dos sistemas e do grau de desenvolvimento desses sistemas. Essas são algumas características do nosso sistema financeiro reconhecidas, inclusive, internacionalmente:

O Sistema Financeiro Brasileiro é reconhecido como um sistema sólido. É um sistema que tem um grau de liquidez significativo e bastante elevado; é um sistema capitalizado e essa capitalização é mensurada pelo nível de patrimônio mantido por essas instituições, comparativamente ao montante de suas operações, essencialmente, operações ativas. Há outros aspectos que estão associados à capitalização, mas, em níveis percentuais bem acima da média de muitos países, inclusive, países desenvolvidos.

É um sistema rentável; um sistema que conseguiu sair de um ambiente caracterizado como hiperinflação, até 1994, para um ambiente onde nós buscamos incentivar a concorrência e um ambiente de ganhos inflacionários praticamente irrisórios, mantendo a sua rentabilidade, usando intensivamente recursos tecnológicos e com um menu de produtos e serviços bastante variável, comparado com qualquer outro sistema financeiro.

O sistema de pagamentos do Brasil é uma das marcas do nosso sistema financeiro, valorizado e recepcionado como um elemento importante de um sistema financeiro que consegue promover a transferência de poupança para tomadores, de maneira bastante eficiente nesse processo que nós chamamos de intermediação.

A estrutura legal e regulamentar é reconhecida como uma estrutura clara e

Amaro Luiz de Oliveira Gomes
18º
CONGRESSO
BRASILEIRO DE
CONTABILIDADE

estável e tem poucas alterações. A lei maior que rege o sistema financeiro é de 1964 e foi pouco alterada, apesar de estar prevista a sua reestruturação desde a edição da nova Constituição em 1988. Mas, mesmo não se tendo avançado, ela é considerada clara e permite a continuidade dos negócios nesse segmento.

A regulação, que é a minha principal responsabilidade à frente do Departamento de Normas já de longa data, procura aprender com os erros e os acertos do ambiente internacional, trazendo para o Brasil as melhores práticas e recomendações, e aí se inserem também as Normas Internacionais de Contabilidade, objeto principal deste painel.

Um elemento importante em termos de observância das Normas Internacionais de Contabilidade é a capacidade de o órgão regulador fazer com que as entidades dessa regulamentação observem e sigam à risca aquilo que é determinado pelo órgão supervisor. A supervisão do Banco Central é reconhecida como eficaz e eficiente em todos os seus aspectos.

O nosso mercado de capitais aos poucos está avançando e tem oferecido uma variada gama de instrumentos financeiros, não só os instrumentos tradicionais, como ações, debêntures, etc., mas também instrumentos financeiros derivativos, e tem apresentado um significativo crescimento ao longo dos anos recentes.

Quais são os principais fatores no projeto de regulação ou de adoção de Normas Internacionais de Contabilidade no âmbito do sistema financeiro nacional? Eu destaquei cinco fatores:

Uma efetiva integração dos mercados financeiros internacionais. Acho que o melhor exemplo é o desafio presente que completou um ano agora e que ainda está em andamento, associado à crise originada no mercado identificado como *subprime*. Essa crise demonstra que, de fato, os mercados financeiros internacionais estão integrados e eles afetam quaisquer movimentos em determinados mercados, ou nos mercados mais relevantes. Essa integração é um fator determinante importante no processo de regulação.

A consolidação dos blocos econômicos. Aqui na região do Mercosul, principalmente, no que diz respeito às Normas Internacionais de Contabilidade, temos a consolidação do bloco econômico europeu. A partir da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, em 2005, para divulgação das demonstrações consolidadas na Comunidade Econômica Européia, foi ressaltada a importância de uma linguagem única, uma linguagem que viabilize a avaliação comparativa de organizações.

A atuação das instituições financeiras domésticas, aquelas originariamente brasileiras, e em vários países, também é um fator determinante importante. Ao atuarem em várias jurisdições, essas entidades têm custos distintos de operação e o processo de geração de informação de natureza contábil é um elemento importante na avaliação.

Obviamente, nós pudemos avançar no Brasil a partir de um prolongado período de estabilidade financeira, desde 1994. Nós já estamos há cerca de 15 anos em um processo de estabilidade que é importante para viabilizar ações de médio e longo prazos, e também para transmitir aos participantes do mercado e àqueles sujeitos a esse tipo de regulação, a tranqüilidade necessária para as suas decisões de investimento.

A adoção dos IFRS pelo mundo. Provavelmente, vocês já devem ter visto este mapa em outras apresentações. Este mapa foi extraído diretamente do site do Iasb. Em azul claro, estão destacados exatamente os países que estão em franco processo de adoção das Normas Internacionais de Contabilidade. Os que estão mais escuros são aqueles países que já adotam as Normas Internacionais de Contabilidade. Portanto, o destaque é exatamente de que, marcadamente, na América do Norte e na América Latina, há uma perspectiva de que as maiores economias desse continente adotem as Normas Brasileiras de Contabilidade. No caso brasileiro, eu vou comentar daqui a pouco qual é a perspectiva no âmbito do sistema financeiro. Mas, a perspectiva norte-americana, canadense e mexicana é de uma adoção que não se estenderá além de 2011. Portanto, o esforço é coincidentemente conjunto. Os outros dois países que se destacam nesse processo de adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, já no continente asiático, são exatamente a Índia, que faz parte do grupo BRIC, e o Japão. Eles também estão em franco processo de adoção das Normas Internacionais de Contabilidade.

Nesse ambiente, quais são, então, as principais motivações? Temos fatores determinantes, mas, nem sempre, esses fatores são suficientes, por si só, para incentivar um avanço mais relevante no processo de convergência contábil. Uma das motivações é que, de fato, as Normas Internacionais de Contabilidade, comparativamente ao ambiente da maioria dos países, e ao nosso também, contribuem para melhorar a qualidade das demonstrações contábeis. Essa qualidade está diretamente associada à credibilidade, à transparência e à possibilidade de comparabilidade entre instituições financeiras que operam no Brasil, ou que têm autorização do Banco Central para aqui desenvolver seus negócios e aquelas que atuam internacionalmente. Da mesma maneira, essas instituições, considerando os mercados financeiros integrados e também essas entidades atuando em vários países de maneira independente, o fato de termos uma linguagem contábil única reduz, em um primeiro momento, os custos operacionais imediatamente. Há entidades que operam em mais de 100 países. Obviamente, se adotarmos uma linguagem contábil só, ela reduz custos operacionais no registro, na elaboração e na publicação de demonstrações contábeis em quaisquer dessas organizações.

Esse processo também, à medida que viabiliza ou propicia maior credibilidade no conjunto das demonstrações financeiras, auxilia no processo de otimização na alocação de capital. Tradicionalmente, ou seja, em termos econômicos, o capital é e será sempre escasso. À medida que possamos contribuir para que esse capital seja alocado da maneira mais otimizada e mais eficiente possível, estamos contribuindo para o desenvolvimento econômico de maneira geral e do país em particular.

Esse conjunto de informações, de fato, contribui para a atração de capitais. Recentemente, o Brasil recebeu o grau de investimento de algumas das Agências de Rating Internacional e, apesar do recente movimento inverso de retorno de capitais para o exterior, os investimentos de longo prazo, os investimentos diretos e os investimentos permanentes estão sendo atraídos para o Brasil não somente pelos fundamentos econômicos, mas também pela maior credibilidade nesse conjunto de informações.

É interessante ressaltar que, na média de abertura de capital de instituições financeiras, ocorrida em 2005 e 2006, cerca de 70% foram adquiridos por investidores internacionais que vieram ao Brasil e se tornaram sócios de instituições financeiras e adquiriram ações com a intenção de permanência no País.

Em relação à redução de custo de captação, esse conjunto de aspectos reduz o custo de captação e esse é um elemento comprovado. Em todas as situações em que temos casos de instituições financeiras que buscam mercados internacionais para captação de recursos, se essas instituições apresentam ou disponibilizam essas demonstrações em uma linguagem comum, acessível aos provedores de recursos, por terem maior credibilidade, esses provedores de recursos exigem um menor prêmio de risco em relação às operações.

Neste contexto também, já que a regulação tem um componente de preocupação do próprio regulador – usando exatamente a palavra que está prevista em um dos principais documentos que estabelece recomendações para supervisores de instituições financeiras, que é conhecido como Basiléia II – um dos pilares para um sistema financeiro sólido e eficiente é a disciplina de mercado. Essa disciplina de mercado é entendida como o mercado atuando, ou seja, todos aqueles interessados no desempenho das instituições atuando em conjunto para cobrar das instituições uma qualidade maior e uma transparência nas suas operações. Essa transparência é entendida não somente pelo *disclosure*, mas também o acesso a essa informação.

Esses cinco elementos têm sido particularmente importantes no projeto de convergência no âmbito do Banco Central. Nós temos compromisso e estamos desenvolvendo um arcabouço legal que viabiliza avanços relevantes. A transparência das ações do órgão regulador é privilegiada. Precisamos fazer um trabalho de desenvolvimento pessoal e concluir todo esse processo com o *enforcement*, ou seja, a obrigatoriedade de observância pelas entidades.

Então, alguns desses compromissos já são conhecidos. O próprio Governo Federal tem o compromisso de convergência e isso está anunciado em inúmeras oportunidades e foi consolidado com a edição da Lei n.º 11.638, portanto, é um compromisso do País. Outras entidades também já assumiram o compromisso da convergência. No âmbito do Banco Central, há pelo menos dois elementos de destaque. Há um documento do Comitê de Basiléia que indica quais são os princípios para uma supervisão eficaz em um sistema financeiro. São 25 princípios e alguns deles tratam especificamente do ambiente contábil. Há também um comunicado editado em março de 2006. No âmbito desses princípios, dois são destacados e associados diretamente ao ambiente informacional contábil. Um deles, novamente, é uma efetiva disciplina de mercado. É reconhecido que a disciplina de mercado só tem condições de ser efetiva em um ambiente de plena transparência e qualidade de *disclosure*. Um segundo princípio, que trata da infra-estrutura legal institucional, deve incluir princípios e regras contábeis com aceitação internacional e não poderia deixar de estar associado à existência de uma auditoria independente como elemento importante no processo de monitoramento. Há ainda o comunicado do Banco Central, de março de 2006, que indicou o objetivo primordial do projeto no âmbito do sistema financeiro, que é o seguinte: em 31 de dezembro de 2010,

as demonstrações financeiras consolidadas devem ser publicadas observando os pronunciamentos do Iasb. Por que é importante, no início de 2006, anunciar que praticamente dali a cinco anos, estaremos exigindo a publicação dessas demonstrações de acordo com esses pronunciamentos? É particularmente importante porque viabiliza o planejamento das instituições. Eu só queria lembrar o ambiente que nós estamos tratando. Nós temos cerca de 2.500 instituições sob a supervisão do Banco Central e, dessas 2.500, temos vários tipos de instituição de diferentes portes. As grandes instituições já têm uma prática mais avançada no processo de convergência, ou porque atuam internacionalmente, ou porque buscam recursos no exterior. As demais instituições precisam ainda capacitar pessoal, reestruturar sistemas, contratar profissionais para se prepararem para 2010.

Em termos de arcabouço legal, a própria lei de dezembro de 2007, de fato, acelerou o processo de convergência no âmbito do sistema financeiro nacional. O nosso projeto vislumbrava ações que, em meados de 2009, culminariam com um conjunto de normas aplicáveis a instituições financeiras e, no caso de algumas dessas normas, os estudos foram acelerados por determinação da própria lei, que inclui requerimentos específicos de normas internacionais. A criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis foi muito importante no ambiente doméstico, particularmente para os órgãos reguladores. Os órgãos reguladores participam desse Comitê de Pronunciamentos Contábeis na qualidade de ouvintes. Então, nessas reuniões, temos a chance de debater com os principais interessados no conjunto das demonstrações financeiras e igualmente expor as nossas perspectivas e expectativas com relação ao processo de convergência. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis já publicou três pronunciamentos e o Conselho Monetário está avançando na recepção desses pronunciamentos.

Não podemos deixar de mencionar criação do Comitê Gestor de Convergência pelo Conselho Federal de Contabilidade. O CFC teve a brilhante idéia de colocar em um mesmo ambiente todos os reguladores, e não são poucos no Brasil: o Banco Central para o sistema financeiro, a Susepe para seguros, o SPC para Previdência Complementar Fechada, a CVM para companhias abertas e a grande maioria das agências governamentais que tem esse compromisso. Então, o CFC, em um esforço louvável de tentar estabelecer uma estratégia de convergência, criou o Comitê Gestor de Convergência, em 2007, para acompanhar o processo de convergência no Brasil.

A adoção efetiva de IFRS já existe em várias empresas e instituições, como eu comentei. São instituições que colocam títulos no exterior, principalmente na Europa ou, então, têm a prática de convergência para um ambiente distinto mais próximo do IFRS, como é o caso norte-americano. O Banco Central, em suas próprias demonstrações financeiras, a partir de 2007, já as publica de acordo com princípios internacionais de contabilidade, específicos para esse tipo de organização.

Em termos de comunicação e informação, a nossa preocupação com transparência, associada a todo o projeto, o cronograma de convergência foi divulgado em 2006. Nós fazemos audiência pública para a maioria das normas de impacto relevante. No âmbito do Coremec, que é um comitê composto pelas agências reguladoras, em todas as situações que

há um estudo de normas contábeis que seja relevante para todas as agências, o estágio desse estudo é levado ao comitê. Exatamente pela necessidade de aprendizado conjunto, estabelecemos vários grupos de estudo, vários grupos de discussão com os interessados, seja a academia, seja a própria indústria bancária, contadores, auditores, analistas, enfim, todos aqueles que têm algum tipo de interesse; nós procuramos ouvi-los e procuramos aprender e assimilar suas expectativas. O nosso objetivo está claramente estabelecido. É convergir para normas internacionais. O objetivo do Banco Central é, portanto, trazer a norma internacional como ela está e incorporar às demonstrações consolidadas em instituições financeiras.

Em termos de transparência desse conjunto todo, eu queria só destacar como é que foi feito este trabalho inicial de avaliação das normas internacionais. Aqui estão catalogadas e identificadas todas as Normas Internacionais de Contabilidade. O primeiro trabalho que fizemos no processo de diagnóstico do Banco Central foi avaliar, de cada norma aplicável a uma instituição financeira, qual é o grau de complexidade do pronunciamento em termos de incorporação no nosso ambiente normativo, e o potencial impacto no sistema financeiro. Eu não vou citar cada um. Alguns estão identificados pela cor, como o IAS 36 e 37, que já tínhamos alinhado às normas domésticas. Temos ainda identificados aqui os que estão parcialmente alinhados, os que estão em estudo, os que estão a alinhar. O destaque no extremo é exatamente o IAS 39, que trata de instrumentos financeiros e critérios de classificação, avaliação e contabilidade de *hedge*. Esse é um dos maiores desafios do mundo todo. Portanto, ele não só é complexo, como tem um elevado impacto no sistema financeiro nacional, e isso tem uma posição de destaque. O IFRS 01 está exatamente no outro extremo, em termos de complexidade e impacto, e é justamente a aplicação das normas internacionais pela primeira vez. Esse pronunciamento contém instruções para facilitar o processo de convergência nos vários países. Nesse ambiente, temos vários desafios significativos para instituições financeiras e, portanto, para os contadores.

Aparentemente, o Banco Central iniciou essa discussão em 2006, mas esse foi apenas o momento em que se tornou pública a decisão do Banco Central. O Banco Central já trabalhava no processo de convergência, marcadamente, desde 1994. Portanto, há 14 anos, o Banco Central tomou uma decisão estratégica de estudar as normas internacionais. Desde 1994, nós começamos a estruturar uma equipe. Hoje, temos uma equipe de 12 pessoas, todas elas com mestrado ou doutorado, e essas pessoas têm se dedicado única e exclusivamente ao estudo das normas internacionais. Portanto, esse é um trabalho inicial. Tudo o que fizemos está no nosso site, em ícones específicos que cada um pode acessar. Temos o diagnóstico de cada norma e toda a vez que um normativo é editado nós incluímos aí.

Em termos de treinamento e desenvolvimento desses técnicos, temos não só os grupos técnicos, mas também participamos de vários fóruns internacionais, seja no âmbito do Comitê de Basiléia, na UNCTAD e, obviamente, no Mercosul, tentando aprender e assimilar dificuldades. Em termos de observância pelas instituições financeiras, temos o poder legal e, portanto, nos beneficiamos da estrutura normativa brasileira para ga-

rantir a consistência na aplicação dessas normas pelas instituições financeiras.

A situação atual é muito simples. Essas são as normas que já foram editadas somente este ano, tais como: venda e transferência de ativos financeiros, provisões de contingências e imparidade. Essa última está recepcionando o CPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Algumas ainda estão em desenvolvimento, tais como: fluxo de caixa, intangíveis, consolidação, combinação de negócios e ativo imobilizado. Essas ainda estão em desenvolvimento, com previsão de finalização ainda este ano.

Isso nos leva à última parte desta apresentação, que são os desafios e oportunidades. Quais são os principais desafios? Entre os principais desafios para nós, reguladores, para contadores, auditores e todos aqueles envolvidos no processo de convergência, há dois que merecem destaque. Primeiro, a natureza das normas. As normas são baseadas em princípios, não são mais normas detalhadas que facilitam e viabilizam a sua aplicação imediata e clara por todos os envolvidos no seu processo. Portanto, isso demanda muito mais responsabilidade e julgamento profissional por parte daqueles envolvidos no processo de registro, avaliação, apresentação e, no caso dos auditores, emissão de um parecer. A prevalência da essência econômica sobre a forma jurídica é um elemento que, de certa forma, está associado à estrutura das normas baseadas em princípios e recomenda a avaliação de determinadas operações que têm uma forma jurídica específica, mas que, em essência, em termos econômicos, diverge da sua estrutura jurídica. Isso demanda uma maior capacidade de análise e argumentação por todos os envolvidos e uma constante atualização. Infelizmente, ou felizmente, como se espera de uma ciência, como a ciência contábil, as normas não são perenes e recebem atualizações periódicas necessárias. Portanto, esse não é um processo que se encerra em uma determinada data e envolve um estudo e acompanhamento permanente.

Nas organizações, é necessário um investimento relevante em pessoal, em capacitação, em sistemas, controles internos, *compliance*, tecnologia, sistemas gerenciais, etc. A adoção dessas normas afeta o patrimônio, afeta potencialmente a remuneração variável, o retorno, a estrutura de ativos e passivos. A crise internacional recente demonstra que, em ao serem observados os princípios ali estabelecidos, demonstrando-se o valor econômico dos ativos, eu posso ter surpresas significativas.

Aqui estão só alguns elementos que eu acho interessantes para que se tenha uma idéia do que é esse processo. Em termos de custos do percentual do faturamento, na Europa, aparentemente os custos não são relevantes. Esse é um estudo do Instituto dos Contadores da Inglaterra. Obviamente, os sistemas contábeis naquelas regiões estão muito mais próximos das normas internacionais do que em outras. Não posso afirmar que seja assim no Brasil. Um estudo do ISA, no caso prático da Alemanha, indica um prazo de implementação que, seguramente, é superior a um ano, chegando a 18 meses. Eventualmente, no nosso caso, pode ser de 18 meses ou mais e envolve um investimento significativo, cerca de 700 milhões de euros só em capacitação básica para implementação, em termos de recursos humanos, tecnologia da informação, consultoria e treinamento. Obviamente, é um processo contínuo.

O que nos recomenda continuar a caminhada da convergência é a resposta dos investidores. Todos esses são estudos recentes. De uma maneira geral, os relatórios destacam que os benefícios se tornam comparáveis e as perspectivas de incremento de fluxo de capital superam os custos esperados para a implementação. Além disso, as distorções econômicas decorrentes de práticas contábeis legais não são mais distintas. Esse estudo de dezembro de 2007, da Federação Francesa de Sociedades Seguradoras e de Gestão Financeira, destaca que proporciona maior transparência, confiança e comparabilidade. Finalmente, esse é o último estudo que eu gostaria de destacar. Esse estudo foi divulgado agora em abril de 2008, já de alguma forma assimilando os efeitos da crise internacional recente, mostrando que a informação contábil é a mais importante fonte de dados para avaliação de investimento, e os investidores são favoráveis ao uso consistente de *fair value accounting* para ativos e passivos.

Portanto, os grandes desafios que se apresentam no processo de convergência estão associados, principalmente, a uma mudança de cultura e a uma capacitação maior dos profissionais envolvidos no processo de elaboração e divulgação de informações. O que nós já constatamos no sistema financeiro e que eu, seguramente, vislumbro para outros ramos da economia, outros setores econômicos, é o contador participando de maneira cada vez mais ativa e mais significativa no processo de tomada de decisão das organizações. Muito obrigado pela atenção.

Jorge Katsumi Niyama – Coordenador: Eu queria convidar agora o senhor Geraldo Toffanello, próximo palestrante deste painel. Geraldo Toffanelo é diretor corporativo Contábil do Grupo Gerdau desde 1986; membro da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), atuando na Comissão de Auditoria e Normas Contábeis; membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); presidente do Banco de Projetos Comunitários e integrante também do Conselho de Cidadania da FIEPS; vice-presidente da ONG Parceiros Voluntários; membro do Conselho Diretor da Associação Qualidade RS-PGQP; Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Porto Alegre e Pós-Graduado pela Urbis; e membro da Delegação Brasileira do Grupo Intergovernamental de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade. Convido-o agora para fazer a sua apresentação. Muito obrigado pela sua presença.

Geraldo Toffanello – Diretor Corporativo do Grupo Gerdau: Boa-tarde a todos. É uma grande satisfação estar com vocês aqui e dividir um pouco da nossa experiência no Grupo Gerdau com relação à implantação do IFRS.

Em dezembro de 2007, o Grupo Gerdau tomou a iniciativa de publicar as suas informações já no modelo internacional. Inicialmente, eu vou apresentar algumas lâminas com relação à governança do Gerdau, até para que possamos entender um pouco a razão que nos levou à antecipação da adoção das normas internacionais.

O objetivo da agenda é cumprirmos uma pequena apresentação do Grupo Gerdau, falarmos dessa experiência, que foi a primeira implantação em termos de IFRS; as dificuldades que encontramos; os benefícios que estamos entendendo como positivos, porque serão objetos de ganho para o Grupo Gerdau em um determinado

Geraldo Toffanello

momento; e a expectativa de novos desafios que temos em razão da implementação da metodologia. Quero também apresentar uma pesquisa que foi feita em um painel da KPMG sobre a expectativa que um grande segmento do CFO está tendo com relação à matéria do IFRS.

Qual é a filosofia do Grupo Gerdau? Ser uma empresa siderúrgica global entre as mais rentáveis do setor. Essa é exatamente a visão do Grupo Gerdau. Em termos de missão, o Grupo Gerdau é uma empresa com foco em siderurgia, que busca satisfazer às necessidades dos clientes e criar valor para os acionistas, comprometida com a realização das pessoas e com o desenvolvimento sustentado da sociedade. Os valores são: clientes satisfeitos, segurança total no ambiente de trabalho, pessoas comprometidas e realizadas, qualidade em tudo o que faz, empreendedorismo responsável, integridade, crescimento e rentabilidade.

Em termos de mecanismos, de direcionadores estratégicos, nas nossas operações de negócios e processos funcionais, nossa meta é:

Utilizar as ferramentas a exemplo do ROCE e do EBITDA, como forma de medir o desempenho das operações de negócios no mundo.

Disseminar e consolidar Valores Gerdau. A nossa meta é consolidar políticas, diretrizes e melhores práticas. Estamos presentes em 14 países; temos mais de 100 siderúrgicas nesses países e é de extrema importância unificarmos uma linguagem, não só de negócios, não só de valores, mas, acima de tudo, uma linguagem econômica através da qual o grupo possa se entender. A nossa linguagem em termos contábeis é exatamente a linguagem que adotamos no mercado de capitais. Cuidamos para que o nosso público interno também tenha a mesma visão e os mesmos valores e práticas que adotamos quando divulgamos as nossas informações trimestralmente.

Formar líderes e profissionais técnicos para a expansão do Grupo Gerdau.

Desenvolver globalmente a imagem da marca Gerdau.

Identificar e capturar sinergias entre as operações de negócios, compras, vendas e *overhead*.

Ser competitivo globalmente: eficiência em custos, produtividade, logística, otimização do uso dos ativos, integração dos processos dentro da cadeia de negócios, foco no cliente e ser *benchmark* mundial.

Adotar as melhores práticas de sustentabilidade econômica, social e ambiental.

O tripé que inspira essa estratégica está levando em consideração lideranças nos mercados, *players* em todos os segmentos e diversificação geográfica. Com isso, estamos garantindo crescimento e rentabilidade. Como governança cooperativa, temos exatamente uma base que está associada à nossa Assembléia Geral. Temos um Conselho de Administração; um Conselho Fiscal; uma Diretoria, inclusive, com um Comitê Executivo; temos os processos funcionais que interligam as operações a esse comando diretório.

As melhoras práticas que adotamos são:

Membros externos no Conselho de Administração.

Gestão integrada de risco.

Gerdau Business System, que é exatamente a unificação das melhores práticas em todas as empresas do grupo.

Demonstrações Financeiras em IFRS.

O Tag Along, 100% em ações ordinárias e ações preferenciais.

Nível 1 da Bovespa.

Bolsa de Nova Iorque.

Bolsa de Toronto.

Latibex, na Espanha.

Participação nos principais indicadores das bolsas de valores.
Conforme citei, estamos em 14 países, na sua maioria, com o controle exclusivo do Grupo Gerdau, em alguns países, com associações. Estamos desde a Argentina, Uruguai, Brasil, Venezuela, República Dominicana, Estados Unidos, Canadá, Espanha, Índia, México, Guatemala, Colômbia, Peru e Chile. Indiscutivelmente, em todos esses países, estamos passando pelo processo da conversão às normas internacionais.

Vou comentar agora o que foi essa nossa experiência, a partir do primeiro semestre do ano passado, em que o Grupo Gerdau efetivamente tomou a decisão de se antecipar à implementação das Normas do IFRS. Indiscutivelmente, o contexto dessa antecipação se deu na base da consolidação das demonstrações financeiras do Grupo, mesmo porque, na base local, em nível de empresa, só após o surgimento da Lei n.º 11.638 é que se permitiu às empresas a adoção desse princípio. Essa base consolidada já contava com a experiência de técnicos em USGAAP. Naturalmente, isso nos facilitou muito – essa nossa experiência de iniciarmos o trabalho em IFRS. A duração desse projeto foi de seis meses e, indiscutivelmente, houve um suporte de contratação porque fomos buscar no exterior consultores que tinham a experiência, uma vez que, no Brasil, ainda estamos engatinhando no conhecimento dessas normas.

Tivemos aproximadamente 60 ajustes identificados que impactaram as nossas demonstrações financeiras. Vou destacar alguns. Acho que o propósito maior efetivamente é dar uma conotação do que foram esses nossos bastidores na busca da migração para as normas internacionais do que efetivamente ficarmos detalhando a grandeza de cada instrumento, uma vez que a análise e a implementação de cada elemento é bastante complexa. Mas eu destaco alguns que são extremamente importantes porque nos marcaram e, de certa forma, também dão uma conotação de que, pela própria adoção das normas internacionais, há reflexos diferenciados, se comparados com o nosso princípio brasileiro:

A utilização do método de equivalência patrimonial em substituição ao método de consolidação proporcional para *joint ventures*. Esse foi um dos critérios que provocou uma alteração nas nossas demonstrações.

O efeito cambial sobre os investimentos no exterior, antes classificado na linha de equivalência patrimonial, não transita mais pelo resultado e passa a ser registrado no patrimônio líquido. Indiscutivelmente, em termos de Brasil e levando em consideração que o Grupo Gerdau tem toda a sua base de controle via Brasil e tem uma participação em diversas empresas no mundo, o efeito cambial

sobre esse ativo permanente é de uma materialidade extremamente importante. Levando em consideração a oscilação das moedas, já dá para se ter uma idéia dos impactos que isso proporciona nos efeitos de resultados e também na base de dividendos.

A reclassificação dos fretes sobre vendas para custo. Esse também é um critério do IFRS que também teve certa materialidade.

Ágios deixam de ser amortizados. Em uma empresa como a nossa, em que o crescimento se faz em uma estratégia muito forte, indiscutivelmente, as aquisições estão ocorrendo mundo afora e a figura do ágio tem um papel de extremo valor, de extremo impacto dentro das nossas demonstrações financeiras. Vocês sabem que, dentro do modelo do BRGAAP, temos que amortizar o ágio. Como ágio, subentende-se aquela mais valia que estamos pagando em relação à aquisição total ou parcial de uma empresa, e que pagamos em decorrência do momento e das condições do mercado. Estamos falando do segmento de *commodities*, que vive um momento realmente muito forte em termos de preços e de oportunidades de aquisições. Indiscutivelmente, isso tem uma materialidade. Dentro do modelo do IFRS, esse ágio não é amortizado como temos o costume de fazer no Brasil. Conseqüentemente, ele fica sujeito a um teste de *impairment*, que deve ser realizado dentro de uma determinada periodicidade. É lógico que isso tem um impacto importante. Isso é só para realmente termos uma noção mais numérica do que representou a repercussão da adoção do IFRS casado com o BRGAAP. Com base no Balanço de 31 de dezembro de 2007, o nosso patrimônio da controladora em BRGAAP se situava na grandeza de 11,4 bilhões.

Tivemos alguns ajustes, em decorrência exatamente da adoção. Estamos ressaltando aqui os mais importantes, destacando: os dividendos não deliberados, a opção de compra por venda de ações, o efeito sobre a amortização do *impairment* sobre os ágios e benefícios a empregados. Citando somente esses ajustes, tivemos certa materialidade. O patrimônio líquido da controladora, em IFRS, saiu da casa de 11,4 bilhões para 12,7 bilhões. Só com o reconhecimento de alguns princípios já teve um impacto de grandeza no nosso patrimônio. Se considerarmos ainda que o IFRS tem um foco na empresa e reconhecemos nas nossas demonstrações financeiras a participação do controlador, e considerando também os acionistas minoritários, o nosso patrimônio líquido consolidado vai para a casa dos 16,6 bilhões na modalidade do IFRS e contempla exatamente o reconhecimento dos nossos minoritários, o que está na casa de quase quatro bilhões de reais. Então, a grandeza da dimensão dessa metodologia é que, indiscutivelmente, ela acrescenta valor no impacto das demonstrações financeiras das companhias.

Em termos de resultados, só para a gente ter também um conhecimento de quais foram os impactos, no caso do lucro líquido da controladora, também tomando por base 31 de dezembro de 2007, no BRGAAP, se situava na casa dos 2,3 bilhões. Com os mesmos ajustes, fomos para um lucro líquido da controladora na ordem de 3,5 bilhões, com um crescimento de aproximadamente 1,2 bilhões. Se levarmos também em consideração a consolidação 100%, vamos para a casa de um lucro líquido de 4,3 bilhões, incorporando a parcela dos minoritários. Efetivamente, isso dá para se ter uma noção dos impactos que essa norma vem trazendo.

É lógico que sabemos que isso não são somente os efeitos econômicos. Temos efeitos que representam a grandeza em termos de caixa e temos as conseqüências que toda essa metodologia nos traz no sentido da remuneração dos acionistas. Então, efetivamente, para um segmento a exemplo do nosso, que é voltado exclusivamente a produzir e vender, até em decorrência da base societária do grupo e pelos instrumentos que adotamos, esses são os impactos que consideramos como de extrema importância.

Entre esses impactos que mencionamos, vou fazer uma referência rápida de algumas normas que tiveram uma maior relevância nessa primeira adoção:

O IFRS 1 estabelece os procedimentos para entidades que estiverem adotando o IFRS pela primeira vez. Indiscutivelmente, esse instrumento é muito importante. Em nível de Brasil, nós ainda estamos na dependência dessa orientação, porque é a primeira regra que deve ser levada em consideração nesse processo migratório, pois é ela que nos dá exatamente uma extensão do que é opcional em termos de obrigatoriedade da adoção. Por outro lado, ela nos isenta também de alguns critérios nessa primeira implantação, de uma forma a facilitar a migração.

Já o IFRS 2, que é o pagamento baseado em ações, também é uma modalidade que teve um reflexo importante para nós. Somos um grupo que está em crescimento e, na consolidação, não normalmente, as aquisições são por intermédio de dívidas. São associações que, muitas vezes, se pagam por ações e aí temos os critérios em termos de reconhecimento de como devem ser feitos esses contratos. Foge-se especificamente daquela visão pragmática do contrato, buscando mais a essência dos contratos que formam essas grandes associações. Nesse caso, é importante esse papel do IFRS que está privilegiando exatamente o objetivo maior dessas associações e, não, única e exclusivamente a visão pragmática do contrato.

O IFRS 3 define a informação financeira que deve ser apresentada pelas entidades que realizam uma combinação de empresas. Define também os aspectos relacionados ao processo de consolidação. Devido ao nosso crescimento, temos "n" formas de modalidades de combinação de negócios e temos toda a orientação de como devemos proceder e reconhecer essas associações.

O IFRS 7, de instrumentos financeiros, estabelece as divulgações que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem a relevância dos instrumentos financeiros para uma entidade, bem como a natureza e a dimensão dos riscos de como ela gerencia esses riscos.

O IAS 1 define a apresentação das Demonstrações Financeiras e também nos deu toda a estrutura que deveríamos acatar.

O IAS 2 define o tratamento contábil dos estoques e a grandeza para fins da materialidade desses estoques.

O IAS 7 estabelece a apresentação de informações sobre o histórico de variações nas disponibilidades da entidade por meio da apresentação do fluxo de caixa, com aquela visão que devemos ter com relação à origem dos recursos do ponto de vista operacional, dos investimentos que estão sendo realizados e também dos financiamentos.
O IAS 12, do Imposto de Renda, define

o tratamento contábil dos tributos sobre a renda.

O IAS 19 define a contabilização e a divulgação de benefícios a empregados exatamente com relação a quais são as políticas internas de governança no que diz respeito a salários, participação nos resultados, pensões, seguro de vida, benefícios médicos, etc.

A grandeza das informações que contemplam as Notas Explicativas no Modelo do IFRS é um destaque extremamente importante porque gera uma transparência que deixa bastante confortável os investidores em termos que é relevante das práticas corporativas das empresas.

O IAS 27 refere-se às demonstrações financeiras consolidadas e aos investimentos em subsidiárias.

O IAS 28 estabelece a contabilização pelo investidor de investimentos em associadas sobre as quais tenha influência significativa.

O IAS 31 define o tratamento contábil exigido para participação em *joint ventures* e empresas controladas em conjunto. Também teve uma repercussão para nós, uma vez que não se consolidam esses investimentos mais proporcionalmente, mas se reputam como uma equivalência patrimonial.

O IAS 32 é a apresentação dos instrumentos financeiros.

O IAS 33 estabelece os princípios para a apuração e a apresentação do lucro por ação.

O IAS 36 se refere à deterioração de ativos. Assegura que os ativos não estejam registrados acima do seu valor recuperável e estabelece como esse valor recuperável é apurado.

O IAS 37 estabelece critérios de reconhecimento e bases de avaliação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

O IAS 38 define o tratamento contábil de reconhecimento, avaliação e divulgação de todos os ativos intangíveis, não só no que diz respeito ao ágio que tem como fundamento econômico a mais valia que leva ao reconhecimento do ágio, mas também outros critérios de avaliação dos ativos. Nós temos casos de aquisições de empresas que têm um valor na marca e, indiscutivelmente, isso fez parte dessa aquisição, e, em decorrência disso, tivemos um valor atribuído à marca. Temos valores atribuídos também à detenção de uma clientela, de um *share* dentro do mercado que tem um valor. Todos esses métodos compõem o ágio, que tem uma vida de amortização que deve ser reconhecida, independentemente do ágio que compõe a mais valia.

A IAS 39 estabelece o reconhecimento e a mensuração de instrumentos financeiros. O Amaro já fez a apresentação desses tópicos, ressaltando que eles têm uma relevância importante nas empresas.

Em termos de dificuldades encontradas, podemos citar a interpretação, o julgamento e o consenso das normas. Esse foi o primeiro impacto que tivemos, até por não termos um precedente, em termos de Brasil. Tivemos que buscar a interpretação de algumas normas fora. Tivemos que buscar conhecimento externo para que pudéssemos enquadrar as nossas realidades.

Na implantação, durante o ano de 2006, tivemos uma empresa auditoria, com rodízio em 2007. Com isso, como o marco inicial é o balanço do ano anterior, tivemos uma empresa auditando a abertura do IFRS e uma outra empresa auditando o encerramento. É lógico que isso tem uma complexidade muito forte, mas, ao mesmo tempo, também nos deu condições de ter uma integração e uma discussão muito maior com relação a esses critérios. A falta de um *benchmark* no mercado também dificultou um pouco essa referência. A falta da base de um BRGAAP foi superada com a Lei n.º 11.638, que agora surge, indiscutivelmente, apresentando todas aquelas condições necessárias ao trabalho de implementação.

Quais foram os benefícios para o Grupo Gerdau? Dentro daquilo que apresentamos como a nossa governança, dentro da nossa estratégia em termos de crescimento do grupo, queremos ser uma empresa de *benchmark* no mercado siderúrgico. Com isso, essa adoção está nos ajudando muito na obtenção desse desafio, desse objetivo que temos. Somos uma empresa listada na Bolsa de Valores de São Paulo, na Bolsa de Nova Iorque e na Latibex, na Espanha. Temos subsidiárias na América do Norte e no Peru que também são companhias listadas. Conseqüentemente, temos realidades e bases acionárias diferentes que devemos levar em consideração.

Outro aspecto extremamente importante para nós diz respeito à remuneração dos dividendos. Por termos companhias abertas na América do Norte, lá, obedecemos aos critérios do USGAAP. Na verdade, a empresa consolidadora no Brasil é a Gerdau S/A, que também fecha toda a consolidação do Grupo Gerdau. O acionista brasileiro está sob a égide do nosso sistema, que é o BRGAAP. O acionista americano está sob o outro princípio. Em decorrência dos princípios contábeis, são bases diferentes e, conseqüentemente, temos bases de dividendos diferentes. Esse é um fator que sempre nos preocupou dentro da consolidação do Grupo Gerdau e agora o IFRS vai nos permitir exatamente uma consolidação desses princípios que nos dará essa base idêntica aos mercados em que estamos abertos.

Um outro ponto importante é a utilização do sistema de consolidação já existente como complemento de dados e planilhas eletrônicas. O fato de estarmos já há seis anos trabalhando com os princípios de USGAAP também nos permitiu uma facilidade nesse sistema de implantação. A utilização também de um *check list* já também com base nos princípios do USGAAP SOX nos ajudou bastante. A maior facilidade na captação de recursos financeiros devido à utilização do IFRS para nós também é, indiscutivelmente, um instrumento extremamente importante. Entre as suas fontes de captação, o Grupo Gerdau busca o mercado internacional e falar a linguagem do investidor contribui muito na hora da apresentação do pleito do bônus que estamos emitindo. Um melhor entendimento pelos investidores estrangeiros das demonstrações financeiras em virtude do IFRS também é uma norma que nos preserva e nos dá um destaque nessas fontes de recurso.

Por que tudo isso? Quanto à nossa base acionária do grupo, além do Brasil, temos investimentos institucionais estrangeiros na casa dos 9% dentro desse mercado internacional. Temos uma exposição para o mercado externo na ordem de 22% que nos leva a ter essa obrigação de agilizar os princípios pelas normas internacionais.

Em relação às expectativas e aos novos desafios, destacamos a utilização do IFRS na estrutura gerencial. Para nós, é extremamente importante agora sairmos dessa base do mercado de capitais e efetivamente trazer todo esse conceitual para o nosso pessoal. A adoção da SOX também para efeitos das Demonstrações Financeiras em IFRS é um novo cumprimento. A adaptação é feita por meio desse sistema que temos de replicar a todas as práticas no Grupo Gerdau, fazendo com que todas as nossas empresas adotem o modelo do IFRS. A substituição do USGAAP pelo IFRS é o pleito que temos agora pela frente.

Só para finalizar, teremos a dimensão do que o mercado entende o que vai ser a adoção desses princípios internacionais, olhando já um contexto bem maior de empresas que tiveram a oportunidade de participar dessa pesquisa. A pesquisa está focada no seguinte:

Adotar o IFRS ou o USGAAP será como qualquer outro projeto contábil. O Departamento de Contabilidade precisa estabelecer como aplicar as normas implementadas. A maioria dos diretores executivos e dos diretores administrativos que estavam presentes nesse evento discordou, dizendo que 54% não é simplesmente uma simples adoção, mas o envolvimento de toda a organização é extremamente importante.

Não precisamos envolver muito as áreas operacionais. É necessário somente saber quais são as normas. A grande maioria também entende que, indiscutivelmente, essa norma tem uma ampliação dentro de todo o contexto da organização.

Nosso sistema de Demonstrações Financeiras é flexível o suficiente para efetuar mudanças para um novo padrão contábil e necessitará apenas de gerenciamento. A grande maioria entende que a complexidade do que estamos falando requer, indiscutivelmente, o envolvimento de toda a organização.

O IFRS não pode ser tão diferente do que fazemos atualmente. Na verdade 85% do público entende que é de complexidade e é importante, o quanto antes, o envolvimento da grande maioria.

Não vejo urgência porque temos até 2010. Muitos não concordam e 95% acham que devemos nos antecipar, nos organizar para, em tempo hábil, termos condições de cumprir as novas regras.
A adoção de práticas contábeis internacionais tem como vantagem principal: 4% entendem que facilita o processo de obtenção de crédito, que vai reduzir a complexidade para quem prepara a parte dos informativos; 39% entendem que vai existir uma maior comparabilidade das empresas; 37% entendem que vamos ter maior transparência; 18% entendem que as informações para a tomada de decisão serão melhoradas. Então, temos um universo de ganho na comparabilidade, na transparência e nas decisões de negócios.

Além da área financeira/contábil, qual é a área dentro da organização que mais será afetada? Indiscutivelmente, a grande maioria dos presentes elegeu a área de tecnologia da informação como sendo a grande parceira no desenvolvimento dessa metodologia. Sem um bom sistema, indiscutivelmente, torna-se quase que impraticável a adoção desses critérios.

Qual é o maior desafio para se obter sucesso no atendimento às IFRS e ao USGAAP? A grande maioria elegeu a capa-

citação de pessoas e, indiscutivelmente, só vamos evoluir com a capacidade de treinamento de pessoas com base nessas novas ferramentas.
De que forma a adoção do IFRS e do USGAAP impactará o lucro da sua empresa? Pelo menos 36% determinaram que haverá um aumento e 48% simplesmente não sabem como vai ser esse impacto.
A responsabilidade do CFO com a adoção do IFRS e do USGAAP. Na verdade, 63% entendem que, indiscutivelmente, essa responsabilidade aumenta, não só pelo grau de transparência e de comparabilidade das informações financeiras.

Enfim, pessoal, eu fico à disposição para perguntas. Foi uma satisfação muito grande estar presente aqui e ter a oportunidade de dividir um pouco dessa experiência que tivemos com a primeira implantação. Obrigado.

Jorge Katsumi Niyama – Coordenador: Muito obrigado, Geraldo. Tivemos este painel abrilhantado pelos colegas Amaro Luiz de Oliveira Gomes e Geraldo Toffannello sobre o tema "Implementação do IFRS no Brasil". A apresentação dos dois painelistas trouxe duas abordagens extremamente distintas e interessantes.

O Amaro, como representante de um órgão normatizador – o Banco Central – apresentou os principais pontos de convergência, os principais desafios, lembrando dois fatos extremamente relevantes na busca de convergência do Banco Central relativamente às instituições e dos bancos que têm sob a sua supervisão. Primeiro, foi o primeiro órgão que editou um normativo, dando um recado à comunidade internacional, por meio do Comunicado 14.259/96. De certa forma, isso foi uma grande mensagem para o mundo exterior, principalmente, para a comunidade internacional. O segundo ponto levantado aqui pelo Amaro diz respeito à adoção do IFRS pelo próprio Banco Central do Brasil. O Banco Central do Brasil, que é uma autarquia pública, foi um dos primeiros órgãos no Brasil a adotar o IFRS e já divulga, há pelo menos três anos, suas demonstrações contábeis pelo IFRS.

A apresentação do Geraldo Toffannello trouxe uma visão mais empresarial. A Gerdau, sendo uma companhia aberta, sujeita-se às normas da Comissão de Valores Mobiliários. Ele trouxe uma importante visão das dificuldades e dos pontos que facilitaram ou que complicaram a adoção dos IFRS.

Fazendo um fechamento das duas apresentações, eu lembraria os desafios que foram aqui apresentados, das dificuldades que aqui foram elencadas. Primeiro, uma mudança de cultura. A questão da mudança da normatização por regras passar a ser uma normatização baseada em princípios é uma grande mudança cultural para todos os profissionais da área de Contabilidade. O profissional da área de bancos, por exemplo, terá que ter uma outra visão de não depender exclusivamente de regrinhas. Considero que esse é um desafio extremamente robusto para o qual todos os profissionais da área deverão estar atentos. O segundo desafio que também foi levantado pelos colegas é a adoção dos IFRS *versus* a adaptação dos IFRS. De certa forma, o Amaro deu uma mensagem muito forte e contundente na área de instituições financeiras.

Há um ponto que não foi tão enfatizado pelos dois colegas. Talvez um desafio extremamente forte seria o desafio da academia. Foi lembrada a questão da capacitação e do treinamento, mas do universo de aproximadamente 1.030

instituições que ministram cursos de Ciências Contábeis no Brasil, pelas pesquisas que foram realizadas, não mais do que 20% a 25% delas oferecem a disciplina de Contabilidade Internacional ou algo parecido. Você não precisa ter a disciplina Contabilidade Internacional. Você pode ter Contabilidade Avançada, Contabilidade de Ciências Abertas, enfim, e incluir questões relacionadas aos IFRS. Talvez daqui a quatro ou cinco anos não tenhamos mais Contabilidade Internacional, na medida em que a gente talvez consiga abarcar todos os procedimentos em uma Contabilidade brasileira, e todos os professores e autores de livros de Contabilidade vão ter ralar para reescrever seus livros de Contabilidade. Acho que esse é um desafio extremamente próximo de nós, professores, próximo da academia. Para 2010, evidentemente, não dá mais tempo, mas isso é extremamente relevante. Se a gente entender um horizonte futuro dos próximos anos, talvez a academia hoje esteja um pouco defasada da realidade profissional, que requer contadores com essa visão de um mundo globalizado.

Com isso, dentro do meu script e do meu horário, eu queria retornar a palavra a nossa mestre de cerimônias, agradecendo a participação de todos. Muito obrigado.

Mestre de cerimônias: Em agradecimento pela participação das atividades presentes à mesa, convido o senhor coordenador professor Doutor Jorge Katsumi Niyama para fazer a entrega do certificado e de uma singela lembrança aos painelistas, em agradecimento às suas contribuições neste congresso.

Inicialmente, ao senhor Amaro Luiz de Oliveira Gomes.
Esta singela lembrança é um trabalho artesanal confeccionado por presidiários de Mato Grosso.

Agora, o oferecimento ao senhor Geraldo Toffanello.
Convido, a seguir, o senhor vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do Conselho Federal de Contabilidade, contador Juarez Domingos Carneiro, para fazer a entrega do certificado e desta singela lembrança ao coordenador, professor Doutor Jorge Katsumi Niyama.

Informo às senhoras e senhores que, às 18 horas, no estande do CFC, acontecerá o lançamento do livro "Lei das Sociedades Anônimas: Uma Inclusão das Modificações da Lei n.º 11.638 e as Normas Internacionais de Contabilidade". A obra é de autoria de Wilson Alberto Zappa. Lembro também que, às 18h30min, neste auditório, teremos o Painel Magno, intitulado "Os Desafios da Convergência", que será coordenado pela contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim, presidente do CFC, e que terá como palestrantes: o senhor Agustín Lizardo, presidente da Associação Interamericana de Contabilidade; o senhor Fermín del Valle, presidente da Federação Internacional de Contadores (Ifac); o professor Doutor Nelson Carvalho, presidente do Conselho Consultivo de Normas Internacionais do Iasb; e o Doutor Pedro Malan, Curador do Comitê Internacional de Padrões Financeiros.

Teremos agora um intervalo de 30 minutos.

18
CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

AUDITÓRIO JOSÉ LUTZEMBERGER

PAINEL N.º 4

ABORDAGENS DE FAIR VALUE (VALOR JUSTO) NO BRASIL

Mestre de cerimônias: Dando continuidade às atividades pertinentes a este Congresso, teremos a apresentação do Painel n.º 4, que tem como tema "Abordagens de *Fair Value* (Valor Justo) no Brasil", com o objetivo de discutir os conceitos e, principalmente, os desafios de implementação do *Fair Value* no Brasil.

Para coordenar este painel, convidamos o senhor Nelson Mitimasa Jinzenji, contador, administrador de empresas e advogado. O senhor Nelson Mitimasa exerceu cargos em diversas entidades da classe contábil brasileira. Foi vice-presidente e presidente do Ibracon; vice-presidente e presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco; representante do Conselho Federal de Contabilidade na Comissão Consultiva de Normas Contábeis da CVM. Atualmente, é vice-presidente Técnico do Conselho Federal de Contabilidade; membro da Academia Pernambucana de Ciências Contábeis; co-autor de livros da área contábil e tributária; e autor de artigos técnicos publicados em revistas e jornais regionais e nacionais.

Convidamos também para compor a Mesa deste Painel, nossos painelistas: senhor Vagner Duarte de Aquino, Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E nossa painelista, senhora Maria Helena Petterson, contadora e administradora de empresas, sócia da Área de Auditoria da Ernst & Young de São Paulo.

De imediato, passamos a palavra ao nosso coordenador, senhor Nelson Mitimasa Jinzenji, para as suas considerações e a condução dos trabalhos.

Nelson Mitimasa Jinzenji – Coordenador: Boa-tarde a todos. Como foi dito pelo Cerimonial, vamos iniciar agora o Painel n.º 4 "Abordagens de *Fair Value* (Valor Justo) no Brasil". Este painel tem por objetivo discutir os conceitos e, principalmente, os desafios de implementação do *Fair Value* no Brasil. O tema será abordado pelos painelistas Dr. Wagner Aquino e Dra. Maria Helena Petterson. Este painel terá a duração de 90 minutos e cada painelista disporá de 40 minutos para realizar sua apresentação. Após a apresentação dos painelistas, serão disponibilizados 10 minutos para perguntas. Solicitamos que as perguntas sejam encaminhadas à Mesa por escrito as quais serão repassadas aos painelistas para resposta. Inicialmente, faremos a leitura do resumo do currículo dos dois painelistas e, em seguida, daremos início à apresentação do primeiro painelista.

Wagner Aquino é inspetor da Superintendência de Normas Contábeis da Comissão de Valores Mobiliários, assessor do superintendente na Elaboração de Normas Contábeis Brasileiras na Pesquisa sobre Convergência com as Normas Internacionais. É assessor do Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários e gerente da Superintendência de Re-

Maria Helena Petterson, Vagner Duarte de Aquino e Nelson Mitimasa Jinzenji.

Realização
CFC
elho Federal
ontabilidade
Conselhos Regionais
de Contabilidade

lações com Empresas da CVM. É Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Maria Helena Petterson é Bacharel em Ciências Contábeis e Administração de Empresas e sócia da Área de Auditoria da Ernst & Young, São Paulo. Tem experiência em auditoria de grandes empresas de tecnologia, telecomunicações, media e entretenimento, além de economias de capital aberto e grandes empresas multinacionais. Atuou durante três anos na Suécia, atendendo a empresas públicas. Tem vivência internacional e experiência em liderança e coordenação de equipes de atendimento a empresas nacionais e internacionais, multilocalizadas e de grande porte. Tem experiência em USGAAP e transações de mercado de capitais. É Membro do *South American Advisory Board* da Ernst & Young.

Com a palavra, o Dr. Wagner Aquino.

Wagner Aquino – Inspetor na Superintendência de Normas Contábeis da CVM: O nosso tema foi dividido entre a Maria Helena e eu. A parte introdutória ficou a meu cargo e ela ficou com considerações sobre o *Fair Value* com base em uma pesquisa que a Ernst & Young fez, sob encomenda da CVM, com recursos do Banco Mundial, onde ela desenvolveu os conceitos que foram apresentados inicialmente.

Essa é a declaração de que se trata de considerações e observações pessoais e, não, da organização onde trabalho. Os tópicos da apresentação são os seguintes:

Questões que levaram à adoção do conceito de *Fair Value*.
A evolução do modelo de mensuração que chegou ao *Fair Value*.
As referências atuais que estão no IFRS.
A comparação das definições em relação ao IFRS.
Questões de natureza geral.

Do meu ponto de vista pessoal, os fatores que levaram ao *Fair Value* poderiam ser resumidos da seguinte forma:

Em primeiro lugar, a existência de modelos já desenvolvidos e que abordaram a questão dos preços correntes. O *Fair Value* não surgiu inesperadamente, não foi uma criação de um fórum de reguladores ou de um fórum de contadores. Ele foi sendo desenvolvido ao longo do tempo. Um outro fator que levou ao surgimento do *Fair Value* foi o aumento da complexidade das transações. Ou seja, aqueles que têm contato com as operações de tesouraria sabem que a sofisticação e o tratamento desse tipo de operação e derivativo de *hedge*, hoje, são muito diferentes daquilo que foi no passado. Somando-se a isso a volatilidade desses tipos de papéis e desses tipos de mercados foi provavelmente um grande alavancador do conceito de *Fair Value*. A utilidade para os investidores é, possivelmente, o argumento lógico mais forte na direção do *Fair Value* porque, comparado a custo histórico, o *Fair Value* está mais próximo daquilo que poderíamos chamar de utilidade para os conceitos econômicos que os administradores consideram na sua tomada de decisão. Finalmente, houve vontade política dos reguladores. Quando falo em reguladores, não estou me referindo ao Estado, mas o Fórum dos Contadores e o Iasb, por exemplo, claramente assumiram os riscos envolvidos nesse tipo de abordagem.

Em relação à evolução ao longo do tempo, para vocês terem uma idéia, essa seria uma lista de normas e estudos que, ao longo do tempo foram apresentados, ou tratando de variações de preços espe-

cíficos, ou de variações de preços gerais da economia e que há muito preconizavam uma evolução do modelo contábil de mensuração. Dessa lista, eu destacaria, por exemplo, esse item de 1988, do valor líquido de realização, que foi desenvolvido pelos ingleses sob a própria orientação do atual Chairman do Iasb. Lá já existia a proposta de valor líquido de realização, que é um conceito muito próximo do *Fair Value*, senão quase idêntico, onde claramente já se adivinhava o que poderia acontecer em termos de regulação para a evolução dos modelos de mensuração. O último item é o *Discussion Paper*, possivelmente, o documento mais importante hoje do *Fair Value*. Esse *Discussion Paper* do Iasb discute a norma americana, o SFAS 157.

Na esfera acadêmica, nós também temos uma evolução de pensamento, e dessa lista eu destacaria Edwards e Bell, que desenvolveram modelos integrando a visão econômica com a visão contábil. Ou seja, a idéia de que o resultado corrente deve ser adicionado a ganhos pela manutenção de ativos, realizados e não-realizados, foi uma integração do modelo econômico com o modelo contábil, porque os economistas preconizam a idéia de que ainda existe criação de valor ao longo do processo de produção, enquanto que, na contabilidade, admitimos que só existe a criação desse valor quando existe a verba. Então, na verdade, eles integraram essas duas visões nesse modelo e, a partir dele, muitos outros pesquisadores cresceram sob o ponto de vista de desenvolvimento dessas idéias.

No Brasil, temos alguns pesquisadores que também trataram a questão da variação de preços. No caso brasileiro, mais sob o ponto de vista de variação geral do que de variação específica. Mas, mesmo assim, ainda que se tratasse de questões de depreciação ou de modelos de atualização do custo histórico, nós também pesquisamos. Dessa lista, eu também destaco o trabalho do professor Natan Szuster. Ele apresentou uma Tese de Doutorado com o título "Lucro Passível de Distribuição", na qual ele discute as idéias de Edwards e Bell sob o ponto de vista da distribuição, tendo em vista a manutenção do capital físico e financeiro da empresa.

Isso aqui seria uma evolução do nosso ambiente que, na visão normativa, ficou paralisada por maior parte do tempo na questão de enfrentamento da perda de poder aquisitivo da moeda. Incorporamos isso dentro da Lei Societária e tivemos também Instruções que atualizaram essa visão até chegar à Instrução 64 da Comissão Monetária Integral, mas essa visão foi superada por dois aspectos. Primeiro, a queda dramática da inflação com o Plano Real e, em segundo lugar, pela entrada de investidores estrangeiros a partir de 1987. Esse foi um momento importante porque os investidores estrangeiros começaram a cobrar dos analistas de mercado brasileiro a visão da análise fundamentalista. A análise fundamentalista precisa analisar o balanço. Isso fez com que a informação contábil passasse a ter um peso específico no mercado de capitais, o que não existia antes por conta das questões estruturais da nossa economia. Na verdade, a nossa convergência começou com a motivação de estarmos incluídos nos mercados globais de capital. Nesse momento, passamos a ter que adotar certos procedimentos que antes não eram necessários. Timidamente, tivemos algumas normas; historicamente, existe uma norma sob divulgação da CVM chamada Instrução 235 – a CVM apenas divulgava questões relativas a

instrumentos financeiros – e uma Circular do Banco Central, que veio após, e que, inclusive, tratava do conceito de valor de mercado como um Valor Justo e que também, de alguma forma, resumia o File 133, que tratava da contabilização de instrumentos financeiros no ambiente americano.

Feita essa breve introdução, a visão de como o pensamento contábil evolui até chegar ao *Fair Value* pode ser vista por este quadro, que é um resumo, sob o ponto de vista de valores de entrada e valores de saída. Esses modelos de mensuração tiveram defensores que pesquisaram uma visão e outra. Os valores de entrada são aqueles que estão referenciados nos mercados onde a empresa compra os seus recursos; e os valores de saída são aqueles onde ela consegue disponibilizar ou transformar esses recursos em fluxo de caixa.

Os valores de entrada podem ser divididos em dois grandes modelos: o modelo de custo histórico e o de custo corrente. Nos dois casos, é possível incorporar os efeitos inflacionários. Então, o custo histórico corrigido é uma atualização do custo histórico, da mesma forma que, no custo corrente, você também pode introduzir os efeitos inflacionários como uma apresentação adicional.

No caso dos valores de saída, nós também teríamos alguns modelos conhecidos: o modelo dos preços correntes de saída, que está próximo do conceito de *Fair Value* adotado pelos americanos; os valores de liquidação, que são preços obtidos em condições forçadas e, não, de uma maneira ordenada; o valor realizável líquido, que também é próximo do conceito de *Fair Value*; e o fluxo de caixa descontado, que também é adotado, em uma segunda instância, como um modelo alternativo dentro do conceito e das normas que tratam do *Fair Value*.

Por que nos afastamos do modelo do custo histórico? Esse talvez seja o principal argumento para o surgimento do *Fair Value*. O principal argumento é que ele não capta variações de preço. Se ele não capta variações de preços, isso significa que ele fica afastado da informação contábil para os negócios, ou seja, da informação contábil que está próxima daquilo que os administradores pensam a respeito da entidade e daquilo que os analistas de mercado também pensam a respeito da entidade. Em uma das variações do custo histórico, que é a do custo de mercado, inclusive, sancionado pela Lei Societária, ele tem uma limitação fundamental, que é o fato de que ele subestima ativos. Ao adotar o custo histórico, na verdade, você trata de preços muito defasados e, na hora de reconhecer o resultado, obviamente, esses custos que estão defasados apresentam um resultado maior. O custo histórico corrigido, que seria um conserto do custo histórico, apenas restaura para o nível de preços atual. A sua utilidade fundamental é para a apuração de impostos em questões societárias. Por quê? Porque são pontos que ensejam conflitos. Em situações de conflito, é mais razoável usar valores objetivos. Se você usa valores objetivos, a discussão fica menor e você controla o conflito, ou tanto na apuração de impostos como de algum investidor ou controlador que queira discutir a forma de cálculos de dividendos, por exemplo, ou questionar algum outro direito. A moral da história é que essa vantagem de confiabilidade e de praticabilidade não supera as limitações do custo histórico que, para o ambiente do mercado de capitais, fica muito aquém da necessidade dos investidores. Por tudo isso, ele é menos significativo do que os modelos a preços correntes.

O modelo geral de preços correntes poderia ser abordado inicialmente como aquele que incorpora preços do mercado de um ativo ou de um ativo equivalente. No entanto, como temos uma tradição de correção monetária, é importante a gente distinguir o modelo de preços correntes, que são específicos, dos modelos de variação de preços geral, que fazem parte da nossa cultura contábil hoje, por meio de modelos de correção monetária integral. Essa vantagem de estar próximo do ambiente de negócios, de estar próximo da tomada de decisão dos administradores e dos investidores tem limitações sob o ponto de vista de objetivismo e da capacidade que temos de medir com eficiência esses preços correntes.

Consideramos, então, o Valor Justo, que já foi chamado de "Valor Justo de Mercado" (*Fair Market Value*) ou de "Marcação a Mercado" (*Market-to-Market*). Nessa definição caberia um valor de uma transação hipotética que poderia ser obtida em um mercado eficiente. Naturalmente, lancei mão dessa definição a qual surgiu de um trabalho organizado pelo professor Eliseu Martins por duas razões: primeiro, ele cita o mercado eficiente e, em segundo lugar, sob o ponto de vista de que se trata de uma quantia líquida, um valor que se consegue obter ao final de uma negociação.

As referências atuais que temos são, principalmente, o SFAS 157 e o *Discussion Paper* do Iasb. O objetivo desse *Discussion Paper* foi conseguir uma orientação única e convergir com a norma americana, ainda que isso tenha sido feito de uma forma ampla, como é a forma de um *Discussion Paper* abordar as questões. Ou seja, o *Discussion Paper* aborda os prós e os contras. Ele não define posições; ele pede opiniões. O objetivo é homogeneizar todas as referências que existem nas normas internacionais, porque o conceito de *Fair Value* acabou sendo introduzido ao longo do processo de emissão de normas internacionais, e isso acabou fazendo com que o conceito de *Fair Value* se tornasse descosturado no conjunto das normas internacionais. Então, uma vantagem vista pelo Iasb foi tornar essa visão homogênea. Por isso, eles acharam útil discutir a norma americana que tinha acabado de ser emitida em 2006. A idéia foi estabelecer uma base geral do conceito de *Fair Value* dentro de todas as normas internacionais. Entretanto, isso não significou, nas palavras do Iasb, uma maneira de expandir o conceito de *Fair Value.* Essa é, naturalmente, uma visão política, porque não só existem defensores da idéia de limitar o uso do *Fair Value*, dadas as suas dificuldades inerentes, porque se torna uma coisa muito mais sofisticada, muito mais subjetiva, e que tem outras implicações, como também, o objetivo foi evitar que fosse adotado como uma posição pelos defensores extremados do *Fair Value*, que também existem e que propõem, na verdade, uma ampliação do *Fair Value*. Então, o Iasb se posicionou de uma forma equilibrada com esse documento.

O Iasb cita inconsistências dentro das normas internacionais que estariam discrepantes dentro da norma americana, as quais, neste momento, estão em discussão mundial. Os três pontos que ele cita são: (1) as questões de benefícios a empregados, que têm uma definição que não é exatamente aquela preconizada pelo SFAS 157; (2) a questão dos efeitos fiscais, que também se afasta um pouco desse conceito do *Fair Value* que é proposto; (3) a questão de limitação da reavaliação, que é um conceito de *Fair Value*, dentro das normas inter-

nacionais, mas que só poderia ser adotado se houvesse confiabilidade.

As definições nesse *Discussion Paper* são apresentadas de forma comparativa, em que se pede opinião quando não são utilizadas as mesmas palavras na norma americana do que nas normas internacionais. Na definição americana, que foi considerada pela maior parte do *Board* como sendo a mais eficiente, é incluído o preço para vender o ativo como base para identificação do IFRS em uma transação coordenada entre participantes do mercado na data da mensuração, enquanto na norma internacional é apresentada a idéia de se obter um caixa de um ativo ou passivo entre participantes dispostos e conhecedores do assunto, em uma transação sem favorecimento. Então, são duas definições que, naturalmente, convergem em alguns momentos, mas, na verdade, essa definição precisaria ser purificada para que pudesse ser expandida por todas as normas internacionais.

A opção do SFAS 157 foi pelos valores de saída porque existia uma idéia de que esses valores de saída estariam mais próximos dos fluxos de caixa que a empresa conseguiria auferir em uma determinada data. No entanto, no IFRS, não existe uma definição clara de que mercado é esse que nós estamos tratando. Boa parte do Board do IFRS aderiu à visão dos preços de saída, os preços em que a empresa conseguiria auferir caixa, enquanto que, uma outra parte considerou que, eventualmente, poderiam ser também considerados os valores de entrada. Ou seja, os custos correntes poderiam também ser considerados. Outros consideraram ainda que os dois mercados poderiam convergir em um determinado momento. Então, essas divisões foram postas em discussão pública e receberam sugestões até abril de 2007 para que fosse feita uma opção a respeito desses conceitos. A visão do SFAS 157 foi comparada à visão do IFRS. Os participantes do mercado, na visão do SFAS 157 seriam aqueles que não são parte relacionada, são parte independente. De certa forma, essa idéia está próxima da visão do IFRS. Existe uma questão em relação aos passivos porque o SFAS 157 propõe uma continuidade de um passivo após uma negociação, após uma transferência, enquanto que a norma internacional propõe uma avaliação como se fossem liquidados por um ativo.

Nesse estágio, dá para perceber que essa questão de valores de entrada e valores de saída é crucial na visão inicial do *Fair Value*, como base de partida. Eu retirei essa citação inicial do *Basis for Conclusions*, do SFAS 157 porque achei que estaria mais próxima do nosso entendimento do que é a visão do *Fair Value* pelo SFAS 157. É citado lá que essa visão do *Fair Value* está baseada em uma transação hipotética para transferir um ativo ou passivo em uma data de mensuração, considerada a partir da perspectiva desses participantes do mercado, ou seja, na visão da entidade. Então, a empresa vai a mercado e ela faz essa medição na perspectiva dela. O *Fair Value* é, obviamente, uma medição de mercado, na perspectiva daquele que emite o relatório, da entidade que reporta na visão do Iasb. Essa é uma visão de fluxo de caixa. Na verdade, a posição financeira é uma visão de fluxo de caixa a receber e a pagar. Por isso é que a visão dos valores de saída, na opinião do Iasb, é mais forte do que a dos preços de entrada. Nós também devemos considerar que, na visão de finanças, está muito presente uma visão de administração de carteiras, ou seja,

uma visão de que uma empresa é uma coleção de ativos capazes de serem administrados como se fosse uma carteira. Essa definição, a meu ver, também está próxima de modelos decisórios e eu acho que isso influenciou decisivamente na opção pelos valores de saída. Portanto, na definição do *Fair Value,* estão ligados a esses preços de saída, definidos em termos de fluxo de caixa, mas também considerando alternativas de preços de entrada, ou então, as duas – o preço de entrada e o de saída.

Como questões finais nessa apresentação, eu diria que o Valor Justo, dentro do *Discussion Paper* ou do SFAS 157, de certa maneira, acaba sendo algo que faria parte de uma estrutura conceitual. Então, tem sido muito questionado o fato de que o próprio Iasb desenvolve um trabalho paralelo em relação a uma revisão da estrutura conceitual e o *Fair Value* estaria, na verdade, na Fase C dessa revisão da estrutura conceitual. Alguns dizem também que esse modelo de *Fair Value* seria um retorno ao passado porque estaria sendo usado o método de balanço. Nós avaliamos o *Fair Value* – ativos e passivos – e a conseqüência disso estaria no resultado, o que seria uma visão um pouco diferente da visão anterior que, por exemplo, está no Pronunciamento Conceitual n.º 1, americano, que trata o grande objetivo da Contabilidade como sendo a demonstração de resultado como medida de desempenho.

Então, essa é uma discussão e alguns dizem que seria um retorno ao passado. Na verdade, ainda não se tem claro o modelo conceitual que ampara o *Fair Value*. Há a questão da relevância e da confiabilidade. Alguns dizem que seria crítica no *Fair Value* porque existe uma troca excludente entre relevância e confiabilidade. Se você tem muita confiabilidade, você estaria perdendo relevância; e se você tem mais relevância, você estaria perdendo confiabilidade. Então, essa troca excludente, esse *trade off*, seria uma questão central na aplicação do conceito de *Fair Value*. Alguns dizem também que as Normas Internacionais de Contabilidade do Iasb estariam fazendo, lentamente, a aproximação em relação à relevância, com um mínimo de confiabilidade. Essas são as discussões que existem nesse momento.

A atitude na mensuração do *Fair Value*, na verdade, é uma discussão ética sobre como aplicar o *Fair Value*. Por exemplo, há muitas orientações, ao longo das normas, de como você deve abordar a questão de mensurar o *Fair Value;* se você deve buscar informações no mercado. Naturalmente, você deve fazer um esforço nessa direção, mas esse esforço não precisaria ser demasiado. É óbvio que, em uma observação como essa existe um julgamento da administração de que tipo de esforço ela deve fazer e até onde ela deve ir. Então, alguns criticam dizendo que o *Fair Value* traria mais volatilidade do resultado e, com isso, perderíamos certa visão de que os leitores das demonstrações deveriam ter. Mas, na verdade, isso existe tanto para o custo histórico quanto para os modelos de *Fair Value*. A grande questão é que, no *Fair Value*, as divulgações devem ser mais sofisticadas, contendo mais informações sobre como a administração abordou a questão de mensuração a Valor Justo.

A conseqüência disso seria que a questão da mensuração contábil e da produção de informações contábeis devem estar incluídas como um mecanismo de governança cooperativa. A política contábil que uma empresa adota, eviden-

temente, passa a ser mais importante do que nunca porque produzir informações de natureza mais complexa e mais sofisticada deveria ser também do interesse da alta administração. Por isso, eu nomeio o Conselho de Administração como, possivelmente, o órgão que deveria sancionar as políticas contábeis produzidas pela empresa.

Eu gostaria de citar a pesquisa da Ernst & Young que foi patrocinada pela CVM, comentando que ela está disponível no site da CVM. Na coluna da esquerda, em Contabilidade e Auditoria, vocês devem clicar em Contabilidade. Na Contabilidade, o primeiro item está definido como "Estudo das diferenças e similaridades das Normas Internacionais de Contabilidade e Normas e Práticas Contábeis Brasileiras". Cliquem também neste item e vão ser apresentados 26 itens que tratam de um estudo profundo das Normas Internacionais, comparadas ao ambiente contábil brasileiro e também de balanços nacionais e de companhias estrangeiras que servirão como base de estudos para os interessados em pesquisar sobre normas contábeis. Obrigado.

Nelson Mitimasa Jinzenji – Coordenador: Dando continuidade, passamos à apresentação da Dra. Maria Helena Petterson, sócia da Área de Auditoria da Ernst & Young de São Paulo.

Maria Helena Petterson – Ernst & Young de São Paulo: É realmente um desafio abordar um assunto tão controverso e tão complexo como este. Confesso para vocês que só aceitei o convite para estar aqui em razão de o meu colega Wagner estar no mesmo painel porque ele é uma das maiores autoridades no assunto, profundo conhecedor desse tema, e consegui, de forma brilhante, fazer um resumo de tudo o que existe de importante no histórico da evolução desse tema. Então, eu vou tentar falar aqui um pouco da experiência de como colocar em prática essas regras que existem, que estão aí, e que, como o Wagner colocou, são bastante complexas e controversas.

Para situar o contador nessa execução prática, temos o fato de que a norma contábil está para o contador como uma planta de uma casa ou de um edifício está para quem vai construir a casa. Então, precisamos de uma boa planta e, quanto mais detalhada ela for, mais fácil será o trabalho da sua execução. Ainda assim, na execução, vamos precisar de mão-de-obra, de matéria-prima, ferramentas e vamos contar com as intempéries da meteorologia durante o processo. Diversos imprevistos vão ocorrer durante a execução e, sempre que tivermos dúvidas, vamos voltar lá e recorrer à planta e ao arquiteto durante o trabalho de construção. A ferramenta do contador são os sistemas. Nós quase não conseguimos fazer nada hoje em dia sem sistemas e sem computadores. Então, todos nós que lidamos com essa área sabemos o quanto é difícil extrair informações e fazer com que essas informações estejam disponíveis nos prazos requeridos, de forma consistente e com a qualidade necessária.

Vou falar um pouco aqui da evolução desse tema, sempre fazendo uma conexão com as regras citadas pelo Wagner na primeira parte deste painel. O tema "Valor Justo" tem várias definições dentro das regras e que, nem sempre, são consistentes entre si. Em diversas palestras e seminários dos quais participo, tem causado certo impacto falar não do que é o *Fair Value*, mas do que não é. Então, quero começar colocando o que ele não é. O tema vai despertar um

senso de justiça e de precisão que ele realmente não representa na prática. Na prática, o *Fair Value* não é o valor preciso, nem o valor exato de um ativo, de um passivo ou de um fluxo de caixa. Sabendo que ele não é um valor preciso, um valor exato, e tendo todas aquelas definições e abordagens que o Wagner aqui colocou, nós vamos para o mundo prático tentar estimar o *Fair Value* e fazer as devidas contabilizações e, principalmente, as evidenciações nas demonstrações financeiras.

Há alguns riscos associados ao uso do *Fair Value*, como bem colocou aqui o Wagner. O risco principal, como ele envolve muito julgamento e muitas estimativas, é que as demonstrações contábeis acabem se desvinculando da realidade econômica, principalmente se ficar provado que aquelas estimativas e premissas não foram as adotadas na condução dos negócios, se a realidade diferir daquela estimativa. Isso ocorre freqüentemente na vida real. Na vida real, é muito fácil colocar no papel, ou em uma planilha, ou em um modelo matemático, diversas projeções, estimativas, expectativas, do que será a realidade futura dos negócios. Na vida real, uma das coisas que o contador e o auditor sempre fazem é comparar o real com o previsto. É muito raro encontrar uma situação em que o real corresponde ao previsto. Geralmente, há inúmeras explicações porque o real foi diferente; é muito raro que ele seja igual ao previsto. Esse é o grande risco que estamos colocando aqui como um risco prático da utilização do Valor Justo nas demonstrações financeiras.

Nessa complexidade prática, há uma dualidade entre mensurar e estimar. Estamos usando o termo "mensurar" com muita freqüência. Mensurar dá uma noção de exatidão. Quando eu meço algo, tenho uma precisão de régua na minha mensuração. Isso não é exatamente o que ocorre com o Valor Justo. Ele se aproxima muito mais de uma estimativa, de uma previsão, de uma projeção do que de uma mensuração.

Quais são os principais desafios da implementação do *Fair Value*? Vamos falar do desafio e da implementação do *Fair Value* voltando para a nossa vida prática, e fazer demonstrações financeiras mais confiáveis, melhores e mais úteis do que as que hoje fazemos. O grande desafio está em desenvolver estimativas confiáveis. Para tanto, é necessário um grande conhecimento do negócio, do mercado e do que aquela faz quando ela opera, ou seja, quem são os clientes, quem são os consumidores e como aquele mercado se comporta globalmente. Isso exige um grande conhecimento, não só daquelas regras que o Wagner colocou, mas também do mundo dos negócios e de modelos econômicos de projeções.

Há uma pergunta muito importante: quem desenvolve essas estimativas de Valor Justo na organização? Se fizermos algumas perguntas sobre expectativas, projeções e comportamento de mercados, para diferentes pessoas em uma empresa, vamos receber diferentes respostas. Para cada pessoa que perguntarmos, vamos receber uma resposta: o diretor Comercial tem geralmente uma visão do mercado extremamente otimista; o diretor de Produção tem outra visão; o diretor Financeiro tem uma visão diferente; se falarmos com o presidente, ele tem outra visão; e, muitas vezes, se falarmos com o Conselho de Administração, também há outra visão. Então, essa pergunta é extremamente importante para sabermos, na prática, quem é responsável e quem desenvolve as estimativas.

Eu até coloquei em vermelho para não me esquecer de comentar a questão da documentação. No nosso dia-a-dia de contadores, não temos o hábito de documentar os nossos julgamentos. Contabilizamos, fazemos os lançamentos contábeis e vamos fazer o que está adiante na nossa lista de tarefas. A questão da documentação na aplicação prática do Valor Justo é crucial, muito crítica, porque terá que ser feita uma nova mensuração e uma nova estimativa em uma data futura, e terá que ser feita pela avaliação das expectativas, das estimativas, das projeções. Se não tivermos uma documentação muito ampla de todas aquelas considerações e de todo o julgamento que foi feito na elaboração daquela estimativa, não teremos um ponto de partida adequado para dar continuidade e, conseqüentemente, vamos afetar a consistência das demonstrações. Não preciso falar como a consistência é importante para as demonstrações contábeis.

Com relação à utilização das demonstrações contábeis, há que se entender uma mudança que ocorre quando se utiliza o Valor Justo porque não estaremos mais olhando para o resultado da empresa e vendo exatamente o desempenho operacional da empresa. Podemos estar vendo o desempenho teórico, ou seja, aquelas premissas e estimativas que foram feitas no ano passado não se materializaram; elas foram revisadas e geraram um resultado que estará refletido no resultado das operações da empresa, não como um resultado efetivo da operação, mas o resultado da não-ocorrência prática e efetiva daquelas projeções, ou de algo diferente daquilo que foi projetado. Havia uma estimativa que era muito importante naquela avaliação e, por uma decisão de negócios da administração, ou por conta de uma mudança no mercado, ou por qualquer outra razão, essa estimativa não foi aproveitada. Aquela mudança vai gerar um efeito no resultado da empresa, não decorrente exatamente das operações, mas dessas mudanças nas premissas. Então, sem um entendimento amplo dessas premissas do negócio, e que são completamente diferentes de uma empresa para outra, ainda que estejam no mesmo segmento, fica muito difícil analisar o resultado das empresas se passarmos a utilizar esse modelo de forma ampla.

Uma pergunta que se faz muito no meio contábil é com relação à realidade do mundo dos negócios e se aquilo que foi projetado vai corresponder à realidade ou não. Os mercados são muito dinâmicos e, dificilmente, na prática, as estimativas e as projeções se materializam da forma como foram colocadas porque existem inúmeras variáveis. Ainda que o dólar se comporte conforme foi projetado, por exemplo, podemos ter uma variação no custo de uma *commodity* de uma matéria-prima que não havia sido projetada. Podemos ter uma variação do custo de mão-de-obra também não projetado. Enfim, são inúmeras premissas e, geralmente, uma ou outra pode se comportar de forma diferente e fazer com que a realidade não seja aquela que foi projetada, que aquela expectativa não seja efetiva e não se materialize. Então, a questão muito debatida é se realmente essa medida é a melhor maneira de mostrar para o usuário das demonstrações contábeis a posição da companhia.

Há a grande questão de quando utilizar o Valor Justo, que o Wagner também colocou aqui. Com base nas regras, há diversas situações em que se utiliza o Valor Justo e vou citar as três principais:

Mensuração no reconhecimento inicial. Mensuração recorrente, depois de aplicada uma vez, em todos os meses, trimestres ou em encerramento do exercício.

Remensuração em determinadas situações pontuais, quando pode tornar-se necessário fazer uma nova avaliação, em função, por exemplo, de uma perda de substância econômica de ativos. Esse é um dos novos pronunciamentos em vigor agora nas nossas Normas Brasileiras de Contabilidade.

Vamos falar um pouco mais da mensuração no reconhecimento inicial, embora os demais itens também sejam de extrema relevância para se preparar as demonstrações financeiras.

Com relação às possíveis bases para mensuração do Valor Justo no reconhecimento inicial, na vida prática, a primeira coisa que o contador precisa é ler a planta. Então, localizamos a regra. Por exemplo, na compra de uma empresa, vamos fazer o reconhecimento inicial do acervo de bens dessa empresa que foi adquirida. Há algumas bases para o reconhecimento inicial:

a) Custo Histórico: ativos são reconhecidos pelo valor pago e passivos pelo valor das obrigações contraídas na data em que a transação ocorre;

b) Custo Corrente: é o custos de reposição ou o custo de substituir um ativo por outro idêntico (com a mesma capacidade produtiva ou potencial de serviço). No caso de um passivo, seria o valor justo que a entidade teria recebido se a obrigação tivesse sido contraída naquela data;

c) Valor Líquido de realização de um Ativo: o preço de venda no curso normal dos negócios menos os custos necessários para a venda. A definição equivalente para um passivo não está definida nas normas internacionais, mas seria o valor estimado que a entidade incorreria para liquidar a obrigação;

d) Valor em uso de um Ativo: o valor presente dos fluxos de caixa futuro que seriam obtidos pelo uso do ativo, incluindo o valor residual de venda ao final da vida útil econômica do bem;

e) Valor Justo: o valor pelo qual um ativo pode ser trocado ou passivo pode ser liquidado entre partes independentes e conhecedoras do mercado;

f) Custo de Oportunidade (*Deprival Value*): valor da perda que a entidade teria caso ficasse desprovida do ativo.

Então, somente para o item de reconhecimento inicial, teríamos que lidar com todas essas alternativas, dependendo do ativo que estamos falando. Para um estoque é uma coisa; para um Plano de Pensão é outra; para os ativos fixos imobilizados é outra. Então, essa é a complexidade na aplicação prática porque para cada tipo de bem integrante daquele acervo teremos que ir às regras e localizar qual é a medida aplicável àquele ativo em especial e àquele passivo também.

Uma vez identificada qual vai ser a medida de mensuração, entramos na questão das técnicas e dos métodos de avaliação. Os métodos são cada vez mais de mais elevada complexidade. Estamos falando aqui, por exemplo, de fluxo de caixa descontado, que é uma coisa relativamente simples e que entendemos com facilidade; começamos a falar de alguns modelos estatísticos de comportamento de determinados instrumentos;

começamos a ouvir no mercado o chamado "fluxo de caixa dinâmico"; também começamos a ouvir que é crescente o uso de *real options*, ou seja, outras técnicas de avaliação de opções. Então, o contador precisa saber de onde essa estimativa está vindo, de onde está vindo essa mensuração antes de fazer seu registro contábil, antes de escrever as Notas Explicativas, dizendo qual foi o critério, quais foram as bases de avaliação. São modelos extremamente complexos, ferramentas bastante sofisticadas e, geralmente, as empresas contratam especialistas externos, estatísticos, para desenvolver esses modelos. Geralmente, eles são personalizados e adaptados a cada circunstância e a cada peculiaridade do bem, do ativo ou do passivo que se esteja tentando avaliar.

O fato de a empresa contratar um especialista também é uma coisa interessante de se comentar para o contador porque, por maior e mais renomado que seja esse especialista, quem é o responsável pela contabilidade da empresa? Quem é responsável pela demonstração contábil e balanço da empresa? Seguramente, aquele especialista vai desenvolver o modelo, discutir todas as premissas, entregar um relatório, e o contador vai fazer a contabilização, as divulgações e os devidos registros e manter o devido controle sobre isso. Então, ainda que o especialista seja contratado, a responsabilidade permanece com o contador pela qualidade e pelo registro contábil que se estiver fazendo relativamente a esse tema. É importante destacar também que esses modelos costumam conter uma enorme subjetividade. Da mesma forma que falamos que, se perguntarmos a diferentes pessoas na empresa, teremos diferentes respostas, é muito comum se contratarem diferentes especialistas e chegarem a diferentes conclusões sobre o mesmo item. Essa é uma complexidade com a qual o contador profissional vai lidar no mundo prático, que é, no mínimo, ter conhecimento suficiente para dialogar com esses especialistas que estão preparando esses modelos e, ainda, ter a capacidade de questionar até ficar satisfeito e confortável de que aquele lançamento contábil que ele está fazendo está embasado e, naturalmente, fazer a documentação das suas conclusões e julgamentos, conforme já mencionamos.

A questão do mercado já foi extremamente explorada aqui pelo Wagner. Existem as informações do mercado e, se existissem informações de mercado para tudo, o problema seria bem menor porque teríamos um nível de subjetividade reduzido e, muito provavelmente, a informação do Valor Justo seria obtida muito mais facilmente. Por exemplo, no caso do mercado de Letras do Tesouro Nacional, é facílimo obter a avaliação diária desse item. Mas, quando vamos fazer a mensuração do Valor Justo de uma determinada planta industrial cujo produto não está tendo uma boa aceitação no mercado, e que tem que ser avaliada pelo Valor Justo do fluxo de caixa futuro gerado por aquele produto produzido por aquela planta, não vamos encontrar um mercado ativo líquido para aquela planta industrial. Muito provavelmente ela é única; foi construída dentro de determinadas necessidades e características; não vamos encontrar um parâmetro adequado de mercado. Então, a grande dificuldade é que, quando não há mercado – e nós sabemos que não há mercado para todos os itens do balanço – é que aparece toda essa complexidade que aqui colocamos. Então, no mundo real, não são todos os ativos e passivos que são vendidos e trocados de forma ativa, como uma Letra do Tesouro Nacional, por exemplo.

A questão da eficiência do mercado também já foi mencionada aqui. Em determinados momentos em que há alguma depressão no mercado – temos ouvido falar com grande freqüência da questão do mercado de capitais –, há um momento de falta de liquidez nesse mercado. Então, aquele mercado está imperfeito e temos que avaliar se aquela situação é permanente ou temporária antes de usar os dados daquele mercado, naquele momento, para fazer as projeções de longo prazo. Um exemplo é a questão do preço do combustível, que teve uma subida muito importante, mas teve um decréscimo nos últimos meses, e precisamos projetar o nível de preços dos combustíveis para os próximos 10 anos. Que nível de preços vamos utilizar? O dos últimos 60 dias? Uma média dos últimos seis meses, doze meses? Ou alguma outra estimativa feita por alguma outra fonte? E qual é a confiabilidade dessa fonte e dessa estimativa? Então, essa é toda a complexidade da eficiência de mercado, e isso afeta o dia-a-dia na hora de se elaborar uma dessas estimativas.

Em relação aos conceitos, como o Wagner colocou de forma até muito mais detalhada, eles estão nas normas internacionais e estão distribuídos pelas diversas normas que foram escritas em momentos diferentes e não são exatamente consistentes em todas as normas. O *Discussion Paper* do Iasb teve o objetivo de tentar criar um único documento, uma única norma para tentar harmonizar e até mesmo unificar esses conceitos. Ao fazer isso, utilizou a regra americana do SFAS 157. Só para dar uma idéia da complexidade desse tema, o mercado que possui o conjunto de princípios contábeis mais avançados do mundo, só no final de 2006 é que conseguiu colocar uma regra para a mensuração do Valor Justo para alguns itens, e essa regra não é tão abrangente. Então, no mercado mais avançado, há atualmente essa grande controvérsia. Essa dificuldade que estamos falando aqui não é uma dificuldade desse momento ou desse país, é uma questão crucial para a Contabilidade no mundo. Acrescenta-se a isso o fato de que, agora, na nova Lei Contábil Brasileira, temos a obrigatoriedade de fazer determinadas avaliações com o uso do Valor Justo, e isso está em vigor, inclusive, para 2008, para o nosso fechamento deste ano.

Ainda falando de implementação prática, quais seriam as principais barreiras ao uso do Valor Justo no Brasil?

Há muita dificuldade de entendimento do conceito pelo mercado brasileiro porque nosso mercado não está tão maduro e não discutiu o tema com tanta abrangência, como o mercado americano ou a Comunidade Européia, onde esse tema foi discutido exaustivamente. Além disso, esse conceito já estava em vigor nas normas internacionais há mais tempo. NO USGAAP e mesmo antes do SFAS 157, já existiam outros pronunciamentos, de forma que o conceito sofreu um processo evolutivo. Estamos recebendo isso como se recebe um prato pronto. Então, temos que entender essa evolução do tema. Portanto, o grande desafio para a nossa profissão e para o País neste momento é nos aprofundarmos e entendermos esse histórico e como isso afeta o nosso mercado.

Outra dificuldade importante é que os profissionais dificilmente têm condições de participar das discussões públicas, quando elas ocorrem nos fóruns adequados, para colocar as posições das empresas, as nossas opiniões, e participar no processo de construção das normas

contábeis brasileiras. Então, essa participação é muito importante e é onde há um ganho de aprendizado muito grande dos profissionais.

No Brasil, também, temos um mercado de capitais que é muito jovem. É um mercado que se desenvolveu nos últimos anos, mas que ainda é pequeno, se comparado aos mercados internacionais. Então, a quantidade de dados de mercado disponíveis é menor porque não temos um mercado tão amplo quanto os mercados internacionais. Existem determinados tipos de derivativos e de instrumentos que não estão disponíveis no mercado brasileiro, e as empresas vão a outros mercados internacionais para contratar esses instrumentos.

Há ainda outros itens para reflexão na adoção do Valor Justo. Temos que entender que o tema não é uma unanimidade na profissão fora do País. Então, é muito importante que se entenda toda essa controvérsia que existe, dentro e fora das regras, para que possamos contribuir para eliminar isso. Isso terá que ter uma solução em algum momento.

Temos que avaliar um pouco a questão do custo/benefício para a sociedade. Devemos lembrar que uma norma, por melhor que seja, ou por mais rica que seja, não vai eliminar o julgamento e a complexidade das estimativas do Valor Justo. Então, o contador deve ter um mínimo de conhecimento de negócios e metodológico e de modelos e avaliações de negócios os quais vai precisar resgatar. Ele terá que aprender a lidar com isso, como uma norma perfeita, ou com as normas existentes.

Há ainda a questão da mudança de paradigma. Estamos recebendo o prato pronto e não estamos tendo o tempo necessário para a preparação para essa mudança. É uma mudança importante em diversos aspectos e temos muito pouco tempo para nos prepararmos para isso, especialmente, na questão da ampliação do nível de divulgação que é requerido. Por exemplo, atualmente, no caso de uma divulgação da contabilização da perda de substância econômica de um bem, com base nos pronunciamentos que já estão em vigor aqui no Brasil, isso vai requerer um nível muito maior de divulgação e de informação a respeito das mensurações que foram feitas. Esse é um outro desafio também para o contador. Ele tem que preparar Notas Explicativas a fim de dar aos órgãos da informação contábil elementos suficientes para que eles possam entender aquilo que está dentro da empresa, tanto quanto o contador que está de posse de todos os detalhes das informações que foram usadas na preparação daquela informação. Esse é um grande desafio também para reflexão sobre esse tema.

Como o Wagner colocou, há algumas normas internacionais que citam o uso do Valor Justo de formas diferentes. Eu coloquei aqui umas quatro em que há controvérsias em relação à forma de se mensurar.

O que seria o valor realizável líquido? Em algum momento da regra, se fala em Valor Justo e em Valor Realizável Líquido. São coisas bem diferentes. O que seria o valor de realização para uma empresa. É muito comum a empresa fazer a chamada "queima de estoque", ou seja, dar determinados descontos e conseguir liquidar aquele estoque. Isso seria a mesma coisa que o Valor Justo daquele estoque? Não seria. Então, essa é uma das complexidades que vamos enfrentar, na prática, se tivermos

que avaliar um estoque cujo valor de realização esteja diferente do custo. Vamos buscar a redação da norma e, possivelmente, encontraremos alguma dificuldade conceitual na aplicação prática dessa norma.

Em relação a reconhecimento de receita, a IAS 18 é uma norma conhecida nossa que tem correspondência nas Normas Brasileiras de Contabilidade. A grande dificuldade é prática. A norma é relativamente clara no que diz respeito à questão do valor do dinheiro no tempo. Então, ela também fala que a receita deve ser reconhecida pelo Valor Justo, mas quando se procura como fazer, na realidade, ela está falando de valor presente. É o valor hoje de um dinheiro que a companhia vai receber lá na frente, por ter vendido mercadorias ou serviços no longo prazo e por, em alguns casos, terem juros embutidos nesse valor da venda. Então, esses também são conceitos que, na hora de colocar em prática, causam grande dificuldade para o contador.

Na questão de benefícios a empregados, a IAS 19 também tem algumas inconsistências na descrição. Nesse caso, estamos falando de um benefício pós-aposentadoria. Então, o Valor Justo dos ativos do plano é estimado, descontados os fluxos de caixas futuros esperados, usando uma taxa de desconto que reflita não só o risco dos ativos do plano e a materialidade ou a data de eliminação esperada desses ativos. Então, ele dá uma definição de como esses ativos devem ser avaliados, que não é exatamente a definição de Valor Justo de ativos que está contida em outras regras.

No caso da contabilização de subsídios – IAS 20 –, os subsídios do Governo, incluindo subsídios não monetários, devem ser reconhecidos com base no Valor Justo, após existir segurança de que a empresa cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão efetivamente recebidos. Também estão nessa norma específica sobre subsídios os critérios a serem seguidos para a avaliação desse Valor Justo.

Em algumas normas existem as regras, mas em outras as regras não estão claras e temos que voltar à base conceitual ou a outras regras para identificarmos o que fazer naquela circunstância.

Uma questão importante também a ser colocada é qual a visão do mercado. O mercado de que falamos aqui são os usuários da informação contábil. É muito comentada pelos usuários a questão da confiabilidade. Aqui eu estou destacando um artigo que foi publicado antes de a crise do *subprime* se tornar aguda. Naquele momento, a Revista "The Economist", que é uma publicação de altíssima credibilidade no mundo financeiro, publicou um artigo intitulado *Bearing it all* chamando a atenção para os perigos do uso dos modelos de marcação a mercado no contexto das dificuldades enfrentadas pelos fundos de investimentos (*hedge funds*) com os investimentos chamados "*subprime mortgages*". No pico da crise do *subprime*, a revista já apontava a questão de como estavam sendo avaliados esses instrumentos financeiros no balanço dos bancos, principalmente. Então, a alegação é no sentido de que esse valor que estávamos chamando de "Valor Justo de Mercado" não era um valor de mercado e, sim, um valor de um modelo estatístico, e que nem sempre poderia ser tido como o mais adequado na circunstância de um mercado que estava se provando se tornar volátil e líquido.

É muito difícil encerrar essa discussão porque ela é complexa e não é fácil dar um desfecho rápido a esses assuntos que estamos colocando aqui, uma vez que, a utilização do Valor Justo ainda é uma questão em aberto para a ciência contábil. Esse é um desafio da ciência; é um desafio da nossa profissão. Podemos fazer parte desse desafio e não apenas ficarmos esperando que alguém resolva e nos diga o que fazer. Ainda que alguém resolva e nos diga o que fazer, na hora de colocar em prática, teremos que ter esse conhecimento e essa habilidade. Então, esse é um momento importante para a profissão e é um momento em que a participação poderá contribuir de forma decisiva para a evolução desse tema. É um tema muito relevante e a participação vai permitir quando a regra estiver pronta, que se saiba como colocá-la em prática. A idéia é que haja um momento de discussão prévia que nos permita ampliar o nível de conhecimento na hora da execução prática.

Para finalizar, o sucesso da expansão progressiva da utilização de mensurações do Valor Justo no mercado brasileiro dependerá de um adequado processo preparatório para permitir a criação das bases para o exercício do julgamento responsável. Estamos diante de uma verdadeira segunda revolução na Contabilidade e o contador precisa ir à caça das informações. É ir à luta, buscar a informação e, principalmente, ter o consenso dentro da organização de que aquela informação está referendada pelos órgãos da administração. O Wagner colocou aqui que essas políticas deveriam ser referendadas pelo Conselho de Administração antes de uma publicação e antes que o usuário da informação tenha acesso a ela. Ele vai saber que aquele é um produto da empresa e que ele está revisado e aprovado por todos os níveis daquela organização e, principalmente, pelas pessoas que tomam as decisões dos negócios que impactam no valor futuro da empresa. Muito obrigada.

Nelson Mitimasa Jinzenji – Coordenador: Encerramos este Painel agradecendo ao Wagner e à Maria Helena por suas apresentações e pela sua presença e retornamos a palavra ao mestre de cerimônias:

Mestre de cerimônias: Neste momento, o senhor coordenador, Nelson Jinzenji, fará a entrega dos certificados e de uma lembrança aos painelistas em agradecimento às suas contribuições nesse Congresso. Esta lembrança é uma peça confeccionada por presidiários de Mato Grosso com resíduos de madeira proveniente de áreas de manejo florestal, dentro dos conceitos de sustentabilidade. O uso de técnica de marchetaria sólida, que consiste na colagem de pequenos pedaços de madeira maciça, possibilita o aproveitamento dos resíduos. Surge, desta forma, uma nova vida e um novo formato da matéria-prima que seria descartada pelo homem.

Nós convidamos o conselheiro do CFC Luís Henrique Souza, para fazer a entrega do certificado e de uma lembrança ao coordenador, Nelson Mitimasa Jinzenji, em agradecimento à sua participação na coordenação deste Painel.

Em nome dos organizadores deste evento, agradecemos aos painelistas e ao coordenador dos trabalhos por sua participação neste Congresso. Lembramos a todos que, às 18h30min será proferido o Painel Magno, intitulado "Os Desafios da Convergência" no Auditório Érico Veríssimo. Muito obrigado.

AUDITÓRIO ÉRICO VERÍSSIMO

PAINEL MAGNO

OS DESAFIOS DA CONVERGÊNCIA

Mestre de cerimônias: Antes do início da Palestra Magna, vamos aproveitar a presença dos ilustres representantes das Delegações Internacionais para apresentar um evento promovido pela Associação Interamericana de Contabilidade (AIC). Para fazer, aqui no palco, a apresentação da III Cumbre de Contabilidad de Las Americas, que será realizado em Montevidéu, Uruguai, de 3 a 5 de dezembro de 2008, convido o senhor presidente do Colégio de Contadores, Economistas e Administradores do Uruguai, Alfredo Piñata.

Alfredo Piñata – Presidente do Colégio de Contadores, Economistas e Administradores do Uruguai: Senhoras e senhores, boa-tarde. Em primeiro lugar, quero agradecer às autoridades do Conselho Federal de Contabilidade por permitir-me dirigir-me aos senhores e aos colegas por sua atenção e gentileza em escutar-me. Na qualidade de presidente do Colégio de Contadores, Economistas e Administradores do Uruguai, estou aqui para convidá-los para a III Cúpula de Contabilidade das Américas. Como eu não falo bem o português, quero compartilhar com vocês a seguinte apresentação de vídeo:

"Em nome do Colégio de Contadores, Economistas e Administradores do Uruguai tenho o prazer de convidá-los para a III Cúpula de Contabilidade das Américas cujo *slogan* é 'Protagonismo do Contador nos Novos Desafios da Profissão'. A III Cúpula será realizada de 3 a 5 de dezembro na nossa capital, Montevidéu. A dita reunião é um evento organizado a cada dois anos pela Associação Interamericana de Contabilidade com a finalidade de contribuir com ações interinstitucionais que facilitem a encontrar os desafios e as mudanças que se produzem na profissão contábil, no atual mundo globalizado e dinâmico. Será uma instância para marcar uma pausa no trabalho profissional, para compartilhar assuntos atuais e participar do intercâmbio de opiniões e critérios que nos ocupam no trabalho cotidiano. Também será uma oportunidade para desfrutar das belezas naturais que o nosso país oferece. Na quarta-feira, 3 de dezembro, será a abertura da Cúpula com as palavras do senhor presidente da Associação Interamericana de Contabilidade, contador Agustín Lizardo. Em seguida, teremos o privilégio de ouvir uma referência mundial da nossa profissão, o contador Enrique Iglesias, ex-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento. No dia seguinte, espera-nos um intenso programa com assuntos que esperamos que satisfaçam as suas expectativas, envolvendo temas tributários, contábeis, de ouvidoria, do exercício profissional, etc., os quais são de real interesse e atualidade. Como encerramento, teremos uma Palestra Magna a ser proferida pelo reconhecido professor Jorge Pereda, da Espanha, so-

Esq. p/ dir. - Nelson Carvalho (Iasb), Agustín Lizardo (AIC), Maria Clara Cavalcante Bugarim (Presidente do CFC) e Fermín del Valle (Presidente da Ifac), Pedro Malan (IASCF).

bre 'Uma Linguagem Universal Rumo a uma Nova Ordem Contábil Globalizada'. Só nos resta reiterar a nossa convocatória, destacando que a participação de vocês é fundamental para a concretização deste projeto.

Em dezembro de 2008, o Uruguai será o ponto de encontro! Na América do Sul, entre o Brasil e a Argentina, encontra-se o Uruguai. Tem uma alta qualidade de vida e é considerado um dos países mais seguros do mundo. Nossa capital, Montevidéu, encontra-se a uma hora e meia de Porto Alegre, duas horas e vinte de São Paulo, duas horas e quarenta do Rio de Janeiro e meia hora de Buenos Aires, transformando-se, pela sua localização, em um centro estratégico regional. A inauguração das obras do novo aeroporto, prevista para dezembro de 2008, conta com uma tecnologia de última geração, o que o converterá em um dos mais modernos do mundo. O Uruguai é o centro anual de dezenas de congressos regionais e internacionais. A hospedagem em Montevidéu e Punta del Este cumprem com as exigências para uma estada onde se combina o trabalho e o entretenimento. A segurança, a tranqüilidade e a hospitalidade são oferecidas por uma população culta e com muito baixo índice de analfabetismo. Essas são algumas de suas características. Punta del Este, a 134 km da capital é o principal balneário da América, o que dá ao visitante a possibilidade de conviver com a natureza, visitando praias oceânicas e desfrutando de uma vida noturna que vai desde os cassinos a espetáculos internacionais. A cidade de Colônia do Sacramento, a oeste de Montevidéu, declarada Patrimônio Cultural da Humanidade, é outro exemplo onde o moderno se mistura com o passado. O Uruguai, país natural, é um paraíso ecológico onde o turista pode conviver com a natureza e com as exigências mais sofisticadas, em um território seguro como poucos no mundo.

Boa sorte. Sejam bem-vindos ao Uruguai. Aqui faço o convite. Muito obrigado.

Mestre de cerimônias: Senhoras e senhores, na seqüência de nossa programação, assistiremos agora ao Painel Magno, intitulado "Os Desafios da Convergência". Para presidir os trabalhos, convido a contadora e também administradora de empresas e Bacharel em Direito, Maria Clara Cavalcante Bugarim, presidente do Conselho Federal de Contabilidade.

Maria Clara Cavalcante Bugarim é Especialista em Administração de Recursos Humanos e em Auditoria. É Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo e Doutoranda em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina. A professora Maria Clara é também assessora pedagógica e professora da Universidade de Fortaleza, e exerceu os mais diversos cargos na administração pública de seu estado, Alagoas. Foi auditora-geral do Estado, técnica de Controle Externo do Tribunal de Contas e diretora Financeira do Instituto de Previdência do Estado de Alagoas, entre outros. Sempre voltada aos interesses da classe contábil brasileira, dirigiu, no seu estado, o Conselho Regional de Contabilidade. Foi presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade e, ao assumir o Conselho Federal de Contabilidade em 2006, no seu primeiro mandato, Maria Clara tornou-se a primeira mulher a presidir, no Brasil, a entidade maior da classe contábil em 60 anos de criação dos Conselhos. Atualmente, foi reconduzida, por unanimidade, para o seu segundo mandato.

Neste momento, convido ao palco os insignes palestrantes deste painel: o senhor Agustín Lizardo, presidente da Associação Interamericana de Contabilidade; o senhor Fermín del Valle, presidente do Comitê Internacional de Contadores; o professor Doutor Nelson Carvalho, presidente do Conselho Consultivo de Normas, do Conselho de Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros (Iasb); e o Doutor Pedro Malan, presidente do Conselho de Administração do Unibanco e curador do Comitê Internacional de Padrões Financeiros. No período de 1995 a 2002, exerceu o cargo de ministro da Fazenda do Brasil.

Para sua saudação à platéia e, em especial, aos palestrantes convidados deste Painel Magno, com a palavra, a senhora presidente da Mesa, contadora Maria Clara Bugarim.

Maria Clara Cavalcante Bugarim – Presidente do Conselho Federal de Contabilidade: Colegas contabilistas, para encerrar as atividades técnicas deste primeiro dia de muitos e profícuos trabalhos, tenho a satisfação de abrir este Painel Magno, que abordará o tema "Os desafios da Convergência". Este painel é de grande importância por dois bons motivos. Primeiro, pelo próprio tema que aborda. É um tema que tem suscitado muitos debates, com suas naturais concordâncias e divergências. Ora, entusiasmos e pressa, ora dúvidas e cautela. Prevalece, entretanto, um consenso em torno da necessidade em relação a todo o nosso processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, principalmente em relação à convergência interna. Acho que esse é o grande esforço que estamos cada vez mais estimulando aqui no Brasil. Não podemos nos esquecer jamais que, hoje, neste "velho mundo" que se reinventa agora como mundo plano é de pouca valia qualquer veleidade de enclausuramento.

O outro bom motivo, justificando a importância deste Painel, é que, para além do tema, temos a plêiade dos palestrantes, não apenas pela relevância das instituições que representam, mas, especialmente, pelo brilho próprio de suas invejáveis inteligências. Não discorreremos aqui sobre os méritos pessoais e currículos profissionais dos nossos ilustres palestrantes. Cada um deles, seja como técnico e cientista, ou como celebridade internacional, tem a medida exata da sua própria grandeza. O que vale ressaltar é a alvissareira expectativa deste auditório diante da constelação de astros que nos brindarão com suas luzes. Como coordenadora, tenho a honra de constatar que o espaço privilegiado deste palco concentra, por metro quadrado, um inestimável patrimônio de inteligência e um amplo conhecimento da Contabilidade que atualmente é aplicada no mundo. Como ouvintes atentos, colheremos agora muitos e importantes ensinamentos para nosso proveito profissional.

Não poderia também deixar de destacar a alegria, enquanto brasileiros, de termos dois ilustres representantes do nosso país integrando essa constelação. Esse é um fato que nos orgulha muito.

Sem mais delongas e com muita alegria, concedo a palavra ao Dr. Agustín Lizardo, presidente da AIC.

Agustín Lizardo – Presidente da AIC: Muito obrigado. Realmente, não me sinto capaz de aceitar tantos elogios como "insigne" e "ilustre", mas muito obrigado. Não falo português, mas vou tentar me expressar o mais lentamente possível para que possam me compreender.

Caros colegas,

O maior desafio da convergência das Normas Contábeis, das Normas de Auditoria e do Código de Ética, do meu ponto de vista, está centrado no que fazer de cada associação profissional de cada país em nosso continente. Se os presidentes e presidentas de cada organização, juntamente com as diretorias de cada entidade, estiverem convencidos de que devemos promover mudanças com vistas à adoção e, não, à adaptação das Normas Contábeis e das Normas de Auditoria, bem como ter um Código de Ética padrão sempre que o dos nossos respectivos países não seja superior a esse padrão, então, teremos pela frente o maior desafio de nossa profissão.

Para tanto, vou me referir aos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, a nossa profissão é dirigida pelo Instituto de Contadores Públicos e o seu presidente, Balin Melankon, no dia 17 de junho, na cidade de Nova Iorque, na Universidade de Baruch, expôs que já estão prontos para fazer a convergência das Normas Internacionais de Informações Financeiras (IFRS), de maneira que, dentro de três a cinco anos, os Estados Unidos estejam com total convergência a essas normas. Menciono o exemplo dos Estados Unidos porque, como sabem, os Estados Unidos têm uma prática contábil que, além de antiga, é bem sólida pelos mercados de capitais que lá chegam. Eles já aceitaram fazer essa mudança no prazo de três a cinco anos.

O que acontece na América Latina? Eu não estou tão convencido de que muitos países na América Latina pensam exatamente como os Estados Unidos, apesar de reconhecer que, muitos de nós, na universidade, aprendemos as regras do USGAAP, ou os princípios americanos. Isso nos coloca um grande desafio para países como o Canadá, por exemplo, que também tem que adotar a convergência, desde o México até a Terra de Fogo. Entendo que todos nós temos que nos esforçar para dar esse salto.

O Comitê do Iasb também se pronunciou. O que disse Robert Hertz, da FASB, que é o diretor do Conselho de Normas Contábeis dos Estados Unidos? Em janeiro deste ano, ele disse que sua expectativa é de que, em um horizonte de não mais de cinco anos, os Estados Unidos tenham adotado as Normas Internacionais de Informação Financeira em sua totalidade. Creio que é mais que evidente que todos os países têm que se esforçar em fazer essa mudança também. Do contrário, estaremos expondo os nossos contadores públicos a ficarem defasados, uma vez que, nossas subsidiárias, muitas das nossas empresas internacionais, disponibilizam suas informações para a captação de novos capitais nas bolsas de valores.

O que fez o FASB como etapa de transição? Ontem à noite, eu dizia que muitos alegaram que as Normas Internacionais de Informações Financeiras, comparadas com o USGAAP, eram mais completas e condensadas. Como uma etapa de transição para as Normas Internacionais de Contabilidade, Robert Hertz declarou que, até janeiro de 2009, o FASB vai reduzir e condensar todas as normas que estão dispersas nos Estados Unidos em uma só codificação, com um texto parecido ao texto das Normas Internacionais de Informações Financeiras. Este será um primeiro passo para identificar as grandes diferenças que possam existir e chegar à convergência muito mais rapidamente. Não devemos nos esquecer de que as Normas Internacionais de Con-

tabilidade, como eram chamadas antes, quando eram editadas pelo Iasc, que era um Comitê da Ifac, muitas delas basearam-se nos princípios americanos. Por isso, Robert Hertz disse: "Vamos dar o salto primeiro e tentar ordenar todos esses princípios e condensá-los, resumi-los em um texto único para que possamos ver as principais diferenças em relação às normas internacionais. Se chegarmos a um consenso, estaremos em condições de adotar todas as Normas Internacionais de Informações Financeiras". Estou falando dos Estados Unidos.

O que mais disse o FASB, que é a organização que, atualmente, emite as normas contábeis nos Estados Unidos? Eles acham que dentro de cinco anos o FASB não vai mais existir, ou então, será um organismo de apoio ao Iasb, como elemento fundamental para fortalecer uma regra contábil única no mundo. Não podemos nos esquecer de que no México há uma legislação contábil, outra nos Estados Unidos, outra diferente no Canadá, na Inglaterra, no Brasil, na República Dominicana, e o objetivo é que todos nós façamos nossas transações econômicas de acordo com uma só regra contábil universal.

Nosso desafio é começar a nos preparar para essa mudança, entendendo que nossos profissionais e nossas entidades educacionais e associativas têm que dar os primeiros passos para que essas coisas aconteçam para evitarmos frustrações futuras, problemas de exercício profissional e para que possamos ser considerados profissionais de vanguarda. Muito obrigado.

Maria Clara Cavalcante Bugarim – Presidente do Conselho Federal de Contabilidade: Com os agradecimentos ao Doutor Agustín Lizardo, passamos imediatamente a palavra ao Doutor Fermín del Valle, presidente da Ifac.

Fermín del Valle – Presidente da Ifac: Muito obrigado. Boa-tarde. Em primeiro lugar, quero agradecer o convite para participar deste 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade e poder, desta maneira, estar em contato com vocês. Como presidente da Federação Internacional de Contadores, e em nome de sua Diretoria, gostaria de transmitir-lhes nossas saudações pela organização deste magnífico evento. É um evento único no mundo. Quero expressar todo o meu respeito e admiração que tenho pela profissão contábil brasileira. Estou convencido de que todos vocês têm muito a ver com o desenvolvimento deste País e a extraordinária transformação que o Brasil está vivenciando. Quero agradecer, em particular, à presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Maria Clara Cavalcante Bugarim, não somente pelo convite, mas também pelo decisivo apoio à Ifac e às suas atividades, especialmente neste momento em que me cabe a responsabilidade de liderar essa organização.
O Conselho Federal de Contabilidade é um dos organismos profissionais mais importantes da América Latina e do mundo. A participação do Brasil na Ifac, nos últimos anos, foi muito importante e muito positiva. Quero destacar o trabalho de Guy Almeida Andrade, primeiro, como membro da Diretoria e, mais recentemente, como integrante do Comitê de Nomeações. Também, destaco o trabalho, desde o início do ano, de Luiz Carlos Vaini, na Diretoria da Ifac. Também quero expressar meu reconhecimento pelo trabalho de Ricardo Lodi no Comitê de Pequenas e Médias Práticas Profissionais. Finalmente, quero manifestar também meu reconhecimento ao Presidente do Ibracon, Francisco Papel-

lás Filho, e, por seu intermédio, agradecer também a essa organização o apoio à Ifac, além de destacar seu trabalho no Brasil, em colaboração com o Conselho Federal de Contabilidade.

O lema deste Congresso "Contabilidade: ciência ao serviço do desenvolvimento" é plenamente compartilhado pela Ifac. A Ifac considera a profissão contábil e todos os contadores profissionais como agentes efetivos do desenvolvimento nas respectivas sociedades. Os contadores profissionais contribuem realmente para a eficiente alocação e gestão dos recursos, tanto no setor privado como no público. E também contribuem para a adequada operação dos mercados financeiros e de capitais e, por meio destes, para a produção de bens e serviços. É muito importante levar em conta, ter presente que o objetivo final é gerar riqueza e fazer com que esse incremento da riqueza chegue às pessoas e se converta em desenvolvimento integral e sustentável. Para tanto, entre outras coisas, necessitamos de uma boa gestão, tanto no âmbito público como no privado, e de mercados financeiros e de capitais que funcionem eficientemente e promovem e facilitem os investimentos.

Para alcançarmos tudo isso, é essencial contarmos com boa informação. Por isso, o tema proposto para este painel – "Os Desafios de Convergência" – é também um tema de central interesse para a Ifac e está diretamente relacionado com a questão do desenvolvimento. Na Ifac, estamos convencidos de que a convergência contribuirá significativamente para a credibilidade da nossa profissão.

Todos sabemos que a convergência apresenta desafios, mas os desafios são para ser superados. No Brasil, vocês sabem muito bem disso e o fazem muito bem. O primeiro desafio é o cultural: passar de uma situação de manejo puramente local das normas para outra situação em que se decide aceitar o consenso internacional. Creio que o Brasil está superando muito bem essa primeira barreira da convergência. Nesse sentido, é fundamental levar em conta que a decisão de convergir, para que seja sustentável, deve vir acompanhada da firme decisão de participar do processo de adoção das normas internacionais. O segundo, e não menos importante desafio, é a efetiva implementação dessas normas. Não basta adotar essas normas, pois o importante é que elas sejam aplicadas. Para tanto, em primeiro lugar, devemos contar com traduções oportunas e capacitação de todos os que devem aplicar essas normas, bem como os que devem usar o produto de aplicação dessas normas. O terceiro desafio é a continuidade. Não se converge uma só vez e para sempre. A convergência implica seguir os ritmos das mudanças que possam vir a ter as normas internacionais adotadas.
Com grande satisfação, quero expressar-lhes o meu reconhecimento pela forma como o Brasil está enfrentando e superando esses desafios. Também quero dizer-lhes que não tenho a menor dúvida que o rumo tomado pelo Brasil em relação a esta matéria está correto. Os senhores começarão a ver, muito em breve, os benefícios desta decisão de convergir às normas internacionais.

No início do ano passado, tive a oportunidade de tomar conhecimento da criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ação que considero chave para assegurar a homogeneidade normativa interna. Entendo que, no final do ano passado, esse Comitê foi explicitamente reconhecido na Lei nº 11.638 e creio que este é um fato transcendente e mui-

to positivo. Também foi muito positiva a criação, no Brasil, do Comitê Gestor da Convergência, para trabalhar, não apenas na convergência de normas contábeis para o setor privado, mas também nas normas de auditoria, contabilidade pública e assuntos regulatórios.

Se me permitirem, eu gostaria de ressaltar cinco questões que considero chaves para este processo em que o Brasil está transitando com muito êxito. Em primeiro lugar, quero me referir às Normas Internacionais de Auditoria. Como sabem, a Junta Emissora de Normas Internacionais de Auditoria, que atua sob o auspício da Ifac, em dezembro deste ano, concluirá o "Projeto Qualidade", com as 35 Normas de Auditoria, todas redigidas segundo as novas convenções, estando algumas delas já com seu conteúdo revisado, e entrarão em vigência a partir de 15 de dezembro de 2009. Quero incentivá-los para que continuem trabalhando para a adoção plena das Normas Internacionais de Auditoria a partir dessa data. A plena adoção das Normas Internacionais de Auditoria por parte do Brasil representará um impulso fundamental para o restante da região e também colaborará de maneira significativa para o processo de convergência global.

Em segundo lugar, quero lembrar-lhes que a adoção das Normas de Auditoria deve vir acompanhada da adoção de normas éticas que não sejam menos exigentes do que as da Ifac. Nesse sentido, permito-me recomendar-lhes fortemente a plena convergência com as regras de independência contidas no Código de Ética da Ifac. Como sabem, essas regras estão sendo revisadas e as modificações propostas serão aprovadas em abril do próximo ano.

Em terceiro lugar, no tocante às normas contábeis para o setor privado, creio que o Brasil deve considerar a adoção das Normas Internacionais de Informações Financeiras para Pequenas e Médias Empresas, que serão emitidas pelo Iasb no início do próximo ano. Esse novo nome que foi dado a estas normas já indica que elas foram desenhadas para as entidades que não são de interesse público. Isto permitirá que haja uma coerência entre as normas contábeis para as entidades de interesse público e as aplicáveis às demais entidades, o que é um aspecto particularmente importante para a melhor relação entre ambos os setores e também para facilitar o processo daquelas entidades que, em busca de um maior desenvolvimento, em algum momento de sua vida, decidem abrir-se ao público.

Em quarto lugar, quero ressaltar a importância de se trabalhar na convergência no que diz respeito às normas contábeis para o setor público. Sei que o Brasil já está fazendo isso e quero felicitá-los por isso. O Sistema de Informação Contábil do Setor Público é um elemento de vital importância para o desenvolvimento dos países. A clareza e a transparência das contas públicas é essencial para se realizar a necessária prestação de contas. A utilização das Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público ajudará a melhorar a informação sobre a destinação dos fundos públicos e sobre os compromissos do Governo de atender às necessidades dos cidadãos. A Ifac considera que é necessário que haja um progresso significativo no que se refere à persuasão dos governos, para que sejam transparentes na sua própria informação financeira, da mesma maneira que se exige essa mesma transparência ao setor privado.

18º
CONGRESSO
BRASILEIRO DE
CONTABILIDADE

Público - Painel Magno: os Desafios da Convergência.

Finalmente, quero chamar a atenção sobre um aspecto que a Ifac decidiu focar, por considerá-lo de importância para se alcançar alta qualidade da informação financeira. Embora seja um princípio globalmente aceitado de que o auditor deve ser um contador profissional, há pouquíssimos países no mundo em que existem regras claras relativas aos requisitos de competência daqueles que preparam as informações a serem auditadas. Na Ifac, consideramos muito importante que similar educação e requisitos éticos sejam exigidos, tanto do profissional que prepara a informação como aquele que a audita, já que ambas as atividades são igualmente importantes para se alcançar o objetivo de se produzirem informações de alta qualidade.

Para concluir, gostaria de felicitá-los, uma vez mais, pelo rumo que adotaram em relação à convergência e incentivá-los para continuarem trabalhando na mesma direção. Quero incentivá-los também para que assumam uma posição de liderança nessa matéria na região da América Latina. Na América Latina temos muitas oportunidades de melhoria, mas os recursos são escassos. Não podermos nos dar ao luxo de não trabalharmos coordenadamente. A colaboração entre os países da América Latina é essencial. Devemos alinhar objetivos e identificar projetos de interesse comum para que possamos encarar os desafios juntos e otimizarmos o uso de nossos escassos recursos. Para tanto, é fundamental o funcionamento adequado das organizações regionais. Nesse sentido, também considero que o Brasil é uma peça-chave nesse processo. Devemos aspirar que, em nossos países da América Latina, tenhamos um Sistema de Informações Contábeis e Financeiras de alto nível, comparável aos melhores do mundo. Não há razões para não o termos. Sei que o Brasil está fazendo todo o possível para isso.

Queridos amigos, é essencial que, como contadores profissionais, nos comprometamos a ser agentes efetivos do desenvolvimento nas sociedades em que vivemos. Desta maneira, poderemos avançar para nos aproximarmos cada vez mais da consecução de nosso objetivo primordial: fazer um aporte substancial para melhorar a qualidade de vida do mundo, contribuindo para o desenvolvimento integral dos povos. Esse é um compromisso significativo por meio do qual podemos contribuir para um processo de integração, para o equilíbrio social e para o bem comum. Muito obrigado.

Maria Clara Cavalcante Bugarim – Presidente do Conselho Federal de Contabilidade: Com os agradecimentos ao contador Fermín del Valle, presidente da Ifac, vou me permitir, mais uma vez, quebrar o protocolo. Já o fiz, no início, quando não li o vasto currículo dos nossos painelistas. Agora, também não poderia calar ao ouvir a brilhante exposição do Fermín, que muito nos motiva e nos emociona. Temos consciência plena do esforço que estamos fazendo, o Conselho Federal de Contabilidade e os Reguladores do Brasil, todos de mãos dadas, buscando efetivamente a convergência interna, buscando um caminho de harmonia no Brasil. Mas, ouvir isso do presidente da Ifac, neste Painel Magno, com este auditório lotado, é motivo de muita alegria. Muito obrigada, Doutor Fermín del Valle, em nome de todos os parceiros, observando aqui tantos lutadores deste processo, a cada palavra sua, vendo o brilho no olhar, vendo a satisfação deles, nós não poderíamos nos calar. Muito obrigado.

Agora, passamos a palavra ao nosso querido professor Nelson Carvalho.

Nelson Carvalho – Presidente do Conselho Consultivo de Normas do Iasb: Muito obrigado, presidente Maria Clara, pelo convite e pela honra de aqui estar. A formalidade da posição que eu ocupo no Iasb, até dezembro próximo, requer que eu registre explicitamente que quaisquer pontos de vista ou opiniões que eu emita são pessoais meus e não refletem necessariamente a opinião do Board.

Eu registro, dentro do tema do nosso Painel Magno – "Os Desafios da Convergência" – um inventário absolutamente exaustivo de questões que demandam que nos debrucemos e que analisemos com cuidado, carinho e competência, essa caminhada rumo à convergência. No entanto, há que se destacar três ou quatro desafios que me parecem fundamentais. Nós estamos frente a um grande risco e a uma enorme oportunidade. O primeiro deles é não cair na tentação de adaptar as IFRS. Aliás, isso já foi mencionado pelos que me antecederam neste Painel. Cumpre que adotemos as IFRS para que a linguagem de comunicação do nosso setor empresarial com o resto do mundo seja uma linguagem inteligível e uma comunicação de efetivo diálogo e, não, de um monólogo ininteligível.

O segundo grande desafio sobre o qual nós temos que nos debruçar e encontrar a solução brasileira para este problema, posto que o resto do mundo está buscando as suas soluções, respeitando os valores culturais e regionais, é o desafio da educação. A educação contábil pós-IFRS nunca mais será como ela foi na era pré-IFRS. Ensinar Contabilidade Internacional não começa ensinando-se Contabilidade, mercados financeiros, mercados futuros, derivativos, conceitos fundamentais, mas questionar a tradicional visão sobre controle ou sobre proteção, abandonar a imagem de uma demonstração contábil em uma visão do passado e abraçar o princípio de que a demonstração contábil é uma leitura prospectiva do futuro. Tudo isso leva a que nós estejamos sendo desafiados a repensar o modelo educacional. Eventualmente, isso não se fará em um prazo curto e, dependendo do grau de profundidade das mudanças que venhamos a identificar, talvez seja desafio para uma geração profissional.

Um terceiro conjunto de desafios que me ocorre registrar, e que é uma preocupação constante nos plenários onde eu sou chamado a debater essas questões, é que ensinar e aprender, migrar e convergir para a Contabilidade Internacional não é uma disciplina nem um exercício uniprofissional. Os nossos colegas economistas e, principalmente, os administradores de empresas, mas não apenas os especializados em finanças, e os operadores do Direito devem ser constantemente convidados, senão convocados, a percorrerem esse caminho ao nosso lado, posto que será impossível a Contabilidade evoluir rumo à convergência para as IFRS se essas outras atividades profissionais não estiverem nos ladeando, nos apoiando e complementando os nossos esforços. Eu queria, neste momento, registrar um pensamento que eu ouvi e que me calou fundo, de uma das pessoas do mais alto escalão da área de Relatórios Contábeis e Financeiros da maior empresa em capitalização de mercado do Brasil, a Petrobras. Essa pessoa, em um evento público, registrou um pensamento de que, com as IFRS, a Contabilidade deixa de ser dos contadores e passa a ser da empresa.

Isso nos leva ao próximo desafio que é uma cabal e fundamental mudança de atitude na maneira de pensar, passando a olhar prospectivamente, ao invés de olhar retrospectivamente. Os nossos colegas que exercem atividades no campo da especialização da Contabilidade Tributária continuarão sendo importantes, necessários e muito bem-vindos no mundo empresarial, mas nós deixaremos de ser percebidos pelos profissionais de outras áreas de conhecimento no mundo empresarial, como sendo aqueles profissionais cuja primeira e principal função é a matéria tributária. Não será mais apenas a matéria tributária, não será necessariamente a matéria tributária e esse desafio se impõe perante todos nós a partir deste momento.

A tarefa é extremamente árdua e requer uma conjugação de esforços das categorias profissionais de contabilistas e outras áreas de atuação profissional. Nesse sentido, eu queria me unir aos elogios absolutamente merecidos que Fermín del Valle fez às iniciativas brasileiras. Nesse particular, eu quero me unir a todos os congressistas, parabenizando a liderança da profissão contábil brasileira, personificada, de maneira brilhante, pela Maria Clara. Muito obrigado.

Maria Clara Cavalcante Bugarim – Presidente do Conselho Federal de Contabilidade: Muito obrigada, professor Nelson. Agora, passamos a palavra ao Doutor Pedro Malan.

Pedro Malan – Curador da Fundação IASCF: Boa-tarde. É uma enorme satisfação e uma honra estar com vocês aqui esta tarde. Eu aceitei sem nenhuma hesitação o convite que me fez a presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Maria Clara Cavalcante Bugarim, por meio da qual eu quero estender os meus melhores votos de sucesso e de congratulações por tudo o que foi dito que me antecederam. É difícil falar depois do Lizardo, do Firmín e do professor Nelson Carvalho sobre o processo que nos trouxe à situação atual. Eu quero falar sobre o que resta ainda por fazer, mas acho que temos como ponto de partida uma base sólida sobre a qual eu queria fazer alguns comentários.

Eu queria fazer uma breve observação sobre a situação mais geral antes de falar sobre os desafios da convergência, que não são nada triviais. Na parte mais geral desse processo em escala global, eu sempre fui a favor de procurar olhar as coisas para frente, com o farol alto, de preferência, com o farol da neblina, por conta da crise que estamos vivendo desde meados de 2007. Eu acho que essa convergência é da maior importância e é algo cada vez menos controvertido porque há uma clara percepção de que é de interesse da economia internacional e da economia brasileira, ou de qualquer economia, que nós caminhemos na direção de um conjunto básico de normas contábeis que seja de alta qualidade, transparente, que seja usado globalmente e que permita a investidores, auditores, acionistas correntes e futuros, e analistas, interpretar e comparar empresas de vários países diferente. Eu ouvi o Toffanello mencionar uma ilustração apenas de que só o Grupo Gerdau opera em 14 países e tem 100 empresas. É óbvio que é do interesse da Gerdau, dos seus acionistas e dos seus investidores ter um conjunto consolidado de demonstrações contábeis que seja comparável, compatível e analisável em conjunto com outras empresas que concorrem com a Gerdau ou com qualquer outra empresa no mundo. Eu acho que esse ponto já é crescentemente reconhe-

cido. Permitam-me apenas uma ilustração: depois de amanhã, no dia 27 próximo, a Security and Exchange Comission, americana, anunciou que estará promovendo uma audiência, uma sessão aberta, onde deverá propor um caminho, uma trajetória para o uso potencial por parte de emissores norte-americanos de demonstrações financeiras preparadas de acordo com o IFRS, tal como emitidas pelo Iasb. Como parte desse caminho, a Comissão também considerará se estar pronta para propor emendas às várias regras e formas que permitam um uso mais antecipado das IFRS por parte de um número limitado de emissores norte-americanos. Isso é o que nós estamos discutindo já há tempos no âmbito do Conselho de Curadores da IASCF. Na verdade, trata-se de uma estratégia, que hoje é fundamental, de aproximação do USGAAP com o IFRS, no sentido de uma eventual convergência na direção do IFRS que foi mencionado aqui anteriormente. Acho que não é um processo trivial. Eu costumo dizer que é preciso olhar com o farol alto, mas sabendo que o diabo está sempre nos detalhes e há muitos detalhes, porque essa empreitada não é simples. Mas, eu acho que estamos caminhando para a percepção da importância da convergência. Os exemplos são inúmeros. Por exemplo, em 2006, nós tivemos três trilhões de dólares de fusões e aquisições de empresas no mundo, metade envolvendo empresas que reportavam sob a forma do USGAAP e a outra metade envolvendo empresas que reportavam sob a forma do IFRS. Foi um esforço conjunto de compatibilização das regras do USGAAP e do IFRS, que permitiu a simplificação do processo e o maior entendimento dos problemas envolvidos em fusões, aquisições e consolidações de empresas, que estão sempre ocorrendo no mundo. Portanto, eu acho que não tem retorno nesse caminho de convergência na direção de um padrão global. Eu não quero minimizar as dificuldades envolvidas, principalmente, em um momento de crise. Mas, como ressaltou o Nelson Carvalho, foi em momentos de crise como este agora, por exemplo, em que apenas os 10 maiores bancos do mundo, ao longo dos últimos 12 meses, anunciaram perdas de 280 bilhões de dólares e o conjunto dos bancos teve perdas de 560 bilhões de dólares e uma capitalização de apenas 340 bilhões de dólares. Isso leva a questões que não são triviais, mas que, como o Nelson mostrou, não envolvem apenas economistas, mas também auditores, advogados, contadores, tributaristas, porque é de natureza do problema que nós estamos tendo que lidar; que seja necessário um esforço concentrado e padrões de capital regulatório, exigência de transparência em balanços. Havia algum tipo de normas contábeis que permitiam que fossem registradas certas classes de ativos fora do balanço das instituições desde que houvesse a presunção de que, não só o risco, como também a recompensa daquele tipo de ativos estavam sendo transferidos para terceiros. A experiência mostrou que não é bem o caso e vários desses veículos especiais fora do balanço estão sendo trazidos a um determinado valor. Eu vou dar apenas uma ilustração: no mês passado, um Equity Fund americano comprou por 6,7 bilhões de dólares ativos da Mary Lynch, de valor de face de 30,6 bilhões de dólares; com um deságio de quase 80% foram comprados os ativos de valor de face. Eu deixo aqui só a observação no ar de qual era a avaliação que a Mary Lynch fazia do *fair value* dos seus 30,6 bilhões de dólares, de valor nominal, dos ativos que vendeu com 80% de deságio menos de

um ano depois. Eu reconheço que esse é um tema que não é trivial, mas estará no centro das discussões.

Agora, eu quero chegar ao Brasil. Eu também sou um entusiasta da convergência e essa foi uma das razões pela qual eu aceitei esse desafio de servir no Conselho Curador da IASCF. Eu acho que nós no Brasil temos uma estrutura que, se bem usada, vai nos permitir avançar de maneira consistente e coerente na direção de enfrentar os desafios da convergência. Eu acho que méritos enormes merecem o Conselho Federal de Contabilidade por ter criado o Comitê de Procedimentos Contábeis, por meio de uma Resolução de outubro de 2005. Eu acho que as entidades que dele participam, junto com os órgãos reguladores que lá sentam como observadores, formam o núcleo e a base para um extraordinário processo de avanço se nós conseguirmos institucionalizar e estruturar um pouco mais esse mecanismo. Não vejo nenhuma razão pela qual não sejamos capazes de fazê-lo. Eu acho que a própria criação do Comitê Gestor da Convergência, dos próprios Pronunciamentos Contábeis já feitos e os que estão no Plano de Trabalho do CPC é algo que já é percebido. Eu sou um grande divulgador e defensor desse mecanismo no Brasil, que eu gostaria de ver reproduzido em outros países que também estão procurando enfrentar os desafios da convergência. Eu deposito grande confiança, não só pela estrutura. Eu acho que aprendi a admirar, ao longo dos anos, a competência, o profissionalismo e a dedicação, por exemplo, do professor Eliseu Martins, tão justamente homenageado na noite de ontem com a Medalha de Mérito Contábil e um extraordinário discurso. Eu gostaria de ter estado aqui presente para assistir. Aprendi a admirar o professor Nelson Carvalho que desempenha um papel extraordinário como presidente do Conselho Consultivo de Normas do Iasb e uma plêiade de auditores e contadores com quem trabalhei ao longo da minha vida. Eu tive muitas encarnações pretéritas na minha vida e aprendi a admirar a competência e o profissionalismo. Eu sempre digo que o Brasil, à diferença de muitos outros países que eu conheço, tem um núcleo duro de pessoas competentes, trabalhando nessa direção. Acho que essa é a base da minha moderada confiança de que nós seremos capazes de enfrentar os desafios da convergência. A razão é que nós não temos outra alternativa. É inexorável que o mundo caminha nessa direção e a percepção que temos do resto do mundo, o investimento no Brasil, o investimento de empresas brasileiras no resto do mundo, a sua leitura por parte do resto do mundo, será enormemente ampliada. O custo de capital e de captação de empresas brasileiras pode ser significativamente reduzido quando formos percebidos gradualmente como um país mais previsível, confiável e com padrões contábeis que são lidos, entendidos e interpretados de maneira comparada com outras empresas de outros países que também os adotem. Eu vejo enormes méritos nesse processo e acho que o Conselho Federal de Contabilidade, vocês aqui, os auditores brasileiros e os economistas também contribuem para esse processo como podem. É com base nisso que eu derivo a minha confiança no futuro.

Eu acho que este 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade se encontra em um momento extraordinariamente proveitoso. É um momento de crise, pressuposto, mas, como disse o Nelson, é também um momento de procurarmos avançar mais com base nos avanços que foram feitos até ao

momento. Acho que essa estrutura do CPC com órgãos reguladores será a base de um esforço que devemos procurar ampliar no futuro.

Vou concluir com um comentário sobre a importância de instituições. Por que alguns países deram mais certo do que outros? Além das ênfases tradicionais em investimento, acumulação de capital físico, acumulação de capital humano, educação, inclusive, educação contábil, investimento em infra-estrutura, abertura para o resto mundo na dimensão comercial e financeira, investimento direto, tecnologia, estabilidade macroeconômica, percepção da importância de barreiras ao investimento privado, tem um elemento fundamental, que são as instituições. Quando olho a nossa experiência e a experiência de outros países, entendo que instituições significam três conjuntos. O primeiro é o conjunto de organismos, entes, agências do Estado e a efetividade do seu funcionamento. Isso é parte integrante da institucionalidade de um país e a maneira pela qual ele é percebido por outros. Esse é o primeiro conjunto.

O segundo é um conjunto de regras do jogo, de procedimentos, de práticas que, de alguma maneira, devem estar consubstanciadas não só em leis, mas em normas e procedimentos. Se compartilhadas, configuram certa estabilidade, que também é um componente importante da percepção da institucionalidade e do funcionamento das instituições de um país.

E tem um terceiro, que é um conjunto de valores, de posturas, de atitudes, de definição mais ou menos compartilhada do que é e do que não é comportamento aceitável no âmbito do setor público, no âmbito do setor privado e nas interações entre o público e o privado. Eu olho o meu próprio país e outros países sempre olhando para esses três conjuntos. Eu acho que, ao longo dessas últimas décadas, já avançamos, mas ainda temos muito que avançar. Esse objetivo de convergir para padrões contábeis, infelizmente, às vezes é visto de maneira pequena, como sendo um trabalho só de registros contábeis, mas eu acho que é muito mais que isso. Eu acho que a maneira pela qual um país lida de maneira transparente com seus números, os números das suas empresas, os números do seu setor público, é parte integrante da percepção de um país que está caminhando para enfrentar os desafios da convergência, não apenas em normas contábeis, mas também de convergência para países de maior desenvolvimento em termos econômicos, sociais e político-institucionais. Como eu gostaria que nossos filhos e netos pudessem viver um dia em um país considerado maduro do ponto de vista político-institucional, e racional do ponto de vista do debate macroeconômico! Eu vejo esse esforço como parte integrante desse processo maior, mas, não menos importante, por causa disso.

Eu queria concluir agradecendo, mais uma vez, pelo convite e por esta oportunidade que me dão, e me congratulando com os organizadores pela extraordinária organização deste evento. Eu desejo, do fundo de coração, que este evento seja extraordinariamente bem-sucedido ao longo dos próximos dias e que nós possamos continuar trabalhando juntos ao longo dos próximos anos nesses objetivos que são comuns. Muito obrigado pela atenção e até a próxima.

Maria Clara Cavalcante Bugarim – Presidente do Conselho Federal de Contabilidade: Queremos agradecer ao Dr. Pedro Malan por sua brilhante exposição e dizer que nós já tínhamos a certeza do potencial de todos os nossos palestrantes e faço questão também de enaltecer a perfeita disciplina de todos. Eu concordo e corroboro, Doutor Pedro Malan, com a sua fala de que nós não temos a menor dúvida de que a Economia e a Contabilidade precisam andar de mãos dadas para o desenvolvimento do nosso País.

Ao encerrar este Painel Magno, neste momento de muita felicidade em que estamos tendo o privilégio de partilharmos com as estrelas de maior grandeza da Contabilidade do mundo aqui hoje no nosso País, eu gostaria de fazer-lhes um convite. Nós acabamos de receber uma ligação do Presidente Lula se comprometendo conosco que vai estar aqui, amanhã, às 16 horas. É muito importante que, no momento em que vamos ter o privilégio de recebermos o mandatário maior da nossa Pátria, que todos nós estejamos reunidos, mostrando a força e a importância dos contabilistas para o desenvolvimento do nosso País. Boa noite e muito obrigada.

Mestre de cerimônias: Senhoras e senhores, como já é tradição deste evento, neste momento, a senhora presidente do CFC fará a entrega do certificado e de uma lembrança aos palestrantes convidados, em agradecimento por suas importantes contribuições neste Congresso.

Inicialmente, convido a presidente Maria Clara a fazer a entrega do certificado e da singela lembrança deste evento ao senhor Agustín Lizardo.

A presidente Maria Clara fará agora esse gesto de gratidão ao senhor Fermín del Valle.

Receberá também o seu certificado e esta pequena lembrança o professor Doutor Nelson Carvalho.
Em reconhecimento e agradecimento por sua participação, a presidente Maria Clara entregará o certificado e esta lembrança ao Dr. Pedro Malan.

Convido, em seguida, o senhor vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CFC, contador José Martonio Alves Coelho, para fazer a entrega do certificado e desta singela lembrança à presidente Maria Clara Cavalcante Bugarim.

Na seqüência de nossa programação, convido a senhora presidente do CFC e também os palestrantes convidados a retomarem seus lugares na platéia para que possamos, imediatamente, dar início à Solenidade de Lançamento das Candidaturas dos Estados que almejam sediar o 19.º Congresso Brasileiro de Contabilidade.

LANÇAMENTO DAS CANDIDATURAS DOS ESTADOS PARA SEDIAR O 19º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE

Mestre de cerimônias: Teremos agora a solenidade que marca o lançamento das candidaturas dos estados que almejam sediar o 19.º CBC.

Neste momento, convido a compor a Mesa o senhor presidente do CRCMG, contador Paulo César Consentino dos Santos. Ele aqui se faz acompanhar de seus convidados o professor Doutor Antônio Lopes de Sá e a jornalista Leila Ferreira. Convido a compor a Mesa a senhora presidente do CRCPA, contadora Regina Célia Nascimento Vilanova, acompanhada de seu convidado, o contador e conselheiro do CFC João Oliveira e Silva.

Inicialmente, vamos assistir ao vídeo do Estado de Minas Gerais.

(Projeção de vídeo)

Paulo César Consentino dos Santos – Presidente do CRCMG: O Rio Grande do Sul tem algumas analogias que podem ser feitas com Minas Gerais. Vocês vão ter oportunidade de ver isso ao longo dessa apresentação. São tantas que eu não me atrevi a falar sozinho de Minas Gerais e trouxe dois candidatos. Eu poderia não falar nada aqui que o Lopes de Sá, com certeza, resolveria a questão. O gaúcho tem uma característica. Ser gaúcho é um estado da alma. É um negócio muito próximo de ser mineiro e é por isso que nós estamos aqui.

Agora, boa-noite para a minha caravana. Boa-noite para a nossa querida Minas Gerais, de quem o escritor João Guimarães Rosa dizia: "Minas são muitas!". É verdade. O poeta Carlos Drummond de Andrade dizia: "Minas tem um peito de ferro e um coração de ouro!". Isso também é verdade. Minas de Juscelino Kubitschek, Minas de Tiradentes, Minas de Carlos Drummond de Andrade, da Estrada Real, de Ouro Preto, Patrimônio Histórico da Humanidade. Minas de Congonhas, de Sabará e de tantas tradições. Essa é a nossa Minas Gerais.

Quando eu me atrevi a oferecer Belo Horizonte como sede do próximo Congresso Brasileiro de Contabilidade, perguntaram-me: Por que Minas Gerais? Porque Minas Gerais está preparada para recebê-los com toda essa galhardia, com todo esse gáudio, com toda essa vibração que nós vimos aqui, desde a Abertura até este momento, e que temos a certeza de vamos levar até ao final. E agora, também, com a confirmação da vinda do Presidente Lula. Vamos poder falar com ele! Nunca antes na história deste País um Presidente da República prestigiou um evento da classe contábil. É por isso que Minas Gerais se candidata e é por isso que nós estamos aqui. Quando eu levei a proposta ao nosso Plenário, a aceitação foi imediata e aconteceu uma coisa difícil de acontecer: houve consenso. Alguém falou: "Já que nós estamos em época de Olimpíadas, vamos competir!". E eu disse: "Não. Vamos ganhar a Medalha de Ouro. A Medalha de Prata não nos satisfaz!". Quem ganha com o 19.º Congresso Brasileiro de Contabilidade em Minas Gerais? Ganha a classe contábil, ganha o Brasil e ganhamos todos nós. Nós queremos tanto sediar este Congresso que já até criamos um

Paulo Consentino (Presidente CRCMG)

lema para ser homologado pelo CFC na época própria: "Informação Contábil: agregando valor ao capital". Eu tenho ainda alguns pontos a comentar e vou dividir agora com a Leila Ferreira, jornalista nacionalmente conhecida, para que ela possa nos ajudar o que é Minas Gerais, para vocês entenderem melhor o que é o nosso estado.

Leila Ferreira: Boa-noite a todos. Tentar resumir o que é Minas Gerais e o que são os mineiros é uma loucura. Eu até anotei porque eu amo o que o Fernando Sabino falou de nós:

"Ser mineiro é esperar pela cor da fumaça,
É dormir no chão para não cair da cama,
É plantar verde para não cair maduro,
É não dar o passo maior do que as pernas.

Mineiro não olha, espia.
Não presta atenção, vigia.
Não conversa, confabula.
Não se vinga, espera.
E mineiro não fica doido, piora."

O Fernando Sabino gostava muito de contar uma fabulazinha mineira que eu amo. Ele contava que tinha dois bois no alto do morro, um boi velho e um boi jovem. Lá em baixo, havia várias vacas pastando. O boi jovem olhou todo afoito e falou com o boi velho: "Vamos descer correndo, correndo e pegar umas velhas!". E o boi velho olhou com toda a calma do mundo e disse: "Não! Vamos descer bem devagar e pegar todas". Assim somos nós. Esse povo que aprendeu a fazer curva em montanha e que por isso é que tem manha, tem astúcia, tem um jeito próprio de ser. Você chega para um mineiro querendo pegá-lo, querendo ser esperto e fala: "Como é mesmo o seu nome todo?". E o mineiro vira e diz: "Fala a parte que você sabe". Então, é uma lógica própria, um jeito próprio de ver a vida, de ver o mundo, de ver atrás das montanhas, de dar a volta nas montanhas. Mas, eu acho que o importante é que é um povo acolhedor, que aprendeu a conversar perto do fogo do fogão de lenha, a fazer da cozinha o pedaço mais acolhedor do mundo. É esse povo que está esperando por vocês. É por isso que Minas é o lugar para sediar o 19.º Congresso Brasileiro de Contabilidade.

Liberdade ainda que de tardia! Depois que a gente toma uns seis chopes nos milhares de bares que têm em Belo Horizonte, a gente passa para "Liberdade ainda que de tardinha!"

Antônio Lopes Sá – Representante do Estado de Minas Gerais: Meu querido Paulo, minhas queridas autoridades, meus queridos colegas. A mim não fica muito bem o papel de fazer política porque eu sou do Brasil, eu sou de vocês todos. Por acaso nasci em Minas, mas sou brasileiro. O mineiro é um conservador e, de certa forma, a Contabilidade deve alguma coisa a Minas. O Código de Ética nasceu em Minas Gerais, no 5.º Congresso Brasileiro de Contabilidade. Ontem, o Conselho Federal de Contabilidade o que fez? Homenagearam dois mineiros: o Eliseu e eu. Aliás, quando dei um abraço no Eliseu, falei sério: "Você é um falso paulista. Você está na USP, mas você é mineiro". Ser mineiro e pleitear um Congresso para Minas não significa bairrismo, nem tampouco uma redução do valor do meu tão querido Pará, um Estado que me acolhe com uma gentileza e uma amizade extraordinária.

No mês de maio passado, tivemos o Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino – Pró-Latino, em Lisboa. Hoje, não podemos negar as duas escolas: os americanos ten-

Prof. Dr.º Antônio Lopes de Sá
CONGRESSISTAS

tando impor o poder deles ao mundo, e nós, os latinos, querendo defender aquilo que construímos, porque não se joga no lixo um instrumento dessa natureza. E não há superioridade nenhuma. Os anglo-saxões são ótimos e nós também; é apenas uma questão de história, como vou explicar para vocês na minha Conferência de quarta-feira. Então, lá em Lisboa, conversando com a Maria Clara, falei o seguinte: "Não haverá como diz o Presidente, ganhadores e perdedores, porque aonde não for o Congresso, haverá o Pró-Latino, então, só sairão ganhadores". Para onde for o Pró-Latino, é uma glória. Por quê? Porque o Pró-Latino reúne as grandes intelectualidades da nossa ancestralidade. Vocês vêem que os portugueses estão aqui, o meu querido e dileto, Antonio Domingos, o presidente da Câmara dos Contadores de Portugal, que agora vai passar a ser a Ordem dos Contadores de Portugal, e os colegas de Angola. O Pró-Latino vai reunir essa gente toda. Daqui não sairão ganhadores e nem perdedores. Agora, eu como bom mineiro que sou, quero que Minas ganhe. Obrigado.

Mestre de Cerimônias: Senhoras e senhores, o tempo dado para cada estado fazer sua defesa é de dez minutos. Tivemos dezesseis minutos com o Estado de Minas Gerais. Dezesseis minutos também será concedido ao Estado do Pará. Dessa forma, ainda não contando o tempo de pronunciamento, vamos assistir ao vídeo do Estado do Pará.

(Projeção de vídeo)

Mestre de Cerimônias: Para defender a candidatura de seu Estado do Pará, a presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Pará, contadora Regina Célia Nascimento Vilanova.

Regina Célia Nascimento Vilanova - Presidente do Conselho Regional do Pará: Boa-noite a todos. Inicialmente, gostaria de parabenizar os organizadores do 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade na pessoa da presidente Maria Clara Bugarim. Uma salva de palmas para uma mulher de luta e muita competência.

Caros congressistas, contabilistas, estudantes e familiares,

É com satisfação que os cumprimentamos. Sempre buscamos o engrandecimento de nossa profissão. Assumimos o desafio, conscientes, de propormos a realização do 19.º Congresso Brasileiro de Contabilidade em nossa cidade de Belém, em nosso Estado do Pará. Durante nossa campanha virtual, mostramos, por meio de uma *newsletter* semanal, o quão grandioso é o Estado do Pará. Justamente por fazer parte de uma terra infinita em belezas, em riquezas culturais e naturais, Belém do Pará é hoje uma cidade que se modernizou, mas que também ainda mantém fortes aspectos de sua bela época. Possui mais de 2,3 milhões de habitantes em sua região metropolitana; a cidade conta com uma infra-estrutura urbana de qualidade, atrações peculiares e diferenciadas, negócios, lazer, turismo, arquitetura, vida acadêmica, gastronomia, além de outros inúmeros aspectos, que, sem dúvida, enriquecerão o nosso pré e pós-evento em 2012. E é nessa terra cheia de maravilhas que queremos esperar vocês em 2012 no 19.º Congresso Brasileiro de Contabilidade.

Afinal de contas, Belém possui todos os pré-requisitos básicos para ser a sede de um Congresso Brasileiro de Contabilidade: um dos mais modernos centros de convenções da América Latina, em plena

Regina Célia Nascimento
Vilanova (Presidente CRCPA)

zona urbana, localizado a 2 km do aeroporto e a 3 km do centro da cidade. A capital possui uma completa e adequada infra-estrutura de transportes, rede hoteleira com 12 mil vagas e 3.300 em construção para serem entregues em 2009. Possui um belíssimo aeroporto, com vôos regulares de todos os lugares do Brasil e do mundo, além de infinitas e diferenciadas opções de lazer, cultura, gastronomia, atrativos centros turísticos e um completo centro de compras.

Sentimo-nos honrados pela oportunidade de colocar a nossa cidade de Belém, o nosso Estado do Pará e a Região Amazônia à sua disposição. É com muita satisfação que agradeço o apoio recebido de todo o Brasil à nossa candidatura.

Gostaríamos, de forma especial e calorosa, de fazer uma saudação com as peculiaridades paraenses aos congressistas de todo o Brasil.

Saudamos, com o nosso constante clima tropical, com direito a chuva e calor amazônico, os congressistas do Rio Grande do Sul. A eles uma salva de palmas.

Saudamos, com a fé da nossa multidão do Círio de Nazaré, procissão que reúne mais de dois milhões de pessoas, os congressistas do populoso Estado de São Paulo. A eles nossa salva de palmas.

Com as sombras e as mangas de nossas mangueiras, que formam túneis pelas ruas de Belém, saudamos e pedimos uma salva de palmas aos congressistas do Estado do Paraná.

Com o nosso tacacá que, aliás, vai ser distribuído no nosso estande, saudamos os congressistas de Santa Catarina.

Saudamos com as nossas frutas tropicais, o açaí, o cupuaçu, o bacuri os congressistas do Estado de Pernambuco.

Com todo humor e alegria do nosso povo caloroso e hospitaleiro, saudamos os congressistas do Estado do Ceará.

Com as nossas ervas e cheirinho do Pará, saudamos os congressistas do Estado da Bahia, terra de cheiros, cores e sabores.

Com a prosperidade das nossas reservas minerais, saudamos os congressistas do Estado do Piauí.

Com nossos bosques localizados em pleno centro urbano da cidade, saudamos os congressistas do Distrito Federal.

Com a nossa comida de descendência indígena, a maniçoba, saudamos os congressistas de Rondônia.

Com as nossas praias de rios e mares e uma das maiores costas Atlânticas, saudamos os congressistas de Minas Gerais.

Saudamos com a nossa rica fauna de belas espécies amazônicas, como o peixe boi, a onça, o boto, as araras, os congressistas do Estado do Mato Grosso Sul.

Saudamos com a nossa produção agrícola e pecuária os Congressistas do Estado de Mato Grosso.

Com os nossos ritmos folclóricos, como calipso, carimbó, síria, lundu, marujada e tantos outros, saudamos os congressistas do Estado do Amazonas.

Com o nosso patrimônio arquitetônico, herança da colonização e do período áureo do ciclo da borracha na Amazônia, saudamos os congressistas do Estado do Acre.

Com as belezas e as lendas dos nossos rios, saudamos os congressistas do Estado do Amapá, nosso co-irmão.

Com a diversidade da nossa flora Amazônica, saudamos os congressistas do Estado do Tocantins.

Com a beleza de nossas lindas morenas brejeiras, saudamos os congressistas do Estado de Goiás.

Com a diversidade cultural paraense, influenciada por índios, negros e brancos, saudamos os congressistas de Roraima.

Com o nosso calor tropical, que embeleza cidades, balneários, e praias paraenses, saudamos os congressistas de Alagoas.

Com a hospitalidade paraense, que tanto atrai seus conterrâneos capixabas, saudamos os congressistas do Espírito Santo.

Com o nosso artesanato marajoara, cerâmica confeccionada pelos ancestrais na ilha de Marajó, saudamos os congressistas do Estado do Maranhão.

Com a nossa Feira do Ver-o-Peso, cartão postal mais conhecido do Pará, que recebeu o título de uma das Sete Maravilhas do Brasil, saudamos os congressistas do Rio de Janeiro.

Com o nosso pescado de água doce, como o filhote e a pescada, saudamos os congressistas do Rio Grande do Norte.

Com a nossa Ilha de Marajó, um verdadeiro santuário ecológico, saudamos os congressistas do Estado de Sergipe.

Com nossos licores à base de frutas regionais, saudamos os congressistas do Estado da Paraíba.

Uma saudação especial às Delegações de Angola, Portugal, Argentina, Uruguai, Venezuela, República Dominicana e México. Recebam o caloroso abraço do Brasil!

À Delegação Paraense, que atravessou o Brasil de Norte a Sul, nossa salva de palmas!

Caros congressistas de todo o Brasil,

Se nossa campanha em prol de Belém do Pará como sede do 19.º Congresso Brasileiro de Contabilidade conseguiu sensibilizar você e convencer do quanto queremos e podemos receber a honra de ser a sede do 19.º Congresso Brasileiro de Contabilidade em 2012, pedimos, então, o seu voto.

Entre centenas de motivos, apresentaremos alguns para votarem em Belém do Pará: um dos centros de Convenções mais modernos da América Latina está em Belém. Completou um ano e já é considerado um dos mais bem preparados do País. Belém tem uma infra-estrutura urbana de qualidade e atrações peculiares diferenciadas de negócios, lazer, turismo, arquitetura, cultura, vida acadêmica e gastronomia.

Mas isto Minas também tem! Mas temos mais motivos. Belém é a metrópole da Região, onde está a maior biodiversidade do Planeta; Belém possui áreas de florestas intocadas em pleno centro urbano; o Ver-o-Peso, a maior feira livre da América Latina, foi eleita uma das Sete Maravilhas do Brasil. E, especialmente, porque a região Norte nunca sediou um Congresso Brasileiro de Contabilidade. Será pela primeira vez que realizaremos o Congresso Brasileiro de Contabilidade no norte do País, criando assim, uma grande oportunidade para que colegas da imensa região amazônica venham a se integrar aos demais contabilistas de outras regiões. E, especialmente, a localização privilegiada de Belém, que tem a Amazônia como diferen-

cial, onde o tapete vermelho é verde, da cor da Amazônia.
Belém foi a cidade escolhida pela ONU para sediar, em 2009, o Fórum Social Mundial. O mundo se encontra em Belém. Venha você também!

Professor Lopes de Sá, com todo o respeito, o seu conhecimento pertence ao Brasil e ao mundo! A sua contribuição à classe contábil brasileira e mundial vem de Minas, mas é nossa!

Sentimo-nos honrados pela oportunidade de colocarmos nossa região à sua disposição e é com muita satisfação que agradeço o apoio recebido de todo o Brasil à nossa candidatura. Nosso tapete de boas-vindas já faz sua honraria dentro de nossos corações amazonenses, corações abertos, corações que batem forte, corações aquecidos com o nosso calor humano, que contam com o apoio e o voto dos congressistas contabilistas de todos os estados brasileiros. O Estado do Pará agradece, antecipadamente, o respeito, o apoio e o voto de cada um.

Belém do Pará te espera em 2012! Vote em Belém do Pará! Um grande abraço.

Conselheiro João Oliveira e Silva: Boa-noite a todos e a todas. Nós estamos enfrentando uma grande batalha, claro uma batalha saudável, mas confesso que estou me sentindo um Davi. De um lado, temos o Golias, o Gigante, o imortal professor, e aqui apenas um mortal. Mas, o paraense conhecido como caloroso, ele vai pelo impulso do desafio, e nós estamos aqui. Foi escrito alguma coisa, porque certamente minhas emoções me trairiam. E aqui eu começo.

O nosso apelo para levar o próximo CBC para a região Norte não é dirigido apenas a você, caro colega contabilista. Queremos ir além, apelando para a sua brasilidade e até para o seu senso de pertencimento à humanidade. Como todos nós sabemos, o maior problema de hoje não é ter uma segurança quanto ao amanhã do planeta, que ontem já foi azul e hoje está ficando cinzento pela poluição. Os povos da Amazônia vêm lutando heroicamente há mais de cinco séculos, para ocupar, defender e integrar uma área geográfica que equivale à metade do território brasileiro. Durante os primeiros séculos, após o descobrimento do Brasil, os caboclos paraenses e seus irmãos nortistas lutaram praticamente sozinhos, em função do seu isolamento imposto pela exuberante natureza, para manter aquele patrimônio de incalculável valor sobre a Bandeira Nacional. Atualmente, já muitas nações do mundo desenvolvido têm seus olhos voltados para aquela área vital para a própria sobrevivência do Planeta. É difícil distinguir quem está munido de boas intenções ou simplesmente quer apropriar-se egoisticamente desse verdadeiro pulmão do mundo, com a maior bacia hídrica, no bojo do maior rio do mundo, com a floresta mais rica em diversidade biológica, e por aí vai.

E o que tem isso a ver com o CBC, na região Norte? Tudo, meus amigos! O contabilista, sendo o guardião da riqueza, não deve apenas cuidar da riqueza da empresa para a qual trabalha; somos também responsáveis pela riqueza da Nação. E no mundo globalizado cabe-nos cuidar da sobrevivência do Planeta, sem a qual nenhuma riqueza, privada ou pública, terá qualquer possibilidade. Quando pleiteamos o 19.º CBC para Belém do Pará, o fazemos com absoluta convicção da nossa responsabilidade social, com o nosso espírito de cidadãos do mundo. Se nós, brasileiros, como donos legítimos de todo aquele patrimô-

nio, não assumirmos nossa propriedade, estamos deixando como presa fácil para todo o tipo de aventureiros. Agora mesmo, o Governo do Pará vem implementando um projeto de grande significado, com a plantação de um bilhão de mudas de árvores para recompor a floresta do nosso estado.

Belém, sem qualquer bairrismo, já tem todas as condições de acolher os contabilistas brasileiros para o encontro da classe com a classe, e desta com os interesses da sociedade e com os destinos da humanidade. Tudo isso para a preservação da Amazônia!

Sem desmerecer qualquer Estado, e muito menos Minas Gerais, com toda a história de riqueza a partir da extração de minérios, queremos alertar para a urgência de cuidarmos da maior de todas as riquezas: o ar que respiramos, a água potável, o clima, enfim, o futuro de nossos filhos. Tudo isso será irremediavelmente comprometido com o descaso e o mau uso na exploração da riqueza e da natureza. Hoje, mais do que nunca, a salvação vem do Norte, do Norte que queremos verde, que precisa ser controlado, e quem entende de controle somos nós, os Contabilistas. A região Norte nunca teve a oportunidade de abraçar os irmãos contabilistas em um Congresso Brasileiro de Contabilidade. Esse débito precisa ser resgatado. Contamos com a sua consciência profissional e cívica, mais ainda, com seu espírito de amor à humanidade. O mundo precisa de verde e nós precisamos do seu voto para fazermos melhor a nossa parte. Não deixe que nós, paraenses, nos sintamos isolados em relação ao CBC. Votem no Pará, por favor! Obrigado.

Mestre de Cerimônias: Lembramos que, amanhã, dia 26, e quarta-feira, dia 27, das 10h às 18h, teremos a votação para eleger o estado que almeja sediar o 19.º CBC. As urnas estarão à disposição dos congressistas no estande de votação. A apuração dos votos será feita no dia 28 e a cidade eleita será anunciada na Solenidade de Encerramento do Congresso.

Paulo César Consentino dos Santos – Presidente do CRCMG:

Senhores e senhoras,

Eu pedi autorização para quebrar o protocolo para voltar aqui, porque na hora fui traído pela memória e me esqueci de falar uma expressão que vocês a conhecem, principalmente os paraenses: "O Pará é pai d'égua!". Essa expressão, para quem não conhece, quer dizer: "O Pará é tudo de bom!". Eu confesso que também penso assim e desejo ao Pará toda a felicidade do mundo, exceto o 19.º Congresso Brasileiro. Viva o Brasil!

Mestre de Cerimônias: Agora convido a todos para se dirigirem ao Espaço das Atividades Sociais, a fim de assistirem ao show de um dos maiores bailarinos e coreógrafos do Brasil, Carlinhos de Jesus.

26 DE AGOSTO

CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

AUDITÓRIO ÉRICO VERÍSSIMO

I FÓRUM DE GESTÃO E CONTROLE DO TERCEIRO SETOR

Mestre de cerimônias: Desde já, em nome da organização do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, registro os agradecimentos a todos os parceiros e patrocinadores que tornaram possível o êxito deste Congresso. Este evento conta com o patrocínio do Sebrae Nacional, Caixa Econômica Federal, Federação das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento Perícias, Informações e Pesquisas – Fenacon.

Antes de convidarmos ao palco os painelistas e o coordenador deste painel, serão feitos agora alguns avisos em nome da Organização do Evento.

Primeiramente, queremos informá-los de que, conforme a Presidente Maria Clara anunciou ontem à tarde, teremos no dia de hoje a presença neste Congresso de Sua Excelência o senhor Presidente da República do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva. Sua participação está prevista para as 16 horas; dessa forma, algumas providências da Segurança da Presidência da República já estão sendo tomadas, assim como já vinha acontecendo desde a abertura deste evento.

Senhoras e Senhores,

Lembramos que o horário previsto para o encerramento deste Fórum seria às 12h00. Entretanto, teremos que encerrar os trabalhos às 11h45min porque todo este auditório passará por um processo de varredura. Dessa forma, as senhoras e os senhores, ao saírem deste auditório, deverão levar consigo todos os seus pertences; nada aqui poderá permanecer; ninguém aqui poderá ficar. Toda a segurança estará vasculhando este espaço.

O painel que acontecerá às 14h30min não mais acontecerá aqui no Auditório Érico Veríssimo, e, sim, no Salão Anexo às Atividades Sociais, onde ontem aconteceu o show do Carlinhos de Jesus. Então, às 14h30min, o painel que estava previsto para o Auditório Érico Veríssimo acontecerá nesse outro espaço.

Quando as senhoras e os senhores se retirarem aqui do Auditório Érico Veríssimo, no final da manhã, por gentileza queiram dirigir-se à área de credenciamentos, a fim de pegarem uma pulseirinha branca. Esta pulseira irá permitir o acesso de todos que já estão devidamente credenciados no Congresso para o retorno ao Auditório Érico Veríssimo, a fim de ouvirmos a palavra do Chefe Maior de nossa nação. Quando estiverem voltando para este auditório, portanto, não esqueçam as pulseiras brancas. Todos os congressistas e convidados passarão por detectores de metal que serão instalados na entrada deste auditório.

A partir das 14h30min, apesar da programação técnica científica que estará se desenvolvendo, os detectores já estarão instalados e o auditório já estará liberado para o acesso tranqüilo de todos a este espaço.

Tomáz de Aquino Resende, Andréa Aiolfi, José Antonio de França, Gladaniel Palmeira de Carvalho e Mauri José Vieira Cruz

Lembramos também que, para facilitar o acesso de todos e agilizar a entrada das senhoras e dos senhores ao Auditório Érico Veríssimo, em virtude da passagem pelo detector de metal, pedimos aos portadores de equipamento fotográfico, celulares, chaves, que, por favor, automaticamente já os tirem de suas bolsas e de seus bolsos e os coloque em cima das mesas ao lado dos detectores. Assim, teremos mais celeridade nessa passagem.

A programação técnica prevista para o dia de hoje acontecerá na íntegra. Nenhuma apresentação será suprimida. Nós apenas teremos esse intervalo em toda a programação porque aqui estaremos, obviamente, com Sua Excelência o Senhor Presidente da República. Então, o que estava previsto para as 16h30min não acontecerá neste horário, mas sim logo após a saída do Presidente deste auditório.

Feitas essas considerações, os novos avisos e também esses serão repassados ao final deste painel, mas, para que não percamos mais tempo do início de nossas atividades técnicas, vamos, portanto, dar início ao I Fórum de Gestão e Controle do Terceiro Setor.

Constituído por organizações sem fins lucrativos e não-governamentais, o Terceiro Setor possui 12 milhões de pessoas, entre gestores, voluntários, doadores e beneficiários. O Conselho Federal de Contabilidade e a Fundação Brasileira de Contabilidade, engajados em ações voltadas à filantropia, contribuem na promoção e na ampliação da qualidade de vida da sociedade em geral. Com o título "Instrumentos de Gestão e Controle do Terceiro Setor", este Fórum tem como objetivo apresentar, de forma clara e transparente, as ações de cunho social das entidades aqui presentes, tendo como mote a aplicação de recursos públicos em determinados setores da sociedade.

Para coordenar os trabalhos deste Fórum, convido ao palco o contador José Antonio de França, presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade. Mestre em Administração Contábil e Financeira e em Administração e Controle, o contador José Antonio de França tem Pós-Graduação em Auditoria, Análise de Sistemas e Análise Financeira, e é doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília. É ainda professor da UNB, empresário, consultor, perito contador da Justiça do Distrito Federal e auditor independente.

Neste momento, convido a tomar assento à mesa os palestrantes convidados para este Fórum: a advogada Andréa Aiolfi, Especialista em Direito e Negócios Internacionais; o promotor de Justiça de Fundações do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Gladaniel Palmeira de Carvalho; o procurador de Justiça Tomáz de Aquino Resende, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Tutela de Fundações e Entidades de Interesse Social; o Advogado Mauri José Vieira Cruz, representante da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais do Rio Grande do Sul.

Senhoras, senhores, por gentileza, queiram tomar assento à mesa.

Para sua saudação à platéia e, em especial, aos palestrantes convidados desta manhã, com a palavra o senhor coordenador dos trabalhos à mesa, contador José Antonio de França.

Contador José Antonio de França – Coordenador: Senhoras e senhores, muito bom-dia. Para mim é grande a hon-

ra de estar na coordenação deste painel, ladeado de painelistas tão importantes no cenário nacional, pelo conhecimento que têm do assunto "Terceiro Setor".

Passarei agora a apresentar o resumo dos currículos dos palestrantes.

A Doutora Andréa Aiolfi é advogada, coordenadora de Entidades Sociais do Ministério da Justiça, na Secretaria Nacional de Justiça, Departamento de Justiça, Classificação Títulos e Qualificação. Está na Coordenação de Entidades Sociais desde julho de 2007. É Especialista em Direito e Negócios Internacionais pela UFSC e Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. É assessora jurídica do Ministério da Justiça, da Secretaria Nacional de Justiça, do Departamento de Justiça. É professora assistente do Núcleo de Pesquisas e Atividades Complementares do Curso de Ciências Jurídicas do IESB e ex-sócia de Escritório de Advocacia.

O Doutor Gladaniel Palmeira de Carvalho é ex-advogado e Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará; Especialista em Direitos Humanos pela Universidade de Brasília e Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. É Mestre em Direito Internacional Econômico pela Universidade Católica de Brasília. É membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em exercício na Primeira Promotoria de Justiça de Fundações de Entidades de Interesse Social. É ex-presidente da Associação Nacional de Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social. É diretor executivo do Instituto de Direito Comparado e Internacional de Brasília. É também membro da Comissão de Defesa do Terceiro Setor, na condição de Promotor de Justiça, na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Distrito Federal e ex-presidente do Conselho Fiscal da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal.

O Doutor Tomáz de Aquino Resende é Graduado em Direito pela Faculdade de Direito do Oeste de Minas Gerais. É coordenador do Centro de Apoio das Promotorias de Fundações e Entidades de Interesse Social e Promotor de Justiça atuante em diversas comarcas do Estado e em Belo Horizonte. É Pós-Graduado em Controle Externo pela PUC/MG; promotor de Justiça na Promotoria Especializada de Fundações e Entidades de Interesse Social em Belo Horizonte e integrante do Conselho Superior do Ministério Público. É presidente da Associação dos Promotores e Procuradores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social e diretor da Associação Mineira do Ministério Público. É fundador e presidente, por dois mandatos, e membro do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Estaduais. É presidente do Conselho Consultivo do Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais.

O Doutor Mauri José Vieira Cruz é Graduado em Direito pela PUC/RS; especializado em Direitos Humanos; Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Escola Superior do Ministério Público da União; Faculdade do Ministério Público em Direitos Humanos; secretário executivo do Centro de Assessoria Multiprofissional; diretor regional do Fórum Sul da Associação Brasileira de ONGs; diretor nacional do Instituto Mobilidade Sustentável; conselheiro do Conselho Estadual de Segurança Alimentar; coordenador regional da Plataforma de Articulação e Diálogo; membro da Câmara Temática de Educação do Denatran; consultor da

União Européia; diretor-presidente do Detran do Rio Grande do Sul; secretário municipal dos Transportes de Porto Alegre; presidente da Empresa Pública EPTC de Porto Alegre; diretor de Transportes de Porto Alegre; e chefe de Gabinete da Secretaria Municipal dos Transportes.

Para iniciar as atividades deste painel, convidamos a Doutora Andréa Aiolfi.

Um aviso inicial para os congressistas. Ao final do painel, teremos espaço para cinco intervenções da platéia, ou seja, para cinco perguntas. Em função da dimensão do auditório, solicitamos àquelas pessoas que desejem fazer as perguntas que se aproximem do palco porque não haverá condições logísticas de atendermos a quem esteja muito distante.

Andréa Aiolfi – Ministério da Justiça: Bom-dia a todos. Eu estou como coordenadora de Entidades Sociais do Ministério da Justiça e gostaria de agradecer o convite do Conselho Federal de Contabilidade para falar neste belíssimo evento. Queria parabenizá-los e gostaria de cumprimentar os colegas da Mesa, com os quais tenho muito a aprender.

Eu vou falar sobre a prestação de contas das entidades que são qualificadas pelo Ministério da Justiça. Em primeiro lugar, vou falar um pouco sobre a estrutura da Coordenação de Entidades Sociais, dentro do Ministério da Justiça.

Nós temos como missão promover a cidadania, justiça e segurança pública. A questão da segurança pública é hoje uma política de governo forte dentro do Ministério da Justiça e estamos implementando o Programa Nacional de Segurança Pública. No Ministério da Justiça existem várias secretarias. A Coordenação de Entidades Sociais está dentro do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, que, junto com outros dois departamentos, configuram a Secretaria Nacional de Justiça. Eu falo aqui também em nome do Secretário Nacional de Justiça, Doutor Romeu Tuma Júnior e do nosso diretor de Justiça, Doutor Davi Ulisses Brasil Simões Pires.

Nós temos como competência, dentro da Coordenação de Entidades Sociais, qualificar as entidades sociais sem fins lucrativos, como Oscips, enquanto atividade pública federal e também autorizamos entidades sem fins lucrativos estrangeiras a funcionarem no País; autorizamos cartórios e empresas da microfilmagem; e temos outra competência que é a concessão de Medalha ao Mérito.

Compõe a Coordenação de Entidades Sociais: a Divisão de Administração, onde são recebidos os documentos e autuados; e a Divisão de Outorgas e Títulos, onde estão os analistas que analisam os processos, tanto de qualificação, quanto de prestação de contas.

Temos também uma Central de Atendimento, que está sendo implementada para melhor atendê-los.

Além da qualificação, o que vou falar hoje é a prestação de contas das entidades qualificadas pelo Ministério da Justiça. As entidades, depois de qualificadas, têm o dever de prestar contas, e nós de fiscalizá-las. Hoje em dia, essa prestação de contas é feita por meio eletrônico, que é um novo sistema de que vou falar aqui. A nossa análise é apenas formal, ou seja, nós apenas verificamos se esse relatório foi preenchido corretamente.

Sobre os nossos prazos, muitas vezes somos questionados pela demora dos processos para serem analisados, mas

existe toda uma logística. Os processos chegam ao Protocolo Geral, depois vão para a Divisão de Administração, depois para os analistas. No caso da Oscip, nós temos trinta dias para a análise e mais quinze dias para a publicação da qualificação.

Hoje em dia, nós contamos com 12.219 entidades declaradas de utilidade pública, com base na Lei n.º 91, de 1935, e 4.678 Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público – Oscips. Esses dados são de agosto de 2008. As Entidades de Utilidade Pública Federal são todas as Santas Casas, as Apaes, e existe esse número de entidades qualificadas, porque realmente já vêm desde 1935.

Para ilustrar o nosso número de procedimentos analisados pela Coordenação, de julho de 2007 a julho de 2008, nós tivemos 1.451 pedidos de Oscips.
Dentre esses, 609 foram deferidos e 842 indeferidos. Por que tantos indeferimentos? A qualificação de Oscip é um ato vinculado; se a entidade apresenta todos os documentos que estão listados na lei, nós somos obrigados a deferir a qualificação como Oscip. Porém, nós verificamos que há muitas entidades que não apresentam todos os documentos e, nesse caso, são indeferidas. Mas elas podem pedir novamente essa qualificação quantas vezes quiserem.

Já no caso dos processos de Entidades de Utilidade Pública Federal também há muitas diligências porque não temos prazo de 30 dias para análise, como temos para as Oscips. Nesse caso, diligenciamos as entidades que complementem a documentação.

Agora vou entrar mais no mérito do objeto dessa palestra, o Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública – CNEs, que é o meio pelo qual as entidades nos prestam contas. As Entidades Declaradas de Utilidade Pública Federal já tinham a obrigatoriedade de prestar contas ao Ministério da Justiça e estavam fazendo isso por meio de um relatório padrão, por meio físico. Esse foi o primeiro ano que as entidades prestaram contas por meio do CNEs, que é um sistema eletrônico. Por que a implantação desse sistema eletrônico? Não foi idéia apenas do Ministério da Justiça, mas nós temos recomendação do Tribunal de Contas da União. Participamos também da Estratégia Nacional Contra Corrupção e Lavagem de Dinheiro – ENCCLA. Foi recomendado que nós tivéssemos um sistema eletrônico, com um banco eletrônico dos dados das entidades, para que elas possam prestar contas de todas as atividades, seja de atividades que foram exercidas com recursos públicos ou não.

A prestação de contas pelo CNEs é obrigatória para as entidades qualificadas pelo Ministério da Justiça, porém é facultativa para qualquer entidade sem fins lucrativos, ou seja, para Associações ou Fundações que desejam dar transparência às suas atividades. Por que dar transparência? Porque, após analisada formalmente, essa prestação de contas, todas as informações dessas entidades estão disponíveis no Site do Ministério da Justiça: www.mj.gov.br/cnes, dentro do CNEs Público.

Por que foi criado o Cadastro Nacional de Utilidade Pública? É um cadastro que já vem sendo implementado desde 2004. Em 2006, saiu a primeira Portaria, estabelecendo que esse cadastro era apenas para as entidades qualificadas no Ministério. Em 2007, saiu outra Portaria estendendo esse cadastro para as entidades que não são qualificadas.

Nós temos vivenciado muitos pedidos de atendimento telefônico pelas entidades e por vocês, contadores. Eu gostaria de informar que, no site do Ministério, nós temos o Manual do Usuário. É um manual bastante extenso e tem todas as telas do Relatório de Prestação de Contas. Devido à sua extensão, não recomendamos a impressão desse documento e sim apenas sua visualização no computador. No mesmo site do CNEs, temos um Link "TIRE SUAS DÚVIDAS", com as perguntas mais freqüentes. Gostaríamos muito de atender a todos, mas, infelizmente, nossa estrutura não comporta a demanda. Mas a maioria das dúvidas pode ser esclarecida no "TIRE SUAS DÚVIDAS".

O CNEs é composto de duas fases. A primeira é o Cadastro Básico; a segunda fase é o envio do Relatório e o preenchimento das informações das atividades. No Cadastro Básico são informados: o endereço da entidade e dados básicos do informante do cadastro. Depois de feito isso, a entidade nos envia uma procuração gerada pelo sistema, ou a ata da eleição do representante legal, que será também o responsável pelo cadastro. Nós analisamos esse documento, verificamos que o responsável pelo cadastro é realmente o representante legal da entidade e, após a nossa análise, nós vinculamos esse responsável como representante no CNEs. Muitas entidades nos ligam perguntando o porquê dessas duas fases. É porque precisamos de um documento que prove que é mesmo o representante legal que está nos prestando contas. Depois de comprovarmos esse vínculo, aí sim, a entidade pode baixar o Relatório de Prestação de Contas. Esse Relatório é preenchido no sistema eletrônico e a entidade pode fechar o sistema e abrir novamente que as informações são salvas. Depois do preenchimento completo, as entidades nos enviam o relatório tanto eletronicamente, como por meio físico. Ou seja, depois do envio eletrônico, vocês imprimem o Relatório e nos enviam fisicamente.

Aqui estão listadas as etapas do CNEs. Aqui é a primeira tela do CNEs, em que o responsável pela prestação de contas coloca o CPF e a senha que é enviada para o e-mail.

Essa tela é muito importante porque nós vemos que há uma coluna em que se escreve "vínculo". Enquanto nós estamos analisando a ata ou a procuração, na coluna "vínculo" está assinalado "pendente". Depois que nós analisamos, passa a "comprovado". Isso significa que a entidade já pode baixar o Relatório de Prestação de Contas.

Nessa tela também tem um botãozinho amarelo em que está o código de segurança. Esse código de segurança são letras. Muitas vezes, nós vemos que há confusão entre o código de segurança e a senha. A senha são números e é enviada para o e-mail.

Após analisarmos o Relatório de Prestação de Contas, nessa mesma tela, temos a coluna "Certidão". Nessa coluna "Certidão", a entidade imprime a Certidão de Regularidade, que nós não enviamos mais pelo correio. É a própria entidade que imprime do seu computador. Após a nossa análise formal, nessa coluna "Certidão", haverá um ícone de uma impressora.

Essa é a tela do Relatório de Prestação de Contas. Nessa tela aqui é colocado o código de segurança, que é aquele botãozinho amarelo. Este é o próprio Relatório de Prestação de Contas. Nós vemos

que existem campos para todas as atividades das entidades. O Relatório compreende dados sobre as entidades, sobre seus diretores e sobre suas atividades. Nós temos uma avaliação do próprio Relatório, onde nós gostaríamos muito que os senhores colocassem sugestões para aprimorarmos esse cadastro.

Essa é a tela de impressão e essa outra é de confirmação de autenticidade da certidão. Ou seja, se a entidade precisar apresentar essa certidão para um órgão público, para que ele repasse recursos públicos, esse órgão público pode verificar a autenticidade da Certidão de Regularidade da entidade no site do Ministério da Justiça.

Por que essa Prestação de Contas Eletrônica? Porque o Relatório consta na Internet. Ou seja, após a liberação da certidão, todos os dados constarão no site do Ministério da Justiça, nesse CNEs Público. Existem vários critérios de busca da Entidade no CNEs público: CNPJ, Razão Social, etc. Esta é uma tela que mostra como o Relatório é visualizado no CNEs Público.

Para finalizar, essa seria nossa proposta a longo prazo. A princípio, a prestação de contas é apenas formal. Ou seja, vocês enviam o Relatório e nós analisamos apenas para verificar se está preenchido corretamente, ou não. A fiscalização cabe mesmo à sociedade, que vai ter a oportunidade de verificar as atividades das entidades, *on line*, na Internet, no site do Ministério da Justiça. Nós também já firmamos um acordo de interoperação com o Tribunal de Contas e com a CGU, para que outros órgãos públicos também alimentem o nosso Sistema e nos digam se essas entidades foram julgadas regulares perante outros órgãos. Somente após constatarmos que essa entidade está regular por todos os órgãos públicos é que nós liberamos a Certidão de Regularidade. Com isso, haverá mais controle social, com a alimentação do CNEs, como um Cadastro Único do Governo Federal, que é o que nós gostaríamos. As próprias entidades teriam menos trabalho porque elas prestariam contas para apenas um órgão público. Obrigada.

Contador José Antonio de França – Coordenador: Obrigado, Doutora Andréa. Agora convidamos para sua apresentação o Doutor Gladaniel Palmeira de Carvalho.

Gladaniel Palmeira de Carvalho – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios: Primeiramente, meu cordial bom-dia a todos. Inicialmente, quero saudar os meus colegas de Mesa e dizer da minha satisfação de estar aqui hoje em Gramado, participando de um evento tão relevante para a sociedade brasileira. Aqui nós temos congressistas de todos o Brasil. Isso mostra a importância que a Contabilidade tem em nosso País; a importância do contador em vários espaços de atuação, não só no mercado, como também no Estado e no Terceiro Setor.

Quero também parabenizar a presidente, minha amiga Maria Clara Cavalcante Bugarim, presidente do Conselho Federal de Contabilidade, pela organização do evento, pela alegria, pela forma como ele está sendo conduzido. E também o meu colega José Antonio de França, coordenador do evento, que muito tem contribuído para o progresso do Terceiro Setor em nosso país.

Eu vou procurar trazer aos senhores uma visão da Promotoria de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Inicialmente, eu ressaltaria a importância que as entidades sem fins lucrati-

vos têm alcançado em nosso país. Nós sabemos, ao longo de nossa história, a importância dessas entidades, principalmente para as pessoas carentes. Quem não conhece a figura da Santa Casa de Misericórdia? É uma instituição secular que foi introduzida em nosso país pelos nossos irmãos portugueses; uma instituição que não nasceu em Portugal, que nasceu na Itália, mas que os portugueses trouxeram, não só para o Brasil, mas também para outros lugares por onde estiveram nos séculos XVI e XVII.

Nós observamos, pela nossa experiência de quase dez anos de Promotoria de Justiça, as imensas dificuldades de ser Terceiro Setor neste país; de procurar ser solidário com a pessoa humana e procurar contribuir com a cultura, com a educação, com a saúde em nosso país. As nossas entidades enfrentam grandes dificuldades, por questões diversas. A principal delas é a questão da sustentabilidade. Muitas das vezes, nossas entidades carecem de sustentabilidade. Eu diria que elas dependem do mercado e do Estado. Isso gera uma situação profundamente delicada para a grande parte das entidades sem fins lucrativos. É necessário que tenhamos uma união do Terceiro Setor. Obviamente, isso precisa ser refletido entre os dirigentes do Terceiro Setor, e é nesse contexto que entra o papel do contador. Da mesma forma que esse mercado capitalista se estrutura – ele tem um respaldo internacional, tem um respaldo do Direito Internacional –, nós precisamos pensar também numa consolidação de idéias que sejam favoráveis ao Terceiro Setor. Ou seja, em um mercado próprio, em um mercado solidário, para que o Terceiro Setor possa, principalmente em nosso país, vir a efetivamente realizar ações benéficas, ações adequadas à sociedade. Eu entendo que uma união de Fundações, uma união de Associações poderá contribuir muito no que concerne à sustentabilidade dessas entidades.

Mas eu traria aos senhores um aspecto com que nos defrontamos constantemente na Promotoria, que é com relação à prestação de contas. As Fundações, por força do Código Civil, são obrigadas a prestar contas anualmente ao Ministério Público. Em Brasília, temos a figura das Entidades de Interesse Social e, se vislumbrarmos em seus Estatutos que elas têm uma atuação assistencial ou social, elas podem prestar contas, e devem prestar contas, ao Ministério Público. Nesse contexto de Fundações e Entidades, a prestação de contas alcança uma importância vital para essas entidades, porque dependem dessa prestação de contas vários aspectos, principalmente, a questão dos Títulos. A nossa colega Andréa estava falando sobre os Títulos de Utilidade Pública e outros títulos. Isso mostra que a prestação de contas para as Entidades do Terceiro Setor é um aspecto necessário. Além do que, para nós do Ministério Público, com a prestação de contas, elas vêm a obter um Atestado de Funcionamento Regular. Ou seja, um atestado que não tem um caráter dogmático, um caráter absoluto, mas vai refletir uma situação naquele momento da prestação de contas.

Nós sabemos que prestar contas é um direito universal. Todos nós que trabalhamos, que temos uma atuação com bens alheios, estamos obrigados a fazer essa prestação de contas e cabe ao dirigente zelar por esses bens. Dentre os elementos que integram as prestações de contas, nós temos: as Demonstrações Contábeis, as Informações Bancárias, o Inventário Patrimonial, e cópia de Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica.

Eu desprezo esses outros aspectos, até mesmo, porque eu não sou contador, eu sou um profissional em Direito. Mas, para mim, um ponto de alta relevância na prestação de contas é o Relatório de Atividades, que é um dos integrantes da prestação de contas. O que vem a ser esse Relatório de Atividades? É um documento que permite verificar a atuação da entidade à luz do Estatuto. Dele devem constar os programas da entidade, o número de pessoas beneficiadas e os meios para atingir as finalidades.

Hoje, um dos aspectos que chama muita atenção ao Ministério Público do Distrito Federal, é essa questão da relação entre atividades e fins das entidades. Muitas vezes, os dirigentes postergam os fins e atuam somente em função de atividades que, na maioria das vezes, não são compatíveis com os seus fins. Isso gera grandes problemas para as entidades, principalmente, para aquelas Entidades que são beneficiadas com recursos públicos. Então, eu diria que é fundamental que, na execução dos projetos, as entidades tenham condições de executar diretamente, com a sua própria estrutura, e de acordo com suas finalidades. Ou seja, a Entidade não pode se beneficiar, por exemplo, de um convênio com o Estado e não ter condições de executar diretamente; ela não se beneficiar, por exemplo, de uma dispensa de licitação e fazer uma subcontratação porque aquela entidade não tem condições de fazer aquele projeto a que ela se propôs. Isso gera situações desconfortáveis para essas entidades. Primeiro, é um recurso público que poderia ser bem aplicado e não foi; segundo, quando nós temos a idéia de Terceiro Setor, um ponto basilar são os fins, são as finalidades. Só que não estão sendo atingidos. Imaginem aquelas entidades que têm atuação fora de suas finalidades, e não só com o Estado, mas também com o próprio mercado. É uma situação de manifesta incompatibilidade, com o sentido das entidades sem fins lucrativos.

No nosso país, nós vivemos uma situação que eu diria até que é universal. A força do capital, o sentido do mercado capitalista penetra. Eu não estou fazendo aqui uma crítica da importância do capitalismo no mundo, mas nós temos que preservar certos aspectos, para podermos passar valores para as gerações futuras. E o valor principal de uma entidade sem fins lucrativos é a sua natureza altruística. Este é o ponto fundamental. As entidades sem fins lucrativos não podem ter natureza egoística. Elas não podem ser da mesma forma que as empresas; elas podem ter elementos de empresa, mas não podem agir da mesma forma. Veja o caso das Associações. Claramente, o Código Civil Brasileiro já vem preservando aquela entidade; é uma entidade que não visa o lucro, ela visa o bem-estar, visa trazer à coletividade um benefício, diferentemente do mercado, que tem uma atuação própria. Esse é o ponto que gostaria de trazer, principalmente, aos senhores contadores, porque eles são, sem dúvida alguma, o principal esteio das entidades sem fins lucrativos, porque é com o contador que o dirigente tem o primeiro contato; não é com um advogado, com o Ministério Público, mas é com a figura do contador que o dirigente vai tirar a primeira dúvida.

Eu também queria ressaltar que é fundamental ter-se a idéia de que as entidades sem fins lucrativos não podem servir como intermediárias, como entidades que apenas visam, em certos momentos, ter um papel secundário em sua atuação. Isto fere o princípio da autonomia das entidades. Uma pessoa jurídica quando nasce, quando vem ao mundo

jurídico, precisa ter uma atuação própria; ela tem que ser como nós, pessoas físicas, ou seja, tem que ter uma forma de atuação concreta e autônoma.

Um ponto que eu considero importante e fundamental é que essa organização autônoma busque mostrar à sociedade as condições de sua atuação; busque mostrar efetivamente, num projeto a ser realizado, que ela tem uma atuação transparente, porque é isso que precisamos mostrar à sociedade. No nosso país, muitas das vezes, nós observamos programas que podem até ser de alta relevância na captação de recursos da sociedade, mas não observamos a prestação de contas. Isso é uma cultura que lamentavelmente precisamos ultrapassar. As entidades do Terceiro Setor precisam mostrar à sociedade a sua prestação de contas, a forma como elas estão atuando para que nós possamos evidentemente dar credibilidade àquela entidade.
Eu também queria ressaltar a importância de um Conselho Fiscal forte e atuante. Observamos que o Conselho Fiscal é relegado a uma situação secundária. Pensa-se somente naquela reunião de final de ano para a aprovação de contas. Isso não está correto. Por exemplo, numa Fundação em que temos os órgãos basilares – um Conselho Curador, uma Diretoria, e um Conselho Fiscal –, eu diria que, dentro do controle interno, o Conselho Fiscal é o principal órgão porque é ele que, num primeiro momento, vai fazer o exame das prestação de contas; é ele que vai dizer se a conduta está adequada ou não aos seus fins. Então, é preciso que haja um fortalecimento do Conselho Fiscal nas entidades do Terceiro Setor, para que essas entidades não sofram conseqüências, como a reprovação de contas, ações de responsabilidade contra seus dirigentes, e até mesmo, o que é lamentável, a extinção de Fundações ou a dissolução de Associações. E aí eu reforço a necessidade de um Conselho Fiscal forte.

Bem, senhores, devido ao tempo, seriam essas considerações que eu queria trazer aos senhores congressistas. Mais uma vez, quero dizer da minha felicidade de estar aqui num evento tão relevante, de tanta importância para nós que atuamos no Terceiro Setor. Quero reforçar essa importância dos senhores contadores quanto às entidades num papel, que, como eu falei anteriormente, é um papel de grande importância porque, hoje, as entidades precisam ter esse ouvido, precisam ter o conselho do contador para que efetivamente elas possam corresponder aos anseios da sociedade brasileira.

Agradeço a atenção de todos e, mais uma vez, muito obrigado por estarem me ouvindo e também pela felicidade. Mais uma vez, eu digo que, como católico, sempre agradeço a Deus por todos os momentos e queria agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui com os senhores, numa platéia tão elegante, tão vibrante e atenciosa. Muito obrigado.

Contador José Antonio de França – Coordenador: Muito obrigado, Doutor Gladaniel. Convidamos agora o Doutor Mauri José Vieira Cruz, para a sua apresentação.

Mauri José Vieira Cruz – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais do Rio Grande do Sul: Bom-dia a todos e a todas. Eu gostaria de saudar o senhor José Antonio de França, nosso coordenador e na pessoa dele saudar a todos os contadores e contadoras presentes a esse 18º Congresso. Quero também dizer da satisfação da Associação Brasileira de ONGs

– Abong, que representa uma parcela muito pequena das ONGs brasileiras, de poder estar aqui para estabelecer esse diálogo, essa conversa, que certamente para vai trazer muitas informações e permitir o debate. E, se houver tempo, poderemos inclusive sanar dúvidas, não só das ONGs associadas à Abong, mas também dos contadores.

Talvez hoje o que marque esse contexto das ONGs seja a dificuldade de se ter um regulamento que permita avaliar quais são as ações, as medidas, os procedimentos corretos em várias situações. Se houver tempo, vou trazer alguns exemplos na minha apresentação. Na verdade, a Abong acompanha esse debate em âmbito nacional, a partir de um olhar inicialmente mais político. É nesse sentido que vamos fazer as reflexões.

A primeira questão que para nós é muito importante é com relação à autonomia de organização da sociedade civil. Nós temos uma preocupação extremamente grande sobre a consolidação da democracia no Brasil, no sentido de que a democracia se consolide a partir do fortalecimento da sociedade civil. A nossa Constituição é muito clara, nos seus artigos, sobre a liberdade de associação do cidadão brasileiro, sem nenhuma interferência do Estado nessa liberdade. Como cidadãos brasileiros, nós não precisamos de autorização do Estado para nos associarmos, para nos organizarmos, em função dos interesses próprios, de interesses da própria sociedade, de interesses sociais. Isso é muito claro na nossa Constituição. E nós, enquanto brasileiros, lutamos muito para garantir essa autonomia enquanto sociedade.
Preocupa-nos muito quando se fala em controle das ONGs porque isso significa controle da sociedade e, infelizmente no Brasil, temos uma mistura não muito boa entre Estado e Governo. No momento em que se fala em controle da sociedade mediante um segmento da sociedade, que são as ONGs, isso gera uma preocupação muito grande. Então, a primeira coisa que podemos afirmar é que as organizações não-governamentais – e esse nome é um termo muito mais político do que jurídico – são uma forma de organização da sociedade civil e, portanto, devem gozar de autonomia em relação ao Estado, até do ponto de vista de garantir o conceito da nossa Constituição Federal.

Esse conceito se caracteriza basicamente por uma vontade autônoma de organização do cidadão. A legislação brasileira, com um conceito mais político do que jurídico, não fala especificamente de uma organização não-governamental. Na verdade, quando falamos desse tema, usamos vários termos, todos eles políticos na grande maioria. Terceiro Setor é um termo político, não é um termo jurídico que possa dizer o que é ou não do Terceiro Setor. Quando surgiu a figura da Oscip, no Governo Fernando Henrique, imaginamos que se tentaria constituir um termo que poderia abarcar um conjunto de entidades que estão nesse campo. Mas, na verdade, Oscip se tornou um título que as várias organizações também podem ter.

Como o Doutor Gladaniel colocou, esse termo vem sendo trabalhado como se fossem três setores: o Estado, o mercado e o Terceiro Setor. O mercado passa a ser como um setor na sociedade. E o pior é que dá a entender que o mercado não tem responsabilidade social; o Terceiro Setor é responsável socialmente, mas o mercado também tem que ter todas as responsabilidades sociais. Inclusive, vocês que são contadores sabem

que a primeira coisa que uma empresa precisa ter é sua Razão Social; e essa Razão Social não é de graça. Por que o Estado permitirá que um grupo de pessoas, ou um indivíduo, explore comercialmente uma atividade econômica? Para que isso tenha algum benefício social. Se não tiver um benefício social, teoricamente, essa atividade econômica não deveria ser permitida. E o Terceiro Setor está sendo muito puxado por esse setor de Fundações Públicas ou Empresariais. As ONGs, de um modo geral, sejam elas filiadas à Abong, ou não, não se identificam como Terceiro Setor, até porque ele vem com essa matiz muito forte da profissionalização da atividade, da questão da eficácia dos resultados, que é preciso discutir muito.

Eu trouxe uma fala do nosso querido Betinho, o Herbert de Souza, que diz: "Uma ONG se define por sua vocação política, uma entidade sem fins lucrativos, que objetiva fundamentalmente construir uma sociedade democrática". O sentido de uma ONG primeiro é um sentido político, de transformação da sociedade, de mudança de uma realidade. Talvez esse seja o elemento fundamental para que comecemos a discutir a questão do marco legal.

Esse termo "ONG" surgiu a partir da II Guerra Mundial, mais a título histórico. No Brasil, ele se consolidou muito a partir da organização da própria sociedade em resistência à Ditadura. Durante a Ditadura, não tínhamos como nos organizar, havia intervenção nos sindicatos, os partidos políticos não tinham ação e as ONGs passaram a ser uma forma que a sociedade brasileira encontrou, muito respaldada pela Igreja, pelas religiões, de começar a se organizar. Não é de graça que hoje temos um número muito grande de ONGs no Brasil, muito vinculadas, muito alicerçadas na sociedade brasileira. Preocupa-nos esse processo de enxugamento do Estado, em que as atividades sociais do Estado vêm diminuindo; a ponta do Estado é cada vez menor. O nosso Estado Brasileiro faz, cada vez mais, atividades-meios e cada vez menos atividades-fins. Estão jogando, no colo das ONGs, das Fundações desse campo, toda a responsabilidade social e de construir uma mediação com os resultados de exclusão social, de agressão ao meio ambiente, que o próprio mercado tem trazido. Então essa é uma grande preocupação que nós temos.

Só para termos algumas idéias, eu trouxe alguns exemplares de um levantamento que a Abong, junto com o IBGE e com o Ipea, fez, em 2002, do que seriam essas organizações não-governamentais. Hoje, esse levantamento já está sendo refeito e já constam por volta de 340.000 entidades, mas, na época, eram 270.000 entidades, com essa denominação de "entidades sem fins lucrativos", empregando em média 1,5 milhões de pessoas. Essa mesma pesquisa indicou que 1% dessas entidades empregava 77% de um milhão de pessoas, demonstrando uma grande concentração em alguns segmentos, como universidades e hospitais. Havia uma pulverização muito grande de organizações, sendo que muitas delas, aproximadamente 36%, não possuíam sequer funcionários. Ou seja, são organizações que se desenvolvem de forma totalmente voluntária, a partir da ótica da organização política daquele grupo de pessoas, e não no sentido de prestar um serviço, ou de apresentar um projeto ao Estado, ou coisa que o valha.
Essa pesquisa demonstra um pouco o percentual, sendo que as ONGs propriamente ditas representariam 2,3% deste universo. Seriam muitas Associações

Profissionais e Entidades Recreativas; isso demonstra essa diferença. Como vamos comparar um clube de futebol com uma ONG que entra na Rocinha? O Ministério Público, o Estado do Rio de Janeiro, o Governo do Rio de Janeiro, o Governo Federal, eles só entram na Rocinha porque a ONG está lá. Nesse sentido, nós temos que realmente, talvez, tirar um pouco essa fumaça para que as coisas fiquem mais claras.

Não é verdadeira a afirmação de que as ONGs não têm controle nenhum. Elas têm liberdade de organização e autonomia, mas isso não quer dizer que possamos organizar algo clandestinamente, à margem da Lei. Para se registrar uma Associação, existe um conjunto de regras que o Código Civil e a nossa legislação estabelecem. Não é uma autorização do Estado, mas tem que ter uma assembléia, uma ata, precisa registrar um Estatuto, tem que se cadastrar na Receita Federal, mesmo sendo um contribuinte isento; precisa fazer a Declaração de Imposto de Renda enquanto Pessoa Jurídica; é necessário se registrar no Município. Então, existe um conjunto de cadastros, e vocês que são contadores conhecem muito bem. Quer dizer, de alguma forma, o Estado sabe da existência daquela organização; sabe onde e como ela funciona, e tem conhecimento dessa organização.

Autonomia não quer dizer anarquia. Inclusive, dentro do Programa da Abong, nós temos um eixo das nossas ações, que talvez seja o eixo mais forte de nosso trabalho, que é o Programa de Desenvolvimento Institucional. É justamente trabalhar como é que se organiza uma ONG. É isso que as pessoas mais perguntam: como se organiza uma ONG? Porque, quando as pessoas querem fazer uma atividade social, elas querem fazer isso organizadamente; não querem fazer à margem da lei; querem fazer isso de forma organizada.

Além disso, as ONGs, todas essas entidades sem fins lucrativos, gozam sim de um subsídio público. Muitos reclamam que o Estado não apóia, não ajuda, não repassa recursos. Mas, as nossas entidades precisam reconhecer e explicitar que o Estado Brasileiro apóia as nossas entidades por meio dos subsídios. Existe uma atividade sendo desenvolvida e como, na grande maioria dos casos, elas não pagam Imposto de Renda, não pagam outros impostos, em alguns municípios não pagam o ISS, se nós formos somar tudo isso, enquanto volume de recursos, podemos ver que é uma grande de contingente de recursos.

Nós da Abong representamos um universo muito pequeno de ONGs. Nós somos uma associação brasileira que tem claramente um projeto político de fortalecer a democracia. Nós não acreditamos em democracia sem uma sociedade civil forte, por isso, essa preocupação grande dessa onda de controle sobre as ONGs. Em geral, no campo das ONGs, nós mobilizamos muitos recursos que não são públicos. É verdade que existem ONGs que são constituídas exclusivamente para acessar recursos públicos, mas a maioria das ONGs mobiliza recursos que não são públicos, são de doações dos associados, doações de terceiros, da cooperação internacional. A entidade que eu represento, por exemplo, existe há 25 anos, e a maior parte dos recursos é de cooperação internacional. Isso é importante porque é um recurso que está à disposição do trabalho social. A entidade que represento, e a maioria das entidades que conheço, também possuem controles internos e controles externos de auditorias independentes.

Por exemplo, quando a cooperação internacional repassa os recursos, exige uma auditoria independente para que os recursos continuem sendo repassados. E somos autônomos em relação a governos, igrejas e empresas.
E agora vamos ao núcleo do que seria a nossa fala, o nosso diálogo, tanto com os contadores, quanto com os representantes do Ministério Público. Nós somos plenamente a favor do controle dos recursos públicos e não das entidades. Preocupa-nos muito quando o Governo Federal fala em Cadastro de Entidades. É importante que se faça uma separação porque isso tem a ver com esse conceito de autonomia da sociedade civil, e de controle do dinheiro público; o dinheiro público continuará sendo sempre o dinheiro público, tanto faz estar no cofre de uma prefeitura, de uma ONG ou no cofre de uma empresa. As isenções às empresas são recursos públicos, já que nós ONGs temos que licitar tudo que fazemos. Talvez as empresas privadas também devessem licitar a contratação dos seus produtos a partir do momento em que elas recebem subvenções, porque aquele dinheiro é público, deixou de entrar nos cofres do governo.

Mas a nossa mensagem importante é esta: Somos plenamente favoráveis ao controle do dinheiro público e não ao controle das entidades. Isso tem um sentido muito forte, do ponto de vista da autonomia da nossa sociedade civil em relação ao Estado.

Temos um conjunto de propostas sobre o marco regulatório. Estamos com o Governo Federal e com outras instituições, inclusive com o Grupo de Fundações Empresariais – Gife, no sentido de tentar construir um marco regulatório porque, hoje, o nosso grande problema é realmente de compreensão, de entendimento. A Abong fez um comunicado, uma orientação geral, para que as nossas associadas não façam convênios com os governos. Por quê? Há um entendimento de que a ONG, ao fazer um convênio com o Estado, são dois atores, um público e um privado, que se consorciam para um bem comum que seria o objeto do convênio. Nesse sentido, não poderia a ONG receber recursos para executar o trabalho; precisaria terceirizar o trabalho porque o Estado e a ONG juntos estão promovendo uma atividade. Então, as ONGs seriam obrigadas a contratar alguém para realizar o trabalho. O outro entendimento não é esse. O entendimento é que o Estado conveniou com aquela ONG justamente porque ela tem *expertise*, ela tem o saber. Então, ela não pode contratar ninguém, ela tem que executar o serviço com equipe própria. Qual a concepção que vale? O Ministério Público pensa uma coisa, o Tribunal de Contas pensa outra, a CGU pensa outra. Então, realmente, precisamos ter uma discussão mais clara e acho que o palestrante que me antecedeu colocou isso muito bem. O sentido de uma ONG são os seus fins, que são sociais, e os seus resultados. Acho que é a isso que deveríamos nos ater mais, do que à questão dos meios, porque cada realidade realmente é uma realidade diversa. Muito obrigado. Estou à disposição para esclarecimentos.

Contador José Antonio de França – Coordenador: Muito obrigado, Doutor Mauri José Vieira Cruz, e agora convidamos o Doutor Tomáz de Aquino Resende para a sua apresentação.

Tomáz de Aquino Resende – Presidente da Profis: Muito bom dia a todos e a todas. Senhor coordenador da Mesa, meu amigo de longa data, Doutor José Antonio de França; colega promotor de

Justiça, Gladaniel Palmeira de Carvalho; Doutora Andréa, do Ministério da Justiça; senhor Mauri, da Abong. É uma honra dividir essa mesa com os senhores.

É uma honra para o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, e uma alegria muito grande pessoalmente, estar aqui participando desse evento com os senhores e com as senhoras. Realmente, impressiona-me esse megaevento que vocês estão fazendo aqui, que é o 18º sinal de uma tradição e dentro do que era a perspectiva, como o colega Gladaniel disse, de um grupo de pessoas contabilistas que têm sim um papel fundamental nas mudanças necessárias que temos que fazer no Brasil.

Eu tenho que fazer uma justificativa. Eu tenho um irmão que é tetraplégico, ele só reza, não faz mais nada, e costuma dizer: "Tudo é Providência, nada é coincidência". Quis a Providência que eu estivesse aqui nessa manhã com os senhores e com as senhoras porque eu fui convidado, em primeiro lugar para participar de um painel que aconteceria às 16h30min de hoje. Minha secretária, extremamente eficiente, me passou esses documentos, inclusive no fôlder antigo dizia que a palestra das 16h30min teria a minha participação. Mas essa funcionária me entregou os documentos e saiu de férias. Eu não sou tão eficiente quanto ela e me preparei para a palestra da tarde. Mas, por Providência, o Presidente da República está chegando às 16h30min, e, com certeza, eu não iria falar às 16h30min. Eu já estava com outros compromissos marcados, então, nós não nos encontraríamos. Aí, já no aeroporto, eu descobri que participaria deste painel. Como o assunto é o mesmo, o tema é o mesmo, não se preocupem que não vou cansá-los, até porque o tempo é pouco, mas a palestra que eu preparei é outra.

Na verdade, quando se diz que o Estado – o espaço geográfico, composto por pessoas organizadas – é sustentado, que ele existe a partir de três setores, essa não é uma concepção teórica, não é uma concepção acadêmica. Decorre da lei a existência do Estado sustentado nos três setores. O Código Civil Brasileiro, que é a lei que estabelece as nossas relações civis, diz que são pessoas jurídicas de direito público o primeiro setor, encarregado de funções indelegáveis ao particular. Essa mesma legislação cria as pessoas jurídicas de direito privado e diz que são: sociedades com fins lucrativos, que são regulamentadas lá no final do Código Civil, a partir do Artigo 981; e as Associações e Fundações. Colocam-se aqui organizações religiosas e partidos políticos, mas esse foi um grande erro cometido pelo legislador porque organização religiosa ou partido político só se podem constituir se for Associação ou Fundação. Então três setores existem porque a lei diz que existem três setores.

O Primeiro Setor é o governamental, o Segundo Setor é o mercantil ou as empresas, e o Terceiro Setor seriam as organizações sem fins lucrativos e de interesse coletivo. Na realidade, essa divisão já está posta doutrinariamente também. O Primeiro Setor é encarregado de funções indelegáveis ao particular. Mas temos os três setores bem definidos; não estamos falando de ideologia. Politicamente, o Governo tem funções indelegáveis ao particular. Não é possível que se queira que o particular elabore leis, pratique ações de julgar, faça ações de fiscal, porque essas são funções públicas governamentais, que só o Governo pode fazer. Por isso, esse é o Primeiro Setor, que tem funções que são típicas e específicas do Governo. Nem o mercado e nem as organizações sem fins de lucro podem

fazer. Ao passo que o inverso é verdadeiro. O Governo pode fazer ações de mercado. Pode, mas não deve. Quando o Governo resolve fazer ações de mercado, não dá certo; quando o Governo vai administrar um Banco, o Banco quebra, porque vai financiar corrupção, vai financiar empréstimos para políticos que não vão pagar o empréstimo, e por aí afora. Então, o Governo que não se envolva em ações de mercado. E também não deve se envolver em ações de organizações sem fins lucrativos porque não as fazem com a mesma eficiência e eficácia. Ele consegue distribuir carteirinhas para pobres, consegue eventualmente se eleger, mas não consegue resolver problemas sociais com a eficiência e celeridade das organizações sem fins lucrativos.

O nosso amigo Mauri, da Abong, falou sobre o marco legal. Não tem outra coisa. Se não definirmos o marco legal para o Terceiro Setor, vamos perder o nosso tempo e o tempo dos contabilistas que estão aqui nessa bela cidade de Gramado. É até bom que vocês cobrem isso do Presidente da República e da Ministra. Ressaltem que vocês querem o marco legal do Terceiro Setor porque, na verdade, o marco legal é definidor de qual Terceiro Setor merece especial atenção do Estado, seja em fomento ou em controle. Nós não sabemos qual Terceiro Setor merece especial atenção do Governo do Estado. E o Governo não tem interesse em fazer esse marco legal, e, quando não há interesse do Governo, fica mais difícil. Por que o Governo não tem interesse? Não estou falando mal dos governantes. Se eu fosse Governo, eu também não teria interesse em fazer marco legal para o Terceiro Setor. Por quê? É muito mais fácil assim. Hoje, institui-se uma Associação com toda a liberdade, com base no art. 5º, Inciso XVIII, da Constituição. Ela se qualifica como Oscip em 30 dias, e pode receber 40 milhões do Governo Federal, ou 10 milhões do Governo Estadual. Tudo isso é feito legalmente, sem nenhum erro jurídico. Esse é um problema sério porque dá margem a eventuais usos indevidos por alguns governantes. Não vou dizer que isso aconteça com os atuais governantes, mas nós já vimos isso acontecer com outros governantes.

Esse marco legal é imprescindível, é urgente, mas quem precisa dele é a sociedade civil organizada. Somos nós, militantes do Direito e militantes da área de Contabilidade. Precisamos discutir as Associações Brasileiras de ONGs, a Gife, Associações de Fundações, Federações de Fundações, junto com o Ministério Público e vocês aqui neste grande evento. Nós temos que provocar a idéia de um marco legal definidor do Terceiro Setor. O Terceiro Setor não tem identidade. Quando se fala do Governo, todo mundo sabe que é o Presidente da República, o governador, o deputado, o promotor de Justiça, e por aí vai. Quando se fala em mercado, todo mundo sabe que é a indústria, o comércio, o agronegócio etc., tudo isso está em nossa mente. Agora, quando se fala em Terceiro Setor, o que é? É a voluntária que fez o parto da minha mãe no dia em que eu nasci, quando não existia nem ONG, nem Abong, nem Terceiro Setor? Ou a Fundação Airton Senna? Ou o Clube Atlético Mineiro, que foi o primeiro campeão do Brasil? Então, um clube de futebol, uma Igreja, um partido político estão no mesmo rol das organizações sem fins lucrativos. E por quê? No Direito, pessoa significa: "sujeito de direitos e obrigações"; "jurídica" quando criada pelo Direito; "de direito privado", porque não é pública; "sem fins lucrativos", o que significa que não distribui lucros e/ou dividendos para os associados; e de interesse social. En-

tão, quando se fala em "pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos", ninguém tem dúvidas. Agora, de interesse social, quem é? É o Clube Atlético Mineiro ou é o Grêmio? É a Fundação ou é a Creche? Daí essa grande confusão que precisa ser revista.

Eu tenho uma grande inveja de vocês. Desde pequeno, mamãe tinha um pequeno comércio, então quando chegava um fiscal, ela dizia – "Chama o Wanderley, o contador" – e ele resolvia todos os problemas. Então, eu cresci com a impressão de que o contador, o contabilista resolve os problemas mais graves que nós temos. Além do que, vocês têm duas coisas que eu não tenho: o meu déficit. É por isso que fiz Direito e acho que é por isso que sou promotor de Justiça. Eu sou péssimo em contas e em organização. Mas, para o governo, então, está bom assim.

Nós estamos falando de uma coisa muito grave. Eu participei de uma palestra do Frei Leonardo Boff, intitulada "Nosso Mundo Já Acabou". Você sai deprimido porque já queimou tudo, não tem mais nada para fazer. Aí você vai a uma palestra do Frei Beto e ele fala que tem o nosso mundo – nós que viemos de avião, que estamos nessa maravilha de cidade, nesse evento grandioso, nesse megaevento – e tem o mundo real. Nós estamos falando de Terceiro Setor, de Intersetorialidade, estamos falando de um mundo real. Estamos falando de um mundo real de 60 milhões de pessoas, que mal têm acesso ao alimento; estamos falando do mundo real onde morrem 100.000 crianças por ano, no Brasil, ou seja, um avião e meio da TAM por dia, a maioria de inanição; estamos falando lá da região metropolitana de Belo Horizonte, capital mineira, em que, no dia de hoje, serão assassinados com um tiro na cabeça três jovens entre 12 e 16 anos. Se multiplicarmos pelo número de dias/ano, teremos 1000 adolescentes executados, nesse Brasil real, que nos assusta, que nos amedronta. Nós colocamos cerca elétrica, contratamos seguranças, vamos criando meios de sobrevivência, mas não resolvemos as situações que são caóticas, gravíssimas, assustadoras.

Esta palestra está à disposição, caso alguém tenha interesse em copiar. Vou responder às perguntas. Fico aqui mais um pouco, até mais tarde, se alguém quiser conversar estou à disposição.

Hoje eu parei para falar do Terceiro Setor. Durante muitos anos, eu falei que Terceiro Setor não é solução para problemas sociais e ambientais. Bobagem! De onde tiramos isso? Terceiro Setor é Terceiro Setor. São organizações sem fins lucrativos e de interesse coletivo, que cuidam de interesses que não são do governo e nem são do mercado. O Governo cuida de governar; o mercado cuida de financiar; as organizações sem fins lucrativos cuidam do que elas têm que cuidar: da saúde, assistência social, meio ambiente, onde ela é melhor fazendo. Quem tem dúvidas de que o Programa de Combate à Desnutrição Infantil da Dona Zilda Arns é mais eficaz que o Programa Fome Zero? Alguém tem dúvidas disso? Se tiver, me fala; eu não tenho. Eu não estou falando mal do Governo ter o Programa Fome Zero, não. Num país como o nosso, a comida que sobra na sua mesa é a que falta na mesa do outro. Nós estamos falando da mesma coisa. Qualquer programa que for para combater a fome tem que ser aplaudido, elogiado e ajudado. Estou falando de eficácia e de três setores que compõem o chamado Estado. O Primeiro Setor é o Governo, governando; o Segundo Setor é o mercado, financiando;

e Terceiro Setor são as organizações, fazendo o que não é de Governo e o que não é de Mercado.

Tem um ponto de intercessão que nos chama a atenção: O Governo é formado por pessoas. Eu sou Promotor de Justiça, sou uma pessoa que vivo nesse ambiente; o mercado é formado por pessoas, os donos das empresas são pessoas que vivem no ambiente; e as organizações sem fins lucrativos também são formadas por pessoas que vivem nesse ambiente. Nós somos o Brasil. Nós formamos este país e juntos, aqui nesse meio, nesse miolo, temos que fazer alguma coisa para o ambiente ser melhor para as pessoas, seja eu Governo, seja eu Mercado, seja eu Terceiro Setor.

Então, qual é a primeira responsabilidade social empresarial? É dar lucro. Porque, se não der lucro, não vai pagar seus empregados em dia, não vai assinar a carteira, nem cuidar do seu entorno, tampouco vai cuidar do meio ambiente. A primeira responsabilidade social empresarial é dar lucro. E nós, com essa formação cristã de que lucro é pecaminoso, que é pecado ficar rico, nós pensamos assim: "Ah! É mais fácil um camelo passar no fundo da agulha do que o rico entrar no reino dos Céus". Para a Empresa, não é assim. A Empresa tem que ser lucrativa, senão ela não faz direito o que ela tem que fazer. Agora, o que o empresário faz com o lucro, aí sim entra no campo da religião, da moral do que quiser. O José Carvalho de Souza, lá da Bahia, já falou: "Morrer rico é, no mínimo, falta de imaginação". Ser o mais rico do cemitério, meu Deus! Quem pensar uma bobagem dessas!

Infelizmente, eu tinha tanta coisa para falar! Mas o Presidente está vindo e nós temos de cumprir o horário. Eu realmente não vou insistir. Eu gostaria muito de continuar conversando com vocês, sentindo essa energia. Isso faz bem para nós todos; é isso que faz a diferença. Mas vamos pensar muito no mundo real; vamos sair da burocracia. Para que serve a Lei de Utilidade Pública? Alguém sabe alguma utilidade para a Utilidade Pública, a não ser criar uma burocracia governamental, que gere emprego e documento? Não existe necessidade de tanta burocracia e de tanto controle, de tanta exigência. Isso exige mais de todos nós, uma participação na busca de mudança da realidade socioambiental. Eu queria deixar aqui duas frases. Uma delas é do Dom Serafim, que é o nosso Cardeal Católico de Minas Gerais. Ele disse: "Nós vivemos de esperança". Eu chamo o Marcelo como minha testemunha. Eu sou nascido em Santo Antonio do Monte, uma grota lá em Minas Gerais, linda! Mais bonita que Gramado! Sou atleticano e sou promotor de Justiça. Então, meu nome é "esperança", não tem outro jeito. Eu vivo de esperança; e nós todos vivemos de esperança. Esperança, na verdade, é a luz, é o fogo, é o que nos dá a vida; esperança de emagrecer, de formar, de comprar um carro, esperança de ter um filho, de ter saúde; nossa vida é ter esperança. Mas aí vem um Dom Serafim com aquilo que só os sábios sabem falar mesmo: "Mais importante do que ter esperança na situação que vivemos no Brasil, é "ser esperança", e ser esperança é fazer alguma coisa para mudar a realidade". E eu digo mais uma frase que me acompanha há dez anos: "Fazer alguma coisa para mudar a realidade que nos incomoda, que nos inconforma, que nos faz otimistas inconformados, se conjuga na primeira pessoa do singular". Ou eu faço, ou não acontece. Não vamos mudar o Brasil, chamando o Wanderley, chamando o contador. Vamos mudar, mudando a

nossa posição com relação aos problemas. Muito obrigado.

Contador José Antonio de França – Coordenador: Obrigado, ao Doutor Tomáz de Aquino, pela sua apresentação. Conforme tínhamos combinado, haverá tempo para cinco perguntas. Porém este tempo está restrito a cinco minutos. Eu gostaria de solicitar às pessoas que forem se manifestar que procurem ser bastante objetivas, dirigindo a sua pergunta para o painelista, e solicito aos painelistas que também sejam bastante objetivos na sua resposta. Podemos começar?

Gerardo Gama - Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal: Meu nome é Gerardo Gama, sou presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal. Tenho uma pergunta a fazer. Eu vi o senhor promotor do Ministério Público de Brasília, Distrito Federal, e também o senhor promotor público de Minas Gerais falarem sobre a eficiência dos órgãos do Terceiro Setor. Falaram também sobre a falta de atingir os seus resultados, às vezes, e, muitas vezes, não fugir da sua finalidade. Ouvi também falar sobre o fortalecimento do Conselho Fiscal. É nesse particular que eu falo. Todas as entidades do Terceiro Setor têm um Conselho Fiscal e a maioria de seus integrantes não são contadores. Eu tenho em mente que a ciência do controle é a Contabilidade. Então, torna-se necessário que o Ministério Público, que tem muita força na fiscalização desses órgãos, proponha que, quando o contabilista não participar do Terceiro Setor, que seja assistido por ele.

Gladaniel Palmeira de Carvalho –Ministério Público do Distrito Federal e Territórios: Isso, inclusive, está até no meu último livro. Essa é uma sugestão que eu dou desde que escrevi o meu primeiro livro. Não escrevi tantos assim, são só três. Mas está lá dizendo que o Conselho Fiscal deve ser composto por pessoas da área de Contabilidade ou do Direito, para ele ter realmente melhor eficácia. Não tenho a menor dúvida quanto a isso.

José Antonio de França – Coordenador: Muito obrigado. Vamos, então, à segunda pergunta.

Marcelo Almonelo – São Paulo: Bom dia. Eu sou Marcelo Almonelo, de São Paulo. Também fui presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo, órgão de fiscalização de entidades da maior rede socioassistencial. O que eu trago aqui é algo que já discutimos bastante, que é a questão do marco legal do Terceiro Setor. Falarmos sobre o marco legal é falar de controle social e controle de suas contas. Não seria muito importante o envolvimento do Conselho Federal por parte do órgão gestor, de todos eles? Por exemplo, o Ministério da Justiça apresentou a sua prestação de contas. Isso foi muito salutar, foi muito bom, mas há inconsistências contábeis em suas demonstrações. O Ministério da Previdência, na sua força tarefa junto com o Ministério Público Federal do Distrito Federal, fez algumas atuações profissionais, em que desqualifica a Contabilidade, alegando que as contas de compensação não se prestam para informações. Então, não haveria uma necessidade de maior relação com o Conselho Federal, órgão que capitaneia todos os profissionais que estão inseridos em todas as organizações sociais no Brasil? Todas as organizações são obrigadas a ter um profissional, no mínimo, fora as auditorias. Eu acredito que seria muito salutar, para a formulação do marco do Terceiro Setor, a presença dos profissionais da Contabilidade.

Gladaniel Palmeira de Carvalho – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios: Com relação a esse aspecto, eu queria dizer que nós do Ministério Público do Distrito Federal sempre tivemos essa preocupação com relação à questão – contador e Terceiro Setor. Respondendo ao Almonelo, eu diria o seguinte: eu concordo plenamente que o Estado precisa se aproximar mais do Conselho Federal de Contabilidade, para que esse tipo de situação não se repita e para que nós tenhamos um resultado positivo, tanto para as entidades, como para a sociedade em geral. Estou de acordo.

Contador José Antonio de França – Coordenador: Vamos para outra pergunta.

Contador de Uberlândia/MG: Eu sou contador de Uberlândia, e vou fazer uma pergunta para a Andréa, e depois para o meu conterrâneo de Minas. Andréa, foi falado aqui sobre a questão de registro da Oscip e de Entidade de Utilidade Pública Federal. O Doutor Tomáz Aquino disse que se conseguiria obter esse registro em 30 dias. Eu estou há um ano como diretor presidente da Fundação "Essas Crianças", e não consegui a Certificação. Nós temos visto que, ultimamente, as Oscips e as Entidades de Utilidade Pública acabam sendo uma extensão da facilidade de apadrinhamento do governo, colocando verbas públicas e tendo por trás a influência de deputados e senadores. Até que ponto isso é verdade? Hoje, nós vamos discutir a questão dos incentivos fiscais das pessoas físicas e jurídicas. Apenas 6% das pessoas físicas destinam recursos para o FIA. Então, gostaria de deixar essa mensagem para os contadores: "É melhor dar do que receber". Ou seja, nós somos conhecedores da lei. Eu defini uma meta de que 100% dos meus clientes têm o conhecimento que podem fazer o incentivo fiscal. Está dado o recado.

Andréa Aiolfi – Coordenadora de Entidades Sociais do Ministério da Justiça: Bem, sobre a demora na concessão das qualificações, realmente para as Oscips, nós observamos o prazo legal. Caso a entidade tenha indeferido o seu pedido, ela pode entrar com nova solicitação. São trinta dias para a análise, e mais 15 dias para a publicação da qualificação. Já no caso do Certificado de Utilidade Pública, realmente, a análise é mais demorada e, com a falta de documentos, nós diligenciamos para que seja complementadoa Existem, sim, vários pedidos de parlamentares, solicitando urgência na análise, mas nós apenas respondemos a eles que é observado o prazo legal e a ordem de chegada dos documentos.

Luis Mário – Ceará: Minha pergunta é também uma provocação para a mesa e para todos os contadores. Como os contadores podem sair de meros expectadores nesse processo de controle, de ajuda para ONGs e passarem a ser atores? Por que o nosso trabalho, as nossas informações não são úteis para esse controle? Essa é uma provocação. Eu espero que, no próximo Congresso, apesar da qualidade das apresentações dos palestrantes, nós tenhamos um contador apresentando suas experiências de como estão contribuindo para o Terceiro Setor.

Nelson – Curitiba: Meu nome é Nelson e eu tenho um escritório de contabilidade em Curitiba. Várias pessoas que querem montar, digamos, uma comunidade terapêutica, uma entidade sem fins lucrativos, ou uma igreja que quer organizar uma creche etc. Algumas pessoas têm muita boa vontade de

montar uma comunidade terapêutica de recuperação de drogados, viciados, mas eles vêm simplesmente com a boa vontade e não têm experiência no controle financeiro, no controle de como organizar essa entidade. Minha esposa, Dona Marisa, cuida de uma comunidade terapêutica e nós damos uma assistência basicamente gratuita para essas comunidades, em função das necessidades deles. Então, o que eu sugeriria é que fosse criada a figura do "Contador Público". Nós poderíamos nos inscrever para sermos contadores públicos, pelo menos para sermos remunerados pelo trabalho que prestamos.

Outra coisa que eu observo também é que as prestações de contas que são feitas não são feitas de acordo com a técnica contábil, porque simplesmente eles pedem um relatório do que foi recebido de verba para aquela finalidade, e não pedem a prestação de contas do Balanço Geral da entidade. A nossa finalidade é que a prestação de contas seja realmente transparente, com todo o Balanço da entidade, e não simplesmente o detalhamento daquela verba recebida do Governo. Porque, se for só com aquela verba recebida do Governo, para alguém que não tenha boa intenção, é fácil manipular aquela prestação de contas. Faltam contadores com competência no Tribunal de Contas. Eu acho que o Conselho Federal de Contabilidade, o Ibracon e os auditores têm muito a contribuir para organizar, tanto do Tribunal de Contas, quanto das empresas.

Tomáz de Aquino Resende – Presidente da Profis: Eu insisto em dizer que, quando a mamãe procurava o contador, o que ele falava era: "Paga isso e depois parcela porque ninguém agüenta a fiscalização". Na verdade, quando eu falei em imunidade tributária, que é um direito constitucional, de educação, saúde e assistência social, que conta como um dos requisitos do Código Tributário. Quem aplica isso? Ninguém. A pessoa chega ao seu escritório e diz: "Olha, estão me cobrando isso, o que eu faço?" Vamos discutir na Justiça. Como tem sido feita a leitura hoje? Da Portaria do Ministério para cima. Existe uma Portaria do Ministério, existe um aviso da Receita Federal, e aí nós vamos lendo. Nós temos que ler da Constituição para baixo. Eu acho que, se o contador começar a ler da Constituição para baixo, saberá falar de imunidade.

Outra coisa, 276.000 não existem; nem 270.000 existem. Nós fizemos o censo em Belo Horizonte e, das 4.500 que o IBGE fala que existem lá, só há três. São 2.970. Por quê? Muitas delas têm cinco ou seis CGC porque não foram orientadas devidamente e não fizeram a Declaração de Isenta. Então, elas têm uma multa de R$ 500,00 a pagar e preferem constituir uma nova pessoa jurídica. Como é que você orienta? Constitui uma nova porque é muito mais barato e mais prático.

José Antonio de França – Coordenador: Doutor Tomáz de Aquino, muito obrigado. Eu quero agradecer a todos os componentes da Mesa – Doutor Gladaniel, Doutora Andréa, Doutor Mauri, Doutor Tomáz de Aquino. Queria agradecer também a todos os que nos prestigiaram com a sua presença, e devolvo a palavra ao Cerimonial.

Mestre de cerimônias: senhoras e senhores, peço que permaneçam só mais um instante por gentileza porque serão repassados os avisos da segurança da Presidência da República e uma ressalva do que foi anunciado anteriormente. Enquanto isso, aceitem as desculpas da

organização do evento por conta da celeridade do tempo, ou fala ou respira. O Doutor Enory Spinelli, vice-presidente do CFC, estará fazendo a entrega do certificado ao contador professor França, e o coordenador dos trabalhos entregará também os certificados e uma singela lembrança deste evento aos senhores painelistas que aqui nos honraram com suas presenças.

Já está se posicionando no palco, para uma única apresentação, o Coral do Conselho Federal de Contabilidade. Lembramos mais uma vez que, a partir das 14h30min, nós teremos o acesso liberado para este auditório. O procedimento para o acesso – e aqui vai a distinção do que foi anunciado anteriormente – será o seguinte: apresentação do crachá. Nós havíamos informado que teriam que pegar a pulseira branca. Isso não vai mais acontecer. Basta trazer o seu crachá, apresentar e, obviamente, passar pelo detector de metal. Portanto, não será mais necessário pegar a pulseira branca, conforme anunciado anteriormente. Basta que as senhoras e os senhores apresentem seus crachás e que tenham acesso a este auditório, obviamente, após a passagem pelos detectores de metal. Mais uma vez, solicitamos que câmaras fotográficas, celulares, chaves, ou qualquer objeto de metal que as senhoras e os senhores estejam portando sejam rapidamente apresentados à equipe da segurança para facilitar e dar maior celeridade ao acesso a este auditório.
Lembramos novamente que o painel que estaria acontecendo aqui no Auditório Érico Veríssimo, às 14h30min, foi transferido para o espaço de atividades sociais e que toda a programação vai acontecer conforme o previsto, obviamente, com alterações de horários. Após, nós teremos esse intervalo para a presença do Presidente da República e, em seguida, daremos seqüência à programação técnica.

Fechando este Fórum, com a devida anuência do senhor coordenador, teremos uma apresentação do Coral Balanço das Vozes, composto por funcionários do Conselho Federal de Contabilidade, sob a regência de Eduardo Dias de Carvalho.

(Apresentação Musical)

Os agradecimentos ao Coral Balanço das Vozes e ao regente Eduardo Dias Carvalho.

E agora, o contador José Antonio de França faz a entrega dos certificados e também da singela lembrança aos painelistas que deram um brilho significativo a este Fórum:
Inicialmente, à advogada Andrea Aiolfi

Ao promotor de Justiça, Gladaniel Palmeira de Carvalho

Ao procurador de Justiça Tomáz de Aquino Resende

E ao advogado Mauri José Vieira Cruz.

Convido agora o contador Enory Luiz Spinelli, vice-presidente do Conselho Federal de Contabilidade, para fazer a entrega do certificado e dessa singela lembrança ao contador José Antonio de França, por sua participação no comando deste Fórum.

Senhoras e senhores, nossos agradecimentos pela presença de todos, e lembramos agora que teremos neste Auditório, agora, um processo de varredura feita pela segurança da Presidência da República. Obrigada.

AUDITÓRIO JOSÉ LUTZEMBERGER

3º FÓRUM NACIONAL DE ENTIDADES SINDICAIS DA ÁREA CONTÁBIL

O NOVO SINDICALISMO NA PROFISSÃO CONTÁBIL

Mestre de cerimônias: Em nome dos promotores deste evento, registramos nossos agradecimentos a todos os parceiros e patrocinadores que tornaram possível o êxito deste Congresso.

O Sistema CFC/CRCs, legalmente instituído para fiscalizar o exercício da profissão contábil em território nacional, ao longo da sua trajetória de mais de seis décadas, vem procurando aprimorar o seu relacionamento com as demais entidades representativas dos contabilistas em nível local, regional e nacional, na busca por um bem comum, não só da classe contábil, mas também na Comissão de Integração Sindical com o objetivo de unir as Entidades Sindicais e os Conselhos de Contabilidade. O objetivo é valorizar a Profissão Contábil, discutir problemas, propor soluções, e reforçar a importância do Contabilista para o mercado de trabalho. A Comissão também tem contribuído para que os profissionais ampliem os seus conhecimentos sobre regras institucionais para uma atuação mais eficiente e segura.

Hoje com o tema "O Novo Sindicalismo na Profissão Contábil", o Sistema CFC/CRCs, e a Comissão de Integração Sindical apresentam o 3º Fórum Nacional de Entidades Sindicais na Área Contábil, que traz, em seus objetivos: a discussão do posicionamento nas Entidades Sindicais frente à Reforma Sindical, principalmente em relação às Centrais Sindicais; o fortalecimento da representação sindical; as organizações sindicais como entidades autônomas e a dinâmica de sua atuação; o registro e o ordenamento dos Sindicatos, Federações, Confederações e Centrais Sindicais; e o princípio da unicidade sindical. O Sistema CFC/CRC propõe aos representantes e líderes sindicais aqui presentes uma diversidade de idéias que, sem dúvida, ajudarão no fortalecimento da profissão contábil e no crescimento da participação dessas entidades no desenvolvimento econômico do país.

Convidamos o contador e administrador senhor Antonio Carlos Dóro, para coordenar os trabalhos deste Fórum. Antonio Carlos Dóro exerceu inúmeras atividades nas entidades da classe contábil brasileira. No Estado do Paraná, atuou como diretor e posteriormente como vice-presidente do Sescap. Foi vice-presidente e presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Paraná. Foi também Presidente da Federação dos Contabilistas no seu Estado e Conselheiro e Vice-presidente de Administração do Conselho Federal de Contabilidade.
Convidamos também para compor a mesa os painelistas que irão proferir a palestra intitulada: "O Novo Sindicalismo na Profissão Contábil": o contador professor Luis Sérgio da Rosa Lopes, o

Flávio Obino Filho, Luis Sérgio da Rosa Lopes,
Antonio Carlos Dóro e Francisco Antonio Feijó

Realização
CFC

contador Francisco Antonio Feijó, presidente da CNPL e o advogado Flávio Obino Filho.

De imediato, passamos a palavra ao coordenador Antonio Carlos Dóro, para suas considerações e condução dos trabalhos.

Antonio Carlos Dóro - Coordenador: Bom-dia a todos. Quero dizer que é motivo de orgulho muito grande estar aqui coordenando o 3º Fórum Nacional de Entidades Sindicais da Área Contábil. Esses Fóruns são de suma importância para as Entidades Sindicais, principalmente este, pelo momento de transformação por que estamos passando, sobretudo com relação à legislação.

Nós vamos organizar o nosso Fórum em quatro blocos. Na primeira parte, vamos ter a participação do Luis Sérgio; em seguida, do Francisco Feijó; no terceiro bloco, teremos o Flávio Obino; e vamos destinar o quarto bloco para debates, e deixar um espaço aberto para perguntas.

O Luis Sérgio da Rosa Lopes é contador, Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade Simonsen, do Rio de Janeiro; Pós-Graduado em Administração e Finanças pela PUC do Rio de Janeiro; ex-contador da CSN, admitido por Concurso Público em 1980; membro titular da Academia de Ciências Econômicas e Políticas e Sociais. É professor universitário licenciado pela Fundação Oswaldo Aranha, Escola de Ciências Contábeis; foi presidente da Federação dos Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia; presidente do Sindicato dos Contabilistas de Volta Redonda; foi presidente da Câmara de Fiscalização do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, no período de 1992 a 1993; exerceu também atividade na 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Volta Redonda no período de 1985 a 1998; também exerceu atividade de juiz classista da 2ª Instância, representando os trabalhadores junto ao Tribunal do Trabalho da 1ª Região do Rio de Janeiro no período de 1994 a 1997; conferencista, palestrante, representante brasileiro em vários congressos nacionais e internacionais. É secretário-geral da CNPL e atual presidente da Central Sindical de Profissionais.

Na seqüência, teremos o Francisco Feijó, que já é conhecido de todos. Ele é presidente da CNPL, contabilista, advogado; foi presidente da Federação dos Contadores do Estado de São Paulo em dois períodos, 1992 a 1995 e de 2004 a 2007; teve participação no Sindicato dos Contabilistas do Estado de São Paulo; é vice-presidente do Conselho Regional do Estado de São Paulo; secretário-geral do CNPL, no período de 1996 a 1999; primeiro vice-presidente da CNPL de 1999 a 2002; presidente do Sindicato dos Contabilistas de 1984 a 1985; presidente da Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo, de 1972 a 1975.

Por último, teremos a participação do advogado trabalhista Flávio Obino Filho, que é especializado em Direito Coletivo do Trabalho; Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; coordenador geral da Flávio Obino Advogados Associados; profissional experiente em negociações intersindicais; conselheiro da Abong em 1995, 1997, 1998 e 2001; ex-presidente do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador; ex-presidente da Comissão de Empregos do Rio Grande do Sul; ex-presidente do Instituto Nacional de Mediação e Arbitragem, Seção Rio Grande do Sul; membro da Comissão de Relações Sin-

dicais da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas; sócio-fundador da Sociedade dos Advogados Trabalhistas de Empresas do Rio Grande do Sul; e também eleito da banca examinadora de concurso público para preenchimento de vaga de Juiz do TRT, no período de 1996 a 1997.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com as palavras do nosso companheiro Luis Sérgio da Rosa Lopes.

Luis Sérgio da Rosa Lopes – presidente da Fedcont: Bom-dia a todos. Muito obrigado, coordenador Dóro, pela oportunidade de estar aqui neste Fórum participando e discutindo com os companheiros o futuro do movimento sindical de um modo geral e, em particular, na área contábil. Eu tenho 35 minutos para falar de um assunto que existe institucionalmente organizado há 63 anos. Esse tempo de 35 minutos é exíguo, mas vou tentar me conter dentro desses parâmetros.

Os senhores têm ouvido falar muito sobre pluralidade e unicidade sindical, ao longo dos últimos anos deste Governo. No primeiro mandato, este Governo organizou o Fórum Nacional do Trabalho e convocou lideranças sindicais da área do Trabalho, no sentido estrito do que sejam trabalhadores – que vamos denominar agora de "Chão de Fábrica" – sem a participação dos trabalhadores profissionais e trabalhadores intelectuais, que constituem o segmento em que estamos enquadrados. E convidou as entidades empresariais e o Governo para participar, de forma tripartite, na discussão de uma nova Formulação Sindical para o Brasil. A idéia era estabelecer determinadas regras ou princípios que deveriam ser obtidos ao longo do primeiro mandato do Presidente Lula; se isso não for possível, que seja ao longo do segundo mandato; se ainda assim não for possível, que seja ao longo de um terceiro mandato do PT. O projeto estabelecido nos primeiros anos deste governo transcende o primeiro mandato, o segundo mandato e, possivelmente, um terceiro mandato. É claro que as coisas estão sendo aceleradas nesse segundo mandato.

Esse Fórum Nacional do Trabalho estabeleceu princípios que conflitam com a nossa Organização Sindical Constituída. Em 1945, por exemplo, o Fórum Nacional do Trabalho propaga como melhor forma de representação sindical a pluralidade sindical. Ou seja, não mais a unicidade sindical, por organização por profissões, do mesmo segmento representado hoje nos sistemas que nós chamamos de "confederativos", ou seja, Sindicatos, Federações e Confederações. Esse Fórum apregoa a liberdade absoluta. Era um dos princípios do Fórum, a liberdade absoluta do movimento sindical, inclusive para estabelecer Contratos Coletivos de Trabalho, em nível nacional. Ou seja, suprimindo aquelas conquistas já obtidas na Consolidação da Lei do Trabalho.

Todo regulamento entre o capital e o trabalho, que está previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, e a convivência pacífica entre ambos, seria substituído, em parte, por acordos coletivos de trabalho, firmados por um ente que não existia no Brasil, e nunca existiu na ordem sindical, que são as Centrais Sindicais. Então, um dos objetivos desse trabalho foi criar as Centrais Sindicais que iriam gerenciar, junto com as Centrais Patronais, um Contrato Coletivo de Trabalho no Brasil. É claro que, para atingir esses objetivos, para que essas premissas conseguissem prosperar no

âmbito da CLT, tinha-se que alegar uma série de coisas. Alegaram, por exemplo, que a CLT foi constituída com base na Carta de Lavoro, o que é uma grande bobagem. A gente fica até com vergonha quando a pessoa cita isso porque a Carta de Lavoro é um enunciado de intenções e não é uma Consolidação de Trabalho. Se Mussolini fez aquilo, fez com um objetivo; só que não foi feito com o mesmo objetivo aqui no Brasil. Na realidade, o governo brasileiro da época tinha como objetivo regular as contendas entre os trabalhadores e empresários, e de capital e trabalho. Ou seja, criar uma forma que não resultasse em agressões recíprocas para que um setor fosse prejudicado e o outro também. Então, criou-se a CLT, que tinha o objetivo de conciliar esses pontos de interesse e garantir o mínimo de direito aos trabalhadores, controlando o capital na sua forma mais agressiva.

Esse tipo de argumentação conseguiu ter uma grande repercussão na sociedade, como sempre teve na sociedade brasileira. "Precisamos mudar a CLT, porque diminui o custo Brasil"! Isso é uma balela, enorme! O custo Brasil é que, se você não tiver instrumentos que regule o capital e o trabalho, você terá agressões de parte a parte; você terá uma infinidade de greves; terá um empregado insatisfeito. Na realidade, modernamente, hoje se trata o empregado como um parceiro porque, como empregado, ele já não tem mais aquele sentido de subserviência total, de ser empregado submetido a ditames rigorosos de trabalho. As grandes empresas costumam tratar os seus empregados como parceiros; parceiros na sua profissão. Hoje a figura é essa. Se essas regras mínimas previstas são quebradas, você caminha para uma situação de confronto.

Esse Fórum Nacional do Trabalho, com idéias extremamente avessas à conciliação, estabeleceu essas regras. Ao longo desse tempo, esse embate tem sido feito no Brasil, entre as correntes sindicais que defendem a unicidade sindical, o sistema confederativo, a preservação dos direitos garantidos em lei, nesse objetivo de conciliação, e aqueles que querem o rompimento disso e que estão muito presentes no aparelho estatal.

Para os senhores terem uma idéia, não há no Brasil nenhuma instituição, a não ser a Igreja Católica, tão sólida quanto a Organização Sindical. A Consolidação das Leis Trabalhistas foi consolidada com a criação do Sistema Sindical, da forma como funciona até hoje, em 1945. Em 1945, veio a consolidação da CLT. De 1945 até os dias de hoje, ela se manteve intacta: Sindicato, Federação e Confederação. Um sistema que funcionou adequadamente ao longo desses anos todos. Tanto funcionou adequadamente, que conseguiu projetar no cenário político nacional um trabalhador que hoje é o Presidente da República. E foi exatamente dentro dessa estrutura sindical que o Presidente se criou. Por exemplo, o Executivo brasileiro, de 1945 para cá, sofreu modificações terríveis. A instituição do Executivo passou por fases em que foi violentado; se estabeleceu o Parlamentarismo; a eleição do Presidente, que era de forma direta pela Constituição de 1946, passou a ser congressual, ou seja, o Congresso elegia o Presidente. Então, nessa fase de 1945 até os dias de hoje, sem falar nos atos institucionais, nós tivemos pelo menos três formas de Poder Executivo no Brasil: pelo Primeiro-Ministro; pelo Presidente eleito pelo voto direto; e pelo Presidente eleito pelo voto congressual. Durante toda essa fase em que o Executivo passou por isso, a organização sindical se manteve intacta

e conseguiu atingir o objetivo a que se propunha, que era a conciliação entre capital e trabalho.

No Parlamento do Poder Legislativo, nós tivemos o mesmo processo de mudança que tivemos ao longo desse tempo no Poder Executivo. Tivemos o Parlamentarismo, o Parlamento como instituição congressual. Tivemos ainda no Parlamento os senadores biônicos, que não eram eleitos pelo voto direto. Eles eram eleitos pelas Assembléias Legislativas e tomavam posse no Congresso Nacional, que também durante esses anos todos foi uma das instituições mais violentadas no Brasil.

O Judiciário foi contido pelos atos institucionais. Não podia julgar atos que tivessem sido praticados com base nos atos institucionais. Quando muito, poderia ser submetido à Justiça Militar, que no máximo podia julgar alguns atos do Executivo. Então a Justiça Militar também ficou fora desse processo de instituição permanente, da forma que ela era desde a sua criação. Tivemos, na Constituição de 1988, o fim do Tribunal Federal de Recursos e a criação do Superior Tribunal de Justiça, também de uma forma que a Instituição sofreu uma mudança drástica no seu funcionamento. E os Sindicatos, as Federações e as Confederações? Permaneceram regidos pela mesma legislação, com algumas adaptações, algumas atualizações, mas funcionaram de tal forma que puderam atender a contento as demandas da sociedade durante todo esse período.

Propor hoje o desmantelamento dessa estrutura não deve ser o objetivo da sociedade brasileira. O objetivo é outro. Há um objetivo claro, político, de instrumentalizar o movimento sindical, o que nunca ocorreu ao longo desse tempo, no sentido de torná-lo a reboque do Executivo, ou de qualquer força política, como instrumento de luta nesse país. Há todo um movimento no sentido de desmantelar a organização sindical. Tanto que, recentemente, o ministro do Trabalho, com o argumento de que queria fazer uma modificação no processo do Movimento Sindical, publicou a Portaria 186, que propõe facilitar a criação dos sindicatos, mas que, na realidade, no fundo, desmantela a organização Sindical. Essa Portaria está sendo objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade de todas as Confederações Brasileiras. Todas as Confederações entraram com uma ação direta de inconstitucionalidade porque ela agride o princípio da unicidade sindical e do sistema confederativo.

Paralelamente a isso, para se implantar o Projeto da FNT, seria necessário criar as Centrais Sindicais. Então, primeiro, é preciso desmantelar o sistema; depois de desmantelar o sistema, ou paralelamente ao desmanche dele, é preciso criar as Centrais Sindicais. E foi daí que veio a campanha pelas Centrais Sindicais, estimuladas há muito tempo pela sua criação. As Centrais Sindicais nunca fizeram parte do modelo sindical brasileiro; é um modelo que existe na Europa e nos Estados Unidos há muito tempo. Nos Estados Unidos, você tem a Central Sindical Americana, que é a Federação Americana do Trabalho. Esta Federação foi depois transformada na CIO, e depois na Ciol. Ou seja, sempre mantiveram o princípio da Central Sindical. Na Europa, organizaram-se Centrais Sindicais nos países, principalmente na Itália, que teve a Central Comunista, Central Social Democrata, e tinha outra que era a Central Independente. Quer dizer, havia três Centrais Sindicais sob coloração política. Não era coloração trabalhista, era política. É claro que

cada uma, ideologicamente, defendia o sistema trabalhista que mais lhe interessava, mas eram centrais eminentemente de cunho político.

Esse sistema prevaleceu desde o início do século, tanto nos Estados Unidos como na Europa, e se manteve após a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Por algum motivo, achou-se que esse seria o sistema ideal para a implantação no nosso país. Claro que isso encontrou uma grande resistência no movimento sindical aglutinado nas Confederações. Também provocou uma discussão inusitada no meio sindical brasileiro e, devido à insistência, à persistência, e apesar da reação que houve contra isso, o Governo conseguiu aprovar no Congresso Nacional uma Lei que reconhece as Centrais Sindicais, o que ocorreu agora no dia 30 de março de 2008. Logo em seguida, no dia 22 de abril de 2008, o ministro baixou outra Portaria lamentando o funcionamento dessas Centrais Sindicais. Na realidade, limitou o funcionamento de apenas cinco Centrais Sindicais que já estavam a longo tempo colaborando com o governo no sentido de desmanche da Legislação Trabalhista, e desmanche do Movimento Sindical e do Sistema Confederativo. Já estavam há muito tempo engajados nesse processo de desmantelar o nosso Sistema Confederativo. Eu sei que, às vezes, isso soa duro, mas a verdade tem de ser dita desta forma: o objetivo era desmantelar o nosso Sistema Confederativo.

Com isso, nós temos hoje um cenário que se avizinha de forma diferente do que você poderia prever há cinco anos. Nós temos um Sistema Sindical Confederativo, com regras de unicidade, quebradas, em tese, por uma Portaria. Temos as Centrais Sindicais que necessariamente para crescerem terão de crescer com um sistema de pluralidade sindical. Elas não conseguirão crescer num sistema de unicidade porque se mantivermos o sistema vertical como é hoje, e se essas instituições verticais representam o movimento trabalhista, no sentido das reivindicações trabalhistas e não das reivindicações políticas, se esse movimento confederativo representa todas as entidades sindicais no sentido do movimento trabalhista, dificilmente as Centrais Sindicais vão fazer acordos coletivos de trabalho em nível nacional porque não caberá a elas essa representação. Então nós temos um sistema hoje extremamente paradoxal e conflitante. Temos as Centrais Sindicais e temos as Confederações, Federações e Sindicatos, que detêm o poder legal dessa representação. As Centrais Sindicais só vão conseguir sobreviver e se impor no Movimento Sindical se o sistema de base for quebrado. Nós estamos diante de uma luta que vai ser travada ao longo dos próximos anos. Sem dúvida nenhuma, se o governo continuar a privilegiar as Centrais Sindicais nas discussões das políticas salariais e das políticas sociais, sem convocar as Confederações para isso, essa contradição vai se aguçar e nós vamos ter sérios embates, pelo menos em nível judicial, entre as duas organizações sindicais. Essa contradição vai se aprofundar ao longo do tempo e é óbvio que isso vai se refletir na nossa classe.

Nós temos aqui a Organização Sindical dos Empresários de Contabilidade, que estão agrupados nos Sescons e na Fenacon; temos a Organização Sindical dos Contabilistas, que são empregados, e que estão agrupados nos seus sindicatos, nas suas federações e na sua confederação. É claro que, por sermos trabalhadores individuais, temos uma regência de profissão, todos nós empregados e empresários de contabilidade estamos

sujeitos a um código de ética, não há como se eximir dessa responsabilidade; todos nós temos a mesma formação intelectual. Aquele que é dono de um escritório e é Bacharel em Ciências Contábeis tem um empregado que também é Bacharel em Ciências Contábeis. Então, é muito fácil que, em nosso ambiente, consigamos regular as relações de forma inteligente onde haja concessões de parte a parte. Mas, dificilmente, num ambiente trabalhista de confronto, principalmente no caso daqueles sindicatos que são ideologicamente posicionados contra o capital, e também aqueles empresários que têm ojeriza ao trabalhador e ainda não assimilaram que o trabalhador é um parceiro, ainda tratam o trabalhador como um escravo na sua empresa – esse conflito será mais aguçado e certamente teremos grandes acontecimentos no futuro, provavelmente. Mas acredito que na nossa classe, nós somos inteligentes o suficiente para regular as nossas atividades. Esse foi um dos motivos pelo qual, na discussão interna da CNPL, nós chegamos à conclusão de que teríamos de criar uma central nossa, de profissionais da contabilidade. Porque, se tivermos que regular as nossas condições de trabalho, vamos regular no mesmo nível de inteligência, no mesmo nível de diálogo, e da mesma forma acordar de maneira inteligente os nossos interesses. Como sempre aconteceu em regra geral com o Sindicato das Profissões Liberais. Por isso é que criamos uma Central Sindical de Profissionais, onde estão preferencialmente os profissionais liberais, com o objetivo de que, no momento em que os contratos nacionais de trabalho vierem a ser efetivamente implantados, nós teremos como, de forma inteligente, regular esse funcionamento, se o Sistema Confederativo for efetivamente desmantelado. A perspectiva de que isso venha a acontecer não é uma perspectiva impossível; ela é muito clara e nós demoramos um pouco para entender o que começou a acontecer no início.

O Fórum Nacional do Trabalho começou a discutir essas questões agora, no sentido de modernizar, e descobrimos que isso tem um objetivo político muito claro. Isso foi planejado dentro de um gabinete que estabeleceu: "Vamos mudar a Legislação Trabalhista do Brasil. Vamos instrumentalizar o Movimento Sindical dos Trabalhadores". Tanto que as Centrais Sindicais hoje existentes não contemplam a importância das profissões liberais no seu contexto. As categorias que lá têm influência são as categorias de massa: metalúrgicos, rodoviários, siderúrgicos etc. São essas categorias que predominam nessas centrais porque havia claramente o objetivo político de instrumentalizá-la, no sentido de, num dado momento, elas serem um organismo de repercussão das atividades de algum poder. Eu faria uma referência ao Poder Executivo. Ficou muito claro para nós que pudemos analisar esse movimento, que conseguimos detectar essas coisas que vieram a acontecer, que isso é um planejamento político.

Eu queria dizer que, ao nível da nossa profissão, nós temos a felicidade de termos a mesma formação, de sermos, em tese, corporativistas, mas, tanto empregados como empregadores, defendemos a nossa profissão. E com isso nós teremos a inteligência de regular as nossas ações trabalhistas, de forma inteligente e a contento, de maneira que se resolva o problema tanto do contador empregado, como do contador empresário. Esse é um dos fundamentos da criação da nossa Central Sindical. As pessoas inteligentes têm que conversar com pessoas inteligentes e, se nós fazemos parte des-

sa inteligência, nós não podemos dialogar os nossos problemas com quem não compreende as nossas necessidades, ou com quem não quer entender ideologicamente porque acha que o capital tem que ser riscado do mapa e que tudo deve ser socializado. Tem muita gente no nosso país que acredita nisso e está no Movimento Sindical.

Então, era isso o que eu queria transmitir aos colegas, não sei se consegui atingir os objetivos, mas já me colocaram aqui que meu tempo terminou. Muito obrigado pela atenção e eu passo a palavra ao coordenador da Mesa.

Antonio Carlos Dóro - **Coordenador**: Muito obrigado, Professor Luis Sérgio. Quem prestou bem atenção às palavras do nosso palestrante viu que ele é uma enciclopédia ambulante de conhecimento na área sindical. O Luis Sérgio é um conhecedor profundo do sindicalismo mundial. As explicações dele foram muito apropriadas e eu acho que ele tem uma visão que muito interessa a todos os participantes, pelo momento que estamos atravessando hoje, e pelo que nos espera em breve no futuro. Muito obrigado.

Vamos passar a palavra ao nosso companheiro Francisco Feijó para fazer suas colocações.

Francisco Antonio Feijó – Presidente da CNPL: Inicialmente, quero agradecer ao Sistema CFC, em permitir que as entidades sindicais possam participar desse brilhante evento.

A CNPL é a Confederação Nacional das Profissões Liberais, tem sede em Brasília, 54 anos de existência e este ano recebeu uma homenagem do Congresso Nacional: tivemos a honra de falar ao microfone, naquela Casa Maior de nosso País.

A CNPL congrega hoje aproximadamente quinhentos Sindicatos, oito milhões de profissionais, e um contingente de trinta e sete Federações. Estamos num processo eleitoral em chapa única, com eleições marcadas para 16 outubro. A CNPL é uma entidade eclética, que congrega logicamente todos os problemas de cada categoria profissional liberal. A CNPL não é uma entidade só de contabilistas, embora os contabilistas sejam um dos seus contingentes mais antigos, logicamente, os contabilistas constituídos. Estamos fazendo uma série de coisas buscando colocar a CNPL no lugar que nós entendemos que devemos colocar e o nosso mais recente feito foi a criação da CSP, onde nós temos a honra de estar ao lado do companheiro Luis Sérgio. Eu disse ao Luis Sérgio, porque a CNPL veio a criar uma Central. Isso era um sonho. Nós pretendíamos nos filiar a uma Central ou constituir uma Central própria, e esse sonho aumentou quando começamos a perceber que as Centrais existentes não tinham, não queriam ter, ou não pretendiam ter espaço para nós. Após a nossa criação, algumas dessas Centrais estão adaptando seus espaços para ter espaços para profissionais liberais.

A CNPL tem toda uma estrutura nacional e internacional, e nós temos sentido isso. Inclusive, sentimos isso no próprio Congresso, quando fizeram a homenagem à nossa Entidade. Ela tem um valor maior do que aquilo que nós atribuímos a ela. A CNPL está filiada em nível internacional e é fundadora da CSI – Confederação Sindical Internacional, com sede em Bruxelas, e que foi a fusão da CNT e do Ciol. E é fundadora da CSA. Em visitas a essas entidades, percebemos que realmente nós representamos alguma coisa a mais, e estamos procurando ocupar os nossos espaços.

Nós pretendemos, num próximo mandato, sem confrontar, ou sem impactar, ou sem concorrer com as frentes parlamentares já inscritas na Fenacon, criar a Frente Parlamentar dos Contabilistas ou dos Profissionais Liberais, exatamente para defendê-los em âmbito nacional. Nós temos uma série de problemas a serem discutidos, tenho inclusive na minha mão uma cópia do Anteprojeto de Reforma Tributária elaborado pelo Sistema CFC e CRCs, que nós estamos recebendo para nos oferecer subsídios.

A CNPL tem uma coisa muita importante que talvez a maioria dos senhores não saiba. Ela tem o direito de ingressar com ações de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal, as Adins. E ingressamos, recentemente, juntamente com dez outras Confederações. Num universo de cinqüenta milhões de trabalhadores, depois de diversas reuniões do Fórum Sindical de Trabalhadores, em Brasília, nós estamos discutindo exatamente a legalidade da Portaria 186. Em princípio, ela começa a desmantelar, de cima para baixo, o sistema sindical, permitindo a quebra da unicidade sindical.

Nós já temos um caso concreto na CNPL. Há três anos, três categorias profissionais se desligaram da entidade e criaram uma nova confederação, intitulada Confederação Nacional dos Trabalhadores Universitários. Esta Confederação recebeu, na cidade de São Paulo, garantias do Secretário do Trabalho, de que seria reconhecida. Dias antes de ser editada essa Portaria, nós fomos citados para impugnar e nós impugnamos. Estamos aguardando despacho do Ministério do Trabalho a respeito dessa impugnação, mas paralelamente a isso já entramos com uma ação buscando exatamente que o Supremo diga se uma Portaria tem efeito de lei, porque isso estaria infringindo o princípio da legalidade. Eu vou ler um tópico da nossa Adin, que é transcrito de um especialista na área de trabalho, que diz o seguinte: A Portaria rompeu ilegalmente com o comando constitucional, afrontando a função primordial do STF, a quem cabe dar a exata interpretação dos textos constitucionais, segundo o art. 93, inciso XI. Ousou implantar a pluralidade nos níveis superiores da organização sindical. Assim dispõe o art. 21: "A filiação de uma entidade de grau inferior a mais de uma entidade de grau superior não poderá ser considerada para fins de composição do número mínimo previsto em lei para a criação e manutenção de uma federação ou confederação". Então, se essa Portaria prevalecer, com toda certeza, em pouco tempo, nós teremos um esfacelamento da unicidade sindical, o que para o trabalhador é muito difícil para efeitos de defesa de seus interesses públicos.

A CNPL também entrou com uma Adin, no final do ano passado, quando a Receita Federal, após a supressão da CPMF, criou uma Instrução Normativa, chamada Portaria 182. Essa Portaria estabelecia que os estabelecimentos bancários informassem ao Ministério da Fazenda, à Receita Federal, toda a movimentação semestral de pessoas físicas e jurídicas num valor aproximado de R$1.000,00/mês para pessoa física e R$ 5.000,00 no caso da pessoa jurídica. Com a criação da nova CPMF, certas coisas mudaram, mas essa Instrução Normativa, uma vez que quebrava o sigilo bancário e feria o princípio da constitucionalidade, nos levou a essa Adin, que já foi distribuída. Não conseguimos, até agora, a liminar, o que significa dizer que os efeitos dela já estão praticamente prejudicados. A OAB tentou também depois uma Adin, não igual

à nossa, mas parecida, e também não teve as suas definições nesse sentido.

A CNPL, no nosso modesto entender, hoje comandada por uma Diretoria que é formada por contabilistas, durante 54 anos, eu acho que ela não teve esse espírito que nós temos na nossa categoria profissional, demonstrado nesse evento, que é exatamente o compartilhamento de experiências, compartilhamento de sugestões e o nosso estrito contato de organização. Nós somos organizadores, administradores, mas, no nosso modesto entender, durante 54 anos a CNPL andou se preocupando com outras coisas que não tinham o alcance que agora nós achamos que têm e percebemos que têm. Estamos buscando encontrar isso porque nós temos condição. A CNPL, junto com as demais categorias, no nosso caso a Fenacon, os Conselhos e etc. E aí uma questão interessante; nós somos egressos dos Conselhos, somos conselheiros. Então, nós achamos que, antes de existir o Sindicato de Profissionais Liberais, existem os Conselhos. Só podem ser sindicalistas os profissionais liberais que são registrados nos Conselhos. Então, nós temos de ter uma política de aproximação dos Conselhos. Logicamente que, nesse universo de mais de trinta profissões, nós temos profissões em que existe isso. Nós temos aqui Conselhos, Sindicatos, Federações, a Fenacon, e logicamente que isso torna difícil o nosso trabalho. Nós estamos fazendo uma luta de aproximação. Nós temos tentado, de longa data, entrar no Conselhão. O Conselhão é um ente não regulado, mas que existe e acho que nós vamos entrar. Se eu tenho a Frente Parlamentar de Profissionais Liberais de Pessoas Físicas, e a Fenacon tem a Frente Parlamentar de Pessoas Jurídicas, nós dois podemos ajudar os Conselhos a acertar situações que não estão reguladas por lei e que precisam ser reguladas. Se a CNPL tem o poder de ingressar no Supremo com uma Adin, esta Adin é para ser utilizada corretamente para que obtenhamos sucesso. Nós da CNPL estamos com uma campanha. Nós da Diretoria temos alguns diretores, algumas categorias que não têm essa afinidade, mas nós contabilistas, graças a Deus temos, e estamos aqui unidos, trabalhando nesse sentido. Nosso segundo projeto é criar um Instituto. Nós aprendemos, nessas andanças internacionais, principalmente na América Latina, que existia na Venezuela uma cidade no topo de um morro, e tinha uma Fundação. Essa entidade uniu-se com outras para criar a CSA, era uma Fundação de Ensino, chamada Utal – Universidade dos Trabalhadores da América Latina. Nós estamos interessados e trabalhando no sentido de criar no Brasil um Instituto e uma Universidade de Profissionais Liberais, para trazer esta experiência de fora do País, e outras que existem na Europa, para que, em vez de colocar escolas por aí a fora, possamos criar um Instituto em Brasília, para que possamos trazer os estados, e fazer cursos, das mais diversas formas. Hoje, a nossa escola, na verdade, é circense. Ela anda por aí a fora, como se fossem indústrias de alunos, e elas querem dizer o que é sindicalismo e o que é sindicalismo liberal. Nós estamos tentando, por exemplo, treinar as pessoas que se habilitam a dirigir uma unidade sindical, como é ser um diretor administrativo, um secretário, etc. Mas para isso nós pretendemos transformar uma escola em um Instituto em Brasília. Já está rodando na Internet a UNICNPL, que gira vinte e quatro horas, como site, e nós estamos pretendendo também criá-la em nível virtual definitivo. Nós temos um espaço na televisão em São Paulo, de meia hora por mês, num

canal de prestação de serviço divulgando a CNPL, e logicamente atendendo às pessoas que queiram nos ouvir, e falar. Estamos também querendo trazer uma abertura, um espaço na Unesco, que dizem existir para nós. Estivemos recentemente visitando a OIT, estamos quase chegando a obter esses recursos.

Eu acho que a CNPL está na realidade pretendo fazer, em menos tempo, o que não foi possível fazer em 54 anos. Mas está, principalmente, trabalhando em cima da unicidade sindical, da unicidade dos profissionais liberais e da unicidade dos profissionais contábeis que fazem parte dela. Nós estamos unidos, as oito Federações que fazem parte do sistema, os nossos Sindicatos estão em contato conosco, e eles sabem que a CNPL está à disposição deles, e que as Federações estão também à disposição dos Sindicatos. Enfim, eu acho que a CNPL, juntamente com seu filho mais novo, a CSP, que o Luis comanda, e os Sindicatos deveriam se filiar à nossa Central porque, em princípio, a nossa Central vai falar a mesma língua que a CNPL fala.

Eu ainda tenho cinco minutos e me passaram um papel com a seguinte solicitação: "Sugerimos que o senhor cite, ou nomine, as Federações Contábeis presentes ao Fórum e também fale da nossa dificuldade de sobreviver em razão do valor legal da contribuição sindical". Eu falei que as oito Federações estão presentes. São elas: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Centro-Oeste e o Nordeste. As dificuldades que as entidades sindicais estão enfrentando, de acordo como o nosso companheiro Genival, de Santa Catarina, é que, com a supressão do MDR, que era a moeda que representava o valor de correção da contribuição sindical. Muitos sindicatos ainda estão conseguindo cobrar somente R$5,70. Eu não queria voltar a esse assunto porque, no meu entender, ele demanda uma palestra de um dia inteiro. Mas, em princípio, eu queria dizer que a CNPL reuniu recentemente na cidade de Ribeirão Preto, em São Paulo, todos os advogados das nossas Delegacias. Nós temos seis Delegacias no Brasil – no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiânia e Recife. Nós discutimos exaustivamente a questão dos R$5,70. Nós temos projetos, fizemos pareceres para a Fipe e decidimos não enfrentar. Tudo o que vier, nós vamos ver caso a caso, até que se defina realmente qual é o valor efetivo da contribuição sindical. Nós queremos informar aos senhores que nós já conseguimos uma emenda a esse Projeto de Lei que cria a contribuição negocial e que nós profissionais liberais saímos fora da arrecadação sindical. Se a contribuição negocial vingar, nós passaremos a receber 1%, no máximo, sobre o ganho anual de cada trabalhador, em função da contribuição negocial. Esse é um assunto difícil. Eu tenho dois minutos e poderia falar o dia inteiro sobre ele, mas eu os convido, se assim quiserem, a arrumar um espaço, microfone na mão e nós estamos à disposição para falar com os senhores em qualquer horário.

Eu quero agradecer a presença dos Senhores porque, sem os senhores, não seria possível essa reunião. Queria agradecer ao Dóro, que conseguiu esse espaço para as nossas Federações, junto ao CFC. Queria reiterar nossos agradecimentos ao Conselho Federal de Contabilidade, na pessoa de sua presidente, Maria Clara Cavalcante Bugarim, e aos Conselhos Regionais presentes. Eu me lembro que quando eu era conselheiro, eu era proibido de freqüentar as entidades sindicais. Eu não podia nem passar

na porta. Agora, eu vejo que estamos aqui com a presença de colegas de Conselhos, presidente de Conselhos, porque, na realidade, nós somos todos uma coisa só: nós somos todos Contabilistas.

Antonio Carlos Dóro - **Coordenador**: Obrigado Feijó, gostaria de comunicar aos senhores que inicialmente vamos abrir espaço para perguntas por escrito.

Nós teremos agora, no terceiro bloco, a participação do nosso ilustre convidado Doutor Flávio Obino Filho, que é advogado Trabalhista, especializado em Direito Coletivo do Trabalho.

Flávio Obino Filho – SESCON/RS: Nosso coordenador Antonio Carlos Dóro, presidentes Francisco Feijó e Luis Sérgio, manifesto inicialmente a satisfação de participar de um Fórum de Entidades Sindicais da Área Contábil.

Gostaria de fazer um adendo ao meu currículo que considero muito importante, que é a minha relação com as Entidades Sindicais. Vendo o Jaime Sobrinho, aqui na platéia, vou voltar a 1986/87, quando iniciamos juntos a dar os primeiros passos do Sescon do Rio Grande do Sul, que tenho orgulho de assessorar até hoje. O presidente Valdir Pietrobon é meu chefe na Fenacon, entidade que também tenho orgulho de assessorar, e o Sescon da Serra Gaúcha. Registro ainda que fui consultor jurídico do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Então esse adendo me parece importante e necessário para mostrar a minha relação com o Movimento Sindical da Classe Contábil e a importância que o tema tem nesse nosso debate.

Tenho um *handicap* nesta Mesa, que é falar depois do Luis Sérgio e do presidente Feijó. É a segunda vez que isso acontece aqui em Gramado. Vou voltar outra vez no tempo, a 1989, quando nós tivemos o Congresso Brasileiro de Contabilidade aqui em Gramado. Nessa altura, nós debatíamos sobre a nova organização sindical do Brasil, inaugurada pela Constituição de 1988. Logo depois do palestrante, o Luis Sérgio se manifestou longamente contra o que havia sido dito na Mesa e foi cortada a palavra dele. Eu me manifestei logo depois. Falei pelo tempo que o Luis Sérgio havia falado, e tentaram cortar a minha palavra, quando o palestrante mandou que eu continuasse. Falei o dobro do Luis Sérgio, mas não deram réplica para ele. Hoje será diferente. Sem dúvida, teremos a oportunidade do debate. Estou falando de histórias com mais de vinte anos de acontecidas e isso é sinal de velhice. Essa velhice, a fadiga adicional, é o que aflige a nossa organização sindical.

O Luis Sérgio falou que a organização sindical é uma das estruturas mais sólidas da nossa sociedade, comparada à Igreja Católica. Mas eu pergunto: será que essa solidez do nosso Movimento Sindical se assenta realmente na conciliação entre o capital e trabalho? Ou nós temos outros ingredientes dessa solidez da unicidade, da contribuição compulsória. Será que tem interesses pessoais na manutenção do sistema sindical vigente? Acho que isso é o que realmente impediu alterações mais profundas em sessenta anos de organização sindical.

Eu vim preparado para ouvir. Já que o tema é O Novo Sindicalismo na Profissão Contábil, eu pensei: vou aguardar que proposta é essa que meus antecessores vão falar, para eu poder debater. Na verdade, é isso que me facilita. O Professor Luis Sérgio fez um histórico do Movimento Sindical, e eu vou, a partir daí, pinçar algumas situações e vou

me centrar um pouco mais no sindicalismo de profissão. Não vou falar do Movimento Sindical das Empresas de Serviços Contábeis, que me parece hoje bem focado, bem estruturado, com a certeza da representação empresarial. Eu quero falar dos Sindicatos Profissionais da Área de Contabilidade.

Antes da Constituição de 1988, seguidamente, eu classificava os Sindicatos das Profissões Liberais, como sindicatos hermafroditas; sindicatos que reuniam empregadores, empresários, autônomos, propriamente ditos, e empregados; sem um foco de definição da sua atividade sindical. Lembro-me que, naquela oportunidade, os Sindicatos de Empresas de Serviços Contábeis estavam se organizando e tinha problema de enquadramento sindical das empresas de serviços contábeis da categoria de assessoramento, perícias, informações e pesquisas. Alguns sindicatos de contabilistas apregoavam uma representação, tanto de empresários, como de empregados. Eu ficava imaginando uma negociação. Primeiro, eu sentava de um lado da mesa e fazia a proposta; em seguida corria para o outro lado da mesa e debatia aquela proposta, que eu mesmo tinha feito. Era uma situação *sui generis*, àquela época, de um sindicalista sendo hermafrodita. Uma grande conquista do Sindicato de Profissionais Liberais foi a possibilidade de representação judicial em processos de dissídio coletivo, que são aqueles que decorrem de uma negociação coletiva frustrada, como se sindicato de categoria diferenciada fosse. Foi o início da vocação de representação de empregados, ou representação de trabalhadores, que é mais abrangente, e também incluir o profissional liberal sem relação de emprego. Mas aquilo foi o início.
Em 1988, tivemos a Constituição Federal e o grande debate foi: Permanecem os Sindicatos de Profissionais Liberais a partir de 1988, ou eles foram varridos do sistema de organização sindical? Eu mesmo defendi, naquela oportunidade, que a Constituição, ao falar sobre categorias econômicas e profissionais, estava sim excluindo os Sindicatos de Profissões Liberais da nossa organização sindical. O Luis Sérgio deve ter enfrentado isso, como classista no Tribunal Regional do Rio de Janeiro. O esvaziamento desses sindicatos também se sentiu a partir de posições do Tribunal Superior de Trabalho, lideradas pelo ministro Valmir Pazzianoto, no sentido de que esses sindicatos não tinham legitimidade para figurar em negociações coletivas e em processos de dissídios coletivos.

Mas, passados vinte anos, os Sindicatos de Profissionais Liberais "sobreviveram" – e a expressão é "sobreviveram" – aos ataques interpretativos, aos ataques do Poder Judiciário, mas sobreviveram no momento em que se definiram como sindicatos representativos de empregados. Os Sindicatos de Engenheiros são sindicatos fortes em todo o Brasil, como sindicatos representativos de engenheiros. Eu só consigo imaginar um campo de atuação do Sindicato dos Contabilistas, como representante dos empregados. Esse é o caminho que está sendo trilhado pela maior parte dos sindicatos de profissões liberais e também pelo Sindicato dos Contabilistas. Mas nós continuamos convivendo nesse Brasil com Sindicatos de Contabilistas, liderados por um grupo empresarial, o que, no meu modo de ver, é um total absurdo dentro do que deve ser focado pelo Sindicato de Contabilistas.

Feita essa primeira consideração, quero avançar na discussão do cenário da organização sindical brasileira. Eu partici-

pei do I Fórum Nacional do Trabalho, comandado pelo ministro Barelli, e acompanhei de perto, sem ser participante do Fórum Nacional do Trabalho. Quero dizer que o Governo Federal hoje – e muitos dizem que nós vivemos em uma República Sindical – tem nos diversos focos de comando, a partir do Presidente da República, pessoas que nasceram, se fortaleceram, tiveram reconhecimento na sociedade e conseguiram galgar representação legislativa e representação executiva, a partir da sua militância sindical. Hoje, identificamos pessoas ligadas à Central Única dos Trabalhadores, ao Partido dos Trabalhadores, que por muito tempo se confundiam.

O Projeto histórico da Central Única dos Trabalhadores é o projeto da contratação articulada e o projeto da pluralidade Sindical, defendendo sempre que a negociação deve ser nacional e centralizada, a partir da cúpula, que é a Central Sindical. No projeto de contratação articulada, que historicamente foi defendida por essas pessoas que hoje estão no governo, realmente, os Sindicatos, as Federações, e as próprias Confederações Sindicais são coadjuvantes. Todo Fórum Nacional do Trabalho do Governo Lula foi montado para dar um carimbo de apoio da sociedade a um projeto de governo e a um projeto da CUT. Os próprios integrantes do Fórum Nacional do Trabalho foram convocados pelo Governo. Ou seja, é o Governo convocando um time que, em tese, seria adversário. E quem foi convocado? A cúpula amiga. Tanto a cúpula amiga empresarial, como a cúpula amiga de trabalhadores, que, de alguma forma, tinha um projeto semelhante àquele projeto do governo, de fortalecimento das Centrais Sindicais. Parecia tranqüilo. Era o Governo patrolando o Congresso, a proposta vinha com o carimbo da sociedade, mas nós tivemos a reação dos sindicatos de base, tanto de trabalhadores como de empresários, e de empresários não ligados a uma estrutura Sindical. Era uma reação com a qual o Governo não contava. E, realmente, aquele grande projeto de revolução da estrutura sindical foi arquivado. Embora vencidos naquela batalha, não se declararam vencidos na guerra. Eles continuaram. Vamos, então, fatiar essa nossa reforma sindical, buscando poucos, mas que seja possível avançar.

Em relação ao Fórum Nacional de Trabalho, eu discordo um pouco de alguns pontos levantados pelo professor Luis Sérgio sobre a adoção da pluralidade. Eu não entendo porque chegaram a tanto, mas, para mim, o maior absurdo das conclusões do Fórum Nacional do Trabalho foi o retorno da interferência e da intervenção do Governo. Esses mesmos sindicalistas que, durante décadas, lutaram pela liberdade sindical, pelo afastamento do Governo, quando passaram a ser Governo, depois de terem comemorado a liberdade e a não interferência em 1988, concordam na intervenção e na interferência do Governo para dizer qual a entidade mais representativa. Ou seja, Governo não poderia interferir quando não era Governo, mas, "agora que eu sou Governo, sou dono da ética, o bastião da honestidade – dois estigmas que foram também varridos no primeiro Governo Lula –, mas agora que sou Governo, vou fazer tudo bonitinho, vou defender a legitimidade das entidades sindicais". Isso para mim é o grande absurdo do Fórum Nacional do Trabalho: colocar no lixo a luta histórica dos trabalhadores pela não- interferência e não intervenção, mas para defender, sim, a estrutura na sua articulação e minimizar a participação das estruturas de base, que são os Sindicatos. Mas o projeto continua. O reconhecimento das Centrais Sindicais faz parte do projeto de privilegiar as cú-

pulas, sem a possibilidade de negociar, porque, se a legislação estabelecesse a possibilidade de negociar com as Centrais, nós estaríamos, sim, contrariando, sem dúvida nenhuma, a Constituição Federal, e a medida seria declarada inconstitucional. Mas se se reconhecem as Centrais Sindicais como Entidades Sindicais e com direito a uma bela fatia da contribuição sindical, então as Centrais passam a ser reconhecidas, têm arrecadação, mas não são representativas dos trabalhadores na negociação coletiva. O projeto da contratação articulada ainda não está pronto. De alguma forma, vão mudar a Constituição para dar condições às Centrais de negociar.

A Portaria realmente possibilita a criação de mais do que uma Federação; admite a pluralidade sindical, no nível da Federação. Mas isso não é uma novidade no Direito Brasileiro, essa estrutura de mais de sessenta anos. Até 1988, quem fizer a leitura do dispositivo da CLT que trata do capítulo de grau superior, e mais especificamente das Federações, vai ver que sempre foi admitido mais de uma Federação; a Unicidade Sindical não se aplicava às Federações. Nós poderíamos ter sim, duas, três Federações de Contabilistas no mesmo estado, desde que reunisse pelo menos cinco sindicatos. Mas isso podia ocorrer até 1988. Eu pergunto para os senhores: Tivemos isso? Não, porque a opção foi por uma Federação única. Eu sou totalmente contra uma Legislação que dite o sistema da pluralidade sindical, mas defendo ardorosamente, com unhas e dentes, a unicidade sindical, no sistema de liberdade. E a melhor forma de organização é da entidade única, da Federação única. Esse foi o caminho trilhado por trabalhadores, por empresários e por profissionais liberais, desde 1930, depois 1949 com a CLT. Decepcionando a legislação de organização sindical, eles sempre optaram por uma única Federação. Mas a Constituição de 1988 estabeleceu unicidade em todos os níveis da representação sindical. Então, quando a Portaria admite a pluralidade na Federação, ela realmente é inconstitucional; não é uma novidade, mas é inconstitucional porque, a partir de 1988, só pode existir uma única Federação.
E a questão das Confederações parece uma coincidência. A CLT estabelece que a Confederação só pode ter por plano de enquadramento. Então, só podemos ter a Confederação Nacional das Profissões Liberais, a Confederação Nacional do Comércio, a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. É isso que está previsto na CLT. A primeira quebra que tivemos dessa regra legal, acho que foi em 1986, quando, com um canetaço, o ministro Almir Pazzianoto reconheceu a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos. E quem era o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos em 1986? O Medeiros. Quem é que assina a Portaria 186 do Ministério do Trabalho? Mas, sem dúvida, um projeto, uma certeza e uma imposição no momento que eu sou Governo. Imposição, esquecendo todos os princípios do concertismo, da construção, que ouvimos desses sindicalistas ao longo dos anos. E essa Portaria também admite a criação de sindicatos por dissociação territorial e por dissociação de categorias. Quando havia conflito de representação entre sindicatos, o Ministério do Trabalho interrompia o registro, e somente pela via judicial uma entidade sindical conseguia o registro se houvesse conflito de representação. Pela nova Portaria, e a atitude do Ministério vai ser pautada pela nova Portaria, poderão sim ser criados sindicatos que conflitam com a representação, como,

por exemplo, o Sindicato dos Contabilistas de Alagoas. Vamos imaginar que seja um sindicato estadual. Se for criado um Sindicato da Região Nordeste de Alagoas, o Sindicato de Alagoas não vai poder impugnar. Pode até impugnar, mas essa impugnação não vai ser recebida porque, mesmo existindo conflito, em tese, pela Portaria, o Ministério entende que é uma dissociação de municípios e que isso pode ser criado. O Sindicato Estadual vai ter que buscar a via judicial para impedir a criação desse Sindicato porque o Ministério vai dar o primeiro passo e vai aprovar a criação desse Sindicato de Contabilistas.

Às Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento de Informações e Pesquisas também se aplicam a dissociação de categorias e a dissociação territorial. Isso é um problema sim, no sentido da pulverização, mas é um problema dentro de um sistema de liberdade. É um desafio para as entidades constituídas de conseguir mostrar, para esses que querem formar um Sindicato, que eles vão estar mais bem representados dentro da entidade que hoje existe. Mas se acena com uma pulverização da representação sindical. Antes, os sindicatos tinham a impugnação como arma e deixam de ter essa arma.

Vou falar um pouco sobre a questão das entidades de profissões liberais. Eu disse que o foco tem que ser de empregado e aí nós nos deparamos com uma situação. E como é que se faz o custeio das atividades dessa entidade sindical? Bom, temos a contribuição sindical. O profissional liberal tem a possibilidade de opção entre o sindicato da categoria preponderante e o sindicato da profissão, mas temos a contribuição sindical que é o que nos sustenta. Está na ordem do dia que o Governo vai encaminhar ao Congresso Nacional, com o beneplácito apoio – pelo menos do encaminhamento, talvez não da proposta na íntegra – das seis principais Centrais de Trabalhadores Brasileiros. Será encaminhada uma proposta do governo da contribuição negocial, que substitui a contribuição sindical. Como bem disse o Luis Sérgio, no projeto inicial do Fórum, como os sindicatos de profissões liberais estavam excluídos da estrutura, também estavam excluídos da arrecadação. A proposta parece que está sendo mandada sem um limite, mas vinculada à negociação coletiva. Aí eu pergunto: É fácil essa negociação coletiva para os sindicatos de profissões liberais? Ela existe hoje? Faz parte do nosso dia-a-dia a negociação coletiva? Eu posso responder que são pouquíssimos, os Sindicatos de Contabilistas que possuem convenções coletivas de trabalho, na maioria das vezes, com as Empresas de Serviços Contábeis. Então, eu fico um pouco preocupada com a tal da forma inteligente de negociar. Eu tenho medo que essa forma inteligente de negociar seja uma negociação de compadres, de pessoas muito próximas.

Mas vamos imaginar que exista realmente o exercício da representação sindical e que ocorram negociações coletivas entre os Sindicatos dos Contabilistas e os Sindicatos de Empresas de Serviços Contábeis. Como é que estão as nossas negociações, defendendo o empregado da empresa industrial, da empresa comercial, da empresa prestadora de serviços? Nós estamos negociando para esse pequeno universo de trabalhadores, mas que são representados pelo Sindicato de Contabilistas? Acho que não estamos. E se não negociarmos, não vamos ter a contribuição negocial, em que pese lá na Proposta do Fórum Nacional do Trabalho, que bastaria um impulso da negociação. Se a negociação frustrou, eu estou legi-

timado para cobrar. Não sei como é com a proposta do governo, mas se realmente existe um movimento orquestrado para acabar com os sindicatos de categorias diferenciadas, e acabar com os sindicatos de profissão, certamente esse Projeto do Governo vai condicionar a negociação coletiva com sucesso. E aí nós caímos num outro problema. Eu não sei se os senhores conhecem, mas hoje nós temos o "princípio do comum acordo". Frustrada a negociação coletiva, qual é o caminho que temos na nossa estrutura? Ingressa-se com o processo de dissídio coletivo contra o sindicato patronal, já que não conseguimos celebrar aquela convenção coletiva do trabalho. Só que hoje, vai que o Tribunal Regional do Trabalho interfira, tem de ter o comum acordo, entre o sindicato de profissão e o sindicato empresarial. E aí, eu falo como advogado de empresa: o movimento empresarial é totalmente contra os sindicatos de profissão, e sindicatos de categorias diferenciadas. Só negocia por necessidade, ou quando há realmente algum tipo de mobilização, o que nós sabemos que não existe. Vocês imaginem, no caso da administração de pessoal. É preciso seguir a convenção dos engenheiros, das secretárias, dos contabilistas, dos arquitetos. Isso eu estou falando de um dois dos empregados, numa estrutura de mil, dois mil empregados. Nenhum empresário, obviamente, quer ter custo na administração de pessoal de categorias diferenciadas e sindicatos de profissão. Eu não consigo imaginar que haja um impulso dessas entidades ou, pelo menos, uma simpatia dessas entidades para que ocorram as negociações coletivas que desemboquem com as convenções coletivas de trabalho. É pouco provável que concordem com a intervenção da Justiça do Trabalho. Eu vejo fragilidade sim, nas estruturas dos sindicatos de profissão para alcançarem a representação dos seus representados e alcançarem uma negociação coletiva com sucesso que viabilizará a contribuição negocial. E, sem fonte de custeios obrigatória, os senhores sabem que não há sindicato que sobreviva. É uma balela dizer: "Ah! Se o sindicato for representativo, legítimo, espontaneamente, o empregado, o profissional, e até mesmo o empresário pagam". Isso é uma balela! Nem time de futebol paga! Se nós não tivermos uma estrutura obrigatória de custeio, os sindicatos vão morrer pelo esvaziamento do custeio das suas atividades. Acho que essa é a postura correta dos sindicatos de profissão nesse cenário. Eles têm que estar preparados para a negociação e têm que estar preparados para essa mudança e para o fim da contribuição sindical nos moldes que nós conhecemos.

Finalizo com uma preocupação com o Movimento Sindical Empresarial do Setor de Contabilidade e falo da estrutura da Fenacon, no que diz respeito à contribuição negociável. A proposta inicial do Fórum tinha relação com o número de empregados e nós sabemos que a principal arrecadação da estrutura Fenacon não vem das empresas de serviços contábil, mas vem de empresas que não têm empregados. Se tiver contribuição negocial condicionada ao número de empregados, a nossa queda de receita vai ser significativa. Por isso, eu faço esse alerta: a proposta veio do Governo, veio com respaldo das Centrais dos Trabalhadores, mas provavelmente vai afetar o Movimento Sindical Empresarial. As estruturas sindicais das Empresas de Serviços Contábeis Assessoramento Perícia e Informações e Pesquisas devem estar alertas a essa proposta e lutar para que a base de cálculo da contribuição negocial seja aberta e que as entidades possam se adaptar a uma justiça contributiva

dentro da sua representação. Imaginem uma empresa que tem hoje um capital social que paga a contribuição máxima e passa a não pagar!

Se o movimento já foi mais orquestrado, eu não sei. Mas o que eu quero transmitir aos senhores é que, realmente, as estruturas sindicais têm de estar alertas ao que hoje está sendo discutido e proposto na área sindical, tanto na representação, como no custeio da atividade sindical. Muito obrigado.

Antonio Carlos Dóro – Coordenador: Antes de encerrar, eu gostaria de fazer alguns agradecimentos. Primeiramente, aos nossos palestrantes e um agradecimento especial aos meus companheiros da Comissão de Integração Sindical que trabalharam na elaboração e na organização deste Fórum. Sem o trabalho deles não teria sido possível a organização deste Fórum. Quero também agradecer ao Conselho Federal de Contabilidade por nos dar essa oportunidade e aos presidentes de Sindicatos aqui presentes e aos amigos que estão aqui também nos prestigiando. Muito obrigado. Devolvo a palavra ao mestre de cerimônias para encerramento dos nossos trabalhos.

Mestre de cerimônias: Nós solicitamos a todos, por gentileza, que permaneçam mais dois minutos porque temos um importante aviso sobre a visita do Presidente Lula.

Neste momento, o coordenador Antonio Carlos Dóro fará a entrega do certificado e de uma lembrança aos palestrantes, em agradecimento às suas contribuições neste Congresso. Esta lembrança é uma peça-homenagem, confeccionada por presidiários do Mato Grosso, com resíduos de madeira, provenientes de área de manejo florestal dentro dos conceitos de sustentabilidade.

Convidamos o nosso coordenador a fazer a entrega aos nossos palestrantes Luis Sérgio da Rosa Lopes, Francisco Antonio Feijó e Flávio Obino Filho.

Convidamos o conselheiro do CFC Francisco José dos Santos Alves para fazer a entrega do certificado e também da lembrança ao coordenador, Sr. Antonio Carlos Dóro, em agradecimento à sua participação na coordenação deste Fórum.

Conforme a presidente Maria Clara anunciou na tarde de ontem, hoje, às 16 horas, no Auditório Érico Veríssimo, nós teremos a presença do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. A partir das 14h30min, o acesso será liberado ao Auditório Érico Veríssimo. Para tanto, o procedimento será o seguinte: a apresentação do crachá e a passagem pelos detectores de metal. Assim, nós solicitamos que objetos como câmaras fotográficas, celulares e chaves sejam facilmente identificados e colocados nas mesas que estarão ao lado dos detectores, a fim de que o processo seja agilizado e todos possam se acomodar de maneira rápida e fácil no auditório.

O painel previsto para as 14h30min no Auditório Érico Veríssimo será transferido para o espaço de atividades sociais. Nós lembramos que toda a programação técnica prevista para o dia de hoje acontecerá normalmente, apenas teremos alterações de horários, uma vez que a presença do Presidente Lula está pré-agendada para as 16 horas. Muito obrigado.

AUDITÓRIO ELIS REGINA

VII FÓRUM NACIONAL DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PESQUISA A SERVIÇO DO ENSINO

Mestre de cerimônias: Senhoras e senhores, bom-dia. Sejam todos bem-vindos ao VII Fórum Nacional de Professores de Ciências Contábeis, em seu segundo dia de atividades.

Este evento conta com o patrocínio do Sebrae Nacional, Caixa Econômica Federal, Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias e Informações e Pesquisas – Fenacon. Em nome dos promotores deste evento, registro os agradecimentos a todos os parceiros e patrocinadores que tornaram possível o êxito deste Congresso.

O Conselho Federal de Contabilidade e a Fundação Brasileira de Contabilidade têm o prazer de promover este encontro para professores e profissionais da contabilidade, entre outras áreas do conhecimento. Como os seis encontros que o antecederam, tem o propósito de reunir os professores dos cursos de contabilidade, para promover o aprimoramento da categoria, em consonância com as diretrizes curriculares e as novas competências para ensinar.

Na formação inicial e continuada, o desafio de formar professores, profissionais reflexivos, capazes de organizar situações de aprendizagem como um ideal. Sabemos que ter um profissional com o domínio do conhecimento e com capacidade de percepção, análise e decisão, planejamento e avaliação do cotidiano da sala de aula, é uma tarefa árdua. É preciso acrescentar a isso as posturas necessárias ao ofício, tais como: a convicção para a educabilidade, o respeito ao outro, o conhecimento das próprias representações, domínio das emoções, abertura, colaboração e o planejamento profissional.

O VII Fórum Nacional de Professores de Contabilidade é um espaço que buscará discutir os tipos e formas de aula e as estratégias de ensino e aprendizagem, para despertar no profissional a possibilidade de tornar-se um bom professor. Irá estabelecer um comparativo entre os fundamentos para o ensino superior do primeiro e terceiro mundo e irá retratar a importância da pesquisa, no ensino, e o espírito investigativo do pesquisador.

Dando continuidade aos trabalhos pertinentes a este Fórum, assistiremos a seguir à conferência intitulada "Pesquisa a Serviço do Ensino". Essa conferência irá retratar a importância da pesquisa no ensino e o espírito investigativo do pesquisador.
Convido à Mesa o contador e professor Doutor Valcemiro Nossa para coordenar os trabalhos desta conferência. Valcemiro Nossa possui mestrado e doutorado em Controladoria e Contabilidade pela USP. Publicou artigos em periódicos especializados e trabalhos em anais de Congressos. Participou do desenvol-

Dr. Antonio Joaquim Severino

Dr. Valcemiro Nossa

vimento de produtos tecnológicos e interativos, com diversos colaboradores e em co-autoria de trabalhos científicos. Atualmente, exerce suas atividades na área de ensino e pesquisa da Contabilidade. Participa e coordena trabalhos de pesquisa e atualmente coordena o Comitê Científico do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade.

Para proferir a conferência intitulada "Pesquisa a Serviço do Ensino", o cerimonial convida à Mesa o professor Doutor Antonio Joaquim Severino.

Com a palavra, o professor Valcemiro Nossa.

Valcemiro Nossa – Coordenador: Bom-dia. É uma honra para mim estar aqui coordenando uma palestra do professor Antonio Joaquim Severino, que eu acabo de conhecer pessoalmente. O professor Antonio Joaquim Severino é Bacharel e Mestre em Filosofia pela Universidade Católica de Louvain, na Bélgica. É Doutor em Filosofia pela PUC/SP e Livre Docente em Filosofia da Educação pela USP. É professor titular de Filosofia da Educação da Faculdade de Educação da USP. As áreas de especialização são: Filosofia, Filosofia da Educação, Epistemologia e Metodologia Científica.

Passo agora a palavra ao professor Antonio Joaquim Severino para que ele possa proferir sua palestra.

Antonio Joaquim Severino – Universidade de São Paulo: Muito obrigado. Meus cumprimentos a todos os participantes. Parabéns à Comissão Organizadora deste Congresso, ao Conselho Federal de Contabilidade, representante desta significativa categoria profissional, que tanto participa e atua nos processos de gerenciamento e administração da nossa sociedade, neste seu processo de crescimento e consolidação histórica. Queria passar um pouco a minha perplexidade de ser convidado para participar deste evento. Na verdade, é a primeira vez que eu participo de um evento num campo mais técnico, como este da Contabilidade, eu procurei me aproximar um pouco mais do conteúdo da área, do campo específico e, conversando com as pessoas que me passaram o convite, disse que estava surpreso, sendo da área de filosofia, talvez estivesse aqui como um estranho no ninho. Mas logo me foram colocadas duas preocupações importantes dos organizadores deste evento. Uma delas é a preocupação com a educação continuada do profissional. Esse é um aspecto que transcende cada uma das áreas de conhecimento, mas vale para todas as áreas. É esse lado mais pedagógico da nossa formação. Em segundo lugar, o aspecto da necessidade da investigação, da construção do conhecimento, na formação inicial e na formação continuada dos profissionais. Com isso, dadas essas duas perspectivas, essas duas preocupações dos organizadores do Congresso, eu me senti mais à vontade de estar aqui com vocês, muito mais no sentido de levantar, de suscitar, de manter esta problemática, do que propriamente trazer propostas, sugestões, atividades mais operacionais porque não é o caso. O lugar de onde eu vou trazer essas idéias, fazer essas considerações, é justamente da epistemologia, da nossa lide como conhecimento.

Quando nós realizamos um evento desta natureza, numa área como esta da Contabilidade, é sempre bom fazer uma referência ao porquê de estarmos aqui, ao porque de termos chegado a este ponto. A história brasileira, pela sua própria realidade, é uma história

muito curta. São 500 anos e, em termos de história das nações, história da humanidade, isso é um piscar de olhos. Se falarmos em termos antropológicos, 500 anos não são nada em termos de tempo, é uma fração de segundos. Quando voltamos os olhos, mesmo para esses 500 anos que nós temos de história, de construção desta nação, de construção desta sociedade, desta cultura, nós vamos ver que esses 500 anos se desenrolaram com um ritmo muito diferenciado e, no início, muito lento. Quando falamos de educação formal, de escolas, com muita boa vontade, nós podemos dizer que estamos aí no segundo século, tal a lentidão e o ritmo desse processo de formação.

Quando falamos do ensino superior, que nos afeta mais diretamente, então falamos de realizações de menos de 100 anos. As nossas primeiras universidades datam da década de 30. Esse é um aspecto em que levamos desvantagem, mesmo em relação aos países latino-americanos, nossos vizinhos, países de colonização espanhola, que já no séc. XVIII tinham suas universidades aqui no continente. No Brasil, nós sabemos o conceito de universidade. Embora até pensado no séc. XIX, não foi implementado aqui na nossa sociedade naquela época. Mas, todos nós sabemos que, com a vinda da Família Imperial para o Brasil, em 1808, pelas razões que todos conhecemos, não foi praticamente um projeto de construir uma outra sociedade, uma outra nação, mas foi uma fuga da Família Imperial por razões de políticas militaristas e conquistadoras de Napoleão Bonaparte. De qualquer modo, isso foi um fator muito positivo para a nossa situação e, como sabemos, os três primeiros cursos superiores implantados no Brasil datam do começo do séc. XIX, com os cursos de Direito, Engenharia e Medicina. Paradoxalmente, esses três cursos superiores nascem totalmente sob a inspiração do que nós chamamos de "modelo napoleônico de universidade". Ou seja, o modelo de uma universidade, de um ensino superior, totalmente voltado para a profissionalização. Então, a idéia de se formar os bacharéis em Direito, de preparar quadros para a gestão do novo país, da nova administração que estava surgindo. Felizmente, o curso de Direito no Brasil não se limitou a isso. Por exemplo, no que diz respeito à área de Filosofia, foi nas Faculdades de Direito que nós tivemos um certo cultivo da Filosofia ao longo do Império. Depois, o curso de Medicina foi se tornando cada vez mais importante, frente aos desafios das novas doenças que não existiam na Europa e que surgiam aqui no Brasil. Então, tinham uma finalidade bem pragmática. Precisavam preparar quadros para cuidar da saúde das pessoas aqui nos trópicos. E o terceiro curso, o curso de Engenharia, obviamente, para enfrentar os desafios do próprio território, como as distâncias, o relevo, enfim, tudo isso exigia a presença desses profissionais. Como vocês vêem, a idéia inicial foi o surgimento desses cursos isolados, não integrados num conjunto maior, como é a universidade. É bom lembrar que a universidade já existe na Europa desde o séc. X, mas, aqui no Brasil, o curso superior surgiu sem nenhuma preocupação de construção de um sistema de conhecimentos, mas simplesmente para responder às necessidades bem pragmáticas. É óbvio que isso vai envolver uma pesquisa colateral. Não podemos imaginar como é que se vai cuidar de doenças tropicais sem que os médicos, os professores tenham que fazer necessariamente uma pesquisa. E não é sem razão quando nós vemos que, apesar da pequena tradição de pesquisa no ensino superior brasilei-

ro, onde essa pesquisa já acontece com uma certa consistência nas últimas décadas, é justamente no curso de Medicina e no curso de Engenharia. Vai-se da necessidade da prática para, eventualmente, realizar alguma pesquisa. Mas a destinação, o objetivo específico de realizar a pesquisa pela pesquisa, conhecimento por conhecimento, que é o que nós chamamos no nosso jargão de "modelo humboltiano" de universidade, do governo alemão, é um fenômeno recente na tradição do ensino superior brasileiro. Eu diria que a nossa curta experiência universitária foi dominada por dois elementos interessantes que, até hoje, respondem pelo retrato da nossa pedagogia universitária e mostram bem a própria origem da cultura brasileira. Nós precisamos entender isso, até para nos conhecer melhor e para que possamos refletir essa tradição.

De um lado, o ensino superior nasce com essa preocupação pragmática de formar profissionais tecnicamente habilitados para desempenho de determinadas atividades. Primeiramente, na Administração, depois na Engenharia e na Medicina, e agora, já depois de uma certa expansão deste ensino, nas mais diferentes áreas. Mas não há dúvida alguma de que, ainda hoje, esta cultura universitária é muito dominada por essa idéia, sobretudo, vinda do discurso oficial da própria legislação, que é entender o ensino superior como um ensino basicamente, ou predominantemente, voltado para a formação de profissionais na linha técnica. A gente vê muito isso na legislação. Na última LDB, por exemplo, que é de 1996, nós vemos que o discurso, pelo menos a leitura que é feita pelo lado oficial, e que a gente ouve também muito na mídia e por parte dos empresários, falando muito dessa finalidade, dessa destinação, dessa vocação profissionalizante do ensino. Nós estamos vivendo, inclusive, um momento em que o próprio Ministério da Educação investe muito na formação técnica, nas escolas profissionalizantes. Na década de 70, houve uma tentativa de se profissionalizar o ensino médio, imperialmente.

Então, essa é uma faceta que vem lá dos idos da inauguração do ensino superior no Brasil, como eu disse, inspirado no modelo napoleônico e, agora, recentemente, nas últimas décadas, reforçado pela influência norte-americana, sobretudo, a partir da década de 80 para cá, o que corresponde também a esse processo em que a cultura brasileira passou a ser mais influenciada pelo modelo norte-americano, abandonando um pouco o modelo europeu, particularmente, o modelo francês, mas que, apesar de abandonado, continua com as suas raízes bem presentes.

Portanto, de um lado, nós temos essa influência da educação como um lugar de formação profissional, vista de uma maneira muito técnica. Isso que eu estou dizendo aqui não quer dizer, de maneira nenhuma, um desprestígio, um desrespeito ou uma desvalorização, uma desqualificação da formação técnico-profissional. Não é esse o problema. A formação profissional é uma necessidade e toda a educação tem de ser profissionalizante no sentido de que ela está nos preparando para o mundo do trabalho. Mas, o que eu estou querendo dizer, segundo os meus pressupostos e princípios, é na linha de que a formação humana de qualquer profissional, em qualquer área, não se exaure nessa habilitação técnica. Ao contrário, quanto melhor for essa formação técnica, mais se exigirá do profissional uma formação humanística, uma formação ética, uma formação política.

De um lado, essa influência é uma longa tradição, muito forte, na medida em que se diz que o desenvolvimento de uma sociedade, em todos os aspectos, depende dessa competência técnica dos seus agentes. Mas a nossa educação – e todos nós sentimos isso na pele – é fruto também de uma outra tradição que nasce nos espaços educativos que a Igreja Católica, que o Cristianismo, exerceu na cultura ocidental, e, no nosso caso, na cultura brasileira, com a vinda dos jesuítas para o Brasil, com os colonizadores portugueses. Eu já havia dito que a nossa educação superior é muito recente, mesmo a educação pública é muito recente, e um pouquinho da educação que nós tivemos, particularmente, no período colonial, foi aquela educação trazida pelos jesuítas, representados muito concretamente nos personagens de José de Anchieta e Manuel da Nóbrega, mas que representou aquele primeiro investimento de educação. Como já havia ocorrido na Europa, ao longo da Idade Média e no começo do período moderno, essa educação sempre foi uma mistura de um processo de evangelização, de cristianização, tarefa que a Igreja assumiu ainda no Império Romano, com a conversão de Constantino, em 330, e que se renovou com a Reforma Protestante do início da Era Moderna, quando, com a ocupação da Congregação dos Jesuítas, a Igreja se propôs a sair mundo afora, evangelizando, cristianizando e civilizando. Isso tudo para dizer que a nossa educação básica, a educação fundamental, na cultura brasileira, foi profundamente marcada pela tradição jesuítica. O primeiro manual de educação do Brasil é "Ratio Estudiorum", o famoso livro da Companhia de Jesus para o processo educativo. Foi assim que as nossas primeiras gerações foram formadas e, mesmo quando o Pombal expulsou os jesuítas do Brasil, ele não expulsou o jesuitismo porque a educação que passou a ser dada pelas outras congregações e pelos professores leigos continuava a ser uma educação de inspiração jesuítica.

Nós não vamos entrar no mérito dessa educação, mas no seu lado epistemológico, pedagógico e didático, essa educação se maquiava justamente por uma fundamentação na metafísica e na teologia, principalmente aquela sintetizada por São Tomás de Aquino, e se baseava numa didática, numa pedagogia que tomava como exemplo a própria pregação religiosa. Foi daí que nasceram as nossas famosas aulas expositivas. Até hoje, o nosso ensino, inclusive, o ensino superior é predominantemente marcado pela exposição. A cátedra é uma transposição do púlpito. É claro que houve muitas mudanças, sobretudo, nos fundamentos metafísicos deste ensino, mas vocês observem que nós usamos muito as palavras, a comunicação, a exposição dos novos conteúdos científicos, do mesmo modo que a Igreja, durante séculos, usou da palavra para transmitir os seus conteúdos doutrinários.

Então, eu diria que a tradição escolar brasileira e, particularmente, a tradição universitária brasileira, se pauta em dois pilares. De um lado, há uma tradição eminentemente profissionalizante e, de outro lado, uma tradição eminentemente expositiva, transmissora dos produtos e do conhecimento, do acervo acumulado da cultura. Também aqui, com relação a isso, eu não estou fazendo nenhuma desqualificação, eu estou apenas mostrando um fato que ocorreu, que marca a nossa tradição e que, portanto, constrói a nossa identidade, não só de educadores, mas também de mestres e alunos, de docentes e discentes. A atividade que nos une,

que é a pedagogia universitária, é muito marcada por isso. Uma finalidade de profissionalização e uma metodologia de exposição, de transmissão de conhecimentos supostamente adquiridos e acumulados. É o "Tesouro", é o acervo do qual nós falamos muitas vezes metaforicamente.

É aí que se coloca a questão que eu queria levantar para a reflexão de vocês, que constitui uma categoria que tem um estereótipo, que é conhecida na sociedade, assim como várias outras categorias, como uma área de conhecimentos técnicos. Isso é certo, é corretíssimo. Mas não pode ser só isso. Eu diria que, apesar dessa já longa tradição, numa curta experiência histórica, de um ensino extremamente profissionalizante e extremamente expositivo, isso tem representado uma limitação. A minha hipótese dessas nossas limitações e desse apregoado fracasso do ensino superior no Brasil é que, no caso da educação, não é só um problema exterior da estrutura da sociedade. Apesar da grande importância que essa estrutura tem, apesar da necessidade das lutas que nós temos que fazer nesse rumo, há um problema entre as quatro paredes das instituições de ensino. Nós não estamos lidando com o conhecimento da maneira correta. A nossa atitude com o conhecimento não pode se reduzir ao seu manuseio técnico e ao seu manuseio conceitual. Nós precisamos ter uma outra postura com relação ao conhecimento, no próprio ato do processo de ensino-aprendizagem.

Toda a minha tese, toda a minha hipótese, toda a idéia que eu quero defender se resume numa equação muito simples. Ensinar e aprender é um ato de conhecer. Conhecer, por sua vez, não é ter uma representação mental dos objetos, das relações, das leis, dos fenômenos. Ao contrário, conhecer é uma vivência subjetiva de construção dos objetos da nossa experiência e construir o objeto da nossa experiência não é nenhum segredo, não é nenhum mistério. É pura e simplesmente pesquisar. E pesquisar não é também nenhuma atividade superior, estranha. Pesquisar é conhecer a partir das fontes. Então, se eu quero ensinar e aprender com eficiência, com eficácia, com fecundidade, eu preciso que os meus atos de ensino e de aprendizagem sejam atos de construção e de conhecimento.

É o que não ocorre, em termos de escala, na nossa tradição de ensino superior. Eu estou às vésperas da minha aposentadoria, depois de 40 anos de magistério superior. Agora, estou dando aula na graduação lá na USP, que supostamente é uma das instituições de ensino superior mais bem equipada entre as universidades brasileiras, e fico perplexo e até mesmo decepcionado. Eu passei 40 anos acreditando numa utopia idealista de ver a educação crescer neste país e se transformar num instrumento de reconstrução da nossa sociedade. Só que constatei alguns fenômenos que me impressionaram. Por exemplo, ao mesmo tempo em que boa parte de nossas salas de aula estão equipadas com computador, televisão, data-show etc., você usa a mesma lousa que se usava há 60 anos, quando eu entrei no grupo escolar. Usa-se a mesma lousa, o mesmo giz e o mesmo apagador. Eu me pergunto: Que fenômeno é esse que, nesses 60 anos, não se conseguiu conceber, tecnologicamente, um apagador eficiente, uma lousa eficiente? Isso não acontece. Eu me pergunto até hoje o que é que os arquitetos têm contra as escolas porque nos prédios escolares, na maioria das vezes, salvo honrosas exceções, não há

nenhum carinho por um ambiente de ensino e de aprendizagem. Então, isso tudo mostra uma falta de correspondência entre a valorização que nós fazemos, na nossa retórica, no nosso discurso, sobre a importância da educação – vejam que todos os partidos políticos e candidatos a cargos eletivos põem a educação como prioridade –, mas nós olhamos que o ensino está entregue à sua própria sorte, o País não consegue fazer um choque educacional e, realmente, fazer uma educação à altura das nossas necessidades.

Mas, desabafos à parte, quando voltamos para o interior das nossas instituições de ensino, cada um lembra da sua própria história porque, em termos de educação, nós todos somos sujeitos e objetos. Não pensem vocês que – porque um contador está exercendo o seu trabalho sobre a gestão do patrimônio das entidades, fazendo controladoria, fazendo todas essas atividades técnicas – ele não desempenha um papel pedagógico na sociedade. É claro que desempenha, assim como o juiz, o advogado, o médico, o engenheiro. Ao mesmo tempo, nós somos o término de um processo educativo. Todos nós passamos por isso. Os mais sortudos começaram lá na creche, na educação infantil; outros começaram aos sete anos de idade, no curso primário e chegaram até ao final do ensino superior, passando um bom período de suas vidas envolvidos com o processo educativo. Quando nós resgatamos a nossa memória, vamos ver como foi que nós lidamos com o conhecimento, como nos foi possibilitado lidar com o conhecimento. Nós vamos ver que, por exemplo, muitas das coisas que, em princípio, nós deveríamos estar sabendo, nós não sabemos mais porque recebemos um ensino muito baseado na memorização. A memorização deveria ser algo proibido no processo de ensino-aprendizagem porque aquilo que nós aprendemos por memorização é fadado ao desaparecimento. Em São Paulo, foi feita uma pesquisa recente em que os alunos foram acompanhados desde o vestibular até à formatura. Foram aplicadas as mesmas questões do vestibular a esses alunos, por quatro vezes, durante esse período. Quando eles responderam a essas mesmas questões já no quarto ano do curso superior, 80% das respostas dadas estavam erradas. Quer dizer, eles tinham esquecido. Isso é óbvio. Tudo aquilo que você aprende no cursinho, decorando, para fazer o vestibular, literalmente, entra por um ouvido e sai pelo outro. Mas não é má vontade. É próprio do nosso sistema nervoso. Em compensação, aquilo que eu aprendo construindo, eu morro com aquilo, não esqueço nunca mais, porque isso não vai ser desalojado, vai ficar bem salvo lá no meu sistema nervoso.

Eu gosto de trazer um exemplo quando estou tratando da questão da importância da postura investigativa na aprendizagem. Eu não sei se vocês sabem, mas nessa crise geral que vive a educação no Brasil – como demonstrado pelo resultado dos exames aplicados no ensino fundamental, como Saresp, lá em São Paulo, o Pisa internacional, a Prova Brasil, além do Enem e do Enad – há dois segmentos que estão em melhor situação na educação brasileira, que é a pré-escola e a pós-graduação. São os dois segmentos mais novos na nossa tradição e os dois segmentos menores também. Por que a pré-escola funciona bem? Até a LDB de 1996, a pré-escola não fazia parte do sistema, era uma iniciativa particular de jovens pedagogos e psicólogos que, para aplicar o seu capital, para começar uma atividade, fundavam

uma pré-escola baseada na psicologia construtivista, particularmente Piaget e Montessori, que eram as referências da época. Essas novas referências dizem que a criança tem que descobrir o mundo. A pré-escola é o lugar onde a criança brinca, mas não para superar o tédio, porque criança não tem tédio, mas para descobrir o mundo. O lúdico infantil é epistemologia pura. A criança forma conceitos brincando, não é como no nosso caso. Quando se chega à pós-graduação, estamos lá diante de marmanjos, já todos encaminhados na vida, profissionalizados e a pós-graduação é o lugar de se fazer pesquisa. Não é nem de escrever uma tese ou uma dissertação. A essência da pós-graduação é fazer uma pesquisa. É ou vai ou racha porque, se você não conseguir fazer a pesquisa, você vai ser rejeitado do sistema. Então, com choradeira ou sem choradeira, o aluno tem um orientador e consegue fazer essa pesquisa. Mas não se esqueçam de que, na década de 80, quando se introduziu a pós-graduação sistêmica no País, nós tivemos uma perda enorme. Vocês podem ver o Plano Nacional de Pós-Graduação da Capes, que estabelecia meta de quantos mil doutores e quantos mil mestres iam formar. Eu não esqueço disso. O sistema previa 80% de conclusão de cursos de mestrado e doutorado e uma perda de 20%. Era uma perda normal, por doença, cansaço, divórcio etc. Qual não foi a surpresa da Capes quando, no final da década de 80, havia uma perda de 80% e apenas um resultado positivo de 20%. Eu não sei os dados da qualidade, mas sei que melhoraram bastante. Aí, nós fomos ver por que estava havendo essa perda tão grande. A pós-graduação é caríssima. Um surpresa foi que, desses 80% que abandonaram a pós-graduação, outros 80% tiraram notas boas nas disciplinas, não tiveram nenhum problema existencial, mas desistiram, pura e simplesmente, porque não conseguiram fazer a sua dissertação ou a sua tese. E isso não é nenhum bicho papão. O problema é que nós não estávamos treinados, preparados, para a realização de pesquisa. O que nós tínhamos aprendido na universidade eram basicamente informações. Nós tínhamos muito mais informações técnicas e científicas do que uma formação técnica-científica. Hoje, quando você tem a iniciação científica ou o trabalho de conclusão de curso na graduação, isso já é uma novidade. Mas o que deveria ser a regra é exceção. Mesmo numa universidade como a USP, o número de bolsas de iniciação científica representa uma gota d'água no oceano. A maioria dos cursos na graduação não tem o processo de trabalho de conclusão de curso ou, quando tem, ele não tem diferença nenhuma de um trabalho de revisão, um trabalho disciplinar.

Então, eu encaminharia as minhas conclusões propondo a meditação de vocês, porque tudo o que nós possamos dizer sobre o aluno e o professor, temos de dizer também do profissional. Nós podemos fazer uma revolução nas nossas graduações, inclusive acabando com essas distinções entre bacharelado, licenciatura, especialização etc. Um graduado deveria ser, simultaneamente, um educador, um docente, um especialista e um cientista. Então, se eu me formo em Contabilidade, eu estou me iniciando a ser um cientista da área, a ser um especialista técnico e a ser, ao mesmo tempo, o pedagogo e o docente. Reparem que eu estou pisando no tomate, viajando na maionese, na utopia, mas é uma utopia, é um horizonte. O cidadão deveria sair da universidade

como um conhecedor cientista, como um técnico especialista, e como um educador da sociedade, no sentido *lato*, e não aquele necessariamente que vai para uma sala de aula, mas aquele que exerce a sua profissão.

Então, o norte que eu gostaria de deixar é que o professor precisa da pesquisa para ensinar eficazmente, o aluno precisa dela para aprender significativamente e a sociedade precisa da pesquisa para poder dispor dos produtos do conhecimento. O ensino superior precisa tomar a pesquisa como a sua grande ligação. Em todas as nossas disciplinas, todas as nossas aulas, em que pesem as condições adversas e a falta de condições, nós precisamos trabalhar a partir de uma postura investigativa. A universidade, a faculdade, não precisa se transformar num instituto de pesquisa, mas precisa atuar, desempenhar a sua atividade pedagógica, bem como a sua atividade de extensão, mediante uma postura investigativa. Ensino e extensão só têm sentido se estiverem fundados na pesquisa. É a pesquisa que constrói o conhecimento que deve servir de base para as nossas atividades de extensão, para que elas não virem assistencialismo. E, no caso do ensino, para que o aluno aprenda a dominar o processo e não adquirir os produtos. Daí a perspectiva metodológica e epistemológica que todo o ensino precisa ter. Finalmente, não podemos perder de vista, sobretudo, nós que já saímos da universidade, que estamos no campo profissional, que nós precisamos retornar à escola. Por quê? Porque o conhecimento é uma atividade histórica, passa por desenvolvimento e, por melhor que tenha sido a minha formação inicial, ela nunca esgotará a fecundidade do próprio conhecimento. Muito obrigado. Bom Congresso para vocês.

Mestre de cerimônias: Neste momento, o coordenador fará a entrega do certificado e de uma lembrança ao conferencista, em agradecimento às suas contribuições a este fórum.

Esta lembrança é uma peça-homenagem confeccionada por presidiários do Mato Grosso, com resíduos de madeira provenientes de áreas de manejo florestal, dentro dos conceitos de sustentabilidade, com o uso de marquetaria sólida, que consiste na colagem de pequenos pedaços de madeira maciça e possibilita o aproveitamento dos resíduos. Surge, dessa forma, uma nova vida e um novo formato de matéria prima que seria descartada pelo homem.

Convidamos a Doutora Marcelle Colares de Oliveira, para fazer a entrega do certificado e de uma lembrança também ao coordenador, professor Doutor Valcemiro Nossa, em agradecimento pela sua participação na coordenação desta conferência.

O PAPEL DO PROFESSOR NA FORMAÇÃO DO ESPÍRITO INVESTIGATIVO DO ESTUDANTE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Mestre de cerimônias: Dando prosseguimento às atividades pertinentes ao VII Fórum Nacional de Professores de Ciências Contábeis, assistiremos à segunda conferência do dia, cujo tema é "O Papel do Professor na Formação do Espírito Investigativo do Estudante de Ciências Contábeis". Essa conferência irá retratar a importância da pesquisa no ensino e a formação do espírito investigativo do estudante de Ciências Contábeis.

Convido à Mesa a contadora e professora Doutora Marcelle Colares, para coordenar os trabalhos desta conferência. Ela cursou mestrado e doutorado em Controladoria e Contabilidade na USP e atualmente é professora do Curso de Graduação da Universidade Federal do Ceará – UFC, e da Universidade de Fortaleza – Unifor, onde também é professora do curso de mestrado em Administração. A professora Marcelle desenvolve, para o CNPq, pesquisa sobre "Governança Corporativa". A produção científica desenvolvida pela professora Marcelle é constituída de trabalhos escritos para congressos nacionais e internacionais, além de revistas científicas, como a *Revista Brasileira de Contabilidade*.

Para proferir a conferência intitulada "O Papel do Professor na Formação do Espírito Investigativo do Estudante de Ciências Contábeis", convidamos o professor Doutor Carlos Renato Theóphilo.

Com a palavra, a professora Doutora Marcelle Colares de Oliveira.

Marcelle Colares de Oliveira – Coordenadora: Bom-dia a todos. Dando seqüência às atividades do VII Fórum Nacional de Professores de Ciências Contábeis, eu gostaria de apresentar o professor Carlos Renato, que vai proferir a palestra. O professor Renato é Mestre e Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo. É professor da Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais, professor e pesquisador da Fipecafi/USP, professor de cursos de MBA e especialização em diversas instituições, membro do Conselho Editorial da *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, *Revista Brasileira de Contabilidade*, entre outras. Realiza palestras e eventos em âmbito nacional, com temas relacionados à ciência e à pesquisa científica.

Com a palavra, o professor Carlos Renato Theóphilo.

Carlos Renato Theóphilo – Universidade Estadual de Montes Claros: Bom-dia a todos. Antes de mais nada, eu quero dizer da honra de estar aqui participando deste evento como palestrante. Queria agradecer pelo convite que me foi formulado pelo professor Oscar e a professora Jaqueline, que são coordenadores do Fórum de Professores de Ciências Contábeis.

Eu me apresentaria hoje como alguém que dedica a sua vida à pesquisa. Minha formação é em Contabilidade, desde a graduação até ao doutorado, mas a minha matéria-prima diária tem sido a produção científica. Eu tenho refletido sobre o processo de geração do conhecimento e o produto desse conhecimento.

Prof. Dr.º Carlos Renato Theóphilo

Dr.ª Marcelle Colares de Oliveira

Entre as diversas presenças ilustres neste Congresso, eu não posso deixar de mencionar a professora Olga Molina, que nos honrou ontem com uma palestra e fez questão de estar aqui conosco hoje. Gostaria também de reverenciar o professor Antonio Joaquim Severino. Nós já tínhamos a leitura das suas obras e agora temos a honra de estar junto com ele em uma sessão.

O tema que nos foi proposto para a palestra foi "O Papel do Professor na Formação do Espírito Investigativo do Estudante de Ciências Contábeis". O ser humano é curioso por natureza. O que é que eu quero dizer com isso? Ontem, ouvindo o Professor Rubem Alves, ele falava dos filhos deles. Eu tenho só uma filha, com cinco anos e meio, que está naquela fase da descoberta. Durante todo o tempo que o professor Rubem Alves falava, eu fiquei imaginando o seguinte: minha filha é extremamente curiosa, como toda a criança da idade dela. Nós temos filhos curiosos. Lembrem daquela cena da criança puxando a toalha para ver o que tem em cima da mesa. É essa curiosidade do ser humano que me faz chegar ansioso à universidade, para dar aula no meu primeiro dia de aula. Às vezes, eu reflito muito sobre isso. Onde é que nós pecamos, onde é que nós erramos? Na escola, de uma maneira geral, desde a pré-escola até à universidade, a gente consegue manter essa chama viva da curiosidade. Eu acompanho a minha filha como um pai bobo, levando mais para o lado emocional, sentimental, mas, às vezes, eu sou meio cientista para observar o comportamento dela. Outro dia, ela me pediu um livro para ver os ossos do corpo humano.

Então, já que o ser humano é curioso por natureza, a minha palestra começa com a formação do espírito investigativo do professor. Antes de pensar em formar o aluno, nós temos que pensar nesse desafio inicial que é despertar o interesse do aluno para a pesquisa. Eu tenho trabalhado mais com metodologia do que com contabilidade. Confesso que já tem uns cinco anos que eu não dou aula de Contabilidade. Quando eu vou orientar, por exemplo, uma monografia na graduação, o grande desafio inicial que eu tenho é sensibilizar os alunos, buscando despertar a curiosidade deles. Só que é despertar uma curiosidade que eles já possuem porque a curiosidade é inerente ao ser humano. Só que eu tenho de despertar a curiosidade deles para a pesquisa.

Eu vou usar o termo "pesquisa" aqui de diversas maneiras. De vez em quando, eu vou falar de pesquisa de uma forma geral, outras vezes vou falar de pesquisa acadêmica, científica. Então, eu preferi não fazer nenhum tipo de restrição.

Depois desse desafio inicial de despertar o interesse do aluno para a pesquisa, aí sim, temos o desafio de formar e preparar o aluno para a pesquisa. A primeira coisa é a motivação do professor. Eu acho que o aluno tem muito o exemplo do professor. O que a gente recebe é que, muitas vezes, o professor está ali para falar de pesquisa, para falar de produção científica, mas ele não passa nenhuma motivação em relação a isso. Muitas vezes, o aluno se motiva pelo exemplo. Eu torço pelo Atlético Mineiro. Ultimamente, eu nem tenho discutido e dito assim: "Meu time é melhor do que o seu". Isso eu não estou discutindo porque não tem jeito, não tenho argumento para isso. Aí, eu fico falando: "Eu gosto mais do meu time do que você gosta do seu". É outro argumento. Eu estou falando dessa ques-

tão da motivação e volto à minha filha de novo. A minha filha torce pelo Atlético Mineiro. Ela não tem muita noção do que é o Atlético Mineiro e eu não sei até quando eu vou conseguir mantê-la desse jeito. Está difícil porque a gente não tem só perdido; a gente tem perdido de goleada. Mas, enquanto isso, eu tenho conseguido manter minha filha fã do Atlético Mineiro. E sabem como? Pelo exemplo. Quando o Atlético Mineiro faz um gol, eu saio pulando dentro de casa e ela me segue. Ela nem sabe bem o que está fazendo, mas ela me segue. Então, acho que a motivação do professor é muito importante.

E tem a motivação dos alunos. Para quem estuda motivação, nós falaríamos das motivações intrínsecas e extrínsecas do aluno. Não de forma bastante rigorosa, mas, nos primeiros encontros, eu costumo puxar os alunos para esses dois tipos de motivações em relação à pesquisa. Então, primeiro, tem aquela motivação intrínseca de acreditar em si mesmo, de acreditar que pode fazer um belo trabalho. Eu não gosto muito dessa questão de disputa e do melhor trabalho. Mas, às vezes, é importante ele perceber que ele é capaz de desenvolver o trabalho dele, tanto quanto o colega do lado. Então, é importante ele criar aquela motivação, até em termos de comparação, de se sentir mais em condições de desenvolver um trabalho.

E temos também as motivações extrínsecas. Lá na Universidade de Montes Claros, nós temos uma turma do matutino e do noturno, com características bem distintas. Os meninos do matutino chegam lá e você nem acredita. Você acha que ele errou a porta porque ele deveria estar no segundo grau. Eles chegam lá muito verdes. Por outro lado, o pessoal do noturno é um pessoal que já tem uma vivência profissional, então, até nesse momento de puxar essa motivação extrínseca, com esses dois tipos de alunos, a gente usa de argumentos distintos. Eu tenho sempre procurado falar com o aluno sobre a oportunidade e a possibilidade de ele desenvolver uma pesquisa dentro da atividade profissional dele, mostrando, por exemplo: "Você pode dar múltiplos usos para esse trabalho de conclusão de curso. Você cumpre bem o seu objetivo dentro da graduação, mas, por outro lado, você leva um produto para a sua empresa, algo que pode fazer com que você seja mais bem visto lá dentro". Outro dia, eu li numa reportagem da *Folha de São Paulo* que, em entrevistas para ingresso de *trainees*, está sendo observado sobre o que o aluno escreveu na sua monografia de conclusão de curso. Então, a gente tem trabalhado muito essa questão da motivação, ainda dentro da fase do despertar. Não dá para eu chegar lá nos primeiros dias de aula e querer começar com a formação. Os alunos não estão nem sensibilizados para isso. Eu já aviso logo ao pessoal do matutino que, à noite, eu dou um desconto porque, muitas vezes, o aluno sai do trabalho cansado para ir para a universidade. Agora, pela manhã, é só uma questão de acordar. Se eu estou lá às 7h10min, os alunos têm de estar também.

A motivação é fundamental, às vezes, eu fico refletindo em toda essa questão da produção. Eu confesso que não sou muito dado a essa questão quantitativa de pesquisa, então, a minha produção, quantitativamente falando, não é tão numerosa, mas eu acho que a gente não pode perder de vista o principal objetivo dessa pesquisa, que é mudar de alguma forma, contribuir de alguma maneira, minimamente que seja, para melhorar essa sociedade em que vivemos.

Eu sempre procuro mostrar isso para os alunos. Embora nós estejamos numa área cujo objeto são as entidades, o patrimônio etc., a gente tem como contribuir para essa melhoria geral da sociedade e do mundo em que vivemos.

Eu trouxe duas reflexões aqui. Eu acho que são reflexões importantíssimas em relação ao papel do professor nesse processo. Eu vou lançar mão de uma frase de Pedro Demo: "Não tem nada a ensinar, quem nunca pesquisou". Eu dei uma amenizada e diria: "Não tem a ensinar quem não construiu algo por meio da pesquisa". Eu fico pensando e refletindo que – abrindo um pouco mais esse conceito de pesquisa – o professor que tem atividade profissional na área durante o dia e dá aula à noite, está fazendo pesquisa porque vai levar para o aluno aquele conhecimento que ele adquiriu na vivência profissional dele. Agora, como professores, às vezes nós somos obrigados a dar aula de alguma coisa que a gente nunca vivenciou. Isso é complicadíssimo. Graças a Deus, eu cheguei num ponto da minha carreira em que hoje eu não dou mais aula do que eu não quero dar. Na hora da distribuição das aulas, eu digo logo que eu não vou falar de auditoria, por exemplo, se eu nunca trabalhei numa auditoria. No início da aula, eu sempre digo para os meus alunos: "Eu estou falando aqui, não é porque eu li, mas é porque os exemplos são exemplos daquilo que eu vivencio todos os dias". Então, eu acho isso muito importante. Quando o Pedro Demo fala, ele já fala no sentido mais estrito daquele professor que nunca pesquisou.

Hoje nós passamos por uma mudança muito recente em Contabilidade. Só para vocês terem uma idéia. Eu iniciei meu mestrado em 1997 e, de lá para cá, nós vimos uma mudança drástica na área. Hoje, dificilmente, você pode falar de um curso de graduação em que os professores não têm produção científica. Então, talvez essa afirmação do Pedro Demo possa ser levada de uma forma mais rigorosa e dizer: "Se eu nunca fiz isso, eu preciso fazer." Não dá para imaginar mais eu chegar à sala de aula só para falar, sem que eu tenha uma experiência de pesquisa, uma experiência de investigação para transmitir para os meus alunos.

E uma segunda reflexão também baseada no Pedro Demo, que é sociólogo, é quando ele diz: "A verdadeira tarefa do docente é transmitir o compromisso com a pesquisa, buscando produzir construtores do saber". Eu diria que o aluno deveria aprender mesmo pela pesquisa. A gente insiste em ficar repetindo os alunos para os conteúdos e exigindo que eles digam aqueles conteúdos da mesma forma que nós passamos. Os alunos precisam ser mais bem treinados para a investigação científica. Eles saberiam como tratar aquilo que vai se modificando em toda a área de conhecimento, inclusive a nossa, depois que ele sai da universidade. O sentimento que eu tenho é que, às vezes, nós formamos alunos que não estão preparados para que busquem esse conhecimento depois que eles saem da universidade. Na verdade, eles aprenderam o conteúdo e, quando esse conteúdo muda, ele não se sente preparado porque não aprendeu a pesquisar, não aprendeu a interpretar, não aprendeu a pensar.

Depois dessas duas reflexões, eu vou passar à questão da pesquisa científica, dentro dessa noção de como a gente enxerga a ciência. Às vezes, a gente fala de pesquisa, ou fala de pesquisa científica e fica parecendo que existe uma distân-

cia muito grande entre as duas. O que é a ciência, se não uma forma de explicação? A gente tem diversas formas de explicação. Às vezes, nós damos explicações com base no nosso entendimento religioso. Isso independe de prova. Eu não preciso que Deus apareça para mim todo o dia para eu acreditar nele. Eu dou outras explicações do senso comum, às vezes, destituídas daquela sistemática e dou explicações, via ciência, que não é melhor nem pior do que nenhuma das outras explicações. É diferente. Então, eu gosto muito de tirar a ciência do pedestal dela, quando eu estou falando de produção científica, que é para não parecer que é verdade aquilo que foi mostrado cientificamente. Por outro lado, nós não temos escolha porque, quando falamos de pesquisa científica, nós estamos fazendo uma escolha e, aí sim, nós temos de seguir todos aqueles preceitos que a ciência estabelece. Então, para isso, nós temos determinados critérios a seguir. A pesquisa, então, é a atividade básica da ciência. Mais uma vez, eu me lembro da criança. Eu fico imaginando: Por que quando o adulto entra na faculdade e você fala que ele vai pesquisar, ele se sente incomodado, se quando criança ele pesquisava? A questão é que a criança dispara a toda a hora. Eu estou numa fase com a minha filha em que ela me coloca questões. Ela tem me colocado questões difíceis e eu tenho percebido que, cada vez mais, eu vou ter de buscar amparo para dar resposta a certas questões que ela me tem feito. Por que o aluno na universidade não tem essa curiosidade? Houve uma quebra dessa curiosidade que é intrínseca ao ser humano.

A pesquisa científica nada mais é do que a atividade por meio da qual nós buscamos descobrir a realidade. Então, ao pesquisar, na verdade, nós queremos descobrir uma realidade que é maior do que qualquer grupo de cientistas, grupo de estudiosos. A realidade é maior do que todos nós e nós ficamos lá, pegando uma face dessa realidade, uma porção dessa realidade, e ela é maior, é enorme. Por que a gente não consegue manter essa chama acesa do ser humano que é curioso, intrinsecamente, mas quando chega à universidade fica só se preocupando em passar naquele exame? Quem deveria estar lá, às 7h10min, me esperando para começar a aula seriam os alunos, e não eu esperar por eles. Quando eu vejo os alunos desanimados, eu falo mesmo: "Vocês estão olhando para mim, e eu olho para vocês e vejo esse desânimo! O que é que está acontecendo?" E a gente tem uma discussão sobre atitudes comportamentais durante a aula.

Talvez eu esteja falando de coisas extremamente bobas e simples aqui, mas eu acho que são importantes. Na minha visão, no primeiro dia de aula, eu visito a biblioteca. Quando eu estava escrevendo a minha tese, eu fiz uma coisa que, às vezes, o pessoal não acredita. Eu sei que existe sistema de busca na biblioteca. Eu sei que se eu chegar com a palavra-chave lá, eu vou encontrar as obras sobre o tema. Só que eu fiz questão absoluta de conseguir uma escada, que toda a biblioteca tem. Eu subi na primeira prateleira onde estavam as obras que falavam sobre o assunto e fui até à última. Eu fiz questão absoluta disso. Sabem por quê? Porque alguma obra poderia fugir ao sistema de busca. Nessa minha busca, eu encontrei uma obra que talvez eu até tivesse encontrado de outra maneira, mas foi justamente a obra que serviu de base para o sumário da minha tese. Então, eu acho que, hoje, o aluno pesquisa muito pouco. O aluno é muito pouco incentivado

a pesquisar, a buscar as obras, a ir à biblioteca, até a comprar livros. O aluno não compra livros. Quando você faz um curso de Ciências Contábeis e chega ao final, quantos livros você tem?

O incentivo à pesquisa deve começar desde o primeiro semestre do curso. Na minha instituição, eu trabalho com alunos do 7º e 8º períodos. Eu não estou fazendo nenhuma crítica à minha instituição. Na minha vida profissional, eu tenho passado 15 dias em Minas, na minha instituição, e 15 dias em São Paulo, pela ligação que eu tenho com a USP. A minha instituição tem entendido que essa minha permanência em São Paulo tem sido boa para a instituição. Mas, quando eu chego ao 7º período, eu sinto que o aluno praticamente não desenvolveu quase nada de tudo o que se explica no decorrer do curso. Aí, você chega e diz que ele tem que fazer um trabalho de conclusão de curso. Independente de qual for a disciplina, Contabilidade Geral, Auditoria, por exemplo, o aluno tem de escrever. Só que nós temos mania de não fazer o aluno desenvolver a habilidade de escrever, descrever, de desenvolver idéias próprias, de ser crítico, de fazer uma resenha. Eu acompanho os alunos de 7º e 8º período e sinto que, se eles chegassem lá já com essa capacidade, com esse entendimento, esse costume de escrever, talvez a dificuldade fosse menor. Ele chega achando que a monografia é um bicho de sete cabeças.

Um dia um escritor me disse uma coisa que acendeu uma luzinha na minha cabeça: "O que a pessoa precisa fazer para escrever?". Precisa ler e escrever. Realmente, você pode ter o costume de ler muito, só que se a pessoa não escreve normalmente, vai ter dificuldade quando for escrever. Eu me lembro que, quando eu escrevi o meu primeiro artigo, quando eu estava fazendo o mestrado na USP, o professor simplesmente chegou e disse que queria um artigo científico. Eu nunca tinha escrito um artigo científico na minha vida. Lá em casa, isso quase gerou uma separação do casal. Nós já tínhamos marcado a viagem de volta de São Paulo para Minas e eu cheguei para a minha esposa e disse: "Eu vou ter que escrever um artigo, nunca fiz isso na minha vida e vou ter que ficar por aqui. Se eu for para lá, não vou conseguir escrever." Foi um parto escrever esse artigo. Hoje, o pessoal acha que senta e escreve. Não é assim. Tem todo um processo, mas é muito mais fácil escrever um artigo, depois que você já escreveu alguns. Então, o escrever é muito importante.

Eu tenho mais dois *slides* aqui, sendo que um deles é só sobre ler, destacando algumas possibilidades da leitura e o outro é sobre escrita. Ler não é só receber. Às vezes, a pessoa está lendo, mas ela tem conhecimento prévio sobre o assunto, ela está fazendo uma leitura crítica, nem sempre ela concorda com tudo o que o autor colocou e aí constrói a idéia dela. Então, a idéia é que, quando você lê, depois da leitura, você chegue à idéia que você tinha antes, mas reelaborada, a partir da leitura daquele autor. Ler é ampliar a percepção. Ler é se motivar para a observação de aspectos da vida que nos passaram despercebidos.

Os alunos têm uma ansiedade muito grande com esse tal trabalho científico. Eu estou falando mais da graduação. Hoje, eu tenho tido experiência de orientador de alunos da graduação, especialização e mestrado também, mas eu gosto muito de falar mais do aluno da graduação porque é quem chega à universidade mais verde para essa es-

crita. Nós entendemos que, se o aluno fosse bem trabalhado na graduação, quando ele chegasse à pós-graduação, ele teria um outro nível.

Esta outra frase é curta, mas encerra tudo o que poderíamos dizer: "Ler bons livros é capacitar-se para ler a vida". Eu volto a lembrar da minha filhinha. O que é que ela faz hoje, senão, querer ler a vida? Tudo para ela é novo, então, ela pergunta, busca. Por que, mais tarde, ela não vai ser uma universitária com a motivação que eu, como professor, tenho? Onde é que nós estamos pecando? Onde é que nós estamos errando nesse processo?

Dentro da questão da escrita, a minha idéia é que deveríamos promover a elaboração de textos, seja resumos, críticas o que for, em todas as disciplinas. Eu acho que o aluno de Ciências Contábeis precisa escrever mais. Ler mais, eu nem preciso dizer, mas ele tem de escrever mais também. A gente percebe que os alunos têm extrema dificuldade em escrever, de forma geral. Eu defendo as Ciências Contábeis até em briga de rua. Se falarem mal, eu parto para a briga. Mas eu acho que nós também temos de nos autocriticar. Eu convivi com a crítica, desde a minha dissertação. Para vocês terem uma idéia, quando eu escrevi a minha dissertação, eu cometi a ousadia – claro que amparado por um orientador extremamente experiente – de fazer uma crítica à produção científica da FEA. Nós estamos pouco acostumados com essa crítica. O que é que aconteceu? Quando eu acabei de defender a tese, um professor me chamou na sala dele e me disse: "Renato, você cometeu a maior besteira da sua vida". Eu estava me candidatando ao doutorado. E ele disse: "Você fez. Você fez uma lista negra". Eu listei no final da dissertação os trabalhos que eu tinha analisado e todo mundo estava lendo a lista para olhar se o trabalho dele estava lá. Então, eu queria ressaltar que: (1) a crítica não destaca apenas os aspectos negativos; (2) não é o Renato que estava fazendo, eu busquei amparo na literatura; (3) a gente precisa se autocriticar para crescer. Moral da história, eu fui recomendado pelo professor a retirar essa página com a relação dos trabalhos analisados. Então, metodologicamente falando, a minha dissertação tem um defeito grave porque lá não tem a lista de trabalhos que eu analisei. Com isso, eu quero dizer que nós não estávamos acostumados com essa crítica. A minha tese acabou sendo distribuída para todos os programas de Ciências Contábeis reconhecidos pela Capes, só que não causou mais o mesmo impacto porque nós já tínhamos feito essa crítica. Vocês conhecem bem o Professor Gilberto Martins, que é o mestre em que eu me miro e que me ajudou muito na minha trajetória. O professor Iudícibus também, mas o professor Gilberto, mais proximamente, por essa escolha metodológica. Ele é um crítico. Nós precisamos ter esses críticos que chegam e dizem o que precisa ser mudado.

Nós temos de incentivar o desenvolvimento do espírito crítico por parte dos alunos. O que é que a gente percebe? Às vezes, existe um preconceito dos professores em relação ao aluno crítico. A verdade é que ele incomoda. Então, a gente fica naquela situação confortável de que o professor fala, os alunos ouvem e aceitam. Eu também tenho extrema dificuldade em lidar com o aluno crítico, mas eu acho que nós deveríamos valorizar essa presença. Não estou falando daquele aluno que critica por criticar, mas aquele aluno que está ali analisando, percebendo e que diz: "Acho que isso não é exatamente assim. Não

seria dessa outra forma?". Nós somos professores e detemos o conhecimento, temos o poder e ficamos incomodados com quem ameaça esse poder.

Aqui, eu tive uma recaída. No título, estava escrito "Formação do Estudante". Eu pensei: Será que eu vou até ao final sem falar do trabalho científico. Então, eu tive uma recaída neste *slide* porque eu quis passar alguns lances daquilo que eu acho importante no trabalho científico: Eu consegui despertar a curiosidade do aluno? O aluno já está extremamente motivado para chegar lá na aula bem cedo para me esperar?

Para falar da condução do trabalho científico, eu precisaria de mais o mesmo tempo que nós estamos tendo aqui, mas, vou sintetizar algumas mensagens que nós precisaríamos passar para o nosso aluno ao falarmos de trabalho científico:

Seleção cuidadosa de um assunto ou tema-problema. Nossa idéia é que o aluno deve buscar um tema que tenha potencial para surpreender. Eu deveria pensar num trabalho, de maneira que as pessoas que produzem naquela área teriam motivação para buscar meu trabalho e ler esse trabalho. Então, talvez essa escolha do tema seja um dos pontos mais desafiadores. Eu sempre digo aos meus alunos: "Quando você definir o tema e conseguir fechar no problema, em termos de elaboração, você tem 50% do trabalho pronto. A metodologia é a coisa mais fácil". O pessoal tem mania de colocar a culpa na metodologia. Outro dia, uma secretária lá do meu Departamento me enviou uma mensagem: "Caro professor, estou concorrendo a um curso de especialização e estou com extrema dificuldade na parte metodológica". Eu olhei e pensei: "Eu sei que não é". A parte metodológica perpassa todo o trabalho. Ela vai desde o título até o ponto final da conclusão. Fazendo analogia com o ser humano, eu diria que eu estou aqui em pé, falando com vocês, porque eu tenho um esqueleto que me sustenta. Esse esqueleto, no caso do trabalho científico, é a estrutura que segura o trabalho científico. Mas ela não falou especificamente do método e da técnica. Eu já fui falar com ela sabendo que não era assim. Quando eu cheguei lá, percebi que ela ainda não tinha definido claramente o problema. Eu acho que o pesquisador é um dos únicos seres que se colocam numa única situação em que a gente fica buscando problemas. Na vida, a gente fica correndo dos problemas.

CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

AUDITÓRIO ÉRICO VERÍSSIMO

PAINEL N.º 05

CRÉDITOS DE CARBONO: EMISSÃO, COMERCIALIZAÇÃO E TRATAMENTO CONTÁBIL

Mestre-de-Cerimônias: Dando seguimento às atividades desse Seminário teremos agora o tema "Créditos de Carbono: Emissão, Comercialização e Tratamento Contábil", objetivando discutir a emissão e comercialização de certificados de créditos de carbono e alternativas para sua contabilização. Eu convido para coordenar esses trabalhos a senhora Vice-Presidente do Conselho Federal de Contabilidade a Doutora Contadora, Silvia Mara Leite Cavalcante. A Senhora Silvia é especialista em perícia contábil e investigação financeira, além de especialista em direito tributário. Silvia Mara atuou em diversas entidades de classe contábil brasileira. No seu estado, Mato Grosso, foi Presidente do Sindicato dos Profissionais da Contabilidade e Presidente do Conselho Regional de Contabilidade. Foi a primeira coordenadora da Comissão da Mulher Contabilista do CFC. Atualmente é Coordenadora da Comissão de Responsabilidade Sócio-Ambiental, além de Conselheira e Vice-Presidente de Administração do Conselho Federal de Contabilidade.

Eu convido para tomar assento à Mesa as senhoras palestrantes: a Doutora em Controladoria e Contabilidade da FEA/ USP, Maísa de Souza Ribeiro e a Doutora Contadora Araceli Cristina de Sousa Ferreira. Tem a palavra a senhora coordenadora dessa sessão, Vice-Presidente do CFC, a Contadora Silvia Mara Leite Cavalcante.

Silvia Mara Leite Cavalcante – Coordenadora: Boa tarde a todas e a todos. Gostaria de cumprimentar em especial as nossas convidadas dessa tarde, a Doutora Araceli e a Doutora Maísa que nos prestigiam e nos abrilhantam, uma vez que são mulheres contadoras, estudiosas, pesquisadoras e que vieram até aqui transmitir para nós o conhecimento que elas têm nessa área de crédito de carbono. Gostaria de cumprimentar o0s nossos palestrantes e agradecer desde já todos que estiveram aqui desde ontem, Trevisan, César Kroetz, Professor Nilson, a Gardênia que já está voltando para sua cidade, enfim, todos os que passaram por aqui e a vocês que estão conosco desde ontem. Cumprimentar também a Mônica que está representando o Presidente do Conselho do Distrito Federal, o Doutor Gerardo; os nossos conselheiros que estão aqui; o Castelinho e Eulália que também estão aqui e participam junto comigo e como funcionários do Conselho da nossa Comissão Sócio Ambiental.

Nós tivemos esse painel lá no Congresso Brasileiro. Foi um painel que infelizmente não teve tanta participação, uma vez que naquela tarde o Presidente Lula estaria presente então nós tivemos que fazer uma alteração de local e ficou bastante prejudicado esse painel. É uma matéria que eu particularmente me interesso muito. Já participei de alguns cursos a respeito. O Brasil, já foi falado que é o terceiro maior vendedor de cré-

Dr.ª Maísa de Souza Ribeiro (FEA/USP), Silvia Mara Leite Cavalcante (CFC) e Araceli Cristina de Sousa Ferreira (FEA/USP).

nbiental

Contábil Brasileiro

dito. Tem um potencial maravilhoso por ser um país com dimensões geográficas fantásticas e está aí o mercado. É claro que o debate não vai ser comigo, vai ser com as nossas doutoras e fiquei sabendo aqui pela Doutora Araceli que elas têm dois posicionamentos. Então, nós vamos colocar dessa forma. A Doutora Araceli apresenta o seu posicionamento, a Doutora Maísa apresenta o dela e depois nós jogamos para a platéia para poder fazermos um grande debate. O nosso tempo está bastante propício para essas perguntas, para que nós saiamos daqui totalmente abastecidos de informações. Não saiam daqui com dúvidas. Os nossos estudantes que estão presentes aqui podem perguntar a vontade no microfone, pode encaminhar as perguntas durante a explanação das duas doutoras. Fiquem à vontade. O painel vai tratar da emissão, comercialização e tratamento contábil.

Lembrando que como foi falado aqui de manhã pelo representante do Ministério da Ciência e tecnologia, que o nosso Conselho Federal instalou uma comissão da qual é composta pela Doutora Araceli, Doutora Maísa e Doutora Gardênia que esteve aqui pela manhã. Essa comissão vai fazer estudos relacionados a área do meio ambiente e o resultado dessa comissão vai ser oferecer para o Conselho Federal aprovar depois em plenária uma norma tratando de como se deve comercializar os créditos de carbono. Só para fazer um comentário, eu estive num evento em São Paulo, um curso de três dias e só eu era contadora ali. No início do curso, na apresentação, me apresentei como Contadora e Membro do Conselho Federal, e o palestrante perguntou: "O que uma contadora está fazendo aqui?". Então, a contabilidade tem a ver com tudo e tem a ver sim com a comercialização de crédito de carbono, e mais ainda, nesses dias atrás teve um evento no Rio Grande do Sul e nos pediram apoio para divulgar e o público interessado eram engenheiros, advogados, enfim, professores de história, menos contadores. Então, também estão desinformados. A matéria crédito de carbono tem tudo a ver com a nossa profissão e nós teremos então, o prazer de ouvi-las falando sobre isso e com certeza vocês vão concordar comigo.

Começando, então, com a Doutora Araceli Cristina de Sousa Ferreira. A Doutora Araceli é Doutora em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo, Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, recebeu os prêmios: "Partners of Peace" e "Sustentability International Global Order Coalition", Diploma Por Mérito Contábil Maranhense pelo CRC em 1989, terceiro lugar no oitavo concurso de monografia sobre serviço público pela FUNSEP em 1989 e especialmente autora do livro Contabilidade Ambiental Uma Informação Para o Desenvolvimento Sustentável, já na sua segunda edição.

Vamos apresentar então, para não quebrar depois o debate a Doutora Maísa de Sousa Ribeiro, Professora Livre-Docente do Departamento de Contabilidade da FEA-Ribeirão Preto da USP. Doutora e Mestre em Controladoria e Contabilidade também. Tem graduação em Ciências Contábeis pela PUC São Paulo e autora do livro Contabilidade Ambiental, publicado pela Saraiva que também está na sua segunda edição.

Então, vocês vêem que os currículos das duas abrilhantam esse painel. São especialistas, estudiosas, pesquisadoras. Então, eu passo a palavra para a Doutora Araceli para poder socializar conosco esse conhecimento. A Doutora Araceli terá 25 minutos para a sua explanação e depois 25 minutos para a Doutora Maísa.

Araceli Cristina de Sousa Ferreira – FEA/USP: Boa tarde. Eu acho que você fez mais curso de crédito de carbono do que hoje. Você que devia fazer a exposição. Estou me sentindo desconfortável aqui.

Eu queria agradecer o convite. Não é a primeira vez que estou no Conselho Federal, mas é a primeira vez que estou aqui nesse auditório podendo falar. Como eu tinha antecipado, a Maísa e eu estamos fazendo parte da comissão que está fazendo a revisão da NBCT 15 e a gente aproveitou e conversou sobre que abordagem estaríamos dando ao seminário. Então, para a gente não ser repetitiva, a gente tentou não falarmos sobre as mesmas coisas e expormos pontos de vista diferentes. Eu acho que pode ser bem interessante para chegarmos a consolidar melhor no caminho de como se contabilizar o crédito de carbono. Eu vejo algumas opções, a Maísa vê outras, e eu também não tenho certeza de qual é a melhor opção.

Eu queria aproveitar e dizer que eu estou falando, mas coordeno na UFRJ um grupo de pesquisa em contabilidade ambiental e relatórios sociais e me considero a porta-voz do grupo. Então, o que eu estou trazendo aqui é fruto das discussões e do trabalho de várias pessoas que estão envolvidas com isso. Então, não é fruto do meu trabalho solitário.

Eu vou começar falando que o ex-Vice-Presidente Americano e ganhador do Nobel da Paz deu uma entrevista para o jornal "The Independent" no ano passado e ele dizia que a contabilidade tem um peso importante na tomada de decisão e tem havido progresso para reformar e redesenhar o sistema contábil, mas nem de perto o suficiente. Essa entrevista ele deu falando de créditos de carbono. Ele estava depois do vídeo que ele fez, do filme, Uma verdade inconveniente, que eu acho que vale a pena todo mundo assistir. Ele fala sobre isso, sobre a importância da contabilidade na questão dos créditos de carbono, mas diz que a gente está atrasado. Eu acho que ele tem razão.

A gente veio aqui para falar como é essa questão da contabilização no Protocolo de Quioto, mas acho que toda a vez que a gente vai fazer um lançamento contábil a gente procura ver qual é a intenção. Se eu estou comprando um carro e vou vender o carro eu vou contabilizar isso no estoque, se eu for usar o carro eu vou contabilizar isso no ativo permanente. Então, naquele momento inicial, a intenção é que vai definir o que vou contabilizar, o que a empresa quer fazer com aquela aquisição, com aquele produto. Eu começo a tratar da contabilização do Protocolo pela intenção do Protocolo de Quioto. Eu acho que isso é que deveria nortear as discussões. Basicamente, é estabilizar a concentração atmosférica dos gases do efeito estufa num determinado nível que previna interferências danosas ao clima. Para isso, foram estabelecidos vários critérios. Considerando a idéia de que se vá reduzir a poluição, principalmente os países, da Europa, como não conseguem reduzir a emissão, teriam que comprar créditos, por exemplo, de empresas brasileiras que estariam fazendo o serviço de limpeza do ar, que estariam fazendo uma redução da emissão. Então, basicamente a idéia do Protocolo é essa. Eu acho que deveria nortear qualquer possibilidade de contabilização de todas as ações decorrentes de quem tem a intenção de atuar dentro dos limites do Protocolo.
A Maísa vai detalhar melhor isso, mas os mecanismos do protocolo são: mecanismos de desenvolvimento limpo; certificado de redução das emissões. Quer dizer, o protocolo tem vários ou-

tras possibilidades. O que nos interessa mais aqui seria o mecanismo de desenvolvimento limpo, que dá o certificado da redução de emissão, que é o que a gente conhece como o famoso crédito de carbono. Isso é o que seria a praia das empresas brasileiras.

Mas, por que aconteceu o Protocolo de Quioto? Ele foi criado por quê? Ele foi criado porque existe uma filosofia atrás disso, que é a filosofia do desenvolvimento sustentável. O Professor Kroetz estava falando: é possível equilibrar desenvolvimento sustentável com desenvolvimento econômico? É possível, mas é difícil. É um trabalho que envolve muitas mudanças. Então, o protocolo foi criado dentro desse contexto, de promover o desenvolvimento sustentável das nações em desenvolvimento. É fazer com que o nosso desenvolvimento não seja aquele desenvolvimento econômico desenfreado que destruiu a natureza, que é responsável por 80% ou 90% de toda a destruição do planeta existente hoje. Então, para que o nosso desenvolvimento possa ser realmente um desenvolvimento sustentável, e o nosso entendimento seria que o resultado final para ser medido pela contabilidade não poderia ser somente sobre o protocolo, mas sobre o resultado do mecanismo de desenvolvimento limpo no contexto da poluição do mundo. No caso aqui a poluição do ar, que é o centro dos termos do protocolo. Nós deveríamos então, não estar tratando apenas da venda do título, do eu faço com o título, mas do que acontece para o título existir. Então, eu deveria estar pensando em medir o desenvolvimento limpo que é a atividade que venha trazer para o país onde o projeto esteja instalado. Pode ser no Brasil, pode ser na África, na Índia, enfim, nos países que estão aptos a emitirem esses certificados.

O que a gente quer fazer com a questão do certificado? Nós estamos emitindo um título para dizer: tem gente que está poluindo o ar, nós vamos transformar isso em dinheiro, em um título que vai valer alguma coisa, que vai ter um preço, então, eu estou dando um preço para essa posição, para transformar isso no que era antes, ou seja, a Terra tinha um aspecto limpo, a gente não tinha essa fumaça toda, essa poluição toda, e a gente está querendo transformar isso em dinheiro. Em certa medida, eu concordo com o que o César falou antes, de que existem coisas que são muito difíceis de serem transformadas em dinheiro. Mas, existe uma boa parte dessas coisas que pode ser transformada em dinheiro. Eu acho que o protocolo vem caminhar por aí. Talvez se não tivesse a questão da emissão dos títulos, da venda, e tal, a gente não teria feito nada. Então, apenas pela boa vontade, pela mudança, pela conscientização das pessoas, eu acho que nem as medidas que nós temos hoje de redução.

Quando estava vindo no avião eu estava vendo uma notícia de ontem dizendo que a própria Europa não consegue, que ela aumentou em 2,6% o seu nível de emissão. Mesmo com o Protocolo ela não está conseguindo. Então, o Protocolo veio a ajudar, mas não está resolvendo o problema. Então, o que acontece? Existe o protocolo e algumas empresas brasileiras resolveram vender o serviço de limpeza, um trabalho, um produto ou um título que diz o seguinte: eu vou fazer uma atividade aqui que esteja reduzindo a emissão de poluição, de CO2 ou estou fazendo uma atividade, tipo reflorestamento, aonde eu vou captar o carbono. A questão do seqüestro de carbono é isso. Eu vou fazer um reflorestamento e enquanto a árvore está crescendo ela está limpando o planeta. Mas, existem várias intenções para fazer, por exemplo, você

pode fazer isso numa empresa nacional. Eu posso comprar uma área devastada, resolver plantar e me certificar junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia e dizer que agora eu quero emitir um certificado porque eu estou fazendo uma plantação de árvores aqui e vou seqüestrar o carbono. Vem uma equipe, vem uma auditoria, e diz: você realmente está seqüestrando o carbono. Eu, Araceli, só capital nacional. Eu posso ter uma outra situação que é uma empresa estrangeira tipo uma Peugeot. Por exemplo, a Peugeot vem a mim e diz assim: Araceli você não vai vender esse certificado lá fora, esses certificados são meus. Eu vou me associar, nós somos sócios, mas tudo o que você tiver de certificado vai ser para pagar, para liquidar a minha dívida ambiental que eu tenho lá na Europa. Então, veja bem, se eu tenho isso, eu já começo a ter uma obrigação com essa empresa que pode ser minha sócia, dependendo do tipo de contrato que eu tiver com ela. Ela pode ser uma compradora integral da produção ou pode ser uma sócia no negócio comigo. Então, são intenções diferentes que vai dizer como a gente vai fazer porque ,se eu não puder vender o carbono diretamente e tiver a obrigação de entregar, eu posso ter um contrato de longo prazo com essa empresa que precisa ser respeitado nas suas variações. Eu Araceli me considero uma pessoa preocupada com o meio ambiente e estou fazendo o meu reflorestamento porque eu quero realmente ajudar a limpar o planeta, mas eu posso também ser uma pessoa que quero ganhar dinheiro com isso, que vi uma ótima oportunidade, que estou oferecendo um serviço ambiental. Nós já temos a medição do serviço ambiental da Floresta Amazônica. Tem uma metodologia que está sendo testada. Já tem uns três anos que estão testando a metodologia e a cada pesquisa ela vem confirmando. Essa pesquisa não é feita por mim, é por um pessoal lá da UFRJ, mas eu não trabalho com esse pessoal, só conheço o trabalho deles. Então, eu quero ganhar dinheiro, eu vou comprar essa terra, vou comprar não sei quantas mudas, vou contratar um agrônomo e quero ganhar dinheiro. Então, eu tenho a intenção simplesmente de pegar isso, jogar no mercado e vender o título. A minha preocupação maior seria essa e não realmente a questão da sustentabilidade. Então, a gente deveria levar em consideração o propósito do Projeto do Protocolo de Quoto. A filosofia foi ditada pela ONU, mas o objetivo está ditado no projeto e o objetivo é o objetivo de cada um que estiver interessado em entrar nesse mercado e a gente tem vários interesses. Eu posso ter ainda empresas do tipo GERDAU, que a atividade fim dela é a siderurgia, mas que pode ter uma atividade paralela e essa atividade, que não será fim, mas paralela porque isso está ligado ao seu projeto, a sua responsabilidade social, etc. Então, eu posso ter uma empresa como a Aracruz, que tem as suas árvores. No momento em que elas estão crescendo, pode se inserir no protocolo, mas no momento em que ela conseguir vender a madeira, ela já tem uma segunda intenção. Então, o protocolo já não é a sua intenção principal. Mas enquanto a árvore está crescendo ela pode estar seqüestrando o carbono e isso eventualmente ser tratado dentro do mecanismo de desenvolvimento limpo, dentro do Protocolo de Quioto.

Então, nós temos vários cenários: o capital nacional e o capital estrangeiro numa atividade só de Quioto; o capital estrangeiro numa atividade fim qualquer, com um paralelo de Quioto junto. Então, são várias as configurações para esse processo. Em tudo isso, nós temos os gastos iniciais, a execução do projeto, a formação das reduções certificadas e a

venda, que eu posso eventualmente até fazer essa venda antecipada. Eu posso fazer uma negociação antecipada desses títulos. Não tem nenhum título emitido ainda não, mas o projeto está todo certinho e eu posso ir lá, fazer uma negociação direta com a empresa, conseguir um comprador, para a minha empresa. Então, eu estaria vendendo isso antes do momento da emissão da certificação. Eu estaria vendendo um direito sobre o certificado que eu vou emitir ainda e quem comprar vai negociar isso segundo os seus próprios interesses.

Quando a gente começou a olhar isso a gente pensou: como vamos contabilizar isso tudo? Se eu tenho uma atividade de florestamento o que pode acontecer? No processo de florestamento eu tenho todos os passos de uma colheita, o operacional é similar ao de uma colheita de frutas, por que são colheitas permanentes. Então, nós começamos a olhar que havia similaridades que a gente poderia ir junto à contabilidade agrícola buscar alguns elementos para fazer a contabilização durante o processo sendo no caso do Protocolo via florestamento ou reflorestamento.

Uma outra possibilidade é a gente pensar na questão da produção conjunta. Se eu tenho uma atividade fim principal e o próprio reflorestamento traz isso, quer dizer, enquanto eu estou seqüestrando o carbono, às vezes a madeira vale mais do que o carbono que eu estou seqüestrando, então, o seqüestro é um subproduto ou um co-produto da minha produção de madeira. Eu posso vender a madeira que serve para fazer várias coisas, mas isso nos levaria a pensar na possibilidade de tratar alguns projetos de carbono como co-produto ou subproduto, colocando a receita de acordo com a própria metodologia de ação conjunta. Nós ficamos pensando isso enquanto eu estou fazendo o projeto, enquanto eu estou já com o projeto aprovado, enquanto eu estou com a atividade de fazer o seqüestro do carbono. A gente começa a ver várias posições sobre como contabilizar. A posição é assim, a posição de artigos, a própria tese de livre-docência da Maísa, do que é produzido aqui no Brasil e do que é produzido fora do Brasil. Ou eu trato isso como um derivativo, ou trato como intangível. Se eu não me engano, eu acho que foi a GERDAU que fez uma nota explicativa dizendo que estava no Protocolo e estava tratando isso como um ativo intangível. Então, você tem a possibilidade de ser um intangível e tem a possibilidade de ser uma commodity. Nós começamos a ver quais são as características de um derivativo, as características de um intangível e a característica de uma commodity. Em minha opinião o título do carbono, essa atividade, e que é oferecido, é uma emissão eletrônica pela ONU, esse título não teria todas as características nem de derivativo, nem de intangível, nem de commodity porque o derivativo teria que ter um ativo base que o acompanharia, mas se eu estou falando de madeira o preço do carbono não acompanha o preço da madeira. O fato do preço da madeira subir ou descer não te nenhuma interferência no preço do crédito do carbono comercializado. Então, nessas três possibilidades nós não encontramos uma que diga assim, e talvez a Maísa possa ajudar. Na realidade é a primeira vez que estamos sentando juntas para conversar sobre isso e eu estou achando muito interessante porque a gente fez uma tentativa num congresso da USP, mas o tempo não deixou. Então, eu acho que isso vai ajudar bastante a gente no grupo a entender melhor essas coisas. Então, a gente achou que no seqüestro o título não atendia nenhuma dessas possibilidades.

Tem uma outra questão, que é a questão da adicionalidade ao projeto. Nenhum projeto de carbono, do Protocolo de Quioto, deve ser feito sem que haja a questão da sustentabilidade que é o entorno por que a idéia é o desenvolvimento sustentável. Então, não adianta eu fazer uma floresta só, se no meu redor todo mundo continua pobre, miserável, poluindo o rio. É preciso que o dinheiro aplicado nos projetos, o dinheiro que as empresas européias são obrigadas a comprar desses certificados tragam uma melhoria no desenvolvimento, mas uma melhoria ambiental, uma melhoria sustentável. Esse é o caminho que a gente está seguindo, de que para fazer a contabilização toda eu também preciso encontrar uma forma de medir a adicionalidade, de medir a sustentabilidade, o desenvolvimento sustentável resultado desse projeto. Ou seja, a empresa não pode apresentar só o seu lucro, os seus funcionários, ela tem que dizer o que aconteceu na sociedade em geral. Eu posso fazer uma atividade de florestamento e contratar três pessoas, então, eu não estou melhorando o meu entorno. Eu posso ter um outro tipo de atividade, por exemplo, se eu tenho uma usina, se eu faço o tratamento de um lixão, isso traz muito mais sustentabilidade do entorno, traz muito mais um desenvolvimento sustentável do que um mero reflorestamento. Então, a gente acha que a gente tem que começar a pensar sobre como medir isso.

Diante disso tudo, primeiro da similaridade que a gente encontrou junto à produção agrícola quanto na produção conjunta, diante das dificuldades que nós tivemos para realmente enquadrar como uma commodity, como intangível ou como derivativo, a gente acha que os títulos de créditos de carbono que hoje são títulos de crédito de carbono que significam a limpeza do ar, e amanhã serão os títulos de limpeza da água porque a humanidade não vai escapar disso, esses títulos precisam ser repensados inclusive pelo direito tributário, pelo direito societário, de que são títulos de natureza ambiental. Eles não poderiam ser classificados em nenhuma dessas possibilidades e sim um título diferente que teria que ser medido de forma diferente para que a gente soubesse realmente se ele está cumprindo a função e a filosofia da Comissão Brant, do desenvolvimento sustentável.

Então, essa seria a nossa conclusão. A gente precisa pensar que esse título não poderia ser realmente tratado como derivativo, como commodity, e sim estudarmos as condições e até temos algumas idéias, de que estaríamos lançando na bolsa de mercadorias e futuros um título de natureza ambiental a ser comercializado com essa característica, que numa empresa industrial. Por exemplo, se ela tiver derivativos e tiver o título de natureza ambiental seriam duas classificações diferentes ou pelo menos duas rubricas diferentes no plano de contas.

Eu acho que é isso que eu queria falar. Acho que a gente traz aqui uma bibliografia que serviu de base para a gente. Inclusive a gente estudou na tese de livre docência da Maísa. Existem outros artigos também, mas essas foram as matérias básicas e também o trabalho do Professor Carlos Eduardo Yang que fala sobre o serviço das florestas e está já há três anos testando e tem um trabalho bem interessante sobre os serviços ambientais da floresta e como mensurar isso. Isso são coisas interessantes porque quando a gente pega essas medidas de mensuração e traz para os princípios contábeis a gente vê que existem vários métodos já desenvolvidos que não são utilizados pela contabilidade ainda, mas que poderiam ser porque atendem dentro da nossa vi-

são os princípios de contabilidade,os princípios fundamentais de contabilidade.

É isso, muito obrigada e espero que depois vocês possam nos ajudar a entender melhor essa situação. Obrigada.

Maísa de Souza Ribeiro – Doutora em Controladoria e Contabilidade da FEA/USP: Boa tarde. Primeiramente gostaria de agradecer ao convite da coordenação de estar nesse evento aqui, que eu acho muito importante por ser promovido pelo Conselho Federal de Contabilidade, que é nossa entidade máxima e o fato de estar voltado para essa questão da responsabilidade sócio-ambiental, que é muito importante. A gente tem já há algum tempo, eu e Araceli, discutido sobre essa questão e com o tempo a gente começa a observar que a gente vai ganhando mais adesões, que as pessoas começam a observar o quanto é importante a gente enquanto profissionais de contabilidade estar se inserindo nessa questão. Hoje a realidade é bem diferente e a gente já vê com bastante satisfação que as pessoas estão começando a entender quer a gente precisa fazer alguma coisa. É sempre um prazer a gente poder vir e tentar jogar alguma sementinha, tentar buscar junto à vocês algumas idéias que a gente possa evoluir no entendimento do papel da contabilidade nessa questão sócio-ambiental. Então, os meus agradecimentos à coordenação na figura da Professora Silvia e meus agradecimentos também a vocês. Eu também gostaria de pedir desculpas pelo atraso. Eu não tive culpa, mas em todo caso estive envolvida. Foi um problema na companhia aérea que acabou atrasando um pouco.

A essa altura do campeonato, sendo a última apresentação, eu não tenho como não ser repetitiva. Então, com certeza, algumas das coisas que eu vou falar aqui já foram abordadas por outros palestrantes. Eu vi o final da palestra do Professor Kroetz, onde ele fala na questão de responsabilidade social, que é uma questão bastante importante. A Professora Araceli também abordou os principais pontos no que diz respeito a essa polêmica da contabilidade, mas a gente tenta aqui de uma outra forma trazer alguns pontos novos ou algum ponto de vista diferente do que o que foi colocado. Não necessariamente o certo, o correto, o que vai prevalecer, mas pontos que devem chamar atenção para a discussão.

Então, estudando essa questão a gente foi nas origens, como falou a Professora Araceli a gente precisava discutir como começa a questão do Protocolo de Quioto. Naturalmente vocês já ouviram falar disso, mas como o slide está aqui, para não passar batido, a gente vai fazer aqui uma rápida menção.

No Protocolo de Quioto a gente tem o envolvimento dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. Então, nessa conjugação que é pertinente exclusivamente ao mecanismo de desenvolvimento limpo, que é uma das três alternativas colocadas pelo Protocolo de Quioto para estimular as empresas ou os países de uma forma geral a reduzir os seus níveis de emissão, a gente tem aqui o mecanismo de compensação em que os países tem que fazer os investimentos para reduzir as emissões e se eles não podem fazer isso nos seus próprios empreendimentos eles têm a oportunidade de fazer isso nos países em desenvolvimento. Então, na verdade, eles vão continuar o processo operacional deles da forma com que tem sido realizado até o momento que em muitas situações é um processo nocivo porque foi instalado daquela forma, está desenvolvido daquela forma e não existe até o momento tecno-

logia ou recurso financeiro que permita reduzir as emissões naquele local. Então, na medida em que eles transfiram seus recursos para os países em desenvolvimento, eles vão permitir que esses países possam se desenvolver de uma forma ecologicamente mais correta. Então, essa é uma das premissas do Protocolo de Quioto. Ele estava voltado para as reduções de gases que provocam o efeito estufa. As áreas que estão sendo mais incentivadas são as áreas que envolvem a produção de energia, o agro-negócio e os resíduos sólidos. Então, os projetos desenvolvidos prioritariamente nessas áreas gerariam as reduções certificadas de emissões constituindo-se necessariamente, como a Professora Araceli já falou agora pouco, no mecanismo de transferência social na medida em que eu vou promover o desenvolvimento social; o mecanismo de proteção ambiental em que eu vou desenvolver um projeto que seja ecologicamente mais correto do que o que tem sido feito até então, e vai gerar mecanismos para ganhos financeiros. Na realidade, o Protocolo de Quioto foi concebido nessas formas. A questão do ganho financeiro foi inserida posteriormente. O Protocolo estava colocado e para que as empresas começassem a fazer isso, para que as empresas continuassem a gerar resultados positivos, que é uma necessidade substancial para que elas possam gerar projetos sociais, haveria uma necessidade de ter uma forma de ganhos financeiros. Esses ganhos financeiros se dão na medida em que esses créditos de carbono provenientes das reduções certificadas de emissões pudessem ser comercializados. Essa seria uma forma de que as empresas que tivessem a possibilidade de desenvolver os projetos, de fazer a captação de gás carbônico, que elas pudessem ser compensadas por esse esforço e essa compensação se daria então através da comercialização.

Como já deve ter sido falado, as etapas de implantação do projeto de mecanismo de desenvolvimento limpo envolvem a elaboração de um projeto, que tem que ser detalhadamente desenvolvido. A sua metodologia tem que ser validada por uma empresa de auditoria, pelos órgãos competentes. Tem que ser aprovado por uma autoridade nacional e registrado no Conselho Executivo do MDL. O proponente deve desempenhar atividades de monitoramento, ou seja, eu faço um planejamento e nesse planejamento eu tenho uma atividade a ser desenvolvida me comprometendo a fazer reduções nas emissões de gás carbônico ou fazer a captação dele. Para isso eu tenho que fazer um monitoramento para garantir que isso esteja ocorrendo. A entidade operacional designada vai realizar a verificação e certificação das reduções de emissões, na medida em que essas reduções estejam efetivamente se realizando e o Conselho Executivo do MDL emite o certificado.

Então, todo esse processo aqui não se dá de uma hora para outra, é um processo que implica num processo de desenvolvimento. Então, o que é esse projeto que a empresa está desenvolvendo? Ela está desenvolvendo um projeto que vai gerar as reduções dessas emissões e como a Professora Araceli falou essas reduções podem se dar de várias formas. Você pode associar um co-produto ao seu processo operacional, ou você pode gerar um novo empreendimento que vai proporcionar essa redução de créditos de carbono diretamente. Então, a gente vai ter alguns projetos, tipo projetos de florestamento e reflorestamento que vão envolver períodos de 20 anos e outros projetos que vão envolver períodos de sete anos. Então, o período de abrangência, o período que envolve esses mecanismos são bastante extensos apesar de que no protocolo fala que a gente tem uma meta que seria até

2012 e a partir daí a gente começa a rever tudo. A gente está exatamente nesse período em que os frutos desses projetos começam a ser avaliados. Então, esses projetos têm que trazer a adicionalidade, ou seja, eu vou desenvolver um novo projeto e vou mudar o meu mecanismo operacional, vou fazer tratamento do gás metano dos aterros sanitários, qualquer que seja o outro projeto, mas ele tem que trazer alguma adicionalidade. Então, quando eu estou me propondo a fazer esse negócio, que na verdade eu estou pensando de uma forma socialmente responsável porque eu vou fazer o bem ao meio ambiente, ao meio social, mas eu também como empresa pensando na minha sobrevivência, na minha continuidade estou pensando nos aspectos financeiros e quando eu estou pensando nos aspectos financeiros no desenvolvimento operacional da minha atividade conforme outros professores falaram, o Professor Kroetz falou, eu tenho que desenvolver o processo de forma socialmente responsável. Então, não basta produzir, eu tenho que produzir com qualidade. Então, quando o Protocolo de Quioto fala em adicionalidades ele está falando em contribuições para sustentabilidade ambiental local. Então, eu tenho que criar condições para que o meu projeto seja desenvolvido sem agredir o meio ambiente ou, melhor ainda, melhorando a qualidade desse meio ambiente. Eu preciso pensar que o meu projeto tem que trazer desenvolvimento das condições de trabalho e geração de emprego.

Distribuição de renda, capacitação em desenvolvimento tecnológico, integração regional e articulação de outros setores. Todos esses outros aspectos são inerentes à adicionalidade que o projeto do Protocolo que Quioto põe para as empresas que estão aderindo. Na verdade todas essas características são características de responsabilidade social que as empresas devem incorporar ao seu processo operacional, de uma forma geral. Então, mesmo que a empresa não queira aderir ao Protocolo de Quioto, pelo contexto que a gente está inserido, pelo momento que a gente está, em 2008, com todas as evidências da degradação do meio ambiente, dos problemas sociais de uma forma geral. Todos os negócios, de uma forma geral, têm que procurar atender esses critérios, inserir esses critérios no seu dia-a-dia, na sua rotina e a gente sabe que hoje somente inserir não basta, as empresas também tem que evidenciar, tem que dizer que elas estão cumprindo o seu papel.

Então, na medida em que elas estejam incorporando isso aqui estão sendo socialmente responsáveis e estão aderindo paralelamente ao Protocolo de Quioto. A partir desses critérios já incorporados ao seu processo operacional elas vaso poder entrar naquela etapa de consecução, de obtenção dos títulos dos créditos de carbono e esses títulos poderão ser comercializados. Com tudo isso eu estou falando para vocês que o Projeto de Quioto propõe isso aqui, especificamente o MDL, propõe a incorporação desses aspectos, dessas adicionalidades aos novos empreendimentos que a empresa vai fazer. E eu digo para vocês que, até aqui, a empresa não está fazendo mais nada do que a responsabilidade social delas ou a responsabilidade operacional, que é produzir com responsabilidade. Então tudo isso aqui tem um tratamento na contabilidade que todo mundo conhece, que é o básico que a gente tem feito até agora.

A partir disso, eu vou entrar num processo de identificação dos investimentos dos gastos relativos à obtenção dos créditos de carbono. No caso, eu trouxe aqui, para citar como exemplo, mas

existem muitos outros, o primeiro leilão de crédito de carbono realizado no Brasil e na América Latina, que foi feito no aterro bandeirantes, na capital paulista. Foi feito um no ano passado e nesse ano já foi feito outro mais ou menos na mesma época, os dois comercializando mais ou menos a mesma quantidade de crédito de carbono. Portanto, uma quantidade equivalente a toneladas de gases que foram retirados da atmosfera e produzindo também um valor semelhante, no caso do ano passado a 34 bilhões. Esses valores que foram produzidos por esse aterro. Qual o benefício que eles vão gerar? Todos esses recursos vão ser utilizados em prol do tratamento do entorno daquele local, ao mesmo tempo em que ele já teria feito o benefício de captar o gás da atmosfera.

Então, quais são os aspectos econômicos e financeiros dessas transações? Eles vão ser inseridos a partir dessa situação que seja constatado que os créditos foram efetivamente gerados e que eles vão ter uma inserção na situação patrimonial da empresa.

De que forma eu vou inserir isso na contabilidade? Nesse aspecto, a Professora Araceli tinha colocado um ponto que está sendo discutido. Eu tenho um certificado de redução de emissão que a ONU emitiu. É um órgão internacional. Eu preciso primeiramente que ele tenha um reconhecimento das autoridades nacionais, das autoridades que trabalham com o mercado aberto. Então a Comissão de Valores Imobiliários precisa atribuir valor a esse documento que eu tenho que foi emitido lá fora, que foi emitido no exterior. Então, esse documento tem valor entre partes, mas não tem validade legal efetivamente. Uma vez obtida essa validade legal eu poderia pensar que ele poderia ter um papel de um derivativo. Eu poderia pensar simplesmente que ele é um atestado de serviço prestado. A minha empresa pode ser contratada para prestar um serviço que é produzir o crédito de carbono ou ir e fazer a captação. Eu preciso ver qual é a denominação do serviço que eu vou ter aí. Simplesmente, eu posso pensar na negociação. Eu desenvolvi todo o projeto, obtive o certificado, vendi no momento que ele me faz o pagamento e vou ter o que fazer em termos de contabilização. Então, são essas figuras que hoje geram dúvidas. Qual é o tratamento contábil que eu vou dar? Explorando um pouco mais, quando eu tiver simplesmente o certificado eu posso ter uma negociação entre partes. Então a empresa A e a empresa B. A empresa B está no exterior e está interessada no título dos créditos. Eu estou no Brasil, que é um país em desenvolvimento, produzi esses créditos em função da captação do gás carbônico e posso comercializar isso. Essa empresa nessa negociação vai fazer todo o processo de validação, de transferência. Enfim, fiz a geração do crédito, vou fazer essa negociação, e posso fazer simplesmente uma contabilização direta no caixa, como algumas negociações bilaterais têm sido feitas. Os contratos têm sido feitos entre as partes e, uma vez tendo a comprovação de que foi obtida a certificação, é feita a transação sem nenhuma negociação anterior, sem registro de nenhuma etapa da negociação anterior. Mas, algumas pessoas perguntam: durante todo esse processo que eu estou fazendo e eu tenho já boas perspectivas de que essa certificação vai existir, o que entra no meu balanço, o que pode entrar no meu ativo? É que a gente entra naquela discussão de como efetivamente eu vou mensurar isso. Hoje o mercado está atribuindo a cada crédito de carbono algo em torno de cinco e quinze. Pode ser que tenham negociações com

valores maiores ou até com valores menores, mas que valor eu vou atribuir, aquele valor que eu contratei, que eu fiz no contrato bilateral, mas que ainda não foi feita a transferência de propriedade? O princípio básico da contabilidade é que eu só posso reconhecer a receita ou reconhecer um ativo, que seria o ativo a receber na medida em que eu faça a transferência de propriedade. Se eu ainda estou no processo de produção para a geração desse certificado efetivamente eu ainda não tenho um ativo, eu não tenho um elemento que eu possa registrar ali. Todo esse processo que eu estou executando tem ma parte, tem um corte, que é a parte operacional. Eu estou melhorando o meu processo operacional, estou produzindo com eficiência e essa produção com eficiência é que vai gerar o crédito de carbono, mas até ali tudo o que eu fiz foi imobilizado, foi despesa operacional normal. Então, isso significa dizer que todo o processo da geração de crédito de carbono vai gerar gastos que são gastos burocráticos, de ir até as entidades competentes para pedir validação do meu projeto, vou pagar advogado, vou pagar taxas, etc. Então, esses valores que eu vou gastar previamente comparativamente ao valor de mercado hoje são bastante diferentes. Então, eu poderia colocar no meu ativo os gastos efetivamente realizados que são inferiores ao que estão valendo no mercado. Eu continuaria com a situação atual, tendo aqueles gastos mínimos ou não tendo nada no imobilizado eu acabo não refletindo no meu balanço patrimonial o efeito de ter esses créditos de carbono. Enfim, na situação atual, no meu ponto de vista, considerando as crenças em termos de princípios, em termos do que a gente tem em termos de normas para serem desenvolvidas eu tenho, no crédito de carbono um ativo que eu desenvolvi internamente, eu tenho um ativo intangível. O ativo intangível desenvolvido internamente, eu não posso fazer a classificação dele, não posso colocá-lo no meu balanço patrimonial. Por quê? Porque, se não eu gero uma expectativa de valor para o usuário da informação que pode não corresponder a realidade. Agora, quando eu vendo esse crédito de carbono para outra empresa que está no exterior e que não vai consumir imediatamente, ele tem um ativo. Ele tem um ativo porque ele comprou e ele vai utilizar posteriormente. Ele pagou o valor de mercado por aquele ativo. Quem está desenvolvendo é que tem o gasto de produzir. É como se a gente tivesse desenvolvendo um produto e a gente vai estocando o gasto de produção e lá no final você vende por um valor de mercado bem diferenciado do que tem aqui. A questão é que o gasto com o desenvolvimento desses créditos é bem diferente no contexto atual do que o seu valor de mercado e considerando no seu aspecto principal que o gasto do desenvolvimento dos créditos de carbono começa a partir do momento que o MDL já está em funcionamento, que ele está captando os gases de efeito estufa.

Então, se eu tiver um projeto de substituição de combustível, tiro o combustível fóssil que gera gases de efeito estufa e coloco de biomassa. Eu não vou ter essa geração de gás de efeito estufa e ainda vou tratar um resíduo do processo produtivo que antes era empataste. Eu vou consumir esse recurso e deixar de impactar com o combustível fóssil. Nessa substituição o que eu faço? Eu vou tirar o equipamento antigo e colocar o equipamento novo. E vou ter uma contabilização no meu imobilizado tal qual eu faria anteriormente. Então, na verdade eu estou adquirindo um equipamento que tem capacidade de fazer produção limpa, que é a minha responsabilidade,

produzir com qualidade. Então, eu vou essa compra de novos equipamentos e vou ter a baixa do equipamento antigo que era o equipamento poluente. Então, isso significa que eu continuo gerando a receita de venda principal da empresa, adicionada agora do benefício da redução do impacto ambiental. Então, até aqui eu estou cumprindo a minha responsabilidade ambiental que é gerar recursos sem danificar o meio ambiente. Então, se o benefício sócio-ambiental se configurar, também tem a redução de CO2, eu vou ter a emissão do crédito de carbono que é essa redução certificada de emissões. Então, aqui eu tenho dois processos. Eu tenho o imobilizado que é onde vão ser classificadas as máquinas, os equipamentos e isso vai gerar a produção limpa. Feito isso aqui, eu tenho um outro processo e nesse outro processo eu vou ter esses gastos de desenvolvimento do crédito de carbono, que eu posso diferir. Eu posso postergar o seu reconhecimento para a confrontação das receitas com as receitas posteriormente e esses gastos vão estar relacionados com aqueles que eu falei: taxas, honorários, gastos burocráticos, para obtenção do crédito. A partir daí eu vou ter os créditos de carbono que podem ser comercializados e quando comercializados eu vou poder fazer o registro de caixa pelo recebimento do valor. Mas, o que eu vou contabilizar nesse primeiro momento são esses gastos que são relativos às taxas burocráticas para o desenvolvimento e não efetivamente o valor do crédito de carbono. Existe uma expectativa muito grande de que se eu pudesse reconhecer no meu balanço o valor de mercado do crédito de carbono eu aumentaria substancialmente o meu patrimônio. Aumentaria, mas você não pode fazer isso porque você está falando de um ativo que você desenvolveu internamente. Você pode aumentar o seu ativo com o valor do imobilizado que, via de regra, tem um valor significativo, mas não efetivamente com os valores do crédito de carbono.

Colocando de forma prática, eu tenho um processo de produção de açúcar e álcool e preparo da matéria prima, que no caso é a cana. Ela vai produzir o caldo, esse caldo vai gerar a produção de açúcar e esse açúcar eu posso vender no mercado. Alternativamente como co-produto eu posso ter o álcool, a partir desse processo eu faço uma derivação e também posso vender o álcool. Então, as empresas nesse processo de produção de açúcar e álcool estavam preparadas para os dois produtos e esses dois produtos geravam um impacto ambiental, que era a vinhaça, que tinha que ser tratada, por tanto gerando um gasto para a companhia. Percebeu-se que esse resíduo poderia ser utilizado como um combustível, poderia dar origem ao combustível da biomassa e na medida em que eu substituo o combustível fóssil pelo combustível da biomassa eu estou gerando a eletricidade para alimentar o processo e eu posso, na perspectiva de explorar ao máximo esse recurso, gerar recursos adicionais ao que eu preciso efetivamente. Então, eu posso repassar essa eletricidade que eu gerei, que eu não consumi, e gero uma receita adicional, que é a receita com a venda da eletricidade. As empresas desse setor, muitas delas, têm feito isso. Além disso, eu ainda posso ter um outro produto que vai ser o crédito de carbono. Mas, até aqui, antes de falar nisso o que eu estou falando são adicionalidades que a empresa pode gerar com a melhoria desse seu processo operacional. Então, a geração do crédito vai ficar na ponta desse processo e vai ter um tratamento diferenciado. Bom, eu coloquei aqui uma ilustração e nessa ilustração eu considerei uma situação já no seu estágio final. Então, eu gerei todo

o crédito de carbono, consegui uma venda nessas condições e daí eu vou fazer uma demonstração de resultados onde eu vou demonstrar quanto eu consegui vender. Outra questão inerente ao crédito de carbono é a questão da tributação. Então, como na origem essa negociação foi criada para reduzir os impactos ambientais existe a crença de que todo o produto que pudesse ser gerado não fosse tributado para estimular as empresas a fazerem mais, mas isso não entrou no âmbito legal, não foi discutido sob o ponto de vista da legalidade, sob o ponto de vista jurídico, então, continuam as regras gerais. Para efeito de regras gerais todas as transações estão sujeitas ao PIS/COFINS, portanto, essa transação vai entrar no PIS/COFINS. A quem diga que eu poderia sujeitar isso aqui ao ISS. Então, se eu considerar que esse contrato de compra de crédito de carbono seja um contrato de prestação de serviço eu teria a incidência do ISS aqui também. Se eu pensar em transformar isso aqui na negociação de um título financeiro esse valor estaria sujeito ao Imposto sobre Operações Financeiras. Então, são alguns aspectos que não foram definidos. Existe argumentação para que esses impostos sejam eliminados nessas transações, mas não se chegou a nenhuma conclusão. Outro imposto também que tem sido questionado é a questão do Imposto de Renda. Então, o Imposto de Renda poderia ser eliminado nessas transações, mas não se chegou ainda a nenhum consenso. O que tem sido feito hoje em termos de negociações é que tem sido submetido a esses dois impostos sobre vendas, PIS/COFINS, em alguns casos ao ISS, e ao Imposto de Renda. Esses daí são líquidos e certos. Outros impostos têm sido discutidos, mas implementados mesmo, pelo menos nos casos que eu conheço, foram esses três e o IOF também.

Então, agente tem que considerar nesse projeto do Protocolo de Quioto a questão de adicionar valor e quando a gente está falando de adicionar valor a gente está voltando àquele conceito de responsabilidade social. A empresa não existe por si só, ela tem que considerar os seus stakeholders sobre a rentabilidade, não no imediato, mas, na medida em que a empresa consiga se manter no mercado, ela vai melhorar a sua produtividade, portanto, ela aumenta a sua rentabilidade. Temos efeito em termos de redução de custos, menos perdas, na medida em que eu possa considerar o que antes era considerado como resíduo. Menor a produção de resíduo, menor impacto ambiental de uma forma geral. Envolve a questão da responsabilidade social, da produção limpa e da imagem da empresa, que é substancial. Então, na medida em que a empresa esteja fazendo e esteja sendo percebida pela sociedade isso tem um reflexo na sua imagem que automaticamente melhora a sua produtividade e vai ser melhor vista pela sociedade de uma forma geral.

Então, em linhas gerais era isso que eu queria trazer para vocês. Então, vocês percebem que não tem nenhuma posição fechada, que em muitos pontos coincidentes com que a Professora Araceli falou, com que os outros palestrantes falaram, mas o que a gente precisa é ter um movimento de conscientização para que efetivamente a gente possa ter o reconhecimento de mais essa transação na contabilidade de forma que ele não fique inserido naquela linha de outros, naquela última nota explicativa onde não se tenha a evidencialização do que a empresa está fazendo e do seu efeito econômico-financeiro. O efeito econômico-financeiro dessas transações são super importantes para a gente avaliar efetivamente o que a empresa está fazendo e o que pode ser

feito, o que mais pode ser feito, não somente por aquela empresa, mas por outras empresas. Na medida em que uma empresa esteja fazendo alguma coisa e divulgando isso, ela está estimulando as outras empresas a fazerem igual ou melhor. Esse é o princípio da concorrência, na medida em que outras empresas estejam querendo fazer melhor do que você a sociedade como um todo acaba ganhando. Muito obrigada pela atenção e fico à disposição para eventuais questões.

DEBATE

Silvia Mara Leite Cavalcante – Vice-Presidente do CFC/Coordenadora: Gostaria de, em nome do Conselho Federal de Contabilidade, agradecer as duas expositoras pela excelente explanação. Nós temos aqui por enquanto três perguntas. Eu vou fazer a pergunta e vocês fiquem à vontade. Se quiserem as duas responder ou uma ou outra, fiquem a vontade.

Judite: O fato da pessoa ou empresa fazer um reflorestamento e ter a intenção de vender isso significa seqüestro de carbono ou toda forma de reflorestamento é considerado um seqüestro?

Araceli Cristina de Sousa Ferreira – FEA/USP: Toda a árvore que está crescendo seqüestra o carbono, querendo ou não querendo. Então, por isso que sempre bom plantar uma árvore. Não dizem que a gente tem que escrever um livro, fazer um filho e plantar uma árvore. Então, plantar uma árvore é o mais fácil e a gente pode fazer.

Maísa de Souza Ribeiro – Doutora em Controladoria e Contabilidade da FEA/USP: Você pode aproveitar o benefício do plantio dessa árvore. Isso é o que tem sido feito a partir das negociações dos créditos de carbono porque o Protocolo de Quioto, na sua essência, não tinha nenhuma perspectiva comercial, não tinha nenhuma perspectiva de ganho para nenhuma das partes. Mas, a sobrevivência das empresas exige o tempo todo que os efeitos econômicos e financeiros estejam sendo computados. Então, na medida em que você tem uma quantidade significativa de florestamento e que você possa negociar isso certamente você vai ter recursos para ampliar os seus negócios, os seus planos sócio-ambientais. Então, se você consegue reflorestar cem hectares, se você tiver recursos talvez você aumente isso para centro e cinqüenta. A intenção é válida, mas você pode ampliar essa sua intenção, esse seu projeto e para fazer essa ampliação você precisa de recurso.

Luis Henrique dos Santos do SENAC de Sobradinho: Que base de cálculo é utilizado para a valorização monetária dos créditos de carbono? Como é feita essa valoração nas bolsas de valores?

Maísa de Souza Ribeiro – Doutora em Controladoria e Contabilidade da FEA/USP: Não tem uma técnica específica para essa questão de valoração. Tanto é que existem alguns questionamentos, como: Por que o crédito de carbono decorrente de uma atividade vai ter mais valor do que créditos gerados por outras atividades? Na verdade quando ele chega para a comercialização ele é crédito de carbono, não interessa se ele veio da suinocultura, do reflorestamento ou da co-geração de energia. Então, quando

Dr.ª Maísa de Souza Ribeiro, Silvia Mara Leite Cavalcante e Araceli Cristina de Sousa Ferreira.

ele chega lá ele vai ser um crédito que vai ter o mesmo efeito que outro qualquer. Agora, o custo de obtenção dele vai ser diferenciado e naturalmente que o vendedor vai querer se ressarcir disso. Ele pode ter o poder de impor esse preço no momento da negociação. Cabe ao comprador, dependendo da oferta do mercado aceitar ou não essas condições. Então, um fator super importante é o custo necessário para obtenção. Agora, o mercado tem autonomia para definir preços. Então, o que determina o valor de preço das ações da Vale ou da Petrobrás ou da Klabin são fatores de mercado que acabam influenciando essa valoração. Tanto é, que a gente tem diversos valores na distribuição dessas negociações.

Araceli Cristina de Sousa Ferreira – FEA/USP: Eu acho que se pode definir esse valor. Por exemplo, imagina uma empresa européia que tem que por lei, porque a comunidade européia definiu limites para cada país, então, uma empresa só pode emitir 100.000m3 de carbono em um ano. Se ela ultrapassar isso, considerando que ela está reduzindo, se ela ultrapassar disso ela é obrigada a comprar no mercado os créditos, ela é obrigada a comprar no mercado a redução. Então, vai depender da necessidade dela. Se ela não precisar comprar muito ou se ela for comprar uma quantidade e se tiver uma oferta grande é um preço, se tiver pouca oferta e ela precisar muito, ela vai pagar mais. Então, é isso que vai definir o preço do título que está sendo negociado. Agora, no final e vi que a Maísa e eu temos muito mais pontos em comuns do que divergências. É isso, o custo para você chegar é o investimento que você fez. Quer dizer que são os gastos com projetos e tal, mas isso a gente vai tratar no custo de aquisição até chegar no momento de comercializar, e o título vai ser negociado de acordo com a necessidade de quem está comprando e com a oferta de títulos que tem no mercado, por isso que tem uma variação grande. Eu já vi ser negociado a sete dólares, já vi ser negociado a três e cinqüenta e uma vez vi ser negociado a doze. Depende disso, se eu preciso comprar agora para cumprir a minha meta de emissão, a oferta é essa, eu vou lá e ponho o dinheiro, por que se ela não por ela vai ter uma série de restrições a sua operação no seu país de origem.

Silvia Mara Leite Cavalcante – Vice-Presidente do CFC/Coordenadora: Só para colaborar também. Numa empresa que comercializa crédito em São Paulo para cada um vendedor de crédito tem três compradores. Então, isso também faz com que o preço se eleve. Muita procura.
Everton – Contadoria do Banco do Brasil: Qual seria o critério de comparabilidade a ser aplicado na contabilidade das empresas para medir o impacto ambiental e o nível de responsabilidade sócio-ambiental das mesmas? A evidenciação do MDL seria o caminho?

Araceli Cristina de Sousa Ferreira – FEA/USP: O critério de comparabilidade das empresas é medido para medir o impacto ambiental e o nível de responsabilidade sócio-ambiental das mesmas. Eu acho que são duas coisas, a medida do impacto ambiental, dependendo do tipo de impacto. Quer dizer, já existem estudos feitos por engenheiros ambientais geógrafos, geólogos, que já caracterizaram os tipos de impacto. Então, eu tenho imp0acto de resíduo sólido na água. Esse resíduo sólido é um componente químico X. Então, já existe estudo que diz. A extensão da degradação desse componente é isso, para limpar essa degradação eu preciso fazer isso e isso. Então, existem metidos que nos levam a usar preços de mercado para esses

serviços e eu posso fazer uma provisão. Então, eu acho que a comparabilidade é a empresa dizer o tipo de degradação que eu causo é esse e esse tipo de degradação se a outra empresa causa o mesmo ela deveria evidenciar isso nas suas notas explicativas e no seu relatório de sustentabilidade. Com isso eu posso comparar uma determinada provisão para a recuperação da degradação feita. Agora, o nível de responsabilidade sócio-ambiental, porque a questão sócio-ambiental envolve relações trabalhistas, envolve a relação com a comunidade, envolve investimentos em cultura, envolve investimentos em educação na sua comunidade. Então, são coisas diferentes, e eu acho que nesse nível de comparabilidade os relatórios sociais, não só modelo e base, mas o do ETHOS e do GRI que fazem descrições mais detalhadas que podem permitir a avaliação desse nível de evidenciação. Eu acho que no caso até de responsabilidade social a gente só tem que tomar uma certa preocupação com empresas que dizem que fazem investimento cultural, mas é tudo Lei Rouanet e do bolso dela mesmo não sai quase nada. Então eu acho que a gente precisa estar atenta para isso. A evidenciação do MDL, se ela tem um projeto ela deve evidenciar. Com certeza. Ela deve ter uma nota explicativa, em minha opinião, do tipo de projeto, qual o objetivo, qual o prazo, se ela está fazendo o projeto. Eu acho que ela deveria fazer uma nota explicativa falando: "a gente ainda não temo certificado, mas isso aqui vai impactar no futuro e já está mostrando a intenção de responsabilidade ambiental". Eu acho que a evidenciação com certeza é um caminho.

Maísa de Souza Ribeiro – Doutora em Controladoria e Contabilidade da FEA/USP: Complementando eu acho que nós como profissionais de contabilidade a gente tem que incentivar a divulgação das informações, dos atos e fatos que acontecem dentro das empresas principalmente associando seus efeitos econômicos e financeiros. Na condição de usuário a gente tem que ser muito críticos na análise das informações que são oferecidas porque a gente tem muitas situações em que alguns eventos que acontecem com o auxílio da empresa nas dependências de empresas que são divulgados, mas sem a completude da informação. Então, eu dizer que faço um projeto cultural e utilizo a Lei Rouanet, fazer um projeto cultural é muito bom, alguém tem que ir lá e fazer, mas eu também preciso dizer que eu não estou fazendo sozinho, que eu estou fazendo esse empreendimento com recursos de terceiros.

Quando eu faço um projeto MDL, eu posso ter a iniciativa de fazer o projeto começando do momento zero com os meus recursos e depois proporcionar a colocação desse recurso no mercado; como também eu posso receber recurso de terceiros e isso tem acontecido, algumas empresas no exterior têm vindo ao Brasil para contratar projetos. Portanto, o projeto é desenvolvido inteiramente com recursos dessas empresas no exterior. Então, na hora de fazer a divulgação essa questão tem que estar clara também. Existe o mérito de fazer e se não existe recurso suficiente a parceria também é um mérito. Na medida em que a gente não possa fazer sozinho a gente tem que procurar parceiros para aumentar as contribuições, os benefícios sócio-ambientais que podem ser feitos para a sociedade. Então, a análise crítica é muito importante e na condição de profissionais a gente tem que estimular se fazer e fazer corretamente.

Silvia Mara Leite Cavalcante – Coordenadora: Muito obrigada. Não tendo

mais nenhuma pergunta nós daremos por encerado esse painel. Eu tenho certeza que houve uma satisfação de informação, de conhecimento na área de emissão, comercialização e também o tratamento contábil. Creio que até o início do ano que vem, nós teremos já uma norma colocando um ponto final nessa discussão e normatizando como deve ser feita a contabilização do crédito de carbono.

Eu queria, finalmente, agradecer mais uma vez às nossas ilustres palestrantes. Muito obrigada por aceitar o nosso convite. As duas, eu particularmente, enviei por e-mail e as duas na seqüência responderam que sim e eu credito a isso a confiança que colocam no Conselho Federal de Contabilidade. Tenho certeza que eventos como esse, nos enriquecem e fazem com que nós tenhamos conhecimento cada vez maior para que a gente possa servir cada vez melhor o usuário da contabilidade, mas também sermos mais contabilistas, cidadãos e cidadãs mais conscientes. Responsabilidade sócio-ambiental é muito fácil falar, mas eu gostaria de colocar aqui um desafio, vamos rever as nossas práticas individuais nas nossas casas porque se a gente fizer isso em casa a gente faz na nossa empresa e a gente consegue passar isso para o nosso funcionário e passar isso para a nossa comunidade. Mais faremos desde já o dever de casa.

O Conselho Federal de Contabilidade, desde abril de 2008, tem levado a efeito as práticas ambientalmente sustentáveis. Fizemos várias ações na contenção de energia, na contenção de resíduo, como muito bem o César Kroetz falou, não só reciclar, mas diminuir. Não só reutilizar, mas reduzir. Dos três erres o melhor é reduzir, porque se nós reduzimos não precisamos nem reutilizar nem reciclar. Então, fazemos esse desafio para que a nossa categoria contábil seja exemplo de cidadãos e cidadãs que têm consciência ambiental e que pratica realmente, efetivamente, nas suas casa, empresas, no seu dia-a-dia, com qualidade o cuidado com o meio ambiente. Então, um grande abraço. Nós temos ainda uma apresentação cultural.

Finalizando o evento gostaria de agradecer a todos os palestrantes que estiveram conosco, as pessoas envolvidas, a comissão organizadora, os funcionários em especial,que muito bem organizaram e trataram com muito carinho os nossos convidados. Agradecer a participação dos presidentes de conselhos, conselheiros, e vocês que fazem parte do Distrito Federal muito obrigada pela presença em nome da Maria Clara, da nossa Presidente. Tenhamos 2009 com muitos eventos, com muitas práticas ambientalmente sustentáveis e que possamos assim fazer a diferença no nosso mundo. Muito obrigada.

Mestre-de-Cerimônias: Nesse momento, eu gostaria de convidar a Senhora Coordenadora desse painel, Vice-Presidente do Conselho Federal de Contabilidade a fazer a entrega das peças em lembrança do seminário às duas palestrantes, a Doutora Maísa de Souza Ribeiro e a Doutora Araceli Cristina de Sousa Ferreira. Este cerimonial solicita a todos que permaneçam ainda no auditório para acompanhar a rápida apresentação da Banda Toque Especial, dentro de instantes. Eu gostaria também de convidar ao palco o Conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade, Doutor Francisco José dos Santos Alves, para fazer a entrega do certificado como Coordenadora Geral desse evento, Vice-Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Silvia Mara Leite Cavalcante. Obrigado.

CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

AUDITÓRIO JOSÉ LUTZEMBERGER

PAINEL N.º 06

A CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA NA ÓTICA DA EMPRESA E DO GOVERNO

Mestre de cerimônias: Dando continuidade às atividades científicas do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, será apresentado agora o painel n.º 06, que abordará o tema "A Carga Tributária Brasileira na Ótica da Empresa e do Governo", com o objetivo de apresentar a visão do empresário e do governo sobre a carga tributária.

Para coordenar este painel, nós convidamos o contador Enory Luiz Spinelli. Ele é Pós-Graduado em Controladoria com Especialização em Metodologia de Ensino e Recursos Humanos, com aperfeiçoamento em estudos de Economia, oportunidades de negócios e na criação de alianças internacionais e parcerias entre Brasil, Portugal e Comunidade Européia, na Universidade de Lisboa, em Portugal, e Universidade de Barcelona, na Espanha. Atuou em diversas entidades de classe, como o Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre, Federação dos Contabilistas do Estado do Rio Grande do Sul, presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Atualmente, é vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do Conselho Federal de Contabilidade.

Convidamos para compor a Mesa deste painel: o senhor Germano Rigotto, ex-deputado Federal e ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul, e o senhor Antonino Marmo Trevisan, presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis. Convidamos também para compor esta mesa e acompanhar a apresentação, o deputado estadual do Rio Grande do Sul, contador Alberto Oliveira.

De imediato, passamos a palavra ao contador Enory Luiz Spinelli, para as suas considerações e condução dos trabalhos.

Enory Luiz Spinelli – Coordenador: Senhoras e senhores, cargos colegas presentes Neste 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, que está sendo realizado com bastante sucesso, abordando pontos importantes para nossa profissão, num momento de grandes mudanças. Estamos aqui no Auditório José Lutzemberger, homem conhecido pela sua luta na preservação do meio ambiente.

Dentro dessa linha, o nosso painel também é de uma luta em relação à carga tributária brasileira, na ótica das empresas e dos governos. Está aqui conosco, à minha direita, o nosso ex-governador, Germano Rigotto. Ele é Bacharel em Odontologia e Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República. Foi deputado estadual de 1982 a 1986, líder da Bancada do PMDB por duas gestões consecutivas, líder do Governo Pedro Simon, presidente da Comissão Parlamentar de Estudos do Sistema Financeiro e Bancário do Estado, membro da Mesa Diretora da

Paulo Gilberto Fernandes Tigre, Germano Rigotto, Enory Luiz Spinelli e Antonino Marmo Trevisan.

Realização
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
CFC
Conselho Fed
de Contabilid
Conselh
de Co

Assembléia Legislativa e presidente de comissões do Parlamento do Rio Grande do Sul. Foi eleito deputado federal em 1991, 1994 e 1998. Foi líder do PMDB no Governo Fernando Henrique Cardoso no Congresso Nacional. Coordenou a Bancada Gaúcha do Núcleo Parlamentar de Estudos Tributários e Contábeis, trabalho voltado especialmente para a criação do Simples, sistema integrado de pagamento de impostos. Também presidiu as comissões mais importantes da Câmara Federal, entre elas, a Comissão de Finanças e Tributação. Presidiu a Comissão da Reforma Tributária na Câmara Federal. Foi governador do Estado do Rio Grande do Sul, de 2003 a 2006. Como vemos, pelo seu currículo, nosso governador sempre se envolveu na política da reforma tributária.

Aqui à minha esquerda, está o nosso colega Antonino Marmo Trevisan. Ele é presidente da Trevisan Auditores, Trevisan Consultoria e Trevisan Editora Universitária. É fundador da Faculdade Trevisan Escola de Negócios, empresário, contador, consultor, diretor das Empresas Trevisan. É presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis e membro da Academia Nacional de Economia, membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República e membro do Conselho Superior de Economia da Fiesp.

Está aqui também o nosso colega contador e deputado estadual Alberto Oliveira. Também está conosco aqui na platéia o ex-presidente do CFC Serafim Abrantes e tantos outros colegas aqui presentes.

De imediato, vamos passar a palavra aos nossos painelistas porque temos um tempo relativamente exíguo, em razão do comparecimento, com muita honra para nós da classe contábil, do Presidente da República, que está previsto para as 16 horas. Então, pretendemos encerrar este painel por volta das 15h30min.

Vamos passar a palavra ao nosso colega Antonino Marmo Trevisan, para nos apresentar o seu pensamento sobre Reforma Tributária no Brasil. É um tema muito quente porque envolve todos nós brasileiros que pagamos impostos e sabemos o quanto realmente a carga tributária nos onera no nosso dia-a-dia. O nosso país realmente precisa de uma reforma tributária, a fim de desonerar o custo dos produtos e poder colocar o nosso país na rota dos países desenvolvidos e com uma política tributária mais transparente e eficiente na arrecadação e na gestão dos tributos. Com a palavra, Antonino Marmo Trevisan.

Antonino Marmo Trevisan – Presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis: Boa tarde a todos. Eu quero dizer a vocês que participei do Grupo que estudou a Reforma Tributária no Conselho Federal de Contabilidade, quando o Germano Rigotto, então deputado, presidiu a Comissão de Reforma Tributária, em 1999. Lá fizemos, em Brasília, a nossa primeira proposta. Naquela ocasião, tivesse a proposta do Conselho Federal de Contabilidade ocupado o espaço que então foi fechado para se discutir a reforma, certamente não estaríamos com a carga tributária que temos hoje. Para vocês terem uma idéia, naquela ocasião, em 1999, nós propúnhamos uma alíquota de 10%. Com essa alíquota, nós conseguiríamos ter uma arrecadação equivalente a 30% do PIB. Mas, o fato é que a história registrou, eu não diria má vontade, mas uma falta de entusiasmo do Governo para levar adiante essa proposta.
O Germano Rigotto vai falar como se coloca a questão política dentro de

uma reforma tributária. Nós aqui que somos técnicos, e olhamos a questão tributária sob esta ótica, não imaginamos os entraves que existem numa negociação dessa natureza.

Aqui neste primeiro *slide*, nós fizemos um resumo muito claro sobre a pressão tributária que está sendo exercida pela sociedade, seja por conta da complexidade, seja por conta da carga, mas o fato é que a carga tributária é um entrave ao crescimento do nosso país. Qualquer estatística que a gente aprecia no meio empresarial, quando perguntamos quais são os elementos que estão impedindo o crescimento mais acelerado do Brasil, a carga tributária aparece em primeiríssimo lugar, antes de todas as outras mazelas. As distorções, basicamente, estão ligadas aos tributos indiretos. Nós, os contabilistas, sabemos que o imposto indireto, ou seja, aquele que incide sobre vendas, é sempre o imposto mais fácil de calcular, mas é aquele mais injusto do ponto de vista social porque incide, igualmente, para todas as pessoas, independentemente de renda. A questão primordial é a simplificação, bem como o tratamento igualitário. Certamente, a forma de se taxar, de se tributar com alíquotas diferenciadas é o grande motor da guerra fiscal. Nós sabemos que é desta maneira que os estados e municípios promovem a atração para si, criando a necessidade de legislações diferenciadas, em estados e municípios da Federação.

Há também a questão dos gastos do governo. O técnico que produz a reforma tributária, aquele que produz a legislação tributária, atende a uma demanda daquele que gasta. A criatividade em gerar tributos para atender a esses gastos acaba gerando os mais exóticos tributos. Nós sabemos, por exemplo, que temos uma série de contribuições de criação exótica, para atender uma demanda fiscal, porque é uma forma de se arrecadar rapidamente para a União, sem que tenha de haver a distribuição para estados e municípios. Por conta disso, nós passamos a ter bases idênticas sofrendo tributações diferentes. É o exotismo nacional. A contribuição sobre o lucro líquido é um exotismo. Já tem o Imposto de Renda sobre o lucro líquido e ainda aparece uma contribuição sobre o lucro líquido. Aí, você tem o faturamento e se cria uma Cofins sobre o faturamento. Portanto, eu percebo que não se pode chamar isso de sistema tributário porque ele não tem doutrinariamente uma base para que você o justifique. Ele foi resultado de um pragmatismo. Isso é para que a gente compreenda essa coisa maluca que nós temos aqui no Brasil, em questão tributária.

Finalmente, temos as necessidades de desenvolvimento regional, que contribuíram para gerar esse modelo de difícil operacionalização. Há um mês atrás, eu estava aqui em Bento Gonçalves, falando para o pessoal da bacia leiteira, discutindo o problema dramático que vive o pessoal do setor leiteiro, por conta da guerra que se estabeleceu, a partir do Paraná, Santa Catarina e São Paulo, criando um problema difícil de se superar aqui no Estado do Rio Grande do Sul. Descobri também que a vaca gaúcha gera mais leite que todas as vacas do Brasil.

No próximo *slide*, temos a questão da estrutura complexa, que favorece as distorções locais. Aqui temos a soma dos 13 impostos que existem hoje. Nós temos os impostos, as contribuições e temos a dramática tributação sobre a folha de pagamento, que é objeto de discussão dentro do Conselho, por conta de propostas que existem para se transferir a contribuição patronal para

o faturamento, ou mesmo, segundo a proposta do Marcos Sintra, de se criar um tributo sobre movimentação financeira para substituir os 20% da contribuição patronal. Eu simpatizo com essa proposta, desde que de fato se extinga uma contribuição para se ter a outra.

É importante registrar para vocês que, num debate que marcou uma diferença nessa questão da incidência tributária sobre a folha de pagamento, quando estávamos no Grupo de Reforma Tributária, o representante da Igreja lembrou um fato importante. Ele disse assim: "O direito à vida é um direito universal e não só daqueles que trabalham e que contribuíram para a Previdência". A partir daí, ele mudou o debate porque, se a incidência é sobre a folha de pagamento, o que faremos com os nossos futuros velhinhos que não terão eventualmente contribuído? O Estado vai deixá-los na beira da calçada? Não. Portanto, a mudança da base de cálculo precisa acontecer, até porque, a tendência é que nós tenhamos cada vez menos empregos. Quem é que vai contribuir para a Previdência? Aqueles que têm movimentação financeira, ou aqueles que fazem faturamento, independente de terem, ou não, empregados.

De qualquer maneira, o sistema tributário brasileiro privilegiou alguns tributos, como no caso específico das contribuições, que são uma espécie de aberração, mas vieram para atender a essa necessidade de caixa. Também aqui, na questão do sistema tributário, no próximo slide, eu estou falando da administração de impostos para o contribuinte. Eles representam um alto custo, nem sempre mensurável. No Brasil, 50% da administração dos impostos, ou seja, a gestão tributária, os cálculos tributários e o preenchimento das guias, quem faz é a nossa comunidade. Nós precisamos trabalhar em torno desse tema. Se estamos a serviço do governo, é natural que nós tenhamos alguma atenção especial do Simples na Tabela 03. Eu discutia com os meus colegas da Fenacon de que não se trata de um favor, mas de uma retribuição a quem presta um serviço para o Governo, sem cobrar nada. Eu aposto que o governador Rigotto é nosso parceiro nisso. Amanhã, nós vamos ter uma reunião em Brasília sobre esse assunto, com o presidente do Comitê Gestor. Eu vou dizer lá que o Governador Rigotto foi aplaudido de pé quando propôs isso aqui.

Essa é uma distorção importante. O nosso sistema tributário está calcado da seguinte maneira: 2/3 em cima dos tributos indiretos e 1/3 em cima da renda das pessoas. Nós sabemos que os países desenvolvidos têm exatamente o inverso disso, ou seja, 2/3 sobre a renda e 1/3 sobre a receita e o faturamento, que é a maneira mais correta e mais justa de se tributar.
Esse gráfico mostra que a nossa carga tributária saiu de uma média de 24% lá no fim dos anos 80, estamos com 36,1% e, certamente, neste ano de 2008, vamos beirar os 37%. Lembro de uma coisa importante: graças a nós, os contadores, a arrecadação tributária, há 52 meses, não pára de crescer. Isso é muito importante. Toda a vez que nós dizemos "Somos 400.000 contabilistas", nós ainda não temos noção da força que temos. Quem é que promove essa arrecadação? É esta comunidade, nos 26 estados da Federação e no Distrito Federal. Então, é importante a gente enfatizar isso, não que a gente goste dessa carga tributária, até porque ela trabalha contra os interesses do desenvolvimento, mas ela acontece exatamente pela demanda dos gastos. De qualquer maneira, ela está aí.

Aqui temos um trabalho feito pela Fipe e que mostra o que acontece com a carga tributária em países da América da Latina, países da Europa e países da Ásia. Essa linha aqui indica a carga tributária e, aqui embaixo, temos a renda per capita. Então, a renda per capita aqui está de zero a US$ 30.000.00 e aqui temos os países. O Brasil está com a sua carga tributária entre 30% e 40%. Se a gente pegar a linha, vocês vão ver que nós estamos com uma renda per capita abaixo de US$ 5.000.00. Onde é que estão os países de renda per capita abaixo de US$ 5.000.00? Com que carga tributária eles se apresentam? Aqui temos a África do Sul, Chile, Argentina, Bolívia, México e Coréia do Sul. São países que têm uma carga tributária ao redor de 20% a 25% do PIB, inclusive o México.

O que é que a Academia começa a discutir? Por que um país de carga tributária tão elevada tem uma renda per capita tão baixa? E por que países com carga tributária igual à do Brasil, ou mais alta do que a do Brasil, têm uma renda per capita tão elevada, como, por exemplo, a Suécia? A Suécia tem uma carga tributária de mais de 50% do PIB e tem uma renda per capita de US$ 28.000.00. A pergunta que se pode fazer aos suecos: É ruim morar numa Suécia e pagar 50% de carga tributária? É claro que não porque o Estado oferece todas as condições de vida, como segurança, saúde etc. Portanto, não se pode discutir a carga tributária de maneira isolada, assim como não se pode discutir de maneira isolada a alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Física. Essa é outra armadilha: "Temos que aumentar as alíquotas, temos que fazer um maior número de alíquotas". Nós temos que tomar muito cuidado com a base de cálculo daquele percentual. Esse percentual incide sobre qual base de cálculo? Há países em que a alíquota é de 35% sobre a renda bruta, mas há uma lista enorme de deduções e abatimentos. No Brasil, no caso da pessoa física, a base de cálculo incide basicamente sobre a renda bruta, só que discutir 27.5% sobre uma renda bruta que não tem abatimento nem deduções e discutir 35% num outro país onde o contribuinte deduz aluguel, juros, seguros etc. é completamente diferente. Então, nós temos que tomar muito cuidado porque, às vezes, a gente vê certas discussões em que se questiona essa alíquota no Brasil.

A carga tributária é alta porque a renda per capita é alta, ou a renda per capita é baixa porque a carga tributária é alta? Qual é a tese que nós vamos desenvolver para justificar que países com carga tributária elevada têm renda per capita elevada? Como é que o Brasil tem carga tributária elevada e não tem renda per capita elevada? Então, essa é uma questão relevante. Será que são os maus gestores? Onde é que está o nosso problema? Lembro a vocês que a receita tributária se divide em três pontos: 1/3 da carga tributária é usa da para a Previdência Social; 1/3 é para o custeio da máquina; e 1/3 para o pagamento dos juros da dívida interna. É por isso que nos vimos hoje, no Diário Oficial, a assinatura de uma Resolução do Ministério da Fazenda, que propõe a mudança da Contabilidade Pública. Foi um gol fenomenal que nós marcamos. E fizeram isso, certamente, para homenagear este nosso Congresso. Isso quer dizer que vai mudar, inclusive, a maneira de superar o déficit e o superávit. Por quê? Porque os juros da dívida, que representam 1/3 da carga tributária, aparecem depois no tal do superávit primário. Isso é uma aberração! Então, as pessoas acham temos superávit, mas não estamos tendo superávit há muitos anos. Agora, estamos chegando perto

de ficarmos com um resultado igual a zero porque os juros da dívida interna representam 1/3 da nossa arrecadação.

Aqui neste próximo *slide*, temos o que objetivou a Reforma Tributária. O governador pode falar disso melhor do que eu. Ele vai falar sobre as legislações e sobre a incorporação da contribuição sobre o lucro líquido. A guerra fiscal é um outro ponto que é importante destacar. Eu vou também passar rápido porque o governador também vai tratar disso. Há o enfrentamento do ICMS, que hoje é uma questão dramática por conta das 27 legislações. Vou passar ao diagnóstico.

Esta é a Reforma Tributária que está encaminhada. Nós tivemos debates com especialistas lá na Câmara. O governador Rigotto esteve lá e eu também estive lá debatendo com os deputados. Foram convidados vários especialistas. Essa reforma que foi encaminhada obteve fortes críticas. Algumas têm a ver com os governadores porque, naturalmente, são aqueles que perdem com a mudança do sistema, passando da origem para o destino. Portanto, é preciso que um fundo possa equalizar essa diferença e eles oferecem uma resistência muito grande. E há também a preocupação com os detalhes. Um detalhe importante que nós aprendemos nessa discussão sobre a Reforma Tributária é com relação à alíquota do Imposto de Valor Agregado – IVA, que viria a substituir o ICMS e a contribuição sobre o líquido e se somaria ao Imposto de Renda. O IVA vai ter qual alíquota? Na questão da Cofins houve certamente uma garfada porque a alíquota incidia sobre o fator cumulativo e, na hora em que ele se tornou não cumulativo, a alíquota de 7,6% se mostrou muito superior àquela sobre o regime cumulativo. Então, essa calibragem na hora de se propor o Imposto de Valor Adicionado é um ponto relevante. Por quê? Porque ninguém é capaz de dizer exatamente de quanto seria esta alíquota, quando você soma vários tributos. Que tipo de argumentação legislativa, que tipo de ato legislativo é necessário ter para que, se verificado o excesso de arrecadação, se possa ajustar para o mesmo padrão anterior, já que o objetivo não é aumentar o imposto?

Continua havendo um forte preconceito quanto à tomada de crédito. Nas nossas discussões, era visível o preconceito dos técnicos da Receita Federal e do secretário contra a questão da tomada de crédito. Ou seja, está longe de se ter no Brasil um modelo de tributação em que o contribuinte que paga o imposto na compra da mercadoria é submetido a uma série de modelos. Ora ele tomava o crédito na proporção da depreciação; ora ele tomava o crédito em três, quatro ou cinco anos; como se o imposto pago na compra não fosse um imposto legítimo que ele deveria deduzir na hora de recolher o tributo automaticamente. Nós propusemos que uma simples conta contábil resolveria a questão do IVA. Se você comprou a mercadoria ou adquiriu os serviços, você tem um crédito tributário numa conta em que você debita a conta de passivo. Na hora em que você vende a mercadoria ou o serviço, você faz o crédito e, mensalmente, recolhe o tributo pela diferença, sem entrar no mérito de qual é o insumo que foi adquirido. Não importa se você comprou um torno, um computador ou papel higiênico. O papel higiênico é tão importante quanto o torno da fábrica. Esse foi o exemplo que nós demos e isso gerou uma discussão tremenda com o pessoal da Receita Federal porque eles entendem que esse tipo de material não compõe a base de cálculo. O que é que faz parte do processo produtivo, quando você pensa numa corporação? Nossos escritórios de contabilidade, nossas firmas de audi-

toria. Todo o gasto que se tem ali está relacionado com o objeto social da companhia. Então, não é legítimo que eu fique apresentando uma lista anexa, como se pretendeu num dos debates, daqueles insumos que não dariam direito a crédito, gerando um enorme trabalho para nós e, convenhamos, um trabalho que nos embrutece e nos emburrece. Esse é um debate que, graças a Deus avançou e até tiveram de mudar o secretário da Receita Federal após esse debate. Os governadores não se consideram responsáveis pelo pagamento de créditos acumulados. O Congresso Nacional parece que apresenta outras prioridades e a Reforma Tributária vai ficando para trás.

As razões que levam ao debate do fim da guerra fiscal são fortes, mas o embate político é caloroso. A questão das reações que eu anotei aí são relevantes. Os estados estão interpondo Adins junto ao STF e há a glosa dos créditos pelos estados. Isso gera uma insegurança jurídica muito difícil de ser superada, principalmente na fase que o Brasil vive, de grandes conglomerados, de incorporações de empresas, de fusões, você gera um passivo impossível de ser arbitrado, por conta da tal insegurança. Acho que foi o ministro Malan que disse: "Até o passado é imprevisível". Você está lá trabalhando e, de repente, vem alguém e te levanta uma questão de há 10 anos atrás. E agora, quando está perto de prescrever, o fiscal vai lá e atua para postergar a prescrição. Ou seja, é uma confusão que não pode continuar.

Aqui eu fiz um resumo. Os desafios para melhorar a competitividade da empresa brasileira são de diferentes naturezas. Essa é uma questão relevante. A carga tributária, por exemplo, é onerosa, mal distribuída por produto, quando você compara com outros países. Eu peguei, por exemplo, a questão dos alimentos industriais. No Brasil, a carga tributária sobre alimentos industrializados é de 32,7%. Na França, essa carga tributária é de 5.5%; na Espanha, 6%; na Alemanha, 7%; e em Portugal, 8%. Aí, você fica se perguntando: Por que será que lá a carga tributária sobre alimentos é tão baixa e aqui é tão alta? Será que é para proteger os mais pobres do nosso país? Evidentemente que não porque são eles que estão pagando esses 32,7%. É por conta do sistema tributário que incide mais sobre o faturamento e menos sobre a renda. Nesses países, a tributação da renda representa 1/3 da arrecadação e 2/3 sobre o faturamento.
Na questão do transporte, nós pegamos os dados do frete ao porto, por tonelada. No Brasil, custa US$ 32.00 para você levar mercadoria ao porto; nos Estados Unidos custa US$ 15.00; na Argentina, US$ 17.00. Evidentemente, esse é um outro custo que se soma ao da carga tributária. Se formos pegar as taxas portuárias, verificamos que, em Rotterdam, você paga US$ 3.00 para embarcar a mercadoria; no Brasil, você paga de US$ 9.00 a US$12.00, dependendo do tipo de mercadoria. A taxa de juros brasileira ainda é a segunda maior do mundo e isso é injustificável. Nesse último aumento que o Copom determinou, a justificativa foi de que nós estávamos num modelo inflacionário eminente. No dia seguinte ao aumento da alíquota do Copom, os indicadores de previsão da inflação apontavam para baixo. Evidentemente, não era conseqüência do aumento da taxa de juros, mas ela está aí aumentando. Finalmente, temos a questão do protecionismo, que chega a 40% do valor de produção em países desenvolvidos.

O que podemos fazer? Apoiar a Reforma Tributária, atentar para as alíquotas, e pressionar o Congresso. Qualquer Con-

gresso de qualquer país do mundo só reage sob pressão. Ele atende à pressão que ele recebe. Se nós não pressionarmos esse nosso deputado que está aqui presente, o Alberto Oliveira, ele não vai reagir. Isso é da natureza do legislativo e é da natureza política. Obrigado.

Enory Luiz Spinelli – Coordenador: Muito obrigado, Antonino Marmo Trevisan. Nós podemos sentir que é um assunto quente. A Reforma Tributária é algo que nos entusiasma e poderíamos ficar aqui discutindo com o Antonino até às 20 horas. Então, de imediato, vamos passar a palavra ao nosso governador Germano Rigotto.

Germano Rigotto – Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República: Boa-tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar a todos e fazer uma saudação muito carinhosa ao Antonino Trevisan. O Trevisan é essa pessoa que a gente ouviu, tem uma bagagem impressionante, é meu professor em questões tributárias. Na verdade, a gente tem trabalhado junto no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, debatendo essa questão. Temos tido reuniões e reuniões em São Paulo e em Brasília, procurando ajudar no encaminhamento da Reforma Tributária. Nós demos alguma contribuição para o projeto que está no Congresso Nacional e pretendemos dar outras durante a tramitação do projeto no Congresso. Agradeço muito esse trabalho que o Trevisan vem fazendo, que não é de hoje. Ele é uma pessoa que vem trabalhando há muito tempo pelas mudanças no sistema tributário e não do sistema tributário apenas, mas pelas reformas estruturais que o País precisa.

Eu quero dizer, Trevisan, que eu sou um pouco responsável por esse momento que nós estamos vivendo. Em 2004, eu era governador do Estado do Rio Grande do Sul e fui convidado pelo CFC para dar uma palestra em Santos, no grande Encontro Nacional da Contabilidade que aconteceu em Santos. Naquela oportunidade, o Rio Grande do Sul disputava a possibilidade de trazer o grande Encontro Nacional de 2008 para o Rio Grande do Sul. Eu me lembro que fiz um apelo que viessem para o Rio Grande do Sul e que seriam recebido de braços abertos. O pessoal do Paraná, de Foz do Iguaçu e do Rio de Janeiro não gostou muito, mas eu disse o que era Gramado, o que era a região das hortênsias, o que era o Rio Grande do Sul, um estado muito hospitaleiro que teria uma alegria enorme em sediar esse evento. Felizmente, o evento veio para o Rio Grande do Sul e é esse sucesso que nós estamos vendo aqui. Inclusive, talvez seja a primeira vez que um Presidente da República participe de um encontro nacional da Contabilidade. Então, parabéns a todos os que aqui vieram, os gaúchos que estão aqui, nossos conterrâneos e os mais de 4.000 profissionais da Contabilidade do Brasil inteiro que acorreram ao Rio Grande do Sul. Eu me sinto um pouquinho responsável por este momento que nós estamos vivendo aqui hoje. Eu quero também transmitir um abraço muito carinhoso a todo o pessoal do nosso Conselho Estadual. No nosso período de governo, houve um trabalho muito forte do Conselho Estadual. A nossa ligação com o Conselho vem desde que eu coordenei o Núcleo de Estudos Contábeis, no Congresso Nacional, comandado pelo CFC e pela Fenacon, que me ajudavam. Em relação a todos os assuntos que tinham a ver com tributação, com questões relativas à Contabilidade, nós tínhamos o Núcleo para analisar. Na Reforma Tributária o Núcleo teve um papel muito importante. Quem é que comandava o Núcleo? O

Conselho Federal de Contabilidade, com o apoio técnico da Fenacon. Nós coordenamos o Núcleo de Estudos Contábeis, o que depois me levou à Comissão de Reforma Tributária, como seu presidente. Aqui no Rio Grande do Sul, quando assumimos o Governo do Estado, nós pedimos ao Conselho Estadual que indicasse, por exemplo, o presidente da Junta Comercial. Aqui está o Tito que foi nosso contador e foi nosso diretor da Superintendência de Portos. Tivemos o dr. Pedro como Contador Geral do Estado. Na verdade, nós tivemos sempre a presença do Conselho Estadual nas indicações e definições. Criamos os contratos de gestão nas estatais e tínhamos sempre os profissionais de Contabilidade em espaços-chave no meu governo, na busca de melhorar a situação das nossas estatais. Essas estatais estavam deficitárias e as transformamos todas em superavitárias. Esse trabalho foi muito importante e eu agradeço muito a todos os profissionais da Contabilidade do Rio Grande do Sul e ao Conselho Estadual pelo trabalho que realizou.

Por exemplo, em relação ao Simples Gaúcho, nós fizemos o melhor Simples Estadual do Brasil. Quem nos comandou foi o Conselho Estadual de Contabilidade que nos ajudou a elaborar uma legislação que desburocratizava e diminuía tremendamente a carga tributária. Mas o absurdo é que veio o Super-Simples, as modificações do Simples Nacional e, infelizmente, o Simples Gaúcho não foi mantido. Alguns estados mantiveram, mas, no nosso caso, agora é que se está tendo uma definição em que etapas vai voltar o Simples que já havia sido estabelecido com um trabalho junto ao Conselho Estadual de Contabilidade.

Eu não vou repetir tudo o que foi colocado pelo Antonino Trevisan. Ele já disse o que é o nosso sistema tributário. É um sistema tributário extremamente complexo e que facilita a evasão fiscal. Por que é que o produto alimento tem a carga tributária que tem em comparação com outras partes do mundo? Uma das razões é que nós temos um sistema tributário que tem brechas para a sonegação, para a informalidade e para a evasão fiscal. Nós temos hoje um sistema tributário que facilita a sonegação, que facilita a informalidade e facilita a evasão fiscal. Quem paga tributo tem que pagar pelos que não pagam. Então, o processo de racionalização, de simplificação do sistema tributário, obrigatoriamente tem de ampliar a base tributária, ampliar o núcleo de contribuintes. Qualquer Reforma Tributária tem que partir para a simplificação e a racionalização, o que significa facilidade de pagamento, facilidade de cobrança e uma fiscalização mais forte. Hoje, nós temos 3.200 leis que regulamentam os 160 tributos que nós temos no Brasil. Nós estamos aqui reunidos e, nesse momento, com certeza, estão pensando, por meio de um Decreto, de uma Portaria, de uma Lei Ordinária, de uma Lei Complementar, de uma PEC, ou até de uma Medida Provisória, em mudar o sistema tributário nacional. E os profissionais da Contabilidade que, lá na ponta, têm de enfrentar essa realidade do sistema tributário brasileiro? Nós temos um sistema tributário que não tem estabilidade nenhuma, ele é alterado com muita facilidade. Então, essa legislação que nós temos é que também facilita a evasão fiscal.

Por que a Reforma Tributária não acontece? Em 1999, quando presidimos a Comissão da Reforma Tributária, nós tínhamos um projeto com começo, meio e fim. Era um projeto que determinava o ICMS com uma única legislação, a migração da origem para o destino para evitar a guerra fiscal. Nós tínhamos um projeto de redu-

ção do número de contribuições sociais. O que é que aconteceu? Falta de vontade política para fazer a Reforma Tributária avançar. Principalmente, do Poder Executivo. Se o Executivo não estiver na linha de frente de uma Reforma Tributária que exige mudança constitucional, dificilmente ela avançará. Durante os oito anos do Governo Fernando Henrique, fui Líder do Governo no Congresso Nacional, acompanhei as divisões que existiam dentro do Governo, entre um setor que queria uma reforma estrutural e um outro setor, com postura conservadora, que não queria uma reforma estrutural porque tinha medo de perder receita e de complicar o projeto de ajuste do Governo Federal. O final da história foi que a área econômica do governo venceu o jogo de braços e, durante oito anos, havia um discurso a favor e outro contrário à Reforma Tributária. Foram oito anos de enrolação e nós não tivemos a Reforma Tributária. Veio o Presidente Lula. O meu primeiro vice-presidente na Comissão da Reforma Tributária era o Antonio Palocci, que tinha acompanhado tudo. Viajamos pelos 26 estados da Federação e havia um grande debate nacional sobre a Reforma Tributária. O Palocci assumiu o Ministério da Fazenda, pegou o nosso projeto, fez algumas modificações e o Presidente Lula e os 27 Governadores entregaram o projeto no Congresso Nacional. Naquele momento, como governador do Estado do Rio Grande do Sul, fui entregar o projeto, que tinha a nossa mão, que tinha a nossa participação na sua elaboração porque vinha lá de trás, quando da construção da proposta. Infelizmente, a proposta ameaçou andar, mas, de novo, não aconteceu a Reforma Tributária no primeiro mandato do Presidente Lula.

O que eu quero dizer é que esta falta de uma decisão política efetiva do Congresso Nacional, e, às vezes, dentro do Poder Executivo, porque muda Governo, muda Governo e várias ilhas de resistência dentro do Poder Executivo, tudo isso tem feito com que a Reforma Tributária não avance. O Presidente Lula, no seu segundo mandato, resolve que a Reforma Tributária tinha de sofrer algumas alterações. Hoje, nós temos a Nota Fiscal Eletrônica, que não tínhamos ontem. A Nota Fiscal Eletrônica é uma ferramenta que permite, por exemplo, na mudança origem/destino, evidenciando claramente quanto o estado importa, quanto o estado exporta, com o Fundo de Equalização para permitir que o estado não perca receita. Hoje, a Nota Fiscal Eletrônica é uma ferramenta que possibilita, com mais facilidade, a implantação de um novo sistema tributário.

Em cima disso, aconteceram modificações da proposta que estava antes no Congresso Nacional, e está agora uma nova proposta no Congresso. Infelizmente, o Congresso está muito sem rumo, ainda não encontrou o seu rumo e há todo um processo de desgaste do Congresso Nacional. Não existe uma estratégia de recuperação da imagem da própria instituição, e a Reforma Tributária, que era para ter sido votada na Comissão Especial, no mês de julho, foi jogada para depois da eleição. O que representa isso? Isso representa que nós não vamos ter a Reforma Tributária aprovada no ano de 2008 porque, na melhor das hipóteses, ela vai passar na Câmara, mas ainda tem toda a tramitação no Senado. Tudo correndo bem, ela vai para 2009. A proposta de Reforma Tributária implica uma transição porque os senhores têm de se preparar para o novo sistema tributário, as máquinas fiscalizadoras e arrecadadoras têm de se preparar para o novo sistema tributário, a própria sociedade tem dois anos de transição. Então, se a Emenda Constitucional fosse promulgada este

ano, vigoraria a partir de 2010. Sendo promulgada em 2009, vai vigorar a partir de 2011. Então, nós estamos perdendo tempo. Enquanto se perde esse tempo, nós temos um sistema tributário com todas aquelas imperfeições que foram colocadas pelo Trevisan. Há concentração de carga tributária sobre quem paga, evasão fiscal crescente, falta de transparência de quanto se tem embutido de tributos no preço, inclusive, dos produtos essenciais. Ninguém imagina quanto de tributos tem embutido no arroz, no feijão, no pão. O Presidente Lula comanda um programa oficial de distribuição de renda, só que o trabalhador que ganha até três salários mínimos perde 40% do que ele recebe nos tributos que estão embutidos naquilo que consome. É um sistema tremendamente injusto. É um sistema que permite que um grande grupo financeiro pague muito menos tributos do que deveria pagar. Eu condeno o sistema tributário porque, pela sua irracionalidade e a sua complexidade, permite que a vírgula mal colocada signifique não pagar o tributo, signifique adiar o pagamento do tributo. Agora, o que não pode fugir pega justamente a classe média, o trabalhador de baixa renda. É um sistema totalmente injusto, não transparente, complexo. Essa complexidade é que leva a essa situação de injustiça.

O que é que tem na proposta de Reforma Tributária que está no Congresso Nacional? Esta proposta de Reforma Tributária que está no Congresso cria um IVA Federal – IVA-F, acabando com o PIS, a Cofins, a Cide e com o Salário Educação. Alguns dizem que este IVA-F vai ter uma alíquota muito alta. Eu prefiro que tenha uma alíquota mais alta do que ter uma alíquota do PIS, uma alíquota da Cofins, da Cide, com a contribuição do salário educação incidindo sobre a folha de pagamento. Eu prefiro ter um tributo só, mesmo que a alíquota seja mais alta, porque eu tenho mais possibilidade de controle e mais transparência com relação ao que nós estamos cobrando. Tem ainda a fusão do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica com a Contribuição sobre o Lucro Líquido. Tem o ICMS com uma única legislação, em vez de 27 legislações diferentes. O ICMS caminhará para cinco faixas de alíquotas: alíquota básica, alíquota ampliada, alíquota reduzida, alíquota especial e alíquota seletiva. O Confaz determinaria quais os produtos, bens e serviços que estariam na alíquota especial, quais estariam na alíquota básica e quais estariam na alíquota ampliada e na alíquota reduzida e qual seria a alíquota. Eu não tenho a menor dúvida de que um sistema tributário com alíquotas mais uniformes em todo o território nacional seria muito melhor. Esta água mineral, por exemplo, pode ter oito alíquotas diferentes, de acordo com o Estado da Federação. A proposta é caminhar para termos uma uniformidade maior de alíquotas. Quer dizer, os produtos essenciais, como o arroz, o feijão, o pão, por exemplo, vão ter uma alíquota uniforme no território nacional. Com isso, nós vamos ter um processo de racionalização maior, um processo de mais transparência.

Além da complexidade do sistema tributário, os tributos que recaem sobre o consumo, nós temos uma excessiva tributação sobre a folha de pagamento e é isso que joga muitos trabalhadores para a informalidade. Os senhores conhecem esta realidade da tributação excessiva sobre a folha de pagamento. Um dos objetivos da reforma é reduzir essa tributação sobre a folha. Qual é o movimento que é feito aqui? O salário educação, que é 2.5% sobre a folha de pagamento, desapareceria da folha. O IVA-F é que manteria os recursos para o ensino fundamental. O que é que nós temos mais? A contribuição do

empregador teria uma redução de 1% ao ano, de 2010 a 2015, passando de 20% para 14%. Então, nós teríamos uma redução da contribuição patronal, o fim dos 2.5% do salário educação sobre a folha e eu defendo, por exemplo, que o "Sistema S" saia da folha de pagamento e vá para o IVA-F também. Por que deixar os 2.5% que mantêm o "Sistema S" sobre a folha? Isso não está na proposta, mas está em emendas que foram apresentadas no Congresso Nacional. Não sei se essa é uma das emendas apresentadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. O CFC apresentou à Comissão Especial uma série de sugestões de aperfeiçoamento da proposta que está lá. Eu não tenho dúvidas que nós podemos trabalhar mais para reduzir os encargos sobre a folha, que hoje são absurdamente altos. A proposta vai nessa direção, mas nós podemos avançar mais no que está na proposta.

Então, acaba com a Cofins, com o PIS, com a Cide, com o salário educação, cria o IVA Federal. A Contribuição Social sobre o Lucro é fundida com o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. O que é que acontece? Vai levar dois anos para iniciar a implantação do novo IVA-F e o fim da Cofins, da Cide, do PIS e do salário educação; dois anos para a fusão da Contribuição sobre o Lucro com o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, após promulgação. Nós defendemos que o IPI vá para dentro do IVA-F. O Ministério da Fazenda e a Secretaria da Receita Federal não querem isso porque dizem que é mediante o IPI, por exemplo, que se tem a manutenção da Zona Franca de Manaus. É por meio do IPI que existem os incentivos da Lei de Informática. O IPI para cigarros e bebida, por exemplo, tem uma alíquota muito alta. Então, o Ministério da Fazenda e a Secretaria da Receita Federal dizem que, se levarmos o IPI para dentro do IVA-F, contaminamos a alíquota do IVA-F – só que não vai ser uma alíquota só porque o setor de serviços vai ter que ter uma alíquota, a indústria vai ter de ter outra alíquota, não é uma alíquota única –, mas, enfim, eles alegam que isso contaminaria o IVA-F pelas altas alíquotas das bebidas, cigarros e automóveis. Segundo, os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus teriam de ser levados para dentro do IVA-F e isso criaria um problema também. Então, eles preferem manter o IPI seletivo, para poucos bem, e um IPI que serviria para a política industrial, mantendo a Zona Franca e a Lei de Informática, por exemplo. Então, o governo resiste a levar o IPI para dentro do IVA-F. No Congresso Nacional, nós estamos trabalhando ainda para ver se conseguimos ter um processo de racionalização maior do IVA-F, trazendo o IPI para cá. De qualquer maneira, nós vamos ver que o ICMS vai ter uma única legislação, em vez de 27 legislações, vai ter cinco faixas de alíquotas e vai ter uma migração da origem para o destino. Ou seja, o estado que consome vai ficar com a maior parte do ICMS. Isso aconteceria até 2016 porque essa transição da origem para o destino seria gradativa. Isso poria um freio na guerra fiscal.

Alguns dos senhores podem estar vindo de estados que têm alguma resistência a isso aqui porque acham que o fato de acabarmos com a guerra fiscal, ou pelo menos nessa transição, faria com que estados menos desenvolvidos não tenham condições de se desenvolver. Pelo amor de Deus! Eu quero dizer que acabou a história de incentivo fiscal ser fator de levar desenvolvimento para estado menos desenvolvido. Como governador, eu entrei com tudo na guerra fiscal porque, se eu não entrasse, não estava a indústria naval aqui no Rio Grande do Sul, por mais

que o Presidente Lula e a ministra Dilma quisessem que a indústria naval estivesse no Rio Grande do Sul. Nós tivemos que disputar com outros estados para garantir que a indústria naval viesse para cá, a duplicação da GM, o Centro de Distribuição da Toyota, a Nestlé, a Imbaré, todos com incentivos fiscais. Há contradição eu dizer que a utilização do incentivo fiscal deu alguma tranca no sistema tributário? Não. Se existe um sistema que permite incentivo fiscal, se você não entrar, você perde o investimento, então, tem que entrar. Agora, isso chegou a um absurdo porque os estados menos desenvolvidos não têm como competir com os estados mais ricos, que entraram na guerra fiscal com tudo! São Paulo está dando cinco bilhões de reais para atrair investimentos da indústria automobilística! Os estados mais ricos entraram com tudo na guerra fiscal e, hoje, a guerra fiscal não é fator para levar desenvolvimento às regiões menos desenvolvidas. Nós temos de ter um grande projeto de desenvolvimento nacional, muito forte, para fazer com que as regiões menos desenvolvidas tenham condições de se desenvolver e nada impede que o governador, dentro do seu mandato, com uma aprovação da Assembléia Legislativa muito transparente, pegue 10% ou 15% do ICMS arrecadado e crie um Fundo para atender à empresa que quiser se instalar no estado, devolver um pedaço do ICMS pelo seu período de governo. Se o outro governador que vier depois vai ter de aprovar novamente na Assembléia Legislativa, isso não significa que você não possa ter sua política de desenvolvimento. Agora, não como é hoje, quando eu dou um incentivo por 20 anos, por 30 anos, comprometendo, inclusive, governos futuros sem lhes dar oportunidade a dizerem se isso é estratégico ou não. E mais, sem transparência. Há incentivos sendo dados aí pelo Brasil afora e, na verdade, tem muita zona de sombra atrás disso. E há ainda a questão da insegurança jurídica porque termina caindo no Supremo Tribunal Federal, que está abarrotado com Adins referentes ao incentivo que é dado por um estado. O que acontece é que um outro estado entra logo com uma ação de inconstitucionalidade. Isso é uma bagunça. A proposta visa exatamente dar um ordenamento novo a essa situação da guerra fiscal.

Na Reforma Tributária, nós recebemos muitas dicas. Eu estou vendo aqui uma cartinha do Victor, que é agente fiscal do Tesouro Estadual, da Contadoria e Auditoria Geral do Estado, da Secretaria de Fazenda. Ele mandou uma sugestão dizendo que o processo de simplificação teria de acontecer e coloca uma coisa que eu tenho ouvido muito. Por que não termos três ou quatro tributos? Uma proposta seria, por exemplo, o Imposto sobre Movimentação Financeira com uma alíquota, por exemplo, de 4% a 5%. Eu quero dizer ao Victor que não tem como funcionar um Imposto sobre Movimentação Financeira com uma alíquota de 4% ou 5%. Lembrem que a proposta do Imposto Único, do Marcos Sintra, era menos do que isso e não evoluiu porque isso dá uma desintermediação bancária total. Com uma alíquota de 0.40%, 0.30%, 0.50%, ainda é suportável, mas, se a alíquota for crescendo, isso provoca uma fuga da utilização do sistema financeiro, tem uma monetarização da economia e não tem como se levar isso adiante. O Presidente Lula e o Governo diziam que era fundamental a manutenção da CPMF. O governo não teve a CPMF e, nos sete primeiros meses do ano, a arrecadação federal cresceu 11.2%. O que eu estou dizendo é que a CPMF, se fosse um dos poucos tributos dentro de um sistema tributário novo, mais racional, mais eficiente, isso seria ótimo, mas não como mais um tributo como aconte-

ceu. Mas, não pode ter uma alíquota alta como essa porque vai acontecer uma desintermediação do sistema bancário e do sistema financeiro.

Em relação a esta Reforma Tributária, ainda com algumas resistências localizadas, no Congresso Nacional, nós já temos um avanço. Por exemplo, o Fundo de Equalização e o Fundo de Desenvolvimento Nacional ainda não estão muito bem formatados, vai ter de haver uma formatação melhor desses fundos, mas nós já avançamos nesse projeto, na direção do início da racionalização e da simplificação. Nós temos que aproveitar o projeto, pegar carona nele e ver como podemos avançar mais. Os nossos profissionais da contabilidade têm um papel fundamental nisso. Vocês são os que mais sofrem com esse sistema tributário, que mais sentem essa irracionalidade do sistema tributário. As nossas entidades, que sempre participaram, que sempre se mobilizaram, têm de, mais do que nunca, fazer pressão para que, com esse projeto modificado, não se perca de novo a oportunidade de avançar na Reforma Tributária. Isso depende muito da pressão e da nossa articulação sobre o Executivo e, principalmente, sobre o Congresso Nacional, já que o projeto está lá. Eu convoco a todos para fazerem isso. Muito obrigado e um abraço.

Enory Luiz Spinelli – Coordenador: Vamos agradecer ao nosso governador Germano Rigotto pela brilhante palestra, que complementou de forma extraordinária o que o nosso Antonino Marmo Trevisan também aqui colocou. Vemos o quanto realmente necessitamos de uma Reforma Tributária. Eu estava comentando com o colega Antonino Trevisan sobre todo esse movimento, todas essas mudanças de ordem contábil que estão acontecendo no Brasil. Hoje, tem a publicação no Diário Oficial das mudanças que estão acontecendo na Contabilidade Pública. Elas são extremamente relevantes. Nós podemos ter um prejuízo muito grande nessas mudanças se nós não tivermos uma Reforma Tributária, porque esse veículo chamado "Brasil" está andando com o freio de mão puxado e nós temos que soltar esse freio de mão para que essas mudanças efetivamente se concretizem.

Com isso, eu gostaria de encerrar este painel, agradecendo imensamente ao Antonino Marmo Trevisan pela sua dedicação como contador, muito envolvido e profundo conhecedor do sistema tributário brasileiro. E ao nosso governador Germano Rigotto. Muito me lembro do tempo em que ele era deputado federal, das reuniões que nós tínhamos lá no Conselho Federal de Contabilidade, na Presidência do nosso colega Serafim Abrantes. Foram inúmeras reuniões e parecia que nós avançávamos, mas quando pensávamos que ia sair a Reforma Tributária, ela não saía. Então, vamos à luta, vamos acreditar sempre porque precisamos ter a esperança.

Passo a palavra ao nosso Cerimonial.

Mestre de cerimônias: Convidamos o coordenador Enory Spinelli para fazer a entrega dos certificados e uma lembrança aos painelistas, em agradecimento às suas contribuições neste Congresso. Esta lembrança é uma peça homenagem confeccionada por presidiários do Mato Grosso, com resíduos de madeira, provenientes da área de manejo florestal, dentro dos conceitos de sustentabilidade.

Convidamos o Conselheiro do CFC Adeíldo Osório para fazer a entrega do certificado e de uma lembrança ao coordenador Enory Luiz Spinelli, em agradecimento à sua participação na coordenação deste painel.

AUDITÓRIO ÉRICO VERÍSSIMO

PAINEL N.º 07

CONTROLE E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DE ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Mestre de cerimônias: Dando continuidade à nossa programação, iniciamos agora o painel n.º 07, cujo tema é "Controle e Transparência na Gestão de Entidades do Terceiro Setor", que será coordenado pela contadora Luci Melita Vaz. Ela é Especialista em Auditoria, Análise de Balanço e Perícia Contábil. Luci Melita Vaz foi presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás e coordenadora Adjunta da Câmara de Registro do Conselho Federal de Contabilidade. Atualmente, é vice-presidente de Registro do Conselho Federal de Contabilidade.

Convido a tomar assento à Mesa os senhores painelistas contador e professor Luiz Francisco Peyon da Cunha e o contabilista Euclides Machado.

Para a sua saudação à platéia, e em especial aos palestrantes convidados, com a palavra a senhora coordenadora dos trabalhos, Luci Melita Vaz.

Luci Melita Vaz – Coordenadora: Boa noite a todos e a todas. É um prazer estar aqui com vocês, sob forte emoção. Todos aqui foram tomados de grande emoção pela presença do nosso Presidente numa solenidade em nosso evento. Atrasamos um pouco o nosso painel, mas tenho certeza de que agora seremos brindados com excelentes palestras, o que cada vez mais vai enriquecendo o nosso evento.

O tempo de apresentação de cada palestrante é de vinte e cinco minutos. Nós conversamos com nossos palestrantes e eles entenderam que nosso tempo está um pouco avançado. Então, não vamos perder tempo e já vou ler o currículo do primeiro palestrante.

O nosso primeiro palestrante é o senhor Luiz Francisco Peyon da Cunha, contador formado pela Faculdade Moraes Júnior do Rio de Janeiro; Pós-Graduado em Engenharia Econômica pela Unicap, de Pernambuco; professor da Faculdade Moraes Júnior, Mackenzie Rio; diretor do Sindicato dos Contabilistas do Município do Rio de Janeiro - Sindicont-Rio; vice-presidente do Instituto Fonte e Ação; palestrante e professor de Programa de Ação Continuada do CRC do Rio de Janeiro e para os CRCs em vários estados. O professor Peyon trabalhou em empresas como a Petroquímica União S.A., em São Paulo, Banco Industrial de Campina Grande, no Rio de Janeiro, no Serpro, Rio de Janeiro, na Infraero, em Pernambuco. Foi também Instrutor de Treinamento Empresarial Credenciado pelo Sebrae de Pernambuco, Conselheiro do CRC de Pernambuco de 1994 a 1997 e é autor do livro *Gestão Contábil para o Terceiro Setor*.

Vamos passar a palavra ao nosso palestrante.

Euclides Machado, Luci Melita Vaz
e Luiz Francisco Peyon da Cunha.

Contador Luiz Francisco Peyon da Cunha – Diretor do Sindicont-Rio: Colegas, boa-noite. É um prazer poder compartilhar com vocês esse momento, em que pese essa nobre alteração na programação, em função da visita do Ilustre Presidente da República. Eu até tinha pedido à coordenadora para me sentar na cadeira do Lula, para ver se isso podia até me ajudar um pouquinho.

Mas o fato é que eu trouxe muito mais experiências de vida, do que propriamente textos remexidos de livros acadêmicos, até porque a literatura existente ainda é escassa. Nessa semana, a *Revista Época* apresentou uma matéria muito interessante sobre o estágio atual das organizações não- governamentais no Brasil e eu estou aproveitando isso como um gancho da nossa apresentação.

O primeiro item dessa matéria que me chama a atenção está concentrado na quantidade de ONGs existentes hoje no Brasil. São algo em torno de 400.000 organizações não- governamentais e nós ainda não sabemos distinguir o que é uma ONG, na sua essência, do que é uma entidade do Terceiro Setor, sem fins lucrativos. Mas o que me chama mais atenção é que isso é uma demanda do mercado para profissionais qualificados e não se tem observado na grade curricular dos cursos de graduação uma disciplina específica para a Contabilidade Aplicada às Organizações do Terceiro Setor. Eu mesmo, quando fiz a minha graduação, nós tínhamos a Lei n.º 4.320, que disciplina a Contabilidade Pública, tínhamos a Lei n.º 6.404, com as alterações da Lei 11.638, mas não temos uma disciplina específica.

Aproveitando esse 18° Congresso, eu queria plantar também algumas sementes para que nós venhamos colher esses frutos no 19° Congresso, daqui a quatro anos. Então, uma das sugestões que eu faço é que examinem a possibilidade de incluir na grade curricular dos cursos regulares de Ciências Contábeis essa disciplina específica de Contabilidade Aplicada às Organizações de Terceiro Setor. Hoje estamos usando as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Outro detalhe interessante é que apenas 17% das ONGs são financiadas por recursos públicos. Ou seja, isso inverte a concepção popular de que todo recurso público é utilizado no financiamento das ONGs. Não é assim. Ali são 17% apenas. E esse percentual tem criado uma grande confusão na mídia, maculando todo um segmento por desvio de condutas pontuais. Não é prerrogativa do Terceiro Setor, alguém que tenha um comportamento "corrupto maníaco". Como nós vamos ver, o "corrupto maníaco" já está sendo tratado na área da saúde, assim como tem o cleptomaníaco. É um desvio de conduta que existe também no setor empresarial e no primeiro setor público.

Hoje, mais do que nunca, após a fala do nosso Presidente, estou convencido de que a Contabilidade é um dos pilares de sustentação da democracia no combate à corrupção e exclusão social porque nós temos as técnicas suficientes necessárias de auditoria e perícia. Eu não tenho dúvidas de que vocês são aliados estratégicos do Poder Público no melhoramento da qualidade de vida de toda a população. Eu me sinto muito honrado em participar desse seleto grupo. Nós precisamos é divulgar o nosso trabalho, sair da coxia e mostrar para a sociedade brasileira, na minha família, no meu ambiente de trabalho, nas escolas, que nós somos importantes e que estamos contribuindo com

os procedimentos de rastreamento de cheques, auditorias, conciliações bancárias, para trazer toda essa situação que estamos vivendo. Mas não é culpa de ONG não, porque a semente do mal também está plantada na natureza humana. Nós precisamos saber distinguir o ideológico do filantrópico, e tem caminhos para isso. Uma das formas de você distinguir e não fazer aventura é conhecendo as pessoas. Vocês já ouviram falar de Chico Mendes, da missionária Dorothy? Aquele garoto que foi arrastado por um carro lá no Rio de Janeiro? Essa violência toda é conseqüência da falta de sensibilidade das pessoas, coletivamente. Hoje, você não pode mais circular numa grande região metropolitana sem tomar um susto. Eu até perguntaria: levanta o braço aqui quem nunca foi assaltado? Mas vai ser, é questão de tempo. Se você mora numa grande região metropolitana, tem todas as possibilidades de que isso venha acontecer. Mas, se nós começarmos a trabalhar agora com as nossas ferramentas de Contabilidade, com certeza, a transparência do recurso público vai ser muito mais salutar em defesa de toda a sociedade. O triplo, 1,8 milhão pessoas trabalham como voluntárias nas organizações não-governamentais, é um nicho; são 400 mil organizações não-governamentais solicitando profissionais qualificados para fazer isso, e nós não temos.

Vamos ver algumas manchetes. O que nós vemos é isso:

"ONG terá de eleger novo Presidente"
"Só não desvia dinheiro hoje quem não quer"

Naquele universo de 17%, isso é um impacto muito grande, porque é desvio que está sendo feito, como poderia estar na educação, poderia estar na saúde, mas vai para o ralo, com os corruptos maníacos.

"Mais três universidades perdem o título de filantrópicas".

É uma sopa de letrinhas – ONG, Oscip, OSC, Sebas – nós temos de saber distinguir o que é forma jurídica do que é qualificação; o que é qualificação do que é denominação. Muitas vezes, confundimos um como se o outro fosse. Inclusive, é até difícil você se relacionar com o cliente.

"Fórum Social só reúne elite das ONGs"

Nós vamos mostrar como o capital também se entranha nas organizações do Terceiro Setor.

"Mídia ajuda a multiplicar ações do Terceiro Setor"
E quase sempre com informações maculando esse segmento nobre da sociedade brasileira.

"Conselho tira da FAAP título de Filantrópica"

E por quê? Não aplicava os recursos da forma como deveria ser. Onde está a fiscalização, a transparência, a Contabilidade?

"Empresas buscam contadores com formação global"

Aí está a nossa necessidade de formarmos profissionais. Temos especialistas na área pública, com temos especialistas na área empresarial, mas não temos especialistas graduados na área do Terceiro Setor. Precisamos, então, que os próximos eventos relembrem aos Coordenadores

dos Cursos de Ciências Contábeis que é uma disciplina que o mercado está querendo. São 400.000 ONGs, hoje.

"*A Força das ONGs no Governo*"

Isso é muito interessante. Quando o Quarto Setor se entranha nos demais segmentos, no Terceiro Setor – interferindo na eleição da diretoria da associação, criando empresas fantasmas para lavar dinheiro, e elegendo políticos corruptos para atender aos seus interesses – nós chamamos de *"milicianos"*. Mas, quando o poder do capital se entranha no Poder Público para interferir na diretoria de órgãos públicos, chama-se de "lobista". É uma questão apenas de semântica.

"Município define regras para contratar ONGs"

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro firmou um convênio com a Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, estimulado pelo nosso presidente, professor Antonio Miguel, que viu na frente o planejamento e hoje está com a vice-presidente Diva Jesualdo. Nós fizemos um convênio com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para capacitar contadores atuantes nas organizações do Terceiro Setor, que desejem receber recursos da Prefeitura. Nós formatamos um curso de nove dias, com uma prova final, e aqueles aprovados são encaminhados para uma relação da Secretaria Municipal de Administração, com seus nomes publicados no Diário Oficial. Quando a ONG vai solicitar seus recursos, ela precisa comprovar que o contador fez o curso no CRC. Isso é um dos itens do *check-list*. Sem esse curso, a ONG vai ser prejudicada porque não vai conseguir recursos. Isso me parece muito interessante porque, na prática, não tem uma Escola de Formação de Contabilidade Aplicada às Organizações. Isso nos parece que reveste de credibilidade as demonstrações contábeis dessas organizações. É mais uma garantia que o Poder Público tem de que um profissional qualificado, capacitado, está trabalhando exatamente nesse ambiente.

"O comportamento do corrupto é incurável. Vai se manifestar sempre"
Não sou eu que digo isso, é o psicoterapeuta. Ele tem um desvio de conduta e pode estar em qualquer lugar. Não é privilégio do primeiro, do segundo e nem do terceiro setor. Agora, como podemos inibir essa ação do corruptor maníaco que se aloja nas organizações do Terceiro Setor e o fazem como um escudo de rota de fuga de interesses pessoais? Eu penso que nós temos que eleger gente nossa. A eleição está aí e nós temos que colocar contadores em todos os municípios, que sejam ligados aos nossos órgãos de classe, que entendam a nossa linguagem, para que, quando você for à fila de um Deoc da vida, não tenha de enfrentar uma fila, com senha. Ora, nós estamos conseguindo isso em alguns Municípios do Rio de Janeiro, onde contadores, vivenciando a realidade da categoria contábil, estão interagindo com os sistemas contábeis, melhorando o atendimento dos órgãos públicos. É muito importante que nós coloquemos gente nossa, elegendo contadores para ocupar as cadeiras que são nossas, na Secretaria Municipal de Fazenda, em empresas públicas, Junta Comercial etc.

"*O corrupto sente prazer em ludibriar o outro*".

Esse é o comportamento dele e nós estamos ao lado do corrupto. O corrupto está no nosso lado e a Contabilidade tem instrumentos de inibição desta prá-

tica fraudulenta, por meio da verificação dos registros contábeis e evidenciação e transparência dos atos de gestão.

Feita essa abertura desse cenário, eu busquei no Código Civil uma raiz do entendimento do que vem a ser efetivamente esse Terceiro Setor. O Código Civil é claro, quando ele diz que temos dois tipos de pessoa: uma pessoa natural, que é importantíssima para nós, porque pode ser fonte de financiamento para as ONGs, mediante serviços voluntários; e a pessoa jurídica, que é a própria entidade essencial social, que nós vamos discutir agora. E o Código Civil diz também que a pessoa pode ser jurídica, de direito público, ou de direito privado. Nesse sentido, nós temos dois ambientes: um das organizações governamentais e outro das organizações não-governamentais, em linha geral.

Mas não é disso que nós queremos falar, quando nos referimos a ONGs. Se fôssemos separar só por esses dois ambientes, eu teria um ambiente público e um não-governamental. Mas acontece que a iniciativa não-governamental é privada, de particulares, e eu poderia separar o ambiente da iniciativa privada, e mais dois subconjuntos, em que eu teria o direito das empresas, e o ambiente das entidades sem fins lucrativos. Cria-se, então, um novo comportamento na gestão brasileira porque temos agora o que se chama "empreendedores". Você pode ter empreendedores empresariais e empreendedores sociais, dependendo de eles atuarem no ambiente das entidades sem fins lucrativos ou no ambiente da empresa. Acontece que ainda há uma confusão com relação ao que é a forma jurídica das organizações sem fins lucrativos. O melhor seria se chamássemos todos esses ambientes de "organizações formais" porque o próprio Código Civil já está distinguindo a palavra "entidade" da palavra "empresa", embora possamos considerar todos os dois empreendimentos como empresariais ou sociais.
No ambiente do Terceiro Setor, temos apenas quatro formas jurídicas: associações, fundações, organizações religiosas e partidos políticos. Por exemplo, Igreja não assina cheque; Igreja é um lugar onde as pessoas vão praticar sua fé. Temos também os partidos políticos e fundações da iniciativa privada, porque temos as fundações da iniciativa pública. Então, isso é forma jurídica.

Como eu posso identificar junto ao meu cliente o que é uma forma jurídica? Pedindo a ele o ato constitutivo, porque é ali que vai ser identificada a forma jurídica. A partir desse ordenamento jurídico, eu vou transportar esses três ambientes para o ambiente sociopolítico de atuação. Então, eu posso dizer que tenho o primeiro setor sociopolítico de atuação de iniciativa governamental; que tenho o segundo setor sociopolítico de atuação, do mundo empresarial; e o terceiro setor sociopolítico de atuação, das entidades sem fins lucrativos. Mas ainda não cheguei às ONGs!

Essa é a formatação do nosso ordenamento jurídico. O que seria definir entidades privadas sem fins lucrativos, constituídas nessas formas jurídicas – associações, fundações, organizações religiosas e partidos políticos? A diferença fundamental está não no resultado operacional ser superavitário ou lucrativo, mas na distribuição dos excedentes operacionais, a serem apropriados pelos detentores do capital. A ONG deve produzir resultados positivos para não ser estado-dependente. Apenas ela não vai distribuir esse resultado na forma de di-

videndos e deverá reverter integralmente em benefício de toda a organização.

O mercado é muito parecido com o mercado empresarial, porque o mercado consumidor é o nosso cidadão beneficiário. Agora, as estratégias são muitas. O mercado concorrente é a mesma ONG que quer obter o mesmo recurso. O mercado fornecedor em que nos devemos atuar é o financiador, que é quem vai fornecer os recursos para que eu possa atuar. As técnicas de recursos são muito parecidas tanto na organização, como na empresa.

Sistema de Informação – A Contabilidade como Sistema de Informação e como contratar, Técnico em Contabilidade ou Contador. A primeira coisa que se deve fazer é um contrato de Prestação de Serviços, firmando previamente o valor dos honorários; a menos que você queira fazer um Contrato de Serviços Voluntários, da Lei n.º 9.608; mas aqui tem um risco, pois, quando é feito um contrato e é feita a verificação da Organização, você vê o volume; a quantidade de lançamentos; apenas dois projetos; baseado nisso, você firma os honorários. Três meses depois, a organização cresceu, está cheia de Projetos, e você está com aquele honorário fixado. Então, talvez seja interessante que se faça um contrato-mãe prevendo a possibilidade de aditivos, conforme sejam os Projetos que ela venha a ampliar, porque tem projetos que dão um trabalho enorme, conciliação bancária, às vezes precisa colocar um empregado dentro da organização; esse é um detalhe interessante, se você firmou R$1.500,00 e não teve essa previsão de novos aditivos, a sua situação vai se complicar, porque você vai trabalhar para R$10.000,00 recebendo apenas R$1.500,00. Esse é um cuidado que precisa ter. Outro detalhe é não esquecer o Termo de Transferência de Responsabilidade Técnica do contador que está te passando o trabalho, e você que vai assumir; o termo tem quatro vias, você fica com uma, entrega outra para o cliente, outra você assina, confere e manda para o Conselho Regional para qualquer eventualidade.

Como contratar um contador – O Conselho Regional de Pernambuco fez uma matéria esclarecendo a sociedade sobre os riscos de uma contratação mal feita. Ou seja, o leigo, aquele que não está regularmente no Conselho Regional de Contabilidade. Estou mostrando essas possibilidades para que possamos alertar ao cliente dos riscos de uma contratação mal feita.

Terceiro Setor – Fins Privados de Interesse Social de Grupo Restrito é legítimo, mas não é uma ONG na essência; a ONG mesmo é aquela que atende ao princípio da universalização do serviço que presta em benefício de toda a coletividade. Um clube de jogadores de sinuca é legítimo e deve existir; mas você não pode comparar o dinheiro público sendo alocado num Clube de Sinuca; seria muito mais nobre em benefício de uma Associação de Prevenção de Câncer da Mama. É muito mais importante para toda coletividade do que um Clube de Sinuca; ele deve existir, é legítimo, mas a verdadeira ONG é aquela que atende o princípio da universalização de serviços que presta em benefício de toda a coletividade.

Fins públicos com interesse geral de toda população - e ela pode obter algumas qualificações como parceiras do Poder Público, e aí nós temos um dos mais conhecidos que é Utilidade Pública; o Sebas, que era o antigo título de filantropia, cada um com sua legislação específica; Organizações Sociais, na Lei

n.º 9.630, como é o caso da Rádio Roquete Pinto, TV Educativa; e o Marco Legal do Terceiro Setor que são as OSCIPs. Não podemos confundir forma jurídica com qualificação e com denominação; são cuidados que nós, profissionais de Contabilidade, temos de ter.

As Normas Brasileiras de Contabilidade - Orientam os procedimentos a serem adotados, na contabilização e apuração dos resultados. Nós temos essas quatro Normas:

- Não temos a Lei n.º 6.404 com as alterações da 11.600 – não funciona aqui;

- não temos a 4.320, também não funciona aqui.

- E ainda não tem uma Lei Geral que possa ser a orientação, que no caso o Conselho Federal de Contabilidade tem editado Normas para o Terceiro Setor. Nós temos que conhecer essas Normas, e verificar o perfil do nosso usuário, se ele é Associação aberta ou fechada;

As Cooperativas - O Legislador classificou no ambiente do Código Civil como Sociedade Cooperativa, por que tem apropriação das sobras pelos cooperativados que caracteriza "lucro". A Cooperativa sociologicamente é associativismo, mas não é uma ONG;

Fonte de financiamento - Como vai refletir no nosso patrimônio então que gerar recursos que é receita e despesa, ou captar recursos. É comum, profissionais de Contabilidade, lançar em Receitas das Entidades os recursos públicos captados para financiar Projetos; não são. Na realidade, ele é fiel executor e depositário do recurso público, e deverá prestar contas na forma do Artigo 70. Não podemos confundir a captação de recursos encubados no patrimônio, com a geração de recursos. Captar recursos, recebimento e pagamento é caixa, ativo circulante e passivo circulante. Receita e despesa é regime de competência, entra para o patrimônio líquido é o recurso próprio. O vínculo jurídico total parece ser interessante destacar na demonstração contábil no compensado; depois que for utilizando esse recurso vai baixando o compensado em registro ao CDA. Mas recebimento/pagamento é ativo circulante mesmo. Muito cuidado na hora de fazer análise de balanço porque terá um ativo circulante com valores que não podem ser usados, recursos carimbados e vai deformar os indicadores de solvência e liquidez.

Fonte de recursos – Os Vínculos Jurídicos aí estão, Convênios, Termos de Parceria, Contrato de Gestão e Doação, ou então, Recurso Privado, que como nós vimos representam 83% do financiamento das atividades sociais e os Recursos Públicos apenas 17%.

O Terceiro Setor é um aliado estratégico do Estado no combate à exclusão social. Nós precisamos divulgar isso para a sociedade, nós estamos presentes.

A Contabilidade é um dos pilares de sustentação nessa parceria e, na minha visão, o Contabilista é um aliado estratégico.

Para concluir, se nada disso der certo, eu diria a vocês buscarem no além a solução para os problemas.

Semente – Ocupar Cadeiras Públicas, no 19º Congresso nós temos que saber quantos vereadores elegemos; incluir disciplina na graduação; implantar o Instituto Fonte Ação, que é um projeto do Rio de Janeiro.

Como o Presidente falou: Viva as mulheres! Principalmente as contabilistas. Eu gostaria de citar a Vitória Maria da Silva, que é a presidente do Sindicato dos Contabilistas; ela é uma guerreira, uma das maiores lideranças contábeis no Brasil; e a nossa contadora presidente de Conselho Federal de Contabilidade, Maria Clara, já que o Presidente Lula falou que as mulheres não podem ser esquecidas. Muito obrigado.

Luci Melita Vaz – Coordenadora da Mesa: Queremos agradecer ao senhor Luiz Francisco pela brilhante apresentação e pedir desculpas pela redução do tempo.

Vamos passar para o segundo painelista, senhor Euclides Machado. Ele é administrador, contabilista, Especialista em Projetos Sociais pela UFRGS, Curso de Extensão Universitária em Finanças, pela PUC do Rio Grande do Sul; professor do Centro de Ensino Superior de Cachoeirinha – Cesuca; Faculdade Inedi, na graduação no curso de Administração disciplinas de Teoria Geral de Administração; Gestão Ambiental e Responsabilidade Social e em Gestão Contábil do Terceiro Setor; professor na Disciplina de Responsabilidade Social nas Organizações, no curso de Pós-Graduação de Gestão Especial; assessor e consultor especialista em Terceiro Setor para Planejamento, Estudos e Implantação de Projetos Sociais e Empresariais, como sócio-diretor da BM Apoio em Administração Ltda.; ex-conselheiro nacional de Assistência Social; representante da Sociedade Civil, Entidades, Usuários Obra Social Santa Izabel, em Brasília. Com a palavra o nosso painelista.

Euclides Machado: Boa-noite a todas e a todos aqui presentes. Quero dizer da minha satisfação de estar aqui contribuindo para o 18º Congresso Nacional de Contabilidade. Foi um prazer conhecer pessoalmente o professor Peyon, e igualmente contatar com vários colegas contadores do Brasil afora. E não querendo trazer para mim nenhuma responsabilidade e nem uma procuração de anfitrião, mas como bom gaúcho, quero dar as boas vindas a todos os presentes que estão aqui prestigiando nosso estado nesse evento.

Nós não combinados, não é professor Peyon? Mas parece que foi combinado. O professor deixou muitos ganchos na fala dele para disposição da seqüência do nosso tema.

Acerca do que nós vamos falar agora? Dentro da Gestão Contábil, a Proposta do Tema é falar do papel do contador; da Contabilidade na Geração e na Divulgação de Informações sobre o Terceiro Setor, e para o Terceiro Setor, e para outros usuários. E o professor Peyon foi muito feliz, e eu me permito a puxar algumas falas dele, que realmente essas informações muitas vezes, quando são mal formatadas, mal dirigidas nos Relatórios, tanto Contábeis, quanto os demais Relatórios dessas inúmeras Certificações que as Entidades têm de fazer, acabam prejudicando-as enormemente. Mas eu tenho discutido com muitos setores jurídicos da sociedade, com os próprios contadores, presidentes, pessoas interessadas nessas Entidades, ou nesse setor, de que o prejuízo maior não é da Entidade; nós temos que ter cuidado quando discursamos que o prejuízo é dos usuários das políticas, em que essas Entidades atuam como complementaridade do Estado. Querem ver? Uma Entidade perde as suas certificações, ou é chamada de *"pilantrópica",* porque ela fecha as suas atividades e um setor da sociedade vai deixar de ser atendido. No próprio livro

do Professor Peyon, eu li isso, e ele vai concordar comigo, "nós temos de quebrar paradigmas". Então, esse discurso de que a entidade vai sofrer prejuízo, quando ela perde, ou quando ela não ganha algum benefício, não é da Entidade. Essas informações, esse trabalho tão importante que o nosso Contador pode e deve prestar, para esse chamado Terceiro Setor, já foi bem contextualizado, mas eu vou me permitir avançar um pouco. O Terceiro Setor hoje é visto como um substitutivo do Estado, e nós não podemos entender assim, na minha modesta opinião; nós temos de entender que o Terceiro Setor é complementar. Ou seja, ele vai atuar onde o Estado não consegue ou necessita de uma ajuda, e busca as Entidades da Sociedade Civil, as Entidades Organizadas. Muito bem, esse Terceiro Setor, essas Entidades vão ter de trabalhar na captação de recursos públicos e, por conseqüência, vão ter de prestar contas; e aqui nesse Tema, pelo que entendi, eu tenho de me aprofundar na Prestação de Contas. Vamos ver o que nós entendemos por Prestação de Contas.

Antes, o professor já muito bem colocou e eu reforço: há muita confusão entre natureza e qualificação das Entidades que atuam no Terceiro Setor; Sociedade, Associações, Fundações, Partidos Políticos e Entidades Religiosas. Agora, qualificação, utilidade pública federal, estadual, municipal, se ela vai ser Oscip, se vai obter o certificado de Entidade de Beneficência Social, isso é qualificação. Mas nós temos que entender que uma Oscip não busca certificado lá no CNS, entidade sem fins lucrativos, Oscip não consegue ser de utilidade pública federal, são questões de qualificações. Eu gostaria de chamar atenção, nós estamos falando para os colegas contadores; aqui tem alguns que trabalham numa entidade de dessas, alguns tem empresas, escritórios que prestam serviço, outros estão querendo entrar no ramo do Terceiro Setor, afinal de contas é um setor pujante; hoje é o que mais emprega no País, e outros números que já foram passados. Mas essas Entidades normalmente atuam além da cultura, dos desportos, associações de bairros, enfim, várias atividades, mas as mais pujantes, que concentram maior movimentação de recursos e que chamam mais atenção, são as que atuam na área da educação, assistência social, saúde, e possuem ainda atividades-meio e atividades religiosas ou associativas. Existe aí uma pressão muito grande, terrível, que alguns chamam de pressão *"fiscalística"*, outros de pressão *"ideológica".* Querem ver? A Entidade que atua na educação, quando ela detiver determinado benefício, ela não poderia usufruir disso porque ela aplica na Educação e a fonte de financiamento dela vem de outra área da Política Pública; isso começa a gerar algumas angústias. O professor Peyon bateu muito na corrupção, na "*pilantropia*", os jornais também falam muito disso. Eu li uma reportagem, há alguns dias, que há oito anos um fiscal do INSS disse que o "rombo da Previdência era de 2,2 bilhões de reais por causa dessas Entidades". Agora em 2008, o mesmo fiscal disse "que essas Entidades deram um rombo de 2,2 bilhões para o governo". Eu gostaria de ter a oportunidade de dar os parabéns, porque as Entidades pararam de dar rombo! Faz seis anos que não acrescentou nada! Então, isso para mim é "chutômetro", é "achômetro". Enquanto a Contabilidade Pública, ou uma Auditoria, não fizer realmente um levantamento, e disser a verdade para nós, é mero "achismo". Essas atividades de fins não-econômicos são atividades das Entidades, e elas vendem serviços, e depois elas utilizam os recursos. Que recursos são esses? As receitas de venda de Edu-

cação, do SUS quando ela é um Hospital, o aluguel de um prédio, uma sala que ela adquiriu ou ganhou, está colocando aquele dinheiro para sustentar sua obra; se ela é uma Entidade Religiosa, às vezes dependendo do caso, os religiosos entregam a sua aposentaria, seus recursos, para essa Entidade; então ela está gerando recurso. Presta conta disso como outra empresa qualquer; ela vai fazer balanço, contabilidade, etc. Eu até me atreveria a dizer que poderia ser da forma da Contabilidade normal de uma empresa comercial. Entretanto, não é bem assim, e ela vai trabalhar com outros recursos governamentais, que são: subvenções, contribuições, auxílios, doações e principalmente um, nós da sociedade civil, sobretudo nós atuantes como consultores e assessores na área contábil e jurídica, não queremos entender que esses recursos são públicos, e têm de ser prestadas as contas deles tanto quanto, ou mais ainda, do que os próprios recursos gerados internamente pela Entidade.

Essas entidades recebem ou têm imunidades, e são imunidades condicionadas. Eu me entreguei, eu sempre dizia que imunidade era para impostos e isenção era para as contribuições; os advogados tanto fizeram que me convenceram; agora eu concordo com eles, é imunidade mesmo, só que são condicionadas. Na imunidade dos impostos, há de se cumprir a Constituição Federal e o Código Tributário, mas para a imunidade das contribuições sociais, você tem de seguir o Artigo 55 da LOA n.º 8.212, que é para todas as contribuições. Se você atua na Assistência Social e não na Responsabilidade Social, porque essa é outra confusão que fazemos; uma entidade do Terceiro Setor que usufrui desses benefícios que não são dela e ela precisa repassar, quando ela atua numa Política Pública de Ação e Assistência Social, precisa ter cuidado quando ela fala que está fazendo Responsabilidade Social; Responsabilidade Social quem faz é empresarial, ela não, ali ela está atuando no seu fim, no seu objetivo.

Todas essas condições acabam nos fazendo entender que deve existir sim uma gestão contábil fiscal, inclusive nós devemos nos atentar à Lei de Responsabilidade Fiscal. O que significa essa Lei? Quando ela foi implantada, trouxe consigo três pilares: o Pilar do Planejamento, da Transparência e do Controle das Contas. Por quê? Porque esses valores que o governo federal manda para o Estado ou para o Município, para essas Entidades que atuam no chamado Terceiro Setor, seja lá em que área de atuação, quando ela busca um recurso público, ela deve prestar contas porque assim determina a legislação brasileira. Ainda que sejam as chamadas Filantrópicas ou Entidades de Pessoa Jurídica do Direito Privado que atuam sem fins lucrativos. Não vamos entrar no mérito das prestações de contas de uma empresa construtora que faz prestação de contas quando ganha uma concorrência; estamos falando de verbas subvencionadas.

Quero começar chamando a atenção dos profissionais que pretendem atuar ou que já têm essas Entidades como clientes. Quanto aos advogados, não tenho nada contra eles, sei inclusive que há muitos deles aqui conosco.

Mas os advogados dizem: "Não, essas Entidades são privadas, aqui o poder público não pode interferir. O Tribunal de Contas vai querer avaliar ou fiscalizar minhas contas? Não, não pode"!

As coisas estão mudando! No nosso país tudo é atrasado. Querem ver uma coi-

sa? Nessa área em que eu trabalho, o Terceiro Setor, a Constituição Federal foi de 1988; a constituição cidadã trouxe enormes direitos sociais; quanto à política de ação social, a LOA, ela só veio depois de 5 anos, e a Política Nacional de Assistência Social só depois de 11 anos, ou seja, agora em 2004. Então, as regulamentações são muito demoradas, o "assumir das coisas". Mas aqui tem no Parágrafo Único do Artigo 70 da nossa Constituição: "Prestará contas qualquer pessoa física, jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie, ou administre dinheiro, bens ou valores público pelos quais a União responda ou que em nome desta assuma obrigações de natureza pecuniária".

Eu estava no escritório, chegou a presidente de uma Entidade, é muito comum nessas Entidades; não se tem dúvida nenhuma do mérito dela, e ela me disse: "Na gestão anterior à minha, a presidente pegou R$ 400 mil reais e não prestou contas. Agora o prefeito está me pedindo o dinheiro de volta. O Tribunal de Contas foi lá e viu que não houve prestação de contas desse valor". Bem, o que eu podia fazer por ela era orientá-la, foi então que sugeri que procurasse o contador da Entidade; ele deve ter uma cópia do convênio. E ela me disse que o contador não tinha conhecimento do convênio.

Mas como? A pessoa foi assinar um convênio e não levou o contador junto? Bem o que digo é o seguinte: se eu vou contabilizar e vou te ajudar a fazer gestão contábil na sua Entidade, o dia em que você assinar um convênio sem a minha presença e levar o advogado, então pode passar para o advogado contabilizar. Eu não vou fazer, porque nesses convênios tem muitas armadilhas. Essa foi uma; não a alertaram da prestação de contas. Depois vem o fiscal e diz que a Entidade está terceirizando a mão de obra do prefeito; ela é uma Entidade com fim social, e faz um convênio para prestar serviços na área da Saúde, que é o PSF; n e m tem finalidade de ela estar ali, mas o prefeito fez aquele esquema de terceirizar, mesmo porque não dá para fazer concurso, concorrência pública, etc. Então chama a ONG da cidade, que está certificada para me ajudar a beneficiar. Cuidado, muito cuidado. Não sei, não vou entrar no mérito, talvez seja o Tribunal de Contas, talvez não seja, mas a Prestação de Contas tem de existir. Então a Fiscalização Contábil Financeira e Orçamentária também vai alcançar a aplicação dos incentivos fiscais, subvenções, contribuições, auxílios e doações. E uma Entidade dessas, do chamado Terceiro Setor, que atua na educação, na saúde, às vezes nem pega subvenção, mas ela tem recurso público ali. Qual é o recurso público? Se eu tivesse condições de caminhar agora no corredor com o microfone e tivesse uma balinha no bolso, eu daria essa balinha para quem me respondesse. Ela tem as isenções e a imunidade, principalmente as isenções. Então, aquele dinheiro sai do tripé da Previdência Social, que financia a saúde e a assistência social, mas não é para financiar habitação. E como é que a Entidade dá bolsas de educação utilizando o dinheiro que ele teve de renúncia, ou deixou de recolher uma contribuição e eu ainda não presto contas e na minha contabilidade eu ainda contabilizo custos do aluno gratuito e do aluno não gratuito, juntos. Não abre, porque dá trabalho. Tem de abrir. Assim como eu faço contabilidade com convênio. Eu sou obrigado por força de Norma Contábil. Quero aqui alertar, recomendar que tenham cuidado. Cada convênio

deve ser movimentado em uma conta específica. Não dá para misturar, e tem gente que junta os documentos num saco plástico e manda para o seu guarda- livros. O documento precisa ser cuidado. Na origem da assinatura do convênio, o contador tem de ir junto. Os recursos de fonte específica não podem se misturar e nem ser transferidos para as contas gerais da Entidade, porque a bem da verdade, se eu tenho um convênio que sobrou, tenho de devolver ou complementar aquela ação para a qual foi contratado o convênio. Correspondência entre o débito consignado e o extrato bancário, ninguém se preocupa com isso, parecem detalhes insignificantes, mas dá problema lá na frente. Pagamentos de despesas em espécie, não permitam isso. Na legislação não é nem permitido. Outra coisa que me chama a atenção, quando as entidades adquirem bens, construção principalmente ganham uma verba para construir uma UTI Neonatal, eu tive discussões homéricas, inclusive com os auditores que queriam de cara contabilizar no mobilizado. Não, primeiro tem de ser feita toda a demonstração, prestar as suas contas, e após aprovado é que vai incorporar ao patrimônio da entidade. Enquanto não for aprovado não pode. Quando esses entes públicos transferem dinheiro principalmente, para as instituições filantrópicas, nós temos de ter esses cuidados. Agora o CNES acabou, ele não vai mais julgar processos; agora as entidades vão ser enviadas para os respectivos ministérios. Eu até deixo para quem atua no Terceiro Setor e tiver interesse, dois PLs que eu aconselho vocês a lerem: o PL 3021 e o PL 3077. Muito bem, a quem vai ser imputada a responsabilidade no caso de uma encrenca dessa aí? Ao gestor municipal ou ao Governo, ou ao presidente da Entidade? Ainda não sabemos, mas certamente um vai querer empurrar para o outro.

Vou ler uma mensagem do livro da Rejane.

"O Profissional Contábil aqui deixa de ser um mero fornecedor de informações sobre débito e crédito, ele passa a ser o responsável pela busca de soluções, que pode ir desde o melhor método de avaliação de custos, até uma metodologia dos gerenciamentos dos demais serviços daquela Entidade do Terceiro Setor".

Então, eu desejo boa sorte às pessoas que desejam ingressar nesse meio e para quem já está. Obrigado.

Luci Melita Vaz – Coordenadora da Mesa: Mais uma vez eu peço desculpas aos nossos painelistas, e também a vocês, por termos cortado 10 minutos de cada um. O senhor Luis Francisco já reclamou comigo que foi pouco o tempo dele, no que eu concordo porque o assunto é palpitante e nós somos carentes dessas informações, mas eu tenho certeza de que nenhum deles se importará de responder por e-mail as perguntas de vocês. Então, se vocês quiserem é só pegar o e-mail de cada um deles para que eles possam responder todas as perguntas de vocês.

Em nome da organização do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade e do Conselho Federal de Contabilidade, agradeço aqui as brilhantes exposições do senhor Luiz Francisco e do senhor Euclides Machado e a participação de todos vocês. Esse Auditório está lindo, maravilhoso, e nós ficamos muito felizes em ter essa bela participação neste horário. Muito obrigado a todos vocês e aos nossos painelistas. O senhor Luiz Francisco quer dar uma palavrinha.

Contador Luiz Francisco Peyon da Cunha – Diretor do Sindicont-Rio: Eu quero deixar claro a satisfação de estar com vocês. O motivo da redução do tempo foi nobre, mas com certeza hoje vou ter pesadelo com aquela linda garota que a todo o momento me mostrava a placa com o tempo que me restava.

Norma Zélia – Mestre de cerimônia: Bem, senhoras e senhores, como já é tradição ao final de cada um dos painéis, a Coordenação da Mesa, no caso, a contadora Luci Melita Vaz, irá fazer a entrega do certificado e de uma singela lembrança deste 18º CBC aos nossos palestrantes convidados. Por gentileza, convido, portanto a contadora Luci Melita Vaz, para fazer a entrega do certificado e da lembrança do CBC ao contador Luiz Francisco Peyon da Cunha.

Convido também a receber o seu certificado e esta peça que simboliza a gratidão por sua presença e participação neste Evento, o contabilista Euclides Machado.

Convido a vice-Presidente de Administração do Conselho Federal de Contabilidade, contadora Silvia Mara Leite Cavalcante para fazer a entrega do certificado e dessa peça de homenagem e gratidão à coordenadora Luci Melita Vaz, pelo trabalho desempenhado na Coordenação deste painel.

Vamos fazer uma alteração?

Convido o contador Nelson Mitimaza Jinzenji, vice-presidente Técnico do CFC, para que possa prestar essa homenagem de reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela contadora Luci Melita Vaz na condução dos trabalhos deste painel.

Por gentileza queiram retomar seus lugares na platéia para a seqüência de nossa programação. Obrigada.

18
CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

AUDITÓRIO JOSÉ LUTZEMBERGER

PAINEL N.º 08

ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Mestre de cerimônias: Vamos dar início ao painel N.º 08, que abordará o tema "Ética e Responsabilidade Social", que tem como objetivo discutir como a ética e a responsabilidade social contribuem para a sustentabilidade empresarial.

Convidamos para coordenar este painel o contador José Maria Chapina Alcazar. Ele é Especialista em Consultoria Empresarial, focada para o planejamento tributário, organização e métodos de contabilidade. É idealizador e realizador da geração de softwares específicos para o segmento de gestão empresarial, industrial, comercial, prestação de serviços e do segmento contábil. É integrante da Associação Interamericana de Contabilidade, da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade do Ibracon 5ª Seção, e da Diretoria Plena da Associação Comercial de São Paulo. Atualmente, Chapina é presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas Sescon/SP e da Associação das Empresas e Serviços Contábeis do Estado de São Paulo.

Convidamos para compor a Mesa o nosso painelista senhor César Eduardo Stevens Kroetz, membro da Comissão de Responsabilidade Social do CRCRS.

Nós tínhamos a previsão de mais um painelista para este painel, mas, por motivos de força maior, ele não pôde estar presente.

Passamos de imediato a palavra ao nosso coordenador, José Maria Chapina Alcazar, para as suas considerações e condução dos trabalhos.

José Maria Chapina Alcazar – Coordenador: Boa-noite. Hoje nós tivemos um dia de glória, um dia em que o nosso Congresso atingiu a sua maturidade total com a presença do nosso líder nacional, nosso Presidente. Nós estávamos conversando aqui que a Contabilidade passa a ter o maior congresso do Brasil, de todas as profissões. Parabéns a nós, profissionais de Contabilidade! Que a nossa força, a nossa união continuem cada dia mais fortes!

Quero agradecer aos organizadores do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade pela oportunidade que está nos dando de discutir e debater um tema de tanta importância – Ética e Responsabilidade Social –, com o objetivo de discutir como elas contribuem para a sustentabilidade social.

Nós falamos de ética no nosso dia-a-dia, sempre debatemos esse assunto, não só quanto ao aviltamento de honorários nas empresas de contabilidade, mas também na Contadoria Pública, na questão das contas públicas, vemos a importância da transparência e da éti-

José Maria Chapina Alcazar e César Eduardo Stevens Kroetz.

18º
CONGRE
BRASILEI
E
ONTAB

ca na prestação dos serviços em contas públicas e assim por diante. Esse tema está impregnado na nossa família, no nosso cotidiano, nos nossos negócios e, pela importância que ele tem para a nossa discussão.

Hoje, nós teremos a oportunidade de estar aqui ouvindo o professor Cézar Eduardo Stevens Kroetz. Ele é doutorando em Contabilidade e Finanças - Universidade Zaragoza – Espanha; Mestre em Contabilidade - Sistemas de informações contábeis; Especialista em Administração - ênfase na Gestão de Recursos Humanos; Especialista em Metodologia – Cefe; membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, membro da Acin - Associação Científica Internacional Neopatrimonialista; membro da Comissão de Responsabilidade Social do CRCRS; e professor de graduação e pós-graduação da Unijui.

Eu desejo ao professor muita sorte na sua apresentação e que seja iluminado pelo nosso Ser Maior, que lhe dê bastante inspiração para que ele possa transmitir uma boa mensagem para todos os que estão aqui presentes. Muito obrigado.

César Eduardo Stevens Kroetz – Unijui: Boa-tarde a todos. Colega Chapina, obrigado pelas suas palavras e pela apresentação. Realmente, temos o desafio hoje de trabalharmos esse tema. É um tema que me atrai bastante. É um tema que eu venho estudando há cerca de 10 anos. Quando iniciamos o curso de mestrado, trabalhamos a questão do Balanço Social e continuamos. No doutorado, ainda consegui explorar um pouco mais o tema, trabalhando com mais ênfase a questão da responsabilidade social. É um pouco isso que eu quero hoje trabalhar com vocês, passando essas nossas observações, essas nossas conclusões a respeito desse tema, que predomina. É um tema que cresceu muito, que evolucionou, mas que certamente nos desafia. Isso é que talvez seja um dos pontos principais: o desafio que o tema "Ética e Responsabilidade Social" provoca para a classe contábil. Nós não podemos perder esse espaço. Não podemos perder essa oportunidade de trabalharmos o tema "Responsabilidade Social". Esse é o nosso objetivo hoje.

Eu começo compartilhando um pouco a alegria de estar aqui, agradecendo ao CFC por essa grande oportunidade. Eu realmente encaro como sendo, para mim, uma grande oportunidade de poder compartilhar um pouco e discutir esse tema com enfoque na ética e na responsabilidade social. O 18º Congresso efetivamente é um sucesso. Como painelista, é o primeiro Congresso em que estou trabalhando e vejo, na participação e nos contatos pelos corredores, o quanto este 18º Congresso é importante para a nossa classe. Ontem, eu estava participando de um Fórum e, de repente, senta ao meu lado o professor Inel Alves de Camargo. O que é que eu quero dizer com isso? O Congresso é um espaço para discutirmos aqui também, mas, certamente, é um espaço para trocarmos idéias, conhecermos pessoas, e, principalmente, ampliarmos a convivência com essas pessoas que tanto fazem e fizeram pela Contabilidade. Não só o professor Inel, mas também tive a oportunidade de conversar com o professor Lopes de Sá, pessoas que efetivamente contribuem muito para a nossa classe contábil. Nós estamos num congresso em que existe a possibilidade de todas as gerações compartilharem, se comunicarem, podendo efetivamente discutir os rumos da Ciência Contábil. Para mim, isso é uma grande alegria, por ter esses momentos em que você consegue dis-

cutir, consegue aprender e compartilhar com todos, mas, principalmente, com essas pessoas iluminadas que tanto fizeram pela nossa classe e que, junto com todos nós, fazem com que efetivamente esse 18º Congresso tenha tanta força e seja um dos congressos com mais público, um dos maiores congressos de classe no Brasil. Então, acho que estamos de parabéns. Esse é um desafio. Os nossos candidatos a sediar o 19º Congresso já estão com esse desafio de nos qualificarmos cada vez mais. Isso é algo que temos de começar a construir a partir de agora.

Ética e Responsabilidade Social é efetivamente o tema que nós vamos trabalhar. Eu gostaria também de destacar, nesse primeiro momento, o lema do nosso Congresso. Não sei se chamou muito a atenção de todos os que estão aqui, mas efetivamente, ele é diferente. A primeira vez que eu vi esse lema, quando foi feita a divulgação do Congresso, ele me chamou muito a atenção porque nós estamos retomando, estamos rediscutindo a questão da ciência contábil. Por muito tempo isso ficou à margem. Eu ouvi várias pessoas dizendo neste próprio Congresso que nós estamos diante de verdadeiras revoluções em termos de Contabilidade. Eu acredito nisso também. Só que a verdadeira revolução que nós temos de fazer em Contabilidade é trabalharmos a Contabilidade efetivamente como Ciência. Isso é que nos faz diferentes de muitos países. Podemos discutir a harmonização, normas internacionais, padrões internacionais, contabilidade internacional porque são temas atuais e que efetivamente vão causar um impacto muito grande no nosso sistema contábil, mas nós temos que resgatar efetivamente a Contabilidade como ciência. Esse é o desafio do nosso Congresso. Nós temos de saltar das normas, saltar da legislação e trabalharmos a Contabilidade como ciência. Não são todos os países, não são todos os profissionais da área que acreditam nisso, infelizmente. Eu acredito e trabalho a Contabilidade como ciência. Esse é um desafio para nós e temos de refletir sobre isso.

Nessa lógica, a verdadeira revolução em termos de Contabilidade está realmente acontecendo, mas não é por uma mudança de legislação; não é pela incorporação de normas internacionais ou padrões internacionais de contabilidade. A verdadeira revolução que está acontecendo é no sentido de que nós estamos nos formando como profissionais, estamos pesquisando, estamos ampliando a educação na área contábil, e uma educação que busca a Contabilidade como ciência. Essa qualificação em termos de especializações, mestrados, cursos de doutorado é o que efetivamente vai fazer a diferença no nosso sistema contábil. É esse enfoque de Contabilidade como ciência. E vou mais além, a verdadeira revolução está acontecendo e muito se deve ao tema "Responsabilidade Social". A Responsabilidade Social está efetivamente mudando a forma de nós pensarmos Contabilidade. Se raciocinarmos a Contabilidade só sob o aspecto econômico e financeiro, hoje, isso não cabe mais.

Hoje, em Contabilidade, nós temos que pensar o que se chama de "triplo resultado", ou seja, o resultado econômico, mas também o resultado social e o resultado ambiental. Uma organização é muito mais do que somente a questão da busca do resultado econômico-financeiro. As responsabilidades vão muito além. Essa é a verdadeira revolução na área contábil. Graças a Deus, este 18º Congresso, em seus painéis e nos traba-

lhos que são apresentados, discute esse tema, discute essa posição. Não quero com isso ignorar os outros fatos que estão acontecendo, mas eu quero chamar a atenção para isso. Contabilidade como ciência é uma revolução que está acontecendo, mas ela passa pelo tema da responsabilidade social. É isso que está fazendo com que se modifique todo o modelo de gestão nas organizações porque eu acredito efetivamente que responsabilidade social é um modelo de gestão e, como modelo de gestão, pressupõe uma outra Contabilidade. Esse é o desafio para quem trabalha em grandes corporações e até em pequenas. Nós temos de ter uma outra idéia de Contabilidade e o desafio é como incorporar ao nosso sistema tradicional essa nova realidade. É uma realidade que o próprio mercado está exigindo e, se nós não discutirmos isso e conseguirmos incorporar, outros virão. Outras classes estão muito interessadas nessa área e estão trabalhando firme e forte nisso. Não que essa seja uma prerrogativa da classe contábil, mas nós temos muito a compartilhar, a aprender com outras categorias, outras áreas do conhecimento, para efetivamente formarmos um sistema contábil com o enfoque desse tripé: econômico, social e ambiental. Esse é o nosso grande desafio.

Por isso, o tema do 18º Congresso – Contabilidade: Ciência a Serviço do Desenvolvimento – é muito apropriado efetivamente. Nós temos de retomar o estudo contábil como um estudo efetivamente científico.

Eu poderia fazer um contexto bastante grande, em nível internacional, em nível mundial, mas não é esse o meu objetivo hoje aqui. Mas, efetivamente, eu tenho de lembrar que nós estamos trabalhando numa economia, numa sociedade global e isso muda muita coisa. Hoje nós tivemos vários painéis que mostram isso. Nós temos de conviver com a questão da comercialização de créditos de carbono, por exemplo. Ou seja, há temas novos surgindo e que mostram a economia e a sociedade na sua inserção global. A Contabilidade não pode fugir desse enfoque.

A importância das lideranças éticas nas empresas é outro desafio porque a ética parte das pessoas. A organização jamais será ética se as pessoas não forem. Quem organiza, quem gerencia, quem está nas organizações são as pessoas. Então, é importante essa formação de lideranças éticas.

Um outro destaque é o aumento da responsabilidade da empresa na hora de tomar suas decisões. Nós estamos a cobrar das organizações isso, seja como profissionais, seja como consumidores, ou outros públicos. Efetivamente, na hora de tomar as decisões, as empresas começam a colocar a mão na consciência e pensar. Isso pode, inclusive, refletir sobre o seu resultado econômico. Isso é possível também, mas não é esse o grande objetivo. O grande objetivo, quando se trabalha responsabilidade social, é efetivamente buscarmos uma harmonia maior dentro das organizações, uma harmonia maior dentro da sociedade em que estamos inseridos. Esse é o motivo que nos faz trabalhar, que nos faz buscar alternativas. Nós temos de fazer isso com bastante urgência porque o nosso planeta está sofrendo bastante, por nossa causa, e a Contabilidade também tem seu compromisso em relação a isso.

Outro destaque é que não haverá sociedade ética se as empresas não se comportarem de maneira ética. Peter Brandt

já diz no seu livro que "o mundo é das organizações". Ele pensa dessa forma. Efetivamente, a sociedade reflete o pensamento das organizações. Então, nós não teremos uma sociedade ética se as empresas não forem éticas. Nós não podemos vestir uma roupa dentro das organizações, termos um determinado perfil, e lá fora agirmos de maneira distinta. Nós não somos duas pessoas. Não é possível usarmos uma máscara dentro e fora trocarmos. Isso não existe. É algo que nós temos que parar para pensar. Ética, eu faço dia-a-dia e eu tenho que construir e manter. São desafios.

Temos de recuperar a confiança nas empresas. O que é que eu quero dizer com isso? Nós vivemos uma crise de credibilidade nas organizações. Poucas pessoas acreditam efetivamente nesse mundo das organizações. Profissionais como nós, que temos conhecimento, podemos analisar as demonstrações, os relatórios, mas a maioria das pessoas comuns não acredita nas organizações. Elas não sabem o que acontece lá dentro, o porquê de se fazerem as coisas. Nós sempre desconfiamos do porquê de ter implementado um programa social, do porquê de ter implementado um programa ambiental. Existem razões para isso. Há casos de empresas que eram tidas como modelo e que quebraram porque tiveram problemas sérios em termos de responsabilidade social porque o marketing também funciona muito bem. Nós temos excelentes profissionais e modelos que apresentam uma imagem que efetivamente não condiz com a realidade das organizações.

Nós vivemos uma crise de credibilidade porque nós não confiamos nas informações, porque falta confiança na prestação de contas. Nós estamos discutindo sistemas de controle e sabemos como esses sistemas de controle são deficitários, tanto na área pública, como na área privada.

Há um baixo nível de transparência organizacional. Que informações nós conhecemos das nossas empresas brasileiras? Quantas empresas efetivamente publicam alguma coisa? Já pararam para pensar efetivamente em transparência? Vocês têm acesso à informação, a algum dado? Quem é que publica efetivamente? As empresas não se apresentam à comunidade, não se apresentam à sociedade. Como é que nós vamos acreditar nelas? Então, falar em transparência pressupõe essa abertura e isso é um caminho sem volta. A empresa que se joga na responsabilidade social não tem como retornar e essas empresas serão cada vez mais cobradas. Nós vamos cobrar daquela empresa que aparece. A Natura é uma empresa que investe na sua área, que tem programas, apresenta relatórios, então, a cobrança sobre a Natura é muito maior do que sobre uma empresa que não publica. Então, muitas empresas se escondem porque realmente a transparência é bastante relativa. Nós não conhecemos as organizações porque elas não se apresentam para nós.

Há pouca participação e controle externo. De que forma as organizações são controladas? Qual é o poder de controle? Quais são os mecanismos de controle externo que nós temos? De que forma a sociedade organizada controla ou tem acesso às informações? Raras. Nós temos espaços bastante grandes para construir nessa área.

Um outro ponto é a falta de confiabilidade nas próprias auditorias. Não estou desmerecendo o trabalho dos auditores, muito pelo contrário, mas, efetivamen-

te, nós temos que qualificar isso e ampliar o trabalho de auditoria. Eu tenho colegas do doutorado lá na Espanha que dizem que o verdadeiro papel do profissional de Contabilidade é o papel do auditor. Fazer o balanço é uma etapa, mas precisamos de alguém que efetivamente tenha domínio e conhecimento para auditar e ver se efetivamente as informações são de qualidade. Então, nós temos que ampliar o leque das auditorias e, certamente, temos de prezar pela confiança nelas. Também vivemos crises de responsabilidades sob esse mesmo foco. Esses são desafios que nós temos de resgatar.

A ética é a peça central das regras sociais. Eu tenho certeza que a classe contábil é uma das classes que mais sofre pela falta de ética nas corporações. O nosso sonho, pelo menos o meu, é de poder trabalhar com a consciência tranqüila, sem ter de se preocupar tanto com todas essas questões que nos prejudicam e nos levam a pensar de uma maneira que não seguiria os preceitos éticos.

Segundo Aristóteles, a ética está na práxis, ou seja, em nossas condutas. Isso é verdade. Ética é o dia-a-dia e isso não é tão simples de incorporarmos ao mundo das organizações.

Ética é um conjunto de padrões morais que orientam o comportamento no mundo dos negócios. A Ética tem reflexos, simultaneamente, individuais e sociais. A minha forma de agir tem reflexos sobre a minha pessoa, sobre o meu grupo organizacional, sobre todos os meus colaboradores e colegas, mas também tem reflexos sociais. Agir eticamente é construir o próprio em direção à virtude e é, também, ao mesmo tempo, construir o bem comum tal como o entendemos em nosso meio, em nossa comunidade. Esse é um desafio muito grande. Construir e manter essa relação são desafios muito grandes.

Deve-se considerar que o primeiro dever ético de qualquer pessoa ou organização é o de cumprir a lei. Para cumprir a lei é necessário conhecê-la. Esse é um desafio nosso também.

A Ética nos negócios significa a sobrevivência das organizações e o passaporte para a sustentabilidade. Um dos temas que mais se trabalha hoje, que mais se aborda no mundo organizacional é a sustentabilidade corporativa e ela advém da discussão desses conceitos e aplicação da Ética. Como fazer isso dentro de uma corporação que tem uma quantidade enorme de colegas? Que tem um modelo de gestão que, muitas vezes, não é nem de orientação aqui do País? Pode vir até do estrangeiro. Como fazer isso dentro de uma organização. São questões complexas que nós devemos trabalhar. Como incorporar tudo isso ao sistema contábil? Como esse sistema contábil pode relatar tudo isso? Imaginem os desafios que nós temos!
O padrão de conduta de cada um dos colaboradores e o somatório das atitudes de tudo é o que determinará se a empresa é ética ou não. Muitas empresas se julgam como organizações éticas, como empresas efetivamente éticas. Essa forma de se apresentar é um somatório de cada um que compõe a organização, desde o pessoal da área operacional até aos mais altos níveis de direção. Como conciliar tudo isso? Com Responsabilidade Social. Como agregar Responsabilidade Social? Então, a Ética vem à tona agora no mundo organizacional, muito em função do tema da Responsabilidade Social. Por isso, o nome deste painel é "Ética com Responsabilidade Social" porque os

dois temas não podem ser abordados de forma isolada. Eu não posso trabalhar responsabilidade social, sem preceitos éticos, sem ter a ética como norteadora do modelo de gestão.

Aqui tem algumas frases que eu retirei de relatórios de empresas, para a gente ver como elas estão relatando a questão da ética:

A ética caminha lado a lado com os negócios de toda a corporação responsável – Grupo CVC.

A Ética, entendida como um conjunto de expectativas de conduta, é imprescindível para estruturar o padrão comportamental de qualquer grupo social – Lojas Renner.

As empresas estão se comunicando dessa forma e, a partir dessa comunicação, nós temos maneira de começar a exigir isso das próprias corporações. Ética e Responsabilidade Social pressupõem transparência.

O comportamento ético busca o bem, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade como um todo – Roche do Brasil.

É possível isso, dentro das organizações? Talvez seja uma pergunta sobre a qual temos de refletir e buscar alternativas de resposta.

Empresas que se norteiam por um código de conduta ética conquistam a confiança de seus profissionais, garantem o compromisso de clientes e parceiros e, principalmente, recebem o tão almejado "Certificado de Reconhecimento" da sociedade em geral – Votorantim.

As empresas estão pensando desta forma: a ética relacionada, inclusive, com o reconhecimento da sociedade. Cuidado! Eu não posso usar responsabilidade social simplesmente para melhorar a imagem da empresa. Responsabilidade social não tem nada a ver com isso. Pode até ser uma conseqüência, mas não como o objetivo primeiro de melhorar a imagem corporativa. Longe disso! Ética é um modelo de gestão e, como modelo de gestão, pressupõe que se tenha um tratamento ético, desde o relacionamento com os seus colaboradores, até questões como o meio ambiente, e com a comunidade. É algo muito abrangente. É maior do que a própria imagem da organização. Isso é efetivamente uma conseqüência.

Ética nos Negócios – O comprometimento voluntário e permanente de uma determinada empresa em adotar e exercer a Ética nos Negócios, contribuindo para o desenvolvimento econômico, simultaneamente com a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida de seus colaboradores e familiares, da comunidade local e da sociedade como um todo, e assim, a empresa estará avançando na direção da sustentabilidade – Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios.

Não é tão fácil fazer isso, mas, efetivamente, é o que nós precisamos. Eu não tenho medo de dizer que Responsabilidade Social pode ser um conceito utópico. Por quê? Porque, talvez, nunca chegaremos a efetivamente implementar esse conceito em sua plenitude porque jamais conseguiremos tirar todos os impactos. Qualquer que seja a atividade, se estamos trabalhando Responsabilidade Social, nós queremos minimizar os impactos negativos. Mas jamais eles serão eliminados. Nessa lógica, você nunca chega à qualidade total, você sempre vai buscar algo mais e a responsabilidade social também. Nós

vamos buscar, mas nunca chegaremos a isso na sua plenitude.

Isso não desmerece o nosso trabalho, muito pelo contrário. Eu me lembro de uma palestra que eu fiz em Santa Cruz do Sul, junto às empresas fumageiras. Imaginem falar de responsabilidade social no setor fumageiro! Talvez sejam as empresas que mais investem em responsabilidade social porque elas sabem que a sustentabilidade do negócio delas depende disso. É possível você tirar essa atividade do rol de atividades que a nossa sociedade organizada permite? É possível você tirar outras atividades como as cervejarias, que causam malefício à saúde, assim como tantas outras? Jamais. Nós temos de conseguir um equilíbrio entre aquilo que é aceitável pela sociedade. Isso é responsabilidade social. Ninguém quer, dentro da lógica da responsabilidade social, eliminar uma empresa porque todas as atividades causam algum impacto. Umas mais e outras menos.

Eu lembro como se fosse hoje que chegou uma aluna que estava iniciando o curso, lá no Departamento, e disse:

– A professora de Tecnologia e Meio Ambiente mandou fazer um trabalho e eu estou procurando um professor para responder às minhas perguntas.

– Vamos lá! Qual é a pergunta?

– Qual é o impacto que o Curso de Ciências Contábeis da UnB causa no meio ambiente?

Será que não causa? Talvez não nas mesmas proporções das fumageiras, talvez não nas proporções de uma empresa extrativista, mas causa impacto sim. Em pouco tempo, nós relacionamos 10 ou 15 tópicos que contribuem para esse impacto. Nós usamos energia e usamos outros recursos que causam impacto. Toda e qualquer atividade causa impacto. Nosso grande desafio é otimizar esses recursos que nós utilizamos, minimizando os impactos. Para isso é que está aí a tecnologia e esse caminho é sem volta. Essa é a grande cobrança da sociedade para com as organizações. Elas estão nos cobrando isso. Até onde nós podemos avançar? Nós precisamos usar a pesquisa e as tecnologias existentes para isso. Há muitas possibilidades. É uma questão de buscar informações e aplicar isso dentro de cada uma das nossas organizações, até num escritório de serviços contábeis. Por que não? Temos vários exemplos de profissionais da área contábil que estão aplicando essa consciência ambiental dentro da sua própria organização.

O Código de Ética é a base de sustentabilidade moral e o alicerce ético que deve orientar e conduzir a gestão e as ações de empresas socialmente responsáveis. Muitas corporações estão criando o seu próprio Código de Ética. Acho que isso é algo importante. Avançamos muito com isso. Então, um desafio também é incorporarmos esse Código de Conduta Ética ao modelo de nossas organizações. Certamente, isso vai ter reflexos no sistema contábil.

A responsabilidade social e empresarial surge como um movimento forte para exigir ética e transparência na gestão das corporações. A responsabilidade social surge com muita força, e surge para cobrar das organizações, ética e transparência. Isso é responsabilidade social. Nós queremos saber o que está acontecendo no mundo das organizações. É um direito nosso. Por quê? Porque quem autoriza qualquer instituição, qualquer

entidade a atuar somos nós. Nós temos o direito de saber o que elas fazem. Além disso, a base da responsabilidade social corporativa está na concepção de que a entidade responde a critérios éticos de comportamento. Mas o modelo ético da entidade tem origem na ética da responsabilidade. A minha organização tem responsabilidade para com o cliente, para com o fornecedor, com os sindicatos, com os governos, com a comunidade local, com o meio ambiente. A empresa tem de se abrir; a entidade tem de se abrir; ela tem de prestar contas, não só para o governo. É aí que surge o chamado "Balanço Social", os informes sociais e ambientais. A responsabilidade social aparece como um modelo ético de gestão organizacional.

O que é a responsabilidade social? Temos vários conceitos. Há um que eu gosto bastante: "A responsabilidade social corporativa pressupõe que a organização não seja somente um agente econômico, produtor de riqueza e gerador de lucros, mas também um agente social, com participação e influência sobre o seu entorno". Isso, efetivamente, marca uma organização, preocupada com responsabilidade social, ciente que a sua responsabilidade vai muito além do que efetivamente gerar somente resultados econômicos para dar retorno aos seus sócios ou acionistas.

Desenvolvimento sustentável é outra expressão que está muito próxima da responsabilidade social e que nós temos que observar e buscar. Aqui temos alguns conceitos tradicionais, nada diferentes do que os senhores já conhecem, mas é só para lembrarmos um pouco dessa relação de ética, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável. Esse aqui é um dos que eu acho interessante e retirei de uma empresa. Diz o seguinte: "é um processo contínuo de gestão que busca o equilíbrio entre objetivos econômicos, sociais e ambientais, para a geração de riqueza". Buscar o desenvolvimento sustentável é isso. É esse equilíbrio. Por que nós não conseguimos? Porque nós estamos privilegiando somente a questão econômica. Outro conceito mais tradicional do desenvolvimento sustentável é que "é uma visão de longo prazo que busca assegurar às gerações futuras uma melhor qualidade de vida". Esse é o conceito clássico. Será que nós estamos conseguindo assegurar às gerações futuras, pelo menos, aquilo que nós temos hoje? Certamente, não. Isso nos preocupa porque esse é um compromisso que nós temos para com as gerações que virão. Essa é uma grande responsabilidade das organizações e de nós profissionais que estamos por trás dessas organizações.

Este é o famoso "triângulo da sustentabilidade": valor social, valor econômico e valor ambiental. O modelo de gestão deve estar calcado nesses três pilares e nenhum deles é mais importante do que o outro. No meio, nós temos os governos, fornecedores, clientes, sindicatos. Isso vai variar de corporação para corporação. Isso é uma dimensão bastante abrangente que nós não incorporamos no sistema contábil. É uma dimensão que obriga a organização a elaborar, comunicar e, inclusive, controlar informações de ordem econômica, de ordem social e ambiental. Como fazer tudo isso? Sabendo que informações econômicas nós conseguimos explorar razoavelmente bem, com alguns problemas que eventualmente temos, mas e as informações sociais e ambientais? É um desafio.

Responsabilidade econômica significa gerar riqueza, tendo como base valores e práticas universais. Responsabi-

lidade social significa dar respostas às demandas sociais, seguindo valores e pautas de comportamento responsáveis. Responsabilidade ambiental significa respeitar e cuidar do entorno natural, promovendo modelos de desenvolvimento sustentável.

Eu gosto bastante desta figura porque ela mostra o verdadeiro resultado que a Contabilidade deve apresentar. O que é que nós apresentamos? O Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício etc. Mas o resultado que uma organização deve buscar é o que nós chamamos de "Resultado Objetivo", ou seja, o resultado positivo ambiental, social e econômico. Não somente o resultado econômico, e os três no mesmo nível. Imaginem aqueles que têm interesse em pesquisar, continuar estudando e fazendo trabalhos, quanta coisa nós temos para explorar dentro da área contábil, as oportunidades que nós temos! Se pegarmos só a área de auditoria, por exemplo, vamos relacionar isso. No caso do resultado econômico, já é o que nós fazemos. E o resultado ambiental e social? Será que não têm espaço também?

Para destacar essa figura ainda, eu quero lembrar que há diferenças entre os conceitos de filantropia, investimento social e responsabilidade social. A responsabilidade social é muito diferente de você fazer ações com caráter filantrópico; é muito diferente de você fazer investimentos sociais pontuais. Muitas empresas constroem uma creche para os funcionários, por exemplo, e dizem que têm programas sociais. E daí? Responsabilidade social é um modelo de gestão; não são ações sociais. Não adianta você ter uma creche e não pensar na questão ambiental, o teu processo de produção não tem preocupação alguma em relação a isso. É por isso que é um modelo de gestão. Como modelo de gestão, qual é o papel da Contabilidade? Estar bem associada a esse modelo de gestão, representar aquilo que o modelo pressupõe. Esse é o grande desafio em termos de Contabilidade hoje.

Por que as empresas são irresponsáveis socialmente? Esse é um fato que eu gosto de discutir. Não adianta falar só em responsabilidade social. A responsabilidade social pressupõe que nós sejamos irresponsáveis socialmente. Esse é o pressuposto. As organizações estão sendo, efetivamente, irresponsáveis socialmente. Então, surge a responsabilidade social para minimizar isso. E por que as organizações são irresponsáveis socialmente? As respostas são as mais variadas, pontuais e bem específicas. Por que as empresas poluem? Porque elas querem? Elas poluem porque necessitam livrar-se dos lixos que produzem e a forma mais barata de fazê-lo é largá-los na natureza. Poluir é muito barato! O que custa é você criar mecanismos para evitar essa poluição. É por isso que as empresas poluem efetivamente. Só para exemplificar, eu estava acompanhando uma empresa e eles disseram: "Nós reciclamos – não sei se é essa a palavra correta – e colocamos de volta na natureza 95% da água que nós consumimos". E eu perguntei: "Se vocês conseguem colocar essa água em condições de uso na natureza, por que não a usam de volta?". Por quê? Eles não me responderam. Por que as empresas fazem todo o tratamento e jogam a água no rio que passa lá. Usem-na de volta! Usem os mesmos recursos! Há empresas que estão fazendo isso e estão reduzindo seus custos consideravelmente porque, nesse caso, você não precisa transformar numa água potável; você transforma numa água que possa ser usada nas condições que o processo exige e não numa água para nós usarmos.

Aqui temos uma charge interessante em relação à exploração madeireira na Amazônia: "Caro chefe! Fiz uma retirada sustentável". É um pouco isso que nós estamos fazendo e a maior prova é que nós realmente estamos sofrendo com o aquecimento global. Efetivamente, o calor está cada vez maior.

Por que incorporar responsabilidade social no nosso modelo de gestão?

Por razões de justiça. As pessoas implicadas devem ser tratadas de forma digna. É o mínimo.

Por razões de prudência. É melhor atuar em entornos de cooperação, que respeitam as normas básicas de mercado e de convivência. Eu acho que isso é muito importante. Muitos não pensam em responsabilidade social com esse enfoque e eu acho que deveriam começar a pensar. É melhor atuar em forma de cooperação, com respeito às normas básicas de mercado e de convivência.

Por razões de resultabilidade. A empresa socialmente responsável, efetivamente, reduz seus riscos e melhora os resultados. Nós poderíamos ficar aqui horas e horas mostrando exemplos para vocês de empresas que apostaram em responsabilidade social e melhorar seus resultados. A responsabilidade social otimiza a gestão de recursos, gerando melhores resultados econômicos, sociais e ambientais. Esse é o desafio.

Essa empresa estará mais preparada para antecipar o futuro e isso é fundamental para ser uma empresa pró-ativa. É o princípio da continuidade. Isso está relacionado com a Contabilidade. Muitos dos nossos princípios contábeis estão relacionados a isso.
O que nós estamos gerando hoje, em termos de Contabilidade, é o que nós chamamos de "informe social ou de sustentabilidade". Para nós, no Brasil, isso é o Balanço Social. Esse é o grande relatório que nós estamos apresentando à sociedade, com dificuldades, com defeitos, com erros, porque efetivamente nós temos de avançar muito nessa metodologia. Então, um grande desafio para a classe contábil é, se a empresa decidir efetivamente mostrar o seu modelo de gestão, como comunicar isso para a sociedade organizada.

Um desafio para nós agora é a Demonstração do Valor Adicionado. É pena que neste Congresso não tenhamos explorado muito a Demonstração do Valor Adicionado. Seria um bom tema para trabalharmos. Isso vai efetivamente pautar os nossos modelos de ensino, a nossa prática contábil. Jamais em outro tipo de demonstração contábil você vai ter a qualidade da informação em relação à riqueza gerada e a sua destinação, como nós enxergamos na Demonstração de Valor Adicionado. Na minha avaliação, um grande ganho que nós tivemos foi a incorporação da DVA como uma demonstração a ser discutida por algumas empresas.

O que começa a mudar com a inclusão da Responsabilidade Social? Muita coisa. Pontuei alguns fatores aqui:

A Responsabilidade Social passa a incorporar o Planejamento Estratégico. As empresas estão usando indicadores sociais e ambientais. A discussão do Planejamento Estratégico está lá como uma responsabilidade social. Se alguém quiser fazer um trabalho sobre a evolução da missão das empresas, da década de 70 até agora, vocês vão ver que a grande maioria hoje incorpora questões sociais e ambientais na sua missão. Isso é fato.

Os indicadores sociais e ambientais são solicitados conjuntamente aos informes contábeis. A própria BOVESPA tem um índice de sustentabilidade empresarial com indicadores sociais e ambientais. Um dos trabalhos que eu fiz foi sobre o mercado ético, os Fundos Éticos. Os critérios éticos foram incorporados ao mercado. Se a sua empresa for buscar um financiamento hoje, como no BNDES, certamente o relatório de impactos ambientais vai ser exigido. A incorporação desses indicadores já faz parte do dia-a-dia das organizações.

Temas como passivos e ativos ambientais são discutidos. Esses temas já estão na pauta do dia, em livros, publicações, trabalhos. Como incorporar isso? Não é tão fácil. Essa não é a minha posição, mas eu tenho visto que muitos estão incorporando ativos e passivos ambientais dentro do Balanço Patrimonial. Nós temos que refletir muito sobre isso. Não é simplesmente mudar toda a nossa mecânica contábil e incorporar tudo isso. Não é isso que nós queremos.

O mercado de capitais começa a exigir mais informações. A Bovespa já faz isso. Todos os mercados a nível mundial estão solicitando informações. O chamado GRI – *Global Reporting Initiative* – é o relatório de sustentabilidade mais famoso em nível mundial. As maiores bolsas européias e norte-americanas exigem que as empresas apresentem esse relatório. No Brasil, a Petrobrás, Banco do Brasil e algumas outras entidades já estão usando essa metodologia. Então, a Contabilidade tem que estar atenta a isso porque muitas informações contábeis aparecem nesses relatórios.

O sistema contábil necessita de ajustes para atender a essas demandas. Inclusive, no nosso Plano Geral de Contas, é possível que nós tenhamos algumas modificações. Nós temos que incorporar a Demonstração do Valor Adicionado e isso muda o sistema contábil tradicional. São formas diferentes de você contabilizar.

O triple resultado passa a ser o verdadeiro resultado. Para mim, essa é uma importante conclusão que eu queria deixar aqui. Quando eu falo em ética e em responsabilidade social, estou falando do enfoque econômico, social e ambiental. Esse é o verdadeiro resultado.

Novas demonstrações contábeis devem ser elaboradas. Temos reparos a fazer na nossa metodologia contábil, mas isso é muito bom para que tenhamos um sistema bastante adequado à atual situação econômica, para gerar informações ao acionista; mas não ao cliente, não ao fornecedor, não aos colaboradores, ao acionista. O importante é uma demonstração sistematizada do resultado para o acionista, para o sócio. Dificilmente, para os outros usuários.

O tema de custos ambientais aparece. Temos que incorporar e discutir isso também.

Novos modelos de auditoria e controles internos são requisitados. Se muda o sistema contábil e se o enfoque dele é o triple, a auditoria também vai ter de ser feita sob esse enfoque.

Novos modelos de análise, incorporando informações sociais e ambientais. Se a auditoria adota esse enfoque, toda a análise das demonstrações contábeis começa a mudar porque eu tenho outros indicadores, tenho outras correlações a serem realizadas. Então, eu tenho de trabalhar a análise econômica, social e ambiental.

São muitos os desafios. Teremos desafios? Muitos. Dificuldades? Certamente. Mas eu vejo isso como uma grande oportunidade para cada um de nós. A classe contábil tem efetivamente muito a colaborar com essa nova abordagem, esse novo modelo de gestão que está sendo construído.

Eu gostaria de finalizar resumindo o que é responsabilidade social para mim. Essa figura faz isso. Responsabilidade Social é olhar lá para frente. O que eu faço hoje vai acontecer lá no futuro. Isso é responsabilidade social. Isso é ética também. Responsabilidade Social é ver mais à frente, voltar o meu olhar para o que eu faço lá adiante. Muito obrigado.

José Maria Chapina Alcazar: Parabéns, professor César, pelo brilhantismo da sua apresentação. Aqui nós tivemos realmente uma aula do que é ética e responsabilidade social. Ética nas empresas, ética na sociedade, ética no Governo, ética no Parlamento. Uma Contabilidade executada com ética e responsabilidade social é importante para minimizar os trabalhos de auditoria, para minimizar o impacto. Uma boa Contabilidade executada com ética é fundamental para não permitir a execução dessa Contabilidade sem o princípio da ética e a presença da nossa profissão no orçamento das empresas, no orçamento do governo. É importante que nós possamos ajudar e interferir nos balanços das corporações para que eles tenham mais presença da ética com a responsabilidade social. Parabéns. Devolvo a palavra ao mestre de cerimônias para darmos o encaminhamento ao encerramento deste painel. Obrigado.

Mestre de cerimônias: Convidamos o senhor coordenador José Maria Chapina para fazer a entrega do Certificado e de uma lembrança ao painelista César Kroetz, em agradecimento às suas contribuições neste Congresso.

Convidamos a professora Doutora Márcia Martins Mendes de Luca, do Comitê Científico do 18º Congresso, para fazer a entrega do Certificado e de uma lembrança ao coordenador José Maria Chapina Alcazar.

Agradecemos a presença de todos e, logo a seguir, será apresentada pela Família Schürmann, a Palestra Magna, intitulada "Inovar e Ousar na Busca do Sucesso".

18
CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

VISITA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, AO 18º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE

Mestre de cerimônias: Convidamos para compor a Mesa: o senhor Rogério Rokembach, presidente do Conselho Regional do Rio Grande do Sul; senhor Valdir Pietrobon, presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis; senhor Antonino Marmo Trevisan, presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis,; e presidente da ONG "Ação Fome Zero"; o senhor Paulo Okamoto, presidente do Sebrae Nacional; a senhora Maria Clara Cavalcante Bugarim, presidente do Conselho Federal de Contabilidade; o ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União; o senhor Pedro Bertolucci, prefeito de Gramado; e o senhor Nelson Machado, secretário executivo do Ministério da Fazenda.

Senhoras e senhores,

O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e a senhora Ieda Crusius, governadora do Rio Grande do Sul.

Ouviremos a saudação do senhor Pedro Henrique Bertolucci, Prefeito da Cidade de Gramado.

Pedro Henrique Bertolucci - Prefeito da Cidade de Gramado:

Senhor Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, senhora governadora Ieda Crusius,

Em nome dessas duas figuras, saúdo essa Mesa tão ilustre que temos nesse dia de hoje. Nossa saudação aos ex-governadores e a essa platéia maravilhosa que, mais uma vez, encanta a todos nós gramadenses e a todos nós gaúchos, com certeza, por estarmos participando desse Encontro.

Senhor Presidente,

O Senhor visita hoje uma cidade pequena, de 31.000 habitantes, mas que é uma cidade muito pujante, que acreditou no Turismo como um negócio, como fonte de renda para sua sustentação. Hoje, Gramado é uma cidade que recebe 2,5 milhões de turistas a cada ano, que vêm aqui se revezando nos seus eventos. Nossa economia, hoje, depende do Turismo, na ordem de 90%. Nós somos, portanto, crentes do Turismo. Nós acreditamos no Turismo, e fizemos do Turismo o nosso grande negócio. O Senhor encontra aqui, Presidente, uma cidade onde não tem pessoas desempregadas. É uma cidade onde o pleno emprego funciona; é uma cidade que acredita e faz dos seus eventos a sua promoção. E são muitos eventos como esse, e menores que esse, evidentemente, mas, durante o ano, há mais de 200 eventos acontecendo em nossa cidade, revezando-se, a cada momento é um evento diferente.
Entre eles, está o nosso "Natal Luz". Inclusive, eu quero fazer um convite extensivo ao Senhor e à Dona Marisa para visitarem o nosso "Natal Luz", que é o maior Natal festivo do mundo. Começa no dia 13 de novembro e vai até o dia 11 de janeiro. São mais de 80 eventos que acontecem nesse período, e mais de 750 mil pessoas passam por aqui. Nós gostaríamos muito que o Senhor encontrasse aqui um Brasil diferente, um Brasil progressista, que acredita exata-

Platéia durante o discurso do Presidente Lula

18º
CONGRESSO
BRASILEIRO DE
CONTABILIDADE

mente naquilo que pensamos: "um Brasil para frente".

Nós queríamos também aproveitar e dizer, Presidente, que somos muito agradecidos ao seu Governo pelo apoio que tem dado ao Município de Gramado. Somos parceiros em algumas frentes de trabalho, como, por exemplo, num parque muito bonito que estamos fazendo, que é o Parque dos Pinheiros, onde o Ministério do Turismo tem sido um grande parceiro. Como também na revitalização da Borges de Medeiros, que é uma obra muito bonita, e que seu governo, por meio do ministro Mares Guia e agora a Marta Suplicy, tem sido um parceiro muito importante. Por isso, seja muito bem-vindo a Gramado e esperamos que, em outra oportunidade, o Senhor e sua esposa sejam nossos hóspedes. Sejam todos bem-vindos. Muito Obrigado.

Mestre de cerimônias: Passaremos, nesse momento, à assinatura do Termo de Cooperação entre o Conselho Federal de Contabilidade e a ONG "Ação Fome Zero".

O objeto do presente instrumento é formalizar a parceria entre a ONG "Ação Fome Zero" e o Conselho Federal de Contabilidade, tendo como objetivo viabilizar o apoio aos Conselhos de Alimentação Escolar em municípios de todo o País, destacando um profissional em cada município para auxiliar na execução da sua tarefa de fiscalizar as contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar, e fornecer parecer conclusivo, nos municípios, por meio dos seus Conselhos Regionais.

Assinam o documento: a senhora Maria Clara Cavalcante Bugarim, presidente do Conselho Federal de Contabilidade, e o Senhor Antonino Marmo Trevisan, presidente da ONG "Ação Fome Zero".

Passamos a palavra ao senhor Antonino Marmo Trevisan, presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis e presidente da ONG "Ação Fome Zero".

Antonino Marmo Trevisan - Presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis e Presidente da Organização Não-Governamental "Ação Fome Zero": Meus amigos,
Presidente Lula,
Ieda Crusius,
Demais componentes da Mesa,

Vocês nem imaginam como está o coração deste contador. Eu quero dizer para vocês que, certamente, é talvez junto com a minha comunidade, junto com minha gente, assim como o Presidente Lula no palanque em São Bernardo, no momento em que eu o acompanhei na campanha, e ele conclamava seus companheiros e dizia: "Peãozada nós vamos governar este país". Eu digo: Companheiros contabilistas deste país, neste momento, nesse ato tão singelo, nós da ONG Ação Fome Zero passamos a ser responsáveis pelo crescimento intelectual de 37 milhões de criancinhas que são atendidas por esse programa. Eu sei que não é pouco; não é a merenda que é importante, mas é a conseqüência dela.

É muito bom saber, Senhor Presidente, que meus colegas vão estar presentes em cada cidade do Brasil, assim como está aqui este exército de 400.000 contabilistas, auxiliando os componentes do Conselho de Alimentação Escolar a cumprir o seu papel de verificar a qualidade da merenda, de verificar que os 1,6 bilhões de reais que são transferidos para as cidades brasileiras estarão chegando ao prato dessas crianças.

Eu posso dizer, minha querida Maria Clara, que nós temos o privilégio de ter uma mulher presidindo o Conselho. Por conta da sua sensibilidade, a Maria Clara topou de bate-pronto e assumiu esse compromisso liderando os 27 presidentes Regionais dos Conselhos de Contabilidade, em 26 estados mais o Distrito Federal. Isso não é pouco. Vocês sabem que, nesses 200 dias do ano letivo em que essas crianças recebem a merenda escolar, muitas fazem neste momento a única refeição do dia. Imaginar que, com a nossa ajuda, nós vamos garantir que elas terão um futuro, com um grau de nutrição que lhes garantirá serem cidadãos iguais a nós, é tudo que podíamos sonhar.

Eu quero ainda agradecer à Dona Marisa, esposa do Presidente Lula, que é presidente de honra dessa organização não-governamental, pelo apoio que ela me deu desde o primeiro dia. Há exatos cinco anos, lá em São Paulo, com o Presidente Lula presente, iniciamos o trabalho dessa organização não-governamental, que premia anualmente os prefeitos que melhor fazem a gestão da merenda escolar. Quero agradecer também ao José Graziano, companheiro que me inspirou a organizar essa instituição. Com esse prêmio, conseguimos que os prefeitos se dediquem com mais força na tarefa de oferecer merenda diferenciada, tanto para as indiazinhas e os indiozinhos, que comem uma merenda diferente, como para os quilombolas que têm uma merenda diferente, porque eles têm culturas diferentes.

Então, meus amigos, eu quero dizer que, neste momento, o Conselho Federal de Contabilidade, por intermédio dos seus 400.000 contabilistas, dos 70.000 escritórios de Contabilidade, é uma força capaz de transformar este país. Nós temos que ter consciência disso. A nossa força, se estamos sozinhos, é limitada, mas juntos podemos levar este país a ser muito, muito maior do que ele já é!

Eu quero registrar, Presidente, uma demanda singela que essa comunidade faz, não em troca disso, porque a sua presença, Presidente, vale tudo para nós nesse dia histórico. Essa comunidade arrecada os tributos deste país. É essa comunidade que faz a arrecadação do governo bater recordes todos os meses. É uma comunidade silenciosa, que prepara os documentos, que calcula, que sofre as pressões pelo tempo exíguo de entregar esses documentos para os diferentes órgãos do governo, e ela faz isso, Presidente, gratuitamente, não cobra um tostão.
Aqui nesses dias de Congresso, todos que comigo conversavam, me diziam: "Trevisan, você que é membro do Conselho de Desenvolvimento, nos ajude. Nós queremos ajudar ainda mais o governo a nos incluir no Anexo III do Simples". É um pedido singelo, governadora e Presidente Lula, e sei que o ministro e o secretário Nelson Machado concordam conosco.

Meus amigos, eu vou encerrar dizendo a vocês que o Presidente Lula está aqui hoje porque ele quis estar. Desde o primeiro momento em que o convidamos e levamos o programa deste encontro, o Presidente Lula abriu o programa – que eu, confesso, não havia aberto ainda – e fez uma sabatina comigo e com o Sérgio Prado, Presidente do Conselho Regional de Contabilidade. Ele discutiu conosco item a item. E o que mais me encantou neste 18º Congresso foi o Fórum em que discutimos Responsabilidade Social. Por duas vezes, o Presidente estava impossibilitado de vir aqui. Uma foi no dia 29 de julho, quando fui infor-

mado de que ele não poderia vir; mas ele pessoalmente analisou sua agenda, modificou viagem ao exterior e me disse: "Estarei lá Trevisan". E a segunda vez foi neste domingo, quando, por questões meteorológicas, a segurança do Presidente o impediu de vir para cá. E ele pessoalmente disse: "Não, Trevisan eu vou estudar e verificar com a minha assessoria para mudar a minha agenda porque eu quero estar neste Congresso, porque eu sei que esta comunidade faz uma enorme diferença para o Brasil!"

Obrigado, gente! Obrigado, Presidente!

Mestre de cerimônias: Ouviremos as palavras da senhora Maria Clara Cavalcante Bugarim, presidente do Conselho Federal de Contabilidade.

Maria Clara Cavalcante Bugarim – Presidente do Conselho Federal de Contabilidade:

Excelentíssimo Senhor Luis Inácio Lula da Silva, muito Digno Presidente da República,

Sem pretender fugir aos ditames que o Cerimonial impõe, com sua devida vênia, gostaria de cumprimentar Vossa Excelência duplamente. Em primeiro lugar, em nome dos 400.000 profissionais que fazem a contabilidade brasileira, por ocasião do seu magno evento. Especialmente, em nome dos organizadores e dos congressistas deste memorável 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, que fica maior ainda com o prestígio político que a sua presença confere à classe contábil nacional. Em seguida, na qualidade de sua conterrânea, gostaria de abraçar um legítimo filho do nordeste que, mesmo desfrutando do status de Presidente do Brasil, jamais esqueceu, em qualquer paragem do mundo, a sua origem humilde, nem a simplicidade e nem a fibra tão característica do autêntico nordestino.

Encontram-se aqui, Senhor Presidente, na hospitaleira Serra Gaúcha desse riquíssimo Rio Grande do Sul de gloriosas tradições, aproximadamente 6.000 contabilistas, irmanados no mesmo ideal de servir à classe contábil e à sociedade brasileira. Temos, neste recinto, uma expressiva mostragem de brasilidade. Somos trabalhadores, empresários e líderes classistas, representando a totalidade dos Estados Federativos, muitos oriundos das mais distantes localidades deste país continental. A presença do Presidente de todos os brasileiros em nosso meio é motivo de contentamento e muita honra para a gestão do Conselho Federal de Contabilidade, que, por meu intermédio, o cumprimenta, agradecida pelo acatamento de Vossa Excelência ao nosso convite.

Excelentíssima senhora governadora do Estado Rio Grande do Sul, Ieda Crusius,
Excelentíssimo senhor prefeito da cidade de Gramado, Pedro Henrique Bertolucci,
Caro contador Rogério Rokembach, presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul,
Caro Secretário Nelson Machado,

Peço permissão a todos os dignos componentes da mesa para saudar a todos na sua pessoa. A partir de hoje, nós o denominamos "Padrinho dos Contabilistas", pela Portaria hoje assinada, que realmente revoluciona o fazer contábil na nossa Nação. Muito obrigada, secretário, muito obrigada, ministro Mantega, por esses momentos tão especiais.
Caros e queridos congressistas,
Senhoras e senhores,

Esperamos que este alvissareiro encontro da classe contábil com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República seja o primeiro de uma série. Vimos a assinatura de um importantíssimo Termo de Convênio entre o Conselho de Contabilidade e a ONG "Ação Fome Zero". É uma parceria feita no interesse de milhares de famílias brasileiras e, de modo muito especial, daquelas mais carentes cujos filhos são beneficiários diretos do projeto "Gestão Eficiente da Merenda Escolar", por cujo êxito tanto se empenha a nossa Primeira Dama, a Senhora Marisa Letícia Lula da Silva, como presidente de honra desta arrojada ação do seu governo. O Comitê Gestor da referida instituição é liderado por um empresário contábil, bem sucedido, presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, contador Antonino Marmo Trevisan, o qual, a par de suas múltiplas ocupações profissionais, ainda encontra tempo e disposição para o exercício de tão elevada responsabilidade social. Exemplos de civismo como o do colega Trevisan, Senhor Presidente, sempre encontraram eco nesta classe trabalhadora e ordeira, que ora é apresentada a Vossa Excelência. Aqui, o senhor tem uma mostragem de abnegados Contabilistas, mobilizados para discutir, durante toda esta semana, a Contabilidade como ciência a serviço do desenvolvimento. Leve daqui, Presidente Lula, a certeza de que os trabalhadores contábeis do Brasil são um verdadeiro exército em organização e força produtiva. Com sua imensa capilaridade e invejável poder de mobilização, eles sempre foram, são e serão aliados valorosos do desenvolvimento econômico e social do nosso país. Sabemos que o desenvolvimento nacional, que está ligado à credibilidade internacional, passa tanto pela transparência das instituições governamentais, quanto pela confiança dos operadores do mercado financeiro. Atualmente, a economia brasileira deslancha em vários e relevantes segmentos. Temos uma imagem lá fora muito positiva e em alta. Isso não acontece por acaso. São alguns dos resultados de uma bem sucedida política externa, com a tempestiva tomada de posições inteligentes e corajosas na defesa dos interesses nacionais, valorizando as parcerias com os aliados vizinhos, sem esquecer de falar pelas nações mais pobres, eventualmente, sem voz no cenário mundial. Já um crescimento econômico concentrado, sem adequada distribuição de renda, sem a geração de empregos dignamente remunerados, enfim, sem justiça social, é de pouquíssima valia. Dessa assertiva, aliás, a própria trajetória de lutas do líder classista e do cidadão Luis Inácio Lula da Silva vem dando inequívoca prova.

Quanto ao contabilista, até pela imperativa e absoluta igualdade entre ativo e passivo, existente em cada Balanço que assinamos, tem ele plena convicção de seus justos direitos e deveres, seja com seu cliente, seja perante o Estado. São, pois, profissionais sinceros, servidores autênticos, leais e produtivos, que estão se comprometendo voluntariamente neste Termo de Convênio, com o honroso testemunho do Presidente da República, a colaborar no controle da execução para o maior êxito desse Programa que é tão caro ao seu Governo.

Conte conosco, Presidente, não iremos decepcioná-lo! Muito obrigada.

Mestre de cerimônias: Para uso da palavra, a senhora Ieda Crusius, governadora do Rio Grande do Sul.

Ieda Crusius - Governadora do Estado do Rio Grande do Sul: Bem-vindo a todos, e em especial ao nosso presidente da República, Luis Inácio Lula

da Silva, recebido aqui, dessa maneira usual, por um prefeito que conhece a história dessa região, a história desse Estado, nosso querido prefeito municipal Pedro Bertolucci, que, ano após ano, coloca Gramado como uma cidade para receber eventos desse porte, com a responsabilidade de recebê-los muito bem; ao presidente do Tribunal de Contas da União, aqui representado pelo nosso ministro Augusto Nardes, nosso gaúcho de outras plagas que não a Serra, de um Rio Grande que como todo e qualquer Estado do Brasil tem uma vida própria, uma diversidade imensa, e desafios a responder; aos governadores Germano Rigotto e Olívio Dutra aqui presentes, engrandecendo este evento; à presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Maria Clara Cavalcante Bugarim, que pelas palavras carrega a importância que é uma rede composta por 400.000 profissionais de uma área que aqui no mundo se faz cada vez mais importante, cada vez mais presente; ao presidente da Ifac, Fermín Del Valle; ao Presidente do Sebrae, Paulo Okamoto; ao presidente da ONG "Ação Fome Zero", Antonino Marmo Trevisan, um dos desbravadores dessa profissão; ao presidente da Fenacon, Carlos José da Lima Castro; ao presidente do Conselho Regional de Contabilidade do nosso Rio Grande do Sul, Rogério Rokembach; aos parlamentares aqui presentes, a quem saúdo de modo especial pelo acompanhamento que fazem deste encontro. A eles cabe sim uma grande responsabilidade de propor e fiscalizar o que neste Congresso se discute; às autoridades nominadas neste Cerimonial; à imprensa que acompanha esse Congresso que nos orgulha; às senhoras, aos senhores, eu saúdo com entusiasmo a convergência que nos permite esse encontro.

Sou grata à categoria dos contadores pela oportunidade que nos proporcionam de estar em contato com uma categoria tão significativa para o desenvolvimento nacional, mas, principalmente, porque trazem para o nosso estado eles próprios para nos conhecerem melhor.

Sou grata ao Presidente Lula, uma presença que honra e qualifica nossa Gramado, nossa Rio Grande do Sul. Seja bem- vindo, Presidente, ao nosso estado e a está admirável Serra, cada vez mais cartão postal do Rio Grande do Sul e evidência de uma relação que esse estado mantém com a qualidade que busca ter nas suas realizações. Gramado, como praticamente todo o Rio Grande do Sul, foi construída por uma comunidade pequena, trabalhadora, inovadora, criativa, de opinião. É assim o Rio Grande do Sul. É um estado feito de pequenas comunidades que se organizam em nome da qualidade de vida que buscam ter e buscam dar aos seus concidadãos.

A categoria profissional aqui presente é que tem mantido, e de uma forma muito responsável, a saúde financeira de organizações que nos trazem, como governo e como estado, uma relação muito intensa que se destaca, no conjunto de seus fundamentos, como uma categoria que busca aquilo que as comunidades e a sociedade estão à espera: reivindicam, querem. Agora, essa categoria, aqui chamada pelo Trevisan, é chamada à responsabilidade social por meio da sua profissão; não é produzir a merenda escolar e sim a gestão da merenda escolar. Gestão hoje é a palavra de ordem para conseguirmos cada vez melhores resultados, a partir de redes que são formadas como a rede deste Congresso. Portanto, parabéns à decisão de estender, por todo o Brasil, a rede de merenda escolar a partir dessa categoria.

A presença do Presidente Lula expressa o reconhecimento nacional, bem agora, depois da assinatura da Portaria que era um desejo da categoria e que já expressa outro desejo, um pouco mais complicado, que é a inclusão das categorias profissionais responsáveis e liberais no Simples.

Mas, eu ouvi um pequeno murmúrio desta multidão e o Presidente Lula deve ter ouvido também. Como economista, eu conheço as possibilidades e os limites da ciência a que me dediquei em 30 anos de vida profissional e acadêmica. Existe uma enorme complementaridade que cada vez mais identifica as duas profissões – a do contador e contadora que vos dirige a palavra, e a da economista, que pode ser masculino ou feminino. Como governadora, eu tenho agora a Contabilidade Pública como um braço importantíssimo da nossa gestão. Ocupada com a indispensável, e nem sempre bem entendida, tarefa de produzir, a partir do equilíbrio das contas públicas, a qualidade dos gastos que são determinados, publicamente, a partir da gestão do Executivo. A ampliação e a qualidade dos serviços públicos oferecidos à cidadania é o objetivo de qualquer ajuste fiscal. Um dos mais importantes diplomas legais produzidos no país – a Lei da Responsabilidade Fiscal – nasceu no berço da responsabilidade da Contabilidade Pública Brasileira e estende os seus duradouros e benéficos efeitos, através dos anos desde que existe, no rumo da correção e da transparência das contas públicas. É sobre transparência que eu quero falar.
Aqui para o nosso estado, existe uma instituição que até hoje foi braço fundamental para que, a partir do equilíbrio das contas públicas, a qualidade dos gastos possa ser acompanhada pela cidadania. É a Controladoria e Auditoria Geral do Estado. Neste momento, estamos articulando uma nova estrutura para a nossa Cage porque, além do que fazem, é necessário chegar até a cidadania, mostrando eficácia e eficiência a partir da análise dos números de orçamento e execução financeira do Tesouro do Estado. Criamos a Secretaria da Transparência, recentemente. Para ela é fundamental a permanente atuação desta categoria, que traz ao elemento da ciência que hoje vocês celebram neste Congresso mais um atributo que devemos compartilhar entre nós profissionais e pessoas públicas. O atributo é que Contabilidade seja transparência e para isso é necessário responsabilidade.

Nossa Contabilidade Pública aqui no estado tem como foco a gestão. Esse é o eixo de ação do nosso governo estadual com vistas à qualidade, eficiência, eficácia, do conjunto de recursos financeiros, materiais e humanos que o estado arrecada, mas que deve devolver às populações em forma de serviços. Eu sou do tempo em que ainda parecia que nós contadores e economistas devíamos brigar entre nós: até aonde você pode ir; até aonde eu te deixo ir e até aonde eu quero ir. No entanto, como tudo no mundo hoje, a convergência é um dado essencial para que somemos as profissões das categorias ao que é o objetivo de qualquer ator da sociedade, que é atender as prioridades, sempre novas e crescentes, que a nossa sociedade nos demanda. Foi-se o tempo em que, como Diretora da Faculdade de Ciências Econômicas, nós tínhamos que segurar os conflitos entre contadores, administradores e economistas. É o mesmo campo; são três ciências.

É por isso que este Congresso é para mim especial. Esperei a presença do Presidente Lula, que sabia, como eu,

Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

18º
NGRESSO
BRASILEIRO DE
ILIDADE

quanta coisa já mudou no mundo! Mudou o clima! Quando vier ao Rio Grande do Sul, pergunte se vai ter um ciclone ou se vai ter granizo. No domingo teve granizo! Isso é novo para nós. Se é novo para nós, tudo é novo na vida quando nós encaramos como um belíssimo desafio que Deus nos deu. Obrigada pela presença, em nome do povo gaúcho. Saúdo a todos do Brasil que vieram à nossa Gramado, chamando-os para estarem sempre conosco, para que nos entendamos, nos conheçamos melhor, fazendo, como no presente, em que Economia, Contabilidade e Administração não brigam mais entre si, e que nós estados possamos não brigar entre nós. Bem-vinda a reforma Tributária que o Germano Rigotto por tanto batalha. Muito obrigada.

Mestre de cerimônias: Dando continuidade a esta cerimônia, convidamos a presidente do Conselho Federal de Contabilidade para fazer a entrega de placa alusiva ao 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade ao Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva.

Na placa se lê: "Os Profissionais de Contabilidade aplaudem a Promulgação da Lei n.º 11.638/07, verdadeiro marco histórico na modernização da economia nacional. O Sistema Contábil Brasileiro congratula-se com sua Excelência, o Presidente da República do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva. 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade".
Senhoras e senhores, com a palavra o Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva.

Luis Inácio Lula da Silva – Presidente da República Federativa do Brasil:
Senhora governadora do Estado do Rio Grande do Sul, Ieda Crusius,
Senhores deputados aqui presentes,
Meus caros ex-governadores do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra e Germano Rigoto,
Meu caro Pedro Henrique Bertolucci, prefeito de Gramado, no nome do qual saúdo os prefeitos e as prefeitas aqui presentes,
ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União, secretários de Estados, Secretários Municipais,
Meu caro companheiro Nelson Machado, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda,
Nossa querida Maria Clara Bugarim, presidente do Conselho Federal de Contabilidade,
Meu caro Paulo Okamoto, presidente do SEBRAE,
Meu caro companheiro Antonino Marmo Trevisan, presidente da ONG "Ação Fome Zero",
Meu caro Rogério Rokembach, presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, no nome do qual eu saúdo os demais presidentes de Conselhos Regionais aqui presentes,
Meu caro Valdir Pietrobon, presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis,
Senhoras e senhores participantes do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade,
Jornalistas presentes,
Meus amigos e minhas amigas,

Primeiro, quero dizer da alegria de estar presente neste dia de hoje e pedir desculpas por não ter vindo no domingo à noite. Vocês sabem que o pessoal da segurança tem um cuidado especial com o Presidente e disseram que não era prudente eu vir por causa do helicóptero. Mas, graças a Deus, o tempo melhorou, vocês vão poder ver o céu azul dessa região serrana do Rio Grande do Sul e ficarão agradecidos de terem participado deste 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, aqui nesta

cidade extraordinária e neste estado que é singular para o nosso país.

Bem, eu preciso fazer esse comunicado porque saiu publicado no Diário Oficial da União de hoje e, quando o Nelson for falar amanhã, a notícia já está velha. Foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria do Ministério da Fazenda determinando ao Tesouro Nacional participar com o Conselho de Contabilidade do processo de análise e busca da Convergência Internacional das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Isso, certamente, é uma conquista de vocês. Não é à toa que o Nelson já virou padrinho em tão pouco tempo aqui.

Este é um grande evento que reúne profissionais indispensáveis ao bom funcionamento da economia e da sociedade. Participar, portanto, desse 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade é uma oportunidade excepcional para mim, como brasileiro e como Presidente da República. Os números que expressam a força e a importância da Classe Contábil são impressionantes. Mais de 400.000 profissionais que atuam em cerca de 67.000 escritórios no Brasil, e são fundamentais para qualquer atividade econômica, pública e privada.

Quero começar destacando o fato de que o Conselho Federal de Contabilidade, pela primeira vez em mais de seis décadas de existência, é hoje presidido por uma mulher. E aí uma preocupação especial: as mulheres estão com a bola toda! Como se não bastasse na Olimpíada as mulheres darem o banho que deram, mesmo quando as mulheres perderam na seleção de futebol feminino, elas foram consideradas melhores do que as suas competidoras. Portanto, minha querida Maria Clara, meus parabéns! Espero que outras mulheres, e mais outras, comecem a ocupar cada vez mais cargos públicos, cargos cada vez de maior importância na administração das empresas porque, assim, vamos cada vez mais diminuir o preconceito de gênero existente no Brasil. Pelos aplausos que você recebeu, eu não sei se os homens que presidiram a entidade por 60 anos foram melhores que você. Portanto, você está quebrando um paradigma existente, e Deus queira que seja seguido por outros. Por isso, minha querida Maria Clara Bugarim, receba os meus especiais parabéns pelo cargo pioneiro que exerce, e por ser uma das grandes responsáveis por reunir mais de 5.600 profissionais de Contabilidade em Gramado.

Meu amigos e minhas amigas,

Quando recebi o programa deste evento, percebi a preocupação de vocês com dois temas de fundamental importância para mim: Educação e Responsabilidade Social. Fico feliz em saber do interesse que essa categoria dedica à Educação Contábil Brasileira, tema que será abordado em três Fóruns durante esse evento, que tem a participação de mais de 1.000 professores da área. Constato que a temática "Responsabilidade Social" também ganha espaço, o que demonstra profunda atenção com os brasileiros mais carentes. Nesse particular, quero registrar o meu entusiasmo e de minha companheira Marisa, pela decisão que vocês tomaram de abraçar a causa da merenda escolar como principal programa do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Contabilidade. Quero também lembrar a contribuição dos profissionais de Contabilidade com a transparência e a simplificação dos processos administrativos, financeiros, contábeis e fiscais, observados na elaboração da Lei Geral das Micro e Pequenas Empre-

sas, sancionada em 2006. Essa lei, como vocês bem sabem, estabeleceu normas diferenciadas para as Micro e Pequenas Empresas e abriu novas oportunidades para que um número cada vez maior delas possa participar de maneira especial da economia brasileira. Como resultado desse protagonismo, surgem novas oportunidades de trabalho para a classe contábil. O grande impulso para os Contabilistas, contudo, é o mesmo que está consolidando um novo patamar para a economia brasileira, e o nome desse impulso é desenvolvimento sustentável. Nossa produção cresce de forma sólida e constante, há 25 trimestres consecutivos. E isso vem ocorrendo num ambiente de inflação baixa e sob controle, dando mais fôlego para a criação de empregos e distribuição de rendas. Só para termos uma idéia do que essa mudança significa, devemos lembrar que, desde 2003, foram criados mais 9,5 milhões de empregos formais no país. Se considerarmos também as novas ocupações informais, esse número ultrapassa aos 11,5 milhões de pessoas. A grande verdade é que o brasileiro está vivendo melhor. De 2003 para cá, a pobreza nas regiões metropolitanas caiu de 35% para 24%, segundo o Instituto de Pesquisas Aplicadas – Ipea. Pela primeira vez na nossa história, a maior parte dos brasileiros passou a pertencer à classe média. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, em 2002, 44% de nossa população era de classe média e hoje esse índice chega a aproximadamente 52%. Tudo isso significa que o comércio, a indústria e a agricultura estão aquecidos, como há muito tempo não ocorria em nosso país. Cresce o número de empresas e mais negócios são realizados a cada ano. Todo esse novo ambiente exige processos contábeis velozes e eficientes, e claro, profissionais preparados para dar sustentação a um novo e virtuoso ciclo de nossa economia.

Minhas amigas e meus amigos,

No que se refere à melhoria dos processos das transações e dos negócios, em janeiro de 2007 baixei o Decreto n.º 6.022, que trata do Sistema Público de Estruturação Digital. Essa sistemática faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e se constitui em um novo avanço na informatização da relação entre o fisco e o contribuinte. O sistema traz benefícios às empresas e à sociedade, com a redução de custos, a dispensa de emitir e armazenar documentos e a eliminação do papel. Além disso, racionaliza e simplifica as obrigações tributárias. Outro fato relevante para a classe contábil foi a sanção da Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que incorpora o Brasil ao processo de harmonização das Normas e Práticas Contábeis Mundiais. Essa operação, cujo Projeto de Lei tramitou por sete anos no Congresso Nacional, propicia o alinhamento às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas em mais de cem países, possibilitando também o aumento do fluxo de investimentos internos e externos para o capital produtivo, dando transparência às sociedades de grande porte, submetendo-as a auditorias independentes. É certo que essa lei deve mobilizar um grande contingente de contabilistas no auxílio às empresas que necessitam de apoio para se ajustarem aos padrões internacionais. É um grande desafio também para os Cursos de Ciências Contábeis porque eles devem formar Contabilistas capacitados para essa nova missão e eu confio que vocês estão preparados para dar conta desse recado. O envio ao Congresso Nacional do Projeto de Reforma Tributária, neste ano de 2008, também busca simplificar e racionalizar o complexo Sistema Tributário Brasileiro. Boa parte das medidas encaminhadas incor-

porou sugestões da classe contábil, que tem sido extremamente ativa na difícil tarefa de interpretar o complexo Sistema Fiscal Brasileiro e garantir que os contribuintes executem a sua obrigação tributária de forma legal e eficaz. Quero destacar duas grandes reivindicações feitas ao Governo Federal que já foram atendidas: as empresas de Contabilidade já podem se beneficiar do Sistema Tributário Simplificado, por meio do Super-Simples e terão suas alíquotas reduzidas com a sua inclusão em uma tabela com menores custos.

E vou aproveitar, antes de falar no final – e, obviamente, eu pedi autorização para o companheiro Nelson Machado, porque é ele quem vai prestar contas ao Guido Mantega – que vocês precisarão ser enquadrados no SIMPLES, Anexo III. Essa notícia, na verdade, era para o Nelson dar amanhã, mas como quem deve bater o pé num time de futebol é o presidente, ou seja, o Nelson, que não vai ter notícia ruim para dar amanhã, essa, ele não vai poder dar mais.

Minhas amigas e meus amigos,

Como vimos, a interlocução entre o Governo Federal e a classe contábil gerou, nos últimos anos, uma série de resultados extremamente positivos. Quero conclamá-los, portanto, a aprofundar ainda mais este diálogo e a continuar trazendo a nós as suas propostas. Estou certo de que muitos temas que vão ser debatidos neste Congresso resultarão em material significativo para o planejamento e a elaboração das políticas públicas. É o caso, por exemplo, da Contabilidade Pública, sobre a qual está sendo realizado um fórum específico aqui em Gramado. Nesse particular, adianto aos senhores que nosso Governo está totalmente aberto para receber as contribuições que daí surgirem, até porque, atualmente, trabalhamos na revisão de todo o Modelo Contábil Público Brasileiro.

Da mesma forma, temos muito interesse na discussão que será feita aqui sobre o modelo da avaliação do custo público. Contar com boas metodologias deste tipo, afinal, nos permite saber de forma apurada qual é a eficiência das políticas públicas e, com isso, empregar os recursos de forma adequada.

Por fim, quero dizer que, em audiência com o representante da Classe Contábil, recebi o Anteprojeto de Lei para alteração da n.º Lei 6.925 de 1946, e do Decreto-Lei n.º 1040, de 1969, que tratam da profissão contábil no Brasil. Fui informado de que este anteprojeto foi elaborado por uma Comissão Nacional, composta por profissionais de vários estados da Federação e que foi exaustivamente debatido em audiências públicas até ser aprovado no Plenário do Conselho Federal de Contabilidade. A proposta reflete, no entanto, a busca da modernização da profissão e o anseio por uma maior participação no desenvolvimento econômico e social do nosso país. Por isso, decidi solicitar à minha assessoria que analise a possibilidade de encaminhar este projeto como iniciativa do Executivo Federal para que tenha os trâmites mais céleres, como é o desejo de vocês.

A Classe Contábil Brasileira é fundamental para o desenvolvimento do empreendedorismo e da economia brasileira. Sua profunda competência técnica possibilitou a adesão de cerca de 3 milhões de empreendedores ao Super-Simples; a cada mês, 20.000 novas empresas vêm sendo incluídas neste regime tributário. Tenho certeza de que todos os contabilistas e técnicos em Contabilidade repre-

sentados neste grande evento continuarão levando conhecimento, qualidade e inovação a todos os empreendedores do Brasil, fortalecendo a nossa economia e ajudando a criar um país cada vez mais rico em oportunidades.

Meus amigos e minhas amigas,

Não pensem que eu vou acabar porque preciso dar mais duas palavrinhas. Primeiro, quero pedir o apoio de vocês. Nós estamos com uma proposta de Política Tributária no Congresso Nacional e eu acredito que a Política Tributária é uma das coisas mais importantes e necessárias ao Brasil. Nós precisamos acabar com a guerra fiscal neste país. Nós precisamos garantir que a tributação brasileira seja mais eficiente e mais justa, para cumprir um sonho que todos nós temos, de fazer com que as pessoas paguem menos impostos, mas que todos paguem, e não apenas uns paguem e outros não paguem. Vocês sabem que Política Tributária é uma coisa que todo mundo deseja; que todo mundo fala; sobre o que todo mundo faz discurso; que todo político em campanha promete, todo deputado, todo senador, todo presidente, todo governador, todo prefeito, todo vereador, todo jornalista escreve e é favorável. Mas ela está lá e foi pactuada com todo mundo. O companheiro Rigotto participa de uma Comissão Especial juntamente com o Antonino Trevisan, há empresários grandes, empresários pequenos, sindicalistas, gente das igrejas, todos participando do fórum que constrói essa Política Tributária. Quando chegamos ao Congresso Nacional, todo mundo é favorável, todo mundo concorda, mas aí ela começa a ter problemas. Eu queria pedir a colaboração de vocês. Eu penso que nós temos condições de aprová-la até ao final deste ano, se houver um trabalho muito sério de todos nós. Se houver um trabalho sério, é possível aprovar e nós poderemos mudar um pouco a página da discussão política neste país. Não falaremos mais em Política Tributária, vamos falar em outras coisas. Então, eu queria pedir o apoio de vocês para que conversem com os deputados que vocês conhecem, com os senadores, mostrem o projeto a eles. Se não conhecerem o projeto, mandem um e-mail para o Nelson Machado que ele envia para vocês, porque ele também tem responsabilidade por ter feito esse projeto. O Conselho de Desenvolvimento Social também pode contribuir com os debates.

Outra reforma que nós também queremos fazer é a Reforma Política. Não é possível que não se entenda que o Brasil precisa fazer uma Reforma Política; uma Reforma Política para dar legitimidade aos partidos políticos; uma Reforma Política que acabe com essa história de os políticos ficarem correndo atrás de empresários para financiar sua campanha quando depois têm de pagar a conta. Na verdade, a melhor forma seria o Financiamento Público de Campanha! E nós achamos que não é o Poder Executivo que tem de fazer; isso é uma coisa da sociedade, dos partidos políticos e do Congresso Nacional. Nós estamos dando a nossa sugestão, para que isso seja levado em conta no debate.

Por último, meus amigos e minhas amigas, depois dessa condecoração que recebi, posso até chamá-los de companheiros e companheiras. Agora eu fui aplaudido, mas, no começo dos anos 70, se chegasse a algum lugar e falasse: "Companheiros e Companheiras", já gritava alguém lá no meio – "Comunista" –, mas, agora, somos todos "Companheiros". Eu queria mais 30 segundos para dizer a vocês da minha crença e do

porquê de eu ser o brasileiro mais otimista neste momento. Penso que vocês sabem perfeitamente bem, nos escritórios de contabilidade de vocês, que a situação no Brasil melhorou, e melhorou muito. Deve ter muita gente procurando um contabilista para pedir assessoria. Na hora em que o cidadão vira contribuinte, paga seu imposto de renda e pode montar um pequeno negócio, a primeira pessoa que ele vai procurar é um contador. Vocês devem estar acompanhando o momento excepcional que vive a economia brasileira. Certamente, nós trabalhamos com a convicção de quem nem tudo está acabado e que nem tudo está pronto. Temos muita coisa por fazer. Agora mesmo, neste bom momento que vivemos, a economia americana dá sinais de crise e sinais até de recessão. Até agora, essa crise não chegou ao Brasil. A Europa começa a dar sinais de crise também, por conta da crise americana, com uma certa diminuição de um índice de crescimento de vários países europeus. Certamente que isso tudo pode resvalar no Brasil, pois o Brasil tem uma política comercial muito forte com esses países. Entretanto, nós temos um cenário novo na economia mundial, que é a ascensão dos chamados países emergentes, sobretudo o chamado BRIC, do qual fazem parte o Brasil, Rússia, China e Índia. A Índia e a China vivem um momento muito importante de crescimento econômico. Na América do Sul, há também um momento importante do crescimento da economia. Hoje, eu dizia numa reunião que, se nós conseguirmos estabelecer no Brasil uma boa relação procurando novos parceiros, nós poderemos não sofrer as conseqüências de uma possível recessão nos Estados Unidos. Se nós levarmos em conta países que podem comprar produtos manufaturados do Brasil e, ao mesmo tempo, se nós explorarmos corretamente o potencial do mercado interno brasileiro, que ainda é muito grande e muita gente ainda não participa desse mercado.

Portanto, para vocês terem consciência, na quinta-feira, vamos fazer um grande encontro, em Brasília, em que vamos mostrar uma fotografia do que está acontecendo no Brasil. Estou falando fotografia porque o dado concreto é o seguinte: quando é feito o anúncio de que uma empresa vai fazer um investimento de 1 bilhão ou 2 bilhões, isso não tem nenhuma repercussão na imprensa, ela não dá nenhuma notinha. Agora, se em vez de o empresário anunciar o investimento de 1 milhão de dólares num negócio novo, ele for me avisar que sua empresa de 30 empresários vai mudar para a Argentina, aí a manchete é: "Desindustrilização do Brasil". Por isso quero pegar todas as coisas que estão acontecendo no Brasil e mostrar para o povo e para a imprensa brasileira, para que eles saibam o que está acontecendo no Brasil neste momento. Aqui temos pessoas representando todo o território nacional e vocês são testemunhas de que em cada capital deste país tem um conjunto de obras do PAC, que vai gerar mais empregos, mais dinheiro no próximo ano e, portanto, melhoria das condições de vida das pessoas. Hoje temos obras do Governo Federal em mais de 5.200 municípios brasileiros; há muitas décadas isso não acontecia. Só para se ter idéia, há mais de 23 anos o Brasil não construía um novo forno. Agora, temos seis siderúrgicas novas anunciadas, inclusive uma em Fortaleza. No Brasil, Olívio Dutra e meu caro Rigotto, há 18 anos não se construía uma fábrica de cimento. Cimento e ferro são imprescindíveis, sobretudo, para o setor da construção civil. Imaginem o que é um país passar 20 anos sem construir uma fábrica de cimento e 23 anos sem construir um

Maria Clara Cavalcante Bugarim (Presidente do CFC)
e Luiz Inácio Lula da Silva (Presidente da República).

novo forno. Isso significa que passamos 20 anos com a economia atrofiada. Pois bem, isso agora é um ponto que desabrochou. Nós temos muita sorte, mas não foi de graça, porque houve muito investimento em pesquisas e decisão de governo para que isso acontecesse. Nós descobrimos o Pré-Sal e o Pré-Sal é um novo momento da independência do nosso país. Eu não sei quantos barris de petróleo nós temos a 7.000 metros de profundidade. Eu só sei que é muito mais, governadora Ieda Crusius, do que as reservas atuais do Brasil. Nós vamos usar esse petróleo, não para virarmos exportadores, mas queremos aproveitá-lo para recuperar a indústria naval brasileira, fazendo os estaleiros que faltam fazer pelo país afora, construindo os navios que precisam ser construídos, construindo as sondas que precisam ser construídas. Cada sonda daquele navio que vai para o meio do mar para tentar fazer o primeiro furo tem um custo de 700 milhões de dólares e o Brasil vai ter de produzir 38 sondas, plataformas, além de mais 200 navios que precisamos comprar, petroleiros e navios de apoio, para fazer fluir essa riqueza que encontramos lá embaixo. Em vez de sermos vendedores de óleo cru, queremos vender produtos de valor agregado. Vamos produzir refinarias para produzir a gasolina Premium e exportar para a Europa, para os Estados Unidos, para exportar óleo diesel Premium, ou seja, não vamos ser exportares de óleo cru. Mas o mais importante de tudo isso é que, aqui no Rio Grande do Sul, por exemplo, na cidade do Rio Grande, a P-53 está para entrar no mar esse mês. E qual é a minha preocupação? É saber o que virá no lugar dela. Você faz a festa da despedida de uma grande plataforma que gerou milhares de empregos na cidade do Rio Grande, e é a triste partida. Ou seja, a plataforma vai embora e não fica nada no lugar, apenas o desemprego dos trabalhadores. Nós estamos trabalhando fortemente com a Petrobrás, para que possamos, ao tirar a P-53, colocarmos alguma coisa no lugar, para manter os trabalhadores empregados lá no Rio Grande e não permitir o desemprego.

No dia 02 de setembro, vamos ao Espírito Santo tirar os primeiros barris de petróleo, em torno de 10.000 a 15.000 barris. Em março, vamos tirar mais petróleo no Poço de Tupi, e, com tudo isso, vai acontecer uma coisa fantástica: vai se gerar mais garantia na estabilidade econômica deste país. As pessoas vão olhar o Brasil com muito mais respeito do que já olham; vai surgir muito mais dinheiro e, conseqüentemente, mais empresas; e, conseqüentemente, mais e melhores salários; e com tudo isso, conseqüentemente, mais empregos para vocês nos escritórios de Contabilidade.

Por último, a questão da educação, da formação profissional na categoria de vocês. Não sei se vocês sabem, mas, até 31 de dezembro de 2010, teremos concluído no Brasil 10 Universidades Federais novas; vamos concluir 88 novas extensões universitárias; faremos uma universidade específica para a América Latina, com um currículo latino-americano, professores latino-americanos e estudantes latino-americanos. Vamos construir, na cidade de Redenção, no Ceará, uma Universidade Afrodescendente, com metade de africanos e metade de brasileiros, para que a gente possa, aos poucos, ir pagando a nossa gratidão. Já que não podemos dar em dinheiro, vamos dar em formação profissional, aos serviços que os africanos ao longo de 300 anos produziram neste país, quando homens livres em sua terra natal e chegavam aqui como escravos.

O mais importante – e esse é um desafio que estou fazendo para a nossa querida presidente Maria Clara – é que vamos convidá-la para ir à Brasília, para sentar junto com o nosso Ministro da Educação, para vermos, nessas novas universidades e escolas técnicas que estamos fazendo, qual é o grau de participação que a categoria pode dar para formar milhares e milhares de pessoas neste país, para fazer crescer, ainda mais, a Contabilidade no país.
Por último, quero agradecer o carinho de todos vocês. É sempre muito bom sermos bem tratados. Eu gosto e vocês gostam, e isso é extremamente importante. Quero agradecer a presença da governadora, dos ex-governadores, do prefeito, e dizer para vocês que, se eu soubesse que era tão bom assim, eu teria vindo a pé no domingo e teria ido embora no domingo seguinte. Muito obrigado e que Deus abençoe cada um de nós.

Mestre de cerimônias: Está encerrada esta cerimônia. O Presidente da República, a governadora do Estado do Rio Grande do Sul e a presidente do Conselho Federal de Contabilidade agradecem a presença de todos e desejam uma boa-noite.

Informo aos senhores congressistas que teremos agora um intervalo de 30 minutos.

CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

PALESTRA MAGNA

INOVAR E OUSAR NA BUSCA DO SUCESSO

Mestre de cerimônias: Senhoras e senhores, "Inovar e Ousar na busca do Sucesso" é o tema da Palestra Magna que será apresentada, em instantes, pela Família Schürmann, com o objetivo de contribuir diretamente com a gestão e o desenvolvimento das organizações e as carreiras de todos aqui presentes. Segundo Vilfredo Schürmann, uma empresa é um barco em alto mar.

Neste momento, convido a presidir os trabalhos da Mesa o contador e advogado Alcedino Gomes Barbosa.

Alcedino foi presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Goiás, presidente do Conselho Federal de Contabilidade e vice-presidente da Associação Interamericana de Contabilidade. Atualmente, é diretor titular do Brasil, na Associação Interamericana de Contabilidade, e vice-presidente do Conselho Curador da Fundação Brasileira de Contabilidade.

E, para falar sobre "Inovar e Ousar na Busca do Sucesso", convido ao palco o economista Vilfredo Schürmann e a professora Heloísa Schürmann.

Para sua saudação à platéia e em especial aos palestrantes convidados, com a palavra o senhor presidente dos trabalhos da Mesa, contador Alcedino Gomes Barbosa.

Alcedino Gomes Barbosa – Coordenador: Boa-noite a todos. É uma satisfação estar aqui neste Congresso tão maravilhoso e repleto de participantes e amigos, e também com esses dois expositores. Tive a oportunidade de conversar um pouco com eles nos bastidores e me demonstraram um profissionalismo muito grande. Eu tenho certeza de que vão trabalhar o tema com muita propriedade e encantar a todos, que é o que os contabilistas, ao longo dos anos, têm feito também com seus clientes. Agradeço, antecipadamente, a participação do Vilfredo e da Heloísa Schürmann, da Família Schürmann. Esse já é um lado bonito, porque é a família, e eu espero que, ao final dos nossos trabalhos, tenhamos conseguido agregar aquilo que é o propósito deste Congresso, que é sempre o crescimento profissional.

Vilfredo Schürmann é economista. Parece que quando se exercita um hobby, o cidadão não faz mais nada na vida. Eu acho até que ele não precisa fazer mais nada porque já conquistou muito. Ele é economista, Graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina; proprietário da Empresa de Projetos Industriais; consultor financeiro de grandes corporações brasileiras, tais como a Büngue Alimentos. Aos trinta e cinco anos de idade, trocou a carreira bem sucedida e a vida de terra firme pelo prazer de desfrutar uma vida de aventuras, junto com sua família, navegando pelo mundo em um veleiro. Vilfredo liderou e coordenou diversas expedições no mar. Foi condecorado com a Medalha Mérito de Tamandaré, a mais alta Comenda da Marinha do Brasil; é também presidente da Schürmann Corporate, palestrante responsável em diversos projetos edu-

Vilfredo Schürmann, Alcedino Gomes Barbosa e Heloísa Schürmann.

cacionais e do Instituto e Parque Ambiental Família Schürmann.

A Heloísa Schürmann, essa grande parceira do Vilfredo, é graduada como professora de Inglês na New York University, com especialização em Michigan. Ela é a responsável pelo Diário de Bordo da Família. A mulher, como sempre, sabe de tudo. É responsável pelas pesquisas de todo o conteúdo dos Projetos Globais e escreve o Diário de Bordo da Família. O hobby de escrever tornou-se profissão e seus dois livros são *best sellers* internacionais. Heloísa desenvolveu o Projeto Pedagógico da Segunda Expedição, intitulado "Educação na Aventura", que é acompanhado por mais de dois milhões de alunos no Brasil e nos Estados Unidos. Ela é responsável também pelo portal da Família Schürmann, www.schurmann.com.br. É ela que dá e traduz as idéias dessa expedição. Então, passo a palavra aos nossos palestrantes.

Vilfredo Schürmann: Boa-noite. É um prazer enorme estar aqui com vocês, e levá-los a navegar conosco. Nesses vinte e três anos que estamos navegando pelo mundo foram duas circunavegações, visitamos 54 países, 9 territórios e digo para vocês, com muito, mas muito orgulho, sempre levando a nossa bandeira brasileira. E vocês vão perguntar como tudo isso nasceu.

Isso começou em 1974. Heloísa e eu, com vinte e cinco anos de idade, recebemos um convite para passarmos uma semana numa Ilha do Caribe. Vou confessar para vocês que eu nunca tinha ido ao exterior, morava no centro da cidade de Florianópolis e nunca tinha entrado num barco a vela. Quando entramos no avião e fomos para o exterior, para a Ilha de Saint Thomas, aquilo já me fascinou. Quando chegamos lá naquela ilha, fiquei fascinado com aquela água azul, aquela areia branca, o verde contrastando com o azul, aquilo já me fascinou.

Descemos do avião, como qualquer turista, a primeira coisa que encontramos foi um fusquinha à nossa disposição e nós fomos para a pousada. No primeiro dia, nós demos uma volta na Ilha; no segundo dia fomos à praia; e no terceiro dia nós estávamos andando de mãos dadas na orla, vendo muitos veleiros, lanchas, navios e cruzeiros, e nós dois sentamos e ficamos olhando aquela imagem espetacular. De repente, passa um barco a vela, um Catamaran. Era um Catamaran para turistas. Quando eu olhei aquilo, eu disse:

– Heloísa, vamos dar uma volta no veleiro!

Quando eu falei isso, os olhos dela brilharam. Heloísa é carioca e ela me disse:

–Vilfredo, você não imagina! Eu sempre tive um sonho de dar uma volta num veleiro. Lá em Ipanema, na pedra do Arpoador, eu ficava olhando. Isso era um sonho meu.

– Olha! E você não imagina, era o meu sonho também lá em Blumenau, no Rio Itajaí Açú. O meu sonho era colocar um lençol na ponta de um mastro e sair a navegar. Vamos perguntar para a companhia de *charter* se nós temos condições de navegar num barco de *charter*.

Quando chegamos lá à pessoa disse:

– Hoje não dá mais! Esse barco saiu de manhã e só volta no final da tarde. Mas, amanhã, vocês podem estar aqui às 9h30min da manhã que tem vaga para vocês.

– Então, coloca o nosso nome na lista!

– Não precisa! É baixa estação.

Fomos para a pousada e lá ficamos conversando sobre essa nossa navegada. Será que vamos enjoar? O que será que vai acontecer? Será que vai ter ondas altas? Eu falei para a Heloísa:

– Sabe de uma coisa, Heloísa? Esse negócio de chegarmos lá às 9h30min, não sei não. Vai estar cheio de gente! Vamos chegar às 7 horas, porque assim não tem erro.

Bem, chegamos às 7 horas da manhã e vocês podem imaginar! Ritmo do Caribe, nem padeiro, nem leiteiro, ninguém tinha chegado e lá estávamos nós com a nossa mochila pronta esperando. O pessoal começou a chegar às 9 horas, olharam para nos e perguntaram:

– Estão aí há muito tempo?

– Não. Chegamos ainda há pouco.

Estávamos lá há duas horas, em pé, na frente do barco. Nós não queríamos perder a oportunidade. É claro que fomos os primeiros a embarcar. Entramos, soltaram a amarras do barco e o barco foi a motor. Achei estranho e pensei: Será que não vão içar as velas? Mas o barco foi a motor e, no meio da baía, os motores pararam, as velas subiram e o barco começou a navegar naquele silêncio. Gente! Aquilo foi amor à primeira vista. O dia foi espetacular! Bem, na volta, tinham preparado um *happy hour* para nós. Eu olhei aqueles barcos e falei bem baixinho no ouvido da Heloísa:

– Um dia nós vamos voltar aqui com o nosso próprio barco.

Voltamos para Florianópolis. Qual foi a primeira coisa que fizemos? Saímos do apartamento e fomos para Santo Antonio de Lisboa, que era uma vila de pescadores e hoje é um bairro de Florianópolis. Por quê? Porque, com os pescadores, nós íamos aprender a arte de conhecer o mar, nós íamos aprender a pescar e aprender, inclusive, a meteorologia do mar, na prática.

Esse foi primeiro barco que nós compramos, sem cabine, sem motor! Vocês estão me vendo aí com a mão na cabeça. Eu pensava: O que é que eu vou fazer com esse negócio? Eu tinha comentado com um amigo meu, que faz regata:
– Um dia eu pretendo dar uma navegada mais longa. Se der para dar uma volta ao mundo, nós vamos dar a volta ao mundo.

Eu estava conversando com ele na frente da minha casa. Nós tínhamos comprado uma casa de frente para o mar. Um dia, esse meu amigo me disse, me olhando de cima abaixo. Eu estava com aquele salva-vidas na barriga, ele achou estranho e me disse:

– Vilfredo, você acha que, dando essas voltinhas pela Baía Norte em Florianópolis, você vai aprender muito?

– Por quê? Estou errado?

– Não, errado você não está. Mas, primeiro, para barco, para veleiro, você tem que ser safo!

Quando ele falou a palavra "safo", eu arregalei os olhos! Eu não sabia o significado daquela palavra na área náutica e perguntei:

– O que significa ser safo?

– Safo é ser rápido nas manobras, é ser flexível!

– Interessante! E o que é que eu tenho que fazer para aprender a ser safo?

– Você tem de participar de regata!

– Regata? Como que é uma regata?

Ele colocou uma Carta Náutica em cima da mesa e foi mostrando as bóias, rumo de colisão, enfim, aquele negócio era meio confuso e eu fui anotando. No final, ele olhou para mim e como um desafio disse:

– Domingo vai ter uma regata. Que tal vocês participarem?

Eu olhei para a Heloísa e disse:

– Nós vamos participar.

Gente foi uma vergonha! O primeiro lugar passou nove vezes por nós. No barco tem uma parte que é móvel. É a retranca. E tem um equipamento que se chama burro! Quando o barco vai a favor do vento, essa retranca sobe e você tem que puxar o burro para a retranca baixar e o barco ir com mais velocidade. O barco que estava em primeiro lugar queria nos ajudar, mas tinha muito vento e a nossa retranca estava lá em cima. O outro barco passava e gritava: "Caça o burro"! Mas, eu só escutava "Burro!" e não escutava o "Caça". Então, eu fui tirar satisfações com ele e disse:
– Olha, burro eu não sou, agora, eu não sei velejar!

Bem, assim foi o início de tudo. Saímos para um barco cabinado, fomos evoluindo, depois passamos para um barco de regata, ganhamos dois campeonatos brasileiros e assim fomos evoluindo cada vez mais. Naquela época, não tinha GPS e Heloísa e eu ficamos na Marinha durante quatro meses para aprender a navegar pelas estrelas, e assim fomos crescendo. Mas eu digo uma coisa para vocês. Todos nós temos um sonho, mas se não marcarmos uma data para a realização desse sonho, dificilmente o alcançamos.

O nosso filho David, que hoje está com 32 anos, na época estava engatinhando por sobre as cartas náuticas porque nós jogávamos as cartas náuticas no chão e íamos estudando as rotas. Eu falei para a Heloísa:

– Quando o David fizer dez anos, nós vamos sair para a nossa volta ao mundo.

O David fez dez anos numa sexta-feira. Nenhum marinheiro sai para uma longa viagem numa sexta-feira. E era sexta-feira 13. Claro que, por garantia, nós saímos no dia 14.

Heloísa Schürmann: Passamos 10 anos planejando, não só a parte financeira, mas toda a nossa viagem. E saímos, com os nossos filhos. Na ocasião, o nosso filho mais velho, Pierre, tinha quinze anos, o David com dez anos e o Wilhelm com sete anos. Foi aí que vimos, na nossa realidade, o que eram as mudanças e como tínhamos de estar preparados para essas mudanças. Nós morávamos numa casa de 400 m² e fomos morar em um barco de 44 m²; tiramos nossos filhos da escola, alugamos nosso negócio e dissemos:

– Vamos passar três anos velejando. Depois, nós voltamos e assumimos a nossa vida profissional.

Na realidade, todas essas mudanças começaram pequenas. A primeira mudan-

ça a que tivemos de nos adaptar foi a de ser professores dos nossos filhos. Nós sentávamos com eles na sala de aula, dando aula, tiramos da escola e fizemos com que eles estudassem a bordo. Obviamente que, com aquele mar azul, naquelas belíssimas ilhas em que parávamos, ninguém queria estudar e nós tivemos que reforçar essa pequena palavra, que foi fundamental na educação deles – "DISCIPLINA". Eram as aulas, primeiro, e depois íamos nadar e aproveitar. E assim começamos a navegar, durante um ano na costa brasileira e, três anos depois, chegamos ao Caribe, em Saint Thomas, onde o sonho tinha começado.

Vilfredo e eu, durante esse tempo, já estávamos começando também a receber alguns insumos, algum dinheiro, da nossa nova profissão. Eu fazia artigos para alguns jornais brasileiros, que me pagavam até 400 dólares, e para jornais e revistas no exterior, que pagavam até 1.200 dólares. E nós tínhamos um gasto de mil dólares por mês. Sabem que um economista faz um planejamento fechado; é isso que podemos gastar, é isso que vamos gastar. Obviamente, nós trabalhávamos dentro do nosso próprio barco. Foi assim que nós chegamos ao Caribe e descobrimos que era isso que queríamos fazer. Nós queríamos viver no mar, e do mar. Nós não tínhamos feito nem 10% da nossa volta ao mundo e foi nessa ocasião que Vilfredo e eu decidimos nos tornar empreendedores. Os nossos amigos aqui do Brasil, que eram executivos, presidentes e diretores de empresas, queriam nos visitar e diziam:

– Nós vamos aí, e pagamos vocês!

Então, nós criamos uma microempresa que se chamava "Amigos Pagantes". Os amigos nos visitavam, nos pagavam e nós ganhávamos dinheiro.

Vilfredo Schurmann: E essa empresa era muito rentável. Para vocês terem uma idéia, nós cobrávamos 300 dólares, por dia/casal. Um casal ficou conosco durante 30 dias e nós faturamos 9.000 dólares. Desses 9.000 dólares, nos gastamos 2.000 dólares com restaurantes etc., e restaram 7.000 dólares. Ou seja, com o dinheiro de um mês de trabalho, nós vivíamos sete meses. Realmente, era uma empresa bem rentável. Os nossos filhos ganhavam 10% do nosso lucro. Às vezes, a caixinha deles estava bem maior do que a nossa.

Heloísa Schürmann: E esse foi o início dessa pequena empresa familiar. Os nossos filhos cresceram e cada um seguiu o seu sonho. O Pierre ficou nos Estados Unidos para estudar Administração de Empresas; o David ficou na Nova Zelândia, sete anos depois que nós saímos, para estudar cinema e televisão; e o Wilhelm passou dez anos navegando conosco. Depois de dez anos navegando, nós voltamos ao Brasil com um novo sonho. Nós tínhamos lido a história de Fernão de Magalhães, esse grande navegador que era de uma persistência incrível, e de uma visão que nos inspirou. Ele acreditava que havia um caminho novo na rota das Índias e ele conseguiu convencer o rei da Espanha a lhe dar cinco Naus. Ele era português. Olhem que visão ele tinha! Ele conseguiu fazer a expedição. Ele morreu nas Filipinas, mas a expedição dele, mesmo perdendo quatro barcos, voltou à Espanha com apenas um barco carregado de especiarias, mas esse único barco pagou toda a expedição, todos os navios, durante três anos. Então, baseados nessa grande expedição de Fernão de Magalhães, Vilfredo e eu decidimos refazer a rota desse navegador.

Vilfredo Schürmann: Tínhamos de fazer um planejamento estratégico, uma gestão realmente dessa expedição. Nós começamos fazendo essa gestão com base no *Balance Scorecard*. Começamos a trabalhar, primeiro, em termos da rota, ou seja, onde nós íamos passar. A rota de Magalhães passava por certos lugares, e nós tínhamos de montar um plano de contingência. O que era esse plano de contingência? É que na verdade nós teríamos dois grandes perigos, e não podíamos deixar que algo acontecesse com a expedição. Quando entramos no Oceano Pacífico, o grande perigo do Oceano Pacífico são os Tsunamis, não é só no Oceano Índico não. O Oceano Pacífico é chamado cinturão de fogo, desde a América do Sul, até a América Central, Estados Unidos, Japão, e até a Nova Zelândia, com várias ilhas vulcânicas, o Tsunami era um perigo iminente. O que nós fizemos? Nós estávamos vinte e quatro horas ligados com o Centro de Tsunamis, na Ilha do Havaí. Havia sismógrafos que nos informavam de qualquer alteração. Por várias vezes diziam:

– Nossa! O barco de vocês está tão longe da praia!

– É nós recebemos uma informação de uma erupção vulcânica e procuramos ficar longe da praia, inclusive avisávamos outros barcos.

Mas por que ficávamos longe da praia? Porque quando se está longe da praia, e tem um Tsunami, você está garantido, sem problema nenhum; enquanto que, se você está perto, sofre todas as conseqüências.

Outro grande perigo era o Oceano Índico. Quando nós íamos entrar no Oceano Índico, era um problema seriíssimo. No mar da China, 511 navios eram pirateados todos os anos. Isso realmente era um problema sério porque os piratas tinham informações, junto às agências de transportes, e mesmo na Marinha, e os navios passavam sempre na mesma rota e no mesmo lugar. O que faziam os piratas? Colocavam um cabo de aço na proa de dois barcos, de mais ou menos cem metros, o navio batia nesse cabo de aço, os barcos juntavam o cabo de aço com um gancho e os piratas iam lá e pirateavam. Com isso, as companhias estavam perdendo muito dinheiro. As companhias de seguro diziam: "Olha, realmente assim não dá mais!". As apólices valorizavam muito, e por isso, cada companhia montou uma SWAT dentro de cada navio. De cada lado tinha uma equipe com bombas de pressão e, quando os piratas vinham, eles jogavam aquela água com pressão e eles caíam no mar. Nós estávamos diretamente ligados com o Centro de Pirataria da Malásia, que nos dava latitude e longitude e informavam onde os navios estavam sendo pirateados. Era assim que nós íamos desviando e realmente nós nos safamos. Esse foi um dos planos de contingência que fizemos.

Nessa viagem, nós queríamos inovar, queríamos ousar. Estou falando de 1996/1997, quando a Internet estava iniciando. Queríamos levar essa nossa experiência de vida, não só pela televisão, a que muitos de vocês assistiram, nos 29 programas do Fantástico, mas precisávamos passar essa experiência também através da Internet. Queríamos mais; queríamos fazer um programa educacional em nível internacional. Começamos a analisar o que existia no mundo. Só existia uma empresa nos Estados Unidos, a "Adventure On-line" e eles tinham dois programas. Em um dos programas, tinha duas pessoas descendo o Rio Nilo de caiaque, um painel so-

lar para carregar as baterias do laptop, uma antena satelital transmitindo on-line, em tempo real, todas as culturas egípcias por onde eles iam passando. O outro programa eram seis ciclistas na América Central, falando sobre as culturas Incas e Maias. Esse era um programa de seis meses e o outro tinha três meses de duração. Entramos em contato com essa empresa e a primeira coisa que nos perguntaram foi:

– Quanto tempo vai durar a viagem de vocês?

– Dois anos e meio!
– Dois anos e meio! E como está estruturada a viagem de vocês?

Coloquei toda a estrutura que tínhamos montado. Eles vieram ao Brasil, lá em Santa Catarina, onde nós temos o nosso escritório montado, lá em Porto Belo, e quando eles viram aquilo, vieram três diretores da Adventure On-line e assinamos uma *joint venture*. Nós não esperávamos que a coisa fosse crescer tanto! Foram dois milhões e quinhentos de crianças nos Estados Unidos nos acompanhando e quinhentas mil no Brasil. A Unesco indicou o nosso site como ferramenta educacional, e nós tivemos 44 países nos acompanhando. Para vocês terem uma idéia, foram 35 milhões de visitas à nossa página. Nós tínhamos intranet dentro do barco e tínhamos uma equipe de 11 pessoas que estavam nos acompanhando. Dentre essas pessoas, tínhamos, inclusive, pedagogos.

Gestão. Vocês sabem como é difícil a gestão *in loco*, no dia a dia. Agora, imaginem a gestão lá dentro do mar! A primeira coisa que fizemos foi encontrar onze pessoas comprometidas com o nosso negócio. Isso é muito importante, porque na gestão é muito fácil você delegar, o mais difícil é saber cobrar. E foi aí, realmente, que funcionou. Por exemplo, o nosso contador. Nós estávamos indo para o exterior e nossos recursos tinham que passar pelo Banco Central, e isso tinha de funcionar. O nosso escritório de Contabilidade foi muito importante. Nós estávamos ligados direto com eles, via internet, recebíamos todos os relatórios financeiros, relatório do pessoal de Marketing, Assessoria Jurídica, enfim, recebíamos tudo e decidíamos de dentro do barco. É claro que a tecnologia nos ajudou. Nós tínhamos todas as informações, inclusive, acompanhávamos as nossas aplicações e cotações na Bolsa de dentro do barco. Em termos de gestão, à distância, o software de gestão. Vocês sabem muito bem o que é IRP, que agora inclusive estão sendo modificadas, é preciso ficar atento a isso. Além da IRP, nós tínhamos CRM também. Por quê? Estávamos ligados a uma rede de fornecedores. Nós tínhamos um contrato com o Fantástico, com que não podíamos falhar. Tínhamos de entregar aquele programa todos os meses. Então, não podíamos arriscar que um equipamento quebrasse. E quebrou. Quebrou um equipamento que transforma a água salgada em água doce; é o dessalinizador. De dentro do barco, o fabricante lá nos Estados Unidos tinha o nosso projeto em mãos, estava em rede conosco, imediatamente ele recebeu a informação e despachou para o equipamento para Papeete, que é a capital da Polinésia Francesa. Quando chegamos lá, já estava tudo resolvido e não perdemos um dia sequer na nossa expedição.

Outra coisa importante no programa de gestão é o mecanismo de aferição de desempenho. Isso nós temos e tínhamos de ter dentro da nossa expedição. Qual era o nosso produto? Nosso produto eram as nossas imagens. Nós tí-

nhamos que saber o que acontecia com nossas imagens no Fantástico. Então o que fizemos? Acompanhamos junto ao Ibope para ver o que acontecia com nossas imagens. Para vocês terem uma idéia, quando o Fantástico entrava no ar, o nível de audiência era de trinta pontos; quando nossas imagens entravam, era contado de minuto a minuto, e nós tivemos média de oito pontos, então, a audiência passava de trinta para trinta e oito, com piques de doze pontos. Quando chegou a esse pique de doze pontos, o que representava oito milhões de pessoas que mudavam de canal ou ligavam a televisão para ver nosso programa, nós estávamos em Punta Arenas, no Chile. Eu chamei a tripulação e disse: "Bonificação para todos! Todos vocês vão para o Uchuaya, que é um hotel cinco estrelas, durante uma semana." Eles não ficaram três dias, disseram: "Esse negócio aqui está muito chato! Vamos voltar para a expedição que é lá que temos movimento". Isso realmente é espírito de equipe. Precisamos fazer realmente uma equipe de alta performance. É sobre isso que a Heloísa vai falar um pouco.

Heloísa Schürmann: E é nisso que nós nos baseamos. Com todo o planejamento, tínhamos de ter pessoas que realmente agissem, motivadas, que estivessem dentro do nosso sonho, dentro do nosso objetivo. Obviamente que pensávamos em nossos filhos. O Pierre se formou em Administração e morava nos Estados Unidos; o Wilhelm, nosso filho mais novo, depois de dez anos, se tornou um profissional do *windsurf*, e participava de campeonatos pelo mundo todo; e David morava na Nova Zelândia. Mas foi David que decidiu voltar para participar da expedição, unindo as duas paixões da vida dele, que era filmar e também velejar. Foi assim que David voltou e nós começamos a ver que nós tínhamos mais desafios. Eu costumo dizer que navegar é uma vida de desafios. E o nosso maior desafio era buscar pessoas que tivessem o mesmo comprometimento, o mesmo entusiasmo que nós dois tínhamos. E assim formamos uma equipe. Dentro dessa equipe, tivemos pessoas de sete nacionalidades, de idades diferentes, e vivendo todos dentro daquele espaço de 44m². E o que fazíamos? Pegávamos toda essa tripulação, sentávamos e fazíamos o que chamávamos "o café da manhã com o Capitão". Era ali o nosso início de reunião, de planejamento: o que nós vamos fazer hoje? Uma filmagem? Um mergulho? Era ali que resolvíamos, trocávamos idéias, e também aparávamos arestas. Porque tempestades, piratas, calmarias, tudo isso era um desafio, mas o maior desafio mesmo é a convivência num pequeno espaço, é aquele dia a dia com as pessoas, até 15 ou 17 dias sem poder sair do barco. Então, nós usávamos o café da manhã para fazermos um exercício constante de bom relacionamento. E com isso, juntamos nossa tripulação e fizemos a capacitação e, como o Vilfredo falou, não só da navegação. Nós fizemos cursos de primeiros socorros. Eu fui para o hospital e fiz um curso de primeiros socorros com o meu irmão, que é médico. O Vilfredo fez um curso de primeiros socorros dentários; fizemos cursos de Treinamento de Homem ao Mar; enfim, fizemos tudo o que nós podíamos fazer, para nos precaver caso houvesse um incidente, e para que estivéssemos aptos a agir e resolver qualquer situação. É lógico que, dentro da nossa expedição, todos nós tínhamos uma tarefa porque todos nós, dentro da equipe, somos importantes.

Quando começamos a viagem, nossa filha Kat, que tinha cinco anos, viu que todos nós estávamos ocupados: eu estava escrevendo o Diário de Bordo, o Vilfre-

do estava fazendo a navegação, o David com a máquina de filmar, e ela falou:

– Eu também quero um trabalho; eu também quero ser importante.

Nós olhamos um para o outro, olhamos para aquela menina pequena, e o Vilfredo falou:
– Vamos encontrar um coisa para a Kat fazer.

E aí nós demos para ela um trabalho muito importante: ela se tornou a guardadora oficial dos ovos. Era um trabalho muito importante. Quando navegamos, a geladeira do barco é muito pequena e não cabem todas as doze dúzias de ovos frescos que compramos. Então, para que ovos permaneçam frescos, têm que ser mantidos fora da geladeira. É todo um processo. A Kat colocava a data em cada um dos ovos; depois ela passava vaselina em um por um, para evitar que eles ficassem porosos; colocava os ovos na caixinha; e depois colocava as caixas com todos os 144 ovos, dentro de um armário. A cada dois dias, ela tinha uma tabelinha e tinha a responsabilidade de virar caixa por caixa para evitar que o ovo ficasse só de um lado da caixa. Ela trabalhava com tanta vontade, com tanta motivação, que eu tirei uma foto dela alegre, feliz, fazendo aquele tedioso trabalho de estar escrevendo nos ovos! E eu me perguntava: Qual é a motivação da Kat? Cada vez que íamos fazer uma omelete, um bolo, e precisávamos usar uma caixa de ovos, íamos buscá-la. Até dois meses depois, nós abríamos a caixa, tirávamos os ovos, e ela olhava para nós e dizia:

– Viu como eu sou importante? Nem um ovo se estragou. Eu sou a guardadora oficial dos ovos.
E assim, nós aprendemos também outras lições com nossos tripulantes que vieram a bordo para fazermos uma equipe de alta performance. O Jaime, navegador, mergulhador e pescador, veio substituir o Luciano. Luciano saiu daqui conosco de São Paulo. Ele é um biólogo e depois desembarcou porque tinha dito para a noiva:

– Olha! Eu vou com a Família Schürmann por seis meses, mas depois eu volto e me caso com você.

Seis meses e dois dias depois, quem estava em Porto Monte, de braços cruzados esperando o Luciano? A noiva. E ele teve de desembarcar. E veio o Jaime para substituí-lo. Lá em Porto Monte, embarcou um chileno e, quando ele chegou a bordo, o Vilfredo entregou a ele um livrinho de "Regras e Regulamentos". E ele estranhou aquilo e disse que nunca tinha visto regras e regulamentos em um veleiro. E ele começou a ler, e disse:

– O que é ética?

E Vilfredo falou para ele:

– Jaime, você está representando uma expedição brasileira. O seu comportamento, quando você desembarca em terra, vai refletir em todos os outros tripulantes a bordo. Aqui dentro desse espaço pequeno, ninguém tem tranca nas gavetas, então, dinheiro, objetos pessoais, fica tudo aí. Ninguém tira nenhum objeto do outro sem pedir.

– Ah! Compreendi!
Mas chegou num determinado ponto do livrinho que ele parou e falou:

– Impossível!

– O que é impossível? Disse Vilfredo.

– É impossível cozinhar. Em minha terra natal, no Chile, os homens não cozinham. Isso é uma coisa para minha mãe e para minha irmã.

– Aqui a bordo, todos os homens cozinham!

Mas ele disse que realmente era impossível. Aí Vilfredo pegou os documentos dele, devolveu e disse que sentia muito, e que ele não embarcaria. Ele parou, olhou para nós e disse:

– Senhor, meu sonho é navegar!

– Impossível!, disse Vilfredo.

Ele parou, olhou, deu uma risada e disse:

– Eu aprendo a cozinhar!

Quando Jaime disse que ia aprender a cozinhar, nós não tínhamos idéia do tamanho da encrenca que era. No primeiro dia, Jaime chegou à cozinha todo animado, colocou um avental, pegou uma panela com água, abriu um pacote de macarrão e jogou dentro da panela e acendeu o fogo. O David viu aquilo e achou que fosse uma maneira chilena de fazer o espaguete e perguntou a ele:

– Jaime, o que é isso?
– É assim que se faz espaguete.
– Você não vai esperar a água ferver?

Foi aí que vimos que entramos na pior encrenca. No dia em que o Jaime cozinhava, ele vinha todo animado, colocava um prato na mesa, e nós perguntávamos:

– O que é isso?
– É a surpresa do Chileno.

E bota surpresa nisso! Ninguém sabia o que era; emborrachado, salgado, queimado, um horror! Mas Jaime tem uma qualidade que para mim é fundamental, para uma pessoa que quer trabalhar dentro de um escritório, que quer trabalhar numa equipe. Jaime sempre tinha esse sorriso e de elogio todo mundo gosta. Jaime gostava de elogios, mas quando era criticado, em vez de ficar zangado, ele nos olhava e dizia:

– Como posso ser melhor? Como posso ser diferente”?
E ele, automotivado, aprendeu a cozinhar. Passou dois anos a bordo e se tornou um excelente *chef*. Quando, no final da expedição, ele teve de voltar para sua terra natal, Vilfredo falou:

– Jaime, agora você volta para sua terra, e faz um belo de um banquete e mostra a sua família o que você aprendeu.

Ele olhou muito sério para nós e disse:

– Impossível! Na minha terra os homens não cozinham.

Eu olhei para Vilfredo e disse:

– Nossa! Que resistência às mudanças!

Isso é normal, como vimos com o Jaime. E ele foi embora. Passados quatro anos, recebemos um e-mail do Jaime:

– Tenho uma surpresa! Comprei um restaurante em minha terra natal, e eu sou o *chef* cozinheiro.

Vilfredo e eu rimos muito e pensamos, quantas vezes, no dia a dia, na nossa vida pessoal, na nossa vida profissional, nós vamos colocando barreiras e deixamos de progredir. Isso acontece não só na nossa vida pessoal, mas também dentro da nossa empresa?

E foi assim que nós tiramos as lições do que é fundamental para uma equipe de alta performance. São esses elementos, esse conjunto, que fazem um barco navegar. Mas o barco não chega a porto nenhum sozinho. Ele pode ter uma equipe, mas precisa ter alguém com força, com coragem e que realmente entenda do comando. Por isso, eu passo a palavra ao meu Capitão.

Vilfredo Schürmann: Devo confidenciar a vocês que, quando nós saímos na primeira viagem, minha política era totalmente verticalizada. Eu era o pai que entendia tudo, e ninguém entendia nada. Desde que chegamos à Polinésia Francesa e que fomos passar por um local com muitas ilhas coralíneas, e que você quase não enxerga e tem canais com correntes violentíssimas, eu fiquei duas horas analisando a carta náutica para fazer uma navegação perfeita. De repente, deu um *click* e eu pensei: vou chamar toda a tripulação e vou pedir a opinião de cada um dos tripulantes. E eu mudei o lugar por onde eu ia passar. Até teria condições de passar por ali, mas teria certos riscos e eu mudei a rota em função do *feedback* dos tripulantes. Como é importante dentro da empresa termos essa equipe motivada dando *feedback* para você decidir! Você decide com muito mais tranqüilidade.

Outra coisa que é muito importante é a hierarquia, no momento de você passar o bastão. É um momento muito importante quando a pessoa tem conhecimento de uma lei, tem conhecimento profundo. Mas, mesmo você estando lá em cima, você tem de escutar essa pessoa. Isso aconteceu com David nosso filho. Nós estávamos subindo na Patagônia, a Kat com dezessete quilos nas costas, seiscentos metros de altura, eu e a Heloisa subindo, e a equipe toda filmando toda a subida. Quando chegamos lá em cima, nós estávamos muito cansados; descansamos um pouco e eles disseram que queriam nos filmar descendo, e lá foram eles filmando. Quando nós chegamos lá em baixo, o David estava, naquele momento, como diretor de filmagem. Ele tinha conhecimento e pediu que subíssemos novamente porque ele queria outra imagem lá de baixo. Eu poderia ter dito: "Olha, quem manda aqui sou eu, estou muito cansado, e não vou subir coisa nenhuma!" Mas eu sabia que ele queria o melhor para o nosso produto, que eram nossas imagens. Realmente, estávamos muito cansados, mas fizemos a operação.

Como vocês podem ver em algumas imagens que mostramos, há lugares em que o mar está calmo, tranqüilo, como no mercado também. Às vezes o mercado está estável, a economia está fluindo bem, mas tem momentos difíceis, e aqueles que estiverem preparados para esses momentos difíceis, ou seja, aqueles que estiverem capacitados, esses é que vão subir com maior tranqüilidade. Dentro de um barco. é a mesma coisa. Num barco, realmente, você tem momentos difíceis, como tivemos quando passamos por uma tempestade violenta na Nova Zelândia. Mas o mais importante para nós é a qualidade contínua. Para vocês terem idéia, nós temos de buscar coisas diferenciadas para o nosso produto. Antes de iniciarmos nossa viagem, um ano antes, fomos a Brasília para pedir autorizações para filmar em vários lugares e, quando íamos com o projeto, o pessoal dizia:

– Nós não temos dinheiro!

E eu respondia:

– Eu não quero dinheiro, eu quero autorização porque estou filmando em pelí-

cula, e nós precisamos de importação e exportação e queremos ter facilidades.

– Isso é muito fácil. Quando vocês vão chegar ao nosso país?

– Daqui a quatro anos.

– E vocês já estão querendo isso agora?

– Sim. Viemos agora porque, quando estivermos em seu país, nós queremos ter essas licenças em mãos. E assim conseguimos pegar as cartas de recomendações.

Heloísa e eu falamos quatro idiomas, mas temos condições de dialogar em sete dialetos. Como foi importante respeitar a cultura de cada país! Chegar à Polinésia e cumprimentá-los no idioma deles, procurar conversar com eles em seu próprio idioma. Isso era de grande importância: o respeito às culturas diversas.

Além de ler muitos livros, nós estávamos em Samoa, e lá gordura significa formosura; quanto mais gordo é o homem, mais atraente é para as mulheres porque gordura significa poder e prosperidade. Outra característica diferente é que todos os homens e mulheres usam canga. E nós estávamos na feira livre, porque aquilo que os livros não contam você fica sabendo nas feiras livres, nos mercados. Então, às cinco horas da manhã, nós acordávamos e íamos fazer nossas pesquisas nas feiras: Como é isso? Como é aquilo? E aí nós perguntamos:

– Existe algum lugar aqui em que as pessoas vivem como os ancestrais de vocês viviam há cinqüenta, cem anos?
E uma pessoa nos disse:
– Existe sim, do outro lado da ilha.
Era uma ilha de mais ou menos sessenta quilômetros. Então, eu disse:

– Então, vamos de barco.

– De barco não dá para ir. O senhor tem de alugar uma coisa.

– Que coisa? Me explica o que é essa coisa.

– O senhor vai ver.

Quando vi, o carro que era para alugar era um carro cortado no meio, que só tinha o chassi, um banquinho de madeira, o câmbio e a direção. E lá fomos nós, com nossa câmera. Quando parávamos nas vilas, o pessoal vinha direto na câmera e queriam saber o que estávamos fazendo. Nós dávamos um tempo e depois íamos filmar a vila toda. Uma vez, chegamos a uma vila e não vimos ninguém. De repente, vi uns homens de canga preta, umas mulheres correndo com esteiras na mão e achei aquilo estranho. Então, eu perguntei a um jovem o que estava acontecendo, e ele disse:

– O chefe morreu.

Nós tínhamos lido muito sobre a vida deles. Era totalmente diferente quando morria alguém lá. Eles trocam presentes. A mulher do chefe tece esteiras, durante toda a vida, e depois, quando o marido morre, ela presenteia as pessoas. É uma solenidade belíssima. E a troca de chefe também. Foi quando eu falei para a Heloísa que não podíamos perder aquela cerimônia e pedi a ela que deixasse a câmara ligada. Eu peguei uma canga preta, coloquei um colar de conchas que eu havia ganhado de um chefe polinésio e fui em direção a essa casa de reuniões. Fui meio ressabiado, devagar. Quando cheguei ao meio do caminho, eu parei e pensei: Será que eu vou? Será que estou interferindo na cultura? Mas o rapaz disse que podia ir. Bem, aí tomei coragem e lá

fui eu, mas cada vez mais devagar. Quando eu cheguei mais perto, todos olharam para mim. Nesse momento, a pessoa que estava discursando imediatamente olhou para mim e rispidamente perguntou o que eu estava fazendo ali. Eu disse a ele que estava vindo do Brasil e usei o mesmo tom ríspido usado por ele. Eu disse que estava querendo levar a cultura do povo dele para o meu povo. Eu já ia me sentando, mas me lembrei que um chefe polinésio havia me dito para nunca passar na frente do chefe, que é uma falta grave. Eu dei a volta e vi um semicírculo, um local para eu me sentar. Eu pensei: "Pronto! Esse é o meu local". Quando eu me sentei, começou uma gritaria. Eu pensei em sair correndo. De repente, ele se levanta e começa a discursar. Para o meu desespero era tudo samoano. Ele gritava e gritava, e dizia: Brasil. Gritava e gritava e dizia: Brasil. Na terceira vez que ele falou Brasil, fez-se silêncio total. E todos se reverenciaram para mim, com uma admiração, e não falavam nada, e eu não sabia o que fazer. Minha adrenalina estava lá a mil, não dava nem para colocar as mãos no bolso porque a canga estava em cima da bermuda. Eu tomei a iniciativa e fui perguntar para esse chefe o que houve. E ele rispidamente me disse que eu jamais poderia ter feito o que eu fiz. E eu perguntei o que eu havia feito. Ele disse que eu havia cometido uma falta muito grave. Eu já desesperado, insisti em saber o que eu havia feito. Foi quando ele me disse que eu havia me sentado em meio aos grandes chefes que estavam ali, e que flui uma energia de mais de cem anos. Ele disse que eu cortei essa energia. Mas, como eu estava vestido igual a eles, ele falou que eu era um grande chefe no Brasil e que as energias iam continuar a fluir sem problema nenhum.
Olhe, esse era um verdadeiro líder. É por isso que eu digo que precisamos respeitar as culturas. Você tem de respeitar o cliente a quem você vai vender o seu produto. Como é importante saber o que esse cliente faz! Porque, quando você dá uma volta do outro lado, você está vendendo o seu negócio com muito mais facilidade. Foi o que aconteceu conosco.

Heloísa Schürmann: Dentro das diretrizes das nossas expedições, a comunicação é fundamental. E quando eu falo em comunicação, ela tem que ser clara e precisa. Nós damos turno de quatro horas cada um no leme, e aquelas quatro horas são de minha responsabilidade. Quando eu estou lá, eu tenho que anotar todos os elementos: se rasgou uma vela, a previsão do tempo, se passou um navio, se falei com o navio, e quando a pessoa vem para nos substituir, eu digo:

– Olha, o rumo que estamos seguindo é um, meia, zero. Por que não falo cento e sessenta? Porque se tem muito vento, ou a pessoa não entende essa comunicação, nós podemos nos desviar da rota e, pouco a pouco, acabar nos corais durante a noite, como vimos aquele barco. Então, para nós, a comunicação tem que ser clara e precisa. E também a comunicação que nós fazíamos com a nossa equipe de terra. A nossa equipe de terra tinha de estar bem alinhada em todos os sentidos; eles tinham de estar com a mesma sinergia e o mesmo comprometimento. Quando estávamos na Ásia, durante o dia, e no Brasil, durante a noite, nós tínhamos pessoas que estavam lá alinhadas com nossos objetivos. Então, na nossa empresa, utilizando todos os meios, a comunicação continua sendo fundamental para o sucesso de qualquer empreendimento que fazemos.

Vilfredo Schürmann: Como eu estava falando para vocês, no mar nós temos momentos tranqüilos e momentos

Palestra: Inovar e ousar na busca do sucesso - platéia

difíceis. É importante você se preparar em terra antes de sair para o mar. Nós tivemos a pior experiência no mar. Heloísa e eu somos radioamadores. Nós estávamos na Nova Zelândia, esperando o inverno, esperando uma janela para sair. Realmente, lá a meteorologia muda muito rapidamente e os ventos são muito fortes. Estávamos esperando surgir uma janela, com um radioamador que era aposentado da Marinha da Nova Zelândia, meteorologista. Saímos. No momento em que nós saímos, vento tranqüilo, mas chegou no segundo dia uma emergência no rádio, no momento em que fui atender o John me disse: "Vilfredo, eu não tenho uma boa notícia para você. Está chegando uma das maiores tempestades do inverno da Nova Zelândia. Os carneiros estão congelando nos pastos da ilha sul. Sei que você não tem mais volta para se abrigar; te prepara que vem muito vento". Bem, preparamos o barco, colocamos uma vela de tempestade na proa, baixamos as outras velas, colocamos uma vela bem pequena, e esperamos. Realmente, o vento veio com muita intensidade; tivemos ventos de cento e trinta e cinco quilômetros por hora e tivemos ondas de até dez metros de altura. Nesse momento, quando você tem essa onda tão alta, a tendência do barco é entrar nela como uma prancha de surfe. E você tem uma tendência de atravessar o barco porque o vento força juntamente com as forças das ondas, e você tem que trabalhar na roda de leme para não acontecer isso. Normalmente, nós ficamos de vigília durante quatro horas, mas, nessas condições, ficamos apenas duas horas. E não podemos ficar duas horas e meia, não. Só duas horas, porque quando te bate o cansaço, a fadiga, as reações são lentas. Nós temos uma disciplina muito grande. Eu estava na roda de leme de madrugada, e era a vez da Heloísa. Eu a chamei, ela me respondeu, mas eu não escutei. Tirei meus dois cintos de segurança, coloquei no piloto automático e fui lá para baixo. Quando cheguei lá, ela estava no fogão fazendo chocolate quente, e eu disse: "Cuidado com a água quente!" E nesse momento escutamos um barulho seco. Perdemos os seis cilindros de mergulho. Num instante, logo em seguida outro barulho ensurdecedor, e o barco parou. No primeiro momento, pensei que tínhamos batido numa baleia, no segundo momento, eu pensei que tínhamos batido em um container. Nós perdemos um casal de amigos nossos. Eles pegaram ventos de cento e oitenta quilômetros por hora, e um navio perdeu dezoito containeres na mesma rota que eles desapareceram. Ou seja, o barco deve ter batido num container aberto, porque era um barco de fibra. O nosso é de aço e tem comportas para a água para não sair para o outro compartimento. Naquele momento, eu saí correndo, coloquei o cinto de segurança, e fui ver o que tinha acontecido. Os dois mastros tinham caído. Vocês vão me perguntar se eu tive medo. Meu conceito de medo é o seguinte: todos nós temos medo, uns mais e outros menos. O que jamais pode ter é pânico no mar. No pânico, você não raciocina. Por isso é que os nossos treinamentos foram importantes, cada um fazendo uma operação. Heloísa ficava só olhando para as ondas; os mastros quebrando em cima do barco, de aço. E por que aconteceu? Um cabo de aço, que vai no topo do mastro rompeu. Vocês vão dizer: "Mas com todo o planejamento!" Sim. Antes da nossa saída, eu fiz uma vistoria em todos os cabos de aço e um deles estava comprometido em vinte por cento, eu mandei trocar todos, coloquei tudo novo. O que aconteceu? Ou o operador errou, ou a máquina não prensou bem o cabo de aço e, com a pressão do vento na vela,

ele soltou o mastro de trás e caiu. Esse cabo está ligado no mastro da frente. É um cabo de aço de doze milímetros e, como um efeito dominó, puxou o outro mastro. Nós estávamos numa situação de extrema pressão. Era uma situação em que eu tinha de tomar decisão imediata. A primeira coisa que fiz foi tentar resgatar os mastros que estavam todos no fundo do mar, mas não conseguimos. Então, cortamos o que restou e foi tudo para o fundo do mar. Era um prejuízo de mais de 60.000 dólares, mas, naquele momento, a vida da tripulação era mais importante do que as coisas materiais.

Eu tinha de tomar uma decisão imediata. O que fazer? O melhor é descer as ondas indo em direção às ilhas que estão a setecentas milhas. Mas o problema é que nós estávamos com autonomia de quatrocentas milhas, no motor; e nós estávamos a trezentos e oitenta milhas da Nova Zelândia. Decisão imediata, voltar para Nova Zelândia. Mas voltar para Nova Zelândia era voltar contra a tempestade, o barco subia e descia. Depois de quatro horas, eu peguei a carta náutica e fiquei apavorado. Nós estávamos sendo jogados para cima de um banco de areia que tinha trinta e cinco ou quarenta e sete metros de profundidade. Não tinha problema com o calado do barco. O grande problema em redor de um banco de areia é que as profundidades são abissais e eu tinha lido das grandes ondas que se formam. E realmente, estava na roda de leme, uma onda acavalou na outra, o barco foi subindo, subindo como um carrinho de montanha russa. Muitos de vocês viram o mar em fúria, foi numa situação dessas em que eu pensei que fossemos capotar de proa a popa, e íamos ficar com vinte cinco toneladas em cima da nossa cabeça. O barco estava todo fechado. O nosso barco tem cinco toneladas de chumbo e ele pode virar, chegar até cento e dez graus, com a quilha para cima e os mastros para baixo. Ele é como um João Bobo. Se estiver tudo fechado, é como uma garrafa com rolha; ele sempre volta. Bem, quando ele caiu cinco metros, eu parei. Eu tinha levado duas câmaras de ar, que eu disse que um dia íamos usar. Elas foram muito importantes. Se eu colocasse corda na roda de leme, as forças dinâmicas das ondas iriam estourar o leme, e aí nós não teríamos o leme também. Então, coloquei uma câmara de ar de um lado, a outra do outro lado e ficava flexível. Ficamos dois dias e meio assim. Fomos todos lá para baixo, até passar a tempestade. Entramos em contato com os radioamadores, eles disseram que já tinha uma fragata na Nova Zelândia para resgatar vocês. Eu disse que não era preciso, que o barco tinha condições de voltar para o porto. Por quê? Porque a fragata vinha e resgatava a tripulação e você tinha de abandonar o barco. O nosso barco estava seco. Em águas territoriais internacionais, se alguém achar um barco, ele passa a pertencer à pessoa que o encontrou. Então, eu disse: "Não. Nós vamos voltar com nossos próprios meios". Nós levamos dois dias e meio, da Nova Zelândia até onde nós perdemos os mastros. Para voltar, foram mais onze dias. Enfrentamos mais duas tempestades, mas, graças a Deus e à nossa valente tripulação, nós voltamos a um porto seguro.

Heloísa Schürmann: Eu costumo dizer que nosso barco é de aço, mas a nossa tripulação é de ferro. Em nenhum momento nós estávamos em perigo, mas em todos os momentos nós estávamos trabalhando juntos, navegando juntos para chegar de volta à Nova Zelândia.

Vilfredo Schürmann: Resultado de tudo isso: nós tivemos o nosso filme O

MUNDO EM DUAS VOLTAS. Para vocês terem uma idéia, começamos em 1997 e terminamos em 2007. Nós tínhamos visão de futuro em termos de gestão. Nós sabíamos que ia demorar todo esse tempo. Nós fizemos 120 horas de filmagem. Para se ter uma idéia, o filme Carandiru tem 20 horas e o nosso tem 120 horas. E nós caprichamos. Eu falo isso com muito orgulho porque foi, realmente, um trabalho de equipe. Ganhamos vários prêmios. Inclusive, a Heloísa, na semana passada, recebeu um prêmio do Festival de Cinema de Nova York, como Documentário. Isso é resultado, isso é equipe. Também vendemos nossos direitos para a Discovery e, na América do Sul, no México, nós tivemos um índice de audiência de 60%.

Mas nós tínhamos uma coisa muito importante também. O nosso fundo de quintal é o mar e nós temos de nos preocupar com o mar. Do litoral até duzentos e cinqüenta quilômetros, metade da população vive no Brasil. Todos os dias, no Brasil, são jogados cinco bilhões de litros de esgoto. Vocês sabem quanto é tratado? Apenas 5%. Nós temos hoje o Instituto Kat Schurmann, lá em Santa Catarina, e queremos levá-lo para toda a costa brasileira. Nós tratamos esgoto e 98% é reutilizado em banheiros e jardins. E temos também um trabalho com as crianças. É esse o nosso compromisso em termos de Brasil.

Heloísa Schürmann: Eu gostaria de levar vocês para navegar conosco.

Vilfredo Schürmann: Eu quero dizer para vocês que o sucesso das nossas viagens e expedições é o time, a equipe e a família que eu tenho.

Heloísa Schürmann: Eu termino aqui, agradecendo aquele Tripulante que está no meio de nós nos dando força nos momentos difíceis, mas também nos levando a conhecer um mundo muito privilegiado. Esse Tripulante, independente de qualquer religião, é Deus. Muito obrigada.

Vilfredo Schürmann: Muito obrigado.

Alcedino Gomes Barbosa – Coordenador: Eu queria agradecer à Família Schürmann, que traduziu de uma maneira bastante simples a sua história de vida, e mostrou como as suas vidas também mudaram. Espero que esse recado tenha sido bem entendido e que seja bem repercutido entre os nossos profissionais.

Quero agradecer a exposição dos nossos palestrantes, com a sua experiência de vida, com sua criatividade, com o seu desprendimento, tenho certeza de que mudaram as suas vidas para sempre. Espero que vocês também sigam esse exemplo. Agradeço a vocês de coração. Obrigado.

27 DE AGOSTO

18
CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

AUDITÓRIO ÉRICO VERÍSSIMO

2º FÓRUM NACIONAL DA MULHER CONTABILISTA

TALK SHOW ENTRE A ATRIZ JÚLIA LEMMERTZ E A ESCRITORA LYA LUFT, CONDUZIDO PELA JORNALISTA LEILA FERREIRA

Mestre de cerimônias: Bem-vindos ao 2º Fórum da Mulher Contabilista. Em nome dos promotores deste evento, registro os agradecimentos a todas as instituições parceiras que muito contribuíram para o sucesso deste fórum. Agradecimentos, em especial, aos patrocinadores que tornaram possível o êxito deste Congresso: Sebrae Nacional, Caixa Econômica Federal e Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas – Fenacon.

Antes do início dos trabalhos técnicos deste Fórum, lembro às senhoras e aos senhores, em nome da organização deste evento, que hoje é o último dia de votação para eleger o estado que almeja sediar o 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade. As urnas estarão à disposição dos congressistas no *stand* de votação, até às 18 horas. A cidade eleita será anunciada amanhã na Solenidade de Encerramento deste Congresso. Para os contabilistas que ainda não substituíram suas identidades profissionais, informamos, mais uma vez, que este serviço continua disponível no *stand* de emissão de carteiras. As novas carteiras serão entregues durante o evento. Portanto, substitua a sua.

Hoje acontecerá o jantar de confraternização, com o show da cantora Margareth Menezes. Lembramos que os ônibus para o *transfer* – Hotel, Expo-Gramado, Hotel – estarão circulando pelos hotéis a partir das 20h30min. Para acesso ao show é obrigatória a apresentação do convite impresso.

O Conselho Federal de Contabilidade, zelando pela sustentabilidade ambiental, contratou a empresa "Iniciativa Verde", que estará neutralizando todo o carbono emitido pelo 18º CBC, por meio do plantio de árvores. É o CFC dando exemplo de responsabilidade socioambiental. E, ainda, o Conselho Federal de Contabilidade une-se ao Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. Para tanto, está coletando, em seu *stand*, assinaturas para apoio ao projeto de lei, de iniciativa popular, sobre a vida pregressa dos candidatos, que os torna inelegíveis com condenação em primeira ou única instância, bem como aqueles que tiveram denúncias recebidas por um tribunal ou que renunciaram aos seus mandatos para escaparem de punições. Quem desejar colocar sua assinatura de apoio a este projeto, por favor, basta dirigir-se ao *stand* do CFC.

Bem, senhoras e senhores, nós vamos dar início ao nosso Fórum Nacional da Mulher Contabilista, em sua segunda edição.
É incontestável a crescente participação da mulher em todos os segmentos da sociedade. A mulher de hoje é mãe e executiva, galgando importantes cargos no

Júlia Lemmertz, Lya Luft e Leila Ferreira.

mercado de trabalho. Na profissão contábil, a mulher tem assumido uma fatia representativa no mercado de trabalho. Elas somam 146.000 profissionais, o que equivale a 37% dos 400.000 contadores e técnicos registrados nos Conselhos. O aumento da participação feminina na atividade empresarial favorece o desenvolvimento econômico e o progresso social. Por todas essas razões, o Conselho Federal de Contabilidade, sensibilizado com o crescimento do número de profissionais do sexo feminino atuando na Contabilidade, realidade observada a partir das universidades, com grande percentual de mulheres nos Cursos de Bacharelado em Ciências Contábeis e nos Cursos Técnicos, promove hoje o 2º Fórum Nacional da Mulher Contabilista.

É, portanto, com grande alegria, que o 18º CBC convida para coordenar o *talk show* deste Fórum Nacional da Mulher Contabilista a jornalista Leila Ferreira. Leila Ferreira é Graduada em Jornalismo e Letras e é Mestre em Comunicação pela Universidade de Londres. Trabalhou como repórter e apresentadora da Rede Globo e também como colunista do jornal *O Estado de Minas* e da Rádio Guarani FM. Atualmente, é colunista da *Revista Marie Claire* e apresentadora do programa "Leila Entrevista", transmitido pela Rede Minas de Televisão e TV Alterosa – SBT.

Senhoras e senhores,

Convido ao palco as talentosas e nacionalmente reconhecidas a atriz Júlia Lemmertz e a escritora Lya Luft. Para a sua saudação à platéia e, em especial, às ilustres convidadas desta manhã; com a palavra, a jornalista Leila Ferreira.

Leila Ferreira: Bom-dia a todos. Eu vou deixar aqui este relógio antipático para me controlar, mas a gente sentar aqui com essas duas mulheres com um relógio na frente é tortura. É uma alegria estar aqui com vocês neste 2º Fórum Nacional da Mulher Contabilista. Eu gostaria de agradecer imensamente ao CFC pelo convite, em especial, à Maria Clara. Muito, muito obrigada pela confiança.

Tem gente que acha que eu vim a Gramado a trabalho e é melhor deixar as pessoas pensando assim, senão, eu vou matá-las de inveja. Na verdade, eu vim para conversar com essas duas mulheres. Imaginem se isso pode ser considerado um trabalho! São duas mulheres que cada um de nós aqui admira profundamente. Como é que a gente não vai admirar Lya Luft e Júlia Lemmertz?

Meu primeiro dever aqui é apresentar as duas. Se eu pudesse, eu diria apenas que Júlia Lemmertz é a Júlia Lemmertz e que Lya Luft é a Lya Luft. Dois artigos bastam para apresentar essas duas mulheres. Mas o Cerimonial determina a leitura dos currículos e o Cerimonial determina porque pode e eu obedeço porque tenho juízo. Então, vamos à leitura dos currículos:

Júlia Lemmertz é gaúcha, de Porto Alegre, atriz de TV, teatro e cinema. Ela atuou em 19 novelas, 15 filmes, 11 peças de teatro, 08 séries e minisséries e a sensação que eu tenho é que, à medida que eu estou lendo o currículo, ele já está ficando desatualizado. Ela é atriz exclusiva da Rede Globo, filha de grandes atores – Lineu Dias e Lilian Lemmertz – e casada com o ator Alexandre Borges, com quem contracenou em vários trabalhos, como a novela "o Beijo do Vampiro" e "Celebridades". Ela é mãe da Luiza, que está com 20 anos, e do Miguel, que está com nove anos.

Lya Luft é gaúcha, de Santa Cruz do Sul. Ela é escritora, colunista da *Revista Veja* e tradutora; para o português, já traduziu mais de 100 livros, entre eles obras de Thomas Mann e Virgínia Wolf. É autora de 19 livros, que eu recomendo que fiquem nas nossas cabeceiras, junto com aquele copo de água básico. Dentre esses livros, está o livro *Perdas e Ganhos*, que já vendeu mais de 600.000 exemplares. A Lya é casada com seu terceiro marido e tem três filhos, sete netos e tem também uma *bulldog*, e que é chamada "Emily" por causa da Emily Dickinson. Um dia, a Lya saiu para comprar um mamão e, em vez do mamão, voltou para casa com a *bulldog* Emily. Então, é com essas duas mulheres que eu vou conversar agora. Ontem à noite, eu tive o privilégio de me sentar com as duas para tomar um chá delicioso e comer um *struddel* como eu nunca tinha visto igual. Pela conversa das duas, eu fiquei sabendo que o livro *Perdas e Ganhos*, da Lya, vai virar peça de teatro e que a Júlia vai ser a atriz da peça. Está tudo nessa direção! Júlia, conta para nós.

Júlia Lemmertz: É um projeto. Para tudo na vida nós temos de ter projetos. Temos de projetar coisas que desejamos fazer. Na semana passada eu tive esse convite e tenho muita vontade de desenvolver esse projeto. Eu tive a sorte de conhecer a Lya pessoalmente, depois de ler seus livros. Depois de uma admiração à distância, há um tempo atrás, nós nos conhecemos no Rio de Janeiro, quando eu fui convidada para ler uns trechos do livro que a Lya estava lançando na Livraria Argumento, no Rio. Foi maravilhoso! Daí, nós tivemos esse contato mais próximo. Na verdade, quando um ator descobre coisas que gostaria de falar realmente é muito importante. Tem milhares de peças, de textos que eu ainda quero encenar e talvez uma vida não seja suficiente. Não dá tempo. Talvez, num determinado momento da vida, você precise de uma maturidade para fazer algum texto que você ainda não tenha. Então, eu falo de projetos, mas falo também do acaso. Muitos acham que não existe, mas acho que há coisas que estão destinadas a você. Eu espero que o livro *Perdas e Ganhos* esteja destinado a mim, no momento em que eu puder realizá-lo e que der tudo certo. Se for o meu destino fazê-lo, será um prazer imenso, ainda mais tendo a Lya ao meu lado, podendo conversar, podendo trocar idéias, podendo ouvi-la. É uma sorte você ter um autor vivo do lado e realizar um projeto desses.

Lya Luft: Quando compraram os direitos de *Perdas e Ganhos*, a primeira coisa que eu disse, há uns meses atrás, foi: "Não imponham uma meninota, gostosa, para fazer esse monólogo porque vai ser muito complicado. Eu quero uma mulher que tenha uma vivência, que tenha uma experiência, que seja uma grande atriz. Eu gostaria mesmo que fosse a Júlia Lemmertz". Eu nem sabia que já tinham falado com ela. É claro que vai depender do tempo da Júlia porque ela está ensaiando uma outra peça, mas, se der, acho que vamos fazer uma parceria legal.

Leila Ferreira: Nós podíamos começar esta conversa com uma pergunta que a Lya faz num dos livros dela. Nós temos tópicos e mais tópicos, mas, num de seus livros, a Lya pergunta o seguinte: "Nesse começo de milênio, nós somos tão diferentes das mulheres antigas? O que mudou em nós? Agora, tudo seria tão positivo como nos dizem? Será tão ruim como parece?". Como é que você

nos vê, mulheres de hoje? Depois, nós vamos falar dos homens, é claro.

Lya Luft: Sempre que a gente fala de uma mulher, a gente está falando dos homens, e vice-versa. Eu tenho umas teorias minhas e, como eu não sou antropóloga nem socióloga, eu posso falar todas as bobagens que quiser e fazer todas as defesas que eu quiser também. Eu acho que nós ainda temos dentro de nós muito do atávico, do bem primitivo ser das cavernas porque a mãe natureza nos pôs essa marca. A marca era exatamente que o troglodita tinha que sair para caçar e trazer comida para dentro da caverna e, ao mesmo tempo, espalhar sua semente no maior número possível de fêmeas jovens para a perpetuação da espécie. Isso a gente sabe. Não sou eu que estou inventando. A fêmea tinha que ficar na caverna, fazendo comida para o troglodita que ia defender as crias e cuidar delas para a perpetuação da espécie. Eu acho que nós ainda temos um pouco dessa marca. A nossa cultura botou muitas camadas em cima disso, mas, no fundo ainda existe essa e muitas outras diferenças que são saudáveis entre homens e mulheres. Na medida em que a mulher avançou e entrou no mercado de trabalho, e hoje pode assumir postos de comando, pode ser presidente, ministra, diretora de hospital etc., surgiram muitos novos problemas e dilemas que antigamente a gente não enfrentava. Então, eu acho que aconteceu algo de maravilhoso, que é a mulher se tornar um cidadão, ser considerada um ser pensante e capaz, mas há todas as complicações que surgem disso porque ainda existem os filhos, a família e assim por diante. Eu tenho uma filha médica que trabalha na emergência pediátrica de dois hospitais. Ela tem três menininhas. Para sorte nossa, ou maravilhosa escolha do coração dela, o meu genro é um daqueles homens que, embora trabalhe muitíssimo também, quando está em casa e ela está no plantão, ele dá banho nas menininhas gêmeas, que são pequenas, penteia seus cabelos e prende aquelas fivelinhas nos cabelos das filhas. Eu acho que isso é o máximo! É o homem *upgraded* em todos os sentidos. Os jovens homens de hoje em dia são muito mais parceiros do que antigamente e as mulheres também se tornaram muito mais parceiras. Às vezes me perguntam: "Você acha que o homem está assustado com a nova mulher?". Eu acho que os homens bobos estão assustados, mas os homens interessantes estão interessados nessa nova mulher. Eles estão interessados em ver quem é essa nova mulher. É a mulher saindo do seu exílio, no quarto, na cozinha, no canto da sala, com todos os problemas que surgem disso, mas os homens interessantes estão interessados: "Puxa! Tem um ser humano do meu lado, cheio de desafios para mim!". E vice-versa. Enquanto que aquele homem cuja mulher não faz nada e precisa sacudir os ombros e os cabelos de um lado para o outro para ver se a inteligência engata, no fundo, é um pobre coitado porque ele tem mais uma criança a arrastar pela vida afora. Eu já vou terminar porque eu falo demais, mas tem aquela famosa história da visita do anjo da morte, que me contaram e eu botei em um dos meus livros. Ela pode ser para homens e mulheres, mas como hoje tem mais mulheres aqui, eu vou contar como é no caso do homem. O homem estava muito chateado porque tinha discutido com a mulher e os filhos saíram atrasados para a escola porque ele perdeu a chave do carro. Ele procurou, procurou e, quando encontrou, já num humor de cão, bateram à porta. Ele atendeu e lá estava o anjo da morte e lhe disse: "Eu

vim te buscar". "Oh, cara, mas de jeito nenhum. Não tenho condição de largar minha vida agora!". O anjo olhou para ele, ficou com pena daquele grandalhão atrapalhado e disse: "Eu hoje acordei de bom humor e vou te dar uma chance, se você me der três boas razões para não te levar hoje". O homem, que era um bom negociador na empresa, pensou: "Estou feito!". Quando ele ia começar a falar, o anjo da morte disse: "Um momentinho. Você tem de me dar três boas razões, mas não vale dizer que é porque a tua mulher não sabe lidar com dinheiro, que teus filhos não estão preparados para a vida ou que os teus negócios estão desarrumados". Eu mesmo me pergunto que três boas razões eu daria. No caso da mulher, não vale dizer que o teu marido não sabe fazer um chá, que os teus filhos não têm com quem ficar e que teus pais idosos precisam de você. Então, eu tenho a impressão que todo o convívio masculino e feminino tem muito a ver com o quanto cada um de nós acha que vale. Quanto vale o meu companheiro, como ser humano? Eu acho que para um congresso de contabilistas é bem bacana falar sobre os valores, que não são os valores nem dos cálculos, nem do trabalho, nem do sucesso, mas os valores que temos dentro de nós. São esses valores que fazem com que, de repente, a companheira ou o companheiro tenham valores que não percebíamos antes. É por isso que é tão interessante olhar o outro. Todo o dia é um desafio olhar esse ser, essa pessoa com quem eu estou convivendo. Mas esse é um longo assunto.

Leila Ferreira: Põe longo nisso! Júlia, o que você acha desta nova mulher, deste novo homem que, ao mesmo tempo em que são novos, têm um punhado de coisas antigas, de coisas enraizadas? Eu acho que há tantos casais querendo tanto se entender, se acertar, mas a gente derrapa, escorrega, tropeça tanto, e você, danada, está casada com aquele homem há 15 anos!

Júlia Lemmertz: Quando a gente fala de uma nova mulher, eu acho importante pensarmos que as coisas não são assim de uma hora para outra. Elas vieram num caminho, numa progressão. Eu já sou de uma geração em que as mulheres já começaram a trabalhar muito cedo. Eu sempre fui independente, sempre tive a minha vida, a minha carreira, o meu trabalho. Mas, ao mesmo tempo, eu sinto que, para você construir uma família, você esbarra justamente nesse pedaço, que é o que cada um contribui para aquela família crescer. Só que, para isso, você precisa ter tempo. Se você trabalha loucamente, nunca está dentro de casa, como é que você vai criar filhos, como é que você vai ter uma relação? Então, eu vejo muito isso pelo meu sistema. Eu venho de uma família em que meu pai era ator, minha mãe era atriz e eles se separaram muito cedo, mas eu sempre tive uma noção muito forte de família. Vendo a minha própria família aqui do Rio Grande do Sul, meus tios e meus primos e mesmo a família do meu pai sempre fizeram com que eu tivesse vontade de criar uma família, independente de ser uma mulher independente, de trabalhar muito e de fazer três coisas ao mesmo tempo. Eu sempre pensei no desejo de constituir uma trupe. Os amigos, pessoas com quem você se relaciona ao longo da vida, acabam sendo a família que você escolhe. Muitas vezes, os amigos que você tem são mais fiéis e mais presentes do que a sua própria família. Isso é uma escolha. Mas criar o que vem de você é diferente. Como criar essas pessoas que estão nascendo e crescendo ao teu lado? Eu acredito sinceramente que a gente é escolhido pelos

filhos. Eles vêm para, de alguma forma, você também criar pessoas bacanas para o mundo, para melhorar o mundo, ou seja, de uma célula pequenininha, você poder contaminar o que está à sua volta. Então, pessoas bem criadas, pessoas que têm bons sentimentos, bom caráter, são pessoas que fazem a diferença. Isso é como uma onda que vai contaminando e propiciando uma reverberação de amor, de amizade e de carinho ao longo da sua vida. Então, com uma família assim, eu ia conseguir estar fazendo a minha parcela no mundo de coisas bacanas. Então, em relação a essa nova mulher, para mim, o que faz sentido é o início de tudo. É o parceiro que você encontra. Se você encontrar um parceiro na vida que possa dividir isso com você, é um sonho, é uma maravilha. Hoje em dia, isso é muito difícil porque ninguém tem muita paciência. Todo mundo quer o resultado rápido, quer passar um creme e logo ficar linda, que o cabelo fique logo maravilhoso com uma escova progressiva, então, tudo tem que ser rápido. Se você vai ser ator, você tem que fazer logo sucesso, tem que ser o mais conhecido e, na verdade, há todo um processo, há todo um aprendizado. Ao longo da vida, você vai aprendendo a ser melhor na sua profissão, você vai aprendendo a ser melhor na sua vida, a ser uma pessoa melhor. É um aprendizado que, infelizmente, acaba em algum momento. Sabe Deus se volta e a gente continua aprendendo, mas isso já é outra história, só que tem essa progressão das coisas. Então, eu vivo a minha vida de atriz, trabalhando, fazendo milhares de coisas, mas no momento em que eu estou em casa com os meus filhos, eu estou vivendo aquele momento. Eu tento viver as coisas no momento em que elas estão acontecendo para não pulverizar isso tudo. Um relacionamento de amor, de um casa, é exatamente isso. É você viver aquele dia. Eu não penso que eu vou estar com o Alexandre daqui a 30 anos. É claro que eu adoraria, seria o meu sonho, mas eu tento viver o dia de hoje. Se o dia de hoje for bom, o amanhã também vai ser bom. Você tem que pensar nessa progressão. Eu acho que é assim com todas as profissões, com todas as vidas, com todas as famílias. É importante a gente pensar no que estamos construindo, mas não ficar pensando no futuro. O presente é um presente, é uma dádiva. Você saber viver o agora, o presente é um troço muito especial. Por exemplo, estarmos hoje aqui, milhares de pessoas ouvindo a nossa conversa e nós falando sobre milhares de mulheres que têm as suas famílias, o seu trabalho, seus desejos, na verdade, é pararmos para pensar no outro, no seu semelhante, na pessoa que está ao seu lado. Pode ser o seu marido, o seu filho, a sua mãe, enfim. O importante é você ter essa percepção porque estamos todos no mesmo barco e vamos todos acabar da mesma forma.

Leila Ferreira: Eu vi umas entrevistas suas em que você falava sobre a sua família, a sua intrépida trupe, com quem você convive com esse amor todo. Eu achei interessante você dizendo que, às vezes, errar é inevitável, mas você faz o melhor que pode e dá o melhor que tem. Só que, você também precisa aprender a delegar. Ou seja, você não pode ser aquela mulher que dá conta de tudo, que faz tudo. Eu me lembro da Lya falando da "mulher maravilha", que é uma chata e que ninguém merece. Ou então, quando ela fala da mãe sacrificial, que é aquela mãe abnegada. Você fica atenta para não cair em nenhuma dessas duas ciladas.

Júlia Lemmertz: A cilada é pior que isso. É você achar que é capaz de tudo

e que faz tudo e cobrar do outro porque você se sacrificou. Essa é uma conta que você cobra.

Leila Ferreira: Você apresenta a fatura para o outro.

Lya Luft: "Eu que te dei a minha juventude, eu que me sacrifiquei tantos anos por vocês, eu que não dormi quando vocês eram pequenos!". Eu sempre digo que nós devemos faxinar nossas cabeças de alguns mitos, de algumas mentiras que nos atrapalham e que, às vezes, nos dão medo. Por exemplo, a mãe deve ser aquela que sempre se sacrifica. É lógico que nós nos sacrificamos pelos filhos quando é preciso, mas não com a pose, com a performance de que sempre foi uma mãe muito sacrificada porque, um dia, fatalmente, você vai cobrar de seus filhos, ainda que não seja por palavras, mas por um olhar, enfim. Você acaba dizendo: "Agora que eu estou tão sozinha!". É aquela história toda. Ou, então, a "santa esposa" em casa, que nem é um ser humano, é uma entidade colocada em cima de um pedestal e que, em geral, há muitos anos já não quer transar com seu marido e sabe quem por causa disso, ele tem uma amante, mas manipula a culpa dele pelo resto da vida. Uma boa parceira, uma mulher leal, um casal honesto um com o outro. Isso sim. Há alguns mitos, como, por exemplo, que todo o velho é bonzinho. Isso não é verdade não. É claro que há muitos filhos que não são lá grande coisa, mas eu conheço muitos velhos e velhas que estão sozinhos e não é porque a família não presta, mas, às vezes, porque eles ficaram muito chatos, sempre cobrando, sempre amargos, sempre se queixando. Eu acho que o interessante dessa aventura de viver, de conviver, de homens e mulheres, de seres humanos, é estar sempre progredindo, estar sempre crescendo, ou você deveria estar sempre crescendo. Eu acredito firmemente que a vida não é uma série de perdas. Viver não é ir se degradando depois que o teu corpo não é mais maravilhoso, depois que você não está mais na plenitude da juventude. Eu acho que viver é ir se transformando. A sabedoria da vida começa quando a gente entende isso. Daqui a alguns dias, eu estou fazendo 70 anos e nunca me passou pela cabeça lamentar: "Ai, estou fazendo 70 anos!". A minha sensação é que eu vou conquistar 70 anos. Eu já passei tanta coisa na vida! Eu fiquei viúva muito cedo pela primeira vez, depois fiquei viúva de novo e estou agora no meu terceiro casamento. Eu até brinco com o meu marido: "Pelo amor de Deus! Não tussa, não espirre, não tenha dor de garganta!". É brincadeira. No entanto, eu estou aí com uma família bacana. Eu acredito mesmo que, sobretudo, na nossa infância, a família é aquele chão sobre o qual nós vamos caminhar o resto da vida. Se naquele ambiente familiar houver um clima amoroso, se houver mais carinho do que hostilidade, o chão da minha vida vai ser mais sólido e eu vou ter menos chance de quebrar a cara. Mas, se o ambiente onde eu nasço é de hostilidade, de omissão, de rancor, de frustração, eu vou caminhar o resto da vida sobre um chão mais esburacado e vou ter muito mais chance de quebrar a cara e de também fazer, na minha vida, novamente, um convívio assim. Hoje em dia, eu não gosto muito de falar sobre mulheres nem para mulheres. Eu não acordo pensando que sou mulher e, portanto, tenho direito a isso ou aquilo. Nós somos todos pobres seres humanos em transformação, carentes, ansiosos, às vezes, abandonados, mas, por outro lado, capazes de coisas maravilhosas. Aí, fica muito mais legal a gente começar a pensar que nós somos mulheres, homens, pessoas.

Leila Ferreira: Lya, como é que fica esse chão da família, quando pais e mães tentam ser eternamente jovens, da tribo dos filhos, nessa cultura que está endeusando a juventude, e os pais têm medo de parecer mais velhos e de impor limites?

Lya Luft: Depois, a Júlia, que está no ápice da juventude, no começo da maturidade, vai poder falar melhor do que eu. Outro dia, falava comigo um psicólogo de um grande colégio de Porto Alegre e ele me dizia: "Pois é, Dona Lya, quando nós temos meninos ou meninas mais problemáticos e nós vamos pesquisar, quase sempre são aqueles que, em casa, não têm pais. Eles têm um gatão e uma gatinha". Na verdade, nós estamos mergulhados numa cultura que endeusa a juventude e a beleza e há uma série de mitos que nos são transmitidos pela nossa cultura, pela nossa sociedade, por exemplo, de que só o jovem é belo, só o jovem pode amar, só o jovem pode se divertir, só a juventude e a beleza valem. A mulher tem que ser linda, atlética, inteligente, mas não demais para não assustar os homens. Minhas avós diziam: "Lya, para de ler. Você está lendo demais. Você não vai arrumar marido!". Essa era uma grande preocupação das minhas avós e das minhas tias. E como tem que ser o homem? Ele tem que ser poderoso, tem que ter vários cartões de crédito, carro do ano, freqüentar o melhor clube, ser supercompetitivo e bem sucedido. Tudo isso, sem falar na questão física, onde eu já fiquei exilada de saída porque tinha que ser linda, magra, aquela coisa toda. Então, isso vai nos minando, vai nos contaminando, sem a gente verbalizar. Nós não somos assim! Ainda temos que transar duas vezes por noite, ter dez orgasmos por noite, enfim, nós temos de ser muita coisa e tudo isso é mentira. A liberdade sexual, por exemplo, é mentira. Está todo mundo atrapalhado, todo mundo carente, cheios de receitas loucas de felicidade que nos dão etc. Então, ao acordar de manhã, você já quer se matar porque você não é nada disso, você é apenas uma pobre pessoa normal e isso faz muito mal para a gente.

Como é que a gente luta contra isso? Como é que a gente consegue ter um pensamento independente? Há uma expressão antiga de que eu gosto muito e que, no meu caso, não tem nenhuma conotação religiosa: "Você precisa ter vida interior". Você precisa ter uma bagagem, precisa ter alguns valores, precisa pensar: "Mas eu não sou assim, meu marido não é assim e meus filhos nunca vão ser assim". Isso é ir formando valores. Agora, para isso, a gente precisa, de vez em quando, parar para pensar. Quando você fala isso, as pessoas dizem: "Parar para pensar?". "Nem pensar! Se eu parar para pensar, eu desmonto!". Todo mundo já ouviu alguém dizer: "Eu não posso parar para pensar agora. Se eu parar para pensar, eu desmorono!". Por quê? Porque na nossa "sociedade do agito", da balada, do pertencer, do estar na turma, de estar na crista da onda, a gente confunde pensar e refletir com alguma coisa triste. Isso é engraçado. A gente tem horror à quietude. Hoje em dia, até em algumas praias tem alto-falante e pessoas fazendo ginástica. As festas de criança são dirigidas, enfim, é uma coisa estranha. A gente tem medo do silêncio e da quietude. Quando se vê uma criança quietinha, logo pensamos: "Esse menino está muito quieto, está doente!". Às vezes, o pobrezinho do menino quer ficar quieto, quer olhar um besourinho no chão, quer escutar o vento, sentir o seu espaço no mundo. Quando você vê um amigo que está quieto, logo diz: "Você está muito quieto, está deprimido, vai

tomar um Prozac, vai ao analista, pega uma amante, arruma uma namorada!". Então, eu acho que talvez uma maneira de lutar contra essa extraordinária superficialidade que está nos deixando tão carentes é pensar um pouquinho sobre o que queremos da vida: "Eu quero isso. Será que eu posso melhorar? Como é que eu vou agir?". Pensar é muito legal! Eu acabei de entregar para a minha editora um livro que eu fiz com o meu filho Eduardo, que é filósofo, chamado "Criança Pensa!". Eu fui criada numa educação um pouco severa e acho que eu devia encher muito a paciência da minha mãe porque eu falava, falava, perguntava, perguntava e, de vez em quando, a minha mãe dizia: "Lya, fica um pouco quieta porque eu já estou bem tonta! Vai perguntar para o seu pai". E eu dizia: "Mas eu pensei..." "Criança não pensa!". Então, esse livro, não é uma introdução à filosofia, mas é uma sementinha, é para crianças mesmo e se chama "Criança Pensa". A gente também pode começar a pensar. Meu pai dizia: "Cabeça não é só para separar as orelhas". É um exercício. É gostoso parar para contemplar, olhar, pensar. Às vezes, alguém me diz: "Como é que eu posso não ser pessimista! Estou com 80 anos, a minha família morreu e não tenho ninguém e a senhora fala que tenho que ter projetos e afetos! Que projetos eu posso ter?". O projeto pode ser passar num supermercado ou numa floricultura e comprar um lindo vaso de flores, colocar na sua frente e olhar para ele. Esse é um belo projeto. Muda a tua cadeira de lugar um pouquinho e em vez de olhar o muro do vizinho, você vai ver um pedacinho de um parque. Esse é um projeto. Só que a nossa cultura, que tem coisas maravilhosas, também tem algumas maluquices. Parece que para ser feliz, você tem que fazer um passeio pelas ilhas gregas, ter um apartamento em Paris, ter um marido ou um amante riquíssimo, ser a mulher mais gostosa da paróquia, ser importante! Não é isso.

Júlia Lemmertz: Parece que você tem que ter sempre grandes projetos. Eu penso muito naquela coisa do ganho. Estar vivo é um ganho! Chegar aos 40, aos 50, aos 60, ver seus filhos crescendo, ter netos, é um ganho! Chegar aos 70 anos assim e ser presente é um ganho. Você tem que pensar: "Que bom! Estou aqui!" Você deve ser mais respeitado, ter coisas melhores para fazer, ser enaltecido por isso. É uma coisa assustadora porque da época que eu comecei como atriz, há 20 anos, até agora, há uma enorme quantidade de revistas e de assuntos que não tinham naquela época. Você tem cinco ou seis revistas com assuntos que não querem dizer absolutamente nada. As pessoas vêm entrevistar você e querem saber da sua vida pessoal, o que você come, como é que você malha e não pensam em momento nenhum o que realmente importa. Temos que pensar que gente nós estamos formando. Nós estamos formando jovens e pessoas que estão realmente mais preocupados com a superfície da coisa. Tudo bem que faz parte da vida ler uma revista de fofoca, é divertido.

Lya Luft: Eu leio a *Revista Caras*, de vez em quando. Ontem, lá no hotel, eu estava lendo a Caras e uma moça chegou e achou meio estranho. Eu disse: "Eu quero ficar uma mulher culta, então, estou lendo a *Revista Caras*!". E encontro um monte de amigos lá na revista. Até eu apareço lá de vez em quando!

Júlia Lemmertz: Quando se fala em parar para pensar, eu acho que é um pouco o quanto você se alimenta de coisas que te interessam. É isso que faz

você chegar a uma idade, seja ela qual for. Você pode ter 40 anos e não ter interesse por nada. Você está mais interessado no que tem, como você parece e no que você gostaria de ser e almejar materialmente, e não ter nada dentro de você para dizer: "O que é que eu gostaria de ter como meta dentro de mim? Quantos livros eu li? A quantos lugares eu fui? Há livros que te levam a lugares impensáveis! Eu leio todas as noites para o meu filho e eu fazia isso com a minha filha também. Antes de dormir, eu leio um pedaço de um livro para ele, comento, e ele já sabe que a história vai continuar na noite seguinte. Eu levei muito tempo para retomar e fazer teatro por causa do meu filho mais novo porque eu pensava: "Meu Deus, eu vou perder aquele momento de ler para ele à noite." Eu fiquei uns seis anos sem fazer teatro para poder ficar com meu filho à noite e incutir esse prazer dessa viagem para ele. Então, são pequenas coisas que você vai cultivando dentro de você que vão fazendo você ter esse interesse pela vida. Você pode chegar aos 70 anos, 80 anos, com saúde, se Deus quiser, mas é importante que você mantenha esse interesse pela vida. Isso vai te fazer mais jovem, não no sentido da juventude estética apenas, mas do pensamento também. Você vê as coisas mudando. É chato encontrar alguém que sempre fala: "Ah! No meu tempo as coisas não eram assim!"

Lya Luft: Ou só falar em doença. Existem pessoas a quem a gente não pode perguntar "Oi, tudo bem?". Se você pergunta, ela vai dizer que está tudo mal. Então, você nem pergunta.

Júlia Lemmertz: Hoje em dia, eu já falo: "Mas, na minha época" e depois questiono: "Meu Deus! Eu estou falando a mesma coisa!".

Lia Luft: Quando a pessoa me diz "No meu tempo...", eu questiono: "Mas o teu tempo não é hoje?". Nós estamos tão despossuídos que nem o nosso tempo de hoje não é isso. Esse é um cacoete de todo mundo. Quando era o tempo? Era na juventude? Hoje não é mais o teu tempo? Isso é bem engraçado. Eu comento isso muitas vezes. Eu gosto muito de festas, mas faço muito pouco. Depois que eu fiquei viúva pela segunda vez, eu passei a ser uma pessoa muito mais recolhida. Eu sou uma pessoa muito feliz, com filhos, com as crianças, com bons amigos, mas eu sempre fui meio recolhida e fiquei mais ainda. Mas, no meu aniversário, eu sempre faço uma festa. Eu tinha dito que ia fazer um festão nos meus 70 anos. Quando chegou perto, eu pensei que fazer 70 anos já é uma coisa meio banal. Antigamente, fazer 70 anos era algo extraordinário, os filhos diziam: "Mamãe, você está fazendo 70 anos!". Era uma coisa meio solene porque, há muitos anos atrás, aos 70 anos a gente já era quase um dinossauro ambulante. Hoje em dia, de repente, não é mais assim. Eu pensei que não queria fazer uma festa enorme porque ter 70 anos é uma coisa banal hoje em dia. A nossa vida melhorou muito em muitas coisas e em outras a gente está capengando ainda, está sofrendo inutilmente. Essa questão da busca de um modelo de beleza ou da eterna juventude acaba provocando muita dor, sofrimento, mutilação. Às vezes, uma mulher vem falar comigo e eu a reconheço pela voz ou pelo olhar porque nada mais nela é dela. Aí, dizem que eu sou contra a cirurgia plástica. Não é verdade. Quando eu fiquei viúva pela primeira vez, eu tinha 49 anos e, depois de meio ano, eu tinha a cara de 70 anos. Eu desmontei! Depois de um ano, um grande amigo meu que era cirurgião plástico me disse: "Lya, vamos fazer um pequeno lifting porque

não dá nem para olhar para a tua cara. Você está com uma expressão tão triste!". Depois de um certo tempo, eu fiz um pequeno lifting e, em vez de parecer ter 79 anos, aos 50 anos, eu parecia ter 60 anos, ou seja, já melhorei um pouco. Agora, a obsessão causa um sofrimento extraordinário e, às vezes, não tem um médico compassivo que diga: "Eu não vou te operar mais porque você já está quase um monstro!". Então, muita energia vital se desgasta só para você ser interessante porque você está querendo imitar modelos inacreditáveis. Por exemplo, a mãe da Júlia Lemmertz, a Lillian Lemmertz, foi uma das mulheres mais lindas que eu conheci. Ela teria hoje 70 anos. Eu não posso imaginar a Lillian a não ser como uma belíssima mulher de 70 anos. Ela poderia, eventualmente, corrigir uma pequena coisa, mas ela certamente não ia querer, aos 70 anos, parecer ter 30 anos. Então, eu acho que essa é uma questão de sabedoria de vida. Quando se fala em interesse, eu também batalho muito pelo interesse pelo outro, pelo teu parceiro. Eu vejo que, muitas vezes, quando os homens estão desinteressados pelas suas mulheres, são mulheres muito negativas com relação aos seus maridos. Mulher é um bicho danado! Abram o olho com as mulheres. Outro dia, eu estava no Aeroporto de Porto Alegre esperando o meu marido e do meu lado, na sala de espera, estava uma mulher jovem, de vinte e poucos anos, com uma filhinha bonitinha de quatro ou cinco anos. Quando começaram a sair as pessoas, de repente, ela disse para a menina: "Olha lá o boca aberta do teu pai!". Eu fiquei tão triste e até agora a raiz do meu cabelo fica toda de pé quando eu me lembro disso. Eu fiquei muito triste. Depois, veio o pai, bem jovem, pegou a filhinha no colo, beijou, abraçou. Eu fiquei pensando: "Que valor essa mulher tão jovem está passando para a sua filhinha! Como é que ela está apresentando a imagem do pai para aquela criança?". O homem entra na vida das crianças porque a mulher lhe abre a porta. Eu estava conversando há pouco sobre mulheres que se separam e passam o resto da vida envenenando os filhos contra o pai. Então, o interesse humano pelo outro também deve ser pelo marido, pela mulher, pelo filho. Quem é essa criança? Quem é esse adolescente que está na minha casa? Qual é o desejo dele? O que é que ele quer fazer? Como é que ele é? Não adianta ficar só reclamando e se queixando. Eu acho que muitos casais vivem muito mal porque deixaram de ver o outro como um indivíduo, com necessidades, com tristezas, com solidão.

Leila Ferreira: A gente vê tanto essa coisa do receituário que você fala, tem receita para tudo, manual para tudo. As mulheres hoje estão tão preocupadas em tentar segurar os parceiros, como se isso fosse possível. Segurar parceiros é das coisas mais melancólicas.

Lya Luft: Várias revistas dizem o seguinte: "Como fazer um sexo oral enlouquecido para segurar seu marido". Isso é de matar! Ou, então, anunciam cursinho para jovem mãe ou mulher grávida para aprender a amamentar. Será que nós estamos precisando fazer um cursinho para aprender a segurar uma criança? A raiz do meu cabelo fica toda em pé porque, para mim, isso é muito preocupante. Há mulheres jovens que vão à emergência de um hospital para as enfermeiras cortarem a unha do bebê porque elas têm medo. Nós estamos tão afastadas do nosso bom senso! Nós não nos escutamos mais.

Júlia Lemmertz: Quando eu tive a minha primeira filha, a Luiza, que hoje

está com 20 anos, na época em que eu engravidei, eu tinha 24 anos e a minha mãe tinha morrido um ano antes e eu realmente estava sem pai nem mãe porque meu pai estava em São Paulo, eu estava no Rio de Janeiro e a minha família aqui no sul. Graças a Deus, a tia Sônia, na época do parto, fez o papel da minha mãe e foi para o Rio, mas antes disso, eu pensava: "Meu Deus! Como é que eu vou fazer? Como é que eu vou saber?". Eu fiquei um pouco perdida. Eu tinha um amigo pediatra, que é meu amigo até hoje, e logo no início da gravidez eu fui falar com ele sobre todas essas questões e ele me disse: "Posso te falar uma coisa? Mãe sempre sabe. Confia no seu filho. Vai na sua!". Essa frase ficou na minha cabeça e eu me lembro que, quando a Luiza nasceu, eu pensei no ato: "É óbvio!". Você não sabe nada, mas, naquele momento em que você gerou aquela criança e pariu, alguma coisa acontece e se você se conectar realmente com a natureza, você sabe. Você vai saber discernir um choro do outro, se não souber, vai aprender ali naquele momento. Para mim, aquela conexão foi fundamental. Eu tenho um pouco isso com os meus filhos. Tem a amizade, amor, enfim, mas tem uma conexão impressionante. Mãe sempre sabe. É bacana você não perder isso nunca de vista. Não quer dizer controlar os seus filhos, não quer dizer você estar em cima deles, sufocando-os. Não é isso. É você estar atento. Você tem uma conexão com aquela pessoa para o resto da vida. Você pode não abrir essa porta, pode não considerar esse vínculo, mas que ele existe, existe. Agora, a mulher também pode estar mais interessada em si mesma do que no próprio filho porque nem todas as mulheres nasceram para serem mães. Nem toda a mulher tem instinto maternal, mas, na hora, você vai saber o que fazer. Eu me lembro que o meu filho do meio – que hoje é um homem grandalhão, de dois metros de altura, que mora no Mato Grosso, administra a fazenda e é pai de família –, quando ele tinha uns sete anos, me disse: "Mãe, quando eu crescer eu quero ser padre". Ele tinha um tio padre e eu brincava: "Por que você quer ser padre? Milico e padre eu não quero na minha casa!". E ele me dizia: "Mãe, porque quando eu crescer, eu não sei o que vou fazer com a mulher". E eu dizia: Ah! "Meu filho, na hora você vai saber." Ele tinha sete anos e estava falando bem sério. Ele estava apavorado. Devia ter ouvido alguma besteirada. Então, eu acho que também no convívio homens e mulheres, você esquece um pouco de olhar para o outro. É importante olhar para o outro com uma certa simpatia e não só com cobrança.

Leila Ferreira: Pois é. Eu ia chegar justamente a esse ponto. Nesse receituário todo, tem essa coisa da sexualidade, curso de *strip-tease*, *lingerie* de renda preta.

Lya Luft: O seu livro tem umas coisas maravilhosas. Eu estava lendo o livro dela e é maravilhoso!

Leila Ferreira: Olhem que delícia! Ela elogiou meu livro! Eu ganhei o dia, o mês e o ano. Obrigada.

Lya Luft: Coitadas de todas nós!
Leila Ferreira: Pois é. O coitado do homem chega a casa, cansado, querendo ficar sossegado e vem a mulher que fez curso de *strip-tease*, começa a tirar a roupa, sem querer tirar e ele olhando sem querer ver, isso é muito triste.

Lya Luft: Achando um porre aquilo tudo!

Leila Ferreira: Exatamente! Então, fica tudo muito louco!

Júlia Lemmertz: E o tempo que se perde com isso! Você perde um tempo precioso!

Leila Ferreira: E o tanto que a mulher dá cheque pré-datado para fazer o curso de strip-tease e para comprar lingerie, criar esse teatro todo e, às vezes, esquece disso que a Lia estava falando, e que é o mais importante de tudo. É você ter um homem ali ao seu lado, que você trata como companheiro, com carinho, com respeito, e que você ouve.

Lya Luft: É impressionante a perda de tempo e a angústia burra, mas real, que essas coisas causam.

Júlia Lemmertz: Eu acho que o mais importante disso é você olhar seu parceiro, ser cúmplice, ser presente, mas também pensar que cada um de nós é um universo. Você tem que dar espaço para o outro ser e estar. Pelo fato de você ter casado com alguém, não quer dizer que você é uma pessoa só. Você continua sendo um e o outro. São dois. Você tem que ter esse respeito pelo espaço do outro, pelo outro ter o seu momento de solidão, ter o seu momento de mau humor. Ninguém acorda todo dia bem humorado. Você tem que se dar ao direito e dar o direito do outro de ser como ele é. Pelo fato de estar junto, você não pode exigir que o outro seja do jeito que você imagina que ele deve ser, que ele tem de se modificar. Num casamento, isso é a morte porque você quer que ele se encaixe num modelo que você idealizou. Logo nos primórdios do namoro, você achou que ele era o homem ideal porque era assim e assado. Só que as pessoas vão mudando.

Lya Luft: E a gente vai conhecendo o outro também. Na medida em que a gente muda, a gente também vai conhecendo o outro, ou desconhecendo o outro.

Júlia Lemmertz: É isso. Não existe receita. E os casamentos se desfazem porque, num certo momento, você não reconhece mais o outro, não se reconhece na relação e a coisa acaba. Mas eu acho que não existe mais esse tempo. Você tem que ter o seu espaço. É uma delícia! Quando eu percebo que a gente está cada um fazendo a sua coisa, ou seja, que a minha filha fazendo uma coisa, o Miguel fazendo outra, o Alexandre está fazendo outra, e eu vejo que nós estamos todos juntos, mas cada um está no seu momento, no seu espaço. Isso é o nirvana. Para mim é o paraíso.

Leila Ferreira: Pois é. Agora, eu acho que nós mulheres, às vezes, perdemos de vista essa possibilidade porque a obsessão pela estética é tão grande que eu acho que ela está ocupando os cantos todos. A mulher fica naquele esforço gigantesco para emagrecer porque ela acha que, emagrecendo, ela já fez a parte dela no casamento.

Lya Luft: Eu tenho amigas que dizem: "Mas a Lya arruma cada vez um homem mais bonito! Como é possível?". Eu não quero te interromper, mas eu queria falar uma outra coisa porque eu acho que tem muitos assuntos novos e interessantes nessa transição. Eu não gosto da expressão "nova mulher". Eu acho isso uma bobagem. Mas na transformação da nossa sociedade, da nossa cultura, a relação da mulher com o poder é uma coisa nova e muito interessante e que todas nós temos que descobrir, nem que seja o pequeno poder de ganhar o seu salário. Há muitas mulheres que ganham mais do que os maridos porque são profissionais muito competentes e, por acaso, têm um emprego que paga muito bem. Muitas vezes, no fim do mês, essas mulheres entregam o seu dinheiro para o marido administrar porque se julgam incapazes,

ou porque acham que ele vai ficar chateado, e talvez ele fique. Como é que uma mulher, que é dona de uma grande empresa, é diretora de um grande hospital, vai exercer o seu poder se ela ainda tem muito poucos antecedentes? Nós temos muito poucos antecedentes de mulheres poderosas. Estou falando poderosas no sentido positivo, ou seja, mulheres que exercem um poder. Dinheiro é um poder. Por exemplo, um cargo te dá poder, além do poder primitivo e estranho que a mulher já exerce, mas isso é assunto para outro congresso. Como a mulher ainda não tem muitos modelos, a gente está procurando ver no mundo inteiro como é que a mulher exerce o poder. Primeiro, ela tem que cuidar para não ser uma caricatura de homem. Como é que ela vai competir com os homens no mercado de trabalho? Tentando ser um homem, ela vai ser uma caricatura de homem. Como é que ela vai fazer? Exercer o poder com doçura também é besteira porque vai se ferrar logo de saída porque o mundo do trabalho é cruel. Então, tem coisas superinteressantes para a gente pensar e refletir. O mundo, que por um lado é cruel e horroroso, também é maravilhoso e cheio de desafios. Esse é um desafio muito interessante. Como é que as mulheres lidam com o seu dinheiro? Como é que as mulheres lidam com o poder? Como é que os homens lidam com as mulheres quando elas têm poder? Os homens estão recém-começando a ver como lidar com colegas mulheres que têm o poder e os dons iguais aos deles. Outro dia, um dono de uma empresa me disse: "Pois é! Como é essa história da mulher dizer que tem que ser tratada diferente porque é mulher?". Eu disse: "Se você era grosseiro com teus funcionários homens, eu imagino que você não vai sair dizendo palavrões, mas não é questão de tratar a mulher de forma diferente, é questão de você ser um homem educado". Nós também temos que aprender gentilezas. O convívio profissional, por mais duro e competitivo que seja, não exime os homens, e também as mulheres, de serem educados, de serem gentis. As mulheres não devem explorar o fato de serem mulheres. Eu acho um absurdo quando a mulher diz: "Eu quero esse emprego, eu quero esse cargo, mas eu quero ser tratada diferente porque eu sou mulher". Então, há muitas coisas interessantes que estão fervilhando no nosso mundo. Não é só coisa ruim. Pela manhã, normalmente, o meu marido pega o jornal e a gente fica lendo o jornal na cama e trocando idéias. Um dia, eu disse para ele: "Eu vou parar de ler o jornal de manhã porque eu abro o jornal e é só coisa ruim". Se eu ligo a televisão, é só coisa ruim de notícias. E não posso nem abrir meu computador porque as notícias estão ali. É claro que isso é uma besteira porque você não pode se alienar, mas, de vez em quando, eu paro e penso: "Mas tem tanta coisa interessante nessa ainda vigente guerra dos sexos!". Como é que os homens e mulheres estão convivendo agora? Como é que a gente é realmente? Uma coisa muito interessante é que os tempos mudaram muito, mas a alma humana é a mesma. Todos nós queremos uma presença, um estímulo, uma escuta. Todos nós queremos ter algum valor. Não importa qual é o valor, mas todos nós queremos ter algum valor. Isso não muda. Todos nós temos nossos desejos e medos, o medo da solidão, esse tipo de coisa. Você sempre pode olhar isso no outro. A gente pode até pensar que a chefona é uma vaca, o chefe é um cavalo, o colega é um porre! Mas, se você desviar o olhar, se mudar a cadeira de lugar, se passar a olhá-los como seres humanos, a gente começa a conviver melhor. O mundo está muito competitivo. Eu tenho uma vida muito

quieta. Eu fico na minha casa, escrevo, dou palestras etc., mas o mundo dos negócios, o mundo dos empregos está muito competitivo. É tudo complicado, mas também é muito interessante, se a gente olhar por outro aspecto.

Júlia Lemmertz: Tudo isso tem relação com esse novo poder que a mulher conquistou e quis conquistar, mas, na verdade, no fundo, nós ainda somos diferentes. Nós ainda somos homens, ainda somos mulheres.

Lia Luft: Não combinamos, mas nos procuramos o tempo inteiro. Então, agüentem.

Júlia Lemmertz: E essa diferença ainda existe porque houve um momento em que a mulher quis se igualar e alcançar os mesmos direitos, mas isso não existe! É bacana que essas diferenças existam realmente. Ainda assim, há mulheres que conquistam lugares importantes, que têm trabalhos importantes e que ganham salários equivalentes ou até maiores do que os dos homens. Mas, na verdade, a relação homem/mulher ainda dá pano para muita manga. Não adianta querer se igualar nesse nível de que somos iguais porque não somos absolutamente. Nós pensamos de maneira diferente, temos hormônios diferentes.

Lya Luft: É interessante também agora a supervalorização da mulher fora de casa, no trabalho. Quando eu era criança, numa cidade do interior, em Santa Cruz do Sul, o meu pai era advogado, a gente era classe média, vivia bem, e a minha mãe tinha um grupinho de amigas com quem ela tomava chá uma vez por semana, jogava cartas, conversava. Eu nunca fiz isso. Não conheço nem os naipes de cartas, para grande desgosto da minha falecida mãe. Eu me lembro que uma dessas amigas era professora e a minha mãe dizia: "Coitada! Ela tem que trabalhar porque o marido não ganha o suficiente". Já há muitos anos, quando eu era uma jovem mulher já, a gente se reunia e as minhas amigas diziam: "Eu abri uma boutique", "Eu estou trabalhando numa livraria", "Eu sou professora", "Eu sou médica" e assim por diante. Mas uma outra sentava num canto e dizia: "Eu não faço nada!". Quem sabe ela tinha cinco filhos em casa e administrava o pouco dinheiro da família. Então, houve uma inversão e a gente também fica com vergonha de não ter sucesso, de não ter uma profissão, de não ter uma boutique, de não ter emprego, de não vender isso, não fazer aquilo etc. E também vai chegar o momento em que a gente tem que poder revalorizar a parte da casa. Outro dia, eu dei uma palestra no Rio e um senhor levantou e disse: "Então, a senhora acha que a mulher tem que ficar em casa!". E eu respondi: "Eu não acho que a mulher tem que ficar em casa, mas eu acho que, se há dinheiro suficiente em casa, a mulher tem que poder escolher. Por exemplo, a Júlia, durante certo tempo, não fez teatro para poder ficar em casa com o filho pequeno. A minha filha, que é médica, prefere fazer plantões à noite, quando o pai das crianças está em casa, para poder ficar com as meninas de tarde, levar para o *ballet*, brincar na praça etc. Então, esse é um problema que não tem solução. Cada casal tem que encontrar as suas soluções. Mas a gente tende a desvalorizar, de uma forma humilhante, alguém que pode e prefere, por exemplo, não ter emprego. Há mulheres que não querem ter emprego de grande sucesso, não podem ter. Eu acho que a gente tem que mudar a nossa cabeça um pouquinho para ser mais feliz.

2º Fórum Nacional da Mulher Contabilista -Platéia

RESERVADO
RESERVADO

Leila Ferreira: Lya, eu queria voltar a uma coisa que você falou, e que eu acho superimportante. É a questão da gentileza e do bom humor. É isso que você está dizendo. A mulher que está no mercado de trabalho e que quer se afirmar entra nessa cilada da competição e acaba virando uma caricatura do homem.

Lya Luft: Nem sempre. É um perigo, um risco que a mulher corre.

Leila Ferreira: Sem generalizar. É exatamente isso. Corremos o risco. Só que vem essa coisa do estresse como desculpa porque quem trabalha fora se estressa porque o mundo é estressante, como se isso nos autorizasse a perder o bom humor e a gentileza. Seu amigo Érico Veríssimo é que te disse uma vez que, às vezes, a salvação não está no amor e sim no humor.

Lya Luft: Eu era muito jovem quando comecei a freqüentar a casa do Érico porque o pai dos meus filhos era 20 anos mais velho do que eu e era amigo dessa turma. Eu era supertímida, menina do interior, recém tinha terminado minha faculdade e ficava quieta olhando e aprendendo. Eu lembro que um dia, não sei o que houve, mas o Érico virou para mim e disse: "Lya, nunca esqueça o que o teu velho amigo vai te dizer: há momentos na vida em que o humor é mais importante do que o amor". Agora, eu acho que não é só a vida fora de casa que é estressante. Por exemplo, você ter cinco filhos, tentar administrar pouca grana, atender todos e promover um ambiente legal em casa também é bem estressante.

Leila Ferreira: Júlia, o que você acha sobre a questão da gentileza, do senso de humor, do bom humor e da educação? Nós, mulheres, temos ficado muito atentas à balança e ao espelho. Eu acho que mulheres com fome tendem a ficar mal humoradas porque de barriga vazia é muito difícil você exercitar a gentileza e o bom humor.

Lya Luft: Eu não sou sempre muito bem humorada não!

Leila Ferreira: Mas aquele mau humor de você apresentar a fatura para os outros de tudo aquilo que te faz infeliz é complicado.

Júlia Lemmertz: Eu acho que você tem que tomar para si as suas responsabilidades e não cobrar. Eu acho que gentileza gera gentileza. Eu acho que, de alguma forma, você atrai isso. Eu acredito completamente nisso, mas é uma coisa minha. Eu me lembro da minha mãe, mais nova, ela parecia ser uma pessoa muito severa, mas ela era muito relaxada também e muito engraçada. Outro dia, eu achei umas cartas antigas dela para mim e eu ria porque ela era realmente engraçada, bem humorada, mas, ao mesmo tempo, tinha um senso de justiça, não do que é certo e errado, mas de justeza. Se você fizer uma grosseria com alguém e aquela pessoa for grosseira com você num outro momento, você está atraindo aquilo para você. Então, se você quer ser bem tratado, trate bem os outros. Eu acho que, ao criar seus filhos, você ensina mais os seus filhos com os exemplos, pela forma como você é na vida do que realmente dizer coisas e dar regras.

Lya Luft: "Vamos conversar hoje sobre sexo". Ou, então, "Hoje eu vou passar valores para vocês". Outro dia, alguém me perguntou: "Como é que eu passo valores positivos para os meus filhos?". É simples: sendo, existindo. Não é dizendo: "Agora vamos nos reunir para falar sobre os valores". Isso não funcio-

na. Isso passa pela maneira como você trata sua mulher em casa, como ela o trata, como você trata seus empregados, seus funcionários etc. Aí, vem a questão da justiça social. Outro dia, eu estava dando uma palestra em Brasília e disse: "Vocês não falem em justiça social antes de perguntar a si mesmo como é que vocês pagam seus funcionários ou pagam a sua empregada doméstica, por exemplo. Você paga o máximo que pode ou o mínimo que a lei exige?". Você paga o máximo que pode, dentro do seu orçamento. Você também não vai deixar de botar seu filho na escola para dar um salário incrível ao seu funcionário, à sua empregada. Mas a gente realmente paga aquilo que pode com justiça ou o mínimo que a lei exige? Enquanto não tiver resolvido isso na sua casa e na sua empresa, não venha me falar de justiça social. Essa é mais uma das mentiras que a gente vive.

Júlia Lemmertz: Eu acredito nisso também. Eu acho que a justiça social começa dentro da sua casa. Essa é uma forma também de valorizar esse trabalho que muitas mães fazem porque trabalham em casa. Eu me lembro que, uma vez, num natal, a família foi lá para casa e eu não tinha ninguém para me ajudar. Eu estava meio sozinha em casa. Eu tinha liberado a minha empregada para passar o natal com a família e eu meio que me armei para passar o natal sem ela. É claro que isso dá um trabalho danado porque tem louça para lavar, tem casa para limpar, tem comida para guardar, enfim, é uma coisa louca. Às vezes, você não valoriza esse trabalho e é um trabalho muito difícil e muito cansativo. Eu me lembro que, no dia seguinte, eu estava exausta e o Alexandre olhou para mim e disse: "Mas por que você está tão cansada? Você não fez nada. O natal foi maravilhoso". E eu disse: "Eu não fiz nada? Como assim?". Eu fiquei pensando que isso é uma loucura. A valorização desses pequenos afazeres domésticos é importante porque é um trabalho de chinês, é um trabalho escravo. O que eu mais valorizo das pessoas que trabalham comigo é nesse sentido de você estar tendo esse trabalho diário. Todo o dia você tem comida para fazer, louça para lavar e roupa para lavar e passar, mas se você fizer aquilo com dedicação e com amor, com vontade e bem feito, a comida vai sair boa, tudo vai ficar bonito, vai ficar gostoso. Quando eu falo que gentileza gera gentileza é um pouco isso. As coisas que você faz com certo prazer, com bom humor, dão certo. É o seu sustento. A pessoa está sendo paga para fazer aquilo, mas ela tem que dignificar o seu trabalho.

Lya Luft: É como o convívio no ambiente de trabalho, por exemplo.

Júlia Lemmertz: Exatamente. Você está ali no escritório de contabilidade, fazendo a contabilidade de milhares de números, é muito difícil.

Lya Luft: É um trabalho árduo para caramba. Eu até hoje erro cálculo na calculadora. É um trabalho árido, mas importantíssimo porque vai organizar ou desorganizar a vida de uma pessoa, ou de famílias de uma pessoa, de empresas etc.

Júlia Lemmertz: É um trabalho importantíssimo. A minha contadora é importantíssima para mim. Eu queria até mandar um beijo para a Iraci.

Lya Luft: Eu acho que é um trabalho árduo, um trabalho duro, uma hiperresponsabilidade porque você não pode errar. Se você errar, isso pode ser um cataclismo na vida do teu cliente. No entanto, mesmo assim, você precisa

ser tratada com educação, com respeito, com gentileza. E tem que tratar assim o colega que está ao teu lado, o teu chefe, o teu funcionário. A partir daí, a vida vai ficando melhor. Eu sempre digo que eu não acredito em revolução social. Eu acredito em revolução individual. Se cada um quiser e tentar ser um sujeito decente, uma pessoa legal, isso vai se irradiando como uma onda. Tudo começa em casa, então, se você vasculha as gavetas da tua filha, remexe nos bolsos do teu filho, você escuta na extensão do telefone, que valor você está passando para eles? Não tenham dúvidas de que eles sabem. Não estou falando de casos extremos. Se você tem uma suspeita de uso de drogas, por exemplo, você vasculha tudo mesmo. Eu nem saberia como agir, mas, no normal, não pode ser assim. Quando a mulher fica escutando a conversa do marido ou dos filhos na extensão, para mim, isso também tem a ver com educação, com gentileza e com valores.

Leila Ferreira: Em relação à questão dos valores, um dia, eu li um artigo da Roseli Saião na *Folha* em que ela falava do pai que chama o filho para conversar, ensina valores maravilhosos em tese, mas, quando eles estão voltando para São Paulo depois de um feriadão, com a estrada lotada, o pai vai pelo acostamento para ser esperto e chegar na frente de todo mundo. É o que a Lya está falando: você ensina sendo. Quando você é de um jeito e o discurso é outro, é complicado.

Lya Luft: Exatamente. Isso é complicado também porque, querendo ou não, para os teus filhos, para os teus alunos, você é um exemplo. Isso é uma coisa muito chata. Eu não quero ser exemplo de nada para ninguém, mas essa é uma maneira que você tem de criar, no seu pequeno círculo, um mundo um pouco mais decente, um mundo de um pouco mais de respeito. O modelo que nós temos hoje em dia nos altos escalões é o pior possível. É a corrupção, é a impunidade. Em algumas revistas e alguns programas é a coisa bagaceira, o baixo nível. É muito difícil você manter, dentro da sua casa, uma coisa legal. Eu acho que a gente nada contra a correnteza e a juventude, principalmente, está muito desestimulada. Ninguém mais acredita em política, ninguém mais acredita nos políticos. O que a gente vê, realmente, com raras exceções, é um horror. Outro dia, morreu um velho político e todo mundo ficou muito espantado e muito triste porque morreu um político honrado. Esses são os modelos para a nossa juventude e para os nossos filhos. Então, eu acho que quem quer fazer um trabalho legal, quer ter uma empresa boa, quer ter uma família legal, nesse momento, nada contra uma correnteza de desorientação, desestruturação etc. Por isso, é tão importante o valor da família, da amizade, do coleguismo, do companheirismo porque são lugares onde a gente se sente aconchegado. Nós estamos muito carentes, estamos precisando de aconchego e também podemos ter isso no trabalho.

Leila Ferreira: Eu acho que no ambiente de trabalho nós temos que ficar muito atentos para a gente não ser aquele colega ou aquele chefe que todo mundo torce para a gente ter uma virose e ficar uma semana sem aparecer. Muitas vezes, a gente dá graças a Deus quando o chefe torce o pé no futebol e não aparece. O importante é, em casa e no trabalho, a gente tentar ser uma pessoa mais leve, mais agradável. Eu acho que isso cai naquilo que a Lia estava falando de se ter vida interior, de parar, de pensar, de refletir, de ter sustância interior para a gente ser generoso consigo e com os outros.

Júlia Lemmertz: Exatamente. Às vezes, a pessoa se cobra muito, exige muito de si e acaba exigindo também de quem está em volta. Então, eu acho que essa parcimônia, essa generosidade, essa calma é muito importante. Está tudo muito rápido. Se vocês pensarem, nós estamos no final de agosto. O ano começou ontem e os chineses dizem que esse ano é o ano do rato; é o ano em que tudo é rapidinho. O ano está acabando e a gente percebe isso. A vida está cada vez mais rápida. Quantas vezes eu me peguei dizendo: "Ai! Meu dia podia ter 48 horas para dar tempo de fazer tudo: trabalhar, malhar, namorar, cuidar dos filhos e dormir!". O problema é que a gente também se exige demais, coloca muitas metas para si mesmo. O momento é um momento de calma, é um momento de você se perceber mais para poder perceber o outro. Eu acho que a gente é muito pouco solidário. Nós estamos vivendo num momento em que cada um está muito preocupado com o seu umbigo, com as suas questões, com a sua sobrevivência e olhando muito pouco realmente o que as pessoas estão pensando, o que as pessoas estão precisando. Um momento de atenção que você der para alguém que vem lhe pedir alguma coisa, ou vem lhe fazer uma pergunta dentro do seu trabalho, que você ajude as pessoas que estão começando, que sabem menos que você, são pequenos momentos que te alimentam porque de alguma forma você está dando uma atenção a alguém e está percebendo que tem um outro ser humano na sua frente que está precisando de uma resposta sua, qualquer que seja ela. Muitas vezes, você ouvir é mais importante do que falar. Só ouvir, só ter ouvidos. Esse exercício de ser humano é muito importante e a gente tem que estar pensando sempre nisso. Esse papo que nós estamos tendo aqui, de alguma forma, pode colocar dentro de cada um essa semente do que é ser humano. Nós somos seres pensantes. Ainda assim, eu tenho um vestido que abotoa atrás. Mulher é um bicho esquisito. Só depois de anos de casada é que nós nos casamos no civil e no religioso. O meu filho Miguel tinha quatro meses e a Luiza tinha 12 anos. Eu tinha uma amiga que era figurinista e ela fez o meu vestido. O vestido era lindo. Eu adorei, achei tudo lindo e não me toquei de que estava amamentando um bebê de quatro meses e o vestido abotoava atrás. Eu cheguei uma hora e meio atrasada na igreja porque, quando eu estava pronta, ele quis mamar e eu tive que desabotoar tudo. Depois, eu ria às gargalhadas porque mulher é um bicho esquisito porque, quando você pode ir no mais simples, você vai no mais complicado, no mais difícil, no mais impossível. É por isso que o homem fala que não entende. É isso. Mulher é um painel de controle.

Lya Luft: Tem um sujeito que diz: "Mulher é um bicho esquisito que sangra todo mês e não morre nunca". Falando agora sobre a questão de convívio, a gente também é uma geração muito queixosa. Nós estamos sempre nos queixando da vida, ou da saúde, ou do clima, ou do político, ou do presidente, do chefe, do empregado, do filho, do marido etc. Nós estamos sempre nos queixando da vida. Eu tenho uma amiga que é uma velha terapeuta e um dia eu estava me queixando e ela também se queixava. Eu não tenho irmãs, então, eu tenho umas amizades femininas que são muito legais e me sustentam muito emocionalmente. De repente, nós duas paramos e começamos a rir porque nós estávamos realmente nos queixando de besteiras. Ela me disse: "Lya, toda a vez que eu estou muito atrapalhada, eu paro, olho

e penso assim: isso de que eu estou me queixando e pelo qual eu estou sofrendo tanto é tragédia ou é chateação?" Podem ter certeza que 99% das vezes é só uma chateação, que a gente trata como se fosse uma tragédia. Então, no fundo, no fundo, o nosso lado simpático como seres humanos é que nós somos todos bastante infantis, bastante carentes, correndo atrás de ilusões. Mas talvez esse seja o nosso lado mais simpático. O nosso lado melhor, enquanto seres humanos, em geral, não é o lado competente; não é o lado que ganha o sucesso; mas é o lado humano. É esse lado que, de vez em quando, precisa de uma palavra, precisa de um olhar, precisa de uma escuta.

Júlia Lemmertz: É você saber ser necessário, ser importante para alguém. Ontem, eu liguei para casa e estava todo mundo meio chateado. Eu falei com o Miguel e com a minha filha e achei que estava todo mundo meio chateado. Depois, conversando com eles, eu soube que a Luiza estava chateada porque entrou uma barata voadora no quarto dela. Nós estamos morando num lugar que tem mais insetos. O Miguel estava chateado porque o *plug* do teclado do computador estava dando problema. Sempre que eu estou lá em casa, eu resolvo isso. Então, eu fiquei pensando que todo mundo estava chateado porque eu não estava em casa para resolver tudo aquilo. Aí, eu falei para a Luiza: "Mas é só um inseto!". E ela falou: "Mãe, é uma barata voadora!". E eu disse: "Mas é só um inseto. Você coloca remédio. É só chateação. Não é o fim do mundo!".

Leila Ferreira: Uma vez, eu entrevistei um senhor de noventa e poucos anos, quando eu era repórter de rua. Como todo o repórter de rua, que faz perguntas originalíssimas, eu perguntei como é que ele chegou àquela idade daquele jeito, dançando forró, compondo, com tanta alegria. E ele falou: "Eu acho que é porque eu só reclamo das coisas que dá para mudar". Eu achei legal demais isso que ele falou. Ele disse: "Minhas filhas reclamam porque está chovendo, porque está fazendo frio, porque está fazendo calor, porque têm pouco dinheiro, enfim. Eu sempre pergunto se dá para mudar. Então, eu acho que isso me ajudou a chegar até aqui."

Agora, Júlia, eu queria te perguntar por que eu ouvi você dizendo uma vez que, quando a sua filha estava com 17 anos, ela ficou seis meses em Paris e você era aquela mãe apavorada, temerosa, mas, ao mesmo tempo, sabendo que tinha que soltá-la. Eu acho que essa equação, para contabilistas e não contabilistas é uma equação difícil. É o exercício do amor, soltando e prendendo. É o que a Lia falou. Não é ser amoroso ficar vasculhando gavetas, tentando adivinhar tudo o que está acontecendo na vida do filho, se não existe uma situação que justifique isso. Então, essa ginástica é difícil.

Júlia Lemmertz: Mas dar amor não é ser permissível. Você ser amoroso com um filho não quer dizer que você permita tudo. Antes de a Luiza completar 17 anos e ter a sorte de poder ir para fora estudar uma outra língua, teve o momento de criar uma menina adolescente no Rio de Janeiro. Você vai proteger, bota motorista, leva, busca, faz tudo, mas só até um certo momento. Mas ela tem que saber pegar um ônibus, tem que saber como se virar no mundo. É preciso construir esse momento. Eu fico pensando sempre na minha mãe, que me criou sem celular e não tinha como me controlar, saber onde eu estava, me telefonar 50 vezes por dia. Então, havia

essa relação de confiança e é preciso rezar muito, ter muita fé, pedir aos deuses e aos anjos que protejam e que botem pessoas bacanas no caminho de seus filhos para que eles tenham bons amigos também. Tem uma hora em que a pessoa tem que amadurecer. Eu lembro que a minha relação com a Luiza passou por momentos muito interessantes em que você é testada pelos seus filhos. Seus filhos vão testando você, vão vendo até onde você vai. Eu sempre dizia: "Luiza, fala comigo, pergunta para mim, me conta. Eu prefiro que você me conte do que você minta para mim". Depois que eu descobria a mentira, eu ficava furiosa e ela falava: "Está vendo! Eu não te contei porque você ia ficar brava." E eu dizia: "Não. Se você me contasse no momento, a gente ia conversar. Eu podia até ficar brava, mas eu ia estar ali conversando com você, dialogando com aquilo. Agora, para mim, a mentira não tem desculpa porque você já mentiu e não me deu chance de compartilhar com você um negócio que eu podia ter compartilhado". Então, até ela entender isso, foi um pedaço. Agora, criar essa menina linda, no Rio de Janeiro, ou em São Paulo, Porto Alegre, enfim, em qualquer cidade, a gente tem aqueles momentos em que quer proteger seus filhos. Mas você tem que criá-los para o mundo. Eu acredito nisso piamente. Eu fui criada de uma forma que sempre tive esse sentido de liberdade dentro de mim para poder me virar. Esse exercício da cidadania e o exercício de você ser uma pessoa inteira é você saber não ficar dependente das pequenas coisas. Quando a Luiza foi embora para a França, eu falei: "Ela está num outro país! Eu vou ficar tão preocupada como ficaria se ela estivesse no Rio de Janeiro. Ela foi aprender a ralar, fazer sua comida, arrumar sua cama, pegar o seu ônibus com o dinheiro contado, estudar". Foi maravilhoso, mas também me sinto altamente privilegiada de ter podido proporcionar isso para ela. Se você também não pode proporcionar, mas você deixa seu filho exercer, ele vai alargando seus espaços. Antes, é a sua casa, os amigos, a escola e depois vai aumentando o seu espaço. Ele quer pegar um ônibus, quer ser independente para poder ser uma pessoa de verdade.

Leila Ferreira: Muitos meninos de 16 e 17 anos saem pelo mundo, mas em intercâmbios e ficam com outras famílias. No caso da Luiza, ela foi morar com duas amigas num apartamento.

Júlia Lemmertz: Nós examinamos essa possibilidade do intercâmbio e fomos ver o que era mais custo/benefício. Acabou que elas acharam um lugarzinho micro em que as três poderiam ficar juntas. Elas eram amigas de infância e nos convenceram de que era o melhor para elas. Foi uma loucura porque, num primeiro momento, todo mundo foi contra. O Alexandre foi contra e ficou morrendo de medo do que essas meninas iam fazer sozinhas num outro país. Ele achava que era melhor elas ficarem num lugar em que teriam uma assistência, mas acabou sendo aquela coisa do *feeling*. Nós fomos sentindo e permitindo. É claro que ela fez 18 anos lá e eu consegui trocar as minhas milhas da Varig e ir para lá.

Leila Ferreira: A gente está chegando ao final, mas, Lya, eu queria tanto falar ainda um pouco sobre essas coisas porque eu acho que a coisa mais difícil do mundo é o tal do amor, mas, ao mesmo tempo, é a coisa mais gostosa e essencial e mais enriquecedora. Como é que vocês duas lidam com o ciúme, com posse. Como é que você ama sem ter ciúmes? Tem jeito? Eu estou com 55 anos e não tenho a menor noção de

como é que a gente faz para não morrer de ciúmes.

Lya Luft: Morrer de ciúmes é complicado. Se eu fosse morrer de ciúmes, já teria morrido 100 vezes e teria que botar o marido numa coleira, que nem um urso. O meu marido é grandalhão, tem uma barba branca, então, pareceria um urso ali. As minhas netinhas o chamam de "nosso barbudo", embora ele não seja o verdadeiro avô delas, que faleceu. Um dos meus filhos, aquele que disse que, quando fosse grande, não ia saber o que fazer com mulher e queria ser padre, é um homem muito bonito. É um homem que viaja muito, está sempre para cima e para baixo. Um dia, ele me disse: "Pois é. Quando a gente está viajando. Depois do jantar, o pessoal vai para a farra e eu não vou. Eles sempre debocham que eu estou com medo da minha mulher. Como é que eu vou fazer uma coisa dessas?". Então, eu acho que, se uma pessoa é honrada, é legal, ele vai ser legal e honrado em todas as coisas. Agora, se o casamento já está falido, acabou o laço. Muitas vezes, só é casado durante 50 anos e, nos últimos 45 anos, a lealdade, a coisa boa já acabou. Mas eu nunca penso nesse tipo de coisa. Agora, é lógico que, se eu visse uma mulher linda assediando o meu marido, eu ia chegar com todo o meu tamanho e dizer: "Espera aí! Esse cara tem dono". Não ia adiantar nada. Quando a minha filha era jovenzinha de 15 anos, ela teve o seu primeiro namorado. Eu conversei com ela e disse: "Filha, tudo o que você precisa saber, você sabe. Eu só peço que, se você precisar de qualquer coisa, quiser tomar pílula, fale com a sua mãe porque, na verdade, não tenho como te controlar. O que era para ensinar eu já ensinei e enquanto eu traduzo duas páginas de Virgínia Wolf, você pode engravidar em pé atrás da porta". Então, não existe vigilância. Existe o afeto. Eu estou aqui para o que você precisar. Eu me lembrava do meu velho pai que me disse: "Mesmo quando tudo na tua vida der errado e você fizer todas as besteiras possíveis, o teu velho pai vai estar sempre aqui para você". Por causa disso, eu não fiz todas as besteiras.

Leila Ferreira: Confiança é a chave.

Lya Luft: Eu acho que no casamento é a mesma coisa.

Júlia Lemmertz: Eu permeio a nossa vida totalmente por aí. Eu acho que é uma escolha. Você está junto com aquela pessoa porque você quer, cultiva aquilo porque você acredita naquela relação, então, eu acho que a gente faz um pacto, uma parceria. O ciúme é um negócio que eu não alimento, eu não dou de comer para ele. Realmente é uma coisa que, se vem, eu deixo ir.

Lya Luft: Ele ronda. Aí, eu me acho ridícula. Se eu vejo uma mulher dando em cima do meu marido, eu acho que não vou gostar, mas acho que elas têm medo de mim.

Júlia Lemmertz: Imaginem! Nós somos pessoas públicas. O Alexandre é um homem lindo, um cara talentosérrimo. Eu tenho muito orgulho dele. Eu não me apaixonei por ele e me casei para ele ser meu, guardado dentro de uma gaveta. Isso não existe. Ele é uma pessoa adorável, querida, admirada e que está no mundo. Antes de ser meu marido e meu amor, ele é uma pessoa que tem essa luz, esse caminho, que é só dele. Agora, a nossa história só passa por nós dois. Não passa por mais nenhum lugar. Então, quando eu falo em confiança, não é que eu ache que nada poderá acontecer nunca. Eu acho que tudo pode aconte-

cer a qualquer momento, mas eu acho que você permite isso ou não e depende muito também do comprometimento que se tem. A nossa vida é tão bacana, a gente é tão preenchido em todos os lugares que nós não temos muito espaço para isso. Agora, quando tem uma cena mais quente, eu posso até pensar, mas eu casei com um ator. E se casasse com um contador, ele ia ter que entender a minha vida de atriz e saber que aquele beijo não é aquele beijo. Isso é quase como que uma outra encarnação. Você tem que ser meio esquizofrênico para deixar a coisa rolar.

Lya Luft: Depois tem outra coisa também. Com os modelos que nos são apresentados, as notícias, a mídia e toda a nossa cultura, a gente acha que o homem é bonito, é conhecido, é inteligente e está comendo todo mundo. Já a mulher é bonita, é inteligente, é conhecida e está dando para todo mundo. Não é assim. Você pode ser bonito, famoso, a mulher pode ser linda, famosa, gostosa e não precisa ser promíscua. Mas essa fixação faz parte da nossa cultura. Isso é uma coisa infantil.

Leila Ferreira: As pessoas não dão e comem tanto quanto parece.

Lya Luft: Eu acho que não. Acho que até muito pouco. Dizem os psicanalistas que a coisa está muito parada. Na verdade, nós somos uma geração medicada, o que é uma coisa muito estranha. Todo mundo tem pressão alta, então, toma remédio para a pressão. Muitos deles fazem mal para a libido. Aí, tem que tomar remédio para melhorar a libido. É muito raro você encontrar uma pessoa, mesmo jovem, que não tome uma porção de remédios porque agora é a onda da medicação. Se a criança está um pouco quieta, dá remédio. Se a criança está meio agitada, dá remédio. Então, a coisa também não é bem assim. Há muito espetáculo. É como se diz: o parto da montanha, com gritos, trovões, e nasce um ratinho.

Leila Ferreira: Nós vamos ter que chegar ao final agora. Eu pedi para a Júlia ler um texto da Lia porque eu acho que tem tudo a ver com esse nosso encontro. É uma homenagem aos homens e se chama "Canção dos homens". Eu queria muito encerrar essa conversa com essa canção. Alguém tem aí o livro *Pensar é Transgredir*?.

Lya Luft: Enquanto ela acha o livro, eu queria dizer que essa canção dos homens surgiu assim. Um dia, eu escrevi um artigo intitulado "Canção das Mulheres". Depois, num encontro como este aqui, um homem levantou e me disse: "A senhora escreveu aquela "Canção das mulheres", tão bonita, por que não escreve uma "Canção dos homens"?". E aí eu escrevi essa que a Júlia vai ler agora. O assunto da mulher já está ficando meio chato, então, é muito mais interessante falar dos homens.

Júlia Lemmertz: É muito lindo. Eu penso muito nisso que você fala aqui. Quando eu estou cansada, atribulada, eu penso que esses pequenos cuidados que a gente tem com os nossos parceiros é que fazem a vida andar melhor, não só para eles, como para o nosso encontro, esse encontro sem o qual a gente é incapaz de viver. Eu acho que o homem e a mulher são dois universos diferentes, mas absolutamente complementares e necessários. Então, apesar deste ser um encontro de mulheres, nós dedicamos a "Canção dos homens" aos homens.

Canção dos Homens

Que quando chego do trabalho, ela largue, por um instante, o que estiver fazendo – filho, panela ou computador – e venha me dar um beijo, como os de antigamente.
Que quando sentarmos à mesa para jantar, ela não desfie a ladainha dos seus dissabores domésticos.

E se for uma profissional, que divida comigo o tempo de comentarmos o nosso dia.

Que se estou cansado demais para fazer amor, ela não ironize, nem diga que até que durou muito o meu desejo ou potência.

Que quando quero fazer amor com ela, ela não se recuse demasiadas vezes, nem fique impaciente ou rígida, mas cálida, como foi anos atrás.

Que não tire o nosso bebê dos meus braços, dizendo que homem não tem jeito para isso, ou que não sei segurar a cabecinha dele. Mas me ensine docemente, se eu não souber.

Que ela nunca se interponha entre mim e as crianças, mas sirva de ponte entre nós, quando me distancio ou distraio demais.

Que ela não me humilhe porque eu estou ficando calvo ou barrigudo. Nem comente nossa intimidade com as amigas, como tantas mulheres fazem.

Que, quando conto uma piada para ela, ou na frente de outros, ela não faça um gesto de enfado, dizendo: ”Essa aí, você já contou umas mil vezes!”.

Que consiga perceber quando estou preocupado com o trabalho e seja carinhosa, sem me pressionar, nem suspeitar de que já não gosto dela.

Que quando preciso ficar um pouco quieto, ela não insista o tempo todo para que eu fale ou a escute, como se o silêncio fosse sinal de falta de amor.

Que quando eu estou com pouco dinheiro, ela não me acuse de ter desperdiçado com bobagens em lugar de prover a minha família.

Que quando eu saio para o trabalho de manhã, ela se despeça com alegria, sabendo que, mesmo longe, eu continuo pensando nela.

Que quando eu estou trabalhando, ela não telefone a toda hora para cobrar alguma coisa que eu esqueci de fazer ou não tive tempo.

Que não se insinue com a minha secretária ou colega para descobrir se eu tenho uma amante.
Que jamais se permita nenhuma alusão, mesmo de brincadeira, seja positiva ou negativa, sobre o meu desempenho sexual.

Que com ela eu também possa ter momentos de fraqueza e de ternura, me desarmar, me desnudar de alma, sem medo de ser criticado ou censurado.
Que ela seja a minha parceira e não minha dependente, nem meu juiz.

Que cuide um pouco de mim, como minha mulher, mas não como se eu fosse uma criança tola e ela a mãe onipotente.

Que não me transforme no seu filho e, mesmo com o tempo, os trabalhos, o sofrimento, o peso cotidiano, ela não perca o jeito terno e divertido que tanto me encantou quando eu a vi pela primeira vez.

Que eu não sinta que me tornei desinteressante para ela, como se só os filhos e

as vizinhas merecessem a sua atenção e a sua alegria.

Que se erro, falho, esqueço e me distancio, se me fecho demais, ou a machuco consciente ou inconscientemente, ela saiba me chamar de volta, com aquela ternura que só nela eu descobri e desejei que não se perdesse nunca, mas que me contagiasse e me tornasse mais feliz, menos solidário e muito mais humano.

Isso é uma declaração de amor de alguém que sabe o valor de um relacionamento vivido e convivido. Isso é a melhor coisa do mundo. É a razão da nossa existência porque isso é o que prolifera. Isso irradia para todos os lugares. Eu acho que a gente tem que preservar esse encontro amoroso dentro de nós. Com certeza, isso faz a vida infinitamente mais leve, mais feliz. Isso é possível e é simples. É muito simples, é muito natural. Agora, tem que se permitir, tem que se cobrar menos e ser gentil consigo mesmo, com a vida.

Lya Luft: Eu acho que o grande inimigo das relações é o cotidiano, o cotidiano mal administrado. Esse trecho lido por ela é de matar! Mas eu acho que o cotidiano é um grande perigo. Eu sempre brinco que o meu grande inimigo é o tédio. A gente tem que cuidar dessa banalização do outro. Nesse sentido, eu sempre digo que nós mulheres não somos sempre tão legais quanto achamos que somos. Nós fazemos isso muito facilmente: fofoqueia com as amigas, fala mal do marido, humilha o marido com pequenas palavras na frente dos outros. Não são só os homens. Nós também permitimos com facilidade demais que a relação perca a graça e a gente só cobra, só reclama. A gente não olha para o outro. Desde um livro meu chamado *Rio do meio*, de vez em quando, criticam-me dizendo que eu defendo os homens. Não é que eu defenda os homens. Eu defendo o relacionamento legal. Eu tive presenças masculinas muitos importantes e positivas. Primeiro, o meu pai, que foi um grande amigo. Depois, os meus dois primeiros maridos, o pai dos meus filhos, o Hélio Pelegrino. Eu nunca tive do meu lado essa figura masculina que quer espezinhar, que quer amordaçar. E hoje estou no meu terceiro casamento. Eu acho que, se a gente olhar, não é porque eles fossem tão diferentes das outras pessoas, mas se você olhar com um olhar amoroso, você vai ver que o outro é só uma pessoa e, às vezes, também precisa de uma palavra, de um gesto. Nós mulheres, muito facilmente, nos tornamos irônicas. Quando o homem fica bravo, briga ou qualquer coisa assim, ele dá um pontapé na porta, vai tomar um porre. É claro que eu estou fazendo um pouco uma caricatura. A mulher fica quieta e vai acumulando as suas frustrações, até que um dia ela pega um punhal bem comprido, bem fininho e apunhala o coração do homem. Muitas vezes, botando os filhos contra ele, ridicularizando-o na frente dos outros. A mulher sabe ser uma coisa maravilhosa, mas, às vezes, é um bicho danado.

Leila Ferreira: Que Deus e a vida nos dêem sabedoria para sermos essas pessoas que se entendem, se respeitam e se acolhem porque a gente merece isso – homens e mulheres.

Eu queria agradecer imensamente à Júlia e à Lya. Esse trio está aqui entre lágrimas e risos. Eu acho que isso é que é o bonito da vida. Essa gama de possibilidades. Eu amei estar aqui com vocês. Acho que foi um presente que eu ganhei e tenho certeza que todo mun-

Júlia Lemmertz, José Martonio Alves Coelho, Lya Luft e Leila Ferreira, Maria Clara Cavalcante Bugarim, Leila Ferreira e Paulo Vieira Pinto.

do que está aqui vai sair daqui melhor, mais capaz de fazer silêncio, pausa, de sentir, de pensar e de a gente se tornar pessoas melhores, não porque tem dinheiro, porque tem o carro do ano, porque vai para a Europa, porque vai para as Ilhas Gregas, porque usa manequim 38. Tudo isso é muito bom, mas não só por isso. Tem um alicerce interior que é esse chão que a Lya fala. Eu acho que nós saímos daqui mais preparados, pedreiros mais competentes para construir esse alicerce que vai nos carregar pela vida afora. Amei estar com vocês! Super obrigada!

Júlia Lemmertz: A gente também queria agradecer muito esse encontro. Estamos muito felizes com essa platéia. Eu adoro platéia cheia. Teatro cheio, então, é uma alegria. É uma coisa louca. Foi um encontro maravilhoso! Para mim isso é ganhar realmente um presente por ter esse papo, esse convívio e falar, de alguma forma, coisas tão pessoais, tão sentidas da gente para vocês é uma forma de partilhar um pouco da nossa intimidade e do nosso sentimento. Eu me sinto feliz e privilegiada por estar aqui, ainda mais, na minha terra, no Rio Grande do Sul. Estou incrivelmente feliz! Viva o Colorado!

Leila Ferreira: Então, nós vamos voltar a palavra para a nossa mestre de cerimônias.

Mestre de cerimônias: Num gesto de gratidão e de reconhecimento pela brilhante participação de nossos convidados, eu convido agora ao palco a presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Maria Clara Cavalcante Bugarim, para fazer-lhes a entrega do certificado e também uma bela lembrança deste Congresso. É uma peça artesanal confeccionada por presidiários do Mato Grosso. Inicialmente, a entrega à escritora Lya Luft.

Nossos agradecimentos também à Júlia Lemmertz, essa grande atriz que honra a nossa televisão. Receba, portanto, este gesto do Conselho Federal de Contabilidade e de todos os promotores deste evento, na pessoa da presidente Maria Clara.

Obviamente, também nossos agradecimentos à jornalista que tão brilhantemente coordenou toda esta conversa, Leila Ferreira. Dentro de instantes, ela estará no *stand* do CRC Minas, autografando seus livros.

Agora, vou pedir que a presidente Maria Clara permaneça no palco, junto com as nossas convidadas, e convido neste momento o presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo, contador Paulo Vieira Pinto. O presidente do CRC do Espírito Santo e a contadora Maria Clara têm um comunicado a ser feito a todos os congressistas.

Paulo Vieira Pinto – Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo: Bom-dia a todos. Eu não sei se eu estou um pouco emocionado ou surpreso pelo que essas três mulheres fizeram agora com a gente. Dá vontade de voltar para as montanhas de meu estado, ficar quietinho e mudar a cadeira de lugar. E, acima de tudo, sentir, como diz a Júlia, que nós não seríamos iguais sem essas mulheres, sem todas as mulheres. Sem dúvida, hoje, o que elas disseram mudou a nossa vida. A partir de agora, sem dúvida, a nossa cadeira vai mudar de lugar. Parabéns para vocês e muito obrigado por este momento.

Eu quero saudar a presidente Maria Clara, essa mulher dinâmica, criadora do

Fórum da Mulher Contabilista Brasileira. Quero saudar a minha esposa e a minha filha e a minha cunhada, contadora Idelvani, que são parte da minha vida. Saudando a minha família, eu saúdo todas vocês, mulheres contadoras brasileiras. E saudando o Martonio, amigo fiel e companheiro de Maria Clara, eu saúdo os homens contadores deste país.

Minha alegria é tão grande em participar deste Congresso, nessa cidade que nos encanta pelo acolhimento comovente de seu povo, que sou invadido pelo desejo de esquecer os compromissos de trabalho e ficar nesse chão abençoado por Deus e bonito por natureza, sem data certa de retornar à minha terra.

Os senhores nos deram a honra de escolher o meu estado para sediar o 7º Encontro Nacional da Mulher Contabilista no próximo ano. Ele terá como tema: "A Força da União: Ação, Conquista e Vitória". O Estado do Espírito Santo é um pequeno e encantado pedaço de terra, encravado entre os gigantes – Minas, Rio de Janeiro e Bahia – no centro deste país. É possuidor de uma beleza ímpar, de riquezas naturais valiosas e de um povo miscigenado, caracterizado pelo negro, italiano, português, alemão, polonês, índio e, mais recentemente, japoneses e chineses.

A capital, Vitória, traz a grandeza em seu próprio nome. É uma das mais antigas cidades brasileiras, misturando o antigo e o moderno sem destruir a história. Suas praias, seu artesanato, seu tempero e seu povo são um permanente convite para a paz e para o progresso. Foi berço de grandes nomes da cultura brasileira, como Rubens Braga, Homero Mascena, Padre José de Anchieta, Roberto Carlos, Elisa Lucinda, Augusto Rusky e tantos outros que fizeram e fazem da terra capixaba um manancial de cultura e encanto.

O Convento de Nossa Senhora da Penha, a Catedral Metropolitana, o Mosteiro Zen Budista e outros templos religiosos nos convidam a instantes para a paz e meditação. Tudo isso somado a um progresso industrial, à rica exploração do petróleo e gás e a uma pungente agropecuária, leva-nos a pensar que o futuro mora no Estado do Espírito Santo. Nós, capixabas, temos a certeza de que vocês vão se encantar com as nossas praias, aquecidas e iluminadas durante o dia e com nossas frias montanhas que sugerem o vinho, lareira e aconchego.

Se olharem para o meu estado, seja com olhos de quem é nativo, seja com olhos de quem é capixaba de coração, vão descobrir os mistérios de um espaço onde é norma compartilhar a alegria de conviver com aqueles que nos visitam. Vitória marcará, com os beija-flores e com as orquídeas, o coração das mulheres. E com as montanhas, que barram o infinito, o coração dos homens.

Mas, se por acaso, Vitória não conseguir tocar vocês, de algum modo, com sua ternura e com suas belezas, saibam que os braços dos capixabas serão porto seguro e amigos e que as nossas mãos serão bússolas que guiarão todos os visitantes para se colocarem sob a benção do Espírito Santo.

Olho com orgulho os profissionais presentes e lembro-me das palavras de Mário Quintana: "Nada nasce do ar". O que somos e fazemos hoje é fruto do trabalho de muitos presidentes do CFC e de Maria Clara, que tem sido exemplo de pessoa ética, com garra, presteza, competência e excelência profissional.

Diletos contabilistas,

O desejo de todos os capixabas é que as alegrias e as amizades e o aprendizado deste 18º Congresso sejam retomados em maio do próximo ano no Estado do Espírito Santo, um lugar que mexe com os corações. Estamos lá em Vitória, esperando vocês chegarem. Obrigado. Um abraço.

Será mostrado agora um pequeno vídeo do Espírito Santo só para aguçar o desejo de vocês irem à minha terra no próximo mês de maio. Obrigado.

Maria Clara Cavalcante Bugarim – Presidente do CFC: Ninguém tem mais dúvida de que esse evento vai ser um show. Eu queria só reforçar tudo o que o nosso presidente Paulo falou, de assumir publicamente o compromisso de que, nesse nosso 7º Encontro Nacional da Mulher Contabilista, nós iremos continuar mantendo a tradição de um evento leve, um evento cheio de motivação. Hoje, nós já temos um exército mobilizado, um exército que quer fazer a diferença. E que quer fazer a diferença, principalmente, para que a gente entenda que nós, profissionais de contabilidade, não aceitamos mais ficar atrás das nossas mesas de trabalho, não aceitamos mais simplesmente estar preenchendo guias. Hoje, nós queremos interagir e precisamos de momentos como este, que nos acorde, que nos permita refletir sobre tantas coisas importantes e interessantes da nossa vida.

É esse o compromisso que nós assumimos para Vitória. Já contratamos também uma peça, que é um monólogo com a Zézé Polessa, que diz: "Não sou feliz, mas tenho um marido". Então, são coisas importantes porque precisamos discutir temas técnicos e também temas da nossa vida.

Eu fecharia este momento agradecendo imensamente a esse *talk show* maravilhoso. Foi um show! Nós já sabíamos disso, mas foi importante para pensarmos como é importante pararmos um pouquinho para refletirmos sobre a nossa vida. Eu vou sair daqui uma pessoa muito mais feliz porque, a cada sacada, a cada ponto discutido, eu estava fazendo uma reflexão sobre a minha vida e pensando como é legal a gente se sentir confortável. Quando se falava em perdas e ganhos e questões da nossa vida, eu fiz também uma reflexão, como alagoana, lembrando aquela música do Djavan: "Só eu sei as esquinas por onde andei". Eu quero fechar este momento, que é muito nosso, que é informal, chamando o meu companheiro de vida, o presidente do meu coração, o Martonio. Por favor, fique aqui comigo.

Isso é para que vocês entendam. Muitas das minhas amigas falavam: "Clara, por que ele? É quase 20 anos mais velho do que você, não tem pescoço, é cearense e aí? ". Esse é o cara, gente. Te amo, Martonio.

Mestre de cerimônias: Bem, senhoras e senhores. Depois deste depoimento da presidente, apenas duas rápidas informações, em nome da organização do evento. Lembramos que hoje é o último dia de sessão de autógrafos dos lançamentos do professor Lopes de Sá. Será às 14h30min, no *stand* da Master Mac. A jornalista Leila Ferreira também estará no *stand* do CRC Minas, autografando seus livros. Amanhã, dia 28, das 14h30min às 15h30min, no *stand* da Editora Atlas, teremos a sessão de autógrafos das obras do professor Doutor Sérgio de Iudícibus. Retornaremos às 14h30min. Muito obrigada.

18
CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

AUDITÓRIO ÉRICO VERÍSSIMO

PAINEL N.º 09

AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS APÓS A LEI SARBANES-OXLEY

Mestre de cerimônias: Vamos dar início ao painel sobre "Auditoria e Controles Internos das Empresas Brasileiras após a Lei Sarbanes-Oxley". Para coordenar os trabalhos, convido o contador Irineu De Mula.

Graduado em Atuariais pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, com Cursos de Extensão Profissional em Controladoria e Auditoria no Brasil e no exterior, Irineu De Mula é diretor da Fundação de Contabilidade e exerceu várias atividades nas mais diversas entidades da classe contábil brasileira. Foi presidente do Ibracon, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, presidente do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo e vice-presidente técnico do Conselho Federal de Contabilidade. Foi também representante do Brasil para Assuntos Contábeis junto à Organização Mundial do Comércio e à Organização das Nações Unidas.

Convido, neste momento, a tomar assento à Mesa, os senhores painelistas: a contadora Sílvia Marques de Brito e Silva, Mestre em Contabilidade e Finanças pela Universidade de Southampton; o contador Júlio Sérgio de Sousa Cardoso, administrador de empresas e professor livre-docente em Controladoria e Auditoria pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Por gentileza, podem sentar-se.

Para sua saudação à platéia e, em especial, aos painelistas convidados desta tarde, com a palavra o senhor coordenador Irineu De Mula.

Irineu De Mula – Coordenador: Obrigado. Boa-tarde, senhoras e senhores, caros colegas. Este painel desta tarde tratará da Auditoria e Controles Internos das Empresas Brasileiras após a Lei Sarbanes-Oxley, que veio revolucionar o setor da auditoria no mercado norte-americano e os seus efeitos, de lá para cá, e também junto às empresas do Brasil. Vamos contar com a participação muito oportuna de Sílvia Marques de Brito e Silva, que é consultora do Departamento de Normas do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil. Ela é também coordenadora de Projetos Normativos Relacionados à Contabilidade, Auditoria e Crédito Imobiliário. Sílvia Marques é Mestre em Contabilidade e Finanças pela University of Southampton, do Reino Unido, e representante do Banco Central em diversos seminários e grupos de discussão sobre assuntos contábeis, com destaque para o Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Subgrupo IV do Mercosul e do ISALC, que faz parte do Sistema da ONU, e é formado por especialistas em padrões internacionais de contabilidade e divulgação financeira. Para distribuir muito do seu conhecimento, é também professora dos cursos de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas.

Sílvia Marques de Brito e Silva, Irineu De Mula e Júlio Sérgio de Souza Cardozo.

Teremos também a participação de Júlio Sérgio Sousa Cardoso, que é professor de Controladoria e Auditoria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É contador, administrador de empresas e livre-docente em Controladoria e Auditoria pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O companheiro Júlio Sérgio foi fundador da Firma de Consultoria de atividades de governança corporativa, assessoramento de funções e aquisições, sucessão familiar, expansão além-fronteiras, aconselhamento e busca de oportunidades em outros mercados fora do Brasil. Na sua vida profissional, também tratou da discussão de temas estratégicos, futuro dos mercados e enfrentamento de crises. Também é expert em temas contábeis, aconselhamento de clientes, empresas de serviços profissionais que não de auditoria, palestrante e conferencista para empresas e instituições. Foi ex-chairman da Ernst & Young para a América do Sul e membro do Board da Ernst & Young para as Américas. Durante sua gestão como presidente da Ernst & Young, triplicou sua receita e lucro líquido em uma longa carreira de vitórias e sucesso, graças ao seu trabalho e à sua experiência. Também consolidou as operações sul-americanas dessa organização e do restante das Américas e Caribe. É também conferencista e articulista. Participou de mais de 80 bancas de mestrado e doutorado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, USP e outras instituições. É benemérito do Museu Brasileiro de Contabilidade. Recebeu Medalha de Honra ao Mérito do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo. Também foi homenageado pelo Sindicato dos Contabilistas do Município do Rio de Janeiro e detentor da Medalha Joaquim Monteiro de Carvalho da Ordem do Mérito Contábil do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo.

Apesar de estarmos bastante bem suportados em termos intelectuais e de experiência profissional com os dois palestrantes desta tarde, temos que lamentar a ausência – e eu a justifico – da sra. Teresa Grossi, impedida de estar aqui conosco, como previsto originalmente, porque, por ter uma participação extremamente ativa no Conselho de Administração e no Comitê de Auditoria do Banco Itaú, se viu hoje frente a um acontecimento inesperado, que foi o falecimento do sr. Olavo Setúbal, que foi praticamente o fundador do Banco Itaú, ex-prefeito de São Paulo e grande coordenador das atividades bancárias do Banco Itaú. Ela ficou impedida de estar aqui por essa razão e apresenta a sua justificativa. Eu tento fazê-lo aqui, agradecendo o empenho que ela teve em poder nos ajudar.

Eu vou passar a palavra à Sílvia, de imediato, para que comece a nossa palestra de hoje. Muito obrigado.

Sílvia Marques de Brito e Silva – Departamento de Normas do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil: Primeiramente, eu queria agradecer a presença de todos aqui e desejar boa-tarde a todos, principalmente, para aqueles que vieram prestigiar este painel. A tarde de hoje, nesse auditório, vai ser muito especial porque nós vamos tratar de dois temas importantes na área de governança corporativa. Nós vamos começar este primeiro painel tratando da parte de Auditoria e, logo na seqüência, teremos a apresentação envolvendo uma parte também importante da governança corporativa que é a parte de Evidenciação. É bom ver que tem aqui muita gente interessada nesse tema.

A nossa idéia aqui é de explorar um pouco a respeito do impacto da Lei SOX, particularmente, no sistema financeiro.

Nós vamos começar discorrendo um pouco sobre a própria lei e os fatores motivadores dessa alteração na regulamentação e na legislação norte-americana. Vou falar um pouco sobre Auditoria, Controles Internos e *Compliance* no Âmbito do Sistema Financeiro Nacional, um pouco da Governança no Âmbito do SFN e apresentar uma conclusão.

A idéia de a gente apresentar aqui a Lei Sarbanes-Oxley é para trazer os grandes fatores motivadores da apresentação dessa lei nos Estados Unidos, exatamente para a gente relembrar o contexto no qual surgiu a lei. Nós temos aqui uma espécie de "efeito dominó". Nós tivemos vários escândalos nos Estados Unidos, particularmente, no final dos anos 2000 e 2001, que trouxeram uma grande motivação para que fosse revista toda a regulamentação norte-americana. Então, nós começamos com o escândalo da Enron, onde você tinha, inclusive, a participação de uma grande empresa de auditoria. Tivemos ainda outras empresas envolvidas, como a WorldCom, Xerox, Tyco e várias empresas fazendo a apresentação novamente das suas demonstrações, corrigindo erros, apresentando lucros que depois se converteram em prejuízos e isso acabou abalando a confiança do mercado nessas organizações.

Aqui é só para relembrar o que aconteceu com uma das maiores empresas naquela época, que é o caso da Enron. Neste gráfico, nós apresentamos o comportamento das ações nos últimos anos que antecederam o escândalo e após toda a crise da Enron. Nós percebemos que houve realmente um colapso assustador, o que levou, tanto os investidores quanto os próprios empregados das empresas que detinham ações da Enron a prejuízos de elevado montante. Quando a gente tenta detalhar a parte final daquele gráfico, a parte descendente do gráfico, nós percebemos que algumas ações da empresa acabaram motivando a queda do preço da ação. Se nós observarmos a metade do gráfico, o terceiro retângulo, nós percebemos que foi o momento em que o Jeffrey Skilling se tornou presidente da empresa e, logo em seguida, em maio, houve a renúncia e a saída de um dos vice-presidentes, o Cliff Baxter, que foi exatamente a pessoa que, a princípio, estava contrário às práticas que estavam sendo adotadas pela empresa. Logo após o grande escândalo da empresa e a queda das ações que chegaram a ser negociadas a mais de US$ 90.00, esse vice-presidente foi encontrado morto dentro do seu automóvel, no ano seguinte, e o que se alega é que foi um suicídio. Então, a gente percebe quantos acontecimentos estão por trás dessa queda da Enron.

Tudo isso acabou abalando o mercado norte-americano e, durante toda essa fase em que a Enron vinha passando por problemas, a recomendação que se dava para os investidores era de manterem as ações porque elas iriam recuperar as perdas. E mais, a recomendação era também que comprassem novas ações porque, agindo assim, estariam estimulando o mercado e, pela lei da oferta e demanda, o preço subiria. Se, ao contrário, vendessem as ações, o preço cairia. Isso acabou incentivando perdas ainda maiores. Como resultado, o presidente da Enron foi depois taxado de mentiroso. Se você sabe que a empresa está realmente passando por problemas, como pode recomendar que os empregados e os investidores mantenham as suas ações e ainda adquiram novas ações? Então, realmente, a figura atribuída a esse presidente da Enron foi a figura de Pinóquio.

Esse foi um dos exemplos de fraude contábil nos Estados Unidos, envolvendo também uma grande empresa de auditoria que foi tachada de ser complacente e de estar em conluio com a empresa que apresentou fraude nos números.

Aqui nós temos uma manchete que foi divulgada pela Revista *The Economist*, em 2002. O que se tem é uma demanda por uma revisão de toda a prática de auditoria nos Estados Unidos. Essa realmente era a necessidade que foi expressada ao governo norte-americano. Depois, nós tivemos o Congresso Americano fazendo a análise do caso e depois apresentando uma proposta, que depois foi convertida em lei, exatamente no sentido de restaurar a confiança dos investidores. A Lei tem essa denominação de "SOX", ou Sarbanes-Oxley, em função de dois parlamentares: o Paul Sarbanes e o Michael Oxley.

Aqui nós listamos o objetivo da Lei SOX. Como já comentei, o principal objetivo era restaurar a confiança do mercado norte-americano porque passaram a desconfiar tanto das empresas quanto das pessoas que atestavam as contas das empresas, os auditores. Com isso, nós teríamos a possibilidade de restaurar essa confiança, aumentar a transparência dessas empresas, aumentar o grau de confiança dessas informações, inclusive, com punições bem severas para administradores ou financistas relacionados a empresas que, por algum momento, estivessem fabricando os números.

As principais seções da Lei SOX são: a Seção 302 e a Seção 404. Essas duas seções tratam basicamente da responsabilidade dos diretores, executivos e financeiros, principalmente na avaliação e acompanhamento desses controles internos. E, também, com relação à implantação de canais de denúncia, código de ética, tudo para garantir que realmente as informações produzidas pela empresa sejam de confiança para o mercado. Os principais desdobramentos da lei, principalmente com as Seções 302 e 40, foram a criação de um órgão que supervisiona a atuação dos auditores, a necessidade de implantação de Comitês de Auditoria, uma responsabilização criminal e penalidade pecuniária para os diretores executivos e financeiros, que eventualmente fraudarem os números e estabelecimento de um Código de Ética para as empresas.

A grande motivação da Lei Sarbanes Oxley foi realmente trazer confiabilidade para esses números e aumentar a aceitação do mercado, que já estava preocupado com o tipo de informação que estava sendo divulgado pelas empresas, esses são os benefícios que se esperava com a edição da nova lei: integração dos processos de controles internos; clareza nas regras; possibilidade de aumentar os controles das empresas e reduzir os riscos.

Assim como nós tivemos esses problemas nos Estados Unidos, a desconfiança com relação às informações que estavam sendo divulgadas e que estavam sendo atestadas por uma auditoria independente, começaram a ser questionadas em outras partes do mundo. O que nós percebemos é que, com a aprovação da Lei Sarbanes-Oxley, muitas jurisdições acabaram por aprovar regulamentações semelhantes, ou até revisar seus códigos em função das alterações promovidas pela SOX. Nós temos o exemplo do Reino Unido. Eles têm um código que foi divulgado em 1999, portanto, antes da crise de confiabilidade da Enron, WorldCom, Xerox e outras, que foi revisto em 2005, exatamente pe-

las alterações introduzidas pela SOX e que já estão sendo confirmadas como de grande relevância para aumentar essa questão da credibilidade das informações que são divulgadas pelas empresas. Então, nós tivemos um reflexo também no Reino Unido.

Da mesma forma, nós tivemos uma mudança com relação à regulamentação, que foi imprimida pela Comissão de Valores Mobiliários do Canadá. Nós temos duas regulamentações específicas, a 52109 e a 52111, que também estão bem alinhadas com os preceitos que a SOX trouxe para o mercado norte-americano. Também em 2006 foi aprovada a 8ª Diretiva da Comunidade Européia, trazendo muitos conceitos que já tinham sido aprovados e trazidos pela SOX em termos de implementação prática. Mais recentemente, nós tivemos a SOX do Japão. Foi editada uma lei com os mesmos conceitos e preceitos da SOX norte-americana e ela é conhecida no mercado como JSOX.

No Brasil, não foi diferente. Particularmente no sistema financeiro, nós tivemos uma crise bem anterior à crise da Enron. Aqui no Brasil, a crise no sistema financeiro foi quando nós tivemos um momento de quebra generalizado em alguns bancos, inclusive bancos de grande porte, como o Banco Nacional e o Banco Econômico. Isso levou o governo a trazer o programa do Proer, que foi questionado durante muito tempo. Hoje, quando a gente compara o nosso Proer com a crise que está acontecendo no mercado de *subprime*, a gente vê que é como se valesse um centavo porque, realmente, a forma como os Bancos Centrais estão socorrendo os grandes bancos pela crise do *subprime* é uma coisa que eu acho que não teve precedentes em termos de história.

Como o mercado brasileiro enfrentou uma crise até anterior à Enron e à WorldCom, a nossa regulamentação acabou passando por uma revisão bem anterior a 2000 e 2001, que nós vamos apresentar daqui a pouco. Então, antes de a gente rever qual foi o impacto que a SOX trouxe em termos de sistema financeiro, vamos falar um pouco de auditoria e controle interno no âmbito das instituições que estão sob a supervisão do Banco Central.

Quando a gente fala de governança corporativa, estamos falando de seis áreas inter-relacionadas. Estamos falando do Conselho de Administração e da Diretoria em termos de transparência e evidenciação; o papel dos *stakeholders* em acompanhar toda essa divulgação e essa performance da empresa; o papel dos acionistas; e o nosso tema específico de auditoria e controles internos.
Em termos de sistema financeiro, é muito importante a gente enfatizar a importância de boas práticas de governança corporativa nesse setor. A gente tem como grande fator de motivação o estímulo ao processo de governança corporativa, exatamente no sentido de minimizar ou mitigar o risco de uma crise sistêmica. Se você tem um sistema de governança corporativa forte, você tem muito mais chances de ter minimizado esse risco de crise sistêmica. Da mesma forma, você consegue proteger os credores dessas instituições e nós sabemos que realmente os maiores credores são os depositantes. Então, essa é uma forma de você garantir estabilidade do sistema, além de aumentar a confiança de investidores e da sociedade. Para isso, você precisa também ter um órgão regulador atuando e acompanhando todo esse processo.

Aqui nós trazemos a seguinte mensagem: toda a parte de controles internos,

compliance e auditoria interna é responsabilidade da administração. Então, não vai ser responsabilidade do auditor externo, não vai ser responsabilidade do órgão regulador, não vai ser responsabilidade do acionista. Esses três sistemas são, realmente, de responsabilidade da administração. É por isso que a SOX leva muito a sério a questão de responsabilização pecuniária e criminal com relação aos atos praticados por essas pessoas.

O que entendemos por controle interno? Um conjunto de ações estabelecidas pela alta administração – e por isso é de responsabilidade dela – com o propósito de assegurar que os objetivos organizacionais sejam atendidos.

Na área bancária, o Comitê de Basiléia também traz prescrições bem específicas com relação a isso. Quando ele fala de controle interno, ele estrutura o controle interno em seis componentes, que estão listados aqui:

O acompanhamento da alta administração;
O reconhecimento e avaliação dos riscos;
Atividades de controle e segregação de funções;
Informação e comunicação;
Monitoramento das atividades e correção das deficiências;
Avaliação dos sistemas de controle interno pela supervisão.

Essas são as seis áreas que o Comitê de Basiléia entende como críticas para o sucesso e a boa implementação de um sistema de controle interno. O controle interno também é visto pelo Comitê de Basiléia como essencial para uma boa governança.

Na área de *compliance*, o Comitê de Basiléia recomenda é que essa área de *compliance* seja independente em relação à auditoria interna e que possa realmente oferecer suporte para a aplicação de todos os códigos e regulamentos que são estabelecidos para as instituições. Da mesma forma, o Comitê de Compliance deve ser estruturado de forma independente.

Quando a gente fala em termos de sistema financeiro, nós tivemos duas fases: uma anterior à SOX e uma posterior à SOX. Em 1996, já como decorrência de todos aqueles escândalos e crises no sistema bancário brasileiro, nós tivemos talvez o nosso primeiro movimento no sentido de aprimorar a estrutura de governança dos bancos no que se refere à auditoria. Foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional a Resolução 2267, com o objetivo de aprimorar as regras de auditoria externa para os bancos. Nessa oportunidade, foi instituído o rodízio de auditores no Brasil. Essa foi realmente a primeira exigência que surgiu em relação a rodízio. Naquela época, havia necessidade de, a cada quatro anos, as instituições financeiras fazerem a substituição da firma de auditoria independente. Em 1998, nós tivemos um outro avanço, ainda na fase anterior à SOX, que foi uma Resolução também aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, com o fim de estabelecer uma estrutura de controle interno forte e robusta que pudesse dar suporte às operações bancárias.

Em 2002, já pós-SOX, nós começamos a ver alguma influência da Lei Sarbanes-Oxley na regulamentação brasileira. Tivemos a constituição do Sistema de Pagamentos, que foi uma estrutura que permitiu um avanço bem significativo, bem relevante em termos de estruturação de pagamentos do sistema financeiro e algumas regulamentações específicas a respeito dos diretores e re-

presentantes de instituições financeiras em termos de responsabilização. Foram as Resoluções 3040 e 3041.

Em 2003, nós percebemos mais uma influência da lei norte-americana aqui, quando foi vedada a prestação de serviços assessórios e foi feita uma vinculação em termos de independência com as regras do próprio Conselho Federal de Contabilidade. Então, na hora de prestar serviços para uma instituição bancária, o auditor tem de se certificar que ele está cumprindo os requisitos de independência estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade. Foi estabelecida também a necessidade de criação do Comitê de Auditoria. Nós percebemos que também aqui há uma influência da SOX. Assim como também na criação do "Canal de Denúncias", ou seja, na detecção de alguma fraude ou algum ato que seja suspeito, o auditor tem que comunicar à autoridade supervisora no prazo de três dias úteis e o administrador, no prazo de 24 horas. Então, foi estabelecido esse Canal de Denúncias.

Em 2004, ainda sob a influência da SOX, mas já um pouco mais suave, nós tivemos um pequeno aprimoramento dessa Resolução de Auditoria e foram alterados alguns conceitos relacionados à constituição do Comitê de Auditoria, trazendo um pouco mais de independência para esse Comitê. Também tivemos um reforço, já sem a influência da SOX, mas sob a influência da regulamentação que foi estabelecida pelo Comitê de Basiléia, com as Regras Gerais que o Comitê de Basiléia recomenda para os Bancos Centrais de todo mundo. No âmbito desse conjunto de regulamentações surgiu realmente um novo acordo de capitais, que é o Basiléia II. Esse acordo foi comunicado ao mercado por meio desse Instrumento 12746, do Banco Central.

Em 2006, surgiu o Projeto Convergência. Acho que aqueles que acompanharam a apresentação do Amaro sobre a implementação do IFRS no sistema financeiro puderam acompanhar como esse projeto foi desenvolvido e quais foram os fatores motivadores desse Projeto de Convergência. Nós estamos apenas relembrando que esse projeto não começou efetivamente em 2006, já havia começado há uns 14 ou 15 anos atrás, mas ele foi realmente estruturado e comunicado ao mercado e acelerado em 2006 e foi divulgado por meio do Comunicado 259. O importante neste painel é comentar que esse processo de convergência não é só com relação às Normas Internacionais de Contabilidade, mas esse Projeto de Convergência está realmente buscando um alinhamento com as Normas do Ifac. Então, a intenção é que a gente tenha um compromisso de adotar as melhores práticas de auditoria.

Em 2007, mais no sentido de aprimoramento da governança, e também sem uma ligação direta com a SOX, mas para mostrar como a estrutura de governança tem sido aprimorada no sistema financeiro, foram estabelecidas regras específicas com relação à Ouvidoria, exatamente para aumentar esse canal de comunicação entre as instituições e os diversos *stakeholders* que acabam negociando com a entidade.

Como conclusão, eu diria que realmente a SOX foi um marco em termos de regulação de auditoria. Primeiramente, nos Estados Unidos, mas, com certeza, influenciou a regulamentação de auditoria em várias jurisdições, inclusive no Brasil. Ela traz um grande desafio para nós, enquanto profissionais, seja do setor de regulação, seja do setor de auditoria, de preparadores de demonstrações financeiras. É um desafio muito grande. Tem

de haver uma constante atualização e há necessidade de a gente acompanhar sempre o que está acontecendo. Para isso, é preciso que sejam desenvolvidas ações de capacitação. Há também necessidade de se estar incorporando equipes multidisciplinares, tanto na estrutura de controle interno, como de auditoria interna e de *compliance* das empresas porque, hoje em dia, particularmente em alguns segmentos, as coisas vão se tornando tão complexas que fica difícil a gente ter uma equipe que tenha a mesma formação. Nós precisamos realmente agregar a essa equipe pessoas que entendam de tecnologia da informação, que entendam de cálculos matemáticos avançados, que entendam de uma parte jurídica mais elaborada. Nós precisamos realmente tornar essas equipes multidisciplinares. Só isso é que vai permitir que nós tenhamos melhor gerenciamento de riscos e um melhor controle.

Era isso o que eu tinha para passar a vocês. Obrigada.

Irineu De Mula – Coordenador: Obrigado, Sílvia, por sua exposição. Você sumariou acontecimentos de um período bastante grande, mas com muita oportunidade nos deu um resumo dos seus efeitos no nosso mercado. Com a palavra, o Júlio Sérgio.

Júlio Sérgio de Souza Cardozo – UERJ: Senhoras e senhores contabilistas, boa-tarde. É um prazer estar aqui neste 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade e, sobretudo, estar nesta terra tão hospitaleira, como a terra gaúcha. Nós cariocas nos damos muito bem com os gaúchos.

O tema do nosso painel é um tema de muitos desafios. Felizmente, a Sílvia me ajudou muito, explicando os antecedentes que propiciaram a existência da Lei Sarbanes-Oxley como uma lei importante no mercado de capitais. Os escândalos corporativos, tão noticiados pelo mundo afora, de fato abalaram, de maneira significativa, como um verdadeiro terremoto. Parecia que nós estávamos voltando a 1929, com o *crack* da Bolsa. A grande diferença é que, nesta oportunidade, ninguém se suicidou. Seguiu-se um outro evento, ou um outro cataclismo de importância idêntica aos escândalos ocorridos. Pela primeira vez, nunca antes na história do mundo, quebrou uma empresa de auditoria. Eu me lembro que eu estava no Aeroporto de Atlanta para uma reunião do *Board* da minha firma e recebi a ligação para ir para Nova Iorque e ficar atento aos monitores do aeroporto. Às cinco horas da tarde daquele dia foi anunciada a pena de morte da Arthur Andersen. Ela foi indiciada. Nunca imaginei que algo dessa natureza pudesse acontecer.

Afinal, o que aconteceu ali? Todos nós estávamos perplexos, mas três convicções emergiram desses episódios, do ponto de vista do mercado de capitais:

O capitalismo acabou, assim como acabou o comunismo. A perplexidade era: o que vamos fazer?

A auditoria independente não serve para nada. Repentinamente, eu e milhares de pessoas estávamos desempregados.

A Contabilidade como linguagem dos negócios não serve mais. Essa talvez seja a mais terrível dessas três convicções.

Não poderia ocorrer tragédia maior: acabou o capitalismo, a auditoria não serve para nada e a contabilidade perdeu o seu prestígio. Aí, entra em cena o Congresso Americano e manda ver!

Nunca uma lei saiu tão rápida como a Lei Sarbanes-Oxley e nunca se fez uma lei tão dura nos anos recentes.

Quais foram as conseqüências? A primeira e mais drástica conseqüência foi que o Instituto Americano dos Auditores Independentes perdeu completamente a relevância. Por quê? Porque, a partir da promulgação da Lei Sarbanes-Oxley, o Poder Legislativo Americano, o Congresso Americano, interveio no mercado auto-regulado. Até então, as normas, os procedimentos, as práticas contábeis e de auditoria emanavam do *Financial Accounting Standard Board*, a Junta de Procedimentos Contábeis e o Instituto Americano dos Auditores Independentes, ditando normas de auditoria. Quem passou a ditar normas de auditoria foi um novo órgão, chamado PCAOB, que seria uma Junta de Supervisão das Companhias Abertas e de Auditoria. Repentinamente, no ambiente americano, saímos de uma auto-regulação para uma imposição. O que isso significa para os brasileiros? Nada. Nós estamos acostumados a isso. A nossa tradição portuguesa é esperar que se faça uma lei para que possamos ter os Princípios de Contabilidade. É claro que isso vem mudando, mas, para os norte-americanos, isso foi uma modificação muito importante.

A Lei SOX é duríssima porque ela impõe penalidades, impõe responsabilidades de forma muito clara. Não dá para fugir dos ditames da lei; não dá para fugir do objetivo da lei, que é moralizar o mercado de capitais norte-americano. Agora, isso trouxe um considerável aumento no custo administrativo das companhias abertas. A reclamação mais importante dessas companhias está circunscrita justamente no aumento dos custos: custo para se preparar para a lei; custo para se manter em conformidade com a lei; custo da auditoria. A partir daí, uma lição que os antropólogos explicam muito bem: diante da eminência do desaparecimento, o ser humano se transforma, num processo maravilhoso de criatividade, e sai melhor do que estava antes da crise. É a famosa lei da iminência do caos. O que aconteceu na iminência do caos de desaparecer a Contabilidade como ciência da informação, de desaparecer a atividade de auditoria, que nos Estados Unidos é uma profissão? Nasce um mercado novo e os auditores, nunca antes na história daquele país, ganharam tanto dinheiro. Então, a crise foi benéfica; a lei foi benéfica. Quando os americanos decidiram acabar com os incêndios no Parque Florestal de Yellowstone, percebeu-se uma degeneração gradativa das árvores e da vegetação porque não havia mais incêndio, não havia mais a regeneração das espécies, não havia mais a diversidade. Então, as crises são boas, desde que você esteja do lado certo.

Quais são os benefícios da crise? Quais são os benefícios da lei feita para superar a crise? Em primeiro lugar, está a governança corporativa. A partir da Lei Sarbanes-Oxley, a governança entra definitivamente na pauta das corporações. É o assunto número um. O que isso traz como conseqüência imediata? Mais transparência a respeito dos negócios, mais respeito para os minoritários que não são mais tratados como aqueles idiotas que compram as nossas ações, mas sim como aqueles que confiam a sua poupança nas nossas idéias e, como tal, merecem respeito.

Outra conseqüência muito importante foi uma mudança substancial na composição dos *Boards* (Conselhos de Administração e Diretoria) das corporações

americanas; mudança substancial na formação do Comitê de Auditoria. Aqui nós temos algo semelhante como o Conselho Fiscal, mas muito mais abrangente. Além disso, passou a haver a adoção obrigatória de *experts* e isso criou um mercado de trabalho para contadores, auditores, contratos como *experts* desses Boards. A conseqüência foi que as decisões passaram a ser muito mais centradas, muito mais éticas e levando em consideração não apenas o interesse dos membros daquele *Board*, mas o interesse dos acionistas, estejam eles ou não presentes naquela mesa.

Outra conseqüência importante foi a forma de determinar o bônus dos executivos. Essa foi uma das principais razões para a crise nas empresas que quebraram em 2000 e 2001. Da Lei Sarbanes-Oxley para frente, os bônus passaram a ser calculados ou determinados em função da contribuição que o executivo, candidato ao bônus, deu para o crescimento, a perpetuação e a melhoria do negócio. São os famosos bônus baseados nos fatores críticos de sucesso daquele negócio. Pode não ser, por exemplo, o crescimento do valor patrimonial da ação e sim a descoberta e desenvolvimento de um novo método de fazer negócios. Estejam certos de que esta pequena conseqüência tem, e terá, reflexos muito importantes na gestão dos negócios.

Quais foram as conseqüências para o controle interno? A Certificação da Seção 404 da Lei SOX. Isso é sério, é para valer. Ao se certificar de que o controle interno é eficiente para os propósitos para os quais foram desenvolvidos, é porque aquilo é sério. Caso contrário, se os controles internos apresentarem deficiências importantes, aqueles que assinaram a certificação vão prestar contas à Justiça. O que isso significa para os controles internos? Um retorno ao passado. Por quê? Porque controle interno sempre foi muito importante. Essa importância começou na década de 1940 e, em 2001 e 2002, volta-se a falar na importância do controle interno. Isso é um alerta porque a idade, por si só, não desautoriza nem desvaloriza aquilo que foi pensado e foi bem executado. A busca pelo modernismo pode levar ao caos e, quando se abusa das regras de controle interno para fraudar as demonstrações contábeis, é preciso tomar muito cuidado. Mas agora estamos de volta ao passado!

E para os investidores? Os investidores são os grandes beneficiários da Lei SOX, juntamente com os auditores. Por quê? Porque agora há um tratamento mais ético, mais digno. Eles são mais bem informados. A famosa "transparência", que virou uma palavra de ordem, nada mais é do que tratar com dignidade aquele que teve a confiança de colocar o dinheiro na sua mão. A Lei Sarbanes-Oxley trouxe para os investidores a confiança de que eles agora são respeitados porque, se não forem, cadeia para quem os desrespeitou. Então, podemos dizer que o principal benefício para os investidores foi a qualidade da informação aliada à confiança na condução dos negócios.

Considerando que este é um evento de Contabilidade, devemos falar também sobre os benefícios para os contadores e para os auditores. Eles são os grandes beneficiados dessa lei. Aliás, Sarbanes e Oxley não são contadores. Eles foram auxiliados para fazer a Lei SOX. Quais foram os benefícios. Há um rol de benefícios e poderíamos ficar aqui o dia inteiro falando sobre isso. Vou citar apenas alguns:

Restabeleceu a importância da Contabilidade como ciência da informação. Nós podíamos ficar aqui discutindo durante meses se Contabilidade é ciência ou é arte, mas vamos ficar com a definição que "Contabilidade é a arte de fazer ciência".

Crescimento significativo no mercado de trabalho para contadores. Nunca antes na história da contabilidade houve tantos empregos para contadores.

Restabelecimento da confiança nos auditores independentes, esses paladinos do capitalismo! A concepção mudou completamente. Em 2001, os auditores eram a pior coisa que acontecia no mercado. Hoje, são a garantia de que o capitalismo é um regime sério que a demonstração contábil, por eles certificada, é uma demonstração contábil confiável.

Aumento significativo na demanda por serviços de auditoria independente. Os escritórios estão lotados de trabalho e uma boa notícia para os auditores internos é que nunca tiveram tanto prestígio quanto têm hoje. Por quê? Porque um dos arcabouços da Lei Sarbanes-Oxley é o fortalecimento do controle interno. Como fortalecer o controle interno? Por meio de uma auditoria interna que funcione, com independência, com gente capaz.
Mas o que é que aconteceu no mundo? Será que nós não aprendemos nada com isso? Será que nós, professores de Contabilidade, de Auditoria, de Finanças, não vamos extrair alguma coisa disso?

O capitalismo tem quatro princípios. Primeiro, o capitalismo se caracteriza por um forte empreendedorismo. Todos nós podemos ser empreendedores. As condições estão postas para isso porque aqui estamos num regime capitalista. É preciso que haja ética, a ética calvinista, porque tem que ter lucro. O lucro é bom, temos que respeitar o próximo, sabendo que o nosso direito termina quando começa o do outro. Essa ética, em que não se paga pela indulgência, foi o principal fator do crescimento aceleradíssimo do capitalismo nos Estados Unidos. Qual é o risco? Se você não tiver competência, não se estabeleça porque você pode quebrar. Você pode perder o seu patrimônio. Então, o risco é inerente ao capitalismo, é o que mantém a qualidade dos serviços. É o que mantém a qualidade dos produtos. Qual é o papel do Estado nisso tudo? É fazer a regulação, criar as regras mínimas para o mercado funcionar harmonicamente, somente intervindo quando o mercado apresentar distorções. Além de funcionar como árbitro em eventuais disputas. Isso é o capitalismo.

O que deu errado? Há uma crise ética sem precedentes no mundo dos negócios. É como se ser honesto fosse uma virtude e não uma obrigação. Isso é que precisa acabar e há esperança de que isso esteja acabando. No ano passado, eu fui convidado para escrever um livro sobre a minha vida. Depois de muito pensar, eu falei sobre o que eu fiz na vida usando a ética como bandeira. O nome do livro é: "Você não tem que ceder: a trajetória de força e ética de um CEO no Brasil". É por isso que o lema que eu uso na vida é "*Strength and honor*". Numa tradução livre: "Muita força de vontade e muita honra". É isso que te leva ao sucesso.

Mas será que o mundo melhorou de repente? Vamos testar se a SOX funciona. Nós temos dois casos excelentes. Um deles se refere às hipotecas *subprime*, ou seja, aqueles imóveis vendidos

a prazo para gente que não tem condições de pagar a prestação. Isso aconteceu lá nos Estados Unidos. Não foi aqui não! É verdade. É uma Casa Bahia em que você tem certeza de que não vai pagar? Por quê? Porque os imóveis caíram de preço. Você comprou a sua casa quando o mercado estava lá em cima, com sobrepreço. As prestações subiram porque os juros não são fixos, vão variando segundo o mercado e chega a um ponto em que você não consegue pagar. Tudo isso aliado ao fato de que o desemprego estava aumentando nos Estados Unidos. Então, a solução é vender a casa? Não. Não tem comprador porque a hipoteca é mais alta do que a casa vale. E tem outras coisas mais, como, por exemplo, hipotecas sucessivas. Nesse caso, devemos perguntar: A inadimplência não estava aumentando? Não existe a famosa "marcação ao mercado"? Então, o que deu errado lá no mercado imobiliário americano? Por que isso não foi detectado? A Lei Sarbanes-Oxley tem solução para isso. Digo aos senhores que todas as empresas de auditoria estão com processo na Justiça dos Estados Unidos. Por que elas não viram que o crescimento da inadimplência poderia levar à inadimplência total? Os juízes americanos é que estão perguntando isso. Por que elas não viram a marcação ao mercado?

Mas nós não podemos ficar fora dessa brincadeira. Nós temos o caso da Agrenco. Uma empresa de *commodities*, que exporta *commodities*, principalmente soja, cujo lançamento inicial de ações no mercado, sob a coordenação de um importante banco, recebeu a recomendação de "comprar". Como a Sílvia disse: "Na crise, compre!". Só que isso não era na crise; era na bonança! Compraram, e os dirigentes da Agrenco saíram de casa, algemados. E pior! A Polícia Federal estava investigando a empresa antes do lançamento inicial de suas ações no mercado. O caso Agrenco é muito interessante por vários fatores. Primeiro, não vai ser resolvido no Brasil porque eles fizeram o lançamento através de um título chamado "Brazilian Repository Receipts – BDR", que foi lançado nos Estados Unidos. Então, a Sarbanes-Oxley está ali prontinha para ser aplicada. Mas tem que se questionar o papel dos dirigentes no episódio. Eles só ficaram presos um par de dias e já estão todos soltos. Como é que eles foram capazes de fazer isso? Temos que refletir sobre o papel do Conselho de Administração porque esse é um caso muito emblemático. O membro independente do Conselho de Administração da Agrenco é o presidente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. [...] Por que ele aceitou? Essa é a pergunta. Eu já recusei três convites. Por quê? Primeiro, não acreditei na sinceridade do dirigente com relação à governança corporativa; não acreditei no Plano de Negócios; não acreditei na proposta dos diretores. Como é que eu vou fazer parte disso? O meu patrimônio, tão duramente construído, vai ficar a risco? Não. Tem gente que aceita oito conselhos por mês. Tem que dizer não porque o maior patrimônio que nós temos é o nosso nome e não há dinheiro que pague isso. Eles vão se explicar! O caso é tão importante que o Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro está analisando, na cadeira de Auditoria, esse episódio para dele extrair lições. Então, temos a oportunidade de testar a Lei Sarbanes-Oxley.

Quais são os próximos passos? Qual o papel que os dirigentes devem ter depois da Lei Sarbanes-Oxley? Eu não tenho dúvidas de que, hoje, um dirigente pensará duas vezes antes de tapear alguém porque cadeia, mesmo nos Esta-

dos Unidos, não é bom. Logo que a Lei SOX foi promulgada eu conversava com o Ministro Furlan e ele me dizia: "Júlio Sérgio, essa lei é uma tragédia. Veja só! Eu sou membro do Comitê de Auditoria da Femsa, que é a maior engarrafadora de coca-cola da América Latina. É uma empresa extremamente séria. Eu ganho US$ 3.000,00 por mês e vou lá uma vez a cada três meses. Imaginem se descobrem um escândalo! Por conta de receber US$ 3.000,00 por mês, eu vou para a cadeia! E é cadeia americana! Vou falar inglês o dia todo, mas estou na cadeia!". Sabem o que aconteceu? Ele pediu demissão e fez muito bem. A SOX mudou atitudes e mudou ímpetos. Vai ser uma delícia assistir ao Jornal Nacional e ver essa galera das hipotecas de *subprime* e talvez da Agrenco ir para a cadeia. Aí, nós mudamos!

Qual seria o papel dos auditores nesse processo? Agora, a preocupação dos auditores com a detecção de fraudes é consideravelmente maior! E não se escudem na legislação profissional universal de que a auditoria não é para pegar fraudes. Perguntem ao povo, perguntem aos investidores! Lá na UERJ, nós fizemos uma pesquisa sobre qual era a principal preocupação do investidor com relação a fraudes e erros. A resposta foi que o auditor deve buscar a ocorrência, independentemente do valor envolvido. Os auditores não são bobos! Pelo contrário, são bem espertos! Eles já estão agregando técnicas de detecção de fraude para ajudar as equipes de auditoria, inclusive trazendo *hackers*, que são facilmente identificados no escritório das empresas de auditoria porque a eles é permitido usar brinquinho, usar rabo de cavalo e tatuagem.

E o IFRS versus o USGAAP? Os europeus ganharam a batalha. Os americanos, relutantemente, estão aceitando que os princípios americanos não são os melhores do mundo, como eles imaginavam, e, paulatinamente, vão adotar, talvez a partir de 2009, as regras do IFRS. O IFRS é muito mais importante do que a SOX em termos de benefícios para as companhias brasileiras porque, daqui para a frente, com o IFRS em vigor, as demonstrações contábeis das empresas brasileiras são comparáveis com demonstrações contábeis de segmento idêntico, em outros países. Essa é uma oportunidade ímpar para contadores e auditores. É o assunto na agenda de empresas e governos. Não critiquem se vai ser convergência ou harmonização. Isso é irrelevante. Eu prefiro harmonização, mas não critiquem porque a lei é boa. O que você tem que fazer é trabalhar; é aprender a usar a lei; é ensinar o que a lei diz e usufruir o prestígio profissional que esta lei vai trazer para a classe contábil brasileira.

Qual o próximo passo para esta profissão? A postura ética do contabilista tem que ser irretorquível! Não há uma mulher mais ou menos grávida, como não há uma ética mais ou menos. A ética não depende do valor envolvido. Ou você é ético ou você não é ético. O contabilista, por natureza, é um ser ético. Ele foi criado e treinado para ser ético. Haverá considerável aumento no prestígio da profissão contábil. Quem viu aquele filme "O Procurado", o Morgan Freeman é o presidente de uma fraternidade de assassinos, que está procurando o Wesley, que tem 400 batimentos cardíacos por minuto e é um ótimo candidato a assassino. O Wesley trabalha num escritório e tem uma chefe ridiculamente caracterizada como uma mulher obesa, possessiva e ignorante. Então, o Wesley é recrutado pela fraternidade dos assassinos e diz: "Eu, assassino! Eu sou

contador, eu sou gerente de contabilidade!". O que aconteceu com a platéia do cinema? Veio abaixo, vendo aquela figura ridícula do contador. É preciso reagir. Às vezes, nossa conduta individual fertiliza o preconceito e parece que temos um incurável complexo de inferioridade. Reaja! Faça a sua parte! Afinal, na Olimpíada da Ética, na Olimpíada da Qualidade da Informação, na Olimpíada do Progresso das Nações, você, contabilista, é Medalha de Ouro. Venha para o pódio! Aqui é o seu lugar!

Irineu De Mula – Coordenador: Obrigado, Júlio Sérgio. Mais uma grande aula, também com uma retrospectiva ampla de todos os efeitos decorrentes da Lei Sarbanes-Oxley, implementada desde 2002 e que nos trouxe desafios pela frente. Lembro aqui que o sumário dos acontecimentos que afetaram o sistema financeiro nacional, com o Acordo da Basiléia, citado pela Sílvia, nos leva a considerar que, efetivamente, a globalização traz consigo responsabilidades tão grandes para nós contadores especializados em auditoria que nós devemos estar atentos e, mais do que isso, preparados. No Brasil, há cerca de 40 empresas, incluindo subsidiárias de empresas estrangeiras de grande porte, ou de relevância, que são avaliadas pelas empresas de auditoria em seus controles internos. Os dirigentes de outras 70 empresas estão começando a olhar as exigências iniciais da Sarbanes-Oxley, que depois também evoluíram para uma série de outras exigências. Por exemplo, em outros países da Europa, há exigências até maiores do que a própria Sarbanes-Oxley, como é o caso da Inglaterra, e se ressalta a importância da prestação de informações sérias. Não basta pretender ser transparente, mas a informação tem que ter qualidade e nós, contadores voltados para a área de auditoria, estamos sendo demandados para que venhamos a olhar muito mais pelos controles internos para que a Contabilidade venha a ser um resultado efetivamente das operações.

Gostei muito de uma expressão usada pelo Júlio. Citamos a Enron, até fatos mais recentes no nosso país, em que se fala de "escândalos contábeis". Na verdade, e como bem enunciado pelo Júlio, são "escândalos corporativos", na sua maioria, senão na sua totalidade, engendrados até no gabinete da presidência das organizações. Alguns até têm a participação dos contadores e dos auditores, às vezes com a cumplicidade, e, às vezes, por incompetência, mas são muito mais escândalos corporativos. Esses escândalos corporativos, não-contábeis, obviamente, resultam em efeitos contábeis, mas, na verdade, os escândalos corporativos nascem, em especial, pela falta de controle ou de uma maior responsabilidade dos dirigentes.

A Lei Sarbanes-Oxley veio trazer, por exemplo, um pequeno detalhe, que foi até ridicularizado aqui no Brasil, no sentido de que os administradores passariam a ter que assinar as demonstrações contábeis e financeiras. Nós podíamos até dizer que isso nós já fazíamos. Num mercado como o norte-americano, na hora em que o administrador vai assinar lá embaixo, ele vai pensar duas vezes porque, como disseram os nossos palestrantes: "A lei é dura e as responsabilidades são cobradas". Ainda que o Judiciário leve muitos anos para julgar esses casos, há um julgamento da sociedade em relação a esses escândalos que precede o julgamento do Judiciário em muitos e muitos anos. Haja vista que não haveria nenhum Proer que viesse a salvar uma Enron, assim como nada foi possível se fazer para salvar uma Arthur

Andersen. Na verdade, o julgamento foi feito pela sociedade, enquanto que, no Judiciário, as coisas ainda continuam sem uma solução, ou com uma solução prevista mais para frente.

A governança corporativa passou a ser muito mais valorizada porque dela resultam os efeitos financeiros necessários para um bom e correto registro contábil. Então, passou-se a olhar a governança corporativa não como uma coisa das grandes corporações, algum *chantilly* que se põe no bolo para enfeitá-lo, mas sim como algo que realmente deve ser seguido. Hoje, para gáudio dos contadores, nós somos fortemente envolvidos na instrumentação das governanças corporativas e ela passa até a ser feita por pequenos empreendedores, pequenos empreendimentos. Muitas das organizações, ainda que pequenas, fechadas ou limitadas, já estão olhando que os conceitos de governança corporativa têm que ser a base de sua administração, que, por sua vez, tem que ter sua base fortemente calcada na ética. Hoje, os controles internos, quando contêm ressalvas ou recomendações dos auditores, resultam até em queda do valor das ações na Bolsa de Valores. Apenas alguma fraqueza em seus controles internos que tenha sido detectada por seus auditores e informada ao mercado, isso já afeta a imagem da empresa. O fato de a empresa ficar sujeita a um aspecto negativo de controle interno já afeta a valorização de suas ações na Bolsa. Esses controles internos vão resultar numa maior qualidade da informação e numa credibilidade maior. Então, estamos vendo que, hoje, não basta só uma demonstração contábil, uma demonstração financeira, que mostram a pujança dos números. Hoje, a empresa tem que mostrar credibilidade e qualidade das suas informações.

O restabelecimento da importância da Contabilidade e do contador decorre dos grandes desastres, dos grandes acidentes. Infelizmente é assim, não apenas na nossa profissão. Um grande acidente aeroviário, por exemplo, traz em seu bojo uma série de ações que vão evitar que novos acidentes venham a acontecer. Nós passamos como bandidos nessa história por muito pouco tempo e eu diria que, na maioria das vezes, nós fomos apenas parte do escândalo corporativo e não fomos o grande elemento causador desse escândalo corporativo, ou do escândalo contábil, como queriam chamá-lo. A busca da qualidade do trabalho do contador ou do auditor passou a ser crescente. No mercado da América do Norte, voltamos a ser uma das profissões mais desejadas pelos jovens talentos; os chamados "estrelas" das grandes universidades da América do Norte buscam hoje a profissão do contador, na sua forma de contador público, de auditor. É uma grande oportunidade. Isso foi perdido por muito pouco tempo quando aconteceram os escândalos corporativos em 2001. O prestígio dos auditores aumentou, não só para os auditores externos, mas também, no caso da auditoria interna, porque eles passaram a ser vistos como grandes moderadores, instrumentos da administração para acompanharem os controles internos e evitar que o próprio administrador da organização não venha a ser enganado ou ludibriado.

Não há nenhuma novidade maior na aplicação da Sarbanes-Oxley. Ela segue acompanhando a sua filosofia original. Alguma coisa foi detalhada um pouco mais de 2002 para cá, aprendemos um pouco mais e as organizações também. A figura da auto-regulação, que havia sido jogada no chão, e passou a existir apenas por determinação legal,

mas, hoje, já se volta a considerar que a auto-regulação tem a sua importância, pela especialização, pelo conhecimento, mas que não pode prescindir das exigências de ordem legal. Isso é alguma coisa que, possivelmente, veio para ficar. A responsabilidade dos administradores e dos auditores passa a ser pela qualidade das informações, mais fortemente, e isso é que dá ao mercado a garantia de aplicações. Nós citamos casos recentes e a grande crise no mercado americano. Vamos discutir muito longamente onde estavam os auditores nesse momento. A verdade é que a rapidez com que pode ocorrer a deterioração é tão grande, que é preciso olhar mais para frente, não só em relação aos controles internos, mas com o medidor da temperatura das organizações *vis-à-vis* com o mercado, *vis-à-vis* com outros elementos externos, e o auditor tem que se antecipar cada vez mais em tentar identificar isso. Isso só pode ocorrer de uma maneira: preparando-se para enfrentar esses assuntos. Esse escândalo americano mais recente, que ainda não está sendo chamado de escândalo pelos americanos, mas o resto do mundo está olhando como tal, vai colocar muitos bancos e muitas instituições financeiras em situação delicada a ponto de terem que ser incorporados por outros mais fortes ou recorrer a recursos do governo para poderem sair desse atoleiro. As mensagens que nós recebemos e lemos podem ser controvertidas em termos de valores, mas, certamente, o problema ainda não está solucionado. Fala-se em outros muitos bilhões de dólares e o número pode até ir ao infinito. Mas a verdade é que ainda há muito por fazer e novamente vão virar para o contador e para o auditor e perguntar: "Os senhores onde estavam?". Vamos nos preparar para evitar que venhamos a ser surpreendidos no nosso exercício profissional com coisas desse tipo e com a criatividade e a evolução, a rapidez com que ocorrem os novos negócios é tal que, como auditores, temos que nos preparar muito para acompanhar essa evolução.

Eu quero deixar os agradecimentos profundos do Conselho Federal de Contabilidade aos organizadores deste 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, aos colegas Sílvia e Júlio e lamentar a ausência da Teresa Grossi. Certamente, perdemos alguma coisa com isso, mas acho que o esforço e o empenho dos demais colegas ajudaram a recompor essa ausência. Muito obrigado a todos e agradeço e felicito nossos palestrantes. Obrigado.

Mestre de cerimônias: Neste momento, eu convido o contador Irineu De Mula para fazer a entrega dos certificados e também de uma singela lembrança do 18º CBC aos nossos painelistas convidados desta tarde. A peça é um trabalho artesanal confeccionado em madeira de reflorestamento.

Inicialmente, a contadora Sílvia Marques de Brito e Silva.

Agora, o contador Júlio Sérgio de Souza Cardozo.

Convido o senhor vice-presidente de Controle Interno do Conselho Federal de Contabilidade, contador Adeíldo Osório de Oliveira, para fazer a entrega do certificado e também desta peça-homenagem ao contador Irineu De Mula por sua condução nos trabalhos deste painel.

Senhoras e senhores, teremos agora um intervalo de 30 minutos, retornando, em seguida, a este auditório, para a seqüência de nossa programação. Obrigada.

CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

AUDITÓRIO JOSÉ LUTZEMBERGER

PAINEL N.º 10

A CONTABILIDADE NOS PROCESSOS DE ARBITRAGEM

Mestre de cerimônias: Senhoras e senhores, boa-tarde. Dando prosseguimento às atividades científicas do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, será apresentado, neste momento, o 10º Painel, que abordará o tema "A Contabilidade nos Processos de Arbitragem", objetivando discutir a relevância da informação contábil nos processos de arbitragem.

Para coordenar este painel, convidamos o contador, professor e administrador José Maria Martins Mendes. O professor José Maria Martins Mendes é auditor independente, credenciado pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. É consultor empresarial e membro fundador do Instituto Cearense de Estudos Tributários. É autor de livros, ensaios e artigos na área de Contabilidade e Administração. José Maria exerceu diversos cargos nas entidades da classe contábil brasileira: presidente do CRC do Ceará, presidente do Conselho Federal de Contabilidade, presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade e presidente do Comitê de Integração Latino-Europa-América, com sede em Roma. Atuou em cargos públicos no Estado do Ceará, como Secretário de Finanças do Município de Fortaleza e Secretário da Fazenda do Estado do Ceará.

Convidamos também para participar deste painel o contador e professor Dr. Eliseu Martins e o advogado e economista professor Doutor Marcos Paulo de Almeida Salles.

De imediato, passamos a palavra ao nosso coordenador, José Maria Martins Mendes, para as suas considerações e condução dos trabalhos.

José Maria Martins Mendes – Coordenador: Boa-tarde. Nós vamos discutir um assunto novo; porém, muito importante para o momento da economia do Brasil, da evolução da Contabilidade e também pela inserção do profissional de Contabilidade em mais um mercado que se abre em todo o País.

Eu gostaria de apresentar o currículo dos dois mestres com quem eu tenho a honra de participar na coordenação deste debate. O professor Eliseu é professor titular, Doutor e Livre Docente em Contabilidade na FEA/USP. É ex-diretor da Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. É autor de diversos livros, teses e centenas de artigos. É ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários, ex-diretor de Fiscalização do Banco Central, consultor e palestrante na área contábil. É ex-membro do Conselho de Administração e Conselho Consultivo de empresas privadas e estatais e de associações de entidades sem fins lucrativos. É ex-representante do Brasil na ONU do Grupo de Experts Contábeis. É membro do Conselho Editorial de diversas revistas técnicas. É

18º
NGRESSO
ILEIRO DE
BILIDADE

Dr. Marcos Paulo de Almeida Salles, José Maria Martins Mendes e prof. Dr. Eliseu Martins.

também Membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

O professor Marcos Paulo de Almeida Salles é arquiteto, advogado e economista. Tem especialização em Direito Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. É Pós-Graduado em Direito Econômico, Direito Processual e Civil, e Direito Internacional pela Universidade de São Paulo. É Mestre e Doutor em Direito Comercial, pela Universidade de São Paulo. É ex-presidente do Centro de Arbitragem de Comércio do Brasil e Canadá, vice-presidente de Arbitragem na Câmara de Comércio do Brasil e Canadá, professor e Doutor em Direito Comercial da Universidade de São Paulo.

Este é o perfil dos nossos dois magníficos expositores. Eu gostaria de fazer uma breve citação sobre o assunto. Trata-se de um tema relativamente novo, que teve início em nosso país, a partir do advento da Lei 9.307, de 1995, dando origem a uma rede de Câmaras de Arbitragem e Mediação. Lembramos que este processo tem como objetivo alcançar soluções amigáveis entre as partes, sem necessitar da interferência do Poder Judiciário. A Contabilidade se sobressai porque ela se compõe de uma grande plataforma de informações, que podem suscitar, por exemplo, litígios societários, em decorrência de atos registrados em Contabilidade, bem como proporcionar elementos para a solução desses litígios. Assim, a importância da Contabilidade no processo de arbitragem é altamente relevante.

Quanto ao profissional de Contabilidade, amplia-se o leque de oportunidades no mercado de trabalho, como mediadores. Por curiosidade, eu fiz uma rápida pesquisa na Câmara de Arbitragem Empresarial de São Paulo e, dos inscritos na Câmara, 46.79% são advogados. Em segundo lugar, vêm os contadores ou técnicos de contabilidade, que representam 30.64%; depois vêm os engenheiros, com 17.74%; os economistas com 1% e outros profissionais que, somados, representam 3.32%. Isso é para vocês terem uma idéia da importância desse debate que nós vamos iniciar.

Para iniciar nosso debate, convidamos o professor Marcos Paulo de Almeida Salles.

Marcos Paulo de Almeida Salles – USP: Antes de dar início a esta palestra, eu queria expressar aqui meus agradecimentos ao Conselho Federal de Contabilidade pela honra deste convite por me permitir, neste instante, expor um tema que é da minha profunda admiração, por causa do pragmatismo que ele representa nas atividades empresariais, em especial. Esse programa ficou enquadrado dentro de um temário todo específico da Contabilidade. No dia de ontem, vi aumentar a minha responsabilidade porque é um congresso que teve o dom de merecer, inclusive, a presença do Presidente da República. Estar a falar, no dia seguinte de uma solenidade como aquela, para nós, é uma enorme responsabilidade.

Mas também me entendo premiado porque tenho aqui a meu lado os dois mais recentes agraciados com a Medalha João Lyra. Vou iniciar, com a liberdade que tenho com o Professor Eliseu Martins, dizendo que, assistindo anteontem à palestra que se desenvolveu no fórum relativo aos professores de Contabilidade, pelo privilégio que tenho de ministrar, há praticamente 10 anos, um curso primeiramente denominado "Legislação Comercial", e hoje modulando um programa específico,

denominado Direito Empresarial, para uma matéria obrigatória dentro do currículo do Curso de Contabilidade e Atuária do Departamento de Contabilidade da FEA/USP, eu me pus dentro do fórum de estudos a respeito da comunicação dos professores de contabilidade. Por quê? Porque ali encontraria um plenário autêntico de colegas, alguns dos quais eu conhecia, e poderia aferir o meu próprio comportamento, para merecer o convite de estar aqui, pelo diálogo que tenho mantido nesses quase 10 anos com os pretendentes ao bacharelado em Contabilidade.

Por que estou dizendo isso? Porque a ilustre professora Alda deu-nos o prazer de explicitar claramente que, para mantermos a dialética com o público, devemos fazer uma auto-avaliação constante. Há uma série de questões que cada um de nós se deu ao trabalho de fazê-las a si mesmo para verificar como estava se portando diante da classe. Lembro-me ainda de ela contar que, quando começava a reciclagem de professores na Universidade de São Paulo e alguém dizia que havia alguns dormindo já na fila de trás, deixava-os dormir porque, provavelmente, aquilo fosse o cansaço decorrente da jornada de trabalho. Não conformada com isso, ela tocou num ponto nevrálgico que eu levei para casa para pensar: "Se a turma de trás dorme, deixe de ser preguiçoso e faça uma aula melhor, inclusive para a turma de trás". Diante dessas circunstâncias, na minha combinação com o professor Eliseu Martins, eu resolvi fazer com que este primeiro intróito sobre a matéria "Arbitragem" possa vir a nos dar uma certa homogeneização em todos os bancos da platéia, qual seja a possibilidade de, num primeiro instante, compreenderem efetivamente a "Arbitragem" como um método muito antigo de solução de controvérsias. Apenas por haver uma lei cujo preparo foi de uma Comissão chamada "Projeto Arbiter", nascida em Pernambuco e que teve como mentor no Senado o senador Marco Maciel, também da região, eu posso dizer, com a homenagem que quero prestar ao ilustre coordenador deste painel que ele foi escolhido a dedo para coordenar um painel a respeito de um assunto sobre o qual ele já demonstrou ter pleno conhecimento, como também adveio das reformas inauguradas pelo Projeto Arbiter.

O que esse projeto tentou fazer? A arbitragem já existia no Brasil. Se formos procurar o Código Civil proclamado em 1916 e se vasculharmos as edições antigas do Código Comercial, com seu texto original de 1850, lá estava algo que parece uma novidade, que era a obrigatoriedade da arbitragem em processos relativos ao consenso das sociedades anônimas. Se formos mais para trás, séculos e séculos atrás, e lembrarmos que toda a nossa formação cultural advém do Direito Romano. Naquela época, existia o pretor, que representava o homem que trafegava pelas ruas e ficava passeando pela praça com uma balancinha na mão, a quem o Estado dava o sinete de poder decidir controvérsias a pessoas que o procurassem ali no meio da praça para, de repente, contar a sua versão do caso. Ele ouvia a versão da outra parte e, de posse da balancinha, ele colocava o dedo no prato da balança a quem ele decidisse pendia o direito. E a controvérsia se decidia por meio desta arbitragem. Não era um processo orgânico, como o nosso processo civil estatal hoje.

Passado o tempo, a Revolução Francesa instituiu definitivamente um sistema de Estado e de governo, tripartido em três poderes harmônicos, sendo que um de-

les, o Poder Judiciário, está colocado na estrutura do Estado, tão somente para permitir que qualquer cidadão daquele Estado possa voltar-se para uma máquina pré-disposta, que nada mais foi do que a evolução do homem da balancinha, que se estruturou, que se organizou com órgãos e funções e, dentre esses órgãos e funções, existe aquele que nós mais conhecemos, que é o Juizado de 1.ª Instância. O Juizado de 1.ª Instância se coloca em todas as comarcas do Brasil à disposição de quem quer que venha a necessitar dirimir alguma controvérsia, algum ponto de insustentabilidade que possa virar litígio.

Neste momento, o que nós dispomos no Brasil para a eventualidade de solucionar, em definitivo, controvérsias havidas em determinadas relações jurídicas, é um triplo sistema de processos que podem ser instaurados, cada um com a sua regra, para resolver alguns litígios. O processo que eu incorporo a essa possibilidade é o processo da chamada "Justiça de Mão Própria", que praticamente há apenas alguns resquícios no que se refere aos efeitos da ocupação da posse. Então, em certas circunstâncias, e guardada a medida do equilíbrio, a ocupação da posse pode ser simplesmente a manifestação do titular da posse, contra o invasor da posse, para tentar expeli-lo com suas próprias armas. Este momento da Justiça de Solução de Controvérsias é pouco lembrado e, às vezes, nem sequer respeitado.

Segundo, é o procedimento antigo do que se chama "Acometimento a um Terceiro", da possibilidade de que ele venha resolver porque esses interessados querem nomear um terceiro, facultativa e consensualmente. Ou seja, não há nenhuma obrigação até aquele instante em que duas pessoas decidem que vão chamar um terceiro, que também pode ser um singular, como pode ser um conjunto de três, cinco, sete, nove, quantos queiramos colocar neste painel de arbitragem, com a única obrigatoriedade de que haja um número ímpar porque, mais do que desempatador, ele é o solucionador. Então, há que existir sempre um número ímpar.

Para este tipo de solução de controvérsia, eu tenho duas características fundamentais. A primeira é que, diferentemente do Poder Judiciário, a jurisdição é característica da arbitragem. Por quê? Porque a estrutura da escolha de um terceiro, ainda que seja consensual, dá àquele terceiro a obrigação de dizer do direito. Ou seja, temos a mesma situação que havia no pretor passeando no Fórum Romano. Então, num determinado período, do início do processo arbitral ao término do processo arbitral, o árbitro tem todos os deveres e responsabilidades do juiz togado. Ou seja, ele está sujeito às normas da legislação própria das normas da legislação própria do funcionário público durante aquele período. Portanto, há fatos que para nós, particulares, podem passar despercebidos, mas que, para aquele que é mentor de uma concessão estatal, como é o nosso caso, há a obrigação de manifestação específica. O particular pode algumas coisas e o funcionário público deve algumas coisas.
Então, a legislação própria da arbitragem no Brasil diz que o árbitro é juiz, de fato e de direito. E a decisão que ele vai proferir, porque assim o envolveram desta responsabilidade os postulantes da arbitragem, vai ser uma sentença que tem todo o efeito da sentença judicial. Inclusive, o poder de se constituir título executivo, o que permitirá lançar a exigibilidade porque, a partir daquele instante, começa a correr o prazo para

execução espontânea ou execução forçada, que é aquela que se processa perante o Poder Judiciário. Ora, se essa condição existe, condição existirá de se contemplar uma exigibilidade.

Esse andamento dado à arbitragem é já uma circunstância própria dessa nova lei de 1996. Por quê? Porque, antes de 1996, nós já não contemplávamos mais a obrigatoriedade da sociedade anônima; não contemplávamos mais esta executividade imediata da sentença arbitral; pois, ainda que a estrutura da condição de decidir e da vontade das partes em atribuir a decisão a um terceiro existisse na legislação brasileira anterior, o que pegava na legislação brasileira anterior é que este poder de tornar a decisão arbitral um título executivo é uma norma específica da nossa legislação de 1996. A legislação do Código Civil, somada às normas do Código de Processo Civil até então em vigor, exigiam que houvesse uma homologação judicial da sentença arbitral, que, naquela época, se chamava tão-somente laudo arbitral. O caráter de sentença e, portanto, de título executivo, veio a ser-lhe atribuída neste momento da Lei de 1996. Isso fez com que a nossa especialidade brasileira em arbitragem se voltasse tão somente para as necessidades da arbitragem no mundo internacional. Por quê? Porque no mundo internacional, onde não há dimensão de cada um dos países, o que resolvera, principalmente, depois da II Guerra Mundial, após a assinatura do Tratado de Viena, muitos tratados foram feitos para poder contemplar a execução de sentenças arbitrais internacionais nos vários países signatários desses vários acordos. Por exemplo, um acordo que foi referendado muito recentemente pelo Brasil, que é o Acordo de Nova Iorque, dá a modalidade da validade das sentenças estrangeiras em qualquer um dos países signatários da Convenção de Nova Iorque. Então, os tratados que geram a submissão dos legislativos internos de cada país signatário dos tratados é que conseguiram fazer com que passasse a trafegar, nas várias modalidades legislativas e judiciárias dos países signatários, a possibilidade de uma norma que não era impositiva na sua origem. Ela tornava-se impositiva pela adesão ao tratado. Nesse caso, a Arbitragem Comercial Internacional começou a tomar o lugar mais avançado da arbitragem. Foi por este motivo que, em 1996, depois da circulação do projeto da promulgação da lei, o Brasil veio a redescobrir uma grande utilidade na arbitragem.

Qual é a grande utilidade da arbitragem? É que passamos a estar novamente dotados de uma jurisdição privada, facultativa, mas consensual, de natureza contratual entre as partes que, por meio da Convenção de Arbitragem, contratam em um ato jurídico subjacente em que haja partes interessadas e desde logo se acorda com o que se chama de Cláusula Arbitral ou Cláusula Compromissória. A figura do compromisso traz em si uma qualidade que é aquela de, uma vez colocada num contrato a Cláusula Arbitral, ela não fenece com o contrato se esse vier a perecer por algum motivo, parcial ou totalmente. Ou seja, quando partes interessadas querem adotar a arbitragem como uma solução de controvérsias, elas adotam e a Cláusula Arbitral permanecerá viva, mesmo que as partes entendam que o contrato poderá não ter mais eficácia. Eu trato isso, pelo Código Novo, como negócio jurídico da arbitragem. A terceira característica que a arbitragem precisa ter é a possibilidade de serem objetos da arbitragem ou dotados de arbitrabilidade tão-somente direitos pa-

trimoniais. Só os direitos patrimoniais, que são aqueles com os quais cotidianamente os contabilistas se defrontam, constituem-se no único termômetro aferidor legal da sua existência. O patrimônio, sob o conceito jurídico, tem um conceito e uma existência jurídica, mas a sua existência fática, ponderável, advém do trabalho do contabilista. Todos sabem que a primeira das premissas é a de se ter por objeto exclusivamente direitos patrimoniais disponíveis porque a disponibilidade combina com a possibilidade de eu adotar o sistema voluntário da arbitragem. Eu não posso adotar um sistema voluntário em direitos sobre os quais não tenho o exercício pleno da vontade. Então, como a disponibilidade é uma modalidade de restringir a livre circulação do direito patrimonial, para o nosso enquadramento do tema, o direito patrimonial é a parte mais importante.

Eu gostaria de provocar o professor Eliseu Martins exatamente para que ele possa nos trazer aqui, para homogeneizar o nosso pensamento, a substância das teorias patrimoniais da Contabilidade, que, de certa maneira, são mais amplas do que o cerne patrimonial do direito.

Eliseu Martins – FEA/USP: Eu acho que é necessário mostrar que, no Brasil, há uma mudança no conceito patrimonial, diferente do que nós utilizamos, mas que já vem sendo utilizado em muitos países, há muito tempo. Para efeito contábil, a gente abandona aquela absoluta amarração ao vínculo jurídico. Na verdade, isso é uma coisa extremamente antiga na Contabilidade. Se olharmos a figura do Balanço Consolidado, que já é secular, verificamos que ele traz para dentro de si todos os ativos da empresa mãe e todos os ativos e passivos da empresa filha, desde que a empresa mãe não seja 100% dona da empresa filha. De qualquer maneira, o balanço da empresa filha é dela e o balanço da empresa mãe é da empresa mãe. Quando a gente soma, estamos trazendo para dentro do balanço da empresa mãe, mas não com o uso do conceito de propriedade jurídica. Não é a empresa mãe que é proprietária jurídica daqueles ativos e passivos, receitas e despesas que são consolidados, mas ela os controla, ela arca com os riscos e, normalmente, se beneficia da existência deles. Então, o Balanço Consolidado, na história da Contabilidade, foi a primeira vez em que se abandonou o conceito jurídico de propriedade e se passou ao conceito de controle. Isso foi evoluindo com o decorrer do tempo e já temos várias situações que demonstram isso.

Por exemplo, a primeira implantação no Brasil dessa figura foi pelo Banco Central, há muitos anos atrás. O Banco Central tinha um título adquirido e, se chegava alguém que queria fazer uma aplicação financeira, ele vendia um título para o cliente e se comprometia a recomprá-lo depois de 90 dias, com um percentual a mais de acréscimo. Os bancos faziam essa contabilização de acordo exatamente com o conceito jurídico. Eles contabilizavam a dívida, portanto, aquele título saía do seu ativo e não aparecia nenhum passivo. Quando se chegava à data da recompra, ele comprava novamente o título, reconhecia novamente aquele título. Onde que aparecia o lucro do banco? Na diferença do valor da compra e da venda do título? Só que isso envolvia muitas manobras. O banco comprava por um valor, vendia por outro e, quando não estava com muito interesse, vendia até com prejuízo porque o título valia muito mais no mercado do que você estava pagando, mas você não sabia disso. Essa informação só o banco detinha. Então, pela

primeira vez, o Banco Central instituiu o seguinte: nós vamos ter que contabilizar isso aqui pela essência. A transação formal jurídica é um título sendo vendido com o compromisso de recomprá-lo. Mas, na essência, quem está vindo aqui fazer investimento quer aplicar o dinheiro e depois levar o dinheiro de volta. Ele não quer o título. Então, pela primeira vez na história brasileira de uma entidade individual, ficou estabelecido que: os bancos têm o título, quando recebem o dinheiro do cliente contabilizam o caixa e o empréstimo, porque ele tem aquela obrigação de dar o dinheiro de volta para o cliente. O banco fica com o ativo produzido, a sua receita, ou pelo valor de mercado ou pela taxa de juros, o passivo cresce pelo juro contratado com o cliente e tudo bem. Agora, depois do *leasing* financeiro, finalmente, na Lei n.º 11.638, se diz expressamente que o ativo imobilizado passa a não figurar mais sob as amarras do conceito da propriedade, do ponto de vista jurídico, mas sim do controle, do proveito do uso e dos benefícios. Esse é um conceito para fins contábeis.

Agora, devolvo a palavra ao dr. Marcos.

Marcos Paulo de Almeida Salles – USP: Muito obrigado, professor Eliseu, porque era fundamental que eu não os distraísse continuando com a manifestação tão-somente da expressão "propriedade" no conceito jurídico que ela tem. A [...] está focada no conceito de propriedade e de disponibilidade da propriedade. Nós ainda guardamos o patrimônio como sendo uma relação jurídica, ou a coleção de relações jurídicas mensuráveis em moeda, que compõem a propriedade de uma única pessoa. Esse conceito jurídico tem me chamado a atenção por várias vezes, principalmente porque são duas legislações idênticas: a Lei de Arbitragem e esta nova lei que modificou determinados conceitos contábeis que afetam a rigidez do conceito patrimonial do ponto de vista jurídico. Temos que começar a pensar na arbitrabilidade de determinadas matérias constantes do conceito contábil de patrimônio e constantes tão-somente do conceito jurídico de patrimônio. Essa é uma coisa interessante porque nós sabemos que a arbitragem, como é uma jurisdição que não cria jurisprudência, e pelo dever de sigilo que a lei impõe às partes do processo e aos árbitros, a arbitragem não vai decidir, a não ser naquele caso em que um Tribunal Arbitral que esteja constituído. Para aquele caso, ela poderá ter competência suficiente para decidir se determinada matéria colocada em arbitragem sob o prisma de um conceito contábil se enquadrará também na modalidade de disponibilidade que tem a arbitragem como limitação. A meu ver, depois da nova legislação e dentro do temário que nós temos, esse vai ser um problema que teremos que discutir conjuntamente – quer com os contabilistas postulantes à arbitragem, quer com os contabilistas convidados pelo Tribunal Arbitral para poderem esclarecer em que momento nós temos uma sinergia que nos permita dizer que aquele fato que está sendo levado à arbitragem não viola direitos patrimoniais. Se houver alguma violação a essa tipificação jurídica da patrimonialidade e disponibilidade, nós estaremos frente a um problema que a própria Lei da Arbitragem coloca à disposição das pessoas. Qual é o problema? Em primeiro lugar, qual é a chamada "competência de competência"? Isso quer dizer que o Tribunal Arbitral, ou o árbitro que recebe a sua incumbência, se torna árbitro no momento em que ele aceita a incumbência. Então, se um dia, um

de vocês for convidado a ser árbitro porque alguma pessoa ou alguma sociedade que o conhece acham que você é a pessoa que merece, não só a competência e a confiança, mas que você é também aquele que melhor poderá dispor sobre o assunto. Essa é uma característica da arbitragem. Qualquer cidadão capaz, ou seja, maior de 18 anos e não interdito poderá ser levado à condução de um processo arbitral. Então, o que visa a pragmática da arbitragem é escolher, entre *experts* de qualquer matéria, independentemente da sua graduação. Há um fato da estatística da Câmara de Arbitragem da Federação das Indústrias de São Paulo [...] é uma verdade, mas não uma obrigatoriedade. Acontece que há uma tendência e os dois primeiros números estatísticos estão entre advogados e contadores, principalmente porque o objeto da arbitragem tem que seguir uma mente capaz de entender o que é julgar e, ao mesmo tempo, somar-se a uma mente capaz de entender o patrimônio. Então, a sinergia entre as duas profissões é esta e, por isso, começamos a pensar em que pontos sobre os quais meditar. O contabilista, portanto, no primeiro momento em que ele está presente na arbitragem é este momento em que ele possa vir a ser um árbitro que venha a compor o Painel Arbitral.

Se nós estamos, até o momento, percebendo a importância que tem este relacionamento, passemos agora a um segundo instante, que é aquele de como se chegar ao Painel Arbitral. O Painel Arbitral segue, como eu lhes disse, um rito procedimental que é próprio dele. Os árbitros não vão decalcar o processo judicial. Nós não vamos modelar um procedimento arbitral, copiando o Código do Processo Civil, porque, se fizermos isso, já no primeiro momento estaremos dispondo de duas inconveniências. Uma delas é aquela de trazer todo um procedimento estruturado para todos e quaisquer processos. Ele está estruturado sempre na mesma arquitetura programática. E também estaremos impedindo que o árbitro e as partes postulantes, no mesmo consenso que os levou a estar frente a frente, promovam uma arbitragem *ad hoc*, ou seja, especialmente modelada para este caso que eles vão querer resolver nesse momento, ou até instalar uma regra arbitral que possa ser invocada durante toda a execução do contrato. Então, vejam que o procedimento arbitral tem apenas as poucas limitações que a nossa lei atribui. Caso contrário, desde que eu cumpra os prazos legais da entrega da sentença, da possibilidade dos esclarecimentos etc., eu posso processar uma arbitragem especialmente constituída. Não vai ser nenhuma novidade que contador e as pessoas envolvidas e o árbitro vejam qual é a melhor modalidade de fazer a análise e avaliação das peças: se a prova testemunhal vai ser conveniente; se a prova testemunhal é inútil; se vale apenas e tão-somente a documentação contábil para produzir a prova; se o árbitro for um contador, pela importância documental das demonstrações financeiras, ele poderá minimamente desejar que assim o seja e que esse seja o caminho da análise; se a análise se fará pelo caminho da contabilidade. Portanto, o contabilista vai poder ser ele mesmo o árbitro; ser o contabilista responsável pela contabilização da transação comercial que se fez naquele contrato onde existe cláusula arbitral; ou ser assessor do Tribunal Judicial. Aliás, na minha experiência, essa tem sido uma das mais valiosas colaborações. Por quê? Porque, a partir do momento da instalação da arbitragem, em que eu disse há pouco que basta ser capaz ou

merecer a confiança das duas partes no contrato para que um contabilista seja contratado como único árbitro. Eu já tive essa experiência advogando numa arbitragem, em que o árbitro era único e era contabilista. Não tivemos nenhuma dificuldade de chegar à solução, esmiuçamos as provas, levantamos as eventuais testemunhas para caracterizar certos fatos e certas datas e o contabilista não teve nenhuma dificuldade em seguir os passos do formalismo da sentença. Aliás, o único ato formal da arbitragem é a prolação da sentença. A sentença deve ter um resumo dos fatos, deve ter um fundamento e deve ter uma decisão. Para a maior parte dos contabilistas que têm o treinamento de ser peritos. Isso mais ou menos se desenvolve da mesma maneira. Então, uma das modalidades que nós temos de colaboração do profissional de contabilidade dentro da arbitragem é: (1) ser árbitro; (2) ser amigo espúrio do tribunal porque ele pode ajudar o tribunal a interpretar, pode ser contratado pelas partes para ser perito formador da instrução e pode ser contratado pelo tribunal também para ser perito. Na maioria das vezes, quando há peritos que formam a instrução, o terceiro contabilista que o tribunal pede para assessorá-lo é para ler, minuciosamente, ambos os trabalhos de perícia e não necessariamente promover um desempate entre eles, mas apenas explicitar qual é o comportamento.

Eu solicito novamente ao professor Eliseu Martins que nos conte a sua experiência nessas funções e como ele, como contabilista, se via às voltas com essa possibilidade de mercado de trabalho.

Eliseu Martins – USP: Eu já estou falando demais. Raras vezes, numa situação excepcional, eu trabalhei como perito do tribunal, que é a posição mais próxima, de todas as exercidas na arbitragem, do que é a figura do perito judicial. Apesar de não ser necessariamente a mesma forma de trabalhar. Por exemplo, algum tempo atrás, já me ocorreu participar de uma arbitragem sobre uma venda de uma empresa, em que toda a discussão se centrava no fato de que um conceito havia ficado ultrapassado por ambas as partes. Então, a questão era se decidir, ou não, pelo mérito de que aquele conceito estava embutido quando se negociou a empresa, quando se definiu a transação. Bastava o tribunal dizer que o conceito não estava expresso no contrato e, portanto, estava fora, ou que apesar de não estar expresso no contrato, isso é comum no processo de negociação, portanto, implicitamente estaria embutido. De resto, não tinha mais nada. Então, foi feita uma sugestão pelo perito: "Senhores árbitros, este caminho que está sendo seguido não vai levar a solução nenhuma, mas, se usarem esse outro caminho que eu estou sugerindo, a solução é esta". Assim o caso foi solucionado. Então, às vezes, na arbitragem, o perito tem não só o direito, mas a obrigação de achar caminhos para a solução também. Ele tem essa característica porque ali há um conjunto de pessoas trabalhando em prol da solução. Principalmente, quando no Conselho Arbitral não há um especialista na nossa área, é que nós precisamos ter mais cuidado de verificar se podemos contribuir para a solução.
Um ponto que eu queria comentar sobre a participação do contabilista nesse processo é que, diferentemente do normal no processo judicial, ele pode assinar uma perícia, um laudo ou mesmo um parecer. Muitas vezes, eu fui convidado pelo tribunal para dar um parecer sobre um determinado assunto. Assim como eu já fui convidado para dar parecer para uma das partes. O que acaba

acontecendo? Não é só assinar, escrever e dar a sua justificativa. Normalmente, o que acontece no processo arbitral é que você é chamado para frente do tribunal e fica ali à disposição de todos. Então, você é inquirido pelo presidente e até pelas partes. Conforme o nível da disputa, essa é até uma situação complicada porque, se você der um parecer que tende a ser favorável a uma das partes, a outra parte vai começar a questionar o seu parecer e até o seu conhecimento sobre aquela matéria. Muitas vezes, você tem que provar sua *expertise*, sua experiência e tem que fundamentar e dialogar. Você só pode escrever sobre aquilo em que você tem absoluto e total domínio. Você vai ter que justificar e fundamentar seu parecer muito bem. Portanto, tem que saber escrever bem, tem que saber também defender oralmente a sua idéia e tem que ter capacidade de persuasão aquilo que você, com a melhor da sua técnica, conseguiu colocar.

Marcos Paulo de Almeida Salles – USP: Muito obrigado, Professor Eliseu, isso faz com que, pelo menos, nós tenhamos até aqui conseguido mostrar quantos pontos de contato existem entre a figura da arbitragem e a do contabilista. Eu estou aqui propenso a, tão-somente, levantar os pontos deste contato, sem outras profissões especializadas. O que está acontecendo em prol dos contabilistas é que, ao se chegar ao fim do procedimento, como árbitro, nós poderemos atingir duas ou três posições. Nós teremos uma decisão meramente declaratória se a questão levantada pelas partes naquele momento do impasse sobre o contrato for diferenciar o que é branco do que é preto. Isso faria com que existisse puramente uma sentença declaratória que se agrega ao contrato como solução de uma parte que estava impedindo o prosseguimento da execução contratual. Mas ela pode ser também uma sentença condenatória, e é isso que tem ocorrido com mais freqüência. A sentença condenatória é aquela que vai gerar uma parte credora e uma parte devedora, pelo menos parcialmente. Então, eu posso ter uma sentença condenatória de que a obrigação fique toda para um lado e o crédito sobre a obrigação fique para o outro, ou eu posso ter sentenças parcialmente condenatórias em que, quando, no ato de abertura da arbitragem, se descreve o que os árbitros devem responder sentencialmente, é mais ou menos parecido com a formação dos quesitos auferidos, ou seja, o que é que as partes querem que os peritos respondam. Então, tem sido um hábito da maioria dos árbitros, principalmente, dos árbitros advogados, que eles estão acostumados a fazer quesitos para peritos e estão também acostumados a receber quesitos para arbitrar. A colocação do objeto de arbitragem sobre a numeração de quesitos tem a grande vantagem de evitar que o julgamento se dê aquém ou além do objeto definido pelas partes. Se eu defino um objeto de conceituação extremamente subjetiva, por exemplo, o subjetivismo nos permite fugir da objetividade. Ou seja, eu vou achar que, até aquele limite, eu já estou bem no subjetivismo e as partes podem ficar insatisfeitas porque o julgador não atingiu o que mais elas gostariam de ter resolvido. Então, uma recomendação que eu sempre faço é que, se possível, na montagem da arbitragem, que é o instante em que o árbitro assume a condição de árbitro, já defina, clara e, se possível, elencadamente, as questões que são objeto da controvérsia. Num contrato, a arbitragem pode ser instituída tantas vezes quantas sejam necessárias. A arbitragem não necessariamente vai terminar com o contrato. Eu posso estar em meio a uma prestação continu-

ada de um contrato e, de repente, ter de satisfazer algo. Isso é muito comum nos contratos de empreitada de obras públicas porque, cada vez mais, se compreende que o poder público, quando atua como contratante em direitos patrimoniais disponíveis, pode se submeter à arbitragem. Portanto, uma empreitada de obra pública, ou de obra particular, pode contemplar a cláusula de arbitragem e, numa determinada medição, vai se perguntar uma dúvida sobre o critério de medição e o valor da medição. Eu não estou com o contrato findo, estou com o contrato no meio e, para que não haja solução de continuidade por uma paralisação absoluta do contrato pelo recurso ao Judiciário, as partes, ou logo no início da confecção do contrato, ou neste momento, por entenderem que também é o caso de arbitrar, instituem uma arbitragem. Portanto, a arbitragem pode ser desejada como cláusula do contrato, assim como também pode ser desejada especificamente para um determinado momento e o resto do contrato continua do jeito que está. Então, nessas arbitragens, as obrigações podem ser de duas modalidades: aquelas que juntam o fazer ou o deixar de fazer alguma coisa e aquelas que são de solução por meio indenizatório, ou por meio de condenação de pagamento em dinheiro. Qual é a afinidade que eu vejo para o contabilista neste momento? A condenação nas obrigações de deixar de fazer um ato que vinha praticando lesivamente ao interesse da parte que levantou a dúvida, ou a ser obrigado a praticar um ato no interesse da outra parte, essas obrigações são facilmente descritíveis dentro do texto da sentença prolatada por advogados, por exemplo. Mas tem sido muito complicado solver um problema que, no Judiciário, vai ao liquidante. No Judiciário, quando se procede ao término da sentença, se o juiz condenar, ele condena, mas encaminha para o contabilista fazer a conta de liquidação. Ou seja, vai dar valor ao pagamento que liquidará a obrigação. Neste momento, temos a liquidação da sentença. A liquidação da sentença é uma expressão processualista que vai ocorrer também na arbitragem. O árbitro chega à definição da culpabilidade, seja à apropriação do valor, chega à apropriação de que há perdas e danos, vai enfrentar a questão da correção monetária, se a dúvida já está levantada e os pagamentos estão suspensos há mais de um ano, e vai colocar todas essas variáveis na mão do advogado que, como todos sabemos, não é nada afeito à aritmética. É muito difícil encontrarmos um advogado que goste de aritmética. Então, os juízes, antes de prolatarem a sentença, mandam para a liquidação de sentença, ou então, o próprio credor, depois, é obrigado a voltar o processo para pedir a liquidação dessa sentença. Nesse momento, é salutar que, se o árbitro tiver dúvidas a respeito de como ele vai pegar todos os elementos, feitos por pareceres de peritos ou até por assistentes que possam juntar algum outro elemento a favor de uma das partes, reúna tudo isso para, sem ter que entrar no mérito da condenação, porque ela já está estabelecida, possa contabilizar o valor que deve constar da exigibilidade. Se não, eu vou pedir perdão a quem terminar uma sentença arbitral sem quantia líquida e certa. Será a pior utilização que alguém poderia esperar do comportamento do árbitro porque não existe como fazer uma liquidação de sentença dentro do processo arbitral, a posteriori. Então, eu recomendo que, no início da arbitragem, se não as partes, pelo menos o árbitro se condicione a liquidar a sentença.

Eliseu Martins – FEA/USP: Eu queria só comentar que, muitas vezes, a arbitragem tem, às vezes, diferentes, hete-

rodoxos, se a gente os olha do ponto de vista da Justiça do Estado. É importante que nós, como profissionais, tenhamos cada vez mais a relação conceitual do que nós fazemos. Eu tive uma experiência interessante em relação à arbitragem. Era um prêmio que tinha que ser pago em função do valor da receita da empresa. Houve a decisão e foi para o cômputo. Foi nomeado um contador para fazer o levantamento. Só que esse contador ficou com dúvida sobre como a empresa estava fazendo a contabilização daquela receita e levantou o problema para o Conselho Arbitral. Foi daí que o Conselho Arbitral me pediu para fazer um parecer sobre aquela situação. O que acontecia? A empresa contabilizava todo e qualquer atraso de recebimento que ela tinha, automaticamente, como receita. Então, ela contabilizava a receita e fazia a provisão. Nós fomos explicar para o Conselho Arbitral em que momento se reconhece uma receita. Nós tínhamos que explicar que a contabilidade tem regras; que você tem que ter um valor definido, objetivo, de uma transação; que você tem que reconhecer as despesas e a receita; e que só se reconhece receita se há segurança para sua transformação em ativo líquido, em dinheiro. Não faz parte de a teoria contábil reconhecer receita só porque você tem o direito de cobrar. A provisão para reputação duvidosa não é para consertar receita contabilizada de maneira errada. É para consertar que, quando a receita foi contabilizada, ela era correta e era reconhecida como direito. Não só existia, mas, economicamente, havia condições de o devedor pagar. Depois, não dá certo, e aí é que entra a provisão. É outra história. Não faz sentido se há dúvidas significativas quanto ao recebimento daquele valor. Moral da história, a coisa reverteu-se completamente porque não era só uma questão de verificar a contabilidade, mas de refazer todo o movimento. Esse contador chegou lá, tinha uma base conceitual forte e percebeu que não era só fazer uma liquidação, mas precisava se encontrar algo muito mais relevante.

Marcos Paulo de Almeida Salles – USP: Então, vamos tornar pragmática a nossa mensagem. Eu disse aqui que havia arbitragem *ad hoc*, especial para o caso e com o regramento que árbitros e partes devem fazer, ou até mesmo, com o regramento quando, antecipadamente, as partes fazem um anexo ao contrato, que é o regulamento de arbitragem daquele contrato. Agora, há uma outra arbitragem, que é aquela praticada pelos Centros de Arbitragem e que se chama "Arbitragem Institucional". Ela é institucional tão-somente porque há um instituto, reconhecido juridicamente, que é capaz de administrar a arbitragem, debaixo de um regulamento. Então, a entidade arbitral, para suprir a eventual deficiência que possa haver no momento de se fazer inúmeros contratos e não se estabelecer nenhuma arbitragem *ad hoc* para cada um, a instituição se predispõe a ser o cartório daquela jurisdição, o local onde as partes que escolheram determinada instituição arbitral, que leram o seu regulamento, gostaram da sua postura, viram que é uma instituição arbitral relativamente perto, principalmente em se tratando de duas partes do território nacional, não há nenhum problema em se deslocar, não há fixidez, nem do árbitro, nem das partes e nem do juízo. A única coisa que será fixada desde o início da arbitragem é o local onde a sentença vai ser assinada. Se eu quiser que a sentença seja assinada em qualquer parte do Brasil, ela vai ser assinada em qualquer parte do Brasil e nós vamos escolher um endereço. Com isso, ela será uma sentença arbitral nacional. Se as partes que contrataram

a arbitragem forem ambas brasileiras, a sentença será executada aqui no Brasil, ou será contestada no Brasil, em foro competente para o contrato subjacente. Se uma das partes for sediada ou domiciliada no estrangeiro e a execução se der sobre bens – como o patrimônio é a garantia dos credores em qualquer sentido, seja no sentido jurídico ou contábil, o patrimônio continua sendo o que dá segurança à cobrança judicial –, no momento em que essa cobrança judicial se der fora do País, essa nossa arbitragem, sediada num endereço brasileiro, será uma arbitragem estrangeira e terá que sofrer aquilo que, no sentido contrário, sofreria uma arbitragem produzida em Paris, na Câmara de Comércio Internacional de Paris, e, sendo executada num foro brasileiro, qualquer que seja ele, tem que passar pelo Superior Tribunal de Justiça, para ser homologada como sentença estrangeira que vai produzir efeitos no Brasil. A natureza e a estrutura serão mais ou menos a mesma porque não há modalidades muito distintas do processamento da arbitragem. Então, nós temos a possibilidade de se ter o contabilista assessorando a execução da sentença, seja ela nacional ou estrangeira, no sentido de eventualmente complementar as informações que vão ser levadas ao juiz. Antigamente, isso se chamava "embargos do devedor" e agora, por uma lei nova, recente, se chama "impugnações do devedor". A sentença arbitral é título executivo judicial, que se executa pela via extrajudicial. Eu tenho o processo arbitral que é apenas, na área, o conhecimento para elaborar a sentença, mas cuja execução não sai da mão do Estado. Ou seja, o poder para cobrar e penhorar bens do devedor é só do juiz estatal.

Para encerrarmos, quero lembrá-los de que a arbitragem pode ocorrer, se ela estiver prevista no contrato, mesmo que a outra parte não compareça. Uma vez que a cláusula compromissória estiver prevista no contrato, ela corre; a revelia não é condição para a condenação, e o revel, se quiser, pode entrar no processo arbitral no momento em que ele desejar. A única preclusão que existe no direito arbitral é que, se eu fui revel, e entrei um mês depois, está precluso o que aconteceu em relação a ele e ele não pode mais falar sobre aquele assunto relativamente a esse mês, mas isso não o impedirá de juntar outras provas e outras informações. A liberdade entre partes postulantes e o árbitro é tão grande que as audiências são feitas à moda americana. Ou seja, os advogados, ou as próprias partes, perguntam diretamente às testemunhas.

Senhor coordenador,
Professor Eliseu,

Mais uma vez, muito obrigado. Espero ter conseguido dar parte do meu recado. Muito obrigado.

José Maria Martins Mendes – Coordenador: Eu vou passar a palavra ao professor Eliseu para fazer suas considerações finais.

Eliseu Martins – FEA/USP: Eu não tenho nada a acrescentar, a não ser salientar que o assunto "Contabilidade", muitas vezes, é o foco do problema que leva ao litígio. Isso é extremamente comum. Muitas vezes são discussões conceituais difíceis e a presença do profissional contábil é freqüentemente indispensável. E, muitas vezes, é indispensável no Conselho Arbitral. Muitas vezes, trabalho é um trabalho de perícia pura e simples, mas é um trabalho que tem que ser feito e que é de uma amplitude muito maior do que

o trabalho do contabilista nos processos normais. Nós precisamos conhecer toda essa legislação que diz respeito ao processo de arbitragem; conhecer o que se pratica nesse processo de arbitragem; e se preparar para esse campo que está crescendo fortemente. Cada vez mais, as pequenas e médias empresas deixam definido, nos contratos de compra e venda de bens, prestação de serviços, consultoria etc., que quaisquer discórdias serão resolvidas mediante um processo de arbitragem, já que é um processo bem mais curto com probabilidade muito maior de justiça porque se escolhem os árbitros que são especialistas naqueles assuntos que estão sendo tratados. Então, a chance de errar é muito menor. Então, a qualidade das sentenças prolatadas nos processos de arbitragem tem por obrigação ser de nível muito bom. Em princípio, os árbitros são escolhidos pelas partes. Uma parte escolhe um árbitro, a outra escolhe um outro e os dois em conjunto escolhem um terceiro que vai ser o presidente do Comitê Arbitral. Ele não é só o desempatador, se os três tiverem posições diferentes, é o presidente quem decide. Então, olhem a responsabilidade de ser o presidente de um Comitê Arbitral porque o seu voto é definitivo, para o bem ou para o mal.

Então, eu só tenho a dizer que o objetivo desse painel foi realmente alcançado ao mostrar toda essa exposição sobre como funciona o processo arbitral e ressaltar que a informação contábil é extremamente relevante no enorme conjunto de decisões arbitrais. O papel do profissional de Contabilidade é muito importante e está havendo uma carência muito grande. Há comissões arbitrais que estão procurando, há muito tempo, alguém que tenha condições de exercer essa função. A remuneração costuma ser condizente com as responsabilidades assumidas. Da minha parte, muito obrigado pela paciência de todos em me ouvirem.

José Maria Martins Mendes – Coordenador: Em nome da coordenação do evento, eu quero agradecer ao professor Eliseu Martins e ao professor Marcos Paulo pela brilhante exposição que ouvimos. Acho que ela foi de muito proveito para todos nós e queria agradecer também a paciência do nosso público. Infelizmente, não há espaço para perguntas e vamos retornar a palavra ao mestre de cerimônias. Obrigado.

Mestre de cerimônias: Neste momento, o coordenador deste painel, professor José Maria Martins Mendes, fará a entrega dos certificados e de uma lembrança aos painelistas, professor Eliseu Martins e professor Marcos Paulo Salles, em agradecimento às suas contribuições neste Congresso.

Essa lembrança é uma peça homenagem confeccionada por presidiários do Mato Grosso, com resíduos de madeira provenientes da área de manejo florestal, dentro dos conceitos de sustentabilidade.

Convidamos agora o conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade Paulo Viana Nunes para fazer a entrega de certificado e de uma lembrança ao coordenador, professor José Martins Mendes, em agradecimento pela sua participação na coordenação deste painel.

Lembramos que hoje é o último dia de votação para eleger o estado que almeja sediar o 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade. As urnas estão à disposição dos congressistas, no *stand* de votação, até às 18 horas. A cidade eleita será anunciada amanhã, na Solenidade

de Encerramento do Congresso. Para os contabilistas que ainda não substituíram suas identidades profissionais, informamos, mais uma vez, que este serviço continua disponível no *stand* de emissão de carteiras. As novas carteiras serão entregues durante o evento.

Hoje, acontecerá o jantar de confraternização, com o show da cantora Margareth Menezes. Lembramos que os ônibus para o *transfer* – Hotel, Expo-Gramado, Hotel – estarão circulando pelos hotéis, a partir das 20h30min. Para acesso ao show é obrigatória a apresentação do convite impresso.

O Conselho Federal de Contabilidade, zelando pela sustentabilidade ambiental, contratou a empresa "Iniciativa Verde", que estará neutralizando todo o carbono emitido pelo 18º CBC, por meio do plantio de árvores. É o CFC dando exemplo de responsabilidade socioambiental. Outro importante aviso é que o Conselho Federal de Contabilidade une-se ao Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. Para tanto, está coletando, em seu *stand*, assinaturas para apoio ao projeto de lei, de iniciativa popular, sobre a vida pregressa dos candidatos, que os torna inelegíveis com condenação em primeira ou única instância, bem como aqueles que tiveram denúncias recebidas por um tribunal ou que renunciaram aos seus mandatos para escaparem de punições. Quem desejar colocar sua assinatura de apoio a este projeto, por favor, basta dirigir-se ao *stand* do CFC.

Obrigado a todos.

CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

AUDITÓRIO ÉRICO VERÍSSIMO

PAINEL N.º 11

EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL: REFLEXOS NO MERCADO DE CAPITAIS

Mestre de cerimônias: Daremos início ao Painel n.º 11, cujo tema é "Evidenciação Contábil: Reflexos no Mercado de Capitais". Convidamos o coordenador deste Painel, Luiz Carlos Vaini. Ele participou de Grupos Técnicos em Assuntos de Contabilidade e Auditoria no Instituto Brasileiro de Contabilidade – Ibracon, na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, no Conselho Federal do Contabilidade, no Ministério da Justiça e na Associação Interamericana de Contabilidade – AIC. Atuou como integrante da Delegação Brasileira em reuniões de assuntos de contabilidade na Organização das Nações Unidas. Foi presidente do Ibracon, Regional São Paulo, e do Ibracon Nacional. Foi também presidente do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo e vice-presidente técnico do Conselho Federal de Contabilidade. Atualmente, é Conselheiro do CFC e autor de diversos artigos ligados à área contábil.

Convido à Mesa os senhores palestrantes: professor Alexsandro Broedel Lopes. Ele é Bacharel, Doutor e Livre Docente em Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Convido também o advogado e professor Marcelo Fernandes Trindade.

Para saudar a platéia e, em especial, os painelistas convidados, com a palavra o senhor coordenador contador Luiz Carlos Vaini.

Luiz Carlos Vaini – Coordenador: Boa-tarde a todos. É uma satisfação poder participar deste 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, com sucesso já assegurado. Nós recebemos aqui dois expoentes da Contabilidade. O Alexsandro e o Marcelo vão fazer uma apresentação sobre um tema que vem se tornando cada vez mais importante, que é o da "Evidenciação Contábil". Nós fizemos uma retrospectiva de algumas legislações que, provavelmente, muitos nem se lembrem e talvez nem precisem se lembrar. Uma é do Decreto Lei n.º 2.627, de 1940, onde, quando muito, nós tínhamos uma peça contábil chamada "Balanço Geral" e a Demonstração de Lucros e Perdas. Por incrível que possa parecer, a terminologia "Demonstração de Lucros e Perdas" permanece até hoje pela simpatia do termo. Era o que nós tínhamos. Não tínhamos mais nada de evidenciação. Com o tempo, felizmente, devido a uma série de pesquisas do mundo acadêmico e das evoluções com a criação da Comissão de Valores Mobiliários, e também com o trabalho eficiente do Banco Central, começamos a ter um aperfeiçoamento, não só na mudança do modelo das demonstrações contábeis, mas também com a agregação de uma série de outras demonstrações, bem como das Notas Explicativas.
A riqueza de uma demonstração contábil, de fato, está na Evidenciação e essa evidenciação tem muito a ver com as Notas Explicativas. Os números são

Dr. Alexsandro Broedel Lopes, Luiz Carlos Vaini e Marcelo Fernandez Trindade.

relativos e, de certa maneira, até frios, mas aquilo que pode transmitir efetivamente o que está acontecendo com a empresa e qual é o processo de gestão que a empresa está passando, por meio da evidenciação, da clareza, da transparência, da relevância. Tudo isso é fundamental para que tenhamos todas as condições para decidir qual o seu destino, qual o destino da sua poupança e daquilo que nós podemos fazer para, através dessas informações, angariarmos recursos por meio de financiamentos, de investidores locais e estrangeiros e assim sucessivamente. Daí a importância do tema e da razão pela qual a Comissão Organizadora houve por bem – e está de parabéns por isso – incluir um tema de tamanha relevância nas nossas discussões do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade.

Passo a palavra ao Alexandre para a sua exposição. Obrigado.

Alexsandro Broedel Lopes – FEA/USP: Boa-tarde a todos. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite do Conselho Federal de Contabilidade para participar deste evento. Eu me sinto honrado com esse convite e também fico muito feliz com o tema escolhido. Não é freqüente, no debate das questões regulatórias e contábeis no Brasil, a gente trazer debates de um ponto de vista mais técnico e empírico. Acho que, fazendo isso, nós elevamos bastante o nível da discussão e melhoramos bastante o nível do debate a respeito das questões regulatórias de Contabilidade no Brasil.

O tema da minha apresentação é bastante simples. Ele reflete uma inquietação que eu desenvolvi já há algum tempo, a respeito da questão da evidenciação. Eu acho que poucos temas em Contabilidade são tão discutidos quanto a evidenciação. Fala-se muito de evidenciação, discute-se muito evidenciação e se alardeiam muito os benefícios da evidenciação.

Tenho um prazer enorme de dividir esse painel com o Marcelo Trindade, ex-presidente da CVM. Nós temos uma autarquia, no caso brasileiro, ou uma agência, no caso americano, que possui, dentro das suas várias atribuições, cuidar do bom funcionamento do mercado de capitais e cuidar do bom fluxo de informações do mercado de capitais, para o qual a evidenciação é fundamental.

A minha inquietação sempre foi a seguinte: A evidenciação é importante? Sim ou não? Se é importante, quão importante é? A minha inquietação original com esse tema foi de avaliar o assunto empiricamente. Ou seja, se eu sou gestor de uma empresa, quanto de recurso eu devo, de fato, investir para melhorar a minha evidenciação? Quais os benefícios que esse empresário tem ao melhorar a sua evidenciação? Qual é o impacto empírico disso. A minha fala de hoje é exatamente sobre o impacto da evidenciação.

Eu vou apresentar para vocês uma discussão teórica e empírica desse assunto e parte da minha apresentação é extraída da tese de doutorado da Roberta Carvalho, minha orientanda lá na USP. Vamos apresentar aqui algumas evidências desse trabalho.
A idéia básica é que o nível melhor de evidenciação, ou de *disclosure*, contribui para reduzir a assimetria informacional entre gestores e investidores. A idéia é bastante simples. Uma empresa que dá mais informação e informação melhor, ela informa melhor o usuário externo.

Entendemos por usuário externo o investidor no mercado de capitais ou credor no caso do banco. Se esse usuário está mais bem informado, a percepção dele de risco dessa empresa muda para melhor, ou seja, eu consigo separar melhor o joio do trigo, separar melhor a boa empresa da empresa ruim. Isso teria, em hipótese, um efeito positivo para a empresa porque haveria uma redução do custo do capital da empresa. O que significa isso? Em tese, a empresa que dá mais informação e informação melhor teria um custo de capital menor. O custo de capital é aquilo que a empresa paga para obter recursos de terceiros. Essa é a idéia geral.

Fazendo uma revisão da literatura, nós encontramos resultados que não são muito favoráveis a essa idéia. Os resultados empíricos não eram muito favoráveis a essa idéia. Ou seja, nós não observamos, no ambiente internacional, uma redução do custo de capital significativamente associada com o nível de *disclosure*, ou com o nível de evidenciação.

Há várias razões para explicar isso. Nós estamos olhando para um dos assuntos mais complicados de se estudar. De um lado, eu quero estudar o impacto da evidenciação no custo de captação. Só que, tanto a evidenciação como o custo de captação são duas coisas que eu não consigo observar. São duas variáveis não-observáveis diretamente. Então, eu preciso criar uma medida de evidenciação e uma medida de custo de captação. Portanto, eu tenho dois problemas nesse aspecto. Uma das razões pelas quais os estudos anteriores podem não ter encontrado resultados muito conclusivos é que as *proxies*, ou seja, as aproximações utilizadas, não foram muito boas.

Uma outra razão é que todos esses estudos foram realizados nos Estados Unidos, que é um mercado no qual o nível de evidenciação já é muito alto. Então, estudar a variação do nível de evidenciação de uma empresa para outra, dentro do mercado no qual o nível de evidenciação é muito alto, talvez não tenha o mesmo efeito que essa análise teria no Brasil, em que o nível de evidenciação é sabidamente menor e, portanto, as empresas têm uma margem maior de variação. Basicamente, o que eu estou dizendo é que eu imagino encontrar uma faixa de variação maior no nível de evidenciação no Brasil do que eu encontrei nos Estados Unidos, por exemplo. Em tese, isso facilitaria a realização de um estudo dessa natureza. Esse é o estudo que nós pensamos desenvolver.

A hipótese é que firmas com boas perspectivas de crescimento, imersas em ambientes de baixo nível de governança, ou um nível de evidenciação considerado inferior ao dos países mais desenvolvidos, teriam um grande incentivo para elas mesmas adotarem boas práticas de evidenciação. Então, nós buscamos aqui as práticas de evidenciação voluntárias, ou seja, tudo aquilo que não está exigido pela norma. Então, nós definimos a evidenciação voluntária, ou seja, aquilo que a empresa voluntariamente se compromete a informar ao mercado e vamos verificar se isso está ligado à redução no custo de captação da empresa. Nós estamos tão focados no custo de captação da empresa porque queremos uma métrica real do benefício da evidenciação. Eu concordo com o argumento em tese, mas vamos investigar se há de fato um efeito real e o custo de capital é um dos efeitos mais importantes. Que empresário vai levantar a mão e

dizer que prefere captar dinheiro mais caro, prefere pegar dinheiro emprestado no banco pagando uma taxa maior? Isso não existe! Então, se eu consigo mostrar que a evidenciação tem um reflexo direto no custo de captação, eu estou mostrando que existe um benefício econômico, claro, inequívoco, no melhor nível de evidenciação e, conseqüentemente, uma demonstração contábil de melhor qualidade. Nós achamos que o Brasil era o país ideal para se fazer esse tipo de estudo.

A primeira contribuição desse nosso trabalho foi a criação e levantamento de um índice de *disclosure* específico para o Brasil, composto de 47 itens. Analisamos o nível de *disclosure* das empresas utilizadas na amostra durante o período considerado e relacionamos esse índice de *disclosure* com o custo de capital. Então, o nosso trabalho tem duas grandes contribuições: a criação do índice e a aplicação do índice. Isso dá um trabalho danado porque você tem que pegar balanço por balanço, coletar balanço por balanço, ler todas as Notas Explicativas e ver se a informação está disponível. O *disclosure* voluntário é exatamente aquele que não está na norma, então a informação não é óbvia e eu preciso coletar os dados manualmente. Então, é um trabalho de pesquisa bastante pesado. Em segundo lugar, temos que relacionar o índice de *disclosure* com o custo de capital.

Essa é a equação que nós usamos no modelo:

Ks = f (disclosure, variáveis de controle)
ou

A variável do lado esquerdo é o custo de captação e a variável do lado direito é o índice de *disclosure.* Tem meu e-mail no final de apresentação, então, se alguém quiser mais detalhes, o trabalho está disponível, é público, mas eu não vou me ater às questões matemáticas do trabalho.

Da mesma forma, com a definição de custo de capital próprio. Nós usamos uma definição de custo de capital. Existem "n" definições de custo de capital, e nós adotamos uma aqui. Há outras *proxies* também de custo de captação e os resultados foram robustos.

Agora, chegamos à questão central do nosso trabalho. Vamos medir *disclosure*. Como é que a gente faz isso? Em primeiro lugar, nós fomos buscar os índices de *disclosure* já existentes no mundo. O problema da evidenciação é que ela envolve, tanto aspectos quantitativos (a informação que eu estou dando, ou não estou dando), quanto a informação qualitativa. É muito difícil medir a dimensão qualitativa do índice da evidenciação. O que é uma boa Nota Explicativa? Outro dia, eu vi umas Notas Explicativas nesse estudo que eu achei fantástica: "os impostos foram calculados de acordo com a legislação tributária" ou "este Relatório de Administração foi feita para atender às determinações legais". Quantitativamente, há um Relatório de Administração? Há. Ele está lá. Agora, qual é qualidade de uma Nota Explicativa que diz que os impostos são calculados de acordo com a legislação tributária? A qualidade é péssima. Então, nós precisamos mesclar o componente quantitativo e o componente qualitativo.

$$Ks = \gamma_1 + \gamma_2 \cdot DISCL + \gamma_3 \cdot ADR + \gamma_4 \cdot DE + \gamma_5 \cdot SIZE + \gamma_6 \cdot BETA + \gamma_7 \cdot MB + DYEAR + \varepsilon$$

Então, a primeira coisa que nós fizemos foi buscar os índices já existentes e encontramos alguns: Cifar, o da Association for Investment, Management and Research – AIMR, o da Standard & Poors, o Prêmio da Abrasca também pressupõe um conjunto de critérios. Então, nós fizemos uma revisão da literatura e optamos por construir um índice próprio porque achamos que nenhum desses índices se adaptava ao nosso caso.

Vou dar um exemplo de um problema com os índices americanos. No caso da demonstração do fluxo de caixa. Antes da Lei n.º 11.638, isso era optativo. Você podia publicar ou não. É positivo que você publique a demonstração do fluxo de caixa. Nos índices estrangeiros, não tinha a demonstração do fluxo de caixa. O ambiente regulatório é diferente. Então, aquilo que no Brasil é voluntário, nos Estados Unidos é optativo. Aquilo que nos Estados Unidos é obrigatório, no Brasil é voluntário, e vice-versa; então, é extremamente difícil fazer isso.

Então, nós optamos por criar um índice de *disclosure* próprio, a partir de um índice estruturado por um autor americano chamado Botosan (1997), ao qual foram feitas adaptações em relação à realidade brasileira, e considerando ainda as questões que estavam previstas em outros trabalhos, como o do Hail (2002), Lanzana (2004) e Malacrida e Yamamoto (2005). Ou seja, nós pegamos os vários índices existentes, consolidamos esses índices, adicionamos questões, tiramos questões e os adaptamos à realidade brasileira. Então, não é um índice que inova pela sua composição propriamente dita. Ele inova por a gente acreditar que ele reflete melhor a realidade brasileira.

Como este é um trabalho feito com o objetivo de publicação internacional, nós chamamos esse índice de *Brazilian Corporate Disclosure Index – BCDI.* Ele é formado de 47 perguntas e não tem respostas subjetivas. Mesmo no caso do qualitativo, nós o transformamos em objetivo. Por exemplo, na questão tributária, tem a seguinte pergunta: "Explica a diferença entre o lucro societário e o lucro tributário?". Esse é um aspecto qualitativo da descrição quantitativa dos impostos. Então, a gente tentou transformar, mesmo o qualitativo, em algo quantitativo, para montar o índice.
Outra característica do índice é que ele não depende da empresa. A empresa não responde nada sobre esse índice. Todas as informações do índice são obtidas por fontes públicas: demonstrações contábeis e relatório anual. Isso é para tirar a subjetividade do índice.

Nós dividimos o índice em seis quesitos:

- Informações gerais sobre a empresa.
- Relações com empregados e administradores.
- Informações não-financeiras sobre mercado, vendas e produtos.
- Projeções.
- Discussões e análises de dados financeiros.
- Outras informações.

Começamos com as 50 empresas brasileiras mais líquidas, nos anos de 1998, 2000, 2002, 2004 e 2005. Por que as mais líquidas? O ideal seria que fizéssemos isso com a Bovespa inteira porque, para medir custo de capital, eu preciso que a empresa tenha negociação na Bolsa porque a minha métrica de custo de capital dependia da negociação na Bolsa. Então, se eu tivesse uma métrica de custo de captação para as empre-

sas que não têm negociação, eu poderia fazer. Eu tenho lá bancos de dados melhores e maiores, mas eu não consigo fazer o trabalho porque eu tenho as demonstrações das empresas, mas não tenho o custo de captação delas. Essa informação não está disponível. Então, inicialmente, nós fizemos o levantamento com as 50 empresas mais negociadas nos anos de 1998, 2000, 2002, 2004 e 2005, atualizando para 2006. Nós pretendemos manter o índice atualizado.

Aqui nós temos os resultados da evolução da média do Índice de *Disclosure*. A nota vai de zero a 10. A primeira informação que a gente pode observar é que a média do Índice de *Disclosure* brasileiro aumenta significativamente: sai de 0.24 e passa para 0.54. Essa foi a primeira informação: o nível de *disclosure* no Brasil aumentou significativamente. Nós fazemos isso com o novo mercado e sem o novo mercado e os resultados são significativos, mesmo quando a gente tira o novo mercado.

Quem tem a melhor nota? Informações gerais sobre a empresa. Quem tem a pior nota? Projeções. Então, dos seis quesitos do nosso índice, o que as empresas menos informam no Brasil são as projeções dos administradores. Tem várias razões para isso acontecer. Eu não vou entrar nesse mérito. Uma das questões é por conta de comprometimentos legais que decorrem desse tipo de projeção. Temos também informações não-financeiras sobre mercado, vendas e produtos; projeções; discussões e análises de dados financeiros; e outras informações. Esse é o resultado da métrica do índice.

Feito isso, qual é a nossa próxima etapa? O trabalho é relativamente extenso, nós estamos fazendo aqui um resumo. Agora, temos a relação desse índice com o custo de captação. Nós usamos uma técnica chamada "análise de regressão" e o ponto fundamental é a informação. O BCDI está negativamente relacionado com o custo de capital. Quão negativamente relacionado? 0.14. O que significa isso? O índice vai de 0 a 100, então, numa melhora de um ponto do índice, ou seja, se a empresa tirava 36 e passou a tirar 37, ela tem uma redução de 0.14 pontos percentuais no custo de capital. Então, se a empresa saiu de 36 e foi para 37 e o custo de capital dessa empresa era de 5%, esse custo de capital vai ser agora 5% menos 0.14, ou seja, 4.86%. Então, o aumento de um ponto no índice equivale a uma redução de 0.14 pontos percentuais. Esse número é extremamente significativo do ponto de vista estatístico e do ponto de vista econômico também.

Agora, vamos abrir a amostra nos vários componentes do índice. Nós verificamos aqui o peso de cada um dos componentes do índice. O componente "Projeções" não se demonstrou estatisticamente significante porque foi pouco apresentado na nossa amostra. Mas a abertura do índice não é muito importante.
O importante é que nós separamos a amostra em empresas que têm alta cobertura dos analistas e empresas que têm baixa cobertura dos analistas. O interessante é que, na empresa que tem alta cobertura dos analistas, a melhora no nível de *disclosure* gera uma redução do custo de capital de 0.09. Nas empresas que têm baixa cobertura dos analistas, aumenta-se o nível de *disclosure* e isso gera uma redução ainda maior no custo de captação, de 0.26. Então, se vocês me perguntam: "Eu sou contadora e trabalho numa empresa que não tem aquelas ações negociadas na Bolsa. Não

é a Petrobrás, não é a Vale. Eu devo fazer *disclosure*?". Segundo nossos resultados, deve mais ainda do que a Petrobrás ou a Vale porque o benefício para você é ainda maior. Por quê? Porque os analistas do mercado financeiro atuam de forma complementar ao *disclosure*. Isto é, a empresa pode não ter um *disclosure* lá tão bom, mas os analistas podem processar essa informação, pedir informações adicionais, ou seja, vai haver uma interação. Nas empresas que têm uma cobertura menor dos analistas, o efeito da melhora do *disclosure* no custo de capital é ainda maior. É claro que eu não tenho dados sobre empresas limitadas, eu estou aqui extrapolando os resultados. Mas o nosso resultado mostra que as empresas que têm uma cobertura menor dos analistas, ou seja, que têm menos atenção do mercado são empresas em que a redução do custo de capital por intermédio da evidenciação é ainda maior e 0.26% é muito!

Agora, vamos pegar a concentração de propriedade. Fomos buscar as empresas que têm baixa concentração de propriedade e as que têm uma alta concentração de propriedade. O que é alta concentração e baixa concentração? Definimos o número de ações ordinárias possuídas pelos cinco principais controladores. O importante é que, quando mais dispersa for a propriedade da empresa, maior a relevância do *disclosure*. Suponhamos uma empresa hipotética que só tivesse um acionista, só tivesse um credor. O papel do *disclosure* seria muito menor nessa hipótese. Quanto mais dispersa for a estrutura acionária da empresa, maior ainda a relevância do *disclosure*.

O efeito é maior para quem tem um *disclosure* maior. Ou seja, quem tem um nível de *disclosure* maior vai melhorando o seu nível de *disclosure* e o efeito é ainda maior do que quem tem um nível de *disclosure* muito baixo. Uma das explicações para isso é que a variação na nossa amostra é pequena de uma empresa para outra. A grande variação é que empresas novas entram com um nível de *disclosure* maior.

Em relação a determinantes do *disclosure*, obviamente, a ADR é um determinante do *disclosure*. Empresas que têm ações em Nova Iorque têm um nível de *disclosure* melhor do que as empresas que não têm ações negociadas em Nova Iorque. Um aspecto interessante é que nós não encontramos nenhuma relação entre tamanho e nível de *disclosure*. Não encontramos nenhuma relação entre tamanho e qualidade do *disclosure*. Mas encontramos uma relação forte entre o crescimento da empresa e o nível de *disclosure*. Ou seja, a empresa que cresce mais, tem mais evidenciação, na média, do que a empresa que cresce menos.

Enfim, eu queria colocar essa apresentação como pano de fundo para dar a minha mensagem: para nós da Contabilidade, a evidenciação é importante não é porque o Banco Central diz que é importante, não é porque a CVM diz que é importante. É por isso também! Mas ela é importante porque tem um efeito econômico real. Qual é esse efeito econômico real? Reduz o custo de captação das empresas. Então, uma empresa que informa melhor ao mercado é uma empresa que capta dinheiro mais barato. Se ela capta dinheiro mais barato, ela vale mais, ela consegue realizar projetos de investimentos que outra empresa não consegue. É claro que as normas são importantes – IFRS, a 457 da CVM, a 14.259 do Banco Central, a 11.638 – e estão absolutamente coadunadas com a idéia de que é fundamental um nível de evidencia-

ção maior. Mas é importante deixar claro que há um impacto econômico real. Ou seja, a empresa deve se preocupar com o nível de evidenciação melhor, não porque é legal, mas porque isso gera uma redução fundamental no custo de capital. Ou seja, o mercado paga pelo *disclosure* melhor. Eu devo gastar recursos preparando um balanço melhor, mais explicativo? Devo porque eu vou captar dinheiro mais barato. Então, essa é a mensagem desse trabalho: existe uma evidência, estatisticamente significante, de que, quanto melhor for o nível de evidenciação, mesmo para empresas que não são negociadas no mercado, os resultados apontam que o *disclosure* é importante. Para quem está no mercado, não há dúvida disso. Mas muitas empresas não estão na Bolsa, nem são companhias abertas, e as boas práticas de *disclosure* reduzem o custo de captação. Então, existe um efeito econômico real de uma evidenciação melhor.

Basicamente, era essa a minha mensagem. Gostaria de agradecer a paciência e a presença de vocês todos.

Luiz Carlos Vaini – Coordenador: Muito obrigado, Alexsandro. Eu penso que você chamou a atenção para a questão da evidenciação pensando que isso é só para grandes empresas, companhias abertas etc. Eu acho que isso interessa para qualquer companhia, de qualquer nível, principalmente na questão da transparência. O importante é que existe um acesso à informação de quem precisa fazer esse julgamento e esse julgamento não precisa ser necessariamente do mercado. Pode ser dos próprios acionistas de uma empresa fechada, por exemplo, que vão depositar maior ou menor credibilidade naquilo que está acontecendo, principalmente quando a gestão começa a ser profissionalizada. Eu conheço exemplos de empresas fechadas que, quando se deparam com uma empresa que não faz divulgação no mercado, mas se algum interessado aparece, ou uma instituição financeira onde você vai buscar financiamento, e você apresenta esses níveis de informações que o Alexsandro mostrou aqui, o nível da conversa passa a ser diferente, o nível de depositar confiança passa a ser diferente. É por isso que eu gostaria de chamar a atenção dos colegas contabilistas. Nós temos o defeito de simplesmente fazer aquilo que você acha que o cliente quer. Eu acho que não é para isso que nós prestamos serviços. Nós devemos oferecer para os clientes aquilo que há de bom, aquilo que é importante. Não vamos esperar que um empresário tenha toda essa lucidez sobre o ponto de vista da informação, principalmente se ele vive o negócio, se ele está lá no dia-a-dia. Então, é nossa obrigação oferecer modelos diferentes e, principalmente, as vantagens decorrentes desses modelos, como o Alexsandro acabou de expor. Muito obrigado pela exposição, Alexsandro.
Passamos a palavra agora ao nosso colega Marcelo Fernandez Trindade para a sua exposição.

Marcelo Fernandez Trindade – Fundação Getúlio Vargas: Boa-tarde a todos. Em primeiro lugar, eu queria agradecer muito o convite do CFC para estar aqui neste Congresso. É claro que um advogado se sente num congresso de contabilistas como um peixe fora d'água e a primeira coisa que você pensa quando recebe um convite como esse é: Por que me convidaram? Considerando que eu fui convidado depois de ser presidente da CVM, essa explicação não se aplicava mais. Até então, eu entendia por que me chamavam para os eventos

de contabilidade, era uma questão do cargo e não da pessoa. Então, eu supus que o que eu devia fazer aqui hoje era dar um pouco da visão de quem, já tendo estado na Presidência da CVM, e a CVM tem um papel muito importante do desenvolvimento da evidenciação contábil no Brasil, tem um papel natural de liderança neste campo porque a lei submete à CVM a auditoria das demonstrações financeiras, os auditores têm que se registrar na CVM. O fato é que, hoje em dia, pela Lei n.º 11.638, teoricamente, até companhias que não são abertas, até sociedades limitadas e companhias fechadas de grande porte deveriam contratar auditoria independente de auditores registrados na Comissão de Valores Mobiliários, que, por sua vez, regula as companhias abertas. A CVM tem esse papel.

Por outro lado, eu achei que também deveria abordar com os senhores hoje o aspecto da minha experiência como advogado e a importância da evidenciação contábil para as companhias em geral. Foi muito bom que o Alexsandro tenha abordado essa questão das companhias fechadas, das pequenas companhias. Eu vou tocar nesse ponto também.

Não há mercado de capitais sem evidenciação contábil. Na verdade, a gente podia parar por aí. Em resumo, o que se está discutindo aqui é a importância da evidenciação contábil para o mercado de capitais. É completa. É total. Não há mercado de capitais sem evidenciação. Não há possibilidade de alguém captar recursos do público para colocar no seu negócio, seja sob a forma de títulos de participação, ações, seja a forma de títulos de dívida, sem que o captador seja ele uma companhia aberta, um Fundo de Investimentos, ou qualquer entidade que vá ao mercado realizar uma captação de recursos, sem que essa entidade apresente os seus números, apresente as suas demonstrações financeiras e, portanto, algum nível de evidenciação contábil a gente sempre vai ter.

O que nós vimos há pouco foi um trabalho muito profundo sobre as variantes desses níveis de evidenciação, o quão maior e melhor é essa evidenciação e qual é o benefício que isso traz do ponto de vista de custo de capital, de dinheiro mesmo no bolso dos acionistas, dos credores, dos empregados da companhia, isto é, quanto mais saudável financeiramente a companhia vai ser, quanto menos pressionada por um custo de capital mais alto ela vai ser.

A minha idéia é que a gente discuta um pouco como é que se chega lá. Ou seja, no dia-a-dia de uma sociedade, aberta ou não, como é que nós – administradores, advogados, contadores, auditores – chegamos a esse nível melhor de *disclosure*, de evidenciação contábil. Eu sugiro que a gente trate de quatro aspectos:

A qualidade da evidenciação;

A comparabilidade das demonstrações financeiras. Não se trata apenas de dizer que uma é melhor do que a outra porque, às vezes, não dá para comparar, a qualidade não permite a comparação, ou porque o critério que está sendo usado é diferente do outro; então, quais são os requisitos para que se possa fazer uma comparação, que é fundamental para o desenvolvimento de uma companhia dentro de um conjunto de companhias no mercado de capitais e para obter crédito;

A abrangência. Afinal de contas quem tem que se preocupar com isso?

A divulgação. Como é que isso se divulga? Você evidencia, mas como faz com que essa informação chegue ao público?

Então, eu queria mencionar esses quatros aspectos.

Em relação à qualidade, eu acho que é muito injusto você colocar nos ombros do contabilista a qualidade da informação financeira, da informação contábil. Na verdade, isso depende muito da administração da companhia. É claro que depende dessa postura que foi cobrada de se prestar um serviço de qualidade. A ignorância dos administradores, dos advogados, dos reguladores e dos usuários também sobre o que é uma informação financeira de qualidade é enorme. Essa informação precisa ser produzida com qualidade e qualidade significa educação, treinamento, aprofundamento. Esse é um esforço que o Brasil tem que continuar fazendo. O CFC tem uma atuação muito intensa nesse campo para que, realmente, possamos chegar a um nível de qualidade satisfatório da informação que é produzida. Mas essa educação tem que ser de todos os envolvidos. Não adianta você, como diretor financeiro, chegar a uma reunião do Conselho de Administração com uma informação financeira que você acha que está adequada, só que não há interlocutores porque os conselheiros não sabem discutir aquilo, não têm capacidade de interlocução. Então, você tem um diretor financeiro que sabe do que se trata, mas ele tem lá o seu viés, a sua visão de mundo, mesmo que de boa-fé, que está refletida naquele trabalho e, por outro lado, você tem um conjunto de destinatários internos que não conseguem discutir com ele num padrão adequado. Então, isso demonstra muito claramente a importância das empresas de algum porte terem um Comitê de Auditoria formalmente constituído, ou pelo menos de uma semente de Comitê de Auditoria, isto é, alguém que faça o papel de assessor da diretoria colegiada, se não houver Conselho de Administração, ou dos sócios, se for uma Sociedade Ltda., para auxiliá-los na análise das demonstrações financeiras. Enfim, a análise das demonstrações financeiras é muito importante, não apenas para que se possa debater a consistência e a qualidade daquela informação, mas para que se possa também discutir processos, discutir a formação daqueles números, os controles. Nós sabemos que um balanço pode ser aparentemente excelente e ser uma piada. No caso da Enron e de todos os grandes casos de quebra de companhias americanas, eram companhias que preenchiam todos os requisitos de todos os manuais de governança corporativa, evidenciação etc. Só que não era verdade o que estava ali nas demonstrações financeiras. Então, como é que isso se produziu, como é que essa informação chegou ao papel? Para que isso aconteça, é preciso que essa informação seja produzida com controles adequados. Aliás, essa foi uma das respostas que as autoridades americanas deram aos eventos. É claro que a auditoria externa tem um papel nas companhias maiores, mas acho que também se deve pensar na auditoria externa mesmo se você não é uma companhia aberta. Um Comitê de Auditoria é um elemento que pode te ajudar, enfim, é fundamental que a qualidade da informação seja assegurada na sua formação, na sua construção interna.

O ganho que isso vai dar a essa empresa é muito grande. Por exemplo, um analista de crédito de um banco, como o analista de investimentos, recebe a documentação financeira e vai verificar

se aquela companhia merece crédito ou não. É claro que ele vai verificar outras coisas, como o histórico da companhia, mas ele também vai verificar se aquela companhia merece crédito ou não. Se a evidenciação for feita de maneira pobre, se ela não for suficiente, o apetite desse analista para um parecer favorável vai diminuir, evidentemente. Nós não estamos falando apenas de companhias abertas. O Brasil está mudando. Há 10 anos, eu já era advogado e, quando um gestor de recursos no Brasil conseguia captar 20 milhões de dólares para colocar numa empresa fechada, eram três dias de festas, praticamente um carnaval. Hoje, passados 10 anos, em todo o Leblon tem mais de 20 milhões de dólares sob a administração de um monte de garotos sem gravata. Esses garotos têm sob gestão uma enormidade de dinheiro que está sendo investido em empresas pequenas. Ninguém mais quer comprar só as grandes empresas brasileiras porque essas já estão caras, já estão no mercado. Se nós abrirmos o site da CVM, vai aparecer que, mesmo este ano, que é considerado um ano horroroso para o mercado de capitais, até agora, já foram 105 bilhões de reais. Quando eu entrei na CVM, em 2004, a CVM registrou 25 bilhões de reais. Então, o Brasil mudou de patamar. Isso significa que ele vai chegar às empresas menores. Quando o país muda de patamar, não quer dizer que as grandes empresas mudaram de patamar. Quer dizer que o dinheiro está chegando às empresas pequenas. Quantas empresas pequenas hoje são abordadas para ceder seus créditos, seus recebíveis para Fundos de Investimento em direitos creditórios? Desses 105 bilhões, 30% foram ações, mas 15% já foram captados em Fundos de Investimento em Participação. São os chamados *Fundos de Private Equity*, ou seja, fundos que não investem em *public equity*, ou seja, ações de companhias públicas, só em empresas fechadas, empresas não negociadas. Então, esse dinheiro todo internacional, num momento de liquidez mundial apertadíssima, continua vindo para o Brasil porque os investidores internacionais olham para o Brasil como um país que vai continuar gerando resultados positivos. Nós estamos falando de pequenas empresas, empresas que, se estiverem preparadas antecipadamente, se estiverem com um nível de evidenciação contábil adequado, quando forem procuradas, vão sair muito na frente dos seus concorrentes na captação desses recursos, que são de *private equity*, mas o investimento é feito por pessoas que querem entrar no mercado de captais para sair daqui a cinco ou oito anos. Eu trabalho em muitas operações desse tipo. Freqüentemente, você encontra companhias que faturam, por ano, 300 ou 400 milhões e o sujeito chega com uma lista e diz: "Na loja A, faturo x, na loja B, faturo y e assim por diante". Essa é a evidenciação contábil dele. E a gente pergunta: "Mas isso é tudo por dentro, é tudo Caixa 1?". O primeiro benefício da evidenciação contábil e do mercado de capitais é que ele gera a migração para o mercado formal dessas empresas. Só que, se ele disser que sim, pode ser verdade e, ainda assim, ele não tem muito mais para te mostrar. Esse sujeito vai ser assediado por alguém? Vai. Mas ele vai vender 20% da companhia dele para alguém que vai comprar muito barato esses 20% e, daqui a alguns anos, vai vender com ele um pedaço dessa companhia por muitas e muitas vezes mais, simplesmente porque vai colocar um auditor, controlar os processos e gerar informação financeira adequada. É claro que, com esse dinheiro que está entrando, vão aumentar o porte da companhia.

Então, não é uma coisa de grandes empresas, não é uma coisa de quem já está lá. É uma coisa de quem quer ir. Esse mercado está chegando às pequenas empresas. Não são as pequenas empresas que estão indo a ele; ele é que está indo às pequenas empresas.

Isso tem a ver também com a comparabilidade. Se eu sou um investidor, se eu sou um banqueiro, se eu sou o BNDES, se eu vou dar um empréstimo para alguém, se eu vou fazer um investimento e tenho dois pretendentes, um deles com um nível de evidenciação contábil adequado e o outro mal, não há dúvida de que a minha escolha vai recair no primeiro. Essas pessoas que investem 250 milhões de dólares, colocam num Fundo no Brasil para colocar em pequenas empresas, para eles, isso é pouco dinheiro. Portanto, qualquer minuto que ele perca estudando uma empresa na qual ele vai botar 20 milhões de dólares parece contraproducente. É por isso que ele contrata um gestor brasileiro para fazer esse trabalho para ele, só que esse gestor brasileiro também quer economizar seu tempo. Então, o nível de evidenciação contábil, a qualidade e a confiabilidade das informações é fundamental para que ele possa comparar esses potenciais competidores. É claro que a questão da comparação tem dois aspectos. Tem um aspecto interno porque você tem que poder comparar um ano com o outro, um trimestre com o trimestre do ano anterior. Um dos maiores pecados de muitas grandes companhias brasileiras é que, dependendo do interesse, eu reconheço uma receita na cabeça, no trimestre seguinte, reconheço diferida, e os auditores muitas vezes nem ressalvam isso. A questão é que vocês que produzem a informação têm que produzir uma informação consistente, comparável internamente. Isso é fundamental para dar credibilidade a essa informação. Mas é claro que esse aspecto interno que eu mencionei também é relevante.

O terceiro ponto que eu queria mencionar é o da abrangência. Quem deve evidenciar o quanto mais possa? Todo mundo. Mas, pela lei, nós agora estamos com um sistema meio amalucado porque nós temos as companhias abertas que têm lá os requisitos da CVM. Se elas forem bancos, na verdade, eles vivem um sistema híbrido, em que elas têm que obedecer às normas contábeis do Banco Central do Brasil, e os auditores que revisarem essas demonstrações, se fizerem alguma coisa errada, vão ser punidos pelo Banco Central do Brasil por descumprirem as regras da CVM. É o que está escrito na lei. Mas, tirando uma ou outra idiossincrasia que deverá ser superada ao longo do tempo, a regra geral é essa. A companhia aberta vai seguir os padrões da CVM.

Agora, está para sair a Instrução 202 da CVM, que vai fazer algum tipo de diferenciação, dependendo do tamanho da companhia, no nível de informação que essa companhia tem que dar. Mas a verdade é que, de acordo com o padrão mundial, o Iasb entende que, se a companhia capta recursos do público, ela tem que seguir o IRFS e não pode ter desconto de informação financeira. Esse vai ser o padrão que vai ser adotado aqui. Quando eu estava na CVM, eu discuti isso muitas vezes, com um sujeito extremamente capaz e inteligente do Iasb, que é o Paul Pakter, que trata desse tema das pequenas empresas, tentando ver se a gente não poderia criar algum mecanismo para se dar um desconto e ele me convenceu de que não pode dar mesmo porque, se entrou dinheiro pú-

blico, o tratamento tem que ser igual para permitir a comparabilidade.

Então, nós temos esse primeiro grupo, que é o das companhias abertas. Um segundo grupo, que agora existe por conta da Lei n.º 11.638, são as companhias de grande porte, sejam elas sociedades anônimas ou sociedades organizadas de qualquer outra forma, todas têm que seguir esse padrão. A Lei n.º 11.638 estabeleceu essa regra. Uma boa questão a se discutir é se isso geraria, teoricamente, dois modelos para as grandes empresas: a empresa de grande porte que não é aberta e a empresa de grande porte aberta. Provavelmente, o que o legislador teve foi a intenção de unificar esses regimes, ou seja, se a empresa é de grande porte, vai para um regime só. Mas o fato é que, infelizmente, talvez não seja bem isso que a lei diz. Ela diz que essas empresas de grande porte têm que elaborar as demonstrações financeiras de acordo com a Lei das S.A. e manda que essas demonstrações sejam auditadas por um auditor independente registrado na CVM, sem que se possa esperar qualquer papel supervisor da CVM em relação a isso. Se uma grande empresa Ltda., ou uma grande companhia fechada tiver o seu balanço auditado por um auditor independente registrado na CVM e esse auditor não fizer uma ressalva que ele tinha que fazer, provavelmente a CVM não vai ficar sabendo disso e, se ela ficar sabendo, provavelmente isso não vai estar nas prioridades de punição da CVM, até porque a regra que diz que a CVM pode punir os auditores é muito específica para as companhias abertas. De sorte que, acho que essa norma tende a gerar apenas um efeito por conta do risco de imagem dos auditores independentes que os levasse a fazer o trabalho corretamente também nessas empresas por conta de porem em risco sua reputação. Finalmente, temos um grupo de empresas que não são de grande porte e que vão seguir o padrão contábil tributário, que não é exatamente padrão, mas comanda o dia-a-dia das pequenas empresas. A lei desde sempre permitiu, entretanto, que essas empresas adotassem o padrão da Lei das S.A., o padrão contábil oficial do Brasil. Portanto, nada impede que isso seja feito, ou seja, nada impede que essas sociedades adotem o melhor padrão e ajustem os lançamentos tributários nos livros próprios. Evidentemente, isso ainda depende de uma contabilidade tributária que se espera seja afinal concedida pela Receita Federal para que o Brasil possa, finalmente, dar esse passo. O Brasil foi um dos primeiros países do mundo a discutir convergência com o padrão internacional e foi um dos últimos a adotar. Mesmo assim, na prática, essa adoção depende ainda do conforto que se tem que exigir da Receita Federal.

Para concluir, temos a questão da divulgação. É muito importante eu ter uma informação financeira de qualidade, que evidencie todas as circunstâncias necessárias, com Notas Explicativas completas, enfim, seguindo o padrão e passando do padrão de preferência. Mas, se eu não divulgar isso, só vai ficar sabendo quem receber essa demonstração em mãos. No Brasil, infelizmente, o padrão não é o da divulgação pública, mesmo com a internet. Isso também pode vir a mudar em algum tempo. Aliás, devia mudar porque, afinal de contas, a internet é um meio barato de divulgação dessa informação e isso interessa a todo mundo, inclusive, à Receita Federal porque terá informação pública e outros agentes poderão fiscalizar a conduta dessas empresas. Isso seria realmente desejável.

No Brasil, entretanto, mesmo com a n.º Lei 11.638, se ficou com um modelo de divulgação que não é compatível com uma evidenciação de alto nível. Isso não faz sentido, mas o fato é que a lei ficou capenga, provavelmente por conta de uma discussão velha com o Diário Oficial e que acaba sempre atrapalhando as coisas importantes desse processo. O fato é que hoje nós temos as sociedades anônimas em geral, com mando expresso, segundo o art. 133, para a publicação das demonstrações financeiras, pelo menos cinco dias antes da assembléia anual. As sociedades de grande porte têm que elaborar essas demonstrações financeiras, mas a lei não diz que elas têm que publicar. Então, hoje, há uma grande discussão sobre se elas têm que elaborar e publicar, ou apenas elaborar. E você tem ainda regimes especiais, na própria Lei das Sociedades por Ações para as companhias fechadas. Se elas tiverem patrimônio menor do que 02 milhões de reais, elas não precisam elaborar, nem publicar o fluxo de caixa, de acordo com o art. 176, parágrafo 6.º. Se elas tiverem patrimônio líquido menor do que 01 milhão de reais, elas não precisam publicar nada. Elas têm que elaborar, mas não têm que publicar nada. Por outro lado, não incentivar essas empresas, mesmo as pequenas, a divulgar essas informações na internet, quando elas são públicas, porque elas são arquivadas no Registro do Comércio, é só uma questão de dificultar o meu acesso à informação porque a informação já é pública. Então, eu acho que deveria haver esse movimento, muito claro, de que não basta evidenciar, mas tem que evidenciar e divulgar. Tem que incentivar a evidenciação e a divulgação.

Concluindo, eu acho que há um elemento que eu gostaria enfatizar: isso cabe a nós todos no dia-a-dia. Cabe aos advogados no dia-a-dia, no sentido de que, quando responderem a uma circularização, o fazerem direito. É uma das coisas mais chatas do mundo, mas pensem nisso como um fator que mostra que você tem muitos clientes e é por isso que está recebendo tantas cartinhas pedindo informação sobre aquelas empresas. É preciso que a produção dessa informação seja adequada para que essa evidenciação produza os efeitos que se deseja no mercado de capitais. Obrigado.

Luiz Carlos Vaini – Coordenador: Obrigado, Marcelo. Você também tocou em pontos extremamente interessantes que ajudam muito no nosso raciocínio. Há dois casos que eu poderia explicar aqui rapidamente. Um é o caso de uma empresa que não estava à venda, porém, recebeu uma proposta para ser vendida. Nós estávamos trabalhando com essa empresa desde 2002 e, quando chegamos, tinha realmente um balanço atrasado. Lamentavelmente, era uma contabilidade terceirizada, ninguém cobrava do escritório de contabilidade, então a situação foi se prolongando. A partir do momento em que nós começamos a orientar que a informação é necessária, que as coisas precisam ser discutidas, mas que não podem ser discutidas apenas na sensação do conhecimento, que precisa haver evidenciação e tudo mais, as pessoas foram percebendo que cada informação que chegava auxiliava e trazia segurança. Nós levamos quatro anos para implantar todo um processo de informação. Eu queria chamar a atenção para algo que existe muito, que é a tal da "informação gerencial". A informação gerencial não é informação oficial. Acho que nós precisamos acabar com isso. A informação gerencial é uma qualificação da informação, mas

não devemos associar isso com aquilo que é oficial e não oficial. Aliás, eu acho péssimo esse negócio de chamar contabilidade gerencial. A contabilidade é uma só, apenas tem propósitos de gerenciamento. Portanto, se você tem que rearranjar alguns números para efeito de apresentação, é fundamental que eles tenham fidedignidade. Assim como você tem que conhecer o seu patrimônio pessoal. Você tem que ter noção desse tipo de coisa. Só que uma empresa, por sua complexidade, evidentemente, depende de sistemas para gerar informações chamadas de gerenciais.

A questão da governança corporativa, para a qual o Marcelo chamou a atenção, é um ponto muito interessante. Realmente, há conselheiros do Conselho de Administração que têm muito mais a sensibilidade do acionista. Via de regra, os Conselhos de Administração não estão ainda profissionalizados, pelo menos no nível que a gente gostaria e os onselheiros não compreendem as informações, da maneira como foram geradas pelo diretor financeiro. Provavelmente, eles nunca vão entender e até fica com receio de fazer alguma pergunta e aparentar que não têm conhecimento do assunto. Só que precisam decidir e, além disso, vão ter responsabilidade em cima dessa decisão. Então, há uma oportunidade de mercado de trabalho do contabilista para orientar esse tipo de coisa.

Vou dar mais um exemplo em que o contabilista pode, e deve, apresentar produtos novos para as empresas. Eu faço parte de um Conselho de Administração e, em 2001, começamos um processo "educacional" de evidenciação. Você estabelece um padrão. Qual é o padrão? Vamos interpretar essa companhia como se fosse uma companhia aberta e como se tivesse que prestar informações ao mercado, acionistas ou a quem quer que seja, uma vez que, se ela é uma companhia aberta, é como se tivesse dinheiro do público aqui e teria que haver *full disclosure*, ou seja, a informação por completo. Hoje, essa empresa está sendo muito paparicada porque as pessoas vêem que ela está prontinha para abrir o capital e os acionistas não estão pensando em abrir o capital. Eles só queriam a informação e estão muito seguros daquilo que têm, dos seus investimentos e estão entusiasmados. Eles querem é investir cada vez mais na empresa, promover seu desenvolvimento, fazê-la crescer etc. Abrir o capital pode ser até que venha a acontecer, mas para quê? Para financiamento? Eles já têm financiamento. Devido ao nível de informação, eles podem ir ao BNDES, por exemplo, apresentar as demonstrações contábeis e eles vão analisar aquilo e lá têm todas as informações que precisam. E mais um detalhe, se não houver a informação requerida, o sistema está preparado para gerar as informações que são demandadas. É por isso que, como profissionais da Contabilidade, nós temos que olhar essa questão da evidenciação com muito carinho. Provavelmente, deve haver uma mudança de conceito de que nós não estamos lá simplesmente para fazer um débito e um crédito. Qualquer sistema faz isso. O que nós precisamos realmente é ver a parte "sexy" da Contabilidade. A parte "sexy" da Contabilidade é a análise e a base da análise é dispor desses dados e ter essa evidenciação, de maneira que ela seja inteligível quando colocada à disposição dos acionistas, do Conselho de Administração, dos próprios gestores. Enfim, não dá para um país como o Brasil, com toda a evolução que o país está tendo, que as empresas brasileiras são um ponto pendurado no universo, pura

e simplesmente. O Marcelo chamou a atenção para um detalhe que muitos pensam: "Evidenciação é para empresas de grande porte. Eu faço outro tipo de Contabilidade". Não faz não. Você o mesmo tipo de Contabilidade, haja vista esse interesse para empresas menores. A empresa menor significa detectar as fatias de mercado, a consolidação de ramos, negócios e oportunidades para desenvolvimento, até mesmo sob o ponto de vista de um teste de mercado, para ver quanto depois vamos investir naquele segmento. Os contadores, obviamente, trabalham fortemente com essa faixa de empresas de pequeno porte. É por isso que a mensagem está muito clara, está muito evidenciável. Você pode até escolher o espaço que seja mais recomendável para a divulgação das informações. Pode ser através do Relatório da Administração, por meio de uma Nota Explicativa que tenha mais a ver com o Balanço, mas o importante é que a gente possa oferecer esse nível de informação para quem esteja envolvido nos negócios da empresa, sejam os acionistas, os fornecedores, os investidores e assim sucessivamente. Como o Alexsandro bem colocou, tem um impacto mensurável dentro do resultado da companhia, que é aquilo que a gente chama de custo de capital e que eu prefiro até chamar de credibilidade. Isso não tem preço.

Muito obrigado ao Alexsandro e ao Marcelo por sua participação. Devolvo à palavra à nossa estimada mestre de cerimônias.

Mestre de cerimônias: Nesse momento eu peço ao contador Luiz Carlos Vaini, que, como coordenador do painel, faça a entrega do certificado e da singela lembrança deste 18º CBC, aos nossos palestrantes convidados.

Inicialmente, o contador e professor Alexsandro Broedel Lopes.

Agora, ao advogado e professor Marcelo Fernandez Trindade.

Convido a contadora Tânia Moura da Silva, integrante da Comissão Nacional da Mulher Contabilista, para fazer a entrega do certificado e desta lembrança, que é uma peça artesanal que marca a passagem do 18º CBC aqui no Rio Grande do Sul, ao nosso coordenador, professor Luiz Carlos Vaini, pela sua condução nesta mesa técnica.

Teremos, a seguir, um intervalo de 30 minutos e, dentro de alguns instantes, retornaremos para a Palestra Magna deste dia, intitulada "Aspectos da História Contábil Brasileira", a ser proferida pelo contador professor Doutor Antônio Lopes de Sá.

AUDITÓRIO JOSÉ LUTZEMBERGER

PAINEL Nº. 12

ALTERAÇÕES DA LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES – LEI 11.638/07.

Mestre de cerimônias: Dando continuidade ao 18º CBC, teremos agora o Painel n.º 12, com o tema "Alterações da Lei das Sociedades por Ações – Lei 11.638/07". Este painel tem o objetivo de discorrer sobre as alterações da Lei na Contabilidade Societária e Tributária.

Convidamos, para compor a Mesa deste painel, como coordenador, o economista e advogado José Serafim Abrantes. José Serafim atuou em diversas entidades da classe contábil. Foi presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo e presidente do Conselho Federal de Contabilidade.

Convidamos, como painelistas: o contador Ariovaldo dos Santos, professor titular do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP; o contador professor José Carlos Bezerra da Silva, gerente de Normas Contábeis da CVM; e o contador e auditor fiscal da Receita Federal do Brasil, Ricardo de Souza Moreira.

De imediato, passamos a palavra ao nosso coordenador, José Serafim Abrantes, para as suas considerações e condução dos trabalhos deste painel.

José Serafim Abrantes – Coordenador: Senhoras e senhores congressistas, autoridades da área contábil presentes, permitam-me cumprimentá-los a todos na pessoa do Lineu Alves de Camargo, um grande profissional que muito contribuiu durante a sua vida, quer no ensino, quer junto às entidades profissionais, especialmente ao Conselho Federal, para a grandeza da profissão contábil.

Nós teremos como painelistas convidados o Ariovaldo dos Santos, José Carlos Bezerra da Silva e Ricardo de Souza Moreira, para falar sobre essa nova revolução na área contábil, que é a Lei das Sociedades por Ações. Com certeza, será uma revolução profissional, em função da mudança de conceitos, que, daqui para frente, nós temos que assimilar. De qualquer maneira, cumpre dizer-lhes que essa é uma busca de longa data dos profissionais da Contabilidade e das entidades contábeis.

Desde meados da década de 90, as entidades trabalharam muito nesse objetivo. Para vocês terem uma idéia, em 1999 as entidades da área contábil e da área de finanças, inclusive das áreas fiscais, tinham concluído um projeto que foi entregue pelo ministro Pedro Malan ao Presidente da República da época, Fernando Henrique Cardoso. Nós tínhamos uma expectativa de que as coisas fossem andar, mas, mais uma vez, a exemplo de tantos outros projetos, não andaram. Felizmente, passados mais 10 anos, nós conseguimos ter agora essa reformulação. Não nos termos daquele projeto, mais muito perto disso. Os conceitos são os mesmos, mas o que houve foram algumas restrições. Por exemplo, a área contábil e as entidades que nos

Ariovaldo dos Santos, José Serafim Abrantes e José Carlos Bezerra da Silva.

Ricardo de Souza Moreira (SRF)

Realização
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
nselho Federal
Contabilidade
os Regionais
ntabilidade

acompanhavam naquela época queriam que todas as empresas que tivessem significado social dentro da economia publicassem seus balanços. Passaram-se 10 anos e, mesmo assim, isso é obrigatório só para as entidades fechadas, exceto num volume de recursos de patrimônio muito alto. De qualquer maneira, o princípio que nós objetivávamos foi aberto e eu quero crer que foram concretizados as preocupações e os anseios que esses profissionais liberais que lá estavam representados tinham de que, cada vez mais, todas as células de significado econômico dentro da economia brasileira abrissem seus balanços para os analistas. Desta vez, ainda não foi feito num volume que nós consideramos razoável, mas, com certeza, ao longo do tempo, nós vamos ver isso crescer. É óbvio que isso ampliará também o trabalho necessário de todos os profissionais dentro da sociedade.

Dentro dessa expectativa, queria agradecer o trabalho não apenas do Conselho Federal de Contabilidade, mas também dos Conselhos Regionais e demais entidades contábeis e paracontábeis, da área econômica, da área de administração, do Banco Central, da CVM, porque todos eles contribuíram muito para que esse objetivo, que beneficia a sociedade como um todo, fosse atingido.

É para discorrer sobre a Lei n.º 11.638/07, seus benefícios e suas mudanças que nós temos esses experts aqui hoje conosco para nos trazer esses ensinamentos.

Vou ler um breve resumo dos nossos palestrantes. Primeiro, teremos a apresentação do José Carlos Bezerra da Silva, em seguida, do Ricardo de Souza Moreira e, por último, falará o Ariovaldo dos Santos. Eu vou ler um breve resumo do currículo desses ilustres profissionais, nessa ordem.

O José Carlos Bezerra da Silva é Bacharel em Ciências Contábeis e tem especialização em Gestão Empresarial. É gerente de Normas Contábeis da Comissão de Valores Mobiliários desde 1995. É professor convidado do curso de pós-graduação em Contabilidade para Gestão de Negócios da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Também é professor do curso de pós-graduação de Finanças Corporativos na Universidade Estácio de Sá, também no Rio de Janeiro. É ainda professor do curso de pós-graduação de Controladoria e Finanças da Faculdade Moraes Júnior no Rio de Janeiro.

O Ricardo de Souza Moreira é auditor fiscal da Receita Federal do Brasil. É Graduado em Ciências Contábeis e chefe da Divisão de Instituições Financeiras da Coordenação Geral de Fiscalização. É instrutor da Escola Superior de Administração Fazendária – Esaf, com sede em Brasília. É ainda instrutor do Centro Interamericano de Administrações Tributárias, organismo internacional, com sede no Panamá. É também supervisor do projeto "Sistema Público e Estruturação Digital", nos módulos de "Estruturação Contábil" e "Estruturação Fiscal das Instituições Financeiras". Ainda é representante da Secretaria da Receita Federal junto ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que tem sua sede dentro do Conselho Federal de Contabilidade. Foi ganhador, no ano de 2003, do Prêmio Criatividade e Inovação como Auditor Fiscal da Receita Federal, tendo se classificado em primeiro lugar com a monografia "A Representação Fiscal para Fins Penais, como Instrumento na Promoção da Justiça Fiscal e Social dos Tributos".

O colega Ariovaldo dos Santos é professor Doutor e Livre Docente na FEA/USP. É professor de graduação e pós-graduação do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEZ/USP, desde 1986. É coordenador técnico da edição das 500 Melhores e Maiores da *Revista Exame*. É presidente do Itcaf. É pesquisador e autor do livro *Demonstração do Valor Adicionado*, da Editora Atlas. Ainda é coautor do livro *Aprendendo Contabilidade*, de 1994. É coordenador da revisão do livro *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações*, desde 1995. É coautor do livro *Retorno de Vencimentos*, de 1999. É ainda integrante da comissão encarregada da escolha do Prêmio de Transparência Contábil. É autor de diversos artigos e trabalhos publicados.

É com as apresentações desses nobres colegas da área contábil que nós vamos ter esses ensinamentos que eu espero que todos nós aprendamos porque há uma mudança muito profunda, e quem sair na frente, com certeza, terá maior sucesso.

Convido o José Carlos Bezerra da Silva para nos transmitir os seus ensinamentos.

José Carlos Bezerra da Silva – CVM: Boa-tarde a todos. Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite do Conselho Federal de Contabilidade para que a gente possa debater um pouco esse assunto que é tão emergente na nossa profissão e muito importante para o futuro da nossa profissão.

Antes de mais nada, eu queria esclarecer que tudo o que eu disser aqui vai refletir exclusivamente a minha opinião e não necessariamente a posição da entidade em que eu trabalho, a Comissão de Valores Mobiliários.

O Serafim já fez um breve histórico de como foi a tramitação dessa lei ao longo desses 18 anos e vou apenas fazer alguns comentários breves. A primeira proposta feita de alteração na Lei n.º 6.404, a Lei das Sociedades Anônimas, desde o art. 1º até ao art. 300, foi feita ainda em 1990, dentro do programa de reformas do então Governo Fernando Collor de Mello. A nossa base, naquela oportunidade, para internacionalização da nossa contabilidade, ou seja, a base do Capítulo XV da Lei eram ainda os princípios contábeis norte-americanos que representavam o mercado de valores mobiliários mais desenvolvido do mundo e que, de certa forma, representam ainda. Por esse motivo, como nós não tínhamos ainda um conjunto de regras internacionais aplicáveis ao mundo, naquela oportunidade, o nosso norte, naquela época, ainda era os padrões americanos. Depois veio o fim do Governo Collor e o projeto foi arquivado. Na segunda fase, em 1993, nós retomamos esse projeto, dividimos em alguns pedaços, que, em 1997, foram transformados na Lei n.º 9.447/97 e na Lei n.º 9.457/97 e, em 2001, na Lei n.º 10.303/01. Na terceira parte do projeto, ficou a parte contábil da lei, o Capítulo XV da Lei n.º 6.404, aí já modificado, tendo como norte as Normas Internacionais de Contabilidade, emanadas do atual Iasb. Isso também seguindo o norte do Iosco, que é o órgão internacional que congrega as Comissões de Valores Mobiliários do mundo inteiro. Na ocasião, esse anteprojeto deu origem ao Projeto de Lei n.º 3.741/2000, que foi entregue ao então ministro da Fazenda, Pedro Malan, em 1999, transformou-se em Projeto de Lei e passou sete anos tramitando no Congresso Nacional, até que se transformasse em Lei.

Nesses sete anos, de alguma maneira, a CVM procurou atender à demanda dos nossos investidores, no sentido de que nós tivéssemos uma Contabilidade que pudesse ser entendida, tantos pelos investidores internos, quanto pelos investidores externos. A única saída para isso seria adotar as Normas Internacionais de Contabilidade. Atendendo a essa demanda, o que é que nós fizemos? Nós tínhamos a lei, que continha alguns entraves a essa internacionalização, então nós fizemos um pequeno desvio, por meio da Instrução 457, para termos essa internacionalização a partir das demonstrações consolidadas. Não as demonstrações individuais, ou seja, aquelas que produzem efeitos societários, jurídicos ou tributários, mas sim as demonstrações consolidadas, que são um canal de comunicação poderoso entre a empresa e o investidor. Entre 2007 e 2008, veio a promulgação da Lei n.º 11.638, que permite, agora, a nossa convergência plena às Normas Internacionais de Contabilidade, tanto na demonstração consolidada, quanto na demonstração individual.

Quais os objetivos dessa lei?

Possibilitar a eliminação de barreiras regulatórias, que impediam a nossa inserção total no processo de convergência contábil internacional.

Restabelecer a segregação da escrita contábil e fiscal. Eu digo "restabelecer" porque, no texto original da Lei n.º 6.404, já havia um mandamento para isso. Ao longo dos 30 anos de vigência da Lei n.º 6.404, isso acabou, de alguma forma, sendo desrespeitado.

Possibilitar o estabelecimento de uma nova estrutura normativa da Contabilidade para o mercado de capitais.

Aqui temos um mapa-mundi para vocês terem uma visão geral de como anda esse processo de convergência contábil às Normas Internacionais. Os países que estão marcados numa cor mais escura já estão todos eles convergentes. Como grupo principal, eu destaco a União Européia, a Austrália e o Japão. Os países que estão marcados em azul estão em processo de convergência. Todos eles estão a caminho de convergir para as Normas Internacionais de Contabilidade e, nesse grupo, se incluem o Brasil e os Estados Unidos como países mais representativos desse grupo. Os países que estão em branco, certamente, em algum momento no futuro, também irão convergir às Normas Internacionais de Contabilidade.

Que benefícios essa convergência trará para o nosso país?

Permitir a comparabilidade das informações contábeis, para que aquelas informações que são disponibilizadas ao investidor possam ser comparadas com as informações contábeis de outras empresas que estejam sediadas nos países que também já convergiram, ou que vão convergir para essas normas.

Trazer um maior grau de transparência *vis-à-vis* a complexidade das transações nos mercados financeiros.

Normas baseadas em princípios, no lugar de normas baseadas em regras. Ou seja, vai exigir um maior grau de julgamento, tanto por parte do administrador da empresa, quanto por parte do contador nas estimativas contáveis e, conseqüentemente, na elaboração das demonstrações financeiras.

O foco da informação passa a ser o usuário, que, ao final, é o tomador de decisões.

A Lei n.º 11.638 também permite que estabeleçamos uma nova estrutura normativa para o mercado de capitais. No art. 10-A, está previsto que a CVM, Banco Central e outros órgãos reguladores possam celebrar convênio com uma entidade de direito privado cujo objetivo seja o estudo e divulgação de princípios, normas e padrões de Contabilidade e de Auditoria. Esses órgãos reguladores podem adotar, no todo ou em parte, essas normas emanadas desse órgão de direito privado. O parágrafo único do art. 10-A estabelece que aquele órgão deve ser majoritariamente composto por contadores, dele fazendo parte, paritariamente, representantes companhias abertas, auditores independentes, analistas de investimentos da profissão contábil, representada pelo CFC e de universidades e institutos de pesquisas com reconhecida atuação na área contábil de mercado de capitais.

Antecipando-se ao próprio texto legal, o Conselho Federal de Contabilidade, em outubro de 2005, criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que conta com representantes da Abrasca, Ibracon, Apimec Nacional, Conselho Federal de Contabilidade, Fipecafi e Bovespa. Portanto, atende plenamente àquilo que está determinado na Lei n.º 11.638. Ainda fazem parte do CPC, na condição de ouvintes, com direito a voz, mas não a voto, os órgãos reguladores, representados pela CVM, Banco Central, Susep e Receita Federal do Brasil.

Vamos entrar agora na n.º Lei 11.638, na parte em que ela altera a Lei n.º 6.404. Ela criou, no lugar da demonstração das origens da aplicação de recursos, a demonstração dos fluxos de caixa, não obrigando as companhias fechadas com PL inferior a dois milhões a elaborá-la. Criou também a demonstração do valor adicionado e somente para as companhias abertas. A Lei n.º 11.638 cometeu uma impropriedade porque manteve ainda os incisos III e IV como vigentes e que se referiam à extinta, ou substituída Doar.

Quanto à escrituração, ela manteve o que já estava estabelecido na redação original da Lei n.º 6.404, ou seja, a segregação da escrita fiscal e comercial, mas acrescentou um ingrediente a mais, permitindo que as empresas possam observar, na sua escrituração mercantil, aqueles ditames de lei tributária ou lei especial, desde que, ao final do período da elaboração da demonstração e de tornar pública essa demonstração, ela faça ajustes nessa escrita, com base nos ditames fiscais ou especiais, de forma que a informação apresentada ao público seja aderente aos ditames da lei e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Então, a situação anterior, e que foi mantida, era: nós temos uma escrituração mercantil, aderente às normas da lei e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade; ajustes feitos em livros auxiliares – Lalur; e a apuração do lucro real. Isso seria a escrita fiscal. Na situação nova, a estruturação mercantil seria feita para atender aos objetivos fiscais e seria a base para as finalidades tributárias; faz-se a declaração do imposto de renda e, após isso, ajusta-se essa escrita naquilo que for necessário para a observância da lei e dos princípios e, aí sim, têm-se as demonstrações que seriam publicadas. Ainda no art. 177, o parágrafo 5.º, determina que todas as normas a serem expedidas pela CVM, daqui por diante, estejam em consonância com os padrões internacionais de Contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.

Tendo em vista aquele mapa que nós vimos no início, as normas a serem observadas seriam as normas emanadas do Iasb, as chamadas Normas Internacionais de Contabilidade.

O parágrafo 7º do mesmo art. 177 prevê que os lançamentos de ajuste efetuados exclusivamente para fins de harmonização contábil, ou seja, para atendimento a essas novas normas de Contabilidade aderentes às normas internacionais, não poderão ser base de incidência de impostos/contribuições nem ter quaisquer outros efeitos tributários.

O parágrafo 6.º do art. 177 prevê que as companhias fechadas poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela CVM para as companhias abertas e criou a figura das empresas de grande porte, estendendo a essas empresas os ditames da Lei n.º 6.404, considerando como tal aquelas cujo ativo total seja superior a 240 milhões, ou receita bruta anual total superior a 300 milhões.

Aqui temos um quadro de como fica a questão do regime de publicação, adoção de conjunto de normas e se esses grupos de empresas seriam auditados ou não. As sociedades anônimas de capital aberto, todas elas têm que adotar as normas emanadas da CVM, têm que passar por um processo de auditoria e têm que ter as suas demonstrações financeiras publicadas. As S.A. fechadas, de grande porte, ou seja, aquelas sociedades anônimas de capital fechado cujo ativo total seja superior a 240 milhões ou receita bruta anual total superior a 300 milhões, podem adotar as normas contábeis da Lei ou as normas da CVM, têm que ser auditadas e têm que publicar demonstração. As sociedades anônimas de capital fechado de pequeno porte, ou seja, inferiores àqueles limites de ativo total e de receita bruta total anual, adotam as normas da CVM ou da Lei, têm que publicar, mas não são obrigadas a passar por um processo de auditoria independente. As sociedades de grande porte, ou seja, as Ltda., adotam as normas da Lei, não têm a opção de adotar as normas da CVM, têm que ser auditadas e não são obrigadas, no nosso entendimento, a publicar suas demonstrações financeiras.

Voltando ao texto da Lei, o art. 108, parágrafo 1.º, criou o subgrupo dos intangíveis, definindo como tal aqueles direitos que têm por objeto bens incorpóreos. Aqui surgiu uma dúvida muito grande por parte do mercado, no sentido de que poderíamos registrar todos os intangíveis de uma empresa. A resposta é não porque a própria lei ressalva isso. A Lei diz que são os intangíveis adquiridos, ou seja, só se registram no ativo aqueles intangíveis adquiridos e pelo valor de aquisição. Então, continua valendo o critério do custo de aquisição para o registro dos intangíveis.

O art. 178, parágrafo 2º, alínea "d", elimina a figura do lucro acumulado. Aqui também houve muita dúvida por parte do mercado no sentido de que, se eu eliminar a conta do lucro acumulado, não tenho como fazer a contrapartida no encerramento do exercício. O sentido, ao eliminar a conta do lucro acumulado, não foi eliminar essa conta no processo de encerramento do exercício social, no processo de encerramento das contas de resultado, mas sim no sentido de determinar que ela não deve ter saldo. O saldo dela, ao final do exercício, deve ser zero, com base no conceito de que todo o lucro de sociedade anônima tem que ser destinado ou para pagamento

de dividendos ou para a constituição de reservas de lucros.

O art. 179, inciso V, determina que os bens adquiridos em operações com características de *leasing* financeiro devem ser registrados no imobilizado. Portanto, a partir de agora, quanto aos bens adquiridos numa operação de arrendamento mercantil financeiro, deve-se registrar o bem no ativo imobilizado e o registro do passivo correspondente assumido por esse financiamento, deve ser registrado no passivo circulante, ou no passivo não-circulante, dependendo do prazo de exigibilidade. Além disso, inciso V do art. 179 modifica a definição do deferido, restringindo ainda mais aquilo que pode ser registrado nesse grupo. Essa restrição se aplica apenas às despesas pré-operacionais e gastos com reestruturação, que contribuirão efetivamente para o aumento do resultado de mais de um exercício e que não configurem tão-somente a redução de custo ou acréscimo de eficiência operacional. Embora a Lei tenha restringido o registro nesse grupo, a Lei ainda não está em consonância com a norma internacional, que não prevê a existência do "deferido". Nas normas internacionais, nós não temos o grupo do "deferido". Para vocês terem uma idéia, até mesmo as despesas pré-operacionais são descarregadas diretamente no resultado, portanto, haverá que se fazer uma harmonização da regra que está contida na Lei com os padrões internacionais, de alguma forma, não permitindo mais que esse grupo receba adições.

O art. 182, parágrafo 1.º, extingue as reservas de capital de prêmio recebido na emissão de debêntures e de doações e as subvenções para investimento, tratando essa última como reserva de lucro. Há algumas perguntas que são feitas. Por exemplo: "O que fazer com os saldos pré-existentes à nova lei?" A resposta é simples. O que foi registrado nessas reservas de capital continua lá até a sua destinação nos termos da própria lei, dado que não se pode modificar aquilo que já estava feito de uma forma legal. A outra pergunta é: "O que fazer com os prêmios e as doações e subvenções recebidas após a vigência da lei?". A CVM editou uma Instrução sobre esse assunto, tratando, entre outros assuntos, desse item e, de maneira provisória, determinou que as operações ocorridas no ano de 2008 serão provisoriamente registradas em resultado de exercícios futuros até que seja emitida uma norma definitiva sobre isso, cuja previsão de emissão ainda é dentro do exercício de 2008.

O art. 182, parágrafo 3.º, extingue a figura da reavaliação espontânea. A Lei n.º 11.638 prevê que os saldos existentes nas reservas de reavaliação devem ser mantidos até a sua realização ou estornados até ao final do exercício social de 2008. A CVM exigiu que as companhias abertas indicassem a sua escolha até a divulgação das informações relativas ao segundo trimestre de 2008. Foi criado o grupo de ajustes de avaliação patrimonial, para abrigar, principalmente, as contrapartidas das avaliações dos instrumentos financeiros disponíveis para venda e dos ativos líquidos de sociedade incorporada, ou decorrente de fusão ou cisão, quando essa transação tenha sido feita entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle. Isso está previsto no art. 226, parágrafo 3.º.

O Inciso I do art. 183 modifica o critério de avaliação dos instrumentos financeiros. Essa avaliação será feita:

a) pelo valor de mercado ou equivalente, quando classificados como destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e

b) pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito.

Nesse caso, surge uma questão porque a Lei previu que todas as contrapartidas dessa avaliação devem ser feitas em conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essa é mais uma impropriedade que está contida na Lei n.º 11.638 e que precisa ser corrigida, eventualmente, via norma. A exigência de avaliação patrimonial será para os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda. Quanto àqueles instrumentos financeiros destinados à negociação ou mantidos até o vencimento, a contrapartida da avaliação deve ser contra o resultado.

O inciso VIII do art. 183 e o inciso III do art. 184 prevêem que tanto os ativos e passivos de longo prazo e os de curto prazo, quando forem relevantes, devem ser ajustados a valor presente e também têm que estar em consonância com a norma internacional.

O art. 183, parágrafo 1.º, define valor de mercado para os instrumentos financeiros como algo muito parecido com a definição de Valor Justo, que está contida na norma internacional.

O parágrafo 3.º do art. 183 determina a revisão periódica sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido, a fim de que sejam:

I – revisada sua capacidade de geração de receitas; ou
II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

O art. 248 extingue o teste de relevância, para fins de aplicação do método da equivalência patrimonial. Hoje, basta que o investimento seja classificado como coligado, ou como controlado para que deva ser avaliado por equivalência patrimonial. Com relação às controladas, desde 1996, pela Instrução 247, a CVM já havia determinado que, ainda que não relevante, mas se for um investimento em controlada, ele deveria ser avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Agora, a lei reconheceu isso e acrescentou as coligadas, sem que se precise fazer esse teste de relevância. E estabeleceu o capital votante como base para a presunção de influência para a classificação do investimento como coligada.

Nesse ponto, eu termino o que diz respeito ao texto legal e deixo agora para o Ricardo e o Ari comentarem isso de uma maneira mais adequada do que eu. Trago para vocês a notícia de que nós temos quatro normas em audiência pública, com prazo para oferecimento de sugestões até ao dia 15 de setembro:

Pronunciamento CPC 04 sobre Ativos Intangíveis;
Pronunciamento CPC 06 sobre Operações de Arrendamento Mercantil ou Leasing;
Pronunciamento CPC 07 sobre Subvenções e Assistências Governamentais;
Orientação CPC O-01 sobre Entidades de Incorporação Imobiliária.

Vale dizer que as três primeiras têm ligação direta com o texto legal, ou

seja, regulamenta o que está contido na Lei 11.638.

Além disso, também dou a notícia para vocês de que a CVM, três anos atrás, encomendou um estudo à Ernst&Young para fazer um diagnóstico sobre as diferenças e similaridades das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e as normas e práticas contábeis brasileiras. Esse estudo ficou pronto agora e está disponível na nossa página da internet. É um estudo bastante robusto, tem cerca de 5.000 páginas e tem como objetivo ajudar-nos a todos nesse processo de convergência. Ao acessar a nossa página principal, vocês devem clicar no acesso rápido e, em seguida, em Contabilidade e Auditoria. Depois, devem clicar em Contabilidade e depois no link para o estudo. Por fim, abre-se esta página onde vocês podem baixar estes três conjuntos de arquivos. O primeiro link é o estudo propriamente dito; o segundo link são as demonstrações financeiras das empresas brasileiras que serviram de base para o estudo; e o terceiro link é o das demonstrações financeiras das empresas estrangeiras que também serviram de base para esse estudo.

Só para finalizar e para enfatizar o quanto é difícil a nossa profissão, eu vou ler aqui um trecho de um autor de Contabilidade, de 2003. Ele diz o seguinte: "A compreensão das regras internacionais é muito difícil porque as regras têm diferentes significados. Na Alemanha, tudo é proibido, a menos que esteja explicitamente permitido na lei. Enquanto que, na Inglaterra, tudo é permitido, a menos que esteja explicitamente proibido na lei. No Irã, por outro lado, tudo é proibido, mesmo que esteja permitido na lei. Enquanto que, na Itália, tudo é permitido, especialmente, se é proibido". Obrigado.

José Serafim Abrantes – Coordenador: Obrigado, José Carlos Bezerra da Silva, por essa contribuição. A nossa vida é assim mesmo – aprendizado todo o dia –, mas aqueles que chegarem lá, com certeza, vão ter sucesso sob todos os ângulos que vocês imaginarem.

Convidamos agora o Ricardo de Souza Moreira para nos transmitir um pouco mais do seu conhecimento e enriquecer as mentes de todos.

Ricardo de Souza Moreira – Receita Federal do Brasil: Boa-tarde a todos. Inicialmente, antes de começar as questões tributárias que afligem a todos nós, em relação à Lei n.º 11.638, é importante parabenizar o CFC pela realização deste evento, que reuniu 6.000 profissionais da área contábil. É realmente um evento maravilhoso e do qual eu estou muito honrado de participar, especialmente por ser contador. Então, o CFC realmente merece nossos parabéns.

Gostaria de deixar claro que, embora eu represente a Receita Federal junto ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e esteja fazendo parte de um grupo que estuda esse assunto dentro da Receita Federal, o que eu vou colocar aqui é a minha opinião. Ainda não é a opinião expressa da Receita Federal.

Quando a gente começa a falar sobre os impactos tributários da Lei n.º 11.638, temos que lembrar que levamos 10 anos para inserir o Brasil nesse contexto de convergência. A Lei n.º 11.638 é realmente importante porque ela conseguiu nos inserir no contexto mundial de transparência. A pergunta que fica é: "Mas quanto é que eu vou pagar de imposto por isso?". A minha carga tributária vai continuar igual ao que era ou vai mudar? Essa pergunta aflige todos

nós e não tem uma resposta fácil. Nós vamos ver a razão. Existem alguns problemas com a n.º Lei 11.638 porque há algumas nuances que nós não tínhamos percebido e, quando ela já estava tramitando, e depois de aprovada, nós vimos que não era bem assim. Durante o processo de aprovação dessa lei, especialistas e contadores diziam que essa lei não ia ter efeito tributário, que era uma lei neutra, vai nos inserir no contexto de convergência internacional e vai reduzir os nossos custos. Nós não vamos pagar mais imposto por isso.

Quando esse Projeto de Lei estava em tramitação, houve um acordo de cavalheiros de que a Receita Federal não usaria esses ajustes na Lalur Nacional, para cobrar mais impostos, nem contribuições. Isso foi um acordo de cavalheiros que foi firmado e continua sendo intenção da Receita realmente não ganhar com o ajuste, nem tampouco perder, ou seja, manter isso neutro. É a chamada "neutralidade tributária" em relação aos ajustes da convergência internacional. Então, essa é a premissa.

Para que a gente pudesse atender a essa premissa, já estava inserido no Projeto de Lei uma alteração no art. 177 da Lei n.º 6.404, que garantiria essa suposta neutralidade.

O art. 177, no parágrafo 2.º, dizia que, se existir uma diferença entre o critério contábil, societário, comercial e o critério contábil fiscal, a companhia terá duas opções. Primeiro, ela não vai contaminar a sua estruturação comercial e vai fazer esse ajuste fiscal em um livro auxiliar. Nós estamos entendendo que seria o Lalur, embora a legislação não fale que será o LALUR, nem poderia falar porque essa é uma lei societária. E também está falando de outros ajustes. Pode ser de uma agência reguladora, da SUSEP, de outros órgãos reguladores etc. Então, essas necessidades específicas do Fisco e dos órgãos reguladores seriam registradas em um livro auxiliar para proteger a estruturação mercantil, societária, dos efeitos dessas cobranças. Até porque, a norma internacional diz que são vários os usuários da Contabilidade, no entanto, o usuário preferencial é o investidor, é aquele que faz mover a economia e não o Fisco, a Anatel, a Aneel, ou a Susep, por exemplo. É o investidor, o dono da empresa. Então, nada mais justo que essa estruturação atenda a esse usuário primeiro e depois atenda as necessidades específicas num livro auxiliar. Já era assim. Então, nós estamos entendendo que isso mantém o Lalur. Como todos nós sabemos, o Lalur é um livro eminentemente fiscal e, hoje, ele está estruturado para se colocarem ajustes que não têm natureza fiscal. Então, isso está explicitado no inciso I, parágrafo 2.º, do art. 177:

§ 2º As disposições da lei tributária ou de legislação especial sobre atividade que constitui o objeto da companhia que conduzam à utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes ou à elaboração de outras demonstrações não elidem a obrigação de elaborar, para todos os fins desta Lei, demonstrações financeiras em consonância com o disposto no caput deste artigo e deverão ser alternativamente observadas mediante registro:

I – em livros auxiliares, sem modificação da escrituração mercantil;

Ou seja, não vamos contaminar a Contabilidade com necessidades fiscais.

A segunda possibilidade é o Inciso II do mesmo artigo. Seria o que o mercado

apelidou de Laluc – Livro de Apuração do Lucro Contábil:

Art. 177 § 2º II

II – no caso da elaboração das demonstrações para fins tributários, na escrituração mercantil, desde que sejam efetuados em seguida lançamentos contábeis adicionais que assegurem a preparação e a divulgação de demonstrações financeiras com observância do disposto no caput deste artigo, devendo ser essas demonstrações auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Ou seja, é o contrário. Eu faço a estruturação fiscal, antes da publicação, eu faço o lançamento dos ajustes para tornar essa estruturação fiscal compatível com as normas internacionais e tenho o Laluc. Na verdade, esses lançamentos de ajustes seriam feitos no mesmo Livro Diário. Então, eu faço toda a estruturação conforme o entendimento fiscal e depois presto contas ao Fisco e, em seguida, faço lançamentos de ajuste para a Norma Contábil Internacional. O mercado apelidou isso de Laluc. Então, é diferente. Seria um novo conceito e parece que só existe no Brasil. Devemos ressaltar que o Laluc não dispensará o Lalur.

Voltando ao art. 177, ele está falando que os lançamentos que serão colocados no Laluc ou no Lalur são aqueles lançamentos em que a Lei 6.404, alterada pela Lei 11.638, tenha um critério contábil diferente de um critério contábil fiscal. Foi aqui que começou o problema porque não é da natureza do Fisco ter normas contábeis. Nós temos normas fiscais. Uma receita é tributável ou não é tributável; uma despesa é dedutível ou não é dedutível. Mas não se entra no mérito da contabilização. Então, esse ajuste fica prejudicado porque o critério é o mesmo. Não existe um critério contábil diferente. Foi por isso que começou o nosso primeiro problema. Então, qual é o critério contábil diferente, por exemplo, para ajuste de valor presente? Qual é o critério contábil diferente, por exemplo, para ajuste a valor de mercado? Não existe nenhum critério contábil para isso. Que ajuste eu tenho que fazer no Lalur ou no Laluc? Não sei. Não tem ajuste. Então, começou o nosso problema.

Temos ainda um segundo problema. Por exemplo, no caso dos juros sobre capital próprio, há uma norma que disciplina como contabilizar os juros sobre capital próprio e existe uma norma contábil que diz que aquilo é distribuição de resultado. Então, aqui nós temos dois critérios contábeis diferentes, portanto, caberia o ajuste. Mas quantos casos nós temos desse tipo na legislação? Pouquíssimos. Eu me lembro de três. O que aconteceria? Quem utilizar o Laluc, ou seja, tentar fazer a estruturação de acordo com o critério contábil fiscal, e depois fazer ajustes para o critério contábil societário, não terá muito o que fazer, vai ter que continuar com o Lalur. Ele vai ter que fazer o Laluc e depois o Lalur. Então, na hora em que se começa a operacionalizar a norma, surge esse tipo de problema.

Portanto, o problema identificado é que nós entendemos que a via do Laluc não é uma viável. Hoje, eu não tenho como operacionalizar isso porque nós não temos normas contábeis fiscais. Nós temos normas de dedutibilidade de receita e de realização de receita, ou seja, o que é dedutível e o que é tributável. Nós não temos normas contábeis. Isso dificulta a aplicação do Lalur e do Laluc.

Agora, passamos ao art. 177, parágrafo 3.º e parágrafo 5.º, que estabelecem o seguinte:

Art. 177 § 3º – Normas da CVM

§ 3º As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, e serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na mesma comissão.

§ 5º As normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários a que se refere o § 3.º deste artigo deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.

A CVM poderá expedir normas e as companhias abertas estarão obrigadas a seguir essas normas. A grande novidade, do meu ponto de vista, seria que essas normas expedidas pela CVM têm que estar em consonância com as Normas Contábeis Internacionais. Eu acho que essa é a novidade porque a CVM já podia expedir normas e as companhias abertas eram obrigadas a seguir. Só que, agora, me parece que a lei restringiu o poder da CVM ao invés de ampliar. Ela pode expedir normas, desde que estejam em consonância com as Normas Internacionais. Essa é a alteração.

Por que eu estou falando isso? Porque os lançamentos de ajuste em que falamos de neutralidade tributária são justamente esses lançamentos que aconteceriam caso exista um critério contábil para efeitos fiscais e um critério contábil para efeitos societários. Esses lançamentos, uma vez feitos, não podem repetir uma cobrança de tributos. Esses são neutros. Somente esses. É isso que está estabelecido no art.177, parágrafo 7.º:

§ 7º – Os lançamentos de ajuste efetuados exclusivamente para harmonização de normas contábeis, nos termos do § 2º deste artigo, e as demonstrações e apurações com eles elaboradas não poderão ser base de incidência de impostos e contribuições nem ter quaisquer outros efeitos tributários.

Então, toda a vez que eu não tiver um critério contábil para efeitos fiscais diferentes, vale o critério societário. Portanto, se ele criar uma receita nova, essa receita é tributável; se ele criar uma despesa nova, essa despesa é dedutível, até que se diga o contrário. Então, ele não é neutro porque tem efeito tributário. Pelas discussões que eu percebi no âmbito do CPC, isso leva as companhias a pagarem mais impostos.

Só para reforçar o que eu estou dizendo: O art. 247 do Regulamento do Imposto de Renda, que é o Decreto-Lei n.º 1.598, de 1977, no seu parágrafo 6.º, estabelece que o lucro real é o lucro líquido do período ajustado por adições, exclusões ou compensações:

Art. 247. Lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas por este Decreto. (Decreto-Lei n.º 1.598, de 1977, art. 6.º).

Então, na verdade, o nosso lucro real é o lucro societário, com algumas adições e algumas exclusões. Portanto, não há que se falar em lançamento de ajustes para efeitos de lucro fiscal. E aí amarra. Para onde for o lucro societário, vai o lucro real. Se aumentar o lucro societário, aumenta o lucro real. Se aumentar

o lucro real, aumenta o imposto a pagar. Portanto, a neutralidade ficou meio prejudicada em função da PEC Legislativa. No momento em que a norma diz que somente os ajustes para a convergência é que são neutros, e somente quando exista um critério diferente, ela está dizendo que todos os outros lançamentos estão valendo. E esse art. 247 está valendo. Então, se aumentar o lucro líquido, por exemplo, com uma avaliação ao mercado, aumentou o lucro real. Se houver uma receita para avaliação ao mercado, essa receita é tributável para contribuições. Então, a gente tem que se preocupar bastante com a pergunta: Será que eu vou pagar mais imposto? No primeiro momento, parece que, sem uma alteração legislativa, nós estamos começando a pagar mais imposto. Qual é a boa notícia? É que só as companhias abertas estão obrigadas a pagar mais imposto.

Eu acho que essa é a questão estrutural do assunto. Quando a gente fala de efeito tributário, o problema é o que é neutro e o que não é neutro. Partindo da premissa de que não é neutro, nós podemos começar a examinar outras questões, ou seja, as questões mais pontuais da alteração da Lei n.º 6.404:

Fim da reserva de reavaliação. Qual é o efeito do fim da reserva de reavaliação?

A reserva de reavaliação foi extinta e poderá permanecer lá no patrimônio, até que seja realizada, ou estornada. Aparentemente, nesse caso, o efeito tributário é nenhum porque se ela for mantida no patrimônio líquido, o diferimento da reserva de reavaliação permanece. A norma tributária não alterou, eu continuo com o estoque sendo realizado até a sua efetiva realização, ou vai ser estornado e perdeu o efeito.

Então, esse caso é um bom exemplo de que realmente é neutro. Agora, nós vamos ter alguns problemas com alguns cálculos, como, por exemplo, o cálculo do lucro da exploração. O resultado da reserva de reavaliação que não fosse realizado poderia ser adicionado ao lucro da exploração para reduzir o imposto. Só que não tem mais essa reserva. No caso do cálculo do lucro sobre o capital próprio essa reserva não era considerada, então, se ela fosse estornada também nada acontecia. Então, a reserva de reavaliação não se constitui num problema fiscal, mas ele se constitui num problema societário. Pelo que eu observei, algumas grandes empresas teriam seus ativos reduzidos dramaticamente em função do fim da reserva de reavaliação. Ainda não podemos avaliar isso com muita precisão, mas me parece que essas notícias fazem muito sentido.

Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Isso ainda depende de uma regulação da CVM, em função da extensão desses ajustes. Aqui também, o que a gente poderia dizer para efeitos de neutralidade tributária, é que seria importante darmos o mesmo tratamento que demos à reserva de reavaliação porque, conceitualmente, são meio parecidas. Mas, hoje, não temos norma específica para isso. De qualquer forma, como isso vai direto para o patrimônio líquido, em tese, não tem efeito tributário.

Prêmio na emissão de debêntures.

O prêmio na emissão de debêntures passa a ser tributável. Não é porque não há reserva de capital e a condição para isenção é que houvesse uma reserva de capital. Como ela saiu da reserva de capital, passa a ser tributada, até que haja uma alteração na lei.

Doações e subvenções

Por mais incrível que pareça, as doações e subvenções para investimentos, até que a gente consiga aprovar uma alteração legislativa, também são tributáveis porque elas começam a transitar pelo resultado, não vão mais para a reserva de capital. Portanto, são receitas e são receitas tributáveis porque não estão incluídas entre as exclusões do lucro real. Portanto, elas passam a ser tributáveis. Nós já fizemos consultas na Receita Federal, inclusive aqui no Rio Grande do Sul, onde se fez a primeira consulta sobre esse assunto e, realmente, uma empresa estatal que receba uma subvenção do próprio governo para construir o metrô, por exemplo, tem que pagar tributo sobre tributo porque, na verdade, a subvenção é um recurso que gera tributo. É um problema legislativo mesmo. Nós temos que alterar a norma para que isso não seja tributado de novo. Já há o conceito de não estando vinculado ao registro na reserva de capital.

Ajustes a valor de mercado

Como eu comentei, houve uma alteração. Antes, só era autorizado o ajuste a valor de mercado, na hipótese deste valor ser inferior ao custo de aquisição. Hoje, eu posso ter ajustes para mais ou para menos, ou seja, ganhos ou perdas, posso ter receitas e despesas e essas receitas e despesas são dedutíveis ou tributáveis até que se faça uma alteração legislativa. Para as instituições financeiras, já existe uma norma específica que diz que esses efeitos são nulos até à sua realização.

Ajustes a valor presente

Também se cria uma decomposição do valor. No caso de contrato de longo prazo, por exemplo, se aquele valor da venda for de R$ 1.000,00, eu tenho que fazer uma taxa de desconto a valor presente e esse valor pode cair para R$ 800,00. Então, eu vou ter uma receita tributável de R$ 800,00, no primeiro momento, e os outros R$ 200,00 vão sendo apropriados na medida do decurso do prazo. Com as compras, é o contrário. Então, quando for uma venda, se cria uma concentração no pagamento de tributos e, de outro lado, uma antecipação de pagamento de tributos, no caso da compra. Então, quando a companhia comprar, paga imposto antes; e, quando estiver vendendo, a companhia paga imposto depois. Também é necessária uma alteração legislativa para se buscar a neutralidade.

Só para concluir, eu gostaria de dizer que nós estamos trabalhando bem forte nessa busca da neutralidade tributária, em conjunto com a CVM e com todas as entidades de contabilidade para que a gente ache uma solução para essa questão da neutralidade tributária. Talvez não consigamos fazer isso este ano, porque há uma limitação constitucional. O art. 150 diz que as adições que vão aumentar a base de cálculo só podem valer para o ano seguinte. Então, se nós fizermos uma norma este ano, ela só vai valer para o ano que vem. Esse é um problema. Mas nós estamos tentando contornar isso e já temos algumas propostas em discussão. Gostaria de dizer também que, além desses benefícios da nossa entrada na convergência internacional, que já foram mencionados aqui, eu vejo um outro ganho para nós contadores. É a nossa inserção no mercado de trabalho internacional. Foi publicado no site do CRC/SP que a nossa categoria de contadores já está entre as oito mais requisitadas no mundo. Se nós tivermos esse conhecimento da norma interna-

cional, que vai nos deixar equiparados a todos os profissionais do mundo, vamos abrir o mundo para a gente a partir desse momento.

Era isso que eu tinha para falar. Agradeço a atenção.

José Serafim Abrantes – Coordenador: Obrigado, Ricardo de Souza Moreira pela sua exposição. Prosseguindo, convidamos agora o nosso terceiro expositor deste painel para fazer as suas considerações e, acima de tudo, nos instruir mais sobre a Lei n.º 11.638. Com a palavra, Ariovaldo dos Santos.

Ariovaldo dos Santos – FEA/USP: Boa-tarde a todos. Vou começar agradecendo aos que se lembraram do meu nome para participar deste evento tão expressivo e também agradecendo aos que não vetaram o meu nome. Eu quero dizer que é um prazer participar de uma Mesa composta por pessoas tão ilustres, como o Ricardo, o José Carlos e o Serafim.

Antes de começar a fazer a minha palestra, eu gostaria de fazer um breve resumo do que nós fizemos na Fipecafi, junto com o Conselho Federal de Contabilidade e que, infelizmente, acho que não foi divulgado da forma adequada neste Congresso. Isso não é uma reclamação, é só a constatação de uma realidade. A Fipecafi e o Conselho Federal de Contabilidade fizeram um convênio em que nós da Fipecafi faríamos algumas palestras. Essas palestras foram feitas em 13 capitais do País, entre o dia 30 de novembro e o dia 24 e 25 de julho. Mas, melhor do que isso, é que nós gravamos um CD com uma palestra minha e do professor Eliseu e esse CD está aqui. É para ser distribuído para todos. Está ali no *stand* do Conselho Federal de Contabilidade.

A segunda coisa é que, nesse convênio, nós também previmos que vocês não precisarão ter o CD, falando com acesso direto na internet. Se vocês entrarem no site do CFC, no site da Fipecafi, ou no site dos CRCs, vocês poderão também ter acesso a essa palestra. O problema dessa palestra é que você não tem o direito de fazer perguntas. Então, para solucionar essa questão das perguntas, das dúvidas, nós criamos um link em que vocês poderão entrar, colocar as suas dúvidas, fazer as suas perguntas e nós vamos ter uma equipe responsável, dentro da Fipecafi, pela elaboração dessas respostas. Eu e o professor Eliseu vamos coordenar essa equipe, as respostas vão para o site e lá ficarão. Se eu me lembro bem, pelo que está acordado, essa possibilidade vai até o dia 30 de setembro. Vocês também terão no site um espaço para contestarem ou não e darem suas opiniões em relação a essas questões. Então, qual é a intenção do CFC e da Fipecafi? É de socializar, o máximo possível, essas transformações pelas quais nós passamos porque elas são imensas, são enormes e, infelizmente, alguns de nós talvez não estejamos percebendo a profundidade que isso representa. Talvez eu até deva pedir desculpas porque, possivelmente, algumas das coisas que eu vou falar aqui vão chocar alguns de vocês.

A Fipecafi, junto como CFC, também vai disponibilizar alguns cursos específicos de temas como "demonstração de valor adicionado", "fluxo de caixa", "contabilidade financeira" e assim por diante. Isso também faz parte do acordo que nós temos com o Conselho Federal de Contabilidade. Acho que não me esqueci de nada.
Eu começo fazendo a constatação de uma coisa que me impressionou muito nas duas palestras que me antecede-

ram e, principalmente, um mapa que o José Carlos mostrou, dos países que já adotaram os IFRS, dos países que estão adotando e dos países que ainda não fizeram nada ou fizeram muito pouco. Por que estou chamando a atenção disso? Porque o mundo mudou. Não adianta mais ficarmos falando em teorias disso e daquilo. Isso não existe mais. O mundo não quer mais ouvir falar nisso! Nós temos que falar daquilo que está sendo feito. Ou seja, a Contabilidade Internacional passa a fazer parte do nosso dia-a-dia. Eu tenho dito ao professor Nelson Carvalho – até porque lá na universidade eu ministro aulas de Contabilidade Societária e ele ministra aulas de Contabilidade Internacional – que, se ele não aprender Contabilidade Societária nos próximos cinco anos, ele estará desempregado. Por quê? Porque a Contabilidade Internacional vai fazer parte da Contabilidade Societária. Não vai existir Contabilidade Internacional daqui a cinco anos. Daqui a cinco anos, nós vamos ter uma Contabilidade Brasileira que, por um acaso, será exatamente igual àquilo que se faz na Inglaterra, na China, na França, em Tóquio e assim por diante. Ou seja, nós não teremos mais Contabilidade Internacional, em cinco ou dez anos, se eu estiver certo no meu prognóstico. Acho que estou, até porque acompanho muito de perto o trabalho que a CVM vem fazendo, junto com o CPC e assim por diante. É isso que vai acontecer. Nós teremos uma única Contabilidade. Quem ficar fora disso ficará fora do mundo e acho que nós não queremos isso.

Vamos a algumas mudanças que eu disse, no início, que possivelmente chocariam muitos de vocês.

A nossa Contabilidade passa a ser feita com base em princípios e julgamento. O José Carlos chamou a atenção disso e isso está escrito na lei, explicitamente colocado em alguns artigos e parágrafos. Isso significa que nós contadores teremos que sair das nossas mesas para começarmos a entender da empresa. Não vamos mais ter regrinhas. Não teremos mais aquelas perguntas: Como que eu faço isso? Onde está escrito isso? Não existe mais isso. A Contabilidade terá que ser feita por nós, contadores, com base na essência e não mais na forma. Essa é a grande mudança que nós vamos ter e é a isso que teremos que nos adaptar. É muito difícil dizer isso para vocês, até porque eu sou mais velho do que a grande maioria de vocês e nós vamos ter mudar as vossas cabeças. É muito comum se perguntar: Por quanto é que eu deprecio isso? Onde que está escrito isso no regulamento? Qual é a norma da CVM? As regras dos IASB são claras. No seu conjunto, elas têm aproximadamente 2.700 páginas e lá está escrito claramente que, se uma empresa, ao adotar essas regras, provocar alguma distorção na demonstração contábil, ela não poderá utilizar essas regras. Vejam a profundidade disso! É a mesma coisa que o CFC dizer: "Aqui estão as regras contábeis, mas se, ao aplicar isso, você distorcer aquilo que representa a empresa, na essência econômica, você não vai poder usar as minhas regras". Isso é muito diferente daquilo que nós estávamos acostumados a fazer. É para isso que nós temos que nos preparar. Nós contadores temos que nos preparar e nós professores também temos que nos preparar muito mais ainda porque vamos ter que fazer a cabeça das pessoas que estão chegando ao mercado, mas mais difícil ainda vai ser desfazer as cabeças das pessoas que já estão no mercado. Só tem um jeito de fazer isso. É pedindo a vocês que participem de uma forma muito forte desse processo.

Ou nós, contadores do Brasil, fazemos isso, ou estaremos perdendo a grande oportunidade que estamos tendo de nos colocarmos no mercado de trabalho brasileiro como uma profissão respeitável. Nos países da Europa e nos Estados Unidos, quando você pergunta quais são as profissões mais respeitadas do mundo, pelo menos entre as cinco mais respeitadas, aparece a profissão do contador. No Brasil, ela fica depois da 30ª colocação. Então, a oportunidade é agora. Nós temos que fazer isso agora; temos que brigar por isso agora. Vamos mudar as nossas cabeças. Não pensemos mais em regrinhas. O que interessa agora são julgamentos. Por exemplo, eu faço uma operação de *leasing*. É brincadeira achar que uma operação de *leasing* é despesa na contabilização de aluguel. A operação de *leasing* financeiro é um contrato de financiamento; é uma aquisição que eu faço no imobilizado, com assunção de uma dívida. Onde aparece isso hoje no meu balanço? Em lugar nenhum, nem no ativo e nem no passivo. Qual é o sentido que isso faz? Agora, vai passar a fazer sentido porque eu passo a ter a obrigação de registrar isso no ativo e no passivo. Acabou o conceito de propriedade. O que interessa é a essência, ou seja, eu tenho um ativo e um passivo e isso tem que ficar registrado no meu balanço. As questões fiscais nós vamos ter que resolver porque elas são diferentes em relação àquilo que a gente vinha fazendo. Em 1977, quando o Decreto-Lei 1.598 foi assinado, ele foi assinado porque havia a necessidade de uma mudança na legislação fiscal. Essa mudança foi feita em termos de adaptação à legislação societária que tinha sido aprovada em 1976. Aí, apareceu o Livro de Apuração de Lucro Real, o chamado Lalur. A dissonância que existe entre a Contabilidade Societária e a Contabilidade Fiscal não é exclusiva do Brasil. Isso existe em todos os lugares do mundo. Naquele momento, nós contadores imaginávamos que, a partir daí, os nossos problemas de entendimento entre aquilo que o fiscal entende e aquilo que o contador entende poderiam ser efetivamente contabilizados. Criou-se o Lalur e nós, contadores, ingênuos, à época, pensamos que tínhamos resolvido o nosso problema. Isso não aconteceu por quê? Porque a Receita Federal foi lá e começou a criar regrinhas onde a gente não podia fazer os ajustes que nós imaginamos que pudéssemos fazer. Não esqueçam que a posição da Receita Federal hoje é absolutamente diferente daquela que ela teve há 30 anos. Há 30 anos, a Receita Federal dizia que o problema não era contabilidade, o problema era fiscal. Ou seja, eu tributo isso, tributo aquilo, isento isso e isento aqui. Agora é diferente. A Receita Federal tem uma lei em que está dito que tem que haver neutralidade tributária. Existem algumas questões jurídicas para serem resolvidas, mas qual é o melhor? Eles estão absolutamente empenhados em resolver isso. Nós temos um problema de contabilização? Temos. Por exemplo, antes, quando eu contabilizava a recepção de um terreno, eu tinha ativo de um lado e reserva de capital do outro, e não tinha tributação. Hoje, se eu contabilizar ativo e a receita, eu vou ter valor de tributação. Isso é verdade? É, mas eles estão tentando resolver. Se eles estão tentando resolver, não há nenhuma dúvida de que nós resolveremos isso. Se não for possível resolver isso do ponto de vista jurídico até ao final do ano, eu não tenho nenhuma dúvida de que a CVM, o CPC ou quem quer que seja vai tentar uma solução que possa efetivamente nos dar a garantia da neutralidade tributária, já que existe uma boa vontade muito grande da Receita Federal. Eu não tenho nenhuma procuração

para defendê-los. Se lá no final do ano isso não tiver sido feito, eu certamente serei o primeiro a vir aqui e delatar esse tipo de coisa. Mas eu tenho que assumir que existe essa boa vontade, eles estão trabalhando duramente para isso e estão tentando resolver alguns problemas de natureza jurídica.

Agora, vou falar de alguns pontos específicos e algumas mudanças. Nós substituímos a atuária como fluxo de caixa. Essa é uma tendência internacional. Isso já vinha acontecendo internacionalmente. Do ponto de vista técnico, isso é um equívoco internacional e nós estamos fazendo a mesma coisa. Mas, de qualquer forma, nós tiramos a atuária e fizemos a substituição para a demonstração do fluxo de caixa, dentro do mesmo esquema que o SFAS já fez em 1997 e depois o IASB copiou em 2001 ou 2002.

A outra mudança é a criação da Demonstração de Valor Adicionado – DVA. É uma criação tupiniquim do ponto de vista legal. Existe essa demonstração e ela vem sendo discutida, do ponto de vista acadêmico, há pelo menos uns 20 anos dentro da USP. Nós conseguimos fazer com que essa demonstração pudesse ser colocada na lei. É uma demonstração extremamente importante. Para quem não está habituado a isso, e certamente nós não vimos isso no nosso curso de graduação, a Demonstração de Valor Adicionado vai mostrar aquilo que empresa cria de riqueza e a forma como essa riqueza é distribuída. O valor adicionado ou valor agregado não é faturamento. Por exemplo, se você pegar uma empresa como a Volkswagen, que tem um faturamento de 17 bilhões de dólares, ela não criou 17 bilhões de dólares de riqueza. Qual é o seu valor adicionado e qual é o seu valor agregado? São os 17 bilhões de dólares, menos os insumos adquiridos de terceiros. Se ela comprou chapas de aço, faróis, placas de vidro, baterias etc., de terceiros, ela deduz isso que comprou e, deduzindo isso dos 17 bilhões, sobraram 03 bilhões, por exemplo. Esses 03 bilhões representam a riqueza criada. Essa riqueza criada terá que ser distribuída pelos formadores da riqueza: pessoal, na forma de salários e encargos; governo, na forma dos impostos; financiadores externos, na forma de juros e aluguéis; os próprios financiadores internos, na forma de dividendos, na forma de juros sobre o capital próprio e de lucros não distribuídos. Então, isso é uma demonstração bastante fácil. Na minha visão, é uma das melhores contribuições que a Contabilidade apresentou nos últimos 50 anos.

Na questão das reavaliações, nós acabamos com as reavaliações no Brasil. Em 1976, eu era bastante jovem e me lembro que, naquela época, fiquei muito entusiasmado com a aprovação da lei. Por quê? Nós dávamos um passo 50 anos na frente do resto do mundo. O mundo não tinha isso na lei e nós tínhamos, ou seja, a possibilidade de se avaliar um ativo pelo seu valor de mercado na forma de uma reavaliação absolutamente estabelecida nesse critério. A má utilização que nós demos no Brasil para essa forma de avaliação foi impressionante: gente que conseguiu concordata com base numa reavaliação não muito adequada; gente que conseguiu o aumento de seus preços, quando o CIP controlava os preços na forma de uma reavaliação não muito adequada; gente que tentou obter créditos e assim por diante. Ou seja, nós utilizamos mal a reavaliação e hoje a tiramos da lei. É uma perda para nós de algo que tínhamos dado um passo importante 50 anos atrás. A regra internacional ainda per-

mite a reavaliação. Então, nesse ponto, estaremos fora da regra internacional.

Na questão do prêmio na emissão de debêntures, o que está errado não é o que nós vamos fazer agora. O que está errado no prêmio na emissão de debêntures é o que nós fazíamos antes. Pegar o prêmio na emissão de debêntures e considerá-lo como reserva de capital não faz nenhum sentido técnico. [...]

O recebimento foi feito de forma incondicional. Ou seja, se eu não tiver mais nada para cumprir para frente, recebi a coisa de forma incondicional, ou porque não tinha nenhuma condição a cumprir, ou porque as condições já tinham sido cumpridas, eu levo para o resultado. Quando eu tenho esse recebimento de forma condicional, ou seja, eu recebo alguma coisa e tenho que cumprir determinadas obrigações, nesse caso, o registro não é resultado e vai para o passivo. É claro que há as questões de incentivos fiscais, mas, no caso do recebimento de um terreno, que é o exemplo que eu dei, eu vou registrar isso no ativo e no passivo. Por quê? Porque eu recebi o terreno para instalar uma fábrica, essa fábrica terá que empregar 1.500 pessoas, vai criar 8.000 empregos indiretos, tem que funcionar, no mínimo, nos próximos 20 anos e só aí, então, se materializam efetivamente aquelas condições que me foram impostas. Nesse caso, eu vou receber e tirar aquele valor do passivo e passá-lo para os resultados.

Alterações no método de custos e da equivalência patrimonial. Já chamamos a atenção para isso. Acabou a questão da relevância para as empresas abertas, mas eu quero chamar a atenção também para o investimento que terá que ser avaliado por equivalência patrimonial e que não é necessariamente em coligada e controlada. Antigamente, você só fazia avaliação em equivalência para controlada e coligada. Agora, quando você tem, por exemplo, uma Empresa A que tem uma participação de 5% numa Empresa B e que, portanto, não se enquadra no conceito de coligada e controlada, até porque esses conceitos permanecem exatamente os anteriores, mas se essas duas empresas são controladas por um mesmo controlador, seja ele uma pessoa física, um conjunto de pessoas físicas, ou uma pessoa jurídica, você tem também que avaliar esses investimentos por equivalência patrimonial.

Na questão do imobilizados, nós temos algumas mudanças que são sérias e a principal, na minha concepção, é a questão da depreciação. Por exemplo, eu faço uma depreciação hoje, na grande maioria dos casos, pela tabela da Receita Federal. Nos balanços que nós vemos publicados tem sempre a seguinte Nota Explicativa: "Os valores da depreciação são feitos de acordo com as taxas permitidas pela legislação fiscal". Nós temos que acabar com isso. Se este imóvel aqui tem um prazo de vida útil de 60 anos, eu não posso depreciá-lo em 25 anos porque a Receita Federal manda. E vou ter que fazer um ajuste no valor. Eu faço isso porque atendo à legislação fiscal quando eu faço a depreciação com 24 ou 25 anos, de 4%; depois, estorno esse registro daquilo que eu registrei como despesa na contabilidade fiscal; refaço o cálculo da depreciação e produzo um novo balanço que nós estamos chamando lá na Fipecafi de "Balanço Secreto". É um balanço secreto porque não interessa a ninguém. Esse é o conceito que está por trás da lei. É aí que está a essência da lei. A essência da lei previa isso. Então, nós vamos ter um balanço fiscal que efetivamente só tem interesse para o Fisco e para a empresa. Ele não interessa para o banco

para efeito de crédito; não interessa para o sócio, ou para o acionista, para efeitos de dividendo e assim por diante. A idéia é: eu tenho este balanço e vou oferecer a ele; registro isso no livro de ata; faço todos os ajustes; estorno aquilo que tenho que estornar; contabilizo aquilo que tenho que contabilizar e produzo um novo balanço que nós chamaríamos, por exemplo, de balanço societário. Então, parece-me que essa idéia, do ponto de vista conceitual, é uma coisa fantástica e nós estaríamos dando um grande passo se pudéssemos efetivamente fazer isso. Isso significa que, a partir de agora, as depreciações terão que ser feitas de forma adequada. Nós fizemos depreciação de forma errada a vida inteira. Eu vou dar um exemplo. Eu tenho uma frota de 2.500 caminhões; deprecio esses caminhões em cinco anos. Se a minha prática é renovar essa frota a cada três anos, eu estou fazendo a depreciação errada. Se a minha prática é renovar essa frota a cada sete anos, eu também estou fazendo a depreciação errada. Daí, alguém levanta a mão e diz: "Mas, no meu caso, eu deprecio a minha frota em cinco anos e renovo a cada cinco anos". Essa depreciação também está errada. É simples. Quem de vocês aqui usa o conceito de valor residual para fazer depreciação? Ninguém. Então, qual é o conceito? Se eu compro um caminhão por R$ 300.000,00 e sei que, ao final da sua vida útil – não interessa se são três anos, cinco anos, dezenove anos – não vou jogar fora esse caminhão porque ele tem um valor de mercado lá fora, ele vai valer 20% ou 30% do seu valor original, este valor não pode ser depreciado. Então, eu deprecio em cinco anos alguma coisa pela qual eu paguei R$ 300.000,00, fazendo uma depreciação de R$ 60.000,00 por ano. Agora, se eu sei que, ao final da sua vida útil, esse caminhão vai valer 30% do seu valor original, portanto, R$ 90.000,00, a minha depreciação deverá ser feita apenas sobre R$ 210.000,00, mesmo que eu faça a depreciação no critério da forma linear, sem considerar as outras possibilidades que eu tenho de fazer essa depreciação. Essa é a idéia. Nós vamos ter que passar a fazer isso. A nossa responsabilidade aumentou demais.

A questão da Conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial é uma conta nova. Eu queria lembrar que, dentro dessa conta, nós vamos ter as variações de mercado, ou seja, somente aqueles instrumentos financeiros que são para venda futura e aqueles que são para disponibilização imediata têm que ir para o resultado. Nós vamos ter também as diferenças de valores de ativo e passivo a valores de mercado e uma grande novidade são as variações cambiais com investimentos realizados no exterior. No caso daqueles investimentos que nós fazíamos no exterior, a variação cambial que a gente tinha acabava, de alguma forma, indo para o resultado do exercício via equivalência patrimonial. De qualquer forma, essas variações provocadas nos investimentos pela alteração da taxa de câmbio também passam a ser levadas diretamente para o patrimônio líquido, dentro da conta de ajuste de avaliação patrimonial e, obviamente, lá devem permanecer até que esses investimentos sejam, de alguma forma, realizados.

Na questão dos intangíveis, eu só quero lembrar que acabou aquela brincadeira de se fazer reorganizações societárias. Eu sei que isso é feito só nos países vizinhos, como a Colômbia, Bolívia etc. No Brasil, ninguém fez isso, mas eu vou dar só como um exemplo didático. A Empresa A tem uma Empresa B, cria uma outra Empresa C, essa Empresa C cria um ágio, faz uma incorporação reserva e cria um grande ágio que depois vai ser, in-

clusive, dedutível para efeito fiscal. Isso não existe mais. Esse tipo de ágio só acontece quando você tem efetivamente a transferência de controle. Ou seja, no caso de operações que se façam dentro do mesmo conjunto de empresas, efetivamente, nós não podemos.

Eu queria chamar a atenção para uma única coisa a mais. É a questão das empresas de grande porte. Essa é uma coisa que me incomodou muito. Há uns quatro ou cinco anos atrás, eu peguei a lista das maiores empresas que estão atuando no Brasil, principalmente as estrangeiras, e busquei nos sites dessas empresas as suas demonstrações contábeis. Fiz isso com empresas como a Volkswagen, GM, Ford, Carrefour, Xerox, IBM e assim por diante. Vocês ficam impressionados com a quantidade e o tipo de informação que é colocada nesses sites. Eles divulgam lá, por exemplo, a relação dos salários recebidos por todos os dirigentes da empresa. A Nokia publica, na sua demonstração, uma informação do tipo: "A utilização de telefone celular poderá, no futuro, provocar algum tipo de dano à saúde. Se isso se confirmar um dia, nós poderemos ter problemas financeiros". Isso está escrito no balanço deles. Essas empresas vêm para o Brasil, usam os nossos recursos humanos, nossos recursos materiais e financeiros e não se dignam a dar o mínimo de informação. Ou seja, eu não sei se a Volkswagen fatura realmente aquilo que ela diz que fatura; eu não sei se uma empresa como a Ford está ou não endividada; não sei se uma empresa como a GM tem ou não lucro e assim por diante. Os sindicatos dessas empresas não têm essas informações; os trabalhadores dessas empresas não têm essas informações. Isso é falta de dignidade. E nós perdemos a grande oportunidade! O Congresso tinha na sua mão uma lei onde estava dito que, além das regras de fazer a escrituração, elas também fizessem a divulgação de suas demonstrações contábeis. Eles vão continuar não publicando. Por quê? Porque nós somos incompetentes e não somos tratados com dignidade. Obrigado.

José Serafim Abrantes – Coordenador: Muito obrigado ao José Carlos Bezerra da Silva, ao Ricardo de Souza Moreira e ao Ariovaldo dos Santos por suas exposições. Nós precisaríamos de mais umas duas horas para discutir esse assunto tão interessante, tão dinâmico e tão promissor. Afinal de contas, nós vamos ter uma revolução nos nossos procedimentos contábeis. Passo a palavra ao nosso mestre de cerimônias.

Mestre de cerimônias: Neste momento, nós convidamos o coordenador, José Serafim Abrantes, para fazer a entrega dos certificados e de uma lembrança aos painelistas – José Carlos Bezerra da Silva, Ricardo de Souza Moreira e Ariovaldo dos Santos – em agradecimento pela participação neste Congresso.

Essa lembrança é uma peça-homenagem confeccionada por presidiários do Mato Grosso, com resíduos de madeira provenientes da área de manejo florestal, dentro dos conceitos de sustentabilidade.

Convidamos agora o conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade Luiz Antonio Balaminut, para fazer a entrega de certificado e de uma lembrança ao coordenador, José Serafim Abrantes, em agradecimento pela sua participação na coordenação deste painel.

Lembramos a todos que, logo mais, às 18h30min teremos a Palestra Magna "Aspectos da História Contábil Brasileira", a ser proferida pelo Doutor Antonio Lopes de Sá.

Lembramos que hoje é o último dia de votação para eleger o estado que almeja sediar o 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade. As urnas estão à disposição dos congressistas, no *stand* de votação, até às 18 horas. A cidade eleita será anunciada amanhã, na Solenidade de Encerramento do Congresso. Para os contabilistas que ainda não substituíram suas identidades profissionais, informamos, mais uma vez, que este serviço continua disponível no *stand* de emissão de carteiras. As novas carteiras serão entregues durante o evento.

Hoje, acontecerá o jantar de confraternização, com o show da cantora Margareth Menezes. Lembramos que os ônibus para o *transfer* – Hotel, Expo-Gramado, Hotel – estarão circulando pelos hotéis, a partir das 20h30min. Para acesso ao show é obrigatória a apresentação do convite impresso.

O Conselho Federal de Contabilidade, zelando pela sustentabilidade ambiental, contratou a empresa "Iniciativa Verde", que neutralizará todo o carbono emitido pelo 18º CBC, por meio do plantio de árvores. É o CFC dando exemplo de responsabilidade socioambiental. Outro importante aviso é que o Conselho Federal de Contabilidade une-se ao Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. Para tanto, está coletando, em seu *stand*, assinaturas para apoio ao projeto de lei, de iniciativa popular, sobre a vida pregressa dos candidatos, que os torna inelegíveis com condenação em primeira ou única instância, bem como aqueles que tiveram denúncias recebidas por um tribunal ou que renunciaram aos seus mandatos para escaparem de punições. Quem desejar colocar sua assinatura de apoio a esse projeto, por favor dirigir-se ao *stand* do CFC.

Obrigado a todos.

CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

AUDITÓRIO ÉRICO VERÍSSIMO

PALESTRA MAGNA

ASPECTOS DA HISTÓRIA CONTÁBIL BRASILEIRA

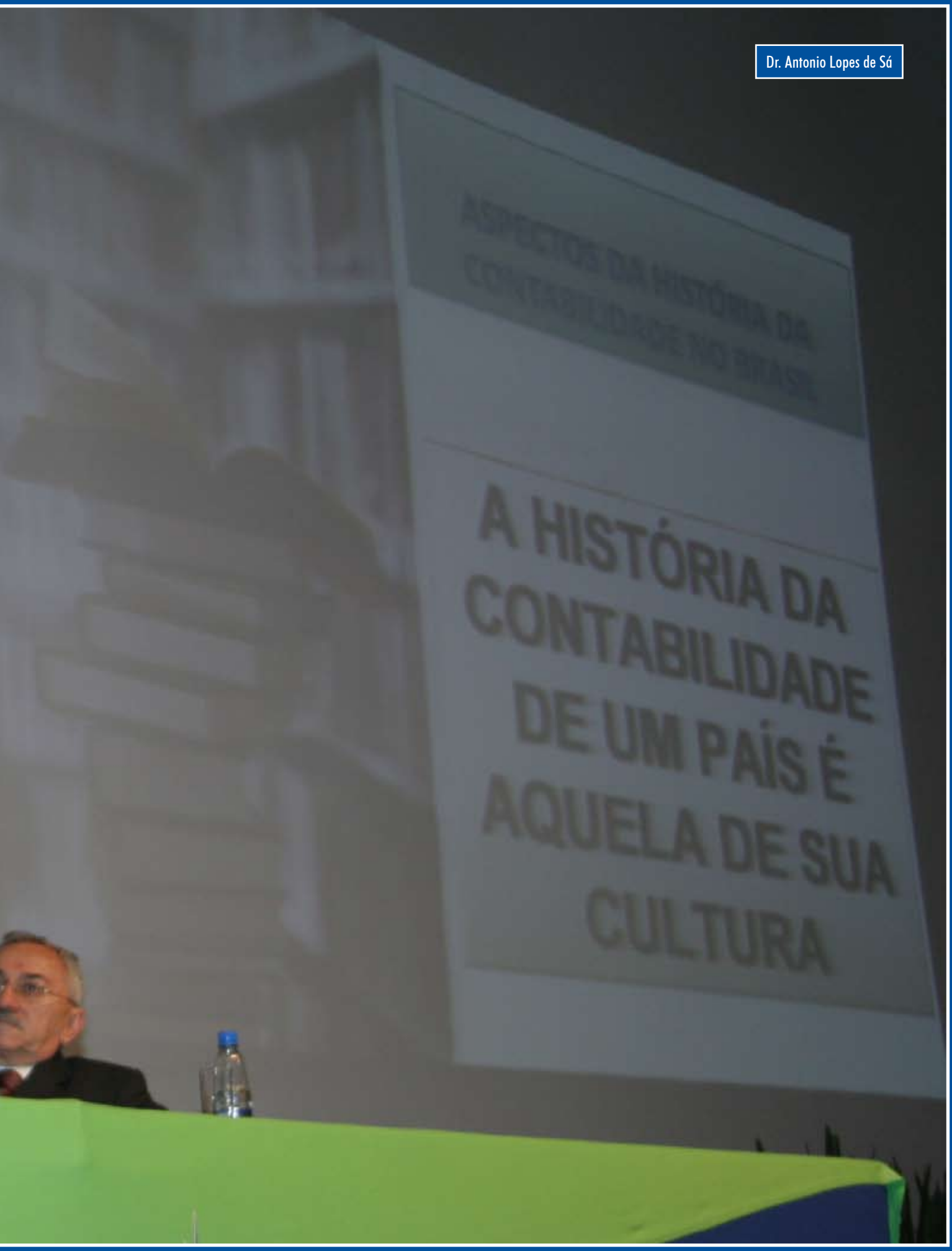
Mestre de cerimônias: Vamos dar início à Palestra Magna sobre o tema "Aspectos da História Contábil Brasileira", que será proferida pelo insigne contador professor Doutor Antonio Lopes de Sá. Para presidir os trabalhos e acompanhar o nosso ilustre conferencista, convido o contador, advogado e professor José Martonio Alves Coelho.

José Martonio Alves Coelho é advogado, Pós-Graduado em Auditoria e em Educação e Processo Civil e Mestre em Administração. O professor Martonio atuou nas entidades da classe contábil brasileira, como presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará e presidente do Conselho Federal de Contabilidade. Atualmente, é vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CFC e é perito judicial contábil, com atuação nas Varas de Falência e Recuperação de Empresas. Atua também na advocacia civil e tributária.

Para sua saudação à platéia e, em especial, ao insigne conferencista desta noite, com a palavra o senhor coordenador, contador José Martonio Alves Coelho.

José Martonio Alves Coelho – Coordenador: Boa-noite a todos e a todas. Eu queria dizer que, para nós, é um privilégio estarmos aqui ao lado do nosso amigo, padrinho, essa figura que dispensa maiores comentários, que é o meu professor Antonio Lopes de Sá, que vai nos brindar com essa Palestra Magna – "Aspectos da História Contábil Brasileira".

Eu tenho aqui um currículo resumido do Professor Lopes de Sá. Vou lê-lo para estimular os jovens a estudarem cada vez mais e, quem sabe, galguem posições importantes. O professor Antonio Lopes de Sá é Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade do Brasil, Doutor em Letras e Doutor Honoris Causa pela Universidade Samuel Benjamin Thomas, em Londres. É administrador de empresas, economista, professor universitário, autor de 180 livros no Brasil e no exterior e detentor de vários prêmios internacionais de mérito e de literatura científica. É presidente de Honra da Associação Científica Internacional de Contabilidade e Economia e primeiro vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis. É vice-presidente e ouvidor geral da Academia Nacional de Economia, presidente de honra do Centro de Estudos da História da Contabilidade de Portugal, membro da Real Academia de Ciências Econômicas e Financeiras da Espanha, membro da Academia de Ciências Comerciais da França, membro de honra do *International Research Institute* of New Jersey, Estados Unidos. É detentor da Medalha de Ouro João Lyra, detentor do Mérito Profissional Americano, detentor da Cruz do Mérito Filosófico e Cultural, representante do Brasil no Conselho Econômico e Social da ONU em Genebra. Comendador, por decreto do Presidente



Dr. Antonio Lopes de Sá

da República, e ao seu nome se atribui hoje, internacionalmente, o prêmio de Produção Científica em Contabilidade. Esse é o breve currículo do nosso palestrante a quem, sem maiores delongas, passo a palavra, dizendo, mais uma vez, do meu privilégio de estar aqui ao lado do nosso mestre.

Antônio Lopes de Sá – Doutor em Ciências Contábeis e Emérito da Contabilidade no Brasil e no Exterior:

Meu querido afilhado Martonio,
Senhores membros do Conselho Federal de Contabilidade,
Senhores presidentes dos Conselhos Regionais de Contabilidade do nosso país,
Senhores ex-presidentes do Conselho Federal de Contabilidade,
Meu querido e dileto amigo Antonio Domingues de Azevedo, presidente da Ordem dos Contabilistas de Portugal,
Ilustres colegas da delegação de Portugal e dos Países de Língua Portuguesa que aqui estão,
Senhores representantes de Países da América Latina que aqui se encontram,
Meus queridos colegas,
Meus queridos futuros colegas,
Minha adorada esposa,

O tema que eu lhes trago faz lembrar, em primeiro lugar, Leonardo Da Vinci. Leonardo Da Vinci não precisa de currículo para apresentá-lo. Foi o maior gênio que a humanidade conheceu. Ele dizia o seguinte: "Não se pode desfrutar do presente; não se pode prever o futuro; se não se conhece o passado". Então, eu vim falar-lhes deste glorioso passado que permite hoje, à nossa comunidade, desfrutar de toda a glória e de toda a solidez como classe profissional.

A história da Contabilidade de um país é aquela da sua cultura. Um grande escritor alemão, do início do séc. XX, foi Oswaldo Spengler. Oswaldo Spengler escreveu uma obra extraordinária, em seis volumes, chamada *A decadência do Ocidente*. Ele tem uma frase contundente nesse livro, que muito me impressionou quando o li ainda na minha juventude. A frase dizia o seguinte: "Um punhado faz um povo, mas só a cultura faz uma Nação". Obviamente, se temos a pretensão de apresentar o Brasil na comunidade cultural internacional, com o vigor a que aspiramos como brasileiros, é preciso dignificar a nossa cultura. Mas, para isso, vamos fazer um passeio pela nossa história.

Para estudar a história, nós temos que mirar os níveis culturais que um povo precisa observar. O conhecimento começa com a observação e o hábito, sobe para a intuição e a prática, ascende à tecnologia, vai ao alto na ciência e o topo na filosofia. Ou seja, quando nos preocupamos com o conhecimento do conhecimento, aí sim chegamos ao ápice da nossa pirâmide.

Profissionalmente, como níveis culturais em Contabilidade, nós temos: a prática e a técnica de registros, que foi grande parte da nossa história; as normalizações e as demonstrações; subimos para a revisão, perícia, análise e consultoria; e alcançamos o maior nível quando podemos ditar modelos pela pesquisa.

A nossa responsabilidade é levar a prosperidade às empresas. A prosperidade depende da satisfação das necessidades que as empresas e as instituições possuem, e do conhecimento. Isso está em nossas mãos. Quando todas as células sociais são prósperas, uma nação é próspera. Cabe a nós, como contadores, verdadeiros soldados da prosperidade, fazer o país próspero.

O Presidente, ontem, parece ter entendido isso. Pelo menos, ao ver esse pujante auditório, ao receber informações preciosas que lhe chegaram por meio do presidente da Academia de Ciências Contábeis, professor Antonio Trevisan. O presidente, com seus múltiplos afazeres que envolvem todas as facetas de uma administração, talvez ainda não tivesse compreendido a força e a necessidade da participação do contador no desenvolvimento nacional. Tanto que, antes, havia vetado pretensões que o Conselho Federal de Contabilidade havia encaminhado. Redimiu-se ontem. Posso dizer isso porque, na minha idade, a gente não tem censura mais não, fala o que pensa. Eu até pedi à Maria Clara para ela ver uma verba lá no CFC para me doar um cavalo. Sabem por quê? Porque tem um ditado na terra do meu avô que diz o seguinte: "Doe um cavalo a quem disse a verdade. Ele vai precisar dele para fugir". Então, Maria Clara, dê um jeito de arrumar um cavalinho para mim.

Vamos seguir adiante. A Contabilidade, no Brasil, nasce na era do Período Paleolítico, há quase 15.000 anos atrás. As civilizações pré-colombianas que habitavam toda a região das Américas já tinham noções contábeis. Aqui tenho uma foto do meu querido Estado do Piauí, de Pedra Furada. Foi uma pesquisa feita por professores do Piauí. Vejam como está nítida a quantificação por meio da série daqueles riscos. Vocês já imaginaram o que era o cérebro de um homem paleolítico? Não tinha nada. O HD estava vazio, vazio! Não tinha legislação de Imposto de Renda, Código Civil de 2002, Normas Contábeis, não tinha nada na cabeça dele! Então, cada risco era uma história e, para ele, aquilo tinha uma significação extraordinária. O nosso homem do período paleolítico tinha a mesma manifestação contábil que os europeus. Essas restrições, lá no Piauí, lá em Minas Gerais, são semelhantes àquelas que estão na Gruta de Lascault, na França, em Creta, na Ucrânia. Parece que havia uma harmonização contábil, uma convergência contábil no paleolítico porque todos eles faziam aqueles riscos! Era tudo a mesma coisa.

Então, nós temos que dividir os períodos da nossa História: período colonial, período imperial, período moderno e período contemporâneo. No período colonial, imperial e até uma parte do período moderno, a escrita não era obrigatória. Quando D. João VI, fugindo da Invasão Napoleônica que cercava Portugal, chegou ao Brasil em 1808, primeiro em Salvador e depois para o Rio de Janeiro, a classe brasileira alfabetizada não chegava a 5%. O Brasil não tinha sequer 5% de alfabetizados. Depois, já no período moderno, nós alcançamos maiores vitórias. A partir do séc. XIX, a Contabilidade penetrou no campo da ciência e, obviamente, aqui no Brasil também.

No Brasil Colonial, nós tivemos, no séc. XVI, os primeiros contadores e os primeiros controles da Coroa Portuguesa. No séc. XVII, tivemos a consolidação da "Casa dos Contos", que, no Governo do Marquês de Pombal, foi centralizada e modificou-se. Aliás, modificou-se primeiro no Brasil do que em Portugal. A partir da dobrada na Contabilidade Pública, isso foi feito antes no Brasil e depois em Portugal. Eu verifiquei não só nos arquivos do Tribunal de Contas em Lisboa, com a Dra. Judite Paixão, que me exibiu essa documentação, mas também tive a oportunidade de verificar no meu estado, na antiga Vila Rica, hoje Ouro Preto, que nós já tínhamos diários em partidas dobradas na segunda metade

do séc. XVIII. No séc. XVIII, portanto, a Reforma Pombalina, tendo introduzido essas partidas dobradas, rompeu uma outra fase.

Como foi a nossa influência cultural? Primeiro, tivemos a influência da cultura portuguesa, com os contadores que vinham especialmente da Cidade do Porto, do séc. XV ao séc. XIX. Foi prática de escrituração. Havia contadores portugueses famosos. E não eram famosos só na Contabilidade. Foram famosos na literatura também. Gil Vicente era contador, como, mais tarde, também foram contadores os escritores Alexandre Herculano e Fernando Pessoa. Nós tivemos vocação para a cultura geral sim porque o contador não é só esse homem frio que a imagem popular muitas vezes imagina. Depois, tivemos a influência italiana, que vai do séc. XIX ao séc. XX. Essa foi doutrinária e tecnológica. Finalmente, tivemos a influência anglo-saxônica e a própria influência nacional, com a parte normativa e doutrinária. É a parte que estamos vivendo no momento.

O primeiro contador do Brasil foi Gaspar Lamego. Ele foi nomeado pela Casa Real Portuguesa em 1549. Não foi o primeiro contador a pisar a terra brasileira. O primeiro contador a pisar em terra brasileira foi Pero Vaz de Caminha, que era o contador da frota de Cabral, quando Cabral ia para as Índias, para deixar Pero Vaz de Caminha como superintendente de Portugal na Índia, que era o comércio que eles almejavam. Quando Vasco da Gama lá esteve, ele subestimou a riqueza do Oriente e levou presentes tão pobres e tão pouca frota, que não impressionou os indianos. Então, Cabral foi para a desforra. Ele foi com uma frota maior, com presentes riquíssimos e levando já o contador que deveria ser o superintendente local. Isso porque os contadores tinham um prestígio muito grande na Corte Portuguesa.

Os principais ciclos econômicos brasileiros exigiram maiores controles contábeis da Coroa Portuguesa. Se vocês estudarem a História da Contabilidade, não só a História do Brasil, mas a história de qualquer povo, vocês vão reparar que há uma coincidência entre a história do capital e a História da Contabilidade. Todas as vezes que há evolução econômica, também há evolução contábil. É o que está acontecendo agora porque uma nova realidade econômica exige novos posicionamentos contábeis. Isso vai acontecer sempre. Então, o que influi na nossa História do Brasil? Foram os ciclos econômicos:

O Ciclo do Pau Brasil, que causou a devastação da Mata Atlântica porque foi uma exploração predatória, uma vez que Portugal não teve controle absoluto sobre isso. Contrabandeou-se muito Pau Brasil, inclusive fora do controle de Portugal.

O Ciclo do Açúcar, quando o nordeste nadou de braçadas, com os senhores de engenho.

O Ciclo das Minas Gerais, que foi o ciclo do ouro, em Vila Rica, e o ciclo do diamante, no Tejuco, em Diamantina e que também foi um ciclo vigoroso.

A Escrita Analítica, na segunda metade do séc. XVIII já era praticada no Brasil e seguia o modelo francês porque a França era um modelo exuberante de cultura. Era a cultura do Iluminismo, onde pontilhou Voltaire, naquele governo exuberante e gastador de Luis XIV, quando Colbert inaugurou os Tribunais de Contas lá na França, tudo isso influindo sobre Portugal e Portugal sobre nós. Em Diamantina, terra do nosso

saudoso JK, nós tivemos a exploração do diamante, que até hoje continua. Lá, abriam-se contas para Centros de Atividade. Esse negócio do ABC, que falam que é moderno, já era feito em Minas, no séc. XVIII. As contas eram apuradas pelos Centros de Atividade. Essa documentação toda existe.

Eu publiquei agora, na Revista do Ministério da Fazenda, um artigo exatamente sobre isso. No próximo livro, que nós haveremos de fazer, já vamos incluir essa matéria, como vamos incluir matéria preciosa que nós descobrimos recentemente sobre a contabilidade dos escravos. O relacionamento econômico entre o escravo e o senhor era muito mais interessante do que vocês podem imaginar. Os sinais da riqueza que o indivíduo tinha era o número de escravos que ele possuía. Hoje, o sujeito compra uma BMW e isso é um status de riqueza. Naquela época, era o número de escravos que ditava o montante dessa riqueza. As Lavras eram todas controladas cada uma de per si, inclusive com controle de produtividade de cada escravo, tempo do trabalho do escravo, hora/homem e extração correspondente. A Contabilidade de Custos não pode ser isolada, como foi desenvolvida no início do séc. XX. Eu mesmo, que fui Catedrático de Contabilidade de Custos, lecionei Custos só. Hoje, eu mesmo vejo superada a minha obra daquela época porque não se pode estudar apenas o custo. Você tem que estudar o custo correspondente à oportunidade que ele oferece de comparecer no mercado com um preço competitivo. A Contabilidade evoluiu nisso. E os nossos contadores daquela época já faziam essa medida de produtividade e preço.

E a Literatura Contábil? O início da Literatura Contábil em língua portuguesa, que teve muita influência no Brasil, começou com um livro de 1758, do João Batista Bonavie, intitulado "Mercador exato nos seus livros de contas ou método fácil para qualquer mercador e outros arrumarem as suas contas...". Vocês sabem que, naquela época, os títulos dos livros eram quase um outro livro. Isso era habitual. Agora, com o ensino contábil oficializado em língua portuguesa, o que foi extremamente relevante para nós, iniciou-se com as "Aulas de Comércio", em 1759. O que eram as "Aulas de Comércio"? Quando o Marquês de Pombal assumiu a administração na Coroa Portuguesa, ele percebeu que Portugal não poderia se desenvolver sem contadores porque os contadores é que deveriam orientar os empresários para que as empresas fossem prósperas. Então, ele instituiu as "Aulas e Comércio". Era uma coisa tão solene que a Corte Portuguesa comparecia aos exames. Esses exames que o Conselho Federal quer exigir hoje já eram exigidos pelo Marquês de Pombal. Às vezes, até o Rei de Portugal ia assistir. O Rei Dom José várias vezes foi assistir às Aulas de Comércio. Isso foi exportado para o Brasil e aqui também se iniciaram as Aulas de Comércio em 1759. Quais foram as primeiras Aulas de Comércio? A primeira, do Centro-Sul, em 1809, foi no Rio de Janeiro. Depois, no Maranhão, em 1811; e Bahia e Pernambuco, em 1813. Foi quando começamos a formar os nossos colegas para serem práticos. Porém, a escrita continuava sem ser obrigatória. A obra pioneira, mas manuscrita, foi em 1768, de autoria do contador Francisco A. Rebelo, sob o título *Erário Régio & S.M.F.*, em que se analisa a origem e a evolução dos tributos na Capitania das Minas Gerais. O ministério da Fazenda, na época do Delfim Neto, editou esta obra. Se vocês visitarem Ouro Preto e forem à Casa dos Contos, vocês encontrarão

lá esta obra. E nesta obra, vocês vão encontrar a divisão da Contabilidade Pública por natureza de arrecadação e natureza da aplicação das verbas públicas. Realmente, é algo extraordinário. Mas, obra impressa, nós devemos a um maranhense. Foi Estevão Rafael de Carvalho, em 1837, que editou *A Metafísica da Contabilidade Comercial*. Ele já definia a Contabilidade como ciência. Vejam que, ao mesmo tempo em que a Academia de Ciências da França, aquela que consagrou Lavoisier, aquela que consagrou Louis Pasteur, e outros grandes da França, em 1836 consagrou a Contabilidade como ciência e, em 1837, o maranhense Estevão Carvalho editou a primeira obra de Contabilidade aqui no Brasil.

Todavia, a valorização do nosso mercado de trabalho se deve ao período imperial. Foi o Código Comercial Brasileiro, de 1850, que instituiu a obrigatoriedade da escrita contábil, mas não instituiu a obrigatoriedade do exercício da nossa profissão. Então, era obrigatório fazer a escrita, mas não era obrigado a ser contador. Ou seja, o mercado de trabalho ficava à mercê de qualquer um e não à mercê do profissional especializado.

Vemos aqui algumas obras do séc. XIX:

1856 – *Guarda–Livros Brasileiro*, de M. José Rodrigues Vieira;
1858 – *Regras de escrituração mercantil*, de José Antônio Gomes Júnior;
1864 – *Noções de escrituração mercantil*, de Manoel Fonseca de Medeiros;
1869 – *Manual teórico–prático do Guarda-Livros* de João Francisco de Araújo Lessa;
1878 – *Compêndio Comercial - Tratado Prático de Direito e Escrituração Mercantil*, de Jerônimo Joaquim de Oliveira;
1880 – *Guia teórico–prático de escrituração mercantil*, de Ildefonso de Souza Cunha;

Isso apenas foi aqui exposto para que vocês vejam que a literatura contábil no Brasil foi ativa. Nós tivemos, efetivamente, uma cultura não só escolar, mas uma cultura que era difundida em livros de Contabilidade. Tudo isso está nessa obra que o Conselho Federal produziu para vocês. A obra mais famosa do séc. XIX, aquela que foi mais influente, foi o *Tratado de Escrituração Mercantil* (1887), de Veridiano de Carvalho. Essa obra alcançou nada menos de 20 edições. Foi uma obra que realmente influiu em todos os autores do início do séc. XX. Mas o que pesou para nós foi o alvará que criou o Tribunal de Contas e a Contadoria do Reino do Brasil, em 1809. Até à década de 60 do século passado, nós tivemos a Contadoria Geral da República, que era uma reminiscência disso e que, lamentavelmente, foi extinta. Essa é outra reivindicação que nós precisamos efetivamente fazer. A Contadoria Geral da República precisa ser reconstituída porque nós perdemos muito terreno.

Vou até fazer uma confidência para vocês sem citar nomes. Eu pertenci ao Conselho Federal de Contabilidade, como Conselheiro, naquela época. Fiquei tão revoltado com a apatia do nosso Conselho em não endurecer na divisão da nossa profissão, porque foi da nossa profissão que saíram os economistas e administradores, fiquei tão desapontado com essa apatia – que hoje felizmente não existe porque nós temos uma presidente dinâmica – que eu, impossibilitado de poder mudar, preferi renunciar. Fui trabalhando por fora, mas era uma voz isolada. A apatia e o silêncio significam concordância. O brasileiro é muito cordato. Nós temos o hábito de ouvir, ver, achar que tudo está muito bom, que alguém vai fazer por nós, mas, muitas vezes, falta-nos o

uso do direito de dizer. Isso é coragem e um dever. Mas hoje nós estamos em paz. Nós vivemos numa luta de divisão de idéias entre a minha pessoa e a do professor Eliseu Martins. Todo mundo sabe disso, mas hoje fizemos as pazes. Palmas para a Maria Clara e para o Martonio porque foram eles os responsáveis. A Maria Clara me disse que, se este Congresso não tivesse outras compensações, teria por essa paz feita em família. Em verdade, eu e Eliseu reconhecemos que perdemos algum tempo, mas que podemos trabalhar somando, cada um respeitando a dignidade das suas idéias. Vocês sabem que a minha seara é outra. A minha seara é a científica, é muito diferente. Mas podemos somar sem efetivamente nos considerarmos como litigantes dentro de uma classe, de uma mesma família. Eu não sou candidato a nada a não ser em estar no coração de vocês!

O nosso primeiro professor jubilado de Contabilidade no Brasil foi o José Antonio Lisboa, de 1777 a 1850. Ele foi escritor, Ministro da Fazenda, doutorado pela Universidade de Coimbra. Ele foi oficialmente nomeado o primeiro Professor Jubilado de Contabilidade no Brasil. Eu queria fazer a sugestão de vocês incluírem na Academia de Ciências Contábeis dos estados uma cadeira em nome desse homem. Ele é um marco representativo de uma glória da nossa profissão. É um homem que chegou a ministro por meio da função dele de contador. Os contadores também foram muito importantes em todas as civilizações. Eles sempre tiveram um lugar de muito destaque. Eles chegavam a ser embaixadores. Nos países ditos evoluídos, nenhum homem de negócios fecha algum negócio sem ter um contador ao lado. É para isso que temos que caminhar e defender.

A mais antiga escola oficial foi a Academia de Comércio de Juiz de Fora, que foi fundada pelo Francisco Batista de Oliveira, em 1891, por Carta Real de D. Pedro II. Foi a mais antiga Escola Real de Comércio. É lógico que houve outras que se seguiram, muito ilustres. Basta lembra a Alves Penteado, de São Paulo, que também foi fruto de pioneirismo.

Um outro importante marco da Contabilidade foi que, em 1922, saíram as "Instruções para o serviço de escrituração por partidas dobradas nas Contadorias Seccionais e na Contadoria Central da República" e lá pontilharam estes homens: João de Moraes Júnior, Francisco D'Áuria e Antonio Miguel Pinto. Um do Rio de Janeiro, um de São Paulo e um de Minas. Foi o começo da nossa glória. Foi o trabalho desses homens, com o de um pernambucano, João Lyra, que iria nos dar a garantia profissional.

Mas as obras de influência do séc. XX foram as de Horácio Berlinck, Carlos de Carvalho e Nelson Benjamin Monção, um catarinense, um paulista e um mineiro. Foram essas as obras que efetivamente influenciaram a nossa cultura. E os clássicos da Contabilidade do séc. XX? Temos Francisco D'Áuria, Herrmann Júnior, Hilário Franco, Armando Aloe. Armando Aloe é um homem sobre quem não se fala muito, mas, durante muitos anos, ele foi responsável pela mais famosa revista brasileira, que era a *Revista Paulista de Contabilidade*. Eu devo minha carreira de escritor a Armando Aloe. No começo da vida, como queria fazer algum patrimônio honestamente, eu enfrentava qualquer trabalho ético, de lisura. Comecei a minha vida aos 12 anos de idade, como operário numa oficina. Fui engraxate, fui jornaleiro, e jornalista. Eu escrevia artigos de Contabilidade para um dos principais jornais

da minha terra, para valorizar a Contabilidade. Um dia, eu recebi uma carta do Armando Aloe, que me dizia: "Eu li o seu artigo. Por que você não escreve para a *Revista Paulista de Contabilidade*". Foi aí o meu começo, em 1950, quando eu comecei a escrever para a *Revista Paulista de Contabilidade*. Hoje, com 65 anos de profissão, eu bendigo o Armando Aloe. Nosso dever é dar as mãos aos que vêm e eu tenho feito isso, sem orgulho, sem vaidade, valorizando, apoiando, incentivando. É assim que as classes continuam, é assim que se faz numa comunidade, numa verdadeira fraternidade. Foi assim que fizeram comigo. Eu vou doar ao Conselho Federal de Contabilidade algumas cartas manuscritas de Francisco D'Áuria, quando ele me incentivava no início da minha carreira. Quando o Francisco D'Áuria escreveu o livro *50 Anos de Contabilidade*, ele dizia que um jovenzinho de Minas Gerais estava lá produzindo coisas e que ia ser um grande escritor. Dito isso por Francisco D'Áuria, na época, era de fato um grande lenitivo para meu coração e uma forma de sentir responsabilidade para vencer. É isso que procuramos fazer com as 1.500 mensagens que eu respondo pela internet a cada mês, nessa minha página que já vai alcançando três milhões de acessos.

A mais antiga associação foi a Associação dos Guarda-Livros da Corte, no Rio de Janeiro, em 1869, com o Estatuto aprovado por Dom Pedro II, em 1870. A primeira revista foi a *Revista da Associação dos Guarda-Livros*, em 1874, sob a direção de M.M. Guerra. Em 1905, oficializou-se a Academia de Comércio do Rio de Janeiro e, por extensão, a Escola Prática de Comércio de São Paulo, quando se estabeleceu a criação de dois cursos: um geral e outro superior. Foi a primeira referência a um Curso Superior de Contabilidade. Estávamos subindo um grande degrau, mas ainda não tínhamos a profissão regularizada. Podíamos colocar o diploma embaixo do braço, mas qual a garantia do mercado de trabalho? Não existia.

Em 1924, foi organizado o Instituto Brasileiro de Contabilidade, tendo como presidente o João Lyra Tavares. Já era mais um passo à frente. Todavia, a regulamentação iniciou-se nos fins da primeira década do séc. XX e, em 1920, o Instituto Brasileiro de Contabilidade publicou um projeto do mineiro Antonio Miguel Pinto, numa tese que foi aprovada no I Congresso, sobre essa matéria. Vejam a importância dos congressos! O Congresso é a nossa voz, é a voz da comunidade. Não importa onde ele se realize, desde que tenha uma liderança, como teve este; desde que vocês venham e prestigiem; desde que vocês tirem o proveito da reunião e levem no coração esse amor fraterno e este exemplo que o Eliseu e eu acabamos de dar. É um exemplo que fica para vocês. Eu errei, ele errou, mas nós tivemos a dignidade, de cabeça erguida, de nos conciliarmos. Logicamente, ele não vai abdicar das coisas dele, nem eu das minhas. Isso é muito mineiro! O mineiro diz: "Eu concordo com tudo o que você diz, desde que seja aquilo que eu penso!". Mas não foi assim.

Em 1932, finalmente, houve a obrigatoriedade da assinatura do contador na escrita. Estavam lá o João Lyra Tavares, o Francisco D'Áuria e o João de Moraes Júnior, à frente desse movimento. Essa foi a verdadeira semente, aquela que levaria ao DL 9.295 e DL 1.945, à criação dos Conselhos e, finalmente, à regulamentação da profissão. Deus, com a sua imensa misericórdia e graça, e permitiu ser um dos fundadores dos Conselhos

de Contabilidade. Como líder estudantil, lutei pela regulamentação da classe. Lutamos para que vocês desfrutassem das vantagens que hoje desfrutam e aqui vai a minha advertência: "Não as percam. Não permitam que a nossa profissão possa ser enfraquecida!". Vou dar uma informação: não são todos os países do mundo que tornam obrigatória a assinatura do contador nos balanços. Nós conseguimos isso! Nós estamos na frente! Quando, na votação da Lei das Sociedades Anônimas, a Lei n.º 6.404, o Projeto de Lei excluía a assinatura do contador do balanço. Por quê? Porque aquilo era uma cópia do sistema que se adotava nos Estados Unidos. É por isso que, nos Estados Unidos, o auditor tem que assinar o balanço; é porque o contador não assina. Vocês nem imaginam o barulho que eu aprontei com essa história. Naquela época, eu fui ao Tancredo Neves, que era o Chefe da Comissão de Finanças. Ele era muito amigo porque eu fui contador do Juscelino Kubitschek. O Tancredo me disse uma coisa curiosa: "Nós aqui temos a ordem de aceitar sugestão de todo mundo, desde que não se mexa no projeto". Era assim que as coisas se passavam. Naquele momento, eu disparei telegramas para todas as instituições de classe porque o CFC era apático, era um órgão decorativo. Eu disse: "Nós não temos como avaliar o que a atual administração está fazendo. Nós temos que fazer o que a Ordem dos Advogados faz: gritar mesmo, e se impor!". Só que o Conselho daquela época não fazia isso. Então, eu disparei telegrama para todo mundo! Foi o Tancredo que me sugeriu fazer isso. Então, os telegramas começaram a chover e eles fizeram uma emenda obrigando a assinatura do contador. Nunca mais perdemos e nunca deveremos perder porque hoje nós devemos confiar nas lideranças que possuímos e eu confio em vocês para continuar a luta que, por mais de meio século, empreendi, com coragem, com garbo e com amor à minha profissão! Cobrar direitos não é ilegalidade, é o exercício da consciência. O homem que abdica da sua própria consciência, abdica de si mesmo e, ao fazer isso, abdica do presente e, portanto, abdica do cosmos e não justifica a sua existência. Tem muita gente que passa pela vida sem que a vida passe por eles. Essa é que a verdade. Nós não podemos agir assim. Nós devemos ser presentes, como vimos ontem acontecer aqui, quando, num tipo de pressão pacífica, fizemos com que o presidente nos chamasse de "companheiros". Esse é o caminho e nunca devemos abdicar dele.

Onde está o nosso futuro? A informática foi a coisa mais extraordinária que poderia aparecer na nossa profissão. Se eu tivesse um computador em 1950, quando eu comecei a escrever, eu teria escrito 600 livros. Hoje, vocês têm a informática. Mas como todo o bem vem acompanhado de algum mal, a informática está reduzindo nosso campo de trabalho, sem dúvida nenhuma. Por outro lado, as grandes empresas de auditoria vão absorver outra grande parte do mercado de trabalho com o movimento normativo. O que nos sobra? O que é que fica para nós? A dignidade da consultoria contábil. Temos que nos transformar no nosso verdadeiro papel, que é o de orientar as empresas para a prosperidade. Como se faz isso? Não se faz isso sem ciência. Só a ciência contábil lhes dá condição de analisar um balanço e permitir que vocês ofereçam à empresa um modelo de comportamento. Essa é realmente a nossa verdadeira posição. Para isso, é preciso que vocês estudem as doutrinas científicas da Contabilidade. As doutrinas científicas da Contabilidade existem há quase dois séculos. Estudem isso! Atualizem-se sobre isso!

Eu sou candidato a viver no coração de vocês. Eu faço muita questão que essa fraternidade se fortaleça muito.

A mensagem final que eu tenho a dar-lhes é simples, é singela: Acreditem em vocês! Acreditem na comunidade! Amem a profissão de vocês! As virtudes do espírito são quatro: amor, conhecimento, ação e reflexão. Se vocês completam isso, exercem o espírito. O espírito é esta energia que conduz o nosso corpo, é o exercício da vida. Nós não conseguimos conceber a grandeza do cosmos, mas nós concebemos que nós existimos e que a nossa existência é fruto dessa energia que nos anima. Saibam que este colega de vocês, que viveu toda a vida por vocês, enquanto me restar um sopro de vida, estarei na trincheira, na frente de combate a defender os vossos interesses. Muito obrigado.

José Martonio Alves Coelho – Coordenador: Senhoras e senhores, depois do que nós ouvimos, chegamos a uma conclusão bem simples e objetiva: a História Contábil Brasileira foi construída com luta. Ninguém consegue nada, se não lutar, se não perseverar. Com certeza, o Professor Lopes de Sá, a Clara e eu que estamos hoje à frente de todo um movimento classista, reivindicando, buscando a melhoria da classe contábil, iremos passar. Mas temos certeza absoluta que esse exército terá muitos outros soldados que continuarão a nossa luta e surgirão outros Lopes de Sá, outras Marias Claras e a nossa profissão continuará crescendo. Muito obrigado, professor. Um beijo no seu coração.

Mestre de cerimônias: O contador José Martonio Alves Coelho fará agora a entrega do certificado e desta peça artesanalmente confeccionada, que representa toda a gratidão e o reconhecimento pela presença do Professor Lopes de Sá neste evento.

Já convido também a presidente do CFC, contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim, para fazer a entrega do Certificado e desta peça de reconhecimento ao Dr. Martonio Alves Coelho, pela condução técnica desta Palestra Magna.

Senhoras e senhores, boa noite.

28 DE AGOSTO

CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

AUDITÓRIO ÉRICO VERÍSSIMO

2.º FÓRUM NACIONAL DOS EMPRESÁRIOS DA ÁREA CONTÁBIL

Mestre de cerimônias: Vamos dar início ao 2.º Fórum Nacional dos Empresários da Área Contábil. O segmento da área contábil processa a arrecadação tributária de 50 milhões de microempresas e empresas de pequeno porte do País, orientando nas fiscalizações existentes, além de serem responsáveis pelos processos de abertura e legalização das empresas.

Exemplo da importância desse papel é o novo Código Civil, que veio a instituir a responsabilidade solidária para os profissionais da Contabilidade. O perfil das organizações contábeis, em pesquisa realizada pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, apresentou, entre outras, as seguintes considerações:

As organizações contábeis atuam em cinco grandes frentes, a saber: contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária, tributária e abertura e encerramento de empresas.

64% das organizações contábeis possuem, em média, dois sócios e oito funcionários para atendimento aos seus clientes e às obrigações acessórias.

Essas organizações atendem, na média, a 50 clientes e possuem um faturamento mensal médio de R$ 30.000,00.

As organizações contábeis aplicam, em média, 59% de seu faturamento em *pro labore*, salários, encargos sociais e benefícios; 8% em aluguel e manutenção; 6% em informática; 6% em material de escritório; e os 21% restantes em outros itens, tais como serviços terceirizados, treinamentos, informações profissionais, *marketing* e lucro.

100% dessas organizações possuem computadores; 79% estão conectadas a algum tipo de rede; 99% utilizam conexão à internet; e 93% utilizam-se de *softwares* contábeis.

Em consulta ao *site* do Conselho Federal de Contabilidade, em abril de 2008, constata-se que se aplicando o resultado da pesquisa aos dados obtidos do CFC, pelo registro de 67.254 organizações contábeis no Brasil em plena atividade, pode-se dimensionar o setor empresarial contábil da seguinte forma:
Emprega mais de 538.000 profissionais, além dos quase 135.000 sócios.
Atende diretamente a todas as micros e pequenas empresas brasileiras, que somam, aproximadamente, cinco milhões e, indiretamente, todas as outras empresas.
Soma ao PIB brasileiro mais de 2,5 bilhões de reais, fomentando riquezas e gerando emprego.

Como minimizar esforços e agilizar tarefas? Temos como opções a Certificação Digital e o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que serão apresentados neste 2.º Fórum Nacional dos Empresários da Área Contábil, com o foco na utilização dessas novas tecnologias e ferramentas e com o objetivo de proporcionar maior desempenho e segurança para os negócios.
Neste momento, convido ao palco, para coordenar os trabalhos técnicos pertinentes a este Fórum, o contador Valdir Pietrobon. Bacharel em Ciências Contábeis e Pós-Graduado pelo Brazil Inter-

Hélio Ribeiro de Sá, Valdir Pietrobon, Carlos Roberto Victorino e Joacir Antonio Padilha.

national Business Institute, Valdir Pietrobon foi presidente do Cescap/Paraná e conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná. Atualmente, é presidente da Fenacon e diretor da Confederação Nacional do Comércio. É também conselheiro do Conselho Consultivo do Cescap/Paraná e do Serviço Social do Comércio (Sesc) do Paraná.

Convido ao palco os senhores painelistas: o administrador de empresas Hélio Ribeiro de Sá; o contador e professor Carlos Roberto Victorino; e o contador Joacir Antonio Padilha.

Para a sua saudação à platéia e, em especial, aos palestrantes convidados deste Fórum, com a palavra, o senhor coordenador, contador e presidente da Fenacon, Valdir Pietrobon.

Valdir Pietrobon – Coordenador: Bom-dia a todos e a todas. Vou ser bem breve para darmos início a este Painel. Nós vivemos hoje, realmente, um momento histórico, um momento ímpar, um momento mágico nesta festa da Contabilidade brasileira que estamos tendo aqui. Eu me sinto muito orgulhoso e feliz em participar disso. Até que enfim, nós acordamos e estamos vendo o peso que temos na economia nacional. Se nós pudéssemos mensurar isso, tenho certeza, não menosprezando as outras atividades, mas estaríamos sendo das primeiras, com certeza. Eu peço a vocês que esse trabalho não seja só uma empolgação destes dias aqui, mas que possamos levá-lo para o nosso dia-a-dia em casa. Então, cada um de vocês leve isso para a sua empresa, para o seu estado, trabalhe, lute, brigue, discuta com os órgãos municipais, estaduais e federais, conversem para que nós possamos ter, amanhã, um país melhor, com mais empresas, mais empregos e maior distribuição de renda.

A Fenacon, para quem não sabe, não é só uma entidade contábil. A Fenacon tem 400.000 empresas no País da área de serviços. Foi fundada em 1991 e é uma entidade muito nova, com sede em Brasília. Somos filiados à Confederação Nacional do Comércio (CNC) e trabalhamos com 90 segmentos econômicos.

Na Presidência da Fenacon, até hoje, sempre teve um empresário contábil. Então, automaticamente, pensam que a Fenacon é a Federação de contadores e contabilistas, mas não é. A Fenacon tem 70.000 empresas contábeis e 330.000 empresas dos outros segmentos. É muito grande, muito grande mesmo. Então, realmente, é uma entidade muito sólida. Nós temos 2,3 milhões de empregos diretos nesse País, com uma receita bruta de 68,4 bilhões/ano.

Trabalhamos fortemente na parte política, como, por exemplo, na Medida Provisória 232, que era um projeto para tributar a distribuição de lucro e que nós conseguimos derrubar. Trabalhamos também no caso da CPMF e a Fenacon está à frente de toda a negociação do Simples Nacional. Saltamos de 1,3 milhões de empresas para 3,20 milhões no Simples Nacional, graças a um convênio que as entidades contábeis fizeram com o Sebrae. Fizemos 800 eventos no País; treinamos 37.190 profissionais para que pudessem massificar a Lei Geral neste País; atuamos em mais de 409 cidades nesse período. Somos a única categoria de profissionais liberais que estamos no Simples, embora estejamos no Anexo V ainda. Naquele momento em que tivemos que fazer a opção, não tínhamos outra saída. Tínhamos que estar no Anexo V porque, caso contrário, não entraríamos no Simples. Optamos por isso e, graças a Deus, por ter feito essa opção naquela época é que estamos entrando hoje no Anexo III.

Isso não seria possível se não tivéssemos optado naquela oportunidade.

Nossa primeira oportunidade foi conquistada agora, no dia 13 de agosto, com a aprovação desse projeto no Congresso Nacional. Vocês devem saber muito bem que o Presidente da República prometeu aqui nos colocar no Anexo III. É claro que alguma negociação vai ser exigida, alguma compensação disso vai ser exigida. A Fenacon vai fazer uma campanha nacional para que possamos ajudá-los, porque nada lá se consegue se você não der algum retorno. Também fazemos a nossa parte social. Nessa Lei, consta a criação de microempresários individuais (pipoqueiros, vendedores de sorvete, etc.) que vão agora participar como empresa. Nós vamos ter que formalizá-los e imagino que teremos em torno de seis milhões de empresas que vão se formalizar. A Fenacon vai fazer uma campanha nacional para que as empresas contábeis possam fazer isso gratuitamente para todos, para que possamos dar a nossa parcela de contribuição. Logicamente, não vamos obrigar alguém a fazer isso, mas só trazendo-os para dentro dos nossos escritórios, já estaremos fazendo um trabalho social. São clientes futuros que teremos depois no nosso dia-a-dia. Então, por que não fazermos isso? Não podemos obrigar a todos, mas vamos fazer um trabalho nacional em cima disso.

Estamos também reativando o Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis para que tenhamos conhecimento de todos os projetos que estão tramitando no Senado e que fazem parte da nossa atividade. Nós temos um trabalho muito grande pela frente. Para quem não sabe, já está tramitando um novo projeto para se criar o Imposto de Renda sobre Lucro Distribuído e nós vamos ter que "matar" esse projeto. Estamos trabalhando também em um projeto que estabelece um prazo de, no máximo, dois anos para que o Governo possa cobrar impostos das empresas. A tecnologia de hoje nos dá condições de fazer isso. Não precisa mais ser cinco anos; o prazo pode ser de apenas dois anos. Esse é um trabalho que estamos fazendo com os deputados para que esse projeto também seja aprovado. Tudo isso sem falar na reforma tributária.

Estamos trabalhando também na desburocratização, com a criação da Lei Geral. A Lei Geral não é só tributária. Tem muito mais coisas dentro dela para que possamos trabalhar, principalmente a desburocratização. O Rede Sim veio complementar tudo isso. Estamos criando agora o Comitê Gestor do Rede Sim e a Fenacon tem um assento nesse Comitê Gestor, como usuária. Isso nos dá a condição de discutirmos o dia-a-dia para que possamos desburocratizar, de vez, a abertura, a legalização e a baixa de empresas. Finalmente, temos agora a capacitação das empresas no que se refere aos novos procedimentos contábeis – SPED Contábil e Fiscal e Nota Fiscal Eletrônica – que para nós também é um momento de desburocratização. Com isso, nós vamos desburocratizar.

Ontem, o pessoal da Fenacon já esteve em Brasília com o senador Garibaldi Alves, presidente do Senado, para que pudéssemos já agilizar e colocar em pauta o Projeto 0207, que o Presidente da República nos prometeu. Não vamos deixar isso esfriar e tenho certeza de que vamos aprovar isso o mais rápido possível para que, a partir do dia 1.º de janeiro, as empresas contábeis possam estar no Anexo III e ter uma grande vantagem. Tenho certeza de que isso é nada mais do que justo.

Agora, iniciaremos o Painel "Certificação Digital: Uso e Benefícios do SPED Contábil e Fiscal".

CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: USO E BENEFÍCIOS, SPED CONTÁBIL E FISCAL – PRATICIDADE

Valdir Pietrobon – Coordenador: Ao dar início ao nosso Painel "Certificação Digital: Uso e Benefícios do SPED Contábil e Fiscal", primeiro vamos ouvir o Hélio Ribeiro de Sá, que falará sobre como usar e como adquirir esse Certificado. O Hélio é responsável pela Gestão de Contas da Fenacon. A Fenacon é uma autoridade certificadora e, para quem não sabe, estamos espalhados por todo esse Brasil, por intermédio dos Sescon e Sescap. Ele é Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Paulista e tem experiência de 25 anos de varejo, atuando em diversos segmentos, como supermercados, magazines, setor petrolífero e tecnologia da informação. É responsável pelo gerenciamento de unidades próprias e franquias, tendo atuado no Pão de Açúcar, Lojas Brasileiras e Shell do Brasil. É gerente comercial de Varejo e Gerente de Varejo da Certisign, sendo responsável pela implementação e pela gestão de todas as autoridades certificadoras englobadas pela Certising. Por favor, Hélio, a palavra está com você.

Hélio Ribeiro de Sá – Fenacon: Bom-dia a todos. Primeiro, eu gostaria de agradecer o convite e por essa oportunidade de estar aqui com vocês, para falar de um tema que é novo, mas nem tão novo assim. É um tema que mexe muito com o dia-a-dia de todos vocês. A partir de agora, o uso dessa tecnologia faz parte do dia-a-dia de todos nós. Nós estamos vivendo agora uma fase de transição porque o mundo necessita de informação o mais rápido possível e a internet veio justamente dar essa velocidade para nos ajudar no dia-a-dia das nossas tarefas.

O meu objetivo aqui é passar para vocês como usar o Certificado. No caso dos aplicativos, o nosso colega Victorino vai passar. Então, o meu objetivo é mostrar como utilizar e como tirar proveito dessa tecnologia digital. Aqui mesmo no Congresso, nós criamos um estande para emitir as identidades de vocês. Observamos que ainda temos muito o que aprender e o que evoluir nesse processo e vou passar um pouco disso para vocês.

O Certificado Digital é um arquivo que nós colocamos dentro de um chip de uma máquina e funciona com um sistema de par de chaves. Nós trabalhamos com a criptografia simétrica. Hoje, ao utilizarmos essa ferramenta pela internet, nós garantimos a sua identidade. Quem assina o documento com Certificado Digital não pode repudiar. Ele tem validade jurídica, tem amparo legal. Então, quando a gente precisa de uma autenticação forte, que a outra ponta é quem está desse lado, nós temos que usar uma tecnologia que passe tudo isso para frente. Hoje, no mercado, a única coisa que garante isso é a Certificação Digital.

No caso da nova identidade de vocês, por exemplo, não vamos nos deter no detalhe da carteira em si, mas, sim, do dispositivo onde armazenamos o Certificado Digital. Nesse chip, além das cadeias, nós colocamos o Certificado Digital. A partir de agora, essa nova identidade não serve apenas no mundo físico, mas no mundo digital também porque a outra ponta sabe que você é você mesmo. Isso tem amparo legal. Então, a partir de agora, com essa nova identidade, vocês podem assinar docu-

mentos, entrar nos aplicativos com toda a tranqüilidade e segurança possível. É uma tecnologia muito avançada e está à disposição de vocês. Nós já sabemos que tem outras entidades que estão trabalhando para ter essa identidade. Vocês já estão usando essa nova tecnologia na identidade de vocês.

A nova identidade de vocês nada mais é do que um dispositivo para armazenar o Certificado Digital. Nós estamos colocando aqui um A-3. No mercado, há vários tipos de Certificado Digital, tais como o Certificado A-1, A-3, A-4, Sigilo, etc. É um leque enorme, mas vamos falar apenas daqueles que nós usamos no dia-a-dia. Hoje, a Certising trabalha com os tipos de Certificado Digital A-3 e A-1, que têm o maior apelo no mercado; o Certificado de Pessoa Física e de Pessoa Jurídica. A dúvida é qual eu vou indicar para o meu cliente; qual o certificado que eu devo usar; qual é o melhor. Não tem um melhor. O importante é o certificado que o cliente necessita. Então, antes de oferecermos um determinado certificado, temos que entender qual é o aplicativo, qual é a necessidade. Se eu vou adquirir um certificado para interagir com a Receita, tenho que saber se vou usar o Certificado de Pessoa Física ou de Pessoa Jurídica, por exemplo. Então, são essas perguntas que os empresários vão fazer para vocês. Portanto, nós temos que saber isso na ponta da língua para podermos indicar o melhor caminho. Eu mesmo, quando tenho alguma dúvida, procuro o meu contador. Vocês já estão acostumados com isso. Por exemplo, se você precisa tirar um Certificado Digital para emitir Nota Fiscal Eletrônica, você precisa saber qual é o Certificado. Muita gente pensa que qualquer um serve. Não é assim. Nós temos que ter cuidado e ler corretamente o que a lei exige, para ver se esse certificado vai atender à nossa necessidade. Por exemplo, no caso da Nota Fiscal Eletrônica, dentro do certificado, tem que ter o número do e-CNPJ. Então, se a empresa adquiriu um Certificado de Pessoa Física para interagir com a Receita Federal, a Receita aceita, desde que ele seja o representante na Receita. Mas, para a Nota Fiscal, tem que ser um outro certificado. Será que aquele que tem a guarda do e-CNPJ é aquele que vai ficar com o certificado? Ele é quem vai emitir a Nota Fiscal? A gente tem que saber isso. É o faturista? Então, tem que ser um outro certificado. É um certificado de pessoa jurídica, mas não é o e-CNPJ. Então, nós temos que identificar qual é o aplicativo que ele vai usar antes de oferecer. O cliente já reclama do preço porque é caro; se ele for comprar um que não serve, vai ficar furioso.

Tem um detalhe importante nesta tela, que é o e-CPF Simples. Ele foi lançado recentemente para atender à necessidade das micro e pequenas empresas. Ele tem um preço inicial bem menor, com validade de um ano. É um A-3 e tem o mesmo poder do e-CPF normal. Só que ele tem validade de apenas um ano. Ele não necessita de uma leitora porque já vai direto na porta USB. Um detalhe importante é que toda essa ferramenta exige que a gente tenha os aplicativos, senão ela não funciona.

Para que serve esse novo certificado? É para acessar a base de dados do Simples Nacional, dos representantes e dos entes federativos que devem possuir um e-CPF, em face dos requisitos de segurança existentes. Por que estamos citando aqui o e-CPF Simples? Pelo preço dele. Ele é muito mais barato. Os contribuintes, por sua vez, terão acesso somente aos seus próprios dados.

No Simples Nacional, o certificado serve para consulta gerencial aos valores arrecadados; deferimento ou indeferimento de opções; exclusão de contribuintes do Simples Nacional; cadastramento de fiscalizações; lançamento de contencioso e administrativo; importação e exportação de dados. O e-CPF Simples também serve para entrar na Receita, acessar o e-CAC, assinar e-mail. É esse que você deve escolher? Depende do que você precisa fazer. Só estou dando exemplos.

Qual é a finalidade para acessar esse aplicativo? Cada estado e cada município têm o seu representante no Fepem, que é denominado "usuário mestre" e, a partir dele, serão credenciados usuários cadastrados, que poderão autorizar os demais usuários e esses farão acesso à base de dados dos contribuintes. Todos eles precisam ter Certificado Digital. Qual é o certificado? Um A-3 ou um e-CPF. O que precisa para a gente ler o certificado? Uma leitora de cartões. Pode ser qualquer leitora de cartões, qualquer leitora que leia o chip. Além disso, não podemos nos esquecer de instalar o drive da leitura ao comprar uma máquina nova, por exemplo. Temos que instalar o drive novamente senão o Certificado não funciona. Temos ainda o Gerenciador Inteligente. Na maioria dos casos, quando o usuário adquire o Certificado Digital, ele usa esse Gerenciador Inteligente apenas uma vez e esquece que ele pode ser usado constantemente para fazer atualizações ou para trocar a senha, por exemplo. A senha não pode ficar disponível senão quebramos qualquer regra de segurança e, de vez em quando, é importante alterar essa senha. Como fazemos isso? Abrimos o Gerenciador Inteligente, entramos com a senha anterior e alteramos. Criem esse hábito porque ficar trocando sempre de senha é muito bom.

Como obter um Certificado Digital? Entramos no *site* da Cefenacon e lá começamos a navegar. No próprio *site*, já tem alguma literatura sobre isso. No entanto, tem uma parte que é um pouco difícil. Eu abro o leque de várias opções e é aqui que a maioria das pessoas se perdem porque tem uma gama de produtos enorme. Qual é o melhor? Depende da necessidade do cliente. Ele é quem vai dizer para o que quer e onde vai utilizar o Certificado Digital. Cada um desses produtos tem o seu efeito. Pode ser em *token*, porque ele quer ganhar mobilidade; pode ser em cartão, porque ele quer compartilhar a leitora. Quem vai dizer isso é o próprio cliente. O passo inicial para adquirir um e-CPF é digitar o CPF do cliente e a data do nascimento. Nesse momento, acessamos a base de dados da Receita Federal e fazemos a consulta prévia. Para o e-CNPJ é a mesma coisa. Aqui teríamos só o número do CNPJ e a Receita daria a informação se ele é o representante mesmo na Receita Federal e se pode adquirir um e-CNPJ para a sua empresa. O resto é só preencher os dados que são solicitados, não esquecendo os pontos que são marcados com asterisco. Sem eles, você não consegue. Os demais são facultativos. Um detalhe importante é que, na parte debaixo, tem o e-mail. Vocês podem usar o mesmo Certificado Digital para assinar o e-mail de vocês, desde que coloquem o e-mail correto. Isso é muito importante.

Uma outra tela crítica de adquirir um Certificado Digital é essa. Nós não temos cópia dessa senha de identificação porque ela é criada por vocês, pelo usuário. Para que serve essa senha? Por exemplo, no caso de perda ou roubo, você pode entrar na internet e revogar. Você tem que lembrar essa senha no futuro, quando tiver que renovar *on-line*. Então, vocês têm que gravar essa senha.

Eu não fico com cópia dela. Ela é criada naquele momento e só vocês conhecem essa senha.

Após a identificação, a gente tem que escolher a forma de faturamento. Temos que seguir aqueles passos para o envio da Nota Fiscal. Uma coisa muito importante é que a Certising cuida de todo o faturamento e envia a Nota Fiscal Eletrônica tanto do produto quanto do serviço.

Aqui é só escolher o modelo, a forma de pagamento e concluir o pedido. A essa altura você já recebe um e-mail, no próprio e-mail que você cadastrou, com os dados do seu produto.

Nós encomendamos uma pesquisa no Ibope só para saber como é que estava esse mercado, qual a visibilidade. Nós chegamos à conclusão que a demanda dos Certificados Digitais vem aumentando a cada ano. Essa demanda começou a ganhar corpo em 2002, com o mercado do Certificado Digital e o lançamento do ICP Brasil, assim como o atendimento da área restrita da Receita Federal, que antigamente se chamava Receita 222. Qual é o objetivo dessa pesquisa? Diante do caráter inovador do mercado de certificação digital e escassez de informações, a Certising encomendou essa pesquisa. É uma pesquisa qualitativa para se ver como essa tecnologia vem sendo utilizada na sua importância e na atual tendência de mercado. A nossa surpresa foi que o Centro Virtual, o e-CAC, impulsionou a adoção da Certificação Digital, especialmente, do Certificado ICP Brasil. Nós ressaltamos também que os contadores e os analistas fiscais foram os alavancadores da Certificação Digital nas empresas, liderando o processo e fazendo a escolha dos fornecedores e do tipo de certificado. Verificamos também que os profissionais da área de TI, em geral, passaram a ter informações sobre Certificação Digital em função da necessidade de dar suporte técnico à instalação do software. Então, quem começou tudo isso foram vocês. Nós imaginávamos que, por ser um produto de tecnologia, os profissionais de TI é que iriam alavancar esse mercado, mas não foi isso o que aconteceu. Foram os próprios usuários que fizeram isso.

Aqui eu citei alguns resultados dessa pesquisa. A maioria dos entrevistados percebeu o valor do custo/benefício quando começam a usar. No início, as pequenas empresas reclamam do valor do custo. Isso é normal. Mas, com o uso, ele começa a descobrir a vantagem. Quanto que custa ter um Certificado Digital por mês? Menos de R$ 5,00 pelo pacote completo. Mas, se ele usa apenas para um aplicativo, fica caro, só que ele pode fazer uso de vários aplicativos com esse produto.

Para a grande maioria da amostra, a Certificação Digital remete a associações muito positivas, como, por exemplo, segurança, praticidade, agilidade, rapidez, eliminação de burocracia, etc. Quando uma empresa nos procura para eliminar o uso do papel e ganhar agilidade em processos, ela já pensa que vai gastar uma fábula. Não é assim. Há um investimento inicial, mas o retorno é muito rápido. Só o fato de deixar de usar o papel e ganhar agilidade no processo ele já começa a ver que valeu o investimento.

Há vários benefícios que são claramente percebidos, como eliminação de burocracia, eliminação de pessoas despreparadas no atendimento, autonomia para resolver as questões tributárias e

fiscais, aumento da eficiência da fiscalização, redução de custos, guarda de documentos, simplificação dos processos, ganho de produtividade, ganho de tempo, segurança, modernidade e valorização das empresas sérias, com o combate à fraude. Quando você assina um documento com o Certificado Digital, ele tem garantia, tem amparo legal. Ninguém pode alterar esse documento. É a mesma coisa de enviar um e-mail. Hoje, todos nós usamos o correio eletrônico. Qual é a garantia para a outra ponta, ou seja, quem recebe o e-mail, e se aquele e-mail é original? A única coisa que nós temos para garantir isso é o Certificado Digital.

Eu queria encerrar, dando os parabéns a vocês porque vocês estão fazendo história, mudando mesmo essa cultura. Nós estamos em uma era em que há aquela fome de informações e necessidade de mudança. Eu vou fazer um apelo: "Usem o Certificado Digital!". Todos vocês receberam o convite para adquirir o Certificado Digital, por um ano, gratuitamente. Usem! É lógico que podemos melhorar, descobrir novos aplicativos, mas eu preciso da ajuda de todos vocês. Só usando é que nós começamos a melhorar os nossos processos. Obrigado.

Valdir Pietrobon – Coordenador: Obrigado, Hélio. Vamos então ao segundo painelista, Carlos Roberto Victorino, que vai falar sobre "O uso e os Benefícios da Certificação Digital". Ele é consultor de empresas, diretor técnico da Victon -Consultoria Contábil e Empresarial, com mais de cinco anos no mercado. É Pós-Graduado em Gerência Contábil e Auditoria pela Univale e em Direito Empresarial pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação de São Paulo. É diretor de TI da Fenacon. Victorino, a palavra está com você.

Carlos Roberto Victorino – Fenacon: Bom-dia a todos. Inicialmente, quero agradecer à Fenacon pelo convite e por estar podendo passar para vocês aqui hoje a parte específica de uso da Certificação Digital. O que a Certificação Digital pode fazer para que a nossa atividade melhore, o nosso dia-a-dia melhore e, com isso, a gente melhore o trabalho que desenvolvemos para os nossos clientes? Na verdade, o principal aplicativo que se divulga hoje é o e-CAC da Receita Federal. No entanto, hoje, em princípio, há 27 aplicativos em que eu já posso usar a Certificação Digital. É óbvio que o e-CAC da Receita Federal é o que nós usamos mais no dia-a-dia para resolvermos problemas relacionados a situações específicas dos nossos clientes. Para acessar o e-CAC, obviamente, você tem que ter a Certificação Digital. Qual é a diferença entre Certificação Digital e a minha identidade civil? Nós temos as duas. Na verdade, não há diferença nenhuma. As duas são identidades. A identidade civil é a que eu uso no meu dia-a-dia, para que as pessoas me identifiquem no momento em que eu vou a um banco, fazer um *check in* ou vou a uma repartição pública, por exemplo. Essa identidade de Certificação Digital é aquela que permite ao sistema do outro lado identificar que realmente eu estou fazendo aquela transação, ou o meu cliente que passou uma procuração para mim. Então, é muito importante também a procuração eletrônica, ou seja, o processo em si do uso da Certificação Digital.

O que é que nós temos disponível hoje dentro do e-CAC?

Consulta da situação fiscal da pessoa física através da Certificação Digital.

Consulta da situação fiscal da pessoa jurídica com e-CPF de responsável legal perante a Receita Federal, bem como, o CNPJ. Ou seja, o meu cliente que tem a Certificação Digital e possui várias empresas sob a sua responsabilidade, com apenas o e-CPF dele consegue acessar a sua situação fiscal como pessoa física e todas as pessoas jurídicas pelas quais ele é responsável. Conseqüentemente, ele pode passar a procuração eletrônica para mim também, da pessoa física dele e de todas as pessoas jurídicas que ele é responsável, com apenas um e-CPF.

Obtenção de cópias das DARFs recolhidas desde 1993. Por exemplo, você pega um cliente novo que tem uma pendência contábil e o cliente alega que pagou. Se você tiver a Certificação Digital, você consegue verificar todos os pagamentos ocorridos desde 1993 e tirar a segunda via deste comprovante. Eu tenho um cliente em Portugal que verifica, lá em seu país se o gestor dele aqui está pagando os impostos. Ele entra com a Certificação Digital e verifica se o pagamento ocorreu ou não. Se o pagamento não ocorreu e o cliente tem Certificação Digital, nós entramos no e-CAC, através da procuração dele e verificamos se o pagamento ocorreu ou não. Muitas vezes, o cliente alega que pagou e não tem o comprovante. Sem o comprovante, não se contabiliza.

Obtenção de cópias de Declarações de Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (DIPJs e PJs). Vamos imaginar que você tem uma conta nova de um cliente e não tem as cópias das Declarações de Imposto de Renda ou que faltou alguma. Se você tiver Certificação Digital, você consegue entrar no e-CAC e imprimir todas essas declarações, bem como os recibos dessas declarações.

Redarf Net – Retificar DARFs recolhidos com dados errados. Quem já fez o Redarf manual sabe como isso é trabalhoso. Com a Certificação Digital, você consegue fazer o Redarf em questão de minutos e resolve facilmente. Então, a Certificação Digital veio realmente para ajudar o nosso trabalho no nosso dia-a-dia.

Recob – Regime Especial de Apuração e Pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre Combustíveis e Bebidas. No caso das empresas que têm aquele regime especial de pagamento de contribuições como PIS/Pasep, Cofins sobre combustíveis e bebidas, através do e-CAC, você consegue acompanhar toda a situação fiscal desse cliente.
Cópias de Declarações de Créditos e Débitos de Tributos Federais – DCTFs. Você pode emitir todas as cópias também através do e-CAC. Estão todas elas disponíveis.
Cópias das DIRPF e DITR. Também estão disponíveis. Recentemente, nós tivemos um cliente novo e, quando fomos fazer a Declaração de Imposto de Renda deste ano, esse cliente não tinha a declaração anterior, não tinha o recibo, mas tinha a Certificação Digital. Então, ele passou uma procuração para mim, eu entrei no cadastro dele e imprimi as últimas cinco declarações dele com o recibo. Ou seja, não tive que correr atrás do contador anterior, ou entrar com um pedido de requerimento na Receita Federal, que é moroso. Leva, pelo menos, de 15 a 20 dias para eles te darem uma posição.

Cópias de Declaração de Imposto de Renda na Fonte (DIRFs).

Mudança do endereço de pessoa física. Se você quiser mudar o seu endereço de pessoa física, hoje, dentro do Cadastro da Receita Federal, você pode fazer

isso na Declaração do Imposto de Renda ou Retificar a Declaração do Imposto de Renda. Através do e-CAC, você modifica o endereço sem problema nenhum através da Certificação Digital.

Caixa Postal onde são comunicados todos os procedimentos que a Receita faz em relação à pessoa física ou jurídica, como o processamento da Declaração de Imposto de Renda, pendências, etc. Ou seja, você pode acompanhar, por esse canal de comunicação, como está o processamento da sua empresa.
Pagamentos de impostos realizados pelas pessoas físicas e jurídicas.

Procuração Eletrônica. Isso é muito importante. Eu estava fazendo um seminário similar a este, em Blumenau, e um cliente disse: "Eu deixei o meu Certificado com o meu contador!". Depois da palestra, ele veio falar comigo porque, com base nesse certificado, ele teria acesso a uma série de informações, não só da Receita Federal. Nós orientamos que ele pode trocar a senha. Jamais fiquem com o Certificado do cliente de vocês. É como a minha identidade.

O SPED Contábil. Através do e-CAC, você pode consultar ou fazer downloads de toda a parte do SPED, que já está funcionando.

Fontes Pagadoras. Antes de fazer o Imposto de Renda, através do e-CAC, você pode consultar todas as fontes pagadoras do seu cliente e cruzar com as fontes pagadoras que o cliente passou para você. Nós já detectamos vários problemas de malha fina porque o cliente esqueceu de informar fontes pagadoras pequenas. Você entra no sistema, tira todas as fontes pagadoras, confere com a Declaração do Imposto de Renda do seu cliente e faz a devida retificação. Exemplos de problemas na Declaração: falta de lançamentos de fonte pagadora; divergência entre os valores informados pela fonte pagadora via DIRF e os declarados; valor atual da Previdência Social, informado pela fonte pagadora, inferior ao valor declarado pelo contribuinte; resgate de seguro de Previdência Privada; diferenças entre os carnês declarados, como o Carnê Leão e o Imposto Complementar, também são motivos de cair na malha fina.
Parcelamento de débito. É uma tranqüilidade. É simples, rápido e objetivo. Agora, se fizer isso via canal normal da Receita Federal, você vai cansar de andar até a repartição da Receita Federal para fazer esse parcelamento.

Agendamento eletrônico. Tem coisas que você talvez não consiga resolver com o Certificado Digital, mas você pode entrar no Sistema SAGA, agendar um horário e você vai à repartição, no dia e no horário agendado, sem problema nenhum.

Aqui é para vocês terem uma idéia do e-CAC. Você clica nessa parte de cima do e-CAC e, conseqüentemente, ele lista uma lista de serviços. Aqui você tem serviços que são públicos, serviços que você acessa com senha ou com o número do recibo e serviços que você só vai poder acessar mediante Certificação Digital. Depois, você clica nessa parte debaixo e entra no sistema do e-CAC. Você clica no e-CPF e vai passando as telas. Conseqüentemente, o programa vai ler o teu certificado e, se você clicar em mais informações, você vai ter os dados do seu certificado, ou seja, quem emitiu o certificado e qual é o período de validade dele. Como a primeira validação é automática, você precisa estar antenado porque o e-mail em que você vai receber a validação é aquele e-mail que você cadastrou no

início. Se você mudou de e-mail, tem como resolver isso tecnicamente. Voltando ao certificado, o sistema vai pedir o teu PIN que, na verdade, é a tua senha para acessar o certificado e liberar o acesso. Então, você digita o PIN, tecla enter e entrou no e-CAC. Daí, você passa a ter todos aqueles itens que eu já mencionei para você acessar. Por exemplo, se você quer cópias das declarações, é só entrar e clicar em na cópia de declaração que você deseja e imprimir ou gerar em arquivo PDF. Você pode tirar todas as fontes pagadoras do seu cliente e conferir com os dados que ele te passou. Dessa maneira, não tem como cair na malha fina porque você consegue resolver tudo antes. Se cair na malha fina, entra por aqui e verifica por quê. Certamente, são problemas simples. No caso da Procuração Eletrônica, você pode cadastrar uma procuração eletrônica; pode consultar uma procuração como delegante, ou seja, aquela que você passou para alguém; pode consultar uma procuração como procurador, ou seja, as procurações que os clientes passaram para você; e pode cancelar uma procuração eletrônica a qualquer momento e, imediatamente, essa pessoa não tem mais acesso a informação nenhuma disponível no banco de dados da Receita Federal. Como passar uma procuração eletrônica? Você entra, clica no item de procuração de pessoa física ou jurídica, informa o CNPJ ou o CPF da pessoa para quem quer passar a procuração e dá o período de validade. Aqui, você tem a relação dos itens que você pode disponibilizar nessa procuração. Normalmente, você habilita tudo, clica no final e cadastra a procuração. Agora, como usar ou passar uma procuração? Por exemplo, o meu cliente passou uma procuração do CPF dele, conseqüentemente, eu entendo que eu posso acessar todas as pessoas jurídicas pelas quais ele é responsável. Não é assim. Eu só posso acessar os dados da pessoa física dele. Quando for acesso de pessoa jurídica, tem que mudar o perfil aqui em cima, nessa parte da Receita Federal, e vai dizer que eu vou atuar como responsável legal do CNPJ de uma determinada empresa. Entrando nessa empresa, aí eu passo a procuração. Eu tenho que passar a procuração para a pessoa física, como pessoa jurídica, ou para o contador. Não adianta passar a procuração do CPF porque só vou ter acesso ao CPF do cliente. Outro detalhe é que, dentro desse sistema, não existe substabelecimento de procuração. Ou então, posso ser procurador de uma pessoa física porque o CPF dela passou uma procuração para mim; ou como responsável procurador de uma pessoa jurídica. Então, posso fazer três movimentos, mas não posso me esquecer de que tenho que entrar nessa parte de cima aqui e mudar o perfil de como eu quero atuar. Mudando o perfil, já passa a ser uma pessoa jurídica que eu estou trabalhando agora. O meu certificado está entrando na minha empresa e eu posso acessar os dados da minha empresa e passar uma procuração para alguém. Então, não se esqueçam de que vocês têm que entrar no perfil da pessoa para quem você quer passar a procuração.

No caso do Redarf Net, você tem pedido de retificação, acompanhamento do pedido, orientações gerais, etc. É muito simples. É como uma receita de bolo; é só seguir e não tem como errar. O sistema não deixa você errar porque ele pega os dados da guia anterior e você vai ajustar os dados para a nova guia. A mesma coisa acontece com o parcelamento de débito. É simples. Também está aqui no sistema e

você pode fazer. Você pode fazer negociação, consulta, acompanhamento, ou seja, tudo via e-CAC. Você não sai de dentro da sua empresa.

Vou exemplificar com um *case* real, só para vocês terem uma idéia do que o Certificado Digital pode fazer no nosso dia-a-dia e nos ajudar. Eu tenho um cliente que passou a procuração para mim e que, inclusive, essa era válida até 31 de maio de 2008. Ou seja, essa procuração já não tem mais utilidade para mim e ele tem que me passar uma nova. Ele me passou essa procuração porque ele recebeu uma notificação de três valores de R$ 159,39, vencendo em setembro, outubro e novembro. Como se tratava de uma pessoa física, eu fui verificar se ele não havia pago essas três parcelas do parcelamento. Quando peguei o recibo dele, verifiquei que eram três parcelas de R$ 425,00, com vencimentos em abril, maio e junho. Como é que a Receita Federal me manda guias com vencimento em setembro, outubro e novembro e ainda de valores diferentes. É o samba do crioulo doido. Se eu for lá na Receita Federal, eles vão alegar que o sistema está certo e você vai afundar até descobrir o problema. O que é que nós fizemos? Ele passou a procuração para mim, eu entrei no sistema de comprovantes de arrecadação, dei o período – o ano todo de 2007 – e o código, mas não dei o valor e acessei os dados. Eu descobri que maio estava recolhido e junho estava recolhido. O mês de abril não foi recolhido. O que é que a Receita fez? Pegou o de abril e dividiu em três parcelas com vencimentos em setembro, outubro e novembro. Só que, somando aqueles valores, não dá a parcela. Então, eu descobri que, quando ele recebeu o e-mail, havia um DARF anexo, mas como dizia que os pagamentos seriam na forma de débito em conta, mas com exceção da primeira parcela, ele acabou não pagando a primeira parcela porque pensou que ia ser debitada em conta também. Conseqüentemente, não pagou a primeira parcela. Portanto, a Receita deveria ter notificado o pagamento da primeira parcela e, não, dividir em três parcelas. Isso complicou a nossa vida. Nós só descobrimos isso porque tínhamos acesso à informação.

Temos uma outra situação deste ano, que já foi resolvida. O cliente informou os rendimentos de uma ação judicial. Ele havia recebido uma ação judicial na Caixa Econômica Federal e foi informado que isso seria isento por ser indenização. A Caixa deu uma informação errada e nós tivemos que retificar a declaração dele. Como é que nós descobrimos? Listamos a fonte pagadora e estava lá o rendimento da ação judicial, declarado para a ação judicial e não informado na declaração dele. No caso do valor da Previdência Social, também havia uma diferença, que foi detectada pela fonte pagadora; nos débitos de Carnê Leão também havia uma diferença. Ou seja, com a Certificação Digital, eu retifiquei a declaração desse cliente e, em três dias, ele saiu da malha fina. Essa é a utilização efetiva da Certificação Digital.

Dentro do e-CAC ainda temos o tal do Documento Básico de Entrada no CNPJ – DBE. Hoje, para atualizar ou solicitar um CNPJ, você tem que baixar um programa, preencher os dados a serem cadastrados ou atualizados, enviar para a Receita Federal convalidar e é gerado um protocolo. Com esse protocolo, você emite o DBE, reconhece assinaturas, envia por Sedex para a Receita Federal e aguarda de 3 a 30 dias para ter uma resposta. Com a Certificação Digital, você assina digitalmente e só

manda os arquivos para eles. Conseqüentemente, você não tem que ficar correndo atrás do teu cliente.

No caso da Nota Fiscal Eletrônica, depois o próximo palestrante vai falar mais a fundo. Mas, hoje, com a Certificação Digital, a emissão, a validação e a autorização da Nota Fiscal Eletrônica têm que ser feitas, obrigatoriamente, com a Certificação Digital.

A parte do SPED Contábil também já está disponível a partir de 2008. Algumas empresas são obrigadas, mas isso não quer dizer que nós não possamos usar, desde que a gente tenha as estruturas corretas de software. Já no ano que vem, em 2009, todas as empresas tributadas pelo lucro real serão obrigadas a entrar no SPED Contábil.

Aqui temos uma informação só para a gente fazer um cálculo rápido. Durante o ano, a gente gera um monte de livros: Livro de Entrada, Saída, Apuração, ICMS, IPI, Livro Diário, Livro Razão, Livro de Inventário, Livros Auxiliares, Lalur, etc. Nós fizemos esse trabalho de Certificação Digital no Brasil inteiro e chegamos a um custo médio de uma encadernação custar R$ 20,00, um livro de 200 páginas custar em torno de R$ 16,00, então, com uma média de oito livros por ano, o seu gasto seria de R$ 288,00. Ou seja, em três anos, eu gastaria R$ 864,00 com esses livros. Com o Certificado Digital, eu posso utilizar o SPED, que custa R$ 215,00. Então, além de agilizar o meu trabalho, eu economizo R$ 649,00 para o meu cliente. E não estou considerando todo o custo operacional de deslocamento, tempo de preparo, armazenamento e guarda. Isso também será falado logo em seguida pelo próximo painelista.

Ainda dentro do SPED, a informação que eu tive é que os Cartórios de Registro de Pessoas Jurídicas ainda não estão no SPED. Ou seja, nesse caso, ainda teremos que fazer o livro. Espero que, em breve, eles entrem nesse sistema também.

No caso do domicílio tributário, você pode criar um domicílio tributário dentro do e-CAC, só que tem que tomar cuidado porque toda e qualquer notificação ou ação vai para esse domicílio. Então, você tem que entrar, fazer o convênio e semanalmente ter o hábito de verificar se não tem nenhuma notificação entrando lá, porque, se entrar uma notificação e você não responder, vai correr à revelia.

Já partindo para o segundo item, quem tem empresas de comércio exterior, toda e qualquer transação via radar requer, obrigatoriamente, a utilização do e-CPF. Ou seja, a transação tem que ser feita pela pessoa física, obviamente, passando a procuração para o *trade* que vai fazer o processo de nacionalização ou exportação do produto.

No caso do Poder Judiciário, em toda a parte de Varas Trabalhistas já se pode fazer o processo pela Certificação Digital. No caso da Justiça Federal, nas sentenças também já está sendo utilizada a Certificação Digital. Está aqui: "Documento eletrônico assinado digitalmente, conforme a Medida Provisória ... Nome da Juíza ... Série do Certificado ... data e hora em que ela expediu a sentença". Ou seja, é um documento extremamente válido e simples. Isso significa que eu não preciso ir ao fórum pedir cópia da sentença. Eu já recebo automaticamente.

Ainda dentro do Poder Judiciário, na parte de perícias judiciais, você pode protocolar eletronicamente uma peti-

ção, um laudo judicial, uma contestação. Ou seja, você resolve uma série de problemas, como locomoção, estada – se você tiver que se deslocar para outro estado ou município –, diárias, enfim, é um custo que você elimina e, acima de tudo, agiliza o processo.

No caso do sistema financeiro, o Banco do Brasil é um dos únicos bancos que já está utilizando o acesso às suas contas com o A-3. Conseqüentemente, ele libera automaticamente a movimentação de R$ 1.000,00 por dia para R$ 30.000,00, com a Certificação Digital. Então, com o Certificado Digital, a gente elimina aquela senha, contra-senha, etc. A Febraban já está fazendo um trabalho após detectarem que não adianta criar uma estrutura nos seus bancos sem o Certificado do ICP Brasil, que é um certificado altamente seguro. Há vários *hackers* tentando quebrar esse Certificado e até hoje ainda não conseguiram. Então, com o Certificado A-3, você acessa o Banco do Brasil. Ele pede a agência e o número da conta e nem pede a senha do banco. Ele vai pedir a senha do seu Certificado, ou seja, o PIN. Este é o acesso. Clicando aqui, você entra na conta. É como seu eu pegasse a minha identidade e fosse lá no caixa do Banco do Brasil e sacasse um cheque. Então, tomem cuidado. Não passe o Certificado porque o cidadão que conhecer isso pode fazer um estrago na sua conta e não tem como discutir, pois você não tem como explicar porque passou o seu certificado para terceiros. É a sua identidade. Não vai ter processo nenhum que dê jeito nisso.

No caso de contratos de câmbio, você que tem uma empresa multinacional e que tem que liberar os contratos de câmbio poderá fazer todo esse processo com remessa de recursos para o exterior, etc., enfim, agiliza também o processo.

No caso do Governo Eletrônico e das compras governamentais, temos o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores e o Pregão Eletrônico com Certificação Digital. O Pregão Eletrônico só pode ser feito com Certificação Digital senão como é que eu vou saber quem está dando o lance, se é a pessoa jurídica, a pessoa física, etc., dependendo da forma como você está fazendo aquela licitação.

Temos também as Bolsas Eletrônicas de Comércio (BEC). Isso já é utilizado pelo Governo do Estado de São Paulo. É um mecanismo de compra que permite maior transparência, economia em compras realizadas por entidades governamentais. Isso é para dar credibilidade e ter um controle maior.

Todas as prefeituras vão ter acesso à parte de informações do SPED e todas elas terão que, obrigatoriamente, ter Certificação Digital, senão não tem como acessar.

A mesma coisa acontece com as Juntas Comerciais para poderem registrar os livros. A Fenacon fez uma parceria com as Juntas Comerciais e cedeu, gratuitamente, um Certificado de Servidor, que é um certificado especial para autenticar todos os livros. Em Santa Catarina, por exemplo, nós estamos tendo um problema sério. Nós entregamos um livro em abril e o recebemos em dezembro, com data de dezembro. Se eu pegar um fiscal que quiser me complicar a vida, ele vai dizer que eu registrei o meu livro fora da data tempestiva. Eu estou pegando os protocolos e colando dentro do livro. Então, fica complicado.

As Secretarias Estaduais também vão ter que ter Certificação Digital. Os Cartórios de Registro de Títulos e Docu-

mentos também estão procurando um sistema em que a parte de registro de contratos será automática. Temos também o Cartório Eletrônico. Ao entrar no Cartório Eletrônico, você pode tirar Certidão de Protesto, negativa ou positiva; no Cartório de Registro Civil, pode obter Certidão de Nascimento, Casamento, Óbito; no caso do Cartório de Registro de Imóveis, você pode tirar a Certidão Negativa de Propriedade, Certidão de Inteiro Teor, Certidão Vintenária, Certidão Negativa de Ônus e Ações; na parte de Tabelionato de Notas, você pode tirar a Certidão de Escritura Pública e Certidão de Procuração. Ou seja, com a Certificação Digital, você entra, clica, emite o boleto, paga e recebe pelo correio. Como o Hélio falou, temos:

o correio eletrônico (e-mail), que identifica a identidade do emissor e garantindo a integridade e a inviolabilidade do conteúdo da mensagem enviada;

as Homologações das Rescisões Trabalhistas. Todas as homologações de rescisões de contrato de trabalho serão feitas via internet e, conseqüentemente, com o uso de Certificação Digital;

a Troca de Informações de Saúde Suplementar (TISS). Quem tem empresa com plano de saúde terá que obrigatoriamente fazer toda a transferência de dados para a ANS via Certificação Digital;

o B2B ou B2C, ou seja, o relacionamento de empresas no comércio eletrônico. Como é que eu vou saber que a Empresa A está comprando de mim ou o Consumidor A está comprando de mim? Com a Certificação Digital, nós quebramos essa dúvida;
o Sisbacen. Quem tem empresa multinacional tem que fornecer os dados para o Banco Central, de movimentação de câmbio ou de aporte de capital. O Programa PASC–S10 do Banco Central também já prevê a utilização da Certificação Digital;

o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Todo o sistema de e-marcas do e-INPI, você pode mandar eletronicamente, sem ter que protocolar manualmente. Isso possibilita o cadastramento de Marca, uso do Sistema de Vista Eletrônica de Petições, com a utilização do Certificado Digital para e-marcas e vista eletrônica de petições. Aqui também há previsão de procuração.

A Caixa Econômica Federal também prevê a adoção do A-3 no lugar do Certificado de Conectividade por uma questão de segurança. Então, em um curto espaço de tempo, toda a parte de conectividade vai ter que migrar daquele certificado simples que eles têm para o A-3.

No caso do Prouni, do MEC, a Certificação Digital é exigida na tramitação de informações com as instituições de ensino partícipes, ou seja, todas as entidades que mandam as informações têm que ter Certificação Digital.

Ainda dentro do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias (Siprev) os estados e as prefeituras prestam contas ao Ministério da Previdência dos benefícios pagos aos servidores e aposentados. A Certificação Digital é exigida na tramitação dessas informações, até para poder validar seu conteúdo.

A Associação dos Registradores de São Paulo permite ao cidadão solicitar Certidões Digitais de Registro de Imóveis na capital de São Paulo. Isso é uma parceria com o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil. O *site* é www.arisp.com.br.

O Ofício Eletrônico permite ao Poder Público consultar a ocorrência existente no Registro Imobiliário, mediante a autenticação e o uso da Certificação Digital. Ou seja, ele tem acesso à informação de como está ocorrendo o Registro Imobiliário, também com Certificação Digital.

E, por último, concluindo, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, todos os atos são assinados digitalmente pelos deputados. Não existe mais a tramitação de papéis. Pela informação que nos foi passada, isso está gerando uma economia de uma tonelada de papel por mês. Imaginem o que isso representa!

Se vocês quiserem acessar tudo isso que eu falei, há uma Cartilha de Benefícios no endereço www.acfenacom.com.br/benefícios. O seu cliente pode acessar essa Cartilha de Benefícios, que é uma cartilha digital e que é usada como se fosse uma revista mesmo. Você movimenta e tem todos os itens. Tudo o que eu falei aqui para vocês está explicado de forma mais resumida.

Era isso. Muito obrigado.

Valdir Pietrobon – Coordenador: Obrigado, Victorino e parabéns pela apresentação. Foi fantástico. Vamos agora para o nosso terceiro palestrante, Joacir Antonio Padilha. Ele é Bacharel em Ciências Contábeis, Pós-Graduado em Administração, especialização em Marketing e Desenvolvimento Gerencial, professor universitário, com mais de 25 anos de experiência em Controladoria de Empresas, como Sadia, Chapecó e diversos escritórios de contabilidade, ocupando cargos de decisão.

O Joacir vai fazer uma palestra sobre como a Certificação Digital vai funcionar dentro das nossas empresas. A Sadia já está fazendo isso. Isso é muito importante porque todos nós estamos ansiosos por saber como isso vai funcionar na prática.

Joacir Antonio Padilha – Sadia: Bomdia a todos. Em primeiro lugar, eu quero agradecer pela oportunidade de estar aqui. A minha missão aqui é contar para vocês um pouco da nossa experiência no desenvolvimento do Projeto SPED.

Vamos falar um pouco da nossa empresa, da origem e das premissas do SPED, da abrangência e da obrigatoriedade, ou seja, do projeto propriamente dito, com seus resultados e benefícios, os próximos passos e uma visão de futuro.

A Sadia é uma empresa brasileira que está no mercado há mais de 60 anos e sua missão é alimentar consumidores e clientes com produtos saborosos e saudáveis com soluções diferenciadas. Estamos distribuindo produtos a todos os continentes e a nossa visão é sermos reconhecidos pela competitividade em soluções de agregação do valor e respeito ao crescimento sustentável na cadeia de valor.

Nossa cadeia de suprimentos é bastante longa e vem desde a compra do grão e o relacionamento com produtores rurais, misturado a isso o desenvolvimento genético. Passamos para as fábricas e distribuímos mais de 2.100 toneladas de alimentos, por ano, para 96.000 clientes diretos no Brasil e 476 no exterior.

Estamos localizados no Brasil com 24 fábricas (unidades produtoras), 15 filiais de venda e 13 centros de distribuição espalhados no Brasil inteiro, mais notadamente nas regiões Sul e Sudeste. No mundo, também temos três unidades produtoras e 11 filiais de venda.

Em relação à nossa estrutura operacional, faturamos quase 10 bilhões de reais/ano, com 800 itens comercializados no Brasil e 130 países. Então, esse é o nosso portifólio de produtos; geramos 60.000 empregos diretos entre a Sadia e as parcerias; temos 58 estabelecimentos comerciais em 17 estados da Federação; são 96.000 clientes diretos e 60.000 materiais movimentados. Isso dá para se ter uma noção da diversidade e do universo que encontramos para colocar todas essas informações no SPED. Foram 1.2 milhões de Notas Fiscais emitidas ou recebidas, por mês, em 17 estados; 30 milhões de lançamentos contábeis/mês, o que significa 164.000 folhas de papel por mês, obviamente, se nós fôssemos imprimir. Nós não imprimimos, é claro.

Em relação ao nosso desempenho operacional, somos uma empresa que tem um desempenho crescente e uma meta de crescer cada vez mais, dobrando de tamanho a cada cinco anos.
Aqui está a nossa atuação. Trabalhamos com produtos industrializados, com aves, suínos, bovinos e temos distribuição em mais de 180 países nos quatro cantos do mundo.

Quais são as premissas do Projeto SPED? Nessa primeira fase, o SPED contempla: a Nota Fiscal Eletrônica; o Frete Eletrônico, que vai entrar em operação agora em outubro, aqui no Rio Grande do Sul; a Escrituração Contábil Digital; e a Escrituração Fiscal Digital.

Esse projeto começou com a MP 2.200, em 2001, quando se criou a Certificação Digital. A Emenda Constitucional 42 e o Decreto 6.022/07 regulamentaram todas as exigências e o que nós precisamos fazer em Certificação Digital. Obviamente, essas são as principais legislações e depois vêm as legislações acessórias.

O SPED tem as seguintes premissas:

Pauta-se pela parceria entre o Fisco e as empresas. Acho que é a primeira vez que a gente vê o Fisco chamar órgãos reguladores e empresas para definir uma legislação. Normalmente, é: "Leia e cumpra-se".

Permite a padronização e o compartilhamento de informações.

Permite a substituição gradativa de obrigações acessórias. Por exemplo, nós já não temos mais o Livro Contábil em papel ou microficha, que era como nós vínhamos fazendo. Já o substituímos pela Escrituração Digital. Essa já é uma realidade. Aliás, a Sadia é a terceira empresa no Brasil que já entregou o Livro Contábil.

Novas tecnologias: certificação digital, arquivos magnéticos e ambiente Web.

Outros benefícios: redução de custos; possibilidade de B2B (transferência de arquivo eletrônico para seus clientes); agilização de entrada de produtos e mercadorias nas empresas; relacionamento diferente com o Fisco.

A construção coletiva desse projeto começou em 2001, com toda a legislação que já mencionamos, mas em 2005, as empresas foram convidadas para participar do projeto. Além da Receita Federal, das Receitas Estaduais e das Prefeituras, foram convidados também todos os órgãos reguladores para definirem o que se pretendia com o SPED (*layout*, informações que entrariam, ou não, etc.). Desde os meados de 2005, estávamos trabalhando nisso para definir esse *layout* que está publicado aqui hoje. Naturalmente, ele vai sofrer alterações e aperfeiçoamentos para que se chegue a um consen-

so do que é razoável e necessário para simplificar de fato a vida dos nossos contadores. Foram convidadas 60 empresas a participarem do projeto; 19 delas aceitaram o convite da Sadia e nós passamos a participar de reuniões periódicas, nas quais fomos definindo e validando aquilo que se tem hoje.

Qual é a abrangência do SPED?
Partindo de um *layout* padrão que a Receita Federal e aqueles organismos construíram, você tem que buscar no teu banco de dados informações nos teus sistemas, sejam eles quantos e quais forem, para você povoar e alimentar essas informações dentro desse *layout* padrão. Isso vai gerar um arquivo texto, no qual vai a assinatura digital, que já foi mencionada aqui. Faz-se o requerimento e valida-se. Nessa validação, o programa vai verificar se todos os campos obrigatórios estão devidamente preenchidos, como já é feito na nossa Declaração de Imposto de Renda hoje, e se as informações que estão lá são pertinentes. Depois, é só assinar, requerer, visualizar e transmitir. Essa transmissão vai para um repositório nacional do SPED e todos os organismos terão acesso àquela parte que a legislação permite. Por exemplo, o Banco Central tem acesso ao balanço dos bancos e assim por diante.

Da mesma forma, com o SPED Fiscal. O *layout* é o mesmo. A diferença é que, no caso do SPED Fiscal, você manda o arquivo para o Serpro e ele o transmite para as Secretarias de Fazenda da sede do estabelecimento. Então, há a mesma dinâmica de assinatura e validação: você manda para o SPED e ele manda para as Secretarias de Fazenda.

No caso da Nota Fiscal Eletrônica, estão envolvidos mais organismos porque você faz a Nota, manda para a Sefaz de origem, ela faz a validação, assina digitalmente, devolve um protocolo dizendo que aquela nota é válida, atesta a validade jurídica e, em seguida, transmite para a Sefaz de destino, para a Receita Federal, para a Suframa, para o Detran, enfim, para todos os organismos, que, dependendo da atividade da empresa, necessitam da informação da Nota Fiscal Eletrônica. Por exemplo, na confecção do PIN na Suframa, demorávamos em torno de uma hora para digitar todos os produtos e fazer toda a validação. Hoje, fazemos isso em 30 segundos porque eu mando a chave de acesso para a Suframa e ela já acessa todas as informações pertinentes ao PIN. Já é um ganho que tivemos.

Outro organismo que eu não poderia deixar de citar é a Sefaz Virtual. É um ambiente que temos hoje no Serpro e na Companhia de Processamento aqui do Rio Grande do Sul – Procergs, que é capaz de enviar a Nota Fiscal Eletrônica para qualquer Secretaria de Fazenda. Por exemplo, o Estado de Santa Catarina, do Rio de Janeiro, do Maranhão e do Piauí não têm estrutura de informática para validar a Nota Fiscal Eletrônica. Eles fazem isso através da Sefaz Virtual, que valida a nota e devolve para eles a informação. Obviamente, cada estado vai usar a sua política, e a maioria deles tem estrutura para fazer essa validação. As duas maneiras são corretas. É apenas uma observação.

Outra coisa interessante, principalmente, para as empresas que emitem de 150 até 200 notas por dia, é o Emissor de Nota Fiscal Eletrônica, que está disponível no *site* da Receita Federal. Ao acessar a página da Receita Federal, você tem a possibilidade de fazer a instalação do programa, pois existem vídeos de autotreinamento que permitem a instalação

do programa na sua máquina e, a partir daí, você poderá emitir a Nota Eletrônica sem fazer grandes investimentos em tecnologia. Basta ter o equipamento de informática e uma linha de internet. Obviamente, nesse caso, você vai usar um domínio público, ou seja, várias pessoas estarão utilizando esse emissor, então, você não vai ter prioridade em um sistema que você criou e determinou a banda. O recibo é bem parecido com aquele da nossa Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física.

Então, para fazermos 27 milhões de registros, demoramos 15 horas para gerar no sistema, cinco horas para validar e 25 para transmitir um arquivo de três gigabytes, em um horário normal, concorrendo com as ações normais da companhia, em um link de seis gigas que é utilizado para todas as operações. Então, nós não paramos nada para transmitir o SPED.

No Estado de São Paulo, fomos também uma das primeiras empresas a entregar. Em um estabelecimento de 10.000 notas/mês, demorou uma hora para gerar, 30 minutos para validar e cinco para transmitir. No Estado de Minas Gerais, nós somos a primeira empresa a entregar. Em um estabelecimento de 70.000 notas, demoramos duas horas para gerar e 10 horas para transmitir no mesmo servidor. No Estado de Goiás, também em um estabelecimento médio, demoramos uma hora gerar e cinco minutos para transmitir um arquivo de 3 megabytes. Paraná, Santa Catarina e Ceará já têm os links aprovados e, nos demais estados, a previsão é de que, em outubro, estejam todos liberados para a entrega.

Quais são os benefícios que a companhia teve com isso?
Redução de 82% nos gastos com Formulários de Nota Fiscal. Para quem emite 750.000 por mês, é um número interessante.

Eliminação dos custos de geração de microfichas contábeis. Era a maneira que a gente vinha fazendo o Diário Contábil.

Eliminação de arquivos físicos.

Simplificação do processo de faturamento. Hoje, se eu quiser, posso fazer faturamento remoto em qualquer lugar do mundo.

Início de troca de arquivos eletrônicos com o cliente. Hoje, já mandamos o arquivo XML para vários clientes da Nota Eletrônica. Ele pode pegar esse arquivo e jogar dentro do sistema dele, eliminando conferência e digitação, com absoluta segurança. Já estamos fazendo isso com vários clientes nossos hoje.

Simplificação e segurança no processo de remessas internas de mercadoria. Com a Nota Eletrônica, posso mandar a chave de acesso para quem eu quiser.

Segurança da informação.

Com o papel necessário para imprimir todos esse Livros e Notas Fiscais significaria que derrubaríamos 2.050 árvores por ano.

A nossa meta para 2009 é:
Redução de 90% dos gastos com Formulários de Frete.

Eliminação dos custos de geração de Livros Fiscais.

Eliminação de arquivos físicos.

Simplificação do processo de faturamento.
Massificação da troca de arquivos ele-

trônicos com os clientes e os fornecedores. Ou seja, da mesma maneira que mandamos os arquivos eletrônicos, pretendemos também receber os arquivos eletrônicos para automatizar as entradas na companhia.

Centralização do processo de entrada e validação fiscal. Isso vai dar muito mais segurança.

Segurança da informação.

Quais são os próximos passos?

A Nota Fiscal de Serviços. Devemos ter notícias disso no ano que vem.

Aperfeiçoar os sistemas. Estamos entregando arquivos para os estados e estamos conversando com eles e discutindo maneiras de se aperfeiçoar o que se tem hoje. Estamos vendo se aquilo que o estado está pedindo realmente é possível. Tem uma discussão muito séria sobre essa questão de informar documento a documento. Isso é difícil de ser feito em função do volume, mas vamos ter que conversar com os estados para que haja um bom senso. Isso tudo está sendo aperfeiçoado e é por isso que a obrigatoriedade está indo por faixas, para que se tenha um ganha-ganha.

Central de Informações. É o Balanço Digital, com todas as informações do Lalur, das Notas Explicativas, etc. Tudo isso é feito de forma digital. Isso já existe em vários países do mundo, por meio da linguagem do XBRL.

O SPED Previdência, que provavelmente chega em 2010.

Qual é a visão de futuro que se tem de um projeto como esse?

Quem me mandou essa figura foi o meu amigo Jorge Campos, e eu acho que ela nos transmite essa mensagem final. Vamos passar de uma situação assim para essa outra. Obviamente, temos um desafio muito grande a enfrentar, de tecnologia, de comunicação e, principalmente, o investimento em pessoas. Certamente, os nossos operadores da Contabilidade e da área fiscal fizeram a diferença e isso faz com que consigamos entregar os arquivos validados em vários estados e para a Receita Federal. Obrigado.

Valdir Pietrobon – Coordenador: Obrigado, Joacir. Vocês devem ter visto a importância desse assunto. Com as mudanças que vamos ter pela frente, tenho certeza de que quem não se atualizar vai ficar no caminho. Acho que, até que enfim, vão terminar os "Darfistas", aquelas empresas que só fazem DARF.

Eu queria pedir a vocês um minuto de atenção porque vamos ter mais 10 minutos de uma apresentação da Caixa Econômica Federal. Vocês sabem que a Caixa é patrocinadora deste evento e nós só conseguimos fazer um evento desses com os patrocinadores. Então, vamos dar atenção também a esse pessoal da Caixa. Eles vão ter 10 minutos para falar a respeito dos produtos deles. É assim que funciona. Se nós não tivéssemos patrocínio, com certeza, este evento não teria sido realizado. Então, eu queria chamar aqui o Plínio Bobinock. Ele é Graduado em Matemática pela Universidade Federal de Caxias e possui pós-graduação em Gestão de Pessoal pela Faculdade de Farroupilha. Ele é o atual gerente da Caixa Econômica Federal de Caxias do Sul.

Plínio Bobinock – Caixa Econômica Federal: Bom-dia a todos. Obrigado pelo espaço. Eu venho aqui falar um pouqui-

nho da Caixa Econômica Federal. Acho que a CEF não poderia, em nenhum momento, deixar de ser um apoiador desse evento, pela proximidade que tem com os contadores e os clientes de vocês. No início da minha conversa, eu gostaria de agradecer a parceria dos contadores na utilização do Conectividade Social, que é o nosso portal eletrônico, a nossa Certificação Digital. Trazemos alguns números da utilização do Conectividade Social e da importância que ele tem para o trabalhador, para a CEF, para o escritório de contabilidade e para o cliente de vocês. Na verdade, 95% dos desligamentos hoje já são feitos via Conectividade Social. Há algumas regiões em que esse percentual é ainda maior e esses números só são obtidos com a parceria de vocês.

O outro programa da CEF, que tem muito do trabalho de vocês, é o PIS-Empresa. Com ele, o trabalhador recebe o abono ou os juros do PIS, que são creditados em conta. Isso também é feito via Conectividade Social. Esse sistema facilita a vida do trabalhador, evitando que ele tenha que ir à Caixa para receber esses recursos. O Programa PIS-Empresa, feito via Conectividade Social, já credita esse dinheiro na conta do trabalhador. O pior cenário é quando ele não vai até a Caixa e deixa de receber esse recurso. Esse é um trabalho feito em conjunto: CEF e contadores, e tem muito da participação de vocês. Queremos deixar aqui o nosso agradecimento. Estamos presentes como apoiadores e, com certeza, continuaremos, pela importância que esse programa tem.

A CEF também tem uma atuação forte com os micros, pequenos e médios empresários, que também são clientes de vocês. Essa nossa atuação se deve muito à parceria que vocês têm como consultores e orientadores desses clientes de vocês e nossos.

Eu vou abordar algumas questões, mais especificamente no que se refere ao crédito, lembrando que o crédito está em expansão e já chega a 37% do PIB e tem muito espaço ainda para crescer. Então, eu vou falar de algumas linhas de crédito e, mais do que isso, vou dizer o que a CEF tem feito para estar junto nesta parceria com vocês.
No caso do Caixa Empresarial, o nosso objetivo é o mesmo que o de vocês, ou seja, o sucesso das empresas no País. Não preciso falar aqui da importância e do significado que tem o micro e o pequeno empresário no contexto total do País.

No caso do Caixa Mais Empresas, a Caixa é um agente do Governo e o Governo tem incentivado a alavancagem do crédito. Os números mostram que o crédito vem subindo. Ressaltamos a importância do micro, do pequeno e do médio empresário e a Caixa também prima muito pelo desenvolvimento sustentável e geração de emprego e renda. Essa é uma política do governo e temos algumas linhas de crédito específicas, com alguns atrativos a mais. Vocês, como consultores, poderão disponibilizar isso para os clientes de vocês. Os contadores são grandes consultores e têm ajudado muito a Caixa e, por isso, fica aqui mais uma vez o nosso agradecimento.

O que é que a Caixa tem feito para estar com vocês nessa parceria? Temos um segmento específico nas agências para atendimento às empresas. Toda a agência da Caixa tem um gerente empresarial com apoio e uma estrutura específica para atender às empresas. A Caixa também tem investido forte na inauguração de novas agências e tem expandido a rede de atendimento para

Plínio Bobinock

estar mais próxima de vocês. Temos uma oferta expressiva de recursos para capital de giro. A Caixa tem redesenhado produtos e disponibilizado novas linhas de crédito, buscando parcerias para disseminação dessas informações e ganhos de escala. É nisso que vocês têm nos ajudado.

Nossas linhas de crédito são focadas em três pilares: capital de giro puro, antecipação de receita e financiamento para investimento. Nas linhas de investimento, temos coisas novas e esse é um produto que pode ser utilizado pelos clientes de vocês. Como soluções para investimento, temos o Proger, que é uma linha de investimentos com recursos do FAT, com pagamento em até 48 meses e juros de TJLP mais 5%, com possibilidade de capital de giro. São linhas para investimento: compra de mobiliário, pequenas reformas, computadores, máquinas, equipamentos, veículos e possibilidade de capital de giro. Com seis meses de carência, é um produto que está na prateleira da CEF há bastante tempo. Vocês já devem ter conhecimento, mas procurem o gerente da Caixa mais próximo de vocês e ofereçam para os seus clientes.

O Finame é mais para indústrias e tem um prazo de 60 meses, com carência de até 12 meses. A notícia que temos é que ele será liberado com um prazo de 120 meses, TJLP mais 6.5% para o micro e o pequeno empresário. É uma operação com recursos do BNDES e que é bastante utilizada na rede.

[...]

AUDITÓRIO JOSÉ LUTZEMBERGER

VII FÓRUM BRASIL DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Mestre de cerimônias: Sejam bem-vindos ao VII Fórum Brasil dos Estudantes de Ciências Contábeis. Este evento conta com o patrocínio do Sebrae Nacional, da Caixa Econômica Federal e da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon). Em nome dos promotores deste evento, registramos os agradecimentos a todos os parceiros e patrocinadores que tornaram possível o êxito deste Congresso.

O Conselho Federal de Contabilidade criou, em 2002, na gestão do Presidente Alcedino Gomes Barbosa, o Projeto Nacional de Integração Estudantil do CFC. Nesse intuito, formou a Comissão de Integração Estudantil, com enfoque educacional e social, em face da importante participação dos estudantes no desenvolvimento da classe contábil e da sociedade. Atualmente, essa Comissão é coordenada pela contadora Jucileide Ferreira Leitão, do Rio Grande do Norte, e composta pelos seguintes estudantes do curso de Ciências Contábeis: André da Rosa Gonçalves, de Santa Catarina; Xilene de Oliveira Cardoso, do Amazonas; Carlos Eduardo Otto da Silva, de Mato Grosso do Sul; Débora Muniz Couto, do Maranhão; e Arceli Chaves, de Minas Gerais. O projeto pretende incentivar a integração e o envolvimento dos estudantes com os assuntos de interesse dos contabilistas.

O Conselho Federal de Contabilidade propõe uma valorização da participação estudantil no Sistema CFC/CRCs e no meio acadêmico, levando-se em consideração que, atualmente, os cursos de Ciências Contábeis no Brasil congregam cerca de 250.000 estudantes, com uma média de 900 instituições de ensino. Para o CFC, os estudantes são o futuro da profissão, responsáveis pela manutenção da qualidade profissional e pela continuação dos projetos desenvolvidos hoje pelas entidades contábeis.

Informamos-lhes que os Certificados de Participação do Fórum estarão disponíveis a partir das 14 horas e os Certificados de Participação no Congresso já estão à disposição de todos.

Convidamos para compor a Mesa, como coordenador deste Fórum, o contador Weberth Fernandes. Ele é Especialista em Auditoria e Perícia Contábil. Foi presidente da Federação Nacional dos Estudantes de Ciências Contábeis e integrante do Projeto Nacional de Integração Estudantil do Conselho Federal de Contabilidade. Atualmente, é diretor executivo do Sescon/Goiás e coordenador-geral do CRC Jovem do Estado de Goiás.

Convidamos também para compor a Mesa, representando os Acadêmicos de Ciências Contábeis e a Comissão de Integração Estudantil do CFC, a estudante Xilene de Oliveira Cardoso.

É com satisfação também que convidamos os nossos palestrantes que irão proferir a palestra intitulada "Comunicação: Ferramenta-Chave para Contabilizar Sucessos", a contadora professora Jucileide Ferreira Leitão e o advogado Dr. Carlos

Organização
FBC
FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE CONTABILIDADE

Márcia Chacon, Jucileide Ferreira Leitão, Weberth Fernandes, André da Rosa Gonçalves, Xilene de Oliveira Cardoso e Dr. Carlos Conce.

Conce, Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Convidamos ainda a professora Márcia Chacon, que irá proferir a palestra intitulada "O Perfil do Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis".

Passamos de imediato a palavra ao nosso coordenador, Weberth Fernandes, para a condução dos trabalhos deste Fórum.

Weberth Fernandes – Coordenador: Bom-dia a todos. Em nome da Mesa e em nome do Conselho Federal de Contabilidade e de todos os estudantes que integram esse magnífico evento, nós damos as boas-vindas a todos os acadêmicos que aqui se encontram, aos professores e aos coordenadores de cursos que acompanham os trabalhos desta Comissão e aos profissionais que também estão acompanhando o andamento dos trabalhos da Comissão de Integração Estudantil, fomentando a participação importante dos Acadêmicos de Ciências Contábeis, cada vez mais dentro do processo do sistema contábil brasileiro.

Bem-vindos também ao VII Fórum Brasil dos Estudantes de Ciências Contábeis, que traz o seguinte tema: "Comunicação: Ferramenta-Chave para Contabilizar Sucessos".

Hoje, honra-nos muito a participação dos seguintes palestrantes: a minha querida amiga professora e contadora Jucileide Ferreira Leitão. Ela é técnica em contabilidade, contadora, empreendedora contábil, professora Universitária, membro da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte, de 1995 a 1998, pesquisadora com trabalhos publicados no Brasil e no exterior, conselheira do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Norte, de 1994 a 2003. Foi presidente do Conselho Regional do Rio Grande do Norte, no período de 2000 a 2001 e novamente de 2002 a 2003. Foi membro do Projeto "Ser Mulher Contabilista", de 2002 a 2003 também. É representante da Comissão da Integração Regional do Conselho Federal de Contabilidade, na Região Nordeste, de 2002 a 2003. É Especialista em Auditoria pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Controladoria pela Universidade Potiguar. Foi conselheira suplente e membro da Câmara de Controle Interno do Conselho Federal de Contabilidade, em 2004 e 2005, e coordenadora do Projeto de Integração Estudantil do CFC, conselheira efetiva e membro da Câmara de Controle Interno do Conselho Federal de Contabilidade, de 2006 a 2009. É também graduanda em Direito pela Universidade Potiguar do Rio Grande do Norte.

Também vamos ter a honra de ter Carlos Conce como palestrante desta manhã. Ele é Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e referenciado nacionalmente pelas Revistas Exame, Vencer, Cláudia, entre outras. É Graduado em Comunicação, Letras e Direito e possui curso de especialização em Comunicação e Cultura e Comportamento Organizacional. Tem formação em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo. Tem formação em Comunicação e Liderança pelo Kevin Institute dos Estados Unidos. Atuou como executivo no Banco do Brasil durante 10 anos. É diretor do Instituto Carlos Conce, o segundo maior centro de ensino, pesquisa e extensão de comunicação verbal do País.

Hoje, nossa Mesa está rica em um tema atípico, mas de suma importância para nós, contabilistas, futuros contabilistas e atuais contabilistas.

Também temos aqui abrilhantando o nosso trabalho, e também vai estar nos repassando seus conhecimentos, a professora Márcia Chacon, a quem damos as boas-vindas.

Para começar nossos trabalhos, vamos passar a palavra à professora e contadora Jucileide Ferreira Leitão.

Jucileide Ferreira Leitão – Coordenadora da Comissão de Integração Estudantil do CFC: Nossa especial saudação aos presentes. Cumprimentamos esta ilustre Mesa, na pessoa do nosso querido amigo, Carlos Conce. Cumprimentamos nossos acadêmicos, em nome da Xilene, da Comissão de Integração do Conselho Federal de Contabilidade, aqui representando a região Norte, e os demais estudantes que aqui estão. Cumprimentamos os nossos queridos professores, em nome da nossa querida amiga, professora Márcia Chacon, e os nossos empresários da contabilidade, os contabilistas de todo o Brasil, em nome do nosso querido amigo Weberth Fernandes. Cumprimentamos os conselheiros do Sistema Contábil Brasileiro e todos os brasileiros que se fazem aqui presentes nesta manhã, para discutirmos um tema totalmente interligado à nossa vivência pessoal e profissional.

Para nós é um motivo de satisfação participarmos deste 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade e também na condução dos trabalhos do VII Fórum Brasil dos Estudantes de Ciências Contábeis. É o momento oportuno para tratarmos a nossa interligação com toda a comunidade acadêmica e o sistema contábil brasileiro. Esse é um momento especial que escolhemos para estarmos nessa bela cidade de Gramado. É pena que já está terminando, mas tudo continua a partir do momento da nossa comunicação interpessoal com todos durante esta semana.

Iniciando as nossas reflexões, vamos pensar a linguagem separada do homem em todos os seus atos, instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, sentimentos, emoções e esforços, pois com ele influencia e é influenciado. Vamos observar que, a partir dessa linguagem, temos a comunicação como presença no nosso dia-a-dia. Não podemos sobreviver sem a comunicação. É claro que essa comunicação faz parte, seja no âmbito pessoal, seja no âmbito profissional. Daí, esse grande elo da linguagem dentro desse processo da comunicação. Vamos observar que, nesse processo de linguagem, temos a socialização do homem. Essa socialização nos traz a moralidade, sendo que, como ser do ser, se constrói o processo de comunicação. A Patrícia Bresser nos chama à reflexão dessa moralidade do ser dentro dos contextos social, histórico e cultural. Isso é fundamental para ingressarmos em uma academia profissional e vocês todos estão de parabéns: profissionais e futuros profissionais, porque escolheram a ciência contábil. Para nossa satisfação, temos a discussão central do nosso Congresso –"Contabilidade: ciência a serviço do desenvolvimento".

Fazemos parte desse contexto e, a partir deste momento, precisamos entender que cultura e homem se alimentam e se implicam em existência. Todo o fenômeno de cultura só funciona porque é também um fenômeno da comunicação. Então, o processo da comunicação aqui trabalhado traz realmente esse resumo para todos nós. Não precisamos ser grandes oradores; precisamos ter o conhecimento e o saber associados à sabedoria para que assim possamos

levar a nossa mensagem, para que assim possamos chegar ao nosso cliente e apresentar-lhe a nossa situação, a nossa visão profissional como executores, empreendedores da contabilidade brasileira e internacional.

A partir daí, caminhamos. O homem como sujeito de sua existência é sujeito de sua própria história, segundo o seu tempo e seu espaço. Dentro desse contexto, podemos associar o homem dentro da sua existência. Como começaria essa nossa comunicação? Com certeza, essa comunicação acontecerá a partir do primeiro momento que nós trabalharmos a linguagem do "eu". É esse "eu" que vai nos fortalecer dentro do nosso contexto profissional e pessoal. É esse "eu" que vamos trabalhar a partir da moralidade do ser, a partir do dever ser.

Daí, nós vamos fazendo uma caminhada histórica na evolução da nossa profissão contábil. Mas, antes, vamos a Machiavel: "Para predizer o que vai acontecer, é preciso saber o que ocorreu antes". Dentro desse contexto, situamos o Sistema CFC/CRCs e esse grande momento que estamos vivendo da integração estudantil. A partir de 1946 é que nós tivemos a nossa profissão devidamente regulamentada. Foi por meio do Decreto-Lei n.º 9.295, de 1946. Mas não pensem que, durante esse tempo anterior, a profissão contábil estava parada. Ela estava ativa. Ontem, nós tivemos a oportunidade de assistir àquela bela exposição do nosso querido professor Lopes de Sá, que navegou na história da Contabilidade do nosso País. Durante as discussões, vimos que já em 1924 nós já tínhamos instituições, associações e sindicatos que representavam a nossa categoria e os interesses da profissão contábil. Então, é a partir de 1946 que começa a grande evolução da profissão contábil, com a regulamentação da profissão. Na década de 50, nós já tínhamos Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade que tratavam dos serviços específicos da Contabilidade. A Resolução n.º 4.554 já obrigava cada um dos profissionais a declararem nos seus trabalhos a sua categoria profissional. Por quê? Porque, desde a regulamentação da nossa profissão, nós já tínhamos os técnicos em contabilidade e contadores, segundo o Decreto. Por isso, tínhamos essa obrigatoriedade. Estudantes de Contabilidade que já atuam no exercício profissional como técnico em contabilidade devem estar atentos. Enquanto não concluirmos o curso e tivermos o nosso registro do Conselho Regional, a sua categoria terá que ser de técnico em contabilidade. Isso é matéria de fiscalização do sistema contábil brasileiro. Se é técnico em contabilidade, terá que utilizar a categoria de técnico em contabilidade. Quando contador, após o registro, será contador. Na década de 60, evoluímos com a eleição dos conselheiros por meio de delegados eleitores, designados pelo sistema contábil brasileiro. Na década de 70, já tivemos a criação do Tribunal Superior de Ética Profissional, no âmbito do Conselho Federal de Contabilidade, e dos Tribunais de Ética Profissional, no âmbito dos Conselhos Regionais de Contabilidade. Foi lançada também a Medalha Mérito Contábil João Lyra. Hoje, nós consideramos como grande meio de comunicação a Revista Brasileira de Contabilidade. Esse é o momento de levarmos à sociedade toda a exposição do nosso pensamento contábil. Esse é o momento de divulgarmos, nesse contexto brasileiro e também internacional, o que a Contabilidade brasileira pensa a respeito da ciência contábil. Na década de 80, o Conselho Federal de Contabilida-

Jucileide Ferreira Leitão

de aporta para o processo de normatização do exercício profissional, trabalhando as Normas Brasileiras de Contabilidade, de natureza técnica e profissional. Esse processo foi fundamentado por meio dos Princípios Fundamentais de Contabilidade. Na década de 90, nós evoluímos quando chegamos à nova realidade do exercício da profissão contábil, com o Sistema totalmente implementado, com uma visão sistêmica. Ou seja, quando passamos a identificar no nosso contexto do sistema contábil brasileiro, todos os 26 estados brasileiros e o DF estavam representados no sistema contábil brasileiro. Esta foi uma grande conquista da profissão contábil e fechamos essa implementação de visão sistêmica já na gestão do contador José Maria Martins Mendes. Esse foi um grande avanço para o exercício da nossa profissão, para a representação do exercício profissional contábil.

Voltando na linha do tempo, temos o Programa de Educação Continuada – "Aprender a Aprender". Esta foi uma grande evolução, uma grande implementação da educação continuada. Neste momento, peço licença aos demais congressistas para citar que vocês, gaúchos, deram essa colaboração para o processo de educação continuada, com um grande pensador, um grande empreendedor contábil, nosso querido e saudoso Ivan Carlos Gatti. Nosso abraço e a nossa homenagem.

Daí, nós caminhamos para o aprimoramento para a seleção dos nossos profissionais que iriam chegar ao mercado de trabalho. O presidente José Serafim Abrantes, de uma forma bastante ousada, no ano 2000, começou a trabalhar o Exame de Suficiência. Demos continuidade a esse Exame de Suficiência e, em suas 10 edições, nós tivemos 150.000 candidatos e aprovação de 74.000. Ou seja, 50% do público que estava pretendendo chegar ao mercado de trabalho não tinha o mínimo conhecimento para o exercício profissional. Infelizmente, esse Exame de Suficiência foi suspenso devido a uma decisão judicial. Entrando para a década do séc. XXI, nós temos toda a evolução da profissão contábil dentro do contexto da Educação Continuada, onde temos a integração da profissão com o sistema contábil brasileiro. Chegamos aos Projetos de Integração do Sistema Contábil a partir da gestão do contador Alcelino, que conduziu o Projeto de Integração Estudantil do CFC.

Agora, gostaria de passar para vocês a mensagem do nosso querido professor Ynel Alves de Camargo, que não está conosco pela sua debilidade de saúde, mas está prestigiando esse 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade. Vejam o que o professor ynel pensava a respeito dos nossos acadêmicos, já nos anos 70.

Projeção de Vídeo:
Ynel Alves de Camargo, no período de 1974 a 1977, altera o Regimento do Conselho Federal e o modelo do Regimento Interno para os Conselhos Regionais e aprofunda o debate sobre as prerrogativas profissionais de contabilista.

Nós começamos a descaracterizar o Conselho como repartição pública, promovendo reuniões de todos os presidentes de Conselhos Regionais aqui e em todo o Brasil; começamos a realizar palestras, conferência e cursos em todo o Brasil. Então, houve uma revolução em termos de mentalidade e de estrutura. O que valeu muito foram justamente essas palestras e cursos que começamos a promover com uma intensidade muito grande. Isso ajudou muito

porque fomos atrás dos estudantes que eram os futuros profissionais de Contabilidade. É nessa concepção que o sistema contábil brasileiro está dando continuidade a essa visão do professor Ynel. É por isso que o sistema abraçou, entre os projetos de integração, o Projeto de Integração Estudantil.

Dentro dessa evolução histórica que passamos para vocês, tivemos uma grande vitória no sistema contábil brasileiro, que foi a representatividade no Conselho Federal de Contabilidade, por meio da aprovação da Lei n.º 11.160, em agosto de 2005. O que isso representou para toda a categoria profissional? É que a partir de 2006, o Plenário do CFC é formado por um representante de cada estado do nosso País. Anteriormente, apenas 15 estados brasileiros tinham assento no Plenário do CFC. Hoje, cada contabilista do nosso País tem o seu representante no Plenário do Conselho Federal de Contabilidade e nós, com certeza, nos orgulhamos de representar o nosso Estado do Rio Grande do Norte. Em 2006, comemoramos 60 anos. Somos uma instituição bastante jovem.

Agora, vamos passar a palavra para a nossa acadêmica Xilene.

Xilene de Oliveira Cardoso: Bomdia a todos. Meu nome é Xilene Cardoso e eu sou estudante da Universidade Federal do Amazonas. Estou no sétimo período. Eu vou fazer uma pequena apresentação sobre a Federação Nacional dos Estudantes de Ciências Contábeis. Vocês, estudantes, têm representação no CFC, em nível nacional, regional e estadual. Este momento é único porque acredito que estão aqui estudantes de todo o Brasil. Então, depois dessa palestra, eu gostaria que vocês entrassem em contato conosco, ou com o CRC do estado de vocês, para que possamos fazer a diferença. Nós somos a base. Então, começa aqui. Nós temos os Conselhos Nacionais das Entidades de Ciências Contábeis e um grande gestor, que é a Federação Nacional dos Estudantes de Ciências Contábeis (Fenecic) e também as Federações Estaduais. São muitas siglas, então, é bom que os estudantes vão se acostumando. Temos também as Executivas Regionais dos Estudantes de Ciências Contábeis, as Executivas Estaduais e todas elas estão geralmente ligadas aos Diretórios Acadêmicos. Então, como representantes das instituições de vocês, se organizem, entrem em contato com o Conselho Regional de Contabilidade para poderem se integrar mais dos assuntos em nível estudantil. E o que envolve tudo isso somos nós da Comissão Estudantil. Estamos batalhando para que as informações cheguem porque o estudante atualizado é o melhor profissional no futuro. Em 1996, tivemos o X Encontro Nacional dos Estudantes de Contabilidade. Este ano foi no Rio de Janeiro e estamos aguardando a decisão de onde será no ano que vem. O Conecic é o órgão máximo de representação dos estudantes de Ciências Contábeis e tem como principal objetivo estimular o desenvolvimento intelectual, político e social do acadêmico. A gestão de 2007 e 2008 está a cargo da Débora Muniz, do Estado do Maranhão. Temos o Américo Jardim como vice-presidente, a Poliana como secretária, a Roseana como tesoureira e os dois suplentes – o Andrey e o Madison.

Este é um pequeno gráfico das Executivas Regionais. Eu estou representando a região Norte e temos ainda represen-

tantes das regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Então, procurem os CRCs dos estados de vocês. Precisamos nos unir. Obrigado.

Jucileide Ferreira Leitão – Coordenadora da Comissão de Integração Estudantil do CFC: Obrigada, Xilene. As entidades envolvidas no nosso projeto são o Conselho Federal de Contabilidade, os Conselhos Regionais de Contabilidade, as instituições de ensino superior e a Federação Nacional dos Estudantes de Ciências Contábeis.

Agora queremos apresentar a vocês os demais membros da nossa Comissão. A Xilene já foi apresentada. Infelizmente, a Débora, que é a atual Presidente da Federação Nacional dos Estudantes não pôde comparecer. A região Centro-Oeste está representada pelo acadêmico Carlos Eduardo da Silva, de Mato Grosso do Sul; da região Sudeste, temos o acadêmico Arceli Chaves, representando Minas Gerais; a região Sul está representada por André da Rosa Gonçalves, de Santa Catarina. Essa é a composição atual da Comissão de Integração para o Conselho Federal de Contabilidade. Além dessa comissão em nível nacional, temos as comissões que foram integradas dos Conselhos Regionais de Contabilidade, representando assim os nossos acadêmicos dos cursos de Ciências Contábeis. Essas comissões são renovadas a cada período em que os acadêmicos concluem os cursos de Ciências Contábeis e também por meio da renovação dos Conselhos Regionais de Contabilidade, o que acontece a cada dois anos.

Aqui nós temos o nosso símbolo. As asas representam a diligência, a presteza, a solicitude, a dedicação e o cuidado ao exercer a profissão. Temos também uma pesquisa do professor Lopes de Sá com relação à cor da pedra do nosso anel, que é a turmalina rosa clara. Nosso padroeiro é São Mateus, que foi cobrador de impostos e não era bem visto pela sociedade.

Aqui nós passaremos rapidamente pelo que é o Conselho Federal de Contabilidade. Hoje, nós vivenciamos este grande momento do Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Presidência da contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim, no seu segundo mandato. Eu quero homenagear este grande momento em que estamos aqui reunidos, com uma saudação especial ao pai da nossa querida presidente. Uma salva de palmas para ele.

Aqui temos um pouco do que é a missão do Conselho Federal de Contabilidade, os nossos valores: ética no trabalho, respeito, trabalho perseverante, compromisso, confiança e, acima de tudo, transparência.

A nossa principal diretriz é fortalecer a imagem do Sistema CFC/CRCs e do profissional da Contabilidade perante a sociedade. Sabemos que precisamos trabalhar mais essa questão e já estamos iniciando esse processo. Esse é um passo importante.

Aqui é para vocês terem uma idéia do que significa o Sistema Contábil Brasileiro. Nós somos hoje mais de 400.000 profissionais, somos 70.000 organizações contábeis. O sistema é implementado em nível nacional. Os nossos eventos na área de educação continuada são significativos. De 1996 a 2007, realizamos 28.645 eventos, com a participação média de 2.057.000 participantes. Dentro desse contexto, estão todos vocês aca-

dêmicos que, com certeza, representam a continuidade da nossa profissão. O nosso orçamento para 2008 representa 130 milhões de reais. Nós realmente representamos um grande momento para a profissão contábil.

A estratégia neste mundo é análoga a uma corrida de veleiros em um ambiente fluido e dinâmico de ventos. Há momentos em que a navegação requer uma série contínua de correções de cursos e ajustes das velas. A estratégia já não parece um jogo de xadrez, em um tabuleiro estável, com regras estáticas. A navegação e o mar de mudanças será o estado natural para se fazer negócios. É isso que nós estamos vivendo na atualidade da nossa profissão. Teremos que continuar no processo de desenvolvimento profissional.

Voltando, mais uma vez, à questão da linguagem: "A linguagem é a morada do ser; nela vive o homem. Os pensadores e os poetas são os guardiões dessa morada". Esse é o pensamento de um grande filósofo alemão, Hegel. Nós todos somos os protagonistas desse processo. Não precisamos buscar o vizinho. Nós tínhamos que assumir este grande papel para que assim sejamos o centro de todo esse contexto. Dentro desse processo, nós devemos pensar a comunicação de forma comprometida, confiante e clara. Portanto, a verdadeira comunicação, seja ela verbal ou não, determina e consolida bons relacionamentos. É isso que nós estamos buscando durante esta semana neste 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade, entre amigos, colegas, parceiros, amantes, parentes e nações.

Assim, entendemos que esta linguagem é um canal de duas mãos que une todo o universo em comunhão. Por isso, trouxemos para vocês as imagens que há uma semana estávamos admirando. Foi um momento que reuniu as nações do mundo inteiro. Mais de 204 países lá estavam reunidos em Pequim.

Aqui temos uma reflexão que todos vivemos nesses dias: "O mundo do sonho". É isso que nós estamos vivendo no Sistema Contábil Brasileiro. Nós estamos no mundo, mas o sonho já começa a tornar-se realidade, em que o sistema contábil brasileiro está acordado para as exigências do novo mercado empreendedor, trabalhando a Contabilidade no meio internacional. Dentro desse processo de formação acadêmica, o Conselho Federal, preocupado com a nossa formação, trabalhou nos meses de maio e julho, em nível de Brasil, para que cada estado encaminhasse dois professores para obterem conhecimento da Contabilidade Internacional e assim estarem preparados para passar esse conhecimento para os futuros profissionais da Contabilidade. Associado a essa grande mudança da Contabilidade Internacional, nós temos um grande momento, que é o desenvolvimento da Contabilidade Pública, já de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade. Não tínhamos Normas de Contabilidade para o Setor Público, mas já estamos preparando essas normas, totalmente harmonizadas com os princípios da Contabilidade internacional.

A nossa grande preocupação é vivermos essa nossa realidade nesse mundo exigente para a profissão contábil.

Vou terminar a minha exposição, deixando esta reflexão a respeito da comunicação no meio profissional contábil: "O sucesso está no equilíbrio. Devemos ouvir duas vezes mais do que

falar. Devemos ouvir as vozes externas e, principalmente, as vozes internas, da intuição, da sabedoria, do sentimento, da nossa verdade. O equilíbrio é a grande chave do sucesso pessoal e profissional e é conquistado por meio de uma viagem interior, o auto-conhecimento. Procure conhecer-se, pois, esta é a viagem mais valiosa que existe. É a sua viagem, somente sua. Como recompensa terás a sabedoria e a auto-confiança, a característica mais fundamental para o sucesso".

No entanto, o referencial deste sucesso está alicerçado no saber escolher a forma mais significativa de se comunicar no âmbito social. Entretanto, entende-se que o Brasil sofrerá um processo de comunicação, devidamente consolidado no meio social, a partir do momento que passe a desenvolver de forma eficaz e eficiente o Projeto de Educação Cidadã. Dessa forma, o empreendimento Brasil chegará a essa concretização mediante o gerenciamento dos níveis mais naturais, nobres e eficientes de relacionamento entre pessoas. Assim, tem-se a oportunidade de chegar a todos os pódios do conhecimento e do saber. Precisamos trabalhar a formação de talentos para que possamos garantir as Medalhas de Ouro, a partir da reprodução, da imitação ou com transparência de atitudes. Vamos exercer as nossas atividades da vida cotidiana com amor e humor, vinculando-as ao nosso eu, às dádivas do corpo, da alma e da mente, em busca de iluminação. Nesse contexto, a iluminação estará a seu favor. Isso concretizará uma tarefa gratificante, coroando a premiação da excelência na vida pessoal, espiritual e profissional. Deus que abençoe a todos e que a luz interior de todos vocês permaneça acesa, todos os dias, no cotidiano de cada um. Um grande abraço. Obrigada.

Weberth Fernandes – Coordenador: Vamos passar a palavra agora à professora Márcia Chacon para fazer suas considerações sobre o tema.

Márcia Chacon – Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Bom-dia a todos. É um prazer imenso estar com vocês aqui nesta linda manhã de sol. A idéia é passar para os números de vocês. Nós conhecemos bem os números dos profissionais e agora vamos trazer alguns números dos estudantes.

Ao se trabalhar com estudantes em sala de aula, todos os dias, nasce aquela inquietação: "O que é que o meu aluno quer de mim? Será que eu estou levando a mensagem que eu gostaria de mostrar para o meu aluno de Ciências Contábeis?". Esse é um problema, uma inquietação que alguns professores, independente da área, enfrentam. O fato de nós estarmos aqui fazendo esse trabalho juntamente com o CFC nasce justamente dessa inquietação. O que foi que aconteceu? Há um ano, tivemos a vontade de saber o que é que o estudante do curso de Ciências Contábeis pensa ao entrar na universidade, ao começar o primeiro dia em sua sala de aula, no meio do curso e no final do curso. Depois disso, tomamos conhecimento de um projeto que já existia no CFC e abraçamos a causa. Fomos ao Conselho Federal de Contabilidade falar com a conselheira Jucileide, que já trabalhava com o pessoal. Fizemos uma reunião prévia em Aracaju, em março, e de lá para cá coletamos alguns números para apresentar para vocês. Começamos a receber alguns questionários. Eu queria ressaltar que esses questionários são fundamentais porque, se eu quero conhecer vocês, se o CFC quer conhecer vocês, é

preciso que vocês se deixem conhecer. Como é que eu posso saber o que você quer de mim como professor em sala de aula, se você não me diz? A proposta é que vocês entrem no *site* do CFC a partir de agora, preencham os questionários e participem desse processo que estamos desenvolvendo.

Os 27 estados estão participando do projeto e já recebemos muito material. Infelizmente, três meses é pouco tempo porque, de acordo com os dados do MEC, temos 1.054 faculdades e universidades no País. Então, trabalhar essa quantidade de informação que recebemos é uma tarefa muito intensa. O tempo foi escasso e, então, alguns estados não vão estar na relação que vamos apresentar. Como isso é uma parcial dos números que temos, daqui a pouco vocês terão as informações sobre todos os estados incluídos no material que estamos propondo.

No Brasil, temos 1.054 instituições de ensino superior, distribuídas por região da seguinte forma:

Região Norte	71
Região Nordeste	194
Região Sul	217
Região Sudeste	444
Região Centro-Oeste	128

Esses são os números das instituições de ensino superior que temos hoje no Brasil. A pesquisa que fizemos para conhecer o perfil do estudante de Ciências Contábeis, e que faz parte do programa CFC, "Conhecendo o Aluno", temos no momento apenas 10 estados tabulados. Na região Norte, temos Amazônia e Rondônia; na região Centro-Oeste, temos Mato Grosso do Sul; no Nordeste, temos Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Agradeço a todos os que nos enviaram o material.

Dados da Pesquisa em 197 IES:

Quantidade de Alunos:	5.787
Sexo Feminino:	3.186
Sexo Masculino:	2.601

Formação no Ensino Médio:	
Técnico em Contabilidade	815
Científico	4.610
Supletivo	210
Outros	132

Por que você escolheu o Curso de Ciências Contábeis?			
a)	Por motivação dos pais, ou outra pessoa da família	418	7.42%
b)	Por ter concluído curso técnico em contabilidade	425	7.54%
c)	Tentou outro curso, como 2º opção para C. Contábeis	276	4.90%
d)	Por ser a profissão desejada	3.080	54.65%
e)	Por necessidade do trabalho	1.150	20.40%
f)	Outros:	287	5.09%
	Subtotal	5.636	

A resposta significativa seria "por ser a profissão desejada", por 54.65% dos entrevistados.

O que você está achando do curso?			
a)	Excelente	1.569	27.36%
b)	Muito Bom	2.050	35.75%
c)	Bom	1.720	29.99%
d)	Razoável	259	4.52%
e)	Ruim	137	2.39%
	Subtotal	5.735	

A avaliação do curso em "muito bom" e "bom" somam 64%. Então, depois que já estão cursando, os estudantes continuam achando que o curso é bom.

Como você vê a profissão contábil hoje?			
a)	Como mais uma profissão	669	12.24%
b)	Como uma profissão promissora	1.653	30.24%
c)	Em fase de expansão e reconhecimento	1.959	35.83%
d)	Profissão saturada no Mercado	691	12.64%
e)	Iguala-se a outras profissões em termos de importância dentro das organizações	559	10.22%
	Subtotal	5.467	

Aqui, quase 36% dizem que a profissão contábil está em fase de expansão e reconhecimento. Em seguida, 30.24% responderam que a profissão contábil, hoje, é uma profissão promissora.

Como você vê a importância do Contador dentro das organizações?			
a)	Somente mais um funcionário	542	10.44%
b)	Necessário somente para escrituração e IR	1.262	24.31%
c)	Tem participação discreta na empresa	1.110	21.38%
d)	Profissional ligado a administração, dando suporte à tomada de decisões	1.767	34.03%
e)	Outros:	511	9.84%
	Subtotal	5.192	10.44%

Nesse caso, 34.03% consideram que o contador dá suporte à tomada de decisões.

O que você espera fazer após a conclusão do Curso?			
a)	Receber apenas o diploma	388	7.25%
b)	Trabalhar em empresa particular	918	17.16%
c)	Montar um escritório	1,358	25.39%
d)	Trabalhar em empresa pública (fazer concurso)	1,626	30.40%
e)	Cursar uma pós-graduação, mestrado, doutorado ou outro curso superior	1,059	19.80%
	Sub-Total	5,349	

No final do curso, 30.40% optam por trabalhar em empresa pública, fazendo concurso. Em seguida, 25.39% optam por montar um escritório. Então, a gen-

te vê que ainda existe aquela questão da estabilidade.

Você já apresentou algum trabalho acadêmico, em sala de aula, durante o curso?			
a)	Nenhum	851	14.85%
b)	1 a 2	1,184	20.66%
c)	3 a 5	1,400	24.43%
d)	6 a 8	1,273	22.21%
e)	9 ou mais	1,023	17.85%
	Sub-Total	5,731	

Nesse caso, a maioria apresentou de três a cinco trabalhos. A questão é que nós colocamos a opção de "trabalho acadêmico" e muitos alunos acham que os trabalhos que eles apresentam em sala de aula, mas que não envolvem um estudo maior, como, por exemplo, resumos, não são trabalhos acadêmicos. Na realidade, tudo o que você faz dentro de sala de aula seria considerado trabalho acadêmico.

Quantos livros científicos você leu ou pesquisou?			
a)	Nenhum	493	9.52%
b)	1 a 2	1,631	31.50%
c)	3 a 5	1,779	34.36%
d)	6 a 8	883	17.06%
e)	9 ou mais	391	7.55%
	Subtotal	5,177	

A maioria respondeu de três a cinco livros. Nós sabemos que a maioria dos nossos livros são científicos, mas quando você está respondendo a essa questão, está pensando nos livros de metodologia científica que se relacionam ao 3.º e ao 4.º período do curso.

Você tem conhecimento sobre os concursos/prêmios de Monografias ou TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), divulgados pelo CRC´s e CFC?			
a)	Nunca tive conhecimento	1,460	27.20%
b)	Já ouvi os colegas comentando	1,406	26.20%
c)	Vi no site	820	15.28%
d)	Soube, porém não me interessei	1,197	22.30%
e)	Já participei de 1 ou mais	484	9.02%
	Subtotal	5,367	

Nesse caso, 1.406 estudantes já ouviram os colegas comentando e apenas 9.02% participaram de um ou mais.

Se tivesse oportunidade de apresentar um trabalho em público, em sua escola ou em outra, você apresentaria?			
a)	Sim	3,248	59.00%
b)	Não	2,257	41.00%
	Subtotal	5.505	

Nesse quase, 59% dizem que sim.

Você sabe o que é a Fenecic, Exerecics, Erecics e Conecic?			
a)	Sim, tenho conhecimento de todos.	871	16.49%
b)	Mas nunca participei	1,552	29.38%
c)	Sim, conheço o(s):	931	17.63%
d)	Participei do(s):	562	10.64%
e)	Não conheço nenhum	1,366	25.86%
	Subtotal	5,282	

A resposta predominante é "nunca participei"

Você conhece o Conselho Regional de Contabilidade, Conselho Federal de Contabilidade ou Delegacia Regional de sua cidade?			
a)	Sim, porém nunca fui.	1,319	24.86%
b)	Conheço, e já fiz uma ou mais visitas.	1,355	25.54%
c)	Não conheço, nem sei onde fica localizado.	510	9.61%
d)	Conheço, mas visitei somente o site, ou recebi algum informativo.	684	12.89%
e)	Não conheço, porém tenho o interesse em conhecer.	837	15.78%
f)	Não tenho interesse em conhecer.	600	11.31%
	Subtotal	5.305	

Nesse caso, o que prevalece é o que conhece e foi algumas vezes lá.

Você tem conhecimento sobre o que seja a Comissão CFC de integração estudantil?			
a)	Sim, tenho total conhecimento sobre a mesma	458	8.98%
b)	Sim, já ouvi falar alguma coisa	744	14.58%
c)	Sim, até participei	475	9.31%
d)	Sim, mas não sei nada sobre a mesma	946	18.54%
e)	Desconheço totalmente	1,207	23.66%
f)	Não, mas gostaria de conhecer	1,272	24.93%

O que prevaleceu foi a resposta "Não, mas gostaria de conhecer". A partir de agora, vocês não podem dizer que não sabem porque já foi dito aqui quais são os objetivos do Programa de Integração Estudantil.

Você participa de algum movimento social estudantil ou político em seu estado?			
	Sim	1,568	29.16%
	Não	3,809	70.84%
	Subtotal	5,377	

Temos 3.809 entrevistados que disseram que não participam.

Você acha importante ter um membro da classe contábil no Congresso Nacional?			
a)	Sim	4,416	78.81%
b)	Não	1,187	21.19%
	Subtotal	5,603	

Quase 79% disseram que sim. Nós sabemos que isso é importante e se a gente puder fazer com que alguém chegue lá é muito bom.

Você sabe o que é e quais são as funções de um Conselheiro do CFC ou CRC?			
a)	Sim, sei o que é, e sei suas funções	841	15.03%
b)	Sim, sei o que é, mas não sei suas funções	1,209	21.60%
c)	Não sei nada sobre os conselheiros	1,367	24.42%
d)	Nunca tinha ouvido falar sobre os mesmos	550	9.83%
e)	Não conheço, porém gostaria de ter conhecimento.	1,630	29.12%
	Subtotal	5,597	

Nesse caso, 24.42% dos alunos não sabem nada sobre os Conselheiros do Sistema CFC e CRCs.

Você acompanha as informações relativas aos acontecimentos inerentes à classe contábil, apresentadas pelos CRCs e CFC, como: Eventos, pesquisas, normas, etc.?			
a)	Sim, habitualmente acesso o site dos Conselhos.	1,402	35.18%
b)	Sim, de vez em quando.	1,430	35.88%
c)	Não me interesso pelas informações.	1,153	28.93%
	Subtotal	3,985	

Temos um número significativo que dizem que acompanham habitualmente e outros acompanham de vez em quando. Apenas 28.93% dizem que não se interessam pelas informações.

Você gostaria de atuar nos programas desenvolvidos pelos CRCs e CFC?			
a)	Sim.	940	0.16943
b)	Sim, porém não tenho conhecimento sobre os mesmos.	1,939	34.95%
c)	Não me interesso por isso.	2,669	48.11%
	Subtotal	5,548	

Nesse caso, 48.11% dizem que não se interessam por isso.

Como você vê a atuação dos CRCs e CFC, nos assuntos de interesse da classe contábil?			
a)	Atuante	1,290	22.67%
b)	Discreto	1,486	26.11%
c)	Pouco atuante, podendo atuar mais.	1,510	26.53%
d)	Não tenho conhecimento sobre sua atuação.	1,405	24.69%
	Subtotal	5,691	

Nesse caso, a opinião é que a atuação é discreta ou pouco atuante, podendo atuar mais. Nós temos agora o programa "CRC Jovem", que faz com que o CFC e os CRCs cheguem até os estudantes. Pode ser que, a partir daí, os estudantes sejam estimulados a conhecer um pouco mais do Sistema.

Qual o perfil do curso de ciências contábeis ministrado em sua Faculdade ou Universidade?			
a)	Excelente	1,888	39.04%
b)	Muito Bom	1,216	25.14%
c)	Bom	1,137	23.51%
d)	Razoável	352	7.28%
e)	Ruim	243	5.02%
	Subtotal	4,836	

Nesse caso, 39% consideram que o curso é excelente.

Isso é o que nós temos do material de vocês. A última questão é: "Qual é o tema que você se interessa?". Como foram tantos temas, não tivemos como colocar todos aqui, mas o tema que mais interessa aos estudantes hoje é o pro-

fissional e o mercado de trabalho, assim como, a questão ambiental.

Isso é o que a gente tinha para passar para vocês hoje. Os números são parciais. Solicitamos que vocês entrem no *site* do CFC e colaborem porque, assim, vamos conhecer um pouquinho mais o perfil do pessoal. Obrigado a todos. Bom dia.

Weberth Fernandes – Coordenador: Agradecemos à professora Márcia Chacon. Ela é Mestre em Ciências Contábeis, contadora, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, coordenadora da Comissão Estadual de Integração Estudantil do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte. Ela nos trouxe dados importantíssimos e reforço a todos a solicitação de colaborarem com esses dados porque esse é o reflexo e o espelho necessário para que o sistema contábil brasileiro possa saber das necessidades da nossa classe estudantil.

Quero convidar o nosso ilustre palestrante professor Carlos Conce para proferir a sua palestra.

Carlos Conce – Diretor do Instituto Carlos Conce: Bom-dia a todos. É uma grande satisfação estar aqui. Não se preocupem que, com energia ou sem energia, nós vamos conversar. Com tela ou sem tela, nós vamos conversar. Sabem por quê? Porque o maior recurso do comunicador é ele mesmo.

Eu quero cumprimentar esta distinta Mesa na pessoa da minha querida amiga Jucileide Leitão. Ela falou que era minha aluna, mas ela é minha mestra em relações interpessoais, com doutorado na "Universidade da Vida". Também quero cumprimentar a ala masculina, na pessoa do Dr. Clarício. Quero cumprimentar a ala feminina aqui presente, na pessoa da coordenadora do Instituto Carlos Conce, professora Marta. E quero cumprimentar cada um de vocês, estudantes, na pessoa da estudante Xilene.

Vamos iniciar de uma forma bem simples. Como o assunto é a magia da comunicação como ferramenta-chave para o seu sucesso pessoal e profissional, para você contabilizar sucesso, vamos iniciar trazendo aqui uma prática da magia da comunicação. Para isso, vamos ficar de pé. Agora, vocês vão ter 10 segundos para apertar a mão de 10 pessoas. Vou fazer a contagem regressiva! Muito bem! Podem sentar. Agora que vocês estão sentados, dêem uma olhadinha para o semblante da sua vizinha ou do seu vizinho. É outro semblante! Aqui vai a primeira dica para a magia da comunicação. Comunicação é relação, é compreensão, é troca. Você pode ser o melhor contabilista do mundo tecnicamente, mas, se a sua competência técnica não vier junto com a sua competência interpessoal, você está fadado ao fracasso. É assim que funciona. Machado de Assis não é Machado de Assis só porque ele escrevia bem. É que ele soube se relacionar, se comunicar. Se você é um líder contábil, isso já indica que a competência interpessoal é ferramenta fundamental para você conseguir o sucesso profissional.

Feita essa reflexão inicial, eu gostaria que vocês acompanhassem esta tela. Aqui temos duas reflexões:
(Projeção de vídeo)

A magia da comunicação é ferramenta-chave para contabilizar sucessos. Na primeira parte, vamos falar com vocês sobre algumas noções conceituais de comunicação para contabilizar suces-

sos, trabalhando nossa competência interpessoal, essa competência interpessoal que é fundamental para a nossa vida profissional. Vamos iniciar trazendo o conceito de comunicação.

Na dinâmica inicial, vimos a importância da relação. Em latim, comunicação significa tornar comum, entre duas ou mais pessoas, pensamentos e sentimentos, através de palavras e comportamentos, objetivando a compreensão humana. Comunicação é relação. Você há de se relacionar bem com o mercado; você há de se relacionar bem com os seus clientes. Essa ferramenta é tudo para você conseguir vender a sua competência profissional, tecnicamente falando. Se palavras-chaves são comunicação, relação e compreensão, vamos ver este vídeo.

(Projeção de vídeo)

A mulher se comunica muito melhor do que homem. Quando o homem está assistindo à televisão, ele está só assistindo à televisão! A mulher assiste à televisão, cuida das crianças, cuida do almoço de domingo, consegue fazer o relatório do trabalho, consegue fazer o trabalho da faculdade e ainda fala com o marido e com a amiga pelo celular. O mais curioso é que dá tudo certo! O homem só faz uma coisa de cada vez! É verdade! O homem tem a vantagem de ser mais objetivo, mas, às vezes, é melhor falar um pouco mais. Segundo pesquisas científicas, enquanto o homem fala, em média, de 7.000 a 10.000 palavras por dia, a mulher fala um pouco mais. A mulher fala de 20.000 a 25.000 palavras por dia. Se o homem quer tomar sorvete, ele diz: "Eu quero tomar sorvete". Já a mulher, diz: "Está tão quente hoje!" E daqui que ela diga que quer tomar sorvete, demora um pouco. Mas, os dois se complementam. Daqui a pouco, eu falo um pouco mais sobre a comunicação com o homem e a mulher.

A comunicação é consensual e, nesse processo, nós temos a palavra. Cuide da palavra! Use bem as palavras! Selecione as palavras! Desde Aristóteles que nós sabemos que, para que haja comunicação, três elementos são fundamentais: aquele que fala, o que se fala e para quem se fala. A ciência contemporânea chama isso de "emissor", "mensagem" e "receptor". Selecione bem as suas palavras da sua mensagem para ter o *feedback* que lhe interessa. Por exemplo, se você vai vender a sua consultoria contábil e financeira, então você fala: "Doutor, nós sabemos que é muito importante a saúde contábil e financeira da sua clínica. Você vai pagar um pouco mais, como o senhor está dizendo, mas é muito melhor a contabilidade preventiva do que a curativa. A curativa tem impostos, tem taxas, então, é muito melhor que a saúde financeira da sua empresa esteja garantida. Você vai pagar um pouco mais, mas, com certeza, vai garantir a saúde financeira da sua clínica!". Dessa forma, você está falando "mediquês", vai vender muito melhor e vai ter o *feedback* que lhe interessa. Você tem que adaptar a sua comunicação e as suas palavras ao seu ambiente. Vamos supor que fossem engenheiros, como é que poderia falar sobre esse assunto? Seria algo assim: "Senhoras e senhores engenheiros, bom-dia. Estou tentando falar sobre a construção da mensagem. Uma mensagem para ser bem construída tem que ter uma base sólida. É evidente que a estrutura da mensagem tem que ter sustentação em dois pilares fundamentais: o pilar da introdução e do desenvolvimento". Então, se eu começo a falar em "enginherês", eu vou vender a minha idéia. Venda a sua idéia, venda a sua consultoria contábil, falando

a linguagem também do outro. Dessa forma, você vai ter o *feedback* que realmente deseja ter.

Quando você se comunica, essa comunicação pode acontecer em até três níveis. Um deles é a comunicação não-verbal, em que vamos buscar perceber não só as palavras, mas também as manifestações comportamentais que muito comunicam. Você pode se comunicar através da comunicação não-verbal. Por exemplo, se estamos em um casamento, precisamos de alguma palavra para notarmos que se trata de um casamento? Não. O que vai nos informar que é um casamento é o sorriso da noiva e do noivo, o véu e a grinalda da noiva, a batina do padre, o som ambiente e a elegância dos convidados e convidadas. Tudo isso, sem palavras. Procurem perceber como vocês são comunicados através da comunicação não-verbal. Muitas vezes, não percebemos a comunicação não-verbal. Temos que apurar a nossa percepção para esse nível de comunicação. Procurem perceber no dia-a-dia da sua vida pessoa e profissional o que lhe comunicam através da comunicação não-verbal. Fiquem atentos a isso!

Houve uma época em que o profissional contábil era só um guarda-livros. Hoje, não é assim. O profissional contábil, o consultor contábil é mais do que isso. É maestro da sua vida profissional e, evidentemente, tem que interagir com o mercado. Daí, esse trabalho magnífico do Conselho Federal de Contabilidade, com a Maria Clara Bugarim e toda a sua equipe. Eles estão fazendo realmente um trabalho estupendo. É evidente que nós temos que lembrar que esse perfil deve ser seguido nesse novo mercado. Então, vou trazer para vocês habilidades que vocês devem usar a partir de agora. Todos nós temos habilidades de comunicação que, muitas vezes, não desenvolvemos. Vou ajudar vocês a desenvolver essas habilidades agora. Quero iniciar, no entanto, com uma reflexão: lembrem-se de que quem contabiliza mais sucessos é quem trata bem o cliente, com respeito. Hoje, o cliente é um rei. Com a globalização da informação, o cliente é bem informado e tem várias opções de mercado. Se não receber aquele nível de excelência, o cliente vai procurar a concorrência. Portanto, é muito importante termos essa noção de que o cliente tem que ser tratado de forma especial. Então, quais são as habilidades que vocês devem desenvolver?

Habilidade intelectual.

É claro que você tem que conhecer de Contabilidade; tem que conhecer o serviço contábil; tem que conhecer o assunto sobre o qual você vai interagir naquela reunião. Quanto mais conhecimento você tiver, melhor. Você tem que agregar valor à sua competência. Imaginem dois contadores. Os dois entendem de Contabilidade, mas um é discípulo do Paulo Veras e faz o gol como ninguém! É evidente que isso é fundamental para o cliente.
Conhecer o cliente.

Quanto mais você conhecer o seu cliente, fica mais fácil para interagir com ele.

Controlar suas emoções.

Se você sentir o coração acelerar, as pernas tremerem, você é normal! Mas é normal que vocês vençam essa sensação. É claro que no momento em que você é colocado em cheque o coração começa a acelerar e você pode até ter um branco. O que fazer para vencer isso? Vou lhe passar algumas informações fundamentais para você conseguir

fazer sucesso profissional. Nós temos cinco emoções básicas: alegria, tristeza, ira, afeto e medo. Mas a emoção do medo é que pode lhe tirar do seu caminho. Você tem que controlar todas essas emoções, mas tem que controlar principalmente o seu medo. É fundamental, nesse contexto, que saibamos do que é que as pessoas têm medo. Foi feita uma pesquisa com 3.000 pessoas. Muita gente respondeu que tinha medo da morte, que tinha medo de insetos, medo de altura, mas, em primeiro lugar, as pessoas têm medo de falar, de se comunicar, de falar em público. Se a pessoa tem medo de falar com clientes difíceis, como é que vai vender a sua assessoria contábil? Quanta gente tem medo de falar com o chefe? Tem que ter coragem de vencer o medo. O medo é natural, mas é normal que você vença o medo. Você tem que ter competência técnica no assunto sobre o qual você vai falar, mas isso só não basta. É importante você ter técnicas para interagir com o mercado, para interagir com as pessoas. Assim, você vai ter muito mais condições de chegar lá! Além disso, a experiência é muito importante. Como é que você aprende a falar? Falando. Como é que você aprende a fazer as coisas? Fazendo. Como é que você aprende a andar de bicicleta? É andando de bicicleta. Então, vocês que são estudantes, a hora é esta! Na faculdade, você não erra; você se engana. Agora, erra no mercado. Pensem nisso! Vocês têm que falar, interagir. Não têm que ter medo. As universidades estão aí para vocês se integrarem. Vocês devem procurar pessoas de confiança para dizer como foi o seu trabalho, a sua apresentação, etc. Procurem interagir. Vai funcionar muito bem.

Qualquer pessoa pode falar bem? Há três requisitos básicos para se falar bem: você não pode ser mudo; se você consegue organizar bem as suas idéias, você tem que se comunicar bem; você precisa se expressar compreensivamente. Eu vou dar uma dica: a primeira coisa a fazer para perder o medo de falar é respirar fundo. Quando você faz esse trabalho de respiração, você vai encher e esvaziar os pulmões de ar várias vezes, vai diminuir a aceleração do seu coração e vai haver mais oxigênio para o cérebro funcionar bem. Portanto, você pode se comunicar muito bem a se concentrar nas idéias. Então, comece a falar devagar e depois entre no seu ritmo normal. Vai dar certo, com certeza.

Um outro ponto importante é a habilidade verbal. Será que a palavra tem poder? Claro, desde que você use a palavra certa na hora certa. Prefira palavras positivas. Use a palavra a seu favor. Cuidado com as gírias, cuidado com termos técnicos, com siglas, cuidado com palavrões! Selecione suas palavras; procure positivar. A palavra tem poder, mas você tem que traduzir a palavra porque cada um pensa do seu jeito. Cuidado com as palavras que acabam não tendo esse efeito todo! Vou passar um vídeo que ilustra bem isso.

(Projeção de vídeo)

Tem gente que acha que está arrasando e, na realidade, todo mundo está rindo do cidadão. Então, vocês têm que ter muito cuidado com as palavras. Isso é fundamental.

Temos ainda os recursos da voz. Procure pronunciar bem as palavras. As pessoas não querem pronunciar mais. Cuidado com a respiração, faça pausas ao falar. A pausa é fundamental. Sabem por que a pausa é tão importante na comunicação? Porque mostra o domínio que você

tem da situação. Então, é muito importante que você respire e saiba usar bem as pausas. Há momentos em que você deve diminuir o volume de sua voz e, quando for necessário, você também deve aumentar o volume da voz. Em relação à velocidade da fala, depende do que você vai dizer e do tempo que você tem para falar. Eu estava falando aqui de maneira acelerada, para respeitar o tempo. Mas, isso depende da mensagem que você tem que transmitir. Então, cuide da sua voz, diminua o volume, aumente o volume, dependendo da necessidade. E, muitas vezes, o importante é o tom.

Vou contar uma historinha rápida. Era uma vez, duas empregadas domésticas. Uma era fofoqueira e a outra era muito fofoqueira! O casal começou a brigar no quarto. A empregada muito fofoqueira começou a espiar. Ela disse para a outra empregada:
– Amiga, a briga está feia!
– O que é que ela está dizendo?
– Seu cachorro! Seu safado! Seu sem vergonha.
Daqui a pouco, a briga acalmou e ela foi lá de novo.
– O que foi?
– Fizeram as pazes!
– E o que é que ela está dizendo agora?
– Seu cachorro! Seu safado! Você é o melhor!

Então, mudou só o tom. Você pode até dizer não para o seu cliente, mas tem que saber como dizer. Então, cuide da sua voz.

Além disso, tem a habilidade visual: aparência, postura, gesticulação. Tudo isso vale porque muitas vezes é isso que o cliente vê. Você tem que saber se portar diante das pessoas, tem que ter a postura correta. Nesse contexto da habilidade visual, vale, sim, a postura, os gestos, as expressões faciais e corporais diversas.

A última habilidade é o comportamento do mercado. O mercado quer que você seja uma pessoa com atitudes éticas para atender ao seu cliente. Nós temos hoje a Lei de Responsabilidade Fiscal, que veio nos ajudar nesse sentido. O mercado também quer que você negocie e tenha uma abordagem ganha-ganha. Se todo mundo ganhar, as coisas acabam acontecendo de uma forma positiva. A energia vai fluindo. Nós somos energia! Então, sejamos energia positiva. Isso é fundamental para que as coisas fluam a seu favor no mundo dos negócios. E você tem que se preparar para enfrentar o mercado. Tem gente que não cuida bem disso. Vocês têm que estar preparados para o mercado.

(Projeção de vídeo)

Eu quero encerrar com uma mensagem que traz realmente a magia da comunicação e que pode fazer diferença para contabilizar sucessos.

(Projeção de vídeo)

A comunicação pode até salvar vidas. Quero agradecer a vocês por terem ficado aqui até agora. Quero agradecer o convite que me foi feito pelo Conselho Federal de Contabilidade, especialmente, à Maria Clara Bugarim, ela é uma líder espetacular! Quem sabe, a área contábil qualquer dia desses dá uma candidata a Presidente do Brasil! Competência ela tem para isso. Queria agradecer ao Martonio, à minha amiga Jucileide, do Rio Grande de Norte. Queria agradecer a todos os meus colegas de Mesa e agradecer a Deus por me dar oportunidade de aqui estar.

Agradecendo a Deus, vou concluir com uma história muito breve de um homem chamado José. Era uma vez, um homem chamado José. Era um homem muito simples, que não tinha família, que não tinha ninguém. Todos os dias, antes de ir para o trabalho, José passava na igreja, fazia uma breve oração e saía. O padre ficava curioso: "Que oração tão breve é aquela que faz aquele homem, que nem eu, como sacerdote, conheço?". José sorriu e respondeu: "Padre, eu não faço oração nenhuma. Eu chego, sento nessa cadeira fazia e simplesmente digo: Bom-dia, Jesus! Sou eu, José". Depois, saio para trabalhar. Assim fazia José todo o santo dia. Só que, de repente, José não apareceu na igreja por dois dias, três dias, uma semana, um mês. O padre pensou: "Onde anda o José?". Eis que, na Pastoral da Saúde, o padre reencontrou o José em um leito de hospital. Ele chegou e disse: "José, sou eu. O seu pastor, seu pároco, seu sacerdote". José, você está sozinho aqui em pleno hospital! Vou passar a visitá-lo todos os dias". Como um sujeito simples, José respondeu: "Padre, o senhor está vendo essa cadeira vazia? Está vazia agora, mas todas as manhãs, ele chega, senta e diz: Bom-dia, José! Sou eu, Jesus!" Muito obrigado! Até a próxima!

Weberth Fernandes – Coordenador: Quero agradecer ao professor Carlos Conce, que realmente nos trouxe uma riqueza de palestra. O mais interessante é que ele conseguiu emocionar muitos aqui no auditório. Só essa querida profissão para proporcionar isso para todos vocês. Portanto, quero aqui deixar o meu pequeno recado e pedir que a juventude contábil brasileira possa se engajar, possa participar desse processo, possa fortalecer trincheiras, e que nós, como futuros profissionais, possamos dar continuidade ao trabalho maravilhoso e lindo que o sistema contábil brasileiro vem fazendo pela classe contábil. De que forma nós faremos isso? Fortalecendo o nosso ensino, as nossas bases; tendo interesse em todas as premissas contábeis possíveis. É assim que vamos, não substituir, mas fazer o necessário para que possamos dar continuidade, de forma clara e objetiva, no trabalho que esses baluartes da Contabilidade vêm fazendo ao longo dos anos. Então, nós somos o futuro da profissão.

Quero agradecer a presença de todos. Espero que vocês tenham assimilado tudo o que foi repassado e que colaborem conosco no Projeto de Integração Estudantil, nos centros acadêmicos, nos diretórios acadêmicos, no CRC Jovem, nas bases sindicais, nas universidades, junto com as coordenações de curso, com os docentes, para que possamos fortalecer nossa profissão na comunidade. Então, colaborem! Queria agradecer também à minha querida Jucileide que vem fazendo um trabalho brilhante, principalmente, no Programa de Integração Estudantil. O sistema contábil brasileiro é o único que dá essa abertura para os estudantes e para os futuros profissionais. Hoje, todos nós, unidos, fazemos um corpo contábil só. Queria também agradecer à nossa queria Márcia Chacon, que também nos abrilhantou com todos os dados apresentados. Isso é para vocês verem que o sistema contábil brasileiro está, sim, catalogando e buscando saber as necessidades dos estudantes, dos docentes e das instituições de ensino superior, para que também possa fazer esse fortalecimento.

Por fim, queria agradecer, em nome do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás, e dos conselheiros aqui presentes, por terem me dado essa oportunidade de estar aqui forta-

lecendo trincheiras junto com os colegas de profissão.

Queria passar também o e-mail do professor Carlos Conce: www.carlosconce.com.br. É só pedir a palestra que ele poderá repassá-la para todos vocês com o maior prazer. Eu quero dar também um recado do CRC Jovem do Rio Grande do Sul. Eles vão estar no estande das 15 horas às 16 horas, esperando vocês para conhecerem o projeto. Esse é mais um braço forte da nossa profissão, para que, trazendo mais estudantes, possamos fortalecer o sistema contábil brasileiro. Então, não deixem de ir lá tirar todas as dúvidas sobre o CRC Jovem. Por último, desejo que o grande arquiteto do universo possa fortificar todos vocês, possa trazer bases sólidas e inabaláveis na vida de todos vocês e que vocês, ao retornarem a seus lares, possam encontrá-los na mais perfeita paz e harmonia. Então, deixo aqui nosso grande abraço a todos. Muito obrigado.

Mestre de cerimônias: Neste momento, o nosso coordenador Weberth Fernandes fará a entrega dos certificados e de uma pequena lembrança aos componentes da mesa em agradecimento por suas contribuições neste Fórum. Essa lembrança é uma peça confeccionada por presidiários de Mato Grosso, com resíduos de madeira provenientes de área de manejo florestal, dentro dos conceitos de sustentabilidade.

Convidamos a conselheira do Conselho Federal de Contabilidade Sílvia Cavalcante para fazer a entrega do certificado e de uma lembrança ao coordenador deste Fórum, Weberth Fernandes, em agradecimento à sua participação na coordenação.

Lembramos a todos que, hoje, na Solenidade de Encerramento, será anunciada a cidade que irá sediar o 19.º Congresso Brasileiro de Contabilidade, a realizar-se em 2012.

Para os contabilistas que ainda não substituíram suas identidades profissionais, informamos, mais uma vez, que hoje é o último dia. Passe no estande do CFC e substitua a sua.

O Conselho Federal de Contabilidade, zelando pela sustentabilidade ambiental, contratou a empresa "Iniciativa Verde", que estará neutralizando todo o carbono emitido pelo 18.º CBC por meio do plantio de árvores. É o CFC dando exemplo de responsabilidade socioambiental. Outro importante aviso é que o Conselho Federal de Contabilidade une-se ao Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. Para tanto, está coletando assinaturas para apoio ao projeto de lei, de iniciativa popular, sobre a vida pregressa dos candidatos, que torna inelegíveis aqueles que têm condenação em primeira ou única instância, bem como aqueles que tiveram denúncias recebidas por um tribunal ou que renunciaram aos seus mandatos para escaparem de punições. Quem desejar colocar sua assinatura de apoio a este projeto, por favor, basta dirigir-se ao estande do CFC ou ao estande de responsabilidade socioambiental.

Informamos também que os certificados de participação nos Fóruns e em todas as atividades do Congresso já estão à disposição dos congressistas. Obrigado.

AUDITÓRIO ELIS REGINA

3.º ENCONTRO NACIONAL DE COORDENADORES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Mestre de cerimônias: Senhoras e senhores, bom-dia. Caros participantes do 3.º Encontro Nacional de Coordenadores do Curso de Ciências Contábeis, sejam todos bem-vindos.

Este evento conta com o patrocínio do Sebrae Nacional, da Caixa Econômica Federal, da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias e Informações e Pesquisas (Fenacon). Em nome dos promotores deste evento, registro os agradecimentos a todos os parceiros e patrocinadores que tornaram possível o êxito deste Congresso.

O 3.º Encontro Nacional de Coordenadores do Curso de Ciências Contábeis tem como objetivos: aproximar o Conselho Federal de Contabilidade da realidade das instituições de ensino superior de Ciências Contábeis no Brasil e vice-versa; trabalhar temas que envolvem o coordenador de curso, na sua gestão, quer seja como coordenador de curso, quer seja na coordenação administrativa do curso.

Com muita alegria, estamos iniciando as atividades deste Encontro, que terá duas palestras. A primeira é sobre "Desafios Acadêmicos para um Programa de Mestrado em Ciências Contábeis no Brasil". A segunda é sobre "O papel do Ensino Superior".

Antes de darmos início à palestra, vamos abrir um espaço e eu convido aqui o vice-presidente do Conselho Federal de Contabilidade e coordenador da Proposta Nacional de Conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis, Juarez Domingues Carneiro, juntamente com os professores Marisa Luciane de Morais e José Joaquim Boarim. Eles vão compor a Mesa neste ato e vão fazer uma breve apresentação sobre o livro que os senhores acabaram de receber, que trata sobre "A Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis".

Juarez Domingues Carneiro: Bom-dia a todos. Para nós do Conselho Federal de Contabilidade este é um momento especial porque, após três anos, concluímos uma Proposta Nacional do Conteúdo para os cursos de graduação em Ciências Contábeis. A nossa equipe é composta pelo professor José Joaquim Boarim, de São Paulo; pela professora Marisa Luciane, de Santa Catarina; pela professora Ana Tércia, aqui do Rio Grande do Sul. Temos também um Conselheiro do Conselho Regional de São Paulo, a Maria Clara Cavalcante Bugarim, nossa presidente do CFC, e José Antonio de França, que é o presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade. Durante três anos, esse grupo reuniu informações e registros, coletou uma série de contribuições para elaborar uma Proposta Nacional do Conteúdo para os cursos de graduação de Ciências Contábeis. Esse trabalho foi desenvolvido não somente por meio do envio de e-mails e correspondências aos coordenadores

Marisa Luciane de Morais, José Joaquim Boarim, Ana Tércia e Juarez Domingues Carneiro.

de cursos de Contabilidade e aos professores, mas também pela distribuição de material nos encontros que fizemos em Brasília, tanto de professores, quanto de coordenadores de curso.

É uma proposta que está apenas no início porque, com certeza, esse trabalho merecerá o crivo de vocês, merecerá a crítica de vocês e nós pretendemos, com isso, construir uma obra muito mais sólida, mas que represente não apenas um indicativo, mas um caminho a ser seguido pelos cursos de graduação sem se tornar, de maneira alguma, obrigatório. Não há obrigatoriedade nenhuma de implantação dessa proposta. O que vamos fazer, ao longo do tempo, é aperfeiçoá-la. Aqueles que, por qualquer motivo, não prestaram a sua contribuição no momento em que foram chamados, quando dos eventos de coordenadores e professores de Contabilidade, ou quando enviamos as correspondências, têm agora uma nova oportunidade de fazer uma análise mais criteriosa. Esse trabalho tem ementa, conteúdo programático e referências bibliográficas, sempre respeitando as normas e os fundamentos legais que permeiam os cursos de graduação, além de elementos que podem subsidiar os estágios, as atividades complementares e a realização do trabalho de conclusão de curso.

Para nós, esse é um momento de muito orgulho e de muita satisfação porque conseguimos, ao longo desses três anos, pelo menos, apresentar uma proposta. Há cerca de 30 dias, estivemos em um evento em São Paulo, do qual participou um representante do MEC, e ele nos colocou as tendências do curso de Contabilidade em relação ao MEC, as quais evidenciavam ou visualizavam um momento em que os Conselhos teriam que participar ativamente, principalmente, na construção do perfil do profissional que se buscaria e do conteúdo programático dos cursos de Ciências Contábeis. Ele fazia um apelo ao Conselho Regional de Contabilidade nesse sentido. Só que ele não sabia que nós já tínhamos uma proposta e que Conselho Federal de Contabilidade já estava em um estágio bem mais avançado que os demais Conselhos em termos de propor alguma coisa para a área contábil.

Então, quero agradecer aos componentes do grupo que trabalharam durante todo esse período e apresentar a vocês essa proposta. Estamos aguardando as contribuições de vocês. Vou passar a palavra para Marisa e depois para o José Francisco.

Marisa Luciane de Morais: Bom-dia a todos. É com muita satisfação realmente que estamos aqui porque, de fato, esse trabalho – embora singelo, porque é apenas um ponto de partida – é fruto de um trabalho muito apurado e muito cuidadoso dessa comissão.

É, de fato, um ponto de partida porque, em função de inúmeros fatores, eu costumo dizer aos colegas da comissão que, mal lançado, ele precisará de uma nova edição, inclusive, por conta das alterações recentes em termos de legislação. A própria Lei n.º 11.638 reflete em diversas disciplinas as quais precisam ser ajustadas em função disso, além de todas as demais regulamentações. O foco principal, o ponto de partida, a base para esse trabalho foram as Resoluções emanadas pelo MEC, especialmente, a Resolução n.º 10/2004, que traz para as universidades, para as instituições de ensino superior os eixos norteadores de todo e qualquer curso de gra-

duação em Ciências Contábeis. Então, partimos desse ponto básico, dessa legislação maior e, claro, estamos aguardando a contribuição de todos vocês. Como o Juarez reforçou, agora talvez seja o momento mais propício de todos os senhores analisarem e contribuírem, porque, além das regulamentações que exigem essa atualização, tenho a certeza de que será muito positiva a contribuição de cada um dos senhores que estão envolvidos com a docência, coordenando cursos. A maioria dos senhores sabe das dificuldades quando, por exemplo, estamos fazendo a validação de disciplinas de uma instituição para outra e nos deparamos com matrizes curriculares bastante diferentes. Então, agradecemos e contamos com o apoio de todos vocês.

Juarez Domingues Carneiro: Para não atrasarmos mais a programação, o importante foi dito. O livro é um ponto de partida. Quando nós fizemos o esboço, submetemos à apreciação de todos os coordenadores de Escolas de Contabilidade do Brasil e recebemos sugestões. Estão aí elencadas as pessoas que se deram ao trabalho de fazê-las. Estaremos centralizando no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo, no Desenvolvimento Profissional, todas as sugestões que vocês julgarem por bem fazer para esse livro. Nós iremos compilá-las, trabalhá-las e, na próxima edição, daremos o nome daqueles que nos ajudaram colaborando com o livro. Muito obrigado e estaremos à disposição de vocês para suas críticas e sugestões. Muito obrigado.

CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

DESAFIOS ACADÊMICOS PARA UM PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL

Mestre de cerimônias: Convido à Mesa para coordenar as palestras a contadora Ilse Maria Beuren, Doutora em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da FURG, Santa Catarina.

Para proferir a palestra "Desafios Acadêmicos para um Programa de Mestrado em Ciências Contábeis no Brasil", convidamos o contador professor Doutor Romualdo Douglas Colauto e o professor Doutor João Luis Becker. Para proferir a palestra "O Papel do Ensino Superior", convidamos a professora Doutora Tânia Fischer.

Com a palavra, a coordenadora dos trabalhos.

Ilse Maria Beuren – Coordenadora: Bom-dia a todos e a todas. Iniciamos este Painel com uma pequena alteração, por conta de um acordo que fizemos com os três palestrantes. Nós temos duas palestras. São duas palestras entrelaçadas. A primeira é "Desafios Acadêmicos para um Programa de Mestrado em Ciências Contábeis no Brasil" e a segunda é "O Papel do Ensino Superior". Esta palestra está voltada também para a pós-graduação. No entendimento dos palestrantes, deveríamos fazer um Fórum com a interação dos três. O primeiro palestrante é o professor Romualdo Douglas Colauto. Eu peço licença aos palestrantes para a gente não decorrer sobre todo o currículo de cada um deles e apenas destacar três itens para este momento da palestra.

O professor Romualdo Douglas Colauto é Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina, é professor da UFMG e é coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFMG. Ele tem inúmeros trabalhos publicados e tem um vasto currículo que está disponível na internet para todos acessarem.

O professor João Luis Becker é Doutor pela UCLA, Estados Unidos. É professor titular da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenador da Área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Capes, que é o órgão que regula e fiscaliza a pós-graduação, o mestrado e o doutorado. É pesquisador do CNPq, Nível 1 A, que é o nível máximo de um pesquisador do CNPq.

A professora Tânia Fischer é Doutora em Administração pela FEA/USP, professora titular da Universidade Federal da Bahia, professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFBA e também é pesquisadora do Nível 1 A, da UFBA.

Peço desculpas por não ler o currículo completo, mas o nosso principal objetivo é ouvi-los. Cada painelista terá 40 minutos para proferir sua palestra. Passo, então, a palavra ao professor Romualdo Douglas Colauto.

Romualdo Douglas Colauto: Obrigado.

Prezados Congressistas, coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Contábeis, professores,

Dr. João Luis Becker, Dr.ª Ilse Maria Beuren, Dr. Romualdo Douglas Colauto e Dr.ª Tânia Fischer.

alização
RAL DE CONTABILIDADE
no Federal
hos Regionais
tabilidade
Contabilidade

amigos. Bom-dia. Sejam bem-vindos ao último dia do 3.º Fórum Nacional de Coordenadores do Curso de Ciências Contábeis. Eu gostaria, inicialmente, de agradecer, em especial, a presença do ilustre professor Sérgio de Iudícibus e da ilustre professora Olga Molina, que contribuem muito para a nossa área e, em especial, para o meu nervosismo.

Quando me convidaram para fazer essa apresentação sobre "Desafios Acadêmicos para um Programa de Mestrado em Ciências Contábeis no Brasil", a primeira percepção, a primeira idéia que eu tive foi que talvez fosse interessante fazermos uma pesquisa empírica em todos os Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis no Brasil e apresentar aos senhores uma coletânea dos desafios iniciados por esses Programas. Essa idéia foi transposta quando eu imaginei que há muitas pessoas bem mais experientes e bem mais qualificadas para falar dos Programas no âmbito nacional. Por isso, a minha apresentação se restringe a vivências de um programa específico de pós-graduação em Ciências Contábeis, o Programa da Universidade Federal de Minas Gerais.

Meu desejo é que, ao final da palestra, os senhores não chegassem à constatação de que as universidades parecem simplesmente mudar de nome e de endereço. Talvez esses desafios sejam bastante específicos do nosso Programa, mas verão que existem bastantes semelhanças. Isso vai ser uma mera coincidência, talvez. Eu pensei em mostrar esses desafios de acordo com o que a Capes entende por nível de qualidade. Eu não falo em nome da Capes e o professor Becker deve falar sobre o nível de qualidade, na seqüência. Os desafios estão basicamente fundamentados nas diretrizes de avaliação de cursos de mestrado acadêmico, especificamente, em relação à área de Administração, Contabilidade e Turismo.

Esses critérios de avaliação estão ancorados em cinco quesitos centrais relacionados à proposta do Programa, ao corpo docente, ao corpo discente (dissertações), à produção intelectual e à inserção social.

Então, esses desafios que eu vou apresentar aos senhores são sinalizações sobre a avaliação de acordo com critérios de qualidade e um segundo ponto são constatações de um Programa de Mestrado em Ciências Contábeis recém-criado no Brasil há um ano e meio. Portanto, alguns desafios já foram observados por nós.

O desafio da apresentação é compartilhar e sensibilizar os coordenadores de cursos de graduação em Ciências Contábeis sobre alguns desafios que precisam ser transpostos pelos cursos de mestrado. Nós acreditamos que alguns desses desafios poderiam ser amenizados se houvesse uma co-ação direta com os coordenadores de cursos da graduação. Então, a nossa intenção é compartilharmos aqui esses desafios e propor aos senhores uma série de ações diretas que, se operacionalizadas, amenizariam com certeza os nossos desafios.

Eu os dividi em quatro grupos centrais: alguns desafios institucionais; desafios relacionados ao corpo docente; desafios relacionados ao corpo discente; e, por último, desafios em relação à produção científica.

Desafios Institucionais:

Criar a cultura do novo. A pós-graduação, por essência, é o lugar do NOVO.

Nós temos um desafio, que é buscar alunos com potencial para desenvolver esse Novo. O professor Carlos Renato Theóphilo falou na apresentação dele sobre os alunos com potencial para desenvolver pesquisas e que naturalmente são curiosos. Então, captar esses alunos curiosos é um desafio para o Programa. Isso não está relacionado única e simplesmente a buscar alunos do curso de Ciências Contábeis. Seria interessante também termos alunos de outras áreas que trazem uma contribuição bastante interessante para os programas.

Entender que o mestrado é um projeto institucional e, portanto, não é um projeto do coordenador, do chefe do departamento ou de dois ou três professores. Nós precisamos, literalmente, de um trabalho conjunto – graduação e pós-graduação. A idéia central é que o trabalho conjunto é fundamental para outros cursos de mestrado e doutorado.

Pragmatismo nas ações necessárias para operacionalizar as ações, as metas de curto, médio e longo prazos. Normalmente, fazemos alguns planejamentos. Esses planejamentos são bastante aderentes ao que a Capes entende por qualidade, mas, de fato, operacionalizar essas ações nos parece um desafio bastante complicado, tanto em termos de recursos financeiros como em termos de convencimento do corpo docente, de convencimento do corpo discente e em termos de produção científica.

Definir um conjunto de disciplinas de tratamento metodológico e disciplinas com conteúdos relacionados às linhas de pesquisa, que sejam de consenso entre todos os docentes e que seja de fato bom para a formação do aluno. Alguns professores pensam muito na disciplina que te agrada, a disciplina que te traz algum benefício, mas é importante olhar as disciplinas de uma forma conjunta. Então, definir essas disciplinas de cunho metodológico, inclusive disciplinas que envolvam metodologia do ensino superior, dada a escassez de professores que temos nessa área, nos parece algo que devemos percorrer. A Metodologia do Ensino Superior para o mestrado é algo extremamente interessante, uma vez que vamos formar professores. Para vocês terem uma idéia, o nosso programa de mestrado e vários outros programas não têm essa disciplina e a procura por ela nos cursos de educação é imensa. Então, trazer professores com capacidade para ministrar Metodologia do Ensino Superior seria algo bastante interessante.

Manter um bom fluxo de entrantes e concluintes do curso. Essa é uma sinalização bastante interessante. Precisamos conquistar alunos com potencial, mas precisamos fazer com que esses alunos também saiam do programa. É importante que eles entrem e que eles saiam. Talvez um dos critérios bastante considerados por nós é a capacidade de o aluno de fato sair do programa com o título de Mestre.

Manter professores permanentes no curso também é importante. Aliás, isso é quase que um jargão, porque todos os coordenadores relatam sobre isso, mas, dada a escassez de professores que temos na área de Ciências Contábeis, conseguir manter professores permanentes no seu quadro é um desafio. Talvez isso seja bastante amenizado agora com os dois novos doutorados criados no Brasil, o da UnB e o da FURG, o que vai colocar mais doutores no mercado. Isso talvez seja amenizado em médio e longo prazos.

Incentivar programas de iniciação científica. Isso está diretamente relacionado à coordenação dos cursos de graduação. Um aluno que passou por um projeto de iniciação científica na graduação, chega com um perfil totalmente diferente no mestrado. Desenvolver programas e incentivar professores, mesmo que não sejam docentes permanentes do programa de mestrado a fazerem projetos de iniciação científica, envolvendo o maior número de alunos possível, representaria um potencial fantástico para nós. É por isso que eu gostaria de falar isso para os coordenadores de curso de graduação, em especial. Tentem desenvolver programas de iniciação científica porque os programas de mestrado precisam disso. O desenvolvimento desses alunos é muito bom. Nós precisamos de programas de iniciação científica.

Fortalecer o impacto social do curso. Como é que você fortalece o impacto social? Algumas ações podem ser desenvolvidas e são bem vistas pela Capes, como por exemplo, desenvolver livros didáticos para a graduação. Um livro didático não é algo tão fácil de se fazer, como ministrar palestras, participar de congressos, etc., mas, na medida do possível, tentamos desenvolver algumas ações de inserção social. Talvez esse seja, para nós, um dos desafios bastante complicados.

Recursos financeiros. Esse parece ser um problema unânime de todas as instituições. Apelação para que os alunos publiquem isso nós conseguimos fazer. Depois que o trabalho está aprovado, vem a segunda etapa: professores querendo dinheiro para participarem dos congressos. Os senhores bem sabem que os congressos não são nada baratos no Brasil. Então, os recursos financeiros representam um grande desafio, em especial, dos programas que estão se iniciando, porque a nossa verba, de fato, tem um valor bastante simbólico.

Alguns desafios institucionais em relação ao corpo docente:

Conciliar os anseios do corpo docente com as características específicas de turmas iniciais de mestrado é algo complicado. Normalmente, as turmas iniciais têm características bastante peculiares. A coordenação e os professores ainda estão aprendendo a selecionar os candidatos e, normalmente, queremos fazer com que o projeto do curso seja realizado de uma forma bastante imediatista e precisamos conter um pouquinho o corpo docente calmo: "As suas metas vão ser realizadas em médio e longo prazos". Então, não coloquem tudo de uma vez para os alunos porque vocês podem desmotivá-los.

Não errar na cobrança dos alunos. Nós não podemos ser muito severos e tampouco maleáveis nessa cobrança. Isso é algo que se vai aprendendo com o tempo. Não raramente observamos professores que estabelecem como requisito final para a sua disciplina um artigo. Como que um aluno consegue fazer um artigo a partir de uma disciplina de 30 ou 60 horas, com a pressão de que aquilo precisa dar a ele um conceito A ou B? Ninguém quer tirar conceito C em um programa de mestrado. Essa parece ser uma meta um pouco alta para os alunos. Precisamos encontrar um meio termo. Não sei qual é o segredo. Se eu soubesse, falaria.

Professores que conhecem e que se comprometem com as regras da Capes. É muito estranho quando um coordenador vai fazer uma reunião e começa a mencionar as regras da Capes,

e os professores dizem que não estão muito preocupados com a Capes. Não tem como não estar preocupado com a Capes, pois é um órgão que está ali para avaliar a qualidade dos docentes e você tem que se submeter às suas regras. Às vezes, eles dizem: "Eu conheço, mas não me incorporo de fato". Essa é uma luta que a gente tem constantemente.

Promover uma interação entre docentes e alunos da graduação. Precisamos fazer com que os professores de fato atuem na graduação. Quando a universidade tem um programa de mestrado ou doutorado, existe uma tendência dos professores em quererem trabalhar somente na pós-graduação e esquecemos que os alunos da graduação são o celeiro para o mestrado e o doutorado. Então, o fato de os professores trabalharem realmente na graduação é algo importante e esse é um requisito. Nós precisamos, no mínimo, dar uma disciplina na graduação.

Orientar trabalhos de conclusão de curso na graduação é algo também desafiador porque é bastante prazeroso orientar no mestrado e no doutorado. As metas de cobrança passam a ser diferentes. Mas orientar bem na graduação pode significar um forte indício de que esse aluno, se for bem orientado, se apresentar um bom trabalho, terá um desejo de entrar na pós-graduação. Temos que orientar os alunos na graduação, sim, e bem orientados.

Direcionar temas de pesquisa para uma íntima articulação com as linhas de pesquisa do mestrado. Isso parece ser até um paradoxo. Às vezes, eu penso que não teríamos direito a convencer o aluno a pesquisar algo que o programa pesquisa, algo aderente às linhas de pesquisa do programa. Mas, por outro lado, se você não tem pesquisas relacionadas às suas linhas, você não as consolida e consolidar linhas de pesquisa é uma meta do programa. Então, encontrar um tema que atenda tanto à expectativa do aluno quanto às linhas de pesquisa do programa é algo que a gente precisa trabalhar de uma forma bastante delicada.

Colocar os propósitos do curso acima de ideologias pessoais. Todos temos uma visão institucional e é para isso que vamos trabalhar. A nossa meta é que o programa mude de nível, em três ou seis anos. Então, esqueça suas ideologias e trabalhe em prol do programa.

Direcionar a produção científica dos docentes para a publicação permanente. É muito bom. É extremamente importante, é extremamente desejável que os professores participem dos congressos, mas é importante que a sua publicação seja melhorada, seja encaminhada para uma produção permanente. A Capes tem sinalizado que a produção apresentada em congressos é extremamente desejável, mas representa uma produção provisória. Começar a publicar em revistas específicas parece-se algo bastante desafiador. Inclusive, porque nós ainda temos um número bastante restrito de revistas científicas no Brasil.

Operacionalizar processos de avaliação e de desempenho. Eu não imaginava que isso fosse tão complicado quanto é na prática. Fazer avaliação de desempenho do corpo docente e do corpo discente é até relativamente tranqüilo. O problema é o que você faz depois com essa avaliação. Mostrar essa avaliação e tentar convencer os professores de que alguns daqueles itens precisariam ser melhorados é algo que precisamos fazer com bastante cautela.

Convencer os professores a terem algumas produções técnicas. O que são trabalhos técnicos? Participar de bancas de concursos, participar como revisores de congressos e revistas, participar como palestrantes. Você poderia perguntar: "Isso não é algo comum?" É, se nós não tivéssemos que participar de tantos congressos; se nós não tivéssemos que avaliar tantos artigos de inúmeras revistas. Nós, editores de revistas, sofremos com a cobrança das pessoas que encaminham seus artigos; querem *feedback*; reclamam porque o artigo demora para voltar. Mas isso demora porque temos poucos avaliadores e o trabalho precisa, no mínimo, passar por dois avaliadores. Então, não é uma tarefa fácil.

Alguns desafios institucionais em relação ao corpo discente:

Definir um bom processo de seleção. A pergunta seria: o que é um bom processo de seleção de entrantes para o programa de mestrado? Nós estamos descobrindo. Vamos fazendo isso por tentativa e erro. A cada processo de seleção, a gente descobre que fez algo errado e tenta aperfeiçoá-lo. Quando você pensa que descobriu um bom processo de seleção, aparece o segundo problema. O processo está bonitinho, bem amarrado, mas será que eu conseguiria alunos com dedicação exclusiva, no mínimo, no período de créditos? O interessante seria durante todo o curso, mas o fato é que um aluno com dedicação exclusiva no período de créditos tem um desempenho completamente diferente do aluno que trabalha. Então, seria bastante desejável para o programa que nós tivéssemos alunos de dedicação exclusiva. Depois que você escolhe e consegue um aluno de dedicação exclusiva, começam a aparecer os assédios. Como eu faço para convencer os alunos a resistirem aos convites para lecionar durante esse período de créditos? Talvez isso seja uma particularidade do Estado de Minas Gerais, talvez não, mas os mestrandos são extremamente assediados. Eu recebo, no mínimo, uns dois pedidos por mês de universidades querendo professores mestrandos para dar aula e aí você fica naquela situação bastante complicada. Eu tenho dó de não oferecer o aluno, mas, se ofereço, o aluno vai e eu perco a dedicação exclusiva.

Manter o aluno no curso é algo que a gente tem observado que é um desafio de fato. Passado o período dos créditos, o aluno resolve se casar, resolve mudar para outro estado, resolve fazer disciplinas isoladas em outros programas e esquece que ele precisa voltar e fazer a dissertação. Isso é algo que a gente tem que tentar dirimir de alguma forma, mas não descobrimos ainda.

A verticalização do conteúdo programático é um desafio. Se você coloca uma disciplina, por exemplo, de estatística e o aluno tem uma má formação de estatística na graduação, você reprova boa parte dos alunos. Se você coloca uma estatística com alguns recortes teóricos, imaginando que ele já teve uma boa formação na graduação e isso não for verdadeiro, a gente não consegue verticalizar. E o mestrado é verticalização. O mestrado não é para ficar somente nivelando. Seria desejável, portanto, que tivéssemos uma boa estrutura curricular que pudesse encaminhar o aluno para o programa de mestrado com bases. Eu estou colocando aqui o que seria interessante e depois temos que pensar naquilo que seria possível operacionalizar.

Desenvolver o hábito de estudo, de leitura e de escrita é outro desafio. É necessário que os senhores coordenadores, ao voltarem para as suas instituições, pensem em como nós podemos fazer isso na graduação. Em geral, o aluno da graduação tem pouco hábito de leitura, de estudo e de escrita. Quando já se passaram seis meses do programa de mestrado é que ele começa a perceber que, de fato, ele precisa estudar porque, se ele não estudar, vai reprovar nas disciplinas. Tentem nos ajudar nisso. Tentem nos ajudar a melhorar o nível de estudo, leitura e escrita na graduação.

Aceitar outras abordagens diferentes da prática exigida na Contabilidade Financeira. Eu não sei se isso é constatação única nossa, mas o aluno tem um viés muito financeiro e trabalhar a Teoria da Contabilidade é complicado. A Teoria da Contabilidade é algo que a gente precisa ter uma motivação múltipla para convencer o aluno que aquilo que é importante. Talvez porque ele pense que o mestrado acadêmico tem como foco prepará-lo somente para o mercado. Esse não é de fato o único objetivo dos programas de mestrado.

Excessiva adesão a pesquisas que envolvem modismos. Por que isso é um desafio? O que se espera de um aluno de mestrado? Espera-se que ele faça uma boa dissertação. A dissertação, em tese, não é uma publicação, mas espera-se que dessa dissertação saiam publicações. Se ele ficar atrelado a muitos modismos, boa parte dos pesquisadores já fez alguma coisa sobre o assunto, ou é mais fácil de pesquisar, e não se publica isso. É por isso que alguns modismos acabam sendo bastante difíceis de serem publicados. Então, criar a cultura do novo, pesquisas novas, descobrir algo novo para ser pesquisado, para ser investigado é importante.

Conciliar os projetos de dissertações com as linhas de pesquisas do curso. Isso é algo que a gente necessariamente precisa fazer para consolidar as linhas de pesquisa.

Internacionalização do ensino. O que é que eu quero mencionar com esse item. A habilidade do aluno para dominar outras línguas. Um dos principais quesitos que o aluno vai ser desafiado nos cursos de mestrado e doutorado é em relação à leitura de textos internacionais. Alguns cursos de graduação quase não trabalham a língua inglesa ou a língua espanhola. Então, desenvolver habilidades para outras línguas é algo que nós precisamos.

Melhorar o nível de conhecimento em métodos qualitativos e quantitativos. Aqui não faço nenhuma menção às pesquisas exageradas em métodos quantitativos e métodos qualitativos. Isso é importante para que você não defina rapidamente uma linha positivista ou fenomenológica no seu curso.

Melhorar a metodologia da pesquisa na graduação e na pós-graduação. Alguns cursos só têm 60 horas de Metodologia de Pesquisa e isso é insuficiente, tanto para que ele faça o Trabalho de Conclusão de Curso como para que ele faça as pesquisas e escreva os artigos na pós-graduação. Então, aumentar a carga horária de Metodologia do Ensino e da Pesquisa seria algo bastante interessante para nós.

Alguns desafios em relação à produção científica:

O maior deles é manter um bom nível, ou um nível muito bom de produção intelectual para todos os docentes permanentes do programa. Observem que quando você tem um professor com uma produção muito boa, um aluno com uma produção muito boa e os outros professores são medianos, o curso fica extremamente dependente desse professor. A saída de um professor pode comprometer o curso. Então, ter produção bastante qualitária em nível de corpo docente é algo extremamente desejável.

Fortalecer as publicações de alto impacto. Nós sabemos que, no Brasil, temos poucas revistas consideradas de alto impacto. Então, as universidades precisam nos ajudar a ter revistas de alto impacto. Em geral, revistas de alto impacto são revistas que têm conceito A e B, apesar de que isso está sendo revisto pela Capes, mas precisamos ter produção de alto impacto e não apenas ter produção.

Lembrar que o objetivo do curso de mestrado é formar pessoas que tenham algum domínio de determinado assunto. Então, não podemos transferir para os nossos alunos as nossas metas pessoais de pesquisa e publicações. O corpo docente precisa publicar; o corpo discente precisa publicar; mas não vamos transferir essa obrigação do corpo docente somente para o corpo discente. Vamos fazer produção conjunta. Isso é o desejável.

Criar metas de publicações para os alunos a partir de dissertações ou de pesquisa empírica, e não apenas a partir das disciplinas ministradas. Eu falei disso há pouco. Parece-nos ser bastante primário querer que o aluno faça um artigo após cada disciplina. Os artigos precisam ser necessariamente derivados de dissertações, de pesquisas empíricas, senão vai parecer que é um conjunto de citações bibliográficas, se é que é um bom conjunto de citações bibliográficas.

Grupos de pesquisa com projetos efetivos, envolvendo tanto alunos de graduação quanto alunos de mestrado e doutorado. Isso fortalece as duas bases. É extremamente desejável que o aluno da graduação comece a fazer pesquisa junto com os mestrandos. Isso vai aproximá-lo, vai desenvolver um hábito de pesquisa, vai deixá-lo desejoso de entrar em um curso de pós-graduação.

Fomentar as publicações do corpo discente em parcerias. Temos várias sinalizações de que esse é um dos itens que estaria sendo mais avaliado qualitativamente pela Capes, ou seja, produção conjunta de professores e alunos. Não professores individualmente e tampouco alunos individualmente.

Ter projetos de pesquisa financiados por órgãos de fomento. Observem que temos vários órgãos de fomento, como a Capes, o CNPq, os estados têm as suas Fundações de Amparo à Pesquisa, as próprias universidades acabam financiando. Projetos de pesquisa financiados mostram que, de fato, o coordenador do projeto tem competência para desenvolver habilidades nos pesquisadores e isso é interessante.

Produção conjunta com outros programas. Isso fortalece os dois ou os três programas que estão participando dessa pesquisa. Sabemos que não é tão simples desenvolver projetos de pesquisa em parceria porque o tempo de cada pesquisador é extremamente escasso. Mas os projetos em parceria são algo bastante sinalizado.

Avaliações qualitativas das dissertações. Isso está relacionado ao seguinte: a sua pesquisa tem potencial para gerar uma publicação? A sua dissertação gerou uma publicação? Isso significa que temos um critério bastante inteligível de qualidade.

Manter periódicos científicos pontuados. Este é um desafio bastante interessante.

Reduzir as crenças nos métodos matemáticos, nos métodos estatísticos. Isso é algo talvez um pouco equivocado de nossa parte. Achar que somente pesquisas quantitativas têm lugar de publicação, pesquisa qualitativa é algo bastante desejável.

Considerações Finais:

A ampliação da importância do que o programa gera, em termos de produção científica e formação de mestres é extremamente desejável. Um programa muito bom na sua composição, mas com baixa produção científica, ou com baixa formação de alunos, não teria o mesmo conceito de um programa que conseguisse se destacar nesses dois quesitos: produção intelectual e corpo discente.

Eu teria várias outras colocações a fazer, mas, em função do tempo, encerro aqui a minha participação. Agradeço a atenção dos senhores e devolvo a palavra à professora Ilse.

Ilse Maria Beuren – Coordenadora: Obrigada, professor Romualdo Douglas Colauto. Passamos agora a palavra ao professor Becker para a sua palestra.

João Luis Becker – Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Bom-dia a todos. É com muita satisfação que eu pude atender a esse convite formulado gentilmente pela coordenação do evento, para estar aqui discorrendo um pouco sobre o papel e o processo de avaliação da Capes e a sua relação com os cursos de pós-graduação e a relação com os cursos de graduação.

Eu começaria chamando a atenção para entendermos um pouco onde estamos metidos, porque falamos sempre que a Capes exige isso, a Capes exige aquilo. É muito importante satisfazermos os critérios da Capes e entendermos um pouco de onde vem a Capes, como é que ela surge, como é que ela evolui. A Capes, certamente, é uma instituição das mais reputadas, nacional e internacionalmente, e garantiu essa reputação por conta da sua atuação muito incisiva, especialmente a partir da década de 70, na indução da pós-graduação. Mas a Capes surgiu em 1952, ainda no tempo do Getúlio. O "C" da Capes, começou como "Campanha". Era uma Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior do País. Havia uma clara necessidade de desenvolver recursos humanos, capacitá-los para enfrentar os novos desafios, aqueles desafios da década de 50, de um país de uma economia essencialmente agrária, agropastoril, que adentrava em uma nova perspectiva e faltavam quadros de profissionais capacitados. Então, a Capes promoveu uma campanha de desenvolvimento de recursos humanos.

Hoje, passados 50 anos da sua criação, a Capes ainda se vê como uma instituição pública, uma instituição nacional, cujo objetivo fundamental é desenvolver o País. E aí nós podemos entender adequadamente o papel do sistema de avaliação da Capes. O sistema de avaliação da Capes não é um sistema para fechar cursos. Não é um sistema para

dizer se este é o melhor ou o pior curso. O sistema de avaliação da Capes é colocado como parte da política pública de desenvolver a pós-graduação. É claro que estamos avaliando a pós-graduação. O desenvolvimento da pós-graduação é olhado como um vetor do desenvolvimento do país. Ao desenvolver a pós-graduação – essa é a aposta – em médio e longo prazos, estaremos desenvolvendo os nossos cursos de graduação e, mais adiante, estaremos desenvolvendo os nossos profissionais. A partir da sua ação, estaremos impulsionando o desenvolvimento do País. Então, a avaliação da Capes é colocada nesse contexto; é uma avaliação que busca o desenvolvimento.

Evidentemente, quando a Capes fala em pós-graduação, fala de maneira ampla. Nós aqui estamos preocupados com a pós-graduação, com a graduação e a formação de profissionais em Ciências Contábeis. Mas não é esta a única preocupação da Capes; essa não é a única preocupação do sistema de pós-graduação, embora seja uma das mais importantes. A Capes também se preocupa com uma avaliação da pós-graduação em todas as suas áreas, em todas as suas facetas. Nós bem sabemos que a ciência é amplíssima e cada vez mais se amplia. Então, hoje, a Capes se divide em diferentes coordenações de avaliação. São 47 coordenações que foram surgindo e se desenvolvendo ao longo do tempo, evidentemente, com as suas idiossincrasias. Colocamo-nos aqui em uma área que está encarregada de avaliar os cursos de mestrado e doutorado em Ciências Contábeis, juntamente com outro grupo de cursos de mestrado e doutorado que também participam do mesmo processo de avaliação, que são os cursos de Administração, e com outro grupo de cursos igualmente importantes para o País, que são os cursos de Turismo, englobados em uma definição bastante genérica de turismo. Estou aqui na posição de coordenador de Avaliação da Capes para a área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo.

Há alguns princípios fundamentais desse processo de avaliação que eu gostaria de chamar a atenção para nossa reflexão. Um desses princípios fundamentais, evidentemente, é que a pós-graduação está fortemente vinculada às iniciativas de desenvolvimento do conhecimento, de desenvolvimento científico e de desenvolvimento tecnológico, e um dos parâmetros é a questão da colocação do princípio de padrões internacionais de avaliação. Nós buscamos fazer uma avaliação da pós-graduação que esteja emparelhada com os padrões internacionais utilizados para avaliar ciência, tecnologia, desenvolvimento de ciência, desenvolvimento de tecnologia, desenvolvimento de conhecimento no plano internacional.

Há um outro princípio fundamental também que é a questão da unidade do sistema. Quando se coloca o sistema de avaliação e se colocam mais de 40 áreas, como eu já mencionei, evidentemente, que seria temerário estabelecer sistemas de avaliação diferenciados para áreas diferenciadas. Esse é também um princípio fundamental. Quando falamos em avaliação da pós-graduação, não podemos esquecer que estamos avaliando a pós-graduação inteira do país. Este é um desafio e tanto. Não é apenas a avaliação dos cursos de Ciências Contábeis. Os cursos de Ciências Contábeis que estão aí deverão ser avaliados; merecem ser avaliados; merecem ser desenvolvidos, mas não estão sozinhos. Temos que nos preocupar

com o desenvolvimento harmônico da pós-graduação brasileira se quisermos efetivamente atingir o pleno desenvolvimento do País.

Outro princípio fundamental é a questão de o sistema de avaliação buscar legitimidade mediante a avaliação por pares. Esse é, certamente, um princípio caríssimo, um princípio fundamental da idéia de desenvolvimento científico. A ciência se desenvolve pela troca de opiniões, pela troca de percepções das pessoas que fazem a ciência, em um determinado campo do conhecimento. Uma descoberta feita por algum pesquisador só ganha de fato a classificação de um avanço, quando ela é referendada pelos demais pesquisadores daquela área, que convalidam os resultados obtidos. Isso é um princípio fundamental que a CAPES, sendo uma agência de avaliação da pós-graduação, que trata com a inovação e o desenvolvimento do conhecimento, acaba tomando emprestado. A CAPES rejeitou, desde sempre, a avaliação externa da área. Se nós estamos fazendo uma avaliação da área de administração, ciências contábeis e turismo, são os próprios pesquisadores e participantes dessa área que realizam essa avaliação. Eu tenho dito muitas vezes que a CAPES somos todos nós. Nós falamos na CAPES como terceira pessoa, falamos na CAPES como instituição. Realmente, é uma instituição tremendamente importante, mas, de fato, os processos desenvolvidos no âmbito da avaliação da CAPES são realizados por nós. Nós estabelecemos as diretrizes. Nós refletimos a respeito das regras. Nós colocamos as regras e as métricas e nós as perseguimos. Isso traz ao sistema uma legitimidade ímpar. Então, não são pessoas de outra área que estão avaliando outra, apesar do princípio da unidade sistêmica, porque pessoas de outra área não entendem adequadamente aquilo que se passa em uma segunda ou terceira área. Mas, critérios gerais, princípios gerais, precisam ser compartilhados.

Outro princípio também fundamental, especialmente proporcionado pelos recentes avanços em tecnologia da informação e comunicação, que também busca a legitimidade, é o Princípio da Transparência. Sendo a Capes uma agência pública, como tal é absolutamente essencial que as suas decisões, as suas deliberações, com as devidas repercussões, sejam tornadas públicas, com a maior transparência possível. No sistema de avaliação, é bem verdade, olhando um pouco para trás, não foi sempre assim. Muitas vezes, tínhamos a idéia e a percepção de que o sistema de avaliação era uma caixa preta. Não é mais assim. Todos os processos, todas as deliberações do Conselho Técnico-Científico da Capes, envolvendo todos os cursos – e são milhares de cursos espalhados pelo País – são publicados nos tradicionais sítios da Capes e nos diversos sistemas. Está tudo lá. Isso favorece e facilita, evidentemente, uma espécie de autoavaliação dos nossos programas porque podemos olhar contra quem estamos sendo avaliados; quais os nossos pares, enquanto programas, enquanto instituições. Como uma instituição e como um determinado curso vão ser avaliados? Vão receber uma solicitação de enviar seus dados. Como os demais cursos vão ser avaliados?

Há pouco tempo, eu visitei um programa. Eles estavam lá fazendo um planejamento estratégico das suas ações de curto prazo e de médio prazos, e a primeira providência que eles tomaram foi quem é que estava mais ou menos

com o mesmo conceito que eles. Eles buscaram as informações de todos os cursos que tinham o mesmo conceito, tentando fazer um *benchmarking*, comparativamente, de como estava a produção intelectual, a produção discente, etc. Isso ajuda muito o desenvolvimento dos programas porque permite, com a autonomia devida a cada programa, estabelecer determinadas diretrizes, determinados processos. Então, esses são os princípios fundamentais.

Outro elemento que eu quero chamar a atenção para a nossa reflexão aqui é o fato de olhar o processo de avaliação, olhar a pós-graduação brasileira em uma perspectiva longitudinal. De onde nós viemos? Como é que nós estamos nos desenvolvendo? Para onde estamos caminhando? A constatação evidente é de que a pós-graduação brasileira, embora tenha já mais de 30 anos de existência, ainda se encontra em processo de crescimento e consolidação. Não há uma coisa consolidada. Especialmente a área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, com mais intensidade ainda, se coloca como alguma coisa em desenvolvimento. Na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, já existem mais de 100 cursos hoje autorizados a funcionar. Estou falando em cursos *stricto sensu*. Há mais de cem. Mais da metade dele não tem cinco anos de existência.
Isso coloca, evidentemente, um desafio enorme, porque vamos fazer um processo de avaliação que, como eu disse, não é um processo de avaliação para fechar curso, é um processo de avaliação para desenvolver. Evidentemente, temos que estabelecer uma avaliação que ande em paralelo a esse processo de desenvolvimento e consolidação. Comparativamente às demais áreas do conhecimento, as áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, de certa forma, buscam uma legitimação: "Olha, nós também fazemos ciência! Nos também somos importantes para o País! Nós também avançamos no conhecimento! Não nos deixem para trás! Também queremos recursos! Também queremos bolsas! Também precisamos desenvolver as pessoas e os profissionais competentes na nossa área". Então, é uma área de consolidação e não podemos esquecer isso quando falamos na avaliação das pós-graduações.

Aqui têm algumas estatísticas das dimensões do sistema. Eu vou colocar um gráfico porque é muito melhor. Esse gráfico está colocando a evolução do número de alunos titulados. Alguém enxerga uma curva estacionária aí? Ninguém enxerga porque não há curva estacionária. Por outro lado, aqui está o número de alunos novos, ou seja, os ingressantes na pós-graduação. Isso também revela esse processo de franca consolidação e expansão ao qual eu me referi há pouco.

Aqui tem uma preocupação enorme que também reflete essa questão da consolidação. O que vemos aqui é um retrato da concentração econômica existente no nosso País. Aqui nós temos a estatística de docentes doutores (100.000 habitantes), ou seja, uma dessas estatísticas demográficas aponta claramente para a concentração da preocupação com o desenvolvimento do País. Isso é preocupante.

Aqui temos outros dados, mas quase todos os mapeamentos georeferenciados apontam para essa disparidade. Evidentemente, temos que olhar para isso e entender por que, em alguns momentos, há alguns processos de finan-

ciamento que estão tentando induzir o surgimento de novos programas, de novos grupos, de novos investigadores, em outras regiões que não aquelas já bem aquinhoadas.

No processo de avaliação, estamos, na Capes, dentro do que a estrutura organizacional da Capes coloca como Diretoria de Avaliação. O objetivo da Diretoria de Avaliação é fazer a avaliação, mas colocando-a lado a lado com a idéia de desenvolvimento da pós-graduação. A avaliação não está no vazio. A avaliação visa desenvolver a pós-graduação. A base de atuação são consultores acadêmicos, seguindo o princípio fundamental da avaliação por pares e uma equipe bastante reduzida de servidores da Capes. Aqui estão algumas estatísticas e a divisão das 47 áreas existentes hoje na Capes. Esta é uma divisão arbitrária; é uma divisão que, para ser entendida, temos que entender a sua evolução histórica. É uma divisão em aperfeiçoamento. Por exemplo, a nossa área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo é a área que mais cresce entre as 47 áreas. Não somos a maior área, mas, daqui a quatro ou cinco anos, seremos, sem dúvida, a maior área. Evidentemente, do ponto de vista operacional, alguma coisa vai ter que acontecer, porque se torna eventualmente impossível fazer uma avaliação adequada, uma avaliação conscienciosa de tantos cursos de pós-graduação, especialmente, pelo time de avaliadores que precisam ser mobilizados por conta do princípio da avaliação por pares.

O Conselho Técnico-Científico, que é o órgão máximo da Capes, é composto pelo presidente da Capes e os três diretores. A Capes não tem só avaliação. A avaliação é uma parte do processo de atuação da Capes. Há uma Diretoria de Programas e Bolsas e há uma Diretoria de Relações Internacionais. Essas duas diretorias é que têm dinheiro. A Diretoria de Avaliação tem muito pouco dinheiro. Ela oferece subsídios para as demais Diretorias executarem seus programas, dentro do fomento de bolsas para financiamento da pós-graduação.

A finalidade da avaliação é construir um controle de qualidade. É um instrumento legal e institucional para oferecer a autorização e o reconhecimento. Eu dizia há pouco que a avaliação não está aí para fechar cursos, mas, evidentemente, pensando-se como sistema de avaliação, alguns cursos precisam ser não autorizados e alguns cursos precisam ser fechados, eventualmente. Então, o reconhecimento de que a avaliação não é para fechar cursos não quer dizer que não se feche, não quer dizer que não se deixe de autorizar, porque a qualidade está, evidentemente, em primeiro lugar nas nossas preocupações. Há uma espécie de *feedback*, um núcleo sistêmico. Se não tivermos isso, o sistema vai se degenerar muito rapidamente. O nosso objetivo é também contribuir para o desenvolvimento; fornecer subsídios para os planos e programas às demais Diretorias para promover o fomento; contribuir para a evolução e o desenvolvimento da pós-graduação.

Aqui estão os pressupostos da avaliação aos quais já me referi. Aqui tem uma coisa muito importante, segundo aquele princípio de humildade, que é o fato de o padrão internacional estar aí colocado. Então, poderíamos citar os seguintes pressupostos:

Elevar periodicamente os referenciais adotados como um processo de avaliação que acompanha o desenvolvi-

mento. Evidentemente, a régua vai subindo. É a metáfora do salto em altura. Os competidores vão saltando, vão saltando e, evidentemente, para destilar qualidade, vamos elevando as nossas exigências.

Preservar a função de discriminação da avaliação. Há que se ter um reconhecimento dos cursos que são melhores ou mais bem posicionados, até mesmo para induzir os outros a imitá-los, a olhar para eles e fazer um processo auto-avaliativo, visando ao seu desenvolvimento.

Equivalência inter-áreas. É esse princípio da unidade que eu estava mencionando. Freqüentemente ouvimos que há um curso 5 na Física. Esse curso 5 na Física quer ser equivalente em qualidade a um curso 5 na área de Ciências Contábeis. No curso 4, a mesma coisa; no curso 6 a mesma coisa. Então, esse princípio da equivalência inter-áreas é uma preocupação, evidentemente, relevante.

Os processos de avaliação são sempre em duas formas:
(1) A avaliação de propostas de cursos. Ou seja, os cursos novos, para serem autorizados, precisam passar pelo crivo da avaliação. Posso dizer a vocês que nem todos os cursos são autorizados de início. Vários deles já baixaram em diligência para a melhorias, etc.;
(2) Avaliação dos programas. É uma avaliação em um processo continuado. É o que se chama de avaliação trienal. Ela é feita de três em três anos. Embora não se tenha ainda claros sinais, evidentemente, esse espaço vai ter que ser ampliado, pois o sistema está enorme, está crescendo e, daqui a pouco, vai ser insustentável fazer uma avaliação tão minuciosa de todos os cursos de três em três anos. Então, provavelmente, passaremos a uma avaliação quadrienal, enfim, alguma coisa assim está se antevendo. Talvez se possa fazer uma avaliação de acompanhamento daqueles cursos que ainda estão em estágio inicial de desenvolvimento, mais especificamente, e deixar um pouco os cursos melhor avaliados com a sua autonomia, desenvolvendo-se com mais plenitude.

Aqui temos as instâncias da avaliação. Também é muito importante a gente perceber isso. É claro que, como coordenador, é muito importante que eu me coloque nessa posição, mas também é muito importante que as pessoas entendam a posição dos coordenadores de área. Não fazemos avaliação. A Diretoria não faz avaliação. Quem faz a avaliação são os pares. A minha função é de coordenar esse processo dentro da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Quem bate o martelo é o CTC. Quer dizer, os Comitês de Área, sob minha coordenação, fornecem pareceres, subsídios para o CTC. Não raramente, o CTC acaba divergindo dos pareceres oferecidos pela área. Não é algo impossível porque a autonomia do CTC precisa estar garantida.

Aqui temos o papel da Comissão de Área de Avaliação. Ela define os fundamentos da avaliação; responde pela realização operacional da avaliação; e, nessa composição dos diversos segmentos, dos diversos programas, busca dar uma maior legitimidade e credibilidade ao próprio sistema de avaliação.

Aqui temos alguns desafios para o sistema de avaliação e alguns desafios para a nossa área, em particular. O ritmo de crescimento da pós-graduação no Brasil, evidentemente, é uma coisa que preocupa, no sentido positivo, não

no sentido negativo. Não vamos brecar o crescimento, muito pelo contrário. Mas, para uma avaliação, isto é uma preocupação permanente. Há algumas movimentações já em curso no sentido de simplificar o processo. Isso é reflexo imediato desse volume de cursos já existentes. Uma simplificação do processo, por exemplo, vai na direção de reconhecer uma autonomia do processo da pós-graduação, passando a avaliação a se concentrar nos resultados dos cursos de pós-graduação. Evidentemente, medimos os resultados dos cursos pelos seus alunos, pela qualidade de seus egressos, pela produção intelectual dos docentes e discentes e pela inserção social, que é um dos elementos de avaliação. Então, esses três elementos acabam por merecer uma atenção mais especial em detrimento da forma como os cursos começam a se organizar. Então, passamos para uma avaliação de resultados. Estamos caminhando para uma avaliação com cada vez mais ênfase nos resultados dos diversos programas.
Há também uma exigência de ajuste e aprimoramento, além da exigência de maior transparência, e temos alguns desafios para esse triênio 2008/2010.

Aqui temos os principais temas que passam pela avaliação do CTC e da Diretoria:

A contribuição para a indução do desenvolvimento.

A consolidação dos mestrados profissionais. Essa é uma coisa que diz respeito à nossa área em particular, que tem gerado, nessa nova modalidade de mestrado, algumas frustrações porque as expectativas eram muito diferentes do que a área acabou se posicionando. Parece que a nossa área tem medo da pós-graduação profissional.

Em uma avaliação muito pessoal, eu diria que a área não entendeu adequadamente o papel e o perfil de uma pós-graduação dita profissional, em contraposição ao mestrado acadêmico. Então, há uma preocupação muito grande com isso. Evidentemente, há uma preocupação mais ampla de estabelecer uma vinculação cada vez mais estreita entre a academia e o setor produtivo que impulsiona o desenvolvimento do país. Não é preciso refletir muito para olharmos o nosso entorno, na nossa academia, no nosso curso, na nossa universidade. Verificamos que em muitas situações, em muitas circunstâncias, estamos muito apartados do dito setor produtivo, do meio empresarial, particularmente. Então, a tentativa aqui é de fazer uma adesão um pouco maior para ganhar uma contribuição mais ampla para a sociedade e para o desenvolvimento do país. Nós precisamos disso. Evidentemente, isso se coloca como um dos grandes desafios para o triênio 2008/2010.

Programas associados. Essa é uma tentativa de, de novo, se pensar no processo de consolidação, que é desigual em termos dos cursos; a imensa maioria dos cursos é de nível 3. Isso não acontece somente na nossa área, mas, particularmente na nossa área. Evidentemente, o interesse é desenvolver todos. Então, estamos induzindo uma associação de programas para que, juntos, consigam mais facilmente ultrapassar determinadas barreiras do seu desenvolvimento.

Preocupação com a internacionalização. Isso está sempre presente. Percebemos que, entre as 47 áreas de atuação da Capes, há áreas mais consolidadas que têm um processo de internacionalização muito mais contundente, mui-

to mais profundo do que outras áreas. Evidentemente, é importante para o País que tenhamos essa interlocução, essa interface. Afinal, Teoria de Contabilidade não permite o qualificativo brasileiro, do tipo "Teoria de Contabilidade brasileira". Teoria de Contabilidade é Teoria de Contabilidade. Pode haver escolas diferentes, correntes diferentes, mas o que se faz aqui deve ser equiparável ao que se faz na Alemanha, nos Estados Unidos, na França, no Japão, onde quer que seja. Aliás, hoje, uma das linhas de investigação muito concretas é a questão da valorização das normas contábeis internacionais. Vários pesquisadores estão trabalhando nessa temática. Então, essa é uma preocupação muito grande.

Fusão e desmembramento de programas. Eu já mencionei a vocês essa questão. É inevitável que aconteça isso, na minha avaliação muito pessoal. Não estou falando agora como Coordenador da Capes.

A Qualis é um tipo de avaliação mais específica da qualificação da produção intelectual. Hoje, há pelo menos quatro qualificativos para a Qualis. A Qualis começou com uma apreciação para os periódicos, mas, para algumas áreas do conhecimento, se percebeu que avaliar periódicos apenas não reflete a contribuição intelectual e o avanço intelectual de algumas áreas. Para vocês terem uma idéia, das 47 áreas, 22 áreas, geralmente ligadas às ciências humanas e às ciências sociais aplicadas, gostariam de ver valorizada como contribuição a publicação de trabalhos na forma de livros. Nós estamos entre elas. Então, hoje se fala no Qualis Livros. O CTC vai estar reunido daqui a duas semanas para bater o martelo em uma sistematização homogênea de todas as áreas que estão interessadas, para fazer a avaliação dos livros. É o chamado Qualis Livros. Mas, também se aperfeiçoou, para algumas áreas também, o Qualis Produção Artística. Parem para pensar! O conhecimento é amplo, tem 47 áreas e eu quero induzir pesquisa e evolução do conhecimento em artes, por exemplo. Eu vou exigir das pessoas que tenham publicado um *paper*, um artigo, em um periódico de alto impacto. Isso, no caso de periódicos. Então, o CTC determinou, foi feito um novo estudo e foi proposto um novo Qualis, que é o Qualis de Produção Artística. Nós não nos envolvemos no Qualis de Produção Artística. Quem se envolveu mais fortemente foi a área de artes, a área de *design*, a área de arquitetura, enfim, essas áreas que têm esse tipo de valorização. No caso do Qualis Livros, nós estamos bem envolvidos; já temos uma boa experiência e vamos repetir e aprofundar. Temos também o Qualis de Produção Tecnológica. Assim, a nossa área tem bastante contribuição a fazer. Isso está em preparação. É uma avaliação um pouquinho mais precisa, mais específica e aprofundada da produção técnica e tecnológica realizada pelos docentes e discentes dos diversos cursos de pós-graduação. Isso começou envolvendo alguns grupos de engenharia e de computação, mas logo seremos chamados a oferecer a nossa contribuição.

Acho que são esses os principais desafios. Quero agradecer a atenção de todos. É um privilégio estar aqui. É uma lástima que eu tenha que me ausentar, pois tenho outro compromisso inadiável nesta tarde. Peço desculpas a vocês por não estar compartilhando esse Congresso com mais intensidade como eu gostaria. Muito obrigado.

O PAPEL DO ENSINO SUPERIOR

Tânia Fischer – Universidade Federal da Bahia: Quero aqui cumprimentar a todos e dizer da minha enorme satisfação de estar de volta à minha terra e ter a oportunidade de entrar em contato com essa comunidade, neste Congresso de tanta importância, de tanta relevância. Como estamos juntos, Administração, Contabilidade e Turismo, no espaço Capes, ao ser convidada para este evento, pensei que talvez a contribuição que eu pudesse trazer seria exatamente no apoio ao desenvolvimento do ensino da área de Contabilidade. Vou basear a minha fala na experiência que estamos desenvolvendo, na Anpad, há seis anos, no Programa de Capacitação Docente em Administração. Na Capes, está sendo construído o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Melhoria da Qualidade de Ensino e Formação de Professores, à semelhança de outros programas que a Capes está desenvolvendo, na linha de pró-Engenharia, pró-Defesa, etc., e estamos construindo o pró-Administração.

Trago aqui, como uma proposta e um desafio, tendo todo o apoio da atual Diretoria da Capes, um desafio para a área de Contabilidade: por que não um programa de desenvolvimento de ensino em Contabilidade? Por que não um pró-Contabilidade? A minha fala é uma fala de quem se posiciona a partir da área de administração, que eu conheço um pouco, e estou sempre muito preocupada com o ensino, talvez pela minha origem de graduação, pois sou pedagoga. Eu diria que desenvolvi a competência em ensino de administração a partir dos meus estudos acadêmicos e da minha prática na construção do Programa de Administração na Bahia e, hoje, um programa multidisciplinar. Na verdade, coordeno o Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social, com uma nova proposta de mestrado e doutorado, reunindo agora também a graduação, em um estudo articulado, além da experiência que eu tive na própria Presidência da Anpad e por ter estado alguns anos representando essa área na Capes.

Eu trago uma proposta. Conheço a área de administração razoavelmente, conheço bem menos a contabilidade, conheço quase nada da história do ensino da contabilidade. Então, tentei me informar um pouco de como as coisas estão e tive excelentes notícias. A Contabilidade já está, há algum tempo, preocupada com o ensino; a Contabilidade está com uma proposta de graduação e investe na pós-graduação de uma forma bastante séria, bastante consistente, e está com um compromisso de expansão qualificada.

Isto posto, eu vou trazer certa reflexão sobre algumas áreas de tensão e, talvez, alguns dilemas que estamos vivendo hoje no ensino superior, tanto no âmbito nacional como no internacional. Esse foi o pedido que me fizeram: falar sobre o ensino superior. Vou trazer uma proposta prática que seria, definitivamente, a área de contabilidade se colocar como uma área que merece um programa articulador, um programa em rede e uma rede de programas, que merece também um espaço na Capes para este programa, além de a própria área acolhê-lo e desenvolvê-lo.

Vamos falar em três domínios, três espaços dessa crise. Eu diria que alguns

dilemas não seriam exatamente crises, e dilemas não significa algo negativo, nem em crise ao contrário, mas significa um impulso para a transformação e para a mudança. Nós mostramos aqui um contexto mundial e brasileiro de grandes transformações. De 2000 para cá, tivemos crises de valores; dilemas éticos; reconhecimento de alguns fenômenos como a globalização, o cosmopolitismo, a diversidade. Enfim, estamos em um mundo em profunda mudança e o Brasil está vivendo situações que nos colocam em xeque na linha do respeito e de reconhecimento de uma identidade nacional, que se constrói com muita agilidade, considerando o espaço que o Brasil ocupa na sociedade internacional. O cosmopolitismo está chegando a todos os espaços do Brasil. Ontem, tive que sair de Salvador às 14h30min, para pegar um vôo às 18h30min, porque o trânsito em Salvador hoje está muito similar ao trânsito de São Paulo, e isso vem acontecendo de dois anos para cá. Eu estive em Istambul, em julho, e edifícios de 50 andares são bastante comuns na área mais cosmopolita de Istambul. Em Salvador, hoje, o gabarito caiu e vai se edificar verticalmente na orla. Isso significa que estamos vivendo, cada vez mais, em ambientes urbanos, bastante densos, e isso traz problemas novos. Estamos enfrentando outras questões demográficas. É um novo Brasil. É um Brasil em que as classes populares chegam a um poder de consumo e tudo isso nos traz o que seria uma área de ciências sociais aplicadas em grande transformação, não só na área de administração, mas em contabilidade, turismo, serviço social e direito, por exemplo. Essas são áreas que estão vivendo mais intensamente essa transformação porque elas estão em um contato muito mais direto com esta realidade que se transforma tão fortemente.

Daí, a crise das ciências sociais aplicadas. Qual é o nosso recorte epistemológico? O que é administração enquanto área de conhecimento e de ensino? O que é contabilidade? O que é turismo? Onde estão as fronteiras? Onde estão as superposições? Onde estão os diálogos, as passarelas entre esses campos? Nós estamos vendo a emergência de novos campos.

Eu estou à frente de um centro multidisciplinar – o Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social –, que é um campo novo, que começou com uma indução do Ministro de Ciência e Tecnologia que, há oito anos, nos apoiou a criar um novo campo, ou um novo recorte. Mas, enquanto na década de 90, responsabilidade social e ambiental era um tema emergente, hoje é um tema que se consolida enquanto espaço de ensino e, ao mesmo tempo, uma prática social que vai se refletir em uma construção teórica. Isso vai dialogando e fica realmente muito complicado trabalharmos com dois critérios, ou dois conceitos, que estão aí nas revistas de ensino da área e no bojo da nossa discussão. Esses conceitos são: rigor e relevância.

O que é relevante socialmente? O que é rigoroso academicamente? Acho que os dois colegas que me antecederam colocaram de forma muito integrada essa questão do rigor e da relevância. Quando o professor Becker fala que a Capes se preocupa com o desenvolvimento, esse é um discurso que a Capes reassume nos anos 2000. Quando eu estava lá, no final dos anos 80, início dos anos 90, não era assim. No início, lá na década de 50, a Capes constituía-se em uma campanha para formar quadros e, especialmente, formar professores. O Anísio Teixeira – que talvez

seja a maior referência na construção institucional de tudo o que temos como instituições de ensino e pesquisa – dizia que formar professores, nos anos 50, início dos anos 60, era uma necessidade bélica. A área de administração, como a área de ciências agrárias e outras áreas, tiveram programas indutores. Na área de administração, foi o PBA1, que foi um esforço de articulação entre o Estado americano e o Governo brasileiro, para formar uma área. Na área de ciências agrárias, idem. E outras áreas foram fortemente induzidas por programas. Por quê? Porque nós vivíamos o início do desenvolvimentismo do pós-guerra e isso era necessário. Hoje, nos anos 2000, volta o eixo do desenvolvimento. Ele está permeando a ciência e a tecnologia, o desenvolvimento tecnológico, e a Capes assume que avalia para apoiar o desenvolvimento; que a avaliação é um recurso para desenvolver programas que, por sua vez, formam quadros de profissionais e professores que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local. Assim, cresce, portanto, essa necessidade de haver programas. A Capes cria a Diretoria de Ensino e absorve a Universidade Aberta do Brasil, mas ainda está com dificuldades em ver como é que contracena tudo isso. A Diretoria de Programas ganha força e tem recursos especiais.

Então, como é que a gente se situa dentro disso, considerando os nossos dilemas de ensino? Eu diria que estamos vivendo um dilema entre uma continuação do ensino artesanal, com um professor para 20 ou 30 alunos em sala de aula, e a necessidade de aumentar o número de alunos, de egressos, de pessoas qualificadas para que possam realmente contribuir com a sociedade. Essa questão do ensino artesanal *versus* o ensino massivo vai buscar soluções na tecnologia; vai buscar soluções que podem até ser discutíveis em outros modelos institucionais, como a fusão e a incorporação de instituições por instituições internacionais por redes. A globalização nos traz também esta situação de parcerias entre universidades, como a Universidade de Paris abrindo um doutorado em Xangai, ministrado em francês, para os chineses, ou seja, a compra de cursos ministrados na língua de origem para serem dados em Pequim. Por quê? Porque querem cursos em inglês, espanhol, francês, talvez um dia em português, para realmente capacitar os seus quadros. Então, essa questão do ensino artesanal *versus* o ensino massivo, de alguma forma, chega à pós-graduação. O Plano Nacional de Pós-Graduação aponta para o aumento do número de doutores, o número de mestres, o número de profissionais qualificados, egressos do ensino superior.

Como resolver isso sem perder a qualidade e sem perder o rigor? Como ter relevância social sem a perda do rigor? O professor Romualdo e o professor Becker colocaram isso muito bem em duas escalas: uma escala de programas e uma escala de quem coordena. Eu já passei por isso e sei o que é ter a enorme responsabilidade de coordenar a avaliação de três áreas em uma instituição com a importância que tem a Capes nesse momento. E é uma Capes em transformação, com dilemas internos, com reorganização dessas diretorias porque, exatamente, o que está em discussão é o rigor e a relevância; é o desenvolvimento e a avaliação. Durante um bom tempo, a Capes desenvolveu uma cultura de avaliação e, hoje, essa cultura de avaliação está orientada para o desenvolvimento. Como conciliar isso não é nada fácil para ninguém.

Estamos vivendo a reforma do ensino superior no mundo. O Protocolo de Bolonha é apenas um dos modelos que vai ter um impacto forte, mas que significa a globalização de um modelo de ensino, que dá mais oportunidades, que tem mais interações, que funciona como um jogo em que se articulam muito mais os modelos de ensino entre si – de graduação, de mestrado profissional, de mestrado acadêmico ou de doutorado. Aí vamos chegar a essa necessidade de profissionalizarmos de uma forma mais rápida, de desenvolvermos a tecnologia. Não é por acaso que, na década de 90, as profissões tecnológicas, especialmente a engenharia, tiveram um salto qualitativo.

Com a ignorância que assumo, atrevo-me a dizer que o crescimento da Contabilidade deriva também de uma sofisticação dela própria, enquanto área de conhecimento e enquanto área instrumental. Vamos olhar o instrumental como Michel Foucault chamava a atenção para a "necessária instrumentalidade". O que são instrumentos? São instrumentos de ação pública, tais como: programas, projetos, políticas, técnicas, recursos. Enfim, estamos lidando com a instrumentalidade qualificada. Então, não é só um problema metodológico, mas é um problema de como atuamos efetivamente na sociedade.

Eu tive uma conversa ontem sobre o quanto nós, hoje, nas universidades públicas, estamos extremamente preocupados com o rigor da análise das contas públicas, porque somos ordenadores de despesa, com inteira ignorância de todo um instrumental que a gente deveria, minimamente, dominar. Infelizmente, não temos profissionais de Contabilidade suficientes, ao nosso lado, que possam nos ajudar a exercer este papel.

Então, com a emergência da tecnologia, começa a se discutir o quadro tecnológico. E já não é sem tempo, pois as áreas que têm relevância social, que fazem trabalhos, que têm produtos e que têm resultados de impacto social, com criação de tecnologias sociais que são de muito mais difícil medida, não temos um reconhecimento disso. É mais fácil haver uma orientação para um programa ser um bom programa acadêmico se ele tiver o viés para isso e corresponder às exigências, respaldadas em produção de *papers*, produção de livros, etc. Isso está mais claro. A produção tecnológica de impacto social não tem medida e, algumas vezes, se confunde o apoio à produção acadêmica com produção técnica. Eu sou do comitê editorial de várias revistas. Isso é importante? É claro que é. Eu estou levando essas tecnologias para o campo, com produção artesanal, recuperando a tradição artesanal da Bahia, mapeando artesãos, etc. Isso desapareceu com a globalização. Se vocês forem ao Mercado Modelo em Salvador e perguntarem quem são os dez melhores artesãos da Bahia não vão receber resposta. Assim como perguntar no Bazar de Istambul se vendem produtos chineses. Então, estamos já situados na pesquisa, mas ainda com grandes dificuldades e com muita coisa a corrigir.

Por tudo isso que foi colocado até agora, é necessário o retorno ao ensino de qualidade, ensino enquanto objeto de pesquisa. Como se ensina Contabilidade? Eu diria que eu sou pedagoga, com graduação em uma das melhores Faculdades de Educação do País, que é a da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Se eu não tivesse tido a oportunidade e o privilégio de viver dentro de uma Escola de Administração, dentro de um Programa de Pós-Graduação em Administração, de ter me debruçado so-

bre o que é Administração e de ser professora de Estudos Organizacionais, eu não poderia, seguramente, falar sobre o ensino de administração, como eu, talvez, pretensiosamente, faça hoje. Não se ensina medicina igual a direito, igual a engenharia e, certamente, há todo um conjunto de interrelações e especificidades na Contabilidade que merecem, de fato, que nos debrucemos sobre enquanto campo de ensino, e que se trabalhe a partir dela. Daí, gerando pesquisa sobre o que ensinar e o como ensinar.

Esse como ensinar vai nos trazer uma preocupação porque há um desejo, senão práticas, de os cursos de pós-graduação em Contabilidade incluírem disciplinas e atividades da área de educação na sua proposta. Eu estimularia isso fortemente. Estimularia que programas de Contabilidade atraíssem pessoas da área de educação para fazerem uma formação pós-graduada em Contabilidade e poderem ser essas pessoas que retornariam, de fato, com metodologias e tecnologias mais apropriadas à natureza e à estrutura do ramo.

As questões focais são: a qualidade do ensino, como melhorar o ensino e a qualificação docente. Como melhorar a qualidade de ensino de graduação e pós-graduação? Como formar mais e melhores professores?

Aqui, temos um destaque aos programas especiais que estão nascendo na Capes e em outras agências, que podem contribuir decisivamente para a melhoria da pesquisa e do ensino nas diversas áreas. No caso da qualificação, devemos chamar a atenção para esse momento que estamos vivendo, em que se retomam os objetivos da Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior, que gerou a Capes. Depois, passamos para as duas propostas que eu trago para os senhores: uma proposta é de criação de um Programa de Capacitação Docente em Contabilidade, e algumas sugestões, como, por exemplo, que esse programa nasça da articulação das instituições que constituem a Contabilidade, como os Conselhos e como a Associação de Pós-Graduação; e a criação de um programa que vise, por exemplo, à construção e à testagem de modelos de ensino para professores em formação e em exercício. Temos que pensar em como vamos formar os professores. É uma disciplina da área da educação, ou é uma coisa mais estruturada, que possa ter uma linha de pesquisa que alimente uma, duas, três disciplinas? Não temos a metodologia de pesquisa muito bem sistematizada nos programas de pós-graduação, tendo como resultado uma dissertação ou uma tese? Por que não podemos ter uma linha de formação de professores, como, por exemplo, um estágio de graduação como atividade integrada e obrigatória para a formação do mestre? Por que não podemos colocar os nossos doutorandos pesquisando sobre o ensino, sobre a área, sobre recursos, sobre tecnologias, sobre inovações do ensino, que criem redes de ensino muito mais interativas, que criem materiais?

Um outro ponto é a produção de texto reflexivo sobre essa área, sobre como ela se constitui, como ela vive, e a produção de materiais e textos didáticos. Tem um Manual em Estudos Organizacionais que é usado em todas as Escolas de Gestão, na graduação. Uma vez, eu perguntei ao editor que publica esse manual continuadamente, por que eles não faziam outro manual. Ele me disse: "Professora, a senhora e o seu grupo de colegas já produziram algum manual melhor do que este? No dia em que vocês o fizerem, nos interessa vender".

Portanto, se vocês tiverem bons manuais, seguramente, nós publicaremos. Eu poderia responder: "Ainda não temos". Agora, há uma preocupação de se investir em manuais que possam usar recursos multimídia, manuais para os anos 2000, mas que tenham textos para o ensino de graduação.

Outro ponto importante é o estímulo à inovação em ensino presencial e a distância. Não sei se essa fronteira ainda existe, mas estamos tentando que ela desapareça porque, daqui a poucos anos, essa fronteira realmente não existirá mais. Como eu acompanho os meus alunos que são professores nas escolas privadas, eu sei que essa fronteira já desapareceu. Na verdade, 20% das disciplinas já são dadas com recursos de informação e comunicação em muitas das escolas privadas. Portanto, nesse mundo, as fronteiras estão cada vez menos definidas.

O programa poderia ser um laboratório multi-institucional de práticas de ensino, um lugar de inovação, uma organização em rede, um campo de experimentação de recursos de ensino. Por exemplo, como se usa cinema em contabilidade? Há uma experiência interessante de usar jazz, por exemplo. Se você vai trabalhar com inovação, traz uma banda de jazz da Escola de Música para a sala de aula. Podemos usar cinema, teatro. Não sei se isso é viável, ou não, porque, como eu disse, eu não conheço o campo. Mas como é que isso se integra dentro de plataformas? Como isso se integra com recursos tecnológicos? Como é que se trabalha isso de forma a inovar o próprio papel do professor? Seria um espaço de intercâmbio de resultados sobre pesquisa, sobre ensino e sobre aprendizagem. Não é só como se ensina, mas é também como este aluno, tão diferenciado, aprende. O que é a aprendizagem? Quais são as teorias de aprendizagem que fundamentam esse trabalho?

Por que não um pró-Contabilidade na Capes? Quando levamos a proposta do pró-Administração, no mês de fevereiro, eu me baseei no pró-Engenharia. Já que existia um pró-Engenharia e um pró-Defesa, levamos uma proposta ao presidente e à Direção da Capes e a recepção foi muito boa. A única coisa que está retardando é que isso depende de recursos da Capes. Se houver possibilidade de colocar recursos na Capes para a Capes gerir o programa, ela chancela o programa, legitima, cria um Comitê no qual a representação de área da Capes tem um papel absolutamente decisivo. Então, abre-se o edital para a submissão de projetos que se deseja que sejam projetos em rede, projetos que tenham uma interferência direta da área de ensino, que articulem a pós-graduação e a graduação, e que podem não só fortalecer e ampliar os programas *stricto sensu*, mas, de fato, repercutir na boa graduação. Além disso, vai estimular a constituição de novas áreas dentro da pós-graduação, que é o espaço de se reconstruir o conhecimento e também estimular desde a produção do manual até um sistema muito sofisticado de formação de professores, que possa ser desenvolvido em uma região que não tenha ainda programas de pós-graduação instalados. Isso fará com que essa fertilização entre o ensino presencial e a distância possa construir a inovação que necessitamos colocar no ensino.

Há um risco muito grande por desejarmos estar alinhados aos padrões – o que é muito importante e necessário. Há também o desejo de criarmos aquilo que se chama na teoria institucional de isomorfismo confortável. Os progra-

mas ficam muito parecidos e vão investir muito na produção do indivíduo, seja ele aluno ou professor. Como é que mantemos viva a necessidade de inovar, desenvolver, criar e construir? Nós fomos muito inovadores no início da pós-graduação. Depois, houve necessidade até de uma certa estabilidade quando a área começou a falar em pesquisa. Agora, as áreas de administração, contabilidade e turismo devem se voltar para o ensino como um campo de inovação, de experimentação, de novas práticas, e que possam, de fato, contribuir para a formação dessas pessoas que vão desenvolver o País e desenvolver a sociedade, como acho que é o objetivo de todos nós.

Agradeço a atenção de vocês e podemos conversar se houver interesse de ter um apoio no sentido de dar algumas dicas para que a área possa ter a sua autonomia dentro dessa construção. É o desejo que todos temos. Obrigada.

Ilse Maria Beuren – Coordenadora: Obrigada, professora Tânia. Este é o 3º Fórum Nacional de Coordenadores do Curso de Ciências Contábeis realizado dentro do 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade. Estamos muito felizes por esse espaço, embora sejamos uma comunidade pequena dentro dos 6.000 congressistas, mas, certamente, temos muito em qualidade. Este é um momento ímpar para os docentes. Tivemos um Fórum na segunda-feira, com duas sessões; na terça-feira, também, com duas sessões; e hoje tivemos esse Painel para viabilizarmos a integração dessas falas. Estamos muito orgulhosos daquilo que somos capazes de construir com a nossa energia, o nosso esforço. É o sonho que temos de sermos os melhores. A história vai nos contar se estamos no caminho certo ou não.

Eu quero agradecer especialmente aos palestrantes. Nós que estamos trabalhando na organização deste evento entendemos o sacrifício que esses palestrantes estão fazendo para estar no nosso meio, mas nós temos certeza que viabilizamos aquilo que sonhamos ser o ideal. Muito obrigada.

CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

AUDITÓRIO ÉRICO VERÍSSIMO

PAINEL N.º 13

CONTABILIDADE PÚBLICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS

Mestre de cerimônias: Vamos dar início ao Painel n.º 13, cujo tema é "Contabilidade Pública: Desafios e Perspectivas da Convergência aos Padrões Internacionais". Este Painel tem como objetivo apresentar um conjunto de experiências que traduzem a prática da convergência aos padrões internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, vivenciados no âmbito do Governo Federal, do Conselho Federal de Contabilidade e de organismos internacionais.

Para coordenar os trabalhos técnicos pertinentes a este Painel, convidamos a contadora Verônica Souto Maior. Ela é professora e Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, conselheira e integrante da Câmara Técnica do Conselho Federal de Contabilidade. É ainda coordenadora do Grupo de Estudo das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, do CFC, e membro do Grupo Coordenador do Comitê Gestor da Convergência no Brasil.

Neste momento, convidamos os senhores painelistas Excelentíssimo Senhor Ministro do Tribunal de Contas da União, João Augusto Ribeiro Nardes; o contador Paulo Henrique Feijó, coordenador-geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e o contador e Administrador, Ronaldo Rotter, Auditor Principal do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington.

Para sua saudação à platéia e, em especial, aos palestrantes convidados deste Painel, passo a palavra à senhora coordenadora, Verônica Souto Maior.

Verônica Souto Maior – Coordenadora: Boa-tarde a todos. A realização deste Painel sobre a Convergência às normas internacionais voltadas ao Setor Público, realmente, não poderia acontecer em um momento mais feliz do que esse que estamos vivenciando. Antes de fazer a apresentação dos nossos expositores, como coordenadora do Grupo Assessor, que já vem trabalhando há quase dois anos nesse processo de se buscar construir as dez primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, quero fazer alguns registros, até em consideração a todo o trabalho que os membros do Grupo Assessor vêm realizando. Nesse Congresso, já estamos colhendo alguns frutos desse trabalho.

Em primeiro lugar, acompanhamos todo o processo de inscrições para os Fóruns da Contabilidade Pública e temos que comemorar a participação expressiva de profissionais e estudantes nos eventos voltados para a área pública. Tivemos um espaço dentro do 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade, com dois painéis

Enory Luiz Spinelli, Verônica Souto Maior, Augusto Nardes, Paulo Henrique Feijó e Ronaldo Rotter.

para a área pública e um fórum exclusivamente para a área pública, e com a grata surpresa de um número expressivo de participantes. Esse é um registro que eu gostaria de fazer, até porque venho participando de outros Congressos e posso testemunhar a participação crescente dos profissionais do setor público em eventos dessa natureza.

Outro registro que quero fazer é que, em novembro, o Conselho Federal de Contabilidade, como fruto do trabalho do Grupo Assessor às Normas Brasileiras de Contabilidade, estará publicando as dez primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Tenho certeza de que muitos dos que estão aqui participaram de Seminários Regionais que foram realizados no Brasil ao longo deste ano. Na verdade, essas normas foram construídas de forma participativa, com a colaboração e a contribuição de todos os senhores.

Um outro registro também que eu não poderia deixar de mencionar é em relação à parceira importantíssima que o CFC vem fazendo com o Ministério da Fazenda, com a Secretaria do Tesouro Nacional e que culminou com a assinatura da Portaria 184 pelo Ministro Mantega. Eu gostaria de fazer o registro de público de que isso não seria possível se não fosse o envolvimento e a dedicação do secretário executivo Nelson Machado, que está aqui presente. Ele é o nosso padrinho nesse processo. São conquistas históricas que não poderiam deixar de serem mencionadas e registradas.

Por último, um outro registro em relação à inclusão da Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Comitê Gestor da Convergência no Brasil. Com vistas à transparência e à comunicação dos trabalhos que estão sendo feitos, eu queria dizer que esse Grupo Gestor se reuniu ontem e aprovou um Plano de Ação e um cronograma até 2012, prevendo todas as ações buscando a convergência dessas dez Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público às normas internacionais.

Na verdade, são registros e comunicações que eu não poderia me furtar de fazer aos senhores e ressaltar o momento especial que a Contabilidade Pública está vivendo no Brasil.

Quero também comunicar as regras da condução deste Painel, que terá duração de 1h30min. Cada painelista terá 25 minutos para a sua exposição.

Iniciaremos este Painel com a exposição do Ronaldo Rotter. Ele é Bacharel em Ciências Contábeis e Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Foi auditor da PricewaterhouseCoopers no Brasil, no Paraguai, no Peru e nos Estados Unidos. Foi chefe da Seção de Controles Contábeis e chefe da Divisão da Gerência Financeira de Projetos e Avaliação do Risco Fiduciário do BID. No BID, dedica-se a participar dos esforços internacionais de disseminação das boas práticas de governança corporativa, das normas internacionais de Informação Financeira, dos Padrões Internacionais de Auditoria e do fortalecimento institucional das entidades fiscalizadoras superiores da região sul-americana e do Caribe. Atualmente, Ronaldo exerce a função de auditor principal do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Washington. Ronaldo, você está com a palavra.

Ronaldo Roter – Banco Interamericano de Desenvolvimento: Boa-tarde a todos. Desculpem-me pelo meu nervosismo, mas nunca falei para 5.000 pes-

soas, principalmente, 5.000 contadores interessados na Contabilidade Pública. Isso é fantástico! Eu me senti muito emocionado, como contador, de ver o Presidente da República fazendo uma saudação aos contadores, aos contabilistas.

O nosso papel no Banco Interamericano é procurar boas práticas e fomentar essas boas práticas pela região inteira. Acho que o Brasil tem uma notícia alvissareira e agora temos o compromisso de levar isso pela América Latina afora. Eu acho que este é um momento histórico para a Contabilidade no Brasil e gostaria de parabenizar a Maria Clara e a fantástica equipe que preparou este Congresso fabuloso. O presidente da Ifac esteve aqui e ficou realmente encantado com o número 5.700 contadores aqui presentes. Isso não é normal e vocês estão de parabéns.

Na minha apresentação, fiz aqui um pequeno plágio do Conselho Federal de Contabilidade, de uma frase, que me tocou muito, e que li nos *outdoors* que encontramos no caminho entre Porto Alegre e Gramado: "Você já faz a diferença! Veio ao 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade". Eu acho que essa é uma mensagem muito importante que o Brasil está passando à América Latina em geral, de que a profissão aqui é pujante. Esse é um exemplo que eu vou levar para casa.

A minha apresentação é rápida e tem o caráter informativo. Gostaríamos de falar um pouco desse momento histórico para a Contabilidade no Brasil. Poucas profissões têm o privilégio de receber o Presidente da República no seu Congresso de classe e poucos países têm um secretário-geral do Ministério da Fazenda, que é um Doutor em Contabilidade. É o "padrinho" da nossa profissão, então, temos que aproveitar os próximos três anos antes que ele vá embora. Essa semana também foram editadas as diretrizes e assinadas Portarias Ministeriais, pelo Ministro da Fazenda, dispondo da convergência com as IPSAS. Já temos o apoio político de que precisamos. Agora, só falta arregaçar as mangas e mãos à obra!

Os sinais são encorajadores: a profissão está totalmente engajada. Só se fala neste Congresso em IFRS, IPSAS, convergência, transparência, enfim, é realmente um momento pujante. O governo também já está 100% engajado, desde o nível ministerial até os executores das políticas, os municípios. Por sua vez, a sociedade civil continua demandando mais transparência. A pergunta que todos nós fazemos é: "Para onde vai o meu dinheiro?". Acho que ainda não sabemos, mas, quem sabe, com a implantação de um processo contábil puro e realmente científico, a gente consiga colocar para a sociedade e para nós mesmos para onde foi o nosso dinheiro. O Brasil está se inserindo fortemente nos mercados internacionais, não só pelo seu comércio exterior, mas também pelo conhecimento. Isso coloca o Brasil direto no mercado internacional. Sem falar que, na América Latina, o Brasil continua a demonstrar inequivocamente sua liderança regional.

Quero aqui fazer alguns comentários, porque todo mundo fala de IPSAS e IFRS. O que é isso? IPSAS é a sigla de International Public Sector Accounting Standards. São as normas internacionais de Contabilidade para o Setor Público. Elas são emitidas pela Federação Internacional de Contadores (Ifac), que viu o espaço causado pela aplicação das outras normas para o setor privado, que são as *International Financial Reporting Standards* (IFRS). São as

normas internacionais de Informação Financeira, que são emitidas pelo Board de Contabilidade, que é o Iasb. A Ifac é um *board* de contadores.

Antes, falava-se muito em IAS. Ou seja, é uma confusão de siglas e eu confesso que esperamos que essas sejam as duas últimas siglas que vamos escutar: IFRS para o setor privado e IPSAS para o setor público.

Por que implementar as normas internacionais de Contabilidade? Acho que a idéia principal é melhorar a gestão dos gastos públicos. No caso do IPSAS, é a transparência dos gastos públicos. Além disso, elas possibilitariam também o controle e a divulgação do patrimônio público, seus ativos e passivos. Mais adiante, vou dar um exemplo de como outros países fazem essa demonstração, mas é muito importante que a sociedade possa saber para onde vai o nosso dinheiro. Elas também facilitam a comparação da informação entre entidades públicas porque possibilita melhor informação quanto aos custos do Governo para a prestação de serviços públicos, de tal forma que a comunidade possa decidir: "Não quero mais isso. Quero aquilo" ou "Quero mais dinheiro aqui e menos dinheiro ali". Isso gera transparência e demonstra forte liderança frente aos demais países. Isso é importante para o Brasil.

Quando o Brasil implementar os IPSAS vai ser realmente um marco divisor. Acho que vai ser a primeira vez que a profissão contábil está propiciando ferramentas úteis e apropriadas à gestão pública. É a independência da Contabilidade no setor público. É onde vamos aplicar técnicas contábeis e não apenas orçamentárias. Vamos falar uma outra linguagem e vamos elevar a percepção de que o contador pode ser um gestor de recursos. Isso proverá a maior transparência na gestão dos gastos públicos e possibilitará a utilização de custeio dos serviços prestados pelos governos. Nós gostaríamos de saber quanto custa atender a uma pessoa no hospital público do meu bairro, por exemplo, e acho que com uma boa Contabilidade de Custos isso será possível.

Os desafios são grandiosos e as oportunidades também. Eu não queria falar muito dos desafios, mas acho que é importante falar porque eles são muito grandes. É começar praticamente do zero, desde o desenvolvimento da profissão, retreinando professores e treinando os estudantes. São 400.000 contadores. É muita coisa para fazer em pouco espaço de tempo. Implementar os IPSAS vai ser para a geração seguinte. Quando os IPSAS estiverem totalmente implementados, veremos os resultados na próxima geração. Se tivermos sorte, muito antes. Temos que mudar a cultura de que contabilidade é orçamento. A contabilidade é patrimônio e o orçamento vai ser investido em gastos de capital que formam parte do nosso patrimônio. Isso vai ser revelado pela primeira vez. Eu também acho que o Brasil poderia ser mais dinâmico e verificar as lições aprendidas em outros países que estão tomando o mesmo rumo, porque são normas internacionais e estão errando e porque não têm um segredo ainda de como é que se implementa isso mais rapidamente. Infelizmente, como vamos ver um pouco mais adiante, a implementação dos IPSAS ainda é muito pequena e não há muitos casos em que poderíamos trazer gente de outros países para discutirmos o que devemos fazer primeiro, segundo, terceiro e assim por diante. Esse é um desafio. Outro desafio também é decidir se vamos

adotar os IPSAS plenamente, diretamente, ou seja vamos adaptá-los, ou seja, se vamos considerar as normas internacionais e adaptá-las à realidade de cada país. Pessoalmente, e na opinião do presidente do Iasb, devemos adotar os IPSAS porque não tem sentido inventar a roda se alguém já está gastando tanto tempo e cérebro discutindo isso. Eu acho que a Contabilidade na Índia, no Japão, no Peru e no Brasil deve ser a mesma.

O meu próximo companheiro, o grande mestre Paulo Henrique Feijó, vai comentar o Novo Modelo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com a estratégia de convergência que o Brasil vai seguir para a adoção dos IPSAS. Então, eu vou tentar intercambiar algumas idéias do que existe no setor internacional.

Em relação às experiências internacionais, infelizmente ainda são muito poucas em termos estritos de IPSAS. Os BRIC – Brasil, Índia, Rússia e China – se reuniram há uns três ou quatro meses atrás em Nova Iorque, com o patrocínio da Ifac. O contador Paulo Henrique Feijó esteve presente nessa reunião e voltou contente porque ele sabe que todo mundo está igual. Todo mundo quer mudar, mas as barreiras para essa mudança são muito grandes. Esses são os quatro países mais importantes em termos de população, produção e o futuro do mundo. Não é fácil mudar um paradigma tão grande, que é o orçamento e a visão patrimonial.

Eu fiquei contente de saber que um pequeno país, como a Costa Rica, na América Central, já está quase lá. É o melhor exemplo na região. Eles adotaram o IPSAS em 1998, há 10 anos, e já implementaram 21 Pronunciamentos. O contador da Costa Rica vai ser convidado pelo CFC para apresentar, em outubro, no II Fórum de Contabilidade, as experiências e o que foram esses últimos 10 anos. Acho que vai ser de extrema utilidade escutar o Doutor Segura, contador-geral da Costa Rica. Eles já provisionam todos os gastos, tudo em regime de competência e 60% dos ingressos tributários também já são em regime de competência. Acho que é uma dificuldade a gente adivinhar o que vai arrecadar no ano seguinte. Uma vez ao ano, eles fazem a consolidação de todos os municípios, ou seja, as "Províncias", como eles chamam, e criam um balanço geral com os ativos da nação.

O Peru decretou, há um ano e meio, que a partir de 2009 a contabilidade deve ser feita pelo IPSAS. Agora, para implementar, ainda falta muito. Eles tomaram o caminho político, mas ainda têm uma longa caminhada pela frente.

O Uruguai tem uma situação muito particular e já adotaram o IPSAS há quatro anos, desde 2004, mas como padrão para o orçamento e, não, para a contabilidade. Eu não entendo como pode ser isso; eles também não utilizam o balanço patrimonial. Então, eles estão tentando chegar lá, mas estão passando por um atalho.

O Canadá, que já está em um nível mais desenvolvido, só chegou a estabelecer o Comitê do Setor Público, que vai normatizar as novas IPSAS, mas ainda não as adota.

Há dois países que me chamara a atenção porque eles estão do outro lado mundo e estão muito avançados: a Austrália, que é do tamanho do Brasil em termos de PIB, e a Nova Zelândia, que tem 10% do tamanho do Brasil. Esses países têm origem anglo-saxônica, mas

estão isolados. Só que do ponto de vista comercial e principalmente pela ética interna, isso fez com que o governo provesse as informações para os contribuintes. Eles decidiram aplicar as Normas de Informação Financeira do Setor Privado (IFRS). Eles já contabilizam os gastos em regime de competência há mais de três anos, mas eles estão enfrentando sérios problemas de implementação porque, se o IPSAS já é difícil, o IFRS é bem mais complexo. Então, eles já estão pensando em adotar o IPSAS porque seria um caminho mais simples.

A Inglaterra também adota as IFRS, mas já está pensando em adotar o IPSAS como segundo padrão, de tal forma que, se não for conveniente aplicar um, passam a aplicar o outro.

Os órgãos mundiais, como a Comissão Européia e as diversas entidades do Sistema das Nações Unidas, também estão em processo bem avançado para implementar as IPSAS.

Eu gostaria de trazer três exemplos para mostrar o efeito que uma contabilidade mais robusta pode trazer para benefício do governo, da transparência e da sociedade. Eu fiquei interessado em um pequeno condado da Nova Zelândia. É o mais importante condado da Nova Zelândia, que é um país pequeno e tem dois milhões de habitantes. É o Condado de Victoria. Cada entidade subnacional tem que preparar suas demonstrações financeiras. Todas elas são auditadas pelo auditor do Tribunal de Contas do seu estado e são publicadas. Aqui temos uma demonstração de resultado que tem cinco colunas comparativas, com dados do ano anterior e do ano atual e a totalização final. Essa totalização é o que a gente conhece sempre: gastos de pessoal, três milhões; gastos de depreciação, cinco milhões. Só que, eles quebram de uma maneira diferente, juntando a parte do planejamento estratégico que o governo faz por objetivo. É a administração por objetivos. Eles têm cinco produtos. O primeiro é para reduzir a criminalidade. Como habitante daquela comunidade, eu quero saber quanto a polícia de Victoria está investindo na minha segurança. Então, o balanço está quebrado, tanto no seu ativo e passivo, como no resultado, onde eu gastei. Então, na redução do crime, gastei 740 milhões de dólares neozelandeses, ou seja, a metade do orçamento; na redução dos acidentes em estradas, eu gastei 154 milhões de dólares. Isso permite que o leitor seja um pouco mais informado para onde foi o seu dinheiro e se o político que ele elegeu está aprovando, na Assembléia, o orçamento que melhor beneficia o contribuinte. É interessante como eles demonstram a contabilidade pelo objetivo da gestão daquele recurso. Não é simplesmente o estado mandar uma demonstração financeira, com débitos e créditos para que o Tribunal de Contas analise e diga que está bem registrado. É um pouco mais. Eu acho que temos tudo para chegar lá.

O segundo quadro é idêntico, só que quebra os ativos e os passivos também para aquela categoria. Ele mostra, por exemplo, os ativos permanentes que a polícia de Victoria tem. Eu não trouxe aqui os detalhes, as subcontas, mas tem aqui o valor dos carros de polícia, o valor do armamento, etc. Então, a população sabe onde foi aplicado o seu dinheiro. Eu achei isso interessante e, se alguém gostou, tem muita informação disponível na internet. É só pesquisar.

Eu gostaria de fazer um *marketing* para o Mestre Eliseu Martins. Ele fez uma pequena palestra, de cinco minutos, no

Youtube sobre o que é a convergência. Então, quando vocês chegarem em casa e a sua esposa ou o seu marido perguntarem o que vocês vieram fazer em Gramado, podem dizer que vieram discutir a convergência das IFRS e dos IPSAS. Quando eles perguntarem – "O que é isso?" – vocês simplesmente acessam o Youtube e mostram. A apresentação vai estar publicada no *site* http://www.youtube.com/watch?v=k8TARGPUyQg.

Também tem uma segunda apresentação, que está em inglês, do Dave Walker, Controlador Geral dos Estados Unidos. Seria o equivalente ao presidente do Tribunal de Contas da União aqui do Brasil. É um cargo independente e ele é selecionado por meio de um processo de seleção bem árduo, público; tem que ser um profissional da auditoria ou da contabilidade e, uma vez que ele é ungido no seu cargo, ele tem um mandato garantido como controlador-geral por 15 anos. Então, ele tem um plano de carreira profissional e vai conseguir implementar a sua visão nesse processo. Eu acho que isso é muito importante. Como ele não conseguiu muito sucesso na televisão, ele colocou sua apresentação no Youtube por conta própria. Lá tem um *link* na página do General Accountability Office para quem quiser entender por que os Estados Unidos estão quebrados, mas não admitem e não publicam no seu balanço. Ou seja, eles têm uma contabilidade boa, bem feita, mas, por determinadas razões, não se publica exatamente onde está o furo, o buraco da Previdência Social. O Dave Walker demonstra esse fato nessa sua entrevista. Então, a transparência é importante porque ela propicia as ferramentas necessárias para que as nossas lideranças possam transmitir a informação, divulgar e tornar o processo da gestão pública mais transparente. No final, todos nós saberemos para onde foi o nosso dinheiro. Muito obrigado.

Verônica Souto Maior – Coordenadora: Dando seqüência ao nosso Painel, nosso segundo expositor vai ser o contador Paulo Henrique Feijó. Ele é Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília, com pós-graduação em Contabilidade e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas. Tem participado de diversas iniciativas voltadas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas, especialmente, nos aspectos relacionados com a administração do caixa, a programação, a execução financeira e a apuração dos resultados fiscais. É autor dos livros "Gestão de Finanças Públicas" e "Curso de Siafi". Atualmente, é coordenador-geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Paulo, a palavra é sua.

Paulo Henrique Feijó – Coordenador-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional: Boa-tarde. Agradeço a confiança dos colegas de estar participando deste Painel. Queria dizer que estou muito feliz de estar no Sul do País e é sempre um prazer falar de Contabilidade para os colegas.

Acho que vivemos um momento ímpar. Por quê? Porque nós sabemos para onde queremos ir. Vamos para onde o mundo já foi. Quando você não sabe para onde está indo ou não sabe para onde quer ir, para onde te levarem está bom. É a teoria do Zeca Pagodinho. Se você errou o prédio e está dentro do elevador, pode apertar qualquer andar porque qualquer um te serve. Você já errou o prédio mesmo!

Mas sabemos aonde queremos ir. Nós queremos ir para onde a comunidade

internacional está indo. Quando você sabe para onde quer ir, você tem que seguir algumas diretrizes, alguns caminhos. O Conselho Federal de Contabilidade foi muito feliz em elaborar o documento que traça as orientações estratégicas para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Então, nessa grande viagem por este mar imenso que é a Contabilidade, temos que seguir várias marés. Uma dessas marés vai ter que buscar o fortalecimento institucional da contabilidade e promover o desenvolvimento conceitual no âmbito do setor público, visando à convergência às normas internacionais.

Por que falo isso? Porque estamos caminhando, no setor público, para a chamada "Contabilidade Patrimonial". A Contabilidade, dentro dos sistemas organizacionais do governo – planejamento, orçamento, gestão financeira e controle –, está no centro pela sua própria função de registrar atos e fatos. Existem atos e fatos em todos esses ramos que atuam direta ou indiretamente com a área pública. Só que, ao longo do tempo, privilegiamos o orçamento e esquecemos o objeto da Contabilidade, que é o patrimônio. Pior do que isso, contentamo-nos com isso, seja quem executa, seja quem controla. Esse é o primeiro grande passo da mudança.

Então, decidimos implementar um novo modelo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Esse novo modelo visa atender à:

inserção do país nos Padrões Internacionais de Contabilidade. Para o setor público, isso significa, no mínimo, comparabilidade entre os países. Adotam-se práticas diferentes e é difícil comparar e ver se realmente a saúde fiscal daquele país é melhor ou pior do que a do vizinho.
implementação de Sistema de Custos. Como podemos pensar em custos se nem depreciamos? Quando se fala em custos, em raras iniciativas que temos, relaciona-se simplesmente à alocação de despesas orçamentárias no centro de custo. Portanto, não se fala de um custo contábil e, sim, de um custo orçamentário.
Como que a apuração de custos no setor público pode auxiliar o planejamento? Na alocação dos gastos; na melhor eficiência do gasto. Recentemente, eu vim ao Rio Grande do Sul para o lançamento do livro de um professor sobre "Custos no Setor Público" e ele cita justamente o exemplo em que apurou os custos de uma psicóloga. Ele chegou à conclusão, pelo Método ABC, de que a consulta dela custava R$ 135,00. Ele fez uma coisa simples: pegou o telefone e ligou para saber quanto custava uma consulta direta no consultório e verificou que custava R$ 35,00. Então, ele chegou à conclusão, no limite do raciocínio, que poderia fazer um convênio com a clínica e ter um atendimento direto, e sairia um custo menor para a prefeitura. É lógico que ele não fez isso. Ele conversou com a secretária e, a partir do detalhamento da planilha de custos, passou a ver que grande parte do custo era a ociosidade dessa psicóloga. Então, ela passou a atender nas escolas municipais e o custo ficou abaixo de R$ 35,00.

Outro ponto é a própria Lei de Responsabilidade Fiscal. Por uma peculiaridade do País, ela veio junto com a Lei de Crimes Fiscais. A Lei de Crimes Fiscais gerou, no sentido pejorativo, a chamada "Contabilidade Criativa". Mas é aquela Contabilidade Criativa em que eu interpreto determinado fenômeno, determinado fato que propõe uma contabilização diferenciada, simplesmente

porque, se for aquela contabilidade que segue os princípios, o estado ou o município, vai estourar os limites da LRF. A ciência não pode permitir isso e esses procedimentos diferenciados acabam prejudicando também a consolidação das contas públicas.

Essa contabilidade patrimonial vem alinhada ao que está acontecendo no mundo. Hoje, as estatísticas fiscais do País utilizam número de fluxo, o Manual de Estatísticas de Finanças Públicas do Fundo Monetário de 1986. Essa metodologia que aprendemos de que o resultado primário e nominal está consagrado na legislação, avalia a sustentabilidade fiscal do País por um instrumento de fluxo de caixa. Todos nós, contadores, sabemos que eu posso ter um excelente fluxo de caixa e estar quebrado. Eu posso ter um déficit de caixa e ter feito um grande investimento. O Secretário do Tesouro foi muito feliz em uma entrevista sobre essa Portaria 184 ao mencionar toda essa discussão do pré-sal, dizendo que o País vai precisar investir alguns bilhões para conseguir tirar o petróleo e gerar essa riqueza. Sob uma ótica estritamente de caixa, esses bilhões seriam contabilizados como despesa primária. Mas não, na contabilidade isso é um investimento e eu vou gerar para a despesa somente a depreciação.

Quando eu vim para cá, eu confesso que a minha apresentação não estava pronta e eu vi a apresentação do ministro Malan, no Painel Magno. Ele falou que, normalmente, quando alguém olha um processo, ou olha um país, vai buscar três grandes vertentes:

Se aquele processo está institucionalizado.

Se existem normas e procedimentos, regras bem definidas e estáveis.

Se existe uma postura dos profissionais que atuam naquele processo, de aplicar as regras.

Muitas vezes, eu posso ter as instituições e não ter as regras. Talvez seja com isso que estivemos convivendo até agora. Ao elaborar as regras, não adianta nada ter a instituição e as regras se o profissional não aplicar essas regras. Então, é com base nesses três pilares que eu vou conversar com vocês, enfatizando o terceiro pilar.

Na institucionalização, podemos dizer que duas dessas entidades – o Tesouro Nacional, por meio do Ministério da Fazenda, e o CFC – já deram os primeiros passos. O CFC criou o Comitê Gestor da Convergência no Brasil, o que é um grande mérito da presidente Maria Clara em todo esse processo de convergência. E, com grande mérito do secretário executivo, Nelson Machado, foi editada a Portaria MF 184, que passa a ser outro marco nessa institucionalização.

O que é que se busca? Na verdade, este não é um processo do Ministério da Fazenda, do Conselho Federal de Contabilidade. É um processo da classe contábil, representada pelas suas entidades organizadas, com o CFC no centro, liderando esse processo, com o apoio incondicional do Ministério da Fazenda, pela Secretaria do Tesouro Nacional, e buscando, com a assinatura do Documento das Orientações Estratégicas, o apoio dos Tribunais de Contas e também dos estados e municípios. Esse é o próximo passo. Inclusive, há um acordo entre a presidente do CFC e o secretário executivo de levar essa questão para o Confaz e darmos um passo à frente. Nós já falamos com o Ministro Nardes para conversar com o TCU e levarmos todo esse processo para que as três grandes dire-

Conselho Federal
de Contabilidade

Ronaldo Rotter, Augusto Nardes, Verônica Souto Maior e Paulo Henrique Feijó.

trizes sejam detalhadas em planos operacionais de cada um desses órgãos.
O CFC criou o Comitê Gestor da Convergência/Brasil, pela Resolução CFC n.º 1.103/07. Inicialmente, não contemplava a área pública e, por decisão da presidente Maria Clara, passou a integrar. Tivemos uma reunião do Comitê de Convergência, aqui no Congresso, e estamos caminhando nesse processo. Mobilizaremos alguns profissionais da área do setor público na montagem dos Grupos de Estudos, os chamados GE, para podermos internalizar as 26 IPSAS e transformá-las no que estamos chamando de NBCASP Convergidas, respeitando a legislação e a cultura do País.

O que é o Comitê de Convergência? Quais os seus objetivos e qual é o plano de ação?

O Comitê de Convergência foi criado pelo CPC e tem representantes da CVM, Bacen, Susep, em conjunto com o Ibracon e a STN. O objetivo é se ter um caminho só de convergência das Normas de Auditoria, Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Contabilidade Societária. A idéia é que, na área privada, isso se concretize em 2010 e, na área pública, se concretize em 2012.

Aqui neste Congresso, fizemos ontem a Reunião do Grupo Coordenador de Convergência e fechamos a seguinte estratégia para a convergência das normas da área pública:

2008 – O CFC já tem autorização da Ifac para a tradução das normas e está iniciando processo licitatório para que, até ao final do ano, tenhamos a primeira versão dessas normas traduzidas e entregues ao Comitê Gestor da Convergência/Brasil, no caso da área pública.

2009 – O grupo vai se dedicar a validar essa tradução e elaborar as minutas das NBCASPs já convergidas.

2010 – Vamos repetir esses eventos de sucesso e de compartilhamento com a classe contábil de discussão das normas. Este ano, fizemos a discussão das dez primeiras normas. Foi um sucesso e serve de referência para qualquer organismo que venha a discutir normas em qualquer área.

2011 – Publicação das normas já convergidas e dedicaremo-nos ao treinamento da classe contábil para que elas tenham vigência a partir de 2012.

Paralelamente, o mundo anda com o início da vigência e do treinamento das dez primeiras NBCASPs que estão alinhadas com as normas internacionais. Então, paralelamente, estamos puxando um processo de convergência e iniciamos um processo de alinhamento às normas internacionais a partir das dez NBCASPs.

Outro grande marco, em 2011, é a implantação do Plano de Contas Nacional, decidido, no âmbito do Tesouro Nacional, por meio dos Grupos Técnicos que foram criados e que discutem os Manuais do Tesouro. Foi decidido com representantes de todas as classes que, em 2009, se dariam as diretrizes para a implantação efetiva em 2011.

Quando olhamos os marcos históricos, verificamos que este 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade acaba de registrar um desses marcos históricos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público:

1964 – Lei n.º 4.320
1987 – Plano de Contas Único Federal, com a implantação do Siafi

2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF
2008 – A Portaria MF 184 passa a ser um grande marco em uma decisão do País em busca da convergência às normas internacionais.

Ontem, no jornal, foi publicada a íntegra da Portaria MF 184. Basicamente, o ministro da Fazenda determina ao Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central de contabilidade da União ou do sistema de contabilidade federal, que identifique as necessidades de convergência e, a partir dessa identificação, altere os manuais e as normas, sempre buscando essa convergência para que passe a adotar os procedimentos, visando à convergência, de acordo com os Princípios Fundamentais da Contabilidade, com as Normas da Ifac e seguindo o cronograma estabelecido pelo Comitê Gestor da Convergência/Brasil. Isso mostra um alinhamento forte entre o Conselho Federal de Contabilidade e o Ministério da Fazenda.
Então, podemos dizer que essa vertente está sedimentada. O processo está institucionalizado. Não é por falta de institucionalização que não chegaremos lá. O primeiro pilar está montado.
O segundo pilar passa pelas normas e procedimentos. Então, o processo tem que ter normas e procedimentos bem definidos e o pilar principal são as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, as dez primeiras NBCASPs. Paralelamente, o Tesouro trabalha com o Manual Técnico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual Técnico dos Demonstrativos Fiscais. Esperamos construir a pauta futura de implantação de regras para sistema de custos e o Doutor Nelson Machado já abriu as portas do Ministério da Fazenda ao Conselho Federal de Contabilidade para que encaminhe uma proposta, na parte contábil, de alteração da Lei n.º 4.320.
Nos Manuais Técnicos, já é uma realidade os vários Manuais do Tesouro, alguns ligados à questão de padronização das informações da Lei de Responsabilidade Fiscal e agora avançando na criação do que estamos chamando de Manual Técnico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Neste Manual Técnico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Grupo está trabalhando fortemente no Manual do Plano de Contas Nacional. Esperamos, na semana que vem, publicar o Manual da Receita e da Despesa Nacional e, com as prerrogativas dadas pelo art. 113 da Lei n.º 4.320, com o apoio do Grupo Assessor do CFC, também elaborar a proposta de alteração das demonstrações contábeis da Lei n.º 4.320, mais fortemente, do Balanço Patrimonial, da Demonstração das Variações Patrimoniais e do Balanço Financeiro. Também está em discussão, no Tesouro Nacional, o Manual das Parcerias Público-Privadas.

Este é o ponto em que eu gostaria de me deter por mais tempo porque entendemos que, dada a institucionalização, as NBCASPs já serão uma realidade a partir de 2009 e os Princípios Fundamentais de Contabilidade já existem. Mas, agora, precisamos da classe contábil na área pública para que possamos ter uma nova postura. Essa nova postura deve vir acompanhada de:

Capacitação técnica continuada.

Melhoria da formação dos profissionais que ingressam na área pública.

Atualização profissional, como acontece em fóruns como este 18.º Congresso

Brasileiro de Contabilidade. O CFC recebeu do presidente agora toda a prerrogativa de fazer uma reunião com o ministro da Educação para colocar a Contabilidade em pauta, o que é um grande mérito da presidente Maria Clara.

Precisamos quebrar paradigmas. Eu quebrei vários deles quando ingressei no Grupo Assessor das NBCASPs e agora todos nós precisamos quebrar esses paradigmas. Quais são esses paradigmas? Na verdade, há algumas questões que inquietam quem olha a área pública de fora:

Por que não se registram as despesas incorridas sem autorização orçamentária? Pelo fato de não ter autorização no orçamento. Se eu tenho uma conta de luz para pagar, eu não registro na Contabilidade e depois gero os relatórios dizendo que eles contêm todos os passivos, toda a dívida.
Por que não se aplicam regras de depreciação, exaustão e amortização? Por que a lei não trata? Será que estamos usando a lei como escudo para termos um pouco menos de trabalho?

Por que não se faz provisões de férias e décimo terceiro? Não devemos fazer isso na área pública? Que diferença tem para uma empresa? Uma grande empresa também tem orçamento. Ninguém aqui imagina que eu chegue para o contador de uma grande empresa e diga: "Não registre a conta de luz porque o Conselho de Administração não aprovou orçamento suficiente". Mas imagina você eu falar isso para um contador público. Temos que acabar com isso.

Por que não se pode aplicar o Regime de Competência? Pode sim e o Manual da Despesa prova isso.

Então, na verdade, temos que avaliar se não fazemos muitas dessas coisas porque usamos o argumento fácil de que, como a lei não trata, não devemos fazer. A ciência é maior do que a lei. Ela não desrespeita a lei, mas ela é maior do que a lei.

Tratar o Princípio da Competência não significa desrespeitar a lei. Significa reconhecer a receita quando incorrida e a despesa também quando incorrida. Como diz o meu grande Mestre Lino, com quem aprendi a interpretar a Lei n.º 4.320 de uma maneira mais clara, até o art. 83, ela trata de orçamento, mas, quando o legislador disse no art. 35 que pertence ao exercício as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas, ele foi prudente, foi conservador. O legislador está dizendo que, no orçamento, no seu fluxo, só conte com as receitas quando arrecadar. Mas no momento em que você empenhar as despesas, já as considere como despesas daquele exercício. Isso não tem nada a ver com competência. Inclusive, eu posso ter uma despesa empenhada, liquidada e paga e que não foi incorrida. É o caso do suprimento de fundos. Já saiu do caixa, mas não teve uma despesa incorrida. Foi um adiantamento ao servidor. Não se confunde competências com estágios da despesa orçamentária. Na maioria dos casos, a competência está próxima do estágio da liquidação, mas isso não é uma verdade absoluta. Portanto, não confundamos regime orçamentário com regime contábil. Como diz o meu grande mestre, professor Francisco, é uma completa falta de coerência ou de princípios dizer que na contabilidade você tem um regime misto. Existe um princípio só, que é o Princípio da Competência e o outro trilho é o Princípio da Oportunidade.

Para aqueles que gostam de leis, olhem para a LRF. O art. 50, no inciso II, já diz: *II - a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa.* Quase ninguém faz isso. Então, não é problema de lei, é problema de postura. Por isso, também aqueles que precisam de lei dizem que temos que alterar a Lei n.º 4.320 para implantar a Contabilidade Patrimonial. Precisa? Leiam o art. 89 da Lei n.º 4.320. O art. 89 diz que a contabilidade deve evidenciar os fatos ligados às questões patrimoniais. O art. 100 diz que as alterações da situação líquida patrimonial deverão ser também evidenciadas. E o art. 104 deixa claro que a DVP tem que evidenciar as variações do patrimônio. O fato é que não aplicamos a Lei n.º 4.320; nós a interpretamos erroneamente.

No caso do reconhecimento de passivos, aqueles que dizem que o fato de ter eu errado no meu planejamento ao fazer uma despesa sem orçamento, a contabilidade não deve considerar como despesa incorrida, pois está desrespeitando a LRF. Então, se um estado ou um município que tenha servidores que trabalharam o mês todo decidiu não pagar a folha naquele mês porque não tinha orçamento, a despesa não incorreu? Incorreu. Esse é o Princípio da Competência. A outra é uma questão orçamentária. Não devemos confundir essas duas questões. E para aqueles que argumentam que vamos evidenciar para o controle que alguém autorizou uma despesa sem orçamento, eu apenas digo que, se o controle estivesse atrás disso, bastaria ele buscar uma rubrica no orçamento chamada "Despesa de Exercícios Anteriores" para ver que ali teve uma despesa incorrida sem autorização orçamentária. Então, este não é o ponto do problema.

O Manual de Receitas traz e consolida esses conceitos. Ele busca distinguir os conceitos de Receita Econômica (enfoque patrimonial) e Receita Orçamentária. A idéia é que a receita deve ser reconhecida no momento em que ocorre o fato gerador. Por exemplo, se a Anatel envia uma cobrança para a casa de cada um, cobrando a Taxa de Fiscalização de Telecomunicações (Fistel), alguém tem uma obrigação a pagar e a Anatel tem um ativo a receber. Mas esse ativo não é receita orçamentária; é uma receita econômica; é uma receita sob o enfoque patrimonial. Que ilegalidade existe em reconhecer essa receita? Nenhuma, porque, quando o contribuinte pagar, ela vai se transformar em uma receita orçamentária, então, você terá cumprido o regime orçamentário e respeitado o regime contábil.

Da mesma forma, as despesas. Eu gostaria de citar que uma das inspirações dessa mudança é de um servidor do Senado Federal que está aqui na platéia, o Maurício. Ele tem uma excelente publicação na internet e que serviu de inspiração, junto com o Manual da Espanha, que foi entregue pelo secretário executivo. Portanto, não estamos inventando a roda.

Do outro lado, alguém pode se perguntar: É possível, no setor público, controlar esses dois aspectos? O Grupo Técnico acabou de aprovar a estrutura, até o segundo nível, do Plano de Contas Nacional. Não foi nenhuma imposição do Tesouro. Essa decisão de adotar o Plano de Contas Federal foi uma decisão democrática do grupo, estritamente técnica, dado que mais de 3.000 municípios convivem com essa estrutura, direta ou indiretamente. Por meio deste Plano de

Contas e do Sistema de Contas, onde você separa as operações em sistema financeiro, patrimonial, orçamentário e de compensação, no Sistema de Contabilidade do Governo Federal, as empresas estatais dependentes já fazem Contabilidade Patrimonial. O bom é que nem deixam mentir porque estão os colegas do Serpro aqui na primeira fila e eles sabem disso. Eles registram receita por competência, registram receita orçamentária e fazem todos esses controles. Portanto, não estamos pregando nada irreal. Estamos pregando algo que, quem quiser ver implementado de fato, basta marcar para ir ao Tesouro Nacional ou procurar os colegas do Serpro, ou qualquer empresa estatal dependente, que eles vão lhes mostrar como isso é registrado.

Portanto, o momento exige ousadia. Exige invocar Goethe, quando ele diz:

Se você pensa ou sonha que pode, comece.
Ousadia tem poder genialidade e mágica.
Ouse fazer e o poder lhe será dado.

Alguém sonhou!

Tenho certeza de que quem sonhou inicialmente foi o professor Lino, foi o professor Francisco. O professor Lino está na batalha há mais de 10 anos e peço que ele fique de pé para receber uma salva de palmas.

Um grupo ousou!

Precisava de ousadia. Foi criado um Grupo Assessor de Normas, no qual eu cheguei já na reta final e contribuí muito pouco, porque já peguei o final da história. Esse Grupo Assessor tem toda a representatividade da classe contábil, pois traz expoentes da academia, da prática e essa diversidade está resultando em um excelente trabalho para a classe contábil.
O CFC acreditou no seu poder.

Com todo o respeito aos outros presidentes, precisou de uma mulher acreditar no CFC, ser originária da área pública, para tocar um projeto como esse.

A idéia foi genial! Precisava de genialidade e se escolheram grandes expoentes, vibradores, para tocar esse projeto.

O que é que teve de magia? A magia foi encontrar parceiros com os mesmos propósitos, como o Tesouro Nacional e os Tribunais de Contas.

Quem proporcionou o poder? O universo. O universo proporcionou o poder, representado na Terra, ou pelo menos, no Ministério da Fazenda, para ser mais específico, pelo Doutor Nelson Machado.

Ao falar isso para profissionais da área pública, ou nos seminários, alguém chegou e disse: 'Isso que vocês estão propondo é uma Contabilidade fantástica!" Ora, não tem nada de fantástico nisso. O que estamos propondo neste momento é simplesmente fazer Contabilidade.
Como fazer a mudança de postura? O universo está conspirando tanto a favor que, ontem, almoçando com uma pós-doutora em Educação, esposa de um Doutor em Contabilidade, o professor Slomsky, ela disse uma frase que eu decidi trazer para a minha palestra. Até então, eu não sabia como chegar para a classe contábil e dizer como vocês têm que fazer a mudança de postura. A Vilma Slomsky disse:
"A mudança de cultura é uma porta que abre por dentro".

Portanto, onde está a chave para abrir essa porta? A chave existe em cada um

de vocês. Abra a porta para fazermos Contabilidade. Muito obrigado.

Verônica Souto Maior – Coordenadora: Agradeço ao contador Paulo Henrique pela exposição e, dando seqüência ao Painel, o nosso terceiro expositor é o ministro Augusto Nardes do TCU. O ministro Augusto Nardes tem formação em Administração de Empresas, com pós-graduação e Mestrado em Política do Desenvolvimento, em Genebra, na Suíça. Ocupou, por vários anos, a vice-liderança do Partido Progressista, ao qual era filiado, entre outras participações em Comissões do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados. Foi Secretário do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Rio Grande do Sul e exerceu seis mandatos no Legislativo, como vereador de Santo Ângelo, dois mandatos de deputado estadual no Rio Grande do Sul e três mandatos de deputado federal. Foi fundador da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa no Congresso Nacional. Foi o articulador da Lei do Simples, Refis e da derrubada da Medida Provisória que aumentava os impostos dos prestadores de serviço em mais de 40%. Foi fundador do Iped, o instituto que articulou a mobilização contra o aumento dos impostos no Congresso Nacional. Atualmente, exerce a função de ministro do Tribunal de Contas da União. Ministro Nardes, a palavra é sua.

João Augusto Ribeiro Nardes – Ministro do Tribunal de Contas da União: Acabamos de ver aqui uma exposição brilhante do Paulo Henrique, como também do Rotter, sobre a questão da evolução do nosso País, especialmente, se inserindo no contexto da contabilidade internacional.

Eu quero cumprimentar os dois painelistas pela clareza com que colocaram aqui esse tema. Agradeço igualmente à Verônica, que coordena este Painel.
Todos os estados brasileiros são bairristas e é natural que assim seja para preservar a sua cultura, defender a sua terra. Mas eu acho que o que foi conseguido aqui neste 18.º Congresso foi um feito fantástico, no sentido que, conseguimos juntar a fibra da mulher nordestina, representada pela Maria Clara, com a disciplina e a organização do povo gaúcho, representado pelo Rogério Rokembach. Eu quero cumprimentá-lo por ter visto aqui, até agora, o maior congresso de contadores deste País. Meus cumprimentos e meu reconhecimento a esses organizadores.

Eu estou aqui em uma simbiose de exercer um cargo de autoridade pública hoje e de ser um defensor também do setor, especialmente, dos contadores. Vocês puderam ver isso pelo meu currículo. Para aqueles que não me conhecem, e que são do Brasil, eu comecei como estudante de Ciências Contábeis e Administração. Naquela época, se juntavam os dois cursos até o segundo ano. Eu terminei Administração na expectativa de voltar para terminar o meu curso de Contabilidade. Tive um escritório durante sete anos. Tive muitos funcionários e trabalhei com Contabilidade dos 17 até aos 24 anos, quando fui para o exterior fazer uma especialização. Quando voltei, fui convidado para exercer um cargo público e, a partir daí, parti para a política e nunca mais voltei para a Contabilidade. Mas ficaram os ensinamentos; ficou a burocracia; ficou muita dor de cabeça durante o período em que eu trabalhei. Há pouco, eu lembrava aqui com a Verônica que eu sou da época daquelas máquinas com aqueles carretéis enormes para a gente fazer a Contabilidade, o Diário, e nós sofríamos muito com

aquilo, especialmente, com a legislação tributária nesse País. Isso é uma verdadeira paranóia, um inferno para quem é contador, ainda hoje no nosso País. São 39.000 artigos, 18.000 páginas, 27.000 parágrafos, 19.000 incisos. Então, ser contador é ser perseverante e, acima de tudo, ser atualizado para poder viver o dia-a-dia na Contabilidade.

Foi por isso que, quando cheguei ao Congresso Nacional, trabalhei pela Lei do Simples e tive o apoio de muitos contadores do Rio Grande do Sul. Ainda ontem eu estava lembrando que, quando iniciamos, em 1974, fizemos o 1.º Congresso de Ciências Contábeis aqui no Rio Grande do Sul e eu fui o coordenador desse movimento, junto com vários amigos que participaram ativamente e são vinculados ao Estado do Rio Grande do Sul. Nós sabíamos que, para podermos chegar a Brasília, quando fui eleito deputado federal, tínhamos que ter uma classe ao nosso lado e foi por isso que eu busquei sempre o apoio dos contadores para podermos fazer a Lei do Simples em nível nacional. Por isso, fiquei muito feliz com a presença aqui do Enory Spinelli, que sempre foi um grande incentivador do nosso trabalho. Fiquei muito mais feliz quando eu vejo sair daqui deste Painel o coordenador do Tesouro Nacional e quando esteve aqui o Presidente da República, que ele o indicou como "padrinho" dos contadores. Então, a responsabilidade vai pesar muito nos ombros do Doutor Nelson Machado porque ele vai ser muito cobrado. Antes, negociar com a Receita Federal era muito difícil. Eu fiz isso durante 10 anos como Presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa. Negociei com o governo anterior e com o governo atual, tentando avançar e simplificar a legislação. Quando fundamos a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, em 1994 e 1995, e tentamos aprovar a Lei do Simples, os maiores empecilhos sempre foram a Receita e a Previdência. Então, Doutor Nelson, eu fico feliz que você tenha abraçado essa causa.

O Brasil está mudando. O Brasil está tendo a visão de aceitar a contribuição dos contadores, que eram vistos, não como colaboradores e grandes arrecadadores deste País, mas, muitas vezes, por parte do Governo, eram vistos como inimigos. Essa mudança de paradigma é muito importante para que vocês vejam os contadores como parceiros, para arrecadar e poder contribuir para o desenvolvimento deste País.

Vamos à nossa exposição. A minha apresentação está dividida em três tópicos principais:
A importância da contabilidade para um país.
Papel e atuação do Tribunal de Contas da União.
Conclusões.

Vão ser mais ou menos esses três pontos que eu vou procurar expor aqui esta tarde.

Todos já sabem a importância da contabilidade para um país. O Paulo Henrique acabou de demonstrar isso aqui muito bem. Aliás, a exposição do Paulo Henrique tinha que ser posterior à minha, porque eu vou trazer aqui informações para mostrar o quadro atual do Brasil. Mas vou fazer uma crítica positiva, proativa, no sentido daquilo que nós temos que mudar e que vocês estão se propondo a modificar.

O desenvolvimento econômico e social de um país depende de um adequado

sistema de mensuração e divulgação das riquezas produzidas pelas empresas, indivíduos e governos. Eu acho que é importante mensurar e divulgar porque é fundamental que a transparência aconteça em nosso País.

É necessário também ter uma visão retrospectiva, permitindo a avaliação da situação econômica e financeira da entidade; e uma visão prospectiva, permitindo a inferência de tendências futuras. São esses pontos que passaremos a ter porque, na verdade, hoje nós não temos essa situação de forma tão aberta, como acabou de demonstrar o Paulo Henrique, e, finalmente, o governo começa a abraçar esta idéia.

A importância da informação contábil no setor público, conforme determina a Constituição Federal, é assegurar a todos o acesso à informação, resguardando o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional (art. 5.º da Constituição Federal.

A Contabilidade serve de instrumento para a transparência e *accountability*, além de prover informações ao próprio setor público, usuário; e prover a informação à sociedade, usuário externo. No caso, é o Tribunal de Contas que faz esse trabalho. Nessa questão, as informações contábeis são vitais para a transparência do Governo em nosso País. É por isso que eu realmente fico bastante feliz e satisfeito de ver este avanço que o Governo está tendo ao fazer esse trabalho em conjunto com o TCU e também com o CFC, no sentido de que possamos mostrar essa transparência para o Brasil.

Em relação aos usuários da informação contábil no setor público, como usuários internos, temos os gestores públicos e os formuladores de políticas públicas. Entre os usuários externos, temos os organismos internacionais. Temos aqui hoje um representante de um organismo internacional e acho que isso nos credencia. Com certeza, o Rotter vai sair daqui hoje com uma impressão muito positiva com esses avanços do País e isso vai dar credibilidade para que nosso País possa ser respeitado em nível internacional. É por isso que eu gostaria de colocar que, como usuários externos, os organismos internacionais são muito importantes. Nós fizemos o trabalho no Tribunal de Contas e também entendemos que esse avanço é de grande valia para a nação como um todo.

Outros aspectos importantes são a transparência e a governabilidade. A transparência é necessária para a prestação de contas do Governo e ajuda a limitar a corrupção do setor público. A transparência deve ser um elemento importante, juntamente com o Código de Ética do Setor Público e dos programas de combate à corrupção.

Em relação a isso, eu queria destacar alguns pontos. Conforme uma pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas, a perda de produtividade provocada por fraudes públicas no Brasil atinge a casa de R$ 3,5 bilhões/ano. Vejam como esse número é significativo. Então, quanto mais transparência, mais condições de combater a corrupção no País.

Eu vou dar um outro dado importante em relação a esta questão. O Brasil caiu nove posições no *ranking* internacional, na questão da competitividade. Houve um Fórum Econômico Mundial de 2006/2007 e o Brasil caiu da posição 57.ª para a 66.ª, perdendo lugar, especialmente, para os países do BRIC, ou seja, Rússia, China e Índia. Um dos

problemas que leva à corrupção no Brasil é o número de mediadores no sistema. Eu vi ontem uma notícia que dizia que o ministro da Justiça está enviando uma proposta para o Congresso Nacional de que é necessário fazer uma reforma política no País e, além disso, eu acredito que também é necessário se fazer um novo pacto federativo no País. O poder centralizado que temos hoje no Brasil favorece a corrupção. Acho que temos que descentralizar mais e os estados e municípios têm que ter uma participação mais efetiva. Estados e municípios têm estruturas administrativas frágeis. Essa consciência que o Governo está tendo de que existe essa fragilidade já é um grande fator de mudança no País. Então, é necessária a instituição de mecanismos que permitam a fiscalização pública do orçamento do Governo. Isso é importante. Há também necessidade de redução da burocracia em todo o País. Eu acho que o Simples já foi um avanço em relação a isso. Gostaríamos que fosse mais porque é necessário agilizarmos muito o País nessa questão.

Em âmbito federal, a prestação de contas é um princípio constitucional pelo art. 34 e art. 70 da Constituição Federal. No nível macro, as contas do Presidente da República e o Balanço Geral da União são apreciados pelo Tribunal de Contas da União. No nível micro, temos as contas dos gestores públicas, que são julgadas também pelo Tribunal de Contas da União.

Eu vou trazer aqui alguns exemplos de como nós vivemos essa situação no País. É necessário que vocês tomem conhecimento disso. O relator das contas do Governo, no último ano, foi o ministro Benjamin Zymler e eu vou trazer alguns números que mostram a necessidade de que o País possa avançar.

Em relação ao famoso PAC, que o Governo implementou no Brasil, foram fiscalizadas 128 obras do PAC, sendo que, em 20 delas, o TCU identificou algum tipo de irregularidade grave. O PAC é extremamente importante, mas o que temos sentido é que, em boa parte dos projetos, não tem projeto básico e nem tem projeto executivo. O próprio Governo tem reclamado da posição do TCU, mas temos que fazer a nossa parte de fiscalização. Alguns setores não se profissionalizaram, por isso, acho que essa posição do Tesouro Nacional de assumir essa vanguarda é importante para profissionalizar alguns setores do Governo. Vou dar alguns exemplos a vocês.

A Previdência Social, no ano passado, registrou um resultado negativo de R$ 21 bilhões. As causas para esse déficit foram a insuficiência de contribuição do setor rural e o elevado grau de informalidade. Nas relações de trabalho há apenas 28 milhões de trabalhadores, em um total de 44 milhões que possuem carteira de trabalho assinada. Isso mostra que o Brasil tem uma grande informalidade. O Simples avançou um pouco nisso. Eu sempre defendia a tese do Simples para formalizar mais trabalhadores, dar dignidade ao cidadão ter a sua carteira de trabalho assinada. Com o Simples, conseguimos diminuir a informalidade, mas precisamos avançar mais para que o Brasil possa dar condições de dignidade a seus cidadãos, para que eles possam ter um emprego, ter uma carteira de trabalho.

Um outro dado importante é que 77 empreendimentos do Governo Federal foram auditados pelo TCU e 1/3 apresentava algum tipo de irregularidade grave, com indicação de paralisação e 44% delas continham indícios de outro tipo de irregularidade. O Denit foi a unidade

orçamentária com maior quantidade de obras com irregularidades graves, com indicação desse tipo de paralisação, seguido pelo Ministério da Integração, com dez, e pelo Denocs, com cinco empreendimentos. É por isso que eu propus agora no TCU e devemos aprovar este ano porque é um fato novo que o TCU quer trazer para o País: um Termo de Ajuste de Condutas. A idéia é chamar as partes – seja o Governo, as empresas ou os estados – e tentar implementar esse Termo de Ajuste de Condutas para que a gente possa fazer com que o País ande e não fique paralisado, porque o Governo tem dificuldade de se modernizar em alguns setores. O Poder Público tem deficiências, mas avança, conforme ficou aqui demonstrado. Mas, o TCU tem que dar a sua contribuição, chamando as partes e tentando fazer um acerto para que possamos implementar o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para que as obras possam andar no País. Eu vou dar alguns dados para mostrar isso.

Eu fui Relator do chamado "Tapa Buraco". Foi por meio de uma série de Medidas Cautelares do Tribunal que o Governo resolveu fazer a recuperação das estradas. Mas detectamos em 75% das obras algum tipo de irregularidade, com predominância de falhas de projeto e superfaturamento, com preços acima do mercado. Portanto, nessa questão de análise de contas do Governo, temos que avançar e acho que o Termo de Ajuste de Conduta é uma proposta viável. Há possibilidade de aprovarmos essa proposta este ano no TCU para que possa ser implementada e melhorar essa relação do Governo com o TCU.

Em relação às contas do Governo, em 2006, relatadas pelo ministro Ubiratan Aguiar, foram encontradas 27 ressalvas, ou seja, 27 pontos negativos que o TCU encontrou. Um deles, o que mais ficou claro e evidente foi o chamado "apagão aéreo". O ministro Ubiratan Aguiar foi o Relator Geral, mas eu fui o relator do "apagão aéreo". Muitos de vocês andam de avião e sabem das dificuldades que tivemos no País. Eu tenho temor que haja um novo apagão aéreo no País. Na semana passada, o ministro Benjamin Zymler foi relator de uma matéria, complementando esse relatório que eu fiz em 2006 e constatamos que houve corte de recursos. Eu queria alertar o Ministério da Fazenda, aqui representado pelo Doutor Nelson, de que houve corte em 2005 e 2006 em torno de R$ 588 milhões para o Departamento de Controle Aéreo do Brasil. Agora, este ano, houve um corte de R$ 184 milhões. Eu já alertei para esse fato em um voto em separado que fiz no Tribunal na semana passada. A Casa Civil deveria tomar providências para que se possa recuperar esse dinheiro. A questão do controle aéreo no País já ocasionou dois acidentes e é necessário que haja um cuidado porque todos nós precisamos ser rápidos no nosso trabalho e viajamos muito de avião. Para isso, temos que ter a tranqüilidade em relação à necessidade do controle aéreo, com bastante objetividade e eficácia.

Outro dado em relação às contas do Governo é que o controle da prestação de contas de projetos culturais, custeados com recursos públicos, é demasiadamente lento. No atual ritmo, seriam necessários 12 anos para se analisar o estoque já existente em 2005. Esse é outro dado importante e eu gostaria de alertar as autoridades governamentais para esse isso. É necessário se agilizar esse processo. E no tocante à prestação de contas, constata-se um atraso médio de quatro a cinco anos. A idade média dos processos que estão aguardando

análise perfaz um montante de R$ 12 bilhões, cuja aplicação o Governo desconhece os resultados. Esses são dados que encontramos em relação às auditorias que fizemos.

Um outro ponto é a questão da CID. O equivalente a 27% dos recursos arrecadados desde a instituição da CID não estavam sendo aplicados nas estradas. Nós descobrimos isso e fizemos uma série de recomendações para que isso fosse modificado no País.

Portanto, esses são alguns aspectos importantes que encontramos nas auditorias. Mas, tem outro aspecto que eu considero extremamente relevante, que é a questão da contabilidade e do controle social. Há necessidade de informações confiáveis e abrangentes da situação fiscal do Governo que devem ser disponibilizadas à sociedade. É necessária uma avaliação independente. É necessário que o Governo tenha entidades independentes fazendo essas auditorias para que possamos assegurar uma avaliação independente. Hoje, esse papel é desempenhado pelo Tribunal de Contas da União.

Mas eu gostaria de trazer algumas informações para vocês do Bolsa Família. São R$ 24 bilhões de reais. Quantas pessoas são beneficiadas mensalmente? Em torno de 60 milhões de brasileiros recebem o Bolsa Família. Conforme noticiado no Estadão, em dezembro passado, em 34% dos municípios do Ceará há indícios de fraude no programa Bolsa Família. Nós estamos fazendo uma auditoria. Eu sou o relator dessa matéria e os técnicos estão fazendo uma auditoria no Bolsa Família para que haja um controle social e uma contabilidade dessa questão. Eu acho extremamente importante fazermos esse procedimento para que possamos ajudar de forma proativa. Quando eu fui eleito ministro do Tribunal de Contas, eu renunciei ao meu partido. Eu não tenho posição partidária e já me coloquei à disposição do Governo porque queremos ajudar de forma preventiva no sentido de que o dinheiro público seja bem gasto. Esta é a posição que os técnicos do Tribunal de Contas têm. É nesse sentido que queremos colaborar, apontando os erros para que o Governo possa corrigir. Eu fico feliz de que haja essa aceitação por parte do Governo. Quando o Presidente Lula esteve aqui, eu falei com ele rapidamente e disse: "Presidente, nós estamos aqui à disposição para mostrar os erros que estão acontecendo no Governo, para que o senhor possa fazer as correções". Com a sua humildade, ele aceitou e já marcamos uma reunião para trabalharmos em conjunto e mostrarmos os pontos negativos para que o Governo faça as suas correções nas suas atividades e possa atuar de forma mais proativa em favor do País.

O papel e a atuação do Tribunal de Contas da União é o segundo ponto que eu gostaria de abordar. O TCU trata das linhas mestras de controle das finanças públicas e tem uma vinculação com as entidades de fiscalização superior, especialmente, com a regularidade da gestão financeira e a contabilidade. Nós temos uma organização internacional, chamada Intosai, com a qual trocamos informações permanentemente e são elaborados acordos em termos de entidades para que possamos trabalhar em conjunto e acompanhar. Eu acho que o TCU tem que estar junto nesta nova etapa que o Governo está vivendo. Eu já propus ao Doutor Nelson fazermos um encontro, nos próximos dias, com o Presidente do Tribunal e com os técnicos. A idéia é nos juntarmos ao Conselho Federal de Contabilidade e ao Ministério da

Fazenda para fazermos um trabalho em conjunto, já que temos esse *know how* internacional, com a Intosai, que é uma organização de diversos países. Na verdade, são 170 membros internacionais que trocam informações sobre a questão das auditorias e como isso é feito em cada país. Nesse sentido, temos já um *know how* e queremos fazer a fiscalização com essas inovações que vão sendo implementadas aos poucos pelo Governo Federal. Entendemos que isso pode ser feito em conjunto, desde agora, para que, quando as auditorias forem feitas em termos de Brasil, nós já estejamos atualizados com os avanços que foram conquistados. É claro que isso é um processo lento. O Rotter colocou que Costa Rica está levando dez anos para implementar essas normas. No caso do Brasil, talvez em 2012 ou 2013, possamos fazer essa implementação. A idéia é trabalharmos juntos para podermos avançar e nós já temos essa experiência internacional da Intosai, e podemos fazer esse trabalho em conjunto.

Agora, eu gostaria de apontar alguns casos destacados em relação à atuação do TCU, durante a realização dos trabalhos de auditoria e do Parecer Prévio sobre as contas do Governo. Nós encontramos alguns problemas:

Inexistência de sistema de custos conforme a LRF, o que não permite analisar a eficiência, a eficácia e a efetividade da gestão pública.

Duplicidade na consolidação de balanços, o que não permite saber o real valor do patrimônio e da movimentação orçamentária.

Então, é necessário que avancemos nesse sentido. Na verdade, o Brasil não tem condições de fazer uma avaliação da quantidade de bens que possui pela situação atual. Eu vi que, no modelo apresentado aqui pelo Paulo Henrique, a questão patrimonial é ressaltada. Isso é fundamental. Quando era eu deputado estadual aqui do Rio Grande do Sul, fui presidente de uma CPI e descobri, aqui no Estado do Rio Grande do Sul, entre obras estaduais, municipais e federais, mais de 1.000 obras inacabadas, só no Rio Grande do Sul. Imaginem no Brasil todo! Vocês nem fazem idéia do que foi colocado de dinheiro fora por falta de responsabilidade fiscal! Nós temos que avançar. A Lei de Responsabilidade Fiscal foi um grande avanço que tivemos no País, mas ainda temos que aprimorar esse processo e por isso é que estou trazendo esses dados aqui para vocês.

Inadequada valoração do patrimônio móvel e imóvel.
Imprecisão nos cálculos de superávit primário federal, o que não nos permite conhecer o valor correto do superávit primário e do esforço fiscal feito pela sociedade.

Parece-me que nessas mudanças que vão ser feitas, o superávit primário vai acabar. Não se sabe ainda, mas há uma posição do Fundo Monetário Internacional muito forte em relação a isso e há uma divergência. Alguns são a favor e outros são contra, mas é uma posição que tem que ser discutida e, com certeza, tem que ser muito bem avaliada.

Não-fidedignidade dos valores dos balanços das empresas estatais no Siafi, o que não nos permite conhecer o valor correto do patrimônio aplicado nas entidades governamentais, sujeito às regras de mercado.

Esse é um ponto importante. Eu vou só citar um exemplo da Petrobras do qual

sou relator atualmente. A Petrobras tem mais de 102 empresas espalhadas pelo mundo. Como dimensionar? Como avaliar tudo isso que está espalhado pelo mundo? A ministra Dilma Roussef gosta de dizer que, depois do pré-sal, "a Petrobras é uma nação amiga dentro do Brasil", mas que tem um valor e uma importância muito grandes. Eu tenho tido a boa vontade de fazer um trabalho em conjunto para que possamos ter uma fiscalização mais profunda possível na Petrobras. Há vários pontos de divergência entre o TCU e a Petrobras, mas estamos fazendo nosso papel de fiscalizar, especialmente, as plataformas em todo o País.

Quais são as limitações?

Custos: o sistema contábil não informa o quantitativo físico, o que dificulta a análise sobre a eficiência, a eficácia e a economicidade da ação governamental.

Esse é um dos pontos que a Constituição Federal dá como prerrogativa ao Tribunal de Contas da União e cada vez mais nós estamos fazendo esse trabalho de avaliação da eficiência, eficácia e economicidade do Governo. Nós organizamos um seminário sobre infra-estrutura, há três anos, para avaliarmos todo o sistema de infra-estrutura do País. Verificamos que há deficiências, especialmente na falta de estrutura para um crescimento de 7% a 8% no País. Se tivermos um crescimento desse nível, de forma contínua, no Brasil, não teremos estrutura para absorver esse crescimento. Então, é necessário que a infra-estrutura possa acompanhar esse crescimento, especialmente em relação aos portos e às estradas.

Vou dar uma dimensão para vocês do transporte no Brasil. Não sei se vocês sabem, mas 60% do transporte no Brasil é rodoviário. Temos apenas 4% de transporte hidroviário e 24% de ferroviário. Se quisermos ser uma nação desenvolvida, temos que avançar muito mais nessa questão.

Transparência: é necessário que haja transparência, como já foi destacado aqui.

Pouco desenvolvimento do estudo das contingências: riscos fiscais, passivos, contingentes não-contabilizados.

Não-contabilização de efeitos distributivos, por exemplo, das isenções e renúncias fiscais.

Pouca relevância das demonstrações contábeis.

Acho que o Paulo Henrique tinha que ter feito a exposição depois de mim porque eu estou mostrando o lado negativo e esperamos que, com essas mudanças, vocês possam fazer essas correções que estamos demonstrando aqui.

Conclusões:

A Contabilidade vem perdendo relevância em seu objetivo precípuo: indicar o estado atual e futuro das entidades governamentais.

Há muito a fazer para que a Contabilidade sirva como um autêntico instrumento de *accountability*, em particular, com relação aos usuários externos.

Enfim, que bom que houve esse avanço. Este Congresso vai ficar na história, como bem colocou o último painelista. Precisamos arrumar a casa primeiro, para depois podermos convergir aos padrões das normas internacionais de Contabilidade.

Eu fiz todos esses alertas em um sentido proativo e fico feliz em ver que vocês avançaram. Então, meus respeitos, meus cumprimentos. Eu encerraria dizendo que o Brasil hoje é um grande *player* em termos internacionais e, nos próximos 30 a 40 anos, poderá estar entre uma das cinco nações mais importantes em termos mundiais. Mas tem que fazer o seu dever de casa, o seu trabalho de organização porque a Rússia, a Índia e a China estão avançando muito rapidamente. Temos a Alemanha, os Estados Unidos e outros países muito mais avançados, como é o caso do Japão. Então, temos que fazer a nossa parte. Hoje, o mundo está formado em blocos e nós estamos perdendo terreno. Temos que avançar mais rápido. O crescimento da China se dá a 10%, 11%. No ano passado, a Índia teve um crescimento de 9% ao ano. Temos que crescer acima de 5% todos os anos. Temos a vantagem de ter uma distribuição social melhor do que a da China; uma distribuição, em termos de renda, melhor do que a da Índia. A Índia tem 537 milhões de analfabetos e nós avançamos muito nessa questão, mas eu acredito que podemos avançar mais.

Para finalizar, eu gostaria de deixar aqui uma palavra extremamente positiva, de confirmação do que vimos aqui há pouco. Estamos vivendo um momento extremamente importante para o País. Essa integração que vimos aqui neste Congresso, essa convergência que vimos aqui, é um exemplo daquilo que já disse um grande estadista no passado: "É muito melhor arriscar as coisas grandiosas, alcançar triunfos e glórias, mesmo expondo-se a derrotas, do que formar fila com os pobres de espírito que nem sofrem muito e não gozam muito, porque vivem em uma penumbra cinzenta, em que não conhecem nem vitórias e nem derrotas".

Eu gostaria de encerrar a minha participação dizendo que este Congresso é uma grande vitória para o Brasil, quanto ao reconhecimento das autoridades do Governo de que os contadores são os grandes contribuidores para o desenvolvimento deste País. Eles devem ser vistos como aliados e espero que possa ser cumprido aquilo que o Presidente colocou aqui, ou seja, que eles possam entrar no Anexo III e possam ser respeitados como profissionais, porque eles contribuem e poderão contribuir muito mais para o País. Eles não estão em uma penumbra cinzenta. Eles querem vitórias e não têm medo de derrotas. A vitória para o Brasil e para os contadores é este congresso que está sendo realizado aqui em Gramado. Muito obrigado.

Verônica Souto Maior – Coordenadora: Chegamos ao encerramento deste Painel. Eu gostaria de agradecer aos painelistas Ronaldo Rotter, ministro Augusto Nardes e Paulo Henrique Feijó pelas suas brilhantes exposições. Agora retorno a palavra à mestre de cerimônias:

Mestre de cerimônias: Senhoras e senhores, seguindo a nossa tradição neste evento, convido a coordenadora contadora Verônica Souto Maior para fazer a entrega dos certificados e desta peça, que é confeccionada artesanalmente, aos nossos palestrantes convidados, em reconhecimento pelas suas valiosas contribuições neste Painel.

Convido, portanto, a coordenadora Verônica Souto Maior para, inicialmente, fazer a entrega do certificado e desta lembrança do 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Tribunal de Contas da União, João Augusto Ribeiro Nardes.

Em seguida, a contadora Verônica Souto Maior fará a entrega do certificado e desta peça de gratidão e reconhecimento ao contador Paulo Henrique Feijó.

Convido a coordenadora Verônica Souto Maior a fazer a entrega do certificado e da singela lembrança do 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade ao contador e administrador Ronaldo Rotter.

Em reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela contadora Verônica Souto Maior na condução deste Painel, convido o vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do CFC, contador Enory Luiz Spinelli, para fazer a entrega do certificado e desta singela lembrança deste 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade.

Ratificando, em nome da Comissão Organizadora, os agradecimentos pela honrosa presença de todos, informo que teremos agora um breve intervalo, retornando às 16h30min.

AUDITÓRIO JOSÉ LUTZEMBERGER

PAINEL N.º 14

GOVERNANÇA CORPORATIVA: IMPACTOS NO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Mestre de cerimônias: Será apresentado neste momento o Painel n.º 14, que abordará o tema "Governança Corporativa: Impactos no Crescimento e Desenvolvimento Econômico". Este Painel tem como objetivo discutir o papel da governança corporativa para o crescimento econômico do País.

Para a coordenação deste Painel, convidamos o contador Adeildo Osório de Oliveira. Além de contador, Adeildo Osório de Oliveira é economista, professor, Mestre em Contabilidade e Gestão Empresarial. É Pós-Graduado em Engenharia Econômica e em Metodologia e Didática do Ensino Superior. Atuou em diversas atividades da classe contábil. Foi presidente do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia, diretor executivo e de Operações da Fundação Brasileira de Contabilidade e, atualmente, é vice-presidente de Controle Interno do Conselho Federal de Contabilidade, coordenador do Comitê do Programa de Revisão Externa de Qualidade.

Convidamos também, com muita honra, para compor este Painel, o professor Doutor Alexandre Di Miceli da Silveira e o contador Ivan Clark.

De imediato, passamos a palavra ao nosso coordenador, Adeildo Osório de Oliveira, para as suas considerações e condução do trabalho.

Adeildo Osório de Oliveira – Coordenador: Boa-tarde. É uma honra estar aqui. Em nome do Conselho Federal de Contabilidade, quero desejar a todos um feliz final de Congresso e que tenham todos um bom retorno.

Quero parabenizar a presidente Maria Clara Cavalcante Bugarim pelo grande evento que realizou. É um grande marco para nós da classe contábil brasileira. Daqui para frente, a minha fala será de cunho individual e não representará a opinião do Conselho Federal de Contabilidade.

Vou apresentar os dois palestrantes. O professor Alexandre Di Miceli da Silveira é Doutor em Administração de Empresas e Finanças pela FEA/USP e coordenador executivo da Fipecafi. É também coordenador executivo do Centro de Estudos de Governança Corporativa da Fipecafi. É Doutor e Mestre em Administração de Empresas e Finanças pela FEA/USP. É professor em cursos de especialização e MBA em Administração pela PUC e FGV. É pesquisador sênior do IBGC e articulista da Revista Capital Aberto. É coordenador técnico do Prêmio IPGC de Empresas, coordenador do Comitê de Governança da Câmara Alemã de Comércio. É membro do Conselho Fiscal da Sociedade Brasileira de Finanças e recebeu o Prêmio Revelação em Finanças, em 2006, e o Prêmio Bovespa da Re-

Ivan Clark, Adeildo Osório de Oliveira e Alexandre Di Miceli da Silveira.

Realização
FEDERAL DE CONTABILIDADE
CFC
Federal
idade

vista Brasileira de Finanças, em 2008. É autor dos livros "Governança Corporativa: Valor e Desempenho no Brasil" e "Governança Corporativa e Estrutura da Propriedade". É ainda co-autor do livro "Captação de Recursos de Longo Prazo". É coordenador do livro do IBGC "Governança Corporativa e Empresas de Controle". Esse é o currículo resumido do professor Di Miceli.

O professor Ivan Clark é brasileiro, mas viveu boa parte da vida dele na Escócia. Ele é sócio da PricewaterhouseCoopers no Brasil. É Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais e contador formado pelo Institute of Accounting na Grã-Bretanha. É economista formado também na Grã-Bretanha.

Resumidamente, esses são os dois currículos dos nossos dois palestrantes. Vou pedir ao professor Di Miceli para fazer a sua exposição em primeiro lugar e, na seqüência, teremos a apresentação do professor Clark.

Alexandre Di Miceli da Silveira – FEA/USP: Boa-tarde a todos. O tema que me foi dado é "O Impacto da Governança Corporativa sobre o Crescimento e o Desenvolvimento Econômico", que é o grande objetivo de todas as discussões. Sem dúvida, isso pode ter um impacto nas empresas, sobre o valor e o desempenho das empresas. Acho que há certo consenso que as boas práticas de governança podem causar uma apreciação de valor, mas, por outro lado, a adoção de más práticas de governança também pode acarretar destruição de valor. Então, a governança corporativa pode ser vista como uma faca de dois gumes porque ela tanto pode agregar como pode destruir valor no nível empresarial, no âmbito das empresas.

Eu trouxe alguns exemplos de grandes fracassos empresariais associados a problemas de governança corporativa. Todo mundo lembra do caso do Barings (1994), Banco Nacional (1995), ENRON (2001), Worldcom (2001), TYCO (2001), Parmalat (2003), e, mais recentemente, o Banco Santos. Todas essas foram grandes companhias que fracassaram em função de problemas de governança. Além disso, temos vários casos de empresas que destruíram valor de forma significativa, também devido a problemas de governança. É o caso da Vivendi (2003), Shell (2003), Volkswagen (2006), Siemens (2007) e a Société Générale no início deste ano. Todos esses casos são públicos e notórios e mostram o poder da governança corporativa, não só no lado bom da história, mostrando como as empresas podem melhorar, mas também como isso pode levar a uma destruição de valor.

Existe também um estudo que fizemos aqui no Brasil, com dados brasileiros, avaliando o impacto no preço das ações das empresas que tinham problemas na sua estrutura societária. Pegamos várias notícias de conflitos entre acionistas controladores e minoritários e analisamos o impacto no preço das ações dessas empresas. Este gráfico mostra o resultado final desse trabalho. Basicamente, só com o anúncio de problemas de governança corporativa há uma destruição de valor de cerca de 10% da capitalização de mercado total das companhias. Esse gráfico foi montado com base em 30 anúncios de 30 empresas diferentes, portanto, mostrando claramente o impacto negativo potencial da governança corporativa.

Mas, tem também o lado bom da história. Temos também uma vasta literatura de pesquisa, não só no Brasil como no

mundo, que mostra que as empresas que mais se destacam em termos de qualidade de governança corporativa acabam tendo uma percepção de valor superior de mercado, acabam tendo múltiplos maiores e, portanto, um valor maior do que as outras em termos relativos.

Se a governança corporativa pode criar valor e a ausência de boas práticas pode destruir valor, por que não todas as empresas procuram melhorar ao máximo as suas práticas de governança e adotar todas aquelas recomendações dos agentes de mercado sobre o que seriam essas boas práticas de governança? Essa pergunta vai ficar em aberto e pode ser alvo do nosso debate mais adiante. Por que não todas as empresas se interessam pelo assunto e tentam melhorar ao máximo?

Esse é o impacto da governança corporativa no nível micro, no âmbito empresarial. Mas o foco desta apresentação é o possível impacto da governança corporativa de uma forma mais ampla, de uma forma macro, em todo o ambiente econômico. Então, existe um impacto da governança corporativa no crescimento e no desenvolvimento econômico, e esse impacto é resultado de mais de 10 anos de várias pesquisas diferentes feitas em todo o mundo. Qual é a idéia? É que o objetivo, no final das contas, é nós termos um desenvolvimento econômico e social maior. Mas como? Uma das maneiras é ter mercados financeiros desenvolvidos. Então, existe uma vasta literatura com base em várias análises econométricas, mostrando que a presença de mercados financeiros mais sofisticados, principalmente, mercados de capitais, têm uma influência positiva no crescimento e no desenvolvimento econômico. Existem vários estudos mostrando, inclusive, essa relação de causalidade. Ou seja, não é coincidência.

Mas o que faz com que os países tenham um mercado financeiro e, particularmente, um mercado de capitais desenvolvido? Entre outras coisas, precisamos de um mercado de ações, um mercado de títulos corporativos, no caso do Brasil, de debêntures, e também de um sistema bancário sofisticado e desenvolvido. São esses elementos que compõem um mercado financeiro forte, sofisticado e que realmente ajude as empresas a se capitalizarem, principalmente em longo prazo, em última instância, levando a maiores investimentos e, obviamente, a crescimento econômico e desenvolvimento.

Mas um ponto importante também que essas pesquisas constataram é que boas práticas de governança no nível empresarial e um bom ambiente de proteção ao investidor são dois elementos-chave para que os países tenham mercados de capitais e um sistema bancário forte e sofisticado.

Quais são os dois requisitos para se ter um bom mercado de capitais? Um requisito é que as empresas tenham boas práticas de governança por conta própria. O outro é a presença de um ambiente de proteção ao investidor. Esse ambiente significa ter boas regras, boas leis e também o chamado *enforcement*, ou seja, o cumprimento dessas leis. Então, toda a idéia do impacto da governança corporativa sobre o crescimento e o desenvolvimento econômico passa por essa figura, que tem um impacto direto, mas é fundamental.

Por que a governança corporativa ganhou tanto destaque e hoje é tão mais importante do que antes? Primeiro, por-

que o investimento que é feito na economia, cada vez mais, depende das empresas e, não, do estado. Então, o investimento privado aumentou muito de importância em relação ao investimento total que é feito em um determinado ambiente econômico. Então, quando o Estado colocava dinheiro na economia, você tinha uma necessidade menor que as empresas tivessem essas boas práticas. Só que, hoje, o investimento depende da capacidade de essas empresas captarem recursos. Governança corporativa lida exatamente com isso, com o fato de você criar um ambiente de confiança, principalmente, com investidores externos de capital, possíveis acionistas, credores e compradores de títulos de dívida e que, portanto, vão capitalizar essas empresas para que elas possam fazer investimentos.

Outro motivo da importância da governança corporativa é que a capacidade das empresas em um determinado ambiente depende da capacidade de elas acessarem investidores. Vocês sabem muito melhor do que eu que só a poupança interna não é suficiente e, portanto, as empresas têm que acessar recursos externos de investidores fora do Brasil. Portanto, elas têm que mostrar boas práticas de governança para que esses investidores tenham interesse em investir nessas companhias.

Além disso, a governança corporativa é importante porque ela aumenta a chance de os resultados das empresas serem distribuídos de forma mais justa para todos aqueles que colocaram recursos na companhia. Então, quando você tem empresas com um nível de transparência elevado, boas práticas nas relações societárias, principalmente entre controladores e minoritários, com um Conselho de Administração ativo, independente e bem informado, entre outras coisas, você tem uma chance bem maior de que as decisões sejam tomadas para o melhor interesse de longo prazo das companhias e que, portanto, os recursos desses investimentos voltem para aqueles investidores.

Esse é o lado bom da história. Se as empresas adotarem boas práticas de governança, isso vai ajudar toda a população do país, no final das contas, porque o país vai ficar melhor. Mas, também há a possibilidade de a governança corporativa causar grande destruição de valores. Nós pegamos aqui dois exemplos: a crise asiática de 1997 e os escândalos corporativos de 2001 a 2003. Esses problemas foram problemas não dos governos desses países, mas de algumas empresas, que acabaram contaminando outras empresas e os mercados como um todo. A crise asiática de 1997 começou naqueles conglomerados coreanos em que havia números inflacionários. Como o ambiente econômico e o mercado financeiro da Coréia do Sul e de outros países asiáticos sofreram inicialmente, isso acabou tendo um efeito de contágio para todo o mundo, em última instância. Em 2001, tivemos problemas com muitas empresas norte-americanas, como a ENRON, WorldCom e TYCO. Na verdade, mais de 200 empresas norte-americanas tiveram que refazer suas demonstrações financeiras só no ano de 2001. Isso levou a uma descrença geral no mercado de capitais, fazendo que uma lei fosse aprovada, a Lei Sarbanes-Oxley, e tendo impacto nas companhias brasileiras, por exemplo. Então, a ausência de boas práticas de governança pode causar forte instabilidade financeira em mercados financeiros e isso pode causar prejuízo ao crescimento econômico desses países. Têm vários estudos que mostram que esses problemas de

governança nas empresas norte-americanas causaram destruição de valores de centenas de bilhões de dólares para toda a economia norte-americana.

Aqui no Brasil mesmo, tivemos casos recentes. Acho que vocês devem ter ouvido falar na empresa Agrenco, que veio ao mercado no final do ano passado, em outubro, com uma ação cotada a R$ 10,00 e, agora, no final de junho, o controlador e os outros dois diretores foram presos. O fato é que ontem a empresa pediu concordata e a ação está cotada a R$ 0,50. Então, perdeu 95% do valor que ela tinha em outubro do ano passado. Quando isso acontece é porque muita gente alocou suas poupanças e não teve um retorno muito bom, ou seja, perdeu tudo o que investiu nessa companhia. Isso é ruim porque as pessoas, principalmente os mais leigos, começam a desconfiar que o mercado de capitais e de ações não tem uma visão de longo prazo, que é tudo especulação, etc., e as pessoas acabam se afastando e, obviamente, isso vai ter impacto no crescimento econômico. Então, temos o lado bom da moeda, mas também temos o lado ruim potencial.

Além disso, há pesquisas que mostram que, em momentos de estresse do mercado, de alta volatilidade, aquelas empresas com piores práticas de governança sofrem mais. Há outras pesquisas que mostram também que, em países onde as empresas têm um nível baixo de governança corporativa, dificilmente essas empresas conseguem investir em ativos intangíveis. Quando você faz investimento, pega dinheiro com alguém, geralmente, você acaba dando em troca um colateral, se você não tem a confiança desse investidor, desse credor. Portanto, isso acaba afetando o país como um todo, principalmente se o país não investe, por exemplo, em tecnologia, em gestão do conhecimento, em outras áreas que dependem mais do intangível do que do tangível.

Em resumo, quais são os cinco caminhos pelos quais a governança corporativa pode influenciar, positiva ou negativamente, no crescimento e desenvolvimento econômico?

A diminuição do custo de capital. As empresas que estão no ambiente com melhor governança corporativa conseguem acessar capital a um custo menor. Todo mundo aqui tem um bom conhecimento de contabilidade e finanças e sabe que o custo de capital sendo menor, a taxa mínima de atratividade dos projetos se torna menor, e a empresa consegue fazer mais projetos; eles se tornam mais rentáveis e a empresa se torna mais competitiva. Além disso, a empresa tem um risco menor, automaticamente, e aumenta seu valor de mercado. Esse é um caminho.

A melhor governança corporativa aumenta o leque de opções para captação de recursos. Então, as empresas não só têm acesso a um custo de capital menor como também elas conseguem acessar mais capital de fontes variadas, saindo daquela dependência de uma só fonte de capital.

Melhor desempenho operacional. Há evidências de que as empresas com melhores práticas de governança acabam tendo um processo decisório na alta gestão, mais eficiente, porque você tem um mecanismo mais claro de quem gera a idéia, de quem aprova a idéia, de quem monitora, de quem define recompensas ou punições, enfim, a coisa fica menos subjetiva e fica mais ao critério de um processo estruturado e me-

nos dependente de pessoas específicas. Essa é a vantagem.

Redução de riscos. Um ambiente em que as empresas têm uma qualidade maior de governança corporativa, naturalmente, é um ambiente que está menos sujeito a grandes empresas desagradáveis, como os casos da ENRON e da Agrenco. Então, você diminuir a chance da ocorrência desses eventos é algo muito importante para você ter uma volatilidade menor de todo o mercado e maior confiança.

Melhor relacionamento com os *stakeholders*, todos aqueles que podem afetar ou serem afetados de forma significativa pela empresa. As empresas que estão em um ambiente com melhor governança corporativa, que adotam práticas diferenciadas, tendem a pensar mais em longo prazo; tendem a pensar mais em criação de valor e, portanto, tendem a tratar melhor esses seus *stakeholders*, já que a chance de você ter uma visão de muito curto prazo ou de expropriar os *stakeholders* acaba sendo menor.

Em resumo, todos esses são canais que fazem com que a governança corporativa impacte positivamente o crescimento e o desenvolvimento econômico. E aí vem a seguinte pergunta:

Dada a importância da governança corporativa para o crescimento e o desenvolvimento econômico, como estamos em termos de GC? Será que as empresas brasileiras estão bem ou estão mal em termos de governança corporativa? Infelizmente, os resultados concretos, até agora, não são muitos animadores. Eu tenho participado de muitos eventos sobre esse tema e há um entusiasmo e fica aquele clima bom. Mas quando a gente analisa os resultados de trabalhos estruturados, de pesquisas acadêmicas e de mercado, infelizmente, o Brasil não aparece ainda como um país bom, ou destacado em termos de prática de governança corporativa.

Eu teria várias evidências para mostrar só sobre esse ponto, mas vou mencionar apenas duas:

No IBGC, temos o Prêmio IBGC de Empresas. Pegamos todas as companhias listadas na Bolsa e damos uma nota de 0 a 20. Obviamente, essa nota é baseada em critérios objetivos, comparáveis de um ano para outro, etc. Então, cada empresa recebe uma nota. A média vem subindo. Porém, em 2007, a média estava abaixo de nove, ou seja, correspondendo a uma nota 4,5 e, mesmo assim, tinham algumas perguntas bem básicas nesse questionário. Então, essa é uma primeira evidência de que as empresas ainda têm muito a melhorar.

Houve um resultado de uma consultoria em governança corporativa, que tem muita credibilidade lá fora, que é a GMI Ratings. Eles pegaram empresas de 37 países e deram uma nota para cada empresa, de 1 a 10, em termos de governança corporativa. Comparando as médias das empresas de 37 países, o Brasil ficou em 31.º lugar em termos de nota média de suas empresas no que se refere à governança corporativa. Inclusive, a média ficou abaixo da média dos países emergentes. Então, essa é uma outra evidência de que as empresas ainda têm muito a trilhar em termos de qualidade da governança corporativa.

Sabemos já que governança corporativa é algo importante não só para as empresas específicas, mas para o ambiente econômico como um todo. Sabemos

que ainda não somos exemplo de governança corporativa. Então, a pergunta final é: "O que precisa ser feito para a gente melhorar este cenário?" Eu acho que essa é a pergunta-chave. O que pode levar a uma melhoria generalizada da governança corporativa no Brasil? Nós vamos chegar a uma discussão de regulação *versus* auto-regulação. Mas, antes, eu queria colocar três pontos que contribuem para essa discussão:

Em um ambiente com uma proteção ao investidor e uma qualidade de governança geral ruim, mesmo que uma empresa específica queira melhorar fortemente a sua governança corporativa, esse ganho voluntário vai ser limitado. Então, imaginem a Bolsa de Valores aqui no Brasil, com 450 empresas, das quais 10 querem ter a melhor governança corporativa possível, fazendo tudo *by the books*, ou seja, seguindo o que os livros mandam, etc. Só que as evidências mostram que, como o investidor olha o ambiente como um todo, o ganho é limitado. Essa empresa não consegue ter um patamar de atração de investidores como o de outras empresas em mercados melhores. Então, não adianta só uma empresa ou outra querer melhorar a governança.

Você ter mercados de capitais subdesenvolvidos, mercados de capitais incipientes, não é ruim para todo mundo. Esse é um resultado muito importante. Nós poderíamos pensar que o mercado de capitais seria bom para todas as empresas. Não é assim. Há uma linha de pesquisa mostrando que você ter mercados subdesenvolvidos é bom para o *establishment* corporativo, isto é, para aquelas empresas já estabelecidas, porque elas são as únicas que conseguem ter acesso a capital. Como elas conseguem ter acesso a capital? Ou é porque já geram internamente o capital no seu fluxo de caixa ou é porque acabam tendo algumas conexões com bancos públicos e conseguem ter acesso a recursos. Então, o mercado de capitais subdesenvolvido e um sistema de governança ruim não são prejudiciais para todas as empresas, embora isso seja ruim para o país. Aquelas empresas já estabelecidas, principalmente, em setores que precisam de muito investimento de capital, acabam se beneficiando e isso é uma verdadeira vantagem competitiva. O sistema capitalista precisa muito de inovação e que empresas novas venham com idéias novas, cresçam e substituam as empresas já estabelecidas. Esse processo fica prejudicado quando você tem um sistema com mercados subdesenvolvidos.

Os problemas de governança corporativa são mais sérios em ambientes com pouca competição. Então, quanto menor a competição, maior a chance de o gestor, de o controlador ou de o diretor-presidente tomar quaisquer decisões sem ter nenhum problema com isso. Se o ambiente não tem competição, imaginem uma situação de monopólio! Eu posso ser quão ineficiente eu for e isso não vai ter problema para a viabilidade da minha empresa. Então, quanto mais competitivo o ambiente, automaticamente, melhor tende a ser a governança corporativa, porque as empresas têm menos margem e vão ter que concorrer mais por recursos.

Então, resumindo. Um ambiente com uma baixa exigência de governança corporativa, como nós temos hoje no Brasil, e com pouca competição, que é o que acontece em alguns setores, é o melhor ambiente para as empresas já estabelecidas e que acabam não tendo uma interferência para que as coisas

mudem, obviamente, para a manutenção do *statu quo*.

Para finalizar, dentro dessa discussão do que fazer, não tem como nós não abordarmos a discussão sobre regulação versus auto-regulação. Então, uma opção, seria ver quais são as melhores práticas de governança corporativa que o mundo exige e vamos colocar isso na lei para que as empresas tenham que cumprir. É exatamente o modelo americano, da Lei Sarbanes-Oxley: tem que ter Comitê de Auditoria, vai ter que ser composto só por conselheiros independentes, vai ter que se fazer uma análise dos controles internos, vai ter que ser auditado por um auditor. Enfim, tudo isso é estabelecido na lei e tem que cumprir. Esse é um extremo. Só que, obviamente, esse é um extremo muito difícil de se executar porque tem muitas barreiras a isso e não necessariamente seria a melhor solução. Isso é verdade, porque pode engessar um certo ambiente e, obviamente, causar mais custos do que benefícios.

O outro extremo é o que nós temos hoje no Brasil. Acho que muitos já ouviram falar no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). O IBGC tem um código, que é um livreto de umas 50 páginas, com várias práticas recomendadas de governança. Então, se a empresa quiser, pode ler esse livreto e adotar essas práticas de governança. Se ela não quiser, como a grande maioria, não lê e nem sabem que existe. Então, temos um regime de auto-regulamentação completa em que você escolhe a qualidade que você quer de governança corporativa. Existe um sistema intermediário, que é a minha proposta. Eu venho levantando essa bandeira, que é um sistema já vigente no Reino Unido, na Alemanha, na Espanha e em outros países, até na América do Sul. A Colômbia e a Argentina estão migrando para isso. É o chamado modelo "pratique ou explique", em inglês, "*comply or explain*". Que modelo é esse? A CVM, por exemplo, define um certo documento de governança. Por exemplo, este Código do IBGC é o documento oficial de governança do Brasil. As empresas não são obrigadas a seguir nada do que está ali, mas elas têm que fazer um relatório dizendo que práticas dali elas seguem e que práticas elas não seguem. Esse relatório tem que ser publicado junto com o Relatório Anual da companhia. Isso pode ser interessante e mais adequado para um ambiente de governança melhor e para o desenvolvimento econômico. Portanto, temos que nos interessar por esse tema porque isso nos afeta também. A questão é como melhorar o padrão geral de governança corporativa das companhias brasileiras. Não tenho a resposta ainda. Então, deixo essa pergunta no ar para a gente poder discutir. Obrigado.

Adeildo Osório de Oliveira – Coordenador: Agora, vamos ouvir o professor Ivan Clark.

Ivan Clark – PricewaterhouseCoopers no Brasil: Boa-tarde a todos. Primeiro, o Fernando Alves me pediu para passar as desculpas por não poder estar aqui hoje, mas teve uma viagem de última hora para fora do País. Eu sou sócio da PricewaterhouseCoopers e responsável pela área de consultoria, na área de *global markets,* e estou trabalhando para empresas que estão abrindo capital aqui na América Latina, principalmente, no Brasil, no Chile e na Argentina. Trabalhamos nos mercados não somente da América Latina, mas também com empresas que estão abrindo capital no exterior, em

Nova Iorque, em Londres. Tudo o que o professor Alexandre mencionou tem muito a ver com o nosso dia-a-dia.

Eu queria falar um pouco sobre o contexto histórico de desenvolvimento da nossa economia e o que é governança corporativa. Vou falar um pouco de uma estrutura de governança em nível de empresa e, principalmente, falar da nossa experiência, do nosso dia-a-dia aqui no Brasil sobre o que as empresas estão fazendo; o que é requerido na Bolsa; o que é o novo mercado; quais são os níveis de governança do novo mercado; algumas estatísticas em termos dos lançamentos dos IPOs, da abertura de capital nos últimos anos, enfim, o que está acontecendo no mercado nesse momento.

Eu queria começar com umas frases de um relatório que é bastante conhecido na área de governança corporativa da África do Sul. É o King Report. Esse relatório foca basicamente no desenvolvimento das economias. Ele coloca que o séc. XIX foi o século das grandes empresas, dos impérios, das grandes idéias, dos grandes lançamentos. O século passado já foi um século mais dos nossos gurus, aqueles *consultants* que analisavam as empresas tentando entender o que é que faz uma empresa funcionar de maneira eficiente. Esse século passa a ser o século da governança corporativa. As empresas estão mais estáveis. Entendemos bem como é que funciona uma sociedade corporativa, a contribuição que essa sociedade faz para a nossa economia. O objetivo agora, com a governança corporativa, é assegurar que tenhamos um instrumento eficiente e justo dentro da nossa sociedade. Esse instrumento justo começa, como tudo na vida, com ética. As empresas precisam entender que uma boa ética corporativa é fundamental. Ética não somente em nível do Conselho de Administração e da Diretoria, mas da própria companhia, isto é, o Código de Ética não somente no ambiente da empresa, mas o importante é que essa ética seja passada para todos os fornecedores, os clientes e todas as empresas que acabam se envolvendo no dia-a-dia da empresa.
Também é preciso assegurar uma comunicação, uma transparência, que é o que se chama em inglês de *accountability*. Não há tradução em português para essa palavra, mas é aquela responsabilidade de passar para o outro as conseqüências das suas ações. A responsabilidade societária e corporativa é fundamental.

No momento que temos uma boa base corporativa, uma base de ética, a empresa precisa começar a construir ou a rever os pilares da boa governança. Isso começa, basicamente, olhando para dentro da empresa, assegurando que tenhamos um Código, um Regulamento Interno do Conselho de Administração, um Comitê de Administração, um Comitê de Remuneração, um Comitê de Nomeação, um Conselho Fiscal, e que tenhamos auditores internos e externos presentes nesse processo. A Diretoria Executiva deve conhecer seu papel, e precisamos ter uma boa comunicação com os acionistas e os outros *stakeholders* que têm interesse na nossa sociedade. Com isso, basicamente, precisamos assegurar a sustentabilidade da empresa e a sua contribuição para a economia a partir desse momento.

É isso que o IBGC está tentando fazer. O IBGC tem 12 ou 13 anos de existência e está fazendo um ótimo trabalho, e eu realmente recomendo os Códigos de Boa Governança que são editados e atualizados, de vez em quando, pelo IBGC.

Onde estamos hoje no Brasil? Muitas vezes, fala-se que o modelo atual é um modelo que depende muito do olho do dono. Eram aqueles poucos acionistas, muitas vezes, de uma empresa familiar, poucos acionistas controladores, um ambiente menos formal, poucos investimentos, segundo os conceitos de controles internos e eficácia, enfim, a empresa ainda está procurando o seu espaço entre as sociedades mais modernas. Hoje em dia, isso está mudando. Hoje em dia, essa mesma empresa ainda tem um universo pequeno de acionistas controladores – isso é bastante comum na América Latina –, mas agora essa empresa está partindo para uma formalização dos seus processos, dos seus controles internos, dos seus sistemas, da sua comunicação com o mercado, da sua auditoria, etc. Hoje, essas empresas estão acessando o mercado e o mercado de capitais é bastante exigente. É esse mercado de capitais que vai fazer a diferença entre as nossas empresas brasileiras. Estamos caminhando, nos próximos anos, para um sistema em que as empresas sejam mais democráticas. A tendência é que esse grupo de controladores acabe abrindo mão do seu controle e a empresa vá evoluindo na qualidade e na sofisticação de seus controles internos, e assim, essa empresa estará pronta para estar acessando e concorrendo nos mercados internacionais. Boa parte desse modelo está sendo criado hoje pela Bovespa. A Bovespa criou um novo mercado no ano 2000 e, com esse novo mercado, recebemos vários conceitos de governança corporativa que são impositivos. Vamos falar um pouco desses conceitos.

Os últimos sete anos realmente foram espetaculares na Bolsa brasileira, mas, principalmente, para aquelas empresas que são parte do Índice da Governança Corporativa. Poder-se-ia até argumentar que essas são as empresas maiores, mais sofisticadas. Em parte, sim. Mas estudos demonstram que uma empresa, sofisticada ou não, mas que tem bons conceitos de governança corporativa e que conseguiu se inserir nesse Índice de Governança Corporativa, realmente, teve um retorno muito maior do que as outras empresas da Bolsa nesses últimos seis ou sete anos.

E o novo mercado? Por que esse novo mercado foi lançado? Foi em uma época ainda antes do estouro de Nasdaq, com a febre de novos mercados abrindo nas Bolsas da Europa. A grande maioria não deu certo. A Bolsa brasileira foi uma das poucas empresas que realmente tiveram sucesso. Mas o principal motivo era incentivar as grandes empresas tradicionais brasileiras a melhorarem a qualidade de suas vinculações, migrando da Bolsa tradicional para os níveis do novo mercado, procurando eficácia no seu dia-a-dia, passando credibilidade para os mercados, assegurando a proteção dos minoritários, com democracia em termos do processo de divórcio do tempo e da própria sociedade, a transparência e, principalmente, o conceito de governança corporativa. Essa governança corporativa passa, muitas vezes, pela própria sociedade. É por isso que o contador tem um papel extremamente importante nesse processo de governança.

Agora, vou apresentar um pouco do histórico do novo mercado nesses últimos anos. Lançado em 2000, ficou basicamente parado alguns anos durante a crise da Argentina, por conta do nosso racionamento de energia aqui no Brasil, preocupação com as eleições, etc. Tivemos as primeiras empresas que foram para o mercado em 2002,

mas o interesse não foi muito grande e tínhamos muitas dúvidas se realmente ia dar certo. Em 2004, houve um interesse muito grande e os três próximos anos foram extremamente positivos. Em 2007, ninguém esperava, mas foi um ano absolutamente recorde em termos dos recursos levantados, mais que 50 bilhões de reais, 32 bilhões de dólares, e o grande número de novas empresas que estavam se apresentando como novas empresas de capital aberto. Com 32 bilhões de dólares se faz muita coisa na nossa economia. Esses conceitos de governança corporativa estão permitindo que as empresas apliquem recursos movimentando a nossa economia brasileira. Na verdade, 60% a 70% dos recursos que estão ingressando na Bovespa são recursos que chegam de fora. São recursos que vêm, principalmente, dos Estados Unidos, da Europa e de parte da Ásia, e são mercados que exigem da empresa brasileira uma transparência absoluta em termos das suas informações. Então, esse é um trabalho que é feito com muito cuidado, muito esforço, para assegurar que reflita a realidade da empresa e para que não tenhamos projeções que possam se frustrar em um momento seguinte.

Hoje, 19% da capitalização do mercado está no novo mercado. Temos 100 empresas listadas em São Paulo e a cada ano temos uma quantidade maior de empresas. Este ano, talvez esse gráfico não vá estar no mesmo sentido crescente. Neste ano, infelizmente, as Bolsas foram afetadas pela preocupação com as Bolsas no exterior, embora, não tanto quanto nos Estados Unidos e na Europa. Nesse momento, na minha estimativa, temos 150 empresas brasileiras que estão pensando em voltar a abrir capital usando esses recursos. Essas 150 empresas, certamente, representam mais 50 ou 100 bilhões de reais que temos no futuro e que serão inseridos na nossa economia via novo mercado.

Quais são esses níveis de governança da Bovespa? Na verdade, temos três níveis. Começamos com a Bovespa tradicional e temos o novo mercado. O novo mercado em si é chamado de "nível 1", "nível 2" e "nível 3", e o novo mercado propriamente dito.

O nível 1 requer que uma empresa realize reuniões públicas com analistas e investidores pelo menos uma vez por ano; que tenha um calendário societário de seus eventos de divulgação de resultados; que divulgue os contratos firmados com as partes relacionadas; que tenha uma divulgação mensal das negociações do acionista controlador; que tenha um *free float*, ou seja, 25% das ações são negociadas na Bolsa; e que adote mecanismos que favoreçam a dispersão do capital.

No nível 2, é exigida a apresentação de uma reconciliação das informações preparadas nas práticas contábeis brasileiras, com o IFRS e o USGAAP. O contador tem um valor bastante importante nesse processo porque o mercado requer que, no segundo e no terceiro ano após a abertura do capital, a empresa apresente essas informações. Essa regra está sendo um pouco atropelada agora pela Lei n.º 11.638 e as novas regras que estão chegando para as empresas de capital aberto. Uma outra exigência é que se tenha um Conselho de Administração, com um mínimo de cinco membros, 20% independentes e com um mandato de dois anos. Ainda que as ações preferenciais ganhem direito de voto em algumas situações específicas, como cisões, incorporações, etc., e que a empresa seja parte da Câmara

de Arbitragem. O nível 2 também exige que, no caso de uma venda do controle da empresa, os acionistas preferenciais recebam, no mínimo, 80% do valor que foi oferecido para o acionista controlador. É o chamado "Time Law". No caso do fechamento da empresa, também deve ser calculado o valor do mercado.

No nível 3, o capital social é composto somente de ações ordinárias e o "Time Law" se estende a todas as empresas. Então, as empresas que estão no novo mercado são empresas que têm somente ações ordinárias. Cada ação é igual a um voto, ou seja, de governança corporativa.

Eu falei que o ano de 2007 foi um ano recorde, mas temos outros aspectos dos últimos anos que realmente demonstram que as empresas brasileiras estão conseguindo um nível de governança e presença nos mercados do exterior. Temos grandes empresas que estão se marcando fortemente como grandes concorrentes, comprando e com grandes investimentos no exterior. O Brasil é o segundo país, depois do Canadá, entre as empresas estrangeiras, em termos de número de empresas listadas em Nova Iorque. Hoje, o Brasil tem mais de 40 empresas listadas em Nova Iorque. Isso exige um nível de governança corporativa extremamente alto, exige cuidado com os investidores internos, a legislação, etc. Estamos percebendo também um interesse muito grande da Bolsa de Londres. Estamos realizando agora, no mês que vem, no dia 26 de setembro, em Londres, o primeiro Brazil Capital Market, em que a PricewaterhouseCoopers está trabalhando com a Bolsa, levando dez grandes empresas brasileiras para a Bolsa de Londres. Essa é uma bolsa que também estabelece patamares de governança corporativa muito altos.

Esses foram os números em termos dos valores levantados. Percebe-se também que o ano de 2007, comparado a outros anos, foi bastante interessante e que, apesar de termos somente 4% dos IPOs no ano passado, levantamos 21% dos recursos. Então, realmente, o ano passado foi um ano espetacular. Comparando o mercado brasileiro com os mercados globais, percebe-se também que o mercado brasileiro ficou em 3.º lugar. Então, realmente, ninguém esperava, mas conseguimos chegar com uma posição extremamente forte nos mercados internacionais.

Mas eu também gostaria de levantar uma dúvida. Apesar do fato de que o ano passado foi um grande sucesso, com 64 IPOs. Uma meia-dúzia dessas empresas chegou ao final do ano com o preço das suas ações abaixo de 50% do seu lançamento original. Somente meia-dúzia dessas 64% empresas conseguiu manter ou aumentar o preço das suas ações acima do preço de lançamento. Por que isso? Em parte, porque muitas empresas não estavam preparadas para abrir capital, não estavam com um bom perfil de governança corporativa. Por outro lado, os bancos não estavam preparados para analisar essas empresas e faltou também uma comunicação adequada com o mercado. De novo, a governança corporativa está afetando os nossos mercados.

Planejamento, estrutura, estratégias, credibilidade. Esses são aspectos fundamentais que vão assegurar a sustentabilidade dessa governança quando as empresas abrem o capital. As empresas precisam perguntar se estão bem preparadas. Cada empresa precisa pensar um pouco se ela tem um regulamento adequado para se comunicar com o mercado e passar credibilidade em relação

aos seus negócios. Então, governança nada mais é do que orquestrar dezenas de aspectos diferentes, assegurando a qualidade das informações que são passadas para o mercado. A grande maioria das nossas empresas são familiares e, nesse processo, a sucessão é extremamente importante. A sucessão é algo que a governança corporativa também consegue contribuir para assegurar a passagem de uma ação mais eficiente para a próxima geração. A governança corporativa pode também assegurar que a empresa olhe para dentro do seu grupo, das suas subsidiárias, dos seus negócios. O mercado quer focar em ações específicas que estamos oferecendo para o nosso mercado.

O controle do ponto de vista do Estatuto do Conselho de Administração, dos Comitês, das Assembléias também são aspectos que devem ser regulamentados com bastante cuidado. A sofisticação, muitas vezes, precisa ser avaliada. Uma grande empresa vai ter um Conselho de Administração que não vai participar do dia-a-dia da empresa. Uma empresa menor vai ter o Conselho de Administração, provavelmente, com o dono e sempre vai estar no dia-a-dia da empresa. Cada empresa é diferente.

Essa é uma listinha muito interessante. Eu uso muito essa listinha nas minhas apresentações, quando eu estou conversando com empresas que batem à nossa porta querendo abrir o capital. Nós precisamos fazer um diagnóstico interno. Primeiro, precisamos saber se a empresa está preparada; precisamos preparar a noiva e estar dispostos a receber um terceiro na nossa casa; precisamos assegurar que todas as informações são sólidas e auditadas e que não temos ressalvas. Muitas vezes, a contabilidade tem que ser refeita e precisamos assegurar que existe um nível de conhecimento técnico adequado. Às vezes, precisamos separar as marcas, tirar um avião ou uma fazenda da empresa, por exemplo. Precisamos de toda a parte de controles internos de sistemas, de conversão para o USGAAP e para o IFRS. Temos a Lei n.º 11.638 e as novas regras do CPC que estão chegando. A maioria das empresas ainda não está preparada. Então, esse é um processo intenso e, muitas vezes, é feito em um prazo muito pequeno. Você sabe que tem uma janela no mercado lá na frente e o trabalho tem que estar preparado. Portanto, muitas vezes, é um trabalho altamente estressante para a empresa e para os consultores também. Entretanto, é um trabalho extremamente necessário porque esse processo, no *day after*, exige sustentabilidade. Essa empresa que vai abrir capital daqui a 45 dias após o fechamento trimestral, vai ter que mostrar um critério para o mercado. Qualquer atraso, qualquer falta de segurança, o mercado vai penalizar. Tudo isso passa por uma boa governança.

Por último, eu diria que este ano é importantíssimo para a nossa profissão. É um ano que vai fazer a diferença na economia brasileira. Temos a oportunidade de fazer uma composição do nosso PIB extremamente interessante. A Lei n.º 11.638 estará revolucionando a Contabilidade brasileira. A CVM e o Banco Central, daqui a dois anos, estarão exigindo que se apresentem as informações pelo IFRS, alinhando a nossa contabilidade com a contabilidade internacional, facilitando a compra e a venda de empresas entre os países.

O CPC também está fazendo um trabalho brilhante nesse processo de apresentação das novas normas internacionais para o mercado brasileiro. O SPED também é outro aspecto interessante,

pois vai dar muita transparência para as empresas e essa transparência, em alguns aspectos, vai acabar com a informalidade que existe na economia brasileira. Nós sabemos que existe essa informalidade. A tendência é que as empresas vão ter que se abrir, vão ter que se formalizar e isso exige uma boa governança corporativa. O Fisco vai nos agradecer e temos que convencer os nossos governadores a reduzir os impostos à medida que eles vão enchendo os cofres.

O último item é o XBLR, que eu sei que já foi comentado aqui esta semana. É uma maneira de estar disponibilizando informações para o mercado de uma maneira bastante rápida, extraindo informações dos relatórios contábeis. Eu acho que este é o ano que vai fazer a diferença e os contadores vão conseguir, realmente, lançar nossa economia em novos patamares. Muito obrigado.

Adeildo Osório de Oliveira – Coordenador: Esse é um grande tema, um grande momento para a Contabilidade. É um momento de transformação, um momento muito próprio da Contabilidade. Eu creio que, nos próximos anos, seremos outra profissão. Esperamos nos reencontrar no próximo Congresso, seja em Belo Horizonte ou no Pará. Queria pedir à platéia um aplauso para os nossos palestrantes. Volto a palavra ao nosso mestre de cerimônias. Obrigado.

Mestre de cerimônias: Neste momento, o senhor coordenador, Adeildo Osório de Oliveira, fará a entrega dos certificados e de uma lembrança aos painelistas Alexandre Di Miceli da Silveira e Ivan Clark, em agradecimento às suas contribuições neste Congresso. Esta lembrança é uma peça confeccionada por presidiários de Mato Grosso em madeira de reflorestamento.

Convidamos o conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade Luís Henrique de Souza para fazer a entrega do certificado e de uma lembrança ao coordenador deste Painel, Adeildo Osório de Oliveira, em agradecimento à sua participação na coordenação deste Painel.

Em nome dos organizadores deste evento, agradecemos aos senhores painelistas pela realização deste Painel. Lembramos a todos que, hoje, às 18 horas, teremos a Solenidade de Encerramento, no Auditório Érico Veríssimo. Obrigado a todos.

AUDITÓRIO ÉRICO VERÍSSIMO

PAINEL N.º 15

CUSTOS NO SETOR PÚBLICO

Mestre de cerimônias: Vamos dar início ao Painel que traz como tema "Custos no Setor Público". O objetivo deste Painel é discutir bases conceituais para modelagem de sistemas de custos no setor público, voltadas à mensuração do resultado e a avaliação de desempenho.

Para coordenar os trabalhos deste Painel, convido o contador e professor Nelson Zafra. O professor Zafra é Pós-Graduado em Controladoria pela USP, com especialização em Desenvolvimento Gerencial pela FGV/SP. É coordenador da Comissão de Educação Continuada do Conselho Federal de Contabilidade e foi presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná. Atualmente, é diretor do Sescap Paraná e conselheiro do CFC.

Convido ao palco os senhores painelistas: o advogado e professor Doutor Nelson Machado e o economista e contador, José Francisco Ribeiro Filho.

Para sua saudação à platéia e, em especial, aos palestrantes convidados deste Painel, com a palavra, o coordenador professor Nelson Zafra.

Nelson Zafra – Coordenador: Boatarde a todos. É com muita honra que coordeno este Painel sobre "Custos no Setor Público", com o objetivo de discutir bases conceituais para modelagem de sistemas de custos no setor público, voltadas à mensuração do resultado e a avaliação de desempenho. Temos aqui nossos dois painelistas. Nos primeiros 35 minutos, teremos a apresentação do nosso colega Doutor Nelson Machado, secretário executivo do Ministério da Fazenda. Depois, na segunda etapa, por mais 35 minutos, teremos a apresentação de José Francisco Ribeiro Filho, Doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP e coordenador de Mestrado da UFPE.

Para dar seqüência aos nossos trabalhos, tenho a honra de passar a palavra, como disse o Presidente Lula na terça-feira, ao nosso "padrinho", Doutor Nelson Machado.

Nelson Machado – Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda: Antes de iniciar a minha fala sobre "Custos no Setor Público", que na verdade é uma reflexão que eu fiz já há alguns anos, eu queria aproveitar este momento para ratear as homenagens que recebi com relação à Portaria 184, com o Paulo Henrique Feijó. Na realidade, ele é o grande campeão dessa Portaria e eu queria uma salva de palmas para ele.
Essa apresentação é uma reflexão sobre custos no setor público. Nós podemos trabalhar com custos de várias maneiras. Mas um fato importante é que, até hoje, o setor público no Brasil não tem uma metodologia, não tem um sistema de custos implantado – e não é por falta de vontade nem por falta de lei. A Lei

Nelson Machado, Nelson Zafra e Dr. Francisco Ribeiro Filho.

de Responsabilidade Fiscal, de 2001, já aponta a necessidade, quase que a obrigatoriedade, de termos um sistema de custos. A própria Lei n.º 4.320 já dava sinais da necessidade de termos um sistema de custos. Por que não temos? Porque, na realidade, nós temos uma diversidade de pontos de vista e ainda não adensamos um conceito que possa ser compreendido, aceito, trabalhado e implantado. Por exemplo, podemos imaginar que o objetivo do sistema de custos possa ser a otimização de resultados para melhorar processos. Ou poderíamos imaginar custos para analisar alternativas de investimentos, ou seja, se eu vou fazer o investimento desta ou daquela maneira; se eu vou comprar ou alugar máquinas; se eu vou comprar ou alugar um edifício, e assim por diante. Também há uma discussão bastante forte sobre o método de custeio, ou seja, se vamos usar o ABC, que é o custeio baseado em atividades ou se vamos fazer o custeio direto, o custeio pleno, o custeio por absorção e assim por diante. Além disso, temos bastante dúvidas sobre o próprio modelo de obtenção de dados, ou seja, se vamos coletar os dados nas próprias unidades organizacionais, fazendo uma coleta por fora da contabilidade, ou se vamos usar os dados que estão no Siafi, no Siafem ou em qualquer outro sistema informatizado das contabilidades públicas existentes no País.

Há também uma forte discussão sobre se vamos trabalhar uma estrutura de contas padronizadas ou se vamos ter liberdade de termos um padrão de custos ou um sistema de contas totalmente livre por unidades organizacionais; e também se vamos buscar integrar o sistema de custos ao orçamento público ou se vamos trabalhar com a contabilidade totalmente à parte.

Essa diversidade de pontos de vista nos fez caminhar em uma reflexão, passando pelo orçamento público, pela contabilidade, pelos sistemas de custos ou pelos conceitos de custos, e desenhar um conjunto de diretrizes. O que eu vou apresentar para vocês aqui é justamente isso. É um modelo conceitual, um conjunto de diretrizes que eu acredito que possam ajudar a implantar o sistema de custos no setor público do País.

No tocante ao orçamento, quero destacar que a Constituição de 88 colocou princípios que deixam bem clara a importância de:

Recuperação do Legislativo nas suas prerrogativas para dispor sobre matéria orçamentária.

Todos vocês sabem que, até a Constituinte, vivemos uma longa noite de trevas e de autoritarismo, onde o orçamento era simplesmente baixado pelo Poder Executivo e o Legislativo e a sociedade em geral não tinham condições, nem instrumentos, para discutirem onde, quando e de que maneira deveriam ser usados e aplicados os recursos públicos.
Unificação Orçamentária.

Integração entre o plano e o orçamento.

Este é um dado relevante. É fundamental que tenhamos, do ponto de vista sistêmico, essa integração entre o plano e o orçamento.

Esse é um desenho conhecido que mostra os três grandes instrumentos do nosso sistema de planejamento e orçamento: o PPA, a LDA, a LOA, que vão desaguar na programação orçamentária e financeira. Eu não vou me deter nisso porque o tempo é escasso.
Eu quero me deter nesta tela que mostra

uma síntese de um modelo conceitual de integração entre a decisão, o plano, o orçamento, a execução e a avaliação. Se vocês olharem no canto esquerdo tem uma coluna que começa com sociedade e Poder Legislativo. Vocês vão perceber que esta coluna mostra aqueles atores que definem ou executam as políticas públicas. Então, no alto, temos a sociedade e o Poder Legislativo, que, em última análise, aprova o orçamento. Logo abaixo, temos os órgãos centrais. Entendemos aqui por órgãos centrais as Secretarias de Planejamento, Secretarias de Fazenda e Secretarias de Administração ou os Ministérios desse mesmo corte. Logo abaixo, temos os órgãos setoriais, que executam as políticas públicas: Secretaria de Saúde, Ministério da Saúde, Secretaria de Educação, Transporte e assim por diante. Temos também os gerentes de Programas e, lá embaixo, os ordenadores de despesas. Então, essa é a ordem dos atores que tomam decisões, que executam as políticas públicas.

Na outra coluna, mostramos, com essas duas flechas apontando para cima, decisões, políticas e estratégias. Ou seja, quanto mais próximas da sociedade, do Poder Legislativo e dos órgãos centrais, mais estratégicas são as decisões, aquelas decisões que têm o condão de mudar o rumo das coisas e definir onde serão aplicadas as grandes políticas públicas e os recursos mais relevantes. À medida que descemos até os ordenadores de despesas, temos as decisões administrativas e operacionais.

Quero chamar a atenção de vocês de que o fato de termos colocado essa gradação entre decisão, política estratégica e decisões operacionais e administrativas não significa que uma vai fazer melhor que a outra, ou que uma é mais importante que a outra. Isso significa apenas que essas decisões são tomadas por atores diferenciados no nosso modelo de decisão.

Avançando um pouco mais, temos o plano e o orçamento. Quero lembrar que o princípio básico do nosso orçamento, na Constituição, é a integração entre o plano e o orçamento. O plano tem que estar atrelado a uma visão, a objetivos e à identificação de problemas. À medida que eu identifico um problema, que eu imagino como posso resolver esse problema, e que eu tenho uma visão para onde eu quero caminhar com aquelas questões, então, a partir daí, posso definir programas. Então, se eu tenho uma visão de que é preciso acabar com a fome no País, tenho um diagnóstico e imagino um programa, como, por exemplo, o Programa Fome Zero, o Bolsa Família. No passo seguinte, temos os orçamentos que vão abrir os programas em ações, projetos ou atividades. Essas ações, quando são estanques, mas têm começo, meio e fim, são chamadas de "projetos". Então, construir um hospital, uma ponte ou uma estrada são projetos. Quando essas ações têm continuidade, elas são chamadas de "atividades", como, por exemplo, atividades de saúde, educação, etc.

Nesse conjunto, saindo das decisões estratégicas, da visão, do plano, nós caminhamos para o orçamento. No orçamento, temos os programas, os projetos e as atividades. Observem que "programa" é um conceito que está entre o plano e o orçamento. Ele é comum aos dois. O programa é a pedra de toque entre o planejar e o orçamento.

Na base dessa tela, temos a "execução". Então, depois que eu faço o plano e o orçamento, com essas característi-

cas, eu tenho a execução. Quando eu executo, eu preciso medir e vou medir o quê? Quais são os objetos de mensuração? O objeto de mensuração do programa, por excelência, são objetivos e indicadores. O objeto de mensuração das ações são os produtos e as metas. Podemos ter também produtos, ações e custos, que constituem o objeto da nossa reflexão aqui.

A partir dos objetos de mensuração, temos os critérios de avaliação, que são os seguintes: eficiência, eficácia e efetividade. E aí completa o ciclo com o *feedback*, voltando para visão, objetivos e refazer as políticas públicas, se necessário.

Eu quero me deter um pouco mais nesta tela para discutir esses termos de "eficiência", "eficácia" e "efetividade". É muito comum encontrarmos, em textos, esses três nomes quase que como sinônimos, ou até com significados diferentes. Isso porque esses conceitos são emprestados do setor empresarial e, no setor empresarial, nós só temos dois conceitos: eficiência e eficácia. A Constituição incorporou o Princípio da Eficiência como um conceito genérico, que englobaria a eficácia e a efetividade.

Para efeito didático, estamos trabalhando aqui com uma conceituação muito simples: o que é a efetividade? A efetividade é o quanto aquela política pública alterou aquela situação ou aquela realidade que ela se propunha a mudar. A eficácia nos dá a medida do atingimento das metas, e a eficiência nos dá a qualificação do uso eficiente, do uso melhor dos recursos públicos. Exemplificando, vamos imaginar que, na nossa identificação de problemas, tenhamos identificado a mortalidade infantil como um grande problema que queremos resolver. A partir disso, montamos um programa de vacinação, definimos as ações, os projetos, porque precisávamos construir postos de saúde, manter as atividades de vacinação e assim por diante. A partir daí, definimos primeiramente o objetivo, o indicador maior. Se o problema é mortalidade infantil, o meu indicador é a redução da mortalidade infantil. Esse é o indicador do programa, do meu objetivo. A minha meta pode ser identificada como fazer um milhão de vacinações, dependendo do tamanho da minha clientela. A nossa eficiência será amarrada pelo uso dos recursos, das vacinas, da mão-de-obra e assim por diante.

Digamos que isso tenha sido executado. Agora, vamos partir para a análise. Eu posso analisar a eficiência porque eu tinha um programa e queria fazer um milhão de vacinações; comprei um milhão de vacinas e consegui efetivamente usá-las todas. Nós não tivemos nenhum problema de perda, nem de extravio, nem de ociosidade no uso daquela vacina. Isso mostra se o ordenador de despesas, o gerente, foi realmente eficiente no uso dos recursos que estavam à sua disposição. Analisar a eficácia é verificar se a meta foi atingida. A meta era um milhão de vacinações. Nós conseguimos fazer um milhão de vacinações? Fizemos um milhão e cem? Fizemos novecentas mil? Isso dá a medida da eficácia do nosso gerente.

A efetividade é avaliar se efetivamente a mortalidade infantil foi reduzida. Podemos ter feito a vacinação com toda a eficiência; podemos ter alcançado um milhão de vacinações, e, no entanto, a mortalidade infantil pode não ter reduzido. Se ela reduziu, ótimo! Agora, se ela não reduziu, é o momento do *feedback* e tornar a fazer o diagnóstico;

definir uma política pública; identificar qual era o problema, já que a mortalidade infantil não reduziu. Será que não era um problema só de vacinação? Talvez fosse um problema de alimentação, de alimento materno, etc.

Este exemplo é para mostrar que isso tem que ser visto no seu conjunto e é importante que se faça a segregação dos conceitos de eficiência, para que a gente conheça os custos; de eficácia, para ver se as metas estão sendo atingidas; e da efetividade, para saber se as políticas públicas estão sendo, de fato, alcançadas.

Por aquele modelo, fica claro que, na base do nosso sistema, é preciso que se conheçam os custos dos serviços, dos produtos, para que se possa medir a eficiência.

Então, vamos avançar rapidamente na questão dos custos. Todos vocês conhecem este desenho que é basicamente o conceito de custos, que está explicitado com muita clareza pelo Elizeu Martins, onde se mostra que nós temos: (1) os gastos que se transformam em custos foi incorrido naquele ano e é incorporado no produto; e o produto vendido transforma-se em despesa no momento em que ele é vendido, para que se faça a confrontação entre o custo do produto vendido e a receita; (2) o gasto também pode ser um investimento se beneficiar períodos futuros e só se transformará em custos no momento em que for efetivamente utilizado na produção de bens de serviço. Aí, se transformará em despesa. É o relacionamento clássico de gasto/investimento/custo/despesa.

Do ponto de vista do setor público, podemos imaginar algo muito semelhante, que seria, mais ou menos, este relacionamento.

O nosso ponto de partida é a despesa orçamentária liquidada.

O conceito de despesa orçamentária liquidada é muito semelhante ao conceito de gasto. Na verdade, esse é o ponto de partida da montagem do modelo conceitual do sistema de custos. É achar um parâmetro, uma identificação entre os sistemas clássicos de custo e o setor público. Então, gasto e despesa orçamentária liquidada são semelhantes. Portanto, a despesa orçamentária liquidada pode ser investimento quando se tratar de despesa de capital; ou pode ser custo quando estiver associada a custeio de bens ou serviços que estão sendo produzidos. Essa é uma questão relevante.

É evidente que nem toda a despesa orçamentária liquidada pode se dizer que seja custo, ou seja, investimento. Precisamos fazer alguns pequenos ajustes para que possamos transformar o conceito de despesa orçamentária liquidada em custo. Eu vou apontar alguns aqui para efeito de exemplificação. Quais são os ajustes necessários para que se transforme a despesa liquidada em custo ou investimento?

Obras de conservação e manutenção de imóveis, que são lançadas como custeio, no entanto, beneficiam períodos futuros. Portanto, precisam ser recolocadas e reclassificadas.

Pessoal próprio, mesmo que aplicado em investimento. O pessoal próprio é todo ele lançado no custeio, não importa se o servidor público está fazendo uma vacinação, por exemplo, ou se está construindo um hospital. Tanto faz. Ele

é colocado como despesa de custeio e é preciso fazer esta distinção.

Material de estoque quando ele aparece diretamente como despesa liquidada. Todos nós sabemos que, se o material ficou em estoque, ele vai beneficiar períodos futuros e, portanto, não pode ser carregado no custo dos serviços deste período.

Despesas de exercícios anteriores. Também precisamos fazer esse ajuste nas despesas de exercícios anteriores.

Liquidação forçada. Todos sabem que liquidação forçada é aquele lançamento que se faz no final do ano. Para encerrar o balanço, todas as despesas empenhadas que não foram liquidadas ainda têm a sua liquidação registrada para que se possa encerrar o exercício financeiro. Essa liquidação vai para restos a pagar, processada e não processada, e é preciso se fazer o ajuste. Aquilo que for relativo a bens e serviços efetivamente consumidos no ano anterior pode ser colocado no custo, como, por exemplo, energia, água, telefone, etc. São consumos que não foram contabilizados, não foram liquidados porque o documento hábil não havia chegado. Isso é uma coisa. Outra coisa é o material que não foi entregue ainda. Esse, efetivamente, vai ser contabilizado no ano seguinte.

Inclusões das variações independentes da execução orçamentária.

Com esses ajustes, podemos dizer que a despesa liquidada pode ser basicamente o custo daquilo que estamos observando, até porque há um pressuposto simplificador, que é o fato de não estarmos trabalhando com a possibilidade de estoque de produtos no setor público, porque o setor público, na sua essência, produz serviços e serviços não se estocam. Portanto, eu não tenho nenhum problema com o estoque inicial e final de produtos acabados, produtos semi-elaborados, etc. É preciso fazer essa distinção no custo industrial. Portanto, é muito simples. Devemos considerar a despesa orçamentária liquidada como gasto e com os ajustes contábeis transformados em custo.

Aqui temos a visão geral da gestão estratégica de custos. Vocês devem ter percebido que a teoria de custos evoluiu muito nos últimos anos. Daquele custo industrial, que aprendemos a fazer nas décadas de 70 e 80, praticamente não sobrou quase nada. Depois que os japoneses inventaram a produção puxada, estoque zero, mudou tudo. Alguns até dizem que você não faz mais custo, obviamente, para definir produto ou definir preço de venda. Pelo contrário, as grandes corporações definem qual é o preço que aquele produto pode ser colocado no mercado e depois vêm de trás para frente. Define o custo, define o tamanho da empresa, define a estrutura de capital e depois monta a empresa. Então, é tudo ao contrário. É fundamental que a gente compreenda que a gestão estratégica de custo começa muito antes do momento em que o setor começa a produzir, começa a operar e o serviço começa a ser feito.

Tem-se estudado muito aquilo que nós chamamos de "determinantes de custo". Os determinantes de custo são aquelas decisões tomadas *ex-ante* e que determinam as atividades e os recursos que são necessários para que se executem essas atividades e se produzam os bens e os serviços que se desejam. Essa tela mostra que nós temos dois grupos de determinantes: os determinantes estruturais e os determinantes operacionais.

Os determinantes estruturais são, por exemplo, a escala, ou seja, o tamanho da fábrica, o tamanho do hospital e define qual é o custo que eu vou ter; o escopo, que é o grau de verticalização que eu vou ter na produção; a experiência; a tecnologia utilizada; o modelo de gestão; a estrutura de capital. Enfim, tudo isso são decisões *ex-ante* que definem o custo. É importante vocês terem presente que esses determinantes de custo não têm nada a ver com quanto maior melhor. Não é nada disso. Eles apenas determinam o custo. Eu posso determinar uma escala muito grande e ser um custo muito alto, ruim ou até que não consiga competir no mercado. De repente, eu posso ter um tipo de produção, um tipo de fábrica em que a escala tenha que ser menor, ou maior, isso vai depender muito do mercado e da tecnologia que eu estou utilizando. Portanto, é muito importante que você, antes de começar a produzir os bens e os serviços pense na sua estrutura de custo.

E também temos os determinantes operacionais, que podem ser mudados ao longo do tempo. No caso daqueles determinantes da escala, não dá para serem mudados. Depois que você definiu que vai comprar uma máquina para fazer um milhão de toneladas, não adianta eu falar que o mercado é só de 500 toneladas. Não tem mais conversa. Você já está no sal porque já comprou a máquina para fazer um milhão de toneladas. Agora, os determinantes operacionais podem ser alterados no caminho, como o *layout* da fábrica; a utilização da capacidade instalada; as cadeias de valor com o que você vai trabalhar; as competências e as habilidades; a capacidade de aprendizagem, e assim por diante.

Então, são esses determinantes de custo, tanto os operacionais como os estruturais é que vão definir o tipo e a quantidade de recursos que vamos precisar: pessoal, tecnologia, máquinas e assim por diante. A partir daí, temos os direcionadores de custo, que relacionam esses recursos às atividades que serão desempenhadas, como, por exemplo, desenhar produtos, treinar pessoal, fazer a montagem, gerenciar e assim por diante. Uma vez que estejam associados os recursos às atividades, teremos os direcionadores de custos, que vão direcionar esses custos para os objetos de custo. Aqui é importante percebermos que não falamos mais do custo do produto ou do serviço só. Nós podemos ter um conjunto de objetos cujo custo eu quero mensurar. Pode ser um produto; pode ser uma linha de produto; pode até ser um cliente, porque eu posso querer mensurar quanto é que me custa aquele cliente; pode ser uma área de responsabilidade; pode ser um centro de resultados e assim por diante. Então, essa é a modelagem em que se discute a gestão estratégica de custos no setor privado.

Como é que podemos montar uma modelagem para o setor público? Primeiro, temos que definir qual é o objetivo. O objetivo que eu penso, e que as reflexões com os meus colegas também apontaram, é que o objetivo do sistema de custos no setor público é prover informações que auxiliem a tomada de decisão do gestor público, bem como o controle, a avaliação da eficiência, a eficácia e a efetividade, relativas aos programas em execução ou já executados.

Todo o sistema tem que ter um limite. Se a gente não limitar o sistema, ele não tem como funcionar. Então, qual é o limite?
É coligir, mensurar, resumir e relatar apenas dados internos às entidades governamentais. Poderíamos pensar um

modelo aberto para dados externos, mas a proposta que estamos fazendo é para dados internos.

No sistema de custos do setor público, podemos imaginar o sistema de acumulação como integrando basicamente dois tipos de custos: o custo por projetos, pegando o conceito de acumulação por ordem de serviço; e o custo das atividades, trabalhando com o sistema de acumulação por processo.

O sistema de custeio está ligado ao modelo de mensuração. Então, vou medir por custo orçado, custo padrão ou custo histórico. Essa é uma outra discussão sobre que tipo de mensuração eu devo fazer. Eu posso pegar o custo real, o custo atualizado, etc., mas acho que, para o nosso modelo, é mais do que suficiente trabalhar com o custo orçado e o custo histórico. Se houver condições de trabalhar com o custo padrão, é "chuva na roça".

No caso do método de custeio, a nossa proposta é que trabalhemos com o custeio direto, que aloca todos os custos – fixos e variáveis – diretamente a todos os objetos de custo, sem qualquer tipo de rateio ou de apropriação. Por que nós optamos pelo custeio direto? Porque ele permite acompanhar o desempenho dos gestores e das políticas públicas sem ficar discutindo os métodos de transferência de custos ou os métodos de rateio.

A relação entre custo e benefício da informação é fundamental. Quando vocês estiverem pensando em um sistema de informação, podem sofisticar isso ao máximo, mas tem que pensar quanto é que custa esse sistema de informação. De repente, ele pode custar muito mais do que o benefício que aquela informação agrega. Então, eu acho muito importante que a gente tenha praticidade, que a gente escolha uma metodologia que nos permita custos baixos, utilizando os sistemas já existentes ao máximo, para montar o sistema novo. Então, o custeio direto é relativamente muito barato; a relação custo/benefício é altíssima. Por quê? Porque esse sistema, na realidade, está entranhado no sistema de planejamento, orçamento e contabilização que já usamos hoje. Então, é muito simples e muito prático a partir desse conceito avançarmos para o sistema de custos. Pode não ser o sistema de custos dos nossos sonhos, mas ele vai atender ao objetivo de fornecer informações para a tomada de decisão.

Agora, vou dar uma palavrinha sobre o ABC. Eu não tenho nada contra o ABC. Pelo contrário, nós podemos trabalhar com o ABC, ou seja, fazer aquela análise exaustiva das atividades, alocar custos para aquelas atividades, sem nenhum problema, desde que você tenha partido de um sistema robusto, que tenha alocado os custos para aquele departamento, para aquele órgão, para aquele Ministério, para aquele Poder, enfim, para a unidade em que vocês estiverem trabalhando, e, a partir desses custos que estão ali de maneira clara, robusta, sem nenhum tipo de postergação ou falha, porque pegamos todos os custos e lançamentos que foram feitos, você pode fazer toda a análise das atividades, alocar todos os custos, trabalhar a capacidade ociosa ou não trabalhada, enfim, fazer a análise que você achar relevante. Mas isso só é válido depois que você tiver as grandes peças do sistema já montado, já explicitado, senão nós vamos nos perder em um mar de atividades e não vamos chegar a uma informação adequada para tomar a decisão. Então, a nossa proposta é trabalhar com custeio direto, ver os objetos

de custo e, depois, se tiver fôlego, necessidade e relevância, podemos aplicar o ABC sem nenhum problema.

Temos também a gestão por resultados, que é muito coerente com o modelo de custos que estamos propondo. Por quê? O sistema de custos vai facilitar a aplicação da gestão por resultado. Basta calcular a receita econômica daquele órgão e comparar com o custo, que é o custo direto que já foi explicitado.

Este é um desenho do conjunto do sistema do setor público, mostrando que o que determina os custos são os programas, as atividades e os recursos. Quando o Governo começa lá na campanha eleitoral, dizendo qual é o seu programa, ele está dizendo qual é o custo que ele vai impor à máquina pública. Se ele está dizendo que vai acabar com o problema dos buracos na estrada, melhorar a saúde, melhorar a educação etc., isso determina o custo. Esses são os determinantes da estratégia de custos. Onde vão estar esses determinantes do ponto de vista organizacional? Vão estar no PPA, na LDO, na LOA. Eles é que vão determinar os recursos necessários de pessoal, material e serviços. Esses recursos necessários serão levados aos objetos de custo. Quais são os objetos de custo que nós temos?
Basicamente, se trabalharmos a despesa orçamentária liquidada e fizermos o ajuste contábil para custos, sem muito trabalho, eu posso encontrar o custo do programa, do projeto, da atividade, posso usar a classificação funcional e trabalhar com as funções, ou a classificação institucional e trabalhar com o poder, o órgão, a unidade gestora, etc., e produtos e serviços. Se eu identificar, na minha atividade, qual é o produto, qual é o serviço que eu quero que seja objeto de custo, se eu quantificar, eu posso ter a apuração desses custos.

Quais são as diretrizes dessas reflexões?

O sistema de informação de custo deve-se integrar, conceitual e sistemicamente, aos subsistemas de orçamento público, contabilidade governamental e processamento de dados. Esses subsistemas compõem o sistema de informações contábeis gerenciais do ente público e têm como limite de atuação as operações e as informações internas.

O sistema de orçamento público é o receptáculo das nossas decisões sobre políticas públicas e é o balizador da execução.

As informações dos valores e as quantidades orçadas, classificadas sob o prisma institucional, funcional e programático, são o ponto de partida do sistema de informação de custo e, conseqüentemente, da avaliação dos gestores, do ponto de vista da eficiência, da eficácia e da efetividade.

O sistema de contabilidade governamental reconhece as receitas e despesas mediante o regime de competência modificado, registrando-as conforme as especificações orçamentárias.

As despesas orçamentárias liquidadas equivalem ao conceito de gasto e podem ser consideradas como custo dos produtos ou de serviços prestados no período após as reclassificações e os ajustes necessários que foram apontados anteriormente.

O programa é o principal objeto de custo do sistema. Como cada ente pode definir os programas que julgar necessários, em função do seu planejamento, e o programa é o centro do sistema, essa diretriz impede a padronização das contas do sistema de custo. Não impede que se padronize a metodologia do

sistema de custos, mas o plano de contas não pode ser igual. O plano de contas de Porto Alegre, seguramente, será diferente do plano de contas de custos de São Paulo porque os programas existentes em São Paulo normalmente serão diferentes dos de Porto Alegre, ou dos de Fortaleza e assim por diante.

O conjunto de objetos de custos é formado por: (1) categorias do sistema orçamentário – programática, funcional e institucional; (2) por produtos e serviços identificados e mensurados no sistema orçamentário.

O sistema de acumulação de custos é formado por projetos por ordem e atividades por processo. A partir dos custos dos projetos e das atividades, a acumulação se faz de acordo com a hierarquia das contas do sistema contábil-orçamentário.

O sistema de custeio baseia-se no custo histórico e orçado e o método é o custeio direto.

O sistema de informação de custo proposto vai prover informações que vão permitir que se avalie, no setor público, a eficiência do uso dos recursos, a eficácia dos gestores na obtenção e no alcance das suas metas e a efetividade das políticas públicas, na resolução dos problemas apresentados pela sociedade. Muito obrigado.

Nelson Zafra – Coordenador: Por um esquecimento da minha parte, no início, acabei não lendo o currículo do ilustre painelista e gostaria de ler agora. O Doutor Nelson Machado é formado em Direito pela Universidade de Brasília e tem mestrado em Administração Orçamentária e Financeira pela FGV/SP. É Doutor em Contabilidade e Controladoria pela FEA/USP. O Doutor Nelson é agente fiscal de Renda do Estado de São Paulo, professor de Contabilidade na Universidade de São Carlos, em São Paulo, e na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Campos Sales em São Paulo. Foi chefe de Gabinete da Secretaria de Finanças da Prefeitura de São Paulo, coordenador do Programa de Modernização do Controle Interno e Administração Financeira da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, diretor da Escola Fazendária do Estado de São Paulo, secretário executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ministro de Estado Interino do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ministro de Estado da Previdência Social e secretário executivo do Ministério da Fazenda, cargo que exerce atualmente.

Eu queria parabenizar e agradecer ao Doutor Nelson Machado pela sua brilhante palestra. Muito obrigado.

Dando continuidade ao nosso Painel, vamos passar à apresentação do Doutor José Francisco Ribeiro Filho. Ele é Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Pernambuco, Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco, tem mestrado em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo. É professor adjunto da Universidade Federal de Pernambuco, coordenador do mestrado em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco e membro do Conselho Editorial dos seguintes periódicos: Revista Brasileira de Contabilidade, Revista de Informação Contábil, Revista Eletrônica de Administração, Revista de Administração Contemporânea, Revista de Ensino e Pesquisa em Contabilidade e Revista de Contabilidade e Finanças da

FEA/USP. É membro do Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, do Conselho Federal de Contabilidade.

Com a palavra, o Doutor José Francisco.

José Francisco Ribeiro Filho – Universidade Federal de Pernambuco: Boa-noite a todos e a todas. É uma alegria, uma satisfação e uma honra para mim estar aqui neste Painel sobre "Custos no Setor Público", integrando esta mesa coordenada pelo Conselheiro Zafra e pelo meu querido amigo Nelson Machado. Alguém já disse que gratidão é a memória do coração. Eu gostaria de agradecer pela oportunidade que o Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASPs) me proporcionou de estar aqui representando esse grupo para falar neste Painel. Ao expressar gratidão, a gente sempre fala das pessoas e eu quero aqui registrar a alegria de estar presente neste momento histórico da nossa profissão, com os colegas que encontramos andando por este Brasil afora, levando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Fomos ao I Seminário Internacional de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, lá em Brasília, que saiu lá em uma reunião da presidente Maria Clara com o secretário executivo Nelson Machado. Depois participamos de um Seminário Regional das NBCASPs também lá em Brasília. Depois, participamos de outro Seminário Regional das NBCASP no Rio de Janeiro, em Fortaleza, Florianópolis, São Paulo, Espírito Santo, e outros seminários estão sendo organizados. É uma grande alegria encontrar tanta gente interessada no setor público, neste momento tão importante.

Eu não poderia deixar de mencionar aqui todos os integrantes do Grupo Assessor das NBCASPs do Conselho Federal de Contabilidade. Aliás, a minha fala deverá ser uma tentativa de fazer um eco aqui de como essa discussão toda vem sendo construída nos vários Seminários Regionais pelo nosso País, as várias contribuições de todos os colegas que participaram desse processo e como é que essas discussões chegam ao Grupo Assessor e lá são discutidas, analisadas e debatidas. No Grupo Assessor, temos a coordenadora Verônica Souto Maior, o contador Lino Martins, o contador Liberalquino, o contador João Eudes, o Poubel de Castro, a Diana, o Inaldo, o Paulo Henrique Feijó, a Sandra Campos, o Valmor Slomsky, o Vitor Branco de Holanda e o Laércio Mendes Vieira. São esses profissionais que estão atualmente conduzindo esse trabalho de elaboração das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e também constituindo o Grupo de Trabalho para a Convergência das NBCASPs às IPSAS. O Paulo Henrique já mencionou que, ontem, nós aprovamos o plano de trabalho e o cronograma para todo um conjunto de ações para a conversão das NBCASPs às IPSAS. Então, é um pouco falar da gratidão das pessoas e de confiança. Eu queria dizer que nós precisamos confiar; nós precisamos realmente assumir e dizer que quem entende de Contabilidade devem ser os profissionais de Contabilidade; quem deve fazer normas de Contabilidade devem ser os profissionais de Contabilidade. O nosso País e a sociedade esperam que daqui saiam as melhores normas, as melhores interpretações técnicas, as melhores sugestões de procedimentos para a mensuração dos fenômenos contábeis.
É por isso que eu queria falar de confiança e citar aqui o Profeta Jeremias que, em um momento difícil da nação, em um determinado momento histórico, ele dizia: "Bendito o homem que confia no Senhor e cuja esperança é o Senhor".

Nós estamos confiando na condução desse trabalho; estamos confiando no conjunto de pessoas que estão fortalecendo a maneira como o Grupo Assessor escolheu fazer a divulgação das NBCASPs e a convergência. Sempre se discutiu aqui entre adotar, ou convergir, ou contemplar essa adoção com os impactos profissionais e técnicos de cada região e de cada país. O Grupo Assessor escolheu fazer um trabalho de construção. É por isso que estamos percorrendo os Seminários, fazendo a divulgação dessas normas, porque entendemos que não basta a tradução de uma língua para a outra e simplesmente publicar essas normas. É preciso que isso esteja na concepção do profissional de Contabilidade; é preciso que ele tenha tido a experiência de debater e vivenciar todo esse conteúdo. É por isso que, na área do setor público, nós estamos fazendo esse processo, que pode até parecer um pouco mais longo, mas é muito mais seguro porque todo esse material vai fazendo parte do universo profissional, do saber e da discussão de todos os profissionais.

O Doutor Nelson Machado nos mostrou algumas tensões, principalmente, tensões conceituais que existem na hora da definição de um sistema de custos. Eu queria retomar alguns conceitos. Isso é importante e o Grupo Assessor tem sempre primado pelo estabelecimento de uma matriz conceitual, seja nas normas, seja nessa concepção mais gerencial, incluindo os sistemas de custo. É preciso que a gente entenda que representar custos, ou expressar um sistema de custos, na verdade, é colocar valor monetário a um sistema relacional empírico, a um sistema físico. É isso que acontece e nós vamos apenas referenciar esse sistema físico a partir da expressão monetária, o denominador comum monetário. Isso acontece também nos sistemas de custo.

Se vocês olharem essa seta de baixo para cima, verificarão que, se não formos competentes para fazermos uma inferência correta sobre o tipo de valor monetário, vamos atribuir aos objetos de custo. É possível que tenhamos o sistema relacional empírico caminhando de um lado e o sistema relacional numérico caminhando do outro, sem um representar o outro. Um sistema intermediário seria que nós somos parcialmente competentes porque alguns elementos e algumas mensurações nós conseguimos retratar bem e outras não, até chegar a um Sistema de Informações de Custos no qual conseguimos expressar corretamente todas as métricas de custo nos programas e nas ações. Estou colocando isso porque essa é uma tarefa complexa e é preciso que nós, profissionais de Contabilidade, nos debrucemos sobre os conceitos e sobre as bases que vão orientar o estabelecimento dos sistemas de custo.

Vou fazer algumas reflexões teóricas. Temos passado pelos Seminários das NBCASPs e, como todo o desafio precisa de base teórica, de ancoragem teórica. Temos uma primeira inspiração aqui na Teoria do Agir Comunicativo, de um representante da Escola de Frankfurt – Jurgen Habermas. Ele era fissurado pela comunicação, alguém absolutamente comprometido em falar e ser compreendido, em se fazer compreendido, em compreender, como única possibilidade de convivência harmônica entre as pessoas, como única possibilidade de fazer o estabelecimento de uma sociedade que trabalhe a promoção, uma sociedade que seja recíproca no cuidar uns dos outros em um ambiente democrático. Dentre as várias obras do Habermas, tem uma que se destaca, que é a Teoria do Agir Comunicativo. O Grupo Assessor tem se debruçado sobre isso e tem

resgatado essa perspectiva da Escola de Frankfurt como um contributo filosófico para pensar as normas e para pensar a ambientação de uma próxima norma para custos brevemente.
Uma outra abordagem teórica que tem orientado todo esse trabalho é de um professor contemporâneo, da Manchester Business School, do Reino Unido. É o professor Robert Scapens, que trabalha com a Teoria Institucional, a institucionalização de um ambiente de custos. É interessante a gente ver esse desafio da institucionalização.

Eu encontrei alguns colegas da Controladoria do Governo do Estado do Ceará e a Adriana me dizia que já estavam recebendo demandas do governador para analisar programas e projetos no que diz respeito ao que isso representa, a que custo é esse e se aqueles valores são de fato valores corretos que devem integrar aqueles programas e aqueles projetos.

Como institucionalizar custos no ambiente do setor público? Isso faz parte da preocupação do gestor; está na lei desde 2000, mas ainda se tem dificuldade de aplicar. Isso é natural porque é preciso recortar e institucionalizar conceitos e ambientes para que esse sistema de custo e essas mensurações possam ser feitas.

Incorporamos aqui, dentro dessas reflexões teóricas, algo que também aconteceu nos bastidores das apresentações. Estou me referindo a uma palestra que o professor Lino Martins da Silva fez e que eu considero como uma observação genial. Normalmente, estamos falando em transparência e evidenciação como se fossem sinônimos. O professor Lino Martins da Silva, que é da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, provavelmente, está trazendo para nós um embrião de algo que poderia ser uma Teoria da Comunicação para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público e aí se inclui essa perspectiva do sistema de custos nas entidades do setor público. Então, é sob essa inspiração teórica que estamos conduzindo esse processo no Grupo Assessor.

Quais são os Princípios Fundamentais que orientam toda a Contabilidade? Provavelmente, vocês já conhecem e já têm discutido sobre isso, sobre a Resolução n.º 1.111 do Conselho Federal de Contabilidade, de novembro do ano passado, que já é fruto do trabalho do Grupo Assessor das NBCASPs, que aprovou o Apêndice II da Resolução CFC n.º 750/93, sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade, que propõe o estabelecimento de trilhos modernizadores para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com reflexo no sistema de custos.

Eu gostaria aqui de destacar todos esses sete princípios e dizer que todos são aplicáveis à Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Todos devem ser observados e isso se reflete na definição conceitual do nosso sistema de custos. Desses sete Princípios Fundamentais da Contabilidade, quero destacar dois trilhos modernizadores. Um deles é o Princípio de Competência. Se nós vamos ter um Sistema de Custos, em que momento aquele fenômeno contábil é reconhecido e é mensurado? Normalmente, temos associado o Princípio de Competência a um aspecto temporal – a competência mensal, a competência semestral, a competência anual. Mas o Princípio de Competência reconhece transações e mensura eventos na perspectiva de produção, na perspectiva da prestação de serviço ou da agregação de riqueza que aquele elemento patrimonial traduz.

Então, é algo que nos remete para os sistemas relacionais, empíricos e numéricos, como falamos aqui.

Na literatura internacional, o Princípio de Competência também tem sido um dos trilhos modernizadores da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e dos Sistemas de Custos. Não é possível pensar em Sistemas de Custos se nós ainda temos dificuldade em reconhecer alguns fenômenos, como depreciação, amortização, exaustão; se nós temos dificuldade ainda de reconhecer fenômenos relacionados com a mensuração correta de ativos, de receitas e gastos do setor público. É difícil um Sistema de Custos ser concebido fora da aplicação estrita do Princípio de Competência. Eu gostaria de registrar que essa aplicação estrita do Princípio de Competência é um dos trilhos modernizadores e que vai permitir o Sistema de Custos, de fato, para aquilo que ele foi concebido: orientar as decisões fazendo com que haja decisões corretas e seguras com relação à movimentação patrimonial. Esse princípio é fator relevante.

O outro trilho modernizador para a implantação correta de um Sistema de Custos é o Princípio de Oportunidade, que é base indispensável da integridade e da fidedignidade dos registros contábeis. Se eu fizer uma interpretação legal que não permita a aplicação desse Princípio de Oportunidade, não vou conseguir mensurar corretamente o objeto de custos, não vou conseguir acumular corretamente no objeto de custos o fenômeno associado. Eu vou produzir um número que, provavelmente, vai estar distanciado do sistema relacional empírico que esse número tenta representar. Por isso, esse Princípio de Oportunidade é traduzido genericamente como "essência sobre a forma". É o outro trilho modernizador de um sistema de custos no setor público. Para nós termos um sistema de custos no setor público, precisamos reconhecer o fenômeno por competência, associando a ele uma representação numérica aderente ao fenômeno físico operacional e precisamos deixar que prevaleça a essência sobre a forma. Se não tivermos essa prevalência da essência sobre a forma, vamos produzir números, vamos colocar valores nos objetos de custos, mas, provavelmente, eles não representarão o sistema físico operacional corretamente.

Como estamos trabalhando na perspectiva da convergência às normas internacionais, eu queria trazer alguns conceitos do Estudo 12 da Ifac – "Perspectivas da Contabilidade de Custos em Entidades de Governo". Eu quero trazer essa visão da Ifac porque temos que refletir sobre esses conceitos para construir uma base conceitual para o Sistema de Custos, que seja fruto da nossa concepção profissional e da nossa visão de Sistemas de Custo e de Contabilidade. Vamos compartilhando isso. Tudo vai ser disponibilizado em *sites*, em livros. Vamos fazer oficinas para discutir o assunto, e vocês vão tomar conhecimento tão logo que esse cronograma seja aprovado no Comitê de Convergência Brasil. Isso vai ser disponibilizado porque queremos continuar nessa tarefa de compartilhamento, de troca de experiências, para que possamos construir um Sistema de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e um sistema gerencial que sejam adequados e confiáveis para todos os gestores.

Qual é a visão do Estudo 12 sobre Custos no Setor Público? O Estudo 12 da Ifac considera que custo é uma técnica do controle gerencial e financeiro que deve ser utilizada pelos gestores de pro-

gramas e políticas públicas, como uma ferramenta gerencial do dia-a-dia, nas atividades operacionais, bem como outros gestores que fazem controle, acompanhamento, velamento, etc. Então, a ferramenta "custos" é um instrumento do gestor. A visão do Estudo 12 da Ifac é colocar os sistemas de custos a serviço dos gestores para que eles possam tomar decisões corretas sobre programas, desenvolver ações sobre esses programas, para que os indicadores de eficiência, eficácia e efetividade sejam corretamente atingidos, sejam corretamente traduzidos. Então, a visão de custos é algo que deve ser útil para o gestor. É por isso que a visão do Grupo Assessor é no sentido de que os sistemas de custos serão diferentes e a modelagem e o tipo de métrica que vamos estabelecer serão diferentes em função de cada necessidade gerencial. Eu não terei um padrão único de métricas de custo em um determinado nível, mas posso ter em outro. É isso que vamos ver daqui a pouco. Portanto, a mensagem que a visão internacional da Ifac traz é que o sistema de custos é uma técnica que deve ser útil para o gestor.

Eu trago também aqui a visão que está na Lei Complementar 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal, já conhecida de todos vocês, para que possamos fazer uma comparação conceitual. A LRF, no art. 50, parágrafo 3.º, diz o seguinte: "A administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial". A palavra-chave aqui é "acompanhamento" porque está ligada à visão de custos que tem a Ifac. Enquanto no Estudo 12 da Ifac se diz que o sistema de custos é uma ferramenta do dia-a-dia do gestor, a LRF também diz que, na administração pública brasileira, o sistema de custos deve ser para acompanhar, para permitir esse acompanhamento, essa tomada de decisão.

Será que estamos falando de convergência? Vocês sabem que temos discutido bastante e passamos um tempo discutindo um projeto de lei para mudar a Lei n.º 4.320 porque é preciso mudar a legislação. Precisamos observar o conceito. Ficamos surpresos quando lemos a Lei n.º 4.320 a partir do art. 83, como nos ensina o professor Lino Martins. Eu quero chamar a atenção aqui para o fato de que essa visão de custos, essa visão de acompanhamento, essa visão gerencial, que é uma perspectiva internacional que está no Estudo 12 da Ifac, também está contemplada na LRF, a Lei Complementar 101, desde 2000. Então, de fato, é preciso que juntemos esse conjunto de interpretações, que façamos a modelagem conceitual disso e os profissionais de Contabilidade produzam uma Norma Brasileira de Contabilidade para Custos no Setor Público. Nós não podemos ficar travados ou usando um escudo, pois a lei não permite. Se pegarmos os documentos e compararmos, vamos ver que já temos base legal e conceitual. Precisamos, agora, gerar o que eu chamo dentro do Grupo Assessor de "processo de pertencimento", pelo Brasil, nos Seminários Regionais, disponibilizando nos *sites*, produzindo documentos, traduzindo documentos, como já temos feito e como o Conselho Federal de Contabilidade tem feito.
Para fechar essa visão, vou citar rapidamente a Portaria 184, assinada pelo ministro da Fazenda, que remete a diretriz da modernização da Contabilidade, na União, para as normas internacionais da Ifac, as IPSAS, e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e os Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicados ao Setor Pú-

blico. Então, temos um ambiente, seja conceitual, seja legal, para produzirmos a nossa Norma Brasileira de Contabilidade de Custos para o Setor Público. Sem dúvida nenhuma, vamos construir essa norma e disponibilizá-la.

Quais são as possíveis causas do interesse por informações de custos? Estou aqui ainda relatando as interpretações e as conclusões do Estudo 12 da Ifac. Estou trazendo isso para que, juntos, possamos perceber que não estamos longe disso. É possível que nos identifiquemos nesse estágio e em alguns desses estágios de base conceitual. Quais são as possíveis causas de interesse por informações de custos?

Uma delas é a adoção do Princípio de Competência. Já tem um artigo publicado por uma professora da França, Silvie Trosard, assessora da Comunidade Européia na modernidade da Contabilidade Pública. Ela mostra que, recentemente, a França adotou a perspectiva do *Accrual Basis of Accounting*, ou seja, o Princípio de Competência na Contabilidade. É a adoção do Princípio de Competência como base para a Contabilidade e as informações gerenciais.

Então, já temos a Resolução n.º 1.111 do CFC; já temos os artigos da Lei n.º 4.320, que, como foi mostrado aqui pelo Paulo Henrique, determinam o reflexo patrimonial. Portanto, vamos construir, sim, a Norma Brasileira de Contabilidade de Custos. Isso já aconteceu ou está acontecendo na Nova Zelândia, no Reino Unido e na Austrália.

Há outras motivações que também estão no Estudo 12 da Ifac, além do *Accrual Basis of Accounting*, ou o Princípio de Competência, tais como: demandas e pressões sociais para a melhoria da performance na execução de programas públicos e melhoria de eficiência, eficácia e efetividade. Nós não temos essa demanda? É justamente isso que estamos discutindo. O Doutor Nelson Machado sempre me diz que a próxima fronteira para a Contabilidade Pública é a gente gerar condições de melhorar a qualidade do gasto. É isso mesmo. Nós não temos um problema de pouco dinheiro ou muito dinheiro; temos, sim, um problema de usar bem esse dinheiro ou de melhorar a qualidade do gasto desse pouco dinheiro que possamos ter. Então, quero ressaltar aqui que essas duas perspectivas estão no Estudo 12 da Ifac, como algo que a comunidade internacional de contadores reconhece como sendo instâncias da modernização e da implantação de Sistemas de Custos.

Aqui temos a implantação de Sistemas de Custos, passo a passo. Eu quis somente colocar três estágios. Um primeiro estágio de sistema de custos é quando os sistemas de contabilidade são construídos com base no ciclo orçamentário. É o que a gente poderia chamar de *cash basis* ou base caixa, quando não temos Contabilidade Patrimonial. É um pouco o estágio em que estamos aqui no Brasil na Contabilidade Pública. Nós focamos muito o ciclo orçamentário. Quando acontece isso, os indicadores de custos focam os dispêndios de programas. Qual é o momento de reconhecer o custo? É na liquidação da despesa? Entre os estágios da despesa pública, tem o estágio da liquidação, e vamos reconhecer a despesa e predominar a visão do ciclo orçamentário ou de uma análise de uma contabilidade "caixa". Nesse caso, aqueles momentos refletirão custos. Portanto, é possível que a gente apenas troque o nome "despesa" por "custo".

No entanto, falamos nos trilhos modernizadores da Contabilidade Pública; falamos na competência e na oportunidade. A intenção não é ter uma contabilidade focada no caixa ou no ciclo orçamentário.

Um segundo estágio, um ponto intermediário de implantação do Sistema de Custos, é quando predominam os sistemas de "competência modificada", ou seja, você considera uma parte e outra não. Por exemplo, é quando você considera alguns eventos relacionados à depreciação, à amortização e à exaustão de ativos, mas você não considera o reconhecimento de outros elementos patrimoniais que não estejam vinculados ao ciclo orçamentário. É o que se chama de Princípio da Competência Modificada. É um misto entre a visão do controle de caixa e de competência. Ali você já tem alguns indicadores que se distinguem e, nesse caso, o custo já não será sinônimo de despesa ou de gasto.

O terceiro estágio – e é para onde queremos caminhar na Contabilidade Pública – é quando predominam os sistemas de aplicação completa do Princípio de Competência e do Custo de Oportunidade. Aí vamos ter a mensuração correta de ativos, o reconhecimento completo dos passivos, o registro de bens de uso comum, o reconhecimento das riquezas naturais. Aí, sim, provavelmente, teremos as condições de desenhar um bom sistema de custos.
O modelo conceitual do Sistema de Custos deve refletir o objetivo da informação. Há algumas premissas. Uma delas é o conceito de "unidade contábil". Vocês lembram que, quando estávamos discutindo as NBCASPs, falávamos no modelo cebola (de camadas e a intersecção dessas camadas), de maneira que, cada unidade de acumulação pode refletir uma métrica de custos. Então, esse conceito de unidade contábil está lá na NBCT 16.1. A partir desse conceito, é possível construir essa perspectiva de custos.

Temos vários níveis de decisão e de interesse por informações específicas nas entidades do setor público. É isso que acontece. Temos níveis de decisão diferentes e necessidade de informações diferentes. Então, isso impacta também na definição do modelo conceitual do Sistema de Custos.

Finalmente, quando temos camadas superiores de unificação e de consolidação é que se devem adotar um modelo único, genérico, de mensuração de custos.

Essas premissas também devem considerar e orientar a nossa visão sobre Sistemas de Custos.

Para terminar, quero ressaltar que o Sistema de Custos no setor público é informação sob medida. É interessante como o Grupo Assessor pensou nas NBCASPs, no Sistema de Custos e na Demonstração do Resultado Econômico, que é uma demonstração final para o usuário externo. Houve uma reunião histórica, coordenada pela conselheira Verônica Souto Maior, com a presença do professor Valmor Slomsky, que também integra o Grupo Assessor, em que fizemos a vinculação conceitual entre o Sistema de Custos e a Demonstração do Resultado Econômico para o usuário externo. Mas o Sistema de Custos é do gestor, é do gerente, é do tomador de decisão interna da entidade.

É isso que eu queria mostrar para vocês, ou seja, essas várias camadas, essas várias possibilidades de acumulação de custos: (1) por entidade, na primeira

camada, a mais externa; (2) pelos programas, projetos e ações, na segunda camada; e (3) na terceira camada, que é da unidade 1 até a unidade "n" e até acumular por tempo mensal, trimestral, semestral, semanal, etc.

O que eu quero chamar a atenção de cada um de vocês é que, quando a gente traz a visão dos nossos colegas dos vários estudos da Ifac, das IPSAS, nós começamos a perceber que é possível construir um ambiente de mensuração correta dos fenômenos contábeis e tornar a Contabilidade cada vez mais útil e importante para a sociedade.

Eu quero finalizar deixando algumas perguntas. Como integrante da academia, nós nos formamos sob a perspectiva da tensão teórica. Qual é o modelo mais correto? É o custeio baseado em atividade? É o custeio direto? Um confronto com o outro? Na academia, vivemos uma tensão interessante de discussão sobre essa perspectiva de superioridade conceitual de um sistema em relação a outro. Eu gostaria de que fosse aberto um espaço para iniciarmos uma discussão para a construção de uma Norma Brasileira de Contabilidade de Custos, sem ser vencido logo nessa tensão teórica inicial, para que a gente não comece a fazer a discussão se vamos adotar um determinado modelo e excluir outro. Essa é a tensão vivenciada pela academia, e tem a sua razão de ser, para construir as suas concepções teóricas, para debater, para formar o conhecimento. Mas nós, aqui, em um primeiro momento, devemos contemplar todas as contribuições de todos os autores, todas as dissertações, todas as teses. Devemos considerar cada autor que já contribuiu para esse Sistema de Custos. Por exemplo, o Nelson Machado tem uma Tese de Doutorado sobre custos, o professor Lino Martins da Silva tem uma Tese de Livre Docência também sobre custos. Modestamente, nós também publicamos um livro sobre custos. Então, quantos autores, quantos professores e quantos pensadores estão contribuindo com esses conceitos sobre custos? E também temos os autores internacionais. Então, queremos abrir um espaço aqui para todos os autores. É bom falar de tensão na academia para que possamos ter os "gigantes da Contabilidade" se unindo aos professores, dando as mãos, intermediados pela competência da presidente Maria Clara. Que bom que é possível pensar, refletir, discutir, sem ser vencido pela eleição, *a priori*, de um modelo! Nós vamos trazer todos os modelos para discussão. É convivência de modelos conceituais ou é um modelo único? Vamos nos permitir fazer essa discussão! Vamos conviver com vários modelos. Ao elaborar a sua Tese de Doutorado, o Nelson Machado aplicou, no Estado de São Paulo, essas várias possibilidades e esses vários níveis. Então, vamos trazer todos os modelos para a pauta de discussão. Vão conviver modelos conceituais diferentes no Sistema de Custos? Vai haver um modelo único? Nós devemos e vamos fazer essa discussão. Podemos ter o custeio por absorção, custos controláveis e não controláveis, custos marginais, custos diferenciais e incrementais, custo de oportunidade, custo de contrato, custeamento direto, custeamento por atividades, custo padrão, enfim, são tantas contribuições que os estudiosos têm e nós, profissionais da Contabilidade, temos que beber nessas fontes. Vamos analisar, vamos discutir e vamos construir o modelo do Sistema de Custos porque isso está sendo necessário. Os Tribunais de Conta já estão questionando isso. Quem tem que pensar isso são os contadores. É um modelo único

conceitual? O que deve orientar a escola do modelo conceitual de custos? Essas são perguntas que vamos discutir nos seminários regionais mais à frente.

Eu queria deixar aqui uma frase que o professor Lino Martins me disse: "Atividades e funções distintas, modelos conceituais também distintos". É natural se eu tiver um modelo de decisão, uma necessidade informacional diferente. Por exemplo, eu não posso querer vestir uma camisa n.º 3 em mim. Tem que ser um pouco maior. Então, não pode ser a mesma camisa para necessidades diferentes. Portanto, necessidades, atividades e funções distintas significam modelos conceituais também distintos. Temos um caminho longo, extraordinário, alvissareiro. Essas, provavelmente, são as últimas palestras deste 18.º Congresso, mas nós nos emocionamos com os grandes passos que a classe contábil brasileira construiu aqui: as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a convergência com as normas internacionais e um bom Sistema de Custos, para que sejamos um *benchmarking* no mundo.

Se vocês analisarem o Estudo 12 da Ifac, verão que existem várias interrogações. Como somos sócios da Ifac, quem sabe se não sai daqui do Brasil o modelo de custos e virar uma IPSA para os outros países também poderem seguir? Eu penso nisso.
Quais são as próximas etapas?
propor mais uma NBCT 16 sobre Custos no Setor Público;

convergir as nossas normas sobre custos com as normas internacionais pertinentes;

fortalecer os vínculos entre os controles interno, externo e social, com informações de custos, programas, projetos, ações e políticas públicas.

Vamos em frente! Eu agradeço a atenção e que Deus continue nos ajudando nessa caminhada! Obrigado.

Nelson Zafra – Coordenador: Só temos a agradecer ao nosso painelista pela sua brilhante palestra. Nos meus 35 anos de profissão, sendo alguns anos na área de custos e também na área acadêmica, verifico que é difícil acharmos um profissional de custos bem preparado, até no setor privado. No setor público, então, acho que é mais difícil ainda. Não tenham dúvida de que a nossa presidente Maria Clara, arrojada como é, nunca medirá esforços para que possamos preparar profissionais para essa área tão importante. Sem dúvida, é um mercado que está surgindo para nós, profissionais da Contabilidade. Então, acho que esse é um campo bastante vasto para ser explorado e, obviamente, o sistema contábil brasileiro, por meio do Conselho Federal de Contabilidade, dos Conselhos Regionais e do Programa de Educação Continuada, vai fazer um trabalho importante e dará todo o apoio para que tenhamos, cada vez mais, profissionais preparados, não só no setor privado como também no setor público. Também não podemos esquecer o terceiro setor, e essa matéria "Contabilidade de Custos" fica cada vez mais importante no contexto do nosso País e do mundo.
Gostaria de chamar aqui o presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Rogério Rokembach, para fazer um comunicado.

Rogério Rokembach – Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul: Em nome do Comitê Organizador do 18.º

Congresso Brasileiro de Contabilidade, informo que, por motivos estranhos e alheios à nossa vontade, não teremos a presença do último palestrante, Jornalista Alexandre Garcia. Pedimos a todos que permaneçam no auditório. Muito obrigado.

Nelson Zafra – Coordenador: Queremos agradecer a presença de todos e encerrar aqui o nosso Painel. Queria agradecer, mais uma vez, ao Doutor Nelson Machado e ao Doutor José Francisco. Obrigado a todos e passo a palavra à nossa mestre de cerimônias.

Mestre de cerimônias: Vamos dar os aplausos merecidos aos nossos expositores que, neste momento, irão receber os seus certificados e aquela peça que simboliza toda a gratidão e o reconhecimento da organização deste evento pelas honrosas presenças do professor Doutor Nelson Machado e do contador José Francisco Ribeiro Filho. Para este ato de entrega, convido o coordenador deste Painel, professor Nelson Zafra.

Inicialmente, ele fará a entrega do certificado e dessa singela lembrança do 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade ao professor Doutor Nelson Machado.

Para receber o seu certificado, convido o contador José Francisco Ribeiro Filho, que também vai ser agraciado com esta peça confeccionada artesanalmente por presidiários de Mato Grosso e que também registra a preocupação socioambiental do CFC.

Convido o presidente do CRC do Rio Grande do Sul, contador Rogério Rokembach, para fazer a entrega do certificado ao professor Nelson Zafra, em reconhecimento por sua condução na coordenação técnica deste Painel.

Convido o professor Nelson Zafra e os senhores painelistas a retomarem seus assentos na platéia para que possamos, antes do início da nossa Solenidade de Encerramento, assistir a uma rápida apresentação. Na verdade, trata-se de um convite que está sendo formulado a todos os congressistas do 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade.

Para tanto, convido ao palco, o contador Público Luis Michel, vice-presidente do Instituto Mexicano de Contadores Públicos, federação que agrupa 61 colégios em todo o México e que, neste momento, irá fazer um convite para a XXVIII Conferência Interamericana de Contabilidade, que acontecerá no período de 25 a 28 de outubro de 2009, no México.

Luis Michel – Vice-presidente do Instituto de Contadores Públicos do México: Obrigado. Boa-tarde a todos. Gostaria de agradecer ao Conselho Federal de Contabilidade e à sua presidente Maria Clara Cavalcante pela oportunidade de lhes transmitir uma pequena mensagem. Quero também trazer-lhes uma calorosa saudação da Contadoria Pública do México e felicitá-los por este grande evento.

No ano passado, o Instituto Mexicano de Contadores Públicos foi designado para realizar a XXVIII Conferência Interamericana de Contabilidade, que se realizará, de 25 a 28 de outubro/2009, em Cancun, México.

Eu sei que já estão cansados de ouvir tantas conferências. Já estamos chegando ao final e concluir com algumas palavras em espanhol não deve ser muito sensato. Por isso, vou apresentar algumas imagens que dizem mais por si mesmas:
(Projeção de vídeo)

Essas imagens dizem muito mais do que lhes queremos oferecer em Cancun, com muito afeto. Gostaria de lhes apresentar a parte técnica da XVIII Conferência. Teremos dois pacotes. O pacote A inclui alojamento no Hotel Moon Palace, entradas para os eventos técnicos e sociais, três noites de hospedagem, alimentação e bebida ilimitada, jacuzzi em todos os quartos e uma excursão a Tulum, Chichen Itza, que, como todos sabem, é uma das sete maravilhas do mundo. Como benefícios adicionais, temos o transporte aeroporto/hotel/aeroporto, eventos para acompanhantes, brindes, material de trabalho, tradução simultânea, reuniões particulares para as delegações e um lugar ideal para uma maior integração.

O pacote B não inclui hospedagem, mas apenas entradas para os eventos técnicos, alimentação e bebida limitados ao hotel sede, eventos para acompanhantes, brindes, tradução simultânea, reuniões para delegações e também um lugar ideal para uma maior integração.

Os preços dos pacotes estão aqui. No caso de inscrições antecipadas, o preço é de US$ 2.000.00, incluindo tudo para duas pessoas. Chegam a Cancun e não pagam mais nada. No caso de só uma pessoa, o preço é de US$ 1.800.00. Então, temos um preço para inscrições antecipadas no valor de US$ 2.000.00 e temos um outro, para as inscrições posteriores, no valor de US$ 2.250.00. Espero que possam se inscrever o mais rápido possível. No caso do pacote B, que não inclui hospedagem, o preço é de US$ 1.450.00 o casal e US$ 1.200.00 para uma pessoa só. Isso inclui tudo o que já mencionei, excetuando a hospedagem.

Estamos trabalhando também em um grande pacote técnico e, como um marco da profissão contábil, pilar fundamental da economia global, diríamos que a Contabilidade é uma Linguagem Universal. Temos preparado diferentes campos da Contabilidade, tais como:

Informação Financeira e as Políticas Públicas: a Contabilidade como uma Linguagem Universal.

A Confiança no Auditor e a Prestação de Contas.

A Educação do Contador Profissional: os Valores Éticos, Base da Educação.

Na parte fiscal, abordaríamos os seguintes temas:

Os Tratados Internacionais: Operatividade e Benefícios.

O Contador Empresário e na Empresa: uma Visão Empresarial e de Executivos de Finanças.

Por último, abordaríamos o tema:

O Contador: um Profissional com Consciência Social.

A Participação em Organizações sem Fins Lucrativos, que chamamos no México de "O Lado Humano do Contador Público".

Já distribuímos alguns folhetos e um formulário de pré-inscrição. Se possível, gostaríamos de recebê-las ao final. Estas são as páginas web onde podem acessar mais informações e os telefones na Cidade do México. Esperamos todos vocês em México, com muita amizade, calor, mar, eventos técnicos importantes, transporte, diversão, tequila e muito mais. Muito obrigado. Esperamos a todos no México.

CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

AUDITÓRIO JOSÉ LUTZEMBERGER

PAINEL N.º 16

MUDANÇAS NO CENÁRIO DAS PROFISSÕES: EDUCAÇÃO E EMPREGABILIDADE

Mestre de cerimônias: Ao reiniciar as atividades desta tarde, será apresentado agora o Painel n.º 16, que tem como tema "Mudanças no Cenário das Profissões: Educação e Empregabilidade". O objetivo deste Painel é discutir as mudanças que têm ocorrido no campo das profissões e das ocupações, os reflexos esperados dessas mudanças e o papel da educação para a empregabilidade focada na área de negócios.

Convidamos para coordenar este Painel, o contador e administrador, senhor Oscar Lopes da Silva. Oscar Lopes é Especialista em Auditoria e Contabilidade e mestrando em Ciências Contábeis. Atualmente, é Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais. É coordenador da Comissão do CFC, responsável pela elaboração das provas do Exame de Suficiência.

Com muita satisfação, também convidamos para compor a Mesa, o professor José Pastore, Bacharel e Mestre em Ciências Sociais.

Passamos a palavra ao nosso coordenador, Oscar Lopes da Silva, para as suas considerações e condução dos trabalhos.

Oscar Lopes da Silva – Coordenador: Boa-tarde a todos. O tema do nosso Painel é "Mudanças no Cenário das Profissões: Educação e Empregabilidade", que tem como objetivo discutir as mudanças que têm ocorrido no campo das profissões e das ocupações, os reflexos esperados dessas mudanças e o papel da educação para a empregabilidade focada na área de negócios.

Nosso painelista, José Pastore, é Doutor Honoris Causa em Ciência pela University of Wisconsin, Madison, Wisconsin, Estados Unidos, e professor titular da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. É PhD em Sociologia pela University of Wisconsin, Madison, Wisconsin, Estados Unidos. É professor de Relações de Trabalho na Universidade de São Paulo. É especializado em pesquisa, ensino e consultoria nas áreas de relações de trabalho e emprego, recursos humanos e desenvolvimento institucional. É diretor acadêmico da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). É professor visitante de inúmeras instituições estrangeiras e nacionais. Também foi chefe da Assessoria Técnica do Ministério do Trabalho de 1979 a 1985. Foi membro do Conselho de Administração da OIT, em 1990 e 1991. É consultor em Relações do Trabalho.
Com a palavra, o professor José Pastore.

José Pastore – FEA/USP: Boa-tarde a todos. Quero aqui agradecer o convite do Conselho Federal de Contabilidade na pessoa do Oscar, que está coordenan-

José Pastore e Oscar Lopes da Silva .

do este evento. Como temos um bom tempo aqui, combinamos de fazer uma exposição de uns 45 minutos e deixar um espaço para o debate, para perguntas e respostas. Eu sei que essa não é uma prática neste Congresso, mas vamos aproveitar o tempo. Eu terei muito prazer em responder, desde que sejam perguntas fáceis. Vamos fazer uma negociação inicial.

Isso me lembra a história do grande físico, Albert Einstein. Quando ele se aposentou, ele saiu dando palestras nas universidades americanas. Ele era conduzido por um motorista que trabalhava com ele há 40 anos, aproximadamente, e ficava sentado lá atrás ouvindo as palestras. Um dia, o motorista chegou e disse:

– Professor, eu preciso falar a verdade para o senhor.
– Como assim? Falar a verdade? Que tipo de verdade você quer falar para mim.
– O senhor fica dando palestras aí na frente e achando que está abafando, só que ninguém entende nada do que o senhor fala. Tem gente que dorme, ronca e o senhor não percebe. Muitos saem dizendo que vão ao banheiro e nunca mais voltam. E o senhor sai todo contente! Eu precisava falar isso para o senhor.

O Einstein ficou uma fera e disse:

– Da próxima vez, quem vai dar a palestra é você e eu vou sentar no seu lugar.

E fez isso. Não é que o motorista deu uma palestra sensacional! Ele tinha decorado tudo de tanto ouvir. Até a Teoria da Relatividade ele demonstrou no quadro negro! Só que, aí chegou a sessão de perguntas e respostas. O Einstein pensou:
– Agora eu vou me divertir! Com um auditório seleto como este, quero ver ele responder às perguntas!

Que nada! Veio a primeira pergunta e ele deu uma resposta fantástica. Na segunda pergunta, ele também deu uma resposta digna de Prêmio Nobel. Mas, a terceira pergunta, ele não sabia responder. Ele parou um pouco, coçou a cabeça e disse:

– Olhem! Essa pergunta é tão fácil, tão fácil, que eu vou pedir para o meu motorista responder.

Como eu estou aqui, sem motorista, temos que combinar que as perguntas têm que ser fáceis. Vamos estabelecer essa regra aqui.

Para falar sobre as mudanças no cenário das profissões e empregabilidade no Brasil, eu acho que vale a pena tocar em uma coisa que todos vocês sentem. O mundo do trabalho está passando por uma enorme revolução, uma grande revolução, que tem implicações para as profissões e para a educação. Grande parte desta revolução está ligada à mutação pela qual passam as empresas: algumas se fundem; outras se dividem; outras entram em atividades novas, mantendo as velhas; outras entram em parcerias com empresas de outros ramos. A mutação é enorme, o que significa dizer que, toda vez que há uma mutação desse tipo, os quadros de pessoal se modificam. Têm que entrar pessoas de outras profissões, algumas têm que sair, algumas pessoas têm que ser recicladas, reconvertidas, então, grande parte da revolução do mundo do trabalho é reflexo da mutação das empresas.

Eu sou do tempo em que a General Motors ganhava dinheiro vendendo auto-

móveis. Hoje, não é mais assim. Hoje, a General Motors e outras montadoras ganham muito dinheiro vendendo dinheiro, vendendo carro a prazo. Elas têm seus bancos. Quando você vai comprar um carro à vista, hoje, o revendedor reluta: "Não! Compre em 60 ou 80 prestações!". Porque é na operação financeira que eles geram uma receita colossal. É uma indústria que se associou com um banco e tem uma operação composta, hoje. É claro que outros profissionais entraram nesse ramo. É claro que há outras formas de administrar as empresas que também foram adotadas.

Eu sou também do tempo em que a General Electric construiu um império mundial vendendo turbinas de avião e tomógrafos para hospitais. Hoje, a General Electric gera a maior parte da sua receita prestando serviço de assistência técnica para quem compra as turbinas de avião e os tomógrafos. A parte de serviços é maior do que a parte da construção e venda desses equipamentos. É uma empresa industrial que se transformou em uma empresa de serviços. Há muitos casos assim. O que é uma IBM? A IBM é uma indústria ou uma prestadora de serviços? Já não se sabe mais, porque todas essas operações estão misturadas. Essas são mutações das empresas que estão ocorrendo.

Eu sou ainda do tempo em que as empresas aéreas ganhavam dinheiro transportando passageiros e cargas. Hoje, boa parte da sua receita vem venda da sua marca para um cartão de crédito de um banco qualquer, que acaba remunerando essa venda da imagem da empresa de uma proporção significativa em relação à receita total da empresa. As empresas vão se casando com bancos, com indústrias, com comércio, e há certos casos em que nem se sabe mais qual é o ramo da empresa. Uma papelaria, por exemplo, é do comércio. Agora, se ela compra uma máquina de xerox, um computador e uma impressora, se transforma em uma gráfica, que é uma indústria. E as duas estão ganhando conjuntamente. Então, essa reviravolta no campo das empresas tem implicações para o emprego e para as profissões porque elas também têm que se ajustar a essa nova realidade.

Outro ponto que afeta as profissões diz respeito à fragmentação do trabalho ou à desverticalização do trabalho. Antigamente, uma empresa fazia de tudo. Hoje, não é assim. Hoje, ela faz aquilo que é a sua especialidade, que é do seu *business* principal. O resto ela contrata, terceiriza, subcontrata, etc. Isso está acontecendo porque as novas tecnologias permitiram uma grande fragmentação do trabalho.

O Giorgio Armani, que é um dos mais conceituados estilistas italianos, fundou sua empresa em 1974. Naquela época, ele desenhava os modelos, tinha uma equipe de costureiras que se encarregavam de cortar os vestidos, tinha uma outra equipe que costurava os vestidos, pregava os botões, fazia o acabamento, embalava e colocava no caminhão para entregar para as lojas. Hoje, o trabalho foi fragmentado. O Giorgio Armani desenha, mas quem corta já é uma outra empresa que não tem nada a ver com ele. Hoje, os estilistas criam o modelo. O corte é feito por determinadas empresas. A costura, por outras. O acabamento, por um grupo diferente. E a entrega nas lojas é feita por empresas de logística. É assim que trabalham as empresas da atualidade. Então, hoje, o trabalho é exercido por cadeias de produção, por redes de produção, onde se tem uma cabeça, que é a empresa principal, e

depois todas aquelas terceirizadas e subcontratadas, que funcionam como satélites da empresa principal, produzindo bens e serviços para esta empresa e também para outras empresas. Às vezes, há uma intersecção porque elas trabalham para muitas empresas.

Quem vence a concorrência hoje no mercado de produtos não são as empresas, mas as redes de empresas. Quanto mais eficiente é a rede, maior a possibilidade de êxito.

Vou dar um exemplo. A General Motors está passando por uma severa crise e, no ano passado, perdeu um bilhão de dólares por mês. A Toyota, no mesmo ano, ganhou um bilhão de dólares por mês, fabricando o mesmo produto, que é o automóvel, para o mesmo mercado, que é o planeta Terra. No entanto, uma ganhou um bilhão de dólares por mês e a outra perdeu um bilhão de dólares por mês, com as mesmas tecnologias, com trabalhadores igualmente qualificados. Onde estava a diferença? Nas redes; na rede entre a montadora, o vendedor, o fornecedor. A eficiência das redes é que faz a diferença. Então, hoje, o trabalho está sendo segmentado, fragmentado, mas, ao mesmo tempo, ele está sendo integrado. Ou seja, a empresa que contrata fora expede normas técnicas para as contratadas e essas normas têm que ser seguidas com rigor. Tudo é monitorado dentro dessas redes para que a qualidade seja preservada, para que o custo de produção seja preservado ou diminuído. Então, é um controle virtual; é um controle que é feito por meio de processos indiretos, mas que, no final, dá no mesmo. É igual àquele tempo em que nós tínhamos uma empresa verticalizada e que fazia de tudo, que controlava tudo. Hoje, o controle existe e a verticalização é virtual. Isso exige um nível muito mais alto de qualificação por parte dos trabalhadores; um nível de multifuncionalidade muito mais acentuado. Os trabalhadores polivalentes podem ser deslocados de uma área para a outra e podem prestar serviços com versatilidade.

Então, a fragmentação também é um fator que transforma as profissões. Junto com a fragmentação, estão as tecnologias modernas que entram no processo produtivo. Aliás, elas entram com uma velocidade fantástica. Cada dia tem uma nova tecnologia. Essas tecnologias entram em todos os campos. Não é apenas no campo supersofisticado da informática ou das telecomunicações, por exemplo. Isso está acontecendo em qualquer setor. Se você pegar o setor da agricultura, por exemplo, trata-se de um setor que durante muito tempo foi considerado retrógrado e que podia abrigar um grande número de profissionais não qualificados. É muito difícil a gente detectar qual é o nível de qualificação que a agricultura está exigindo. Como é que eu vou sair pesquisando o meio rural para saber o grau de alfabetização, por exemplo? É difícil fazer pesquisa no meio rural. Eu tenho usado uma espécie de *shortcut*. Eu vou às feiras de agropecuária todos os anos e pergunto aos vendedores que estão lançando produtos novos o que os lavradores precisam saber para aplicar bem esses herbicidas que estão vendendo, por exemplo. E eles me dizem: "É muito simples. O vendedor ensina". Primeiro, ele tem que saber ler a bula e, quando você pega a bula, tem meio metro de comprimento! Depois, lendo a bula, ele vai ter que fazer a diluição adequada do produto em função da gramínea que pretende matar; em função da área que pretende cobrir; em função do bico de aspersão que vai usar. Se ele puser

remédio demais, ele vai gastar à toa. Mas, se puser remédio de menos, não vai matar a praga. Eu fico pensando no caseiro lá do meu sítio: "O Dito não vai conseguir usar esse produto aqui!". A grande maioria dos brasileiros que estão na agricultura também tem esse tipo de dificuldade, porque as tecnologias penetram em todos os campos. Já foi o tempo em que a agricultura era uma atividade simples e que podia ser feita por qualquer um. Não pode não. Hoje, a agricultura se baseia em tecnologia, capital e conhecimento.

As mudanças tecnológicas avançam com uma velocidade incrível. Na década de 60, uma inovação industrial durava, como novidade, cerca de dois anos, em média. Depois, não era mais novidade porque todo mundo tinha e os concorrentes já tinham aquele produto. Na década de 80, um novo produto passou a durar apenas um ano e, na década de 90, seis meses. Hoje, muitas inovações duram apenas algumas semanas e há produtos que duram apenas um dia, algumas horas. Um banco, por exemplo, anuncia no "Bom Dia Brasil" um novo CDB muito sedutor, com uma taxa de juros atraente e facilidades para o comprador desse CDB, prêmios, etc. No mesmo dia, no Jornal Nacional um seu concorrente anuncia um CDB ainda melhor e mais sedutor, de tal forma que o primeiro banco tem que reformular seu produto para poder abrir as portas no dia seguinte. Tamanha é a velocidade que existe hoje no campo das inovações.

Tudo isso requer profissionais muito mais versáteis, muito mais ágeis, muito mais qualificados, muito mais compenetrados da importância da velocidade e da criatividade para o sucesso do trabalho.
Mas também há uma metamorfose das profissões. Não são apenas as empresas que passam pelo processo de mutação. As profissões também passam por esse processo de mutação: algumas morrem, outras nascem e a maioria se transforma. Por exemplo, as novas tecnologias de gráfica acabaram com o linotipista, com o compositor, com o tipógrafo há muito tempo. As ferramentas do computador e da telecomunicação acabaram com a figura do revisor dos jornais. O jornalista tem que preparar a matéria já no tamanho que foi destinado para ele, com o português correto, então, não precisa de revisão. Só que, esse jornalista tem que ser mais qualificado. Ele manda a matéria diretamente para a impressão. As parteiras, por exemplo, já morreram há muito tempo, com a expansão dos hospitais.
Há também aquelas profissões que estão nascendo, principalmente, no campo da informática, das telecomunicações, no campo da medicina. Cada instrumento novo, cada equipamento novo que surge para fazer um diagnóstico ou uma intervenção faz com que surja também uma nova profissão, um novo técnico especializado naquele equipamento. A mesma coisa acontece no setor de transportes, com aqueles que lidam com aparelhos que comandam aviões, trens, metrôs, controle de vôo, etc. O surgimento dessas novas tecnologias está fazendo nascer novas profissões.

Vejam, por exemplo, o que acontece com a genética. Essa revolução pela qual passa a genética está possibilitando muitos profissionais criarem novas plantas, clonarem animais, fazerem modificações da estrutura genética, tanto na agronomia, quanto na medicina, quanto na biologia, etc. Para cada trajetória de inovação dessas, você tem uma nova profissão. Isso mostra que o mundo das profissões também pas-

sa por uma revolução, tanto quanto o mundo das empresas.

Um cirurgião de hoje, por exemplo, tem que dominar uma série de técnicas que não tem nada a ver com o cirurgião de 20 anos atrás. Ele tem que trabalhar com equipes multidisciplinares que o auxiliam na cirurgia. É o físico; é aquele que conhece o tomógrafo; é o profissional do laboratório que domina a química; é outro que trata de implantes. Enfim, há outra profissão. A única coisa que sobrou da profissão do médico foi o nome "médico" e não tem nada a ver com aquilo do passado.

Vocês da Contabilidade passam pelo mesmo processo. É uma profissão que está se transformando a uma velocidade incrível para atender às novas demandas. Ora são normas internacionais; ora é uma nova maneira de medir o déficit público; ora são novas exigências da própria sociedade de ter, por exemplo, o contador procurando medir e contabilizar esforços de preservação da natureza, de preservação ambiental, de responsabilidade social, de melhoria das condições de saúde e educação. Ou seja, a profissão se alargou de um modo fantástico e podemos incluí-la naquele terceiro grupo das profissões que se transformam. O que sobrou do nome do contador? Só o nome, se compararmos com o que era a Contabilidade há 30 anos.

Hoje, o mercado busca um profissional que seja também multidisciplinar, que conheça, além de contabilidade, de economia, administração, história, geografia, direito. O mercado busca um profissional que, embora não seja diplomado nessas matérias, tenha familiaridade com os conceitos básicos dessas matérias ou que, pelo menos, saiba onde procurar o conhecimento que lhe falta. Nós achamos que isso só vale para as profissões sofisticadas, como engenheiro, médico, contador, mas não é assim. Isso vale para todas as profissões, até as menos sofisticadas.

Vejam o caso da empregada doméstica. Nos dias atuais, uma família de classe média espera que a empregada doméstica, além de saber limpar, lavar e passar, saiba tomar nota de um recado telefônico, atender a uma visita com cortesia, que saiba pegar um papel do fax e levar para a patroa. São coisas que não existiam há 30 anos. A demanda é diferente. Hoje, quando a família dá uma festinha em casa, espera que a empregada se comporte como invisível, que sirva os salgadinhos, os docinhos, passando entre os convidados, mas sem falar nada, sem perguntar nada, como se fosse um garçom. O problema é que se ela se puser a falar, acreditem que ela sabe coisas dessa família! É quem mais sabe. Há 20 anos, a empregada doméstica era parte da família, era um membro da família. A família saía perguntando para ela como é que estavam as coisas, quais eram as novidades. Isso é para dar um exemplo que as transformações não ocorrem só com as profissões sofisticadas.

O que acontece com as profissões é muito parecido com o que acontece com as empresas. Elas vão passando por uma metamorfose, por uma mutação intensa.

Isso acontece também com os setores da economia. Há setores que estão encolhendo e outros que estão se expandindo. O Brasil, por exemplo, como tem uma infra-estrutura muito precária, deverá se expandir muito no setor de infra-estrutura daqui para frente, cons-

truindo melhores portos, melhores estradas, melhores ferrovias, melhores usinas hidrelétricas e assim por diante. É um campo muito promissor para todos aqueles que têm profissões relacionadas com engenharia, com arquitetura, com produção de equipamentos dessas obras. Mas também, para o contador, para o administrador, para o advogado, porque todos eles serão chamados, de uma maneira interdisciplinar, a participar desse processo de expansão.

Considerando-se a precariedade da educação e da saúde, podemos fazer a mesma previsão. São dois setores muito promissores em termos de emprego, no futuro, porque há que se atender às necessidades da população nesses dois campos. Ou seja, os setores também vão apresentando demandas diferenciadas e há novos setores. Por exemplo, temos o setor do paisagismo, da genética aplicada, da biotecnologia, da engenharia, etc. São novos setores que vão abrindo e demandando também novos profissionais.

Eu diria que o profissional da Contabilidade é um dos mais ecléticos, com uma boa chance de entrar em todos esses setores, à medida que eles forem se expandindo. Ou seja, ele pode entrar tanto na infra-estrutura como na expansão do turismo, da saúde, da educação, porque todos esses setores vão requerer uma gestão rigorosa e essa gestão rigorosa implica também uma análise e uma ação do profissional da Contabilidade que seja igualmente rigorosa.

Com a crise financeira pela qual passamos atualmente, é bem provável que o mundo vá sair dessa crise financeira, querendo regular melhor o mercado financeiro. Talvez o mercado financeiro tenha provocado esse tipo de crise porque, lá nos Estados Unidos, um banco vendia uma casa e recebia uma promissória. Depois, eles pegavam essa promissória e vendiam para outro banco que estava interessado em comprar essa promissória, porque estava lastreada em uma casa. Esse outro banco transformava essa promissória nas coisas mais extravagantes – ativos, debêntures, etc. –, repartindo isso em quatro, cinco, dez parcelas e vendia para outro banco um pouquinho menor. Esse banco menor fazia o mesmo processo e vendia para uma investidora, para uma distribuidora e assim ia indo a coisa, de tal forma que os bancos iniciais do processo estavam se sentindo muito bem porque pensavam que, se houvesse uma crise, eles estavam fora. Acontece que, quando veio a crise e aquele proprietário da casa não conseguiu pagar a sua hipoteca, isso desarmou um castelo de cartas. Era como se houvesse um cordão umbilical ligando o banco inicial a todos os outros agentes que participaram desse processo e voltou tudo para trás e pegou grandes bancos. Foi assim que bancos de porte acabaram quebrando e causando uma incerteza, uma insegurança, uma crise mundial.

O que faltou foi boa gestão na aplicação dos recursos e boa contabilização na aplicação desses recursos porque a soma final tem que ser realmente a soma das partes. Não pode ser nem maior, nem menor. Isso foi produzido por esse excesso de risco que foi assumido por uma área do mercado financeiro, que foram os bancos financiadores.

Há infinitas novas oportunidades para o setor de contabilidade, principalmente, em um país que tem tudo para ser construído. O Brasil é um daqueles países que podem se transformar em uma enorme usina de empregos nas Américas, em

cinco, seis, sete ou oito anos. Mas como se preparar para esse mundo?

Hoje, estamos sofrendo uma situação muito paradoxal. Há um desemprego alto e, ao mesmo tempo, falta mão-de-obra. É a falta de preparação do profissional que tem muito a ver com a sua empregabilidade. Por quê? Porque as demandas são crescentes, em termos de qualificação e de competência.

Nessa época de setembro, eu costumo receber, no meu e-mail, dezenas de consultas de pais de alunos que vão prestar vestibular e que indagam: "Qual é a melhor profissão? Onde é que ele vai ter mais chance?" Eu sempre dou a mesma resposta, todos os anos, para todos eles: "Deixe o seu filho entrar na faculdade que ele acha que gosta. Se ele se desiludir, não se angustie, deixe-o mudar para outra faculdade que ele acha que gosta. Só que, uma vez matriculado nessa faculdade, procure meter na cabeça dele que ele tem que ficar acima da média porque o mercado de trabalho vai ser exigente quando ele estiver formado. Diga a ele que, se o professor mandar ler um livro, que ele leia dois. Se o professor mandar ler dois livros, que ele leia quatro". Isso é fundamental porque o mercado de trabalho já não compra mais currículos ou diplomas. O mercado de trabalho compra respostas objetivas de pessoas que são capazes de transformar informações em conhecimentos concretos e úteis.

Essa é a razão pela qual a preparação de qualidade, hoje, é um ingrediente tão importante para se conseguir trabalho, quanto a vaga em si, quanto a oportunidade de emprego. O tempo do pistolão, do apadrinhamento, etc., já está passando. Uma empresa não pode tolerar, por exemplo, pessoas que sejam preguiçosas ou incompetentes porque isso vai significar um custo, um peso, e vai ser difícil para ela concorrer no mercado porque o concorrente pode estar com um quadro funcional bom, enxuto e conseguir vender o produto mais barato do que ela. O fator humano passou a ser decisivo na equação de custos e do preço final dos produtos. Portanto, passou a ser decisivo na contabilidade das empresas.

Até o nepotismo está em processo de ataque. Ele ainda tenta sobreviver, de alguma maneira, mas a sociedade não gosta do nepotismo, não quer o nepotismo. Isso não quer dizer que um bom relacionamento não seja útil para a empregabilidade. É muito útil. Todas as pesquisas mostram que boas relações ajudam muito para se conseguir um trabalho. Porém, a competência vem antes. Se forem boas relações com base na incompetência, é muito difícil conseguir um trabalho. Mas, se forem boas relações com base na competência, junta o útil ao agradável. A competência passou a ser indispensável.

Por isso, eu tenho algumas sugestões a dar aos jovens:

Preparem-se bem na sua profissão. Procurem ficar acima da média. E aí a gente aprende outra lição: a educação em si não tem empregos, mas a educação atrai capitais, atrai investimentos. Um país que tem pessoas bem educadas atrai investimentos e esses investimentos geram empregos. Então, indiretamente, podemos dizer que a boa educação gera emprego.

O Brasil enfrenta hoje uma grave crise de falta de mão-de-obra qualificada, adequada. Temos um déficit muito grande em várias áreas. Por exemplo,

o Brasil forma 30.000 engenheiros por ano, sendo que mais de 15.000 são engenheiros civis. Agora, faltam muitos engenheiros na área de petróleo, mineração, meio ambiente, biotecnologia, informática, telecomunicações e outras.

A Coréia do Sul possui 50 milhões de habitantes – um quarto da população do Brasil – e, no entanto, forma 80 mil engenheiros por ano. A Índia forma 200 mil e a China, 300 mil. O Brasil precisa formar, no mínimo, 50 mil engenheiros por ano.

Na Rússia, Canadá, Japão, Coréia do Sul, Irlanda, Dinamarca, Espanha, França, Austrália, Estados Unidos e outros países de vanguarda no comercio mundial, mais de 40% dos jovens possui formação universitária. No Brasil são apenas 8%.

A distância é enorme. Quem está na frente não parou de investir. Ao contrário, investe cada vez mais e de maneira eficiente. Trata-se de uma corrida em direção a um ponto móvel que se acelera de maneira intensa.

Não podemos atribuir as deficiências do nosso ensino à falta de investimentos. O que ocorre são investimentos mal direcionados. O Brasil investe cerca de 125% do PIB *per capita* em ensino superior, sem ter resolvido ainda os problemas básicos do ensino fundamental e médio. Os países avançados que já resolveram esses problemas investem cerca de 40% no ensino superior. No Brasil, a atenção ao ensino fundamental e médio está atrasada.

Alguém pode indagar: com tanto investimento em ensino superior, por que essa falta de mão-de-obra especializada? Porque grande parte dos investimentos são sugados pela burocracia e outra parte é feita em áreas em que há excesso de profissionais.
Para os jovens, isso é um grande desafio. Com seu esforço, eles têm de compensar as deficiências do ensino. É isso que me leva a sugerir que se dediquem com afinco nos cursos que fazem. Para as oportunidades criadas e existentes, sai melhor quem se mostrar mais capaz. Têm mais chance os que usam bem os conhecimentos que aprenderam.

E como conseguir essa competência? Basta ler o que o professor recomenda? Não. É preciso estudar, pelo menos, o dobro. É preciso se informar constantemente. É preciso ter dentro de si o vírus da curiosidade. Muitos me dizem que isso não é novidade. O mercado sempre esteve atrás de gente boa. É verdade. Mas a corrida tornou-se frenética com o aumento da competição. As pesquisas são muito claras. As empresas não esperam contratar quem saiba tudo, mas buscam recrutar quem tem obsessão por aprender continuamente. E isso depende de cultivar o hábito de ler e se informar o tempo todo.

Se você está fazendo um curso de Contabilidade, por exemplo, estude direito também por conta própria. Procure se informar a respeito do direito; procure se informar a respeito da engenharia, que tem muito a ver com automação, com eficiência, com produtividade, com eficácia; estude história, porque você vai trabalhar em uma equipe interdisciplinar; estude um pouco de geografia, porque a economia se globalizou e pode surgir uma empresa estrangeira no seu pedaço. Então, as exigências passam a sobrecarregar os jovens, mas esse é o desafio. Se a escola não pôde resolver tudo, a gente espera que ela venha a resolver daqui para frente. Mas há que

compensar essa deficiência com um esforço particular.

Vocês precisam ser muito obsessivos pela leitura. Vocês precisam ter uma verdadeira doença pela leitura; precisam ter nas suas veias o vírus da curiosidade. Esse vírus da curiosidade é que propala a obsessão pela leitura; é que leva a pessoa a querer ler sempre. É aquilo que todos fazemos, como rotina. Se o dentista está atrasado na sua consulta, não tem problema se eu tiver um livro na minha pasta. Se o avião atrasou, vou ler. Vocês não sabem o quanto que eu avancei nas minhas leituras durante aquele "apagão aéreo"! Eu já sou um fanático; já estou começando até a gostar das filas. Essa obsessão é fundamental para a empregabilidade. Eu não sou sociólogo de origem, mas eu leio sobre economia, sobre Hegel, sobre engenharia que tem muito a ver com automação, emprego, desemprego. Assim eu vou tocando a minha vida. Estou com 73 anos e em um processo de aprendizagem do qual eu não posso desistir e nem quero desistir dele porque eu virei um obsessivo. Então, a minha sugestão para os jovens é: "Virem obsessivos. Cultivem o vírus da curiosidade. Não tomem nenhuma vacina contra ele".

Sentar na sala de aula é fácil. Aprender é uma outra questão. Ensinar um aluno a passar nas provas também é fácil. Agora, ensiná-lo a pensar é uma outra questão. O Brasil e as próprias pessoas precisam entrar mais e mais no campo daqueles que pensam do que no campo daqueles que refletem. Em última análise, é isso que vai facilitar a empregabilidade.

Eu ainda faço outra sugestão aos jovens. Não queiram conhecer tudo. Evitem submergir no meio de muita informação. Cuidado com a internet. Se você mergulhar na internet sem critério, a internet te engole. Você acaba sabendo pouca coisa sobre muita coisa. Você precisa focar a sua pesquisa para se capacitar naquilo que é a sua curiosidade, que é a sua necessidade. Não entre de cabeça porque as empresas também não esperam pessoas que conheçam tudo. Elas sabem que isso não existe. As empresas sabem que isso é uma utopia. Elas estão atrás da pessoa que não sabe de tudo, mas que estuda sério, que tem interesse em estudar, que tem o vírus da curiosidade, que tem a obsessão e a disposição por aprender e ampliar seus conhecimentos. Esse é o processo de recrutamento hoje em dia. E quando a gente chega a um momento como este em que falta mão-de-obra, qual é o método mais usado pelas empresas para conseguir essa mão-de-obra? É a pirataria. Uma rouba da outra; uma vai buscar o profissional da outra, fazendo um verdadeiro leilão, oferecendo salários mais generosos e assim por diante. Mas, isso também tem seus problemas porque você acaba gerando uma pressão salarial muito grande, que pode redundar em inflação. Essa é a última coisa que nosso País quer. Mas, vejam como a mão-de-obra pode ser foco de inflação por um problema macroeconômico. Então, vejam a importância de um país ter uma rede educacional que ofereça uma quantidade e uma qualidade de profissionais adequados para a demanda existente e futura.

Eu vou contar um fato verídico a vocês sobre essa questão do vírus da curiosidade. Um tempo atrás, eu dei uma palestra para muitos alunos universitários daquele projeto "Empresas Júnior". Eram quase mil alunos em uma sala e todos eles me perguntando qual era a melhor profissão. Eles queriam

saber a quantas andava o mercado de trabalho para as profissões que tinham escolhido – médicos, advogados, engenheiros, psicólogos, etc. Foi uma excelente reunião. Eles estavam ávidos por informações. Eu fui respondendo aquilo que eu sabia, tentando me conter um pouco para não dar uma resposta que não tivesse fundamento científico e em termos de pesquisa. Ao final, eu resolvi fazer uma pergunta para eles: "Quem aqui foi afetado por essa greve que houve nas universidades federais e parou as faculdades por 90 dias?". Todos levantaram a mão. Depois, eu perguntei o seguinte: "Quem durante essa greve estudou em casa quatro horas por dia?" Ninguém moveu o braço! Eles ainda não estavam no ponto da obsessão; o vírus da curiosidade ainda não estava tocando a vida desses estudantes porque eles perderam 360 preciosas horas de estudo, que poderiam ter sido usadas para atualizar as leituras, avançar o futuro, explorar outros campos do saber e ajudar a prepará-los na longa caminhada para serem os melhores nas profissões escolhidas.

E eu disse: "Daqui para frente, vocês têm que assumir essa batalha e, na próxima greve, me prometam que não vão ficar em casa sem fazer nada! Estudem as quatro horas por dia". Apesar de terem uma escolaridade bem acima da média dos demais brasileiros de sua idade, aqueles jovens não foram preparados para estudar de forma autônoma. Eles não foram inoculados com o vírus da curiosidade. As pessoas que não têm nenhum autogoverno para o estudo, sem dúvida, vão ter dificuldade na sua empregabilidade.

Hoje, só tem chance quem domina conhecimento de boa qualidade e isso tem muito pouco a ver com os anos de escola. Isso tem a ver com a qualidade da escola e com a qualidade do aluno, com a qualidade do seu investimento pessoal. Nada mais trágico do que um jovem passar sua juventude preocupado apenas em ser aprovado nos exames. Isso significa que ele perdeu quatro anos da sua vida porque essa é apenas uma parte do aprendizado. Assim como, depois de adulto, nada mais trágico do que aquele que pára de aprender.

Hoje, o mundo não quer mais as pessoas que aprenderam e sabem fazer bem sua profissão; o mundo hoje não quer pessoas adestradas, quer pessoas educadas. A educação é que permite às pessoas aprenderem continuamente, a estudar todas as evoluções que existem no campo da tecnologia e da produção. Nada mais grave do que uma pessoa se transformar em um profissional obsoleto. A obsolescência humana é talvez uma das maiores tragédias que existe. Nada mais grave do que um chefe chegar para um profissional e dizer: "Você está trabalhando conosco há 10 anos, mas tudo aquilo que você sabe não é mais útil para nós e tudo aquilo de que nós precisamos você não sabe. Então, eu vim aqui para despedi-lo".

A obsolescência humana é um drama. Quando o automóvel fica velho, a gente troca por outro ou põe em um desmanche. O ser humano, não. Ninguém consegue ser reciclado ou reconvertido se não tiver uma boa base educacional, se a base não for de boa qualidade. As pesquisas mostram isso. A reciclagem de pessoas de 40 ou 45 anos que têm apenas dois ou três anos de escola e uma má escola nunca dá resultado.

Infelizmente, no Brasil, ainda temos uma grande caminhada pela frente nesse campo, mas estou aqui alertando

que, pelo fato de termos um problema instalado no campo da educação, não significa que nós, cidadãos, podemos passar pacificamente criticando o sistema educacional sem fazer nada. Vocês, jovens, precisam assumir o comando das suas vidas para poderem ter mais empregabilidade. E nós, pais e avós, temos que também pensar que o estímulo para o auto-aprendizado é muito importante para os jovens de hoje.

Em termos quantitativos, a nossa força de trabalho tem apenas sete anos de escolaridade e, na média, uma má escola. Isso não é nada. Para a sociedade do conhecimento, sete anos de escolaridade e em uma má escola significam três ou quatro anos de escolaridade. Isso não é nada. Na Coréia, a força de trabalho tem 10 anos de escolaridade e em boas escolas. No Japão, a força de trabalho tem 11 anos de escolaridade e em boas escolas. Nos Estados Unidos, a força de trabalho tem 12 anos de escolaridade e em boas escolas. Isso também acontece na maior parte dos países da Europa. Então, é duro construirmos um país com esse nível de educação. É claro que temos que lutar pela melhoria do ensino nas escolas, demandar como cidadãos, mas temos que investir também em nós mesmos.

Acredito que congressos como este são de muita utilidade para que a gente se anime realmente a expandir nossos conhecimentos e manter tudo muito vivo. O Brasil tem uma estatística mostrando que apenas 30% dos brasileiros lêem livros costumeiramente. Quando se analisa quais são os livros mais lidos, as estatísticas mostram: a Bíblia, textos religiosos em geral, textos de culinária, de informática e material em quadrinhos. É isso que leva muitas empresas a realizar seus próprios programas de treinamento porque elas recebem um tipo de mão-de-obra que não tem condições de acompanhar o processo produtivo. É muito bom que elas façam isso.

Além do mais, eu costumo dizer aos jovens que eles devem perseguir as empresas para que elas ofereçam um estágio, uma oportunidade de *trainee*.

Caindo nesse ambiente, esse vírus da curiosidade é despertado porque o jovem vai aprender ali as regras do mundo do trabalho e vai verificar que o mundo do trabalho exige certos elementos que vão além da cognição, que vão além do conhecimento da sua profissão, que vão além das informações. O ambiente de trabalho exige também condutas, hábitos e atitudes adequadas. Hoje, quem recruta nas empresas está de olho não só naquele que conhece bem a profissão, mas naquele que tem bom senso; que tem lógica de raciocínio; que tem zelo no trabalho, com as ferramentas, com os papéis, com a mesa; que tem amor pelo que faz; que tem um cultivo da sua reputação; que saiba trabalhar em grupos; que tenha facilidade na área da comunicação, entendendo o que dizem a ele e também escrevendo claramente o que ele tem na cabeça; que tenha um verdadeiro comprometimento ético com o trabalho. Hoje são componentes atitudinais que, hoje em dia, pesam tanto quanto o conhecimento da profissão.

Há pouco tempo, eu fiz uma pesquisa para saber o que os hotéis cinco estrelas usam para recrutar um bom chefe de cozinha, ou então, um bom *maître* ou um bom garçom. E estava interessado nisso porque as cozinhas modernas desses hotéis cinco estrelas são verdadeiras cabines de avião. É tudo eletrônico, fritadeiras dos mais variados tipos, fogões variados, panelas tão sofistica-

das que nem se sabe se é uma panela ou uma peça de um astronauta. Quando analisamos o resultado da pesquisa, todos eles disseram o seguinte:

– Eu contrato um cozinheiro quando eu percebo que ele tem o prazer de cozinhar, quando ele tem zelo na cozinha, quando ele tem amor pelo que faz, ornamentando adequadamente os pratos.
– E se ele não souber mexer com esse equipamento ou não conhecer uma receita famosa?
– Eu ensino aqui, mas os componentes atitudinais dele, os hábitos profissionais pesam muito, em alguns casos, pesam mais. A mesma coisa acontece com o garçom. Eu pego um garçom quando eu percebo que ele tem prazer de servir. Aquele que está servindo e está se achando revoltado porque o cliente tem mais dinheiro que ele não passa nem na minha calçada. Aquele que vem com a unha suja, que não tem uma higiene pessoal adequada eu nem entrevisto. Para mim, essas atitudes, esses hábitos são tão importantes quanto a profissão dele de garçom.
– E se ele não conhece como é que se serve o vinho, se coloca a mesa adequadamente?
– Isso a gente ensina aqui. Em três dias ele fica sabendo! Agora, a conduta adequada eu não consigo ensinar.

Então, hoje, o mercado está atrás também de hábitos. Quando a gente fala em empregabilidade, isso significa conhecimento, informações, interdisciplinaridade e hábitos para o trabalho. É isso que garante a empregabilidade. Eu sinto que os jovens brasileiros estão precisando formar hábitos que são valorizados pelo mercado de trabalho.

As boas escolas conseguem formar bem. Poucas, porém, sabem formar hábitos. A não ser aquelas do início do processo. Eu vejo que os meus netos que ainda estão na pré-escola, quando voltam para casa, trazem todos os hábitos das tias, chegam imitando as professoras, fazendo os trejeitos das professoras, passam repreensão nos pais como as professoras passam neles e assim por diante. Então, os hábitos estão muito presentes no início da formação escolar. Mas, à medida que eles vão avançando, eles vão recebendo cada vez mais informação e menos formação, menos valores, menos hábitos. Quando chegam na universidade, nem se fala nessa questão de hábitos. No entanto, o mercado de trabalho está em cima disso.

Eu lecionei 35 anos na Universidade de São Paulo (USP) e sempre dava aulas para os calouros e para os Pós-Graduados, e sempre na primeira aula da manhã, às 7h30min. Eu entrava na sala às 7h25min, descansava um pouco e quando batia o sinal às 7h30min, eu trancava a porta com chave e começava a aula. Tinha aquele famoso vidrinho na porta e os alunos retardatários batiam no vidro pedindo para entrar. Eu não deixava e explicava para os que tinham chegado na hora e estavam na classe: "Vocês precisam tirar o melhor de mim nessa classe e eu preciso fazer o melhor que eu posso para preparar vocês. Vocês é que vão comandar o Brasil no futuro. Eu não posso dar uma aula concentrado, com calma, para vocês tirarem bom proveito, se chega um cara atrasado arrastando a mochila; se chega outro com a bicicleta desmontada; se chega outro com o cabelo vermelho, e assim por diante. Vocês vão se distrair e isso não é bom para vocês, não é bom para a escola e não é bom para o Brasil. Então, é por isso que eu uso esse sistema". Depois de umas duas ou três semanas, os alunos chegavam e diziam:

– Professor, queremos fazer uma reunião sobre esse negócio de chegar atrasado.
– Está bem. Formem uma comissão e vão a minha sala para discutirmos o assunto. Qual é o problema?
– Ah, professor! A gente chega atrasado um minuto e não pode entrar! Muitas vezes, dependemos de carona, ou está chovendo e o ônibus atrasa. O senhor não tolera nem um minuto! Isso é um absurdo.
– O que é que vocês querem propor? Uma tolerância?
– Exatamente, uma tolerância.
– Quanto? Cinco minutos?
– Cinco minutos está bom!
– E o que acontece com aquele aluno que chegar às 7h36min e bater no vidro e argumentar que está atrasado só um minuto? O que é que eu faço com ele? Vocês querem ir para casa pensar? E se todo mundo achar que a aula só começa às 7h35min? Vamos perder cinco minutos todos os dias. Então, vão para casa me respondam a essas perguntas e depois vemos essa questão da tolerância.

Eu fiz uma série de perguntas desse tipo para eles. Formar hábitos toma tempo, não depende de preleção, mas depende de exemplos.

Durante o semestre, em um determinado dia, eu cheguei às 7h31min. Entrava na sala e já estava todo mundo lá e dizia:

– Vocês vão me desculpar porque eu não vou dar aula, pois cheguei atrasado. Já mandei cortar meu ponto. Vamos marcar esta aula para o dia que for mais conveniente para vocês porque vou repô-la. Estou na minha sala à disposição de quem quiser.

Daí, veio uma comissão falar comigo:
– Professor, venha dar aula! Foi só um minuto de atraso!
– A lei é para todos. O que vale para vocês vale para mim. Nós não fizemos um acordo que vocês iam fazer um esforço para chegar na hora e estão chegando? A regra não é para todos?

E assim se foram formando os hábitos. Da metade do semestre para o final, ninguém chegava atrasado. Eu dava provas todas as semanas. Depois de duas ou três semanas, disseram-me novamente:

– Professor, queremos uma reunião. Isso aqui parece curso secundário; tem prova toda a semana.
– Eu não sei o que parece, mas eu quero que vocês aprendam. Eu já avisei a vocês que a primeira prova que eu dou é para repetir o que está no livro. A segunda prova é para vocês interpretarem o que está no livro. Agora, quando vem uma interpretação na primeira prova, eu não leio porque, primeiro, eu quero que vocês repitam o que está no livro.
– Mas é ensino secundário mesmo!
– Vocês podem chamar de secundário, mas a única maneira que eu tenho de aferir se vocês estão lendo, estão aprendendo, é sabendo se vocês conseguem repetir o que está no livro. Na segunda semana, é que eu vou perguntar sobre a interpretação do que está no livro.

No final do semestre, eles estavam lendo e a taxa de aprovação sempre foi alta. Eu organizava churrascos no meu sítio e quando eles chegavam lá a primeira coisa que eles faziam era mostrar para a minha mulher uma paródia da minha aula: eu trancando a porta, dando prova toda a semana, dando zero em quem não lia, mas, no final, estavam todos de acordo. Muitos diziam que a prova final tinha sido fácil. Só que tinha sido fácil porque eles tinham adquirido o hábito de ler; já tinham se imbuído do vírus da curiosidade; já es-

tavam obcecados por isso. Foi por isso que foi fácil.
Então, formar hábitos exige uma pedagogia diferente da pedagogia de passar informações. Passar informações é isso que eu estou fazendo aqui. Agora, formar hábitos depende de exemplo. Então, a empresa que tem profissionais e quer que eles tenham bons hábitos, os chefes, os diretores e os donos da empresa têm que dar o exemplo. E se quiserem treinar as pessoas a terem bons hábitos, não usem o método da preleção e, sim, dos jogos, das situações estruturadas, onde a pessoa é desafiada para ter determinados comportamentos.

Finalmente, o profissional buscado hoje em dia é o profissional que conhece a sua profissão, que tem bons hábitos e é preciso que ele seja cidadão. Além de bons profissionais, o mundo atual está exigindo bons cidadãos. A cidadania é uma dimensão que está sendo buscada pelas empresas também.

James Madison dizia que a democracia se faz em estágios. No primeiro estágio, os governados precisam aprender a respeitar os governantes. No segundo estágio, os governantes precisam aprender a respeitar os governados. No terceiro estágio, os governados precisam controlar os governantes. Ele dizia que é preciso se ter muito empenho nesse terceiro estágio porque é quando se atinge essa última fase que se chega à cidadania. A cidadania é um exercício de deveres e direitos individuais. Há uma diferença muito grande entre ser membro da sociedade e ser cidadão. Ser membro da sociedade é sentar na arquibancada, aplaudir, criticar e ir embora. Agora, ser cidadão é entrar em campo e jogar o jogo, participando o tempo inteiro. Isso dá trabalho. A democracia é um processo que dá trabalho e exige uma persistência de todos nós como cidadãos. Não basta votar.

Eu vou contar uma experiência que tive em 2002 e repeti em 2006. Eu costumava receber esses santinhos de candidatos a deputado e a senador e jogava fora, muitas vezes, até sem ler. Eu jogava no lixo. Em 2002, eu peguei todos eles e escrevi uma carta para o candidato, dizendo o seguinte:

Em 2006, repeti o que fiz em 2002. Respondi a todos os candidatos a deputado federal e a senador que me mandaram santinhos com a seguinte carta:

Prezado candidato:

Fiquei honrado ao ser considerado um seu eleitor potencial. Como a única arma democrática que possuo é o meu voto, antes de me decidir, gostaria de que você me respondesse às seguintes questões:

1. Se eleito, o que você vai fazer de concreto para melhorar o ensino no Brasil?

O que você vai fazer de concreto para melhorar a situação dos encargos sociais e de tudo aquilo que atravanca a geração de emprego hoje no Brasil?

O que você vai fazer para aliviar a carga tributária em cima das empresas, porque isso impede o seu crescimento?
Se você não me responder, esqueça o meu voto, assim como o voto de todas as pessoas às quais vou mostrar esta carta e conversar a respeito da sua conduta e dizer que você não me respondeu.

Se você decidir me responder, comece por fornecer o número do seu telefone celular, pois desejo conversar muito consigo antes e depois da eleição.

Insisto no celular porque gostaria de evitar ligar para aqueles telefones atrás dos quais se põem batalhões de secretárias para dizer que você está em reunião e que não pode atender. Eu quero muito conversar com você antes da eleição, durante a eleição e, principalmente, depois da eleição.

Atenciosamente,

José Pastore.

Recebi uns 60 santinhos, mas apenas 3 respostas. Mas não desanimei. Vou repetir o processo em todas as eleições para melhorar a minha cidadania. Estou achando isso muito pouco. E esses três que me mandaram a resposta, quando liguei para eles, quem atendeu foi o assessor. Ele nem estava a par do negócio; passou para o assessor ligar para mim e ele nem sabia do que se tratava. E eu continuo mandando as cartas. Agora, quando me encontram no aeroporto, fogem de mim. Eu gasto pelo menos duas horas por semana para atuar em cima desses artistas! Duas horas por semana não é muito para a gente melhorar a democracia brasileira. Não há outro jeito.

É isso que se espera também do homem moderno. Não é só ser um profissional brilhante. O homem moderno tem que ser participante da sociedade. A empresa tem que ser cidadã e o empregado tem que ser cidadão. Eu acredito que assumir esses deveres para desfrutar direitos é o mínimo que se pode fazer na sociedade para participar da democracia. Nosso dever é participar, atuar. Isso é muito importante porque nós temos uma Constituição e, não qual, a palavra "direito" aparece 76 vezes e a palavra "dever" aparece quatro vezes. É a Constituição Federal da República Federativa do Brasil. "Produtividade" aparece duas vezes e "eficácia" aparece uma vez. Isso é o que está na Constituição. Nós, que temos que servir e construir o Brasil, precisamos corrigir esse viés e exercer os deveres antes de pleitear os direitos.

Isso faz parte da empregabilidade? Faz porque, hoje, a empresa moderna quer o profissional cidadão. Ela valoriza quem participa de programas da comunidade, quem defende a natureza, quem participa de um programa pela infância. Isso está crescendo e vai crescer cada vez mais. É importantíssimo dar bons exemplos e esses exemplos começam dentro do trabalho, para o profissional que deseja crescer. Portanto, para ser cidadão não basta criticar, é preciso participar; não basta votar, é preciso trabalhar. Para controlar ações dos governantes, não basta exigir disciplina por parte dos outros. É preciso dar exemplo da nossa autodisciplina. A sociedade moderna precisa construir melhor as pontes entre a família, a escola e o trabalho. É isso que vai nos permitir chegar a um tempo de progresso, de justiça, de pragmatismo e também de bem-estar social dentro da sociedade brasileira.

Para terminar, quero dizer que não estamos no fim do processo de todas essas mudanças. Esse é apenas o começo. As mudanças estão apenas iniciando e, daqui para a frente, elas vão só se acentuando. Nós teremos que nos preparar para isso. Para que os jovens tenham mais empregabilidade terão que adquirir esses traços que o mercado, hoje em dia, está exigindo. E nós, mestres, temos de difundir não apenas direitos, mas também os deveres, para que haja o necessário equilíbrio da sociedade democrática.

As instituições precisam ser aperfeiçoadas pelo nosso cotidiano por meio do

nosso trabalho. Essa é a grande tarefa dos próximos anos e é para isso que temos que nos organizar. Os governantes terão que respeitar os governados. Eles ainda não fazem isso na sua maioria. Os governados terão que controlar os governantes. Isso é muito pouco feito nesse País. Um governo ativo só surgirá quando a nação tiver cidadãos ativos. Não existe governo ativo sem cidadãos ativos, assim como não existe governo ágil com cidadãos acomodados. Não existe governo ativo com cidadãos passivos. Não existe governo ágil com cidadãos acomodados. Um governo ativo é aquele que responde às nossas demandas. Não é um "senhor", mas um parceiro.

O tempo de espera acabou. Ao governo não basta simplesmente mudar ministros. É preciso mudar políticas e concretizar políticas, com a nossa participação. Precisamos mudar de conduta, fazendo com que o governo reme menos e dirija melhor. E se tiver que dirigir, não reme. Tudo isso depende do exercício da cidadania; depende do trabalho de todos nós; depende da nossa boa vontade. Obrigado.

Oscar Lopes da Silva – Coordenador: Eu tenho sorte porque esta semana coordenei duas conferências que foram proferidas por pessoas que amam o que fazem. Nós poderíamos ficar aqui várias horas ouvindo o professor Pastore falar e sem perceber que o tempo vai passando. Nós ficamos aqui ouvindo o professor Pastore durante 1h20minutos. O professor Pastore nos trouxe esse texto e vou encaminhar por e-mail para todos vocês porque é um texto lindo, um texto ótimo de se ler, facílimo de se entender. Vamos disponibilizar para todos vocês.

Mestre de cerimônias: Neste momento, o senhor coordenador, Oscar Lopes da Silva, fará a entrega do certificado e de uma lembrança ao palestrante professor José Pastore, em agradecimento à sua contribuição nesse Congresso. Essa lembrança é uma peça homenagem confeccionada por presidiários de Mato Grosso em madeira de reflorestamento.

Convidamos a conselheira do Conselho Federal de Contabilidade, Lucy Vaz, para fazer a entrega do Certificado e de uma lembrança ao coordenador, Oscar Lopes da Silva, em agradecimento à sua participação na coordenação deste Painel.

Convidamos a todos para a Solenidade de Encerramento, que terá início logo mais, às 18 horas, no auditório Érico Veríssimo. Muito obrigado pela presença de todos. Boa-noite.

CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

AUDITÓRIO ELIS REGINA

PAINEL N.º 17

A CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA CONTÁBIL E SUA DIFUSÃO NO DESENVOLVIMENTO DA CONTABILIDADE

Mestre de cerimônias: "A Contribuição da Pesquisa Contábil e sua Difusão no Desenvolvimento da Contabilidade" é o tema do Painel n.º 17. Este Painel tem como objetivo discutir a importância das pesquisas científicas e do resultado desses estudos para o desenvolvimento da Contabilidade como profissão e como área do conhecimento.

Para coordenar os trabalhos deste Painel, convidados o Contador e Professor Juarez Domingues Carneiro. Ele é Administrador e Advogado, Especialista em Organização Sistemas e Métodos pela Universidade Federal de Santa Catarina e Especialista em Quality Schools Leadership Training Program pela Pennsylvania State University. É Mestre em Engenharia da Produção e Inovação Tecnológica, Doutorando em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Foi presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina e membro do Conselho Regional de Administração de Santa Catarina. É atual vice-presidente de Desenvolvimento do Conselho Federal de Contabilidade.

Com muita satisfação, temos a honra de convidar o eminente professor Doutor Sérgio de Iudícibus para a sua apresentação. Convido também o painelista professor Doutor Fábio Frezatti, Mestre em Administração de Empresas e Doutor em Contabilidade e Controladoria pela USP.

Com a palavra, o senhor coordenador Juarez Domingues Carneiro.

Juarez Domingues Carneiro – Coordenador: Boa-tarde aos profissionais da Contabilidade aqui representados por contadores e técnicos em contabilidade, por professores e por pesquisadores. É uma satisfação muito grande coordenar este Painel, onde temos a participação de duas das maiores expressões contábeis deste País. É uma honra muito grande estar ao lado do Sérgio e do Fábio e farei a apresentação do currículo de ambos.

Sérgio Iudícibus é professor do Mestrado da PUC/SP; membro do Conselho Curador da Fipecafi; membro do Comitê Editorial de várias revistas técnicas; professor emérito da FEA/USP; diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da FEA/USP, no período de 1979 a 1983; professor visitante da Universidade de Kansas, Estados Unidos, em 1986; diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil em 1983; chefe do Departamento de Contabilidade da FEA/USP. Sérgio de Iudícibus tem prestado uma grande contribuição à classe contábil deste País.

O frofessor Fábio Frezatti é Graduado em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo (1979), Mestre em Administração pela Univer-

Dr. Fábio Frezatti, Juarez Domingues Carneiro e prof. Dr. Sérgio de Iudícibus.

18º

sidade de São Paulo (1988) e Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (1996). É professor do Departamento de Contabilidade e Atuária da mesma instituição desde 1997. É coordenador do Programa de Pós-Graduação de Contabilidade e Controle também da FEA/USP. Foi membro do Grupo de Administração, Contabilidade e Turismo da Capes no período de 2000 a 2007. Foi eleito para a chefia do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP para o período 2007/2010. É presidente da Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Ciências Contábeis no período 2006-2009. É vice-presidente da International Association for Accounting Education and Research desde 2007. É membro do Conselho Editorial dos periódicos: Revista de Administração Contemporânea (RAC) e da Revista de Administração de Empresas (Rausp).

[...]
Sérgio de Iudícibus – Universidade de São Paulo: [...] Quem poderia pensar no início da década de 70, que o Brasil iria aderir às Normas do Iasb? Vejam como a sociedade mudou. A gente era extremamente nacionalista do ponto de vista contábil. Até se chegou uma Escola Brasileira de Contabilidade, independente de adotarmos, ou não, as normas internacionais. O Brasil tomou uma decisão política. Nós temos que entrar no mundo globalizado de forma que as empresas diminuam os seus custos, possam conversar entre elas e que a gente entre no clube da elite do desenvolvimento. A decisão foi tomada e, sem dúvida, vamos partir para um patamar de qualidade maior, embora não perfeito. Quem vai dizer o que é perfeito é a Teoria da Contabilidade e, não, os teóricos da Teoria da Contabilidade.

Então, aquelas pessoas que somente atribuem valor à pesquisa empírica e quantitativa não estão totalmente corretas. Também aqueles outros que não querem considerar a pesquisa quantitativa também não estão corretos. Todas elas são importantes. Portanto, hoje em dia, na Contabilidade, se fala muito em normativismo e positivismo. O pessoal associa normativismo com método dedutivo e o positivismo com método indutivo. Na verdade, os dois são utilizados alternadamente. Por exemplo, o pesquisador da teoria positiva, ao fazer uma pesquisa empírica quantitativa, quando ele vai escolher o campo a ser examinado está utilizando o raciocínio dedutivo.

Por outro lado, é importante pensar que, antes das metodologias científicas, existem as formas de conhecimento. Isso é importante. Você tem o conhecimento religioso, filosófico, científico e assim por diante. O conhecimento filosófico e o conhecimento religioso são importantes, respeitáveis, entretanto, principalmente o religioso tem dogmas. Com todo o respeito pela religião – eu também sou religioso –, o dogma é a antítese da ciência. A ciência procura apenas a verdade. O fato de o conhecimento filosófico e o religioso não serem os mais aptos para uma metodologia científica não significa que a gente não possa fazer pesquisa sobre esses tipos de conhecimento. Pesquisa pode ser feita em qualquer campo, mas, é claro que o conhecimento científico é o mais certo. Nós procuramos a verdade, embora seja extremamente difícil, doa a quem doer.
Chega de falar em metodologia porque o que interessa é o resultado das pesquisas sobre o conhecimento contábil e a profissão. Acho que, em relação à metodologia de pesquisa, os especialistas vão nos aconselhar qual é a metodologia mais eficiente em cada caso. O

importante é que a gente utilize o nosso processo de pensamento contábil de uma forma construtiva, visando sempre à qualidade, mais do que a forma, embora respeitando a forma científica. Eu vou dar alguns exemplos de que as grandes obras que revolucionaram o conhecimento contábil – e aqui eu peço perdão pela ousadia de reclassificar algumas obras que revolucionaram o conhecimento contábil – não foram fruto de pesquisas com uma determinada metodologia ou tentando obter um determinado resultado. Foram livros de divulgação geral. É claro que há também pesquisas que eu vou citar.

O primeiro livro que revolucionou o mundo contábil foi "Tratado de Cômputo e Escrituração", de 1494, de autoria de Luca Paciolo. Luca Paciolo descobriu as partidas dobradas? Não. Mas ele teve o grande mérito, fez uma monumental compilação e sistematização do conhecimento contábil, que influenciou os contadores durante dois ou três séculos, e ainda hoje é uma leitura interessante e instrutiva.

O segundo é um livro de Fábio Besta, "La Regioneria", de 1891. São trabalhos de qualidade e de dimensão insuperável até hoje. Fábio Besta, além de propor a dimensão econômica da Contabilidade ainda realiza tratamento quantitativo avançado das relações patrimoniais e conceitua a contabilidade como "a ciência do controle econômico". Essa é uma definição ainda hoje insuperável. Se vocês pensarem bem, a Contabilidade tem várias dimensões, como, por exemplo, a dimensão da *accountability*, que é uma linguagem universal dos negócios. Agora, no íntimo, nós somos o controle, controlamos o realizado *versus* o previsto, as metas e as realizações. A Contabilidade moderna não entra na parte administrativa só de controle, mas entra no planejamento e na execução, por meio da Contabilidade de qualidade, dos indicadores de qualidade, etc. Porém, a mentalidade do contador é sempre de controle. A minha mulher sempre reclama: "Você está sempre me controlando". E eu falei: "Desculpa, mas eu sou contador".

O terceiro livro é "Accounting and Analytical Methods", de Richard Mattessich. É um trabalho de 1964. É o compêndio mais arrojado e compreensivo sobre Contabilidade nos séculos mais recentes. É uma obra de profundidade abissal, na qual Mattessich lança a macrocontabilidade, ou seja, a contabilidade dos orçamentos e dos indicadores globais. Sua obra não teve, aparentemente, um sucesso entre os práticos e os profissionais imediatos, mas influenciou inúmeros pesquisadores nos anos seguintes. Essa obra é tão profunda que nunca mais foi editada.

Agora vamos à teoria positiva. O grande expoente desse tipo de Contabilidade, a macrocontabilidade, que utiliza indicadores contábeis para tirar resultados econômicos, era o Stephen Ross, mas eu não posso deixar de citar trabalhos mais recentes na área da Teoria Positiva. Os trabalhos de Teoria Positiva de Bohm Bawerk, 1968, o "Positive Accounting Theory", de Watts e Zimmerman, de 1986, entre outros. Essas pesquisas são de uma importância extraordinária porque nos permitem entender e prever o comportamento dos mercados, principalmente, o mercado de ações. Elas tiveram enorme influência sobre muitos pesquisadores, tendo afetado profundamente os trabalhos dos analistas de investimentos. A Teoria Positiva nos mostra a Contabilidade como ela é e por que ela é assim. É

extremamente importante porque nos diz coisas que temos que fazer agora. Adicionar pequenos passos é extremamente eficiente no progresso da Contabilidade. Então, por favor, quem está na Bahia e não ouvir falar que eu sou contrário àqueles revisores *ad hoc*, que só aprovam artigos quantitativos, não confundam que eu sou contra essa tendência. É extremamente importante, porém, excluam um trabalho só porque tem essa ou aquela metodologia; excluam pela falta de qualidade. Citaria também o livro "A Teoria e a Mensuração do Lucro Empresarial", de 1961. Esse livro teve uma influência enorme no desenvolvimento da Escola da USP.

Então, apesar de termos vários trabalhos mais modernos ligados à Teoria Positiva, que são extremamente importantes, ao verificarmos as obras que revolucionaram o mundo contábil, concluiremos que foram alguns livros. Esses livros foram fruto de mentes privilegiadas, que enxergaram além do horizonte em curto e médio prazos. Vamos permitir a essas poucas mentes privilegiadas que possam fazer esse trabalho e que, por favor, publiquem esses trabalhos em revistas da nível A, pela sua qualidade, com todo o respeito pelos trabalhos quantitativos dos quais eu sou um dos responsáveis pela introdução na USP.

No Brasil, eu citaria um trabalho monumental, que é a Tese de Doutorado de Eliseu Martins sobre "Ativo Intangível". É de 1972, mas ainda hoje é insuperável e traz a melhor definição de ativo que eu tenho visto. Existem também vários outros pioneiros. O professor Frezatti está aqui como um dos grandes expoentes da nova geração. Nós temos também os trabalhos de Alexsandro Broedel Lopes. É um autor que poderia se ombrear aos melhores americanos na parte de Teoria Positiva.

A partir desse ponto, vamos falar alguma coisa sobre o que eu vejo como o futuro da pesquisa contábil. William Beaver, um dos maiores autores contemporâneos, escreveu vários artigos. Em 1982 ele escreveu um artigo em que faz uma revisão completa dos trabalhos de Teoria Positiva nos Estados Unidos. Ele diz que, nos últimos 10 anos, nós tivemos trabalhos extremamente importantes nos Estados Unidos sobre a eficiência do mercado. Foram os primeiros trabalhos de Teoria Positiva, mostrando o relacionamento entre a informação contábil e como é que, por meio da informação contábil, a gente consegue entender o valor das ações. Imaginem a importância disso. A melhor coisa que você pode ter como resultado da informação contábil é tentar aprender alguma coisa. O que é o mais importante do que o valor das ações no mercado competitivo?

Depois, temos a Modelagem Feltham-Ohlson. É uma modelagem puramente teórica, que prevê impactos de resultado a partir de variáveis puramente contábeis, como o lucro por ação e como o valor patrimonial da ação. É, provavelmente, a maior contribuição teórica para a Contabilidade nos últimos 20 anos.

Temos também o "Value Relevance". O que é o "Value Relevance"? Você estabelece uma série de variáveis independentes, por exemplo, para estimar o lucro contábil. Quais são as variáveis independentes importantes? São das mais variadas naturezas. Não é só receita e despesa; é produtividade, treinamento, qualidade do trabalho e assim por diante. Então, você estabelece variáveis independentes e, por meio da

análise de regressão, você calcula parâmetros a fim de que possa fazer uma estimativa com todos os testes estatísticos sobre a variável dependente, que é, digamos, a previsão de lucro da empresa. Qualquer um de nós pode fazer isso. Vamos ter problemas porque algumas variáveis vão se chocando umas com as outras, mas a gente vai eliminando algumas variáveis para chegarmos a alguma coisa interessante.

Devemos considerar também o comportamento dos analistas de mercado. Nos mercados evoluídos, é extremamente importante entender como é que esses analistas pensam porque eles influenciam muito o mercado. Então, tem muitas pesquisas sobre isso.

E, finalmente, o gerenciamento de resultados contábeis. Isso é muito importante. Os administradores se utilizam dos provisionamentos contábeis de forma criativa, mas não integral, de maneira a obterem um determinado resultado que a eles interessa. É uma espécie de regularidade ou normalidade dos resultados contábeis. É uma prática que dá para entender, como administrador, mas, como contador e pesquisador, é uma prática que a gente não recomenda muito porque a Contabilidade não tem que normalizar o lucro. Na verdade, ela tem que ir atrás de qual é o lucro econômico verdadeiro.

Segundo o mesmo autor, as principais questões não resolvidas são:

(1) A eficiência dos mercados. Todas aquelas questões positivas iniciais pressupõem absoluta racionalidade do tomador de decisões. Entretanto, trabalhos de economia dos últimos anos mostraram que o tomador de decisões está muito longe de ser totalmente racionais. Uma série de variáveis comportamentais e psicológicas entra em jogo.
(2) O comportamento individual de investidores, analistas e administradores.

(3) O contexto contábil. A Contabilidade trabalha em um contexto social e institucional. Como é que se comporta essa Contabilidade, até como forma de poder? A Contabilidade tem poder dentro da empresa.

Ainda lembraria a aplicação de metodologias positivistas a campo das pesquisas institucionais e sociais, como o pioneiro Hopwood, em 1968. Nós podemos aplicar as metodologias da Teoria Positiva em um trabalho de fundo social e institucional. Isso é extremamente importante, principalmente, na Contabilidade Gerencial.

[...]

A teoria contábil me preocupa um pouco. Fala-se em *Fair Value* toda a hora e os teóricos contábeis não se pronunciam sobre o assunto. Parece que a teoria contábil ficou o apanágio dos órgãos reguladores. Nós precisamos nos pronunciar sobre isso, afinal de contas isso vai revolucionar totalmente a Contabilidade se estendermos a Contabilidade a todos os itens de ativos e passivos. Tem muita gente que concorda e muita gente que não concorda. A Lei n.º 11.638 já estabeleceu o valor de mercado para passivo de longo prazo e realizável de longo prazo, e até de curto prazo, se for relevante. Então, essa é uma tendência inevitável. Como diz o Eliseu, temos que passar do mundo contábil de normas, as quais explicavam como fazer as coisas. Agora, na filosofia do CTC, eles não dizem como fazer, só dizem o que fazer. Para isso, o contador tem que fazer algo que ele não está muito acostumado a

fazer, que é pensar. Isso é extremamente importante. Obedecer é fácil, mas pensar é difícil. Essa é uma verdadeira profissão liberal.

Se a gente fosse utilizar o passado da pesquisa como previsor do futuro, talvez a gente tivesse esse quadro: não haverá uma linha absolutamente predominante de pesquisa. Teremos pesquisas normativas, positivas, holísticas, históricas, enfim, tudo o que você possa imaginar. Liberdade, apesar de tardia! Haverá pouca ênfase em Contabilidade Financeira. Haverá ênfase em Contabilidade Gerencial exageradamente. O que vale é que a ênfase em Contabilidade Gerencial é excelente, só que faziam muitos trabalhos; pegavam um exemplo importante e começavam a tecer uma tese gerencial. Na minha idéia, deveria ser muito mais do que isso.

Eu estou visualizando algumas necessidades emergentes da pesquisa. Pesquisas sobre vantagens e desvantagens da internacionalização da Contabilidade brasileira. Temos que fazer? Vamos. Agora, como pesquisadores e teóricos, temos o dever de refletir sobre essas normas e de avaliá-las à luz da Teoria da Contabilidade. Então, por melhor que seja o novo conjunto de normas, há algumas áreas que são discutíveis. Por exemplo, eu lanço como despesa uma pesquisa de desenvolvimento. Isso vai contra toda a estrutura de capital intelectual, que diz que isso tem que ir para o ativo. É só para pensar. Não dá para a gente resolver isso agora. É claro que as entidades reguladoras têm também limitações políticas no bom sentido. Às vezes, por conta dos abusos que alguns usuários cometem, se escolhe a forma mais simples e se joga aquilo para a despesa. Mas a qualidade média vai melhorar e muito, principalmente, a transparência. Mas, ainda assim, como teóricos e pesquisadores, a gente tem que discutir cada item.

Estudos de natureza histórica. Todo mundo se esqueceu que o Brasil tem uma história contábil. Eu acho que o pessoal não quer se resfriar e pesquisar os arquivos antigos históricos. Poucos fazem isso. Temos que pesquisar nos arquivos e nos documentos originais. Não é apenas dizer que a Contabilidade vem desde a época do homem que conta. Isso é uma interpretação. Para vocês terem uma idéia, o maior pesquisador contábil histórico, que é Peregrino Neves, pegou tuberculose por conta de tantos arquivos úmidos e frios que ele visitou. Não quero que vocês peguem essa doença. O pior é que ele foi reprovado depois na Tese de Doutoramento. São coisas que acontecem aos pesquisadores.

Sem dúvida, é importante incrementar as pesquisas empíricas. A pesquisa empírica não é só pesquisa por métodos quantitativos, estatísticos, é qualquer investigação feita por *surveys*, questionários e assim por diante. Isso é importante porque o contador, pela sua formação, é extremamente fraco em métodos quantitativos. Essa é uma desvantagem tremenda perante outras profissões. Por que vários cargos de controle são ocupados por engenheiros? É porque eles têm um modelo matemático dentro de si. Eles aprenderam a utilizar simulações, etc. Então, o estudo de métodos quantitativos é extremamente importante, desde que não seja o único método a ser aceito; desde que a qualidade seja sempre um elemento fundamental.

Pesquisas sobre Contabilidade Financeira e pesquisas institucionais e sociais. Como eu falei, temos que

verificar o impacto ambiental da Contabilidade, a importância do setor da Contabilidade dentro de uma empresa e assim por diante.

Como considerações finais, o que a Contabilidade faz? Nada melhor do que a Teoria Positiva para explicar. Parece simples entender o que a Contabilidade faz. Acontece que a Teoria Positiva não só explica o que ela faz, mas por que faz e qual é o proveito disso. Isso é extremamente importante no mundo real. Pesquisadores jovens, principalmente, têm que ter, prevalentemente, uma pesquisa empírica e metodologicamente quantitativa. Agora, tem outra coisa importante: o que a Contabilidade é ou pode vir a ser? Permitam-me agora ler uma frase que eu bolei só para o encerramento desse trabalho: O que a Contabilidade é e o que ela pode vir a ser é extremamente importante e muito difícil. Então, entender o que a Contabilidade faz e o porquê, por meio das pesquisas positivas, é muito importante, pois adiciona conhecimento sobre o mundo que nos cerca, fazendo-nos entender melhor a Contabilidade e seus efeitos. Entretanto, vislumbrar o que a Contabilidade é, ou, mais ainda, o que ela pode vir a ser é o apanágio das mentes mais privilegiadas, daqueles pesquisadores que apontaram novos caminhos e novos paradigmas, enfim, daqueles que descobriram novos rumos. Obrigado.

Juarez Domingues Carneiro – Coordenador: A nossa missão de ter que apontar o tempo é um pouco ingrata porque a vontade de ficar ouvindo o professor Iudícibus é muito grande. Muito obrigado, professor. Vamos passar a palavra agora ao professor Fábio Frezatti.

Fábio Frezatti – Universidade de São Paulo: Eu queria saudar o presidente da Mesa, saudar o professor Iudícibus e cumprimentar a platéia, os amigos presentes. Boa-tarde. Vocês vão perceber que, depois que o professor Sérgio fala, não tem muita coisa para a gente trazer como contribuição. Antes de falar sobre o assunto para o qual eu me preparei, estou vendo aqui na platéia vários doutores, doutorandos egressos lá do programa e isso me faz lembrar que, há algumas décadas, alguém bateu na mesa, brigou, conquistou o direito na Universidade de São Paulo de um doutorado em Contabilidade e ele é a nossa reserva. Já dizia a Bíblia: "A quem deve ser honrado, honre". É o professor Sérgio de Iudícibus. Por favor, uma salva de palmas porque ele é um homem extremamente importante para a Contabilidade do nosso País. Eu quero traduzir isso da seguinte forma: se eu estou aqui hoje representando alguma instituição, ou eu mesmo, enquanto pesquisador, devo a ele. Ele foi meu orientador e você, colega, que também fez o doutorado, deve a ele. Professor, muito obrigado. É bom ter o que agradecer. Na verdade, como ser humano, isso é o que movimenta a gente.

Eu preparei alguma coisa para conversar com vocês e gostaria que a gente olhasse esta agenda. É uma agenda modesta, com 10 itens. O primeiro é uma questão relevante. Eu aprendi que se eu não tiver um pano de fundo, a minha mensagem vai se esvaindo. Então, eu sou pai de dois adolescentes em casa e a coisa que eu mais quero é emprego. Eu quero que eles trabalhem, subam na vida, sejam felizes, exerçam a sua cidadania, gerando riqueza, enfim, que sejam plenos. Então, tudo o que eu vou falar aqui é porque eu gostaria que você, que de alguma forma atua na área acadêmica, trabalha em pesquisa, ou não, que re-

almente se motive a investir, não só a sua energia, mas o seu coração, a sua vontade nesse mundo contábil. Como disse o professor Sérgio, ele tem uma série de perspectivas muito boas.

Uma questão relevante é o ambiente macro. Lá no nosso Departamento, dizemos que a Contabilidade Gerencial é aquela que olha a Contabilidade da porta para dentro da empresa. Isso não significa que nós não estejamos atentos ao que acontece lá fora. Eu queria mencionar algumas coisas que estão acontecendo no mundo e esses temas interessam às empresas. Ou você trabalha para gerar conhecimento para a empresa, a organização, a sociedade, ou você não existe, você morre. Talvez não avisem à família, mas você morre. Em relação ao ambiente científico, depois do que o professor Sérgio falou, eu só vou complementar alguma coisa na minha área, no meu segmento. No caso da metodologia, ou nós nos envolvemos para entender e tratar o aspecto da metodologia da pesquisa com muito carinho, com muito profissionalismo, com responsabilidade e vontade, ou nós realmente continuaremos fora do mapa. É mais ou menos esse o tom.

Benefícios da metodologia. Temos que ganhar alguma coisa. Eu achei alguma coisa que você pode ganhar. E daí? O que é que eu faço com isso? O que é que se ganha com a metodologia da contabilidade? Toda a minha palestra vai rolar em cima disso. Qual é a tese? Depende de até onde você quer que seja a contabilidade. Eu já ouvi algumas conversas de que se eu não tiver algo sendo feito. Contabilidade é muito mais. Contabilidade é até onde você quiser. Eu já fiz um trabalho em São Paulo com o pessoal da enfermagem. Sabem o que é que eles vieram fazer lá em casa? Elas vieram entender custos. Sabem por quê? Alguém fez alguma cirurgia vídeo-assistida? Essa aluna fez um trabalho que mandou além do Brasil. Sabem por quê? Porque usando a Contabilidade, ela sensibilizou a parte mais sensível dos empreendedores da área hospitalar, que é bolso. O que é que aconteceu? A Contabilidade é uma ferramenta extremamente valiosa e ela pode realmente prestar serviço à sociedade, até serviços que a gente nem pensa. É por isso que eu os convido a pensar até onde você quer que a Contabilidade vá. Vai depender de você.

O mundo dos negócios quer resolver problemas. Tem um livro intitulado "All you have in your life are problems". Será que a vida só tem problemas? Não. É assim. Eu só tenho valor na hora que resolver problemas. A sociedade, as empresas e o ser humano buscam soluções para isso. Eu fui buscar inspiração no pessoal de medicina. Alguém fez uma pesquisa sobre depressão. Em 30 anos, foram escritos 46.000 artigos sobre depressão. Por quê? Porque é um problema que está aí, está na cara e existe. E sobre a alegria? Vocês imaginam quantos trabalhos foram escritos em 30 anos? Foram apenas 400 trabalhos. Ou seja, problema é o que existe para a gente e é ao resolver o problema que eu tenho valor, ocupo um espaço e dou respostas à sociedade.

Qual é o nosso negócio? O nosso negócio é a Contabilidade. O nosso negócio é identificar, coletar, mensurar, classificar, reportar e interpretar. Se a gente pegar a década de 50 a 80, qual seria o foco da Contabilidade Gerencial? Seria fazer tudo isso: identificar, coletar, mensurar, classificar, reportar e interpretar informações úteis. Mas quais informações úteis? Qual a virtude da abertura? O que couber lá é bom para mim. Então, esse

aspecto é importante. Em um segundo momento, se fala em apoio ao processo decisório. O que é que tem por trás desse avanço da Contabilidade? A Contabilidade do ponto de vista estratégico, ou seja, da gestão. Eu quero sentar à mesa; não estou aqui só para gerar informação; quero decidir.

O terceiro momento é bem amplo: necessidade dos gestores. Não sei se você que pesquisa Contabilidade Gerencial tem responsabilidade com o primeiro, o segundo ou o terceiro momento. Mas a necessidade implica entender o cliente. Não dá para ficar atrás de uma mesa pensando, elocubrando. Por último, eu diria que o foco da Contabilidade Gerencial é que ela se propõe a apoiar o processo decisório, influenciar pessoas e governar pessoas. Não dá para pensar nisso dessassociado da metodologia. Por exemplo, se eu pensar no *Positive Accounting* do Zymmerman, isso não me resolve os problemas que eu tenho. Por quê? O homem é racional, só toma decisões em função de necessidades econômicas e isso não resolve o meu problema. Onde eu quero chegar? Ao mesmo ponto que o professor Sérgio mencionou. Eu preciso estar aberto ao que acontece por aí. Não dá para pensar apenas naquilo que é a base. A base é o paradigma econômico. É necessário, mas, sozinho, ele não resolve os problemas que podemos encontrar. Então, a Contabilidade Gerencial evoluiu muito nesse sentido. Os primeiros cursos voltados para a Contabilidade Gerencial surgiram em Harvard e MIT. Harvard estava preocupada com a gestão e o MIT, com a tecnologia.

Nas décadas de 60 e 70, sacada era como apurar melhor os custos. Na década de 80, queríamos entender melhor os custos e propor reduções. Na verdade, o mundo anglo-saxão estava chacoalhado com a questão dos japoneses e a competição era muito importante. Na década de 90, o que importava eram as informações sobre os concorrentes e *targets*. Quantos trabalhos vocês já viram sobre o *Target Costs* no Brasil? Poucos. Mas é uma ferramenta interessante do ponto de vista de contribuição. Mais contemporaneamente, temos a motivação e o desempenho, ou seja, o que é que eu faço para mexer com as pessoas. Temos uma oportunidade muito importante nessa área e isso pode fazer a Contabilidade ainda mais nobre na gestão das atividades no mundo.

Então, do ponto de vista de paradigma, não dá para pensar só no econômico. Esse é um ponto importante que o professor ressaltou. Eu queria falar um pouco sobre o lado de fora, sobre o mundo, sobre a globalização e as suas demandas. A globalização é uma mega tendência e a gente não consegue se livrar. Não tem jeito. Vira década, passa década e eu fico pensando qual será a próxima megatendência. Será o contrário da globalização? Não sei bem o que vai acontecer. Mas o que é importante nessa história? Tem um filósofo francês contemporâneo, que está vivo e ocupou um cargo recentemente no governo francês, e que diz que a globalização é um processo sem sujeito. Eu perco um emprego aqui e não tenho quem xingar. Fico reclamando da maldita globalização, mas de quem é que eu vou cobrar? É muito grande! Por outro lado, ela tem oportunidades importantes para a gente, como, por exemplo, a rapidez como o conhecimento é adquirido e as oportunidades de mercado, que correspondem aos aspectos importantes.

O que é relevante nessa história? É que as empresas precisam se adaptar. A mudança é muito rápida. O que a

gente aprendeu com o Darwin sobre a seleção natural vale para a organização. Ou seja, se ela não se adaptar às mudanças que a globalização provoca, ela morre; ela não agüenta; ela não tem sustentação. A globalização precisa de mercado. Tudo é mercado. Eu posso ter uma seita religiosa, um conselho ou um celular. Isso é produto, é mercado. Qual é o problema? É que as empresas são afetadas e a Contabilidade é afetada. Então, o que é relevante nessa história? É não pensar na Contabilidade como uma coisa estática. Ela é dinâmica. A necessidade do meu cliente muda e eu devo trazer uma resposta. Se eu não fizer isso, eu é que deixo de ter oportunidade de sobrevivência nessa história.

Nessa questão de percepção de mudança, há um exemplo clássico. É uma história muito antiga. Uma tribo de uma ilha do Pacífico, durante a guerra, sabiam que alguns aviões passariam pela ilha, então, eles abanavam um pedaço de pano e o pessoal dos aviões jogavam comida. Então, eles aprenderam. Eles balançavam o pano, recebiam a comida e isso foi se sucedendo. A guerra acabou e alguns perceberam que deviam pensar noutra coisa porque não adiantava balançar mais o pano. Não ia ter mais comida. O interessante é que, alguns anos depois, algumas pessoas continuavam pegando o pano e balançando. Às vezes, eu fico pensando se eu não faço isso e gostaria que você pensasse também. As mudanças são tão rápidas que, em alguns momentos, é até injusto pensar que vamos poder nos adaptar. É importante que, profissionalmente, nós estejamos preocupados com isso.

Outra coisa importante na globalização é a homogeneização. Tudo o que é parecido é mais fácil de ligar, em termos de gerenciamento de regras, de acompanhamento, de controle e assim por diante.

Eu tenho uma colocação aqui em relação à pesquisa. O que é que está acontecendo em termos de temas que interessam às empresas e que, para a gente, são paradigmas diferentes? Eu daria três exemplos. São três coisinhas que são relevantes, são importantes nas organizações e que nós estamos estudando. Mas vejam que os paradigmas teóricos são outros. Não são aqueles que poderiam ser usados. Por exemplo, a utilização de um artefato. O que é um artefato? É todo o tipo de instrumento que a gente usa. É mais ou menos como, em Contabilidade Financeira, alguém falar em simetria. Isso faz parte da visão que surgiu da economia. Será que vale a pena usar o orçamento, o sistema de custeio? Será que vale a pena usar indicadores? Então, temos algumas teorias aí: da contingência, da configuração, do ciclo de vida, entre outras.

Qual é a idéia? Essas teorias me ajudam a entender o que está acontecendo. Eu posso dizer para a empresa que ela não tem que usar mesmo esse orçamento porque o ciclo de vida dela ainda não chegou ao momento em que ela precisa ter isso. O que é que eu vou conseguir? Apurar o preço da ação? Não. Mas eu resolvi o problema e consegui entender a organização. O paradigma da Contabilidade Gerencial é totalmente diferente da Contabilidade Financeira.

O Porter percebeu que o segredo do negócio está lá fora. As empresas americanas estavam olhando para o próprio umbigo, se achando o máximo, e os japoneses estavam chegando. Aí o Porter trouxe uma contribuição importante com a cadeia de valor, que começa no

fornecedor e termina no cliente. O CRBV trouxe um equilíbrio, porque tudo o que a gente faz na vida em termos de conhecimento é um pêndulo.

O que é que o CRBV fala? Lá dentro na sua empresa tem alguma coisa que é escasso, que é diferenciado, difícil de reproduzir e, se você não tomar cuidado, perde. É mais ou menos o que acontece com a minha esposa. Se eu não tomar cuidado, eu perco. Eu preciso ter muito carinho com ela e com a empresa também. O que será que é essa coisa diferente? Pode ser a Contabilidade, pode ser o conhecimento das pessoas. Então não dá para usar o paradigma do Zimmermman e do Watts. É uma visão qualitativa, mas ela é útil para a empresa, para entender coisas que, se eu não perceber, eu vou perder. Na empresa, vou perder o valor do conhecimento das pessoas; e, na minha casa, vou perder a minha empresa.

Outro tema que coloquei para a gente pensar é a geração x e y. Eu tenho dois filhos e um deles tem 18 anos. Se eu quiser falar com ele por telefone e ligar do celular, ele não atende. Ele nasceu na década de 80. Mas, se eu mandar um torpedo, na hora ele responde. Onde eu quero chegar? Nós estamos preparando gente que estão nas organizações e pensam diferente da geração que nasceu lá atrás. Como é que eu trato? Como é que eu cuido delas? Não dá para fazer uma regressão. O problema é relevante, as pessoas precisam de respostas.

Temos ainda a questão dos indicadores. Cada vez mais, o indicador é importante. Depois que eu passei a fazer *check up*, eu descobri que tem indicador pelo olhar. Principalmente, nós homens, depois dos 50 anos, precisamos olhar para vários indicadores. Antes, não era necessário.

Tem indicador que vale desde o nascimento até o fim da vida e tem indicador que vale no período. Não dá para fazer uma regressão. Não dá para dizer que empresas que têm isso e ganham dinheiro e as que não têm, não ganham. Primeiro, preciso descrever, preciso conhecer e depois vou prever. Mas a previsão na Contabilidade Gerencial não é igual à da Contabilidade Financeira. Não dá para prever se a ação vai diminuir ou aumentar em função disso. Mas eu posso prever movimentos, posso prever expectativas e a conseqüência é o aumento do resultado, é o valor da empresa.

A Contabilidade Gerencial tem todas as informações que o analista externo não tem. Tem uma coisa interessante. Se você tiver um cunhado de quem você não goste, e que no final de semana vai a tua casa filar a cerveja, apelide esse cara de "ontológico". É um palavrão! Ontológico é uma palavra importante para um pesquisador. Sabem por quê? Mostra como é que você olha o mundo. Eu posso olhar o mundo assim: eu estou fora da empresa, mas eu quero medir e, conseqüentemente, prever. Ou eu faço parte do ambiente, ou estou de alguma forma relacionado com o ambiente. É uma preocupação de interpretação. São mundos diferentes e esses mundos convivem. Foi isso que o professor Sérgio mostrou para a gente.

O professor Sérgio já falou da tolerância dos pesquisadores e eu também gostaria de tratar desse aspecto. O nosso menor problema é técnico. O nosso maior problema é relacionamento. O nosso maior problema é confiança. O nosso maior problema é vaidade. Se a gente superar

isso, vamos dar de 10 a zero em qualquer campo de pesquisa nesse mundo.

Outro tema fundamental na Contabilidade Gerencial é ter e usar. Eu tenho um sistema de custeio, mas como é que você usa? Não dá para pegar 10.000, ter uma base de dados pronta e fazer uma regressão. A Contabilidade Gerencial nunca vai fazer isso. Eu vou entrar em uma, duas, três, dez empresas, vou colher indutivamente e posso gerar uma teoria. Lá no Departamento, estamos trabalhando, desde 2006, em um projeto para criar uma teoria. Queremos ver como é o campo e o que está acontecendo lá. Então, vamos trabalhando com isso, com aquilo, buscando uma generalização e um dia, talvez, seja uma teoria. Talvez nunca seja, caso eu não consiga que outras pessoas tenham interesse nesse assunto.

Agora, vamos ao ambiente científico, a ciência na vida das pessoas. Quando a ciência começou, ela era vista como boa. Quero entender como é que funciona o clima, e aí eu julgo as pessoas. Quero entender como é que funcionam as marés, e eu ajudo as pessoas. Então, a ciência é uma coisa boa; a ciência está sempre ajudando. Em 1785, houve um terremoto em Lisboa e ninguém parou para pensar que alguém tinha culpa. Ninguém pensou que tinham sido construídas casas em lugares temerários. Todo mundo pensou: "A natureza é má, a natureza é perversa, a natureza tem muita força". E aí veio a ciência, com tecnologia, proporcionar a reconstrução da cidade. Essa visão ingênua, romântica da ciência ainda existe nas áreas básicas. Mas na nossa área tem interesses. Quem é que paga IFRS? A sociedade é que vai pagar a pesquisa ou as organizações que, de alguma forma, acreditam e precisam do IFRS? Para mim, como pesquisador, é um momento complicado quando eu estou com um físico, um biólogo, um geofísico dentro da universidade e ele vira para mim e pergunta:
– O que é que vocês estão fazendo aqui?
– Deixem-me só estabelecer aqui um ponto. Eu não vou perder um segundo da minha vida tentando te convencer que Contabilidade é ciência. Isso é irrelevante na minha cabeça. Vocês não vão ganhar um segundo de vida. Agora, tem uma coisa. A Contabilidade precisa ter métodos científicos. Disso eu não abro mão.

Então, dentro da comunidade, temos essas experiências e um precisa do outro. Querem ver uma coisa? Um soldado tinha dificuldade de enxergar à noite. Aí alguém começou a bolar um modelo, com 12 sinais, para que ele pudesse ler à noite. Esse projeto fracassou. O tempo passou. Aí um cara chamado Louis Braille inventou o Método Braille. Ou seja, esse método foi sendo desenvolvido para alívio e condição de vida das pessoas. O Louis Braille teve uma grande sacada porque chegou à conclusão que 12 sinais eram demais e porque as pessoas não conseguiam usar. O conhecimento que está ali pode ser útil para mim. Esse conhecimento pode estar na matemática, na física, na química, na biologia, na administração, na economia. Eu tenho que ter essa tolerância. Já tivemos a demonstração da tolerância pessoal. A tolerância intelectual e de pesquisa é fundamental. Ela não é de curto prazo. Se ela for de curto prazo, ela é falsa e o que é falso tem que ser repudiado com muito vigor.

Outras coisas dependem de conhecimento. O professor Sérgio falou da questão dos conhecimentos que mudam. Lá em casa, eu tenho o prazer,

a felicidade, a alegria, o prêmio de ter uma esposa que é fonoaudióloga. A gente conversa sobre coisas diferentes porque o mundo dela não tem nada a ver com o meu. Eu estava lendo um livro sobre Dalai Lama. O Dalai Lama tem um projeto interessante. Ele todo ano chama neurocirurgiões para uma cidade da Índia, que é o espaço político dele. Ele discute a ligação entre o Budismo e a Ciência. Nessa transmissão de informações, alguém sacou e alguém conseguiu provar que nós temos neurônios que nascem. Durante gerações e gerações se pensava que quando um neurônio morria, não nascia outro em seu lugar. Eles nasciam até certa idade e depois não nasciam mais. A tese comprovada foi que eu posso ter um neurônio nascendo na velhice. O que é que tem de legal nisso? É uma mudança de paradigma. Quando eu falei isso para a minha esposa, ela não acreditou. Às vezes, fazem a mesma coisa comigo. Vem alguém e diz: "Esse negócio não é assim!". E eu também não acredito. Eu queria convidá-los a refletir sobre isso. Habitualmente, somos mais duros na queda do que deveríamos, dentro dessas questões de aprendizado.

O que é que eu faço com isso? De alguma forma, eu deveria estar aberto a essas questões. A Contabilidade pode ser muito rica, mas a gente se acomoda. Alguém aqui já teve uma tv em preto e branco em sua casa? Temos algumas coisas em comum. Eu sou do tempo da tv em preto e branco e tinha lá um noticiário. Quando chegava a questão do tempo, o que é que acontecia? Ele falava: "Em São Paulo, hoje, tivemos chuva". Ou seja, ele falava do que tinha acontecido. Hoje, não é assim. Eu acesso a internet e vejo a previsão do tempo da semana, do mês, em qualquer lugar do mundo.

Por que é que eu falei que metodologia era importante? Porque esse é o diferencial mais importante que temos. A metodologia permite que eu faça, que você faça, que nós façamos. Ou seja, isso é democrático. Alguém pagou, alguém gerou conhecimento e alguém pode se beneficiar. Essa é a coisa mais bacana da atividade acadêmica. Eu não sou o dono, não sou o proprietário dessa questão. O que é a metodologia? É a maneira global de tratar o processo de pesquisa, desde a base teórica até a coleta de dados. O que é método? É o conjunto de procedimentos para coletar e analisar dados. Estou cansado de ver alguém chegar, todo entusiasmado, e dizer: "Aprendi o método estatístico maravilhoso, equações superestruturais. Bacana, não é? E a pesquisa? "Ah! Precisa?" Você vai lutar contra o quê? O método é subsidiário, depende da metodologia e a metodologia depende do problema. Se eu não estiver pensando em resolver o problema, eu não vou construir conhecimento.

Qual é a diferença entre o mágico e o científico? É exatamente essa questão. O mágico não tem certeza de que consegue reproduzir. Quando o professor Sérgio abordou a questão do custo, ele tinha toda a razão. Durante décadas, fazíamos trabalhos que não eram possíveis de serem comparados. Então, um faz um trabalho e outro faz o outro. Não para construir tijolo em cima de tijolo. Isso é uma coisa que as ciências básicas fazem. Então, será que eu posso pegar um trabalho que já foi feito e colocar mais um tijolo, mais um e mais um? Esse cara fez um estudo de caso. Em que tipo de empresa? Se eu olhar uma empresa daquele tipo, quem sabe?

Então, a área de Contabilidade Gerencial está sob pressão desses senhores que foram mencionados, principalmente, o

Zimmermman e o Watts. Eles têm um profundo desrespeito pela Contabilidade Gerencial. Eles acham que a visão deles é a única, não existe outra, não deveria nem ser estudado aquilo que não tivesse conseqüência econômica. Sabe aquela moça que eu mencionei, que veio aprender custos no Departamento de Contabilidade? Por que eu deveria dar atenção para ela? Não tem efeito no preço da ação! É muito fácil perceber isso. Então, essa questão seria relevante do ponto de vista de trabalho.

Qual é o benefício da metodologia adequada? Permite criação do conhecimento aplicado. Pesquisador tem isso ou não? O que é que o pesquisador quer? O meu trabalho foi aceito, está sendo usado, eu estou sendo citado! Ou seja, de alguma forma, é só por aí que a gente caminha. É claro que a energia é importante; é claro que a tua motivação é importante; é claro que o dinheiro é importante, mas, sem metodologia, nós estamos na idade da pedra no que se refere ao conhecimento. O Brasil está crescendo muito e está sendo um ponto de atração muito importante. Nas últimas semanas, respondi e-mail para vários pesquisadores lá fora sobre o Brasil na área de pesquisa. Se preparem porque, se vocês não estiverem preparados, alguém vai estar.

Viabilização da inserção nacional. Eu quero o Brasil lá no topo da pirâmide. A Olimpíada do Conhecimento existe. Só que não tem data; ela vai acontecendo aos pouquinhos. Se você não perceber, ela já acabou e você não participou.

Aumento de emprego. Você que trabalha na área de pesquisa, continue. Você que nunca pensou nisso, pense. É uma atividade interessante; é uma atividade importante para todo mundo, desde que você tenha uma palavra fundamental na vida – compromisso e o aumento da respeitabilidade. Usar uma metodologia inadequada acaba com você.

O que é que você vai fazer agora? A opção é tua. Tudo depende de até onde queres ir. A minha vida profissional foi muito fácil. Para vocês terem uma idéia, eu fui emancipado para assumir dívidas. Eu passeava muito na Praça da Sé lá em São Paulo e via aqueles pregadores subirem em uma caixa de laranja e dizer: "Você tem que se arrepender porque senão você vai para o inferno!". Eu ficava olhando. Na hora em que eu estava preparando esse meu texto, eu fiquei pensando. Eu tenho respeito por essas pessoas porque elas faziam aquilo com crença, ou seja, acreditando que estavam fazendo uma coisa adequada, com ímpeto, no sentido de provocar as pessoas, e o resto não estava nas mãos deles. Quer dizer, eles faziam aquilo que eles podiam. A minha atitude é exatamente a mesma. Eu só contei para vocês coisas na quais eu acredito. O resto é por conta de vocês. Muito obrigado pela atenção.

Juarez Domingues Carneiro – Coordenador: Bem, pessoal, eu vou ser bem rápido em função do nosso tempo, que se esgota às 18 horas. Confesso a vocês que é muito difícil ficar em uma posição onde dois ídolos da Contabilidade nos colocam informações tão valiosas. O tempo é pouco. Poderiam ser duas horas para cada um e ainda estaríamos aqui a ouvi-los.

A contribuição da pesquisa na Contabilidade está relacionada ao conhecimento, à verdade, ao pensar, e apresenta grandes desafios para os pesquisadores: a questão do investimento, o tempo, a disponibilidade, o convívio da família,

as atividades ocupadas juntamente com atividades profissionais, a persistência, a luta, a página escrita, que é produto de uma ampla pesquisa de momentos, de livros, de obras consultadas, para resultar apenas em uma página. Chega um momento em que tudo o que foi feito passa a ser transferido para as pessoas, que é o que o Fábio e o Sérgio estão fazendo. Essas obras, essas publicações, produto do conhecimento que é transferido para nós, só é possível por existirem pesquisadores como Sérgio Iudícibus e Fábio Frezatti. Além de nos darem essa oportunidade única de conhecermos um pouco das suas verdades, eles inspiram, com seus exemplos, novos seguidores. Obrigado a todos.

Mestre de cerimônias: Lembramos que hoje será anunciada na Solenidade de Encerramento a cidade que irá sediar o 19.º Congresso Brasileiro de Contabilidade a realizar-se em 2012.

O Conselho Federal de Contabilidade, zelando pela sustentabilidade ambiental, contratou a empresa Iniciativa Verde, que está neutralizando todo o carbono emitido pelo 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade por meio do plantio de árvores. É o Conselho Federal de Contabilidade, dando exemplo de responsabilidade socioambiental.

Outro importante aviso é que o CFC une-se ao movimento de combate à corrupção eleitoral. Para tanto, está coletando assinaturas para o apoio ao projeto de lei, de iniciativa popular, sobre a vida pregressa dos candidatos, e que torna inelegíveis aqueles que têm condenação em primeira ou única instância, bem como aqueles que tiverem denúncias recebidas por um tribunal, ou que renunciaram a seus mandatos para escaparem de punições. Assim, quem desejar colocar sua assinatura de apoio a este projeto, queira, por gentileza, se dirigir ao estande do CFC ou ao estande de Responsabilidade Socioambiental.

Neste momento, o senhor coordenador, Juarez Domingues Carneiro, fará a entrega do certificado e de uma lembrança aos painelistas Sérgio Iudícibus e Fábio Frezatti, em agradecimento às suas contribuições neste Congresso.

Esta lembrança é uma peça confeccionada por presidiários de Mato Grosso, com resíduos de madeira provenientes de áreas de manejo florestal, dentro dos conceitos de sustentabilidade.

A seguir, o professor José Joaquim Boarim também fará a entrega do certificado e de uma Lembrança ao coordenador, Juarez Domingues Carneiro, em agradecimento à sua participação na coordenação deste Painel.

Em nome dos organizadores deste evento, agradeço aos senhores painelistas e coordenadores dos trabalhos por suas participações neste Congresso. Faremos, a seguir, um intervalo de 30 minutos. Após este intervalo, às 18h30min, será apresentada a Palestra Magna de encerramento deste Congresso, intitulada, "Brasil, as Oportunidades Perdidas", proferida pelo jornalista Alexandre Garcia, no Auditório Érico Veríssimo. Muito obrigado.

CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

SOLENIDADE DE ENCERRAMENTO

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DOS TRABALHOS APRESENTADOS NO CONGRESSO

Mestre de cerimônias: Senhoras e senhores, estamos nos aproximando dos momentos finais do 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade. O encontro maior e mais importante da classe contábil brasileira, que acontece de quatro em quatro anos, é tão primorosamente elaborado que se assemelha ao mais fino bordado produzido em nosso País. Neste trabalho, árduo e delicado, mentes e mãos se encontraram para tecer uma programação rica e interessante, onde a fundamentação acadêmica pudesse encontrar-se em perfeita harmonia com a diversidade cultural de nossa gente.

Com o patrocínio da Caixa Econômica Federal, do Sebrae e da Fenacon, instituições que sempre se irmanam aos interesses do Sistema CFC/CRCs, este grandioso evento contou com um quadro de valoroso parceiros, que não mediram esforços para assegurar o êxito deste Congresso. Eles contribuíram, e muito, com experiências, contatos e idéias inovadoras.

A todos eles, em nome da Comissão Organizadora, nossos mais sinceros agradecimentos, afinal, como bem disse o ator Sean Penn, no filme Natureza Selvagem "A felicidade só é completa quando compartilhada". Vão-se, então, os agradecimentos da organização deste evento a esses parceiros.

Agradecemos ao Charles, da Véritas, empresa responsável pela sonorização, iluminação, produção artística e cenografia de todos os auditórios e áreas de atividades sociais.

Nossos agradecimentos à Danguesi Eventos, nas pessoas de Paula e José Danguesi, cuja empresa foi responsável pela organização, comercialização e gerenciamento da Feira de Negócios.

Nossos agradecimentos à WRW, nas pessoas de Wagner e William, cuja empresa foi responsável pela montagem e estrutura de toda a área da Feira e Auditórios.

Agradecimentos ao Buffet Irius, nas pessoas do Sr. Irius e seu filho Rafael, que foram os responsáveis por todo o serviço de alimentação e bebidas deste Congresso.

Agradecimentos também à Limiar Decorações, nas pessoas de Edgar, Carlinhos Vaz e Ricardo, responsáveis pela ambientação de todos os espaços onde aconteceram atividades pertinentes a este evento, em especial, este palco.

Agradecimentos à TriBeca Turismo, nas pessoas de Maurício e Camila, cuja empresa foi responsável pela hotelaria, transporte e serviço de recepcionistas.

Agradecimentos ainda ao Miguel da Sidtec, responsável pelo credenciamento eletrônico e emissão de certificados.

Agradecimentos também ao Carlos, da Divcenter, responsável por toda a

Divulgação dos resultados ods trabalhos apresentados no 18º CBC.

Público

sinalização deste evento; ao Mochila, responsável pela segurança das instalações e dos congressistas; e à Tânia, com sua equipe, responsável pela limpeza de todo o local.

Agradecimentos, por fim, mas não por último, ao senhor Massarola, responsável pelo Serra Park Centro de Feiras e Eventos, por toda a atenção dispensada à equipe organizadora.

E agradecimentos, muito especiais, a toda a equipe de do Conselho Regional do Rio Grande do Sul, capitaneada pelo Presidente Rokembach. Eles emprestaram todos os seus talentos, criatividade e capacidade produtiva para garantir que este Congresso se tornasse inesquecível.

Liderar líderes não é uma tarefa fácil, mas, juntos, CFC, CRCs e parceiros souberam vencer as dificuldades, com respeito mútuo, diálogo, humildade, sinceridade, entusiasmo, determinação e bom humor.

Desempenhando um significativo trabalho social, a realização deste Congresso, além de gerar inúmeros empregos diretos e indiretos, permitiu o incremento da economia deste município e também do Estado do Rio Grande do Sul, além de contribuir para a preservação do meio ambiente, em uma clara ação do CFC de responsabilidade socioambiental. Como resultado da neutralização de todo o carbono emitido pelo 18.º CBC, serão plantadas 900 mudas na capital mais próxima da Serra da Mantiqueira, São Paulo, na região de Lorena, no início das chuvas, que normalmente começam a partir de 22 de setembro. Todo o plantio será acompanhado pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Senhoras e senhores,

Na Solenidade de Abertura deste Congresso, contamos com a participação de importantes nomes para a Contabilidade brasileira, desde ilustres cientistas contábeis, até insignes personalidades do mundo político. Certamente, emoção e encantamento foram as palavras que permearam este Congresso.

Logo no início, na noite de domingo, dia 24, as senhoras e os senhores foram aqui calorosamente acolhidos por Renato Borghetti, um dos instrumentistas gaúchos de maior prestígio internacional e que, acompanhado de sua gaita, fez o público cantar Lupicínio Rodrigues, outro grande gaúcho reverenciado neste evento. Outro momento mágico e de comovente orgulho nacional foi ouvir o Hino Brasileiro na voz de um dos grandes nomes da nossa história musical, o cantor Agnaldo Rayol. Coroando a solenidade, tivemos a justa homenagem ao professor Doutor Eliseu Martins, que recebeu a Comenda do Mérito Contábil João Lyra, em reconhecimento a toda a dedicação, ao seu trabalho acadêmico e à sua paixão pela Contabilidade. Finalizamos a Cerimônia de Abertura deste Congresso, com uma também justa homenagem a este País isoneiro, pela fala do ator Werner Schünemann, que reverenciou, em suas palavras, a expressiva amostragem de brasilidade – os trabalhadores, empresários e líderes classistas que aqui estavam, representando a totalidade dos Estados Federativos, muito oriundos das mais distantes localidades deste país continental.

Assim seguiu o nosso evento, aprofundando o conhecimento científico, estreitando laços de amizade e encantando a todos os congressistas com as personalidades que, mesmo não pertencendo ao mundo contábil, aceitaram o convite para contribuir com

suas vivências e, dessa forma, enriquecer a nossa programação.

Os líderes classistas internacionais que participaram do Painel "Os Desafios da Convergência" reconheceram e reverenciaram a grandeza deste Congresso. É o CFC mostrando o modelo de gestão para o Brasil e o mundo, motivo de honra e orgulho para a família contábil.

E por falar em família, a Família Schürmann, literalmente, fez um passeio pelos mares contábeis, trazendo inovação e ousando na busca do sucesso, pois, para o comandante Vilfredo, uma empresa é um barco em alto mar.

E o vento continuou soprando a nosso favor. E assim vieram: o jornalista e apresentador Serginho Groisman; o educador e professor Doutor Rubem Alvez, PhD em Filosofia; a jornalista Leila Ferreira; a escritora Lya Luft; e a atriz Júlia Lemmertz.

Desnecessário dizer do imenso prestígio político conferido a este evento com a presença do representante maior de nossa Nação, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Foi em sua presença que a classe contábil, representada pela presidente Maria Clara, reforçou o compromisso de servir à sociedade brasileira, acima de qualquer interesse corporativo, assinando o convênio com a ONG "Ação Fome Zero", para o programa "Merenda Escolar", que atingirá, certamente, em plenitude, os sadios objetivos institucionais e de nosso povo.

Tão singular foi este evento, e tão atuais os temas trazidos para discussão, que até o professor Doutor Lopes de Sá e o professor Doutor Eliseu Martins convergiram em suas posições, obviamente, cada um defendendo o seu ponto de vista. Mas, que grande conquista para o meio acadêmico e para toda a classe contábil!

A todos os palestrantes, enfim, que lotaram os nossos auditórios, em todos os fóruns e em todos os painéis, os sinceros agradecimentos da organização deste evento. Suas presenças abrilhantaram este Congresso e proporcionaram um significado especial a cada uma de nossas atividades técnicas.

O coreógrafo Carlinhos de Jesus deu o primeiro passo na dança e Margareth Menezes espantou o estresse, oxigenando o ânimo para a seqüência de nossas atividades.
Agora, estamos quase chegando ao fim deste grandioso encontro e a palavra que fica é "saudade". Diz o cantor Gilberto Gil que "saudade é a presença da ausência". Já o ator e diretor teatral Miguel Falabela expressou esse sentimento da seguinte maneira: "Trancar o dedo em uma porta dói; bater o queixo no chão dói; torcer o tornozelo dói; um tapa, um soco, um pontapé, doem; dói bater a cabeça na quina da mesa; dói morder a língua; doem cólica, cárie e pedra no rim. Mas o que mais dói é a saudade: saudade de um irmão que mora longe; saudade de uma cachoeira na infância; saudade de um filho que estuda fora; saudade do gosto de uma fruta que não se encontra mais; saudade do pai que morreu; saudade do amigo imaginário que nunca existiu; saudade de uma cidade; saudade da gente mesmo, que o tempo não perdoa. Doem essas saudades todas, mas a saudade mais dolorida é a saudade de quem se ama; saudade da presença e até da ausência consentida. Saudade é basicamente não saber. Saudade é não saber mesmo! Não saber o que fazer com os dias que ficaram mais compridos; não saber como encontrar tarefas que cessem o pensamento;

não saber como frear as lágrimas diante de uma música; não saber como vencer a dor de um silêncio que nada preenche. Saudade é nunca mais saber de quem se ama, e ainda assim doer! Para a organização deste evento, saudade é uma lembrança de alguém que nos marcou e que, em breve, estaremos a reencontrar, mesmo que seja em quatro anos, porque o tempo que separa também une! Até o 19.º CBC.

Senhoras e senhores,

Neste momento, convido a tomarem assento à Mesa: a senhora presidente do Conselho Federal de Contabilidade, contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim; o senhor presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, contador Rogério Rokembach; o senhor vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do Conselho Federal de Contabilidade e ex-presidente do CFC contador José Martonio Alves Coelho.

Convido à Mesa os senhores ex-presidentes do Conselho Federal de Contabilidade contadores João Werner Juenemann, José Maria Martins Mendes, José Serafim Abrantes e Alcedino Gomes Barbosa.

Neste momento, convido a todos para que fiquem de pé e possamos ouvir o Hino Rio-Grandense, cantado, à capela, pelo cantor Neto Fagundes.

Para anunciar o resultado dos trabalhos apresentados neste Congresso, convido a usar da palavra o senhor coordenador do Comitê Científico do 18.º CBC, contador Valcemiro Nossa.

Valcemiro Nossa – Coordenador do Comitê Técnico do 18.º CBC: Boa-noite. Vou fazer aqui um breve resumo de todo o trabalho que aconteceu, basicamente de há um ano e meio para cá, até chegarmos a este evento. Vou passar brevemente porque temos que partir para o encerramento.

O nosso 18.º Congresso teve como missão ser um ambiente de reflexão da Contabilidade como ciência e sua aplicação presente e futura. Essa foi a missão que definimos dentro do lema "Contabilidade: ciência a serviço do desenvolvimento". Nesse sentido, os objetivos do Congresso foram: expor e debater temas atuais e tendências que conduzam ao desenvolvimento da Contabilidade como ciência social aplicada.

Para isso, nesse 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade foram introduzidas algumas alterações em relação aos Congressos anteriores, algumas inovações, no sentido de uma busca de maior qualidade. A primeira dessas inovações foi a composição do Comitê Científico. Neste Congresso, procuramos buscar um Comitê Científico formado por professores doutores, no sentido de trazer maior cientificidade para todos os trabalhos e painéis que foram realizados aqui neste 18.º CBC. Então, foi uma equipe de 12 doutores que trabalharam, basicamente, durante um ano e meio para chegarmos até aqui.

Outra inovação introduzida são os avaliadores *ad hoc*. O que são esses avaliadores *ad hoc*? São pessoas que deram pareceres sobre artigos e trabalhos que foram enviados ao Congresso. Conseguimos selecionar uma equipe de 108 doutores para que fizessem a avaliação desses trabalhos. Isso permitiu que cada avaliador não tivesse uma quantidade tão grande de trabalhos para avaliar, como ocorria nos Congressos anteriores, porque a equipe era pequena, era muito trabalho e as pessoas, às vezes, não da-

vam conta de ler muito material. Agora, a equipe de 108 doutores nos permitiu que fosse feito dessa forma. Esses professores são todos ligados a programas de mestrado e doutorado de todo o País.

Outra inovação que colocamos foi o resumo expandido. Essa é uma inovação que tem surgido em vários Congressos, principalmente, a partir deste ano, e fomos os pioneiros. É um resumo prévio para que seja feita uma primeira leitura a fim de verificar se realmente o trabalho vai ser avaliado ou não. Isso fez parte da primeira fase de avaliação. E tivemos também um sistema eletrônico que permitiu que todos os congressistas enviassem seus trabalhos via internet, já pegando um protocolo e, a partir daí, conseguisse acompanhar todo o processamento do seu trabalho até a fase final. Inclusive, com o *feedback* da avaliação final. Então, esse sistema serviu para a submissão dos trabalhos, avaliação e o *feedback* final.

Essa aqui foi a equipe de professores que compôs o Comitê Científico. Eu tive o privilégio de coordenar toda essa equipe e gostaria aqui de agradecer a todos os colegas que não mediram esforços para os trabalhos que foram desempenhados.

Vou falar rapidamente do processo de avaliação. Todo o processo foi feito através do que chamamos de *double blind review*. É uma avaliação feita às cegas, ou seja, quem avaliou, em nenhum momento, soube de quem era o trabalho que ele estava avaliando. Nem mesmo os membros do Comitê Científico, nem mesmo eu, como coordenador do Comitê Científico, tivemos acesso ao nome dos autores do trabalho durante todo o processo. Quando chegamos ao final e selecionamos os trabalhos aprovados, solicitei à equipe de informática que liberasse os nomes dos autores. Só nesse momento é que isso foi conhecido. Esse é o sistema do *double blind review*.
O processo de avaliação teve três etapas. A primeira foi a validação do trabalho em si, como, por exemplo, se o número de páginas estava de acordo com o solicitado no Regulamento ou se tinha identificação ou não. Tivemos até trabalhos bons que poderiam estar sendo apresentados, mas estavam fora do formato desejado e não foram validados já nessa primeira etapa. Isso aconteceu principalmente no caso da identificação, tanto uma identificação explícita como também uma identificação no campo de propriedades do Word que nos permitia ver de quem era o trabalho. O objetivo foi total isenção do processo e, portanto, esses trabalhos foram eliminados logo de imediato.

A segunda etapa foi a avaliação do resumo expandido daqueles trabalhos que haviam sido validados. Os resumos que foram aprovados tiveram o trabalhado sendo avaliado por completo na terceira etapa.

Aqui nós temos um panorama dos vários estados do Brasil de onde vieram os trabalhos. Acho que quase todos os estados enviaram trabalhos. Tivemos também três trabalhos de Portugal. Eu fiz alguns destaques aqui em alguns estados que enviaram o maior número de trabalhos. Acho que o campeão foi o Rio Grande do Sul. Depois, tivemos Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia e assim por diante. Eu destaquei os cinco primeiros estados pelo número de trabalhos apresentados. Ao todo, foram enviados 492 trabalhos. Desses, na primeira etapa de avaliação, foram validados 316 trabalhos. Desses 316 trabalhos, os resumos foram avaliados e foram aprovados 218 resumos expandidos. Esses resumos tinham em torno de duas páginas. Desses 218

resumos expandidos, foi feita a avaliação completa dos trabalhos e foram aprovados 101 trabalhos em uma primeira etapa. Desses 101 trabalhos, identificamos que dois deles não eram inéditos para este 18.º Congresso porque eles estavam sendo apresentados em outro congresso também e o Regulamento previa que o trabalho teria que ser inédito. Então, esses dois trabalhos também foram excluídos e chegamos a uma aprovação final de 99 trabalhos, que foram apresentados aqui.

Para se ter uma idéia desse processo de submissão dos trabalhos, eu vou mostrar um pouco do nosso brasileirismo também. Todo mundo diz que o brasileiro deixa tudo para a última hora e aqui podemos comprovar isso. O período de submissão dos trabalhos foi de dezembro de 2007 a abril de 2008. Em dezembro, recebemos 43 trabalhos; em janeiro, recebemos cinco trabalhos; em fevereiro, recebemos quatro trabalhos; em março, recebemos 15 trabalhos; e em abril, recebemos 425 trabalhos. E foram só 15 dias de abril. Eu peguei esses 15 dias de abril, verificando em que dia esses trabalhos foram recebidos e percebi que, no dia 13, começou a aumentar um pouquinho e, no dia 15, foi o topo. Eu tive ainda mais uma curiosidade. Peguei o dia 15 e abri a submissão dos trabalhos por hora e verifiquei que, por volta das 18 horas, houve certo pique, mas o quente mesmo foi à meia-noite, quando se encerrava o prazo de submissão de trabalhos.
Esse foi um panorama geral do que aconteceu no processo de recepção dos trabalhos. Diante disso tudo, uma das nossas grandes metas era elevar o Congresso a um nível mais científico e, se possível, com uma validação da Capes. Essa qualificação do 18.º Congresso como um congresso científico na Capes pressupõe o cumprimento de uma série de regras. Procuramos cumprir todas essas regras. No início deste ano, mesmo não sendo um ano de avaliação, porque a Capes tem datas definidas para fazer essa avaliação, conseguimos com o coordenador da área, professor Becker, que ele recebesse a documentação para a avaliação. Em maio, submetemos toda a documentação à Capes e o 18.º Congresso realmente foi avaliado e conseguimos ter essa validação da Capes. A Capes é um órgão ligado ao MEC, que é responsável pela regulamentação e fiscalização dos mestrados e doutorados. Na Capes existe um sistema de avaliação, que eles chamam de "Sistema Qualis", que é a avaliação da qualidade da produção científica. Eles avaliam toda a produção científica dos congressos e revistas e, a partir daí, atribuem uma pontuação a esses trabalhos. Essa pontuação é utilizada na avaliação dos cursos nas instituições, principalmente, os cursos de Mestrado e Doutorado. Então, todo professor ou aluno que tem um trabalho aprovado em um congresso que tenha sido validado pela Capes ganha uma pontuação de desempenho na sua instituição. Então, acho que essa é uma conquista que nós conseguimos.

Só para destacar, o nosso 18.º Congresso foi avaliado como "Nacional B". Esperamos um dia chegar ao "Nacional A". O "Nacional A" tem uma configuração hoje de puramente científico e o "Nacional B" tem uma mescla de científico com técnico. Eu acho que é sempre necessário termos esses dois ambientes e conseguirmos essa classificação de "Nacional B". Acho que avançamos bastante e eu fiquei muito realizado no sentido de ter o dever cumprido a partir da proposta inicial.
Eu queria aproveitar este momento para fazer um agradecimento a toda a equi-

pe do Comitê Científico, porque eles não mediram esforços, e também à equipe técnica do CFC, que nos deu total apoio. Nos últimos finais de semanas, conseguimos trocar e-mails com a equipe técnica e tínhamos resposta de imediato. Acho que isso é uma grande realização.

Para finalizar, eu queria agradecer à Comissão Organizadora, especialmente, à nossa presidente, que deu total autonomia ao Comitê. Tudo o que encaminhávamos à presidente Maria Clara ela dava o respaldo para que aquilo realmente acontecesse. Eu acho que essa é a grande conquista e é um pouco da emoção que eu senti aqui. Muito obrigado.

Mestre de cerimônias: Teremos agora a entrega dos cinco primeiros prêmios aos trabalhos classificados.

5.º lugar – Área Temática: Auditoria e Perícia
Trabalho: *Earnings Management:* Uma Visão da Auditoria Independente.
Autores: Sérgio Alexandre de Souza (Faculdade Trevisan-SP) e José Luis de Castro Neto (Mackenzie-SP).

Convido-os ao palco para receberem o seu prêmio. Não se fazendo presentes, o prêmio será entregue *a posteriori*.
4.º lugar – Área Temática: Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor.
Trabalho: Evidenciação Contábil de Fundações Privadas de Educação e Pesquisa: Uma Análise da Conformidade das Demonstrações Contábeis de Entidades de Santa Catarina.
Autores: Douglas da Silveira (UFSC-SC), José Alonso Borba (UFSC-SC) e Suliani Rover (UFSC-SC)

Convido-os ao palco. Também aqui não se encontram. Os prêmios estão assegurados e os autores confirmados.

3.º lugar – Área Temática: Teoria da Contabilidade
Trabalho: O Impacto da Regulamentação Contábil sobre o Conservadorismo nas Empresas do Setor Elétrico do Brasil
Autores: Carolina Viguini Cantarela Kaizer (Fucape-ES), Sivania Naris Nossa (Fucape-ES), Aridelmo José Campanharo Teixeira (Fucape-ES) e Ézio Carlos Silva Baptista (Fucape-ES)

Os autores estão aqui presentes. Convido o senhor presidente de Desenvolvimento Profissional do Conselho Federal de Contabilidade, contador José Martonio Alves Coelho, para a entrega do prêmio.

2.º lugar – Área Temática: Contabilidade Gerencial
Trabalho: Percepções quanto aos Fatores Críticos à Implantação e uso do *Balanced Scorecard*: a Experiência da Petrobras.
Autores: Paula Danyelle Almeida da Silva (UFRJ-RJ), Odilanei Morais dos Santos (IBMEC-RJ) e Victor Prochnik (UFRJ-RJ).

Os autores estão aqui presentes. O presidente do CRCRS, Rogério Rokembach, fará a entrega do prêmio.

1.º lugar – Área Temática: Teoria da Contabilidade.
Trabalho: Regulação da Contabilidade e Regulação Contábil: Teoria e Análise da Lei 11.638/07
Autores: Fernando Guilherme Tenório (FGV/Ebape-RJ), Enrique Jerônimo Saravia (FGV/ Ebape-RJ), Ricardo Lopes Cardoso(FGV/ Ebape-RJ) e Marcelo Adriano Silva (FGV/ Ebape-RJ).

Convido a senhora presidente do Conselho Federal de Contabilidade, contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim, para a entrega do prêmio.

Divulgação do resultado dos trabalhos apresentados no Congresso.

al de Contabilidade confere
000,00 ao 1º colocado
alhos científicos apresentados
Brasileiro de Contabilidade.
Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim
Presidente do Conselho Federal de Contabilidade
cia a serviço do desenvolvimento"

CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

ANÚNCIO DO ESTADO-SEDE DO 19.º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE

Neste momento, convido a usar da palavra, o senhor presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, contador Rogério Rokembach.

Rogério Rokembach – Presidente do CRC do Rio Grande do Sul: Boa-tarde a todos os congressistas. Chega de formalidade! Que momento! Auditório cheio na Abertura, auditório cheio no Encerramento e, o que é mais importante, auditórios cheios durante todo o Congresso, em uma cidade bela e hospitaleira como Gramado.

Meus caros,

Quase 6.000 participantes! Uma feira maravilhosa, onde, caminhando durante a semana, só víamos sorrisos de felicidade! Uma equipe de trabalho fantástica! Para os colegas terem uma idéia, temos aqui, entre funcionários do CRCRS e do Conselho Federal de Contabilidade, aproximadamente 100 colaboradores, dando um esforço muito grande para que esse Congresso tenha sido o sucesso que foi. Em nome dos colaboradores do Sistema: Dorgival, Grimm, Elys, Lucila e os dois Ricardos, eu agradeço a cada um os quais, durante muito tempo, vêm dando o seu esforço, o seu sacrifício, inclusive, pessoal, para que este evento seja isso tudo. Este evento é organizado por nós. É o Sistema CFC/CRCs que organiza. Então, estamos de parabéns.

Não posso perder a oportunidade de fazer a propaganda da nossa próxima Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, de 9 a 11 de setembro de 2009, na cidade de Bento Gonçalves. Fica aqui o convite: já conheceram Gramado e, quem sabe, terão a oportunidade de, no ano que vem, conhecer Bento Gonçalves.

Que Congresso emocionante! Desde domingo, às três da tarde, quando recebemos a notícia de que o Presidente Lula não vinha, até a terça-feira, no final da tarde, quando ele veio, vocês não sabem tudo o que aconteceu aqui. Foi um monta e desmonta! Mas chegamos lá e tivemos, sim, a presença do Presidente da República. Aliás, essa presença prestigiou este evento de uma forma como já há muito tempo a classe contábil brasileira merece. E tivemos o Anexo III e a Portaria do Ministério da Fazenda sobre a Convergência das Normas na Área de Contabilidade Pública. Esses são alguns destaques, mostrando do quão importante foi o 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade.

Neste Congresso, ouvimos opiniões divergentes, mas respeitosas. Ouvimos aqui um dos painelistas dizer que, neste momento, "a Contabilidade deixa de ser do contador e passa a ser da empresa". Gostaríamos de melhorar essa frase e dizer: "a Contabilidade agora talvez deixe de ser da empresa e passe a ser da sociedade, mas continuará sendo assinada por profissionais da Contabilidade".

Somos uma classe muito grande, muito organizada e todos os que chegam para nos conhecer ficam surpresos como funcionamos, como somos. Hoje, tivemos um evento aqui e, em um estalar de dedos, juntamos 27 presidentes de

Conselhos Regionais, representantes das Comissões de Estudos das Mulheres Contabilistas, e já começamos um plano nacional que vai em linha com toda a idéia de voluntariado. Inclusive, assinamos o convênio durante o Congresso.

Devemos ter muito orgulho de sermos profissionais da Contabilidade e devemos materializar a profecia do Gatti, de que a Contabilidade seria a profissão do ano 2000.

Para finalizar, isso tudo acontece porque temos uma comandante. Confesso que, durante todo esse tempo de preparação do Congresso, quando atendia o celular, a Clara dizia: "Rogério, eu estive revisando e fiquei muito preocupada". Eu sabia que essa era a frase introdutória de que tudo mudaria. E isso foi acontecendo mês a mês, e quanto mais próximo chegava do Congresso, mais o telefone tocava. Mas, a verdade é que temos, sim, uma extraordinária Presidente do Sistema. E cabe a mim, aqui, neste momento, em nome dos seis mil participantes do Congresso Brasileiro de Contabilidade, prestar a Maria Clara um a singela, porém honesta homenagem:

"Quando o aprendiz está pronto, o mestre aparece". Parafraseando esta filosofia dos sábios orientais, poderíamos dizer: "Quando a classe atinge a maioridade profissional, a nova liderança emerge". A meteórica passagem do 18.º Congresso, qual cometa, nos céus de Gramado, deixa um duradouro rastro de luz sobre a Contabilidade brasileira. A 18.º edição do maior evento dos profissionais contábeis do Brasil vem em uma esteira de conquistas e experiências bem-sucedidas, cuja chama foi acesa em 1924, no 1.º Congresso Brasileiro de Contabilidade, para chegar, com absoluto sucesso, nesta inesquecível semana de agosto de 2008. Sua tocha acabou de passar pela comemoração dos 60 anos do Sistema CFC/CRCs, instituição que atinge sua melhor idade com a lucidez de confiar, a uma jovem mulher, à Presidência do Conselho Federal de Contabilidade. Em uma feliz coincidência, que chega a ser emblemática, a mulher pioneira na Presidência do CFC atende pelo nome de "Clara", sendo detentora de um sorriso que, de fato, aclara tudo em volta da sua carismática figura.
Sobre ela, alguns opinaram: "Está à frente de seu tempo!; "É uma mulher madura com jeito de criança."; "Uma comandante que tem firmeza com doçura". Quem a conhece de perto diz que ela é amiga, aglutinadora, autêntica, bondosa, brava, competente, determinada, humana, inteligente, realizadora, simpática, solidária, valente. E aquele que goza da sua intimidade respondeu: "Ela é vida! A minha vida".

Para a classe contábil brasileira, de agora em diante, ela ficará conhecida como uma líder que está levando o profissional da Contabilidade do Brasil a pensar mais alto, incentivando-o a alargar sua visão para o cenário mundial.

Sobre a primeira presidente do CFC, um velho poeta assim se expressou: "Eis que o grande Conselho Federal atingiu a feliz melhor idade. Qualquer que seja a Contabilidade, vai mostrar resultado mais real". A gestão feminina é sem igual. Tudo vai clarear, ora após ora. As ações fluirão, sem mais demora. De talos renovados nasce a flor e, em vez do velho e duro "Sim, senhor", tem agora o suave "Sim, senhora". Muito obrigado.

Mestre de cerimônias: Agora, com a palavra, a presidente do Conselho Federal de Contabilidade, contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim.

Maria Clara Cavalcante Bugarim – Presidente do CFC: Como disse o nosso presidente Rogério, sem protocolo nenhum, agora nós pudemos resumir o nosso 18.º Congresso, dizendo que ele superou todas as nossas expectativas. Na verdade, nós resumiríamos este momento com três palavras-chave: a primeira é "trabalho", um trabalho compartilhado, onde tivemos parceiros maravilhosos. Obrigado a toda a equipe dos nossos funcionários. No último mês, ninguém mais dormia! O trabalho foi árduo, mas Deus ajuda a quem madruga e nós fomos recompensados. As duas outras palavras, como conseqüência desse trabalho, seriam "emoção" e "encantamento". Plagiando o Paulo Henrique, "o universo conspira a nosso favor". Eu acho que foi tudo isso o que aconteceu.

Hoje eu me sinto privilegiada porque tenho a consciência que estou colhendo frutos de um trabalho que foi plantado, regado e cuidado ao longo de todos esses anos, ao longo dos últimos 62 anos e, vocês, presidentes do Conselho Federal de Contabilidade que aqui estão, são os grandes responsáveis por esse momento. Obrigada a todos vocês.

Nós temos a obrigação de reconhecer isso porque não é fácil. Eu sei e acompanhei, pelo menos nos últimos anos, o quanto esses líderes trabalharam e quanto se dedicaram para que todos nós colhêssemos, neste momento, tantas coisas boas. Como a presença do Presidente da República no nosso evento foi desejada! Quanto trabalho desenvolvido pelo sistema contábil brasileiro, pela Fenacon, com todos os seus sindicatos, pelas entidades contábeis do Brasil! Nós temos que agradecer a Deus porque nasci iluminada e pelo privilégio deste momento! Eu queria partilhar com vocês um pouquinho da minha caminhada, que começou efetivamente durante o Congresso Brasileiro de Contabilidade da Bahia, quando eu conheci o grande líder Ivan Carlos Gatti, quando eu ouvi o Gatti falando na profissão do ano 2000, e quando vi a Maria Constança entrando no auditório com uma bandeira, com toda altivez e com todo o orgulho. Aquela cena me encantou e eu jamais a esqueci porque eu já era uma profissional muito bem resolvida e que naquela época ocupava uma Secretaria de Estado, mas que não conhecia a força e o valor da nossa profissão. A partir dali, eu assumi o compromisso de trabalhar e me dedicar pela nossa classe porque é preciso conhecer para amar e respeitar.

Nesse momento de encerramento, em todas as fotos que nós tiramos eu me senti quase "uma global". As pessoas me agradeciam, mas eu é que quero agradecer o privilégio de estar aqui. É uma emoção muito grande e, em cada foto que eu tirava, eu pensava e pedia a Deus que também os contagiasse. Espero que isso também aconteça com vocês e que, daqui a alguns anos, em outros Congressos, nós tenhamos o privilégio de ouvir depoimentos como este meu aqui, dizendo que este 18.º Congresso realmente fez a diferença. Espero que, a partir deste 18.º Congresso, esses 6.000 profissionais da Contabilidade, que tanto se orgulharam, que tanto refletiram sobre a força e a importância da nossa profissão, saiam daqui com uma postura diferente, entendendo que a profissão é nossa e que somos nós – e não apenas as nossas entidades – que no nosso trabalho diário precisamos convencer a sociedade e mostrar esta nossa força, este nosso entusiasmo. A partir de dois momentos

marcantes – o antes do 18.º Congresso e o depois – eu tive certeza de que o futuro seria melhor.

Para finalizar, eu tomei emprestada uma frase do Victor Hugo, que traduz a minha esperança e a minha confiança de que esse futuro, com certeza, vai ser melhor: "O futuro tem muitos nomes. Para os fracos, o inalcançável; para os temerosos, o desconhecido; e para os valentes, a oportunidade". Muito obrigada. Valeu!

Mestre de cerimônias: Teremos agora a divulgação do estado que sediará o 19.º Congresso Brasileiro de Contabilidade. Como bem disse o professor Lopes de Sá, ao defender neste palco a candidatura do Estado de Minas Gerais, nós não teremos aqui perdedores. Ambos os estados concorrentes são maravilhosos e encantadores e cada um sediará um significativo evento para a classe contábil. A um deles caberá a organização do 19.º CBC. Ao outro, a organização do Pró-Latino, que também é um trabalho árduo e sério.

Vamos, então, saber qual é o estado que sediará um destes eventos, no caso, o 19.º CBC.

Maria Clara Cavalcante Bugarim – Presidente do CFC: Eu também ainda não sei o resultado. De que forma é que nós trabalhamos? Existia uma regra em que, após o término da apuração, os computadores ficariam fechados e aguardaríamos o dia de hoje para que os presidentes, juntamente com alguns fiscais de cada estado, abrissem a sala e nós fizéssemos a apuração. Mas, os presidentes nos solicitaram fazer a apuração na hora. Colocaram o resultado aqui nesse envelope, assinaram e me entregaram. Agora, nós iremos abrir o envelope para saber o local em que será realizado o 19.º Congresso Brasileiro de Contabilidade.

Nós não poderíamos deixar de agradecer o lindo e brilhante trabalho que foi desenvolvido pelos dois estados. Não poderíamos deixar de dizer também que, depois de tanta alegria, não cabe a nenhum congressista sair daqui se sentindo frustrado. É exatamente por isso que, como o próximo Pró-Latino vai acontecer ainda na nossa gestão, nós nos comprometemos a realizar um evento belíssimo. É um evento internacional e isso é o mínimo que temos que fazer para corresponder ao trabalho que vocês fizeram. Muito obrigada a todas as delegações. Muito obrigada a todos os estados. Norma Zélia, a divulgação é com você.

Mestre de cerimônias: Lembramos que após o anúncio, teremos o show de encerramento com Os Fagundes.

Não esqueçam que, no próximo ano, teremos, no Espírito Santo, o Encontro Nacional da Mulher Contabilista. É imperdível! É um sucesso que tem se repetido.

Foram 3.849 votos. A cidade sede do 19.º Conselho Brasileiro de Contabilidade é maravilhosa! Vai encantar todo mundo! O 19.º CBC será no Pará.

Presidente do CRC do Pará: Muito obrigado, Brasil! Valeu!

Anúncio do Estado-sede do 19º CBC.

RELATÓRIO FINAL DO COMITÊ CIENTÍFICO DO 18º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE

CONGRESS
BRASILEIRO
CONTABILIDA

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO FINAL DO COMITÊ CIENTÍFICO DO 18º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE

1. INTRODUÇÃO

A Comissão Organizadora do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, por intermédio do Comitê Científico, ao aprovar o Temário para elaboração dos trabalhos científicos, definir os Temas para as Palestras e Painéis, procurou alinhar ao lema Contabilidade: ciência a serviço do desenvolvimento com o propósito de incentivar a realização de trabalhos decorrentes de pesquisas que buscam, com base em teorias, explicações para a contabilidade na realidade organizacional. Por meio da pesquisa científica em contabilidade é que se podem desenvolver novas técnicas e novas formas de resolução das questões que surgem freqüentemente nas áreas de contato da contabilidade. Esperou-se que, com base nessas Áreas Temáticas, se permitiu discutir e analisar questões atuais relacionadas com a Contabilidade, bem como perspectivas futuras.

Nesse sentido, foram convidados palestrantes e painelistas dos mais diferentes estados brasileiros, quer seja da área empresarial, quer seja da área governamental e acadêmica.

Na seleção dos trabalhos o Comitê de Avaliação, formado por Avaliadores *Ad Hoc*, foi constituído por professores com a titulação de Doutor distribuídos pelas várias regiões do Brasil. Foram selecionados 108 (cento e oito) avaliadores, todos vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu*. Os Avaliadores *Ad Hoc* atuaram como avaliadores dos Resumos Expandidos e dos Trabalhos Completos. Cada Resumo Expandido ou Trabalho Completo foi avaliado por pelo menos dois Avaliadores *Ad Hoc* mediante o sistema *duplo blind review*, sob a coordenação do Comitê Científico.

No dia 24/08/08, com mais de cinco mil pessoas presentes, tivemos no auditório principal a solenidade de abertura que contou com a presença de várias autoridades, dentre elas:

- a Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Maria Clara Cavalcante Bugarim;
- o senador Sérgio Zambiasi (PTB/RS);
- o deputado Cláudio Vignatti (PT/SC);
- o prefeito de Gramado Pedro Henrique Bertolucci;

- os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes e Benjamin Zymler;
- o secretário-executivo do ministério da Fazenda, Nelson Machado (representando o Presidente da República);
- o Presidente da Federação Internacional de Contabilidade (IFAC) Fermín Del Valle;
- o Presidente da Academia Brasileira de Contabilidade Antonino Marmo Trevisan;
- o Presidente da FENACON Valdir Pietrobon;
- o Presidente do CRC/RD Rogério Rokembach;
- o Presidente da Associação Interamericana de Contabilidade Agustín Lizardo;
- o Presidente da Confederação Nacional dos Profissionais Lieberais Francisco Antonio Feijó;
- o Presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) José Antonio de França;
- o presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas de Portugal António Domingues de Azevedo;
- o Presidente da Atricon, Victor José Faccioni;
- o Diretor do Sebre/RS Derli Cunha Fialho
- o Presidente do ibracon Francisco Papellás Filho;

Na sessão de abertura contamos ainda com a presença do cantor Agnaldo Rayol interpretando o Hino Nacional. Outro fato marcante na sessão de abertura foi a entrega da Medalha João Lyra, ao Professor Eliseu Martins feita pela Presidente Maria Clara Cavalcante Bugarim.

2. PALESTRAS

Foram apresentadas um grande Painel e duas palestras que abordaram os temas:

1. Os Desafios da Convergência

   Painelistas:

   - *Agustín Lizard,* Presidente da AIC;
   - *Fermín Del Valle,* Presidente da IFAC;
   - *Nelson Carvalho,* Presidente do Conselho Consultivo de Normas do IASB;
   - *Pedro Malan,* Curador da Fundação IASCF.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

2. Inovar e Ousar na Busca do Sucesso

   Palestrante:

   - **Família Schürmann**
   - *Vilfredo Schürmann* - Presidente da Schürmann Corporate
   - *Heloísa Schürmann* - Escritora e responsável pelos diários de bordo da família.

3. Aspectos da História da Contabilidade Brasileira

   Palestrante:

   - *Dr. Antônio Lopes de Sá* - Doutor em Ciências Contábeis, Emérito da Contabilidade no Brasil e no Exterior.

4. A quarta palestra com o tema *Brasil, as Oportunidades Perdidas,* seria ministrada pelo jornalista *Alexandre Garcia*, no entanto não pode estar presente e a palestra não aconteceu.

3. PAINÉIS

Foram apresentados 17 painéis com a participação de 35 painelistas com os seguintes temas:

1. **Empreendedorismo no Setor Contábil – Um novo tempo para os negócios e para o Brasil** – Painelistas: Bruno Quick e Eduardo Lara e Silva
2. **"Demonstrações Contábeis eletrônicas e o XBRL** – Painelistas: Edson Luiz Riccio e Homero Rutkowski
3. **Implementação das IFRS no Brasil** – Painelistas: Amaro Luiz de Oliveira Gomes e Geraldo Toffanello
4. **Abordagens do *Fair Value* (Valor Justo) no Brasil** – Painelistas: Wagner Aquino e Maria Helena Petterson
5. **Créditos de Carbono: emissão, comercialização e tratamento contábil** – Painelistas: Luiz Antonio Rossi e Maísa de Souza Ribeiro
6. **A carga tributária brasileira na ótica da empresa e do** governo– Painelistas: Germano Rigotto e Paulo Gilberto Fernandes Tigre
7. **Controle e transparência na gestão de entidades do terceiro** setor– Painelistas: Luiz Francisco Peyon da Cunha e Euclides Machado
8. **Ética e responsabilidade social** – Painelistas: César Eduardo Stevens Kroetz e Gilberto Mifano

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

9. **Auditoria e controles internos das empresas brasileiras após a Lei Sarbanes-Oxley** – Painelistas: Silvia Marques de Brito, Silva e Júlio Sérgio Souza Cardozo e Tereza Grossi (Este não pode estar presente)
10. **A Contabilidade nos processos de Arbitragem** – Painelistas: Eliseu Martins e Marcos Paulo de Almeida Salles
11. **Evidenciação contábil: reflexos no Mercado de Capitais** – Painelistas: Alexsandro Broedel Lopes e Marcelo Fernandez Trindade
12. **Alterações da Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 11.638/07)** – Painelistas: Ariovaldo dos Santos, José Carlos Bezerra da Silva e Ricardo de Souza Moreira
13. **Convergência dos padrões internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público: desafios e perspectivas na visão do Governo e Organismos Internacionais** – Painelistas: Paulo Henrique Feijó, Ronaldo Rotter e Henri Fortin
14. **Governança Corporativa: impactos no crescimento e desenvolvimento econômico** – Painelistas: Alexandre Di Miceli da Silveira e Fernando Alves
15. **Custos no Setor Público** – Painelistas: Nelson Machado e José Francisco Ribeiro Filho
16. **Mudanças no cenário das profissões: educação e empregabilidade** – Painelista: José Pastore (o segundo painelista não pode comparecer)
17. **A contribuição da pesquisa contábil e sua difusão no desenvolvimento da contabilidade** – Painelistas: Sérgio de Iudícibus e Fabio Frezatti.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

4.ESTATÍSTICAS DO COMITÊ CIENTÍFICO

4.1.TRABALHOS CIENTÍFICOS

O Quadro a seguir apresenta a quantidade de trabalhos recebidos por área temática e o número de trabalhos aprovados em cada etapa de avaliação:

Área Temática	Nº de Trabalhos Submetidos	Nº de Trabalhos Validados	Nº de Resumos Aprovados	Nº de Trabalhos Aprovados	Nº de Trabalhos Apresentados
A Contabilidade e a Governança Corporativa	20	10	8	4	4
Auditoria e Perícia	44	23	18	8	7
Contabilidade de Custos	31	21	18	4	4
Contabilidade Financeira	37	25	21	6	6
Contabilidade Gerencial	65	41	29	14	14
Contabilidade Governamental e do 3º Setor	67	45	36	20	17
Contabilidade Internacional	16	9	4	1	1
Contabilidade Tributária	44	26	14	7	6
Educação e Pesquisa em Contabilidade	55	36	21	12	12
Ética e Responsabilidade Social	57	42	21	9	9
Sistemas de Informações	18	13	10	4	3
Teoria da Contabilidade	38	25	18	10	10
Totais	**492**	**316**	**218**	**99**	**93**

4.2. TRABALHOS POR ESTADO

O Quadro a seguir apresenta a quantidade de trabalhos recebidos e aprovados por Estados, Distrito Federal e Exterior:

Estado/País	Trabalhos Recebidos	Trabalhos Aprovados
Exterior	3	1

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Acre	0	0
Alagoas	5	0
Amazonas	1	0
Bahia	42	5
Ceará	8	1
Distrito Federal	9	7
Espírito Santo	19	6
Goiás	6	2
Maranhão	3	0
Minas Gerais	48	9
Mato Grosso	18	1
Mato Grosso do Sul	6	1
Pará	15	3
Paraíba	11	5
Pernambuco	57	1
Piauí	0	0
Paraná	29	7
Rio de Janeiro	30	9
Rio Grande do Norte	20	2
Rio Grande do Sul	63	14
Rondônia	11	2
Roraima	0	0
Santa Catarina	43	12
Sergipe	5	2
São Paulo	38	9
Tocantins	2	0
Total	**492**	**99**

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

5. TRABALHOS INDICADOS PARA PREMIAÇÃO

De acordo com o artigo 27 do Regulamento do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade foram classificados pelo Comitê Científico cinco trabalhos dentre os apresentados para serem premiados.

Os trabalhos classificados foram:

1º Lugar:
Área Temática: Teoria da Contabilidade
Regulação da Contabilidade e Regulação Contábil: Teorias e Análise da Lei Nº 11.638/07.
Ricardo Lopes Cardoso (RJ)
Marcelo Adriano Silva (RJ)
Fernando Guilherme Tenório (RJ)
Enrique Jeronimo Saraiva (RJ)

2º Lugar:
Área Temática: Contabilidade Gerenciai
Percepções quanto aos Fatores Críticos à Implantação e uso do *Balanced Scorecard*: a Experiência da Petrobras
Paula Danyelle Almeida da Silva (RJ)
Odilanei Morais dos Santos (RJ)
Victor Prochnik (RJ)

3º Lugar:
Área Temática: Teoria da Contabilidade
O Impacto da Regulamentação Contábil sobre o Conservadorismo nas Empresas do Setor Elétrico do Brasil
Carolina Viguini Cantarela Kaizer (ES)
Silvania Neris Nossa(ES)
Ézio Carlos Silva Baptista (ES)
Aridelmo José Campanharo Teixeira (ES)

4º Lugar:
Área Temática: Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor
Evidenciação Contábil de Fundações Privadas de Educação e Pesquisa: uma Análise da Conformidade das Demonstrações Contábeis de Entidades de Santa Catarina
Douglas da Silveira (SC)
Jose Alonso Borba (SC)
Suliani Rover (SC)

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

SAS - Quadra 5 - Bloco J - Edifício CFC
Telefone: (61) 3314-9600 - Fax: (61) 3322 2011 - e-mail: dtd@cfc.org.br
CEP 70070-920 - Brasília - DF

5º Lugar:
Área Temática: Auditoria e Perícia
***Earnings Management*: uma Visão da Auditoria Independente**
Sergio Alexandre de Souza (SP)
José Luís de Castro Neto (SP)

Brasília-DF, 20 de novembro de 2008.

Prof. Dr. Valcemiro Nossa (Coordenador do Comitê Científico)
Profª. Drª. Marcelle Colares Oliveira
Profª. Drª. Márcia Martins Mendes De Luca
Profª. Drª. Jacqueline Veneroso Alves da Cunha
Profª. Drª. Ilse Maria Beuren
Profª. Drª. Roberta Carvalho de Alencar
Prof. Dr. Carlos Renato Theóphilo
Prof. Dr. Valmor Slomski
Prof. Dr. Fábio Moraes da Costa
Prof. Dr. Vinicius Aversari Martins
Prof. Dr. Ernani Ott
Prof. Dr. Francisco José dos Santos Alves

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Brasília (DF), 20 de novembro de 2008.

À
Presidente do Conselho Federal de Contabilidade
Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim

Senhora Presidente

O Comitê Científico do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado na cidade de Gramado, Estado do Rio Grande do Sul, de 24 a 28 de agosto de 2.008, com o espírito de colaborar com os organizadores e, especificamente, com o Comitê Científico do 19º Congresso Brasileiro, apresenta abaixo, suas observações e recomendações.

1 – DA ESTRUTURA E SUBMISSÃO DE TRABALHOS

Avaliou-se que a adoção de resumo expandido, enviado juntamente com o trabalho, revelou-se uma boa experiência, motivo pelo qual, recomenda-se sua manutenção.

Como durante o processo de submissão surgiram dúvidas, sugere-se que o regulamento e o site do evento contemplem uma descrição mais detalhada quanto à elaboração e estrutura do resumo expandido.

Considerando o público participante do congresso, sugere-se a divisão da submissão de trabalhos em duas categorias: científicos e técnicos.

2 – DA AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS

Na avaliação dos trabalhos o Comitê Científico adotou o sistema *double blind review* utilizando avaliadores *ad hoc*, com título de doutorado. Cada avaliador, ao ser convidado, indicou sua área de interesse para avaliação, de acordo com o temário do congresso.

Recomendamos a continuidade do processo, ressaltando os seguintes pontos:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

- em caso de uma avaliação positiva e outra negativa, o trabalho deverá ser submetido a um terceiro avaliador, para o desempate;
- ampliação do prazo entre o encerramento da data final para submissão e a divulgação dos resultados, para que haja tempo hábil para viabilizar a terceira avaliação; que o prazo entre a divulgação dos resultados e a data do congresso seja também ampliada para que se tenha tempo para a operacionalização da confecção do folder final com a programação e os Anais do Congresso;
- consulta aos coordenadores de eventos científicos na área contábil sobre nomes de avaliadores para compor o quadro, uma vez que observou-se alguns casos de falta de comprometimento de avaliadores com o processo.

3 – DAS SESSÕES DE APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

As sessões de apresentação dos trabalhos foram acompanhadas por coordenadores e debatedores atuantes na área acadêmica. Os debatedores tiveram acesso prévio aos trabalhos, com recomendação para a sua leitura.

As regras de funcionamento das sessões foram disponibilizadas aos debatedores e coordenadores no primeiro dia do evento. Recomenda-se o encaminhamento dessas regras com um prazo maior de antecedência.

Atenção especial deve ser dispensada na escolha dos coordenadores e debatedores objetivando evitar constrangimentos tais como: ausências não justificadas e tratamento inadequado com os autores/apresentadores.

Sugere-se que os horários das apresentações dos trabalhos não concorram com os horários dos painéis e palestras.

4 – DA ESTRUTURA FÍSICA

Foram observadas as seguintes falhas:

- ausência de pessoal de apoio da área de informática, em algumas salas;

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

- proximidade das salas de apresentação de trabalho com os estandes dos CRCs concorrentes a sediar o próximo congresso, prejudicando em alguns momentos as apresentações, em razão do excesso de ruídos;
- localização das telas de projeção e dos adornos que não consideraram o campo de visão do apresentador para o acompanhamento dos slides;

5 – DOS PAINÉIS E FÓRUNS

Não obstante a qualidade e o sucesso de público nos painéis e fóruns do evento, sugere-se atender os seguintes pontos:

- encaminhamento prévio da descrição detalhada das funções do coordenador bem como do tempo disponibilizado para a sessão;
- nas sessões com mais de um apresentador, recomenda-se a divisão eqüitativa do tempo entre os mesmos;
- elaboração de textos mais reduzidos para os mestres de cerimônia das sessões. Em relação à apresentação dos componentes da mesa, limitar-se à leitura dos currículos dos apresentadores;
- considerando que as leituras de currículos, avisos e entregas de mimo consomem tempo, os mesmos devem ser levados em conta no dimensionamento do tempo a ser designado ao apresentador;
- painéis cujos temas sejam de mesma área de interesse não devem ocorrer simultaneamente;
- designação dos auditórios considerando o possível público interessado;
- reserva de cadeiras nos auditórios para autoridades e pessoas convidadas.

6 – DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os membros do Comitê Científico consideram relevante evidenciar os seguintes aspectos:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

- a qualidade do serviço e do atendimento prestados pela equipe da área de informática do CFC;
- a competência da equipe encarregada do transporte dos convidados, palestrantes e painelistas;
- a presteza no atendimento dos deslocamentos dos membros do Comitê Científico, durante o evento, não obstante alguns contratempos ocorridos no translado Porto Alegre-Gramado-Porto Alegre;
- os comentários positivos dos congressistas quanto a qualidade dos painéis, palestras e da organização do evento de forma geral;
- a indicação de doutores para composição do Comitê Científico, conferindo ao evento caráter científico, o que contribuiu para sua classificação junto ao sistema Qualis da Capes como Nacional B.

Finalmente, cabe registrar o irrestrito apoio e autonomia concedidos ao Comitê Científico pela Presidente do Conselho Federal de Contabilidade Maria Clara Cavalcante Bugarim.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Valcemiro Nossa (Coordenador do Comitê Científico)
Profª. Drª. Marcelle Colares Oliveira
Profª. Drª. Márcia Martins Mendes De Luca
Profª. Drª. Jacqueline Veneroso Alves da Cunha
Profª. Drª. Ilse Maria Beuren
Profª. Drª. Roberta Carvalho de Alencar
Prof. Dr. Carlos Renato Theóphilo
Prof. Dr. Valmor Slomski
Prof. Dr. Fábio Moraes da Costa
Prof. Dr. Vinicius Aversari Martins
Prof. Dr. Ernani Ott
Prof. Dr. Francisco José dos Santos Alves

Maria Clara Cavalcante Bugarim e Rogério Rokemback.

Proposta de uma Estrutura para Análise do Disclosure Ambiental das Empresas Brasileiras
José Alonso Borba (UFSC-SC) - Flávia Cruz de Souza (UFSC-SC) - Suliani Rover (UFSC-SC) -
Auditório Lupicínio Rodrigues
Modelagem de Mensuração do Ativo Intangível de Instituição de Ensino Superior.
João Wanderley Vilela Garcia (PUC-SP) - Arturo Alejandro Zavala Zavala (USP-SP)
Parecer dos Auditores Independentes sobre Demonstrações Contábeis: uma Análise Crítica da sua Compreensão e Utilidade.
Karla Katiuscia Nóbrega de Almeida (UFCG-PB)
Painéis
Auditório Érico Veríssimo
Painel n.º 13:
Objetivo:
Coordenadora:
Painelista 1:
Painelista 2:
Painelista 3:
Auditório José
Painel n.º 14:
Objetivo:
Coordenador:
Painelista 1:
Painelista 2:
Intervalo

Auditório Érico Ve
PAINEL N.º 15
OBJETIVO:
para modelagem de sistemas
voltadas à mensuração do
desempenho.
COORDE
do CFC
PAINELIS
rio-Executivo do Ministério
PAINELISTA
Filho – Doutor em
dade pela FEA/USP,
do da UFPE
itório José L
PAINEL N.º 16: M
Profissões: Educação e
OBJETIVO:
campo das
dessas
de
18h às 18h30min

Presidente Lula com os presidentes dos CRCs.

Presidente Lula e Conselheiros do CFC.

SAS Quadra 5, Bloco J, Edfício CFC

Brasília-DF - 70070-920

www.cfc.org.br